PORTUGAL

ANTIGO E MODERNO

VOLUME SETIMO

PORTUGAL
ANTIGO E MODERNO

DICCIONARIO

Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico

DE TODAS AS CIDADES, VILLAS E FREGUEZIAS DE PORTUGAL

E DE GRANDE NUMERO DE ALDEIAS

Se estas são notaveis, por serem patria d'homens célebres,
por batalhas ou outros factos importantes que n'ellas tiveram logar,
por serem solares de familias nobres,
ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes

NOTICIA DE MUITAS CIDADES E OUTRAS POVOAÇÕES DA LUSITANIA

DE QUE APENAS RESTAM VESTIGIOS OU SÓMENTE A TRADIÇÃO

POR

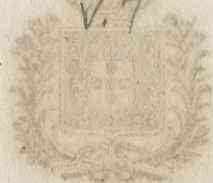
Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal

LISBOA

LIVRARIA EDITORA DE MATTOS MOREIRA & COMPANHIA

68—Praça de D. Pedro—68

1876

A propriedade d'este DICCIONARIO pertence a Henrique d'Araujo Godinho Tavares, subdito brazileiro.

LISBOA
Typographia Editora de Mattos Moreira & Companhia
67 — Praça de D. Pedro — 67
1875

PORTUGAL ANTIGO E MODERNO

P

PHARÓES — Vide *Póstos semaphoricos*.

PHENICIOS (sua antiguidade na Lusitania) — Já disse a pag. 143 e 152, do 6.º volume, tratando das cidades phenicias, *Sidonia* e *Tyro*, quem eram os phenicios, e a situação do seu paiz.

Não se sabe exactamente o anno em que os phenicios invadiram pela primeira vez o litoral da Lusitania.

Suppõe-se, com algum fundamento, que foi pelos annos 954 antes de Jesus-Christo — 201 antes da fundação de Roma — isto é — 3050 da creação do mundo, segundo a chronologia sagrada.

Já então o Atlantico (ou o Mediterraneo) ou uma convulção plutonica, tinha aniquilado as famosas *Columnas de Hercules*, communicando aquelles dois mares, pela formação do *Estreito* de Gibraltar.

Os sidonios e os tyrios (phenicios) eram n'esses remotissimos tempos, os mais peritos navegadores do mundo; mas, ainda assim, faltos de instrumentos mathematicos; não existindo ainda as *cartas hydrographicas;* e consistindo essencialmente nos rémos a força da locomoção dos seus navios, faziam as suas viagens á vista de terra.

No intuito de explorarem as diversas regiões da Europa, atravessaram o mar Jonico, e o Mediterraneo, abordando ás costas da Betica (Andalusia) onde se pretende que fundaram a cidade de Carthagena, e lançaram os alicerces á famosissima cidade de Cadix, que foi o seu principal emporio commercial.

Costeando na direcção do N., percorreram as costas da Lusitania, desde o Guadiana até ao Minho.

Maravilhados pelas immensas riquezas d'este paiz,[1] levaram á sua patria as primicias do ouro e prata da Lusitania; e tão esplendida relação fizeram do nosso paiz, que despertou a cubiça de muitos dos seus patricios, que em breve armaram navios para nos explorarem.

Os descobridores, como eram em numero diminuto, vieram como mercadores, e amigos; porém, com as subsequentes invasões, operadas em maior força numerica, foram pouco a pouco tomando o papel de conquistadores.

Os lusitanos, ligados com os outros povos do litoral da Peninsula, lhe fizeram guerra; mas, já por tratados, já por victorias, os phenicios se foram arreigando nas Hespanhas; a ponto de, 332 annos depois do seu primeiro desembarque — isto é — no anno 622 antes de Jesus-Christo, se acharem em estado de mandar uma poderosa esquadra, em auxilio da cidade de Tyro, que então, o le-

[1] Diz-se que os *ferros* dos arados lusitanos, e todos os seus instrumentos agricolas, eram então construidos de ouro ou de prata.

gendario Nabucodonosor, rei de Babylonia, (Assyria) cercava com um grande exercito.

O assedio durou 26 annos; mas, no anno 596 antes de Jesus-Christo, teve de render-se a cidade, e Nabucodonosor, orgulhoso pela victoria, tentou conquistar aos phenicios os seus dominios nas Hespanhas. Os lusitanos, porém, auxiliaram os phenicios, e o rei de Babylonia teve de retirar para o Oriente.

—

Outros phenicios haviam fundado na peninsula do golfo de Tunes (Africa) a famosissima cidade de Carthago (vol. 6.º, pag. 112) que fizeram capital de uma vasta republica.

Os lusitanos, cançados das extorsões dos phenicios no seu litoral, se ligaram com os celtas e com os turdetanos, e fazendo a guerra aos phenicios, obrigaram estes a concentrar-se em Cadix, no anno 592 antes de Jesus-Christo. — D'aqui, pediram auxilio aos carthaginezes, que, segundo a pratica de todas as *nações protectoras*, depois de vencerem os bravos, mas indisciplinados lusitanos, subjugaram os *protegidos*, e lhes tomaram as suas povoações.

Estabelecidos os carthaginezes nas costas da Betica e da Lusitania, trataram de fundar varias colonias, que pouco a pouco se transformaram em cidades commerciaes. — (551 antes de Jesus-Christo.)

O governo de Carthago, pretendeu apossar-se de toda a peninsula hispanica, para o que enviou uma esquadra ás nossas aguas, commandada por Mezerbal, bravo e experimentado capitão da republica; mas os lusitanos e seus alliados o derrotaram.

Vendo que nada conseguiam pela guerra, mudaram de tatica, e com blandicias, e sob grandes promessas de cordialidade, foram paulatinamente conquistando a amisade dos peninsulares, e radicando o seu poder nas Hespanhas.

Em 504 (antes de Jesus-Christo) *Sapho*, um dos melhores generaes de Carthago, era governador da Lusitania, e deixando este governo a seus dois primos, *Hanon* e *Hymilcon*, marchou em soccorro de Carthago, ameaçada pelos romanos.

Chegando Sapho a Carthago, descreveu ao senado as prodigiosas riquezas da peninsula iberica, e a republica mandou logo para cá, o general *Giscon* (irmão de Hanon e Hymilcon) com grandes forças, para a total conquista do paiz; e, se o não dominaram completamente, conseguiram extorquir-lhe grandes riquezas.

Em 471, antes de Jesus Christo, Annibal—irmão de Sapho—veiu como governador para a Lusitania, e soube pela sua moderação, e pelo seu bom governo, adquirir a amisade do povo; mas, tendo logar uma guerra encarniçada, entre os turdetanos andaluzes e lusitanos, contra as extorções dos delegados d'Annibal, foi este em seu soccorro, porém os peninsulares dorrotaram os carthaginezes, e Annibal foi morto no campo da batalha.

Os carthaginezes, desenganados de dominarem a Lusitania pela guerra e pelo terror, renovaram as brilhantes promessas que tantas vezes haviam feito e quebrado ou illudido, [1] e os lusitanos, ainda d'esta vez cahiram no laço; de modo que, oito annos depois da morte de Annibal, estavam alliados com os invasores, e foram em seu auxilio á Sicilia, contra os athenienses, agrigentinos e syracusanos.

No anno 414 antes de Jesus Christo, veiu Hanon governar as Hespanhas, pela republica.

Com elle vieram muitas familias gregas, fugidas á guerra de Peloponeso; estabeleceram diversas colonias na Lusitania, principalmente entre o Douro e o Minho; para onde trouxeram a civilisação do seu paiz.

No anno 408, antes de Jesus Christo, veiu o carthaginez Boodes governar as Hespanhas, estabelecendo-se na Andalusia; mas vendo os povos desgostosos, veiu para a Lusitania, seduzindo os seus habitantes, com bellas promessas, e grandes liberalidades.

No anno 405, antes de Jesus Christo, foi

[1] Os Carthaginezes com a mesma facilidade com que faziam promessas e tratados, faltavam ao promettido ou estipulado, de modo que a *fé punica* (synonimo de perfidia e má fé) ficou em proverbio.

Boodes substituido por Maharbal, que foi o melhor dos governadores; conseguindo pelo seu procedimento, o que os seus antecessores não tinham conseguido com as armas—a pacificação d'este paiz.

Em 389, antes de Jesus Christo, uma náo. guarnecida e tripulada com gregos (então inimigos dos carthaginezes) foi tomada junto ao Cabo de S. Vicente, e Maharbaal, longe de os considerar captivos, lhes deu um vasto territorio n'aquella provincia, onde consta que elles fundaram uma colonia, que veiu a ser florescente, e uma cidade (Carteia?) que o mar, alguns seculos depois, arruinou.

(Vide *Carteia* e *Quarteira.*)

Em 321, antes de Jesus Christo, Alexandre Magno, conquistou e destruiu Tyro.

Muitos dos seus habitantes, fugiram para Carthago, e de lá para a Lusitania, onde fundaram colonias, que, não só progrediram, mas tambem derramaram a instrucção e a prosperidade.

Em 274, antes de Jesus Christo, veiu governar as Hespanhas, Hamilcar Barca, o qual, como o seu antecessor, soube, pelo seu bom comportamento, conquistar a amisade dos lusitanos; e, para mais estreitar os laços que a elles o uniam, casou (em 254 antes de Jesus Christo) na cidade de Lisboa, com uma portugueza, e d'este consorcio nasceu o grande Annibal Barca, na ilha Formentera (uma das Baleares.)

Foi á Sicilia em soccorro dos Carthaginezes contra os romanos, e as legiões lusitanas que o seguiram, obraram maravilhas.

Carthago, tinha em tanta conta o valor dos lusitanos, que, nas guerras diuturnas contra Roma, as suas legiões eram a elite do exercito da republica.

Amilcar, depois da primeira *guerra punica*, voltou á Lusitania, com sua mulher, e com seus filhos, Annibal, Asdrubal, Magon e Hanon, e uma filha que depois casou com um outro Asdrubal.

Com as aguerridas legiões lusitanas, recuperou as provincias rebelladas, desde a Andaluzia até á Catalunha.

Tornando a atear-se a guerra com os povos catalães, Asdrubal morreu em uma batalha, no anno 230, antes de Jesus Christo, succedendo-lhe no governo, seu genro, Asdrubal, que, ajudado por seu cunhado, Annibal, pacificaram as provincias rebeladas, mas veiu a morrer apunhalado (220 annos antes de Jesus Christo) parece que por mandado dos romanos.

Succedeu-lhe o grande Annibal, verdadeiro amigo dos lusitanos.

Contando com o seu valor e a sua dedicação, declarou-lhes a sua tenção de marchar contra Roma.

Depois de oito mezes de cêrco, tomou a heroica e legendaria Sagunto, alliada dos romanos; e este facto deu origem, ou pretexto á 2.ª guerra punica.

A Lusitania forneceu a Annibal as suas valentes legiões, e transpondo os Pyreneus e depois os Alpes, derrotou por varias vezes os exercitos romanos, no centro da Italia, e, por fim, ganhou a famosa batalha de Cannas, na Apulia.

N'esta batalha o general romano Terencio, foi derrotado e posto em fuga, com o resto das suas tropas.

Annibal, não se soube aproveitar da victoria; e, preferindo as *delicias de Cápua*, á continuação da sua marcha victoriosa, assim perdeu a sua causa, e a sua patria.

Em 212, antes de Jesus Christo, foi a Lusitania invadida pelos romanos, que no anno 200 antes de Jesus Christo, se apossaram das Hespanhas, cessando o dominio dos phenicios ou carthaginezes.

Vide *Romanos.*

Dos monumentos phenicios, trato nos logares onde existem.

PI-PI—portuguez antigo—Em alguns prasos se acha a pensão ou fôro de gallinhas—*que nom digão* pi, pi, *nem façom quó, quó*—isto é—que não sejam frangas, nem andem chócas.

PIA CARNEIRA—vide *Ayre* (serra.)

PIÃES — freguezia, Beira Alta, comarca, concelho, e 10 kilometros a O. de Sinfães (foi até 1855, da comarca de Rézende, concelho—extincto então—de São Fins, do Pai-

va) 35 kilometros ao O. de Lamego, 330 ao N. de Lisboa.

Tem 500 fogos.

Em 1757, tinha 300 fogos.

Orago, S. Thiago, apostolo.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O real padroado apresentava o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento.

Foi villa, e cabeça de concelho, cuja capital era a povoação de Crescônha, onde ainda existem as ruinas da cadeia.

A casa da camara, foi demolida, ha uns 30 e tantos annos.

Está a freguezia situada na encosta septentrional de uma serra, sobre a margem esquerda do Douro, em bonita posição.

O seu territorio é muito fertil em todos os generos agricolas, muito abundante de aguas, e produz muitas e optimas madeiras, que exporta para a cidade do Porto, e outros pontos, pelo rio.

Nos seus montes ha muita caça.

O vinho d'esta freguezia, posto ser verde, é excellente.

E' n'esta freguezia a casa da *Vista Alegre*, rica propriedade do sr. Jeronymo Leite Cabral Tavares Castello-Branco, que hoje reside na quinta de Eiriz (vinculada) proximo e ao O.S.O. de Arouce.

Em frente d'esta freguezia, na margem opposta do Douro, é a freguezia de Penha-Longa, e entre uma e outra, está o *pégo da Cardía*, onde appareceu uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, que deu origem a grandes tumultos e desordens; porque tanto os de Piães, como os de Penha-Longa, a pretendiam para a sua freguezia.

Quando as desordens estavam no maior auge, e a ponto de passarem a *vias de facto*, desappareceu a imagem, e terminou a contenda.

Esta freguezia é bastante rica, pelo muito commercio que, pelo Douro, faz com a cidade do Porto, para onde exporta vinho, madeiras, fructas e outros generos, que lhes sobejam do cousumo dos seus habitantes.

O Douro lhe fornece excellente peixe, sobretudo, saveis, trutas e lampreias.

Em uma quinta sua, na povoação de Crescônha, viveu alguns annos o legendario Egas Moniz, com sua segunda mulher, e seu *criado* (pupillo) o nosso 1.º rei, D. Affonso Henriques.

PIAS—freguezia, Alemtejo, comarca e concelho de Moura, 60 kilometros d'Evora, 165 ao S.E. de Lisboa.

Tem 570 fogos.

Em 1757, tinha 180 fogos.

Orago, Santa Luzia.

Bispado e districto administrativo de Beja.

A mitra apresentava o cura, que tinha 150 alqueires de trigo e 60 de cevada.

E' terra fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. E' abundante de caça, grossa e miuda.

PIAS—freguezia, Douro, comarca e concelho de Lousada, 36 kilometros ao N.E. do Porto, 330 ao N. de Lisboa.

Tem 90 fogos.

Em 1757, tinha 82 fogos.

Orago, S. Lourenço, martyr.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

O D. abbade benedictino, de Santo Thyrso de Riba d'Ave, com reserva, apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento.

E' terra muito fertil em cereaes, fructas, legumes e vinho.

Cria muito gado bovino, que exporta.

PIAS—villa, Extremadura, comarca e 18 kilometros ao N. de Thomar, concelho de Ferreira do Zêzere, 115 kilometros ao N. de Lisboa.

Tem 250 fogos.

Em 1757, tinha 160 fogos.

Orago, S. Luiz, bispo de Tolosa.

E' da prelazia de Thomar, annexa ao patriarchado. Districto administrativo de Santarem.

A mesa da consciencia (por ser commenda da Ordem de Christo) apresentava o vigario, que tinha 180 alqueires de trigo, 120 de cevada, uma pipa de vinho, 6 alqueires de azeite, e 20$000 réis em dinheiro.

Está a villa em um sitio formoso e ameno, cercada de altos montes.

Do alto da serra de Santa Catharina, on-

de está a capella d'esta santa, se descobre o Tejo, e os campos de Santarem.

Ha n'esta serra, minas de ferro, e n'ella nascem os rios Louzan e Barqueiro, que desaguam no Nabão.

O seu territorio é fresco e abundante, e ha no termo, extensos, bellissimos e ferteis valles.

Tambem no termo da villa teem apparecido conchas fosseis, em grande quantidade.

O padre Carvalho, diz que esta villa tem por armas, uma *Senhora da Piedade*; entretanto, nem no sr. Vilhena Barbosa, nem em outro escriptor, acho brazão d'armas para esta villa.

Diz-se que o seu nome deriva de duas grandes pias, abertas na rocha *viva*, que estão no chafariz, á entrada da villa.

D. Affonso I a conquistou aos mouros, em 1146, e a deu aos cavalleiros do Templo, que logo a povoaram e lhe deram foral.[1] (Franklim não traz foral algum, velho ou novo, d'esta villa.)

Passando por aqui D. João III, em 1533, e pernoitando em umas casas, que ainda existem, foi recebido pelos moradores, com grandes e apparatosas festas. O rei, grato a este recebimento, lhe deu foral, elevando a povoação á cathegoria de villa, por alvará, passado em Evora, a 25 de fevereiro de 1534, separando-a e tornando-a independente da jurisdição de Thomar.

Todos os generos agricolas do nosso clima, aqui abundam, e exportam-se annualmente, em prodigiosa quantidade, excellentes ameixas sêccas.

Em um outeiro, que fica pouco acima da capella de S. João—do logar de *Ave-Casta*, perto da villa, ha uma grande gruta natural, cavada em um rochedo, com 10 metros de largo e 3 1/2 d'alto, cheia de musgo e avenca. É muito formosa. Communica com outra gruta ou caverna, muito escura, a qual ainda ninguem se atreveu a examinar.

Proximo do *Pereiro* e de *Ave-Casta*, se fórma em todos os invernos uma lagôa, que é o grande divertimento dos caçadores, que então aqui matam muitas aves aquaticas, de arribação.

Em um cabeço que está proximo á lagôa, se vêem as ruinas da torre, denominada *do Ladrão-Gayão*, celebre antigualha, cuja origem se ignora. É quadrada, e mostra ter tido tres andares. Tem apenas uma pequena porta de entrada, no 1.º andar. Diz a lenda, que o tal Gayão, era um *gigante*, que roubava os passageiros; mas um homem de mediana estatura, que por alli passou, atirando-lhe com a bolsa, quando *Gayão* se abaixou para a apanhar, o matou com uma punhalada; mas, cahindo o gigante sobre o outro, o esmagou. Os do logar, ainda hoje mostram umas pedras, que dizem ser as sepulturas dos dois. Contam sobre isto muitas patranhas, mais ou menos inverosimeis.

Brandão, na 3.ª parte da *Mon. Port.*, liv. 10, cap. 44, diz que esta torre era de *D. Gayão*, alcaide-mór de Santarem, ao qual, por ser facinoroso, cognominaram—*o Ladrão.*

Esta torre, está nos limites da freguezia de Nossa Senhora das Areias. (Vol. 1.º, pag. 238 E, col. 1.ª) Hoje chama-se *Torre da Murta*, e é solar dos viscondes d'este titulo. Vide *Torre da Murta.*

—

Foi cabeça de concelho, com camara, juiz ordinario (com recurso para a *casa da supplicação*) e mais empregados respectivos.

No archivo municipal havia uma provisão, segundo a qual não podiam servir empregos publicos do concelho, senão pessoas da primeira nobreza.

Teve, até 1834, tres companhias de ordenanças, com os competentes officiaes e capitão-mór.

Até 1834, sahiam d'esta freguezia, em rendas, fóros e dizimos, mais de 600 moios de trigo, afóra outros generos e dinheiro.

No termo d'esta villa se encontram umas pequenas pedras, oblongas, e agudas nas extremidades (aerolithos?) que, segundo a crença do povo, pisadas e bebidas, curam as doenças da bexiga. Parece que são as a que os medicos e os lapidarios chamam *pedras-judaicas*.

[1] Foram estes cavalleiros que construiram o castello de *Céres*, ou *Céra*, que fica proximo, em 1169.

O monte que fica ao nascente da villa, e que a abriga do vento leste, levanta-se entre dois valles, muito deliciosos, amenos e frescos, os quaes se prolongam de N. a S., nas faldas de duas serras, uma a E., sobre a qual corre a estrada real de Abrantes a Coimbra; e outra a O., por onde passa a estrada publica, de Lisboa para Thomar, Coimbra, etc.—Ambas estas serras se unem e terminam nos Cabaços.

É terra muito abundante de aguas, que regam e fertilisam seus campos, e servem de motor a moinhos e azenhas.

—

Já disse que os primeiros senhores d'esta povoação, depois de resgatada do poder dos mouros, foram os templarios. D. Affonso I, dando-lhe o castello de *Céres* ou *Céras*, para o reedificarem e povoarem, incluiu na doação, Pias e o seu termo, então pertencente á freguezia de Santa Maria do Olival (Thomar).

O termo da villa, comprehende tres freguezias—a de Pias, a de Nossa Senhora das Areias e a de S. Silvestre dos Chãos, que todas tinham vigarios, coadjutores, e beneficiados freires, da ordem do Templo. até 1311, e desde 1319 até 1834, da ordem de Christo—e todos na prelazia de Thomar, e da sua correição.

—

A egreja matriz, muito antiga, é de tres naves, e foi reedificada pelo povo da freguezia, principiando as obras em 1550 e terminando em 1588.

Tem muitas capellas em ambas as naves lateraes. Do lado esquerdo (da Epistola) tem tres, todas dedicadas á Santissima Virgem.

Na tribuna do altar-mór, está a imagem de Nossa Senhora da Conceição, cuja historia é a seguinte:

Quando se fez a tribuna, uma senhora da villa, chamada D. Marianna de Mattos, viuva do mestre de campo, Bernardino de Sequeira, quiz que no throno se collocasse uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, que tinha no seu oratorio. Annuindo o parocho e irmãos da confraria do Santissimo, foi a santa imagem levada em magestosa procissão, para a egreja, havendo por essa occasião uma festa esplendida, feita á custa de D. Marianna. O andor da Senhora, que estava ricamente adornado, foi levado por quatro pessoas, das mais nobres da villa. Teve isto logar, em 18 de dezembro de 1707.

A capella de Nossa Senhora da Paz, é de nobre architectura, ampla e fechada de abobada. Foi mandada fazer em 1633, pelo licenceado, Manuel Godinho, que vinculou todos os seus bens, sob a protecção d'esta Senhora, á qual dedicou uma missa quotidiana, *in perpetuum*, que seu neto e successor, Manuel Godinho Gonçalves (que foi cavalleiro de Christo, e capitão-mór d'esta villa) sempre lhe mandou dizer.

Os administradores do morgado, occorriam ás despezas do culto e conservação da capella, e faziam á sua padroeira uma grande festa.

A capella de Nossa Senhora dos Martyres, foi mandada construir por o capitão Antonio Ferreira, natural d'esta villa, em 1650. É tambem um vinculo, e o seu instituidor (o dito capitão) nomeou para seu primeiro administrador, o tenente João Ferreira Soares, ao qual impôz a obrigação de certa quantidade de missas semanaes. Esta capella, fica á face da egreja.

O seu fundador, mandou pintar em um grande quadro, na capella, a batalha dada por D. Affonso Henriques, quando tomou Lisboa aos mouros, em 21 de outubro de 1147.

Consta ser obra do insigne pintor portuguez, *Avellar*, o mesmo que pintou varios quadros na egreja de Nossa Senhora dos Martyres, de Lisboa.

Ha tambem uma outra imagem de Nossa Senhora da Conceição, que no seculo XVIII estava no oratorio da casa do sargento-mór, Salvador Soares Cotrim, e só estava no altar-mór da egreja, em 8 de dezembro, dia em que se lhe fazia uma grande festa.

Esta imagem foi doada em testamento, ao referido Cotrim, por seu tio, o doutor José Soares d'Araujo, e está vinculada á capella que instituiu em 1693.

—

No logar *d'Alqueidão*, d'esta freguezia, Diogo de Souza e sua mulher, Catharina

Garcez de Oliveira, pessoas nobilissimas da villa de Pias, instituiram, em uma sua quinta, um vinculo, com formosa capella, dedicada a *Nossa Senhora do Desterro*, com o legado de uma missa quotidiana.

Como não tiveram filhos, passou a administração do vinculo ao capitão Lucas de Sá e Mendonça, ao qual succedeu seu filho, Rodrigo de Sá e Mendonça.

A instituição d'este morgado é muito antiga, mas ignora-se a sua data.

Os administradores faziam em todos os annos uma grande festa á padroeira da capella.

—

Na aldeia dos *Cumes*, termo d'esta villa, mas na freguezia de S. Silvestre, está a capella de Nossa Senhora da Encarnação, mandada fazer por um vigario da parochia, pelos annos de 1690. Faz-se a sua festa a 25 de março.

PIAS—freguezia, Minho, comarca e concelho de Monção, 60 kilometros ao N.O. de Braga, 420 ao N. de Lisboa.

Tem 290 fogos.

Orago, S. Thiago, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O *Portugal Sacro*, não traz esta freguezia.

Foi commenda da ordem de Christo.

D. Vasco Marinho, largou esta egreja ao rei, para que fizesse commendador ao filho d'aquelle, Pedro Marinho.

Depois, foi reitoria, apresentada pela casa da Agra, pelos Abreus, e depois, por troca, ficou pertencendo á casa da Barbeita.

Estes Marinhos, procedem de D. Fraião (ou Froylão) fidalgo italiano, que veiu para Portugal com o conde D. Mendo, guerrear contra os mouros.

Delle se falla, na descripção do castello da *Fórna* em *São Fins*.

D. Fraião, casou com D. Marinha, e foi seu filho, D. João Forjaz Marinho, pae de Payo Annes Marinho, e Martim Annes Marinho, um, instituidor do solar de *Olhôa*, e o outro do de *Inra*.

D. Fraião é progenitor dos condes de Mollares, adiantados de Andaluzia; dos duques de Alcalá, e de muitos grandes em Hespanha.

Os Marinhos são muito prolificos, pelo que se acham muitas familias d'este appellido, na margem esquerda do Minho, Ponte de Lima, e outras muitas terras.

O solar dos Marinhos, passou a Pedro Alvares Sotto-Maior, por casar com D. Elvira Annes, filha de João Pires Marinho, neta de Pedro Annes, bisneta de D. João Forjaz Marinho, e 3.ª neta de D. Fraião.

De Pedro Alvares Sotto-Maior e sua mulher, foi filha, D. Elvira Pires, mulher de Fernão Gonçalves de Pias, senhor da torre da Sobreira, solar dos Felgueiras.

Foi d'esta familia, D. Vasco Marinho, filho de Alvaro Vaz Bacellar, de Monção.

Diz-se que os Marinhos procedem de Caio Mario (ou Marino) patricio romano.

D'esta familia era São Marino, que foi martyrisado em Cesaréa, no tempo do imperador Juliano Apostata. (Vide vol. 1.º, pag. 174, col. 1.ª)

—

Em 26 de janeiro de 1875, falleceu na sua nobilissima casa de Pias, o sr. Jooquim Pereira Pimenta de Castro.

Era um cavalheiro adornado das mais excellentes qualidades, que o tornavam geralmente respeitado.

Era tão ameno no seu trato, e tão bondoso, que, sendo um acerrimo legitimista, era amado por todos, sem distincção de *côres politicas*.

A sua morte, foi uma perda irreparavel para o seu partido, ao qual prestou relevantissimos serviços.

Para o appellido *Castro*, vide *Cascaes* e *Côvo*—para o de *Pereira*, vide *Feira*.

Pimenta, é um nobre appellido em Portugal.

Procede de Affonso Telles Pimenta, filho de D. Ayres Pimenta, e neto de D. Alvaro Paes Telles, ambos priores do Crato.

Os Pimentas, trazem por armas:

Escudo esquartellado—o 1.º e 4.º, faxado e contrafaxado de púrpura e prata, de cinco peças em palla e quatro em faxa—no 2.º e 3.º, d'asul, tres vieiras d'ouro, em roquête.

Êlmo de prata, aberto, e por timbre, meio homem, vestido d'asul, com um bastão, de ouro, na mão direita.

Outros do mesmo appellido, trazem por armas:

Escudo de prata, seis grãos de pimenta, da sua côr (negro) em duas pallas, entre uma sobre-cruz d'asul. (Parece que estas são as primeiras armas dos Pimentas.)

O mesmo êlmo e timbre.

—

No logar da Lapa, d'esta freguezia, ha uma mulher, que fez este anno (1876) 112 annos de idade!

PICA ou **PICCA**—portuguez antigo—especie de abéto, ou pinheiro alvar.

E' palavra latina.

Tanto o abéto, como a pica e o pinheiro, dão a resina, vulgarmente chamada péz.

PICÃO—quinta, Extremadura, a 3 kilometros de Cintra, hindo para Collares.

Na quinta dos Castros (de seis aroellas) que foi de D. João de Castro Telles, porque o rei, D. João I, a deu de presente a sua mulher, D. Archangela Maria de Portugal—está uma ermida, de Nossa Senhora da Piedade, pequena, e muito antiga (consta que foi construida quando D. João I veiu da Africa, depois de tomar a praça de Ceuta, em 1415.)

Já então era uma quinta nobre, o que na antiguidade dos seus arvoredos facilmente se reconhece.

O famoso D. João de Castro, 4.º vice-rei da India successor de D. João de Castro Telles, foi senhor d'esta quinta, que tornou célebre, por lhe cortar todas as arvores fructiferas, substituindo as por outras silvestres e estereis.

Esta quinta, denominou-se primeiro, de *Nossa Senhora da Piedade*, em razão da capella d'esta invocação—e depois, *quinta do Picão*.

Diz-se que a imagem da padroeira, foi feita da madeira de um cipreste, que foi arrancado para se construir a capella.

Os pescadores e marinheiros de Cascaes, tinham grande devoção com esta Senhora.

Esta quinta passou depois para a casa dos duques de Cadaval.

D. João de Castro tinha tambem em Cintra, a quinta da *Penha Verde*, hoje do seu successor, o sr. conde de Penamacor.

E' em *Penaferrim*.

D. Alvaro de Castro, filho de D. João de Castro, fundou em 1560, o *convento da Cortiça*, de frades capuchos.

Depois de 1834, passou a ser propriedade dos srs. condes de Penamacor, que em 1873, o venderam ao sr. Cook (visconde de Monserrate.)

Está na serra de Cintra, mas é da freguezia de Collares.

(Vide vol. 2.º, pag. 303, col. 2.ª, e 304, col. 1.ª)

—

A capella actual, da quinta do Picão, não é a primitiva.

Foi reedificada, pelo referido D. Alvaro de Castro, pelos annos de 1555.

—

D. João de Castro Telles, morreu sem descendencia, passando a propriedade da quinta ao collegio do *Populo*, de eremitas de Santo Agostinho (gracianos) da cidade de Braga, fundado pelo arcebispo, D. frei Agostinho de Castro, que havia herdado a quinta, e a doou ao tal collegio.

D. frei Agostinho de Castro, tambem herdou a casa ou palacio dos Castros, junto á egreja parochial de S. Thiago, de Lisboa (hoje S. Thiago e S. Martinho.)

Esta casa deixou o arcebispo, a seu sobrinho, D. João Telles de Castro, sob condição de que, morrendo este sem filhos, passaria ao mesmo collegio.

Como se verificou esta hypothese, o collegio tomou conta do predio, e o vendeu em

praça publica, por 12:000 crusados e 100$000 réis (quatro contos e novecentos mil réis) a Luiz Manuel Castanheda e Moura, contador-mór do reino.

A quinta do Picão, foi vendida pelo mesmo collegio, ao duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira, por 5:000 crusados (réis 2:000$000.)

Os duques, restauraram a capella, e a adornaram com muitas e ricas alfaias e paramentos; e faziam á Senhora uma esplendorosa festa annual, á qual algumas vezes assistia a familia real e a côrte, havendo então corridas de touros, cavalhadas, jogos de cannas, etc.

PICÃO—portuguez antigo—pimpão, valemtão, espadachim.

Tambem, môrro, ou pico muito alto.

PICÃO—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Castro Daire, 20 kilometros ao O.. de Lamego, 325 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757 tinha 81 fogos.

Orago, S. Thiago, apostolo.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O reitor de S. João Baptista, do Pinheiro, apresentava o cura, collado, que tinha réis 30$000 e o pé d'altar.

E' terra fertil em cereaes.

Cria muito gado, de toda a qualidade, e é abundante de caça, grossa e miuda.

PICÃO DO ARDA—monte, Douro, na freguezia de Fermedo, comarca, concelho e 24 kilometros ao N.O. d'Arouca, 9 ao S. do rio Douro, 32 ao S.E. do Porto, e 300 ao N. de Lisboa.

Apenas produz tojos e urzes, e é, na maior parte, formado de schisto.

Este monte, está preso pelo S.O. á serra do Borralhoso.

A parte que olha para o N.O., tem, desde o seu cume até á base, mais de 240 metros de altura, cahindo quasi perpendicularmente sobre o rio Arda.

Causa vertigens, olhar dos penedos que lhe coroam o tôpo, para o rio!

Mesmo assim, a pouco mais de meia altura, vae um atalho, por onde eu bastantes vezes passei, com o cavallo á redea; mas não me atrevia a olhar para baixo.

PICO DE REGALADOS, antigamente **PICCA DE REGALADOS**, e, depois, simplesmente **REGALADOS**—villa, Minho, na comarca e concelho de Villa Verde, 12 kilometros ao N. de Braga, 372 ao N. de Lisboa.

Tem 300 fogos, em 2 freguezias. (S. Christovão 130, e S. Payo, 170.)

Em 1757, era uma só freguezia, da invocação de S. Vicente, martyr, com 93 fogos.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 130$000 réis, e o pé d'altar.

E' povoação muito antiga.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 13 de novembro de 1513. (*L.º de foraes novos do Minho*, fl. 106 v., col. 1.ª)

Comprehende este foral, as terras seguintes:

Gême, Gondariz, Lanhas, Paço, Prado, S. Payo de Mós, Santa Ovaia, S. Christovão, S. Vicente, Cibões (ou Sibões) e Villarinho. [1]

Era uma das mais antigas comarcas, e concelhos do reino. Aquella e este foram supprimidos em 24 de outubro de 1855—ou—para melhor dizer, foram transferidas as sedes da comarca e do concelho, para Villa-Verde.

O concelho de Pico de Regalados, tinha 2:000 fogos, e a comarca 8:800.

—

A villa está situada em uma baixa, e uma grande parte dos seus habitantes são almocreves.

Tem feira de gado, em todas as primeiras 6.as feiras de cada mez, e nos dias 17.

N'esta villa nasceu, em 1550, um homem por alcunha o *Ovelheiro*, que morreu em 1670, com 120 annos de idade!

Assistiu á derrota de Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578.

D. Affonso Henriques a fez couto e a deu

[1] No foral se lhe dá o nome de *Regalados*.

ao arcebispo de Braga, D. Payo Mendes, em 1132.

—

Pedro Gomes d'Abreu, senhor do couto e casa de Abreu, e dos direitos reaes de Villas Bôas e alcaide-mór de Lapella, teve o senhorio da villa e concelho de Pico de Regalados.

Vivia em Coucieiro.

Era casado com D. Aldonça de Souza, filha de D. Lopo Dias de Souza, e foi seu filho, Lopo Gomes, e outros muitos—entre elles, D. Aldonça de Souza, que casou com D. Payo Rodrigues de Araujo.

Succedeu-lhes seu filho, Lopo Gomes de Abreu, casado com D. Ignez de Sotto-Maior e Lima, a qual, ficando viuva, tornou a casar com Fernão de Souza, da Botêlha, filho de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Villa Nova de Cerveira, e de sua mulher, D. Philippa da Cunha, e teve tambem muitos filhos.

Foi seu filho primogenito e herdeiro, Pedro Gomes d'Abreu, casado com D. Genébra de Magalhães, filha de Fernão de Magalhães, *o Velho*, sr. do couto e casa de Briteiros, e de sua mulher, D. Brites de Mesquita.

Foi seu filho, Leonel de Abreu.

Teve tambem, de D. Catharina d'Eça, abbadessa de Lorvão (filha de Fernão d'Eça) seis filhos e filhas, dos quaes ha vasta descendencia.

Leonel d'Abreu, casou 2.ª vez, com D. Maria de Noronha, filha de Francisco de Lima, 3.º visconde de Villa Nova da Cerveira.

D'estes procedem os morgados de Moreira, em Monção, e os da casa do *Paraizo*, na rua do Bomjardim, na cidade do Porto.

—

Aquelle Pedro Gomes d'Abreu, senhor de Regalados e de toda a casa de seu pae, perdeu tudo, por se passar a Castella, em 1640, e lá o fez D. Philippe IV, *conde de Regalados*.

Revertendo estes senhorios á corôa, D. João IV os deu a D. Gastão Coutinho, governador da provincia do Minho, capitão-general de Tangere, e commendador de Caldellas; porém os irmãos de Pedro Gomes de Abreu, que se conservaram fieis á sua patria, se oppozeram a esta doação, ficando D. Gastão só com o senhorio de Regalados.

D. Gastão, era tambem descendente dos antigos senhores de Regalados, por ser 3.º neto de Lopo Gomes d'Abreu, senhor de Regalados e Valladares.

D. Gastão não teve filhos, de sua mulher, D. Isabel Ferraz, filha de Balthazar Ferraz, de Ponte do Lima—passou o senhorio a seu sobrinho, Luiz Gonçalves Coutinho da Camara, filho de sua irman, D. Philippa Coutinho, e de seu marido, Francisco Gonçalves da Camara; e foi seu filho, Gastão José da Camara Coutinho, senhor da casa da Taipa.

Os antigos senhores de Regalados, abusavam tanto do seu poder e riquezas, que Sá de Miranda os comparava a lobos.

> «Agora, por que vos conte
> Quanto vi—tudo é mudado!
> Quando recolhi ao monte,
> Por *meus visinhos defronte,*
> *Vi lobos no povoado.*»

(Carta 3.ª a seu irmão Mem de Sá—quintilha 38.ª—estando na sua casa da *Tapada*.)

—

A casa d'*Anquião*, foi tambem dos Abreus, de Regalados.

D. Rodrigo de Mello de Lima, commendatario de Refojos do Lima, filho 2.º de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira, deu a casa de Anquião, em dote a sua filha, D. Joanna de Mello, para casar com João Gomes d'Abreu, 2.º filho de Leonel d'Abreu, senhor de Regalados. D'esta casa procedem muitas familias nobres do Minho. (Vide adiante.)

—

Os antigos Abreus de Lima, foram senhores e condes de Regalados, antes que este senhorio passasse aos Camaras. Ultimamente, ligaram-se ao ramo d'esta familia, os Silvas e Coutos, que são os actuaes senhores da casa de Regalados.

Os Abreus, trazem por armas—em campo de púrpura, cinco côtos d'aguia, d'ouro, estendidos, em aspa: escudo de prata, aberto; e, por timbre, um dos côtos do escudo.

Os Limas, trazem — escudo dividido em tres pallas—a 1.ª, d'Aragão—e as duas, esquartelladas de Silva, e Sotto-Maior.

Outros, trazem—em campo de ouro, quatro barras de púrpura. Elmo d'aço, aberto; e por timbre, um leão de púrpura.

Lima, é um nobre appellido portuguez, procedente do Alto-Lima (Galliza) em cujas margens vivia uma antiga familia que tomou por appellido o nome d'este rio.

Trouxe-o para Portugal, D. Fernão Annes de Lima; e as armas que D. Pedro II, d'Aragão, deu a D. João Fernandes de Lima, em 1212, foi em recompensa da sua bravura, na famosa batalha de Navas de Toloza. (Pag. 15, col. 2.ª, do 6.º volume.)

Estas armas, eram as segundas que acabei de mencionar nos Limas.

Casando o dito D. Fernão Annes de Lima, com D. Thereza da Silva, filha de Ruy Gomes da Silva, compoz seu filho, Leonel de Lima, o seu brazão d'armas, do modo seguinte—escudo terceado, em palla—na 1.ª, d'ouro, 4 pallas de púrpura—a 2.ª e 3.ª, esquartelladas—no 1.º e 4.º, um leão de púrpura, lampassado d'azul (as armas dos Silvas)—no 2.º e 3.º, de prata, 3 faxas, xadrezadas d'ouro e púrpura, de duas ordens (armas dos Sottos-Maiores, que tomou por sua avó, D. Ignez de Sotto-Maior). Elmo d'aço, aberto; e timbre, o leão do escudo.

As antigas armas dos Limas, teem soffrido varias modificações, segundo os enlaces com outras familias.

Os viscondes de Villa Nova da Cerveira, uniram ao seu brazão d'armas, os dos Britos, Nogueiras, Sottos-Maiores, Vasconcellos, e Silvas Telles—formando o seu escudo do modo seguinte —Escudo terceado — no 1.º, as quatro barras de púrpura, em campo de ouro, dos Limas — o resto, esquartellado — no 1.º, Britos — no 2.º, Nogueiras — no 3.º, Sottos-Maiores — no 4.º, Vasconcellos — no centro, o escudo dos Silvas Telles.

—

O que é feito da casa dos Abreus, de Regalados

Na villa do Pico de Regalados, existe uma casa nobre, de que é actual possuidora, a sr.ª D. Quiteria Emilia Gomes d'Abreu da Silva Rézende e Couto.

Esta casa foi edificada, sobre as ruinas, e com os materiaes de um antiquissimo paço, dos senhores de Regalados, e deve considerar-se como o solar dos representantes directos dos legitimos Abreus.

Esta familia, que por alguns seculos viveu com o maior esplendor e poderio, atravessou depois penosas épocas de triste decadencia; e foi, por varias vezes, destituida de suas honras e grandes privilegios, pelos monarchas portuguezes, em favor de ramos collatteraes. Foi esta a causa principal da perda do brilho e luzimento do ramo principal dos Abreus, quasi esquecido ha mais de um seculo; mas, apezar de todas as adversidades, esta familia nos apparece sempre, com a dignidade e nobre altivez, que dá a pratica d'acções verdadeiramente cavalheirescas.

Foi pelos annos de 1790, que o desembargador João José d'Abreu e Silva, sendo filho segundo d'esta casa, a herdou, porque o primogenito se fez conego secular de S. João Evangelista (loyo).

Achando a velha torre solarenga de seus maiores, quasi reduzida a uns pardieiros inhabitaveis, a transformou em um bello e vasto edificio, que a morte lhe não deixou concluir, e assim ficou.

Segundo o plano da obra, devia ella constar de tres fachadas, em fórma de trapésio. Nos dois vertices dos angulos (cunhaes do centro) deviam ser collocados os brazões dos *Abreus-Silvas*, e dos antigos senhores e condes de Regalados; porém, só o primeiro foi posto, e lá está. O segundo, foi esculpido, e existe no jardim da casa; mas, como as obras se interromperam, alli ficou.

A casa, só tem concluidas as fachadas do centro e da direita.

—

Condes de Fornos d'Algodres

Com o conde D. Henrique, veiu para a Hespanha, em 1089, e, depois, para Portugal,

em 1093, *Gonçalo Rodrigues d'Avreu*, da familia dos condes de *Evreux* (França), segundo o chronista D. Antonio de Lima.

Gonçalo, sobreviveu ao conde, seu amigo e companheiro, e foi rico-homem, mordomo-mór, amigo e um dos mais bravos guerreiros de D. Affonso Henriques. (Gandara, Plan. 148.)

Fundou, para seu solar, a torre e honra a que deu o seu appellido, já *aportuguezado*—Abreu—na freguezia de *Merufe* (5.º volume, pag. 193, col. 2.ª, no fim).

Já tratei dos que lhe succederam no senhorio da torre; e de outros seus senhorios e vassallos, trata o conde D. Pedro, no seu Nobiliario, a pag. 217, e Alvaro Ferreira de Véra, nas suas *Notas* ao mesmo Nobiliario.

Gandara, no logar citado, diz que, em tempo de D. Pedro I, e de seu filho, D. Fernando I, eram estes Abreus senhores de mais de 60:000 vassallos (parece-me muito vassallo...) nas villas e logares de Regalados, de que eram condes, e nas villas de Valladares, Sanfins, Bodeia, La-Pella (Lapella), Barbeita, Castello-de-Vide, e Monforte: e tiveram 11 alcaidarias-móres, que foram as de — Melgaço, La Pella, Valladares, Monção, Elvas, Castello-de-Vide, Alter-do-Chão, Monforte, Miranda, Campo-Maior, e Sempre-Nova.

Nuno Gonçalves d'Avreu, o Moço, senhor de Melgaço (cuja mulher, troca o conde D. Pedro, com a d'outro do mesmo nome, tio d'aquelle), foi casado com D. Mecia Rodrigues de Vasconcellos, filha de Ruy Pires de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Mayor (ou Mór) Martins Redondo, cujas ascendencias se encontram no conde D. Pedro, tit. 53, pag. 34.

D'estes descendem tambem os senhores de Figueiró, e d'Alvarenga; os condes de Penella, e de Castello-Melhor (hoje marquezes); a rainha D. Leonor Telles de Menezes, e outras muitas das mais esclarecidas familias d'este reino.

Foi filho de Nuno Gonçalves d'Abreu, Gonçalo Rodrigues d'Abreu, alcaide-mór d'Elvas, casado com D. Thereza Alvares Pereira, irman *inteira* do grande condestavel, D. Nuno Alvares Pereira, conde de Arrayolos, d'Ourem, e de Barcellos, e senhor de Braga, Guimarães, e outras muitas villas e coutos; mordomo-mór de D. João I. (*Livro das Linhagens*, do conde D. Pedro, tit. 7.º, pag. 58 nota A.)

Lopo Rodrigues de Abreu, foi filho dos antecedentes (Nuno Gonçalves e mulher). Era fidalgo, da casa do infante D. Fernando, duque de Beja, pae do rei D. Manuel.

Casou com D. Brites Alvares de Castello-Branco, senhora de Arcozêllo e de Pêga, filha de Vasco Paes Cardoso do Amaral, alcaide-mór de Trancoso, senhor de Moreira e Ervilhão, e da casa e honra de Cardoso, e de sua mulher, D. Isabel Vasques de Castello-Branco, filha de Martim Vaz de Castello-Branco, monteiro-mór de D. João II, alcaide-mór da Covilhan, e tronco de todos os legitimos Castellos-Brancos, e dos condes de Pombeiro, e de Villa-Nova-de-Portimão, e de muitas familias nobilissimas de Portugal.

Lopo Dias d'Abreu, e sua mulher, assentaram o seu solar, na villa de *Fornos d'Algodres*, e seu filho, Pêro Lopes de Abreu Castello Branco, foi o tronco de todos os legitimos Abreus Castellos-Brancos, d'este reino.

Pêro Lopes d'Abreu Castello-Branco (que está sepultado no centro da capella-mór da egreja matriz da villa de Fornos d'Algodres) foi senhor de Arcozêllo e de Pêga; pagem da rainha D. Leonor Telles de Menezes, que era sua parenta, por sua bisavó, D. Mecia Rodrigues de Vasconcellos. Casou a primeira vez, em 1480. com D. Catharina Fernandes d'Albuquerque, filha de Fernão Annes d'Albuquerque, senhor d'Algodres e ahi morador — e segunda vez, com D. Isabel Cardoso, filha de Gonçalo Cardoso Homem de Vasconcellos, senhor do morgado e casa da Taipa, em Lamego, e veador da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e irman do rei D. Manuel.

O filho primogenito, do primeiro matrimonio—Lopo de Abreu Castello-Branco, estabeleceu-se na cidade da Guarda.

O filho segundo, do mesmo matrimonio, foi Jorge d'Abreu Castello-Branco, cavalleiro da guarda de D. João III, e fidalgo da sua casa. É d'elle que procedem os Abreus, mor-

gados do Espirito Santo, em Viseu (hoje condes de Santa Eulalia).

O primeiro filho do segundo matrimonio, foi Francisco Cardoso d'Abreu Castello-Branco, que ficou com o solar de Fornos d'Algodres, e cujas armas estão no cunhal do N., da antiga torre ameiada e solarenga, que esta familia ainda alli possue, na parte da villa a que por isso chamam *Bairro da Torre*.

Estas armas, são — escudo dividido em palla, na 1.ª, de púrpura, cinco côtos d'aguia, em aspa—e na 2.ª, d'ouro, leão de púrpura. Elmo d'aço, aberto, e por timbre, um dos côtos das armas, estendido.

Em frente da antiga casa solar d'esta nobre familia, principiou no meiado do seculo XVIII, Francisco d'Abreu Cardoso Castello-Branco de Mello (avô dos actuaes condes de Fornos d'Algodres) a edificar um grandioso palacio, cuja fachada principal está quasi concluida. É de bella architectura, e, se se executasse o risco primitivo, e se terminasse a obra, rivalisaria com os palacios da Brejoeira, do sr. Moscoso—de Matheus, dos srs. condes de Villa-Real—ou dos Paes, de Mangualde, da sr.ª condessa da Anadía.

Morto Francisco d'Abreu, parou a magestosa construcção, e assim existe; sendo conhecida na villa, não com o nome de palacio, mas com o de *Obras*.

Do testamento d'este Francisco d'Abreu, feito em 14 de fevereiro de 1572 (que ainda existe no archivo da casa—o original), e do de sua mulher e parente, D. Isabel *Dis* (Dias) Rebello, feito em 2 de março de 1551, consta que instituiam por seu herdeiro, a seu filho, Lopo Rodrigues d'Abreu Castello-Branco, que viveu em Fornos d'Algodres.

Por documentos authenticos, existentes n'esta casa, consta que Pero Lopes d'Abreu Castello Branco, tambem viveu em Fornos d'Algodres; e quando, em 1597, se fez a capella-mór da nova egreja matriz, foram os ossos de Pero Lopes, e os de seu filho, Francisco Cardoso d'Abreu, trasladados da antiga egreja, para esta; o que consta de uma sentença do juizo ecclesiastico, do bispado de Viseu, datada de 21 de junho, de 1597.

Esta sentença foi dada a favor de seu neto, Lopo d'Abreu Castello-Branco, mantendo-lhe a posse d'aquella sepultura.

Francisco Cardoso d'Abreu Castello-Branco, depois de viuvo, e de ter entregado os seus bens a seu filho, Lopo d'Abreu, por aquelle *estromento* de doação, fez-se padre, e teve muitos beneficios, entre elles, a abbadia de S. Miguel, de Fornos d'Algodres; e foi esmoler-mór do infante-cardeal, D. Affonso, filho do rei D. Manuel. [1]

—

Entre os antigos morgados d'esta familia, que é, sem duvida, um dos ramos mais bem averiguados dos Abreus, senhores de Regalados, encontra-se o morgado da *quinta da Bouça*, em *Terra de Tavares* (Beira-Baixa), instituindo, em 1349: um dos primeiros de que apparece noticia, depois da introducção dos vinculos em Portugal; segundo diz Lobão, nas *Addições ao Tratado dos Morgados*, cap. 1.º, § 12, nota.

D'este vinculo falla tambem frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, nas palavras *Almucella*, e *Criado*. Na 1.ª, diz que—«em 1349, Gonçalo Esteves de Tavares, e sua mulher, Leonor Rodrigues de Vasconcellos, fizeram seu testamento de mão *commua*, e n'elle instituem o morgado de Bouça, em Terra de Tavares, com certas capellas (de missas) na egreja que fizeram edificar na herdade da *Córga*, proximo a Viseu, e um hospital, junto á dita egreja, para 24 pobres honrados ou envergonhados, ou

[1] Francisco Cardoso, teve de Isabel D.es (Domingues) os filhos bastardos seguintes: — D. Elena Cardoso e D. Paula Cardoso, que foram freiras, em Lorvão, e Francisco Cardoso, padre da Companhia de Jesus.

Alguns confundiram esta Isabel D.es, com D. Isabel Dis (Dias) Rebello, legitima mulher de Francisco Cardoso d'Abreu; mas o testamento d'ambos, e a instituição de um dos vinculos d'esta familia, feita por Jeronymo Affonso Rebello d'Abreu, irmão da tal D. Isabel Dias Rebello, a favor de seu sobrinho, Lopo d'Abreu, filho de D. Isabel Dias, tiram toda a duvida.

Este Jeronymo Affonso e sua referida irman, eram filhos de Pedro Rebello d'Abreu, e de D. Brites Rodrigues de Ferreira, 3.os netos de Diogo Gomes d'Abreu, senhor de Regalados, e bisnetos de Lopo Dias Rebello, senhor da honra de Rebello.

invalidos, de honesta vida e bons costumes.» *E aos homens, e molheres honrados, deulhe seus almadraques* (colchões) *de lãa, e senhas colchas, e senhos*[1] *cabeçaes, tamanhos* (proporcionados) *em que cabham com sas* (suas) *molheres, os que casados forem:* aos outros *pobres, deulhe duas almucellas* (cobertores, mantas) *e senhos cabeçaes*, etc.

Na palavra *Criado*, diz Viterbo: — «Em 1356, os instituidores do morgado da Bouça, em Terra de Tavares, nomeiam para 1.º administrador d'elle, a Pedro Esteves, seu *criado* (pupillo) e sobrinho.»

A *quinta da Bouça*, fica a 4 kilometros da villa de Fornos d'Algodres, e os bens d'este morgado, foram em outro tempo, de avultado rendimento: ficou porém muito arruinado, com as penas pecuniarias impostas a Miguel de Abreu Castello-Branco Soares de Mello, seu administrador, pela alçada, presidida pelo desembargador Manuel da Silva Correia, que, no tempo de D. Pedro II, veiu contra elle.

Na instituição do morgado de Nossa Senhora da Annunciada, instituido na villa de Fornos d'Algodres, em 1616, excluem-se da successão, *os bastardos; os que tiverem raça de mouro, gentio ou judeu; os que casarem com pessoa que tenha mecanica por algum dos quatro avós; assim como os bebados, os ladrões, e os tafues notaveis.*

—

É 13.º representante directo e por varonia legitima, do referido Lopo Rodrigues de Abreu, o actual conde de Fornos d'Algodres, o sr. João Maria de Abreu Castello-Branco Cardoso de Mello, doutor formado em direito pela universidade de Coimbra, par do reino, grão-cruz das ordens de Christo — de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa — e de Isabel a Catholica, em Hespanha —juiz, conselheiro, do supremo tribunal de justiça, etc., etc.

É filho de João de Abreu Castello-Branco Cardoso de Mello, e de sua mulher, D. Antonia Clara Soares de Mello Abreu Magalhães da Motta.

Este sr. conde de Fornos, era filho segundo. O primogenito era Nicolau de Abreu Castello-Branco, distinctissimo official de cavallaria, do exercito realista.

Foi feito coronel d'aquella arma, em 18 de dezembro de 1820 — brigadeiro, em 14 de fevereiro de 1831—e marechal de campo, em 6 de novembro de 1833.

Foi governador geral da provincia de Angola, e portou-se com a maior bravura, em differentes batalhas. Fiel á bandeira que havia jurado defender, morreu solteiro e sem filhos, ainda em vida de seu pae; pelo que lhe succedeu em todos os antigos morgados d'esta casa, o filho segundo d'ella, quefoi feito visconde de Fornos d'Algodres, em duas vidas, a 30 de setembro de 1851 — e conde do mesmo titulo, em 31 de julho de 1865.

É viuvo da sr.ª condessa, D. Maria Luiza de Souza Pimenta Saavedra Santa-Martha, fallecida em fevereiro de 1876.

É seu irmão immediato, o sr. Alexandre de Abreu Castello-Branco Cardoso de Mello, feito conde de Fornos d'Algodres, em 17 de junho de 1875.

—

Eis a linha dos srs. condes de Fornos de Algodres:

Estabeleceu-se em Fornos d'Algodres, assentando ahi o seu solar

1.º — *Lopo Rodrigues d'Abreu*, casado com D. Brites Alvares Castello-Branco. Foi seu filho

2.º — *Pedro Lopes de Castello Branco*, casado com D. Isabel Cardoso. Foi seu filho

3.º — *Francisco Cardoso d'Abreu Castello-*

[1] *Senho*, portuguez antigo—seu, sua—ou —a cada um o seu ou a sua. Vem do latino —singuli.—Diziam—*senhos colmeiros* (molhos de palha)—*senhas vaccas*—isto é—cada um o seu colmeiro—cada um a sua vacca, etc.

Branco, casado com D. Isabel Dís (ou Dias). Foi seu filho

4.º—*Lopo d'Abreu Castello-Branco*, casado com D. Maria Proença Botelho. Foi seu filho

5.º—*Manuel d'Abreu Castello Branco*, casado com D. Julianna Cabral de Mello. Foi seu filho

6.º—*Francisco d'Abreu Castello-Branco e Mello*, casado com D. Maria de Sampaio Pereira. Foi seu filho

7.º—*João d'Abreu Castello-Branco*, casado com D. Maria Luiza de Lemos. Não tiveram filhos.—Succedeu-lhe seu segundo irmão

8.º—*Francisco d'Abreu Castello-Branco Cabral de Mello*, casado com D. Anna Mendes d'Andrade. Foi seu filho

9.º—*José d'Abreu Castello-Branco Cabral Cardoso de Mello*, casado com D. Catharina Mathilde Sotto-Maior Ledesma e Medeiros. Foi seu filho

10.º—*Francisco d'Abreu Castello-Branco de Mello Cardoso*, casado com D. Maria Delfina Osorio Sarmento de Vasconcellos. Foi seu filho

11.º—*João d'Abreu Castello-Branco Cardoso de Mello*, casado com D. Antonia Clara Soares de Mello Abreu Magalhães da Motta. Foi seu filho

12.º—*Nicolau d'Abreu Castello-Branco*, que falleceu solteiro e sem filhos, ainda em vida de seu pae, e se succedeu seu irmão immediato

13.º—*João Maria d'Abreu Castello-Branco Cardoso e Mello*—conde de Fornos d'Algodres.

PICONHA—antiquissimo castello, Traz-os-Montes, na comarca e concelho de Montalegre.

Na raia da Galliza, 9 kilometros ao N. da villa de Montalegre, ao N. da serra, ou cordilheira, que une o Geréz ao Larouco, á direita da estrada que vae d'aquella villa, a Tourem, entre as povoações gallegas de *Villar* e *Rendim*, sobre um môrro, que fica no meio do córrego, junto do qual corre a estrada, existem as ruinas do famoso *castello da Piconha*, hoje cobertas de silvas, hera e matto.

Consta ser obra de D. Affonso III, que lhe deu foral, segundo consta de uma carta régia, de confirmação de privilegios, mandada passar pelo rei D. Diniz, em 5 de maio de 1287. Segundo o foral e esta carta de confirmação, tinham os povos d'aqui, grandes privilegios, mas eram obrigados a defender o castello da Piconha, contra os inimigos.

Na doação que D. João I fez a seu filho natural, D. Affonso, quando casou com D. Brites Pereira, filha unica e herdeira do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, lhe deu tambem este castello, com outras muitas terras, por carta régia de 4 de junho de 1398.

Passou depois a commendatarios, que eram seus alcaides-móres.

Os moradores de Tourem, pagavam aos alcaides da Piconha, oitenta e tantos alqueires de pão. Os de Rendim (couto mixto, de Galliza e Portugal), em dinheiro, 10$000 rs.

Por alvará régio, de 5 de setembro de 1514, eram estes povos, isentos de pagar para a ponte de Mirandella.

D. Manuel deu foral a Piconha, em Lisboa, a 18 de janeiro de 1515, com os antigos privilegios. (*L.º de foraes novos de Traz-os-Montes*, fl. 42 v., col. 1.ª)

Sabe-se que foram alcaides do castelfo da Piconha

Antonio d'Araujo, em 1538.

Gaspar de Carvalho (alferes, e juiz ordinario da villa de Tourem), em 1564.

Alexandre de Gusmão (diplomatico e ministro de estado de D. João V, *em recompensa dos serviços de seu sogro*), desde 1714 até 1745.

Alexandre de Souza Pereira Coutinho (da casa de Villar de Perdizes), por carta régia, de D. Maria I, de 20 de agosto de 1779.

João Antonio de Souza Pereira Coutinho (filho do antecedente), por carta régia do principe regente—depois, D. João VI, de 1800. (Morreu em maio de 1825, e foi o ultimo alcaide-mór d'este castello.)

Este castello, foi arrazado pelos castelhanos, em 1388, e reconstruido pouco depois, por D. João I.—Em 1650, os castelhanos o tornaram a arrazar, e desde então deixou de existir, de modo que o titulo de alcaide-mór

se tornou puramente honorifico, ou *beneficio simples*, pois que só servia para disfructar as respectivas rendas, e mais nada.

PICÕES — antiga freguezia, Traz-os Montes — hoje unida á de Ferradosa, no concelho de Alfandega da Fé. (Vol. 3.º, pag. 169, col. 1.ª — a 1.ª *Ferradosa*.)

PICÓTA — Vide *Monchique*.

PICÓTA — portuguez antigo — pelourinho, com ganchos ou argolas, e cadeia, onde os criminosos eram suppliciados, ou expostos á vergonha publica. Vide *Pelourinhos*.

PICOTE — freguezia, Traz os Montes, comarca e concelho de Miranda do Douro (era do mesmo concelho, comarca do Mogadouro), 18 kilometros de Miranda, 450 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757 tinha 82 fogos.

Orago, S. João Baptista.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O abbade de Sendím, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis e o pé d'altar.

Terra fertil em cereaes, muito gado, de toda a qualidade, e muita caça, grossa e miuda.

PICÔTO, ou **PICOTTO** — cume de um monte, pincaro, pico, cabêço pyramidal — e, tambem sêrro, cabêço, etc.

PICOTO (castello do) — Vide *Olho da Mira*.

PICOTO — logar, Minho, na freguezia e antiquissimo julgado de Faria (vol. 3.º, pag. 139, col. 1.ª, no principio).

É composto de varios casaes, que foram coutados por D. Affonso III, que lhe deu foral, em Lisboa, a 10 de maio de 1269. (*Livro 1.º de doações de D. Affonso III*, fl. 96, col. 1.ª)

PICOTO — aldeia, Douro, na freguezia de S. Miguel de Barreiros, concelho da Maia, 8 kilometros ao N. do Porto, 315 ao N. de Lisboa.

Tem 105 fogos.

E' esta uma linda aldeia, a mais populosa da freguezia de Barreiros; pelo meio d'ella corre a estrada de mac-adam, que do Porto vae para Braga.

Projecta-se d'aqui uma estrada que conduza á egreja de Barreiros, estando já feitos os estudos, e para esse fim ha a quantia de 3 contos de réis, vindos do Brasil.

Logo que isto se realise, far-se-ha n'esta aldeia uma capella, onde deve vir a procissão dos Passos, que todos os annos, no domingo primeiro de quaresma, costuma sahir da egreja de Barreiros.

Estes melhoramentos darão grande vida ao Picôto, que já é uma aldeia notavel da freguezia de Barreiros, e até mesmo do concelho da Maia.

Já em tempo houve projecto de mudar para esta aldeia os paços do concelho e a cadeia, que ao presente estão, e sempre estiveram, na aldeia de Castêllo.

Apezar de se não ter effectuado isto (o que póde acontecer um dia) esta aldeia do Picôto é preferida para habitação do administrador, e d'outros empregados publicos do municipio.

A origem da denominação de Picôto é o seguinte:

A parte occidental d'esta aldeia, era em outro tempo um *cume de monte*, e ainda hoje o é, apezar dos desaterros que se teem feito.

D'esta elevação (vulgo *picôto*) proveio o nome á aldeia proxima.

Pelo Minho, especialmente em Barcéllos, era e é conhecida esta aldeia com o nome de logar do *Barcéllo*, nome cuja origem é a seguinte:

No seculo XVIII, pouco depois das primeiras edificações n'esta aldeia, um tal Domingos de Sá Pereira Farinha, comarqueiro de Barcellos, casou com D. Josepha de Sá Farinha, residente em Barreiros, e que possuia uma casa no Picôto, onde estava estabelecina uma venda em que costumavam pernoitar os carreteiros que faziam caminho pela estrada velha, que atravessava a aldeia.

Grande parte d'esses carreteiros eram de Barcellos; e, já porque o proprietario da casa tambem era d'esta villa, já porque elle tivesse a alcunha de — *O Barcéllo*, o certo é que esses carreteiros principiaram por chamar *venda do Barcéllo* áquelle estabelecimento, e depois, a applicar o mesmo nome á aldeia, generalisando-se a ponto tal, que

nos documentos publicos d'esse tempo era assim denominada a povoação.

Ainda hoje, em algumas partes do Minho, é conhecida por *Barcello.*

A egreja de Barreiros, de cuja freguezia o Picôto é uma das aldeias, é um templo bello e acceiado, o que é devido ao zelo do parocho actual, o reverendo Antonio José Pereira e Souza, um dos parochos mais dignos e virtuosos do concelho da Maia; é abbade d'esta freguezia ha perto de 30 annos.

Junto á egreja se construiu, em 1869, uma bella torre de sinos, onde foi collocado um relogio.

Faz-se n'esta egreja, como acima indiquei, todos os annos, no primeiro domingo da quaresma, a procissão dos Passos, com decencia e ordem; e no segundo domingo de julho, a grande festividade da Senhora do Bom Despacho.

PIEDADE ou **DA SENHORA DA PIEDADE**—serra, Douro, no concelho de Miranda do Corvo, comarca de Lousan. Vide *Miranda do Corvo.*

PIEDADE—logar, Extremadura, freguezia, concelho, comarca, e 2 kilometros de Alcobaça.

Districto administrativo de Leiria, no patriarchado de Lisboa. (Vol. 1.°, pag. 72, col. 1.ª)

Ha n'este logar umas aguas mineraes, sulphureas, efficazes para a cura de varias molestias, e ás quaes já concorrem annualmente centenares de doentes.

Faltam porém allí, todas as commodidades.

A camara d'Alcobaça, trata de construir na Piedade, um edificio em necessarias condições, para banhos thermaes.

Já está prompta a planta, e o orçamento da obra, cujo custo é calculado em 6 contos de réis.

Se a camara levar, quanto antes, a effeito este projecto, bem merece da humanidade, e cria mais uma fonte de receita para o municipio, e para a villa.

PIEDADE—quinta, Extremadura, em S. José de Ribamar. (Vide *Ribamar.*)

E' uma das mais formosas propriedades dos arredores de Lisboa, e que, tanto pelas curiosidades historicas que encerra, como pelo seu valor intrinsoco, se torna digna de ser adquirida por quem deseje ter alli uma vivenda agradavel e sumptuosa.

No seu estado actual, vale mais de 12 contos de réis.

Comprehende um bello palacio, com vastos salões, rica ermida, jardins, pomares, hortas, etc.

Foi vendida em praça publica, em agosto de 1875.

PIEDADE (Senhor Jesus da)—famoso Sanctuario, Alemtejo, freguezia, concelho, comarca, bispado e 1:500 metros ao O. d'Elvas.

Districto administrativo de Portalegre.

E' um templo magestoso e elegante, onde todos os annos, por occasião da feira de 21, 22 e 23 de setembro, se faz uma concorridissima romaria.

Em 16 de fevereiro de 1737, abriram-se os alicerces para a primitiva capela do *Senhor Jesus da Piedade;* mas, augmentando o numero dos devotos, por ordem do bispo, D. Balthazar de Faria Villas-Bôas (aos 11 de agosto de 1753) foram lançados os fundamentos á construcção de um templo, de maiores dimensões, e mais elegancia—e é o actual.

O local onde este templo está situado, é arborisado e muito ameno, e constitue um agradabilissimo passeio aos elvenses.

Em um formoso jardim contiguo, está uma bellissima fonte de marmore, abundante de frescas aguas.

Foi construida pelos mestres canteiros das obras de Mafra.

Em outubro de 1874, teve a confraria do Senhor Jesus da Piedade, licença para adquirir a horta, chamada do *Botelhão,* para ampliar o adro da egreja.

A romaria do Senhor Jesus da Piedade, é uma das maiores e melhores do Alemtejo, concorrendo a ella romeiros de muitas leguas, e até de Hespanha e de Lisboa; para o que ha então comboios a preços reduzidos.

PIEDADE (Nossa Senhora da)—Vide *Póvoa de Santo Adrião.*

PIEDADE (Nossa Senhora da)—Vide *Cojim.*

PIEDADE (Cóva da)—aldeia, Extremadura, ao S. do Tejo, etc.

Ao que fica dito, d'esta povoação, em *Almada, Cacilhas* e *Cóva da Piedade*, accrescento mais o seguinte:

Ao S. e perto de Cacilhas, está uma ermida, dedicada a S. Sebastião, martyr, que foi do padroado da camara municipal de Almada, a qual apresentava o respectivo eremitão·

Ha n'esta ermida uma imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, que foi alli collocada em 1669, por uns individuos que nimguem d'alli conhecia, e que não tornaram mais a apparecer.

Passados muitos annos, Catharina Maria, mulher de Francisco d'Azevedo Peleja, carcereiro da côrte, que tinha por estes sitios varias fazendas, e costumava vir aqui passar temporadas; tendo seu marido preso, por ter deixado fugir um criminoso (pelo que lhe tinham sequestrado tudo) e depois de ter despendido uns vinte mil cruzados (oito contos de réis) recorreu a afflicta mulher ao patrocinio da Senhora dos Prazeres, e é certo que o marido foi sôlto, e lhe foram entregues os bens sequestrados.

Catharina Maria, em reconhecimento d'esta ventura, que attribuiu a milagre da Senhora, lhe restaurou a ermida, comprou paramentos, fez vestidos ricos á Senhora (que é de roca) e fez-lhe uma grande festa no seu dia (1.ª segunda feira depois da oitava da Paschoa) que d'ahi em diante se lhe fazia em egual dia, todos os annos.

Jorge Rose Sartorios, foi feito *visconde da Piedade*, no 1.º de dezembro de 1836.

PILAR (Serra do)—Douro, em frente do Porto, na freguezia de S. Christovão de Mafamude, concelho de Gaia.

Ha aqui o edificio, arruinado, que foi o grande mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) edificado na parte septentrional da *serra de Quebrantões*, no sitio antigamente chamado *monte de S. Nicolau.*

No seculo XII foi aqui edificado um mosteiro de conegas de Santo Agostinho (freiras cruzias.)

Não se dando ellas bem n'este logar, o abandonaram, e ficou dezerto.

—

Sendo prior-mór do real mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, de Grijó, D. Bento de Abrantes, e bispo do Porto, D. Balthazar Limpo, filho d'este mosteiro; julgando-se os religiosos com direito ás ruinas do antigo mosteiro do Pilar, por ter sido da sua ordem (do que Grijó era então cabeça) resolveram fundar alli um novo mosteiro da mesma regra, filial do de Grijó, [1] e, por breve do papa, Paulo III, deram principio ás obras, em 1537.

O mesmo bispo, e D. João III, concorreram com avultadas esmolas para esta edificação, e o resto foi feito á custa do mosteiro de Grijó, e de donativos particulares.

O morgado de Quebrantões, vendeu aos frades, quasi todo o montado circumferente, que forma a cêrca do mosteiro.

O bispo, isentou-o da jurisdição episcopal, para sempre, em 12 de dezembro de 1337, como tinha feito ao de Grijó.

O sitio onde se edificou a egreja e mosteiro, chamava-se então *Meijoeira.*

A 1.ª pedra da egreja, foi lançada pelo bispo, D. Balthazar, em 28 de dezembro de 1537—dia do patriarcha, Santo Agostinho.

A primeira invocação do mosteiro, foi a de São Salvador (como era a de Grijó) mas, 1666, anno em que este mosteiro se separou do de Grijó, se lhe deu a invocação de Santo Agostinho.

A agua que vem para o mosteiro, por um bom aqueducto de arcaria de pedra (hoje bastante arruinado, e grande parte da agua *desencaminhada*) nasce de cinco fontes, que estão perto da egreja de Mafamude (que era do padroado d'este mosteiro.)

Esta agua era das freiras de Santa Clara, do Porto (franciscanas) cujo mosteiro fica mesmo em frente d'este do Pilar.

Foi trocada pelo padroado da egreja de S. Jorge, de Paço de Brandão, que, tendo sido

[1] D. Bento, projectou primeiro, mudar para aqui o convento de Grijó, transferindo para o Pilar a cabeça da ordem; mas depois, mudou de tenção; limitando-se a fundar uma casa filial de Grijó.

de Grijó, ficou desde então para as freiras.

Foi em 1542, que os frades de Grijó, vieram povoar este mosteiro.

Teve um orgão, no côro da egreja, reputado um dos melhores do reino.

Era tambem realejo.

Muitos dos frades, não gostaram da mudança, e tanto fizeram, que conseguiram do papa, Pio V, regressárem para Grijó, e separarem os dois conventos, por breve apostolico, de 1566; dividindo-se as rendas de Grijó, pelos dois conventos.

Dividiram-se tambem em duas partes eguaes, os ornamentos, peças de ouro e prata, e mais alfaias.

Ficou o mosteiro de Pilar, com os rendimentos, das egrejas de S. Pedro, de Aradas (junto a Aveiro)—S. Miguel, de Milheirós—S. Martinho, de Mósêllos—S. Martinho, d'Anta—Santo André, de Canidéllo—Santa Maria Magdalena (a freguezia da Magdalena)—e S Christovão de Mafamude—estas tres ultimas no concelho de Gaia.

A primitiva egreja era pequena, e, em 1598, o prior. D. Acurcio de Santo Agostinho, mandou construir a actual, que é de forma circular, e muito elegante (no gôsto da egreja de Santa Maria, a *Rotunda,* de Roma.)

E' toda cercada de capellas, com um formoso claustro, da mesma fórma (redondo) e architectura, todo de abobada, e tinha no centro, uma formosa fonte, de optima agua.

D. Jeronymo da Conceição, prior d'este mosteiro, foi o que mandou fazer o altar-mór, tribuna e retabulo, e alli collocou a imagem de Nossa Senhora do Pilar, pela paschoa de 1678.

Erigiu-se logo uma irmandade da Senhora, na qual entraram as pessoas principaes do Porto e de Villa Nova de Gaia.

Foi primeiro juiz, ou provedor, d'ella, D. João de Souza, bispo do Porto (já então eleito arcebispo de Braga, e depois 20.º arcebispo de Lisboa, da familia dos senhores de Gouveia, de Riba-Tâmega, e dos condes do Redondo. Vol. 4.º, pag. 275, col. 2.ª)

Vide *Gaia, Grijó, Mafamude* e *Quebrantões.*

—

Durante a guerra civil de 1832 a 1834, se tornou celebre este mosteiro, pelas sanguinolentas batalhas que alli tiveram logar.

As tropas realistas do visconde de Santa Martha, fugiram (é o termo proprio) da cidade do Porto, á noticia do desembarque dos liberaes nas areias de Portugal.

Contra todas as indicações da guerra, abandonaram o terrivel ponto da *Serra do Pilar,* sem a posse do qual, era impossivel a conservação dos liberaes na cidade; mas estes, mais previdentes (ou mais fieis!...) conhecendo a importancia militar d'este ponto, se apossaram d'elle immediatamente; fortificando-o, á pressa, mas o melhor que puderam, e até 7 de setembro, não cessaram com as obras de fortificação.

Dois mezes depois, é que o visconde de Peso da Régua (o general Gaspar Teixeira) se lembrou de retomar Villa Nova de Gaia e a Serra do Pilar! [1]

Com effeito, a 8 de setembro de 1832, depois de um vivo fogo, e de correr bastante sangue portuguez, os realistas tomam a povoação de Villa Nova de Gaia.

Bernardo de Sá Nogueira (mais tarde, marquez de Sá da Bandeira) foi gravemente ferido por uma balla de fusil, que lhe atravessou o braço direito (que depois teve de ser-lhe amputado) no alto da Bandeira. (O marquez nunca perdoou aos realistas o fazerem-o maneta, e mostrou-lhe o seu ódio implacavel, em varias conjuncturas.)

No mesmo dia, tomada a villa, os realistas attacam com o maior arrojo, as baterias do Pilar, mas, com o mesmo são repellidos.

[1] A *grande tactica* dos generaes realistas era não attacarem os pontos occupados pelo inimigo, senão depois de estarem solidamente fortificados.

Era um novo *estratagema de guerra,* inventado por estes figurões, para maior *facilidade* da conquista.

Tambem seguiam rigorosa e invariavelmente a regra de atacarem um ponto unico, para que o inimigo podesse dispor das guarnições dos outros pontos, para accudirem aos atacados!...

Já d'entro da cêrca do mosteiro, é gravemente ferido o bravo coronel do regimento de Tondella, Rodrigo de Souza Tudella (*o fidalgo do Atalho*, proximo á villa d'Agueda.)

Os ataques repetems-e nos dias 9 e 10, com o mesmo encarniçamento de parte a parte, e com o mesmo desastroso resultado para os realistas.

A 14 de outubro, do mesmo anno, com o mesmo valor (ou com a mesma raiva) de parte a parte, novo ataque é dado ao Pilar; mas os realistas batem em retirada, depois de perderem muitos mortos a feridos, entre elles, bravissimos officiaes.

N'este combate, foi mortalmente ferido (morrendo a 16, no hospital de sangue estabelecido no mosteiro de Grijó) o bravo e intelligente brigadeiro realista, Francisco de Magalhães Peixoto, junto a estacaria das trincheiras liberaes, á frente do regimento de caçadores da Beira Baixa (n.º 8.)

(Peixoto disse antes de principiar o ataque — «Eu conto morrer n'esta acção» — e morreu.

Disse-se que um alferes, que n'esse mesmo dia, ou no antecedente, se tinha passado para os liberaes, fez dirigir as pontarias dos soldados que commandava, para o infeliz fidalgo.)

Na vespera, e n'esse dia, um horrivel bombardeamento ás baterias—no qual se dispararam mais de 3:000 tiros de canhão —tinha precedido o ataque, que foi por seis vezes repetido, até á noite.

Os realistas tiveram 800 homens fóra do combate, e os liberaes 100.

Este foi o mais arrojado e o mais tenaz assalto, dado á Serra do Pilar.

Durante a guerra da *Maria da Fonte* (1846 a 1847) os *populares*, fortificaram a Serra do Pilar, ainda muito mais solidamente, e com mais amplidão, do que na guerra antecedente.

Além das baterias, fossos e contra-escarpas serem construidas, de robustas paredes de alvenaria, estava a fortaleza minada em tres pontos.

—

A Serra do Pilar ainda hoje é considerada como praça de guerra de 1.ª ordem; posto estar desartilhada e com os muros em ruinas.

PILARTE, PILASTRE e PILHASTRE — moeda antiga, portugueza.

Depois, o rei D. Fernando, mandou cunhar novos *pilartes*, tendo cada um o valor de 13 reis e 2 ceitis.

Tinham de um lado um F (Fernando) coroado.

Lavrou-se em memoria dos pagens, que traziam as *celladas* ou *barbudas* [1] dos soldados estrangeiros que vieram auxiliar o rei, na guerra contra Castella, e aos quaes em francez chamavam *pilartes*.

O mesmo D. Fernando, baixou depois o valor d'esta moeda, a 7 *dinheiros* ou *ceitis*.

PIGEIRO—freguezia, Alemtejo, concelho, comarca, districto admidistrativo, arcebispado e 25 kilometros d'Evora, 150 ao S.E. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757, tinha 43 fogos.

Orago, S. Vicente, martyr.

A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de trigo e 60 de cevada.

É terra fertil em cereaes.

PIGEIROS—freguezia, Douro, comarca,

[1] *Cellada* ou *barbuda*, o mesmo que capacête.

D. Fernando tambem mandou cunhar por esse tempo, uma moeda, á qual, pelo mesmo motivo, deu o nome de *Barbuda* — e tambem de *Cellada*.

Tinha de uma parte, uma *cellada* coroada, e o peito de malha, e em redor a legenda—SI DOMINUS MIHI ADJUTOR, TOM TIMEBO—e da outra parte—uma cruz de Christo, e no meio d'ella, um escudéte, com as Quinas, e a legenda—FERNANDUS REX PORTUGALIAE AL.

Eram de prata, muito ligada, e valiam 20 soldos, que vinha a ser uma libra de 96 réis.

Depois, o mesmo rei, baixou esta moeda a 14 soldos—e, passados tempos, só valiam 2 soldos e 4 dinheiros.

Tambem se dava o nome de *barbudas*, aos soldados que usavam d'estes capacetes; assim como se chamavam *lanças*, os que combatiam com esta arma.

concelho, e 7 kilometros a E. da Feira, 30 ao S. do Porto, 15 ao N. de Oliveira d'Azemeis, 60 ao N.E. d'Aveiro, 280 ao N. de Lisboa.

Tem 180 fogos.

Em 1757 tinha 96 fogos.

Orago, Santa Maria.

Bispado do Porto, districto administrativo de Aveiro.

A casa de Paço de Pereiras, da Quintan, apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento.

Em 1834, Manuel Maria Colmejeiro, de Ovar, com o fundamento de ser descendente dos antigos padroeiros d esta egreja, se apossou de varias propriedades d'ella, dizendo que lhe pertenciam, visto deixarem de existir os padroados das egrejas, ou direito de apresentação,

O abbade collado, tinha fugido, e veiu para aqui, como encommendado, o padre Antonio Caetano Osorio Gondim, natural de Avintes.

Por morte do abbade, conseguiu a abbadia.

Então, influiu o povo da freguezia, para que tentasse contra o Colmeieiro, uma causa de reivindicação, promettendo que, vencida ella, se contentava com as propriedades reivindicadas, com a residencia, passaes, e pé de altar, e prescindia da congrua.

A demanda durou alguns annos, e o povo gastou muito dinheiro; mas venceu.

O abbade porém, tomou posse das propriedades, mas nunca quiz ceder nem um real da congrua, que disfructou até ao seu fallecimento.

—

A egreja matriz, foi incendiada durante a demanda [1] ardendo tudo quanto estava dentro, sem nada se poder salvar; mas foi logo reconstruida, á custa da freguezia.

—

O terreno d'esta freguezia, é bastante accidentado; mas tem muitas planicies ferteis, por ser abundante d'aguas, tanto de minas, como de alguns pequenos ribeiros que o atravessam. É muito povoada de arvoredos silvestres, principalmente pinheiros, dos quaes exporta para o Porto, madeiras, lenha e alguma resina. Cria muito gado bovino, que exporta para a Inglaterra, e tambem produz boa manteiga de vacca, que vae em grande quantidade para o Porto.

Teve, até 1834, uma companhia de ordenanças, com seu capitão, officiaes, e bandeira.

É abundante de optimo peixe, do mar, que lhe fica a 20 kilometros a O.

Fica a 3 kilometros (ao E.) da estrada real, de 1.ª classe, de Lisboa ao Porto.

PINAÇA — portuguez antigo — pequena embarcação, de rémo e vela, muito ligeira. Parece que o nome lhe procede por serem feitas de *pinho*, esta especie de embarcações.

Em 1326, D. Affonso IV mandou expedir um alvará régio, ao almoxarife d'Aveiro, para que *os baixeis e pinaças, que alli carregavão, não pagassem dizimo, mas só treze soldos e oito dinheiros.* (Doc. da camara do Porto.)

Em 1469, ainda outro documento da camara do Porto, falla em *pinaças*, como barcos pequenos.

PINDELLA — Casa solar, Minho, na freguezia de S. Thiago da Cruz, antigo julgado de Vermuim. (Vol. 2.º, pag. 451, col. 1.ª)

É um morgado instituido em 12 de maio de 1526, por Luiz de Carvalho e Prado, escudeiro fidalgo de D. João III, e por sua mulher, D. Beatriz d'Almeida.

Luiz de Carvalho, era filho legitimo de

[1] É certo que houve crime de *fogo pôsto*, visto que o incendio principiou por varias partes ao mesmo tempo, tendo as portas sido previamente ensopadas em agua-raz (ainda não estava descoberto o petroleo...). A maior parte do povo, attribuia o crime ao Colmeieiro, na intenção de — deixando de existir a egreja, acabar a freguezia, e elle continuar na posse das propriedades usurpadas.

Não faltou porém quem sustentasse, que o fogo foi mandado lançar pelo abbade, para, attribuindo o crime ao Colmeieiro, vencer mais facilmente a demanda.

O que é certo, é que ainda hoje se ignora quem foi o verdadeiro auctor do crime.

Este incendio teve logar pelos annos de 1844.

João do Prado, escudeiro fidalgo de D. Affonso V, commendador da ordem de Christo, senhor da torre da Juncosa, de Lourêdo, de Montalvão, Rivella, Xisto, Real, Rêde, e Pindella. Foi um grande capitão, que morreu valorosamente, na tomada de Arzilla, na Africa. Foi casado com D. Isabel Pinheiro, filha de Diogo Affonso de Carvalho, corregedor do Douro e Traz-os-Montes, no reinado de D. João I, e dezembargador do paço, de D. Affonso V—e de sua mulher, D. Branca Pinheiro, filha de Martim Gomes Lobo, alcaide-mór de Barcellos, e de D. Mayor Esteves Pinheiro.

Pelos *Prados*, é esta familia descendente de D. Fruella II, rei de Leão.[1]

Pelos *Carvalhos*, de Affonso Lourenço de Carvalho, da rica e nobilissima familia dos Carvalhos, de Guimarães, e bravo e fiel partidario de D. João I, um dos fidalgos que mais concorreu para que esta villa (hoje cidade) tomasse o partido d'aquelle monarcha.

Pelos *Lobos*, procede dos senhores de Alvito e Oriolla, hoje marquezes de Alvito (os *condes-barões*).

Pelos *Pinheiros*, procede da nobre familia d'este appellido, que tem o seu solar em Barcellos. (Vide *Barcellos* e *Castanheira.*)

Os instituidores do vinculo de Pindella (Luiz de Carvalho e Prado, e mulher) não tiveram filhos, pelo que passou o morgado a seu sobrinho, Simão Pinheiro, escudeiro fidalgo da casa de D. João III, e quinto neto de Tristão Gomes Pinheiro, tronco d'esta familia, e fundador do solar dos Pinheiros, de Barcellos.

Simão Pinheiro, foi pae de D. Anna Pinheiro, que succedeu no morgado, porque seus irmãos não deixaram descendencia. Esta senhora, casou com Manuel Figueira, neto de D. Lopo de la Higuera, fidalgo castelhano, que veiu para este reino em 1475, e ao qual D. Affonso V fez commendador da ordem de Christo.

Os filhos de Simão Pinheiro, que morreram sem filhos, foram

Simão Pinheiro, que militou na India, sendo ahi governador de uma fortaleza.

Gaspar Pinheiro, que tambem serviu na India (e ahi viveu em companhia de seu tio, Martim Affonso de Souza, o grande vice-rei da India) e teve n'aquelle estado, altos empregos e as maiores honrarias.

Este Martim Affonso de Souza, foi o descobridor do Rio de Janeiro.

Christovão Pinheiro e *Estevão Pinheiro*, que, com grande numero de soldados, seus, com patentes e muitos criados de farda, acompanharam o rei D. Sebastião, na infeliz jornada de Africa, assistindo com distincção, á desastrosa batalha de Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578.

Tambem foram d'esta familia, varios ecclesiasticos, muito distinctos pelo seu saber e virtudes — entre elles

Miguel Pinheiro Figueira, conego da Sé primaz, e seu vigario capitular.

D. Diogo Figueira, deão da mesma Se — e

Xisto Figueira, commendatario da villa de Muhia, que escreveu a *Arte de rezar, conforme o rito bracharense.*

—

Pela successão no vinculo, de João Machado da Guerra Fagundes, filho de Antonio Machado da Guerra e Maia (capitão dos terços de Guimarães—por elle quasi todos armados e equipados, e que serviram no exercito de D. Gastão Coutinho, durante a guerra dos 27 annos—1640 a 1668)[1] e de D. An-

[1] Por morte de D. Ordonho II (923) D. Fruella II, seu irmão, usurpou a corôa a seu sobrinho (depois, D. Ramiro II — Vide *Ancora*, rio); mas sendo um rei pouco do agrado dos povos, estes o depozeram no fim de um anno, acclamando o legitimo herdeiro.

[1] Era 2.º sobrinho de D. Manuel Affonso da Guerra, feito bispo de S. Thiago, de Cabo Verde, eleito em 1622, que era doutor em Canones, pela universidade de Salamanca, e do conselho de D. Philippe IV, e homem de grande saber.

Prégou um sermão, que é uma raridade bibliographica.—Intitula-se—*Sermão de S. Thiago—prégado na presença de D. Philippe IV, na occasião em que este veiu Lisboa.*—Lisboa, officina de Pedro Craesbeek.

Instituiu um morgado na quinta da *Silva*, freguezia de *Gonça* (vol. 3.º, pag. 300, col.

na Fagundes de Mendanha, filha de Balthazar Pinheiro Lobo, 4.º senhor do morgado de Pindella, veiu a entrar n'esta casa, a baronia dos Machados, que até hoje se conserva no actual representante d'esta familia, 15.º neto de D. Mendo Moniz, rico-homem de Gondarem, que, pelo seu valor, se tornou celebre na tomada de Santarem (8 de maio de 1147) onde ganhou as suas armas. E a ser este D. Mendo Moniz, filho de D. Moninho Ozôres, conde de Cabreira, como opinam muitos dos mais distinctos linhagistas, é o actual senhor de Pindella, 29.º neto de Leovigildo, wisigodo, e primeiro rei d'esta raça, na Lusitania, pae do rei Flavio Ricaredo.

Leovegildo era herege (ariano), e os lusitanos todos catholicos. O rei perseguiu todos os bispos e a maior parte dos homens notaveis em sciencias e virtudes, por seguirem o catholicismo; chegando a tanto o seu odio, que mandou assassinar seu filho, o martyr Santo Hermenegildo.

Flavio Ricaredo, porém, abjurou o arianismo, pelo exemplo de seu irmão, e pelas predicas de S. Leandro, bispo de Sevilha, e foi elle proprio um sollicito missionario catholico, e exterminador do arianismo.

Ha pois toda a razão para crêr, que os Machados, de Pindella, são em Portugal os representantes principaes d'este nobre appellido.

Antonio Machado, d'esta familia, distinguiu-se na defeza de Melgaço, em 1643, e depois, na tomada de Salvaterra, na Galliza, em frente de Monção.

—

Entre a morte violenta de João Pinheiro Lobo, 5.º morgado de Pindella, e a successão de João Machado da Guerra Fagundes, ao qual foi por muito tempo imputado o tragico fim de seu tio (desde 1676 até 1702), teve esta familia enormes e dispendiosas demandas, com Manuel de Vasconcellos e Souza, filho mais novo do conde de Castello-Melhor, que se apresentou como pretendente á casa de Pindella, em nome de sua mulher, D. Constança Figueira, senhora da casa de *Linhares*, em Regalados.

Estas diuturnas questões, deram-se entre este Manuel de Vasconcellos, e Verissimo Pinheiro, filho bastardo de Balthazar Pinheiro Machado, irmão de João Machado, que, por morte de seu pae, 6.º senhor do morgado de Pindella, e na impossibilidade de seu tio succeder (por continuar compromettido no assassinato de José Pinheiro) reclamava o direito de successão ao vinculo.

—

Em 1679, estando em Pindella, Verissimo Pinheiro, foi-lhe cercada a casa, por um bando de gente armada, tendo á sua frente Manuel de Vasconcellos, que conseguiu, depois de uma refrega violenta, apoderar-se da casa, e n'ella se instaurar, como senhor.

Correram 23 annos de contendas, insultos e desordens, até que uma sentença, da casa da supplicação, fez entregar o morgado a Verissimo Pinheiro, que morreu em Braga (no mesmo anno em que tomou posse da casa), em 27 de maio de 1702. No dia seguinte, João Machado (já livre e absolvido) tomou posse dos morgados de Pindella.

—

O sr. João Machado Pinheiro Correia de Mello, fidalgo cavalleiro, com fôro da casa real, é o 12.º morgado de Pindella, 8.º do padroado d'Arnoso, 6.º dos morgados dos Guerras, e senhor da casa de Refalcão, em Cabeceiras de Basto.

Foi feito visconde de Pindella, em 30 de janeiro de 1854. É o actual representante d'esta nobilissima familia.

—

Pinheiro, é um appellido nobre em Portugal. Veiu de Hespanha, onde foi tomado de uma quinta, chamada *do Pinheiro* (por alli haver um pinheiro de extraordinaria grandeza).

1.ª), com casas nobres, na rua de S. Thiago, em Guimarães, em 10 d'agosto de 1622.

Este morgado é o de *Nossa Senhora da Embaixada*, instituido pelo licenceado Antonio Jorge da Guerra, passaram á linha dos morgados de Pindella.

Veiu para Portugal na pessoa de Tristão Gomes Pinheiro, fidalgo gallego; ao qual o duque D. Affonso, encarregou da construcção dos muros de Barcellos, e n'esta villa estabeleceu o seu solar, e onde seus descendentes foram alcaides-móres.

Os Pinheiros trazem por armas—em campo de púrpura, um pinheiro verde, perfilado d'ouro, com pinhas do mesmo e raizes de prata. Junto d'elle, um leão, trepante, d'ouro. Timbre, o leão do escudo, com um ramo de pinheiro nas garras.

Os Pinheiros, de Guimarães, accrescentaram o escudo, do modo seguinte: — As armas antecedentes, com a legenda — HERCULEA QUODAM DUCTA FUERA MANU. [1] Elmo de prata, aberto, e o timbre antecedente.

Ha outra familia de Pinheiros, cujos progenitores vieram d'Aragão. Estes trouxeram por armas—em campo de prata, tres pinheiros verdes, em aspa. Elmo d'aço, aberto; e por timbre um dos pinheiros das armas.

[1] Esta legenda, vê-se no brazão d'armas, gravado na sepultura do bispo D. Diogo Pinheiro, no convento de Thomar, onde foi prelado, como vigario do mestrado da ordem de Christo. D. Diogo Pinheiro, era irmão do bispo do Porto, D. Henrique Pinheiro, auctor da *Carta á rainha D. Catharina*, escripta no Porto, a 13 de fevereiro de 1561, para que não deixasse a regencia do reino.

D. Diogo Pinheiro foi um varão doutissimo, e dotado de muita coragem. Foi primeiro commendatario de S. Simão, da Junqueira, conselheiro de estado, desembargador do paço, 35.º D. prior de Guimarães, e 1.º bispo do Funchal, em 1514.

Nas *Provas da Hist. Gen. da casa real*, por D. Antonio Caetano de Souza, vem o *manifesto*, em que se mostra a innocencia do duque de Bragança, D. Fernando II, a falta de provas da sua accusação, e a nullidade da sua sentença condemnatoria.

D. Diogo, não só escreveu este *manifesto*, como protestou, na sala do senado, diante de D. João II, contra a infamia da condemnação do duque.

D. Fernando II, duque de Bragança, foi degolado na praça grande d'Evora, a 22 de junho de 1483.

O patibulo d'este principe infeliz, foi erguido, junto ás casas do *José dos Baraços*, em frente da egreja de Santo Antão. (3.º vol., pag. 109, col. 1.ª)

Os Pinheiros d'Andrade, trazem por armas — em campo de prata, cinco pinheiros verdes, em aspa — chefe, carregado de uma banda de púrpura, perfilada de ouro, sahindo da bocca de dois tragantes de ouro, lampassados de púrpura. Elmo d'aço, aberto — e timbre, uma cabeça de serpe, d'ouro, lampassada de púrpura, com um ramo de pinheiro verde, na bocca.

Os Pinheiros, de Pindella, usam das armas do seu appellido, primeiramente descriptas, trazendo por timbre, uma cruz da ordem do Templo.

Mas, a *pedra d'armas* que encima uma das portas da vasta capella d'esta casa, tem o brazão assim gravado — escudo dividido em palla — na 1.ª, as armas dos Figueiras (em campo d'ouro, 5 folhas de figueira, verdes, em aspa, orla de púrpura, com uma corrente de prata, fechada por duas estrellas d'ouro), na 2.ª, o escudo dos Pinheiros. Elmo e timbre como o antecedente.

A cruz dos *cruzados*, attesta a descendencia dos senhores do castello de *Nareyo*, na Galliza, que deram muitos cavalleiros ás guerras das Cruzadas.

A corrente que cérca o escudo dos Figueiras, é para differençar esta familia, como representante de *D. Lopo de la Higuera*, de Toledo, do qual já fallei; cuja nobre ascendencia é conhecida até D. Alvaro Dias de la Higuera, heroico defensor de Toledo, no tempo de D. Affonso VI, que tomou o titulo de imperador das Hespanhas, em 1071, sendo até então, rei de Leão. (Era o pae de D. Thereza, mãe do nosso D. Affonso Henriques.)

PINDÊLLO — freguezia, Douro, comarca, concelho, e 5 kilometros a N.E. de Oliveira d'Azemeis, 40 kilometros ao S. do Porto, 66 a N.E. d'Aveiro, 280 ao N. de Lisboa.

Tem 240 fogos.

Em 1757 tinha 124 fogos.

Orago, Santa Maria.

Bispado do Porto, districto administrativo d'Aveiro.

A abbadessa do mosteiro de freiras franciscanas, de Monchique, na cidade do Porto, apresentava o cura, que tinha 65$000 rs. e o pé de altar.

Pindêllo, é diminutivo de *Pindo*. (Vide esta palavra.)

Ha n'esta freguezia uma aldeia chamada *Vermuim*. A razão porque se lhe deu este nome, vem em *Ossella*.

O terreno d'esta freguezia é bastante montanhoso, mas os seus valles são muito ferteis, porque os regam varios ribeiros e arroios.

Cria muito gado de toda a qualidade, exportando bôis gordos para a Inglaterra. Já aqui se fabrica bastante e optima manteiga de vacca, que se exporta para Aveiro e Porto.

Ha n'esta freguezia algumas fabricas de chapeus, mas todas insignificantes.

Tem uma grande mina de cobre, de uma companhia portuense de mineração; mas apenas está em trabalhos de pesquiza.

É abundante de caça miuda, e no inverno ha tambem lobos.

A egreja matriz é muito antiga e pequena.

Faz-se aqui uma feira de gado, em todos os dias 23 de cada mez.

PINDÊLLO — freguezia, Beira-Alta, no concelho e 12 kilometros de S. Pedro do Sul, comarca de Vousella, 18 kilometros ao N. de Viseu, 12 da villa de Rériz, 6 da villa d'Alva, 300 ao N. de Lisboa.

Tem 190 fogos.

Em 1757 tinha 101 fogos.

Orago, Nossa Senhora dos Milagres.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

A mesma etymologia.

O arcediago da Sé de Lamego (denominado, *arcediago de Pindêllo*) apresentava o cura (ou vigario) *ad nutum*, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé de altar. O arcediago, recebia os dizimos da freguezia; e apresentava o eremitão, ou capellão de Nossa Senhora dos Milagres.

É povoação muito antiga; pois já existia em 1290. Nas *Inquirições* mandadas fazer pelo rei D. Diniz, n'esse anno, se vê que parte da povoação de *Pindêllo, d'Alafões*, era de furamontãos, da ordem do Hospital.

Foi do termo da villa d'Alva, e do extincto concelho de Lafões.

É terra muito abundante d'aguas, e, por isso, muito fertil. Cria muito gado de toda a qualidade, e as suas vitellas são famosas, pela excellencia da sua qualidade.

No alto de um pequeno monte d'esta freguezia, povoado de carvalhos frondosos e seculares, está a grande capella de *Nossa Senhora dos Milagres*. Não se sabe com certeza a origem da imagem da padroeira d'esta capella

Dizem uns, que ella estava occulta no tronco de um dos carvalhos d'este monte — outros, que fôra para aqui trazida por um peregrino desconhecido.

Havia n'este sitio, uma antiga capella, dedicada a S. Domingos, já então cercada de carvalhos, sobre os quaes se juntava tão grande multidão de corvos, que, com o seu constante grasnar, incommodavam os moradores da aldeia de Pindêllo.

Um lavrador d'ella, hindo cortar o ramo de um dos carvalhos, achou na toca, a imagem da Senhora, e dizendo-o aos visinhos, a foram logo collocar na capella de S. Domingos; e, como a Senhora principiou logo a obrar muitos milagres, lhe puzeram o titulo de Nossa Senhora dos Milagres, perdendo desde então a capella a sua antiga dedicação a S. Domingos. Esta é a primeira versão.

A segunda, é a que se segue:

Passando por este logar um peregrino, que levava esta imagem, cinco corvos sahiram de um carvalho, e o não deixaram passar, fazendo em redor d'elle tal motinada, com as asas e as grasnaduras, e accomettendo-o com os bicos, de tal modo, que elle se escondeu na capella, pondo n'ella a imagem da Senhora.

E' certo que no templo está uma pintura commemorando este facto; e por baixo d'ella uma inscripção latina, mas em letras gothicas, que diz (traducção):

AOS XVII DE FEVEREIRO DE MIL K VII [1]
FOI POSTA NOSSA SENHORA
N'ESTE ORAGO DE S. DOMINGOS
E FEZ ESTE MILAGRE.

[1] 1157. O k, entre os antigos, como letra numeral, valia, 150 — ou 151 — e tendo um til — valia 150:000, ou 151:000.

A capella actual é de bôa architectura e de optimo granito, muito bem lavrado.

Tem tres altares—o mór, e dois lateraes; em um d'estes, está S. Caetano; e no outro, Santa Eufemia.

A padroeira está no altar-mór.

Tem um alpendre ou galilé, tambem de bonita architectura, feito em 1655, á custa do vigario, Antonio de Paiva.

Perto da ermida, ha uma fonte de optima agua potavel.

Ha aqui uma grande romaria, a 15 d'agosto de cada anno.

Antigamente, tinha esta Senhora muitas offertas, consistindo a maior parte d'ellas em *pêsos* de trigo, cêra, e fogaças.

Actualmente, o rendimento das esmolas e offertas é diminuto.

PINDÊLLO DE NESPEREIRA—A paginas 37, col. 1.ª, do 6.º volume, tratei da freguezia de *Nespereira*, da Beira Alta, na comarca de Sinfães.

Depois d'isso, tive mais esclarecimentos de que não quero privar o leitor, pelo que os dou, n'esta aldeia de *Pindêllo*, uma das que compõe a parochia de Nespereira.

A egreja matriz (no logar de Nespereira) é um bom e antigo templo, do qual foram (em tempos antigos) padroeiros, os condes (depois marquezes) de Marialva.

Pela extincção d'esta casa, passou ao real padroado; mas o parocho, por disposição regia, dava parte dos disimos ao patriarcha.

Os disimos da freguezia de Santo Ericio, hoje annexa á de Santa Marinha de Nespereira, eram do commendador de Santo Ericio, que a apresentava, antes de passarem os disimos e o padroado para o pontifice, e para o bispo de Lamego.

O reverendo sr. José Peres Galvão, abbade da freguezia de Santa Maria de Sobrado, no concelho do Castello de Paiva, e arcipreste da comarca ecclesiastica do mesmo concelho—dignissimo e muito illustrado sacerdote do bispado de Lamego, viu no côro da egreja do mosteiro de S. João de Alpendurada, uma *tabella* das egrejas que este mosteiro apresentava, e n'ella se comprehendia a de *Santo Eurico de Nespereira.*

O *Portugal Sacro e Profano*, porém, diz que era da apresentação alternativa, do papa e do bispo de Lamego. Provavelmente houve alguma troca, o que era muito frequente, em tempos que não vão longe.

O commendador, alem dos disimos e do padroado da egreja, tinha uma vasta propriedade, por isso chamada — *Quinta da Commenda.*

Foi depois de 1834, vendida em hasta publica, e a comprou um sujeito de Lisboa, que ha poucos annos a vendeu ao cirurgião, o sr. José Maria Correia d'Oliveira, hoje residente (como cirurgião do partido da camara) na villa da Redinha.

A *casa do foral* do mosteiro d'Alpendurada, era a da *Garrida*, na Granja.

Foi comprada por Carlos de Serpa Pinto, e hoje pertence ao seu herdeiro, o sr. Victorino do Amaral Semblano.

Havia uma outra na aldeia do Souto, da qual já não ha vestigios.

—

No logar do Souto, existe ainda, muito bem conservado, o antigo pelourinho do municipio de Nespereira.

E' tradição que o concelho de S. Fins, que foi supprimido em 24 de outubro de 1855, estava antigamente comprehendido no concelho de Nespereira, do qual se desmembrou.

O que é certo, é que a camara de S. Fins, tinha obrigação de hir assistir á procissão de Corpus Christi, a Nespereira.

Ribeiros

1.º—E' esta freguezia regada por um ribeiro, que desagúa no rio Paiva, no logar de *Ardêna*, e porisso alguns lhe dão o nome de Ardêna; mas tambem lhe chamam *ribeiro da Balsa*, do *Linhar do Negro*, e, finalmente, de *Fojô.*

Nasce no sitio de S. Pedro do Campo, freguezia de Tendaes; e, depois de passar pelos logares de Nóninha e Bostéllo, atravessa a freguezia de Nespereira, de E. a O.

Foi d'este ribeiro que os d'Alvarenga levaram a agua, pelo *rêgo do Bôi,* para regarem as suas terras, e fazerem mover os seus moinhos. (Vol. 1.º, pag. 175, col. 1.ª)

Chamou-se-lhe *rêgo do Bôi,* porque na manhan seguinte á noite em que o abriram, comeram um bôi, e beberam algumas pipas de vinho.

Este ribeiro, tem as pontes seguintes:

Duas, de pedra, em Nóninha — outra de pedra e uma de madeira, em Bostéllo—uma de madeira, em Fojô—uma de madeira, na Carvalha, limites do logar de Paradella — uma de madeira, no Linhar do Nêgro—uma de pedra, na Balsa—uma de pedra, no Passadouro — perto da Ardêna, uma de madeira.

Tem pois 5 pontes de pedra, e 5 de madeira.

Serve de motor a muitos moinhos (de trigo e milho) um pisão, de burel, um engenho de maçar linho, e 3 de serrar madeira.

—

2.º—*Ribeiro da Lavandeira.*—Nasce nos montes da Franqueira, e vem (sempre por terras da freguezia de Nespereira) desaguar no Ardêna, perto do sitio da Cavada.

Tem uma ponte de pedra, no sitio da Macrusdeira.

Suas aguas fazem mover moinhos, de milho; um engenho de serrar madeira, e um lagar de azeite.

Os montes da *Franqueira*, são d'esta freguezia. (Vol. 3.º, pag. 177, col. 2.ª)

—

3.º—*Rio de Santa Marinha.* — Nasce no Fojo de Ervilhaes (d'esta freguezia) e desagua tambem no Ardêna, no sitio da Pereira.

Tem 4 pontes de pedra:

A 1.ª, em Ervilhaes—a 2.ª, em Cabo da Aldeia — a 3.ª, em Barreiros—e a 4.ª, em Santa Marinha—e uma de madeira, na Pereira.

E' motor de moinhos de milho, um de serrar madeira, e um lagar de azeite.

—

4.º—*Ribeiro de Rialongo.*—Nasce no logar de Villar, freguezia de Piães, e vem (só por terras d'esta freguezia de Nespereira) desaguar tambem no Ardêna, proximo a Rio de Moinhos, onde tem uma ponte de Pedra.

Tem moinhos, de milho; e um lagar de azeite.

—

Ha na freguezia, alem dos mercados de 4 e 18 de cada mez—uma feira annual (*franca*) a 6 de agosto.

Tem dois *engenhos* de maçar linho, movidos por bois — e duas bôas philarmonicas.

—

É terra muito fertil em cereaes, vinho (verde, mas optimo) aseite, castanhas, e excellentes fructas, hortaliças e legumes.

Exporta madeiras de castanho, de superior qualidade; mas, muitas mais exportaria, se tivesse estradas; que o que tem, mais merece o nome de barrancos e atoleiros, do que de vias publicas.

Algumas antigas que havia, desde 1855, em que o concelho de Santins foi supprimido, nunca mais se concertaram, e estão por isso impraticaveis, apezar do povo pagar meia decima para os seus reparos... á camara de Sinfães.

Capellas particulares

1.ª—*S. Francisco*—no logar de Figueiredo—em ruinas.

Foi mandada edificar por um conego da Sé de Miranda, no seculo XVII.

Doou-lhe algumas propriedades para a sua fabrica, que foram usurpadas (ou cujos possuidores só trataram de lhe comer os fructos, e deixaram arruinar a ermida—que vale o mesmo.)

2.ª—*S. Vicente*—no logar da Granja.

Foi construida e dotada, por José Carlos de Serpa Pinto.

3.ª—*O Senhor dos Remedios*—no logar de Cadafaz.

Foi mandada edificar e dotada, pelo padre José Gonçalves.

E' hoje do sr. José Pereira, da Varzea, d'esta freguezia.

4.ª—*S. Caetano das Moutas*—na Feira.

E' de differentes visinhos, que a fabricam.

5.ª—*Nossa Senhora do Rosario*—no Souto.

Foi mandada edificar e dotáda, pelo padre Gonçalo Pereira.

Consta que foi vinculada. Está abandonada. (Aconteceu-lhe como á primeira.)

6.ª—*Nossa Senhora da Livração*—em Lourosa.

Consta que foi tambem de um vinculo extincto.

7.ª—*Santo Antonio*—em Villa Mean de Paradella.

E' da casa dos Monteiros.

Tem patrimonio no Souto dos Barraes, e um individuo da freguezia de Penúde, proximo a Lamego, lhe pagava sete alqueires de trigo; mas, ha muitos annos se *chamou á Malta.*

8.ª—*Santo Antonio*—no logar de Ervilhaes.

Está abandonada.

Foi mandada edificar por Gonçalo Vaz Leitão.

Consta tambem que foi cabeça de um vinculo.

E' hoje do sr. padre Manuel Pinto Brochado e Brito, descendente em linha recta, do fundador.

9.ª—*Nossa Senhora da Conceição*—no logar de *Pindêllo.*

Abandonada. Pertence á casa da Póvoa, da freguezia de Piães.

Capellas publicas

10.ª—*São Braz*—no logar de Villa Chan.

11.ª—*Nossa Senhora das Necessidades* — no logar de Ervilhaes.

Está bem conservada, e se lhe faz a festa, na 2.ª dominga de junho.

12.ª—*Santo Ericio* (ou *Eurico*) —antiga matriz, da freguezia e aldeia d'este nome, annexa á parochial.

Em bom estado.

PINDO—freguezia, Beira Alta, comarca de Mangualde, concelho de Penalva do Castello, 12 kilometros a E. de Viseu, 300 ao N. de Lisboa.

Tem 500 fogos.

Em 1757, tinha 311 fogos.

Orago, S. Martinho, bispo.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

(Vide *Córgas*, a pag. 383, col. 2.ª, do 2.º vol.)

E' povoação muito antiga.

Em 1349, Gonçalo Esteves de Tavares, e sua mulher, Leonor Rodrigues de Vasconcellos, fizeram seu testamento de mão commum, e por elle instituiram o *morgado da Bouça, em Terra de Tavares,* com certas capellas (de missas) na egreja, que fizeram edificar *na sua herdade da Córga, não longe de Viseu;* e um hospital, junto á dita egreja, para 24 pobres, honrados ou envergonhados, ou invalidos, de honesta vida e bons costumes.

(Vide *Pico de Regalados,* na parte que diz respeito aos condes de Fornos de Algodres.)

Este hospital, ou asylo, era differente do das *mercieiras,* de que fallo no logar citado, do 2.º volume.

—

Todos sabem que *Pindo,* era um monte consagrado ás Musas, e que separava o Epiro da Tessalia, em toda a sua extensão.

E' pois provavel, que fossem os romanos que dessem o nome a esta povoação.

Capellas da freguezia

Nossa Senhora d'Entr'Aguas, cujo templo primitivo remonta a uma época anterior á nossa monarchia.

A ermida actual, foi construida proximo da antiga, como adiante direi.

Chama-se *Senhora d'Entr'Aguas,* por ficar entre os rios *Dão* e *Cója,* ambos proximos ao templo.

A ermida antiga, tinha só um altar, e era

pequena e pobre; a imagem da padroeira é de barro, de 0,m55 de alto.

Teve antigamente uma irmandade, á qual o papa Alexandre VII concedeu muitas indulgencias, pelos annos de 1660.

Depois, foi approvada pelo ordinario, e constava de 120 irmãos e 30 irmans; mas, passados tempos, foi o numero dos primeiros, elevado a 140, e o das segundas, a 50.

Teve capellão, que servia de escrivão da irmandade.

A festa da Senhora, faz-se no dia da sua Assumpção (antigamente era no dia da Purificação) sahindo a irmandade, em procissão, da egreja de Pindo.

E' muito concorrida.

Mudou-se o dia da festividade, porque, como o dia da Purificação da Senhora é a 2 de fevereiro, acontecia em muitos annos não se poder n'aquelle dia atravessar o Cója, pelo grande volume d'agua que então levava.

Os irmãos d'esta confraria, eram de trez concelhos—Penalva, Povolide e Azurára.

Os unicos rendimentos da capella, são as esmolas e offertas; e tambem com ellas se sustentava o eremitão, que era apresentado pelo parocho da freguezia.

—

Em 1703, sendo a ermida pequena, e estando muito arruinada, se deu principio á actual, que se construiu a pouca distancia da antiga, mas mais proxima ao logar dos *Moinhos*.

Em 15 de agosto de 1706, foi a Senhora collocada na sua nova capella, havendo então uma festa esplendida.

Agora tem a ermida, capella-mór, com sua tribuna, e dois altares lateraes.

Tem sachristia, e casa para residencia do eremitão, com uma pequena horta.

—

Nossa Senhora da Expectação, ou das *Córgas*.

Situada no centro da aldeia das Córgas ou Córga.)

Foi fundada em 1585, por devoção de Gonçalo Peres, natural de Tavares, que assistia na sua quinta de Bouça, a 6 kilometros de distancia da capella e da egreja matriz.

Foi esta capella edificada sobre as ruinas de uma outra muito antiga, que aqui existia, e cuja origem se ignora, e que, segundo a tradicção era anterior ao seculo XIV.

O fundador (da nova capella) alem de a mandar fazer com magnificencia, lhe deixou todos os seus bens, ou a maior parte d'elles; com obrigação de darem casa, roupa e sustento, a 4 mulheres donzellas, pobres de honesta vida e costumes, e que, pela sua edade ou padecimentos, não podessem trabalhar—e de se sustentar um hospital (fundado pelo mesmo Gonçalo Peres) para doentes pobres.

Cada um d'estes estabelecimentos, tinha capellão privativo.

A festa d'esta Senhora, é a 18 de dezembro, que é o seu dia proprio; havendo aqui por essa occasião, uma soffrivel feira, bastante concorrida.

Alem d'isto, hiam da egreja duas procissões em visita á Senhora—uma, no 1.º dia depois da *dominica in albis*; e outra no dia da sua Visitação.

Da ermida sae tambem uma procissão para a egreja matriz, no dia do Anjo Custodio.

A ermida é muito linda, e feita com grande perfeição.

Tem capella-mór, com sua tribuna, e dois altares lateraes.

Na tribuna, está a padroeira, no da direita, Nossa Senhora da Graça, e no da esquerda, Santa Catharina, martyr.

E' sagrada.

A imagem da padroeira, é de pedra, de 0,m77 d'alto, e de muito bôa esculptura.

Teve esta capella muitas rendas, das quaes, apenas 4$000 réis se gastava na fabrica, o resto era para as *merceeiras*, cujo recolhimento era junto á ermida.

Tinham estas obrigação de assistirem a todas as missas que se dissessem na capella, varrêl-a, e cuidar dos altares; e rezar 80 Padre-Nossos, e 80 Ave-Marias, pela alma do fundador.

O bispo é que nomeava estas merceeiras.

Tinha dois capellães, que todos os dias

diziam missa á Senhora, e tinham bons rendimentos.

Além d'isso, havia um administrador, ecclesiastico, que tinha de renda as sobras ou saldo de cada anno.

Todos tres eram nomeados pelo bispo.

O administrador, tinha um *prioste,* secular, que cobrava os rendimentos, e pagava todas as despezas, dando conta ao administrador.

A casa dos Antas de Penalva, a de Gondomar, e outras casas nobres do bispado, eram foreiras a esta capella.

Tambem lhe pagam foro, muitas egrejas, e no Algarve, era foreira, a capella de Gil Vaz Lobo, que de um prazo lhe pagava 22$000 réis.

—

Nossa Senhora da Assumpção, de Roriz—Foi esta ermida edificada por uma senhora chamada, D. Maria de Albuquerque, pelos annos de 1650.

Fica contigua ás casas que foram da fundadora, com as quaes communica, e tem uma tribuna d'onde ouvem missa as pessoas d'aquella casa.

Tem só o altar-mór.

Não se faz a festa d'esta Senhora, no seu dia (15 de agosto) por ser n'esse a festa da Senhora d'Entr'Aguas; mas sim no domingo seguinte, ou em qualquer outro, á vontade dos herdeiros da fundadora.

PINDO—serra, Traz-os-Montes, na comarca, concelho e 18 kilometros a E. de Montalegre.

E' um ramo da serra de *Leiranco,* já descripta.

Encadéia se com a cordilheira de *Calvão* e *Castellãos,* no concelho de Chaves.

Por ella corre a antiga estrada de Montalegre para Chaves, e serve de divisão entre estes dois concelhos.

Vide *Leiranco.*

PINDRA—portuguez antigo—penhor.

E' frequentissima esta palavra nos foraes dos seculos XII e XIII—assim como—*pindrar*—penhorar.

No foral de Castello Branco, de 1213 (certamente dado pelos templarios, pois Franklim não o traz) se diz:

Et qui in Villa pignos afflando fiador, et ad montem fuerit pindrar; duplet a Pindra, et pectet LX solidos, et septem a Palatio. (Doc. de Thomar.)

PINDRAR—vide *Pindra.*

PINÉLLA — freguezia, Traz os-Montes, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e proximo de Bragança, 50 kilometros de Miranda, 480 ao N. de Lisboa..

Tem 80 fogos.

Em 1757 tinha 53 fogos.

Orago, S. Nicolau.

O abbade de Serapicos, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar.

E' terra pobre, e pouco fertil.

PINÊLLO — freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Miranda, concelho do Vimioso (foi do mesmo concelho, comarca do Mogadouro) 24 kilometros de Miranda, 480 ao N. de Lisboa.

Tem 115 fogos.

Em 1757 tinha 80 fogos.

Orago, Santa Eulalia.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O cabido de Bragança, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé de altar.

E' povoação antiquissima, e já era villa no tempo de D. Affonso Henriques, que no ultimo anno do seu reinado (1185) a deu ao mosteiro de Castro d'Avellans (assim como a villa de *Santulhão)* em troca das terras que hoje constituem os arrabaldes de Bragança.

O rei D. Diniz lhe deu foral, em Leça do Bailio, a 4 de julho de 1288. (*L.º 1.º de doações do rei D. Diniz,* fl. 234 v., col. 2.ª, no fim.)

E' terra pobre e pouco fertil—e está situada perto da raia.

PINÉTO — antiquissima cidade da Lusitania, situada proximo á actual freguezia de *Valle de Têlhas,* na comarca e concelho de Mirandella, bispado e districto administrativo de Bragança—30 kilometros a E.N.E. de Chaves.

Prova-se esta situação, pelo itinerario de Antonino Pio, que, fallando da via militar romana, de Braga a Astorga, diz que, de

Aquas Flavias (Chaves) *a Pinéto* são cinco leguas—que é a distancia de Chaves a Valle de Telhas.

E' certo que esta estrada hia de Chaves a Valle de Telhas, e d'ahi a Vinhaes, segundo se infere de um marco milliario que existe (ou existiu) em Valle de Telhas.

O nome d'esta cidade, é romano (Pinetum) provavelmente, por haver nesses tempos, algum pinhal n'este sitio.

(Na Italia, junto a Ravena, ha uma povoação chamada *Pineto*.)

D'esta cidade trata tambem Ptolomeu, na 2.ª *Tábua da Europa*, cap. 6.º, na descripção da chancellaria de Braga; e a sitúa em 7º e 50' de longitude, e 43º e 30' de latitude.

Hoje, apenas poucos, e pouco visiveis restos existem d'esta cidade; mas ainda ha 200 annos aqui se viam restos de bons edificios; columnas, estatuas mutiladas; cippos e outros objectos.

Na povoação de Valle de Telhas, ha ainda uma pedra, que parece ter sido pedestal de alguma estatua, com uma inscripção que hirá no logar competente; assim como a menção de outras antiguidades.

A via militar romana, cortava perto d'esta cidade, o rio *Rabaçal*, por uma ponte, junto da qual existiu um marco milliario, com esta inscripção:

IMP. CAES. C. IVL.
VERUS MAXIMINUS P. F. AVG.
GERM. MX DAC. MAX. SARM.
PONT. MAX. TRIB V. IMP. VII. P. P. CÕS.
P. CÕS. FILI. VIVERUS MAX. NOBIL-
ILISSIMUS CAES. G. FR. MAX. DAC. MAX.
SARM MAX. PRINCEPS JUVENTUTIS
F. B. NIMI CAES JUL. VERI.
MAXIMINI PE. AUG VIAS E PONTES
TEMPORIS VETUSTAE CONS. B S. SOS.
RESTITUERE CURARUNT CUR.
DECIO. LEG. AUG. G. P. P.

Esta inscripção está com alguns érros, ou pela ignorancia de quem a gravou, ou pela de quem a copiou—quer dizer:

O imperador, Cesar Caio Julio Vero Maximino, pio, feliz, augusto; germanico maximo, dacico maximo, sarmatico maximo, pontifice maximo. Cinco vezes investido do poder tribunicio; sete vezes imperador; pae da patria; consul e proconsul—e Caio Julio Vero Maximino, nobilissimo cesar; germanico maximo, dacico maximo, sarmatico maximo, principe da mocidade—filho do nobilissimo imperador, Cesar Caio Julio Vero Maximino, pio, feliz, augusto; mandaram reformar ás estradas e pontes, arruinadas com o tempo, sendo superintendente d'estas obras, Quinto Décio, legado do imperador, pro pretor (ou prefeito do pretorio.)

PINHAL—Já a pag. 617, col. 2.ª, do 6.º volume, nas palavras *Penhão* e *Pinhão*, disse que, entre outras muitas palavras, andavam confundidas *Penhal* e *Pinhal*.

Todos sabem que *penhal*, é o logar onde ha um agglomerado de *penhas*—e *pinhal*, e terreno semeado de *pinheiros*—*pinheiral*.

Na duvida, puz tudo em *Pinhal*.

PINHAL (*de Leiria*.—Aqui é certamente *pinhal*)—Extremadura.

Principia no fim da freguezia de *Carvide* (vol. 2.º, pag. 138, col. 2.ª) correndo parallelo á costa maritima, por espaço de 24 kilometros de comprido, por 12 de largo.

Parece que o infeliz D. Sancho II (*o Capêllo*) mandou dar principio á sementeira d'este pinhal, pelos annos de 1240.

Foi porém o rei D. Diniz—com justiça cognominado, *o lavrador*—que em 1290 fez dar um verdadeiro desenvolvimento a esta empreza, transformando areaes estereis e improductivos, em uma vasta e rendosa matta de pinheiros, que, alem do grande rendimento que produz ao estado, e de fornecer combustivel barato a varias industrias e casas particulares, evita que as esterilisadoras areias do mar, penetrem pela terra dentro, aniquilando a vegetação.

Todos os reis de Portugal que succederam a D. Diniz, até D. Manuel, cuidaram mais ou menos, da conservação e augmento d'este pinhal, e, no reinado d'este ultimo monarcha, era elle uma das melhores—se não a melhor—propriedade de raiz da nação portugueza.

Desde D. Manuel até D. João III, com as optimas madeiras do pinhal de Leiria se construiram esses innumeraveis *galeões*, *gal-*

lés, caravellas, e outros vasos de guerra e mercantes, que levaram o nome portuguez ás praias e ilhas do mar da India; a muitos e grandes paizes do Oriente; aos mares do Japão e da China; ás ilhas da Oceania; ás costas orientaes e occidentaes da Africa; e aos vastissimos sertões da America.

—

São duas as especies de pinheiros que formam a quasi totalidade d'esta extensa matta—o bravo (*pinus maritimo*) e o manso (*pinus pinea*); mas nos nossos dias, tem se aqui feito vastas sementeiras de *pinus larix*, e outras variedades, do norte da Europa, que produzem optimas madeiras de construcção.

Com o tempo, e ao passo que as arvores vão augmentando de volume, e a matta de espaço, augmenta o valor da madeira e da lenha.

—

Actualmente, tem o pinhal, pouco mais ou menos, uma superficie de 9.532:000 hectares, arborisados—184:000 hectares de novas sementeiras. — Ainda ha mais de 2.000:000 de hectares por arborisar.

Calcula-se que a massa florestal, vale 702:500$000 réis — e os terrenos occupados pela matta, 116:230$650 réis — total — 818:730$650 réis.

Confina pelo N., com a foz do rio Liz, e a freguezia de Vieira—pelo E., com as freguezias da Marinha-Grande, Amor, e Pataias—pelo S., com a charneca dos freires, de Alcobaça, e valle de Agua-de Medeiros—e pelo O., com volumosas *dunas*, e com o Oceano.

A séde da administração d'esta matta, é na bonita povoação da Marinha-Grande. O edificio onde estão as repartições competentes, foi principiado quando o coronel Varnhagem geria os negocios da matta, e concluido pelo seu successor, o conselheiro João de Fontes Pereira de Mello.

Este edificio consta de duas grandes divisões—1.ª, ao S., é superintendida pelo administrador, que reside na Marinha-Grande —2.ª, ao N., superintendida pelo mestre, que reside em Vieira.

—

Quando no fim do seculo XVIII, o esclarecido ministro da marinha, Martinho de Mello e Castro, fez a reforma das superintendencias dos pinhaes do estado, deu uma administração especial ao de Leiria, compondo o seu pessoal, do modo seguinte:

Um administrador—um juiz conservador (que era o corregedor de Leiria)—um mestre do pinhal—um fiel de armazens, no porto de S. Pedro de Muel—um guarda, na fabrica da madeira—um cabo dos guardas do pinhal—seis guardas—um patrão, para os sáveiros de conduzir madeira para bordo das embarcações do arsenal da marinha.

Hoje tem o seguinte pessoal:

Administrador, 1—thesoureiro, 1—escrivão, 1—amanuenses, 2—mestre, 1—cabo da guarda, 1—capatazes, 2—guardas de numero, 13. — Ha guardas supranumerarios, ou extraordinarios, sem numero fixo. São admittidos ou despedidos, segundo as urgencias do serviço.

Os guardas são uniformisados—de inverno, usam calça de brixe, com vivos verdes —e de lona crua, no verão —gravata preta —bonet (képi) com as iniciaes G F (guarda florestal) de metal amarello — bluza de zuarte azul—polaina curta, de couro branco, por cima da calça, no inverno, e de lona crua, no verão—bolsa de couro, a tiracolo, tendo na frente, sobre o peito, uma chapa de latão, com as armas de Portugal e o distico —ADMINISTRAÇÃO GERAL DAS MATTAS.—O armamento é como o dos artilheiros. O cabo, tem o mesmo uniforme, com a differença de ter um galão de prata, no braço esquerdo—uma casa, de galão de prata, sobre pano verde, de cada lado da góla; e calça, botas e esporas, como as dos soldados de cavállaria do exercito. Anda armado de uma espada, de bainha de ferro, e de duas pistolas d'arção.

—

O rendimento annual do pinhal de Leiria, anda por 30 contos de réis, e a despeza, por 14; sendo portanto o liquido 16 contos de réis.

—

Para facilitar a conducção dos productos do pinhal de Leiria, ao porto de S. Martinho, se dotou a Marinha-Grande com um caminho de ferro, do systema americano

(*rail-road*) cuja construcção principiou em 1859 e se concluiu em 1864. Custou 155 contos de réis.

A circulação d'esta linha, faz-se em todos os dias não sanctificados. Um comboio, parte de S. Martinho ás 8 horas e outro de Pedreannes, ás 9 — da manhan — gastando o 1.º, oito horas no trajecto, e o 2.º seis.—Os comboios, são ordinariamente de 10 *wagons*, levando cada um o pêso de 4:500 kilogrammas.

—

Por varias vezes se tem incendiado o pinhal de Leiria (ou *pinhal d'El-Rei*, como tambem se chama) umas vezes casual, outras criminosamente.

Os fogos mais modernos que teem aqui havido, são:

Em 25 de maio de 1875. Foi pavoroso, e causou um grande prejuizo ao estado, e não pequeno para muita gente, que tinha n'aquelle sitio grande porção de penisco, prestes a ser colhido.

Parte do pinhal, nas proximidades da Ponte Nova, foi pasto das chammas, em uns dez kilometros de circumferencia.

No dia 26, reanimou-se o incendio, com uma violencia extraordinaria, apparecendo em chammas, uma área de mais de 300 hectares.

Acudiu muita gente, e com grande custo se pôde dominar o incendio; perdendo-se todavia o melhor arvoredo, de mais de 50 annos de edade, comprehendido entre os *aceiros* [1] de Rio-Tinto e do Garcia.

O fogo principiou nas immediações da Ponte Nova, e caminhou para o S. e O., até ás proximidades de S. Pedro de Muél, poupando todavia uma grande porção de arvoredo, entre os aceiros das Gaieiras, e Guarda-Nova. Depois, dirigiu-se para o N., até ás Crastas e no sentido do aceiro de Pedreannes, onde passou a distancia de uns 1:200 metros, chegando a atravessar o aceiro do Varnhagem, onde se conseguiu atalhal-o, e poupar os melhores povoamentos, em que está estabelecido o campo da resinagem.

[1] *Aceiro*, é terra lavradia, ou desmontada, em volta de um pinhal, ou qualquer matta ou bosque, para que o fogo não passe d'ahi.

A totalidade da área queimada, mediu, aproximadamente, uma superficie de mais de 300 hectares, e era circumscripta por uma linha de uns 9 kilometros.

Calculou-se em uns 10 contos de réis o valor das arvores incendiadas; mas o estado só perdeu uns 6 contos, porque o arvoredo queimado, que se vendeu, produziu uns 4 contos de réis.

Ha gravissimas suspeitas que o fogo foi pôsto, nas cercanias da Ponte Nova.

No principio do incendio, havia uma grande tempestade, que o fazia propagar, e não o deixava extinguir; mas sobreveiu muita chuva, que ajudou a apagal-o.

—

Em 16 de março de 1876, outro incendio percorreu uma área de 1:200 metros do pinhal; mas os prejuizos foram muito menores do que os do antecedente.

—

Para o mais que se desejar saber, com respeito a este pinhal, veja-se *Carvíde*, *Leiria*, e *Marinha-Grande*.

PINHAL (*do Camarído*) — Minho. — Vide *Camarído* e *Caminha*.

PINHAL (*da Azambuja*)—Vide *Alemquer*, *Ameixoeira*, *Azambuja*, e *Otta*.

PINHAL DO DOURO — freguezia, Traz-os-Montes, concelho de Carrazéda de Anciães, comarca de Moncôrvo (foi da mesma comarca, mas do concelho — extincto — de Villarinho da Castanheira), 120 kilometros ao N.E. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Tem 80 fogos.

Orago, o Espirito Santo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

Esta freguezia é creação moderna, e foi desmembrada da seguinte.

PINHAL DO NORTE—freguezia, Traz-os-Montes, concelho de Carrazéda de Anciães, comarca de Moncôrvo, 120 kilometros ao N.E. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Tem 140 fogos.

Em 1757 (esta freguezia e a antecedente) tinha 110 fogos.

Orago, Nossa Senhora das Neves.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O reitor de Marzagão apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua, e o pé d'altar.

Ambas estas freguezias são pouco productivas em cereaes e fructas, mas abundantes de pastos e caça. Cria bastante gado, de toda a qualidade, e algum mel e cêra.

PINHAL NOVO—aldeia, Extremadura (ao S. do Tejo), entre a Moita e Palmella. É a 5.ª estação do caminho de ferro do S. e S.E., e entroncamento.

Junto d'esta aldeia, se estabeleceu e prospéra uma colonia, que principiou por casas para residencia de empregados e operarios do caminho de ferro, quasi todos do districto administrativo d'Aveiro. Depois, attrahidos pelas vantagens offerecidas pelo rico lavrador, o sr. José Maria dos Santos, vieram mais colonos, aos quaes o sr. Santos adiantava instrumentos de lavoura, gados, sementes, estrumes—e até comestiveis; formando assim, de cada proletario, um lavrador proprietario; e d'esta maneira se formou a povoação, que vae em progressivo augmento.

Como lhe ficava longe a egreja matriz, resolveram os povos d'estes sitios construir uma grande capella, dedicada á Santissima Virgem, a qual foi aberta e inaugurada com o culto, no dia da festa da Purificação da Senhora (Candeias), a dois de fevereiro de 1874.

E' um bonito e elegante templo, com capacidade para todo o povo do logar.

A maior esmola para esta construcção, foi dada pelo sr. Santos.

PINHAANÇOS ou **PENHANÇOS**–freguezia, Beira Baixa, comarca, concelho e 6 kilometros de Cêa (foi do mesmo concelho, mas da comarca de Gouveia) 80 kilometros de Coimbra, 285 a E.N.E. de Lisboa.

Tem 190 fogos.

Em 1757 tinha 130 fogos.

Orago, Santa Luzia.

Bispado e 99 kilometros a E.N.E. de Coimbra, districto administrativo da Guarda.

O reitor de Cêa apresentava o cura, que tinha 8$000 réis do congrua e o pé d'altar.

Proximo ao logar de Pinhanços (2 kilometros ao N) está a capella de *Nossa Senhora da Lomba*, entre grandes e antigos carvalhos, e sobre uma pequena elevação, ou lomba, que lhe dá o sobrenome.

Segundo a lenda, a imagem da Senhora appareceu sobre uma pedra, n'este mesmo sitio, a uma pastorinha, e alli lhe construiram logo os devotos uma capella, ficando a servir de peanha á padroeira, a mesma pedra sobre que tinha sido vista a primeira vez, e que serviu de altar para uma missa que alli se lhe disse, no dia immediato ao apparecimento; pelo que ainda se lhe chama—*pedra da missa.*

Isto diz o *Sant. Mar.*—Outros dizem que a Senhora appareceu debaixo de um enorme penedo, a distancia de 300 metros da capella actual, e sobre este penedo é que se disse a 1.ª missa á padroeira; e por isso se lhe ficou chamando *Penedo da Missa.*

Esteve a santa imagem na egreja matriz, em quanto se construiu a capella, e concluida esta, foi a Senhora levada para ella em solemne procissão, havendo n'esse dia um bodo, para quem o quiz receber. e para o qual se mataram oito bois, dando-se tambem grande porção de pão.

Este bodo, continuou até hoje, e ainda se faz, no dia da festa, distribuindo-se caldo e carne pelos habitantes das cinco povoações que dão o bôdo e por todos os pobres que alli concorrem em grande numero.

Mas hoje, o bôdo, só consta de sete bois, pela razão que adiante direi.

Teve logar este apparecimento, pelos annos de 1400.

A ermida é vasta, com capella-mór, e sua tribuna, e dois altares lateraes.

Criam os nossos avós, que o pão e a carne do bôdo, deviam ser mesmo alli comidos, e que, se alguem levasse parte d'elle para casa, sem ser para algum doente, chegava lá podre e cheio de bixos.

A imagem da padroeira, é de pedra; está sentada, e tem n'esta posição 0,^{m}77 de alto.

Tem em seu regaço, Jesus Christo morto, vindo portanto a ser a invocação verdadeira—*Nossa Senhora da Piedade.*

Como esta imagem era de uma esculptura muito antiga, e muito pesada, para hir em andor, nas procissões, se lhe fez uma nova imagem, de madeira, em 1688, muito bem acabada, que collocaram no altar-mór, no logar da antiga, hindo esta para um canto do altar.

Por aquelle tempo, foi á capella o prior de Santa Comba, de Céa, e, vendo a antiga imagem assim despresada, a pediu aos mórdomos e a levou para a sua ogreja; mas, apenas a collocou em um altar, se desencadeou uma horroroso trovoada, cahindo muitos raios, o que aterrou todo o povo.

Crendo o prior que era por ter mudado a Senhora de residencia, mandou dizer aos de Pinhanços que a viessem buscar, o que elles logo fizeram, em uma explendida procissão, collocando-a no seu primeiro logar, e a imagem nova em um dos outros altares.

Tem a Senhora uma bôa irmandade, que fabrica a capella, e faz a festa annual.

—

E' um formoso passeio todo arborisado, desde Pinhanços até á capella da Senhora da Lomba, que está edificada em um terreiro, tapetado de verde e macia relva.

Vem aqui varias ladainhas, não só da freguezia, mas tambem das immediatas, e é visitada a Senhora, por muitos romeiros, em todo o decurso do anno, principalmente no dia 15 d'agosto—se é domingo—e não o sendo—no dia immediato—que é a festa chamada dos *bôdos da Senhora da Lomba.*

São duas as versões, sobre a origem d'este bodo.

Segundo uma, teve principio em uma promessa feita á Santissima Virgem, para que cessasse uma terrivel peste que então grassava.

Segundo outros, foi o voto feito pelos povos d'estes sitios, se terminasse uma esterilisadora sêcca, que durava havia sete annos.

Em qualquer dos casos, feito o voto, consta que desappareceu repentinamente a calamidade.

O que é certo, é que este bôdo já se fazia no reinado de D. Manuel, pois existia na camara de Céa, uma provisão, de 1508, na qual aquelle monarcha, dispensando na lei que prohibia aquelles bôdos (*vôdos* se lhe chamava então) como um arremédo de praticas pagans, auctorisa estes, e nomeia o juiz de fóra de Céa, juiz privativo da irmandade da Senhora da Lomba, e o encarrega de hir, com a sua alçada, policiar a romaria, pelo que teria de propina, a melhor posta de carne, de cada boi abatido para o bôdo.

As povoações que davam os bois, eram:

1.ª—*Gache*—antiga séde da parochia; mas ha mais de cem annos (desde que principiou a despovoar-se) não tornou a dar o boi, e é por isso que os 8 estão hoje reduzidos a 7.

2.ª—*Pinhanços*, que dá dois bois—*Cimo do Povo*, um—e *Fundo do Povo*, outro.

3.ª—*Santa Comba de Céa*, um.

4.ª—*A aldeia de S. Miguel*, da freguezia de Santa Comba de Céa, um.

5.ª—*A aldeia de Villa Chan*, da mesma freguezia, um.

6.ª—*A freguezia das Lages*, um.

7.ª—*A aldeia da Lapa*, da freguezia de Touraes, um.

Para se comprarem os bois, lança-se uma finta aos povos, pagando todos os moradores, em certa proporção, segundo são casados, solteiros ou viuvos.

O dinheiro é entregue ao *bodeiro*, que é sempre o casado mais antigo da freguezia, e vae seguindo successivamente nos annos futuros, pelo casado que o foi immediatamente depois do *bodeiro* antecedente.

O bodeiro, vae comprar o boi, á feira de Mangualde, do 1.º domingo de julho ou agosto, e põe da sua algibeira, o dinheiro que falta para a rêz, que tem de tratar e engordar até ao sabbado, vespera da festa, dia em que o boi é abatido, e levado inteiro mas já esfollado, envolvido na sua propria pello, em um carro, no qual dá trez voltas em redor da capella da Senhora, depois do que vae para os bodos.

Ha um corredor, com sete casas terreas e descobertas, limitando o terreiro da capella, para o O., separadas umas das outras, por uma porede, e todas com portas para o terreiro.

N'estas casas, chamadas tambem *bôdos*, é que se cozem os bois, em grandes panellas de barro, com duas asas, as quaes, desde o dia 15 de agosto (quando não é domingo) estão cheias d'agua e cobertas com testos, na capella, tomando-a quasi toda.

E' n'esta agua (que, por ter estado na capella julgam ficar benzida) que se cozem os bois, em volta de sete fogueiras enormes, que acendem no chão, cada uma no centro da respectiva casinhola, na noite do domingo da festa; noite em que ninguem dorme, levando a toda em danças, descantes e folguedos, tendo illuminados os carvalhos do souto, e por entre elles, barracas, umas com doces, outras com bebidas, fructas de varias qualidades, etc.

Na segunda feira. ao nascer do sol, é que principia a distribuição do bôdo, feita pelos mórdomos dos respectivos povos que o dão.

Consta de uma porção de caldo, a que chamam — *sôpas da Senhora da Lomba*, e uma boa posta de carne, a cada um.

O povo come isto com o maior prazer, pois o reputa remedio efficaz para toda a qualidade de molestias, e particularmente para febres intermitentes (*maleitas.*)

Teem tanta fé nas virtudes therapeuticas d'este caldo, que os que não podem hir, por doença, o mandam cuidadosamente buscar; e, n'este caso, não se corrompe por sahir do arraial.

—

Ha tambem n'esta freguezia a *capella de S. Pedro*, situada em um formoso largo, ao cimo do logar de Pinhanços.

Foi incendiada pelos francezes, em 1810, e assim esteve, até que foi reparada em 1850.

A imagem do padroeiro, foi dada pela familia do sr. Antonio Ribeiro Saraiva, esse verdadeiro e esclarecido portuguez, voluntariamente expatriado em Londres, ha 42 annos, preferindo o exilio, a viver em uma patria onde estaria ainda mais exilado.

(O sr. Ribeiro Saraiva, é parente do sr. Nicolau Pereira de Mendonça Falcão.)

Esta imagem de S. Pedro, veiu da antiga egreja da villa de *Castro Verde*, na serra da Estrella, povoação ha dois seculos deserta e abandonada, e da qual apenas existem poucos vestigios, não se podendo já conhecer os signaes de uma rua ou edificio!

A *Chorographia Portugueza*, do padre Carvalho, menciona esta villa como existente, nos fins do seculo XVII, tendo ainda camara, juiz ordinario, e mais justiças. Devia ser uma povoação pequena, aliás, não desappareceria em tão poucos annos, sem deixar vestigios.

No anno de 1723, uma horrorosa peste disimou a população d'este reino (só em Lisboa, fez mais de 40$000 victimas!)

Pronunciou-se ainda com mais intensidade n'esta villa de Castro Verde, vindo em seguida tão grande praga de formigas, que devoravam tudo, obrigando os habitantes a fugirem para outras partes.

Ao sitio onde existiu esta povoação, e os seus arrabaldes, ainda se chama o *Crasto*.

Os condes de Povolide, eram senhores d'este Castro Verde, e emprazaram o seu territorio, ao desembargador, José Ribeiro Saraiva—pae do sr. Antonio Ribeito Saraiva —e é por isso que pertence hoje a esta respeitavel familia.

—

O territorio da freguezia de Pinhanços, occupa uma vasta área, e é fertil em toda a qualidade de productos agricolas do nosso paiz, e a uberrima *Varzea de Jagunda*, produz uma grande quantidade de cereaes, especialmente milho grosso.

Produz excellente vinho (*maduro*) do qual ainda em 1828 deu ao disimo 80 pipas, o que indicava ser a producçao de 800; mas era maior, porque já então se não escrupulisava em subtrahir ao disimo, o que era possivel.

Em nossos dias, triplicou aqui a plantação de vinhas; mas, infelizmente, ha vinte annos que o oidium-tukeri tem aniquilado muitas videiras; a ponto de que o sr. Nicolau Pereira de Mendonça Falcão, teve de mandar arrancar em 1870, cêpas que tinham dado mais de 40 pipas de vinho.

Cria-se n'esta freguezia muito gado, e em grande quantidade, lanigero, que

produz annualmente muitas arrobas de queijo, do mais precioso do serra da Estrella, e muitas arrobas de lan.

A fructa aqui tambem é em grande quantidade, de todas as especies e de optima qualidade.

Nos seus montes ha abundancia de caça, grossa e miuda.

A freguezia é cortada por duas boas estradas, por onde são conduzidos muitos generos coloniaes, ferro, sal, peixe fresco (principalmente sardinha) que vae abastecer os mercados e lojas de Gouveia, Celorico, e todas as povoações da serra da Estrella, até á cidade da Guarda.

—

N'esta freguezia tem o sr. Francisco Augusto Martins Ribeiro, uma optima fabrica de lanificios.

—

Em todos os diccionarios geographicos, e mesmo nos documentos officiaes, se vê o nome d'esta freguezia escripto como vae aqui, na primeira palavra indicadora—quando devia ser—*Penhanços.*—*Anço*, é um antiquissimo diminutivo portuguez, que, tendo anteposto o substantivo *penn*, *pen*, *pena*, ou *penha*—o que se dá n'esta freguezia—significa—*penhas pequenas.*

E' esta freguezia muito antiga, e já era povoada no tempo dos arabes, o que se prova por um *almocabar* mourisco, do qual ainda existem muitas sepulturas, taes e quaes como as de *Corvite*, em Paiva (vide *Corvite.*)

Estas sepulturas estão no sitio das *Tapadas*, em uma vinha do sr. Nicolau P. de Mendonça Falcão, nobilissimo e illustrado cavalheiro, natural d'esta freguezia, e do qual adiante trato.

—

A primitiva egreja parochial, era no logar de *Gache*, 2 kilometros a E. de Pinhanços, e é a unica aldeia que, com Pinhanços, constitue a freguezia. (Gache, tendo ainda em 1820 mais de 30 fogos, está hoje reduzida a seis.)

Ainda hoje, ao terreno de um olival que está proximo de Gache, se dá o nome de *Adro de Santa Luzia*, por ser o da antiga matriz.

A trasladação da matriz para a actual, devia ser pelos fins do seculo XVI, porque, em um altar da egreja, pertencente á familia Mendonça Falcão, se lêem as trez primeiras letras da data da sua fundacão—159. . .; não existindo a ultima letra.

Nos *livros findos*, do cartorio do bispado de Coimbra, vê-se que os assentos dos baptisados, casamentos e obitos, principiou tambem nos fins do seculo XVI.

—

A egreja tem altar-mór e 4 lateraes.

No primeiro está a imagem, de pedra, da padroeira.

Apezar de ser muito antiga (pois já veiu da egreja velha, de Gache) é de bôa esculptura,

O 1.º altar lateral da esquerda, que tambem veiu da egreja velha, é de talha dourada, e tem uma imagem de Nossa Senhora do Rosario, de pedra e de estatura natural.

Em frente, fica o altar de S. Lourenço, de talha dourada, construido no seculo XVIII.

A imagem do santo é muito antiga. Era o padroeiro de uma antiquissima capella, ha muitos annos destruida, e que ficava em um dos mais pittorescos sitios da freguezia ao pé de Gache, onde ainda hoje existe a fonte de S. Lourenço, e o terreiro do mesmo nome.

E' o passeio favorito dos habitantes de Pinhanços; pela frescura e amenidade do sitio.

Os outros dois altares, são:

O da esquerda, dedicado a Nossa Senhora do Amparo.

E' de talha dourada, construido no seculo XVIII, e egual ao de S. Lourenço.

Pertence á nobre familia Frias, d'esta freguezia.

Um general e varios officiaes d'esta familia, se distinguiram pela sua lealdade e pelo seu valor, na guerra dos 27 annos.

Hoje só existem aqui dois ramos de Frias (representados por fêmea.)

Um, é a familia do sr. Antonio de Frias d'Eça Ribeiro —irmão do bem conhecido padre, Gaspar Alves Frias d'Eça, que foi muitos annos vice-reitor do seminario episcopal de Coimbra, e actualmente é um esclarecido professor do mesmo seminario e do lyceu da cidade.

O outro ramo, é representado por os seus primos germanos (do sr. Antonio de Frias) outros Frias, de Pinhanços.

Em frente, fica-lhe o 5.º altar.

E' tão antigo como a velha egreja. Pertence a nobre familia dos Mendonças Falcões, de que adiante trato, e é dedicado ás almas do purgatorio.

A origem d'este altar é a seguinte:

Nos fins do seculo XVI, veiu estabelecer-se em Pinhanços, um fidalgo hespanhol, chamado, D. João Martins de Lilla, homisiado em Portugal, por um crime que commetteu na sua patria; e, para desviar todas as suspeitas, usava do officio de ferrador (que quasi todos os cavalleiros d'aquelle tempo sabiam, com mais ou menos perfeição.)

Em 1590 e tantos (como consta da inscripção já mencionada) mandou construir este altar, collocando n'elle, uma magnifica imagem do Senhor Crucificado, quasi de tamanho natural, que tinha trazido de Hespanha.

Instituiu um vinculo, do qual este altar era a cabeça, com varios legados pios, e suffragios pelas almas.

Não tendo parentes em Portugal, chamou para a successão, os ascendentes da familia Falcão, nos quaes se conservaram os bens e a posse da capella, até ao presente; porque o vinculo, foi abolido (por não ter o rendimento legal) por um irmão do bisavô do actual possuidor, e representante d'esta familia.

—

A povoação de Pinhanços, está risonhamente situada, sobre uma pequena collina, que corre paralella e ao N. da serra da Estrella, por espaço de uns 10 kilometros, desde Maceira até Lagarinhos, ficando esta collina separada da serra, pela formosa e fertil *bacia*, chamada a *Jagunda*; e, como a serra é muito povoada n'este sitio, ficam-lhe nas abas, de E. a O., as ricas e notaveis villas de *S. Romão de Cêa*, e Céa—e as aldeias de S. Martinho; Póvoa-Nova; Póvoa-Velha; villa de Santa Marinha, e as freguezias de Paços; Moimenta-da-Serra, e Gouveia.

Em frente da collina, e vendo-se d'ella, ficam as freguezias, de S. Thiago; Santa Comba de Cêa; a bella veiga ou planicie da Jagunda, com 7 a 8 kilometros de comprimento, e 2 a 3 de largura—e as ricas povoações fronteiras da serra.

Ao fundo da povoação de Pinhanços, em frente da serra da Estrella, desde S. Thiago, passa a estrada nova de 1.ª ordem, que communica Coimbra (passando o Mondego na ponte de ferro, da Portella, junto a Coimbra) com Trancoso, Guarda e outros pontos, seguindo sempre o valle da serra da Estrella, e tendo a estrada, por estes sitios, formosos lanços, e paizagens pittorescas.

—

Em Pinhanços, houve em tempos antigos, um vinculo, denominado — *das Quintas de Pinhanços* — com o padroado, annexo da egreja de Santa Comba de Cêa.

Foi instituido por D. Violante de Menezes, da casa dos condes de Tarouca, depois, marquezes de Penalva; do qual vinculo faz menção, a *Hist. Gen. da Casa Real.*

Este morgado, andava sempre no filho segundo d'esta casa.

No reinado de D. José I, era administrador d'este morgado, Manuel Telles da Silva, que, sendo nosso embaixador em Vienna d'Austria, alli casou e se estabeleceu, e foi, pelo imperador, feito duque de Tornholt; como consta da mesma *Hist. Gen.*

Pediu este fidalgo, ao rei D. José, que lhe permittisse abolir o vinculo, e vender os bens, padroados, e foros que o constituiam, para, com o seu producto, comprar dominios na Austria, que ficassem sujeitos aos encargos pios, a que estava o vinculo em Portugal. O rei, auctorisou esta abolição, e tudo comprou o desembargador, José Pinto de Mendonça Arraes, que morreu intenden-

te das minas de diamantes, no Brasil. O conde de Oeiras, depois marquez do Pombal, como procurador do duque de Tornholt, é que assignou a escriptura d'esta venda.

Foi este desembargador, que fundou o sumptuoso palacio, por concluir, chamado *as Obras*, na villa da Céa (a pag. 222, col. 1.ª, do 2.º vol., fallo d'este palacio—e, para os Arraes, de Cêa, vide o mesmo vol., a pag. 224, col. 1.ª)

Este palacio tem quatro frentes regulares, e é a cabeça de um vinculo instituido pelo mesmo desembargador, que lhe annexou tudo quanto tinha comprado ao referido duque.

As *Quintas de Pinhanços*, só lhe pagavam fóros, que os foreiros se recusaram a pagar, desde 1834.

A situação do palacio é formosissima, com extensas e admiraveis vistas, sobre tudo para o N., E. e O., por muitas leguas de amplidão.

Vê-se tambem de qualquer das suas elegantes janellas, toda a grande bacia, comprehendida entre as serras — da Estrella, Bussaco, Bésteiros, Monte-Muro, e Gralheira.

É hoje propriedade da sr.ª D. Maria de Guadalupe Pinto de Mendonça Arraes, viscondessa de Vallongo, e bisneta, por varonia legitima, do fundador do vinculo e do palacio.

—

Nasceram n'esta freguezia, e n'ella foram creados, os tres distinctos e honradissimos cavalheiros — os srs. Antonio de Mendonça Falcão da Cunha e Póvoas—e Nicolau Pereira de Mendonça Falcão—ambos irmãos do sr. Manuel de Mendonça Falcão da Cunha e Távora. Este foi o primogenito, e senhor dos morgados da sua casa, na freguezia de Girabôlhos, porém vive na sua casa, de *Sobral de Papizios*, em cuja palavra tratarei d'elle mais longamente.

São todos tres, filhos legitimos do bem conhecido e erudicto philólogo, e integerrimo magistrado, o desembargador Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio e Távora, deputado ás côrtes, em 1821 e 1826, e que serviu na magistratura, até 1832. (D'elle faço menção adiante, nos artigos *Souto-Maior* e *Souro-Pires*.) Foi casado com D. Maria Miquelina Pereira da Cunha Ferrão (mãe dos tres cavalheiros primeiramente nomeados), senhora d'esta casa, e dos vinculos da casa de Girabôlhos, que fica 6 kilometros a N.O. de Pinhanços. Era filha, e herdeira unica, de Manuel da Cunha Abreu do Amaral e Vasconcellos, fidalgo da casa real, capitão-mór de Cêa, Gouveia, e Celorico, durante a guerra peninsular, e senhor do vinculo de Girabôlhos.

Hoje não vive em Pinhanços membro algum d'esta familia.

O sr. Antonio de Mendonça Falcão, bacharel, formado em direito, e deputado ás côrtes, em 1869, foi estabelecer-se na cidade da Guarda, onde casou com sua prima, a sr.ª D. Maria Isabel Ferreira e Póvoas, filha primogenita do sr. Antonio Ferreira Ferrão de Castello-Branco Ilharco, fidalgo cavalleiro, e senhor da nobre e antiga casa Ferraz Castello-Branco, de S. Thiago de Cêa, e de sua mulher, a sr.ª D. Maria Augusta das Póvoas, irman do bem conhecido tenente-general do exercito realista, Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas, da Guarda.

O sr. Antonio de Mendonça Falcão, está senhor d'esta casa, por sua mulher, herdeira universal de seus tios, o dito general Póvoas e seu irmão.

—

O sr. Nicolau Pereira de Mendonça Falcão (o mais novo dos irmãos), tambem bacharel, formado em direito, e ao qual ficou quasi todo o casal que esta familia tinha em Pinhanços, foi estabelecer-se na quinta de Farejinhas, freguezia de Castro-Daire, na casa que foi de João de Mello de Sampaio, que foi coronel do batalhão de voluntarios realistas, de Castro-Daire. Esta casa foi dada em dote á esposa do sr. Nicolau Pereira, a sr.ª D. Maria da Piedade de Lemos e Azevedo, da antiga e nobre casa dos Santos Martyres, de Paredes da Beira, solar de um dos ramos dos Azevedos (vide *Paredes da Beira*).

Esta familia passa em Farejinhas a primavera e o verão. O outono e inverno, passa-os

na sua bella quinta de S. Salvador, junto a Viseu.

—

É o sr. Nicolau Pereira de Mendonça Falcão, procedente das mais nobres familias das duas Beiras.

Da procedencia dos *Pereiras*, já tratei na villa da *Feira*.

Mendonça, é um appellido nobre d'este reino. Veiu de Hespanha, tomado da villa de *Mendoça*, na Biscaia; e passou a Portugal, na pessoa de D. Ruy Furtado de Mendonça, no reinado de D. Affonso IV, vindo no sequito da rainha D. Constança, primeira mulher do infante D. Pedro, depois rei, 1.º do nome (*o justiceiro*).

D. Affonso IV o fez *general do mar*, conservando este posto durante o reinado de D. Pedro I. — D. Fernando I o fez anadel-mór dos bésteiros,[1] e seu filho, Affonso Furtado de Mendonça, o foi do rei D. Duarte.

Estes Mendonças, trazem por armas — as dos Furtados (vide *Barbacêna*), tendo de mais, o escudo de prata, aberto.

Outros do mesmo appellido, trazem — em campo d'ouro, duas pallas, de verde, e uma de púrpura, com cintas de prata.

Outros trazem — em campo de púrpura, dez folhas de álamo, de prata, em tres pallas.

Mendonça Arraes, é tambem um appellido nobre d'este reino. Estes dois appellidos, se uniram em Ruy Arraes de Mendonça, por seu pae, que era da familia Arraes, e por sua mãe, que era dos Mendonças.

Estes trazem por armas — escudo esquartellado — no 1.º e 4.º, de púrpura, nove folhas de golfão, de ouro, em tres pallas — o 2.º e 3.º quartel, dividido em aspa — no 1.º e 4.º, de verde, banda de púrpura, perfilada d'ouro — e 2.º e 3.º, do mesmo, lizo. Êlmo de prata, aberto, e por timbre, meio homem, nú, cabelludo, da sua côr, com um rêmo de ouro ás costas.

Outros d'estes appellidos, usam — escudo dividido em palla — na 1.ª, de púrpura, nove folhas de golfão, de ouro, em tres pallas — a 2.ª, dividida em aspa — o 1.º e 4.º, de verde, contrabandado de púrpura, perfilado d'ouro — no 2.º e 3.º, do mesmo, um S de negro.

Tambem ha o appellido de *Mendonça Laço* (ou *Lasso*). Veiu de Hespanha. — As suas armas, segundo o desenho da Torre do Tombo, são — As primeiras dos Mendonças, com a legenda, em preto — AVE MARIA. — E ainda outros d'este appellido, usam das armas dos primeiros Mendonças, mas por timbre, uma asa d'aguia, d'ouro, estendida, carregada com a legenda — AVE MARIA, em vez de ser no escudo.

Os *Falcões*, trazem por armas — em campo azul, tres bordões de S. Thiago, de prata, postos em palla, com os nós de púrpura e os ferros de ouro. Êlmo de aço, aberto; e por timbre, um falcão, da sua côr, com um bordão no bico e no pé direito.

—

No adro da egreja matriz, está a casa da familia Mendonça Falcão e Cunha — n'ella nasceram os srs.

Manuel de Mendonça Falcão da Cunha e

[1] *Anadel*, ou *anadell*, era o chefe ou capitão de bésteiros, espingardeiros, ou qualquer outra gente de guerra — e *anadaria* se chamava ao districto da sua jurisdição.

O *anadel-mór*, era o chefe dos anadeis. Procedia á inspecção, apuramento e alistamento dos *bésteiros do conto* (do numero) que em cada cidade, villa, ou concelho devia haver; e tambem ao alistamento dos *galeotes* (homens do mar).

Os primeiros não deviam ser lavradores, mas sómente *céeiros de mesteres* (officiaes de officio — artistas) e casados. Os segundos, eram tirados das *vintenas do mar*, que eram companhas de 20 homens, e cujo capataz se chamava *vintaneiro*. *Não havendo mesteiraaes, se podem fazer bésteiros do conto, os que nom tiverem mester, sendo mancebos e capazes; com tanto que tenham casas mantheudas, com suas molheres e mancebas theudas, e nom sejam lavradores.* (Cod. Alf., liv. 1.º, tit. 68.)

Os bésteiros de conto, deviam ter béstas fortes, *e que se não armassem senão com fólga e com pollé, para com ella armarem maior bésta e mais folgadamente.*

Tinham estes bésteiros muitos privilegios e isenções; mas, para lhes serem guardados, deviam manter em suas casas, certo numero de aguias, e *dar as mãos d'ellas, annualmente, ao almoxarife d'el-rei, ou ás suas justiças, no mez de maio.* (Cod. citado.)

Távora, primogenito. Matriculou-se em canones, na universidade de Coimbra, mas, depois de fazer exame do 3.º anno, seguiu a vida militar, sendo, na convenção d'Evora-Monte, capitão do batalhão de voluntarios realistas de Mangualde. Durante o cêrco do Porto, foi ajudante d'ordens de varios generaes. Foi um official distincto, pela sua coragem, bom comportamento e fidelidade ás bandeiras que jurára defender; terminando a sua carreira militar, só quando o corpo a que pertencia, deixou de existir, pela *convenção.*

Vive na sua casa, de Sobral de Papízios, com sua segunda esposa; mas, nem d'esta nem da primeira tem successão.

É um dos mais nobres cavalheiros da Beira-Baixa, não só pelo sangue illustre que lhe gira nas veias, mas tambem, e principalmente, pela nobreza das suas acções, todas proprias de um verdadeiro fidalgo portuguez. (Vide *Sobral de Papízios.*)

—

Antonio de Mendonça Falcão da Cunha e póvoas — filho segundo, e irmão do antecedente.—É bacharel formado em direito, no anno de 1843, pela universidade de Coimbra. Casou com sua prima, a sr.ª D. Maria Isabel Ferreira e Póvoas, filha primogenita do sr. Antonio Ferreira Ferrão de Castello-Branco Ilharco, fidalgo cavalleiro, senhor da antiga casa dos Ferrões Castellos Brancos, de S. Thiago a par de Cêa (irman dos dois ultimos commendadores de Malta—Gonçalo Ferrão Castello-Branco, e André Ferrão Castello Branco) e de sua primeira mulher e prima, a sr.ª D. Maria Augusta das Póvoas, irman do célebre tenente-general do exercito realista, Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas, e de seu irmão, o marechal de campo, tambem do exercito realista, Antonio das Póvoas de Brito Coutinho, ambos da cidade da Guarda.

Estes dois officiaes generaes, morreram sem deixar filhos legitimos, sendo sua herdeira universal, a sr.ª D Maria Isabel, sua sobrinha, esposa do sr. Antonio de Mendonça.

Estes ultimos, logo que tomaram conta da herança dos dois generaes, foram, com seus filhos, residir no sumptuoso palacete dos Póvoas, na Guarda, hoje luxuosamente restaurado pelo sr, Antonio de Mendonça.

Está este edificio em um dos melhores sitios da cidade, na praça principal d'ella, tomando quasi toda a sua parte occidental.

O sr. Antonio de Mendonça, foi deputado ás côrtes da nação portugueza, em 1869-1870.

Tem uma formosa vivenda, chamada *quinta da Vella*, por ser da freguezia do mesmo nome, a 12 kilometros ao S. da Guarda, onde vae, com sua famila, passar o inverno e parte da primavera.

N'esta quinta passou os ultimos annos da sua longa vida, o tenente-general Póvoas, e seus irmãos, o marechal de campo, Antonio Pôvoas, e o conego da Sé da Guarda, Pedro das Póvoas. Todos elles falleceram n'esta quinta, e jazem, em nobres mausoleus, no cemiterio parochial da Vella.

O governo liberal quiz fazer o general Póvoas, conde da Vella; mas elle não acceitou.

Na discripção da freguezia da *Vella* serei mais extenso, com respeito a esta nobilissima familia.

—

Nicolau Pereira de Mendonça Falcão, 3.º filho.—É bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra, em 1843, junto com seu irmão e condiscipulo, o antecedente.

Havia mais dois irmãos, que morreram na flor da edade — um no 4.º anno juridico—e outro, com todos os preparatorios, para seguir o curso de direito.

Casou (o sr. Nicolau Pereira) em 1854, na quinta da Cruz, freguezia de Castellões de Bésteiros (vol. 2.º, pag. 198, col. 2.ª) com a sr.ª D. Maria da Piedade de Lemos e Azevedo, filha dos srs. Antonio de Lemos d'Azevedo Carvalho e Souza, e de sua mulher (senhora de Paredes) D. Maria José de Azevedo da Costa e Souza Coutinho d'Ornellas.

A esposa do sr. Nicolau Pereira, vivia na quinta da Cruz, havia 14 annos, com sua tia e madrinha, a sr.ª D. Maria da Piedade de

Azevedo e Costa Ornellas, casada com o sr. dr. Antonio Xavier Homem Telles d'Almeida Cardoso, senhor d'esta opulenta casa, que, não tendo filhos, aboliu todos os seus onze vinculos, e deixou tudo á sua mulher, a referida sr.ª D. Maria da Piedade. Esta, fallecendo em 1868, repartiu toda a sua grande casa por seus sobrinhos, filhos de sua irman, a dita senhora de Paredes; nomeando á esposa do sr. Nicolau Pereira, sua herdeira universal e testamenteira. Esta já tinha sido dotada, para o seu casamento, com um bom casal, na aldeia de *Darei*, freguezia de Mangualde, e dois importantes prasos na freguezia de Fragozélla, concelho e 6 kilometros de Viseu (vol. 3.º, pag. 225, col. 2.ª), e em Castellões de Bésteiros, e com o direito á herança de João de Mello Sampaio d'Almeida e Albuquerque, senhor da casa de *Farejinhas*, que falleceu sem geração, em 1852. Tinha sido coronel do batalhão de voluntarios realistas de Castro-Daire.

Era a esposa do sr. Nicolau Pereira, a parenta mais chegada d'este cavalheiro; mas, não tomou conta da sua herança, sem ter sustentado profiadas demandas com outros parentes mais remotos do fallecido, e com a fazenda nacional.

A tia e madrinha da sr.ª D. Maria da Piedade, ainda lhe deixou por sua morte (d'aquella) a magnifica *quinta de S. Salvador*, junto a Viseu, que, com os accrescentos e bemfeitorias que a testadora e o sr. Nicolau Pereira lhe teem feito, e que, só elles, importaram em mais de 12 contos de réis, é certamente o melhor predio que ha hoje nos arrabaldes de Viseu. É formosamente situada, e n'ella vão passar os invernos os seus actuaes possuidores.

—

Á quinta de Farejinhas, dos mesmos proprietarios, pertence uma bella casa apalaçada, na rua da Calçada, em Viseu, occupada em parte, por arrendamento, pela camara municipal d'esta cidade, que n'ella faz as suas sessões e tem as suas repartições.

—

Os tres irmãos de que acabo de tratar, são filhos do desembargador Agostinho de Mendonça Falcão Coutinho Sampaio e Póvoas, fidalgo da casa real, socio da academia real das sciencias de Lisboa, sabio philologo, mencionado no *Diccionario bibliographico*, do recentemente fallecido, Innocencio Francisco da Silva.

Agostinho de Mendonça, nasceu na freguezia de Souto-Maior, junto a Trancoso. (Vide *Souto-Maior*, do concelho de Trancoso.)

Era filho 2.º, da casa dos Mendonças Falcões Távoras de Souto-Maior, de Souropires (vide esta palavra), hoje representada pelo sr. José Cortez de Mendonça Falcão, bacharel em direito, pela universidade de Coimbra, e que foi capitão do batalhão de voluntarios realistas da Guarda. Reside actualmente na freguezia de Nossa Senhora da Conceição, de Freches, concelho de Trancoso. (Vol. 3.º, pag. 228, col. 2.ª)

O desembargador Agostinho de Mendonça, foi casado com D. Maria Miquelina Pereira da Cunha Ferrão, filha unica e herdeira de Manuel da Cunha e Abreu Castello-Branco, senhor da casa e morgados dos Cunhas, de Girabólhos, no concelho de Cêa (vol. 3.º, pag. 281, col. 1.ª), fidalgo da casa real, e capitão-mór dos concelhos de Céa, Gouveia e Celorico, no tempo da guerra peninsular, com patente de brigadeiro de ordenanças — casado com D. Anna Saraiva Ferrão, senhora da casa de Pinhanços e da dos Ferrões, da villa de S. Romão de Céa, na serra da Estrella.

—

O irmão primogenito dos tres cavalheiros de que trato principalmente n'este artigo, e da casa de Pinhanços, o sr. Manuel de Mendonça, foi o herdeiro da casa e morgados de Girabôlhos, e, como não tem filhos, é seu immediato successor dos vinculos (já por disposição testamentaria) o sr. dr. Alvaro de Mendonça Falcão e Póvoas, actualmente delegado do procurador regio, na comarca de Trancoso, filho unico, varão, do sr. Antonio de Mendonça, da Guarda.

A casa toda de Pinhanços, ficou em legitima do sr. Nicolau Pereira, que só tem do seu matrimonio, um filho e uma filha. — O sr. Agostinho Antonio de Mendonça Falcão, nascido em 24 de agosto de 1856. Seguindo

o curso de agricultura, no *instituto geral de agricultura*, em Lisboa, foi riscado, injusta e aleivosamente, durante o segundo anno; porém alguns professores decidiram pela readmissão, ao que não annuiu o sr. Nicolau Pereira, apezar das reiteradas instancias dos seus amigos, sómente levado pelo seu louvavel pundonor, e justificado resentimento; mas mandou seu filho principiar de novo o curso agricola, na escola superior de agricultura, de *Grignon*, a 40 kilometros de Paris, sendo um dos mais distinctos alumnos d'esta escola, e sempre louvado, pelo seu talento e applicação, por Mr. Deerham, professor d'este estabelecimento, e talvez o primeiro chimico da actualidade, em França.

A injustiça e prepotencia praticada como estudioso mancebo, e os rapidos progressos que tem feito em Grignon, teem vindo amplamente desenvolvidas, em um artigo da *Revista Agricola*, no *Commercio do Porto*, de 2 de maio de 1876—e depois—*Nação* de 25 de maio—*Palavra*, do Porto, de 29 de maio —*Atalaia*, de Viseu, de 31 de maio, e ultimamente no *Jornal de horticultura pratica*, do Porto, em o numero de julho.

Todos estes artigos, foram um solemne desagravo ao sr. Nicolau Pereira e a seu filho; e, evidenciando a injustiça feita por um professor de Lisboa, provaram a coragem e elevados sentimentos do pae, e a pasmosa intelligencia do filho.

—

A sr.ª D. Maria da Piedade de Mendonça e Lemos de Azevedo (a filha do sr. Nicolau Pereira) nasceu em 2 de julho de 1855, e vive com seus paes, ainda no estado de solteira.

—

Teem visto os meus leitores, qual é, por todos os costados, a nobilissima ascendencia dos Mendonças Falcões, de Pinhanços; porém, a verdadeira nobreza d'esta familia, não consiste nos seus herdados pergaminhos, que não são mais do que um dom do acaso; mas sim nas bellissimas e hoje rarissimas qualidades que distinguem todos os seus membros.

Creados por paes, illustres pelo seu sangue, e ainda mais illustres pela sua vida, sempre immaculada, aprenderam d'elles, com admiravel aproveitamento, a serem catholicos, sem fanatismo; fidalgos, sem orgulho; portuguezes, sem mancha; caritativos, sem ostentação; amigos dedicados; filhos, exemplares; paes, extremosos; irmãos, tão unidos pelo sangue, como pelo amor fraternal—finalmente—exemplares do verdadeiro fidalgo portuguez de outras eras.

Legitimistas por herança e por convicções sinceras, são tolerantissimos, e respeitadores das opiniões contrarias; não distinguindo entre os homens—realistas de liberaes; mas sómente, os bons, dos maus.

É por isto que a esclarecida familia Mendonça Falcão, é geralmente amada e respeitada nas duas Beiras, e aquelles que teem a honra de se relacionar com ella, não podem deixar de admirar tantas virtudes, em seculo de tantas immoralidades.

Recebam elles este singello testemunho, do respeito que lhes consagra o mais humilde dos seus admiradores, e o mais reconhecido dos seus amigos.

PINHÃO (mais propriamente—**PENHÃO**) —rio, Traz-os-Montes, que nasce proximo de Alfarella, e desagúa na margem direita do Douro (na aldeia seguinte), 7 kilometros ao S.E. de Favaios. Tem um curso de 40 kilometros.

Suas margens, alcantiladas e pittorescas, estão, por espaço de 2 kilometros, cobertas de vinhas, entrando o *Baixo-Pinhão*, 6 kilometros no famoso *Paiz do Vinho* (vide esta palavra) e são estes sitios os que produzem mais vinho, depois do Douro, e todo de superior qualidade.

PINHÃO, ou **PENHÃO**—aldeia, Traz-os-Montes, na freguezia de S. Pedro de Celleirós, concelho de Sabrosa, comarca e districto administrativo de Villa Real, no arcebispado de Braga.

Está situada sobre a margem direita do rio do seu nome, onde embarca o excellente vinho das margens do mesmo rio.

Tinha estação telegraphica, que foi mandada fechar, em agosto de 1875, por falta de pessoal, e limitado rendimento.

PINHEIRO—freguezia, Alemtejo, no con-

celho de Mértola.—Já está em *Miguel do Pinheiro (São).*

PINHEIRO—freguezia, Minho, comarca e concelho de Guimarães, 18 kilometros ao N.E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa.

Tem 70 fogos.

Em 1757 tinha 60 fogos.

Orago, o Salvador.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento.

É n'esta freguezia a quinta e paço, cabeça do morgado dos Rebellos e Almeidas, que possuiu Gonçalo Peixoto da Silva.

É terra fertil. Bom vinho (verde). Gado e caça.

PINHEIRO — aldeia, Douro, na freguezia de *Campanhan,* Bairro oriental, comarca, districto administrativo, bispado, e junto (ao N.E.) da cidade do Porto. (Vide *Campanhan.*)

É a 1.ª estação do caminho de ferro do Minho e Douro (commum ás duas linhas).

PINHEIRO — freguezia, Minho, concelho de Vieira, comarca da Póvoa de Lanhoso, 24 kilometros ao N. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Tem 120 fogos.

Em 1757 tinha os mesmos 120 fogos.

Orago, Santa Maria do Pinheiro.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento.

É terra muito fertil. Cria muito e optimo gado bovino, que exporta. Muita caça.

PINHEIRO—pequena villa, Douro, na freguezia de S. João de Loure (vol. 3.º, pag. 414, col. 1.ª)

Está situada na margem direita do rio Vouga.

Foi cabeça do concelho do seu nome, que existiu até 1834, com camara, juiz ordinario, e mais justiças e empregados respectivos.

Ainda aqui existe um pequeno casebre, em ruinas, que foi casa da camara e cadeia.

Falla-se d'esta povoação em documentos dos seculos XI e XII — o que prova a sua muita antiguidade.

Em 1121, Pedro Paes, e sua mulher, Jelvira Nunes, deram aos monges de Lorvão, a villa do Pinheiro, que os doadores possuiam no territorio de Coimbra.—*Et in confinitate Castelli Marnelis, inter fluvium Vougam, et montem qui dicitur Meiçom-frio.* (Doc. de Lorvão.) Vide *Marnél.*

É terra muito fertil, e tem—tanto nos altos, como nos baixos, excellentes campos, sobre tudo, nas margens do Vouga; por isso, a maxima parte dos seus moradores, vivem da agricultura.

É abundante de peixe do rio, e do mar, que lhe vem pelo Vouga.

Tem emigrado para a America muita gente d'esta freguezia, e principalmente d'esta villa; e, regressando alguns, bastante ricos, teem aformoseado a villa com bons predios, e feito prosperar a terra que lhes deu o ser.

Ha aqui uma barca de passagem sobre o Vouga, propriedade da camara de Albergaria-Velha.

PINHEIRO—aldeia, Beira-Alta, freguezia de Penajóia. (vol. 6.º, pag. 559, col. 2.ª)

Ha n'esta aldeia uma casa de bastante importancia, que ainda no principio d'este seculo foi habitada por um sargento-mór, da familia dos Trindades, de Mollães; casado com D. Anna Luiza Margarida Duarte, prima do sr. dr. Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia, na cidade do Porto, que é hoje o senhor d'esta casa.

As restricções, exclusivismos e privilegios da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, concedidos pelo marquez do Pombal, arruinaram muita gente d'este paiz. Uma das victimas, foi o sargento mór do Pinheiro. Tinha vinhas em diversas localidades, e foi, em razão de uma denuncia, accusado de passar vinhos, da sua propriedade de *Alquetes* (no alto d'esta freguezia, e dentro da demarcação dos vinhos de consummo) para a sua propriedade de Penim—dentro da demarcação dos vinhos d'embarque. Foi um *crime horrendo* (dizia a sentença), que o fez gastar muito dinheiro, e passar tantos incommodos e trabalhos, para se livrar, que ficou quasi doido, e assim falleceu, no vigor da edade, deixando a sua casa muito compromettida.

PINHEIRO (quinta do)—Extremadura.—Casa nobre, e quinta annexa, que foi do sr. D. Miguel Ximenes, por isso, feito visconde do Pinheiro, em 21 de maio de 1851.

Está situada no logar tambem chamado do Pinheiro, entre Palha-Van e Sete-Rios, na freguezia de S. Sebastião da Pedreira, extra-muros, 3:500 metros a N.O. de Lisboa. (Vol. 6.º, pag. 424, col. 1.ª)

Tem uma bonita capella, excellente agua potavel, cocheiras, cavallariças, e mais officinas; e das suas janellas se goza uma formosa vista.

E' actualmente de um cavalheiro de Lisboa, que a comprou aos seus antigos possuidores.

PINHEIRO (quinta e aldeia do)—Minho, na freguezia de Alheira (vol. 1.º, pag. 132, col. 1.ª)

A casa e quinta do Pinheiro, no logar do mesmo nome, é composta de campos, coutada, bom edificio, que foi ornado de antigas torres, das quaes ainda ha vestigios.

Tem uma bonita capella, da invocação de S. João Baptista.

D'estes predios e bens annexos, em varias freguezias limitrophes, instituiram um vinculo, Diogo Lopes Homem, fidalgo da casa real, e sua mulher, D. Branca d'Azevedo, na cidade de Lisboa, aos 18 de abril de 1553—chamando para a successão do morgado, sua sobrinha, D. Maria da Silva da Cunha e Almeida, casada com Ruy Lopes de Souza, senhor da casa de Bordônhos.

E' actual possuidor d'esta casa, o sr. Ruy Lopes de Souza d'Alvim e Lemos, 14.º e ultimo administrador d'este vinculo.

PINHEIRO—aldeia, Beira Alta.—Vide *Tarouca.*

PINHEIRO—serra e aldeia, Douro, na freguezia de Cesár (vol. 2.º, pag. 260, col. 2.ª.)

Dá-se a esta serra o nome de Pinheiro, por ficar proxima ao logar assim chamado.

E' na sua maior parte, povoada de pinheiros, carvalhos e outras arvores silvestres, e do seu cume pedregoso se descobrem vastos horisontes, e a formosa bacia, muito bem cultivada, da freguezia de Romariz, na comarca e concelho da Feira.

Em um sitio d'esta serra, fronteiro á serra do *Crasto* (ou *Castro*) da dita freguezia de Romariz, ha bastantes vestigios de antiquissimas construcções, que segundo a tradição, foi uma fortaleza dos romanos; mas perece anterior á dominação d'elles na Lusitania.

E' mais provavel que fosse obra dos carthaginezes.

Do monte fronteiro já fallei amplamente a pag. 200, col. 2.ª, do 2.º vol.

PINHEIRO—freguezia, Beira Baixa, concelho d'Aguiar da Beira, comarca de Trancoso, 30 kilometros ao N. de Viseu, 305 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757 tinha 65 fogos.

Orago, Santo Antonio de Lisboa.

Bispado de Viseu, districto administrativo da Guarda.

O vigario d'Aguiar da Beira, apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar.

A 3 kilometros do logar do Pinheiro, está uma serra pouco elevada, e no centro d'ella, um plató, occupado por vinhas e pomares, no meio dos quaes está a capella de *Nossa Senhora do Mosteiro,* tambem chamada, *Nossa Senhora do Vencimento* (da Victoria) templo muito antigo e celebre pela noticia que d'elle traz frei Bernardo de Brito, na sua *Mon, Lus.*, parte 2.ª, L.º 7.º, cap. 23.

D. Ramiro III de Portugal e Galliza, que nascêra em 962, foi acclamado rei, em 967, e, como tinha apenas cinco annos, foi o governo do reino dado a sua mãe, que fez as pazes com o rei mouro de Córdova; mas não com o de Sevilha, que invadiu Portugal pelo S., chegando até á Galliza, devastando todo o paiz, e só retirou quando uma terrivel peste se desenvolveu no seu exercito (981.)

D. Ramiro, tratando com despreso e insolencia os condes de Portugal e da Galliza, estes, em desforra, acclamaram por seu rei, ao infante Bermudo II, filho de Ordonho, em 982.

Os dois rivaes tiveram entre si cruentas batalhas, nas quaes pereceu a principal no-

breza d'estes reinos, e grande numero de soldados; porém a morte de D. Ramiro, decidiu a sorte a favor de D. Bermudo.

Almançor, rei de Córdova, quebrando as pazes que havia feito com D. Ramiro, e aproveitando a occasião em que os dois principes christãos se batiam encarniçadamente, tornou a invadir Portugal (985) devastando todas as terras por onde passava, e derramando muito sangue portuguez.

Tomou á força d'armas, Coimbra, Viseu, Lamego, Braga, e outras muitas povoações e fortalezas, reduzindo Portugal a um paiz quasi deserto.

Foi n'esta occasião que poz cêrco á famosa cidade de Britonia [1] (hoje *Bretiande.*— Vol. 1.º, pag. 391, col. 1.ª) que, depois de heroica resistencia, foi tomada pelos mouros, que fizeram no povo uma horrivel matança, não perdoando a sexo nem edade.

D'aqui tomou Almançor o caminho pelo alto da serra de *Pêra*, em direcção a Trancoso, e atravessando o territorio onde hoje tem o seu assento a villa de Aguiar da Beira, martyrisou todas as freiras do mosteiro de *Sismiro* (em cujo logar existe hoa ermida de *Nossa Senhora do Mosteiro*—a de que aqui se trata.)

Vide *Sismiro.*

E' este templo muito visitado de procissões, em varios dias do anno, das terras em redor.

A tradição popular, conservada de paes a filhos, e que (abstrahindo das crendices inverosimeis, e de patrânhas com que adornam o facto) concorda com a historia, diz que — muitos capitães christãos se juntaram para fazer rosto aos mouros, e os acometteram em uma planicie, a que ainda hoje se dá o nome de *Campo do Desbarate*, perto do logar do Souto, termo de Aguiar da Beira; mas os portuguezes foram vencidos e derrotados, e mortos alguns dos principaes cavalleiros, e grande numero de peões.

[1] Este cêrco e conquista é mais uma prova de como havia em Portugal duas *Britonias.* (Vide o que digo com respeito ás duas Britonias, no vol. 1.º, pag. 493, col. 2.ª—até pag. 496, col. 2.ª)

Não desanimaram todavia os christãos, antes, em uma das seguintes noites, atacaram os mouros de improviso, com tanta coragem e felicidade, que poucos mouros, dos que estavam n'este sitio, escaparam com vida.

Succedeu isto no logar da *Matança*, a 6 kilometros de Pena Verde. (Vide *Matança.*)

Almançor subiu a um alto, onde recolheu os seus fugitivos, e marchou d'ali para o norte.

Até aqui a tradição.

E' certo que Almançor, depois de talar o territorio da Beira Alta, marchou para a Galliza, onde o conde, D. Forjaz de Vermuiz, unido ao conde D. Garcia Fernandes, e a D. Bermudo, rei de Navarra, deram aos mouros a famosa batalha de Alcantanaçor, junto a Osma, onde estes foram completamente desbaratados, e Almançor, mortalmente ferido. (998.)

—

Do logar de *Sismiro*, em que falla frei Bernardo de Brito, não ha hoje vestigios, provavelmente porque mudou de nome.

Talvez seja *Sermillo* ou *Decermillo*, no concelho de Satão, que não fica longe da *Senhora do Mosteiro.*

—

Em vista do titulo da Senhora, padroeira d'esta capella, é facil acreditar que existiu aqui um mosteiro, que o *Sant. Mar.*, diz ter sido de freiras gracianas (eremitas de Santo Agostinho, como eram as do mosteiro *d'Árcas*) das quaes era então abbadessa, *Columba Osores*, que morreu martyr, com todas as suas religiosas; sendo a egreja e o mosteiro arrazados.

Diz a tradição, que algumas freiras que puderam fugir, antes da chegada dos mouros, levaram a imagem da Virgem, padroeira do mosteiro, e que é a que está na egreja da Lapa de Quintella.

—

Em 1037, faziam crua guerra aos mouros de Portugal, os netos de Alboazar Ramires, ganhando uma sangrenta batalha, nas margens do rio Távora.

Pouco depois, declarou-se a guerra entre D. Bermudo e seu cunhado, D. Fernando, o

Grande, rei de Castella, e sendo o primeiro morto na batalha de *Lantade*, sem deixar filhos, uniu D. Fernando o reino de Leão ao de Castella, e cahindo sobre os mouros lhes tomou Badajoz, Evora, Beja, Merida, Céa, Viseu, e Lamego (defendida por *Zadão-Iben.*)

Livre pois este territorio do dominio mauritano, pelos annos 1040, trataram os christãos de reedificar a egreja do mosteiro, e como a imagem da padroeira estava na egreja da Lapa de Quintella, mandaram fazer outra, por esta, e em tudo semelhante, para a collocarem na egreja reconstruida.

—

Tambem ao monte onde está esta ermida, denominam *Monte de S. Giraldo;* porque um devoto d'este santo, chamado Francisco Giraldes, morador no logar de Valle-Verde, pelos annos de 1650, mandou fazer uma imagem de S. Giraldo, e a collocou no altar da Senhora, reparando por essa occasião a ermida, que o tempo tinha damnificado, e estava desmantellada.

—

Perto da ermida fica o logar de *Cepões* e a quinta das *Lameiras*, e pretende-se que um praso, que foi de João Lourenço, dono d'esta quinta, seja obrigado á fabrica do altar da capella, cujo eremitão era apresentado pelo parocho d'Aguiar da Beira.

—

Com a Senhora do Mosteiro, teem muita devoção todos os povos circumvisinhos, que a visitam com varias procissões, em cumprimento de antigos votos.

A freguezia do Espirito Santo da Cortiçada (concelho d'Aguiar da Beira) era a primeira que cumpria o voto, em 3 de maio (dia de Santa Cruz) — a 2.ª, era a villa d'Aguiar da Beira, que fica 6 kilometros ao N., vae na 2.ª oitava da Paschoa—a 3.ª, era a da vigariaria da Senhora do Valle, das Romans (concelho de Satam—antigo concelho de Gulfar) hia no dia da Ascenção de Jesus Christo —No mesmo dia hia a freguezia de S. João Baptista de Quintella (concelho de Cernancêlhe) que fica a 12 kilometsos de distancia da ermida.

Seguia-se em 5.º logar, a da freguezia de Ferreira d'Aves (concelho de Satam) que dista da capella 6 kilometros, e vae com seu tarmo, e hia a camara quando era concelho.

Na 1.ª oitava do Espirito Santo, hia em procissão o povo da villa de Aguiar da Beira, com o seu parocho e clerezia, e a camara, encorporada, e era tambem um dia de grande solemnidade.

Era egualmente em cumprimento de voto antiquissimo.

A maior parte d'estas devoções e solemnidades, aniquilou-as a descrença do seculo XIX; mas o povo rude dos campos, e alguns cavalheiros das villas, ainda conservam pela Senhora, a mesma devoção dos seus antepassados.

PINHEIRO—freguezia, Douro, comarca e concelho de Felgueiras.

Está annexa a Friande.

(Vide *Friande* e *Pinheiro*, a pag. 237, col. 1.ª do 3.º vol.)

PINHEIRO ou S. VICENTE DO PINHEIRO—freguezia, Douro, comarca, concelho e 9 kilometros a S.E. de Penafiel, bispado, districto administrativo e 30 kilometros a N.E. do Porto, 3 a N.O. de Entre-os-Rios, 325 ao N. de Lisboa.

Tem 240 fogos.

Em 1757 tinha 140 fogos.

Orago, S. Vicente, martyr.

Chamava-se vulgarmente a esta freguezia *Pinheiro da Vandôma.*

A casa dos herdeiros de Gonçalo Thomaz Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho (o fidalgo da *Calçada*) da villa de Alemquer, apresentava o abbade, que tinha 1:200$000 réis de rendimento; mas pagava a pensão ao padroeiro. [1]

Dá-se a esta freguezia o nome de Pinheiro, porque a egreja matriz primitiva foi construida ao cimo do logar assim chamado, em razão de um grande e antiquissimo pinheiro, que ainda hoje alli se admira.

E' com certeza povoação e parochia muito antiga; pois que, sendo a primeira egre-

[1] A casa dos padroeiros d'esta egreja, é hoje representada pelo sr. Manoel Peixoto da Silva, feito visconde de Lindoso, em 23 d'agosto de 1871.

ja matriz, muito pequena, estando bastante damnificada pelo tempo, e em logar pouco central, se construiu a actual, no logar do Eirô (em 1326) que é em melhor sitio.

Em 1825, estando já com alguma ruina, foi reedificada, e é hoje um bom templo.

O ribeiro das Cabras (ou dos Ladrões) e a estrada real, do Porto a Entre-os-Rios, atravessam esta freguezia.

O ribeiro das Cabras nasce de dois mananciaes, um no Pinhal do Reguengo, e outro no Poço Negro, perto do sitio das Cambas.

O territorio d'esta freguezia, é muito fertil em milho, vinho (verde) centeio, e algum azeite; produz fructa, legumes e hortaliças.

Tem bons prados, onde se engordam os melhores bois d'estas terras para exportação.

Colhe-se e fabrica-se tambem muito e optimo linho, que abastece varios mercados do reino, e se exporta para o estrangeiro.

E' pois a agricultura, a engorda do gado, e as teas de linho, as fontes principaes da prosperidade dos povos d'esta freguezia.

—

No logar do *Outeiro*, d'esta freguezia, houve tres velhas, chamadas, D. Branca, D. Constancia, e D. Urraca.

Por sua morte, se ficou chamando a aldeia—*Outeiro das Velhas*.

Eram estas donas, senhoras de uma grande parte das propriedades da freguezia; e foram ellas que fundaram esta egreja, no referido anno de 1326, e a dotaram com a residencia e passal do parocho, e com os foros que elle recebe.

Eram visitadas por os Peixotos, de Guimarães, seus parentes, que vinham para aqui todos os annos, á caça dos javalís, que n'esses tempos abundavam no monte *Mósinho*, que fica proximo, e ao O. do Outeiro das Velhas.

Aquellas senhoras doaram aos taes Peixotos, a maior parte dos seus haveres, o padroado da egreja, e as terras da *Pesqueira*, hoje possuidas pelo dito sr. visconde de Lindoso.

N'este monte Mósinho, foi martyrisada Santa Iria, pelos godos, no meiado do V seculo.

Era tecedeira, e vivia no sitio ainda hoje, por isso, chamado *Santa Iria*.

No logar do martyrio, fundou-se um mosteiro de freiras, de Santa Clara (franciscanas) que no seculo XV, por este sitio ser agreste, se uniu ao de Santa Clara do Torrão, e este, no seculo XVI, por pequeno, foi (como outros muitos, nas mesmas circumstancias) unido ao mosteiro de Santa Clara, da *Porta do Carvalho* (depois, *Porta* ou *Postigo do Sol*, no Porto) hindo para lá as freiras do mosteiro de Mósinho.

Ainda existem vestigios d'este antigo mosteiro, e conserva o nome de *Mosteiro das Freiras* um espaçoso terreno que foi d'ellas.

Na egreja matriz existe, no altar que lhe é dedicado, uma imagem, de pedra, de Santa Iria, antiquissima, que foi do mosteiro de Mósinho, e com a qual as tecedeiras d'estas terras teem particular devoção.

—

Confina esta freguezia, pelo O., com a freguezia da Capella, ficando-lhe de permeio o monte do Mósinho, que tem 4 kilometros de comprimento, e onde ha muitos coelhos, lebres e perdizes, e que produz muito matto, e bôas pastagens para o gado.

Pelo S., com a freguezia de S. Payo da Portella, e Santa Clara do Torrão.

A freguezia da Portella foi curato, desmembrado d'esta do Pinheiro; depois, passou a ser abbadia, apresentada pelo seu padroeiro, Gregorio Ferreira d'Eça, da casa de Cavalleiros, progenitor dos condes de S. Payo—condado extincto—(porque os actuaes condes de S. Payo, são dos Sampaios Albuquerques Mendonças Furtados Mellos Castros Monizes, etc.)—e do sr. D. Rodrigo José de Menezes, feito conde de Cavalleiros, em 17 de novembro de 1865.

Pelo N., confina com a freguezia de Valle-Pêdre—e pelo E., com S. Martinho de Rio de Moinhos, e S. Salvador da Cabeça Santa.

—

Em 1300, era a freguezia da Cabeça Santa, uma das melhores da comarca.

Quando o abbade não podia prehencher todos os seus deveres parochiaes, pela extensão e população da freguezia, ou por molestias e velhice, elle e o juiz da cruz, nomeavam um coadjuctor e futuro successor; mas sendo abbade, Francisco de Salles, houve grandes divergencias, entre elle e o juiz da cruz, na escôlha do futuro successor, de modo que o abbade, receando algum insulto, se recolheu ao mosteiro dos conegos seculares de S. João Evangelista (loyos) do Porto; e depois, por bulla do papa, vinha um conego d'aquelle mosteiro parochiar a freguezia; mas, como o local é montanhoso e feio, e ficava longe, o conego nomeado apresentava aqui um cura, a quem dava 48$000 em dinheiro, 60 alqueires de pão meiado (milho e centeio) e 30 almudes de vinho—sendo a fabrica da egreja á custa do convento.

Confina tambem pelo E., com S. Miguel de Paredes, em cujo adro existe um lodam (aqui chamado *lodeiro*) antiquissimo e gigantesco, tendo o tronco 9 metros de circumferencia, e a arvore uns 44 metros de altura.

Está viçoso como qualquer arvore nova.

—

Ha na freguezia de S. Vicente do Pinheiro, a capella de Santo Antonio de Vállega, muito antiga, pois já em 1450, escreveu no livro das visitas, o abbade Manuel Soares, natural d'esta freguezia, que a capella foi *repairada,* sendo elle de menor edade.

Todos os annos se faz uma festa ao padroeiro d'esta capella, no 1.º domingo depois do dia 13 de junho.

Ha tambem uma capella particular, do morgado das Quintans—e um oratorio da sr.ª D. Sancha Coelho de Lacerda.

Agradeço ao sr. Carlos José Moreira Pinto, a maior parte dos curiosos esclarecimentos que se acabam de ler n'este artigo.

PINHEIRO—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Castro Daire, 24 kilometros ao O. de Lamego, 320 ao N. de Lisboa.

Tem 400 fogos (com a freguezia de Mução annexa.)

Em 1757, tinha o Pinheiro 236 fogos, e Mução 34, total 270.

Orago, S. João Baptista.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O real padroado, apresentava o reitor, confirmado, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

E' povoação muito antiga e foi villa, a que o rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 13 de julho de 1514. (*L.º de foraes novos da Beira,* fl. 95, col. 2.ª)

A freguezia de Mução, está ha mais de cem annos annexa a esta, e por isso se denomina vulgarmente, freguezia de *Pinheiro e Mução.*

O seu territorio é montanhoso, mas tem valles ferteis em cereaes.

E' abundante de gado e caça.

PINHEIRO—freguezia, Beira Alta, concelho de Oliveira de Frades, comarca de Vousella, 33 kilometros ao N.O. de Viseu, 275 ao N. de Lisboa.

Tem 320 fogos.

Em 1757, tinha 180 fogos.

Orago, Santa Maria do Pinheiro (Nossa Senhora d'Assumpção.)

Bispado e districto administrativo de Viseu.

O real padroado apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento.

Para se distinguir das outras povoações chamadas Pinheiro, se dá a esta o nome de *Pinheiro de Lafões.*

E' esta freguezia muito antiga, e composta de 13 aldeias, algumas d'ellas muito povoadas.

E' terra fertil em milho, mas produz pouco dos outros cereaes, e menos azeite—algum vinho verde, e antigamente só havia uma vinha em Ugeiras, propriedade de Pedro Viçoso da Veiga, de Oliveira de Frades; mas dava pouco vinho.

As vitellas d'esta freguezia (como as de todo o valle de Lafões) são de um gosto especial.

E' terra pobre, mas os seus habitantes teem fama de muito doceis e bons,

No sitio onde está a egreja actual, houve em tempos remotos, uma ermida dedicada

a Nossa Senhora; e porque junto d'ella havia um monstruoso pinheiro, se denominou Santa Maria do Pinheiro, titulo que passou à freguezia.

Este pinheiro antiquissimo, cahiu por occasião de um grande temporal, pelos annos de 1700.

A egreja matriz, está fóra do logar, em sitio deserto, não havendo alli senão as casas da residencia do parocho, proximas á egreja.

Tem um pequeno passal, com um bom pomar, uma horta, e bastantes *arvores de vinho* (carvalhos com videiras.)

Todavia, o local da egreja é bonito, porque passa junto d'ella, um regato que rega estas terras e bastantes arvores.

A imagem da padroeira, é de pédra, muito antiga (julga-se ser a da antiga ermida) e sagrada.

Consta que o titulo da Assumpção lhe foi dado no reinado de D. João I.

A povoação do Pinheiro, fica a uns 900 ou 1000 metros do rio Vouga, e a 9 kilometros de Ribeira-Dío.

PINHEIRO—freguezia, Alemtejo, concelho de Mertola. (Vide *Miguel do Pinheiro—São.*)

PINHEIRO D'ÁZERE — freguezia, Beira Alta, concelho de São João d'Areias, comarca de Santa Comba Dão.

Já tratei d'esta freguezia, sob o nome de *Ázere* ou *Pinheiro d'Ázere*, a pag. 291, col. 1.ª, do 1.º vol.

Aqui darei mais os seguintes esclarecimentos.

Foi por alguns seculos cabeça do concelho do seu nome, com camara, juiz ordinario, etc.

E' n'esta freguezia a capella de *Nossa Senhora da Ribeira*, ou do *Pranto* (hoje da *Piedade*) que foi o mais celebre sanctuario d'estas terras.

Está (a ermída) situada entre montes, mas em sitio aprazivel, e correndo-lhe a pouca distancia o Mondego, aqui muito estreito e profundo.

O templo é de boa architectura e vasto, tendo ao N. uma frondosa alameda, e proximo, casas para abrigo dos romeiros.

Em frente da capella estão umas boas casas, mandadas construir pelo bispo de Viseu, D. Jeronymo Soares, que se comprazia em vir aqui passar algumas semanas, no verão.

Consta do Tombo velho, que esta capella é muito antiga, e se chamou primeiramente *Santa Maria Maior.*

N'aquelle tombo se lê—*O caneiro que está á pedra broeira* (schisto) *junto á ermida de Santa Maria Maior.*

Parece que foi egreja matriz de uma parochia, que foi ha muitos seculos supprimida.

Segundo outra opinião, houve proximo da capella, a egreja matriz de uma freguezia, no sitio onde hoje se chama *S. Miguel o Velho*, perto do logar do Pinheiro.

Consta que esta capella já existia ha muitos annos, quando pelos de 1200 se demoliu a tal egreja velha, e que o arco cruzeiro da ermida, fôra d'aquella egreja.

Segundo a lenda, a imagem d'esta Senhora foi achada entre uns rochedos da serra, por caçadores que casualmente alli passaram, e que elles e o povo lhe construiram logo uma capella.

Com as frequentes reparações e reedificações, apenas a capella-mór mostra vestigios de muita antiguidade, pois é a antiga capella.

O corpo da egreja, que se lhe uniu, foi construido em 1660, e é vasto, claro e elegante.

Segundo a tradição, dá-se-lhe o nome de *Senhora da Ribeira*, porque primitivamente, a capella estava entre o rio Mondego e uma *ribeira* que lhe passava pela frente, tendo aqui um grande brejo, que damnificava a capella, nas grandes enchentes, em que o rio o invadia.

O 3.º prior d'Óvoa, com os seus parochianos, no seculo XVI, em uns poucos de dias sanctificados, se foram ao brejo e o entulharam, desapparecendo a ribeira.

Ainda antigamente se dava um terceiro titulo á padroeira; mas este menos usual—era—*Senhora da Asna Brava*—porque o Mondego era aqui atravessado pela barca chamada *da Asna Brava.*

Tem altar-mór, e dois lateraes, todos de talha dourada.

Da parte de fóra da ermida, está uma capellinha ou edicula, dedicada a Nossa Senhora do Bom Despacho; tambem objecto de grande devoção d'estes povos.

Esta ermidinha foi construida pelos annos de 1690, para que os romeiros que não coubessem na egreja, podessem aqui ouvir missa.

PINHEIRO DA BEMPOSTA—villa, Douro, comarca, concelho e 6 kilometros ao S. de Oliveira de Azemeis (foi até 24 de outubro de 1855, cabeça do concelho do seu nome, da comarca d'Estarreja.)

Já a pag. 381, col. 1.ª, do 1.º vol., tratei da villa da Bemposta: — aqui trato do Pinheiro.

No archivo da camara d'este concelho, existiam duas folhas de pergaminho, com parte de um foral (escripto em latim barbaro) que era o antigo d'este concelho; mas, como não tinha principio nem fim, não se podia saber quem o deu: certamente não foi nenhum dos nossos reis, porque então Franklim mencionava-o.

Devia de ser dado pelos Noronhas, condes de Villa Verde (e mais tarde marquezes de Angeja) senhores d'esta villa.

No tempo do rei D. Manuel, compunhase este concelho dos seguintes logares e freguezias:

Figueirêdo, Bemposta, Branca, Contumil, Centeaes, Deveza, Canellas, Salreu, Fermelan, Pinheiro, Cequins (ou Sequins), Fonte Chan, e de outros mais logares e freguezias, que não vem especificados no foral por não pagarem direitos nem tributos.

No tombo da egreja do Pinheiro, se menciona como seu prior, em 1508, o bispo D. Diogo Lopes Moniz, que havia sido abbade de Pedroso.

Parece que este prelado, era parente do senhor do Pinheiro, Diogo Moniz, fidalgo da casa real, no principio do seculo XVI, pois que figura como assistente á doação do foral que o rei D. Manuel deu a esta villa, em Lisboa, a 13 de julho de 1514—e que foi publicado em 15 de agosto do mesmo anno. (*Livro de foraes novos da Beira*, fl. 95, col. 2.ª.)

(Rectifico aqui um engano na data do foral, que, por érro typographico, se vê a pag. 381, col. 1.ª, do 1.º vol.

A data do foral, não é do 1.º de junho de 1510, mas a que se vê n'este artigo.)

A egreja do Pinheiro, teve sempre por priores pessoas qualificadas, tanto pelo seu talento, como por a sua nobre ascendencia —entre outros, contam-se os seguintes:

D. Alvaro da Costa e Silva.

D. Antonio Barbosa Bacellar.

Manuel Leitão Coelho.

D. Antonio de Távora e Noronha.

Garcia de Souza e Menezes.

D. Domingos Leite de Athaide (da casa dos condes de Povolide, e da dos condes d'Atouguia da Baleia.)

E' um templo vasto e muito claro, e está adornado com muita decencia.

(Diz-se que um dia, por occasião da guerra peninsular, ouviram aqui missa 3:000 homens do exercito anglo-luso — o que não prova que coubessem todos dentro d'elle.

Ignora-se a data da construcção da egreja matriz primittiva, apenas se sabe que remonta ao principio da nossa monarchia.

Tambem se não sabe quando se construiu a egreja actual, a pouca distancia do assento da antiga; mas, pela sua architectura, parece ser obra do meiado do XVII seculo e durante o reinado de D. Pedro II.

E' grande o desmazello que em Portugal se nota na maior parte dos parochos, não só dos nossos dias, como dos seculos anteriores.

Os que eram curiosos, e sollicitos no cumprimento das suas obrigações, assentavam no *Livro das Visitas*, ou em qualquer outro, das suas egrejas, os factos dignos de memoria occorridos nas suas parochias; mas, diga-se a verdade —esses eram poucos—e são

esses raros livros que muito me ajudaram n'esta obra.

A maior parte dos reverendos parochos modernos, teem tão pouco cuidado d'estas cousas, como os seus predecessores.

Tenho infelizmente uma prova d'isso, na construcção d'esta obra — pedi informações a mais de 600 parochos, e apenas a recebi de uns 30 e tantos, distinguindo-se entre estes, pelas muitas e curiosissimas informações das suas freguezias e de outras muitas, os reverendissimos senhores dr. Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia, no Porto—José dos Santos Moura, abbabade de Caires — Manuel José Martins Capella, abbade de S. Payo da Carvalheira—Fortunato Antonio Botelho Machado, abbade de S. Thomé do Castello — Bernardo de Vasconcellos Monterroso, abbade de Jovim (hoje transferido para Penha Longa.)

É de notar que todos estes senhores pertencem ás provincias da Beira-Alta, Douro, Minho, e Traz-os-Montes — do Algarve, Alemtejo, Extremadura, e Beira-Baixa, só dois ou tres parochos se dignaram responder-me.

—

Quanto á etymologia do nome *Bemposta* (que é o seu nome antigo, e o que lhe dá o foral), lhe foi provavelmente posto pela sua formosa situação; como em identicas circumstancias, se deu o mesmo nome a varias outras povoações. Ha porém uma lenda com respeito a esta etymologia, que por extensa e absurda não menciono. O nome de *Pinheiro*, dizem que lhe vem de um gigantesco pinheiro que havia aqui antigamente, junto á estrada real.

—

No fatal dia 1.º de novembro de 1755, estava o bispo-conde de Coimbra, D. Miguel da Annunciação, celebrando o santo sacrificio da missa n'esta egreja, pois andava então em visita á sua diocese, quando no meio da missa teve logar o desastroso terramoto. O povo, que n'essa occasião enchia a egreja, prorompeu em altos gritos de afflicção, derramando torrentes de lagrimas, e invocando a Misericordia Divina.

O corajoso prelado, não arredou uma pollegada do seu logar, e permaneceu impassivel até ao fim das terriveis oscilações, que não causaram ao templo o minimo prejuizo.

—

Quando em 24 de outubro de 1855 (*attendendo á commodidade dos povos!...*) se supprimiu este concelho, compunha-se elle de oito freguezias — Loureiro — e Ul, no bispado do Porto—e no de Aveiro—Branca—Macinhata da Seixa (ou da Ceiça) — Palmares (vulgo, Palmaz)—Pinheiro—Ribeira de Fráguas—e Travanca.

—

Posto que o Pinheiro da Bemposta seja uma povoação pequena, justamente se honra de ser a patria de varões insignes pelas suas virtudes, pelas armas e pelas lettras.

Entre outros, mencionarei—D. Simão de Sá Pereira, bispo de Lamego—D. Sebastião da Ascenção, bispo de Cabo-Verde—Arthur de Sá—Ruy de Sá Pereira—frei João da Luz — Matheus de Figueiredo — padre Luiz Pinheiro (jesuita) — João Pereira de Mello — João de Mello Leitão—João Evangelista Alves d'Araujo—frei Joaquim de Santo Antonio — e o seguinte:

Manuel da Siva Ribeiro (vulgarmente conhecido pelo Thomé, do Pinheiro da Bemposta, pois que a esta esclarecida familia denominam vulgarmente, *os do Thomé*, por ser esse o nome de um seu antepassado).

Nasceu em 1796 e falleceu em 1860.—Foi casado com D. Anna Joaquina de São José, fallecida em 1851.

Era um perfeito cavalheiro de antiga tempera, geralmente estimado e respeitado; pelo que exerceu os cargos principaes do concelho, sendo por muitos annos administrador d'elle. Sua mulher, era um compendio das

mais adoraveis virtudes, um d'esses anjos cuja peregrinação na terra é uma sequencia de actos de caridade e bons exemplos; e que depois da morte, deixam submersos em pranto de sincera e indelevel saudade, não só os seus, mas quantos tiveram a honrosa satisfação de os conhecerem.

Era a verdadeira providencia dos pobres e desvalidos, de quem foi sempre protectora desvelada. A sua bella alma, verdadeiramente nobre, e o seu coração, sinceramente compadecido, não podiam conhecer necessidade a que não accudissem, e afflicção que não remediassem. Ninguem que carecesse das suas esmolas, ou das suas consolações, sahia do seu lado, sem trazer os olhos arrasados de lagrimas da mais cordial gratidão. É por isto, que o nome d'esta senhora será por muitos annos abençoado pelo povo d'esta freguezia e immediatas.

Mas, se estes esposos, tão dignos um do outro, foram dois exemplos salutares das virtudes christans, Deus não guardou só para depois da morte o premio das suas boas obras; recompensou-os n'este mundo com seis filhos e tres filhas, nos quaes todos viram com verdadeiro prazer, germinar, crescer e conservar-se a pratica de todos os bons sentimentos de seus paes, a par da mais esmerada educação, e de uma sólida illustração.

Foram seus filhos, os srs.

1.º *José Caetano dos Santos Ribeiro* — director do correio de Estarreja. Nasceu em 1826.

2.º *Manuel da Silva Ribeiro* — proprietario, residente no Pinheiro da Bemposta. Nasceu em 1828.

3.º *João da Silva Ribeiro* — professor de instrucção primaria, da mesma freguezia do Pinheiro. Nasceu em 1829.

4.º *Daniel da Silva Ribeiro* — nascido em 1830. Formou-se em direito, na universidade de Coimbra, em 1855, e pouco tempo depois, foi nomeado chanceller do consulado portuguez em Pernambuco. Em 1862, foi occupar o mesmo logar, no consulado geral do Rio de Janeiro, onde actualmente se acha, e por muitas vezes tem desempenhado, com a maior honradez e patriotismo, o logar de consul geral, devendo-lhe muitos e relevantes serviços os portuguezes residentes no imperio brasileiro.

5.º *Francisco da Silva Ribeiro* — engenheiro civil, e actualmente director das obras publicas, no districto administrativo da Guarda. Nasceu em 1833, e concluiu os seus estudos, em 1858.

6.º *Abel da Silva Ribeiro* — Nasceu em 1836 — seguiu a medicina, concluindo os seus estudos, com geral approvação dos seus mestres, na escola medico-cirurgica do Porto, em 1862.

Reside na villa de Odemira, onde exerce, com a maior distincção, o logar de medico do partido da camara, e sendo, pelas suas bellas qualidades, geralmente estimado por todos os habitantes da sua patria adoptiva.

É viuvo de uma senhora muito virtuosa de Odemira, da qual lhe ficou um filho.

E as sr.as

1.ª *D. Maria Ermelinda da Conceição Ribeiro* — que casou com um distincto cirurgião, de Angeja, e é fallecida.

2.ª *D. Luciana Augusta da Silva Ribeiro* — ainda solteira, professora de instrucção primaria, e prendas, do sexo feminino d'esta freguezia, e que reside na sua casa do Pinheiro.

3.ª *D. Anna Carolina da Silva Ribeiro* — tambem solteira, e vivendo em companhia de sua irman.

—

Os exemplos paterno e materno, não podiam deixar de actuar n'estes cavalheiros e senhoras; pelo que — *a familia Ribeiro, da Bemposta*, é apontada como modêlo, e como exemplo, pela grande e cordial amisade que sempre tem unido todos os seus membros, e porque, sem excepção, teem tomado por norma a mais rigida probidade, e a mais inquebrantavel honradez, unidas a uma caridade nunca desmentida.

Recebam todos os membros da nobilissima familia Ribeiro da Bemposta, este singelo, mas sincero testemunho de respeito, por todas as brilhantes qualidades, com que tem

sabido conservar impoluto o nome e a memoria de seus venerandos paes.

—

Em uma propriedade, do sr. José Maria Soares, d'esta freguezia, ha um pé de videira, que em 1873, produziu 9 1/2 almudes de vinho—em 1874, 8 1/2—e em 1875, 9 1/2.

Ha poucas videiras em Portugal que produzam tanto.

PINHEIRO DE LOURES — aldeia, Extremadura, freguezia e 4 kilometros a N.O. de Loures, concelho dos Olivaes, comarca, districto administrativo, patriarchado e 18 kilometros a N.O. de Lisboa.

Era a 7.ª estação do caminho de ferro, do systema Larmanjat, de Lisboa a Torres-Vedras.

—

Aqui proximo tinham uma sumptuosissima quinta, os srs. marquezes de Penafiel. Compunha-se de um optimo palacio, boa capella, diversas officinas; importantes pomares de laranja, vinhas, differentes arvores de fructa de carôço, e terras de semeadura.

O palacio estava luxuosamente mobilado, com alguns utencilios de muito merecimento, pela sua antiguidade—estatuas, vazos e tanques de marmore de Carrára, e outros muitos objectos de grande valor. Era o solar dos *Mattas*, ascendentes dos *Correios-móres*, depois condes, e por fim marquezes de Penafiel. (Vide vol. 4.º, pag. 457, col. 1.ª, no fim.)

A esta rica propriedade estavam annexas —as quintas—*da Matta das Flores—da Mattinha—da Pipa*,—e o *casal da Pipa*.

Tudo isto foi vendido em leilão (mobilia e bens de raiz) no dia 28 de novembro de 1875, e adjudicado a diversos compradores; deixando de existir em poder d'esta familia, uma das melhores peças da sua outr'ora grande casa.

PINHEIRO ou PINHEIROS — freguezia, Beira Alta, comarca d'Armamar, concelho de Tabuaço (foi da comarca de Tabuaço, concelho, extincto, de Barcos) 24 kilometros de Lamego, 305 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757 tinha 41 fogos.

Orago, Santa Eufemia.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O reitor da villa de Barcos, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé de altar.

PINHEIRO DE CÓJA — freguezia, Douro, comarca e concelho de Tábua (foi cabeça do concelho do seu nome, na comarca de Arganil) 45 kilometros de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa.

Tem 150 fogos.

Em 1757, tinha 51 fogos.

Orago, S. Thiago, apostolo.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O reitor de Coja, apresentava o cura, que tinha 28$000 réis e o pé de altar.

Foi villa, e é povoação muito antiga, e terra fertil.

Teve conde.

D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. (*Livro de foraes novos da Beira*, fl. 45, col. 2.ª)

Trata-se n'este foral, das seguintes terras:

Bem-Feita, Carregozella, Casaes da Esculca, Espariz, Póvoa do Enxendro, e Póvoa do Salgueiro.

PINHEIRO DE SANHOANNE—antigo solar da familia Queiroz Camanho e Lencastre, á qual está unida a nobre e antiga *casa de Nossa Senhora da Conceição*, na rua de S. João, em Braga.

E' seu representante, o sr. D. Antonio de Queiroz Camanho e Lencastre, fidalgo de esclarecida linhagem.

PINHEIRO GRANDE—freguezia, Extremadura, comarca, concelho e 6 kilometros a N.E. da Chamusca, 105 ao E.N.E. de Lisboa.

Tem 1:100 fogos.

Em 1757, tinha 220 fogos.

Orago, Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção.)

Patriarchado, districto administrativo de Santarem.

Os herdeiros de D. João de la Coeva e Mendonça (senhores da commenda) apresentavam o vigario, que tinha 120 alqueires de trigo, 30 de cevada, 4$500 réis em dinheiro e o pé d'altar.

E' terra fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade.

E' proximo da margem esquerda do Tejo, que lhe fornece algum peixe.

Houve aqui um convento de frades capuchos, de Santo Antonio, fundação (outros dizem reedificação) do rei D. Manuel.

E' povoação muito antiga, e foi até 1311 commenda da ordem dos templarios, e desde 1319 até 1834, da ordem de Christo.

A egreja matriz primitiva, foi fundada pelos templarios, pelos annos de 1230, constituindo aqui uma parochia independente, quando a povoação do Pinheiro apenas tinha dez fogos.

Tinha um hospicio para os cavalleiros, e para os freires sacerdotes, que lhes administravam os sacramentos, e ao povo.

Em 1284, Dom Poncio e sua mulher D. Maior Martins, deram á ordem do Templo, a sua *Aldeia Nova*, no termo da Covilhan, sob a condição de que esta egreja do Pinheiro fosse sempre curada por um sacerdote da ordem do Templo.

No reinado de D. Sebastião, era commendador do Pinheiro, D. Francisco Pereira, embaixador do mesmo rei a Castella.

Era casado com D. Bernarda Coutinho, dama da princeza D. Joanna, mãe do monarcha.

Pouco depois do anno de 1640, D. João IV deu esta commenda a D. Fernando de la Coeva, fidalgo castelhano, que era governador da torre de São Gião (S. Julião da Barra) e ficou em Portugal, tomando o partido de D. João IV.

E' d'este D. Fernando que procedem os *la Cuevas* portuguezes.

PINHEIRO NOVO — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Vinhaes, 84 kilometros de Miranda, 465 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757, tinha 98 fogos.

Orago, Santa Marinha.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

Foi antigamente da comarca de Bragança, concelho de Santalha.

O abbade de Quiraz, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé de altar.

A esta freguezia estão annexas a de Sernande (ou Cernande) e Pinheiro Vélho.

Terra fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade.

Abundancia de caça, grossa e miuda.

PINHEIROS—vide 4.º vol., pag. 279.

Pinheiros é patria do cardeal patriarcha de Lisboa, D. frei Patricio da Silva.

Vide tambem, vol. 5.º, pag. 98, col. 1.ª, no fim.

PINHEIROS — freguezia, Minho, comarca, concelho e 3 kilometros ao S.O. de Monção, 54 ao N. O. de Braga, 415 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757, 79 fogos.

Orago, S. Cypriano.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 180$000 réis e o pé d'altar.

Metade da freguezia era *beneficio simples,* que tambem entrava no pé d'altar.

Andava annexa ao morgado dos Marinhos, por serem descendentes de D. Vasco Marinho, que foi o instituidor do vinculo, por bullas apostolicas.

Consta que foi natural d'esta freguezia, Domingos da Ponte (*o Gallêgo*) bravo minhoto, que, pelo seu valor e feitos militares, chegou a ser um dos homens principaes do seu tempo.

Em creança fugiu a seus paes, e andando de terra em terra, chegou á Allemanha, onde serviu em um regimento de couraceiros (cavallaria) de que era coronel o infante D. Duarte, e chegou ao posto d'alferes, por distincção nos combates.

Acclamado D. João IV, em 1640, o leal portuguez, voou á sua patria, fazendo com a maior bravura toda a guerra da acclamação, e chegando ao posto de general de cavallaria, na provincia de Traz os-Montes.

Foi feito fidalgo da casa real e commendador da ordem de Christo.

E' terra fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e o rio Minho (que lhe fica proximo, ao N.) lhe fornece excellente peixe.

Tambem por este rio lhe vem peixe do mar.

—

E' n'esta freguezia o sumptuosissimo palacio da Brejoeira, uma das mais esplendidas vivendas d'este reino. Vide vol. 1.º, pag. 488, col. 1.ª, no fim.

(O primeiro nome d'esta bella propriedade, era *quinta da Rosa.*)

Os senhores da Brejoeira (Velhos Moscosos) apresentavam o abbade de S. Payo de Jolda.

PINHEL—cidade, Beira Baixa, capital da diocese, da comarca e do concelho do seu nome, no districto administrativo da Guarda, d'onde dista 33 kilometros ao N., 20 ao O. da raia, 26 a E. de Trancoso, 75 a S.E. de Lamego, 150 ao E. de Brago, 135 ao E. do Porto, 125 ao S.E. de Coimbra, 70 ao S.E. da Covilhan, 325 ao S.E. de Lisboa. [1]

Tem 570 fogos (2:300 almas) em uma só freguezia, Santa Maria do Castello.

Em 1757, era do bispado de Viseu, e tinha seis freguezias:

1.ª—*Nossa Senhora do Rosario,* abbadia, da apresentação alternativa do papa, e do cabido da Sé de Viseu.

Rendia 300$000 réis, e tinha 154 fogos.

2.ª—*O Salvador,* priorado, do padroado real.

Rendia 270$000 réis — e tinha 116 fogos.

3.ª—*S. Martinho, bispo,* reitoria, da apresentação da mitra (de Viseu.)

Rendia 40$000 réis—e tinha 154 fogos.

4.ª—*Santo André,* reitoria da mesma mi-

Rendia 40$000 réis—e tinha 99 fogos.

5.ª—*S. Pedro,* apostolo, reitoria, da apresentação da mesma mitra.

Rendia 40$000 réis—e tinha 18 fogos.

6.ª—*Santissima Trindade,* curato, da apresentação do commendador de Malta.

Rendia 10$000 réis de congrua e o pé de altar, e tinha 21 fogos.

Vinha portanto a ter a cidade (então vilal) 562 fogos, com 2:200 almas, do que se conclue que em 119 annos não tem feito quasi differença a população de Pinhel.

O concelho de Pinhel é composto de 26 freguezias, quatro no bispado de Lamego, que são:

Azevo, Cidadêlhe, Ervedosa, e Freixianda (ou Freixiandas) — e 22 no bispado de Pinhel, que são:

Alverca, Atalaia, Bouça Cóva, Bugalhal, Cerêjo, Colmeal, Ervas Tenras (ou Hervas Tenras) Gouveias, Lamegal, Lameiras, Manigôto, Palla, Pereiro, Pinhel, Santa Eufemia, Soropires, Sorval, Valle-Bom, Valle de Madeira, Valle Verde, Vaz Coveiro, e Vendada (ou Bem-Dada.)

Tinha (quando era só concelho, da comarca de Trancoso) a freguezia de S. Sebastião do *Carvalhal,* que é hoje do concelho da Meda.

(Vol. 2.º, pag 134, col. 1.ª)

Quando foi outra vez elevada a cabeça de comarca, uniram-se-lhe as freguezias da *Bemdada,* que era do concelho do Sabugal, [1] e *Lamegal,* que foi do extincto concelho de Jermêllo.

Tem o concelho de Pinhel, actualmente 3:300 fogos

A comarca de Pinhel, era composta dos julgados de:

Almeida, com 1:600 fogos.

Figueira de Castello Rodrigo, com 2:500 fogos.

Pinhel, com 3:300 fogos. — Total, 7:300 fogos.

—

O 1.º foral d'esta cidade, lhe foi dado por D. Sancho I, em setembro de 1209 (Viterbo diz que foi em 1189) e D. Affonso II, seu filho, o confirmou, em outubro de 1217. (Maço 7 de *Foraes antigos,* n.º 9—Maço 12 dos mesmos, n.º 3, fl. 53 v., col. 1.ª—e no *Li-*

[1] Todas estas distancias são tiradas pelo mappa, e portanto, em linha recta. tra.

[1] O verdadeiro nome d'esta freguezia é *Bem-Dada;* mas, não sei porque, os modernos escrevem *Vendada,* o que muda completamente a significação da palavra.

E' por isso que a freguezia de Bem-Dada se não encontra nos mappas e diccionarios geographicos modernos. (Vide vol. 1.º, pag. 386, col. 1.ª

vro de foraes antigos de leitura nova, fl. 39 v., col. 1.ª

Este mesmo foral, se acha reformado pelo rei D. Diniz, na Guarda, a 10 de setembro de 1282, no livro 46.º de *Tombos*, no armario 17, fl. 52, in medio.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. (*Livro de foraes novos da Beira*, fl. 8, col. 1.ª)

Este foral só trata de *Pinhel* e *Terra de El-Rei.*

Varios escriptores dizem que o 1.º foral de Pinhel, foi dado por D. Affonso Henriques, em 1179 (quando reedificou a povoação) com grandes privilegios, que seu filho, D. Sancho I, ainda augmentou, pois lhe deu o foral d'Evora.

Franklim, porém, não traz o foral de D. Affonso I, se é que o houve.

Segundo a maior parte dos nossos escriptores, foi fundada pelos turdulos, no anno do mundo 3504 (500 antes de Jesus Christo); mas, ainda que a data da sua fundação não seja tão remota, é certo que é uma das mais antigas povoações da Lusitania.

As suas fortificações, hoje em parte desmantelladas, consistiam no seguinte:

Era cercada de muralhas de cantaria, com 6 portas (*da Villa, de S. Thiago, de S. João, de Marrocos, do Alvacar, e de Marialva.*)

Outros escriptores, dão nomes diversos a algumas d'estas portas, denominando-as — *da Villa, de Marialva, do Alvacar, de Castello Rodrigo* (ou *dos Muchachos*), *de S. João*, e *da Rua de Baixo.*

Cada porta era defendida por uma torre, e tendo a da porta da Villa, que era a principal, um relogio.

Esta porta, é a unica que já não existe.

Tinha seis torres, e um forte castello de cantaria, com duas torres muito altas; tudo ou reedificado, ou mandado construir de novo, pelo rei D. Diniz, em 1312, que no mesmo anno reedificou tambem a villa.

Tinha voto em côrtes, com assento no 9.º banco.

Está esta cidade situada na encosta d'um monte, na margem da ribeira chamada *Riba Pinhel* (que desagúa no Douro, depois de se lhe juntar o rio Pêga e varios regatos) atravessada aqui por uma bôa ponte de pedra.

É' sujeita a sesões, por causa da má qualidade das suas aguas.

O seu territorio é fertil em todos os generos agricolas do nosso paiz, e cria muito gado de toda a qualidade; é abundantissimo de caça grossa e miuda.

Ha aqui grande commercio de meias de lã.

Tem por armas—um escudo com as Quinas Portuguezas, do lado direito—e do esquerdo, um pinheiro, verde, e sobre elle um falcão.

Timbre, o mesmo falcão.

Dizem que é o falcão que os terços de Pinhel tomaram a D. João I de Castella, em Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385—e que é desde então que esta cidade se honra com a legenda:

PINHEL, FALCÃO, GUARDA MÓR DE PORTUGAL

Tem Misericordia, fundada pelo doutor João Videira, natural de Pinhel.

Tem um mosteiro de freiras franciscanas (de Santa Clara) fundado por Luiz de Figueiredo Falcão, em 1600.

N'elle está enterrado o fundador, e Santa Theodora, virgem-martyr.

Foi martyrisada (degolada) em Roma, no anno 132 de Jesus Christo, sendo imperador Adriano.

Antes d'ella, tinha sido martyrisado seu irmão *Hermetes*, e como ella o fosse enterrar, só por esse facto, foi condemnada como christan.

O corpo da santa, veiu de Roma para este mosteiro, em 1620, acompanhado de um breve, do papa Paulo V, com muitas indulgencias para quem visitar a egreja do mosteiro no dia da festa da Santa, que é no 1.º d'abril.

Adiante tratarei com mais individuação d'estes dois edificios.

Tem estação telegraphica, com serviço limitado, desde junho de 1876.

—

No foral novo de Pinhel se declara que ao direito de *brancagem* (certo imposto) se chamava antigamente *açougagem*, e que se pagava só na villa e não no termo.

Este imposto, segundo o foral, era assim pago—*de cada bôi ou vacca, hum real—de porco, 4 ceitis—de carneiro ou ovêlha, 3 ceitis—do bóde ou cabra, 2 ceitis—e do cordeiro ou cabrito, hum ceitil—o qual direito se pagará d'aquellas rezes que se matarem ao talho, e d'outras não; contanto que os açougues em que as ditas carnes cortarem, sejam feitos e repairados per nós ou per aquellas pessoas que os ditos direitos teverem.*

Em Pinhel, *açougagem* e *brancagem*, eram uma e mesma cousa; mas não assim em outras terras.

No foral dado por D. Manuel á villa de Monção, em 1512, tendo á vista o do conde de Bolonha (D. Affonso III) se diz:

Item, se arrecadará para o dito concelho, o direito da brancagem, que he—de cada fornada de pam trigo que se vende na praça, que seja bregado e de callo, hum real; porque, de pam molete não pagarão nada. Tambem pertence ao concelho, o direito da açougagem—que é do peixe, carne, fructas, panellas, etc.

Já se vê que no Minho, os impostos de *açougagem* e *brancagem*, eram distinctos.

Açougue, é corrupção da palavra árabe *assoco.* [1]

Significava praça ou lugar onde se vendiam os commestiveis.

Os arabes não só dão este nome aos logares onde se vende carne; mas tambem aos mercados de peixe, fructa, hortaliça e outros generos.

Os hespanhoes pronunciam sem corrupção—*assoco.*

Deriva-se do verbo *saca* que na 8.ª conjugação, significa *comprar*, feirar, vender, fazer negocio.

[1] Por isso, era mais etymologico escrever *assougue.*

No foral de D. Sancho I se diz —*Homo qui se anafragaret suo adextrado* (cavallo de marca, ajaezado e prompto para a guerra) *quamvis habeat alium, sedeat excusata usque ad caput anni.*

—

Nas côrtes d'Evora (aqui convocadas pela 6.ª vez) de 1441, pediram os procuradores de Pinhel, muito encarecidamente, a D. Affonso V, que—*por mercê e á Onra da Morte e Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, perdoe e dê Carta de seguro, a João de Basto, cadieiro,* [1] *a quem fogiu uma molher da cadeia (da qual fogida anda amorado* [2] *com medo de vossas Justiças.)*

Allegaram que *o dito Basto era homem muito fiel no seu officio, e muito util para este ministerio; e que os presos da villa, se ficavam guardando por* ADÚA [3] *o que era mui gravoso do concelho. E finalmente, que cada dia fogem presos aos cadieiros e são-lhe relevados os seus êrros.*

D. Affonso V respondeu:

«Aja Carta, per que venha a Inquiriçom devassa, e depois darei sobre ella o meu desembargo.» (Documento da camara de Pinhel.»)

—

A pag. 47, col. 2.ª, no fim, do vol. 2.º, taatei da famosa cidade lusitana *Caliabria;* mas, como depois d'isso (e depois das mais activas diligencias) pude obter uma *Memoria historica*, ácerca d'esta cidade, escripta (em 1815) pelo padre Luiz José Ferreira de Carvalho, que foi reitor da freguezia de Escalhão, n'este bispado de Pinhel (concelho da Figueira de Castello Rodrigo) — e publicada pelo sr. José Caetano Preto Pache-

[1] Cadieiro, ou *cadeeiro*, portuguez antigo —*carcereiro.*

[2] Amorado e amoorado, portuguez antigo—retirado, escondido, homisiado, etc.

[3] *Adúa, annuduva, anuduba, annaduba, anuda, aduba*, etc.—portuguez antigo—impôsto, em dinheiro, para reparar, compôr, fazer de novo, ou augmentar as cavas, torres, muralhas, castellos, fossos, e outras quaesquer obras militares.—Tambem *finta* —e é no sentido que se emprega no texto.

co, não quero privar os leitores de tão curiosissimas noticias, que teem referencia á cidade de Pinhel; mas, para não fazer este artigo ainda mais extenso, o transferi para *Senhora do Campo*, que é uma ermida occupando hoje parte do sitio onde existiu aquella antiquissima cidade. Vide pois *Senhora do Campo*.

—

Nas duas quintas, de *Valle de S. Thiago*, e *das Capellas*, termo de Pinhel, ha em cada uma d'ellas, uma fonte de agua mineral, da mesma natureza, qualidades e virtudes therapeuticas, das da fonte *d'Almofalla*.

(Vide vol. 1.º, pag. 152, col. 2.ª)

—

No anno de 1873, houve no termo de Pinhel tão grande abundancia de vinho, que não havia vasilhas para o recolher, chegando a ser vendido a 100 réis o almude!

—

Ha aqui uma feira no 1.º de novembro, e mercado, nos primeiros dias de cada mez.

—

A antiga jurisdicção de Pinhel, comprehendia 35 villas e 12 concelhos.

—

D. João II foi o que mandou fazer as *tercenas* de Pinhel. (*Tercêna, taracêna* e *terecêna*, é portuguez antigo. Significa arsenal, e tambem armazem ou arrecadação de munições de guerra.)

—

O rei D. Fernando, em uma carta de privilegios que deu a Pinhel (alem dos muitos que já gosava pelo foral) accrescenta:

«Que cavalleiros nem donas nem fidalgos, nem ordens, nem outras pessoas poderosas, podessem comprar, ganhar ou adequirir algumas herdades, ou pessessões, n'esta villa e seu termo.»

O mesmo privilegio lhe conferiu D. João I, estando em Almeida, por carta regia (provisão) de 6 de junho de 1386; mandando aos tabelliães, que não façam cartas de taes vendas, sob pena de nullidade, e perda do officio.

Em 1405, o desembargo do paço julgou a favor d'este concelho e seus privilegios, contra Gonçalo Vasques Coutinho, que foi condemnado nas custas.

Este fidalgo, havia comprado umas casas, clandestinamente, junto á muralha de Pinhel, e para isto, extorquiu uma *carta de visinhança* (vide *visinho*) de alguns individuos d'este concelho; mas ficou nulla esta carta, e o fidalgo teve de demolir a casa á sua custa, por virtude da sentença.

Havendo guerra com Castella, foi Gonçalo Vasques Coutinho, feito *marichal* e fronteiro-mór da Beira, e prevaleceu-se d'isto para fazer o que quiz, sem opposição (por mêdo) mas, terminada a guerra, é que a camara de Pinhel propoz a acção ao fidalgo, que venceu, como fica dito, e lançou de si tão máu *visinho*. (Adiante fallo d'este Vasques.)

A estes visinhos tambem os nossos antigos davam o nome de *naturaes*, o que ás vezes causa duvidas e embaraços.

—

Foi alcaide-mór de Pinhel, o famosissimo *João Fernandes Vieira* (o *Castrioto Lusitano*, como lhe chama frei Raphael de Jesus, seu biographo.)

Nasceu em 1613, na ilha da Madeira [1] e foi, ainda adolescente, procurar fortuna ao Brasil; mas já então mostrou o que viria a ser, pelos actos de heroismo que praticou na infeliz defesa de Pernambuco.

Casou depois, e vivia rico e estimado de todos quantos o conheciam.

Mas, em Lisboa raiára o glorioso dia 1.º de dezembro de 1640, e o patriotismo de Vieira, o faz esquecer da paz e commodidade do lar domestico, e trama a revolta da restauração em Pernambuco, então dominado pelos hollandezes, que lhe põem a cabe-

[1] Talvez alguem estranhe memorar aqui o nosso *Castrioto*; mas, como não tenho certeza de conservar a vida, para escrever o diccionario *geographico-historico do Ultramar* (que tenho esboçado) e não quero deixar em esquecimento este verdadeiro heroe portuguez, aproveitei a circumstancia d'elle ser alcaide-mór de Pinhel, para o metter n'este artigo.

ça á preço; vendo-se obrigado a fugir para o certão, onde em breve junta uma guerrilha, e com ella ganha a batalha de *Tabocas*, em 3 de agosto de 1645.[1]

Auxiliado pelo tambem famoso preto, *Henrique Dias*, pelo indio, *Antonio Philippe Camarão* (*o Potyguarassú*), e por *André Vidal* (ou Vidigal) *de Negreiros*, vae tomando pouco a pouco aos hollandezes, as fortalezas que elles occupavam, e ganhou contra elles, em 19 de abril, de 1648, a gloriosa batalha dos *Guararapes*.

Tudo isto foi feito sem consentimento nem ajuda da côrte portugueza, que só em 1648, lhe mandou Francisco Barreto de Menezes, para se pôr á testa dos portuguezes, mas levando muito pouca gente da metropole.

Vieira lhe entrega, com a maior abnegação, o commando das suas tropas, e, depois de quasi onze annos de campanha, em que os portuguezes quasi sempre levaram a melhor, e em que Vieira continuou a ser o heroe d'esta guerra, foram os hollandezes de todo expulsos do Brasil, em 26 de janeiro de 1654.

Vieira, veiu a Portugal, *receber* (dizia elle) *o premio da sua desobediencia*. É recebido pelo rei e pelos portuguezes com os maiores testemunhos de consideração, e feito governador d'Angola, cujo emprego exerceu com o maior zêlo, actividade e justiça, até 1661.

Tornou então ao reino, onde foi feito alcaide-mór de Pinhel, commendador da ordem de Christo, e membro do conselho de guerra.

D. Pedro II o cognominou o *heroe do seu tempo*, e o papa Innocencio X, *o restaurador da Egreja americana*.

O grande João Fernandes Vieira, ainda vivia em 1676, anno em que foram creados os bispados de Pernambuco, e Rio de Janeiro, e sendo regente do reino, o infante D. Pedro, depois 2.º do nome.

Não se sabe quando morreu o famosissimo *Castrioto Lusitano!*

—

Consta que a primeira egreja matriz que houve em Pinhel, foi em uma antiquissima ermida, dedicada a Santa Barbara, e assim se conservou muitos annos, até que para ella foi trazida, em tempo do rei D. Diniz, a imagem de *Nossa Senhora do Castello*, que estava em uma egreja de Monforte, povoação abandonada e deserta n'esse tempo. (Vol. 5.º, pag. 405, col. 1.ª)

Por a egreja da Senhora estar dentro do castello de Monforte, é que se denominava a imagem—*Nossa Senhora do Castello*. Esta egreja tinha sido a matriz de Monforte, que os mouros, castelhanos e aragonezes haviam destruido.

Depois de vír a imagem para Pinhel, se lhe mudou a invocação para a de *Nossa Senhora do Rosario*; mas o povo sempre lhe continuou a chamar Santa Maria do Castello; e é a padroeira da unica freguezia que hoje tem a cidade.

—

Está antiquissima villa, foi elevada á cathegoria de cidade episcopal, por el-rei D. José I, em 1770. Teve porém só quatro bispos:

1.º—*D. Christovão d'Almeida Soares*, que, havia mais de 40 annos, era lente de canones na universidade de Coimbra, e, tendo exercido o pontificado sete annos, falleceu em Pinhel, em 1788. Foi sepultado na egreja de S. Luiz, junto ao altar-mór, do lado do Evangelho, e na tampa da sepultura se vê ainda a inscripção seguinte:

AQUI JAZ CRISTÓVÃO D'ALMEIDA SOARES
I.º BISPO DE PINHEL.
FALECEO EM 1788.

Era natural da provincia do Minho, onde costumava passar o verão na sua quinta de Alentem (vol. 1.º, pag. 111, col. 1.ª no fim), porque Pinhel, dizia elle — *é o viveiro das sezões*.

[1] D. João IV, tinha feito um tratado de treguas com os hollandezes, por dez annos, em 1641; mas Vieira, não podendo soffrer as prepotencias dos hollandezes de Pernambuco, não quiz saber de semelhantes treguas (feitas pela imperiosa necessidade) e rompe a guerra contra os usurpadores do territorio portuguez. (A Hespanha tambem fez, em 1648, pazes com a Hollanda, para mais facilmente vencer os portuguezes, no continente.)

A casa d'Alentem, da familia de D. Christovão, é hoje representada pelo visconde de Alentem, o sr. Antonio Barreto de Almeida Soares de Lencastre, casado com a sr.ª D Carolina Malheiro, da nobre casa da Costilha. Foi feito visconde, em 3 de setembro de 1874.

É o actual sr. visconde d'Alentem, filho de Christovão d'Almeida Soares de Barros Gavião e da sr.ª D. Margarida Ephigenia de Lencastre Camanho de Queiroz e Menezes—neto materno de Jayme de Magalhães e Menezes, fidalgo da casa real, senhor da casa de Quintan e da Torre da Lixa, e de D. Anna Rita de Queiroz Vasconcellos Camanho—bisneto materno de Antonio de Magalhães e Menezes, senhor da casa de Quintan e fidalgo da casa real, e de D. Maria Thomazia Pinto de Mesquita Magalhães—terceiro neto materno de João de Magalhães Menezes, fidalgo da casa real e senhor da casa da Torre da Lixa, e de D. Angelica Thereza d'Abreu Barbosa e Brito.

E é neto paterno de Martinho de Faria de Andrade Castello-Branco Ribeiro, fidalgo da casa real, e de D. Maria Antonia Ignacia d'Almeida Soares Gavião, herdeira da casa de Alentem, filha natural de Christovão de Almeida Soares Gavião, fidalgo da casa real, e senhor da casa d'Alentem; e este, filho de Luiz Pinto d'Almeida Soares Gavião, fidalgo da casa real, senhor da casa d'Alentem, e irmão do 1.º bispo de Pinhel—D. Christovão d'Almeida Soares.

2.º—*D. José de Mendonça Pinto Arraes.* Havia sido monsenhor na patriarchal; a rainha D. Maria I o nomeou bispo de Pinhel, e depois o transferiu para a Sé da Guarda, em 1798, por fallecimento do bispo D. Jeronymo Rogado.

Era um prelado de muito merecimento. Construiu o paço episcopal de Pinhel, edificio vasto e elegante, ainda hoje o primeiro edificio d'esta cidade, e dispunha-se a construir a Sé junto ao paço, quando foi transferido para a Guarda. Em Cêa, sua terra natal, mandou construir o palacete, hoje da condessa de Céa, uma das maiores casas da provincia. (Vol. 2.º, pag. 224, col. 1.ª) Falleceu em Lisboa.

3.º—*D. Bernardo Beltrão,* natural de Carapito (vol. 2.º, pag. 103, col. 2.ª) e freire da ordem de S. Bento d'Aviz.

Tambem falleceu em Lisboa.

4.º—*D. Leonardo Bessa,* frade varatojano, nascido na casa do Sobral, freguezia da Varzea, comarca e concelho d'Arouca. (Vide *Varzea,* d'Arouca.)

Falleceu no Porto.

E entre outros, tem sido governadores d'esta diocese os presbyteros seguintes:

José Manuel de Lemos, natural de Mução, que foi reitor da universidade, e bispo de Bragança, Viseu e Coimbra, onde falleceu.

Manuel Farinha Beirão, natural do Manigoto, concelho de Pinhel.

D. Francisco d'Assumpção Corrêa de Lacerda, ainda hoje D. prior de Cedofeita, no Porto.

José Antonio Guedes dos Prazeres.

Manuel Antonio de Figueiredo, abbade de Castro-Daire.

José Freire Falcão, de Castello Rodrigo, que falleceu em Lisboa sendo conego na patriarchal.

Antonio dos Santos Leal, de Moncôrvo, que falleceu aqui, e foi sepultado na egreja da Trindade.

João José Vaz, natural de Gatão, junto a Amarante, e que foi tambem conego na patriarchal.

João de Vasconcellos de Carvalho e Mello, natural da freguezia de Santa Christina de Figueiró, tambem junto de Amarante, e irmão do actual bispo de Lamego, o sr. D. Antonio da Trindade e Vasconcellos Pereira de Mello.

Manuel José de Oliveira Guimarães, prior da egreja de S. Pedro dos Maximinos, em Braga.

E o sr. doutor Antonio Mendes Bello, natural de Gouvêa, digno governador actual e professor de hermeneutica, no seminario d'esta cidade.

—

Este bispado, suffraganeo da egreja primacial de Braga, foi formado com egrejas dos de Viseu e Lamego, e por isso, á falta

de constituições proprias, vigoram ainda as d'aquelles dois bispados nas diversas parochias que d'elles se desmembraram.

Do de Lamego, recebeu os arcyprestados de Almendra, Castello Rodrigo, Almeida, Alfaiates, e Sabugal; e do de Viseu, os de Castello Mendo, Pinhel, Trancoso, e Alverca.

As parochias que recebeu do bispado de Lamego, pertenceram antecedentemente ao bispado da cidade Rodrigo, como diz o conego João Mendes da Fonseca na sua *Memoria chronologica dos prelados de Lamego*—pag. 71.

«No mesmo anno (1430) se acha tambem (diz elle) um requerimento, que o cabido fez, para ter parte nas rendas que se desannexaram do bispado da Cidade de Rodrigo, que era o chamado *Bispado Novo*, que hoje (1789) se acha com proprio bispo, em Pinhel.»

—

O que foi aquelle *bispado novo*, claramente o dizem as *Memorias historicas ácêrca da cidade de Caliabria*, escriptas pelo rev.º Luiz José Ferreira de Carvalho, reitor de Escalhão, e publicadas pelo sr. doutor José Caetano Preto Pacheco, no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, em 1866, e no *Panorama*, em 1872.

«Erecto que foi o bispado de Cidade Rodrigo (*Memoria citada*) ou, para melhor dizer, collocada que foi a séde pontificia de Caliabria em Cidade Rodrigo, cuja época já pertence ao estado moderno, é sem duvida que ficou a Cima-Côa sujeita ao bispo d'esta cidade, pois não temos aqui outra mudança senão a da séde de uma cidade arruinada, para outra reedificada, e o poder soberano estava nos reis de Leão, a cujo dominio pertenceu o nosso paiz até que el-rei D. Affonso Henriques o tomou áquelles, o que só durou 2 annos, dentro dos quaes fundou o mosteiro de Santa Maria d'Aguiar, e o fez filiação do de S. João de Tarouca; mas, passados os dois annos, tornámos (os habitantes de Cima-Côa) ao dominio dos leonezes, e o mosteiro tornou á filiação de Morercola, no bispado de Çamora, do qual quando era, debaixo da regra de S. Bento, esteve na Torre d'Aguiar...

«Persuado-me que tambem n'aquelles dois annos, o bispo de Cidade Rodrigo, era o de Cima-Côa, assim como o foi depois, não só desde el rei D. Affonso Henriques até el-rei D. Diniz (que foi o que ajuntou Cima-Côa a Portugal), mas mesmo desde el-rei D. Diniz até el rei D. João I, que uniu a espiritualidade de Cima-Côa a Lamego, de maneira que, mediando cem annos, desde que D. Diniz uniu Cima-Côa a Portugal, até que el-rei D. João I, em 1404, uniu a espiritualidade de Cima-Côa a Lamego, esteve Pinhel todo este espaço de tempo, subdito de el-rei de Portugal, no temporal, e do bispo de Cidade Rodrigo, hespanhol, no espiritual.»

—

Foi o bispo de Lamego, D. Gonçalo Gonçalves, quem diligenciou, em 1403, com el-rei D. João I, a união do *bispado novo* ao de Lamego, *desannexando-se por causa do scisma*, do bispado de Cidade Rodrigo (J. M. da Fonseca, memoria citada, pag. 62.) o que consta do livro d'obitos, existente no archivo capitular de Lamego: «*Commemoratio D. Gunsalvi Episcopi Lamecensis... qui procuravit unire reditus, et jura, quae Ecclesia Civitatensis habebat in Regnis Portugalliae, & Algarbii; quae unio fuit facta per Dominum Bonifacium nonum... Romae quarto die mensis Julii era 1441.*»

A bulla da creação d'este bispado foi concedida por S. Santidade Bento XIV, em 10 de julho de 1770, e o alvará regio que lhe deu o *placet*, e que mandou se cumprisse a dita bulla, é de 25 d'agosto do mesmo anno.

—

Já disse que Pinhel é povoação fundada pelo turdulos, 500 annos antes da vinda de Christo, segundo dizem o padre Carvalho, Moreri, Vosgien, e outros; mas, como se achasse em lastimoso estado nos principios da nossa monarchia, com o peso dos seculos e das guerras, D. Affonso Henriques, em 1179, a povoou e restaurou, dando-lhe amplo foral (o mesmo de Evora) e grandes pri-

vilegios, que posteriormente foram confirmados e ampliados por D. Sancho I e varios reis, seus successores, por ser uma praça importante e *fronteiriça*, e pela sua lealdade e dedicação aos nossos reis, nunca seguindo a voz de extranhos, como seguiram por vezes Castello Rodrigo e outras praças da fronteira.

A ultima restauração foi feita por el-rei D. Diniz, que em 1312, como logo diremos, e elle mandou tambem fazer as duas torres no castello.

Foi sempre povoação muito honrada, e os nossos reis lhe concederam o titulo de — *Muito excellente villa de Pinhel, Falcão, guarda-mór do reino e senhorios de Portugal.*

Entre outros privilegios importantes que adiante mencionaremos, gosava dos seguintes:

Era da corôa, e não podia ser dada a donatarios particulares — seus habitantes não eram obrigados a trabalhar na fabrica dos muros nem do castello — não pagavam portagem em todo o reino — foram por vezes isentos de contribuições extraordinarias — podiam apascentar os seus rebanhos livremente em todos os montados do nosso paiz, emquanto que o seu termo era defezo a gados extranhos — podiam apropriar-se e utilisar-se das vinhas e terras incultas — não podiam, na villa e seu termo, comprar herdades nem ter moradia, cavalleiros, nem donas, nem fidalgos, nem ordens, nem pessoas poderosas e privilegiadas — não podiam ser obrigados a guardar nem acompanhar presos, de dia nem de noite — não pagavam passagem na barca do Porco, no rio Côa, etc.

—

Na chronica d'el-rei D. Diniz, por Duarte Nunes de Leão, a pag. 133, se encontra o seguinte:

«Na comarca de Riba-Côa fez de novo os castellos de Sabugal, Alfaiates, Castel Rodrigo, Villar Mayor, Castel Bõ, Castel Mendo, Castel Milhor, Almeida, e S. Felises dos Gallegos, que agora é de Castella. Tambem fez Pinhel de novo, e seu castello.»

Fr. Antonio Brandão, na *Monarchia Lusitana*, liv. 11, cap. 29, diz:

«Tambem se passaram foraes a Pinhel, villa forte e fronteirissa, muitos annos do reino, primeiro em o tempo dos mouros, e depois nas guerras de Castella, e a Marialva, cabeça de condado dos mais antigos d'este reino... Os dois primeiros não tem era, mas declara-se que o rey D. Affonso Henriques os mandou passar.»

O mesmo Brandão, no liv. 12, cap. 11, fallando de D. Sancho I, diz que em 1189 deu por foral a Pinhel o mesmo d'Evora, e o cita em resumo.

—

Rodrigo Mendes da Silva, na *Poblacion General de España*, pag. 186, diz que Pinhel n'aquella data (1646) era cabeça de corregedoria, comprehendendo, segundo alguns auctores, 35 villas e 12 concelhos, e segundo outros, 30 villas e 9 concelhos. E Duarte Nunes de Leão, na sua *Descripção de Portugal*, diz que a correição de Pinhel comprehendia as villas de Almeida, Castello Rodrigo, Cinco Villas, Cedovim, Nemão, Muxagata, Castello Bom, Meda, Ranhados, Souto, Cernancelhe, Langroiva, Marialva, Castello Mendo, Penella, Póvoa, Vallongo, Avelloso, Penedono, Reigadas, Torre dos Frades, Almendra, Villa Nova de Foscôa, Villar Maior, Trovões, S. João da Pesqueira, Alfayates, Paredes, Fonte-arcada, e Sendim — e os concelhos de Val da Coelha, Horta, Hervedosa, Castanheiro, Valença, Soutello, Tavora, Paradella e o logar do Lamegal.

E hoje (1876) a comarca de Pinhel, *reduzida ao seu concelho*, com a elevação de Almeida e Figueira de Castello Rodrigo á cathegoria de comarcas, comprehende apenas as freguezias seguintes: — Alverca, Avellãs da Ribeira, Bouça-Cova, Cerejo, Codeceiro, Ervas Tenras, Moimentinha, Póvoa d'El-Rei, Atalaia, Freixedas, Gouveias, Lamegal, Pinzio, Manigoto, Lameiras e Bemdada (estas duas povoações constituem uma só parochia), Pomares, *Ribeira dos Carinhos*... Azevo, Bogalhal, Cotimos, Ervedosa, Granja, Palla, Pereiro, Pinhel, Santa Eufemia, Sorval, Souro-Pires, Val Bom, Val de Madeira, Cotimos e Vascoveiro.—Total, 32 freguezias, divididas por tres julgados — Pinhel, Freixedas, e Alverca.

Mesmo quando villa, foi Pinhel cabeça de comarca, e tinha corregedor e 4 officiaes — dois escrivães, um meirinho, um inquiridor, distribuidor e contador — e era o corregedor obrigado a residir na villa, e sahindo da comarca, passava a vara para o juiz de fóra, pois tinha tambem esta villa juiz de fóra com 4 tabelliães do publico, judicial e notas, um escrivão sem notas, outro das execuções, outro das sisas, inquiridor, distribuidor, contador, meirinho do geral e alcaide, escolhido e provido pela camara, sendo a nomeação feita pelo alcaide-mór. E era o dito juiz de fóra, quem fazia o lançamento das sisas, na villa e seu termo, e nas do Lamegal, Castello Mendo, Alfaiates, Villar Maior e Castello Bom, com um dos cinco escrivães do geral, alternadamente, por não haver escrivão especial para os ditos lançamentos.

Tinha tambem esta villa juiz dos orphãos, com dois escrivães e dois repartidores, servindo tambem n'este juizo o escrivão das execuções do geral — e era a camara formada annualmente por trez vereadores e um procurador ou escrivão, por carta da meza do desembargo do paço. A camara apresentava o juiz dos orphãos e seu escrivão, e os escrivães da propria camara e da almotaceria, e sua magestade, simplesmente confirmava.

Nomeava tambem a camara os almotacés, repartidores do juizo dos orphãos, e porteiteiros, e para todos os logares do termo — juizes da vara e seus escrivães, procuradores, juizes pequenos e quadrilheiros. E eram obrigados os officiaes da camara, a assistirem com as suas insignias e estandarte real ás procissões do Corpo de Deus, e de Santa Isabel — Domingo do Anjo, e da Resurreição — á publicação da bulla, e á procissão que por voto antiquissimo se fazia no domingo dos Prazeres, á qual eram obrigados a assistir tambem os juizes da vara dos logares do termo, até uma legua de distancia, com as suas insignias, e uma pessoa de cada casa da villa e dos ditos logares. E todos eram egualmente obrigados, á assistir á procissão de Nossa Senhora da Ajuda, que sahia da egreja de Santa Maria do Castello, e hia até á capella de Nossa Senhora da Ajuda, onde se celebrava uma missa em acção de graças, recolhendo em seguida a procissão á egreja de Santa Maria do Castello, mandando os officiaes da camara tomar nota das pessoas que faltavam, e castigando-as como lhes parecia justo.

Os juizes dos diversos officios eram tambem obrigados a assistirem com as suas respectivas bandeiras, ás procissões, do Corpo de Deus, de Santa Isabel, Domingo do Anjo e Domingo dos Prazeres, sob *pena de serem condemnados;* e o juiz da vara do povo de Valle de Madeira, era obrigado a postar-se com bandeira levantada, junto á cruz que está um pouco acima da fonte do Coche, em um alto, até passarem os officiaes da camara para a dita romagem, e depois se incorporava n'ella tambem, sob pena de ser condemnado.

E o juiz de fóra e cada um dos vereadores, procurador e escrivão da camara, percebiam de propina, por assistirem ás 4 procissões — quatro mil e quatrocentos réis — e pelas duas da publicação da bulla e da Resurreição, cada um dois mil reis, e o juiz de fóra tinha mais quatrocentos réis para uma vara — isto por provisões e costumes antiquissimos.

Era tambem a camara obrigada a assistir, com as suas insignias, á procissão do Patrocinio de Nossa Senhora e á de S. Francisco de Borja.

Todas estas e outras procissões que em tempo aqui se faziam, se acham hoje reduzidas á uma unica — a do Senhor dos Passos.

—

No *Côro das Musas*, do padre Francisco do Nascimento Silveira, parte 1.ª, pag. 51, se lê o seguinte:

«Pinhel, cidade nova, villa antiga,
Por honra paternal é sublimada:
Dos Turdulos e Vetões a forte liga
Em sitio singular a vê fundada.
Seus muros e castellos (d'onde briga
Pela patria feliz a lusa espada)
Pelo grande Diniz delineados,
Merecem ser por nós aqui lembrados.»

E em uma nota:

«Pinhel dizem ser fundação dos Turdulos, e, destruida, foi mandada levantar por D. Affonso Henriques. D. Sancho I lhe concedeu os fóros d'Evora, e D. Diniz a ampliou e lhe mandou levantar o castello. De prezente (1792) é episcopal, por D. José I, confirmada por Clemente XIV. Tem dois conventos, *bellas casas e honrada visinhança.*»

—

Em verdade ha aqui muitas familias dignas de toda a consideração, pela sua fortuna, pelo seu nascimento e pelas suas nobres qualidades;—e, em geral, são os habitantes de Pinhel muito trataveis e muito obsequiadores, bons visinhos, fieis aos seus compromissos e pessoas d'honra e probidade.

Adiante indicaremos as casas e familias principaes de Pinhel, na actualidade.

Pinhel é formada hoje (como já disse) por uma unica freguezia, denominada Santa Maria do Castello.

Esta e a de S. Martinho, eram intra-muros, e as outras extra-muros.

A egreja matriz de S. Pedro, estava ao cimo da praça, e foi demolida ha muito.

Ainda quando em 1870 se rebaixou a praça, se encontraram no antigo chão da egreja, ossadas e uma sepultura com a seguinte inscripção:

AQVI JAZ PAVLO DE TAVORA

Tambem estava junto á Praça, a egreja matriz de Santo André.

Foi demolida, e no chão que occupava, fizeram os *cobertos* que occupam os tendeiros, nos dias de mercado.

Foram tambem profanadas e demolidas as egrejas matrizes de S. Martinho e S. Salvador, e no adro d'esta se fez o cemiterio publico actual, que depois se accrescentou com a propria área da egreja e com varios terrenos contiguos, expropriados pela camara.

Quando se creou este bispado, foi esta egreja arvorada em Sé, preeminencia que passou para a de S. Luiz ou das freiras, restaurada; e n'esta egreja actualmente se celebra a missa conventual, porque a egreja matriz de Santa Maria do Castello, onde se conserva o Santissimo, é muito menos central.

Está já sem tecto a egreja da Trindade, e n'ella se sepultam tambem alguns cadaveres.

Logo fallaremos das egrejas de Santo Antonio, ou dos frades, onde se diz a missa das 11 horas; e da Misericordia, onde se celebram grande numero de missas, por ser muito central e porque a Misericordia fornece todos os guizamentos.

—

Esta cidade divide-se em duas partes distinctas—a velha praça, povoação primitiva, e o arrabalde, povoação adjacente e mais moderna.

A parte murada comprehende a côroa de um monte, relativamente alto e muito defensavel com relação aos tempos anteriores ao uso das armas de fogo na Europa, e como n'estes sitios toda a pedra é bom granito, as muralhas, das quaes ainda restam uma grande parte, eram de grande espessura e muito fortes.

Das 6 torres que tinha a praça apenas existem vestigios, e a do relogio foi nos principios d'este seculo substituida por outra, que se vê sobre um angulo da praça, ainda com um relogio.

No alto da parte murada, havia um castello, com fortes muros (hoje quasi completamente demolidos) tambem com duas torres muito altas, que ainda lá se vêem muito firmes, apezar dos rijos empuxões das tempestades e do peso de cinco a seis seculos, pois foram mandados fazer por el-rei D. Diniz, ultimo restaurador d'esta praça, em 1312.

A torre do lado N. defendia a porta principal do castello, e a outra torre estava, e está um pouco mais ao S.

São ambas de granito superior, e bem trabalhado, ambas ainda conservam parte das ameias que as coroavam, e a do lado S. tem a meio uma espaçosa janella, com mimosos lavores, e no topo, em um dos angulos, uma pedra, que avulta cerca de metro e meio alem do prumo da torre, com um buraco por onde jorrava a agua do eirado.

Representa aquella pedra uma mulher em posição caprichosa, *mas indecentissima;* offende porém pouco a honestidade publica, porque o castello hoje está êrmo, e a tal estatua, pela grande altura em que se acha, a custo se distingue da base da torre; e tanto esta como a sua companheira, já não tem escadas, nem pavimentos, e por consequencia não póde observar-se de perto a figura que serve de *embornal.*

De mais a mais, nasceu junto a ella uma figueira brava, que tende a encobrir tanta deshonestidade.

E' muito para lamentar o abandono em que se acham estas duas torres, tão antigas, tão altas e tão solidas, e que ainda com tanto garbo e tão perfeito aprumo, desafiam os seculos e os vendavaes, porque alem de serem dois importantes padrões da nossa historia, são marcos que se avistam de muitas leguas de distancia, [1] e do alto d'ellas, em dias de sol, se deve descobrir um dos mais largos horisontes de Portugal, todo o Cima Côa, grande parte das duas provincias da Beira, de Traz-os-Montes e da Hespanha.

Prescindindo do seu valor historico e archeologico, offerecem estas duas torres dois mirantes de subido merecimento, e estou certo de que, apenas estejam accessiveis, não hirá a Pinhel um unico hospede que as não visite, e se não recorde d'ellas com saudade.

E para se tornarem accessiveis, basta porlhes escadas interiores e eirados, obra insignificante para uma terra como Pinhel, por justos titulos considerada uma das mais ricas da Beira.

Do coração fazemos pois votos por que a camara d'esta cidade, ou algum dos seus muitos habitantes de fortuna e gosto, se condoa d'aquelles dois monumentos, e lhes preste a attenção que merecem.

E a proposito vou narrar um facto importante [2] digno da chronica, mas já quasi esquecido, que prende muito de perto com as otrres e castellos de que estamos fallando, e que cobriu por muito tempo de lucto, os habitantes de Pinhel e das povoações do seu termo.

No segundo quartel do seculo XV, era senhor da antiga villa de Pinhel, D. Fernando Coutinho, do conselho de Sua Magestade e *marichal* do reino, homem poderoso, tio do conde de Marialva; mas um verdadeiro tyranete e açoute d'estes povos, a quem opprimia com extorções e prepotencias de toda a ordem, e, para coroa dos seus despotismos, um dia mandou chamar seu sobrinho, conde de Marialva, que veiu com muita gente armada, e unido ao outro bando, capitaneado por D. Henrique, filho do dito marichal (*qui viget in filiis venit e radicibus humor...*) sairam do castello e invadiram a villa com grande motim—bradando, *Marialva! Marialva!* e assim saquearam, roubaram e destruiram a povoação, acutilaram e feriram muitas pessoas, e levaram fazendas d'ouro, prata, pão, vinho, azeite, pescado, roupas e tudo quanto encontraram—*o qual roubo todo, se não pagava com um milhão e meio em dinheiro* (dizem os autos); e prenderam muitos moradores da villa e seu termo e os metteram nas prisões do castello de Pinhel, mandando outros para os castellos de Penedono e da Guarda.

E não contente ainda o *marichal* com esta façanha, mandou o dito seu filho D. Henrique e o conde de Marialva, a Manigoto, aldeia grande do termo de Pinhel, e alli repetiram as mesmas proezas, saqueando e roubando quanto encontraram; e d'alli seguiram para o Azevo, outra aldeia grande do termo, e a saquearam egualmente, levando ouro, prata, pão, vinho, azeite, dinheiro, bois, carneiros, cabras, porcos e tudo: mandando para Castella parte do gado, e vendendo por todo o preço o restante, ficando a povoação destruida e arrazada.

E ainda por occasião do saque, enforcaram um juiz do povo, e a outro homem deram uma cutilada no rosto.

E tinha por costume o citado marichal,

[1] Do Rabaçal, por exemplo, se vê das janellas do palacete do exm.º sr. Antonio Maria Homem de Sampaio e Mello.

[2] Archivo da camara de Pinhel, *Livro antigo de registros de leis e ordens,* desde fl. 23 até fl. 29.

exigir dos habitantes da villa e seu termo, roupas para si e para os seus, nunca mais as restituindo: e estando a villa na posse immemorial de eleger um procurador que em seu nome requeresse o que fosse de justiça, o marichal lhes impoz e nomeou um procurador da sua facção, para melhor os espesinhar, sem terem quem por elles reclamasse.

Vencendo porém grandes difficuldades, queixaram-se os habitantes da villa e seu termo a el-rei, o qual mandou abrir inquirições e n'ellas provaram á saciedade, os auctores, que D. Henrique, por mandado do marichal seu pae, lhes destruira e derribára as casas, lhes tirára béstas e espingardas, e mandára disparar um tiro sobre Domingos Lopes, procurador do concelho, quando no exercicio das suas funções requeria pelos seus constituintes, ficando gravemente ferido e em imminente risco de vida.

O processo correu seus termos; foi longo e moroso, porque o marichal era homem bem aparentado e de grande valimento, e tudo tentou negar e contrariar; mas afinal, obtiveram os auctores sentença, datada de Beja, aos 21 de julho de 1481, na qual, em resumo se diz, que visto o reo marichal, D. Fernando Coutinho, haver abusado tão escandalosamente da jurisdição que lhe foi confiada, não fazer justiça, como lhe cumpria, e consentir tantos maleficios, especialmente o enforcamento do juiz, na aldeia de Azevo, e por dizer a João Frade, tabellião, que se publicasse uma sentença o mandaria lançar da torre abaixo, e por soltar um Mend'Affonso, homem d'elle reu, que havia ferido e espancado a João Martins, etc., el-rei houve por bem privar o reu da jurisdição e senhorio de Pinhel, sem que jámais em tempo algum podesse rehaver tal graça, e o condemnou nas custas e no pagamento e indemnisação de tudo o que foi por elle, e seu filho e sobrinho roubado; e que fossem sem delonga vendidos e arrematados os bens moveis e de raiz, tenças, rendas e cousas do dito marichal, quanto bastasse para satisfazer tudo, resalvando aos diversos particulares o seu direito, para poderem demandar o dito marichal por aquillo que bem entendessem.

«Dada na villa de Beja aos 21 de julho de 1481. El-rei o mandou por Pedro Machado, bacharel em leis, seu vassallo e do seu desembargo e Corregedor da Corte.»

Ha n'este processo coisas curiosissimas, de que tomei nota, e que reservo para outra ordem de trabalho; mas do leve extracto que fiz bem póde imaginar-se o que soffreram Pinhel e seu termo com as prepotencias do celebre marichal, de execranda memoria.

—

Dias bem mais alegres e que contrastam com aquelles, raiaram para Pinhel, com a passagem da infanta D. Catharina, filha de el-rei D. João IV, e viuva de Carlos II de Inglaterra, em 1693. [1]

No dia 15 de novembro de 1692, recebeu a camara d'esta villa uma carta, do marquez d'Arronches, governador do Porto, na qual lhe participava que chegaria aqui no dia seguinte, como conductor da serenissima rainha da Gran-Bretanha, para o que tivessem os caminhos preparados, e aposentadoria capaz, para ella e toda a sua casa, e para os senhores que com elle hiam, e que eram o principe Senescal, seu neto; D. José de Menezes, seu genro; o conde de Calheta, tambem seu neto; o conde de Villa Verde e seu irmão, etc.

E logo no dia seguinte chegou o dito conductor a esta villa, e, ficou muito satisfeito por achar boa aposentadoria para elle e sua comitiva, e os caminhos tão bem consertádos, que as carroças passaram muito livremente; e logo entregou á camara a seguinte carta d'el-rei:

«Juiz, vereadores e procurador da camara e villa de Pinhel, Eu el-rei vos envio muito saudar. A rainha da Gran-Bretanha,

[1] Era irman do nosso infeliz rei, D. Affonso VI, e de D. Pedro II.

Casou com D. Carlos II de Inglaterra em 31 de maio de 1662, e viuvando em 1685, recolheu-se a Lisboa, onde falleceu em 31 de dezembro de 1705. (4.º vol., pag. 131, col. 2.ª—*Palacio da Bemposta.*)

minha muito amada prezada irman, entra n'este reino pela praça d'Almeida e hade fazer tranzito pela villa de Pinhel, e hey por bem que n'ella a recebais com todas as demonstrações de alegria, contentamento, e celebridade, com que havieis de receber a minha pessoa, se acaso fosse a ella, e a noite em que chegar a essa villa, se porão luminarias; e se por algum accidente se demorar, se continuarão as luminarias por tempo de trez dias, e porquanto o marquez de Arronches, do meu conselho de Estado, governador das armas da cidade, e casa do Porto, vai a ser conductor da rainha, hey por bem que façaes tudo o que elle disser, e necessario for que se faça. Escripta em Alcantara a 24 de outubro de 1692. Rey.»

Passados dois dias, seguiu o marquez para Almeida, onde se demorou até chegar a rainha; no 1.º de janeiro de 1693 partiram para esta villa, e o corregedor da comarca os foi esperar á ponte do Côa, onde começava o territorio do seu districto, e o juiz de fóra e vereadores, com a maior parte da nobreza da villa, os foram esperar á entrada do termo, onde chamam o Rio Galheiro, com o estandarte real, *vestidos á cortezan.* Alli a camara, posta em alas, recebeu a rainha, e o mesmo fez a nobreza; e quando passava o coche da rainha, «fizeram as cortezias devidas, e ella baixou a cabeça com demonstrações d'alegria.» E a camara logo montou a cavallo, e tomou a rectaguarda do coche real, e assim acompanhou a rainha até ao palacio que lhe estava destinado, com um *terno de charamellas, tocando;* e ao caminho affluiram os habitantes das aldeias circumvisinhas *com aquellas danças e juizo que permittia sua capacidade, com repetidos vivas, e ramos nas mãos, applaudindo.* E á fonte do Coche parou o prestito, porque a rainha quiz vêr a villa, que fica em frente, e alli se reuniu povo immenso, com muitos instrumentos e pellas, cantando e dançando com tal galanteria, que a rainha gostou muito; e á entrada da villa, junto á capella do Espirito Santo, o visconde de Barbacêna, general da provincia, em uma salva de *Bastiàres*, dourada, lhe entregou as chaves do castello, e lhe fez em nome da camara, nobreza e povo da villa, *uma falla tão concertada nas palavras e com tanla descrição como sua.*.

D'alli seguiu para o aposento que lhe estava preparado nas casas de Manuel Falcão de Figueiredo, com duas casas contiguas, que se pozeram em communicação, e sobre a porta principal estava um brazão com as armas de Inglaterra, Irlanda, Hollanda, Escocia e Portugal. E o capitão-mór da villa, Antonio Velloso Cabral, se postou com a sua ordenança em frente do paço, e ahi se conservou até que a rainha partiu, salvando com uma descarga, quando entrava a soberana.

E o bispo de Viseu, D. Ricardo Russel, estava com todos os beneficiados e ecclesiasticos da villa e seu termo, á porta principal da egreja de S. Pedro, com o paleo, para receber a rainha debaixo d'elle, graça que a rainha não acceitou «por vir achacada de uma perna.» Á porta do paço, ficaram «as danças que acompanharam a rainha, dançando e tocando charamellas e clarins, coisa muito vistosa e agradavel; e logo lhe foi entregue o presente que a camara havia preparado, e que constava do seguinte: — 12 vitellas, 24 carneiros, um porco que pesava 8 para 9 arrobas, 24 perus, 4 duzias de galinhas, 150 perdizes, e seis cargas de fructa camoeza e verdeal, e isto levaram 18 moças donzellas (das mais bem parecidas, muito bem adornadas com peças d'ouro e boas galas), em canastras e taboleiros, tudo entretecido com louro, ramos e flores.»

«Com os carneiros e vitellas hiam 30 moços esveltos, e na frente, todas as danças e charamellas, cantando e dançando.»

«A rainha acceitou este presente satisfeita; mandou para a sua ucharia os perus, perdizes, gallinhas e fructa, e deu o resto ás freiras do convento d'esta villa. E foi tão bem disposta a aposentadoria, que todos ficaram muito bem accommodados, sendo *immensa a multidão de gente, carruagens e cavalgaduras;* — e ainda ficaram devolutas 5 casas *com oitenta e tantas camas;* e só de trigo sobraram *treze mil e quinhentos pães!...*

«Apenas anoiteceu, se illuminou toda a villa, distinguindo-se o castello, torre do relo-

gio, egrejas, casa da camara e o convento das freiras.»

«No dia seguinte, sexta feira 2 de fevereiro, logo de manhan, o marquez d'Arronches, com o corregedor da comarca e juiz de fóra, reunidos no palacio da rainha, applicaram a diversos réos o indulto antecipadamente concedido por el-rei;—em seguida permittiu sua alteza que á camara e alguns nobres e ecclesiasticos lhe beijassem á mão, e logo todos marcharam com a rainha para Celorico, trajando os vereadores vistosas galas de côr, mandadas fazer expressamente para este acto. E logo que o côche real chegou á Ponte Pedrinha, lemite do termo d'esta villa, a camara, que o precedia, se apeou e despediu da rainha; e o juiz de fóra, de Trancoso, que alli se achava, a acompanhou até Celorico, onde pernoitou.»

E em data de 30 de janeiro de 1693, el-rei dirigiu uma carta muito lisongeira, á camara de Pinhel, agradecendo os obsequios prestados á rainha sua irman.[1]

Poucos dias mais alegres e de maior enthusiasmo registra esta povoação, do que os da passagem da rainha D. Catharina; e bem poucos, mais tristes e de maior consternação, do que os do assalto e saque, ordenados dois seculos antes, pelo *marichal*.

—

Voltando ao castello, acerquemo-nos das velhas e magestosas torres de el-rei D. Diniz, e gosemos por um pouco o panorama, que é vasto e interessante.

D'alli se descobrem montes e penhascos formidaveis, na margem direita do Douro, na provincia de Traz-os-Montes, e mesmo na margem esquerda do Douro, em grande extenção da provincia da Beira-Alta, e nas proximidades de Côa, pois talvez não haja em Portugal outro rio com as margens mais eriçadas de penedia tão escalvada e nua; mas em compensação d'alli se avistam tambem vastas planicies á esquerda e direita do Côa, até á raia, e nas circumvisinhanças de Pinhel, boas quintas, bem cultivadas, com lindos campos e formosos vinhedos e olivaes; pois ha aqui muitos proprietarios ricos, e todos capricham em grangear os seus predios o melhor possivel, provindo da agricultura, grande parte das fortunas que avultam n'esta cidade; mesmo porque o terreno em volta de Pinhel é fertil, muito accidentado e abundante d'aguas, pelo que se presta a grande variedade de producções, sendo as dominantes—vinho, azeite, cereaes e fructa.

—

Ainda não deixaremos o castello, sem dizer que d'elle pouco mais resta do que as duas famosas torres. Está quasi completamente obstruida, uma grande cisterna que teve com agua nativa, segundo dizem o padre Carvalho e outros, e dos seus fortes muros, apenas existem vestigios, porque da pedra, por ser magnifica, se teem aproveitado diversos individuos.

—

Por occasião das grandes guerras com Hespanha, em seguida á memoravel revolução de 1640, tambem para aqui foi mandada alguma artilharia, assim como para Castello Rodrigo e outras praças antigas; e da artilharia d'esses tempos ainda aqui existem duas peças corpulentas, de bastante valor archeologico. Uma está no passeio publico da villa, e outra nas *trincheiras*, junto ao vasto campo do mercado, para onde, a muito custo, a levou o povo, ha poucos annos, para salvar com ella nos dias de festa. Do castello, onde se achava, até á praça, arrastaram-na sem grande difficuldade, por ser o terreno declivoso; mas para a conduzirem até ao ponto onde hoje está, esforçaram-se centos de pessoas e muitas juntas de bois.

A que está no passeio publico é formada por 18 aduellas, de ferro forjado, medindo 9 centimetros de largura e 4 de espessura cada uma, cingidas por 11 arcos, tambem de ferro forjado, medindo cada um, 9 centimetros de espessura e 10 de largura; e teve a meio um arco de maiores proporções, com uma grande argola.

Vê-se claramente que os arcos e aduellas foram juntos a malho, depois de feitos e já frios, e com tal perfeição e certeza que ainda hoje se não nota a minima fenda; Mas da

[1] Archivo da camara — liv. antigo de registros, fl. 54 a 57.

peça que está no Passeio, resta apenas talvez metade, porque, em 1833, durante o cêrco do Porto, porque o sr. D. Miguel precisasse de ferro, mandou recolher quanto havia nas diversas praças da provincia, e como estas duas peças estavam já abandonadas, por inuteis, e era morosa e dispendiosa a conducção d'ellas, mandou que as desmanchassem, visto serem formadas de partes distinctas.

Hoc opus — hic labor est!

Reuniu-se, por ordem da auctoridade local, um batalhão de ferreiros, todos munidos dos seus mais grossos malhos, e, sem comprimentos, investiram logo com a pobre, mas em breve esmoreceram.

Por conselho do mais atilado de tantos filhos de Vulcano, amontoaram sobre ella carradas de lenha, lançaram-lhe fogo, e, depois de estar meio dia enterrada nas chammas, e em um brazeiro enorme, descarregaram sobre ella uma bateria de malhos, e d'esta vez conseguiram deslocar o primeiro arco da boca; mas logo arrefeceu, e pararam. Seguiram-se novas fogueiras e novas investidas, mas anoiteceu, tendo deslocado apenas alguns arcos que não valiam metade da lenha queimada, nem as chufas e gargalhadas do publico.

Suspendeu-se pois d'esta vez a obra destruidora; mas repettiu-se já posteriormente em diversas épocas, por ordem da camara, para d'alli tirar ferro para obras; lá se vê porém ainda, boa metade da peça, zombando da furia dos ferreiros.

É do mesmo systema a peça que está na trincheira, e conserva-se ainda intacta. Em vez de engrossar, adelgaça para o lado da culatra, onde tem o ouvido; é mais grossa no meio, onde tem arcos sobrepostos, assim como na boca, e mede de comprimento total, dois metros e nove decimetros.

O cano é formado tambem por 18 aduelas, tendo cada uma de largura, na parte exterior, 9 centimetros, e 25 milimetros de grossura, e de comprimento, pelo modo porque nós a encarámos e medimos, dois metros e um decimetro, pois o cano na parte que deve conter o cartuxo, e a culatra, são mais delgados e estreitos, e parecem feitos de peças differentes.

Mede de comprimento, aquella parte do cano — cinco decimetros, e a culatra — tres.

Seja como fôr, o todo é revestido de arcos, cujo numero se não pode precisar, porque no bojo, na extensão de um metro e dezenove centimetros, parece ter tres ordens d'arcos sobrepostos, assim como na boca; e no vão restante (0^m,91) tem apenas uma camada.

Junto ao ouvido tambem tem arcos sobrepostos, ou de maior grossura, e no fundo tem outro a fazer rebordo.

Parece que a culatra é formada por uma peça massiça, abraçada pelas aduellas e pelos arcos, que variam de 3 a 8 centimetros na largura, e de 25 a 55 milimetros na grossura.

O cano tem de vão na boca, trinta e quatro centimetros de diametro, e de circumferencia no exterior, um metro e sete centimetros.

As *trincheiras*, onde está esta peça, meia enterrada, são os restos de um reducto que aqui se fez por occasião da guerra peninsular. Parece que tinha nos angulos quatro baluartes, e um fosso do lado do campo.

Não se vê n'esta peça, data nem inscripção alguma, e só na face exterior do arco da boca, abertas a talhadeira, umas cruzes informes. [1]

Em 1704, por ordem do marquez das Minas, governador das armas na provincia da Beira, foram levadas d'aqui para a praça d'Almeida outras duas peças, mas de bronze, que estavam tambem ainda em Pinhel, e ha quem se recorde de haver aqui um obuz com grandes azas.

—

Ha por aqui, e nas provincias do norte, muitas amoreiras annosas, e algumas com troncos respeitaveis, como se vêem muitas em

[1] Viterbo, no seu «Elucidario» (art. *Artilharia*) falla d'esta grande peça, nos termos seguintes:

«E d'este tempo (1389) parece ser a monstruosa bombarda que se conserva no castello da cidade de Pinhel.

Távora, na Cogulla, nos Cotimos, Rabaçal, Penajoia, etc. Suppomos datarem do segundo quartel do seculo XVII, porque, com data de 5 d'outubro de 1656, se vê, em um dos livros d'esta camara de Pinhel, registrada (a fl. 215 v.) uma provisão do theor seguinte:

«O conde da Ericeira, do conselho do Principe Nosso Senhor, vedor da sua fazenda, seu presidente da fabrica e manufactura das sedas n'estes reinos de Portugal, etc. Faço saber aos Corregedores da comarca de Pinhel, que por quanto Sua Alteza que Deus Guarde, foi novamente servido resolver que n'este reino se introduza a fabrica e manufactura das sedas, para cujo effeito se mandarão plantar por todo o reino as amoreiras de amoras que fôr possivel, vos mando que logo sem dilação alguma procureis que em toda a dita comarca se plantem todas as amoreiras que puder ser, assim nas terras baldias de sua alteza, como em outras quaesquer de particulares, etc. — Lisboa, 5 d'outubro de 1656. *O Conde da Ericeira.*»

—

E de maior alcance para a agricultura e prosperidade d'esta comarca de Pinhel, foi por certo a provisão que encontrámos registrada (a fl. 234) em um dos livros a que nos estamos referindo:

«D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, e senhor de Ceuta, a vós juizes, vereadores, procuradores, e homens bons da nossa villa de Pinhel, sabede que vimos a confirmação que nos enviastes, em que era conteudo entre outras cousas, que em essa villa e arrabaldes e termo d'ella havia muitos pardieiros e cortinhas, que ha grandes tempos e annos que não foram e não são aproveitados, e isto por serem de ordens e de outras pessoas que os não queriam nem querem aproveitar, e que entre as vinhas do sesmo d'essa villa havia e ha algumas terras que já em outro tempo foram vinhas as quaes havia 20, 30, 40 annos e mais, que não foram aproveitadas, pela qual causa eram os montes e mattos em ellas tão grandes, que se encolhiam em elles os porcos e ursos e outras alimarias, a muitos dos quaes ás vezes punham fogo em tal guisa que as outras vinhas em redor recebiam muito grande perda... pela qual causa nos embiavedes pedir por mercê, que vos dessemos licença que podessedes dar os ditos pardieiros e cortinhaes e terras de sesmaria a algumas pessoas que as aproveitassem, o qual visto por nós, por prol communal e bem da terra, havemos por bem, e damos-vos a licença pedida, com tanto que seus donos sejam primeiramente requeridos que os aproveitem, desde o dia que o requerimento lhes for feito até um anno, e não os adubando nem os aproveitando até o dito anno, então aquelle que esse concelho poser por sesmeiro, as possa dar, com acordo dos homens bons d'essa villa, a quaesquer pessoas, como dito é, que as adubem e aproveitem, e não o fazendo lhes sejam tiradas e dadas a outros que as adubem e aproveitem, e sendo assim mandamos que as hajam livremente e sem contenda, para elles e seus herdeiros. Dada em Lisboa a 3 d'outubro de 1475.»

Foi esta provisão confirmada por el-rei D. Manuel, estando em Setubal, aos 21 de maio de 1496, e outros reis posteriormente a confirmaram tambem; e foi este um dos mais importantes privilegios de que gosou esta villa.

—

A fl. 4 v., se acha registrada no mesmo livro outra provisão d'el-rei D. Fernando, com data de 7 de julho de 1410 (1372), confirmando o antigo privilegio d'esta villa, em virtude do qual nem cavalleiros, nem donas, nem fidalgos, nem ordens, nem outras pessoas poderosas podiam adquirir nem comprar *erdades* no termo d'ella. E na mesma folha do dito livro se encontra registrado um alvará do mesmo rei D. Fernando, mandando que não fossem obrigados a ter cavallos e armas os moradores de Pinhel e seu termo quando não possuissem bens no valor de 500 libras da moeda antiga, e que para isso fossem de novo *acontiados pelos acontiadores que para ello eram postos no dito logo.* E a fl. 5 do mesmo livro se encontra outro alvará de el-rei D. João I, com data de 7 de fevereiro de 1429, pelo qual, em attenção aos relevantes serviços que esta villa lhe

havia prestado na guerra com Castella, permittiu que aqui houvesse todos os annos, pelo S. Miguel até maio, uma feira franca que durasse um mez, 15 dias antes, e 15 depois do dito dia de S. Miguel, de maio — *com todos os privilegios e franquias da feira de Trancoso.*

Por outro alvará, de 5 de março de 1409 (1371) (fl. 8 do mesmo livro), concedeu el-rei D. Fernando aos habitantes de Pinhel e seu termo, o privilegio de poderem comprar pão em qualquer ponto do reino, e de leval-o para Pinhel, a despeito de outros quaesquer privilegios d'outras terras em contrario.

A fl. 9 do mesmo livro se encontra outro alvará de el-rei D. João I, datado de Almeida, a 6 de junho de 1434 (1396 de Jesus-Christo), pelo qual mandou que a aldeia e logar de Luzéllos, que fôra do termo de Pinhel, e que el-rei D. Fernando, seu irmão, unira a Castello Rodrigo, voltasse para Pinhel — *por ser esta ultima villa mais honrada e defeza,* e por lhe haver prestado, e estar prestando grandes serviços na lucta com Castella — emquanto que a praça de Castello Rodrigo *estava pelos inimigos.*

A fl. 10 do mesmo livro se encontram dois alvarás do mesmo rei, um datado de Santarem, a 12 de junho de 1438 (1400 de J.-C.), e outro de Arrifana do Sousa, a 19 d'agosto do mesmo anno, pelos quaes houve por bem isentar esta villa de Pinhel da contribuição extraordinaria votada em côrtes — *por estar na fronteira e haver soffrido muito com a guerra.* — E por outro alvará, de 7 de setembro de 1450 (1412 de J.-C.), confirmou o privilegio de que esta villa já gosava — *de não serem os seus habitantes obrigados a guardar presos, de noite nem de dia;* — e em outro alvará, de 5 de setembro de 1443 (1405 de J.-C.), reconheceu a esta villa o antigo privilegio de — *não poderem morar n'ella fidalgos.* Prende este alvará com o renhido pleito que em 1442 e 1443 da era de Cesar, sustentou e vingou esta villa de Pinhel, contra o *marichal* Gonçallo Vasques Coutinho, em cujas veias parece que girava o mesmo sangue do outro *marichal* D. Fernando Coutinho, seu descendente, de quem já fallámos, e que, sendo senhor d'esta villa, a saqueou e opprimiu com toda a casta de vexações e prepotencias.

O *marichal* Gonçalo Vasques Coutinho [1] demandou este concelho de Pinhel, dizendo — que era senhor e possuidor de muitos bens na villa e seu termo, e que, desejando morar na villa, aqui mandára fazer casas para si e para os seus, sem opposição do concelho, mas que estando as casas prestes a concluirem-se, o concelho embargára as obras (em 1442) e lhe não consentira que as habitasse; e que obtendo, elle auctor, carta de sua magestade, a intimára ao concelho; mas que os habitantes da villa e seu termo, logo, por pregão, se reuniram *e lhe britaram e derrubaram as casas até ao chão;* e que citando elle auctor o concelho para lhe reedificar as casas e pagar vinte mil dobras d'ouro, como indemnisação, o concelho se recusára. Que por isso pedia a sua magestade o constrangesse a satisfazer ao justo pedido do auctor, e a recebel-o por seu visinho.

Citado o concelho, contrariou dizendo — *que elles haviam privilegios de el-rei D. Affonso III e de el-rei D. Diniz, seu filho, e d'el-rei D. Affonso IV, seu neto, confirmados por outros reis que depois d'elles vieram, em virtude dos quaes nenhum cavalleiro, nem fidalgo, nem dona, nem rico-homem, nem outras quaesquer pessoas poderosas e privilegiadas poderiam na villa e termo haver nem cobrar por nenhuma guisa bens, nem possessões, nem outras herdades* — privilegios que lhes haviam sido sempre guardados, e pelos quaes nunca na villa nenhum fidalgo nem outra qualquer das sobredictas pessôas tivéra casas nem herdades, e que, quando alguem pretendia desconhecer estes privilegios, se acolhiam ao rei que ao tempo era, e logo mandava se respeitassem; e que estando a villa n'esta posse, o auctor muito a occultas comprára alli certos bens, dos

[1] Este Gonçalo Vasques Coutinho, foi o pae do primeiro conde de Marialva, D. Vasco Coutinho, e de Alvaro Gonçalves Coutinho, por alcunha o *Magriço,* um dos doze cavalleiros portuguezes, que foram a Inglaterra justar em desafronta das damas inglezas — façanha, que inspirou a Camões um dos mais bellos episodios dos seus *Lusiadas.*

quaes faziam parte as casas em questão; e que, apenas o concelho teve noticia da compra, logo se dirigiu a el-rei D. João que, estando em Trancoso, mandou se guardassem os foraes e privilegios da villa, e isto por carta sellada que o auctor embargou, seguindo-se demanda que se interrompeu com a guerra que rebentou em 1435; e que sendo o dito auctor, Gonçalo Vasques Coutinho, feito por essa occasião *marichal e fronteiro da Beira, com carta para que o acolhessem no alto e no baixo, tirasse alcaydes e pusese alcaydes, e que fizesem pro el como fariam por el-rei, o auctor marichal fazia arbitrariamente justiça, mandava prender e soltar, dava cartas de segurança, etc.*, e que, achando se investido de tão altos poderes, fôra a Pinhel e tomára posse dos bens em questão—*e d'outros de diversas pessoas na villa e seu termo, sem que pessoa alguma ousasse fazer-lhe observações.*

—e que assim residiu na villa algum tempo em umas casas á porta da egreja de S. Pedro, junto ao muro, casas que mandou fazer de novo, tomando umas escadas de pedra contiguas, que davam servidão para o muro, não se oppondo logo o concelho—*por medo que d'elle havia;* mas dirigiu-se o concelho a el-rei, que de prompto ordenou a suspensão das obras, ao que o dito Gonçalo Vasques obedeceu, ficando as paredes alçadas, sem madeira, mas impedida a antiga serventia, sendo o publico obrigado a subir para os muros por outras escadas, tão altas *e de tal guisa que homens e mulheres eram aleijados das quedas*» e que, para evitarem tanto perigo, e havendo-o por serviço d'el rei, o concelho derribára a parede, feita sobre a escada publica, e mais não—isto em harmonia com os privilegios, usos e costumes de 10, 20, 30, 40 annos e mais.

Mandando sua magestade abrir inquirições, reconheceu o direito e privilegios do concelho, e condemnou o auctor nas custas — ordenando que se arrematassem dos bens do dito marichal quantos bastassem, para que o concelho houvesse *dez mil e quatrocentas e tres libras, importancia das custas—e mais mil e quarenta e seis libras* que havia pago na chancellaria regia de dizima das ditas custas!....

Louvores aos juizes do dezembargo do Páço que deram a sentença. [1]

E no catalogo dos bispos de Lamego, escripto pelo conego João Mendes da Fonseca, a pag. 71, se encontra o seguinte:

«De 4 de novembro do mesmo anno (1429) ha huma Carta Testimunhavel de hum requerimento que fez o bispo, cabido e mais o concelho de Lamego a Lourenço Annes d'Evora, corregedor da Beira, contra o marechal Gonçalo Vasques Coutinho, escripta pelo tabellião João Lourenço, da qual consta....»

Vê-se pois que o dito marichal, tambem por Lamego fez das suas.

—

Por serem interessantes para a historia consignaremos agora aqui, em resumo, com as respostas que mereceram, os capitulos especiaes que o procurador d'esta villa, Fernão de Sella, offereceu nas côrtes d'el-rei D. Affonso IV, celebradas em Evora, no anno de 1325.

1.º—Expoz elle procurador que D. Gonçalo, filho do conde de Marialva fizera uma coutada na aldeia de Ervas-Tenras, no termo de Pinhel, *sem titulo algum para o fazer, com a qual tinha levado por sua força* muito gado, pelo que o concelho o citou perante o corregedor da comarca, mas não obedeceu. «Rey sois da terra, fazeinos direito e justiça.»

R.—Mandou el-rei ao corregedor da comarca de Pinhel, que não consentisse ao dito D. Gonçalo tal coutada, e que quando não quizesse obedecer, procedesse contra elle, em harmonia com as ordenações e o direito.

2.º—Que havendo fugido da cadeia uma mulher, *andava amorado, com medo das justiças, o cadeieyro,* por nome João de Basto, e que por ser o cadeieyro muito leal e verdadeiro em seu officio, pedia por mercê a el-rei—*que em onra da morte e paixam de noso Senhor Jesu Christo, lhe perdoasse.*

[1] Archivo da camara, *Livro antigo de registos*, fl. 11 e seguintes.

R.—Mandou sua magestade se desse ao dito carcereiro carta para poder-se apresentar a inquirição, e que depois lhe faria justiça.

3.º—Que o dito conde de Marialva (sempre o mesmo) fixára a sua residencia cinco semanas na aldeia das Freixedas, termo de Pinhel — *tomando o que lhe aprazia para seus mantimentos, nada pagando nem querendo pagar, e que assim era roubado o concelho*—por quanto o conde era homem grande e poderoso e não podia o concelho pleitear com elle.

R.—Mandou sua magestade ao corregedor de Pinhel. que obrigasse o dito conde a pagar por seus bens, onde quer que os tivesse, tudo o que tomou aos habitantes das Freixedas.

4.º—Que o corregedor da comarca, quando chegava a Pinhel, se demorava 6 e 7 mezes e mais, *sem ter que correger, e obrigava o concelho a dar-lhe casa, roupas, camas, lenha, palha e dinheiro, e os lavradores a fazerem-lhe os carretos; tomando galinhas, cevada e outros generos, pagando como muito bem queria, e praticando outras extorções agravantes.*

R.—Disse sua magestade que sobre o assumpto havia regimento, e que providenciaria para que se cumprisse.

—

No primeiro quartel do seculo XV houve em Pinhel um *portageiro*, de nome Ruy Vasques de Castello Branco, homem de *ideias avançadas.*

Birrando com o—*stàtu quo*—elevou consideravelmente a quota da portagem; birrou porém com a lembrança o concelho, e queixou-se ao rei, allegando, entre outras cousas, que a elevação das ditas quotas afastava o povo e commerciantes da villa, já então povoação importante e muito frequentada, nomeadamente pelos castelhanos.

El rei, deferindo, mandou, por provisão de 10 de junho de 1442, que o tal sr. Castello Branco não exigisse de portagem mais do que os *cincoenta por um*, que a lei marcava.

—

Nos principios do 2.º quartel do seculo XV os moradores de Castello Rodrigo, allegando que os gados eram a sua principal riqueza, e os seus montados muito estreitos, obtiveram d'el-rei D. Affonso o privilegio de poderem livremente pastorear os seus rebanhos nos montes de todo o paiz, mas apresentando o alvará regio á camara de Pinhel para o registrar, ella o não acceitou, nem consentiu no seu termo os gados de Castello Rodrigo; e, correndo pleito sobre o caso, provou a camara de Pinhel com os seus foraes e outros documentos, que já D. Sancho I e D. Affonso seu filho, havia seculos, lhes tinham dado o privilegio de poderem os habitantes de Pinhel e seu termo apascentar os seus rebanhos em todo o paiz livremente, sem pagarem coima nem montado — não podendo pelo contrario entrar no termo de Pinhel, gado algum extranho —privilegio em cuja posse estavam havia mais de duzentos annos.

El-rei, estando em Evora, por alvará de 26 de fevereiro de 1470, reconheceu os antigos privilegios de Pinhel e confirmou os de Castello Rodrigo, concedendo-lhe de novo o direito de levarem os seus gados aos montes de todo o paiz—*exceptuando os do termo de Pinhel.*

—

Por alvará de 6 de junho de 1564 o infante e cardeal D. Henrique, attendendo a que a velha villa de Pinhel era doentia e pobre, e n'ella não havia *sergiam, mediquo nem botiquairo*, mandou que das rendas do concelho se tirasse até á quantia de *quinze mil réis para um fiziquo, um sergiam, e um botiquairo*, com a condição de residirem na villa e de n'ella exercerem os seus officios.

—

Por alvará de 29 de novembro de 1533, el-rei D. João III, estando em Almeirim, confirmou outro de 8 de abril de 1505 pelo qual D. Manuel, deferindo á petição d'este concelho, mandou que nimguem podesse introduzir n'elle vinho extranho sob pena de perder o genero e de pagar mil reis por cada vez.

—

Acha-se tambem registrado no archivo

d'esta camara de Pinhel um alvará de 4 de abril de 1669, no qual el-rei D. Pedro II, confirma outro em que D. Manuel, estando tambem em Almeirim, aos 12 de fevereiro de 1514, concedeu muitos privilegios á villa de Alfaiates, do termo de Pinhel, e entre elles o de—*couto de homisiados, intra-muros.*

—

Tambem alli se acha registrado outro alvará, pelo qual sua magestade houve por bem ordenar, em 13 d'outubro de 1674, que nenhum ministro, desembargador, corregedor ou juiz de fóra, sob pena de se lhe dar em culpa na residencia, *possa servir-se das cadeiras da casa da camara ou de qualquer outra cousa d'ella.*

E logo em seguida se vê outro alvará de 13 de setembro do mesmo anno, pelo qual sua magestade ordenou que nenhum juiz de fóra que servir em Pinhel—*possa dar casa de jogo em publico nem particular,* sob pena de ser demittido.

—

E no mesmo livro de registros, a fl. 209 e 210, se acha por copia um alvará de 20 de setembro de 1674, no qual el-rei D. Pedro II, ponderando os crimes que costumavam commetter os estudantes em Coimbra, deitando em seguida as capas pela cabeça, dizendo ser para se abrigarem da chuva, quando o seu fim era *não serem reconhecidos e ficarem seus crimes impunes.*—Manda sua magestade, que pessoa alguma, *seja ou não estudante,* possa trazer capa sobre a cabeça, sob pena de ser degredado por cinco annos *para o Brazil,* sendo nobre, e sendo mecanico será degredado por cinco annos para Angola; e que apenas assim fossem encontrados, seriam uns e outros logo presos *e remettidos para o Limoeiro, e os estudantes perpetuamente riscados e nunca mais admittidos a matricula*; e os meirinhos, alcaides e mais officiaes de justiça, que não cumprissem o disposto acima, sendo proprietarios perderiam os seus officios, e sendo meros serventuarios seriam condemnados em dois annos de degredo na Africa, e ficariam perpetuamente inhabeis para qualquer cargo da republica.

E todo o que fosse encontrado com capa pela cabeça, pagaria tambem cincoenta cruzados para o meirinho ou official que effectuasse a prizão.

Foram pois proscriptas as capas *de capuz,* tão usadas pelos pobres e inoffensivos serranos.

—

Tambem no mesmo livro encontrámos registrado um curioso alvará de 3 de agosto de 1689, confirmando outro de 1641, no qual se prohibia queimar foguetes, rodas, arvores ou quaesquer fogos d'artificio, em festas religiosas ou em quaesquer outras—*sob pena de que as pessoas que os mandassem fazer, ou fizessem, ou queimassem, seriam degradadas para Angola, por* 6 *annos, com baraço e pregão, e pagariam vinte cruzados em dinheiro;* e sendo pessoas de maior qualidade seriam condemnadas simplesmente em dois annos de degredo para Africa, e em duzentos cruzados, metade para os captivos e metade *para o accusador.*

—

Por ser de particular interesse daremos na sua integra o alvará que se encontra a fl. 157 do livro que temos entre mãos:

«Dom Philippe, por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem, e d'alem mar, em Africa, senhor de Guiné, etc. Faço saber a vós licenciado João Pinto Ribeiro juis de fóra da Villa de Pinhel, que vi a carta que me escrevestes de sete do prezente, e os mais papeis, que com ella vinham, sobre a materia da vara do Corregedor da Comarca dessa Villa, que ficou ao juis de fóra da Villa de Trancoso por ordem do dito Corregedor em sua ausencia, como em vossa carta me dais conta, contra a fórma das provisões que sobre isso mandey fazer, hey por bem que sirvaes o dito cargo de Corregedor em quanto durar a ausencia do proprietario delle, e ao juis de fóra da dita Villa de Trancoso mandey escrever que a vos tocava servir o dito cargo, e não a elle. El-rei D. Philippe III o mandou pelo Dezembargo do Paço em 18 de fevereiro de 1625. Por El-Rey ao Ld.º João Pinto Ribeiro, Juis de fora da Villa de Pinhel.»

Vê-se d'este documento que coube a Pinhel a honra de ter por juiz de fóra o immortal patriota, que com tanto atilamento, tanta coragem e tanta felicidade preparou a gloriosissima revolução de 1640, e nos libertou das garras de Castella.

Mal imaginaria Philippe IV, de execranda memoria, que pela chancellaria do seu dezembargo, estava lisongeando quem, passados annos, havia de ser o portuguez que mais concorresse para despedaçar os ferros que nos algemaram.

—

Coube tambem a Pinhel a honra de ter por juiz de fóra, Luiz Contador d'Argote, e foi nomeado por D. Affonso VI estando em Lisboa, a 5 de janeiro de 1663.

Por ser altamente honroso para Pinhel e para o agraciado, daremos textualmente o decreto da nomeação. [1]

«D. Affonso por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné e da Conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.

«Faço saber a vós Juis, Vereadores, procurador, fidalgos, cavalleiros, escudeiros, homens bons, povo da villa de Pinhel, e a quaesquer outras justiças, officiaes, e pessoas, a quem esta minha carta for mostrada, e o conhecimento d'ella pertencer, que havendo respeito á boa informação que tenho das letras e mais partes do Licenciado Luiz Contador d'Argotte, e aver lido no Dezembargo do Paço, e ser aprovado, e por fiar delle que no de que o encarregar me servirá como cumpre a meo serviço, e á boa administração da Justiça, hey por bem de lhe fazer mercé do cargo de Juis de Fora dessa Villa de Pinhel por tempo de tres annos, e alem delles o mais que ouver por bem em quanto lhe não mandar tomar residencia, o qual cargo servirá etc. Dada em Lisboa a 5 de janeiro de 1663. Pero Sanches Farinha a fez escrever.

—

Orgulha-se tambem Pinhel de haver tido por alcaide-mór o celebre João Fernandes Vieira, restaurador de Pernambuco, e heroe do bem conhecido poema *Castrioto Luzitano*, que vendo os hollandezes já senhores de Pernambuco, e bem dispostos a assenhorearem-se da flor das nossas colonias, o Brasil — sacrificando a sua grande fortuna, e jogando a propria vida, levantou o pendão da guerra contra os invasores, e não o abateu sem obrigar o ultimo a fazer-se ao largo. Isto confessa o proprio rei no decreto da nomeação, cujo theor é o seguinte: [1]

«D. João por graça de Deus Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista e navegação, e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que demais doutras mercês com que o mestre de Campo João Fernandes Vieira, fidalgo de minha casa estava respondido de antes por seus serviços noutra ocasião, tendo agora respeito ao particullar vallor com que obrou na restauração de Pernambuco, e ao muito merecimento, que nella fez até serem rendidas as fortalesas daquella capitania com tanta gloria para a nação portuguesa, e por ser benemerito de toda a honra e mercê devida a tão assignalado serviço, hei por bem, e me praz de lhe fazer mercê, alem doutras, que pellos mesmos respeitos lhe fiz, da Alcaydaria Mor de Pinhel, que vagou por fallecimento do Marichal D. Fernando Coutinho...»

A data é de 15 de junho de 1654.

Effectivamente, poucas paginas ha na nossa historia, mais interessantes do que as da restauração de Pernambuco—e poucos vultos superiores ao de João Fernandes Vieira.

—

Por decreto de 29 de janeiro de 1698, el-rei D. Pedro II, attendendo a que na provincia da Beira havia grandes depositos de pão, e se esperava que a colheita pendente fosse abundante, permittiu a exportação de cereaes para Castella, e suspendeu as disposições em contrario.

—

Por ser muito lisongeiro para Pinhel, re-

[1] Archivo da Camara, *L.º de Registros*, fl. 193.

[1] Archivo da Camara—livro de registros, fl. 179.

gistraremos ainda aqui o documento seguinte:

«Senhores D.or Juiz de Fora, Governador, e mais officiaes da Camara de Pinhel, a minha tenção nunca foi, nem podia ser, quebrantar os privilegios a ninguem, quanto mais a huma Villa tam auctorisada, e a quem venero tanto, ainda que não tivera tam grandes privilegios, e só a Justiça desse senado. E por mostrar o gôsto com que desejo agradar-lhe, considero o que me pede, e mando ordem ao Sargento Mayor da Comarqua para que os moradores dessa Villa nom sejão obrigados á guarda da cadeia de Almeida: e do bom animo com que estou para tudo o que tocar a esse Senado, será testemunha o Vereador mais velho, Manuel Saraiva da Fonseca, que trouxe a de Vmc.es, e me deixa muito agrado seu bom termo. D.s Gd.e a Vmc.es mt.os annos. Guarda, 19 de... de 1692.[1] — Visconde de Barbacena.»

Ninguem mais amavel do que o nobre visconde, então general da artilharia, na provincia da Beira.

Contente e satisfeita devia ficar a camara, e nomeadamente o vereador Saraiva da Fonseca; mas bem pouco satisfeito o tal *Sargento Mayor*...

—

A camara actual d'esta cidade é constituida pelos seguintes senhores:

Presidente, o barão do Mogadouro das Freixêdas—Vereadores, João Antonio de Sequeira Seixas, Francisco Antonio de Campos, Sebastião José de Carvalho e Lima, Bernardo de Gusmão Carneiro e Albuquerque, D. Antonio Coutinho de Lencastre, e Antonio Augusto Ramos e Seixas—todos pessoas de merecimento, e das mais independentes e mais consideradas no municipio; e tem por secretario, o sr. Jacinto Antonio dos Santos.

—

Pinhel foi muitos annos julgado pertencente á comarca de Trancoso, mas em 1854, foi elevada á cathegoria de comarca (de 2.a classe) com os julgados de Figueira de Castello Rodrigo, tambem da comarca de Trancoso, e com o de Almeida, que pertencia á comarca do Sabugal.

Era pois Pinhel uma boa comarca, embora de 2.a ordem, mas com o novo arredondamento, feito em 1875, soffreu muito, porque os julgados de Figueira de Castello Rodrigo e Almeida, foram elevados a comarcas, ficando esta reduzida ao concelho de Pinhel unicamente, com as freguezias que já enumerámos.

—

Acaba de montar-se n'esta cidade uma estação telegraphica, mas ainda não funcciona. (Agosto de 1876.)

—

Ha n'este concelho varias minas registradas:—uma em 1873, na freguezia de Cidadêlhe, pelo reverendo Antonio Justiniano de Aguilar.

E' de cobre, e anda em começo de exploração.

Outra na mesma freguezia de Cidadelhe, registrada tambem no anno de 1873, por Francisco de Salles Pires.

E' de substancia resinosa combustivel.

Outra de estanho e outros metaes, registrada em 1873 tambem, por Dionisio Xavier Pereira da Silva, na freguezia do Azêvo.

Outra de estanho, na freguezia de Gouveias, registrada em 1873, por Francisco de Salles Pires.

Outra no limite d'esta cidade, registrada em 1874, por João Taborda de Magalhães.

E' de plombagina (graphite) e carvão de pedra.

E foram finalmente registradas em 1875, por Antonio Lourenço Pires, duas minas de prata, ouro e outros metaes—outra de cobre e outros metaes—e outra de chumbo, em diversos pontos d'este concelho.

—

Apezar de ter sido approvado em 1873, o projecto da construcção de duas linhas ferreas nas provincias da Beira, devendo uma d'ellas abeirar-se de Pinhel e Almeida, e de ter uma empreza particular pedido ao governo, em 1875, auctorisação para construir outra linha ferrea d'Aveiro á Fronteira, pe-

[1] Archivo da Camara—liv. citado, fl. 52 v.

las proximidades de Lamego, Pinhel e Figueira de Castello Rodrigo, mal concebe esta cidade a esperança de ouvir no seculo XIX o silvar das locomotivas, nem mesmo gosará tão cedo os commodos das velhas diligencias, porque, posto passe aqui a estrada real d'Almeida a Lamego e Porto, tanto esta, como todas as outras d'este concelho, são do velho systema, muito estreitas, com declives fortissimos e cheias de barrancos e precipicios; apenas na nova estrada a mac-adam, de Trancoso á Barca d'Alva, se acham construidos cerca de 5 kilometros, nas immediações d'esta cidade, e prestes a concluir-se a nova ponte sobre o rio Pinhel (vulgarmente denominado *Ribeira das Cabras*.)

Estão tambem já feitos n'esta estrada tres lanços — um junto á Figueira de Castello Rodrigo; outro em Escalhão, e outro no seu *terminus*, Barca d'Alva; mas correm tão morosos os trabalhos de construcção, que havendo principiado em 1872, cremos que em 1972 ainda não estará concluida.

Ha tambem no limite d'este concelho e na direcção de Souropires, como amostra de viação municipal, cerca de 2 kilometros, feitos em 1873 a 1874, e anda apenas em estudos ainda, a estrada districtal d'aqui a Guarda!

—

Poucas terras da importancia d'esta estarão hoje em Portugal mais desprovidas de boas estradas; e, apezar de tudo, ha aqui, como por milagre, muita vida, bons proprietarios, muito dinheiro, uma boa casa de assemblea, ricamente mobilada, com bilhares e diversos jogos de vasa; duas feiras annuaes, das melhores da provincia, uma no primeiro dia de maio, e outra, no primeiro de novembro; mercados importantes, um no primeiro dia de cada mez, e outro no 3.º domingo, e todas as semanas tres dias de praça (quartas, quintas e domingos) com maior abundancia de cereaes e diversos artigos de consumo, do que muitos mercados d'outras localidades.

As feiras de anno tomam a praça e toda a cidade, o grande *largo da Feira*, contiguo ao arrabalde; os mercados mensaes são feitos na Praça, mas occupam-a litteralmente e tornam o tranzito difficillimo e altamente incommodo, sendo para desejar que a camara os remova para o largo da feira.

—

Ha aqui bons estabelecimentos commerciaes, sendo dignos de especial menção os de José Maria do Nascimento, na rua Direita—um de fazendas brancas e miudezas, e outro de pannos nacionaes e estrangeiros.

Tem este senhor tambem aqui uma fabrica de aguardentes, e outra de fiação de seda.

Ha na rua Direita, uma loja, bem sortida de fazendas brancas e mercearia, pertencente a José Joaquim do Desterro, e na mesma rua outro grande estabelecimento, só de mercearia, do negociante José Antonio do Desterro; outro tambem de mercearia, e na mesma rua, pertencente á sr.ª Maria das Dores, e outro na mesma rua, de fazendas brancas, de lan, seda, algodão, artigos de modas, e quinquilherias, pertencente á firma Neves & Irmãos.

Teem estes senhores tambem aqui uma fabrica de chapeus, montada em 1875.

Ha na Praça um bom estabelecimento de fazendas brancas e quinquilherias, pertencente a Bernardo Antonio da Silva, e outro, só de mercearia, pertencente a José Furtado Pereira.

Merecem tambem especial menção o estobelecimento de fazendas brancas, quinquilherias, sola e ferro, de José Antonio dos Santos, na rua dos Cobertos, e na mesma rua outro, só de mercearia, propriedade de Manuel Lourenço; ainda na rua Direita o estabelecimento de ferragens de Antonio Diogo Simão; no Cimo da Fonte, outro de ferragens, de Daniel Mendes; outro de chapeus, de José Correia; outro de José Bonifacio, com o mesmo artigo; outro de pannos, pertencente a Antonio Murão, no Largo Novo; outro de Ayres dos Reis, com o mesmo genero, no Largo da Estalagem; outro tambem de panos, de José Flauzino de Almeida Campos, na rua de Baixo; outro tambem de pannos, de Cezar Augusto dos Reis, no Largo do Paço; uma fabrica de sabão, na rua de

S. Salvador, propriedade de D. Christoban Anaya, e outra de aguardente, propriedade de João Antonio de Sequeira e Seixas.

—

Teem aqui agencias os seguintes bancos:
Banco Commercial de Vianna.
Banco Commercial de Lisboa.
Banco Agricola e Commercial de Ponte do Lima.
Banco do Alemtejo.
Banco Commercial de Guimarães.
Banco da Covilhan.
Banco de Chaves.
Banco Nacional Insulano.
Banco de Braga.
Companhia Transatlantica da Mala Real Ingleza.

—

Já que fallei do commercio e industria d'esta cidade, forçoso é que mencione o fabrico das meias de lan, notavel especialidade de Pinhel, desde tempo immemorial.

Fabricam-se n'este concelho, e em parte dos concelhos limitrophes; mas Pinhel foi sempre a praça d'este artigo, que d'aqui vai em grande escala para o Porto e outras terras de Portugal, representando alguns contos de réis.

Alem das meias ordinarias, fazem-se aqui, por encommenda, meias de lan, finissimas, realmente superiores.

Confundem-se com a melhor casimira.

—

Uma das coisas mais interessantes, que se encontra em Pinhel é a velha estrada de Castello Rodrigo, desde Pinhel ao Côa, na extensão aproximada de 5 kilometros. São varios lanços, mais ou menos arruinados, mas ainda dignos de ver-se, e que bem provam que aquella estrada foi uma das mais luxuosas do nosso paiz, em tempos que passaram.

Não ha na localidade memoria da sua construcção, mas supposmos que remonta ao governo do marquez de Pombal, ou de D. Maria I.

Madia 3 a 4 metros de largura, e era toda formada de pequenos seixos durissimos, caprichosamente divididos por fiadas parallelas e longitudinaes de seixos brancos.

Apezar de ter declives fortes, offerece ainda, de longe em longe, curiosos especimens d'alguns metros em bom estado, principalmente do rio Pinhel ao Côa.

A mesma ponte que ha n'esta estrada sobre o Côa, foi muito notavel.

E' de bom granito, bem lavrado, bastante extensa, elegante e ainda muito solida, com 5 arcos, grandes, eguaes, e nos vãos intermedios d'estes, 2 arcos mais pequenos.

Tem 100 metros de comprimento, 3 metros e meio de largura, e 14 de altura no centro.

Foi esta ponte cortada pelos francezes em 1810, e reformada em 1817, como se vê de uma lapide collocada sobre a parte reedificada, com a inscripção seguinte:

«ANNO DE 1817»
«POR PROVISÃO DE SUA MAGESTADE, CONTRIBUINDO OS POVOS DAS TRES COMARCAS, DE PINHEL, TRANCOSO E GUARDA, E DEBAIXO DA INSPECÇÃO DO CORREGEDOR D'ESTA COMARCA DE PINHEL, ANTONIO JULIO DE FRIAS PIMENTEL E ABREU, SE REPARARAM AS RUINAS D'ESTA PONTE, DESTRUIDA PELOS FRANCEZES NO CALAMITOSO ANNO DE 1810.»

Vê-se tambem sobre o Côa, na estrada militar d'Almeida a Pinhel, outra bonita ponte, mas muito menos extensa do que aquella.

E' de granito, e tem 3 arcos, dois dos quaes (os do poente) foram tambem demolidos por occasião da guerra peninsular, e restaurados por ordem d'el-rei D. João VI, em 1825, o que muito claramente diz a inscripção seguinte, gravada em uma lapide que se eleva sobre a guarda da dita ponte, á esquerda, e sobre o primeiro arco, indo de Pinhel.

«AUGUSTISSIMI JOANNIS VI MAGNANIMI, AC LONGE CLEMENTISSIMI, ET HUMANISSIMI LUSITANIAE, BRASILIAE, ALGARBIORUMQUE REGIS PRAECEPTO, DIE MAII 26 ANNO 1824, EDITO, PUBLICAM AD UTILITATEM HUJUS OPERIS RENOVAMEN INSEPTUM FUIT, TANDEM ATQUE CONFECTUM ANNO 1825.»

Em vulgar é o seguinte:

«Por portaria de 26 de maio de 1824, do muito augusto senhor D. João VI, clementissimo e humanissimo Rei de Portugal, Brazil e Algarves, foi, para publica utilidade, principiada e acabada a restauração d'esta ponte no anno de 1825.»

—

Ha ainda n'esta estrada militar d'Almeida a Pinhel, mais duas boas pontes de granito; uma entre o Côa e Valverde, e outra, com 5 arcos, sobre á ribeira das Cabras, a pequena distancia de Pinhel. [1]

—

Tem esta cidade actualmente 11 fontes publicas, d'agua potavel, com os seguintes nomes:

Fonte Nova, com bica e tanque, no caminho de Souropires.

Fonte de Marrocos, com bica e tanque.

Chafariz da Moreira, com bica e tanque.

Chafariz do Passareiro, com bica e tanque.

Chafariz das Monas, com duas bicas e tanque, junto á ponte d'Almeida.

Chafariz do Pesqueiro, com bica e tanque, na estrada que vai para Castello Rodrigo.

Fonte do Coche, a 3 kilometros de distancia, no caminho d'Almeida, com excellente agua em grande profusão.

Mesmo nos annos mais calmosos, em que seccam a maior parte das outras fontes, como aconteceu n'este ultimo anno (1875) conserva-se esta sempre pujante, e é a que abastece a cidade.

Ha ainda aqui a fonte do Passeio, com bica e tanque, feita em 1865, para aproveitar a agua da cerca das freiras; e a fonte do Bispo no arrabalde, com um grande vaso de cantaria, coberto de abobada, e um chafariz.

E' esta a que tem melhor obra d'arte, e foi a sua agua, desde tempos remotos, considerada como antidoto contra a formação de pedras na bexiga.

Ha aqui finalmente um chafariz com bica e tanque, proximo d'aquella fonte, em plano um pouco superior, e tem a inscripção seguinte:

ANNO MDCC 94 (sic)
DECUR OMNIBUS
CABRAL MELO, CORR.
HUNC JUSSIT FONTEM POPULO
MANARE

E do Tombo d'esta cidade, existente no archivo da camara, consta que houve aqui mais 4 fontes publicas:

Uma de cantaria e marco, á entrada da rua direita, com vasão para a fonte do Bispo.

Outra tambem de cantaria, mettida na parede da horta que foi dos herdeiros do alcaide-mór, Bernardo da Costa Fagundes, indo para o chafariz da Moreira.

Outra mettida em um chão, que foi de Marianna da Trindade, viuva de Ventura José, no caminho que vae para a capella de Nossa Senhora da Torre, por cima do chafariz do Passareiro.

E um chafariz no campo da feira, junto á capella do Espirito Santo.

Convento de freiras da ordem de S. Francisco, em Pinhel

Houve n'esta cidade, ainda então villa, um homem notavel pela sua fortuna, illustração e virtudes, e pela alta posição social a que se elevou, no segundo quartel do seculo XVI e principios do seculo XVII.

Chamava-se Luiz de Figueiredo Falcão, e nascera em 1549, nas suas casas do Arrabalde, onde, depois de casado, fundou o convento de freiras franciscanas.

Philippe II o nomeou seu secretario d'es-

[1] Ha n'esta ribeira mais duas boas pontes de granito, uma denominada *dos Lagares*, na velha estrada de Castello Rodrigo, com 2 grandes arcos; outra na estrada nova a macadam para a Barca d'Alva, feita em substituição d'aquella.

Tem 3 olhaes d'arco abatido.

Esta estrada demanda uma nova ponte sobre o Côa, porque o traçado se desvia da grande ponte que acima descrevemos.

Na ribeira *da Pêga*, ao poente de Pinhel, ha apenas alguns pontões, tendo o mais importante um pequeno arco, na estrada da Guarda.

tado em Portugal, e escrivão da casa da India em 1586; depois elevou-o a ministro da fazenda e lhe deu o habito de Christo; fel-o em seguida fidalgo cavalleiro; em 1604 foi elevado por Philippe III, a fidalgo da casa real, com moradia; em 14 d'agosto de 1607, obteve a commenda de S. Martinho de Guilhabreu, da ordem de Christo, no bispado do Porto; e em 15 de maio de 1608, a de S. Salvador de Villa Pouca d'Aguiar, da mesma ordem de Christo.

Casou com D. Maria de Quinhones, filha de D. Leonor de Quinhones, dama da princeza D. Joanna, mãe do nosso desditoso rei D. Sebastião.

Vendo-se já em avançada edade e sem esperanças de successão, resolveu fundar um convento, nas proprias casas em que nascêra e residira.

Vindo a Lisboa o geral da ordem de S. Francisco, frei Boaventura de Calatagyrona, em 1596, presidir a uma congregação da provincia de Portugal, e achando-se por essa occasião alli tambem Luiz de Figueiredo, communicou-lhe o seu designio, e o geral, com previa annuencia do prelado de Viseu, dirigiu em nome do fundador, a petição ao papa Clemente VIII, com as seguintes clausulas:

Que elle fundador e seus successores, seriam sepultados na capella-mór da egreja do mosteiro, e teriam n'ella assento;

Que poderiam gravar suas armas em todas as paredes do edificio;

Que a irman do fundador, religiosa professa no convento da Guarda, seria abbadeça vitalicia do novo convento;

Que n'elle não poderiam entrar educandas nem freiras d'outra ordem, nem haver mais do que 33 religiosas, as quaes professariam a regra de S. Francisco, conforme os estylos da Observancia, ou a de Santa Clara;

Que, aberto o mosteiro, elle instituidor proveria 10 logares com pessoas da sua escolha, e os seus successores poderiam perpetuamente prover dois;

Que nenhuma freira podesse entrar para o novo convento sem a tença de 20$000 rs. em dinheiro, ou medidas equivalentes;

Que a communidade daria ás religiosas, casa, sustento, vestidos, remedios, etc., e que por isso nenhuma poderia ter bens alguns proprios, nem mesmo guardar o que lhe dessem seus parentes, ou o que ellas adquirissem com o seu trabalho, mas que tudo seria da communidade;

Que não poderiam as religiosas fallar com pessoa alguma do seculo, exceptuando unicamente mulheres e parentes até ao 2.º grau;

E que elle fundador, além dos edificios e fabrica, consignava ao mosteiro 100$000 rs. de renda annual e 10 moios de pão, que importavam em outros 100$000 réis.

Queria o fundador que o convento ficasse sugeito á ordem de S. Francisco; mas o papa, pela bulla *Volumus et statuimus*, mandou que ficasse sugeito ao bispo.

Quando se abriam os alicerces do novo mosteiro, em seguida á casa do fundador, encontraram-se sepulturas e ossadas, o que levou a crer o que a tradição dizia — que n'aquelle local houvera, com a invocação de Santa Maria Magdalena, um templo, que os arabes destruiram na invasão da Peninsula, arrazando egualmente todas as outras egrejas que ao tempo existiam em Pinhel, exceptuando unicamente uma — a do Salvador, a qual pouparam, a pedido e instancias de um christão de grande prestigio, que então aqui morava.

Por este motivo, dedicou o fundador um dos altares lateraes da egreja, a Santa Maria Magdalena, e outro a S. Luiz, bispo de Tolosa, que escolheu para patrono, por ser o santo do seu nome e da sua particular devoção.

Eram ainda muito acanhadas as proporções do convento, quando o fundador o mandou cingir de muros e o deu por concluido, retirando-se para Valhadolid, onde se achava então o conselho de Portugal; e vindo o bispo de Viseu, D. João de Bragança, visitar o convento, e vêr se estava apto para receber as religiosas, achou-o tão humilde que se oppoz á inauguração, e instou com o fundador para que lhe desse as proporções e commodidades precisas; mas o fundador desculpou-se, como entendeu, e nada mais fez. Instou o prelado uma e mais vezes, e como outras tantas se desculpasse o fundador, o

bispo lhe escreveu, dizendo que declinava de si a obediencia que, segundo a lettra da bulla de S. Santidade, lhe devia o mosteiro, e que podia entregal-o a outro prelado; e logo o fundador, muito satisfeito, respondeu — *que o entregasse ao provincial da ordem de S. Francisco.* O prelado annuiu; e foi mandado a Valhadolid, como procurador da dita ordem na provincia de Portugal, fr. Pedro da Trindade, guardião do convento da Guarda, ao qual o fundador entregou o novo mosteiro, por escriptura, com data de 25 de setembro de 1602, e entraram para elle as primeiras religiosas, a 27 d'outubro do mesmo anno, dia de S. Simão e S. Judas.

O bispo de Viseu, julgando-se desconsiderado por não lhe darem parte da entrada das religiosas, quiz obrigal-as a voltar para o convento da Guarda, donde tinham vindo, e como ellas se recusassem, declarou o novo mosteiro interdicto, e se ausentou para Extremoz, no Alemtejo. Ahi o foi procurar o fundador, e por accordo escripto, este se obrigou de novo à fazer as officinas necessarias para no convento poderem viver 33 religiosas, como promettera na supplica dirigida a S. Santidade. O bispo logo levantou as censuras, e o fundador cumpriu o estipulado, ficando o novo mosteiro em magnificas condições.

As primeiras freiras que habitaram este convento, vieram da Guarda, e foram, além da irman do fundador, que devia ser abbadessa vitalicia, sóror Antonia da Annunciação, e sóror Luiza do Espirito Santo—aquella com o titulo de vigaria, e esta com o titulo de mestra, pois era muito illustrada e sabia perfeitamente o latim. A estas se uniram em breve tres noviças, das quaes uma —soror Maria das Chagas—era sobrinha do fundador, e outra—soror Domingas da Piedade — era natural d'Aguiar da Beira.

Logo nos primeiros annos, surgiram questões com a abbadessa, e, posto que esta devia ser vitalicia, as freiras elegeram outra (sóror Guiomar dos Reis) e a irman do fundador voltou para o convento da Guarda, onde foi abbadessa de muito merecimento; e, para reformarem este convento de Pinhel, chamou o padre provincial duas freiras do convento de Vinhó; deu a uma o cargo de mestra de noviças, e a outra o de vigaria, e fez eleger abbadessa, soror Maria do Presepio, do convento de Trancoso, freira de assignalada virtude, que restaurou a disciplina da casa.

As eleições d'abbadessa eram triennaes, dando ás abbadessas eleitas, o titulo de *presidente*, emquanto viveu a irman do fundador, para cohonestarem a infracção do seu instituto.

Já em 1639 habitavam este convento 33 freiras, e com o tempo aquelle numero augmentou.

Produziu este mosteiro freiras de grande virtude, nomeadamente sóror Anna da Trindade, natural d'Almeida, fallecida em 1 de julho de 1633—sóror Anna da Encarnação, natural de Pinhel, fallecida em 9 d'abril de 1629 — e sóror Leonor do Espirito Santo, tambem de Pinhel, fallecida em 2 de julho de 1641.

Houve n'este convento muitas reliquias, dadas pelo fundador—e grande parte dos corpos de seis santos—S. Cayo, papa e martyr—S. Marcello, tambem papa e martyr—S. Sixto e S. Vital, martyres—e Santa Christina e Santa Theodora, virgens e martyres. Foram estas reliquias dadas pelo arcediago Heitor de Sella Falcão, e estavam mettidas em um grande armario dourado, com 18 gavetas em 3 fileiras de 6, e com vidros para poderem ser vistas e veneradas pelos fieis.

Fundado já o convento, teve Luiz de Figueiredo Falcão, do seu consorcio com D. Maria de Quinhones, um unico filho—Antonio Heitor de Figueiredo, seu legitimo successor, mas falleceu aos 22 annos de edade, em Braga, e solteiro, cujo cadaver foi trasladado para este convento, bem como o de seu pae; e, fallecendo D. Maria de Quinhones, em 24 de julho de 1621, fez Luiz de Figueiredo o seu testamento, em 13 de novembro do mesmo anno, e n'elle instituiu ainda na egreja do seu mosteiro, seis capellães—um com o titulo de capellão-mór, com 80$000 réis de ordenado e a condição de ser theologo—outro com a obrigação de ensinar gratuitamente grammatica latina, e vencendo 60$000 réis

annuaes—outro com a obrigação de ser organista do convento, e de ensinar musica ás freiras, e a quem mais a quizesse aprender —dos 3 restantes, um seria sachristão e outro procurador do convento, vencendo cada um, 40$000 réis—e todos seis seriam obrigados a rezar em côro os officios divinos na egreja do convento.

Mais instituiu 12 *mercieyros* — 6 homens e 6 mulheres, com a obrigação de assistirem á reza dos capellães na egreja. Destinou ainda 40$000, rs. para se conservarem constantemente accesas 3 alampadas na capella-mór do convento, e dispoz por ultimo, que, satisfeitos aquelles ordenados, fosse para o sustento das freiras, o que sobrasse das rendas, por elle dadas ao mosteiro — rendas que ha muito se evaporaram, desapparecendo, poucos annos depois do fallecimento do instituidor, as que deviam garantir perpetuamente o cumprimento d'aquelle importante legado, pois por morte de Heitor Antonio de Figueiredo, filho unico de Luiz de Figueiredo, ficou devoluta ao mosteiro a administração d'aquelles fundos, e o *muito escrupuloso e honrado* Diogo Soares, secretario do *não menos escrupuloso, nem menos honrado* Philippe III, os empolgou, allegando que as ordenações do reino não permittiam ao convento administral-os!...

—

Contrastava o tal sr. secretario Diogo Soares, com o nosso Luiz de Figueiredo Falcão, um dos ministros mais dignos que couberam a Portugal, durante a execranda occupação philippina — e mesmo antes e depois d'ella poucos se lhe avantajariam em honra, dignidade e probidade, illustração e zêlo pelo bem publico. Póde affoitamente dizer-se que foi a muitos respeitos, um ministro modêlo.

Não cessava de advertir os seus serviçaes, que nada recebessem das partes a titulo de gratificação, e, porque notou certo dia que um criado acceitára de um pretendente uma pequena somma, obrigou-o a restituil-a immediatamente, reprehendeu-o com severidade, e logo o despediu.

Estando com o conselho de Portugal, em Valhadolid, disse-lhe um amigo, que havia feito voto de dar para um convento duzentos mil réis, e que por isso lh'os offerecia, para o convento que Luiz de Figueiredo tratava de fundar; mas desconfiando elle do desinteresse do offerente, não acceitou o donativo, sem que o tal senhor declarasse por escripto com juramento, que não tinha pretenção alguma dependente da sua secretaria, e sem que désse d'isto mesmo noticia ao rei, e este o auctorisasse.

Encontrando um dia, entre outros papeis, um requerimento, já retardado, de certo pretendente pobre, tratou logo de o deferir como era de justiça; chamou o pretendente, pediu-lhe desculpa da demora, instou para que lhe dissesse quanto gastava por dia na côrte, deu-lhe a somma correspondente aos dias que alli passára, esperando o despacho, e diante d'elle reprehendeu o official da secretaria encarregado do expediente, e que fôra causa da demora, recommendando-lhe todo o cuidado em aviar as partes.

Era dotado de tal independencia e tão nobre isenção, que pedindo-lhe um dia o conde de Salinas, vice rei de Portugal, a sua opinião relativamente ao melhor modo de organisar as finanças, respondeu-lhe: que o negocio havia muito fôra resolvido na junta, a que elle assistira, sob a presidencia do conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, *mas que os conselheiros tudo faziam ao contrario, porque o seu unico intento era destruir e aniquilar Portugal.*

Era tal a sua honestidade, que nem acceitou certos mimos, que, como simples lembrança, um dia lhe mandou da ilha da Madeira o bispo do Funchal, tambem Luiz de Figueiredo, seu parente proximo.

Sinceramente religioso e muito caritativo, dava avultadas esmolas aos pobres, viuvas e religiosos mendicantes, confessava-se e commungava repetidas vezes, obrigava os seus domesticos a confessarem-se todos os mezes; todos os dias costumava ouvir de joelhos e com grande devoção cinco missas, que mandava celebrar por sua intenção, e outras muitas, encontrando-se no seu livro d'assentos, quando falleceu, nota de haver feito celebrar *vinte e duas mil missas*, e por

isso no seu testamento apenas determinou que no dia em que fallecesse se dissessem *tresentas!*

E era tal o seu zelo pelos negocios a seu cargo, que compoz seis livros:

O 1.º continha uma descripção circumstanciada de todas as rendas de Portugal, commendas, almoxarifados, etc., e dos gastos que el-rei fazia d'ellas, em esmolas, tenças, milicia, etc.

O 2.º comprehendia todos os contratos ultramarinos.

O 3.º tratava tambem só de negocios da India, e d'elle se via quantas embarcações lá foram, mandadas de Portugal, desde o seu descobrimento, o custo das armações e das viagens, lucros e perdas das differentes expedições, etc.—que vice reis, governadores, capitães e pilotos tivemos n'aquelles estados, e qual o seu rendimento.

Estes livros, offereceu-os Luiz de Figueiredo a Philippe II, quando veiu a Portugal; e as copias de dois que se encontraram por seu fallecimento, offereceu-os o reverendo frei Luiz da Natividade, religioso franciscano, e sobrinho do auctor, a el-rei D. João IV—e ainda outro livro que Luiz de Figueiredo compoz, e que era uma curiosa descripção de todos as fortalezas maritimas de Portugal.

Foram pois seis os livros que escreveu Luiz de Figueiredo Falcão, como diz frei Francisco da Soledade na *Historia seraphica da ordem de S. Francisco*, fallando do convento de S. Luiz de Pinhel (tomo 5.º, pag. 278 e seg.) mas Innocencio Francisco da Silva, no seu interessante diccionario bibliographico, menciona apenas um—*Descripção das rendas de Portugal, commendas, almoxarifados, etc.*, e tambem só vimos este na bibliotheca municipal do Porto, quando procuramos as obras de Luiz de Figueiredo Falcão.

Talvez que nenhum dos outros cinco fosse até hoje impresso.

Aos oitenta e dois annos de edade falleceu em Lisboa, Luiz de Figueiredo, no dia 13 de janeiro de 1631.

Foi o seu cadaver depositado no convento de S. Francisco e d'ali trasladado para a egreja do seu mosteiro de Pinhel, em cuja sepultura se gravou este epitaphio:

«*Aqui jaz Luiz de Figueiredo Falcão, Fidalgo da Casa de El-Rey N. Senhor: que foy Secretario del Rey Filipe III. Filho de Heitor de Sela Falcão, & de Joanna de Figueiredo, cuja foy a casa em que o dito Luiz de Figueiredo fundou, & dotou este Mosteyro, á sua propria custa, & sem ajuda de ninguem. Deyxou o seu, & não levou o alheyo. Pede huma Ave Maria pela sua alma. Fal. no anno de 1631.*»

Esta inscripção se vê ainda hoje (1876) gravada na frente de uma caixa ossuaria de granito, collocada em uma especie de nicho, na capella-mór da egreja do dito mosteiro (hoje restaurada) do lado do evangelho, e na parede fronteira está outra caixa ossuaria identica, com a inscripção seguinte:

«*Aqui jaz Heitor Antonio de Figueiredo Falcão, filho unico de Luiz de Figueiredo Falcão e D. Maria de Quinhones sua mulher: Commendador 2 igrãs.* (de duas egrejas ou commendas) *de Christo. Falleceu no anno de Christo de 1633.*

N'esta egreja ha ainda outra sepultura com uma inscripção que reza assim:

«*Aqui jaz Heitor de Cella Falcão, filho de Antonio de Cella Falcão e de Margarida Leite da Fonseca sua mulher. Falleceo no anno de 1640. Esta obra fez Francisco Tavares da Fonseca, administrador d'esta capella, por S. M. D. João IV. 1647.*»

—

O convento de freiras [1] tinha a fórma de um esquadro, e no vertice do angulo, um torreão de 3 andares, que servia de mirante, e hoje serve de cadeia.

[1] Por ordem do governo foi este convento despejado em 1836, por se acharem exhaustos os seus rendimentos, e ter apenas 3 freiras, das quaes foram duas para o convento de Trancoso, e uma para Coimbra.

A parte que corria do mirante até á egreja, com a frente para a praça, foi demolida, e do chão que occupava e da cêrca, se fez o actual passeio publico; a outra parte que seguia do mirante ao longo da rua, ainda hoje chamada *rua do Convento*, foi restaurada e n'ella se acham diversas repartições publicas —o tribunal, a conservatoria, a administração do concelho, a repartição de fazenda e o theatro—a egreja foi arvorada em parochial, accrescentando-se em comprimento, e construindo-se ao lado d'ella uma torre, em 1862.

N'esta egreja se diz a missa conventual, mas conserva-se ainda o Santissimo na velha matriz de Nossa Senhora do Castello, intra-muros, templo que revela grande antiguidade e se julga anterior á fundação da nossa monarchia.

Tem 30 metros de comprimento e 10 de largura, a capella-mór é toda revestida de talha dourada, o tecto é apainelado, e tem 14 pinturas a oleo, representando os principaes factos da vida da Virgem Maria.

Alem das custosas decorações da capella-mór, o que ha de mais notavel n'este templo é o tumulo do abbade Antonio Velloso d'Amaral, com uma inscripção do theor seguinte:

«*Esta capella mandou fazer o Doutor Antonio Velloso d'Amaral, Abbade desta egreja, Protonotario Apostolico, e Deputado do Santo Officio, para sua sepultura e de seus herdeiros.*»

E na sepultura, propriamente dita, se lê o seguinte:

«*Obiit 2 Die mensis Xbris Anno Domini 1622.*»

O fundador dotou esta capella com avultado rendimento, para suffragios, missas e alampada permanente, mas já tudo se *perdeu*.

Ha no archivo parochial d'esta egreja um livro d'obitos curioso (é o mais antigo) numerado e rubricado pelo dito abbade Antonio Velloso do Amaral, que era ao tempo provisor e vigario geral do bispado de Viseu.

Tem a data de 1598, e n'elle se vê uma nota escripta pelo dito abbade, em que declara que n'aquelle mesmo anno de 1598 tomára posse d'esta egreja.

Em seguida se lê o seguinte:

«Por fallecimento do Doutor Antonio Velloso d'Amaral, que foi Abbade d'esta egreja de Santa Maria do Castello 24 annos, succedeu por Abbade na mesma egreja o Dr. Manuel da Veiga Viçoso, e não esteve por Abbade mais d'anno e meio. E logo renunciou no Reverendo Antonio Martins que foi n'ella Abbade 8 annos. E por sua morte lhe succedi eu o Reverendo Simão d'Almeida, e fui apresentado pelo Bispo (de Vizeu) D. Fr. Bernardino de Sena, e collado por Roma, por vagar no mez do Papa, e tomei posse aos 4 dias do mez de... de 1633 annos. E por verdade fiz esta lembrança, hoje 6 do mez de Janeiro de 1634. O Reverendo, Simão de Almeida.»

A fl. 27 do dito livro se acha o assento do baptismo de Hamet, turco, couteiro do abbade Velloso d'Amaral, que declara ter-lhe sido dado pelo bispo do Algarve, inquizidor-mór do reino.

Poz-lhe o nome de Manuel, e foram padrinhos o marechal D. Fernando e D. Alvaro, seu filho.

Declara mais que teria de idade 22 annos, que seu pae era inglez e renegára, que depois de ser turco se chamou *Hamet-bem-Sahut*, e que sua mãe era natural de Argel e se chamava *Xebsaf-Axa*.

Foi o baptismo ministrado pelo dito abbade Antonio Velloso, no dia 6 de novembro de 1616.

E a fl. 203 v., do mesmo livro, se encontra o seguinte:

«Faleceo o Marechal Don Fernando Coutinho, freguez desta Igreja, sexta fr.ª, a seis oras da tarde, vinte dias do mes de Junho da era de 1636 e no sabbado seguinte ás sete oras da tarde foi sepultado na casa da mizericordia desta villa, fez testamento, deixou por seu testamenteiro ao duque de Vil-

la Viçosa (*duque de Bragança.*) Manda em seu testamento que seus ossos sejão levados a Lisboa á sepultura de seus antepassados. Em fé de verdade fis este assento hoje ut supra 20 dias de Junho. O Abbade Simão d'Almeida.» [1]

Na igreja da Misericordia d'esta cidade, se nota ainda a sepultura do celebre marechal D. Fernando Coutinho, com uma inscripção que já não pode ler-se, e 4 escudos, tendo o do lado da cabeça uma arvore —o do lado dos pés uma estrella—o do lado esquerdo uma meia lua—e o do lado direito um leão rompente.

Ha ainda n'esta egreja outras muitas sepulturas, com inscripções, quasi todas dos seculos XVII e XVIII, grande parte das quaes se acham gastas, por ser este o templo de Pinhel mais concorrido pelos fieis, pois alem de ser o mais central, aqui se celebram, como já disse, grande numero de missas todos os dias.

D'aquellas inscripções diz uma:

«*S.ª de Pedro Monteiro do Amaral e de seus herdeiros.*»

Outra:

«*Sepultura de... e de sua mulher Paulina da Fonsequa.*»

Outra:

«*Sepultura de Fernandes Cerveira e de sua molher Isabel Dias.*»

Outra:

«*S.ª do Sargento-Mór J... e de sua mulher, feita no anno de 1666.*»

Este templo é muito antigo, posto se ignore a data da sua fundação, bem como a da instituição d'esta Misericordia. [2]

A porta da entrada é ogival e tem lavores com rendilhados e conchas; e sobre esta porta estão as armas reaes portuguezas, e por baixo das armas a data 1808.

E ainda na frente d'esta egreja, ao lado direito, se vê um escudo, encimado por uma coroa, com a inscripção seguinte:

«*Renasceo Timbre Augusto d'hum legitimo Principe* [1] *1808*......................»

Por alvará de 18 de outubro de 1806 foi renovado o compromisso d'esta casa de Misericordia, e posto em harmonia com o da Santa Casa de Lisboa, erecta em 1498, da qual esta é filial; e a esta renovação se referem por certo as inscripções do frontispicio da egreja.

Os francezes, por occasião da guerra peninsular, a espoliaram, roubando inclusivamente o proprio cartorio, onde havia documentos importantes para a historia d'este estabelecimento de caridade.

Hoje terá de rendimento aproximadamente 400$000 réis, em foros, inscripções e juros de capital mutuado, e os seus encargos principaes são: o fazer celebrar um anniversario no dia 2 de novembro, mandar dizer 3 missas semanaes pelos irmãos vivos e defunctos, distribuir certas esmolas em dias determinados, e receber e tratar os pobres no seu hospital; mas, infelizmente, este é muito pequeno, e a exiguidade dos fundos apenas lhe permitte actualmente receber ao mesmo tempo dois ou tres, e isto ha cerca de um anno, porque até ahi, se limitava a dar lhes subsidio para se tratarem nas suas casas, ou para se transportarem aos hospitaes da Guarda, Viseu ou Lamego.

Tem tido esta Santa Casa diversos bemfeitores, e entre elles merecem especial menção D. Diniz, bispo de Viseu, que lhe deixou um legado para subsidiar as amas de creanças pobres, a quem faltem as mães.

O padre Placiano Lopes, que lhe deixou

[1] Foi este o ultimo marechal do reino que residiu n'esta villa. Tinham casas proprias, de que já nem vestigios existem, dentro do castello.

[2] No *Diccionario de educação e ensino*, traduzido por sr. Camillo Castello Branco se diz que o fundador d'esta Misericordia fôra o doutor João Videira, natural d'esta cidade.

[1] A linha final não póde ler-se.

um legado importante, para esmolas geraes de pão cosido, em dia de Natal.

O padre Ponciano d'Albuquerque, que lhe deixou varios legados.

No testamento d'este padre ha uma disposição interessante.

Deixou um valioso legado a um tal Manuel Nunes, para patrimonio de um seu filho, e quando não tivesse senão filhas seria dado em dote á mais velha, com a clausula de que não havia de casar em Escalhão, aliás passaria o legado para esta Misericordia.

O penultimo bemfeitor d'esta casa, foi o sr. barão de Castello de Paiva, e o ultimo foi o sr. dr. Joaquim Bernardo Soares, de Celorico da Beira, que exerceu aqui os cargos de delegado e juiz de direito.

Doou a esta Misericordia dois contos de réis.

—

Na egreja da Misericordia se erigiu uma irmandade do Santissimo Sacramento, em epocas remotas (talvez a primeira irmandade do Santissimo que houve em Pinhel) e d'esta egreja se administrou, por muito tempo, o Viatico a toda a villa.

—

Houve tambem aqui, no Arrabalde, alguns metros á direita do paço episcopal, e ao S. do caminho d'Almeida, um convento de frades capuchos.

Foram inauguradas as obras da sua construção dia de Santo Estevão, no anno de 1731, e collocou a primeira pedra da egreja o arcediago de Villa Nova da Cerveira, Francisco Fagundes Lopes. [1]

Por medida geral, foi este convento extincto com todos os outros conventos de frades que havia em Portugal, no anno de 1834 e annos depois foi posto em hasta publica e comprado pelo doutor Antonio de Sequeira e Seixas, que demoliu parte do edificio, conservando porém a egreja que ainda existe intacta, e é um templo regular e muito decente, com a invocação de Santo Antonio, padroeiro do convento.

N'esta egreja se celebra missa todos os domingos e dias sanctificados ás onze horas.

Este convento e cêrca são hoje propriedade dos filhos do dito Antonio de Sequeira e Seixas.

—

Ha n'esta cidade hoje apenas uma capella publica—de Nossa Senhora da Torre—cuja padroeira se venera a 15 d'agosto; mas, em épocas remotas, houve aqui outra de Nossa Senhora da Consolação, junto ao campo de Santo Antonio, e com a porta principal voltada para o meio dia. A imagem da Senhora hia todos os annos na procissão do Corpo de Deus, acompanhada dos officiaes da camara, estandarte e bandeira, e das differentes auctoridades da villa, que, depois de recolher a procissão, hiam acompanhar a imagem da Senhora até á sua capellinha. E era esta do povo, e administrada pela camara.

Houve no campo, á entrada d'esta cidade, outra capella com a invocação do Espirito Santo.

Era tambem do povo, *e isenta da jurisdição parochial de todas as freguezias de Pinhel.*

Houve no campo d'esta cidade outra capella, com a invocação de Santo Antonio.

Era do povo, e ficou dentro da cêrca dos frades, quando edificaram o convento junto d'ella.

Houve tambem aqui outra capella do povo, com a invocação de Nossa Senhora do Amparo, e junto d'ella um hospital com sua enfermaria, e o deão da Guarda, Manuel Falcão, comprou uma casa contigua, e a deu de esmola ao dito hospital.

Houve aqui ainda outra capella do povo, cujo orago era S. João. Achando-se profanada e em ruinas, foi convertida em matadouro e açougue.

O tombo antigo da camara d'esta cidade, diz que—*a casa da carniçaria publica, chamada a casa do assougue*—era no sitio denominado *Forno das Quelhas,* e pegada ao mesmo forno.

[1] Em um dos livros de registros da camara d'esta cidade (a fl. 209 e v.) se acha por copia o alvará pelo qual sua magestade permittiu a erecção d'este convento.

E' datado de Lisboa Occidental, aos 16 de fevereiro de 1727.

Do mesmo tombo consta, que a antiga cadeia de Pinhel esteve *intra muros*, junto á Porta da villa, entrando — á direita — e que era o parocho da freguezia de S. Martinho quem ministrava os sacramentos aos presos, por estar a cadeia na circumscripção da dita parochia — e, defronte da antiga cadeia, aproximadamente no local onde esteve a velha torre do relogio, ha uma loja ou casa terrea, que já foi capella de merecimento, mas capella particular. É a primeira casa da rua de Santa Rita, entrando—á esquerda.

Tem sobre a porta principal as armas do fundador, e sobre outra porta que dá para a mencionada rua, uma inscripção do theor seguinte:

«*Esta capella mandou fazer o doutor Manuel Falcão, deão da Sé da cidade da Guarda, filho de Pedro de Mendonça Coutinho e de Leonor de Proença Falcão, naturaes d'esta villa de Pinhel, a qual dotou com a obrigação de 150 missas cada anno, para sempre... na era de 1640.*»

—

Para que saibam os vindouros quaes eram n'este anno do Senhor (1876) os primeiros proprietarios d'este concelho de Pinhel, aqui damos a lista dos 40 maiores contribuintes:

D'esta cidade, 20 — Alexandre Metello de Napoles e Lemos, Antonio de Noronha Castello Branco e Avilez, Ladislau Abranches Freire de Figueiredo, dr. Antonio Manuel Farinha Beirão, José Maria do Nascimento, José Franzino d'Almeida Campos, José Augusto Mendes Pereira, dr. Joaquim de Campos Henriques, João Antonio de Sequeira Seixas, Jacintho Antonio dos Santos, José de Campos Teixeira, João Antonio dos Reis, José Antonio dos Santos, João Antonio dos Santos, José Antonio Monteiro Flores, Caetano Mendes Pereira, Francisco Bernardo de Seixas e Costa, José Joaquim de Torres, Pedro Metello Côrte Real, e José Joaquim de Figueiredo e Lima.

Das Freixedas—Barão do Mogadouro, João de Carvalho Rebello, Aurelio Quirino Saraiva, João do Nascimento Saraiva, Manuel Jacintho Saraiva, e Manuel dos Santos Saraiva.

Do Azêvo — Antonio Augusto Ramos e Seixas.

Da Palla — Antonio Ayres Craveiro.

De Souropires—Antonio de Villafanha Cabral, e Manuel Lopes.

Das Lameiras — Domingos Gonçalves Orfão, padre Henrique Antunes Castello, e Paulino Ribeiro da Gama.

De Gamellas — Eugenio Simões Caldeira, e João Quirino Simões Caldeira.

Do Cerejo — Luiz Vaz.

Do Carvalhal — Manoel Gaspar e Manoel Jacintho.

E do Lamegal — Manuel Saraiva.

Vê-se pois que dos 40 maiores contribuintes do concelho, couberam 20 a Pinhel — e mais seriam apurados n'esta cidade, se não tivessem, como teem, grande parte das suas propriedades fóra do concelho.

—

Apesar do antiquissimo privilegio de que gosou Pinhel, confirmado por el-rei D. Fernando, em 1410 (1372 de J.-C.), como já dissemos, em virtude do qual não podiam aqui residir, nem ter casas nem propriedades, na villa nem no seu termo — *cavalleiros, donas, fidalgos, ou outras pessoas poderosas*—com o decorrer dos tempos, aqui se crearam e estabeleceram muitas familias nobres, e já quando o padre Carvalho escreveu a sua Chorographia, aqui havia doze morgados, e familias nobres, com os appellidos seguintes — Falcões, Heredias, Figueiredos, Monteiros, Silvas, Pereiras, Sampaios, Vellosos Metellos, Seixas Fonsecas, Vellosos Figueiredos, Sampaios Pachecos, Gusmãos Cabraes, Teixeiras Cabraes, Cunhas Botelhos, Gomes, Pereiras Andrades, Pintos Fonsecas, Saraivas Pereiras, Amaraes Robalos, Coelhos Amaraes, Freyres Vasconcellos, Telles Soares, Carvalhos e Vasconcellos, Homens Ribeiros, Metellos Pachecos, Aguilares Sampaios—e houve tambem aqui varias commendas de diversas ordens; e, posto que a nobreza do nosso paiz, soffreu muito com a extincção das ordens religiosas e militares, e dos vinculos, ainda assim, muitas d'aquellas nobres familias aqui teem casa e representantes, e outras se crearam de novo com os appellidos de Campos, Mendes, Nascimentos, etc., avultando entre

todas pela sua riqueza, ainda hoje uma das maiores da provincia, a nobre familia Metello, representada por o sr. Alexandre Metello de Napoles e Lemos, o primeiro dos actuaes quarenta maiores contribuintes d'este concelho.

É aqui tambem muito notavel a *Casa Grande*, junto á praça, edificio pouco regular, mas imponente, com grandes salões, e forros de madeira de muito preço. É actual senhor e representante d'esta casa, o segundo contribuinte d'este concelho, o sr. Antonio de Noronha Castello-Branco e Avilez, que, como se vê dos seus appellidos, é aparentado com a primeira nobreza do nosso paiz.

No cimo da praça, avulta tambem o palacete dos srs. Falcões, propriedade da sr.ª D. Maria da Piedade de Menna Falcão (residente em Tondella), por compra que d'elle fez a seu irmão, actual representante d'esta nobre familia — o sr. João de Menna Heredia Freire Falcão.

Foi senhor d'esta casa o celebre Luiz de Figueiredo Falcão, ministro de Philippe II, de quem são considerados descendentes os actuaes possuidores d'ella.

Avultam ainda aqui as casas dos srs. dr. Antonio Manuel Farinha Beirão, e Pedro Metello, seu enteado, alumno do 4.º anno juridico — a do sr. Ladislau Abranches Freire de Figueiredo, e a do sr. dr. Joaquim Simões Ferreira, casado com uma filha do grande estadista José Alexandre de Campos, sobrinha e herdeira do conselheiro, Pedro Balthazar de Campos, que foi, pela sua illustração, nobreza de sentimentos, e altos cargos que exerceu, o homem mais notavel de Pinhel, nos ultimos seculos, e por isso aqui faremos um esboço da sua biographia.

Pedro Balthazar de Campos

Posto que o dr. Pedro Balthazar de Campos não nascesse em Pinhel, aqui residiu, casou e falleceu, e aqui residem os herdeiros e representantes da sua casa; por isso consignarei aqui em breves traços a biographia de um dos mais notaveis cidadãos de Pinhel, nos ultimos seculos.

Esta familia Campos, antiga n'esta provincia, possue desde muitos annos, casas e propriedades importantes em Pinhel, e no seculo passado aqui viveu Rodrigo de Campos Pereira, [1] filho de João de Campos Pereira e D. Luiza Pereira Soares, casado com D. Clara Maria Sanches d'Amorim, filha do dr. Antonio Mendes Sanches e de sua mulher, D. Antonia Maria Pereira.

Do seu casamento houve Rodrigo de Campos, dez filhos, sendo dois varões.

Dispondo de bastantes meios, a todos estabeleceu vantajosamente.

Das filhas, casaram seis, em pontos diversos e distantes d'esta cidade, e o filho mais velho—Antonio Mendes de Campos—casou no Sabugal, com uma sua parente, filha do doutor e capitão-mór, João de Campos, homem notavel na localidade, pela sua fortuna e illustração.

Fixaram os conjuges o seu domicilio n'esta cidade, e tiveram 5 filhas, e 1 filho, que foi advogado distincto; mas d'esta familia apenas a filha mais velha, D. Marianna, deixou descendencia, sendo uma sua neta—a sr.ª D. Marianna Julia Balthazar Barreto de Campos Ferreira, casada com o dr. Joaquim Simões Ferreira, quem hoje representa esta familia em Pinhel.

Dos tres filhos do Rodrigo de Campos, que não casaram, e que residiram juntos n'esta cidade, na mesma casa em que vivem ainda os representantes d'esta familia, tornou-se chefe, o irmão, José Caetano de Campos, cavalheiro de muitas sympathias e muito merecimento, tanto que sendo considerado liberal e preso pelo governo d'essa epoca, ninguem se atreveu a accusal-o, e, passados mezes, foi posto em liberdade.

Havendo fallecido uma das irmans, com quem vivia, foi com a outra e uma sobrinha para o Porto, onde se achava quando ali entrou o exercito liberal, e ali se conservou durante o cêrco, findo o qual, regressou a Pinhel, onde em breve falleceu; e por sua morte e de sua ultima irman, que tambem fallecera solteira, herdou a casa d'estes tres filhos de Rodrigo de Campos, uma sobrinha

[1] Para não fatigar os leitores, ponho de parte longas genealogias.

d'elles, a sr.ª D. Marianna Julia de Campos Pereira d'Amorim (que ainda vive) filha da irman mais velha dos doadores, que havia casado em Abrantes, com Antonio José Raposo; e casou esta sr.ª D. Marianna (em 4 de outubro de 1843) com seu primo o dr. Pedro Balthazar de Campos, filho de Matheus Antonio d'Almeida, abastado proprietario de Villar-Turpim, e de D. Caetana Manoella de Campos, filha do doutor, capitão-mór do Sabugal, João de Campos.

Nasceu Pedro Balthazar de Campos no Sabugal, em 14 de janeiro de 1795, e alli passou os primeiros annos com seu irmão, José Alexandre de Campos, que depois conquistou um nome celebre na historia liberal do nosso paiz. [1]

Quando adolescente, passou tambem alguns annos em Almeida, em casa de seu avô paterno, José Thomaz da Silva, onde aprendeu instrucção primaria e equitação.

Foi em seguida, para Villar-Turpim, onde, com mestres particulares, estudou os preparatorios, musica e linguas, até aos 14 annos de edade, data em que foi para Coimbra, e se matriculou em direito; a 10 de maio de 1812. Fez acto de quinto anno juridico, e obtendo informações distinctas, passou ao sexto anno, e recebeu o grau de dr., em 5 de julho de 1818.

A 28 de março de 1822, habilitou-se como oppositor da faculdade; regeu a cadeira de direito publico no anno lectivo de 1822 a 1823, e foi despachado lente cathedratico, por decreto de 14 de julho de 1834, sendo considerado de commissão, o logar que já occupava na magistratura, pois fôra nomeado juiz de fóra de Obidos e Caldas da Rainha, por decreto de 11 de setembro de 1823, tomando posse a 15 de novembro do mesmo anno, sendo reconduzido no mesmo cargo, por decreto de 5 de maio de 1826; e por decreto de 26 de julho do mesmo anno, foi nomeado corregedor da mesma comarca; mas a senhora D. Isabel Maria, infanta regente, o demittiu por decreto de 14 de dezembro de 1827.

O decreto não dizia os motivos da exoneração, mas constam dos cartorios d'Obidos, nomeadamente do que pertencia n'aquella turbulenta epoca ao escrivão José Marcellino Craveiro de Faria; e foram, o ter Pedro Balthazar de Campos procedido com vigor contra uns individuos, que na noite de 26 de outubro do mesmo anno, anniversario do senhor D. Miguel, o acclamaram rei absoluto, soltando morras aos liberaes, cujas janellas apedrejaram.

E posto que os liberaes alli se achavam então em grande minoria, e Pedro Balthazar de Campos era tido como pronunciadamente liberal, foram geraes as demonstrações de sentimento, quando aprouve á infanta demittil-o, e tanto que até descer ao tumulo, conservou Pedro Balthazar, vivas saudades do tempo em que alli exercêra a magistratura, e com emoção se confessava grato ás provas de estima que alli de todos recebêra ao despedir-se.

—

D. João VI e suas filhas, costumavam passar mezes nas Caldas da Rainha—e Pedro Balthazar, pela sua posição de corregedor, preparava-lhes a aposentadoria, acompanhava-os nos passeios, e convivia com elles.

Recordando-se a infanta d'esse tempo, quando se lhe apresentou, tratou-o por *senhor corregedor das Caldas*.

—Ex-corregedor, Serenissima Senhora, accrescentou Pedro Balthazar; e em seguida expoz os factos occorridos, e sua altesa lhe prometteu reparação, que não se effectuou por terminar em breve a regencia.

Recolheu-se, então Pedro Balthazar á sua casa de Villar-Turpim, e alli se conservou affastado da vida publica.

Mais moderado e menos expansivo do que

[1] Como este já vae longo, daremos no artigo — *Subugal* —a biographia de José Alexandre de Campos, doutor e lente cathedratico na faculdade de direito na universidade de Coimbra, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, deputado as côrtes 8 annos consecutivos, ministro e secretario de estado, vice-reitor e reformador da nossa universidade, membro honorario da sociedade pharmaceutica, e academico das bellas artes, do conselho de sua magestade fidelissima, etc.

seu irmão José Alexandre, de quem n'outra parte fallaremos, apenas uma vez foi preso, e pouco depois solto.

Era liberal, mas liberal prudente; e a sua modestia e probidade eram acatadas mesmo pelos contrarios ás suas ideas politicas, e tanto que foi elle como que o anjo tutelar dos infelizes que entulharam as prisões d'Almeida.

Para mitigar-lhes a fome, não só lhes deu grande parte do rendimento de sua casa, mas *chegou a esmolar de porta em porta* — elle que nunca para si pedira coisa alguma — nem mesmo titulos, cargos, ou distincções.

—

Depois da guerra civil, entrou Pedro Balthazar de novo na vida publica.

Por decreto de 13 de maio de 1834, foi nomeado corregedor interino de Trancoso, cargo que exerceu até 2 de setembro de 1835; e por decreto de 7 d'agosto do mesmo anno, foi nomeado juiz de direito da Guarda, tomando posse em 17 de setembro.

Por decreto de 12 de outubro de 1836, foi transferido para o 3.º districto de Lisboa, mas, a pedido seu, foi declarado sem effeito aquelle decreto, e continuou a exercer a magistratura na Guarda, até que, por decreto de 26 de junho de 1838 foi transferido para o logar de juiz de direito substituto, da comarca de Trancoso, e assim se conservou até que accintosamente, foi transferido para identico logar, na comarca de Faro, mas nem foi tomar posse.

Na representação que dirigiu ao ministro da justiça, depois de fazer-lhe ver que trocára o logar de juiz de direito da comarca da Guarda, pelo de juiz substituto de Trancoso, só para não se affastar da sua casa e da sua familia, e que não podia acceitar a transferencia para Faro, concluiu assim:

«A Constituição do Estado, auctorisando no art. 127, § unico, a translação dos juizes de primeira instancia de uns para outros logares, faz essa translação dependente d'um periodo certo, e d'uma lei regulamentar. Emquanto essa lei não existir, a rasão, a politica e a moral regeitam egualmente que a translação dos juizes dependa unicamente do arbitrio caprichoso d'um ministro. D'esse modo ficaria o poder judicial collocado na mais servil e abjecta dependencia.»

Por decreto de 26 de fevereiro de 1840, foi declarado sem effeito aquelle despacho, e por decreto de 29 de maio de 1845, foi nomeado governador civil da Guarda, sendo ministro do reino Mousinho d'Albuquerque, e, a seu pedido e depois de reiteradas instancias, foi exonerado, por decreto de 7 de agosto de 1846, referendado pelo duque de Palmella.

Foi em seguida despachado juiz de direito para Lamego, depois, para Tavira e por fim, para Castello Branco, mas de nenhuma d'estas comarcas foi tomar posse.

Apenas publicados os decretos, logo pedia fossem declarados sem effeito, e o collocassem no quadro da magistratura sem exercicio, invocando o art. 5 da lei de 18 d'agosto de 1848.

Queria Pedro Balthazar, viver com a sua familia, emquanto que o governo d'aquella época, tinha todo o interesse em o affastar d'esta comarca e d'este districto, onde a sua influencia era grande.

Pedro Balthazar de Campos, não entrava n'esse tempo na politica militante, mas seu irmão o conselheiro Jose Alexandre de Campos, fazia guerra de morte ao governo dos Cabraes.

Combatera-o com a palavra, nas camaras, a que successivamente havia pertencido, combatia-o na imprensa com a penna inergica e incisiva, e combatia-o finalmente nos comicios populares, e na direcção politica da junta de Coimbra.

Para hostilisarem um irmão. magoavam o outro,

Chegaram até a excluil-o do quadro da magistratura, e a tentar processal-o por desobediente. E foi effectivamente excluido do quadro da magistratura, mas a querella não teve andamento.

Desgostoso da vida publica, concentrou-se Pedro Balthazar na vida particular e nas affeições da familia; e só mais tarde foi eleito

deputado, em duas legislaturas consecutivas, abandonando as camaras, antes de concluir a segunda legislatura, por vêr a pouca seriedade do parlamento.

Não era orador, mas a sua provada intelligencia e affinco ao trabalho, deixaram-lhe um nome honroso, nas commissões de que fez parte.

Em seguida a este seu tirocinio parlamentar, o governo lhe offereceu o pariato, que recusou, dizendo que nada mais ambicionava do que a obscuridade.

Muito constrangido, entrou ainda alguns bienios consecutivos, na municipalidade de Pinhel, e, servindo de presidente, firmou os ultimos documentos publicos em que o seu nome tinha de figurar.

Por decreto de 29 de fevereiro de 1868, foi agraciado com a carta de conselho; e na carta em que o conde d'Avila lhe participava aquella mercê, pedia-lhe que não recusasse aquelle testemunho da real benevolencia, que tinha *o grande merecimento de não ter sido sollicitado directa nem indirectamente*— palavras textuaes do ministro.

Falleceu a 22 de dezembro de 1870, contando 75 annos de edade; e como não tivesse filhos, instituiu por herdeira, sua sobrinha, filha segunda de seu irmão, o conselheiro José Alexandre de Campos—a sr.ª D. Marianna Julia Balthazar de Campos Ferreira, a qual casou com o doutor Joaquim Simões Ferreira, havendo d'este consorcio 3 filhos —as srs.as D. Marianna e D. Maria Christina, e o sr. Pedro, todos ainda menores. (1876.)

São pois em Pinhel, hoje, representantes da nobre familia Balthazar Campos, os srs. dr. Joaquim Simões Ferreira e D. Marianna Julia Balthazar de Campos Ferreira.

—

O sr. Joaquim Simões Ferreira, nasceu na freguezia de Santa Cruz, em Coimbra, no dia 1.º d'abril de 1837, e é filho de Antonio Simões Ferreira, negociante, e de D. Maria da Encarnação Monteiro Marques; neto paterno de Francisco Simões Ferreira, da Póvoa do Pereiro, no concelho da Anadia, e bisneto paterno de Sebastião Simões Ferreira; e o seu avô materno foi tambem negociante em Coimbra.

No dia 9 de junho de 1858, concluiu o sr. Joaquim Simões Ferreira a sua formatura em theologia, e obteve informações para frequentar o sexto anno; mas porque não podia matricular-se sem se ordenar, desistiu, e abandonou para sempre a faculdade de theologia.

Fez-se escriptor público, e logo em julho d'aquelle anno (1858) principiou a publicar o *Recreio Juvenil*, pequeno, mas interessante jornal litterario.

Em outubro do mesmo anno, foi leccionar oratoria e historia, para o *Real Estabelecimento Central das Missões Portuguezas Ultramarinas*, em Sernache do Bom Jardim; mas com a mudança de ministerio, suspendeu-se em 1859, o subsidio que o governo dava áquelle estabelecimento, e este foi obrigado a reduzir o corpo docente, passando o sr. Joaquim Simões Ferreira, para o collegio da Formiga, nos arrabaldes do Porto, onde nos annos lectivos de 1859 a 1860, e de 1860 a 1861 leccionou latinidade, rhetorica, historia, e philosophia racional. Voltou em seguida para Coimbra, onde, nos annos de 1862, 1863 e 1864, leccionou diversos preparatorios e redigiu o *Instituto*, havendo sido, em 1859, eleito socio da associação litteraria com aquelle titulo. Collaborou em diversos jornaes de Coimbra e de Lisboa, e nos fins de 1862 principiou a escrever as correspondencias de Coimbra para o *Jornal do Porto*, substituindo no encargo, o actual ministro, o sr. Augusto Cesar Barjona de Freitas.

Em fevereiro de 1863, entrou definitivamente na vida de jornalista, tomando a direcção do jornal a *Liberdade*, que estava no seu 3.º numero; e n'este e no *Jornal do Porto*, escreveu todo aquelle anno de 1863 e o de 1864. Em setembro d'este ultimo anno foi despachado amanuense para a secretaria da justiça.

De Lisboa continuou a collaborar na *Liberdade*, em todo o anno de 1865, e despediu-se d'ella, com um notavel artigo, publicado em 31 de dezembro, sob o titulo de—*Revista Politica*, e assignado. Esse artigo foi transcripto por diversos jornaes do paiz, ou todo ou parte, e citaremos d'elles a *Ga-*

zeta de Portugal, que o precedeu de uma introducção altamente lisongeira.

Em outubro de 1866, voltou a collaborar no *Jornal do Porto*, onde escreveu sem interrupção, a principio na correspondencia de Lisboa, e por ultimo, revistas politicas semanaes, até junho de 1868. N'este mez e anno, foi convidado a entrar na vida administrativa, principiando por secretario geral da Guarda, para o que foi despachado em 27 de junho. Por decreto de 30 de junho de 1869, foi transferido para identico logar, em Aveiro, d'onde foi casar a Pinhel, em 6 de outubro. Em 13 de novembro foi transferido para Angra, onde nunca chegou a hir, e por isso foi exonerado, por decreto de 31 de janeiro de 1870. Já n'este tempo estava na sua casa de Pinhel, e ahi se tem conservado até hoje. Ainda n'esse mesmo anno de 1870, por decreto de 6 de dezembro, foi nomeado governador civil de Villa Real, mas não chegou a tomar posse, por embaraços domesticos, e em fevereiro de 1871 pediu e obteve a exoneração. Não o creio, porém, disposto a viver inactivo, porque o não pó de estar um homem que do trabalho viveu, que no trabalho medrou, e que pelo trabalho, com a energia e illustração que o distinguem, póde ainda prestar serviços relevantes a si e á sociedade, muito principalmente hoje, que dispõe de uma das melhores casas de Pinhel.

—

Ha n'esta cidade ainda outras familias importantes, de appellido *Campos*, e mencionaremos as representadas pelos srs. Luiz de Campos, Francisco de Campos e doutor Joaquim de Campos Henriques, casado com a sr.ª D. Maria da Luz Campos, sua prima, e irman d'aquelles senhores, filhos do sr. José Antonio de Campos, irmão de Francisco Antonio de Campos, barão de Villa Nova de Foscôa (vide *Villa Nova de Foscôa*) que morreu na capital, sendo presidente da camara dos pares, e que, por não deixar filhos, instituiu por herdeiros da sua grande casa, seus sobrinhos, os srs. doutores José Caetano de Campos e Joaquim de Campos Henriques, actualmente juizes do supremo tribunal de justiça.

O sr. Luiz de Campos, transferiu-se, com seus irmãos, de Foscôa, sua terra natal, para aqui, em 1846, porque n'aquella data se não podia viver em Foscôa, pelos excessos de toda a ordem, devidos á exaltação dos partidos, na lucta entre os Cabraes e a junta do Porto, tornando-se por essa occasião, tristemente celebre, a guerrilha, ou antes *quadrilha* cabralina, commandada pelos irmãos Manuel Marçal e Antonio Marçal, que mandaram matar muitas pessoas, e incendiar muitas casas; mas que tambem, por seu turno, foram ambos barbaramente assassinados.

—

O sr. Ladislau Abranches Freire de Figueiredo, de quem fiz já menção, conta entre os seus antepassados, a Braz Garcia de Mascarenhas, e representa com o reverendo Jeronymo José do Amaral, seu primo, e uma das pessoas mais illustradas de Pinhel, a antiga e nobre familia *Cunhas Botelhos*, pois é filho de Ladislau Caetano da Cunha Botelho e de D. Helena Maxima de Gouvêa Freire, neto paterno de Manuel Caetano da Cunha Botelho, ultimo monteiro-mór d'esta cidade.

É o sr. Ladislau Abranches, 1.º neto materno de Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire d'Abreu Castello Branco—2.º neto de Francisco de Abranches Freire de Figueiredo—3.º neto de D. Helena de Gouvêa Freire—4.º neto de Francisce de Abranches Ferrão — 5.º neto de outro Francisco de Abranches Ferrão, capitão-mór—e 6.º neto de Matheus de Abranches, filho 2.º, da casa da Boavista de Sameice (condes de Murça) tronco d'esta familia.

—

Os Abranches de Figueiredo, ainda aqui teem outro ramo, representado por a sr.ª D. Maria do Carmo Sarmento de Figueiredo, casada com o sr. Bernardo de Gusmão Carneiro, e por seu filho, ainda menor, o sr. José de Abranches de Gusmão Carneiro.

—

Entre as pessoas mais notaveis que tem produzido Pinhel, devemos mencionar Manoel Coelho Rebello, auctor da *Musa entretinida de varios entremezes*, publicada em Coimbra, por Manoel Dias, em 1658, em 8.º, e

reimpressa em Lisboa, por Bernardo da Costa de Carvalho, em 1695.

Compõe-se esta collecção, ao todo, de 25 entrémezes, dos quaes só são em portuguez, o 3.º, 5.º, 6.º, 11.º, 13.º, 22.º e 25.º.

Todos os outros são em lingua castelhana.

Era Manoel Coelho Rebello, natural d'esta cidade, e pessoa de nobre nascimento, segundo escreve Barbosa, que mostra comtudo, ignorar as demais particularidades que lhe dizem respeito.

E' isto o que se lê no diccionario bibliographico de Innocencio Francisco da Silva.

Os exemplares da referida obra são hoje rarissimos.

No Porto havia um unico exemplar, que era de Manoel Antonio Figueira, e que foi vendido em leilão no anno de 1875, com os outros livros d'elle — e este exemplar foi para Hespanha.

Em Lisboa tinha um, o bibliophilo Innocencio Francisco da Silva.

Os quatro trombetas

No archivo da camara d'esta cidade está um alvará regio, com data de 14 de maio de 1569, pelo qual el-rei D. Sebastião, mandou que das rendas do concelho de Pinhel, se dessem por anno duzentos alqueires de senteio aos 4 trombetas que a camara havia mandado ensinar, para tocarem nas festas de S. Thiago, e nas outras em que as pessoas da governança costumavam correr cannas, etc. — isto em differimento de uma petição da villa de Pinhel, e depois de sua magestade mandar ouvir sobre o caso, o provedor de Lamego, o qual informou favoravelmente, dizendo que na localidade, e ao tempo, os 200 alqueires de centeio não valiam mais de *oito mil réis*, na rasão de 40 réis o alqueire; o que equivalia a dois mil réis por anno, a cada um dos trombeteiros, com a condição de que tocariam em todas as festas solemnes, que se fizessem na villa.

—

Tambem existe registrado no archivo da camara, outro alvará, de 6 de junho de 1424, pelo qual el-rei D. João I, estando em Almeida, mandou que não houvesse em Castello Rodrigo, feira, no dia 1.º de cada mez, como ordenára el-rei D. Fernando, para afrontar a villa de Pinhel, que se conservou leal á corôa portugueza, e lisongear os habitantes da praça de Castello Rodrigo, que haviam tomado o partido de Hespanha na guerra contra Portugal.

—

Por outro alvará de 12 de junho de 1434, o mesmo rei D. João I, isentou os moradores de Pinhel e seu termo, da contribuição extraordinaria, votada para as urgencias da guerra, nas côrtes celebradas em Coimbra, n'aquelle anno «por ser Pinhel praça forte e fronteiriça, e haver prestado relevantes serviços á causa da independencia.»

—

A praça d'esta cidade, que ainda conserva no centro um pelourinho de granito, fechava-se por occasião das grandes festas, para n'ella se correrem touros e cannas.

—

No cimo d'esta praça, estão os paços do concelho, que já serviram tambem de tribunal ou casa de audiencias.

Tem uma boa sala, com tecto de madeira, e ornatos de talha dourada.

A face principal do edificio, olha para a praça; tem as armas reaes, e ao lado d'estas um pinheiro verde, com um falcão, distinctivo d'esta cidade, e assenta sobre 3 arcos, que lhe formam um pateo aberto, lageado de cantaria.

—

O rio Côa, que passa ao nascente de Pinhel, é um dos maiores confluentes do Douro, posto que em outubro de 1875 o atravessei a pé enxuto, duas vezes, a primeira no *Porto da Vide*, indo da Cogulla para Figueira de Castello Rodrigo, e a segunda no *Vau*, indo de Figueira para Pinhel; tão extraordinaria tem sido e continúa a ser entre nós a falta de chuvas.

Este rio nasce na serra da Xalma (Extremadura hespanhola) ramificação da serra da Gata, junto á villa de Alfaiates, e entra no Douro, cinco kilometros ao nascente de Villa Nova de Foz Côa.

A *ribeira das Cabras,* ou *rio Pinhel,* confluente do Côa, e que passa entre esta cidade e aquelle rio, nasce perto da egreja de Nossa Senhora da Lagoa, no termo da Guarda, correndo para o sul—passa no termo de Jermello, caminhando para o nascente—volta para o norte, entre Jermello e Castello Mendo, passa nas proximidades de Pinhel, e a distancia de 5 kilometros d'esta cidade, entra no Côa.

—

No seu *Diccionario abreviado de chorographia, etc.,* diz J. A. d'Almeida, fallando de Pinhel:

«Por esta comarca passa a serra de *Almansor,* a quem dizem dera o nome, o mouro Almansor, por se ter feito forte n'ella, depois de ser lançado fóra de Viseu, onde era rei muito poderoso; e ainda hoje (1865) no mais alto da serra, se descobrem alguns raros vestigios do castello em que elle vivia. (Vide *Almançor.*)

«A montanha corre de norte a sul por espaço de legua e meia, com este nome, e com outros que vae tomando das terras por onde passa, na distancia de seis leguas, até morrer no Mondego; terá uma legua de largura.

«A cidade é muito sugeita a sezões, por causa das suas más aguas.

«Nas duas quintas *Valle de S. Thiago* e *Capellas,* ha duas fontes cristalinas e frias, de agua mui salobra, que contem cópia de saes de diversas bases, taes como, carbonato, muriato de soda e sulfato de magnesia, com alguma porção ferruginosa, ainda que mui leve.

«D'aqui vem as virtudes que são proprias d'aguas salinas. São em tudo similhantes ás de Almofalla.»

—

Ha no campo da feira, d'esta cidade, uma casa para escola de instrucção primaria.

E' uma das muitas com que o benemerito conde Ferreira dotou o nosso paiz.

—

Ha tambem n'esta cidade uma boa pharmacia, dignamente dirigida pelo seu proprietario, o sr. Sebastião José de Carvalho e Lima, de Marialva, actualmente vereador, irmão do muito intelligente e acreditado cirurgião-dentista, o sr. Ayres de Carvalho, estabelecido no Porto.

—

Actualmente o partido medico-cirurgico, d'esta cidade, está provido no dr. Luiz Antonio Rebello da Silva, muito acreditado clinico; e ha n'este concelho mais dois partidos medico-cirurgicos, que actualmente se acham vagos.

—

O primeiro edificio d'esta cidade, é o paço episcopal, mandado fazer, como dissemos, pelo bispo D. José de Mendonça Pinto Arraes.

—

O reverendo Pedro Maria d'Aguilar—Em 18 de abril de 1828, nasceu nos arrabaldes de Pinhel, este verdadeiro apostolo da religião, da caridade e do progresso.

Estudou as disciplinas ecclesiasticas n'esta cidade, e, concluida a sua ordenação, domiciliou-se no patriarchado de Lisboa.

Dotado de grande intelligencia, de uma alma bem formada, e da verdadeira poesia —a do Evangelho—a sua vós, suave, armoniosa e arrebatadora, commovia quantos o escutavam, e facil e justamente adequiriu a reputação de um dos primeiros oradores sagrados de Lisboa.

Em 1856, era coadjutor, na freguezia de Santa Isabel, na época da invasão do cholera-morbus, e em 1857, quando a febre amarella fez tantas victimas n'esta cidade e em outras muitas terras do reino.

O padre Aguilar, com a verdadeira dedicação de um apostolo, e com a abnegação de um martyr, abandonou o pulpito, dedicando-se exclusivamente ao serviço parochial; despedindo-se de uma capellania de que se tinha encarregado, e com a insignificante quantia de 144$000 réis, que tinha como coadjuctor, já mais abandonou o seu posto de honra—e, em uma conjunctura em que muitos ecclesiasticos de Lisboa, deram um triste exemplo de falta de caridade christan, e quando o proprio cardeal patriarcha fugia para Santarem, ao flagello da peste, abandonando as suas ovelhas, n'uma época em que mais indispensavel se tornava a sua

presença na capital—o padre Aguilar, percorria as casas particulares, e as enfermarias provisorias, animando uns, e confessando e sacramentando outros.

Pertenceu á *commissão de beneficencia*, onde prestou relevantissimos serviços, do que tem honrosos attestados, e a medalha de primeira classe, concedida aos homens dedicados, que constantemente afrontaram a morte, durante esses dias de horror e desolação.

Terminado o flagello da febre amarella, e tendo a saude muito deteriorada, em razão do excessivo trabalho d'essa época de triste recordação, sahiu de Lisboa.

Fiado nas promessas feitas pelo governo portuguez, em pleno parlamento (de serem preferidos para os empregos ecclesiasticos, os que se tivessem distinguido durante as duas epidemias) requereu alguns beneficios parochiaes; mas foi sempre preterido, nos concursos, por clerigos sem o menor serviço religioso ou humanitario, e muito inferiores em bom comportamento e habilitações.

Doente e sem outro recurso alem das esmolas das missas, vivia cercado de privações; até que o sr. Magalhães Coutinho, então director geral de instrucção publica, o preferiu em um concurso, dando-lhe a capellania da escola normal.

O padre Aguilar, dedicou-se então ao estudo de pedagogia e methodologia, e se consagrou ao ensino pratico dos que precizavam das suas luses, para adornarem a alma dos conhecimentos indispensaveis á vida do seculo, ou do magisterio.

Um dia viu um surdo-mudo, classe de infelizes sempre desprotegida pelos governos, e o seu coração evangelicamente caridoso, emprehendeu o ensino d'este desgraçado ente; mas não parou aqui a sua dedicação —annunciou em diversos jornaes, que se propunha ensinar gratuitamente, todos os surdos mudos que se lhe apresentassem.

Depois, o director do lyceu nacional de Lisboa, publicou annuncios, no *Diario do Governo*, convidando os paes, tutores ou protectores dos surdos-mudos, a hirem matricular seus filhos, tutellados ou protegidos, na secretaria do mesmo lyceu, onde o padre Aguilar se havia offerecido a dar um curso gratuito.

Um decreto fundou cinco *escolas normaes*, supprimindo a de Lisboa, emquanto á sua organisação primitiva, e o padre Aguilar, depois de oito annos de optimos serviços, na escola normal, e de ter pago os respectivos direitos de merdé, ficou sem o seu emprego, apezar de serem collocadas todas as outras pessoas adestrictas ao magisterio, e as quaes, quaesquer que fossem os seus merecimentos litterarios, não tinham os honrosos precedentes, nem os grandes serviços do padre Aguilar.

Não desanimou o virtuoso sacerdote com este criminoso esquecimento, e reprehensivel ingratidão; e, em 1872, annunciava a existencia do seu *Instituto de ensino de surdos-mudos*; o unico existente em Portugal, e muito mais aperfeiçoado que o famoso, do abbade L'Epée. (Vide vol. 6.°, pag. 640, col. 2.ª)

Em dezembro de 1873, a camara municipal de Guimarães, fez conhecer ao governo, a existencia de uma escola de surdos-mudos, instituida pelo padre Aguilar, n'aquella cidade, e afirmando a imperioaa necessidade de lhe ser concedido um subsidio.

O governo deu ordem ao commissario dos estudos em Braga, para hir a Guimarães examinar a escola, e dar-lhe exactas e cabaes informações do merito da instituição.

O commissario, em cumprimento da ordem que recebêra, foi a Guimarães, e ficou admirado do prodigioso desenvolvimento dos discipulos do padre Aguilar; dando d'isso uma brilhante informação, ou relatorio, ao ministro competente; que se contentou com esta diligencia, feita pelo seu delegado, e nada mais!...

A escola tem uma mensalidade estabelecida para os alumnos ricos; mas o padre Aguilar, recebe uns por duas terças partes, outros por metade — e tem alguns a quem uma commissão do Porto, só paga o sustento e vestuario, sendo o seu ensino gratuito.

Aos pobres não exige nada o caridoso director.

Assim vae existindo, criminosamente desprotegida e desprezada pelo governo de Portugal, esta escola, unica no seu genero, n'este reino; e só a alma verdadeiramente grande, e o coração sinceramente compadecido do padre Aguilar, dão vida a tão sympathica instituição.

Mas se o governo tem tratado com tão condemnavel desconsideração a escola de surdos mudos, de Guimarães, os homens de bem, de todos os partidos, fazem a devida justiça á dedicação do padre Aguilar, que tem por unico premio, n'esta vida, as benções de todas as almas bem formadas, e Deus lhe dará na outra a condigna remuneração de todos os seus brilhantes serviços. prestados em toda a sua vida, a favor da humanidade.

—

A um kilometro de Pinhel, está á grande capella de *Nossa Senhora da Torre,* objecto de grande devoção dos moradores da cidade e arredores.

A origem d'esta ermida, segundo a tradicção, é a seguinte:

Um individuo de Pinhel, embarcando para as Indias (não se sabe, se Orientaes, se Occidentaes) [1] foi captivado pelos mouros, e o metteram em uma forte torre de Marrocos; mas elle, teve artes de fugir d'ella e da *Mourama,* regressando a Pinhel.

Como attribuisse a sua liberdade á protecção da Santissima Virgem, lhe fundou e dedicou esta capella, da invocação da *Torre,* em memoria da em que esteve preso.

Outros porêm dizem que se lhe deu o titulo *da Torre,* porque a capella foi construida com os matteriaes de uma antiquissima torre que havia no logar onde agora está o templo.

Qualquer que seja a sua origem, o que é certo é ser uma formosa e vasta capella, com altar-mór e dois lateraes, e que se lhe faz uma grande festa a 15 d'agosto, dia da sua Assumpção.

[1] Nossos avós, chamavam *Indias Orientaes,* ao nosso Estado da India—e *Indias Occidentaes,* á America.

A uns 6 kilometros de Pinhel, e 12 d'Almeida, existiu a freguezia de S. Sebastião, de *Gamellas,* hoje annexa á do Santo Nome de Jesus, do *Pereiro* (vol. 6.º, pag. 685, col. 2.ª)

Houve aqui (em Gamellas) uma ermida, dedicada a *Nossa Senhora de Magide,* cuja origem, segundo a lenda, foi a seguinte:

No seculo XII, se reuniram os christãos d'estas terras, com grande animo, e confiados na protecção da Santissima Virgem, e no sitio onde depois se edificou a ermida (que é em um êrmo) attacaram uma legião de mouros, á vós de *A virgem me ajude!* —e alcançaram uma grande victoria, expulsando para sempre os arabes, d'este paiz; e, em acção de graças, edificaram a capella, collocando no altar-mór (o unico) a imagem de Nossa Senhora, que haviam mandado fazer, e á qual deram o titulo de *Nossa Senhora M'Ajude,* que se veiu a corromper em *Nossa Senhora de Magide.*

Antigamente, hia todos os annos, a camara e o povo de Pinhel, e seus arrebaldes—ao menos, uma pessoa de cada casa—em cumprimento de um voto antiquissimo, em procissão a esta capella, na 2.ª feira depois da *dominica in albis.*

Ainda em commemoração d'esta victoria, o povo da aldeia de *Valle de Madeira,* a uns 3 kilometros da capella, sahia com uma bandeira, a esperar o povo e camara de Pinhel, que lhe dava um *attaque simulado,* tomando-lhe a bandeira (pois os d'esta aldeia faziam o papel de mouros) e depois, se juntavam todos, e hiam para o templo.

Antigamente, de todo o Riba Côa, e de outras partes da Beira, vinham muitos romeiros visitar esta Senhora e trazer-lhe esmolas e offertas.

—

Mais algumas capellas existem ou existiram nas immediações de Pinhel, cuja noticia vae nas freguezias a que pertencem.

PINHO — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e 20 kilometros ao S. da Montalegre, concelho e 5 kilometros ao S. das Boticas, 75 ao N.E. de Braga, 422 ao N. de Lisboa.

Tem 150 fogos.

Em 1757, tinha 103 fogos.

Orago, Santa Martha.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa-Real.

O reitor de S. Pedro de Sapiães, apresentava o vigario, collado, que tinha 100$000 réis de rendimento.

Situada em terreno accidentado, na margem esquerda do *Térva*, que corre ao N. da freguezia; e na direita do Tâmega, que corre ao S., e divide o concelho das Boticas do de Villa Pouca d'Aguiar.

Compõe-se de tres povoações—*Pinho*, séde da parochia—*Valle d'Egas* (a que alguns erradamente dão o nome de *Valle d'Eguas*) —e *Sobradêllo*.

Ha n'esta freguezia, as seguintes capellas:

1.ª—*Espirito Santo*, em Valle d'Egas.

2.ª—*S. Roque*, em Pinho.

3.ª—O formoso templo do *Senhor do Monte*, que se está edificando em um cabêço, ao N. de Pinho.

São todas publicas.

O sólo d'esta freguezia, em razão da sua exposição ao S., e ser abrigado do ventos do quadrante do N., e sobretudo pela sua baixa situação, é um dos mais ferteis do concelho.

Produz, alem dos generos communs ás outras freguezias, muito milho, feijão, abóboras, hortaliças, castanhas e vinho (verde) nos sitios mais elevados e ao N.—vinho *maduro*, nas margens do Tâmega, onde ha tambem muito azeite.

Em Pinho, ha aguas ferreas e sulphureas.

Alem d'estas aguas, ha no concelho de Montalegre e suas proximidades, aguas mineraes, em S. Pedro do Rio, freguezia de Contim, 6 kilometros ao S.O. da villa de Montalegre, na margem esquerda do rio Cávado.

Na aldeia de Carvalhêlhos, da freguezia de Beça, na margem direita do rio Beça.

Na cêrca da casa do Serrado, em Montalegre.

Em *Seirós*; aldeia da freguezia de Canêdo, concelho das Boticas, e na direita do Tâmega.

(Para o appellido *Pinho*, vide *Feira*.)

PINHO—freguezia, Beira Alta, concelho de S. Pedro do Sul, comarca de Vousella, 18 kilometros ao N. de Viseu, 295 ao N. de Lisboa.

Tem 200 fogos.

Em 1757, tinha 113 fogos.

Orago, S. João Baptista.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis.

E' terra fertil.

Cria muito gado, e ha por estes sitios muita caça.

PINHO VELHO—freguezia, Traz-os-Montes, na antiga comarca de Chacim, concelho de Cortiços, hoje concelho e comarca de Macêdo de Cavalleiros, 70 kilometros de Miranda, 430 ao N. de Lisboa.

Em 1757 tinha 21 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

A mitra apresentáva o cura, que tinha 10$000 réis de congrua, e o pé d'altar.

Esta freguezia e a de Gradissimo, estão ha muitos annos annexas á da *Amendoeira*. (Vol. 1.º, pag. 198, col. 2.ª no fim.)

PINÓCROS—grande penhasco, Douro, na freguezia da Branca. (Vol. 1.º, pag. 485, col. 2.ª, no fim.)

No ponto mais elevado da serra de *S. Julião* (vide *São Julião*) a uns 200 metros ao S. dos restos de uma trincheira, facho ou atalaia que alli existem, ergue-se quasi a prumo, do lado do O., um enorme e formidavel penhasco, ao qual se dá o nome de *Pinócros*.

Tem varias ramificações de rocha *viva*, e no centro, que é o ponto mais elevado, apparece por entre as juncturas dos penêdos, e virado ao O., um buraco, de uns 15 ou 16 centimetros de diametro.

E' o respiradoiro de uma immensa caverna, pois que fallando á boca do tal bu-

raco, ouve-se a repercução do som, a grande distancia.

As sinuosidades da estrada, e as arestas dos rochedos que a formam, tornam impossivel a investigação d'este subterraneo, sem grandes despezas, a que ninguem se sujeita.

Não podia o nosso povo deixar de crear uma lenda a este logar, e com effeito, é tradição constante por estes sitios, que a caverna é habitada por *Dona Caparixa* (!) moura encantada, que guarda alli grandes riquezas.

N'esta crença (ou crendice) por algumas vezes (e a ultima, ainda ha poucos annos) alguns mais atrevidos, teem procurado atrahir a moura cá para fóra, com evocações, esconjurios, e varias macaquices, para lhe apanharem o thesouro encantado.

E, apezar de cumprirem rigorosamente todas as formulas indicadas no *Livro de S. Cypriano*, e por nove noites successivas, a moira ainda não cedeu a nada d'isto, nem se dignou mostrar o seu formoso rosto, nem a minima parte das suas riquezas, aos pretendentes.

Se continuar n'esta resistencia, e refractaria a todos os esconjurios e evocações, é muito provavel que os thesonsos alli fiquem até ao *dia de juizo.*

PINOUCOS ou **PENOUCOS**—portuguez antigo—o mesmo que penêdos.

PINOUCOS ou **PENOUCOS** (monte dos)—pequena serra, Douro, na freguezia de *Boim* (vol. 1.º, pag 407, col 1.º, no fim.)

A freguezia de Boim, é formada por uma zona de terra muito fertil, que corre de N. a S., encostada ao monte dos *Pinoucos*, que lhe fica ao E.

Ha n'este monte dos Pinoucos, excellente granito, do qual se lavra optima cantaria para construcções, que d'aqui é conduzida para varias terras, algumas a grande distancia.

No ponto mais elevado d'este monte, está a capella de S. Jorge, que foi cercada de um bello souto de frondosos e gigantescos sobreiros—talvez os primeiros que se plantaram n'estas terras, pois era arvore até aos fins do seculo XVIII, por aqui pouco conhecida.

Ha poucos annos, se teem arrancado muitos d'estes sobreiros seculares, e hoje poucos existem.

—

A egreja matriz d'esta freguezia, é em forma de cruz—ou, para melhor dizer—são duas egrejas que se cruzam.

Em 1777, um devoto d'esta freguezia, mandou construir á sua custa, uma capella para o Santissimo Sacramento, no corpo da egreja, junto ao cruzeiro, do lado do Evangelho; mandou tambem fazer em frente d'esta capella, um outro corpo de egreja, com côro e porta principal—ficando assim duas egrejas n'uma só.

Na Italia, na Russia e em outras partes, ha egrejas em fórma de cruz, mesmo construidas desde o principio com esta configuração.

PINZIO—freguezia, Beira Baixa, foi do extincto concelho de Jerméllo, comarca da Guarda—e hoje é do concelho, comarca, districto administrativo, bispado e 18 kilometros da Guarda, 130 ao E. de Lisboa.

Tem 220 fogos.

Em 1757, tinha 108 fogos.

Orago, Santo Antonio de Lisboa.

O prior de S. Pedro, de Jerméllo, apresentava o cura, que tinha 3$400 réis de congrua, e o pé d'altar.

E' terra pobre e pouco fertil em cereaes e fructas; mas cria bastante gado, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda.

PIPA (fonte da)—Extremadura, ao S. do Tejo, e sobre a sua margem esquerda. Vide *Almada.*

PIPA (fonte da)—Traz-os-Montes. Vide *Fiolhoso.*

PIPA (quinta da)—vide *Pinheiro de Loures.*

PIPA (fonte da)—Alemtejo, no sitio de *Villa Velha* (antigo assento da actual villa da *Fronteira*—vol. 3.º, pag. 239, col. 2.ª e seguintes.)

Esta fonte está ao fundo de uma elevação, onde existe a capella de *Nossa Senhora de Villa-Velha.*

Suas aguas (da fonte) são de tão péssima

qualidade, que já teem causado a morte a algumas pessoas que a bebem inadevertidamente, ou por ignorancia.

E' mineral.

A capella de *Nossa Senhora de Villa-Velha*, é uma das mais formosas da provincia do Alemtejo, e alli se faz uma grande romaria, pela Paschoa, á qual concorre gente de algumas leguas em circumferencia; pois é esta imagem, uma das de mais devoção, por estas terras.

Ha n'esta capella, uma imagem do *Senhor Morto*, que vae para a egreja matriz da villa da Fronteira, na semana santa, regressando á sua capella, em explendida procissão, no domingo do Paschoa, na occasião da festa principal.

E' a capella concorrida em todo o anno, e principalmente por occasião de alguma calamidade publica, em que a Senhora é levada em procissão, para a egreja matriz, fazendo-se-lhe então muitas ladainhas, votos e promessas.

Segundo a tradicção, esta capella já existia no tempo dos godos.

Os mouros a transformaram (pelos annos de 716) em mesquita, e, resgatadas estas terras do poder dos mouros, pelos annos de 1170, foi purificada e restituida ao culto christão.

—

A uns 10 ou 12 metros atraz da capella, existem umas profundas cóvas, nas quaes, por muitas vezes se teem achado moedas romanas e arabes, de ouro, prata e cobre.

—

A pouca distancia da capella, está a do *Senhor da Piedade*, em volta da qual, cré o povo, que apparecem *mêdos*.

O que por alli tem, por vezes, apparecido, são ladrões, a roubarem os viandantes nocturnos.

E' sitio triste e deserto.

Adiante d'esta ermida, está a do *Senhor dos Martyres*, que já fica proxima da Fronteira.

E' um sitio muito aprasivel, e a imagem do padroeiro, objecto de muita devoção do povo.

A capella é vasta e muito linda.

—

Ainda proxima á villa, e ao cemiterio da freguezia, está a formosa capella do *Espirito Santo*, que foi a primeira Misericordia da villa.

—

D'entro da villa estão as ermidas, *do Senhor das Almas*—do *Senhor da Capellinha* (na praça, em frente da cadeia, sobre um arco, chamado *de Santos*.)

Havia tambem as capellas de *S. Pedro* e de *S. Thiago*, ambas perto da da Senhora de Villa Velha, que foram demolidas — e a de *Santa Catharina*, nos arrabaldes, hoje transformada em theatro.

PIODÃO — freguezia, Douro, comarca e concelho d'Arganil (foi do concelho d'Avô, comarca de Midões—supprimidos)—60 kilometros de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa.

Tem 140 fogos.

Em 1757 tinha 49 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Conceição.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O cabido da Sé de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 14$000 réis e o pé de altar.

E' terra montanhosa, mas os seus valles, abundantes d'aguas, produzem bastantes cereaes e algum vinho.

Se os ribeiros corressem menos profundos, de modo que as suas aguas em toda a parte se podessem aproveitar para a irrigação, seria esta terra muito mais fertil.

E' abundante de madeira e lenha, e tem muita caça.

PIODÃO—ribeira, Douro, que nasce perto da aldeia do mesmo nome (cabeça da freguezia antecedente) e desagúa junto de Vide, na ribeira de Loriga.

PISÕES—fonte e bonito passeio, Extremadura, adiante da Regaleira, no principio da estrada de Collares.

Vide *Cintra* e *Collares*.

PISSOTA — portuguez antigo — pescada (peixe).

Dá-se-lhe este nome, nas *Inquirições reaes*, de D. Affonso III, em 1258, e em outros

muitos documentos dos seculos XII, até ao XIV.

PITÃES—antiga *villa*, [1] do Minho, que servia de divisão ao termo de *Dume*, como consta da *Inquirição* feita no reinado de D. Ordonho III (filho de D. Ramiro II) que reinou desde 950 até 955, e que tomou Lisboa aos mouros, em 951. [2]

Nas *Inquirições* do nosso rei D. Diniz, se acham duas villas, ou aldeias, junto a Braga, ambas chamadas *Pitães.*

A uma denominavam—Pitães-Maior, e era da freguezia de Palmeira.

Parece que é a esta que se refere a *Inquirição* do rei D. Ordonho.

A outra Pitães, pertencia á freguezia de Santa Maria de Adaúfe; mas d'esta não ha hoje a minima noticia, talvez por mudar de nome, ha seculos.

A que se chamou Pitães-Maior, ainda existe na freguezia de Palmeira, com o nome de *Pitãesinhos.* (Vol. 6.º, pag. 430, col. 1.ª—a 1.ª Palmeira.)

PITANÇA—portuguez antigo-prato, alem da ração ordinaria.

Hoje diz-se—*prato de meio.*

PITÕES—freguezia, Traz-os-Montes, comarca, concelho e 15 kilometros ao O. de Montalegre, 60 ao N.E. de Braga, 415 ao N. de Lisboa.

Tem 110 fogos.

Em 1757, tinha 210 fogos.

Orago, Santa Maria das Junias.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O nome antigo (e ainda o mais vulgar) d'esta freguezia, é—*Junias de Pitões.*

O D. abbade cirterciense (bernardo) de Santa Maria de Osseira, no bispado de Orense (Galliza) apresentava o abbade, regular, que tinha 400$000 réis de rendimento.

Os monges do mosteiro gallego d'Osseira, mandavam trienalmente, um ou dois (e as vezes tres) religiosos d'aquelle mosteiro, reger e parochiar esta freguezia; recebendo do arcebispo de Braga a auctoridade e jurisdição necessarias para o exercicio parochial.

Supprimidas as ordens religiosas em Hespanha, não houve mais parocho algum gallêgo.

O ultimo, foi frei Benito Gonçalves, que cureu esta freguezia, como encommendado nomeado pelo arcebispo de Braga, até 1850, anno em que falleceu.

Posta então a egreja a concurso, pelo governo portuguez, não foi provida em nenhum dos opositores approvados; por embaraços que houve, promovidos pelo governo hespanhol.

O arcebispo de Braga, deu, por ordem do nosso governo, a encommendação ao sr. José André Rodrigues de Carvalho, por ser o opositor classificado em primeiro logar, e este a regeu mui dignamente, até 5 de novembro de 1857; sendo então despachado parocho da freguezia de Monsúl, no concelho da Povoa de Lanhoso.

Succedeu-lhe o actual encommendado, o sr. padre João Dias, que é tambem um parocho exemplar.

Dois kilometros ao S.E. da povoação, na margem direita de um pequeno ribeiro, existe em ruinas, o antiquissimo *mosteiro cisternense de Santa Maria das Junias*, com a sua egreja gothica, que foi matriz da parochia, e está hoje quasi abandonada, servindo de egreja parochial, uma capella ordinaria de Pitões, dedicada a S. Rosendo.

O mosteiro nada tem de notavel, senão a sua antiguidade, que uns remontam ao condado de D. Henrique, e outros dizem que foi fundado por seu filho, o rei D. Affonso Henriques, em 1147.

Parece que foi originariamente, de templarios, e depois, de benedictinos, que abraçaram por fim a reforma de S. Bernardo.

—

Segundo a lenda—nas repetidas correrias que os mouros faziam por estas terras, nos fins do seculo XI, um christão escondeu no

[1] A palavra *villa*, deve aqui ser tomada como synonimo de quinta, granja, ou casa de campo.

[2] Rectifico aqui um êrro typographico, que escapou a pag. 109, col. 2.ª do 4.º volume.

Onde se diz que este monarcha tomou e saqueou Lisboa, em 851, deve lêr-se 951.

tronco de um carvalho, a imagem de Nossa Senhora da Assumpção.

Pouco tempo depois, vindo dois fidalgos de Galliza, caçar a estes montes, os seus cães, seguindo um porco montez, pararam latindo junto do carvalho.

Apearam-se os cavalleiros, e vendo a santa imagem, determinaram logo fazer-lhe uma bôa egreja e um mosteiro, que em pouco tempo ficaram concluidos.

Pediram ao D. abbade d'Osseira, para mandar alguns dos seus monges povoar o novo mosteiro, a que elle satisfez, ficando o convento novo, filial do de Osseira.

Teve sempre poucos monges, e em 1834, apenas aqui havia o parocho da freguezia e um companheiro.

Aqui foi abbade, S. Gonçalo Cisterciense, natural de Chaves, o qual, recolhendo-se da sua annexa, de Cella-Nova (Galliza) morreu gelado, na serra do Gerez. Diz a lenda, que n'essa occasião, os sinos do mosteiro, bem como os de Cella-Nova, dobraram por si mesmo, e que os monges, em vista de tal prodigio, foram em busca do seu abbade, que acharam morto entre a neve, posto de joelhos, com os olhos e mãos erguidas para o Ceu. (Vide adiante.)

Foi sepultado n'este mosteiro, no 1.º de fevereiro de 1501.

—

Havia n'esta egreja, um precioso relicario, que continha reliquias de Jesus-Christo, cabellos de Santa Maria Magdalena e de S. Martinho—e a cabeça de S. Gonçalo, á qual os d'aqui davam o nome de *casco do santo*.

Este relicario foi transferido, pelo arcebispo de Braga, D. frei Agostinho de Jesus e Castro, por occasião de uma visita que fez a esta egreja, para a do convento do Pópulo, no campo da Vinha, em Braga.

Cedeu porém algumas das reliquias a um juiz pedaneo de Pitões, para as offerecer ao duque de Bragança, senhor d'aquellas terras, e este as mandou para a capella dos seus paços de Villa-Viçosa.

Mas a cabeça de S. Gonçalo, ficou em Pitões, e foi devorada, com outras preciosidades, por um incendio, posto pelos castelhanos, durante a guerra da restauração.

Os abbades d'este mosteiro, ainda depois d'elle abandonado pelos monges, usavam de mitra e bago.

Durante a revolta da *Maria da Fonte* — em que algumas pitonenses tomaram parte —desappareceu um rico pontifical que ainda restava, e nunca mais, até hoje foi achado.

Em um terreiro, junto á egreja, existia, ha poucos annos, um antiquissimo carvalho, todo ôcco, que alguns pretendem ser o mesmo onde a Senhora foi achada.

No portal que fecha o antigo recinto da cêrca — hoje cemiterio parochial — existem dos lados, em tôsca esculptura, dois cães de pedra, a que se refere a lenda da achada da santa imagem.

Na egreja, junto á porta travessa, está embutida na parede, a inscripção seguinte:

E. M. E....... V.

Ninguem póde dizer o que isto significa!

Ha na freguezia tres capellas publicas, todas ordinarias—uma na povoação de Pitões, e é a que agora serve de matriz, dedicada a S. *Rosendo*.—Outra ao S.E. da aldeia, da invocação do *Anjo da Guarda*—e a de *S. João Baptista*, ao O., e já na serra do Gerêz.

Esta freguezia está situada na margem esquerda do rio Berêdo (ou Brêdo), tendo ao O. a cordilheira do Gerêz, e ao N. a serra da Mourella, ramificação d'aquella. É composta sómente da aldeia de Pitões.

Fica completamente isolada de outras freguezias, pois a mais proxima, dista 6 kilometros; e os caminhos para toda a parte, são por invias serranias.

Pelo N. confina com a Galliza, na extensão de tres kilometros.

O seu solo é arenoso e exposto aos ventos por todos os lados; pelo que é muito frio e pouco fertil: apenas produz centeio e batatas; mas cria, nos seus extensos pastos communs, muitas cabeças de gado, grosso e miudo.

O povo de Pitões, apascenta o seu gado vaccum (que consta de 700 a 800 cabeças) desde o 1.º de maio, até 29 de setembro, na serra da Mourella; e o seu sustento, quasi ordinario, é o leite que lhe sóbra da manteiga e queijo, que fabricam em grande

quantidade, e que as mulheres vão vender a Chaves e a Braga; mas os queijos são mal feitos e muito inferiores aos da Serra da Estrella e do Alemtejo.

Ha grande abundancia de caça grossa e miuda. Corre por esta freguezia o rio Brêdo, e uma estrada do antigo systema, que se dirige para a Galliza.

Os costumes dos habitantes são geralmente bons, mas, visinhos dos hespanhoes, aprenderam com elles a rogar medonhas pragas, contra os filhos, contra os animaes, e contra tudo que os incommoda; são muito inclinados á gulla, no comer e beber, seguindo-se por consequencia necessaria, a sensualidade desenfreada, que alli se nota em grande escala.

Em razão d'esta freguezia ser curada por padres hespanhoes, que pouco cuidavam dos deveres proprios do seu elevado ministerio, viviam os fieis d'esta freguezia n'uma crassa ignorancia da doutrina christan, e do cumprimento dos preceitos da nossa Santa Egreja; hoje, porém, acham-se sufficientemente instruidos, pelo cuidado e disvello dos dignos encommendados, que succederam áquelles mercenarios forasteiros.

—

S. Gonçalo, abbade de Santo Thyrso e de Junias, monge beneditino.—Nasceu na villa de Chaves. Chamou-se no seculo, Gonçalo Marinho. Estudou as sagradas letras, por ordem de seus paes, e sendo de tenra edade, e movido por interior vocação, vestiu a cogulla benedictina, no mosteiro de Santo Thyrso de Riba-de-Ave, bispado do Porto (e não no de Ossera, da ordem cisterciense, como dizem alguns autores). Como o nosso Santo procurou, e tomou o habito religioso, persuadido que era o estado mais perfeito para servir a Deus e imitar a vida de Christo, e não com o fim de se livrar dos trabalhos do mundo, e de ter certo o sustento, como muitos fazem, cumpriu as suas obrigações com tanta perfeição e exemplo, que de poucos annos, foi eleito canonicamente abbade do dito mosteiro, dignidade que se dava não aos que tinham mais que dar, nem aos que tinham mais empenhos (como agora se pratica), mas aos que possuiam mais talento, e a prudencia e virtudes, que devem ter os que hão-de governar subditos; e como todas estas prerogativas se achavam singularmente unidas no nosso santo abbade, o seu governo foi em tudo perfeito.

Vamos ao mais da sua vida.

—

«Houve antigamente no termo de Monte-Alegre, d'este arcebispado primaz, um mosteiro de Cister, chamado de *Santa Maria de Junias*, sujeito ao de Ossera, no bispado de Orense. Extinguiu-se no anno de 1608, e foi depois egreja parochial, sujeita ao ordinario de Braga.[1] D'este mosteiro foi abbade D. fr. Alvaro, que depois de administrar o governo alguns annos, o demittiu de si, renunciando-o nas mãos do papa Alexandre VI, a favor do nosso fr. Gonçalo, seu parente em proximo gráu. Tomou posse d'aquella abbadia aos 5 de fevereiro de 1499; sendo arcebispo primaz, D. Jorge da Costa, a quem veiu logo dar obediencia, por estar no limite da diocese bracharense. Tinha o abbade de Junias, duas annexas, uma no reino de Galliza, a que chamavam *Santa Maria de Cella*, e outra n'este arcebispado, a que chamavam *S. Rosendo*, ás quaes hia muitas vezes prégar e cumprir com as obrigações que lhe incumbiam, como prelado. Retirando-se de Cella, onde se tinha hido enterter em tão santos e caritativos empregos, e dizendo missa no caminho, em um domingo, vespera da Purificação de Nossa Senhora, n ella lhe foi revelada a sua morte, como deu a intender aos assistentes, que foi d'esta sorte.

Como na noite antecedente tivesse nevado em tanta quantidade, que estava a neve de altrra de dois metros, principalmente na eminencia de um monte, no sitio a que chamavam *Fonte Fria*, chegou a elle tão debilitado, que não podendo resistir entregou a alma ao Creador, que querendo dar a conhecer ao mundo a santidade do seu servo, mandou repicar os sinos de Junias e Cella, por invesiveis mãos.

Vendo os monges prodigio tão inaudito, se persuadiram que alguma desgraça havia

[1] Adiante relato o que diz frei Agostinho de Santa Maria, com relação a este mosteiro.

succedido ao seu abbade, por occasião das neves.

Ajuntaram quantidade de homens do logar de Pitões, para que abrindo-lhes caminho, pelas neves, podessem procurar o santo abbade, a quem emfim acharam, entre as neves, com o corpo exanime, de joelhos, e com os olhos e mãos levantadas ao Ceo, como achara Santo Antão, abbade, a S. Paulo, primeiro erimita da Thebaida.

Confusos e admirados ficaram os monges com tão singular prodigio, e louvando todos o Altissimo, porque permittiu tivesse aquelle seu servo semelhante morte, levaram o santo cadaver para o mosteiro de Junias, onde não cessaram os sinos de tocar, senão depois de o terem dado á sepultura, no 1.º de fevereiro de 1501.»

A cabeça de S. Gonçalo, que existiu, como já disse, na egreja de Pitões, e que desappareceu com um incendio, não deixou porisso de continuar a merecer a devoção popular, e a festa do *Casco de S. Gonçalo*, se continuou a fazer em Junias e em Osera, a 2 de outubro de cada anno.

Mina de magnete, ou pedra-iman

A uns 1:800 metros a N.E. de Pitões, e 20 kilometros ao O. de Montalegre, está uma collina de uns 150 metros de comprido, formada por uma especie de granito muito friavel, e produzindo ápenas matto rasteiro, e herva brava.

E' semeada de rochedos graniticos, em volta dos quaes e em outros logares d'esta collina, se tem extrahido grandes pedaços de magnete, que teem sido levados para diversas terras do reino, onde são muito apreciados.

Apparece tambem, menos rico, ligado a outras substancias, como talco, quartzo e outros corpos inorganicos.

Em toda a extenção da collina, fazendo-se escavações, se encontram porções de mineral, soltas, em maior ou menor volume e quantidade, como pyrites de ferro, plombagina (graphite) e ferro magnetico.

Estes minerios apenas teem sido explorados, ou pesquizados, por curiosos, completamente ignorantes em mineralogia, chimica e metalurgia; talvez que feito um reconhecimento por pessoa habilitada, se achasse aqui com que pagar amplamente as despezas da lavra; o que seria de utilidade, não so para o explorador, como para os habitantes da freguezia.

—

No dia 1 de abril de 1874, houve na aldeia de Pitões, um pavoroso incendio, que devorou completamente, 36 predios, deixando os seus moradores reduzidos á ultima miseria.

—

Como o que se lê no *Santuario Mariano* (tomo 4.º, pag. 166) com respeito ao mosteiro de Santa Maria de Junias, de Pitões, differe alguma cousa do que se acabou de lêr, com referencia áquelle mosteiro, o resumo aqui, para que os leitores sigam a opinião que mais lhes agradar.

Eis em summa o que diz frei Agostinho de Santa Maria, no logar citado.

Na Terra de Barroso, termo de Montalegre, houve antigamente um mosteiro da ordem de Cister, dedicado a Nossa Senhora, com o titulo de Santa Maria de Junias, sujeito ao de Ossera, no bispado de Orense na Galliza.

Os primeiros habitadores d'este mosteiro, foram uns anachoretas de santa vida, que professavam a regra dos erimitas de Santo Agostinho (gracianos) como consta de escripturas antigas, que se conservam no archivo da camara de Chaves, e o refere frei Sebastião del Portillo, na sua *Chronica Espiritual*, da ordem de Santo Agostinho.

Comessaram estes santos erimitas a servir o Deus, n'aquelle logar, pelos annos de 889, com grande fervor e virtude.

Adoptaram depois a regra ae Cister, continuando n'ella a sua vida exemplarissima, pelo que foram muito favorecidos, pelo rei D. Affonso, *o sabio*, de Castella. [1]

[1] Parece-me que ha aqui engano do auctor.

A ordem de Cister é uma reforma da de S. Bento, e não me consta que a adoptassem outros monges que não fossem os benedictinos; e esta reforma teve principio em

D. Sancho II, de Portugal, tambem muito estimou e protegeu estes monges, e ambos estes monarchas, fizeram ao mosteiro grandes doações, das terras proximas e em volta do mosteiro, que comprehendiam umas duas leguas quadradas, de altas montanhas nas raias de Portugal e Galliza.

D. Affonso III (o Bolonhez) lhes deixou, por testamento, cem libras que vinham a ser 3$600 reaes, o que era uma boa quantia, n'aquelle tempo.

Conservou-se este mosteiro em prosperidade, por espaço de 718 annos, vindo-se a extinguir em 1608, sendo então seu abbade, D. frei Lourenço de Vera, que ficou no mosteiro, com dois monges, para curarem a freguezia; mas, como eram todos Gallegos, sahiram de Portugal, abandonando o mosteiro, em 1640.

Annexas a este mosteiro, eram as freguezias, de *São Rosendo*, em Portugal—e a de *Cella Nova*, na Galliza.

A padroeira d'este mosteiro, era objecto de grande devoção, dos povos de Barroso e outros, d'este reino, e dos immediatos, na Galliza, que a vinham visitar com muita frequencia, desde abril até outubro; porque nos outros mezes do anno, era este logar frigidissimo (como hoje) e os caminhos impraticaveis, por causa da neve e dos ribeiros, então caudalosos que não davam passagem, por falta de pontes.

PIÚGAS—portuguez antigo—sapatos. Hoje piúgas (nas provincias do N. *cothurnos*) são meias curtas, de homem.

PIÚGOS—portuguez antigo—paredes, feitas de pedra miuda e *em sosso*.

Vê-se esta palavra no foral de Cortiçô, feito em 1216, e em outros foraes e documentos, dos seculos XII, XIII e XIV.

PLUMBARIOS—povos que habitavam o

Portugal, pelos annos 1130, no reinado de D. Affonso Henriques, mais de um seculo depois da morte de D. Affonso, *o sabio*.

Ha pois toda a razão para crer, que, muito embora estes anachoretas observassem a regra de Santo Agostinho, mais ou menos formal e canonicamente, *professaram* depois a regra de S. Bento, e por fim, no seculo XII, adoptaram a cisterciense, que não era senão a benedictina reformada.

Herminio-Menor (serra de Marvão, no Alemtejo.)

Vide *Aramenha* e *Marvão*.

PÓ — appellido nobre portuguez — vide *Obidos*.

PÓBLA, POBLANÇA e **POVOANÇA**—portuguez antigo—povoação.

PÓBRA—portuguez antigo—póvoa.

POBRADOR—portuguez antigo — povoador.

POBRADOR D'EL-REY—portuguez antigo—magistrado ou procurador do rei, que inspeccionava os reparos dos logares fortes, e as populações.

Eram mais frequentes em Traz-os-Montes, que no principio da monarchia estava mais deserta e despovoada que as outras provincias, e precisava por isso, mais urgentemente do ministerio d'estes empregados.

Eram sempre escolhidos para pobradores do rei, pessoas de muita inteireza.

(Vide *Mós*.)

POÇA—aguas mineraes da Extremadura —vide *Cascaes* e *Estoril*.

POCARIÇA—vide *Porcariça*.

POCEIRÃO—aldeia, Extremadura (ao S. do Tejo) comarca, concelho e 12 kilometros ao E.S.E. de Setubal, 37 ao S.E. de Lisboa.

E' aqui a 8.ª estação do caminho de ferro do sul e sueste.

Fica entre as estações de Setubal e Pégões.

POÇO—nascente d'agua salgada, Extremadura.

(Chamava-se vulgarmente—*Pôço das Salinas*.) Vide *Rio Maior*.

POÇO—appellido nobre em portugal—E, por se ligarem (os Poços) por parentesco com os *Barbudas*, deu o cardeal D. Henrique (depois rei) sendo regente do reino, na menoridade de D. Sebastião—em 1565—a Pedro Lopes do Poço Barbuda, o brazão de armas dos Barbudas.

POÇO DA MOURA—catarata do ribeiro denominado *Chão da Fonte*. (Vol. 2.º, pag. 270, col. 2.ª; no fim.)

Na margem direita do rio Homem, desagúa o ribeiro do Chão da Fonte, que nasce em um dos pontos mais altos do Gerêz.

Quem seguir (por um atalho alcantilado e perigoso) os meandros que este regato descreve por entre collinas e penhascos, cobertos de tôjo e urze, pára extasiado á vista de uma paisagem lugubremente pittoresca.

A' esquerda são uns outeiros, tambem cobertos d'urze, altos, esguios e aprumados. A' direita está uma montanha, de tão rapido declive, que a distancia parece talhada perpendicularmente.

Lá em cima, por entre os alcantis, vegetam rachiticos sobreiros, e alguma herva brava.

A aguia real, soltando o seu vôo potente e arrojado, de sobre as penedias superiores, ora despede em carreira *meteorica*, ora paira descuidosa sobre o abysmo.

Ao fundo quebra o silencio do sitio, o fragor do ribeiro, que precipitando-se em vertiginosa catadupa de muitos metros de altura, se despenha fremente sobre uma vasta bacia espumosa (o *Pôço da Moura*) como para descançar, para nova jornada, e novos saltos.

Vista de longe, a catarata assemelha-se a uma columna de crystal, levantada por mãos de gigantes, no fundo de um templo druidico.

Nem o horror das florestas germanicas falta aqui, para completar a illusão; pelo que a imaginação bizarramente creadora do nosso povo, liga ao Poço da Moura, uma lenda horripilante, de mouras encantadas, guardando thesouros, mais hyperbolicos do que todos os das *Mil e uma noites*.

POÇO DA PEDRA CALDEIRA—vide *Poiares*, do concelho do Peso da Regua.

POÇO DO BISPO — aldeia, Extremadura, freguezia e concelho dos Olivaes, comarca, patriarchado, districto administrativo, e 5 kilometros ao N.E. de Lisboa.

Tem 60 fogos.

E' a primeira estação do caminho de ferro de norte e leste.

Pouco adiante (ao N.E.) do *palacio da Mitra*, principiam as casas da povoação do Poço do Bispo, ao longo da estrada paralella á margem direita do Tejo.

O oidium tukeri, causou em tempo bastante decadencia a esta povoação, porque antes d'elle, dava-se aqui emprego a muitos braços, nas importantes tanoarias e em varios armazens de retem, em que se recolhiam e *beneficiavam* alguns milhares de pipas de vinho; porém a estação do caminho de ferro e a diminuição da molestia das vinhas, lhe recuperou, a sua perdida labutação e importancia.

Ao Poço do Bispo, segue-se *Braço de Prata*, e a este *Cabo Ruivo*, tambem sobre a margem direita do Tejo, e da mesma freguezia dos Olivaes.

POÇO DO BORRATEM—Este largo, da cidade de Lisboa, fica entre as ruas da Magdalena (vulgo, *calçada dos Caldas*) e a do Arco do Marquez de Alegrete.

Pertence, parte á freguezia de Santa Justa, e parte á de S. Lourenço.

O celebre *poço* que deu o nome ao sitio, está na casa, cuja porta tem o numero 6, havendo no 1.º andar, um estabelecimento de banhos.

As suas aguas mineraes, descem do monte do castello de S. Jorge, como as das thermas romanas que existiram junto á Sé, as do chafariz d'El-Rei, as das Alcaçarias e outras.

Vide *Pedras Negras*.

—

São conhecidas desde tempos immemoriaes as virtudes therapeuticas d'estas aguas; mas a noticia escripta, mais antiga que se encontra d'este poço, é do anno de 1552, na *Estatistica de Lisboa* (manuscripta)

Alli se diz que a sua agua é de boa qualidade.

Todas as nascentes d'aguas mineraes em torno do monte do castello de S. Jorge, bastariam para fazer acreditar que alli é o manancial de todas, tendo mais distante, o *foco* da sua temperatura.

Nas visinhanças de Lisboa, e pela simples observação das camadas superiores da terra, e ainda mais, em escavações, se vê, em bastante quantidade, basalto; lavas, misturadas de carbonato e sulfato de cal, oxidos de varias especies, e substancias vulcanicas decompostas, o que tudo nos denuncia a existencia de um antigo volcão, n'estes

sitios; apparecendo mesmo vestigios de antiquissimas crateras.

E que nada d'isso existisse, a frequencia dos terramotos que teem destruido, mais ou menos parcialmente Lisboa, nos estão provando, que todo este terreno é vulcanico, e que sob a crusta do sólo, correntes de mineraes em fusão, ameaçam esta cidade, de novos cataclismos.

Todavia, é certo que o fogo subterraneo occupa hoje um espaço menos vasto, e talvez a maior profundidade, o que nos dá a esperança de que as convulsões futuras, serão muito menos desastrosas do que as passadas.

Vide *Terramotos.*

—

Attribuiam os antigos á agua d'este poço a virtude de curar varias enfermidades. O *Aquilegio Medicinal*, concorda n'estas propriedades, quer a agua seja applicada interna, quer externamente.

A *Polyanthea Medicinal*, escripta, e publicada em 1695, por João Curvo Semêdo, diz:

«A agua do poço do Borratem, que temos em Lisboa, é admiravel para curar as comichões, impingens, bustéllas, gretaduras e achaques de figado, como o experimentou a rainha, a sr.ª D. Luiza Maria de Gusmão — o inquisidor, Luiz Alvares da Rocha — Pedro de Castilho — o juiz do Terreiro — e outras muitas pessoas, que padecendo, não só chagas, comichões, costras e quenturas do figado; mas, o que é mais, padecendo lepras, sem poder ter alivio com todos os remedios da arte, cobraram perfeita melhoria, só em beberem da dita agua e tomarem banhos n'ella.»

Mas, outra virtude, bem mais rara e apreciavel, attribuia aquelle escriptor a esta agua — ouçamos.

«Em confirmação da virtude que tem a dita agua, para as quenturas do figado, contarei o caso seguinte:

«Havia vinte e dois annos que certo homem estava casado, sem ter filhos, e, porque lhe sobreveio uma destemperança quentissima do figado, lhe aconselhei que bebesse agua do referido poço; e, usando d'ella seis mezes, se achou são, e a mulher se fez pejada: d'onde vim a entender, que a muita quentura do figado d'aquelle homem, era a causa da esterilidade.»

É certo que esta agua é util para padecimentos cutaneos, tomada tanto interna como externamente.

O poço tem 11 metros de altura, e 1^{m},98 de diametro.

Até 1818, a irmandade de Santo André e Almas, da freguezia de Santa Justa, dava os baldes e as cadeias, para a extracção da agua do poço, mas recebia 80 rs. por mez, de cada aguadeiro que alli a hia buscar.

Depois, uma Maria Thereza, viuva, não se sabe porque titulo, constituiu-se senhora do poço, tendo em seu poder a chave da tampa exigindo 240 réis por mez, de cada aguadeiro que tirava agua d'elle, dando os 80 réis á confraria, e ficando com o resto.

Houve queixas á camara, que poz demanda á tal Maria Thereza e á irmandade; e o desembargo do paço, julgou que uma vez que a agua estava em terreno publico, era de todos que se quizessem aproveitar d'ella.

A camara nomeou então um capataz (a quem entregou a chave do poço), e este capataz fornecia as cordas e baldes, e recebia dos aguadeiros e criados de servir que gastavam d'esta agua, 80 réis mensaes.

Durou isto até 1849, mandando então a camara que as despezas com o poço, fossem pagas pelo seu cofre, e que a agua fosse do uso livre do povo.

O poço está agora bem reparado, com uma optima bomba de ferro fundido, sob uma abobada de tijolo, e dentro de um predio, cujo chão pertenceu aos jesuitas, e depois, ao hospital de S. José.

—

N'este largo do Poço do Borratem, ainda existem (posto que alteradas na sua architectura primitiva) as casas em que viveu o famoso doutor, *João das Regras.* — Vide 4.° vol., pag. 138, col. 2.ª, no fim.

POÇO DO CANTO — freguezia, Beira-Baixa, concelho de Meda, comarca de Villa Nova de Foz Côa (foi da comarca e concelho de Meda), 54 kilometros de Lamego, 345 ao N. de Lisboa.

Tem 215 fogos.

Em 1757 tinha 150 fogos.

Orago, Nossa Senhora do Pranto.

Bispado de Lamego, districto administrativo da Guarda.

O reitor de Ranhados, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

É terra fertil. Muito gado e caça.

POÇO-ROMÃO — sitio summamente pittoresco da provincia de Traz-os-Montes.

«A formosa e rica villa de Villa-Real, está fundada em uma eminencia, na confluente dos rios *Córgo* e *Cabril*, subindo sempre a povoação para o lado do N.O., terminando ahi por um terreiro, no centro do qual está a ermida de S. João Baptista, edificada sobre um rochedo bastante alto, e por isso lhe dá o povo, o nome de *S. João da Fraga.* O panorama que se disfructa d'este sitio é sublime pela sua alpestre magestade. Aos pés do observador se cava um abysmo, ao fundo do qual refervem as aguas do Córgo; e em frente se estende um vasto horisonte. D'aqui se vêem as serras da Teixeira, Padornêllos, Gerêz, e Marão, que não parecem mais do que leves ondulações do terreno.

Junto á ermida, é o sólo formado de enormes rochedos graniticos, primitivos.

Não é porém a belleza e variedade do panorama, que dá importancia a esta secção geologica do paiz, constituido em enorme castello de rochas primitivas, cortadas a pique sobre o rio Córgo, cujo nivel está seguramente 300 metros inferior á ermida de S. João da Fraga, de quem se póde dizer, visto da margem do rio, o que li no inédito d'um passeio á serra da Louzan: «Parece que a Natureza, em uma hora de adoração, começou a elevar-se até Deus, e chegando áquella altura, deixou alli para sempre erguido um padrão da sua piedade.»

No fundo d'este abysmo, está o *Poço-Romão*, contrastando na placidez e apparente immobilidade das aguas, com o sussurro da quéda de que se alimenta, e com horrisono fragor da cataracta do *Penêdo*, em que se despenha, resaltando por entre fragas, em flocos d'espuma alvissima, na altura de mais de 350 metros. Quer se debruce o observador á beira do abysmo, medindo-lhe a altura, quer da margem do Córgo busque o azul do céu, pasma de vêr a belleza d'aquelle collosso de granito, que, ora parece submergir-se nas entranhas da terra, ora encastellar-se até fender as nuvens. Alli, a par dos arrojos da Natureza, admira-se o atrevimento e presistencia do homem. A vegetação luxuosa e robusta que se descobre nos ingremes socalcos suspensos na sinuosidade do fraguedo, mostra a constante lucta do pensamento com a materia, e as conquistas que cada dia vae fazendo um sobre a outra. No entanto, sente-se alli a pequenez das obras do homem, ao pé da magestade das obras de Deus. O mais arrojado esforço da arte, é um mesquinho arremêdo dos da Natureza. As pyramides do Egypto, são massas enormes de pedra, sem expressão e sem vida: o resultado da ordem architectonica, a mais elegante, a mais robusta, não tem a grandeza, a estructura admiravel da humilde grama que pelo chão rasteja, ou do Hymalaia que se avisinha do céu.

Fronteiro á ermida de S. João da Fraga, está suspenso sobre o abysmo o *pinheiro da raposeira*, arvore secular e gigantesca, filha digna da região que habita. Quem olhar com attenção este *duo*, hade achar entre a arvore e a ermida, um pensamento grande: o consorcio da religião e do trabalho, collaborando no progredir da humanidade. Parece que no meio de um medonho cataclysmo se abriu a serra para dar, por suas entranhas, passagem ao Córgo, e este, invadindo o leito aberto alli, repousou das fadigas da jornada que traz desde a sua fonte, na serra do Mezio, e em que prosegue até á Régua, onde vae afogar-se nas aguas do Douro.

Bellezas geologicas d'esta natureza são frequentes em Traz-os-Montes, pois quantos rios cortam esta provincia (Sabôr, Túa, Mação, Cabril e outros), correm por leitos não menos fragosos.

Em parte alguma se encontram tantas bellezas reunidas. De um lado Villa Real, descendo a encosta do monte, e passando o Córgo pela *ponte de Santa Margarida*, para se hir dependurar pela encosta fronteira; d'outro, o *Poço-Romão*, desaguando em soberba cataracta; d'aquell'outro um horisonte maravilhoso — tudo isto faz um conjuncto de

grandezas que não se observam sem enthusiasmo, que não se recordam sem saudade.

Silva Mattos.

(*Archivo Pittoresco*, vol. 5.º, pag. 196.)

POÇO-VELHO — freguezia supprimida, Beira-Baixa, annexa a Náve-de-Haver. (vol. 5.º, pag. 16, col. 1.ª)

PODAME — freguezia, Minho, comarca e concelho de Monção (foi da mesma comarca, mas do extincto concelho de Valladares), 60 kilometros ao N.O. de Braga, 420 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757 tinha 91 fogos.

Orago, S. Cosme e S. Damião.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis.

É terra muito fertil em cereaes e fructas, e cria muito gado.

PODENCE—freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Macêdo de Cavalleiros (foi da extincta comarca de Chacim, e supprimido concelho de Isêda), 54 kilometros de Miranda, 430 ao N. de Lisboa.

Tem 130 fogos.

Em 1757 tinha 102 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Purificação (*Candeias*).

Bispado e districto administrativo de Bragança.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento annual.

É terra fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha caça grossa e miuda.

Teve annexas as freguezias de *Edroso*, e *Romeu*, que estão outra vez independentes.

—

Em abril de 1876, foram mandados entregar á junta geral do districto administrativo de Bragança, 17:684$000 réis, para o lanço da estrada districtal, de Podence, pela Portella do Prado, ao Mogadouro e Moncôrvo, entre Valle de Colmeias e o rio Açoeima.

PODENTES — villa, Douro, concelho e 4 kilometros ao N. de Penella, comarca da Louzan, 18 kilometros de Coimbra, 185 ao N. de Lisboa.

Tem 230 fogos.

Em 1757 tinha 181 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Purificação (*Candeias*).

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

Os duques de Lafões, como senhores e condes de Tentugal, apresentavam o prior, que tinha 350$000 réis de rendimento.

(É preciso vêr o artigo *Alafões*, para os donatarios de Podentes e de Miranda do Côrvo.)

Ha n'esta freguezia uma boa fabrica de papel, do sr. Luciano Fernandes Falcão, fundada em 1860.—Vide *Miranda do Côrvo*, e *Penella*.

—

É povoação muito antiga, e foi por muitos annos cabeça do julgado do seu nome; todavia nunca teve foral régio—pelo menos Franklim não o menciona, nem nos novos, nem nos antigos.

É terra muito fertil em todos os generos agricolas do nosso paiz, e nos seus montes ha muita caça.

O sr. Jeronymo Dias d'Azevedo, foi feito visconde de Podentes, em duas vidas, a 8 de outubro de 1851—e em 24 de novembro de 1868, foi feito conde do mesmo titulo.

A sr.ª D. Margarida Mendes de Vasconcellos, filha dos srs. condes de Podentes, é casada com o riquissimo, illustrado e sympathico lavrador do Riba-Tejo (Gollegan), o sr. Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas de Campos (vulgarmente — Carlos Relvas). Vide *Gollegan*.

POIARES — freguezia, Traz-os-Montes, concelho de Freixo de Espada á Cinta, comarca do Mogadouro, 160 kilometros ao N.E. de Braga, 390 ao N. de Lisboa.

Tem 210 fogos.

Em 1757 tinha 143 fogos.

Orago, S. Pedro, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

Os beneficiados de Freixo de Espada á Cinta, apresentavam o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé de altar.

É povoação muito antiga.

É n'esta freguezia a capella de *Nossa Se-*

nhora d'Alva, no monte onde estão as ruinas do castello da extincta villa d'Alva. (A razão porque perdeu o fôro de villa, vê-se no 1.º vol., pag. 169, col. 1.ª, no fim.)

Ha aqui um grande laranjal, que produz laranjas, das melhores do reino.

Em frente das ruinas d'este castello, fica a alfandega chamada da *Barca d'Alva*. (Vide esta palavra.)

A antiga villa d'Alva, está ha 636 annos reduzida a aldeia.

—

A freguezia de Poiares é muito abundante d'aguas, e fertil em cereaes e azeite. As suas azeitonas, são maiores e de melhor gôsto, do que as de Sevilha. Tem muito e optimo peixe do Douro (que lhe passa pelo S.), e do mar, que lhe vem pelo mesmo rio.

E' formada sómente pela povoação de Poiares, e o seu clima é quente mas saudavel.

A sua principal industria é o fabrico de pão, de trigo e de centeio, que vae d'aqui, para muitas leguas de distancia, onde é muito apreciado, pela sua excellente qualidade, attribuida á optima agua com que é amaçado.

Fabrica-se tambem muito burel, e ha muitos pisões do mesmo tecido.

O que ha de mais notavel n'esta freguezia, é a celebre ponte e calçáda de *Alpragares*—sendo aquella de um só arco, mas grande, e esta muito ingreme.

Estão bem conservadas, apezar da sua muita antiguidade.

São construidas de pequenos seixos rolados, extrahidos do rio Douro — que corre proximo ao S.

(A estes seixos rolados, dão nas provincias do N. o nome de *gódos*.)

Todos admiram, como, com semelhantes pedras, e sem cimento de qualidade alguma, poderam construir—principalmente a ponte—com tanta solidez e duração.

O povo rude d'estes sitios, attribue esta construcção a arte diabolica, e de paes a filhos tem passado a seguinte lenda:

Em tempos antigos, era tudo por estes sttios barrancos e pricipicios medonhos, sem haver um atalho sequer.

Sobre o ribeiro, não havia ponte, nem cousa que, mais ou menos rudimentarmente a substituisse.

Em uma noite, veiu aqui ter um viandante, a cavallo; e, como tivesse urgente necessidade de continuar a sua jornada, e isso lhe fosse absolutamente impossivel, no meio da sua desesperação, pediu a Deus e ao diabo que lhe velessem em tão apertada conjunctura.

Foi o diabo que appareceu ao *reclame*, e lhe disse:

«Se me deres a tua alma, antes que cante o gallo prêto, te darei uma ponte, para atravessar o ribeiro, e uma estrada, para seguires a tua viagem sem o minimo perigo.»

O cavalleiro acceitou, e Satanaz poz logo mãos á obra; mas quando o infernal pedreiro conduzia as duas ultimas pedras da guarda da ponte, canta o gallo preto, e o homem pôde atravessal-a e seguir seu caminho sem comprometter a sua alma.

A unica desforra que pôde ter o diabo, foi atirar para longe as duas pedras, e fugir para o seu tenebroso reino.

Ainda hoje, qualquer pessoa d'esta terra, mostra na ponte o sitio onde deviam ser collocadas as duas ultimas pedras.

—

Em frente de Poiares, fica o *ponto do Saltinho*, uns 5 kilometros acima do Torrão, e até onde chega a navegação do rio Douro.

E' já entre Portugal e Hespanha.

Acima de Poiares, é a povoação hespanhola de *Nigosa*, chamada pelos portuguezes—*Fiolhosa*, que tambem fica em frente do *Saltinho*.

POIARES—villa (creação nova), Douro, cabeça do concelho do seu nome, na comarca da Louzan, 18 kilometros ao E. de Coimbra, 6 de Pena-Cóva, 12 de Farinha Podre, Louzan, e Semide, 18 d'Arganil, e 215 ao N. de Lisboa.

Tem 1150 fogos, em duas freguezias:

(S. Miguel, 150—e Santo André, 1:000.)

Em 1757 tinha 712 fogos.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O prior de Penacova apresentava o cura,

annual, que tinha 50$000 réis e o pé de altar.

O *Santuario Marianno*, não traz a freguezia de S. Miguel, por ainda não existir quando aquelle livro foi escripto.

O concelho de Poiares, é composto de 4 freguezias, todas no bispado de Coimbra, que são—as duas da villa, Levegados e Arrifana, todas com 1:600 fogos.

Tinha tambem a freguezia de S. Matheus, de Friúmes, que passou para o concelho de Penacova.

Dá-se o nome generico de Poiares ao territorio—ou bacia—banhado pelos rios Alva, ao E. — Mondego, ao N. — e Ceira, ao Sul.

Tem 18 kilometros de extenção, de N. a S. e 15, na sua maior largura, de E. a O.

Todas as povoações, pois, que se estendem por este territorio, teem o nome (ou o *sobrenome*) de Poiares.

A maior parte da sua base, formando uma bacia oblonga, fica entre as serras da Mucella (ou Mursella) ao E.—do Carvalho, ao O. —de Serpins, e Cabeço de Magarrufe, ao S.

Mas, a capital do concelho é Santo André de Poiares, povoação que apenas conta 60 fogos.

E' a mais central, e onde funccionam as auctoridades judiciaes e administrativas.

Os concelhos confinantes, são:

Pena-Cova, Farinha Podre (extincto), Arganil, Goes, Semide (extincto), e Coimbra.

O concelho de Poiares, foi creado em 1836, formando-se de freguezias até então pertencentes aos concelhos limitrophes.

—

Na *Chronica* (inedita) *de D. Affonso Henriques*—por Duarte Galvão—e do capitulo 24 consta o seguinte:

Vindo o cardeal, deputado pelo papa (Honorio II) ter com o principe a Coimbra, para o aconselhar nas dissensões, entre elle e sua mãe, *e o instruir nas doutrinas de Christo* (!) o achou tão renitente, que declarou o reino interdicto; mas, temendo o genio irascivel de D. Affonso, fugiu na seguinte madrugada.

D. Affonso, assim que soube o que tinha praticado o cardeal, *cavalgou a pós elle, a toda a brida, e o foi alcançar no logar da Vimieira* (povoação de 12 fogos) *a par de Poiares, caminho da Beira;* e alli mesmo o obrigou a levantar o interdicto, e a deixar em refens do cumprimento da sua promessa, e a não repetir o interdicto, um sobrinho e companheiro do cardeal.

No logar dos *Pousadouros*, concelho de Côja, nasceu o insigne varão, o *padre José Vicente Gomes de Moura*, uma das illustrações que enobreceu Portugal.

Menciono-o aqui, porque, desde a edade de sete annos, veiu com seus paes residir para a povoação de *Abraveia*, d'este concelho de Poiares.

—

O sólo d'este concelho não é calcareo— abunda em barros amarellos e silicosos, uns e outros de pouca profundidade, e por isso, e por ser bastante frio, não é demasiadamente productivo; e as fructas, hortaliças e legumes, pouco aqui prosperam.

Não ha vinhas, as videiras estão em arvores, latadas e estacas, e o vinho que produzem é muito ordinario.

—

O povo d'este concelho, é, no geral, muito laborioso, e, alem da cultura da terra, a que se entrega com afan, emprega-se em varios ramos de commercio e industria, sendo o principal, azeite, e fabrico e exportação de cêra branca e amarella.

Fabricam grande quantidade de cestos, compram ferros velhos, e trapo, para as fabricas de papel, o que dá bastante lucro aos que não teem meios de commerciar em objectos de mais valor.

Alem dos rios que mencionei, tambem a ribeira de Poiares (que nascendo nas faldas da serra da Mucella, ao cimo da Venda-Nova, desagúa na esquerda do Mondêgo, junto e ao S. da *Ronqueira*) rega e fertiliza este concelho — bem como a ribeira de Villa-Chan; que, nascendo na serra de Serpins, vem juntar-se ao rio Ceira, abaixo da Foz de Arouce.

—

A 15 d'agosto, se faz em Santo André de

Poiares a romaria de Nossa Senhora das Necessidades, uma das mais notaveis do districto administrativo de Coimbra.

Ha grande arraial, e fogo de artificio, na vespera; e no dia, grande funcção de egreja, com procissão, musica, sermão, etc., tudo com a maior magnificencia.

POIARES—freguezia, Minho, comarca e concelho de Ponte de Lima, 18 kilometros a O. de Braga, 360 ao N. de Lisboa.

Tem 170 fogos.

Em 1757 tinha 135 fogos.

Orago, S. Thiago, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O mestre escola da Sé de Braga (conego) apresentava o vigario, collado, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar.

E' terra fertil. Muito gado e caça.

POIARES—freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Peso da Regua (vol. 6.°, pag. 219, col. 2.ª, no fim.)

E' povoação muito antiga.

Em 1193, D. Sancho I, e sua mulher e filhos, fizeram doação de um casal, dos quatro que a corôa tinha em *Canellas de Poiares do Douro*, ao *farçante*, ou *bôbo*, *Bonamis*, e a seu irmão, *Acompaniado*.

—

Foi por muitos annos, do julgado de Panoias; depois, passou a ser do julgado de Canellas de Poiares, e, desde 1855, é do concelho e comarca de Peso da Regua.

—

Esta freguezia é composta de cinco aldeias, que são:

Poiares, Canellas, Villa Secca, Estrada, e Ceára; sendo as duas primeiras, as mais importantes. Isto alem de muitas e bôas quintas.

Tem 6 kilometros de comprido, e 3 na sua maior largura.

E' situada sobre a margem direita do rio Douro, e esquerda do Córgo, em terreno bastante accidentado (como o é todo o das duas margens d'estes rios) sendo limitada ao O. pelo pequeno rio Córgo, que divide esta freguezia da do Peso da Regua, entrando aqui na direita do Douro.

A creação d'esta parochia, é obra dos cavalleiros do Templo, que tiveram aqui um mosteiro, em frente da egreja matriz, do qual ainda existe uma torre.

No tempo d'elles, não tinha a freguezia senão 17 fogos; e, como eram senhores de um vasto territorio por estes sitios, trataram de o aforar aos seus familiares e creados, obrigando-se para com os foreiros, a edificar egreja e constituir freguezia, desmembrando esta terra, da freguezia de Andrães, a 7 kilometros de distancia, e da de Abáças, a 5 kilometros.

Os templarios tinham aqui grandes rendas, tanto em Poiares e Canellas, como em Villarinho dos Freires, Amêdo, Sámões, Freixial, etc.

Quando isto passou para a ordem de Malta, foi dividido em cinco commendas, cada uma das quaes rendia annualmente, réis 2:000$000.

Com estes 17 fogos, ou familias, deram principio á freguezia, que, com o tempo, tanto se foi povoando e ampliando, que a ella pertenciam as futuras freguezias de Villarinho dos Freires, com a povoação da Granja, Presiguêda, Escavêdas, e Alvações do Tanha—Alvações do Córgo, com o logar da Azinheira — e Galafura, com a povoação de Covellinhas, á beira do Douro.

Estas trez freguezias e os logares que lhes são annexos, tudo pertencia á de Poiares, e, quando se tornaram parochias, ficaram dependentes da de Poiares.

Até 1826, vinham os sachristães das tres freguezias, com as respectivas cruzes, assistir á festa do padroeiro, no dia 29 de setembro, sendo obrigados a trazerem o rol dos confessados, e a pagarem 20 réis por cada chefe de familia.

Desde esse anno, o vigario, José Rodrigues Pinto, deixou perder (por desleixo) esta posse.

—

Supprimida a ordem dos templarios, em 1311, o nosso rei D. Diniz, doou todos os bens da ordem (1319) á de Christo, que havia instituido.

Segundo a tradição, os templarios que aqui viviam em 1311, foram barbaramente assassinados pelo povo, em vingança dos

crimes que haviam commettido; mas isto não é mais do que attribuirem aos templarios portuguezes os crimes dos de França.

Das nossas historias não consta que um unico templario fosse morto, nem por o povo, nem por sentença—e até a maior parte d'elles, passaram a pertencer á ordem de Christo, então creada.

Alem d'isso, o povo d'esta terra, bom e catholico, jámais perpetraria taes atrocidades.

Poiares, que era commenda, passou (provavelmente por troca) para a ordem de Malta, ou hospitaleiros, e que primeiramente se denominou, de Rhodes.

Esta ordem, dava pousada aos peregrinos que passavam pelas suas commendas, e para esse fim, mandaram construir o edificio, que ainda hoje existe, com o nome de *casa da Torre*, ao cimo da povoação de Poiares, e que é agora propriedade dos herdeiros do capitão Luiz de Figueiredo.

O commendador de Poiares, tinha a seu cargo, as despezas do culto d'esta egreja, e a apresentação e pagamemto da congrua do parocho, ao qual dava—10$000 réis em dinheiro, 30 alqueires de trigo, duas pipas de vinho, e toda a lenha que lhe fosse precisa para queimar.

Davam tambem, dois almudes d'azeite para a alampada do Santissimo, 16 arrateis de cêra, e meia arroba de sabão, para a lavagem das roupas brancas da egreja.

Foi commendador de Poiares, o famoso D. frei Christovão de Sernache, cavalleiro professo da ordem dos hospitaleiros de São João de Jerusalem, bailio de Leça, grão chanceller de Rhodes, preeminente ao priorado do Crato (da mesma ordem) commendador da villa de Freixiel, do concelho d'elrei, e fidalgo da sua casa.

Jaz em nobre sepultura, na egreja do mosteiro de Leça do Bailio.

Era irmão de Gregorio de Cernache, senhor de Gaia. (Vide 6.º vol., pag. 93, col. 2.ª, o 4.º Cernache.)

O ultimo commendador de Poiares, frei José da Silva e Athaide, mandou reedificar a capella-mór, e deu novos paramentos e alfaias de muito valor, para a egreja.

O commendador tinha em frente da egreja, uma grande matta de carvalhos, com uma vasta propriedade cultivada, do lado opposto, chamada o *Prado*, composta de hortas e lameiros (prados.)

O mosteiro dos templarios, era ao cimo da matta, em frente da egreja, onde, como já disse, ainda existe a torre, bastante arruinada.

Unidas ao mosteiro, tinham vastas officinas e armazens.

Depois de 1834, o governo vendeu em praça todas as propriedades da commenda, e hoje, a matta, está transformada em vinhas, produzindo, de 80 a 90 pipas de optimo vinho, e em excellentes campos e bellas hortas.

—

Os generos que mais aqui abundam, alem do vinho, são—azeite, cereaes, batatas e pastos para gado.

(O terreno de Poiares, produz annualmente umas 1:000 pipas de vinho, e toda a freguezia 4:000.)

Ha na freguezia, ricos lavradores, e muitos carreteiros, que vivem de levar generos para a Régua e outros pontos.

Ha tambem muitas familias que vivem á lei da nobreza; porém a mais distincta é a dos srs. Correias Leitões, que teem um bonito palacete, no centro da povoação, mandado edificar, pelos annos de 1710, por João Correia Teixeira da Fonseca, seu ascendente.

Canellas

Na villa de Canellas,[1] porém, ha muitas familias nobres, sendo a principal d'ellas a dos Silveiras, que teem um palacete no centro da villa, cuja construcção principiou em 1760, mas não chegou a concluir-se o risco da obra.

O seu ultimo representante, foi Antonio da Silveira, visconde de Canellas, que morreu aqui, e está sepultado no cemiterio da irmandade do Senhor dos Passos.

[1] A antiga villa de *Panoias*. E' a que vem descripta no vol. 2.º, pag. 88, col. 1.ª

Era da familia do famosissimo general Silveira, 2.º conde de Amarante, e 1.º marquez de Chaves.

E' hoje seu representante, o sr. Manuel da Silveira.

Nasceram em Canellas, os generaes Antonio e João de Lacerda, que teem no meio da villa, uma antiga casa, com boa capella, onde teem o Santissimo; e uma casa defronte, no terreiro onde se costuma fazer a feira, no 3.º domingo de cada mez.

E' hoje representante d'esta familia, o sr. Lourenço de Lacerda.

A familia Amaral, de que é actual representante, o sr. José Correia Teixeira Pinto do Amaral, que tem a sua casa no terreiro contiguo com o dos Lacerdas, e onde se faz a feira dos porcos.

A familia dos srs. Penetras, é tambem muito distincta.

Manuel Antonio de Carvalho Seixas Penetra, chefe de uma guerrilha cabralista, aprisionou-me em Covellinhas, no dia 2 de fevereiro de 1847; mas, quando uma escolta me conduzia a Lamego, no dia seguinte, ao atravessar o Douro, em frente da Regoa, os srs. Cruzes de Covellinhas, e alguns cavalheiros da Régoa, desarmaram a escolta, e me libertaram.

Os Penetras e Lacerdas, trataram-me optimamente; não assim, José Cabral Teixeira de Moraes, então governador civil de Villa Real, e que estava na Régua, fugido do Cesar de Vasconcellos.

Este paisano, arvorado em general de guerrilhas (cabos de policia) á ultima hora, mostrou-se commigo um fanfarrão cobarde, e um chapado ignorante das leis de guerra.

Depois de me insultar, na casa da camara, da Regua, sem respeitar, como devia, a minha posição de prisioneiro de guerra, mandou lavrar *auto de corpo de delicto* (!) contra mim.

A escolta que me levava, commandada por um facinoroso, denominado *Luiz do Ribeiro d'Agua* (que fôra um sanguinario perseguidor das liberaes, no reinado do sr. D. Miguel, e que, desde 1834, era perseguidor dos realistas) tinha ordem de me assassinar, em sitio apropriado, no trajecto do Barosa a Lamego!

Se os meus libertadores não viessem tanto a tempo, com certeza não existia hoje o *Portugal Antigo e Moderno*, em que já n'esse tempo trabalhava havia seis annos.

Recebam pois aqui os meus agradecimentos os srs. Penetras, o sr. Lacerda, e o sr. dr. Ayres, de Galafura, que, sendo meus inimigos politicos, me trataram com a dignidade e attenções proprias de cavalheiros bem educados.

A minha gratidão eterna aos bravos srs. Cruzes, de Covellinhas, assim como aos srs. Camillo José de Macedo, José Maria, e Francisco Guilherme, da Regua; que, com tanta bisarria me salvaram a vida e deram a liberdade.

Uns e outros, certifiquem-se mais uma vez, de que—*por fazer bem, nunca se perde.*

Quanto ao sr. José Cabral Teixeira de Moraes, se ainda for vivo, perdoo-lhe a sua ignorancia, grosseria e charlatanismo; e lembre-se que, um prisioneiro de guerra, entre nações civilisadas, é um homem sagrado; e que mostra tanta cobardia como malvadez, o que o insulta, fiado na impunidade—e, finalmente:

«que é fraqueza entre ovelhas ser leão.»

—

Desde 1807, deu Canellas, dois tenentes-generaes, dois condes (os de Amarante), um marquez (o de Chaves) álem de outros muitos valentes militares.

O actual bispo de Cabo Verde, é tambem natural de Canellas.

—

O primeiro assento de Canellas, foi nos logares hoje chamados *S. Gonçalo* e *Corvaceira*; mas, sendo estes sitios atacados por uma espantosa multidão de formigas, que destruiam todos os vegetaes, foram os habitantes mudando pouco a pouco as suas casas para o alto, e assim se deu principio á villa de Canellas.

Ha aqui uma linda capella, de Nossa Senhora da Purificação (das *Candeias*) onde está a irmandade do Senhor dos Passos.

Esta capella foi mandada edificar por D. Maria I, e á sua custa.

No sitio da *Fonte do Milho*, em uma propriedade que hoje pertence aos herdeiros de D. Manuel da Prelada, existe ainda uma muralha, restos da antiquissima fortaleza.

Tem aqui apparecido differentes moedas de prata e cobre, quasi todas do imperador Tiberio.

—

Tornemos a Poiares.

Viveu n'esta freguezia o dr. Jeronymo Gomes Carneiro, medico do partido da camara do Peso da Régua, e delegado de saude.

Era filho de José Gomes Carneiro e de sua mulher, D. Maria Barbara de Azevedo.

Formou-se em medicina, em Montpellier, por diploma de 15 de julho de 1843, tendo-se habilitado na cidade do Porto, em 27 de fevereiro de 1855.

Foi nomeado socio correspondente da sociedade de medicina e cirurgia pratica de Montpellier, em 2 de julho de 1843—da academia de sciencias medicas, de Marselha, em 5 de agosto de 1843—e da sociedade de sciencias e bellas artes, de Toulon, em 7 do mesmo mez e anno.

Por serviços humanitarios, foi agraciado pelo governo portuguez, com a commenda de Christo, por decreto de 27 de maio de 1867.

Era um medico intelligentissimo, curando pelos systhemas allopathico e homeopathico—segundo o methodo que lhe parecia mais apropriado á doença, e sendo feliz nas suas curas, obteve creditos de um medico excellente.

Casou com a sr.ª D. Francisca Rita de Menezes Montenegro, filha do desembargador, Antonio Cardoso Pinto Montenegro, fidalgo com exercicio no paço, e de D. Thomazia Carolina Correia Leitão.

Alem de ser um medico distincto, era um perfeito homem de bem, e geralmente estimado e respeitado.

Falleceu em 24 de abril de 1876, deixando a sua viuva, e dois filhos, o sr. Antonio Montenegro Gomes Carneiro, e a sr.ª D. Maria das Dôres Montenegro Carneiro, dignos filhos de taes progenitores.

A sr.ª D. Maria das Dôres, ainda é solteira.

Seu irmão, casou em Canellas, com a filha unica do sr. capitão Pinto Barreiros, um dos maiores proprietarios da comarca.

—

E' a freguezia de Poiares, uma das mais vastas, mais ferteis e mais ricas da Provincia.

Principiando na foz do Corgo (onde conflue com o Douro) a um kilometro da Regua, prolonga-se pela margem do Douro, até proximo de Covellinhas, a 6 kilometros a E.N.E. da Regua, com cuja freguezia confina.

D'aqui segue até ao alto da povoação da Estrada, onde confina com a freguezia de Galafúra.

D'aqui, seguindo para o O., até á esquerda do Corgo, limitam-a, pelo N., as freguezias de Abáças e Villarinho dos Freires, tendo uns 20 kilometros de circumferencia.

A sua principal producção, é vinho fino, de embarque, creado nas margens do Douro e Corgo, e vinho de consumo, nos terrenos elevados; produzindo tambem muito azeite e cereaes.

A villa de Poiares, fica no ponto mais elevado e mais central da freguezia, a 8 kilometros a N.E. da Regua, e d'alli se vê Lamego, Cambres, Samodães, Penajoia, Armamar, e outras muitas povoações e serras da Beira Alta, na margem opposta do Douro.

O terreno em redor de Poiares, é fertilissimo, e seus habitantes, no geral, muito trabalhadores, religiosos e pacificos; decorrendo annos sem aqui haver uma desordem.

E' quasi patriarchal o viver d'esta gente, sendo trivialissimo ver aqui, ricos proprietarios, colhendo 80, 90 e mais pipas de vinho, e exportando, alem d'este genero, madeira, lenha, fructas, azeite, etc.; ver estes proprietarios, digo—e suas mulheres e filhos, trabalharem nos campos e nas vinhas, misturados com os creados e jornaleiros, sem distincção na mesa nem no serviço.

—

Houve aqui familias nobres e ricas, avul-

tando entre ellas, a dos Cachapuzes, hoje extincta.

Os restos do que foi d'elles, fórma ainda um bom casal, propriedade do sr. Jorge Augusto Ferreira, de Penajoia, senhor da casa da Capella, na Corvaceira.

D'outras casas ricas que aqui houve, apenas hoje resta a memoria, e da antiga nobreza, só existem duas virtuosissimas, respeitaveis e decrepitas senhoras, solteiras—D. Maria Clementina e D. Francisca—representantes da familia Leitão Montenegro.

São irmans do sr. Bernardo Pereira Leitão, da rua das Flores, na cidade do Porto.

—

O mosteiro dos templarios, era formado sobre uma vasta arcaria, franca ao publico, que tudo o tempo destruiu, á excepção da torre, como já disse; e a egreja matriz, que, com as successivas reedificações, pouco tem de primitivo.

E' um templo vasto e bem situado, mas de singela architectura.

Ha n'elle duas grandes e formosissimas imagens, feitas no Porto, em 1873—uma é o Senhor dos Passos, e a outra, a Senhora da Soledade.

A torre, tem um magnifico relogio.

A residencia parochial, foi um bom edificio, mas está em completa ruina.

E' aqui actualmente vigario, o sr. D. Jayme da Paixão Souza Bahia, da nobre familia Bahia.

Apezar da extincção dos dizimos, ainda esta freguezia rende annualmente, para o parocho, perto de 700$000 réis.

N'esta egreja se fazem annualmente 10 a 12 festividades, todas com muita decencia; alem de sumptuosas Endoenças.

E' para lamentar que este templo esteja sempre obstruido com as *carcaças* dos andores, tumbas e outros objectos, por não ter casa da fabrica, nem para as sessões da junta de parochia, nem para arrecadação—e mesmo a sachristia é insignificante.

Se deixassem de fazer as suas festas em dois ou tres annos, com o dinheiro n'ellas dispendido, podiam fazer tudo o que lhes falta.

Ha na egreja uma antiquissima cruz, de pau santo, e de muito valor archeologico.

Tem mais de um metro d'altura, e é toda coberta de laminas de prata, de esquisito lavor, com varias figuras, um Crucifixo, tambem de prata, e uns celebres cordões do mesmo metal.

Teve uma pianha, tambem muito esquisita, em fórma de cabaço, e de prata, pela qual um commendador deu em troca, uma cruz do mesmo metal, que os francezes roubaram em 1807 ou 1808.

—

Segundo a tradição, andando uma mulher surda-muda a guardar gado, no sitio de Santa Barbara, 1 kilometro a E. de Poiares, estando a fiar, sentada em um monte de pedras soltas, lhe cahiu o fuso, sumindo-se por entre as pedras, e puxando pelo fio, viu brilhar o que quer que fosse, e foi correndo dar parte aos habitantes do povo, *fallando claramente*. Aquelles, pasmados de ouvirem fallar a surda-muda, correram ao sitio, e arrumando as pedras, acharam a tal cruz e dois sinos.

Para commemoração d'este achado, collocaram no sitio da apparição, uma grande cruz (*cruzeiro*) de granito: e, todos os annos, em dia de Santa Cruz (3 de maio), levam da egreja, em procissão, a cruz, até ao logar onde foi achada, e alli dão tres voltas em redor do cruzeiro, regressando á egreja, depois de terem alli feito as suas ladainhas e orações.

—

A povoação da *Estrada*, é pequena, e a principal familia que n'ella reside, é a viuva e filhos do riquissimo proprietario, o doutor Abilio.

—

Villa Sêcca, aldeia, d'esta freguezia, é muito fertil, tem proprietarios ricos, e tambem aqui houve familias nobres.

—

Ceára, outra aldeia da freguezia, é povoação pequena, mas tem boas casas, de ricos proprietarios.

—

Ha n'esta freguezia sitios muito pittorescos; um d'elles—a *Corvaceira*—d'onde se

gosa um vasto horisonte, incluindo uma grande extensão do rio Douro, e muitas freguezias e povoações das suas duas margens, assim como a formosa e fertilissima bacia de Jugueiros, Mourões, Torre, Cambres, São Gião, e Corvaceira (da Beira-Alta, na margem esquerda do Douro, freguezia de Penajoia — vol. 2.°, pag. 406, col. 1.ª, no principio) Lamego, e S. Domingos da Queimada.

O *Monte-Raso*, ao E. de Canellas, é tambem um sitio muito pitoresco. D'aqui se olha com pasmo, para o rio Douro. Um monte quai perpendicular, de 2 kilometros, cahe sobre o *Poço da Pedra Caldeira.*

Toda esta medonha encosta, está coberta de vinhas, que dão vinho finissimo; parecendo impossivel poderem por alli andar os pobres trabalhadores.

É um terrifico despenhadeiro, como o do *Picão do Arda*, e como o de Santarem, que está sobre o Tejo.

No tópe d'este monte, está um marco geodesico, ou trigonometrico, e d'este sitio se descobrem largos horisontes; mas esta vista é triste, pois consta de montes escalvados, outeiros pyramidaes, desfiladeiros e gargantas medonhas. Vêem-se tambem alguns pinheiraes e olivêdos, e raras vinhas ou campos.

Perto do Monte-Razo (ao E.) fica o *Valle do Carro*, que se prolonga, monotono e triste, por entre encostas escalvadas, desde as proximidades de Poiares, até á grande e famosa quinta de *Valle de Figueira.*

Vêem-se por estes sitios, aridos e silenciosos, de distancia a distancia, ruinas de edificios, que parece terem sido outr'ora habitação de salteadores.

No alto, se encontram grossas paredes, construidas de pedras miudas, que foram muralhas de antiquissima fortaleza, dos primitivos lusitanos ou dos romanos.

—

Na extremidade E. d'esta freguezia, sobre o *Valle de Covellinhas*, junto á *quinta dos Carvalhos*, do sr. desembargador Leite, ha um sitio denominado *as Piscas*, muito accidentado, coberto de penhascos de fórmas bizarras — uns, parecem casas; outros varandas e minarêtes; outros de côr avermelhada, cortados a prumo, sobre o abysmo, o que tudo, visto de perto, é feiissimo, mesmo de dia; porém de noite horrorisa.

Aguas vertentes para o rio Córgo (ao O.) e junto a Villarinho de Freires, mas ainda nos limites d'esta freguezia de Poiares, ha um sitio denominado *Castro*, que foi provavelmente fortaleza dos romanos, e talvez mesmo dos povos que os precederam. É um vasto môrro, de fórma oval, terminando em um bonito e vistoso plató, hoje coberto de vinhas.

Ainda ha gente viva, que se recorda de vêr aqui restos de fortes muralhas, que foram arrasadas, para se plantarem as vides: encontrando-se por essa occasião, varios objectos de fórma esquisita e de applicação desconhecida, sendo alguns d'ouro—e muitas moedas romanas, de cobre, umas com o busto, outras com o corpo inteiro, de varios imperadores romanos, mas, a maior parte, de Constantino Magno. Varios cippos de marmore (pedra que não ha n'esta provincia).

(Adiante tratarei mais circumstanciadamente das antiguidades existentes n'estas terras.)

—

Ha n'esta freguezia, importantes quintas, de vinho fino. Principiando pelo O., e logo junto da foz do Corgo, a *quinta da Vaccaria*, do sr. Joaquim Firmino da Cunha Reis, de Braga. É uma das mais notaveis do Douro, comprehendendo grande espaço sobre a sua margem direita. Produz mais de 100 pipas de vinho superlativo, muito azeite, muita fructa, muita baga de sabugueiro, e muitas cannas, que são aqui muito apreciadas para a empa das vides.

Pertence a esta quinta, a barca da passagem do rio Córgo, que rende mais de quatrocentos mil réis por anno.

Em frente d'esta propriedade, na margem opposta do Douro (esquerda) a *quinta de Melres*, do sr. João Pinto Pisarro da Cunha Portocarreiro, da *casa das Sereias* (*palacio dos Bandeirinhas*, no Porto.)

No inverno de 1822, para 1823, rebentou no alto d'esta quinta, que é muito ingreme, um furioso *olho marinho*, que arrojou sobre

o Douro, as casas, e tanta quantidade de pedras e terra, que, apezar da largura que o rio tem aqui, e da impetuosidade da sua corrente, n'este sitio (o *Ponto do Córgo*), fez represar a agua, que subiu até ás janellas da casa da quinta da Vaccaria, arrancando um grande cypreste e outras arvores que havia junto á casa; e entrando pelo rio Córgo, foi arrazar um grande engenho de moagem, da quinta do *Vallado*, na freguezia de Villarinho dos Freires, da familia Ferreirinha, da Régua.

Tantos e tão grandes penedos ficaram desde então no leito do Douro, que, apezar dos muitos d'alli extrahidos pela companhia dos vinhos, ainda, na estiagem, se vêem bastantes.

Com a quinta da Vaccaria, prende a *dos Curraes*, dos filhos de Macario de Castro, de Lamego. É tambem um vasto predio, e produz vinho fino, de diversas qualidades, sendo uma boa porção, de delicioso moscatel.

A seguir na mesma direcção, e sempre pela margem direita do Douro, está a *Quinta Velha*, do sr. Verissimo Albino Teixeira Vaz Pinto, do Burgo, d'Arouca.

Com esta, confina a grande quinta do *Cannal*, que foi dos padres congregados, de S. Philippe Nery, e é hoje do sr. conde de Castro.

Segue-se a quinta do *Zambulhal*, propriedade do dono da quinta de Melres, o sr. Cunha Portocarreiro, do Porto. É uma grande propriedade, produzindo muito bom vinho, e muito azeite; apezar de andar mal cultivada.

A partir com esta quinta, está a do *Enxudreiro*, do sr. Manuel da Silveira, de Canellas. O vinho d'esta quinta, é finissimo, apezar de estar quasi inculta, e ser o terreno solto, escabroso, e o mais ardente do Alto-Douro, abrangendo os medonhos alcantis da Pedra-Caldeira, de que já fallei, e cuja plantação devia ser carissima, pela perpendicularidade do solo, e por ser feita em rocha schistosa.

Adiante seguem-se, na base do celebre *Monte-Razo*, as quintas de *Pena-Má*, e *Valle de Figueira*, propriedade do sr. doutor Manuel Antonio de Carvalho Seixas Penetra, de Canellas. Tambem produzem vinho finissimo.

E outra quinta de *Valle de Figueira*, do sr. José Correia Teixeira Pinto do Amaral, tambem de Canellas (filho da sr.ª D. Jeronyma de Valle de Figueira), e do sr. José Paulo, de Abambres.

São estas as principaes quintas de vinho fino que ha em Poiares.

A *quinta da Deveza*, que foi do visconde de Canellas, e é hoje do *brasileiro*, Domingos Madeira, de Villa-Sêcca de Poiares, — e a quinta *dos Curraes*, que é contigua, tambem são ferteis, e produzem muito azeite, fructas e umas 100 pipas de vinho soffrivel.

Em seguida á quinta da Deveza, ao N., está a quinta do fallecido Marcos, da Fonte do Pêso, e hoje de seus filhos. É grande e fertil. Tem boas casas, em que antigamente residiram seus possuidores, sendo então esta propriedade esmeradamente cultivada.

É tambem digna de especial menção, a *quinta da Commenda*, do sr. Lucio Rodrigues Pinto, em Poiares, junto á egreja parochial. Foi cabeça da grande commenda dos templarios, e depois da ordem de Malta. É ainda uma propriedade de muita valia, em terreno quasi plano, e extremamete fertil. (É a de que fallei, no principio d'este artigo.)

—

Além das quintas mencionadas, ha n'esta freguezia outras importantes, e rendosos casaes, de que não faço especial menção, para não fatigar mais os leitores.

—

Além dos monumentos e ruinas que descrevi no artigo *Panoias* (de Traz-os-Montes), existem por estes sitios outros muitos vestigios de construcções antiquissimas.

—

No sitio chamado *Fonte do Milho*, da freguezia de Poiares, se vêem as ruinas de uma antiga fortaleza, e alli se teem achado muitos *picaveques*, tijolos, e algumas casas subterraneas, que tudo demonstra ser construcção romana, pela perfeição da obra.

A uns 200 metros do logar de Abáças, d'este concelho, está o monte do Crasto, e

no seu cume ha ruinas de uma povoação, que se diz foi praça romana.

Teem-se aqui, por muitas vezes, achado muitas moedas de cobre, tendo de uma parte a figura de um homem, e da outra, uma especie de escudo d'armas, cercado por uma legenda, da qual só se podia ler em algumas, a palavra ROMANORUM.

No seculo XVIII, a camara de Villa-Real, mandou á academia real de historia portugueza, algumas d'estas medalhas.

Na freguezia de Cóvas, ha um sitio chamado *Torre*, no qual se vêem as ruinas de dois castellos, onde tambem teem apparecido muitas moedas romanas.

No fim da freguezia de Adoufe, para a parte do N., acima da estrada de Villa-Real para Chaves, entre os logares de Estariz (d'esta freguezia) e o de Bonagouro, está um sitio chamado *Pedra da Mão do Homem*. (Vide 6.º vol., pag. 518, col. 2.ª)

—

Junto á aldeia de *Outeiro Jusão*, a 3 kilometros de Chaves, em uma quinta, que foi de José de Sampaio, e em outras propriedades proximas, ha vestigios de uma grande povoação, do tempo dos romanos; pois se tem aqui achado por muitas vezes, lageados de cantaria, alicerces de pedra lavrada, grandes tijollos e pequenos, de differentes fórmas, restos de edificios sumptuosos, cippos e outras antiguidades.

A uns 500 metros d'este sitio, na aldeia de *Saimões*, em uma vinha, se acharam no meiado do seculo XVIII, alicerces de grandes edificios.

D'isto se collige, que á raiz septentrional da serra, e confrontando com a veiga de Chaves, houve tambem uma povoação romana.

Na aldeia da *Granjinha*, se teem achado muitos vestigios de edificios romanos, como são—capiteis de columnas, de jaspe—tróços de estatuas, e outros objectos, de elegante architectura.

Nas aldeias de *Santo Estevão*, e das *Eiras*, na raiz da mesma serra, se teem tambem descoberto bastantes vestigios de construcções e esculpturas romanas.

Entre os logares de *Outeiro Secco*, e *Villa Mean*, a uns 9 kilometros de Chaves, no sitio chamado *Lagares*, se veem restos de edificios romanos, e proximo a este logar, ha ainda algumas cóvas, largas e profundas, que dão indicios de serem restos de minas de ouro ou prata, lavradas pelos romanos.

E' certo que por estes sitios houve exploração de minas de metaes preciosos, em grande escala, o que explica a existencia de tantas povoações romanas.

Perto da referida aldeia dos Lagares, se achou, em 1721, grande cópia de moedas romanas, de diversos imperadores; e já antes d'isso, o dono da propriedade tinha alli achado 20 e tantos marcos d'ellas, que vendeu a um ourives, que as derreteu para lhes dar diversas applicações.

Junto ao logar de *Villarandêllo*, 18 kilometros a E.N.E. de Chaves, e que é situado no alto de um monte, existem as ruinas de uma grande povoação, a que ainda hoje dão o nome de *Cividade*.

Dizem os d'aqui, que foi cidade mourisca; porém Thomé de Tavora e Abreu, no relatorio que mandou á academia real de historia portugueza, diz, que as muralhas demonstram ser obra romana; o que se confirma por ter encontrado o mesmo Thomé de Tavora, á entrada de Villarandello, um padrão romano (marco milliario) com a inscripção seguinte:

IMP. CAES. M. OPELLIO SEVE.
MAGNO PIO FEL. INVICTO
ET MAGNO AUG. ET M. OPELLIO
ANTONINO DIADUMENTANO NO-
BILIS S. MO. CAES. PRINCIPI JU-
VENTUTES.

(Este padrão foi dedicado ao imperador Cesar Macrino Opellio Severo, Magno, Pio, Feliz, Invicto, Augusto—e a Macrino Opellio Antonino Diadumentano, nobilissimo cesar, principe da juventude romana.)

Opéllio Macrino imperou nos annos 217 e 218 de Jesus Christo.

—

Proximo ao logar de *Villas Bôas*, a 9 kilometros de Chaves, em um alto, existem

ruinas de uma fortaleza e povoação, que parecem ser obra romana, porque, pelos annos de 1710, se achou aqui uma grande quantidade de moedas romanas.

Em *Villa Nova do Monte,* limite da ribeira de S. Thiago, a 24 kilometros de Chaves, se veem as ruinas de uma cidade que tinha mais de dois kilometros de circumferencia.

Tem muralha, fosso e contra escarpa.

Entre este sitio e o logar de *Lama de Ouriço,* ha uma cordilheira de montanhas, e em diversas partes d'ellas, ha vestigios de edificios antiquissimos, e umas cavernas á raiz da montanha, algumas abertas a picão, na rocha, outras, feitas de alvenaria assente em argamaça.

Tambem parece obra romana.

Vinte e quatro kilometros ao S. de Chaves, adiante das aldeias de *Zêbras,* e *Valle d'Égua* (ou *Valle d'Egas,* como parece mais etymologico) no sitio da *Cabeça do Seixo,* e em uma terra chamada *Santarem,* se encontram ruinas de uma povoação, com dois kilometros de circumferencia.

Ainda em 1750 alli se via de pé, um arco e uma torre, e restos de edificios sumptuosos.

Tambem parece obra dos romanos.

Na aldeia da *Curalha,* a 6 kilometros de Chaves, ha ruinas de uma antiquissima povoação, que foi cercada de muralhas.

Ainda a isto se dá o nome de *Crasto da Curalha.*

Dizem que foi povoação mourisca, e que a este *crasto* vae ter uma galeria subterranea, que até hoje ninguem se atreveu a investigar, apezar da sua grande largura.

A bocca ou entrada d'esta galeria, fica na outra margem do Tâmega, no logar de *Bóbeda,* e a uns 20 metros da entrada principia a descer, enterrando-se por um monte que cáe sobre o mesmo rio; de módo, que, se este *tunell* vae com effeito ter ao tal *Crasto,* passa por baixo do Tâmega, que n'este sitio corre bastante arrebatado, por entre penhascos, e é certamente uma das obras mais notaveis dos antigos.

E' muito interessante a descripção das muitas antiguidades que existem n'este reino, tanto dos tempos pre-historicos, como das que pertencem aos antigos lusitanos, aos phenicios, carthaginezes, romanos, godos e arabes; mas, nem todos os meus leitores simpathisarão com esta leitura, muito mais, porque uma noticia archeologica parece-se muito com outras já lidas.

Deixarei pois as mais noticias de antiguidades que houve, ou ainda se acham no vasto territorio chamado outr'ora *Terra de Panoias,* e suas immediações, para as dar pouco a pouco nas terras onde existiram ou ainda existem: mesmo porque o artigo d'este Poiares já vae muito extenso; e receio tornar-me fastidioso.

POIX—portuguez antigo—depois, para o futuro.

E que esto poix non viña en dovida, nós de susoditos encomendamos ende a seer factas duas Cartas por A. B. C. departidas. (Doc. de Salzedas, de 1273.)

POLA—portuguez antigo—augmento, sublimidade, grandeza.

POLAINA — portuguez antigo — Insignia oprobriosa das alcoviteiras.

Era uma *baetilha de seda vermelha,* que traziam na cabeça, emquanto não partiam para o degredo.

(Ord. do L.° 5.°, tit. 32, § VI.)

Tambem lhe davam o nome (á *polaina*) de *enxaravía.*

POLDRAS—vide *Pondras.*

POLDRAS—portuguez antigo—ainda usado nas provincias do N.—pedras, ou *passadeiras* que se põem nos ribeiros de pouco fundo, para que a gente os possa atravessar a pé enchuto.

POLGAMÍO e depois **POLGAMINHO**—portuguez antigo—pergaminho.

POLGAMÍO DE PAPILLO—portuguez antigo—papel de trapo.

POLHA—portuguez antigo—gallinha.

POLVOREIRA—freguezia, Minho, comarca e concelho de Guimarães, 20 kilometros ao N.E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa.

Tem 130 fogos.

Em 1757 tinha 95 fogos.

Orago, S. Pedro, apóstolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

As religiosas de Santa Clara (franciscanas) de Villa do Conde, apresentavam, *in solidum*, o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento annual.

No monte da *Polvoreira*, proximo ás Caldas de Visella, ha um dolmen.

POMARÃO—aldeia, Alemtejo, na raiz da serra de S. Domingos, proximo e abaixo (ao O.) de Mertola, sobre a direita do Guadiana.

As minas de cobre de *S. Domingos*, ou do *Pomarão*, são as mais ricas que Portugal possue actualmente.

São de uma companhia ingleza.

Já foram exploradas pelos romanos e pelos arabes, o que está plenamente provado, pelas antigas galerias que se teem descoberto, e por terem aqui apparecido com frequencia, notaveis objectos archeologicos, do tempo d'esses dominadores do mundo.

Em 1867, se achou aqui uma lindissima medalha de ouro, do imperador Nero, em perfeito estado de conservação.

Tanto esta medalha, como os instrumentos antigos encontrados, teem sido, quasi todos, remettidos para Inglaterra.

A lavra d'estas minas é feita em grande escala, produzindo annualmente, mais de 200 navios de minerio.

A despeza mensal, regula por 40:000$000 réis.

Trabalham diariamente, debaixo da terra, 400 a 500 pessoas.

1:600 a 2:000 cavalgaduras e 200 carros, andavam aqui empregados, antes de se fazer o caminho de ferro americano, de 20 kilometros de extensão, que leva o minerio para o caes, no Guadiana.

Este importante centro de industria, tem excedido em organisação, valor e prosperidade, as mais opulentas minas da Peninsula, e que domina o mercado inglez, está situado na zona do 4.° districto mineiro, na comarca e cancelho de Mertola, e na freguezia de Santa Anna, de *Cambas* (vol. 2.°, pag. 51, col. 1.ª, no fim) perto (ao N.) da margem direita do Guadiana.

O jasigo metalifero, consiste em uma massa compacta de pyrites de ferro cuprifero.

A demarcação d'este terreno mineiro, abrange uma área de 399:000 metros quadrados.

Os primeiros possuidores (modernos) eram portuguezes; mas não podiam explorar estas minas, por falta de capital.

Em 1859, foi feita a concessão, aos srs.: Ernesto Deligny, Luiz de Cases, Duc de Gluchsbierg, e Eugenio Ducle; sendo dados plenos poderes ao habil engenheiro, o sr. James Mason (feito visconde do Pomarão, em 24 de janeiro de 1866) para dirigir os trabalhos.

Pelo poder invencivel da actividade e intelligencia d'este cavalheiro, dirigindo e movendo o capital e os braços, o deserto, árido e inutil que rodeava as minas, se transformou em uma risonha povoação, activa, e abastecida de todos os generos necessarios á vida, e na qual avultam, o elegante palacete da empreza, a egreja, o hospital, um theatro, uma bibliotheca, uma casa de recreio; em volta do que se agrupam mais de 400 casas de habitação, para os operarios.

A mina principal, foi posta em communicação com o Guadiana (a cuja margem levou a animação e a vida) por um caminho de ferro—*rail-road.*

A empreza tem dispendido, em construcções e material, até 1875, mais de 1:600 contos de réis.

Emprega actualmente, em toda a qualidade de trabalhos, mais de 1:600 pessoas.

O porto do Pomarão, insignificantissimo antes da lavra d'estas minas, é hoje um ponto de grande importancia, pela concorrencia dos navios de vela e vapores, que vem aqui carregar de minerio, para o levarem para a Gran-Bretanha.

O imposto para o estado anda annualmente por perto de 40 contos de réis.

—

E' louvavel o comportamento do sr. visconde do Pomarão, que, sendo protestante, fez construir uma formosa e elegante capella catholica, para que os seus empregados

e operarios e suas familias, alli vão assistir aos officios divinos.

Ainda fez mais—hindo a Roma, com sua esposa, nos fins do anno de 1874, sollicitou e obteve uma audiencia do Santissimo Padre, Pio IX, e foi tal a abundancia dos objectos de piedade, sobre os quaes pediu as benções de Sua Santidade, que regressando ao Pomarão, não houve pessoa alguma que deixasse de ser contemplada com rosarios e outros objectos.

—

Em 21 de julho de 1875, houve um incendio, na mina de S. Domingos, ardendo uma extensão de galerias, que causou á companhia um prejuizo superior a 100 contos de reis.

Em abril de 1876, um terrivel incendio, devorou o edificio das machinas de moagem do minerio, construido no sitio chamado *Achada do Gamo*, não deixando senão as paredes.

Tambem a empreza soffreu um prejuizo não inferior a 100 contos de réis.

—

E' pena que este prospero e utilissimo estabelecimento, tão magistralmente montado, e que tão grande importancia tem dado a estas terras, esteja em um sitio bastante doentio, sujeito principalmente a febres intermitentes.

E' tambem para lamentar, que, ou o descuido, ou a temeridade dos operarios—ou a impericia dos mestres que os dirigem, tenham dado causa a bastantes mortes, contusões e ferimentos, que, com tanta frequencia aqui tem havido.

Ainda no dia 8 de agosto de 1875, andando 8 operarios a vigiar um tunell, arruinado pelo violento e repetido choque dos wagons, desabou uma parte do tunell, ficando seis individuos envolvidos nas ruinas.

Trez, sahiram horrivelmente mutilados e já cadaveres—e os outros, foram recolhidos ao hospital das minas, perigosamente feridos; só dois ficaram illesos.

POMARES—freguezia, Douro, comarca e concelho d'Arganil (foi da comarca de Midões, concelho d'Avô, supprimidos) 45 kilometros de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa.

Tem 320 fogos.

Em 1757, tinha 217 fogos.

Orago, Santa Luzia.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O cabido da Sé de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

E' terra fertil em todos os generos do paiz, cria muito gado, e tem muita caça.

Passa pela freguezia a ribeira de *Pomares*, que nasce junto do *Sobral Magro*, no extincto concelho d'Avô, e desagúa no sitio do *Pégo*, no rio Alva.

POMARES—freguezia, Alemtejo, concelho, comarca, districto administrativo, arcebispado e 20 kilometros d'Evora, 130 ao S.O. de Lisboa.

Tem 40 fogos.

Em 1757, tinha 22 fogos.

Orago, S. Bento.

O arcebispo apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 30 de cevada.

E' terra fertil em cereaes, e sobretudo em fructas (e é por isso que lhe deram o nome de *Pomares*.)

Ha por estes sitios grande abundancia de caça, grossa e miuda, pois está a freguezia na serra d'Ossa.

Tambem cria muito gado de toda a qualidade.

Teve annexa a freguezia da *Torre dos Coelheiros*.

E' povoação antiquissima, e muito celebre pelo famoso templo de Venus, fundado por Sertorio, no anno 80 antes de Jesus Christo.

Estava edificado no monte, hoje chamado de *S. Gens*.

D'elle não restam vestigios, porque os duques de Bragança o mandaram demolir, para com seus materiaes edificarem mosteiros, na sua villa de Villa Viçosa.

Não é menos célebre pelas victorias n'estes sitios obtidas pelo grande Viriato, beirão, contra os romanos.

Para se evitarem repeti-

ções, vide 6.º vol., pag. 296, col. 2.ª

No logar citado, fallei na sepultura de Lucio Sylo Sabino—aqui darei na sua integra a inscripção d'este curioso monumento. E' como se segue:

L. SYLO SABINUS, BELLO CONTRA VIRIATUM,
IN. EBOR. PROV. LUSIT. AGRO MULTITUDINE
TELOR. CONFOSSUS AD G. PLAUT. PRAET.
DELATUS. HUMERIS MILIT. H. SEP. E.
PEC. MEAM F. I. N. QUO NEMIN.
VELIM MECUM NEC SERV. NEC LIB.
IESERI ST. SECUS FIET VELIM OSSVA.
QUORUMQUE SEPULCR. MEO ERVI
ST. PATRIA LIBERA ERIT.

(Eu Lucio Sylo Sabino, que nos campos de Evora, na Lusitania, na guerra de Viriato, fui ferido com muitas lançadas, e conduzido aos hombros dos soldados, ao pretor Cayo Plaucio; mandei fazer esta sepultura, na qual se não enterrará mais nimguem, livré ou escrava, e se se fizer o contrario, os ossos d'aquelle, quem quer que seja, se tirem fóra; e se a patria estiver livre, quero que os meus restos mortaes sejam para lá conduzidos.)

POMARES—freguezia, Beira Baixa, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e 15 kilometros da Guarda (foi do extincto concelho de Jermêllo, comarca da Guarda) 315 kilometros ao E. de Lisboa.

Tem 120 fogos.

Em 1757, tinha 69 fogos.

Orago, Santa Maria Magdalena.

O prior de Argomil, apresentava o cura, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Terra pouco fertil, mas cria bastante gado miudo e algum bovino. Tem muita caça, grossa e miuda.

POMARES—freguezia, Alemtejo, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e proximo de Beja, 24 kilometros ao O. d'Evora, 130 ao S. de Lisboa.

Tem 40 fogos.

Em 1757, tinha 280 fogos. [1]

[1] Aqui ha, de certo, engano no *Portugal Sacro e Profano*.

Em pouco mais de 100 annos, não podia esta freguezia diminuir seis 7.as partes da sua população.

Orago, S. Pedro, apostolo.

A mitra apresentava o cura, que tinha 240 alqueires de trigo e 60 de cevada.

E' terra muito fertil em cereaes, vinho, legumes e fructas.

Cria muito gado, de toda a qualidade, nos seus montados, onde ha tambem grande abundancia de caça, grossa e miuda,

POMBAES — logar, Alemtejo, freguezia, concelho e 1:500 metros ao N. de Castello de Vide.

Em uma antiga divisão de terras, denominada — *Coutos da Villa* — e no sitio dos *Pombaes*, existe um dolmen, chamado por isso *dos Pombaes*.

Está construido sobre uma lagem de granito, e de granito são tambem todas as peças d'este monumento pre-historico.

Sobre cinco pedras ou esteios, perpendiculares—todos ainda de pé—está a grande lagem que forma a *mesa*, ou ára.

O dono do terreno em que se acha o dolmen, o transformou em casa, mandando tapar os intervallos dos esteios com paredes de alvenaria, deixando só um, que actualmente lhe serve de porta.

A *mesa*, tem 4m,2 de comprido, 3m,25 de largo; e o dolmen, 1m,62 de alto.

A lagem superior, pelo abatimento de alguns dos esteios, está um pouco desviada da sua primitiva horisontalidade, inclinando para o O.

—

A uns 1:500 metros d'este dolmen, na divisão chamada—*Folha da Ameixoeira*—a 2 kilometros de Castello de Vide, estão os restos de outro dolmen, denominado de *Corleiros*.

Só dois esteios estão hoje de pé. A *mesa* cahiu e está partida.

POMBAL—freguezia, Traz-os-Montes, concelho de Carrazeda de Anciães, comarca de Moncorvo, 120 kilometros ao N.E. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Tem 220 fogos.

Em 1757, tinha 150 fogos.

Orago, S. Lourenço, martyr:

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O reitor de Marzagão, apresentava o vi-

gario, collado, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Terra fertil, gado e caça.

Abaixo da capella de S. Lourenço, no fim de uma imminencia summamente aspera e fragosa, descendo para o rio Tua, a 4:500 metros da povoação do Pombal, e 35 da Torre de Moncorvo, está uma nascente d'agua thermal—sulferea— dentro de uma especie de *mãe d'agua*, sahindo na quantidade de pouco mais de uma têlha, sem augmento ou diminuição nas diversas estações do anno.

A agua é diafana, mas alguma cousa esbranquiçada, e como que levemente saponacea.

O seu gôsto e cheiro é o de todas as aguas sulfureas mineralisadas pelo gaz hydrogenio sulfurado, com uma tenue porção de sulfatos de bases terreas, e ainda menor porção ferruginosa.

Deixa por onde passa, um precipitado ou residuo branco, que, depois de sêcco, se inflamma, fazendo uma chama asulada e produzindo um fummo suffocante.

A sua temperatura, dentro da nascente, é de 95 a 97 gr. F.—ou 28 a 29 R.

A uns 300 metros ao N. d'esta fonte, no meio de um silvado, ha uma outra pequena, nascente, em tudo e por tudo egual á que fica mencionada.

A este Pombal, para o distinguir dos outros, se lhe dá vulgarmente o nome de *Pombal de Anciães*.

POMBAL—freguezia, Traz os-Montes, concelho d'Alfandega da Fé, comarca de Moncorvo (foi do mesmo concelho, mas da extincta comarca de Chacim) 150 kilometros a N.E. de Braga, 400 ao N. de Lisboa.

Tem 60 fogos. Em 1757, tinha 26 fogos.

Orago, Santa Marinha.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O reitor d'Alfandega da Fé, apresentava o cura, que tinha 8$600 réis de congrua e o pé d'Altar.

Terra fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, de toda a qualidade, e tem muita caça.

Ha n'esta freguezia uma fonte d'agua mineral quente.

Fica proxima a aldeia de *Valle de Cordas*, que foi parochia; mas, arruinando-se a egreja, e não se reedificando, foi annexa a esta.

POMBAL (*quinta do marquez do Pombal*) —Extremadura, Cintra.

E' uma formosa propriedade, com um bom palacio; mas o que a torna mais notavel são as suas ruas, cobertas de frondoso arvoredo, sobre tudo a chamada *Passeio dos Amores*, coberta por tão basta ramagem, que nem ao meio dia alli póde penetrar o sol.

Tem, alem de grande abundancia d'aguas puras, uma nascente d'aguas ferreas, muito estimada para a cura de padecimentos de estomago.

Vide *Cintra* e *Collares*.

POMBAL—villa, Extremadura, cabeça do concelho e da comarca do seu nome, 16 kilometros ao S. de Soure, 25 ao N.E. de Leiria, 25 a E. do Atlantico, 36 a S.E. da Figueira, 40 ao S. de Coimbra, 41 a O. de Thomar, 42 ao N. de Porto de Mós, 60 ao O.N.O. do rio Tejo, 155 ao N. de Lisboa (tudo em linha recta).

Tem 1:080 fogos (em 1757 tinha 1:90) — 4:300 almas, em uma só freguezia (S. Martinho, bispo. — Mas a villa tem apenas 190 fogos, e umas 600 almas).

Bispado de Coimbra, districto administrativo de Leiria.

A mesa da consciencia e ordens, apresentava o vigario (por ter sido commenda da ordem de Christo). — Tinha de rendimento, 100$000 réis e o pé d'altar.

(Os parochos d'esta villa, e das freguezias de Villa-Chan, e S. Thiago, que formavam o antigo termo do Pombal, eram todos freires de Christo.)

É a 23.ª estação do caminho de ferro do norte.

Tem estação telegraphica.

O concelho do Pombal, é composto das 12 freguezias seguintes: — Litem (S. Simão) e Vermoil, no bispado de Leiria — e no de Coimbra—Abiúl, Almagreira, Litem (S. Thiago), Louriçal, Matta Mourisca, Pelariga (ou Pilariga), Pombal, Redinha, Tapeus, e Villa-Can.—Todas com 6:260 fogos.

A comarca é formada pelos julgados de—

Ancião, com 1:800 fogos—Pombal, com 6:260 —Porto de Mós, com 2:800—total dos fogos —10:860.

—

A actual villa do Pombal, está formosamente situada, em uma vasta planicie, na falda occidental do monte onde está o castello, e de outro, que lhe fica a E., chamado *Outeiro das Maias*.

Como todas as povoações portuguezas de fundação remota, ignora-se quando e por quem foi edificada, e até o logar da sua primitiva situação.

Affirmam alguns escriptores, que o seu primeiro assento, foi na encosta de um monte, 500 metros ao N. da villa, onde com effeito ha vestigios de construcções antiquissimas, á entrada da villa — vindo de Coimbra, e no sitio chamado *Ladeira dos Governos*.

Outros pretendem que foi no monte de S. Christovão, ao E., em frente do castello.

É certo que no primeiro sitio houve uma povoação; mas não se segue que seja a primitiva Pombal — e é mais provavel que a actual se fosse construindo pouco a pouco, em volta do castello, como aconteceu a uma grande parte das nossas povoações, que se foram formando em redor das fortificações ou mosteiros.

Todavia, em 1126 (a primeira vez que os templarios passaram por este sitio) já a um kilometro ao E. da villa, existia uma povoação no sitio hoje chamado *Chões*, que alguns pretendem ser a primitiva Pombal.

Talvez que esta antiga povoação fosse de christãos (musárabes) que, attrahidos pelos privilegios dados á nova, e por estarem ao abrigo do castello, preferissem vir aqui estabelecer-se. Consta que era uma parochia, e que a egreja matriz (da invocação de S. Pedro) alli se conservou por muitos seculos, até que o tempo a foi desmantelando, e as suas ruinas foram demolidas ha poucos annos.

—

D. Affonso Henriques, deu o senhorio d'este territorio aos templarios, pelos annos de 1160, e, pelos annos de 1181, o seu mestre, o famosissimo D. Gualdim Paes, de Marecos, tratou de lhe edificar o castello, no sitio mais apropriado, no tope do cabeço, pois foi com tal obrigação que o rei lhe deu este senhorio.

(Parece que D. Manuel I reedificou o castello, pois na sua porta principal estão as suas armas, encimadas da cruz de Christo.)

Temos por certo que é desde então que a villa se foi povoando, e já em junho de 1174, estando D. Gualdim no seu mosteiro de Thomar, deu foral, *aos da terra e castello do Pombal*, com varios privilegios. (*Maço 2.º dos foraes velhos*, n.º 9.)

D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. (*Livro de foraes novos da Extremadura*, fl. 66 v., col. 2.ª)

Em 1181, ainda D. Gualdim lhe deu uma carta de privilegios, e estabeleceu varios regulamentos. Tudo ainda existe no archivo d'esta camara.

Constituia uma das boas commendas da ordem do Templo, até 1311, e desde 1319, até 1834, o continuou a ser da ordem de Christo.

—

A egreja de Santa Maria do Castello, junto ás muralhas, do lado do S., foi obra de João de Ruão e Jacome de Bruges. Era um templo notavel pela delicadeza das suas primorosas esculpturas.

—

Na egreja, matriz, de S. Martinho, bispo, se congrassou o rei D. Diniz, com seu filho, D. Affonso—depois IV—a instancias da rainha Santa Isabel (1323), em uma das vezes que este principe turbulento pôz guerra a seu pae. (O principe firmou as pazes com solemne juramento, que não tardou a quebrar.)

Consta que por esta occasião, e em signal de regosijo, se deu ás tropas do rei e do principe, um lauto banquete, no campo onde hoje está a estação do caminho de ferro, e que desde então, e por isso, se ficou chamando — *Varzea das Bôdas*.

D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, que escreveu a vida da rainha Santa Isabel, em 1680, diz que rompidas as pazes que o infante havia ajustado com seu pae, no campo d'*Alvalade* (vide vol. 2.º, pag.

67, col. 1.ª, no principio—e pag. 74, col. 1.ª) o infante partiu para Coimbra, e *após elle e em sua perseguição,*[1] D. Diniz.

Que se déra um sanguinolento combate, junto á ponte d'aquella cidade, ficando vencedor o infante e os seus.

Que a rainha e a infanta (D. Constança, depois, rainha de Castella, por casar com D. Fernando IV) presencearam, ou ouviram o fragor da batalha, dos paços reaes (hoje universidade); e tanto fizeram com os dois contendores, ajudadas pelos prelados, mestres das ordens militares, e ricos-homens do reino, que andavam do convento de Santa Cruz—onde estava o infante—para o de S. Francisco, onde estava o rei—que conseguiram que este fosse, com os seus, para Leiria, e o infante, com os d'elle, para o Pombal, *sem levarem comsigo gente de guerra, e só com os officiaes da casa.*

Santa Isabel veiu para esta villa com seu filho, para o persuadir, o que conseguiu, fazendo o infante juramento publico na actual matriz, e pedindo a sua mãe que o fizesse egual, para que as pazes fossem mais seguras.

Se é verdade o que diz D. Fernando Correia de Lacerda, o banquete não foi dado ás tropas, mas sim aos *officiaes* da casa dos dois principes; o que em nada prejudica a tradição.

—

Tem Misericordia e hospital.

Suas armas são—em campo de púrpura, uma torre de prata, com ameias, e sobre ellas, duas pombas, tambem de prata, uma de cada lado da torre, e entre ellas, a imagem do archanjo S. Miguel, e a legenda—AVE MARIA.

Tinha voto em côrtes, com assento no banco 17.º

—

Ao O. da villa, corre o rio, até aqui chamado *ribeira de Litem,* e depois *rio do Pombal,* e mais propriamente *Arunca* (antigamente *Arunqua*), que nasce a 18 kilometros da villa, proximo do *Marco do Farrio;* e depois de regar e fertilisar os campos do Pombal, vae passar a Soure, e Villa-Nova d'Anços, e, engrossado por varios ribeiros e arroios, e com o Anços, desagúa na esquerda do Mondego. Corre arrebatado nas enchentes, destruindo campos e casas; mas sécca completamente se ha uma longa estiagem.

Chama-se no seu principio, *ribeira de Gaia.*

O territorio d'esta freguezia, é fertilissimo de todos os generos agricolas do nosso clima, e cria muito gado.

Tem mercado em todos os domingos e dias sanctificados, que é bastante concorrido.

Diz-se que as aguas de duas fontes que estão a uns 500 metros da villa, curam a dôr de pedra. (São tão corrosivas, que os canos de pedra por onde passam, raras vezes chegam a durar dois annos.)

No *Rocio do Cardal,* ao S.O. da villa, esteve a capella de Nossa Senhora de Jerusalem. Era de abobada, e foi mandada construir por D. Maria Fogaça, que vivia em uma torre proxima, e ao S. da capella. Ainda ha alguns vestigios d'esta torre.

No tempo d'esta dona (que viveu no fim do seculo XII, e nos principios d'esta villa) houve por estas terras uma terrivel praga de gafanhotos e de lagartas, que devoravam todas as plantas.

A camara e os habitantes do Pombal, fizeram uma procissão, que, sahindo da egreja de S. Pedro, se recolheu á do Cardal.

Nos annos subsequentes, *D. Maria Fogaça* tomou á sua conta fazer a festa a Nossa Senhora de Jerusalem, cosendo-se n'esse dia dois grandes bôlos de trigo, dando um ao parocho, e distribuindo o outro pelos circumstantes. (Vide *Feira* e *Fogaça.*)

Depois estes dois bôlos—ou fogaças—se juntaram em um só, feito de 20 alqueires de farinha de trigo, e levado ao forno (que é no Cardal) em um andor, por seis homens, na sexta-feira, e alli está a coser até ao domingo da festa, que era o ultimo de julho.[1]

[1] Se isto assim fosse, não era o filho, mas o pae, que *quebrava as pazes,* faltando ao juramento.

[1] No principio, era esta festa feita no ultimo domingo de junho, mas como ainda então não havia trigo maduro, e elles quizessem que a fogaça fosse feita de pão novo, se mudou para o ultimo domingo de julho.

Hia um homem dentro do forno virar o bôlo.

A fogaça, depois de cosida, era tirada do forno, e levada, em um andor, para a egreja da Misericordia, onde era repartida pelo povo da villa e arrabaldes.

Havia por essa occasião uma grande feira, muito concorrida, a qual tinha antigamente os mesmos privilegios da de março, de Aveiro. (Adiante fallo mais detidamente da festa da Fogaça.)

—

D. Affonso V fez commendador e alcaide-mór do Pombal, o conde de Castello-Melhor, para elle e seus successores, depois marquezes do mesmo titulo confirmando a mercê de D. João I.

—

Ignora-se a origem do nome Pombal. Diz-se que, quando D. Gualdim fundou o castello, havia aqui uns rochedos, habitação de grande numero de pombos, e que o mestre dos templarios, o denominou por isso—Castello do Pombal. A lenda porém diz que passando por aqui um rei (?) e vendo sobre as ameias do castello, duas pombas brancas, dissera—*Formoso pombal!*—e que lhe ficou o nome; mas isto não passa de uma d'aquellas muitas etymologias imaginadas pelo nosso povo. Ainda que a primeira versão seja mais verosimil, podemos afoitamente dizer, que não se sabe d'onde lhe provém o nome —se teve outro, ou se a povoação que existiu na *Ladeira dos Governos*, ou a dos *Chões*, já se chamavam *Pombal.*

—

Está a villa cercada de serras pelo E., ficando o seu castello entre os de Monte-Mór-Velho e Thomar.

—

O principe D. João (depois VI), sendo regente, mandou construir a ponte junto á villa, sobre o Arunca, para dar passagem á estrada real, de Lisboa a Coimbra, Porto e provincias do norte. Esta obra foi feita sob a direcção do coronel de engenheiros, Joaquim de Oliveira. É de tres arcos, e elegante, com um vão de 120 metros, pouco mais ou menos. No meio da ponte, do lado do O., se ergue uma *memoria*, com a seguinte inscripção:

ESTA PONTE FOI PRINCIPIADA
NO ANNO DE 1793,
EM QUE NASCEU A SERENISSIMA
SENHORA PRINCEZA, D. MARIA THEREZA,
E ACABOU-SE N'ESTE ANNO DE 1795,
EM QUE NASCEU O SERENISSIMO
SENHOR PRINCIPE DA BEIRA,
D. ANTONIO.

Em seguida á ponte, está um formoso lanço de estrada, orlado, por ambas as margens, de colossaes e frondosas arvores, formando uma abobada de verdura, até á fonte do *Emporão*, a cuja agua o povo attribue a *esquisita* virtude de não deixar sahir da villa, as pessoas que d'ella bebem.

—

Massena, não se atrevendo a atacar as famosas *linhas de Lisboa*, retira para Santarem, em 14 de novembro de 1810, á espera (dizia elle) de novos reforços, e com effeito, recebe 30:000 homens; mas, em vez de atacar as *linhas*, julgou mais nobre e heroica façanha, saquear e roubar as povoações da Extremadura.

Foi então (março de 1811) que a villa do Pombal conheceu evidentemente, o que eram estes *libertadores de Portugal*, que tantas venturas nos promettiam; pois que esta villa foi (como todas as outras povoações por onde passaram estes canibaes) o theatro de todas as costumadas atrocidades dos escravos do Corso, sendo saqueada e incendiada, ficando reduzida a cinzas fumegantes, e só muito tarde se foi pouco a pouco reedificando e repovoando.

Em 1833, o colera-morbus (tambem importado do estrangeiro) matou muitos dos habitantes d'esta villa, chegando a ficarem desertas algumas ruas.

O odio de invasores ferocissimos, e a colera de Deus, aniquilaram o antigo esplendor e a importancia do Pombal, e é desde 1811, que data a sua decadencia; achando-se os pombalenses quasi reduzidos ao producto do seu trabalho agricola, ou de algum emprego publico.

—

A egreja matriz (S. Martinho) está quasi no centro da villa, e é de simples e modesta architectura, não se podendo fixar a época

da sua construcção, por não haver memoria que nos instrua; todavia, parece muito antiga, e que tem sido por muitas vezes reparada e reedificada. A torre dos sinos é mais moderna, e talvez do anno de 1677, a julgar pela data que se vê gravada na porta principal. Consta que importou em 5:000 cruzado (2:000$000 réis). Tambem consta que a egreja foi reedificada pelos annos de 1520, pelos cavalleiros da ordem de Christo, cuja cruz se vê gravada no arco cruzeiro, e no pulpito.

A parte da egreja que revela mais antiguidade, é a capella, de abobada, de Nossa Senhora da Piedade (vulgarmente chamada *capellinha de D. Anna*), que pertence actualmente ao sr. João Carlos do Amaral Osorio, feito visconde d'Almeidinha, em 20 de dezembro de 1865.

Ha n'esta capella uma lapide com a seguinte inscripção:

Capella e sepultura que mandou fazer o valoroso Capitão, Jorge Botelho, Cavalleiro Fidalgo, natural d'esta villa, no anno de 1551. [1] *Tem obrigação de duas missas cada semana; a quinta das Ferrarias, na ribeira de Litem tomou em sua 3.ª* (terça?)—*Foi arruinada no anno de 1811, e reformada por seu undecimo administrador, Jorge Coelho de Vasconcellos Botelho de Souza, Capitão-Mór d'esta villa, no anno de 1816.*

Na campa que está no pavimento, lê-se:

Aqui jaz Jorge Botelho, primeiro instituidor da capella.

Por baixo d'esta inscripção está um escudo d'armas, quasi apagado pelo tempo, e pelo attrito dos pés. É semelhante a outro esculpido no tecto da capella, que é o dos Botelhos, e dos Foyos. (Para as armas e genealogia d'estes appellidos, vide Villa-Real—de Traz-os-Montes.)

Junto a esta capella, está a pia baptismal, trazida para aqui da egreja de Santa Maria do Castello, em 1812.

—

Posto que o Pombal nunca teve mais de uma parochia na villa, teve antigamente tres egrejas matrizes.

Santa Maria do Castello—onde os parochianos eram baptisados.

S. Martinho—onde casavam.

S. Pedro—onde eram enterrados.

Cada uma d'estas egrejas tinha dois beneficiados, e as tres um vigario, todos freires da ordem de Christo, e apresentados pelo rei (como grão mestre da ordem de Christo) pelo tribunal da mesa da consciencia e ordens.

A egreja de S. Pedro (que se suppõe, com bons fundamentos, ser a primeira que aqui houve, e talvez fundada pelos godos) cahindo em ruinas, foi demolida, como já disse.

A egreja de Santa Maria do Castello, sendo profanada pelos francezes, em 1811 (que depois de a despojarem de tudo quanto pôde tentar a sua cubiça e rapacidade insaciaveis, fizeram d'ella cavallariça!) deixou de existir como tal, e no anno seguinte veiu a sua pia baptismal para a actual matriz.

A egreja de Nossa Senhora do Carmo, foi construida pelos annos de 1760, com o fim de estabelecer um recolhimento de orphans.

Nada tem de notavel.

A da Misericordia, foi edificada em 1745, para asylo dos indigentes, que deviam ser sustentados pelas avultadas rendas, legadas, para este fim, por pessoas caritativas, mas que se não levou a effeito, porque parte d'essas rendas, foram injustamente applicadas para outros fins, e parte tiveram ainda peior applicação, pois foram.........

....

—

O mosteiro de Santo Antonio, foi fundado, em cumprimento de um voto, por Luiz de Souza e Vasconcellos, conde de Castello-Melhor (natural d'esta villa) no largo hoje

[1] Jorge Botelho mandou fazer a sepultura, mas não a capella: é provavel que apenas a reedificasse. A capella é evidentissimamente construcção do seculo XIII ou XIV.—A má redacção é a causa do engano. Deve talvez entender se—*Capella que reedificou e sepultura que mandou fazer*, etc.

atravessado pela estrada real, de Lisboa ao Porto, e um dos mais bellos sitios da villa.

Eis a causa d'esta construcção.

O infante D. Pedro, irmão de D. Affonso VI, combinado com a rainha e com varios prelados e grandes da côrte, depõem o rei, em 22 de novembro de 1667, tomando logo o infante posse da regencia do reino, sendo a 27 de janeiro do anno seguinte, jurado principe herdeiro, pelos tres estados.

A tristemente celebre, D. Maria Francisca Isabel de Saboya, filha de Carlos Amadeu de Saboia, duque de Nemours, mulher de D. Affonso VI, promove a nullidade do seu casamento com o monarcha, e logo a 2 de abril de 1668, casa com seu cunhado, o infante regente.

No anno seguinte, o rei é mandado para o castello de S. João Baptista, d'Angra, na Ilha Terceira.

(Vide *Cintra*.)

Os validos e partidarios de D. Affonso VI, são perseguidos pelo infante e pelos seus.

Todos sabem que o maior valido do rei, era o conde de Castello Melhor; que, sendo avisado a tempo, fugiu a uma morte mais que provavel, andando alguns annos homisiado pelos bosques e aldeias dos arredores do Pombal, e pelo estrangeiro.

O regente expediu emissarios e espiões por toda a parte, e vindo a saber-se do esconderijo do conde, veiu de Lisboa tropa para o prender; mas tendo-a avistado, escondeu-se entre os bastos e altos cardos que havia no logar onde hoje está o mosteiro, e onde então existia a ermida de *Nossa Senhora de Jerusalem*—ou do *Cardal*, de que já fallei, uma torre, e uma casa nobre, que fora residencia de D. Maria Fogaça, e assim escapou aos seus perseguidores.

Mas, em quanto a gente de Lisboa dava busca minuciosa a estes sitios, o conde, aterrado, fez voto a Deus, de erigir n'aquelle cardal um mosteiro, se escapasse de ser agarrado.

Quando, depois da morte de D. Affonso VI, se foram aplacando as animosidades politicas, e o conde póde apparecer em publico, tratou logo de dar cumprimento á sua promessa, principiando a obra do mosteiro, que destinou para conegos seculares de S. João Evangelista (loyos) mas estes não acceitaram a offerta, por a cêrca ser muito pequena.

No ultimo sabbado de julho de 1709, estava o mosteiro e a egreja concluidos, e com a maior pompa foi para ella trasladada n'esse dia, a imagem de Nossa Senhora de Jerusalem, em uma sumptuosa procissão, levando a bandeira, como juiz das festas, o dr. Pedro Henriques de Carvalho, cavalleiro professo da ordem de Christo, e então juiz de fóra de Coimbra.

Em uma das borlas, pegava o conde fundador (que já então estava cégo.)

O conde da Calheta, reposteiro-mór—Affonso de Vasconcellos—Bernardo de Vasconcellos—Diogo de Souza e Vasconcellos, do Pombal, levavam o andor da Senhora.

Assistiu o bispo-conde (de Coimbra) D. Antonio de Vasconcellos, e prégou o padre-mestre, frei Vicente das Chagas, religioso franciscano, da ordem de Santo Antonio.

A architectura do edificio do mosteiro é esplendida, e rica de janellas e cimalhas, mas desengraçada, como eram em geral os *collegios* da Companhia de Jesus.

Sobre a porta principal, se lê a inscripção seguinte:

SS.ᵃᵉ VIRG. A CARDVETO,
LVDOV. VL.ᶜˢ ET SOVSA,
COMES A CASTEL-MELIORE
QVOD IN MVLTIS MAGNISQ.
AERVMNIS SEMPER INVOCATA
SEMPER AFVIT HANC AEDEM
STVDIO OPERA AEREQ. SVIS
POSITAM SUPPLEX AETERNVM SACRAT
ANNO CICDCLXXXVII.

O interior da egreja, construido em fórma de cruz, é de uma apparencia magestosa.

A' direita do corpo da egreja, ha uma capella dos irmãos terceiros, reedificada em 1856.

E' n'ella que hoje está a Senhora do Cardal, ou de Jerusalem.

Foi n'esta capella (não no sitio onde uma recente inscripção o diz, mas junto ao al-

tar do lado do Evangelho) que desde 1782 até 1810, esteve depositado o cadaver do 1.º marquez do Pombal.

Em frente do mosteiro, existiu, até 1855, a ermida primitiva da Senhora do Cardal, sendo então demolida pelas obras publicas.

Sobre a verga da porta d'esta ermida, havia uma lapide, com a data de 1739, na qual se lia, que a imagem da Senhora tinha sido collocada na sua capella, havia mais de 600 annos.

A descrença ou indifferença do seculo, destruiu este templosinho, que era tambem um monumento historico—e a estupidez dos demolidores deu cabo da lapide.

A 47 metros da porta do mosteiro, está o famoso forno, reconstruido em 1721, e que, segundo a tradição, está no logar onde existiu a torre e a casa de D. Maria Fogaça.

—

Fallando da Senhora do Cardal, do forno e da Fogaça, diz o padre Carvalho, na sua *Chorographia*.

«Está situada (a ermida) em um rocio, a que chamam o *Cardal*, pela quantidade de cardos que produzia; e junto a elle, mais chegado á villa, para o sul, estava um edificio velho, a modo de uma torre, que era casa e vivenda dos moradores d'esta villa, e pelo magestoso e antigo d'elle, mostrava nobreza em seus possuidores.

«Em esta torre ha tradição que vivêra uma D. Maria Fogaça, a qual nunca casou; e, porque o povo não tinha ainda muitas ermidas, para que esta devota, com menos detrimento, podesse ouvir missa todos os dias, mandou fazer uma capella no dito sitio, afastada da torre, para o norte, vinte passos, e n'ella collocou a imagem de Nossa Senhora de Jerusalem; o que se vê ainda hoje em as armas, que estão no tecto da abobada da capella, que são da familia dos Fogaças.

«Teve sempre este povo a dita imagem em muita veneração, até que, passados annos (diz a tradição) mandou Deus, por peccados dos homens, a esta terra, tão grande multidão de gafanhotos e lagartas, que as gentes, pelas ruas, andavam attonitas, por se juntarem em nuvens tão densas (os gafanhotos) que impediam aos homens a vista.

«Fizeram os seus primeiros empregos e damnos, em as cearas, que, como era no fim de maio, foram de muita consideração, destruindo as arvores de tal modo, que ficaram infructiferas por alguns annos; e a tanto chegou este castigo, que até pelas casas havia cuidado em se taparem os potes da agua, e occultarem os mantimentos, para não serem tocados d'esta praga.

«Vendo-se pois o povo n'esta afflição, por ordem da camara, se juntaram todos, um sabbado, e foram á egreja de S. Pedro (que era então a matriz da villa) e alli, com o parocho, ajustaram em o melhor—que foi, ordenar procissão de preces; e sahindo da dita egreja, se vieram recolher á ermida do Cardal, rogando a Nossa Senhora, fosse sua intercessora, para que Deus os livrasse de um tão grande trabalho.

«E depois de se dizer missa, em o altar d'ella, publicamente, prometteu o parocho á Senhora, em nome da camara e mais povo, de lhe fazerem festa em o dia que os livrasse de tal afflicção.

«Foi Deus servido, que, em amanhecendo no dia seguinte, ficasse o povo livre da referida praga, e as cearas e arvores, ainda que roidas, dessem algum fructo.

«Foi este milagroso successo, no ultimo domingo de junho.

«Alvoroçado o povo, e cheio de grande contentamento, não cessava de vir a esta ermida, e dar graças á Senhora, por cuja intercessão foram livres; e, logo no dia seguinte se lhe disse missa cantada, e se fez procissão, em acção de graças.

«Em o seguinte anno, tomou por sua conta, a festa, D. Maria Fogaça, senhora da capella; que a fez com grande dispendio, e á qual vieram assistir pessoas nobres, seus parentes, das villas de Thomar e Santarem —e mandou fazer a offerta que se devia ao parocho, que foram dois bôlos, de farinha de trigo, os quaes ella mandou coser em um forno, e que, por serem demasiadamente grandes, succedeu ficarem tortos; e que, ven-

do um homem, creado da casa (de D. Maria) se atreveu, em nome da Senhora de Jerusalem, a entrar no forno a concertal-os; e sahindo de dentro, sem lesão alguma, se admiraram todos do novo prodigio que a Senhora obrava.»

Depois continúa o padre Carvalho, descrevendo as festas pouco mais ou menos, como já fica dito em resumo.

D. Maria Fogaça, pouco antes do seu fallecimento, fez desistencia do dominio e administração da capella, para a camara, que todos os annos nomeava quatro mórdomos para as festas.

Um anno, porém, um dos mórdomos nomeados, recusou acceitar o encargo, e, levada a questão aos tribunaes, alcançou sentença favoravel; ficando desde então a camara, por fôrça d'aquella sentença, privada de taes nomeaçóés, fazendo a festa á custa do municipio e de mórdomos voluntarios.

Quando as festas estavam a cargo dos 4 mórdomos, a cada um pertencia uma semana, das quatro que precediam a festa (ultimo domingo de julho) e a isto se chamava—e ainda chama—*alvoradas*.

Na 6.ª feira, o respectivo mórdomo, hia buscar a bandeira.

No sabbado, acompanhado de numerosa comitiva de amigos e convidados, precedidos de um *guia* (que era sempre um dos mais nobres cavalheiros da villa, e que abria o cortejo, montado em um brioso cavallo, ricamente ajaezado, e de espada em punho) entrava o mórdomo na villa—sempre pelo lado da ponte—e, dadas trez voltas em redor da ermida, e duas em volta da egreja e de uma capella de S. Sebastião, que fica ao sul da villa, percorria as ruas, e hia assistir ás vesperas, cantadas pelo parocho, na ermida do Cardal; regressando depois a casa, com o mesmo acompanhamento.

Voltava no dia seguinte (domingo) em que havia missa cantada e sermão, depositando-se a bandeira em uma das casas principaes da villa, de uma das janellas, da qual a mórdoma lançava aos pobres algumas *açafatadas* de confeitos, e moedas de cinco réis.

Consta por tradição, que nos primeiros tempos, em logar de confeitos e moedas de cinco réis, se distribuiam pelas ruas, quartos de carneiro, e *cambos* de peixe.

Dava-se a estas festas, o nome *d'alvoradas;* por causa de umas celebres cantigas, que, de tempos immemoriaes, oito homens, encarregados pelos mórdomos (e que por este trabalho recebiam meio tostão, um pão e 3 quartilhos de vinho, cada um) principiavam a cantar, depois da meia noite, junto da capella da Senhora, continuando depois pelas ruas da villa.

A cantilena era assim:

Vindas são as alvoradas
Que são da Virgem Sagrada,
Rainha dos ceus eleita,
Sois dos anjos coroada.
A' porta d'este mórdomo
Deus lhe deixe fazer bôdo,
Que elle tem muita vontade.
Deus lhe dê muita saude.
Para Frandes é andada
Pereirinha de Aguada.

Côro—*E' levada á Alva.*

A estes *versos* anda ligada a lenda de uma castellan, que um cavalleiro raptou, fugindo com ella para *Flandes*, que é uma aldeia, proxima do Pombal; e o povo, quando isto soube, exclamou — *E' levada a Alva!*

E' porém mais provavel, que a cantilena principiasse primeiramente de madrugada, e que por isso, o coro respondesse—*E' levada a alva*—isto é—*Rompeu a alva*, ou a *madrugada.*

Alternavam esta cantiga com outra, chamada—*a Mourisca*—que parece allusiva ao conde de Castello Melhor, senhor e alcaide-mór da villa, quando era perseguido pelos seus inimigos.

Era assim:

Vamos beijar a Cruz,
Pois n'ella morreu Jesus.
N'esta rua me quizeram prender,
Mas os ferros não quizeram correr.

Oh, alcaide da vara vermelha,
Soltae-me, que estou na cadeia;
Pois me prendeste, alcaide,
Pois me prendeste, soltae-me.

—

Por occasião das festas, havia varios divertimentos, entre elles, *encamisadas, lanças* e *cannas.*

Actualmente, é a camara que faz a festa da Senhora, salvo se se apresentam alguns mórdomos voluntarios, ou devotos, que queiram fazer a festa á sua custa.

N'este caso ainda ha um arremedo das antigas *alvoradas.*

—

Da velha egreja de Santa Maria do Castello, apenas resta uma pequena parede desmantellada.

Ao S., e pegada ao castello, existiu uma egreja, fundada por D. Gualdim Paes, da qual, ha poucos annos, na occasião de se demolir uma parede, se encontraram alguns vestigios.

Era de architectura arabe e de fórma circular.

Foi reedificada e ampliada, pelos annos de 1560.

(E' a que já disse ter sido construida por João de Ruão e Jácome de Brujes.)

A' direita, havia uma capella de magnifica architectura, sahindo do portico dois bustos, que a tradição diz serem de um dos architectos e de sua mulher; mas é mais provavel representarem os ditos João de Ruão e Jácome de Brujes.

Estava encimada pelo brazão d'armas dos Souzas Ribeiros.

Estas armas tambem se veem ainda, sobre uma das janellas do castello.

Ao lado da capella-mór da egreja, estavam quatro letras—P C Q R—que, segundo alguns, querem dizer—*Petri commendatoris quoestu reedificata, 1560.*

Suppõe-se que esta reedificação foi feita, por Pedro de Souza Ribeiro, que o padre Carvalho diz ter sido commendador e alcaide-mór d'esta villa.

Talvez que este fidalgo se chamasse Pedro de Souza Ribeiro de Vasconcellos, e fosse da familia Castello Melhor, porque consta que a alcaidaria-mór do Pombal, foi dada por D. João I, no principio do seculo XV, aos condes de Castello-Melhor, e n'esta casa se conservou até 1834.

Foi d'esta egreja, que sahiu a pia baptismal, em 1812, para a de S. Martinho, por ordem do vigario Silveira.

O padre Carvalho, diz da egreja de Santa Maria do Castello:

«E' este templo o mais perfeito que ha por estas partes, porque, alem da bella architectura, leva os olhos dos que o veem, a delicadeza e primor d'arte com que os celebrados esculptores, João Roão e Jácome Bruxe, obraram as imagens dos altares, em pedra branca; o que principalmente se vê em uma capella que contem o descimento da cruz.»

N'esta egreja existiam varias campas com inscripções, entre ellas, as seguintes:

AQUI JAZ LOPO DE SOUZA RIBEIRO
E D. JOANNA DA SYLVA, SUA MULHER.
FALECEU NA ERA DE 1563.

—

SEPULTURA DE ANDRÉ ROIZ. DE ÉVORA,
FIDALGO DA CASA D'EL-REI NOSSO SENHOR.
FALECEU NA ERA DE 1563.

—

Na capella havia tres campas, todas com argolas de ferro.

Tinham estas inscripções:

AQUI JAZ PEDRO DE SOUZA RIBEIRO,
E D. JOANNA DE LEMOS SUA M.er,
FALECEU NA ERA DE 1502.

—

AQUI JAZ SIMÃO DE SOUZA,
SEU FILHO, E D. CATHARINA
ANRIQUES, SUA M.er
FALECEU A 15 DE JANEIRO DE 1569.

—

AQUI JAZ LOPO DE SOUZA RIBEIRO,
FIDALGO CAVALLEIRO, DO HABITO
DE CHRISTO, SEG.do ADMINISTRADOR
D'ESTA CAPP.a, O QUAL DEIXOU
SEG.da MISSA P.a SEMPRE.
FALECEU EM 21 DE AGOSTO DE 1642.

A' raiz do monte fronteiro ao castello, a que vulgarmente chamam *outeiro das Mdias*, existe uma antiquissima torre, de architectura arabe, coroada de ameias. Era a do antigo relogio da villa.

Descendo d'aqui para a parte do O., e passando junto da egreja de S. Martinho, entra-se na praça.

Entre os edificios que a cercam, se distinguem:

1.º—Uma casa, em frente da egreja, que, apezar de reedificada em 1846, ainda conserva na parede uma lapide, com uma inscripção que diz:

N'esta casa e em outra immediata, pernoitou D. Pedro II, rei de Portugal, a 5 de agosto, e em 31 de outubro—e Carlos III, rei de Hespanha, a 25 de agosto, e em 8 de novembro, no anno de 1704, sendo juiz de fóra n'esta villa, o doutor Celestino da Cunha Feio Coutinho.

Quando se prepararam os alojamentos para D. Pedro II e a sua comitiva, escolheram-se as casas do capitão Francisco Faca Furtado, e de Antonio Gomes das Candeias (porque a comitiva não cabia em uma só d'ellas) abrindo-se communicação interior, para facilidade do serviço.

Isto deu causa a uma renhida demanda entre os dois proprietarios, para se decidir a qual dos dois pertencia a honra de hospedar D. Pedro II, e depois, Carlos III.

O Faca sustentava que lhe pertencia, porque os reaes hospedes tinham entrado e sahido pela porta da sua casa.

O Candeias, allegava, que a honra era só para elle, pois que os principes tinham dormido em sua casa.

A sentença do juiz, a nenhum dos contendores satisfez, pelo que accordaram em a honra ser para ambos, e cada um gravar no seu predio a inscripção commemorativa do facto.

Parece que um d'elles se contentou com a honra, e não mandou gravar a inscripção, porque só uma apparece.

2.º—Ao N., um celleiro, decorado com as armas dos Carvalhos, que são—em campo asul, uma estrella d'ouro, entre uma quaderna de crescentes, de prata.

Foi mandado construir pelo 1.º marquez do Pombal.

E' um edificio solido e grandioso.

3.º—Ao S., a cadeia publica da villa.

Tem tambem as armas dos Carvalhos, e foi do mesmo modo mandado construir por Sebastião José de Carvalho e Mello.

E' um edificio de solidissima construcção, mas feio, escuro e triste.

4.º—Ao fundo da praça, e formando angulo obtuso com a egreja, está uma modesta casa (que era dos marquezes do Castello Melhor.)

Em 1860 andou esta casa (arruinada e com seu quintal) na praça publica, para ser arrematada, e ninguem a quiz por 600$000 réis, que era o valor dado pelos louvados!

N'esta casa passou os cinco ultimos annos da sua vida; e aqui falleceu, o 1.º marquez do Pombal, e 1.º conde de Oeiras — o famosissimo 1.º ministro de D. José I, em 5 (outros dizem 8) de maio de 1782.

Jaseu na egreja do mosteiro de Santo Antonio, d'esta villa, em um bem singelo, e mesmo tosco caixão, até que, em 1810, o seu 3.º neto, e 5.º marquez do Pombal, mandou remover estes ossos para Lisboa, e collocal-os em um mausoleu de marmore, na ermida de Nossa Senhora das Mercês, junto á rua Formosa, propriedade do actual sr. marquez do Pombal, no palacio que o 1.º marquez mandára construir.

(No fim do artigo tratarei d'este grande homem d'estado.)

—

Descendo pela *rua das Cannas* (antigamente *das Bengallas*) ao fundo da qual, ainda existem as casas em que nasceu o *beato Antonio* (no seculo, Antonio Borges) encontra-se um largo, que, cercado de casas, termina ao O., pelo caminho de ferro.

Eleva-se no centro, o pelourinho, que é uma columna de pedra, de bastante elegancia.

Parece ser obra do tempo do 1.º marquez do Pombal.

Ainda ha poucos annos existiam, junto á cadeia, vestigios do antigo pelourinho.

—

Ufana-se a villa do Pombal, de ser berço de muitos varões illustres, merecendo especial menção, os seguintes:

Padre Antonio da Conceição (o *beato Antonio*), que nasceu em 1522, em umas casas da rua das Cannas, cujos ferrolhos, os frades de Santo Antonio hiam beijar, quando passavam por esta villa. A casa tinha grandes privilegios, inclusivamente o de *couto do reino.*

Este frei Antonio da Conceição, é o famoso *beato Antonio*, dos arrabaldes de Lisboa. (Vide vol. 1.º, pag. 352, col. 1.ª)

O *beato Antonio*, foi conego secular da congregação de S. João Evangelista (loyo).

Pelos seus grandes talentos, e pelas suas raras virtudes, e muita prudencia, era procurado e consultado, nos negocios de mais importancia, pela nobreza do reino, pelo clero e pelo povo. N'elle achavam todos, perennes e admiraveis effeitos, da valia da sua intercessão para com Deus, e sempre os melhores conselhos.

Com *sete tostões*, que lhe deram de esmola, por umas missas, deu principio á sumptuosissima egreja de S. João Evangelista, de Xabregas (*o Beato*), que concluiu com avultadissimas esmolas, que com mão larga lhe prodigalisaram grandes e pequenos.

Diz a lenda, que, sendo o sitio muito falto d'agua, elle bateu com o bordão em uma penha, da qual logo brotou um manancial de crystalina agua, que ainda existe, e se chama a *fonte do Santo.* Tem o povo para si, que esta agua é remedio efficaz para varias enfermidades.

O processo da sua beatificação, esteve a ponto de terminar, em Roma; mas suspenderam-se as diligencias, por motivos que não são do meu assumpto.

Morreu em 12 de maio de 1602, com 80 annos de edade, e 50 de religião.

—

Frei Jeronymo da Cruz, religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, do convento da Graça, em Lisboa. Foi embaixador de Portugal, na côrte do Schah da Persia.

—

D. Antonio Serrão, que falleceu em Evora, com fama de santo.

—

Antonio Mauricio Mascarenhas, fidalgo cavalleiro da casa real, do conselho de sua magestade fidelissima, cavalleiro professo na ordem de Christo, desembargador e vereador, no tribunal do senado da camara, de Lisboa, provedor-mór da saude, da côrte e reino, juiz conservador dos seus privilegios, etc.

—

O famoso João de Barros, que, pelas suas obras, mereceu o cognome de *Tito Livio Portuguez.* [1]

Era um varão de grande intelligencia, e de estudos profundissimos.

Na edade de 20 annos, escreveu um *romance de cavallaria*, que intitulou — *Chronica do imperador Clarimundo;* que foi, e ainda é, geralmente estimado. Foi com este romance fantastico, que experimentou a penna, para obras sérias e de grande merecimento — as suas immortaes *Décadas*, nas quaes narrou as cousas da India, com tanta verdade, reflexão, clareza e elegancia, que esta obra o colloca a par dos melhores geographos e historiadores portuguezes e estrangeiros.

Dá-se n'este homem notavel, uma circumstancia ainda mais notavel — é ser um dos poucos benemeritos da patria que não morreu no esquecimento e na indigencia.

A gloria e os premios, lhe coroaram o engenho e remuneraram os trabalhos.

[1] O sr. Manuel Pinheiro Chagas, nos seus *Portuguezes Illustres*, diz que João de Barros nasceu na cidade de Viseu. Elle que o diz, é porque teve solidos fundamentos para assim o affirmar. Não se perde porém nada em dar aqui uma rapida biographia d'este insigne escriptor; e a sua naturalidade, deixo-a para ser disputada por pessoas mais competentes.

O *Anno Historico* (tomo 3.º, pag. 191) traz uma rapida biographia de João de Barros, mas não diz onde nasceu, nem onde morreu, limitando-se a dizer que foi sepultado na egreja matriz d'Alcobaça.

João de Barros, era filho natural de um fidalgo, chamado Lôpo de Barros, e nasceu pelos annos de 1496.

Foi creado e educado no paço, e o rei D. Manuel lhe era muito inclinado. O principe D. João (depois rei, 3.º do nome) foi seu intimo amigo.

Principiou Barros a escrever uma historia de Portugal; mas, suspendeu este trabalho, por ordem do rei, que lhe mandou escrever os feitos dos portuguezes na Asia. Para isso, passou á India, publicando em 1552, a sua 1.ª *Década*, e pouco depois, a 2.ª e 3.ª

Fizeram tanto barulho no mundo estas *Décadas*, que foram logo traduzidas em italiano, e depois em varias linguas.

A *Senhoria de Veneza*, mandou collocar a estatua de João de Barros, entre as dos varões famosos do mundo. O papa Pio IV, fez pôr outra nos paços do Vaticano, ao pé da de Ptolomeu.

Além da *Chronica do imperador Clarimundo* e das *Décadus*, escreveu e imprimiu varias obras, sobre diversos assumptos; figurando entre ellas, o *Panegirico*, á infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel; que é por alguns julgado superior ao que Plinio fez ao imperador Trajano.

Deixou algumas obras incompletas, e mesmo as *Décadas*, não ficaram terminadas, sendo encarregado da sua conclusão, Diogo do Couto. (4.º vol., pag. 315, col. 1.ª)

O sr. Pinheiro Chagas, termina assim o artigo relativo a João de Barros:—«O estylo, é o grande predicado de João de Barros. Á lingua portugueza deu elle quasi a fórma definitiva: a sua locução tem côr, energia e propriedade; não pécca pela redundancia, e a phrase é sempre pittoresca e imaginosa.»

«Escrevendo com todos os documentos á vista, e tendo vivido na familiaridade de todos os homens, cujas acções devia relatar, João de Barros, é, em geral, exacto. Um defeito comtudo lhe notaremos: é escriptor essencialmente cortezão, e resente-se d'isso: pouca sympathia lhe merecem os padecimentos dos grandes homens menospresados pelos reis; e a ingratidão dos monarchas, as injustiças da camarilha lisbonense, que ladra aos heroes ausentes, não conseguem indignal-o.»

«Com effeito, a vida do auctor das *Décadas*, corrêra bonançosa e placida; as mercês reaes, choviam sobre elle; quando o Brasil se dividiu em capitanias, João de Barros foi contemplado com a capitania do Maranhão.»

«Infeliz, quando tentou mandar arrotear as suas terras americanas, logo D. Sebastião acudiu a dar-lhe com que reparasse as brechas dos seus haveres, e com que podesse expirar tranquillamente, deixando seus filhos bem providos, na sua quinta de *Alitem*, em Pombal, a 20 de outubro de 1570.»

«Foi mais venturoso, o épico historiador, do que o poeta épico dos nossos feitos.»

Jaz na egreja matriz da villa de Alcobaça.

—

João Rodrigues de Vasconcellos e Souza—conde de Castello-Melhor, um dos principaes fidalgos do seu tempo. D. Philippe IV, o tinha mandado, com outros fidalgos, para Carthagena das Indias; [1] mas, assim que chegou a noticia da restauração, todos os fidalgos portuguezes se reuniram para combinar a sua fuga para a patria. Os castelhanos descubriram este plano, e os fidalgos foram castigados. O conde de Castello-Melhor, foi um dos que mais soffreu. Esteve preso; mas pôde fugir a bordo de um navio hollandez, e chegou a Lisboa, onde foi acolhido satisfatoriamente por D. João IV, que o nomeou logo, general das armas do Minho, em cujo posto, tomou Salvaterra (na Galliza, em tren-

[1] Os tres Philippes procuraram sempre ter longe d'este reino os fidalgos portuguezes. Mandavam uns para as fronteiras de França, então em guerra com Castella; outros para a Italia, dominada pelos hespanhoes; muitos á morrerem na diuturna e sanguinaria guerra dos Paizes-Baixos; outros para a guerra da Catalunha; e, finalmente outros, para as suas vastas possessões das duas Americas, porém mais para o Sul, propriamente sua.

E' por isto que quando os opprimidos por 60 annos de extorções, violencias, roubos, desprezos e atrocidades de toda a casta, quebraram as algemas, dando o grito de independencia e liberdade, no sempre glorioso dia 1.º de dezembro de 1640, grande parte da nobreza de Portugal, se achava desterrada pelas cinco partes do globo.

te de Monção) aos castelhanos; e prestou outros muitos e relevantissimos serviços a Portugal: tornando-se tambem famosa, pelo seu heroismo, D. Marianna de Alencastre, sua mulher. (Vol. 5.º, pag. 426, col. 2.ª)

Foi tambem, mas por pouco tempo, governador das armas do Alemtejo, portando-se sempre como prudente general e bravo guerreiro.

Pela morte de D. João IV (6 de novembro de 1657) recrudesceu a guerra—que já contava 17 annos—com os castelhanos. O conde governava as armas da provincia do Minho; mas falto de recursos, e com tropas bisonhas e insufficientes, soffreu uma serie de desastres: e tanto o impressionou esta desventura, que morreu de tristeza.

Luiz de Vasconcellos e Souza, filho primogenito do antecedente, e conde de Castello-Melhor (o fundador do mosteiro do Pombal, e de quem já fallei).

Ouçamos o sr. Pinheiro Chagas, nos seus *Portuguezes Illustres*, com respeito a este homem, tão celebre pelo seu valimento, como pelas suas desgraças.

«Fidalgo ainda moço, intelligente e ambicioso, que servia o cargo de gentil-homem da camara de Affonso VI, d'esse triste soberano, cujos defeitos são apagados na historia, pelos seus infortunios. Sobre o seu fraco espirito, conseguiu o conde de Castello-Melhor exercer uma grande influencia: incitou-o a tomar o governo que a rainha-mãe, D. Luiza de Gusmão, regente em seu nome, ainda conservava, e elle, tomando o titulo modesto, de *escrivão da puridade*, foi um primeiro ministro omnipotente. Deveu-lhe Portugal a sua independencia: a sua actividade, energia e habilidade, creou recursos inesperados; formou exercitos disciplinados e bem pagos; interessou pela nossa causa as potencias da Europa, e livrou Portugal do abysmo.»

«Apezar da famosa *victoria das linhas d'Elvas* (14 de janeiro de 1659), estavamos n'essa época em triste posição. A paz dos Pyreneus (1660) permittira aos hespanhoes, arrojarem contra nós as suas falanges aguerridas, e commandadas por habeis generaes.[1]»

«Em 1661, tinhamos perdido Arronches e Alconchel.[2] Em 1662, perdemos Ouguella, Monforte, Crato, Borba, Juromenha, e outras povoações da provincia transtagana. Em 1663, D. João d'Austria tomara-nos Evora, aprisionára a guarnição, que se compunha de 7:000 homens, e enviára tropas a Alcacer do Sal, e espalhára um panico em Lisboa, aterrada, ao saber os hespanhoes tão perto.» (Vide 4.º vol., pag. 134, col. 2.ª)

«Á voz do conde de Castello-Melhor, surge, por encanto, um exercito. O conde de Villa-Flor, ganha a victoria do Ameixial (8 de junho de 1663). Retoma-se Evora; e D. João d'Austria, vê murcharem-lhe em Portugal os louros de Napoles e da Catalunha.»

«Em 1664, o conde de Castello-Melhor, realisou um verdadeiro prodigio; foi juntar no Alemtejo um exercito de vinte e quatro mil homens: á frente de uma porção d'essas tropas, ganhou o marquez de Marialva, a brilhante victoria de Montes-Claros, que definitivamente assegurou a nossa independencia.»

«Egualmente feliz em diplomacia, o conde Castello-Melhor, teve a habilidade de fazer com que a França implorasse d'elle, o que todos os ministros portuguezes, desde 1640, debalde tinham procurado realisar—a conclusão de uma liga offensiva e defensiva.»

«Respeitavam-o como um diplomata finissimo, todos os ministros estrangeiros; e, se elle se conservasse mais tempo no poder, a Hespanha vêr-se-hia obrigada, não só a reconhecer a nossa independencia, mas a sujeitar-se ás condições que lhe quizessemos dictar.»

[1] O conde de Soure, foi enviado a França, para obstar a que a *paz dos Pyreneus* nos prejudicasse; e o conde, que era um diplomata intelligentissimo, obteve promptos soccorros, e trouxe para Portugal o famoso marechal de Schomberg (conde de Lippe) e outros muitos officiaes, de muito valor e grande pratica em negocios de guerra.

[2] Tomadas por D. João d'Austria, filho bastardo de D. Philippe IV.—Mas, apenas viu que os generaes portuguezes o procuravam, fugiu para Badajoz.

«Infelizmente, ruins intrigas, tecidas pelo infante D. Pedro, e pela rainha, D. Maria Francisca de Saboya, mulher de D. Affonso VI, cuja ambiciosa cumplicidade, é um dos escandalos, e uma das maculas, da historia portugueza, lograram derrubar do poder, em 1667, o habil ministro, que soubera tornar glorioso o reinado do seu monarcha.

«O conde de Castello Melhor retirou-se para o convento da Arrabida, e depois, para o exilio, vagueando por Inglaterra, Italia e França, sem que D. Pedro II quizesse, durante muitos annos, olvidar a inimisade que os dividira.

«Os portuguezes é que recordavam com saudade, o governo d'esse ministro, a quem deviam a independencia; porque se a espada dos generaes ganhou renhidas batalhas, o conde de Castello Melhor, póde dizer-se que foi, como o celebre Carnot, o organisador da victoria.

A final, cedendo D. Pedro ás rogativas e recommendações dos soberanos estrangeiros, concedeu-lhe a permissão de voltar á patria, em 1686, hindo residir para a villa do Pombal, com a sua familia.

Passado tempo, permittiu-se-lhe a volta para Lisboa, onde viveu, retirado, o resto dos seus dias, fallecendo, cego, no anno de 1720.»

—

Manuel Caetano Mascarenhas de Mancellos, foi capitão-mór da villa do Pombal, e alcaide-mór do Crato, e fidalgo cavalleiro da casa real.

Sua filha, D. Carlota Joaquina Mascarenhas Mancellos Valdez, casou com o almirante, Francisco José do Canto e Castro Mascarenhas, que tantos e tão assignalados serviços prestou á nação portugueza e á Gran-Bretanha, durante a guerra peninsular, sendo um dos mais bravos, e dos mais intelligentes officiaes de marinha, d'aquella época; praticando até actos da maior temeridade, que a Europa viu, pasmada, coroados da mais inesperada felicidade.

Estando com sua mulher, a bórdo da nau *Rainha de Portugal*, em viagem do Rio de Janeiro para Lisboa, nasceu no alto mar, a 10 de julho de 1821, seu filho, Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas (que se veiu baptisar á Sé de Lisboa) honrado portuguez, sobre o qual ainda ha poucos mezes cahiu a tampa da sepultura.

Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, descendia em linha recta, de José Francisco do Canto, fidalgo da casa real, e provedor dos armazens e naus da India — de Antonio d'Andrade Gambôa, capitão de mar e guerra, em 1650 — de Ruy Dias de Sampaio, governador geral da India—de D. Luiz d'Almeida, conde d'Avintes—de Francisco da Silva de Moura e Azevedo, governador de Campo-Maior, nas guerras da acclamação—dos Vasconcellos Azevedos, d'Elvas (que procedem de Mem Rodrigues de Vasconcellos, mestre da ordem de S. Thiago, e um dos maiores fidalgos d'este reino, no seu tempo)—de Lopo Vaz d'Azevedo, almirante de Portugal—de D. Luiz Innocencio de Castro, capitão das guardas reaes—dos Gamas e Mouras, d'Elvas (descendentes—os Gamas—de Estevão da Gama, alcaide-mór de Sines, e primo co-irmão do famoso D. Vasco da Gama, 1.º conde da Vidigueira, descobridor e 1.º vice-rei da India, de quem descendem os marquezes de Niza e de Fronteira, os condes de Coculim,[1] Oriola, Sandomil, Alva e Ribeira Grande, e outros titulares—e os Mouras—de Francisco de Moura, filho d'Alvaro de Moura, ascendentes do tristemente celebre, D. Christovão de Moura, conde de Miranda e marquez de Castello Rodrigo)—dos senhores da Azambuja, marquezes de Vallença, e mais tarde, duques de Loulé, condes da Azambuja e de Valle de Reis [2]—dos condes de Lumiares—do condestavel do reino, o legendario D. Nuno Alvares Pereira—de Pedro Annes do Canto, instituidor de trez morgados — e finalmente, era aparentado com muitas outras casas das principaes do reino.

Sebastião do Canto e Castro Marcarenhas, entrou para o collegio militar (da Luz) em

[1] Coculim, é uma villa, na comarca de Salsete, na India.

[2] Os senhores da Azambuja procedem do principe de S. Gregorio, e da princeza, D. Anna Joanna de Moura.

1833, e tendo completado o curso, com grande distincção, foi despachado, no 1.º d'agosto de 1838, sargento aspirante, e em 26 de dezembro de 1840, alferes do exercito.

Completou o estudo de estado-maior, na escola do exercito, em 1844 a 1845.

Em 5 de dezembro de 1845, foi promovido a tenente—em 29 de abril de 1851, foi feito capitão — major, em 23 de janeiro, de 1867 — tenente-coronal, em 28 de outubro de 1873.

Em 17 de abril de 1846, tinha sido empregado, como engenheiro, nos trabalhos geodesicos, nos canaes da Azambuja.

Em 25 de maio foi nomeado (pela junta de Santarem) [1] commandante das forças populares, contra o governo cabralista.

Depois, acompanhou o conde de Bomfim, na qualidade de seu ajudante d'ordens, até Torres Vedras, onde foi feito prisioneiro; sendo conduzido para bordo, e d'ahi para a cadeia civil de Lisboa, onde esteve até terminar a guerra civil, chamada da *Patuleia* ou da *Maria da Fonte*

Desde 7 de dezembro de 1850, até 28 de septembro de 1852, serviu, em commissão, nas obras do Tejo—e desde então, até 28 de setembro de 1853, na *companhia central peninsular*, dos caminhos de ferro portuguezes—do 1.º de dezembro de 1853, a 27 de abril de 1854, serviu na commissão geodesica—e desde então ate 13 de setembro de 1856, pela 2.ª vez, na companhia central peninsular dos caminhos de ferro—de 21 de julho de 1857 a 15 de novembro de 1859, serviu como engenheiro, no caminho de ferro de Lisboa até Santarem: chefe de exploração, administrador das obras, e membro da commissão administrativa do caminho de ferro de Leste—e successivamente, director, fiscal, engenheiro dos caminhos do Norte, Leste e Sueste.

Em 26 de agosto de 1864, foi a Londres, em commissão do governo, para effectuar a venda do caminho de ferro do Sul—em 26 de abril de 1867, foi nomeado director geral dos telegraphos, sem ser dispensado da commissão de engenheiro fiscal da exploração de todos os caminhos de ferro portuguezes; dos quaes foi nomeado chefe de divisão, em 15 de janeiro de 1869.

Em 10 de março d'este anno, tomou conta das linhas de Sueste.

Dois mezes depois, pediu a exoneração d'este cargo; servindo, desde 4 de setembro do mesmo anno de 1869, até 18 de maio de 1870, o cargo de governador civil do districto do Porto, do qual tambem pediu e obteve a exoneração, para acceitar o logar de administrador da casa de Bragança, a cujo emprego reuniu, pouco depois, o de administrador da casa real.

Tambem foi ministro das obras publicas, mas, no fim de quatro dias, estava aborrecido do peso da pasta, e pediu a sua demissão.

Certo dia, pediu-lhe um figurão que se propozesse deputado *pelo circulo da sua naturalidade*—«Ahi, sim (disse elle) ahi tenho eu eleitores que podem dar deputados para muitas camaras.»—Como?—tornou o outro —«E' que os eleitores do *meu circulo*, são os peixes do Occeano.»

Em tantos e tão variados empregos exercidos por este portuguez verdadeiro, sempre se portou com a maior intelligencia, zêllo, abnegação e solicitude; merecendo por isso os elogios sinceros dos homens de bem, de todas as cores politicas.

Falleceu em janeiro de 1876, deixando a sua viuva, a sr.ª D. Maria Margarida Stockler Salema Garção, e uma filha, a sr.ª D. Maria da Graça do Canto e Castro Mascarenhas.

Tendo Sebastião do Canto fallecido depois de estar publicado o artigo de Lisboa, onde podia hir o seu necrologio, por ter alli sido baptisado, não tinha mais onde fazer menção d'este homem de bem, nosso contemporaneo, senão no Pombal, onde um seu avô foi capitão-mór.

Peço perdão, aos leitores

[1] A junta popular de Santarem, compunha-se dos seguintes individuos:
Manuel da Silva Passos, barão d'Almeirim, Antonio Emigdio Geraldes Quelhas, e José de Paiva Magalhães.

que acharem o logar improprio, e rogo-lhes que attendam ao meu desejo de não deixar sem mensão honrosa, um homem illustre.

—

Em 22 de setembro de 1875, falleceu n'esta villa, Gustavo d'Almeida Souza e Sá, feito barão de Claros, em 15 de dezembro de 1870.

Nascêra n'esta villa, em 1804.

Eoi alumno do collegio militar. Sentou praça de voluntario, no regimento de infanteria n.º 15, em 20 de setembro de 1821, e n'esse mesmo anno foi feito alferes.

Foi depois, major do *batalhão nacional de caçadores de Leiria*, deputado ás cortes pelo circulo do Pombal—commandante do batalhão de caçadores n.º 6, por bastantes annos—vogal do supremo conselho de justiça militar, e governador da praça d'Elvas.

Foi conselheiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa, e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz.

Tinha a medalha de prata de bons serviços, e a de ouro, de comportamento exemplar.

Os ultimos annos da sua vida passou-os na escuridão, porque estava completamente cego.

Seguira sempre o partido liberal. mas, pela sua bondade de caracter, era estimado dos homens de todas as cores politicas.

—

Esta villa tem tido, desde os fins do seculo XVIII, diversas épocas de prosperidade e decadencia.

A estrada de Lisboa ao Porto, mandada construir por D. Maria I, e que passava pelo Pombal [1] deu a esta povoação, muita vida e desenvolvimento; mas as devastações, saques e incendios aqui praticados pelos francezes, lançaram o Pombal em uma miseria muito mais triste e sensivel do que a antecedente.

Escorraçadas de Portugal as hostes sanguisedentas de Napoleão, que, qual nuvem de harpías, a ira de Deus havia lançado sobre nós, podia o Pombal refazer-se pouco a pouco d'esta praga terrivel; se os governos portuguezes concorressem para a restauração d'esta e d'outras muitas povoações, do mesmo modo saqueadas e incendiadas pelos ferozes *jacobinos;* mas, bem pelo contrario, nada fizeram em seu favor, e nem sequer ao menos curaram da sua arteria principal, a estrada, que se foi pouco a pouco desmantellando, a ponto de só d'ella restarem tristes despojos, patenteando ao mundo a incuria e o desleixo dos diversos governos de Portugal.

Por fim, as carreiras maritimas de Lisboa ao Porto, e vice-versa, por barcos de vapor, acabou com o serviço da estrada, já então convertida em atoleiros e barrancos, e a villa do Pombal, ficou isolada e esquecida.

Finalmente, a construcção do caminho de ferro do Norte, em 1855, poz esta villa em communicação rapida e facilima, com os principaes centros commerciaes, agricolas e industriaes d'este reino, e a sua sorte vae sensivelmente melhorando.

—

A pag. 203 do 3.º vol., na col. 1.ª, disse o que era *fogaça*, e d'ella tomaram o appellido os Fogaças portuguezes, os quaes tinham por armas:

Cinco faxas d'ouro, e uma fogaça asul, *gretada* d'ouro, e por timbre, um feixe de lenha, ardendo.

Vide *Abiúl.*

—

Desde 1867, tem esta villa augmentado consideravelmente, não só em commercio e agricultura, como tambem em predios.

Tambem tem melhorado bastante ás vias de communicação.

Tem um quartel militar, de pequenas dimensões, mas soffrivel, e que aliviou o povo, dos aquartellamentos.

[1] A antiga estrada de Lisboa ao Porto, sahia de Lisboa, costeando a margem direita do Tejo, até Santarem, e d'ahi a Thomar, seguindo leito diverso até a *Venda do Cégo*, onde se lhe veiu a unir a *estrada nova*. (A de D. Maria I.)

Anda em construcção um bom hospital.

Estes dois ultimos melhoramentos se devem á sollicitude do sr. Augusto Maria de Mello Gouveia, que tratou da sua construcção, quando foi administrador d'este concelho.

Tem uma estrada, que vae a Ancião, construida em 1875.

Outra, que vae ao Louriçal e á freguezia da Foz, e está quasi concluida.

Outra, para Villa Nova d'Ourem, que anda em construcção.

São todas do systema *Mac-Adam*.

O governo concedeu o subsidio de 721$357 réis, para a construcção da ponte de *Assamassa*, n'esta ultima estrada.

Em volta da villa, ha varias quintas, umas boas, outras soffriveis.

Tem um theatro, menos máo (para a terra) e uma casa de bilhar.

Ha na villa 8 lojas de mercearia, 42 tabernas (!) e outras casas de commercio.

As ruas são illuminadas a petroline.

—

No dia 3 de outubro de 1873, atravessou esta villa, um furioso *cyclone*, acompanhado de chuva, relampagos e trovões fortissimos.

Na sua passagem, causou enormes estragos.

Arvores collossaes, cuja grossura havia sempre zombado da furia dos elementos, foram arrancadas, ou despedaçadas, como frageis cannas.

A ála de choupos que borda a estrada de mac-adam, de Lisboa ao Porto, tambem ficou bastante damnificada.

Este furioso temporal, não se limitou a esta villa, precorreu varias povoações, sendo as principaes, Aveiro, Coimbra, e arredores de Guimarães; deixando por toda a parte, tristes vestigios da sua passagem destruidora.

—

No concelho do Pombal, ha varias minas, de ouro, cobre, carvão e outros metaes e metaloides.

Só desde junho até outubro de 1874, se manifestaram n'esta camara, desesseis minas.

Em janeiro de 1875, foram manifestadas mais seis minas de carvão de pedra, de excellente qualidade; e em fevereiro, outra de carvão de pedra e ouro.

Em março, mais duas de carvão de pedra.

Em junho de 1876, os srs. José Osorio do Amaral e Souza, das Ferrarias—padre Joaquim Rodrigues, e Antonio da Silva, de S. Thiago—e José Luiz da Cunha, do Pombal, manifestaram sete minas de carvão de pedra.

Estas minas são na serra do *Albo*, limites d'Alqueidão, de Baixo; na Colmeia, em Linhalva, no Carvalho das Monteiras, na Fonte do Castello, nos Lameiros, e no Outeiro de Gallêgos.—Tudo n'este concelho.

—

No logar da *Abelheira*, d'este concelho, vive José Martins, que nasceu em 1766.

Goza perfeita saude, e visita as suas propriedades a pé e a cavallo.

—

Uma laconica biographia de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquez do Pombal, se acha no 4.º volume, pag. 329, col. 1.ª *in fine* e seguintes.

O actual representante d'esta illustre casa, é o sr. Manuel de Carvalho Mello Daun e Albuquerque (neto do 1.º marquez do Pombal) e ao qual foi renovado o titulo, em 19 de dezembro de 1835.

O sr. conde da Redinha, é tambem neto do 1.º marquez do Pombal.

POMBALINHO—villa, Douro, comarca e concelho de Soure (foi da mesma comarca, mas do concelho do Rabaçal) 24 kilometros ao S. de Coimbra, 180 ao N. de Lisboa.

Tem 370 fogos.

Em 1757, tinha 276 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Annunciação.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O abbade cirterciense (bernardo) do mosteiro de Ceiça, apresentava o prior, que tinha 130$000 e o pé de altar.

E' terra fertil, em todos os generos agricolas do nosso clima.

Os condes de Almada, eram senhores donatarios desta villa.

—

No dia 7 de setembro de 1874, falleceu em Lisboa, D. Lourenço Maria d'Almada Cirne Peixoto, descendente do legendario D. Alvaro Vaz d'Almada, conde de Abranches, em França, um dos *doze de Inglaterra*, companheiro, parente e amigo do grande Magriço (vide *Penedôno*) e fidelissimo amigo do infante D. Pedro, filho de João I, e tio e sogro de D. Affonso V.

O conde de Abranches, depois de cançado de batalhar em Alfarrobeira (vol. 1.º, pag. 115, col. 2.ª) se deitou no chão, prostrado de tanta lida, dizendo:

«Basta!—e tu, minha alma, já tardas!»

Então, muitos cobardes que até alli não ousavam aproximar-se, imitaram os assassinos do velho leão da fabula.

D. Alvaro, contentou-se em dizer-lhes:

«Fartar, villanagem.»

D. Lourenço, havia nascido em dezembro de 1818.

Casou em 1844, com a sr.ª D. Maria Rita Machado, filha dos srs. condes da Figueira, irman da esposa do sr. Antonio Pereira da Cunha.

Foi 3.º conde d'Almada, 15.º conde de Abranches, senhor de Pombalinho e de Lagares d'El-Rei.

Deixou successão legitima, a saber:—os srs. D. José d'Almada, D. Miguel d'Almada, D. Luiz d'Almada, D. Maria Amalia d'Almada (casada com seu primo germano, o nosso distincto e maviosissimo poeta, o sr. Sebastião Pereira da Cunha, filho do sr. Antonio Pereira da Cunha) D. Maria Francisca de Almada, e D. Maria Anna d'Almada.

O sr. D. Antão Vaz d'Almada, irmão do ultimo conde (D. Lourenço) ainda vive, é casado, e tem successão.

—

E' esta familia uma das mais nobres de Portugal, distinguindo-se em todas as épocas, pela sua fidelidade ao rei e á patria.

Membros esclarecidos e inabalaveis do partido legitimista, e não tendo por norma e guia, senão as acções illustres de seus maiores, e a honra e pundunor dos verdadeiros fidalgos portuguezes, são geralmente respeitados, pelos homens de todas as opiniões politicas, pois que os Almadas não distinguem nas suas affeições, os legitimistas dos liberaes; mas os homens de bem, dos que o não são.

—

Quando foi cabeça de concelho, com camara e juiz ordinario, o seu pelourinho era em uma figueira.

Na gaveta 20, maço 12, n.º 21, da Torre do Tombo, se acha o Processo para o seu foral, na reforma mandada fazer pelo rei D. Manuel, mas não se chegou a expedir.

POMBALINHO—freguezia, Extremadura, concelho, comarca e districto administrativo de Santarem, 95 kilometros ao N.E. de Lisboa.

Tem 180 fogos.

Em 1757, tinha 215 fogos.

Orago, Santa Cruz.

E' no patriarchado.

O povo apresentava o cura, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar.

E' no *Riba-Tejo*, contiguo á *Azinhaga*.

Chamava-se antigamente *Pombal* (e é o nome que lhe dá ainda o *Portugal Sacro e Profano*) depois, para se distinguir dos outros Pombaes, se lhe deu o nome de *Pombalinho*.

Ha n'esta freguezia grandes e ricas propriedades, que foram do sr. Antonio d'Araujo Vasques da Cunha, feito barão do Pombalinho, em 8 de maio de 1837.

São hoje do sr. Manuel Nunes Freire da Rocha, feito barão de Almeirim, em 23 de outubro de 1837.

E' terra fertil em cereaes e mais generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade.

POMBARES — freguezia, Traz-os-Montes, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e proximo de Bragança, 50 kilometros de Miranda, 465 ao N. de Lisboa.

Tem 45 fogos.

Em 1757 tinha 40 fogos.

Orago, S. Fructuoso.

O reitor de Iséda apresentava o cura, que tinha 8$500 réis de congrua e o pé d'altar.

É terra pobre e pouco fertil.

POMBEIRA—Vide *Cascaes*.

POMBEIRO—villa, Douro, comarca, concelho e 3 kilometros a O. d'Arganil, 30 kilometros a E. de Coimbra, 180 ao N. de Lisboa.

Tem 450 fogos.

Em 1757 tinha 150 fogos.

Orago, o Salvador.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

Os condes de Pombeiro, donatarios da villa, apresentavam o prior, que tinha 600$000 réis de rendimento annual.

Foi cabeça do concelho do seu nome, com camara e justiças proprias. D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 10 de novembro de 1513. (*L.º de foraes novos da Beira*, fl. 65 v., col. 1.ª)

Entre esta villa e a de Arganil, está a egreja de S. Pedro, apostolo, de construcção gothica, e por consequencia, muito antiga. Junto d'ella ha vestigios de uma grande povoação, que, segundo a tradição, são as ruinas da antiquissima cidade de *Aufragia*, dos romanos.

Braz Garcia Mascarenhas, no seu *Viriato Tragico*, seguindo esta tradição, diz:

Alli (*Arganil*) junto do Alva crystalino
Esteve *Aufragia*, celebre e potente,
E perto d'ella, o *monte columbino*
(Hoje Pombeiro) o mostra claramente:
D'onde orando Quitheria, de contino,
El-rey d'Aufragia, Bispos e outra gente
Induziu ao martyrio que alcançaram,
N'aquelle santo monte, que illustraram.[1]

O padre, Pedro Henriques d'Abreu, reitor de Farinha-Pôdre, diz—«Vendo todas estas cousas, tenho para mim, que esta villa de Pombeiro, foi a cidade *Aufragia*, por tambem concordar com o nome do valle.» (*Vida de Santa Quiteria*, cap. 6.º, 1651.)[1]

O valle a que se refere este escriptor, se denomina hoje — valle de *Adrafoya*.

Pretende-se que esta villa é fundação dos povos *columbos*, ou *columbinos*, ou *columbarios*—isto é—exploradores de minas de estanho e chumbo.

Perto da villa ha duas grandes montanhas — o *Valle do Pisão*, e a *Serra da Avelleira*, ramos da Estrella. Ha em cada uma d'ellas, uma galeria (ou tunell) subterranea — que os povos d'aqui chamam *os Furados*—abertas na rocha. Cada uma atravessa o seu monte, junto ao rio Alva. Foi obra de grandes despezas e de muita difficuldade. Não se sabe com certeza o fim para que foram feitas estas galerias: talvez fossem minas de chumbo.

A villa está situada proxima ao rio Alva. Aqui e em Arganil, viveu desde a edade de seis annos, e até 1828, o notavel parlamentar, Julio Gomes da Silva Sanches (nascido na aldeia de *Gomiei*, termo de Viseu). Foi fidalgo cavalleiro da casa real, do conselho de sua magestade, ministro e secretario de estado honorario, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Villa-Viçosa, e da ordem da Torre e Espada, juiz da relação de Lisboa, presidente da camara dos deputados, etc., etc.—Depois de formado em direito, pela universidade de Coimbra, a sua primeira occupação foi a de advogado, na então comarca de Midões. Emigrou em 1828, e vindo para Portugal, em 1832, é que seguiu os differentes graus da magistratura, e obteve as diversas condecorações.

—

Dizem outros auctores, que no sitio da actual Pombeiro, ou ahi perto, existiu a cidade *Columbaria*, dos romanos; mas talvez que este nome não fosse mais do que um adjectivo, em razão das suas antigas minas

[1] Já se vê que o poeta se enganou quanto a Santa Quiteria. Ou Aufragia fosse n'este Pombeiro ou no seguinte, em todo o caso, o martyrio d'aquella virgem, foi no monte Pombeiro de Riba-Visella, e não proximo do rio Alva, na Beira (hoje Douro).

[1] Acontece-nos em Aufragia, como em Britonia. Uns dizem que existiu no Minho, e é a actual *Pombeiro de Riba-Visella*, outros dizem que foi na Beira, e é esta. É provavel que houvesse duas *Aufragias*. Vide o 1.º vol., pag. 255, col. 2.ª

de chumbo, de que não ha vestigios, a não serem as duas galerias subterraneas em que já fallei.

—

Da serra da Estrella se projecta para o O. um braço, até á extincta villa de *Cellaviza* (*Caelis-Visus*).[1]

De Cellaviza corre um outro braço, de E. a O., que se abaixa por espaço de uns dois kilometros, entre esta povoação e a de Arganil, tornando a levantar-se, alargando se por um grande espaço, formando um monte alegre e vistoso, onde se vê um extenso plató, coberto de matto, sem arvore alguma.

Manuel de Faria e Souza, no seu *Epitome*, pretende que Pombeiro fosse edificada por uns povos que entraram na Lusitania, e a que elle dá o nome de *columbos*, ou *columbros* (que elle diz, terem sido os fundadores de Coimbra).

Dizem outros que é fundação dos romanos, com o nome de Aufragia, ou *Aufrazia*, ou *Eufrazia*, da qual era senhor, Liciano, que tambem foi martyrisado com Santa Quiteria.

Toda a descida do monte do Pombeiro, ou Columbino, que olha para o N., é povoada de muitas e frescas aldeias, cercadas de vinhas, pomares e soutos. É n'esta encosta que está fundada a villa de Pombeiro, a uns 2 kilometros para N.E., ficando-lhe ao sopé o *valle de Aufragia* (*Adafroia*).

Teve Pombeiro grandes privilegios e isenções, concedidas aos seus donatarios, por varios reis de Portugal.

O valle de Adafroia, principia no rio Alva, do lado do monte, e vae até junto da villa.

Perto de Pombeiro, está a capella de *Nossa Senhora do Loureiro*, objecto de grande devoção dos povos d'estas terras.

É um templo muito antigo, e não se sabe quando nem por quem foi construido.

Existe alli um cippo romano, com a inscripção seguinte:

[1] Diz-se que esta etymologia lhe vem, por ficar a povoação entre a serra, e em uma baixa, d'onde se não *vê* senão o *Céo*.

LOVESIVS..........
PUGI. F. SIBI. .
ET. BOVTEAE
FILIAE SUAE.
ANNORUM XI. F. C.

(Esta obra mandou fazer, Lovesio, filho de Apugio, para si e sua filha Boutea, de onze annos de edade.)

Parece que este *Lovesio*, era um nobre patricio romano. Em Condeixa Nova, entre as inscripções romanas que estão na torre dos sinos da egreja matriz, está uma que diz:

D. M.
FELICIS BOVTEAE LIB. ET FORTU-
NAE FELICIS FIL. OCTITIA MA-
TER.
F. C.

(Aos deuses manes. Oticia, e Fortunata (?) sua irman, filhas de Felix, aquella mãe e esta tia, de Botea, lhe consagram esta memoria—ou lhe mandaram fazer esta sepultura.)

Em Braga, tambem ha uma inscripção que falla da familia dos Lovesios.

—

Vasco Gonçalves Peixoto, instituiu um morgado n'esta villa. Vide *Fermêdo*, *Monte-Longo* e *Pardêlhas*.

—

O 1.º conde de Pombeiro, foi D. Antonio de Castello-Branco, feito por D. Affonso VI, em 6 de abril de 1668.

Este condado está hoje unido ao marquezado de Bellas. (Vol. 1.º, pag. 372, col. 1.ª e seguintes.

É actual possuidor d'esta casa, e representante d'esta nobilissima familia, o sr. D. Antonio de Castello-Branco, feito (o 9.º) conde de Pombeiro, e marquez de Bellas (de que era o 15.º senhor), em 21 de julho de 1868.

Suas armas são—em campo azul, um leão, d'ouro, rompente, armado de púrpura. Timbre o mesmo leão das armas.

POMBEIRO DE RIBA VISELLA—freguezia, Douro, comarca e concelho de Felgueiras (foi couto e villa—e depois, foi do concelho de Felgueiras, mas da comarca de Lousada), 30 kilometros ao E.N.E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa.

Tem 230 fogos.

Em 1757 tinha 198 fogos.

Orago, Santa Maria Maior (Nossa Senhora da Assumpção).

Arcebispado de Braga, districto administractivo do Porto.

O D. abbade do mosteiro benedictino de Pombeiro, apresentava o vigario (que era um monge da mesma ordem), que tinha 150$000 réis e o pé d'altar.

É uma freguezia fertil, rica e importante, com algumas familias antigas e muito nobres, sendo das principaes as dos Mellos Sampaios, que ainda teem vestigios dos seus antigos poderes feudaes. É actual representante e possuidor d'esta casa, o sr. Paulo de Mello e Sampaio, feito barão de Pembeiro de Riba Visella (em duas vidas) a 11 d'abril de 1851.

(Para a familia e armas dos *Mellos*, vide *Guimarães* — e para os dos *Sampaios*, vide *Carrazêda d'Anciães.*)

—

Foi senhor de Pombeiro, D. João Lourenço da Cunha, 1.º marido (ou legitimo e unico marido) da tristemente celebre, D. Leonor Telles de Menezes, que *casou* com D. Fernando I. — D. João Lourenço da Cunha e D. Leonor, eram da primeira nobreza de Portugal.

—

Diz o padre Carvalho, na sua *Chorographia,* que no monte de Margaride, proximo a Pombeiro, ha muitas viboras.

—

Junto ás margens do rio Visella, e a 6 kilometros a E.N.E. de Guimarães, está o grande mosteiro que foi de monges benedictinos, denominado *convento de Pombeeiro*, cujo D. abbade tinha o privilegio de esmoler-mór do rei, quando este passava para o norte do rio Douro.

É com certeza, um dos mais antigos mosteiros d'este reino, e foi um dos mais ricos e poderosos.

Sobre a data da sua fundação divergem os escriptores. Uns pretendem que elle foi fundado pelos annos 900 de Jesus-Christo, reinando D. Affonso III (*o Magno*).—Outros sustentam que a sua primeira fundação, foi na era 804 de Cesar (766 de Jesus-Christo).

Outros, não se contentando ainda com uma antiguidade de onze seculos, dizem que já tinha alguns annos de existencia em 766 de Jesus-Christo, porque d'esse anno existe (ou existiu) um prazo de *Valle-Melhorado*, declarando que certas propriedades d'elle, *confrontam com terras do mosteiro de Pombeiro.*

Parece certo que já existia e era notavel, em 853, pois que n'esse anno, o Papa Leão IV, expediu um breve apostolico, sobre uma demanda que os monges traziam com o rico-homem, padroeiro do convento.

A sua primitiva fundação foi no logar de *Sobrado;* mas, ou pelo sitio não agradar aos monges, ou por outro qualquer motivo hoje ignorado, foi mudado, a requerimento dos religiosos, por D. Fernando I (*o Magno*), de Castella e Leão, para o *Monte Columbino,* em 1041. Este monarcha, deu o padroado do mosteiro, a seu sobrinho D. Gomes de Cella-Nova (Galliza), casado com D. Sancha Gomes Echiga, segundo diz o conde D. Pedro — ou com a condessa D. Velasquinha, filha e herdeira do conde Ataúlfo, segundo pretende frei Philippe.

D. Gomes de Cella-Nova, é progenitor da nobilissima familia dos Souzas, de Portugal.

Cahindo o mosteiro em poder de commendatarios, trataram estes de tirar d'elle o maior lucro possivel, não curando dos seus reparos, nem da sorte dos monges; pelo que elle foi em progressiva decadencia.

Da familia dos Souzas, passou para a dos Sampaios.

A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, o pediu para o *reformar*, mas deu-o a D. Antonio, *prior do Crato,* filho natural do infante D. Luiz, que perdeu o padroado em 1580.

O papa Paulo IV, o tinha dado em 1557 a S. Carlos Borromeu; mas, oppondo-se o prior do Crato a esta doação, que nada justificava, houve principio de demanda, que terminou pela renuncia de São Carlos, em D. Antonio (1564) com a pensão de tres mil crusados (1:200$000 réis) em vida do santo.

Os seus prelados, se intitularam *priores,* até 1590, e desde então, abbades,

Os generaes portuguezes, antes de hirem

para a guerra, vinham aqui implorar o patrocinio da Santissima Virgem; e depois do triumpho, aqui vinham depôr os tropheus das suas victorias.

A egreja é vasta, e o claustro tem uma formosa galeria, no 1.º andar.

Era notavel a galeria de tres naves, onde estavam abertas, por sua ordem, todas as armas da antiga nobreza de Portugal (como no palacio real de Cintra.) Está tudo em ruinas.

O D. abbade d'este mosteiro, servia de ouvidor.

O juiz, o procurador, e o porteiro do couto, eram eleitos pelo povo, e confirmados pelo D. abbade.

Era couto no civel. No crime, pertencia a Felgueiras.

O senhor de Felgueiras, era Antonio Luiz Pinto Coelho, que era tambem senhor de Fermedo, Vieira, Rio-Meão, e outros muitos senhorios e commendas.

O actual representante d'esta familia (da primeira nobreza de Portugal) é Antonio Pinto da Silva Coelho Pereira Padilha Seixas e Harcourt, que deu cabo da sua grande casa, e anda hoje pelo Brazil, feito medico raspaillista!

(Vide *Fermêdo.*)

—

Havia no archivo do mosteiro, um documento, que provava o estado de relaxação a que haviam chegado os monges de Pombeiro, no seculo XIII.

D. frei Alvaro Paes, no seu livro — *Do Pranto da Egreja*, patenteia a desmoralisação dos frades e freiras d'aquelles tempos, comparados com os quaes, os dos seculos seguintes eram modelos de virtude e sciencia.

No documento de Pombeiro, se lia, que sendo nomeado para abbade d'este convento, um frade bernardo, os monges o não quizeram reconhecer, porque, álem de outras razões, era homem prodigo e dissoluto.

O novo abbade, terminou summariamente a contenda, mandando enforcar um dos frades (que julgou *cabeça de motim*) em frente do mosteiro.

Por fim, os frades concordaram com o abbade (podera!...) sendo expulso o forneiro, que foi o que serviu de carrasco.

Aconteceu isto em 1251.

No reinado de D. Diniz, requeriam as freiras publicamente ao monarcha, para lhes legitimar os filhos, declarando nas suas petições, quem eram os paes, ainda que fossem frades ou padres!

—

Sobre a porta principal da galilé do mosteiro, estavam gravadas as armas dos Souzas, e havia alli sepulturas de alguns dos membros d'esta familia.

Em uma lapide da parede da mesma galilé, existiu a seguinte inscripção:

ERA MILLESSIMA TRECENTESSIMA NONA,
FACTA FUIT GALILÉ—MANDANTE
DOMINO RODERICO, ABBATE

(*Na era de 1309, foi construida está galilé, por ordem do abbade D. Rodrigo.* — E' o anns 1271 de Jesus Christo,)

—

Aqui foi sepultado João de Mello e Sampaio, commendador do mosteiro; e junto á sua sepultura estava a de Manuel Gonçalves—*o Trovador*—natural de Guimarães.

Consta que foi o primeiro que fez *tróvas* em Portugal, e por isso mereceu o seu cognome.

—

A rainha D. Thereza, pouco tempo depois da morte de seu marido, o conde D. Henrique (1112), fez ao convento de Pombeiro uma ampla doação, *de quanto possuia dentro dos coutos de Avisella* (Visella) immediato ao solar dos Souzas, e ao mosteiro.

Um dos testemunhos que dá o antigo livro de Pombeiro (citado por Manuel de Souza Moreira, na *Vida de D. Mendo Viegas de Souza*, 8.º senhor da casa dos Souzas), da independencia, honra e desinteresse de D. Mendo, é o seguinte:

Tinha elle (D. Mendo) uma sobrinha, a quem muito amava, chamada *Adozinda Udariz*, que lhe fez doação da parte do padroado, que, como bisneta do famoso *D. Gomes Echiguiz*, possuia n'e[illegible] amplissimo mosteiro.

Esta senhora era filha de Emisio (ou Ermigio) Froylaz, e neta de D. Trodili, de quem foi pae, D. Gomes Echiguiz.

Não só doou a seu tio o padroado do convento de Pombeiro, como tudo quanto D. Mendo lhe tinha tirado das garras de seu ambicioso irmão, D. Pedro Udariz; porém D. Mendo só acceitou o padroado do Pombeiro.

Para evitarmos repetições, vide vol. 6.º, pag. 543, col. 2.ª)

—

Já disse que este mosteiro teve duas fundações—isto é—foi primeiramente fundado no sitio ainda hoje chamado *Sobrado*, no valle de Visella, e o seu primeiro nome foi *mosteiro de Sobrado*. Ficava junto ao monte de Santa Cruz (por ter no seu cume uma ermida, dedicada á Santa Cruz).

Ignora-se, como já fica dito, a data d'esta primeira fundação; porque, no cartorio do convento não se achou d'isso o minimo apontamento.

O mais antigo documento que se encontrou, foi um prazo, escripto em pergaminho, e em caracteres gothicos, que o abbade de Pombeiro, frei Hugo, fez a Domingos Annes, de *Valle-Melhor* (hoje *Valle-Melhorado*), das bouças de *Payo Capello*, no anno de Jesus-Christo, 766.

Tambem se achou um breve do papa Leão IV, de 9 de fevereiro de 853 de Jesus-Christo. Ainda n'este anno existia o mosteiro no mesmo sitio do Sobrado.

O actual mosteiro foi construido um pouco mais abaixo do primitivo, em um sitio cercado de montes, com pouca vista, porque, só para a parte de Guimarães, tem uma aberta, feita pelo rio Visella.

Do antigo mosteiro não ha vestigios, e só existe a egreja, de architectura gothica, e de grande sumptuosidade.

Sobre as duas *quartellas* da cornija exterior da fachada, dá luz ao templo do 2.º mosteiro, um *espelho*, de 20 metros de circumferencia, e tem, como remate, um leão rompente, sustentando duas medalhas em meio relevo, que consta serem as efigies de D. Fernando Magno e de sua esposa; alli mandadas collocar por D. Egas Gomes de Souza, bisneto, por sua mãe, d'aquelle monarcha.

Em frente da porta principal, houve uma galilé, de tres altissimas naves, de abobada, formada em esquadria, e era n'esta galilé que estavam os escudos d'armas de todas as familias nobres de Portugal, esculpidos na pedra, e com todo o rigor da heraldica: de modo que, quando se duvidava da origem de algum fidalgo, a *galilé de Pombeiro*, era a Torre do Tombo da antiga nobreza lusitana. O tempo principiou a desmantelar esta famosa galilé, e a estupidez de alguns abbades do mosteiro, completou a obra da destruição, mandando pouco e pouco demolir este venerando monumento, para com os seus despojos construirem paredes de casas, e muros da cêrca.

Nos dois angulos da fachada da egreja, estão duas altas e magestosas torres, de bella cantaria.

O edificio do mosteiro é de fórma quadrangular, com tres compridos e largos dormitorios, um ao S., outro ao E., outro ao O., fechando o quadro, ao N., a egreja.

No centro do mosteiro ha um espaçoso claustro, guarnecido de altas e grossas columnas, de ordem corinthia, sobre cujos capiteis se levanta uma vistosa galeria, que accrescenta a magestade do edificio.

A sachristia, que é vasta e alegre, está adornada de boas pinturas, e teve riquissimos ornamentos e alfaias, dadas pela casa de Souza; o que consta de muitas doações, feitas em varias épocas, por esta nobilissima familia.

Os reis de Leão, e depois os de Portugal, pela grande devoção que tinham á Santissima Virgem de Pombeiro, lhe fizeram largas doações, dando ao mosteiro, grandes privilegios.

—

No monte da ermida da Santa Cruz, existiu, em eras remotas, um castello, construido pelos romanos, do qual ainda existem vestigios.

Passou depois ao poder dos christãos, e d'elle foi alcaide-mór, ou governador, D. Go-

mes Nunes de Souza, 3.º filho de D. Egas Gomes de Souza, senhor de todo este territorio.

D. Gomes Nunes, tinha tambem muita devoção com Nossa Senhora de Pombeiro, e lhe fez amplas doações.

—

O convento do Pombeiro, foi riquissimo no tempo dos nossos primeiros reis, e, segundo alguns escriptores, chegou a ter 900 monges.

Parece-me muito monge. É mais provavel que os monges, leigos, familiares, empregados e criados, completassem aquelle numero (e não era pequeno) e que d'aqui procedesse o engano; o que era facil.

O padre mestre frei Raphael de Jesus, na sua *Monarchia Lusitana*, tratando da vida do rei D. Diniz, e alludindo a este mosteiro, diz (citando varios auctores) que *tinha tanto de renda como a de todo o reino, no principio da monarchia;* que, na opinião de frei Bernardo de Brito, eram 13 a 14 contos de réis.

Os commendatarios, foram pouco a pouco dando cabo de muitas d'estas rendas, já deixando-as perder, por desmazêllo; já deixando-as remir aos caseiros; já dotando com ellas seus filhos, de modo que, em 1700, apenas sustentava 40 religiosos.

Emquanto os taes commendatarios se não apossaram das rendas do mosteiro, havia n'elle um bom collegio de disciplinas ecclesiasticas, muito florescente; de que elles deram cabo.

Foram por muitos annos commendatarios d'esta casa religiosa, os Mellos Sampaios. O ultimo, foi D. Antonio de Mello e Sampaio, desde 1528 até 1560.

Fallecendo este commendatario, a rainha D. Catharina (viuva de D. João III, e regente do reino, na menoridade de seu neto, o rei D. Sebastião) pediu o padroado ao papa Pio IV, para o prior do Crato, como já fica dito.

Como este principe fugiu para França, á sanha de Philippe II (vide *Crato*), ficou o convento, desde 1590, sem commendatario' e governado por abbades, sendo o primeiro, o padre D. frei Bernardo de Braga, que, livre da rapacidade dos commendatarios (que dissipavam em cousas mais que muito profanas, as rendas destinadas a legados pios, e á sustentação do culto divino e dos monges) augmentou muito o mosteiro, sendo então quasi todo reedificado desde os fundamentos.

—

O mosteiro benedictino de Pombeiro, foi julgado *bens nacionaes*, e vendido a dois individuos d'aqui.

Está hoje em poder dos seus herdeiros.

A egreja, é a matriz da freguezia, como ja o era antes da suppressão das ordens religiosas.

Tambem deixaram um pequeno bocado de cêrca, para passal do parocho, que agora foi (ou vae) ser vendido.

—

O collegio de *Santa Quiteria*, está edificado no cimo do monte do Pombeiro, que pouco se eleva do solo, ficando sobranceiro á villa de Felgueiras.

E' o unico, no seu genero, pela sua formosa situação; pelas deliciosas vistas que d'elle se gosam; pela salubridade dos seus ares; e, sobretudo, pelo profundo socego que alli se gosa, indispensavel para o estudo e para a contemplação das bellezas naturaes que o rodeam. Dominando um vasto horisonte, onde a vista se espraia, já por viçosos campos, cobertos de eterna verdura, cercados de altos e frondosos castanheiros, adornados de pampanos, em festões; montes e collinas, cobertos de plantas annuaes, ou de arvores de varias especies, por entre as quaes surgem as casinhas brancas dos lavradores.

Mais ao longe, uma poetica ermidinha, alvejando no tópe de um outeiro; seguindo-se depois, outros e outros, ora cobertos de arvoredos silvestres, ora de mattos e arbustos surdindo por entre alcantis.

Ao O., ha uma aberta, entre dois montes, e por ella se vê o quadro magestoso do pôr do sol, que se mergulha em ondas de

fogo, nas aguas do Occeano, que se vê a 60 kilometros de distancia.

A 18 kilometros de distancia, vê se perfeitamente a cidade de Penafiel, e um pouco mais proximas, a villa de Lousada, e a grande e bonita povoação da Lixa.

Tambem d'aqui se descobrem as serras do Marão, coroado por um lençol de neve mais de metade do anno; e a do Gerez, com os seus picos, formados de rochedos, em fórma de agulhas, semelhando castellos e templos desmantellados.

Finalmente, o monte Sameiro, e a sua estatua colossal da Virgem, monumento da piedade dos braccarenses.

A todas estas condicções de belleza, salubridade e paz, se reune a sollicitude e illustração dos mestres; e a exemplar applicação de 120 alumnos, que actualmente frequentam este notavel instituto de educação religiosa e scientifica.

Ao lado do collegio, ergue-se o poetico e formoso templo, dedicado á virgem lusitana, Santa Quiteria, martyr.

—

N'esta freguezia (denominada antigamente — *couto de I[illegible]gueiras*) nasceu, a 18 de março de 1590, na quinta da *Caravella*, ou do *Souto*, o nosso famoso classico, Manuel de Faria e Souza.

Era filho legitimo, de Amador Peres d'Eiró, e de Luiza de Faria.

Pretendem alguns (fundados na afirmativa do hespanhol, Francisco Moreno Porcel, contemporaneo e amigo de Faria e Souza, e o seu primeiro biographo) que os ascendentes do nosso poeta eram pessoas nobres; e este diz, nas suas obras, ser neto de *Estacio de Faria*, poeta do seculo XVI, e do reinado de D. Sebastião.

Afirma Faria e Souza, que o soneto de Camões, que principia

«Agora toma a espada, agora a pena,
Estacio, nosso, em ambas celebrado, etc.»

se entende com o seu avô materno, que, segundo o neto, foi fidalgo da casa real.

Note-se porém, que na sua *Fonte de Aganipe*, dirige uma ecloga ao genealogico Alvaro Ferreira de Véra, escarnecendo dos meritos da fidalguia herdada, com versos (alguns, soffrivelmente insipidos) e preferindo a honra que se adquire pelos proprios feitos, á nobresa que se herda, por um accaso da natureza.

Em outro legar da mesma obra, mófa dos fidalgos de Cabeceiras de Basto, dizendo-lhes: [1]

Sempre me dizes, Celso,
Por mil estranhos modos,
Que por unico tens e por excelso,
Aquelle, que dos gôdos
Sustenta alguma veia
De sangue, que asseguras mais o arreia,
Sendo os seus institutos
Não tanto d'homens, não, como de brutos.

Elles foram ruina
De quanto em nossa Hespanha,
Já gloria era profana, já divina.
A uma e outra montanha,
A pedras reduziram
Quantas maquinas claras construiram
Scientificos Vitruvios,
E das humanas leis foram diluvios.

Da peguana gente,
Lá na Asia se publica
Que tem um cão por unico ascendente. [2]
Se entre ella prolifica
Alguma casa nobre,
Não queres tu que o riso então me sobre,
Quando saiba, se présa
De origem tão nefanda, tal nobreza?

E por fados contrarios,
De avós e paes famosos,

[1] Não publico toda a poesia, para não infadar o leitor; ao qual, ainda assim, peço desculpa de transcrever estes: o que faço por serem hoje rarissimas as obras de Manuel de Faria e Souza.

Só escolhi os que me pareceram melhores.

[2] Não ademira que os semi-selvagens do Pegú, se cream descendentes de um cão.

O que faz pasmar, é que certa escola moderna, de illustrados sabichões, se digam descendentes dos *macacos!*

Netos e filhos vís, tão ordinarios;
Com actos vergonhosos,
Não queres que me ria,
Se estes tem presumpção de fidalguia,
Fundada em fundadores
Sem que creiam de si, que são piores?

Aquelles singulares
Varões, que já fundaram
Illustres e antiquissimos solares,
Cuidas tu, que os lavraram
Com presumpções indignas
De algumas ascendencias peregrinas?
Pois eu quero que creias,
Que d'obras proprias são, e não de alheias!

E os solares lusidos
De que agora nos montes
Vestigios vês, apenas conhecidos;
Quem, senão Phaethontes,
Com torpes arrogancias
De alheias, de luz clara redumdancias,
Os poseram por terra
Fazendo em vicios, ás virtudes guerra?

Ao nobre faz grão perda
Quem diz, se herda o ser nobre;
Porque nobreza alguma, nunca se herda,
Quando o herdeiro não obra
Como aquelles obraram,
Que para os imitar os procrearam:
Isso só se concede
Se qual no sangue, no valor succede.

Glorias não atribuas
De nobre, a quem não faça
Obras, que a rosto aberto, chame suas:
Póde o principe, a graça
Ao vil do privilegio
Fazer do nobilissimo collegio;
Dar-lhe honra é impossivel,
Por que isto, a cada qual, é só factivel.

Tu dirás que, de fôro
Se deve á concedida
Nobreza, por tal graça grão decóro.
Sabe que dividida,
Está da honra a nobreza,
Que concede do principe a grandeza:
Espaço ha dilatado
De que um se chame nobre—a ser honrado.

O que nasce em brocados,
Quando infamias abrace,
Será dos por mais vis abominados.
O que no fêno nasce
Quando abraça as virtudes
Não creias que de ser illustre o mudes.
Nobrezas mais famosas
Sómente as fazem obras gloriosas.

O nascimento escuro
Não te serve de offensa,
Se sabes proceder com valor puro.
Fundas nobresa immensa
Se em tal módo procedes,
E com heroes ethereos bem te medes,
Em throno mais glorioso.
Nasce mal, obra bem, serás famoso.

Uma aura van, do povo
Para dar verdadeira
Honra a quem a não tem firme—reprovo.
A gloria mais inteira,
Não com essa vil aura
Com virtudes se funda, ou se restaura.
Por mais que essa aura te ame,
Nasce bem, obra mal, serás infame.

Com alma d'Aristides,
Com mão Alexandrina,
E com braço fortissimo, de Alcides,
Se funda a rica mina,
Da nobreza sublime.
Usa pois, se pretendes que te estime,
O mundo, por augusto,
Mão larga, braço forte, animo justo.

—

Apezar do que se acabou de ler, Faria e Souza. obedecendo a certas influencias, annotou o *Nobiliario*, do conde D. Pedro.

Suspeita-se, com bons fundamentos, que esta edicção teve por fim, eliminar do primitivo *Nobiliario*, um judeu (christão novo) chamado *Ruy Capam*—tronco de muita fidalguia das Hespanhas.

Ao marquez de Castello-Ro-

drigo (com quem Faria e Souza estáva então em Roma, quando annotou o *Nobiliario*) convinha, principalmente, que as palavras allusivas a Ruy Capam (*baptisado em pé*) desapparecessem da obra, como effectivamente foram.

—

Faria e Souza, seguiu os seus primeiros estudos em Braga, segundo alguns; porém D. frei João de São José Queiroz, bispo do Grão-Pará, achou no mosteiro benedictino de Refojos de Basto, a tradição de ter alli estudado alguns annos o nosso poeta, com os monges, protegido pelo bispo do Porto. Dom Gonçalo de Moraes, filho d'aquelle mosteiro.

Notemos porém que Dom Gonçalo, entrou para o noviciado do convento de Refojos, 79 annos antes da morte de Faria e Souza, que, ainda adolescente entrou para o paço do bispo do Porto; pelo que, uns o fazem seu parente, outros creado.

O sr. visconde de Juromenha (fundado no que diz D. Francisco Moreno, e Costa e Silva) diz que Faria e Souza, entrára, na qualidade de secretario do bispo do Porto, em 1604, tendo então 14 annos de edade—o que não é muito verosimil.

Aos 20 annos, pouco mais ou menos, principiou Faria e Souza a fazer versos, que seus contemporaneos julgaram excellentes, e nós julgamos sobremodo defeituosos. (*Resume de l'histoire litteraire do Portugal*, por Ferdinand Denis, pag. 368—obra impressa em Paris, em 1862.)

O bispo, seu protector, destinava-o ao estado ecclesiastico, mas o poeta tinha mais propensão para as aventuras do seculo, occupando-se mais de amores, do que da theologia; dizendo-se até que elle amava tres mulheres simultaneamente, e que era d'ellas correspondido com ardor.

Uma era candida, de olhos azues, e natural de Lisboa — outra era pallida, tinha olhos pretos, e era portuense—a terceira, tinha olhos verdes, e era de Visella. (D'esta não consta a côr da epiderme.)

Foi por fim preferida á primeira—a dos olhos asues—que era, D. Catharina Machado (filha do contador-mór, D. Pedro Machado) e com ella casou o poeta, em 1614.

Em 1618, foi para Pombeiro, com a sua familia, e no anno seguinte, foi para Madrid, como secretario do conde de Muge, vindo n'esse mesmo anno a Lisboa, na comitiva de Philippe III, e, fallecendo logo o conde de Muge, tornou para Madrid, com as illusões perdidas.

Viveu alguns annos de privações, e pae de numerosos filhos.

Entre 1623 e 1628, publicou as suas primeiras obras, vivendo do producto d'ellas.

Nem a protecção do bispo do Porto, D. Gonçalo de Moraes, strenuo partidario dos Philippes, nem a publicação (em 1628) do seu *Epitome de las historias portuguezas*, no qual tece grandes elogios a Philippe II, e ao renegado Christovão de Moura, elevando até aos astros a prudencia, a probidade, a justiça e a caridade d'aquelle usurpador; e até a sua legitimidade á corôa portugueza—fulminando os portuguezes que se não queriam submetter ao jugo ominoso de Castella—nada d'isto lhes valeu para obter um emprego que lhe desse, ao menos a *feliz mediocridade*, sonhada pelos poetas infelizes.

Nada conseguiu senão mostrar á posteridade um portuguez desleal, e um escriptor vendendo a sua penna á tyrannia e á immoralidade.

Para sabermos até onde chegou a baixeza de Faria e Souza, basta ler alguns periodos do seu *Epitome*.

Principia em Almeirim, historiando a lucta travada pelos pretendentes á coroa portugueza, em volta do leito, do pusilanime cardeal-rei, moribundo. (Vol. 1.º, pag. 149, col. 2.ª e seguintes.)

Fallando de Christovão de Moura, diz: [1]

«D. Christovão de Moura, com maravilhosa placidez, mostrava maravilhosa diligencia: é certo que muitos animos se lhe oppunham; muitos porém, *que estavam quié-*

[1] Traduzido da edição de Francisco Foppens, Bruxellas, 1730,

*tos, quasi concordavam com os muitos que se lhe affeiçoaram. Conheciam já o direito do seu princip*e*, e punham os olhos na sua força.*»

E mais adiante:

«Propunham que o cardeal se casasse... nomearam-lhe como noivas, a filha de Bragança, e a rainha-mãe, de França, cujo retracto mandou vir, e trazia comsigo; e o certo é que, *segundo sua disposição e edade tendo-a pintada, tinha-a como a podia ter: e, posto que já tivesse sido mãe, quanto a elle, estava como a sobrinha,* e com tudo, os que o desejavam casado, conhecendo que, nem com mulher já casada, teriam fructo do casamento, ousaram dizer, que lhe trouxessem mulher, ainda que já viesse pejada.» (!)

Um portuguez que em tão afflictiva conjumctusa, se atreve a escarnecer de cousas tão sérias, com jogralidades de alcouce, está irrevogavelmente sentenciado a desprezo eterno, pela posteridade.

Fallando do prior do Crato, trata-o com a maior severidade, e aos que lhe são fieis, nas côrtes d'Almeirim, chama *escoria inexoravel,* (!!!) e conclue que *os portuguezes que se venderam, devem restituir o recebido, porque venderam o que já era de quem lho comprou.*

(Isto não preciza commentarios.)

Lastima que os *rebeldes* (!) se não aquietem, nem movidos pela *veneranda auctoridade real, nem com o exemplo dos principaes do reino, nem com as forças da razão.*

Mesmo assim, tem o livro d'aquelle portuguez degenerado, a vantagem de confirmar a venalidade de muitos nobres portuguezes d'aquelle tempo. (Vol. 4.º, pag. 324, col. 1.ª, no fim, e col. 2.ª — e pag. 344, col. 1.ª)

Depois da morte do cardeal-rei — diz Faria e Souza — «Começam na averiguação da precedencia (dos pretendentes), *mas esta é já do novo principe Philippe,* QUE ENTRA A MOSTRAR OS SEUS DIREITOS COM AS ARMAS, ÁQUELLA PARTE INFIMA DA PLEBE IMPACIENTE.»

Na 4.ª parte do seu *Epitome*, quando já Phillipe II tinha lançado as garras á corôa portugueza — principia Faria e Souza a encarecer a *felicidade* de cahirmos na escravidão.

Conta, como algumas cidades, ao avisinhar-se Philippe II — «abriram os olhos, e, quando o rei o não esperava, lhe offereceram as chaves. *Isto acabou de despeitar a canalha que seguia D. Antonio, a qual, atropelando toda a razão e ordem, se acabou de confundir, e em Santarem o acclamou rei.*»

Aos partidarios do prior do Crato, chama *escravos animados do desejo da liberdade.*

Quando o duque d'Alva entrega as chaves de Lisboa a Philippe II, este quer dal-as a Christovão de Moura (diz Faria e Souza), dizendo-lhe — *Tenedlas vós, por que a vós se deven ellas.*

Diz que Philippe II *purificou em poucos a prudencia de todos os desenganados.* E qual foi esta *purificação?*

Foi a prisão da condessa do Vimioso e de suas filhas, em castigo de seu marido e pae, morrer ao lado de D. Antonio.

Foi o desterro da esposa e filhos de Diogo Botelho.

A morte de D. Violante do Couto, em uma enxovia de Castella.

Mandar arrastar a mulher do bravo Fonseca da Nóbrega, de junto do cadaver de seu marido, retalhado em Alcantara (no infausto dia 25 de agosto de 1580) para uma masmôrra.

A degolação de D. Diogo de Menezes, governador da fortaleza de Cascaes, por D. Antonio, em um patibulo, levantado no meio da praça da mesma villa. (Vol. 2.º, pag. 146, col. 1.ª)

Mandar enforcar Henrique Pereira de Lacerda.

Mandar envenenar Sfortia Orsini, nas cadeias do Porto.

Mandar decapitar Pedro d'Alpoim.

Mandar cravejar em uma cruz, Antonio Guedes de Souza.

Fazer morrer em um cadafalso, frei João do Espirito Santo.

Mandar envenenar Heitor Pinto.

Mandar degolar D. Ruy Dias.

Mandar enforcar Balthazar Rodrigues.

Mandar assassinar varios fidalgos e mais de DOIS MIL religiosos (uns nas casamatas de S. Julião da Barra, outros afogados junto á fortaleza).

O mar, por muito tempo, em vez de peixe, arrojava á praia os membros despedaçados das infelizes victimas da ferocidade do sanguinario Philippe II, e seus adeptos. (Vide vol. 3.º, pag. 425, col. 2.ª—a ultima linha e seguintes.)—Manuel Rodrigues Leitão, *Tratado analitico*, pag. 226.—Antonio Velloso de Lyra, *Espelho de lusitanos.*—Manuel Fernandes de Villa-Real, *Anti-Caramuel.*—João Pinto Ribeiro, *Usurpação* etc., pag. 10—frei Francisco de Santo Agostinho, *Philippica portugueza*, pag. 5, 7, e 32—D. Francisco Manuel de Mello, *Ecco Politico*, pag. 5, v.—Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, vol. 1.º, pag. 37.—Luiz Augusto Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, 2.º vol., pag. 613 e seguintes.

—

Estas baixezas e infamias porém não conseguiram a Faria e Souza, os premios que os Philippes costumavam dar aos traidores portuguezes que lhes venderam a patria; porque já antes da publicação do seu *Epitome*, o tinham feito cavalleiro do habito de Christo, e lhe tinham dado fôro de fidalgo.

Desanimado com a *ingratidão* de Philippe IV, veiu com sua familia para Lisboa, até que o *marquez* de Castello Rodrigo, o levou por secretario, quando foi embaixador a Roma, onde esteve quasi dois annos, ganhando lá grande fama de extremado poeta, e muitos elogios do papa Urbano VIII.

Voltou a Madrid, em 1634, e foi logo preso por *inconfidencia*, sendo solto tres mezes e meio depois, e *ilibado em seus creditos*, dando-lhe Philippe IV uma *tença* de 60 ducados mensaes, com promessas de maiores vantagens.

Depois da acclamação de D. João IV, Faria e Souza continuou a residir em Madrid; mas, tornando a cahir no desagrado do ex-usurpador, morre, em 1649, no palacio do marquez de Monte-Bello, que lhe déra asylo por esmola.

A sua viuva lhe trouxe os ossos para Portugal.

Notemos que alguns escriptores sustentam que Faria e Souza foi um fiel servidor de D. João IV, *dando-lhe as noticias mais seguras, os avisos mais occultos e os conselhos mais prudentes, expondo-se a maiores perigos do que os que serviam na guerra*—isto é—*espião!*

O sr. Camillo Castello-Branco, que vou seguindo n'esta biographia, diz (*Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, pag. 118):

«Assim como os Philippes não tinham tido «portuguez, senão Manuel de Faria, que di«famasse Portugal, na historia, aconteceu «que D. João IV, querendo negociar em Hes«panha, espião e denunciante, encontrasse «sómente, o mesmo Manuel de Faria. Era «justo. Não havia outro, asado para se pe«nitenciar da infamia, pela perfidia.

«Terá porventura, o conde da Ericeira «falsificado o caracter de Faria, como Faria «falsificára a verdade historica?

«Tudo nos compulsa a crer que D. Fran«cisco Xavier de Menezes [1] desgraçadamen«te foi verdadeiro.

«Morre Manuel de Faria, e logo seu filho, «Pedro de Faria, vem para Portugal. D. «João IV, *recebe-o afavelmente, agracia-o,* «*chama-lhe benemerito, no diploma, galar*«*doa-o dos serviços do pae, dando-lhe uma* «*tença de 50$000 réis, no reguengo d'Aguiar.* «—De quaes serviços o galardoavam?—Dos «do *Epitome?*—não—dos *avisos, alvitres e* «*conselhos*, expressões postiças, com que gra«ciosa e diplomaticamente se colorava a pa«lavra ESPIONAGEM.

[1] O conde da Ericeira.

«Pedro de Faria trouxe comsigo os inedi-«tos de seu pae.

«A *Europa Portugueza*, era um d'esses «ineditos.»

—

No monte do Pombeiro, tambem chamado *Colombino*, e *de Santa Quiteria*, foi martyrisada, pelos annos 130 de Jesus Christo, a virgem Santa Quiteria, a 2.ª das nove irmans, filhas de Lucio Caio Atilio, consul, ou governador da Lusitania, e de sua mulher, Calcia Bruta. (Vol. 1.º, pag. 442, col. 2.ª)

No sitio onde foi degolada, erigiram os christãos uma grande e formosissima capella, obra primaa de architectura gothica.

Fica mesmo no alto do monte, e desde a villa até á capella, se construiu uma bella e espaçosa estrada, na qual trabalharam não só os lavradores e artistas, mas até os mais nobres cavalheiros e as mais gentis senhoras da villa e arredores.

Abriu-se tambem uma estrada em *zigue-zague* (lacêtes) que vae até ao cimo do monte, e já nos seus angulos teem muitos devotos feito varias capellas, todas pelo mesmo risco, que foi feito pelo sr. A. J. de B. Lima.

Hoje o Sanctuario de Santa Quiteria de Pombeiro, vae-se assimilhando muito ao do Bom Jesus do Monte.

—

Resumirei agora, quanto me for possivel, o livro de frei Bento da Ascenção, intitulado — *Vida e martyrio da insigne virgem e martyo, Santa Quiteria,* SERENISSIMA INFATE (!) *de Portugal*; publicado em Lisbôa Occidental, em 1712.

—

Pelos annos 120 de Jesus Christo, sendo papa, São Telesphoro [1] e imperador Adriano, [2] *reinava* em Portugal (aliás na Lusitania) um esforçado *rei idolatra e gentio*, chamado *Cathelio*, ou, segundo outros, Lucio Caio Attilio, [1] casado com uma nobre e formosa dama, chamada *Calcia* (alguns dizem —*Calcia Bruto.*)

Eram os paes das *nove irmans brachar-enses.*

> Quasi todos os escriptoros antigos teimam em dar a Caio Attilio, o titulo de rei, quando não foi mais do que consul ou legado do imperador—e em dar o nome de Portugal, á Lusitania, que só mudou de nome no meiado do seculo X, isto é perto de 800 annos depois do martyrio de Santa Quiteria.
>
> Até no *Martyrologio* de Usuardo, se lê—*Sanctœ Uvilgı-fortis, Virginis, et Martyres foliœ Regis Portugaliœ.* (!)
>
> O auctor da Vida de Santa Quiteria, fez mais—dá á mãe d'ella os titulos de *Dona* (!) *Calcia, rainha de Portugal.*

Dizem alguns, que Lucio Caio Attilio, era de uma familia patricia, e natural de Braga; outros porêm, sustentam que era allemão, e que veiu á Lusitania, no tempo do imperador Gallieno [2] a conquistar e saquear

[1] Engana-se o frade.

O papa, desde 119 até 130, foi Santo Alexandre, e não S. Telesphoro, que só governou a egreja de Deus, por morte de S. Xisto, successor de Santo Alexandre, e que foi papa, desde 130 até 140.

S. Telesphoro, exerceu o pontificado, desde 140 até 152.

[2] O famoso imperador Trajano (hespanhol, natural de Córdova) morreu em 114, e lhe succedeu Adriano, que foi um bom imperador, amigo dos lusitanos, e não perseguiu os christãos das Hespanhas.

Os martyrios d'estes, só se devem attribuir aos seus delegados.

Adriano morreu em 139, e lhe succedeu Antonino Pio, que nada fez (que conste) a favor da Lusitania, senão o famoso *Itinerario*, tantas vezes citado n'esta obra, e que se lhe attribue, posto que parece mais provavel que elle o mandasse fazer.

A Antonino Pio, succedeu o grande Marco Aurelio, em 162.

[1] Notemos que *Cathelio*, ou *Cathilio* (como outros dizem) é contração de *Caio-Attilio*—e vem portanto a ser a mesma cousa.

[2] Aqui temos outro anachronismo, de uns 148 annos.

Gallieno imperou, desde o anno (de Jesus Christo) 268.

Tanto Gallieno, como os seus successores,

as suas povoações, entre as quaes se conta a famosa cidade de *Norba Cesarea*, uma das maiores e mais nobres d'esses tempos, situada junto ao Tejo, entre este rio e a actual cidade de Portalegre, a *Améa* dos romanos.

Entre os despojos de Norba Cesarea, se continha uma formosissima donzella lusitana, chamada *Calcia*, de quem o tal rei, Caio Attilio se enamorou, casando com ella.

Isto é puramente.... mentira.

De mais—a primeira invasão dos allemães na Lusitania — segundo Dextro — foi em 268.

Só ha de verdade, o ter-se effectuado esta invasão no tempo do imperador Gallieno.

Vamos pois á lenda das *nove irmans*.

Havia annos que Caio e Calcia estavam casados, sem terem filhos, o que muito os desgostava; até que finalmente, Calcia apparece no seu estado interessante, e as suas penas se dissiparam.

D'este parto porém, nasceram nove filhas, estando seu marido ausente.

Teve Calcia muito pejo e vexame d'este parto extraordinario, e decidiu mandar assassinar as meninas, sem que seu marido soubesse do parto.

Servira-lhe de parteira, uma donzella christan (chamada *Sila*, ou *Cyta*) a quem muito amava, e á qual encarregou de afogar as meninas em um dos pégos do rio Déste; mas a virtuosa donzella, longe de cumprir a monstruosa ordem, fez baptisar as meninas, e crear, em segredo, na religião christan; impondo-lhes no baptismo os nomes de *Genébra, Victoria, Eufemia, Marinha* (ou *Martinha*), *Marciana, Germana, Basilia* (ou *Basilissa*), *Quiteria*, e *Liberata* (ou *Wilgeforte*), e distribuindo-as por nove amas christans, dos arrabaldes de Braga.

Passado o primeiro anno, Cyta, as levou para uma casa, tambem dos arrabaldes de Braga, onde as educou, como a mais extremosa das mães.

Assim que chegaram ao uso de rasão, se consagraram ao serviço da Santissima Virgem, vivendo n'aquella casa, como em um mosteiro.

Como eram todas formosissimas, tiveram muitos pedidos de casamento, para jovens ricos e nobres, que ellas sempre regeitaram.

Levantara-se por esse tempo uma atroz perseguição contra os christãos, e L. Caio Attilio, cumprindo as ordens imperiaes, foi um flagello d'elles.

Sabida a vida christan das nove irmans, foram estas presas, e levadas á presença de seu pae, que estava então na cidade gallega, de Tuy, fronteira á nossa praça de Valença.

Este homem, apezar da sua crueldade, ficou commovido á vista de tanta juventude, formosura e modestia, e não lhes fallou com a aspera insolencia, com que interrogava os outros christãos.

Quando lhes perguntou quem eram seus paes, e onde haviam nascido, Genébra lhe respondeu—«Somos filhas vossas, e de vossa mulher, e nascemos na cidade de Braga»—e lhe contaram todas as circumstancias do seu nascimento.

Pasmado ficou Caio, e, levando as nove irmans á presença de sua mulher, esta confessou tudo, reconhecendo-as por suas filhas; o que encheu de prazer o pae, que as abraçou com transporte.

Ficaram no palacio, e seus paes, tentaram, por todos os meios, servindo-se de palavras ternas, e brilhantes promessas, e depois, de ameaças dos mais atrozes suplicios, para as fazer abjurar o christianismo; mas, nem com caricias nem pelo terror, as poderam perverter.

Decediram então dar-lhes tempo para reflectirem, na esperança de, com a edade mudarem de opinião.

Ellas porém, receando faltar-lhe o animo, em vista das lagrimas da mãe, e dos rogos do pae, se combinaram em fugir, tomando todas caminhos diversos, para se poderem mais facilmente subtrahir ás pesquizas de seus perseguidores.

As oito irmans, não foram encontradas; mas sim Quiteria, com alguns christãos que a acompanhavam.

Claudio e Aureliano, foram uns ferozes perseguidores dos christãos.

Chegados á presença de Caio, este os tratou com brandura, conservando a filha no seu palacio, e despedindo os mais em liberdade.

Viveu a santa menina algum tempo em casa de seu pae, que lhe tolerava a pratica do christianismo; e até que fosse orar, livre do bulicio do paço, para o monte *Oria* (?) que ficava proximo a Braga.

Germano, rico e nobre mancebo, namorado de Quiteria, a pediu a seu pae, em casamento, ao que Caio annuiu da melhor vontade; instando com a filha, para que este casamento se realizasse.

Vendo Quiteria, que o unico meio de evitar este casamento, era fugir de Braga, assim o fez, hindo ter ao *Valle de Aufrazia,* onde se sujeitou a viver de fructos e raizes silvestres.

D'alli passou ao monte de Pombeiro, que é proximo, sendo senhor d'este territorio, Lenciano (ou Lencivam), que sendo christão havia apostatado.

A santa virgem, vivia escondida, junto de uma capella de S. Pedro, *que já então alli existia* [1] na companhia de algumas donzellas christans.

Caio, perdidas todas as esperanças da apostasia de sua filha, a mandou processar e matar onde fosse encontrada.

Os sicarios a acharam e ás suas companheiras, em um sitio chamado *Margaliza* (que se suppõe ser a actual de Margaride) e as degolaram.

Diz a lenda, que a santa, depois de degolada, pegou na sua cabeça, e andou, até ao logar da sua sepultura.

Segundo o *Anno Historico,* teve logar este martyrio, no dia 22 de maio, do anno 130.

—

Já disse que Lenciano (tambem alguns lhe dão o nome de *Luciano*) tinha apostatado.

Este regulo, arrastando na sua apostasia aos dois bispos (?) Marcial e Símplicio, roubou as egrejas catholicas, e vexou com excessivos tributos os christãos, seus vassallos.

A santa, descêra á cidade de Aufragía, na intenção de o persuadir e aos *dois bispos,* a que tornassem ao gremio da egreja. Lenciano mandou metter Quiteria e as que a acompanhavam, em uma escura masmorra, onde estiveram tres dias; mas os guardas que eram *Columbano, Valentiniano, Romano,* e outros, se converteram á fé christan, e deixaram fugir as presas.

Por fim, Lenciano e os dois bispos, tambem abjuraram a idolatria, regressando ao gremio da Egreja, e hindo fazer penitencia para o monte de Pombeiro.

Foi Germano, o esposo regeitado de Quiteria, que commandou a tropa que cercou o monte, e mandou degolar quantos christãos alli encontrou, que foram 30 donzellas (uma d'ellas, foi Santa Comba) e 12 homens incluindo Lenciano e os dois bispos.

Todos estes martyres foram sepultados no monte de Pombeiro.

No logar do martyrio, mandou alguns seculos depois, o abbade do mosteiro de Pombeiro, D. frei Manuel de Macedo, construir a formosa ermida de Santa Quiteria, á custa do convento, proximo ao logar da antiquissima capella de S. Pedro.

Lançou-se a 1.ª pedra da capella, no 1.º de março de 1719.

Quando se abriram os alicerses d'esta obra, se achou uma sepultura: o D. abbade, deu parte d'isto a D. Rodrigo de Moura Telles, então arcebispo de Braga, que mandou logo examinar este achado, pelo doutor Balthazar de Souza e Merim, seu desembargador, e conego da Sé de Braga, e dois notarios; os quaes, com o D. abbade foram ao sitio, e abrindo a sepultura, nella acharam alguns ossos e uma caveira; e, continuando as investigações, acharam mais 74 sepulturas, duas d'ellas com esqueletos completos e as outras com varios ossos.

Reuniram-se todos estes ossos, e guardados em tres caixões, se collocaram debaixo do altar de S. Pedro, onde estão os restos mortaes de Santa Quiteria, na presença do

[1] E' mais que provavel qué esta capella só existisse na imaginação do reverendo historiador da Santa.

padre Manuel d'Andrade Machado, vigario de Margaride, de alguns monges do mosteiro, de varios ecclesiasticos seculares e de grande concurso de povo.

Em 1724, estava completamente concluida a obra da capella e sachristia; bem como a casa de residencia do capellão, e uma pequena cêrca para o mesmo.

E' este o famoso Sanctuario da virgem e martyr Santa Quiteria de Pombeiro.

—

Diz-se que no proprio local onde hoje se vê o mosteiro, existia uma povoação chamada *Palumbario*.

Acha-se mencionada em varias escripturas, do tempo da anarchia, segundo consta da *Benedictina Lusitana*, tomo 2.º, parte 1.ª, capitula 7.º

PONDRAS—freguezia, Traz-os-Montes, comarca, concelho e 20 kilometros ao S. de Montalegre (foi da mesma comarca, mas do concelho de Ruivães—extincto) 60 kilometros ao N.E. de Braga, 405 ao N. de Lisboa.

Tem 50 fogos.

Em 1757, tinha 37 fogos.

Orago, S. Pedro Fins.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento.

Compõe-se esta freguezia, de quatro aldeias, que são Pondras (sede da parochia) São Fins, Ormeche, e Payo Affonso.

Tem 3 capellas publicas, ordinarias—de S. Pedro, em Pondras—Santa Cruz, em Payo Affonso—e S. Matheus, evangelista, em Ormeche.

Está situada em uma planicie baixa, na margem esquerda do rio Regavão.

E' terra fertil, sobretudo em milho, centeio, feijco e batatas.

O Regavão faz moer varias azenhas, rega, e cria muito e saboroso peixe.

Cria-se aqui bastante gado, e ha alguma caça.

PONSUL—rio, Beira Baixa.

Nasce na serra de Monsanto e desagúa na margem direita do Tejo, acima de Villa Velha de Rodam, e ao S. da cidade de Castello-Branco, com 50 kilometros de curso.

No dia 28 de outubro de 1875, foi inaugurada a ponte de Ponsul, no districto de Castello-Branco.

Despenderam-se n'estas obras, 37 contos de réis.

PONTA DA GALLÉ—Vide *Armação*. (Vol. 1.º, pag. 238 R, col. 2.ª)

PONTAL DE CACILHAS—Vide *Cacilhas*. (Vol. 2.º, pag. 26, col. 2.ª)

PONTE—antigo nome da actual villa de Ponte de Lima.

A rainha D. Thereza, e seu filho, D. Affonso Henriques, deram foral aos que moravam junto á ponte que alli atravessava o rio Lima, dando a esta povoação o nome de Ponte, 1120.

Diz assim o foral—*Placuit, ut faciam Villam, supranominato Ponte.*

N'este foral, que se acha inserto na sua confimaçãa, por D. Affonso II, em 1217, se determina que todos os moradores da Ponte, deem annualmente um soldo, de suas casas; porém que—*suas cortiñas* (campos) *sine ratione habeant*—isto é—que pagarão *fogo*, mas não *jugada*.

Vide *Ponte de Lima*.

PONTE—freguezia, Minho, é o antigo nome da parochia de *Caldellas* (S. Vicente) na comarca e concelho de Villa Verde.

Tambem lhe chamavam *S. Vicente da Ponte de Caldellas*. (Vol. 2.º, pag. 44, col. 1.ª)

PONTE—freguezia, Minho, comarca, concelho e 6 kilometros ao O. de Guimarães, 12 ao N.E. de Braga, 365 ao N. de Lisboa.

Tem 200 fogos.

Em 1757, tinha 250 fogos.

Orago, S. João Baptista.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O cabido da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, apresentava o vigario, collado, que tinha 150$000 réis.

PONTE—villa, Beira Alta (vulgarmente—*Villa da Ponte*) na comarca de Moimenta da Beira, concelho de Sernancêlhe, 35 kilometros ao E. de Lamego, 315 ao N. de Lisboa.

Tem 120 fogos.

Em 1757, tinha 92 fogos.

Orago, Nossa Senhora do Ameal.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 180$000 réis.

Está situada sobre a margem direita do rio Távora, em uma planicie espaçosa, entre os regatos *Medreiro* e *Cardía*, que entram aqui, no Távora, no sitio onde ha uma ponte de 4 arcos (que deu o nome á povoação) de antiquissima fabrica.

O exercito francez, invadiu esta villa, em dezembro de 1810, e não podendo passar a ponte, defendida pelos alliados, aqui se conservaram quasi tres mezes, vingando-se em saquearem a povoação e commetterem as atrocidades do costume.

Receando um attaque pela rectaguarda, marcharam pela margem do Távora, atravessando-o mais abaixo, na ponte de Villar, que estava desguarnecida, e retiraram para a Hespanha, onde entraram a 4 d'abril de 1811.

A egreja matriz, é vasta e aceiada.

Foi quasi destruida pelos francezes, que fizeram d'ella arrecadação de material de guerra.

O abbade era obrigado a todos os reparos e conservação da egreja, por uma sentença obtida contra elle, em ultima instancia, e fundada no valor dos rendimentos do passal e foros que recebia, e que lhe haviam sido dados pelos freguezes, com essa condição.

Ha n'esta egreja a capella de S. Miguel, archanjo, que era cabeça dos vinculos dos Gomes Pontinos, feita em 1602.

Passou por successão, aos Cardozos de Lucena, da mesma villa.

Tem mais, as capellas de S. Sebastião e de Santo Antonio — e ao O., na outra margem do Távora, está a antiga capella de *Nossa Senhora das Necessidades*, objecto de muita devoção, dos povos d'estas terras; e cujá historia é a seguinte:

Junto á esta villa, se levanta um alto monte, chamado *serra da Borralheira*.

No seu tópe, mandou a camara da mesma villa, pelos annos de 1400, construir uma ermida, dedicada a Santa Barbara, virgem martyr.

Segundo a tradição, no sitio d'esta capella, houve, em eras remotas, uma atalaya, construida pelos antigos lusitanos (outros dizem que mouros.)

Foi com os matteriaes d'esta atalaya que se edificou a ermida.

Assim esteve muitos annos, até que um devoto collocou alli uma imagem da Santissima Virgem, a que deu o titulo de *Nossa Senhora das Necessidades*.

Foi isto, pelos annos 1550; e desde então se foi pouco e pouco esquecendo o nome da antiga padroeira, que foi substituido pelo da Senhora.

A camara, como fundadora e padroeira da capella, apresentou aqui um eremitão; porém o abbade oppoz-se, correu pleito, e vencendo o abbade, ficou este com o direito de apresentar o eremitão, e feito thesoureiro e administrador das esmolas que se offerecessem á Senhora.

Por traz da capella, está um pequeno valle (plató) onde se fizeram as casas de residencia do eremitão, e uma pequena cêrca, com horta, flores, algumas arvores de fructo e parreiras.

A um canto da cêrca, houve uma edicula, com o Senhor dos Passos, e a Senhora do Encontro.

Tinha no muro uma janella, com grades de ferro, para que de fóra se podessem ver e adorar estas imagens.

No mais alto d'aquelle monte, e entre umas penedias, abriu um dos erimitões da capella, algumas grutas, collocando n'ellas varias imagens de santos anachoretas.

Na frente da capella, havia um notavel alpendre, ou galilé, de solida construcção, e que, como a capella, existiu alguns seculos; porém, a mão do homem, mais do que a acção do tempo, destruiu este venerando monumento, da piedade dos portuguezes de outras eras—dos batalhadores dedicados de D. João I; dos vencedores de Trancoso, Aljubarrota e Valverde; dos conquistadores de Ceuta; dos descobridores da Ilha da Madeira—finalmente, d'esses heroes legendarios, que souberam, e quizeram, esmagar o orgu-

lho do leão de castella, e que se não pejavam, de se encommendar a Deus e á Santissima Virgem, antes das batalhas, e de hirem em fervorosa romaria, dar-lhes graças depois das victorias.

O alpendre pois, foi demolido, e a capella estava desmantellada e esquecida; até que, ha poucos annos, foi reedificada, e ficou muito linda; com uma boa sachristia, e casas para abrigo dos romeiros.

As grutas do monte, foram tambem restauradas, com muito mais luxo do que as antigas; e tanto ellas como a ermida, são visitadas com frequencia pelos romeiros, principalmente pelo Espirito Santo, e a 15 de agosto; deixando-lhe então os devotos, offerendas, no valor de alguns centos de mil réis.

D'esta capella se disfructa um formoso e vasto horisonte, alternando-se os valles, os arvoredos e os alcantis.

—

Tem esta villa muitas familias antigas e distinctas, como Gouveias Osorios da Fonseca, Souzas Rebellos, Almeidas, e Leitões; mas a principal é a dos Cardozos de Lucena, á qual pertenceu o ultimo capitão-mór d'esta villa e de Sernancêlhe, Lazaro Cardozo de Lucena, que serviu, com a maior distincção e integridade, desde 1809 até 1834, e foi um nobilissimo cavalheiro, e um verdadeiro portuguez.

O representante actual d'esta esclarecida, familia é o filho d'aquelle capitão-mór, o sr. dr. Luiz Cardozo de Lucena Araujo Coutinho, nobilissimo caracter, e geralmente estimado pelas suas bellas qualidades,

A capitania-mór de Sernancêlhe, e a da Ponte, andavam unidas.

E' terra bastante fertil em todos os fructos do nosso clima; cria muito gado; ha nos seus montes muita caça, e o Távora lhe fornece algum peixe, de optima qualidade.

E' povoação muito antiga.

—

D. Affonso VI, fez conde da Ponte (esta) a Francisco de Mello Torres, em 16 de maio de 1661.

Depois, foi-lhe dado o titulo, de juro e herdade.

O 2.° conde da Ponte, casou com a filha do 1.° marquez de Niza, e d'aqui provem a esta familia o appellido—*Gama*.

Suas armas (dos condes da Ponte) são—escudo dividido em dois—no 1.° de púrpura, cinco torres, d'ouro, em aspa (as armas dos Torres)—no 2.°, tambem em campo de púrpura, 6 besantes de prata, entre uma doble cruz (Mellos) e bordadura d'ouro.

Timbre, uma das torres das armas, com uma estrella de púrpura sobre ella.

Na casa da camara e cadeia d'esta villa (que foi depois vendida a um proprietario d'ella) se viam as armas dos condes da Ponte, senhores donatarios da freguezia.

O ultimo (8.°) conde da Ponte, foi João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes Brito, senhor de Assequins, védor e gentil-homem da casa real, e par do reino.

Nasceu, em 25 d'agosto de 1815, e falleceu em Lisboa, a 29 de julho de 1874.

Casára a 8 de janeiro, de 1840, com a senhora D. Maria Thereza de Souza Botelho Mourão e Vasconcellos, filha dos condes de Villa Real.

E' seu herdeiro, seu filho, o sr. Manuel de Saldanha da Gama, aparentado com a principal nobreza d'este reino.

A varonia d'esta familia é Torres.

Muitos membros d'esta illustre casa, occuparam cargos importantes, como de védor da India, gentil-homem da camara, embaixador, alcaide-mór, conselheiro de estado, e da guerra, vice-rei da India, governador e capitão general, etc.

—

Torres, é um appellido nobre em Portugal, cuja familia principal é do reino de Navarra, em Hespanha; e procede de D. Sancha Fortum de Torres, ou de D. Iñigo Martins de Torres—como diz Albergaria, a fl. 177 v.

Tinham solar em Aláva.

Passou um ramo d'esta familia a estabelecer-se em *Jaen* (Andaluzia) e d'ahi a Málaga (Granada) d'onde passou a Portugal, em 1550, no reinado de D. João III, nas pessoas de D. Diogo de Torres, e D. Affonso de Torres, filhos (do primeiro matrimonio) de D.

Hermano de Torres, e D. Ignez Fernandes, naturaes de Málaga.

D. Affonso de Torres, casou com D. Violante de Mello, dos quaes nasceu outro D. Affonso de Torres, que teve descendencia.

El-rei D. Sebastião, mandou registrar estas armas, no livro da nobreza, em 13 de fevereiro de 1569, assim como a D. Affonso de Torres, pelos grandes serviços feitos á patria.

Villas-Boas diz, que, pelo casamento de D. Fernando de Portugal, filho do infante D. Diniz, e neto de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, com D. Maria Torres (d'onde procedem os Torres, de Villar) accrescentaram o seu brazão d'armas, com dois escudetes das Quinas portuguezas, e por orla, os sete castellos, d'ouro, das armas d'este reino.

—

Outros do mesmo appellido de *Torres*, usam das armas seguintes:

Escudo esquartellado—no 1.º e 4.º, as Quinas reaes de Portugal—no 2.º e 3.º, as armas dos Torres—orla de púrpura, carregada de 7 castellos d'ouro — êlmo de prata, aberto, e por timbre, uma das torres das armas, encimado de uma estrella de púrpura.

—

Francisco de Mello Torres, 1.º conde da Ponte, e 1.º marquez de Sande, foi um cavalheiro muito notavel no seu tempo, tanto pela sua illustração em negocios politicos, como pelo seu valor nos combates.

Logo depois da acclamação de D. João IV. se dedicou á vida militar, em defesa da sua patria.

O rei o nomeou governador de Olivença, general de artilheria, no Alemtejo, e por algum tempo, governador das armas, da corte.

Foi do conselho de estado e do da guerra; embaixador a Inglaterra—onde ajustou a paz, entre aquella nacão e a de Portugal; e pouco depois, o casamento de Carlos II, com a nossa infanta, D. Catharina, filha de D. João IV.

Depois, ajustou em França, o casamento de D. Affonso VI, com D. Maria Francisca Isabel de Saboya, filha de Carlos Amadeu de Saboya, duque de Nemours (a tristemente celebre mulher de dois maridos.)

Carlos II de Inglaterra e Luiz XIV, de França, tiveram o conde da Ponte em grande consideração, e tanto que o nomearam arbitro nas importantes questões que então existiam entre aquellas duas nações.

Foi tambem embaixador ás *Provincias-Unidas*, havendo-se com a maior circumspecção e grande intelligencia.

Escreveu um extensissimo relatorio de todas as suas embaixadas (em oito tomos, *in folio*) e escreveu, com grande conhecimento de causa e muita erudição, sobre geographia, mathematica e astronomia moderna.

Casou com sua sobrinha, D. Leonor Manrique, filha e herdeira de Affonso de Torres.

Foi morto por engano (cuidando o criminoso assassinar outro fidalgo) na noite de 7 de dezembro de 1667, quando voltava de assistir, na capella-real, ás matinas da Conceição.

Foi sepultado á porta da sachristia da egreja de S. Domingos, de Lisboa (hoje Santa Justa e Santa Rufina) no jazigo de seus avós.

PONTE D'AIVADOS—(ou *dos Aivados*)—Alemtejo. (Vide vol. 1.º, pag. 42, col. 1.ª)

PONTE D'ALCANTARA — Extremadura. (Vide vol. 1.º, pag. 66, col. 2.ª, no fim.)

PONTE DA ASSÊCÁ—Alemtejo. (Vide vol. 1.º, pag. 244, col. 1.ª)

PONTE DA ASSÊCA—Algarve. (Vide vol. 1.º, pag. 245, col. 1.ª)

PONTE DA BARCA—villa, Minho, cabeça do concelho do seu nome, na comarca e 6 kilometros ao S. dos Arcos de Valle de Vez, 15 a E. de Ponte de Lima, 32 ao S. de Monção, 32 ao N. de Braga, 35 ao S. da raia de Hespanha (Galliza), 40 ao E. da cidade de Vianna, 50 N.N.O. de Guimarães, 85 ao N. do Porto, 380 ao N. de Lisboa.

Tem 250 fogos.

Em 1757, tinha 206 fogos.

Orago, S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Os senhores (depois condes) da Barca, apresentavam o abbade, que tinha 500$000 réis de rendimento annual.

O seu concelho é composto de 25 freguezias, todas no arcebispado de Braga — são:

Azías, Boivães, Bravães, Britêllo, Crasto, Cuide de Villa Verde, Entre Ambos-os-Rios, Ermida, Germil, Grovéllas, Lavradas, Lindoso, Nogueira, Oleiros, Paço Vedro de Magalhães, Ponte da Barca, Ruivos, São-Priz, Touvedo (o Salvador), Touvedo (S. Lourenço), Váde (S. Pedro), Vade (S. Thomé), Villa-Chan, Villa-Chan (S. Thiago), e Villa Nova de Muhia.—Todas com 3:000 fogos.

Está esta villa formosamente situada, sobre a margem esquerda do rio Lima, que é navegavel d'aqui até á sua foz, e é atravessado, em frente da villa, por uma bella e antiga ponte de cantaria (das melhores da provincia) que deu o nome moderno á povoação; que no principio da monarchia se chamava *Terra da Nóbrega.*

(A ponte foi construida no sitio onde havia antigamente a barca da passagem.)

E' de solida construção, e um formoso passeio para os habitantes da villa, vendo-se d'ella, para todos os lados, uma bella paisagem.

Julga-se ser obra do reinado de D. João III; mas tem tido diversos reparos, de pouca importancia, nos sitios onde as cheias do Lima a teem deteriorado.

Passa tambem junto á villa, o rio *Vade,* atravessado por uma ponte, construida em 1874.

Dentro do arco, se lê a inscripção seguinte, gravada em uma lapide:

ASSENTE POR MÃO PROPRIA
DO MINISTRO D'O. P.
A. C. AVELLINO
24, 11.º, 1874.

E' muito fertil e aprasivel, como quasi todas as povoações do Minho, cria muito gado, e é abundante em caça e peixe, pescando-se aqui a saborosa lampreia, o excellente salmão, o savel, etc.

Tem Misoricordia, e um bom hospital annexo, que anda actualmente muito bem administrado.

No alto de um monte (chamado da Nóbrega) tem um castello desmantellado, onde em tempos antigos esteve a casa da camara, e cadeia.

A rainha D. Thereza, governadora de Portugal (regente na menoridade de seu filho, D. Affonso Henriques) lhe deu foral, em 4 de março de 1125.

D. Affonso II o confirmou em Guimarães, em agosto de 1217.

(*Livro de foraes antigos, de leitura nova* fl. 76, col. 2.ª)

O foral novo, dado por D. Manuel, foi á villa da *Nóbrega.*

(Vide vol. 6.º, pag. 102, col. 1.ª)

E' patria de Maria Lopes da Costa, que, de dois matrimonios, teve 120 filhos e netos e bisnetos, dos quaes via 80 todos os dias.

Morreu de 110 annos.

A sua casa era a unica de dois pavimentos (*de sobrado*) que havia no seu tempo.

Em casa de sua filha, Isabel Gonçalves da Costa, pousou o rei D. Manuel, em 1497, quando foi a Castella, casar com a princeza, Isabel, herdeira d'aquelle reino, e viuva do nosso principe D. Affonso, filho de D. João II.

Por essa occasião fez muitas mercês aos filhos dos seus hospedeiros.

Era riquissima a casa de Maria Lopes da Costa, e a sua familia foi que fundou a maior parte da moderna villa; e parece que a maior parte das familias da villa, procedem de Maria Lopes, porque quasi todos teem o appellido de *Costa.*

O 1.º senhor do castello da Nóbrega, foi Affonso Rodrigues de Magalhães, senhor da casa e torre de Magalhães, Villa-Chan, e Lar; casado com D. Thereza (ou Maria) Freire, filha de Nuno Freire, fidalgo gallego, mestre da ordem de Christo, que vivia no tempo do rei D. Fernando.

Foi seu filho. Gil Affonso de Magalhães, que herdou os senhorios o terras de seu pae; do couto de Fonte Arcada, que lhe deu D. João I—e do concelho do Souto de Rebordões, que comprou.

Foi casado com D. Ignez Vasquez, dama da rainha, D. Philippa, mulher d'aqaelle monarcha, e filha de Alvaro Gil de Urro, fidalgo inglez.

Foi seu filho, João de Magalhães, herdeiro da casa de seu pae, e 1.º senhor da Barca, cuja povoação se edificou em terra sua.

Este senhorio, lhe deu D. Affonso V, em 1471, estando em Ceuta (quando conquistou Arzilla e Tanger.)

Casou com D. Isabel de Souza, filha de Ruy Vaz Ribeiro de Vasconcellos, senhor de Figueiró dos Vinhos e Pedrogam.

Foi seu descendente, D. Fradique Antonio de Magalhães e Menezes, senhor da villa da Ponte da Barca, do castello de Nóbrega, Torre de Magalhães, concelho de Souto de Rebordões, couto de Fonte Arcada, casas de Fonce e Freiriz.

Casou com sua prima, D. Jeronyma Barreto e Sá, filha de seu tio, Fernão Nunes Barreto, e de D. Joanna de Sá.

Foram seus irmãos, D. José de Menezes, D. prior de Guimarães, reitor da universidade de Coimbra, bispo do Algarve, depois de Lamego—e depois, arcebispo de Braga—e o mestre de campo, D. Manuel de Menezes, senhor do morgado d'Arganil, por sua mulher, D. Francisca Furtado Correia de Mendonça e Antas, filha e herdeira de Francisco Ferreira Furtado.

Descendem d'esta casa, por varonia, os senhores dos morgados de Moreira, Juste e Sobreiro, em Monção—os senhores da casa de Pentieiros, os da casa dos Golados, junto a Braga—os Magalhães, de Villa-Real e Amarante—a actual sr.ª condessa da Ribeira (D. Maria Helena de Castro Pamplona de Souza Holstein) e suas irmans e irmãos, e outras familias do Minho e Traz-os-Montes.

—

O sr. Jeronymo Pereira de Vasconcellos, foi feito 1.º barão da Ponte da Barca, em 14 de outubro de 1845, e 1.º visconde do mesmo titulo, em 12 de outubro de 1847. Era ministro de estado honorario, e marechal de campo reformado. Falleceu na villa de Verride, em janeiro de 1875. Foi um bravo militar, durante a guerra peninsular. Desde 1828, serviu no exercito liberal.

O sr. Fernando Luiz Pereira de Vasconcellos (filho do antecedente) foi tambem feito visconde da Ponte da Barca, em 11 de março de 1875.

Teve esta villa, até 1834, juiz de fóra, camara, com tres vereadores, e os mais empregados judiciaes e administrativos competentes—juiz dos orfãos, com seu escrivão—todos feitos pelo rei—e quatro escrivães e um alcaide, feitos pelo senhor da villa.

Tem dois bons mercados, a 8 e a 22 de cada mez, e uma feira a 24 de agosto.

Até 1834, o senhor da Barca, servia de capitão-mór; e a camara, na sua ausencia.

Ha aqui uma torre, onde viveu Antonio Bernardo Pimenta, e depois, sua filha. Foi construida por um indiano, que tinha a mania de nunca sahir de casa, sem hir precedido de um gaiteiro (tocador de gaita de folles); mas, com as suas excentricidades e extravagancias, em poucos annos dissipou tudo quanto trouxe da Asia, e morreu miseravelmente em uma casa terrea, em que os senhores da Prova o deixavam viver por esmola.

—

A egreja matriz foi edificada no seculo XVII, por D. Rodrigo Táveira, commendatario de Bravães, e deão da Sé de Braga, e n'ella, como seu padroeiro, tinha *sepulturas altas*. Em uma diz a inscripção:

AQUI JAZ RUY LOPES DA COSTA,
FILHO DE D. BRITES TÁVEIRA.

Os Silvas, da Barca, fizeram uma capella, onde estava uma sepultura—do lado do Evangelho—e os Táveiras, de Villa-Real, abriram outra, do lado da Epistola. Estes Táveiras, eram da Familia de Fernão Táveira, senhor de S. Mamede de Riba-Tua, casado com D. Brites Bôto (da casa dos Bôtos), de Torres-Vedras. Eram parentes de D. Thereza Táveira, mãe de Santo Antonio, de Lisboa.

Tambem era d'esta familia, o beato Fernando Gines, natural da villa de Monção, e que foi martyrisado pelos mouros, no seculo IX.

Era da mesma familia, Manuel d'Araujo e Azevedo, que, hindo por embaixador portuguez, da cidade e praça de Maláca ao imperador do Achem, ahi foi martyrisado pelos idolatras, em 1640.

A egreja é um templo vasto e elegante,

tendo seis capellas lateraes, quatro particulares, e duas publicas. Todas de primorosa obra, de talha dourada. É uma das melhores egrejas do arcebispado. Tem um precioso Crucifixo de prata, dadiva do rei D. Manuel. Fazem n'ella magestosas solemnidades, sobre tudo as da semana santa, que são feitas á custa de um legado de dez contos de réis, para este unico fim deixados por D. Maria Amalia de Moraes Chaves Pimentel.

—

Quasi em frente d'esta villa, entra na margem direita do rio Lima o rio Vêz, que depois de se lhe terem unido tres ribeiros, rega a bella e fertilissima veiga, chamada *Valle do Vez.*

—

Por muitos annos, e até meiados do seculo XVII, não era esta villa freguezia, pertencendo á de Paço Vedro de Magalhães, que fica a pouca distancia.

A villa é pequena, constando apenas de uma rua e algumas travessas; mas tem algumas casas bem construidas.

Tem Misericordia e hospital, varias ermidas e um theatro, fundado por subscripção voluntaria.

Tem uma fonte publica, abundante de optima agua potavel.

Os pomares e hortas dos arrabaldes, dão prazer á vista, e fornecem optimas fructas, hortaliças e legumes.

Os fructos principaes em que abunda este concelho, são—trigo, milho, centeio, feijão, batatas, linho, castanhas, vinho (verde) e algum azeite. Colhe bastante céra e mel, objecto de soffrivel negocio, para os que se dedicam a esta industria.

Como a maior parte das povoações do Minho, os arrabaldes da villa, e das differentes aldeias do concelho, são formosissimos, tapisados de uma verdura permanente, assombrados de frondosas arvores, distinguindo-se os altos e esbeltos castanheiros, adornados de videiras, cahindo pittorescamente, em festões, ao longo das arvores que lhes servem de arrimo.

As encostas dos montes, são povoadas de virentes arvores silvestres, formando grupos pittorescos, formosas devezas, e selvas umbrosas, correndo-lhes ao sopé innumeros arroios de aguas crystalinas, nascidos de frescos mananciaes, que rebentam dos alcantis, e que depois de cobrirem com suas aguas fertilisadoras os campos, os prados, as hortas e os pomares, levam os remanescentes ao poetico Lima.

—

Na proxima freguezia de Paço Vedro de Magalhães, está a antiga casa e torre de Magalhães, solar da familia Magalhães e Menezes, senhores da Ponte da Barca.

Esta casa e torre, é que deu á freguezia o nome de *Paço Vedro de Magalhães.*

—

A villa da Ponte da Barca foi elevada a cabeça de condado, em favor de Antonio de Araujo e Azevedo (da illustre casa de *Sá*), com o titulo de *conde da Barca*, pelo principe regente, D. João (depois VI do nome), em 17 de dezembro de 1815, *em premio da singular habilidade com que se houve, na missão diplomatica de que fôra encarregado, junto á republica franceza, em 1797.*

As armas dos Araujos, são—em campo de prata, uma aspa, azul, com cinco besantes, d'ouro, n'ella—élmo de prata, aberto, e por timbre, um meio mouro, com braços, vestido d'azul, com turbante d'ouro.

A casa das Chozas, é muito antiga e nobre. Tem annexas as casas egualmente nobres e antigas, *de Sá*, e *da Prova*, n'esta villa.

Foi senhor d'esta casa, Francisco Antonio d'Araujo e Azevedo, do conselho do rei, brigadeiro dos reaes exercitos, commendador de Christo, fidalgo da casa real, e capitão-general dos Açôres.

Era irmão de Antonio de Araujo e Azevedo, 1.º conde da Barca—e de João Antonio d'Araujo e Azevedo, commendador de S. Pedro do Sul, e conselheiro da fazenda.

(Para as armas dos Azevedos, vide *Oliveira do Douro*, ou *dos Conegos.*)

—

Foi o conde da Barca, um dos homens mais notaveis, do fim do seculo XVIII, e principio do XIX.—Foi enviado extraordinario, e ministro plenipotenciario á côrte de

Haia, em 1787—exerceu o mesmo emprego em Paris, em 1797 (como acima fica dito)—e em 1801, em Madrid e Paris.—N'este mesmo anno, foi, em missão extraordinaria, a Haia; e em 1802, à Russia.

Foi feito ministro e secretario de estado, dos negocios estrangeiros e da guerra, em 1804 — conselheiro de estado, em 1807 — presidente da junta do commercio, n'este mesmo anno — e ministro da marinha e Ultramar, em 1814.

Era grão-cruz das ordens de Christo, Torre-Espada, Isabel a Catholica, e da Legião d'Honra.

Falleceu no Rio de Janeiro, em 1817.

—

A villa da Ponte da Barca, teve até 1834, um optimo regimento de milicias, tão disciplinado e aguerrido, como qualquer corpo de infanteria de 1.ª linha.

Tinha, além d'isso, cinco companhias de ordenanças, com seus capitães e subalternos, commandados pelo senhor da terra, que (como já disse) era commendador e capitão-mór nato.

As armas d'esta villa, são—em campo de prata, as armas de Portugal, sobre uma barca d'ouro, e por timbre, um coronel ducal.

—

N'esta villa falleceu (com 52 annos de edade), em janeiro de 1876, a sr.ª D. Maria Luiza de Barros Abreu Souza e Alvim, filha do 1.º barão e 1.º conde do Casal. Tinha sido feita baroneza do Casal, em 4 de setembro de 1846, e condessa do mesmo titulo, em 19 de agosto de 1848. Seu pae, José de Barros e Abreu, tinha sido feito barão do Casal, no 1.º de dezembro de 1836, e conde do mesmo titulo, em 20 de janeiro de 1847.

—

O primeiro senhor donatario d'esta villa, foi o famoso D. Francisco de Almada e Mendonça, corregedor e provedor da cidade do Porto. Para a sua biographia, vide 5.º vol., pag. 300.

—

Ha aqui uma delegação da alfandega de Vallença, por ser ponto onde se cruzam quatro estradas a mac-adam; das quaes, uma (para Lindoso) está em construcção.

É ponto forçado da via ferrea (que hade ligar esta villa com Vianna), por decreto de 27 de julho de 1875. Anda tambem já em construcção (setembro de 1876).

—

Ha na villa, alguns caffés soffriveis e dois bilhares.

É abrigada dos ventos, por estar em uma planicie, encaixilhada em altos montes, que lhe formam como um cinto de verdura, em redor do valle.

—

Os melhores edificios publicos, são os paços do concelho, cadeia e casa da camara. Assenta sobre uma formosa arcada de cantaria.

Tem alguns largos, ou praças, entre elles, o denominado *Alamêda*, junto da egreja matriz, com bancos de pedra, e formosas álas de choupos, com os ramos entrelaçados (como os do passeio publico de Vianna).

Entre as antiguidades d'esta villa, se notam—o palacio da sr.ª viscondessa do Souto d'El-Rei, hoje occupado por tres familias—e a modesta casa, em que viveu e morreu, a celebre Maria Lopes da Costa (de quem já fallei). Está junto da praça, com uma pedra saliente, onde se vêem em relevo, duas caras, que, segundo a tradição, representam o rei D. Manuel e sua esposa, a princeza D. Isabel, herdeira de Castella, viuva do nosso principe D. Affonso (filho de D. João II), o que morreu da queda de um cavallo, junto a Santarem, em 1491. Diz-se que é para recordar a estada dos reaes hospedes, n'esta casa.

—

Entre os varões illustres, d'esta villa, conta-se o celebre poeta, Diogo Bernardes Pimenta.

O sr. Manuel Pinheiro Chagas, nos seus *Portuguezes Illustres* (pag. 74), fundado em alguns escriptores que o precederam, diz que este poeta nasceu em Ponte do Lima.

A causa do engano (se o ha) é porque Diogo Bernardes Pimenta (pae do poeta) casou em Ponte de Lima.

O pae de Diogo Bernardes, era filho primogenito de Rodrigo Annes de Araujo e de sua mulher, Isabel Gomes d'Abreu, e como

tal, senhor da casa d'estes; e é de crer que para ella conduzisse sua esposa.

Alem d'isso, o poeta teve uns poucos de irmãos, todos naturaes da Barca.

Anna Gomes Pimenta (irman d'elle) casou n'esta villa com Payo d'Araujo d'Azevedo, de Vianna, segundo informa uma antiga arvore genealogica, da familia Araujo.

Outra sua irman, segundo o mesmo documento, casou em Souto dos Arcos, com Salvador de Barros e Abreu, de quem teve dois filhos—o doutor Jeronymo Pimenta de Abreu, que, entre outras dignidades, foi chanceller-mór do reino—e D. João Pimenta, que foi bispo d'Angra.

Todos estes são naturaes d'esta villa da Barca, sem que um só escriptor o ponha em duvida.

Agostinho Pimenta (ou Agostinho da Cruz)—outro irmão do poeta—religioso Arrabido, fallecido com opinião de santidade, e que foi o melhor poeta mystico do seu tempo, é tambem, sem a minima contestação, natural da Barca; e assim o affirmam, Diogo Barbosa Machado, Innocencio Francisco da Silva, frei Francisco de Santa Maria (*Anno historico*, tomo 2.º, pag. 613) e outros muitos escriptores.

Contente-se pois a villa de Ponte de Lima, em ser a patria da mãe de Diogo Bernardes, e deixe á Ponte da Barca a gloria de ser patria do poeta.

Diogo Bernardes Pimenta, nasceu n'esta villa, entre os annos 1530 e 1540.

Era de nobre geração, filho de outro Diogo Bernardes Pimenta e de sua mulher, natural de Ponte de Lima.

Era neto paterno, de Antonio Bernardes, e de Anna Dias Pimenta, e materno de Rodrigo Annes de Araujo e Isabel Gomes de Abreu.

Diogo Bernardes, revelou desde a adolescencia grande propensão para a poesia.

Mandando-o rei D. Sebastião, a Madrid, por embaixador a Philippe II o doutor Pedro d'Alcaçova Carneiro, este levou o joven poeta por seu secretario.

Regressando ao reino, D. Sebastião o estimou muito, e o levou comsigo á infeliz jornada d'Africa, para ser o poeta d'essa temeraria empreza.

Na infeliz batalha de Alcacerquibir (4 de agosto de 1578) Diogo Bernardes, depois de obrar prodigios de valor, ficou captivo dos mouros.

Resgatado, com muitos outros portuguezes, seus companheiros de infortunio, voltou á patria, onde foi provido no officio de *môço da toalha*, e d'este modesto emprego, que a fome o obrigára a acceitar dos castelhanos, foi vivendo, sem maiores privações.

Foi um poeta de *pouco fôlego*, mas de muito mimo e suavidade, e o mais primoroso bucolico do seu tempo; tendo bastantes noções das sciencias e das artes.

A sua mais bella poesia, é a que intitulou —*O Lima*.

Os sabios e poetas seus contemporaneos, o acclamaram — *principe da poesia pastoril*.

Imprimiram-se tres volumes das suas obras; algumas se juntaram a outros livros, e outras ficaram ineditas.

Morreu em Lisboa, no dia 30 de agosto de 1595, [1] e foi sepultado na egreja das religiosas do mosteiro de Santa Anna, onde tambem havia sido enterrado o seu sincero amigo e leal companheiro, Luiz de Camões.

Já disse que foram seus irmãos:

O doutor, Jeronymo Pimenta, desembargador do paço, e grande jurisconsulto.

D. João Pimenta, bispo d'Angra, na ilha Terceira; prelado de muita illustração e virtude.

Agostinho Pimenta, que professando no convento dos arrabidos, tomou o nome de *frei Agostinho da Cruz*, e foi um bom poeta mystico.

Todos nasceram em uma casa dos arrabaldes d'esta villa, herdada de seus antepassados.

—

Um dos mais distinctos cavalheiros d'esta villa, na actualidade, é o sr. *Antonio Pereira da Costa Lacerda e Mello*, represen-

[1] Outros dão-lhe mais nove annos de vida, sustentando que elle falleceu a 30 de gosto de 1605.

tante, por varonia legitima, de Pedro Annes de Araujo (seu 8.º avô) e senhor da *torre de Quintella*, na freguezia de *Nogueira*, d'este concelho (vol. 6.º, pag. 104, a 1.ª Nogueira da col. 2.ª)

E' moço fidalgo, com exercicio no paço, casado em segundas nupcias, com a sr.ª D. Angelica Teixeira de Queiroz e Vasconcellos.

Filho de Francisco Manuel da Costa Pereira Calheiros e de sua 2.ª mulher, D. Anna Emilia Pereira de Castro Lacerda e Mello.

Neto de Francisco Pereira de Castro Lacerda e Mello, mestre de campo de auxiliares—e de D. Theodora Joaquina da Costa Maciel do Valle.

Bisneto de Francisco Pereira de Castro e Mello, e de D. Aldonça Michaella Pereira de Lacerda Almeida e Sá.

3.º neto, de Lucas Gomes Pereira de Castro e Mello, cavalleiro do habito de Christo, e de D. Brites de Souza Pacheco.

4.º neto do capitão, Xisto Gomes Pereira de Castro, e de D. Simôa de Macedo e Mello.

5.º neto do licenciado, Lucas Gomes Pereira, e de Gromaneza Pereira da Cunha.

6.º neto de Belchior Cerqueira de Novaes, e de Catharina Rodrigues Pereira.

7.º neto de Xisto Gomes Pereira, e de Ignacia de Magalhães.

8.º neto de Pedro Annes d'Araujo e de Catharina Rodrigues Pereira do Lago.

—

Junto á villa, está á illustre casa das *Fontes das Gatas*, de que foi senhora, D. Maria Clara Coelho de Castro e Araujo, mulher de Fernando Lobo de Villas-Bôas, capitão de infanteria, que uniu esta casa á de Leiras, em Caminha.

E' hoje seu representante, o sr. João Coelho de Castro de Villas-Bôas e Sá.

—

E' tambem nobre e antiga a *casa do Castanheiro*, d'esta villa.

E' actual possuidor d'esta casa, o sr. D. Francisco Eugenio de Noronha Faro e Menezes de Lucena e Almeida, da esclarecida familia dos senhores de Avelloso e São Gemil.

—

A illustre *casa da Róda*, que fica no termo d'esta villa, e da qual foram modernamente senhores, Rodrigo Antonio da Costa Pereira de Gouveia, mestre de campo dos auxiliares, governador de Melgaço e fidalgo da casa real—e Gaspar José da Costa Pereira de Gouveia, alcaide mór de Ervêdo, cavalleiro da ordem de Christo, e fidalgo da casa real.

Esta casa é hoje representada pela sr.ª D. Guiumar da Costa Pereira de Vilhena Coutinho.

Rhoda é uma palavra persa, adoptada pelos arabes, e, depois pelos lusitanos. Significa *jardim* ou *paraizo*.

—

A nobre *casa do Amendo*, morgado antigo, na freguezia de Paço Vedro de Magalhães (vol. 6.º, pag. 391, col. 2.ª)

N'esta casa ha o fôro de fidalgo cavalleiro, de juro.

E' hoje representada pelo sr. Manuel de Brito Furtado de Mendonça Cação e Lima.

—

A casa distinctissima de *Paço Vedro de Magalhães* (que deu o titulo á freguezia d'este nome, onde está esta casa.)

E' seu actual possuidor e representante, João Gomes d'Abreu de Lima Magalhães e Menezes.

A fundação do prazo de Paço Vedro, é de 1546.

Longa e nobilissima é a série dos fidalgos d'esta familia, ramo legitimo e puro, dos senhores de Regalados, que, alem da representação d'esta casa, teem a da *Portagem*, em Coimbra, e a do *Outeiro*, em Ponte do Lima; assim como teve, por alguns seculos, a da casa do *Anquião*.

N'esta casa de Paço Vedro houve dois cavalleiros de Malta, que seguiram elevados postos na milicia — são — frei Gonçalo de Abreu, commendador da *Corcoveira*, e frei Antonio d'Abreu, tenente general, das armas, da ordem do Hospital, e commendador de varias commendas.

—

Ha ainda mais casas nobres por estes sitios, que vão nas respectivas freguezias.

PONTE DE MISARELLA — vide *Regavão.*

PONTE DA MURCELLA (ou da *Mucella*).

Já tratei d'esta povoação, a pag. 593, col. 1.ª, do 5.º vol.

Ratifico aqui um êrro que alli se encontra.

A *Ponte de Murcella*, é no districto da freguezia de S. José de Lavegadas.

Não é no concelho de Oliveira do Hospital, comarca da Tábua; mas do concelho de Poiares, comarca de Louzan.

E' actual possuidor da *quinta da Ponte da Murcella*, o abastado proprietario, e caridoso cidadão, o sr. João Sena de Campos.

Este cavalheiro, offereceu generosamente, em agosto de 1875, á junta de parochia de Lavegadas, uma optima casa para escola de instrucção primaria, com capacidade para ser tambem residencia do mestre.

E' pois digno dos maiores elogios, e da gratidão dos seus patricios.

PONTE DA PORTELLA — vide *Portella* (ponte da.)

PONTE DE CALDELLAS — logar, Minho, onde nascem as aguas mineraes de Caldellas. (Vol. 2.º, pag. 43, col. 2.ª)

PONTE DE CAVÊZ — vide *Cavêz*, e *Tâmega.*

PONTE DE COIMBRA—vide vol. 2.º, pag. 340, col. 1.ª, no principio—e *Portella* (ponte da.)

PONTE DE PARCEIROS — Extremadura, na freguezia de Parceiros (vol. 6.º, pag. 476, col. 2.ª)

Junto á ponte que atravessa o ribeiro de *Parceiros*, em um campo, junto á estrada real, abriu-se em junho de 1876, um poço, do qual, e a pouca profundidade, brotou agua salgada, mineral.

Na quinta do sr. Luiz da Silva Athaide da Costa, a pouca distancia d'este poço, existe um outro—ha alguns annos — tambem de agua mineral, salgada.

E' provavel que esta agua venha do mesmo reservatorio, ou jasigo de sal mineral, que abastece as marinhas de Rio Maior—vide esta palavra.

PONTE DE SÃO JOÃO — vide *Guimarães.*

PONTE DE SOR—villa, Alemtejo, cabeça do concelho do seu nome, na comarca de Fronteira (foi da comarca de Niza) 2 kilometros a N.E. das Galvêias, 30 ao S. do Tejo, 30 ao S.E. de Abrantes, 36 ao O. do Crato, 42 ao O. de Fronteira, 54 ao O. de Portalegre, 65 ao O.N.O. de Estremoz, 82 ao O.N.O. d'Evora, 125 ao S.E. de Lisboa.

Tem 550 fogos.

Em 1757, tinha 341 fogos.

Orago, S. Francisco d'Assis. [1]

Bispado e districto administrativo de Portalegre.

O tribunal da mesa da consciencia e ordens, apresentava o vigario, que tinha réis 40$000 e o pé de altar.

—

O concelho d'este nome, é formado pelas 3 freguezias seguintes, uma em cada diocese:

Galvêias, no arcebispado d'Evora.

Montargil, no patriarchado (por ter sido do grão-priorado do Crato.)

Ponte de Sôr, no bispado de Portalegre.

Todas com 1:350 fogos.

Feira a 4 de outubro.

E' a 25.ª estação do caminho de ferro de Leste.

Está a villa situada em uma planicie agreste, passando-lhe pelo E., o rio Sôr, aqui atravessado por uma grande ponte, de construcção romana.

(A ponte e o rio, deram o actual nome á villa.)

Ficava nas margens da 3.ª via militar romana, que de Lisboa se dirigia a Merida, por Benavente, Alter do Chão e Ponte de Sôr (vide *Itinerario de Antonino Pio*) e da qual ainda restam alguns marcos milliares, com inscripções latinas, dessiminados pelos mattos.

Tem Misericordia e hospital.

E fertil em cereaes, gádo e caça, grossa e miuda, mel e céra.

[1] O seu primeiro orago, foi Nossa Senhora da Torre; assim chamada, em razão da que está junto á egreja.

Junto á egreja matriz, está uma torre, da qual se intitulam condes, os marquezes de Fronteira.

D. Manuel a fez villa, e lhe deu foral, em Lisboa, a 29 de ogosto de 1514. (*Livro de foraes novos do Alemtejo,* fl. 79 v., col. 2.ª)

—

E' povoação antiquissima, e foi cidade romana, com o nome de *Matusarum.*

—

Proximo da estação do caminho de ferro d'esta villa, passa a via-ferrea, sobre uma bella ponte, de pedra e ferro, uma das mais importantes obras d'arte do caminho de ferro de Leste—e talvez a melhor, depois da do Tejo.

Tem em cada um dos extremos, assentes sobre as margens, encontros de cantaria, apoiando-se no centro, tão sómente (apezar da sua extensão) sobre dois pilares tubulares, de ferro fundido, emparelhados e ligados entre si, por grossas linhas de ferro,

Apezar dos dois grandes vãos entre os pilares e os encontros, é de grande solidez, sem que as maiores cheias lhe tenham causado o minimo abalo.

A ribeira de Sôr, nasce em uma serra, do concelho do Crato.

Corre perto das fronteiras do Alemtejo e Estremadura, servindo-lhe de limites, em alguns sitios.

Morre no Tejo, proximo da villa de Salvaterra de Magos, a uns 50 kilometros de Lisboa.

No seu curso, réga e fertiliza os campos d'esta villa (pelo E.)

Teve até 1834, uma companhia de ordenanças, pertencentes á capitania-mór de Abrantes.

PONTE DE VAGOS—(quinta da) na freguezia, comarca, concelho e 2 kilometros ao N. de Cantanhéde.

E' uma bellissima propriedade, pertencente aos herdeiros de Antonio de Carvalho Coutinho e Vasconcellos.

Quadra aqui, contar o caso seguinte:

Em 1843, o sr. Mathias de Carvalho Mendes Coutinho e Vasconcellos, convidou o sr. padre João Chrysostomo d'Amorim Pessoa (natural de Cantanhéde, e religioso *antoninho,* nascido a 14 de outubro de 1810) para acompanhar em Coimbra, durante os estudos, a seus filhos, os srs. Antonio de Carvalho, Manuel de Carvalho e Mathias de Carvalho.

Pelo grande desejo que tinha o sr. padre João Chrysostomo, de se instruir, augmentando os conhecimentos que já tinha; acceitou a offerta, e tendo feito todos os exames preparatorios, nos mezes de julho a outubro, se matriculou em theologia.

O sr. Antonio de Carvalho, matriculou-se direito, e seus irmãos matricularam-se no anno seguinte.

O primeiro formou-se em direito e doutorou-se em philosophia.

O sr. Manuel de Carvalho, doutorou-se em direito, e o sr. Mathias de Carvalho em philosophia.

O sr. padre João Chrysostomo, doutorou-se em theologia.

O sr. Antonio de Carvalho, veiu a ser um grande proprietario.

Foi deputado da nação, lente da universidade, governador civil de Coimbra, e falleceu em 1873, sendo director geral dos estudos.

O sr. Manuel de Carvalho, seguiu a magistratura, e está hoje juiz da relação de Gôa.

O sr. Mathias de Carvalho, foi lente na universidade de Coimbra, deputado da nação, ministro de estado dos negocios da fazenda, e é actualmente (1876) ministro plenipotenciario de Portugal, na corte imperial do Rio de Janeiro.

O sr. D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, foi lente da universidade de Coimbra, bispo de Cabo Verde em 8 de junho de 1859, foi confirmado no consistorio de 23 de março de 1860, e sagrado em 26 d'agosto do mesmo anno, e é hoje dignissimo arcebispo de Gôa, primaz do Oriente, e par do reino.

—

Na villa de Cantanhede, houveram alguns homens notaveis, entre elles:

O padre Gregorio Barreto, da Companhia de Jesus, auctor do livro intitulado—*Logica nova,* escripto em latim.

O doutor, Alexandre Dias Pessoa, lente de direito canonico, e conego magistral na Sé de Viseu.

O padre, frei João Evangelista, insigne prégador, difinidor geral da provincia de Santo Antonio, de Portugal, e que falleceu em 1835, no paço real de Caxias.

O padre, frei João da Salvação Rocha, mestre na sua provincia, e que, infelizmente, morreu fusilado, na praça d'Abrantes, porque se revoltou contra o governo do sr. D. Miguel, com armas na mão, associando-se á guerrilha do hespanhol, D. Manuel, em Thomar. [1]

O capitão-mór, João Henriques de Castro, que chegou a ter mais de 120 contos de réis em propriedades de raiz, e morreu prêso, em 1822, pelo crime de não querer jurar a constituição. [2]

João de Sá Pereira, famoso humanista, e que morreu, sendo primeiro secretario do tribunal do commercio de Lisboa.

—

Havia na villa de Cantanhede, um famoso aqueducto, que fornecia a agua potavel á povoação.

Hoje, apenas d'elle restam vestigios dentro da villa, no muro da cêrca do paço dos condes de Cantanhede, marquazes de Marialva.

Este palacio, foi depois de 1834, dado pelo governo (por ser, não sei com que bullas, julgado bens nacionaes!) á camara de Cantanhêde.

E' tão vasto, que n'elle se acommodam á vontade, as repartições da fazenda, e da administração do concelho — o tribunal das audiencias do juiz de direito — a sala das sessões da camara, e suas repartições — a cadeia—a casa da residencia do juiz de direito—uma aula particular, de musica—e... o talho municipal.

Peço perdão aos meus leitores, por escrever aqui cousas pertencentes á villa de Cantanhede.

[1] Os realistas que me chamem liberal, visto que eu lhes descobri mais este *pôdre.*

[2] Agora, os liberaes que gritem contra mim, alcunhando-me de miguelista, uma vez que lhes publico mais esta *virtude.*

Faço-o, porque não tinha estes esclarecimentos quando fiz a discripção d'aquella villa.

—

A direcção das obras publicas do districto d'Aveiro, enviou á exposição da Philadelphia, em maio de 1876, o modelo da ponte de madeira e ferro, que foi construida em Vagos, sob a direcção do habil engenheiro, o sr. Silverio Augusto Pereira da Silva.

PONTE DO BARCO—vide *Maiorca.*

PONTE DO BICO—Minho.

Esta magestosa ponte, está na freguezia do *Bico* (vol. 1.º, pag. 398, col. 1.ª, no fim.)

O verdadeiro nome d'esta freguezia, é *Vico* (do latim—*Vicus)* que significa, foz, termo de qualquer rio; mas como os minhotos e transmontanos nunca pronunciam o *v*, mudando-o em *b* — corromperam *Vico* em *Bico.* [1]

Com effeito, é aqui a foz ou termo do rio *Hômem,* que perde o seu nome, juntando-se com o *Cávado.*

Tratemos agora da *ponte do Bico.*

Foi principiada em 1863, e concluida em 1867. Não se achando a necessaria solidez, no solo das margens, nem no leito do rio, depois da juncção do Homem, teve de se fazer a ponte a uns 300 metros acima da confluente, pelo que, em vez de uma, foi preciso fazer duas pontes; e, n'este genero é, sem contestação, a obra mais solida, elegante, extensa e magestosa de Portugal.

A primeira ponte, atravessa o Cávado. É bastante alta e tem sete magestosos arcos, robustissimos—segue-se-lhe a 2.ª ponte, que atravessa o Homem, e da mesmo ordem architectonica. No pequeno intervalo das duas pontes, ha um atêrro bastante alto, gradeado dos lados, com as rampas arborisadas, o que lhe dá um formoso aspecto.

Não é só elegante e magnifica — é tam-

[1] Pretendem alguns, que o nome de Bico, lhe provem do triangulo agudo, formado pelos dois rios, a poucos metros da sua confluencia.

Já se vê que não passa de uma d'aquellas etymologias *forçadas,* que alguns costumam dar aos nomes que não conhecem.

bem uma obra de urgentissima necessidade. Estes dois rios, que na estiagem se podem facilmente vadear em qualquer ponto, se tornam caudalosos e furiosissimos no inverno, pelas aguas que descem do Gerêz; e então, acontecia por frequentes vezes, não poder a *barca do Bico*, atravessar qualquer dos rios, e quando vencia a corrente, esta passagem não deixava de ser perigosissima.

O sitio onde se construiu esta ponte, é tambem muito formoso.

PONTE DO ESPINHAL — aldeia, Douro, na freguezia e concelho, e proxima de Penella. (Vol. 6.º, pag. 611, col. 2.ª)

É n'esta aldeia a magnifica fabrica de papel e de lanificios, do sr. Quaresma de Almeida. (Vide o mesmo 6.º vol., pag. 614, col. 2.ª)

Na sexta-feira, 19 de maio de 1876, pelas duas horas da tarde, as povoações situadas entre Viavae, do concelho de Penella, e Avellar, do d'Ancião, foram surprehendidas por uma fortissima trovoada, acompanhada de grossa saraiva e chuva em torrentes. Algumas casas nas Vendas das Figueiras e nas Vendas dos Moinhos, foram completamente destruidas, perdendo seus habitantes quanto n'ellas tinham.

A corrente precipitou-se no rio Eça; mas, como o volume d'agua era muito grande, saltou logo para os campos marginaes, e n'elles continuou a sua rapida obra de destruição.

Na fabrica do sr. Ayres Augusto Quaresma d'Almeida, á Ponte do Espinhal, em sitio onde o rio é proporcionalmente bastante largo, saltou da mesma fórma a agua para os campos, e ahi subiu ella 3m,10 sóbre o nivel ordinario do rio (isto em sitio onde fazia remanso).

Os prejuizos causados por esta cheia são muito consideraveis, e para avaliar quanto o devem ser, basta dizer que a cheia, encontrando as terras já fabricadas, e correndo com a rapidez e força que trazia, inutilisava todos os trabalhos, lançando sobre umas cascalho e pedras enormes das paredes que desmanchava, e tirando d'outras a parte onde as sementes germinavam, e deixando o casco á mostra. N'outras encontrava cearas de trigo, favas, hortas de feijão, couves, etc., etc., e tudo era deitado por terra, e coberto de lodo e cascalho.

Entre as pessoas que mais prejuizos soffreram, contam-se a sr.ª D. Maria Joanna de Serpa Chambel, de Penella, e os srs. D. João d'Alarcão Velasques Sarmento Osorio; José Guedes Coutinho Garrido, da Quinta da Boiça; João Leal d'Araujo Gama, e Ayres Quaresma d'Almeida, ambos do Espinhal.

Relativamente, muitos outros tiveram mais prejuizos, porque muitos individuos perderam quasi tudo ou tudo que possuiam. Terras ha que não tornam a dar pão, e, se o derem, será depois de muitos annos e muitas despezas.

O sr. Joaquim Antonio de Freitas esteve em risco de perder a vida, e quasi todos os operarios da fabrica do sr. Ayres Augusto Quaresma d'Almeida.

PONTE DO LIMA — Villa, Minho, cabeça do concelho e da comarca do seu nome, 16 kilometros a O. da Ponta da Barca, 18 a O. dos Arcos de Valle de Vez, 20 a E. de Vianna, 30 ao S. do rio Minho, 32 a N.O. de Braga, 48 ao N.O. de Guimarães, 80 ao N. do Porto, 375 ao N. de Lisboa.

Tem 500 fogos.

Em 1757 tinha 700 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Assumpção (vulgarmente, Nossa Senhora dos Anjos.).

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

A mitra apresentava o prior, que tinha 350$000 réis de rendimento.

O concelho de Ponte do Lima, é composto de 51 freguezias, todas no arcebispado de Braga—são—Annães, Arca, Arcos, Arcuzêllo, Ardegão, Barrio, Beiral, Bertiandos, Boalhosa (ou Boulhosa), Brandara, Cabaços, Cabração, Calheiros, Calvêllo, Cepões, Correlhan, Estorãos, Facha, Feitosa, Fojo Lobal, Fontão, Fornellos, Freixo, Friastellas (ou Friestellas), Gaifar, Gândara, Gemieira, Gonduffe, Labrujas, Labrujô, Matto, Moreira, Naviô, Poyares, Ponte do Lima, Queijada, Rebordões (Santa Maria), Rebordões (o Salvador), Refojos, Renduffe, Ribeira, Sá, Sandiães, Santa Comba, Santa Cruz, Seara (ou Ceara), Serdedêllo, Victorino das Donas, Vi-

ctorino dos Piães, Villar das Almas, e Villar do Monte. — Todas com 8:000 fogos.

A comarca de Ponte do Lima, é formada só com o seu concelho.

—

Está a nobre e antiga villa de Ponte do Lima, formosamente situada, na margem esquerda do poetico Lima, em paiz fertil e sádio, e um dos mais bellos d'este reino.

A magestosa e antiga ponte, de 24 arcos (sendo 16 de architectura gothica), construida (ou reconstruida) por D. Pedro I, em 1362,[1] separa esta villa da bella freguezia de Arcozêllo (vol. 1.º, pag. 237, col. 1.ª)

As ruas da villa, são soffriveis — ainda que, tortas e mal calçadas — com alguns bons edificios.

Sobre a margem do rio, ha um excellente caes de cantaria, e é um dos melhores e mais aprasiveis passeios da povoação. Chega até á egreja da Senhora da Guia.

N'este passeio está um penedo, chamado *pedra do Diabo.* Tem uma pequena cavidade, que o povo diz, ser o signal das unhas de Satanaz, e que sob este pedregulho está enterrado um *quidam*, que, tendo commungado em peccado mortal, e morrido depois, foi enterrado na egreja do mosteiro de Santo Antonio dos capuchos (que os vandalos do seculo XIX arrasaram, sem d'elle deixar o minimo vestigio).

Vieram tres anjos ao convento, reuniram os frades, desenterraram o sacrilego, deramlhe uma pancada na nuca, que lhe fez vomitar a particula, restituiram-a ao respectivo vaso, e arrastaram o defuncto até ao penedo, enterrando-o debaixo d'elle.

—

Os melhores edificios da villa, são a egreja matriz, de tres naves, e de nobre e elegante architectura, construida no meiado do seculo XVIII (A egreja matriz primitiva, era fóra da villa, ao pé da ermida de Nossa Senhora da Guia, e tinha por orago, S. Vicente, martyr.) — a da Misericordia (a que está contiguo o seu hospital)—a egreja dos terceiros de S. Francisco — e o palacio dos marquezes de Ponte do Lima, que está muito arruinado.

—

É povoação antiquissima. Parece que o seu primeiro nome, foi *Limia* (vide *Limios*) e era cidade de muita importancia no tempo dos romanos, que lhe chamaram *Forum Limicorum — Praça dos limios.* — Os limios eram uns povos que se estabeleceram n'estas paragens, uns 140 annos antes de Jesus-Christo.

É uma das mais formosas villas de Portugal; e seus arrabaldes, são um verdadeiro paraizo.

—

Diz-se que foi fundada pelos gregos, pelos annos 2700 do mundo—1304 antes de J.-C — Outros escriptores contentam-se em lhe dar *apenas* 2376 annos de existencia, attribuindo a sua fundação aos túrdulos, 500 annos antes de J.-C. — Foi destruida com as continuas guerras da edade media, e a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, achando esta terra arruinada e quasi deserta, a mandou povoar, em 1125, dando-lhe foral, a 4 de março d'esse anno, com grandes privilegios. D. Affonso II, o confirmou, augmentando-lhe os privilegios, em Guimarães, no mez d'agosto de 1217. (Maço 9 de foraes antigos, n.º 4—maço 12 dos mesmos, n.º 3, fl. 52, col. 2.ª—gaveta 18, maço 3.º, n.º 27— e no *Livro de foraes antigos, de leitura nova*, fl. 76, col. 2.ª)—D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1511. (*Livro de foraes novos, do Minho*, fl. 93, col. 1.ª)

—

Muitas vezes perdida e recuperada, durante as guerras diuturnas da edade média, e sempre saqueada e mais ou menos destruida, chegou a não ter uma só casa de pedra, mas apenas humildes cabanas de palha, e assim estava no principio do reinado de D. Pedro I, que a mandou reedificar em 1360; mudando-lhe o seu antigo assento (junto ao mosteiro dos frades) para o sitio actual, com o mesmo nome de Ponte do Lima.

Mandou fazer-lhe um cinto de muralhas

[1] Este monarcha, mandou construir duas alterosas torres, nas duas extremidades da ponte, e cercar a villa de muralhas, que já não existem; porque tudo foi arrasado depois de 1834.

com varias torres e barbacans, e com cinco portas, chamadas—*do Souto, do Postigo, da Ponte, de S. João,* e *de Braga*, depois, chamada do *Paço dos Viscondes*, por este se construir junto d'ellas.

As quatro primeiras tinham capellas.

—

Dando pouco credito á remotissima antiguidade que se attribue a Ponte de Lima, é certo que é uma povoação muito antiga, pois já existia e era povoação de muita importancia, no tempo do imperador Adriano, que no anno 114 de Jesus-Christo, succedeu a Trajano, e se denominava (a cidade) *Forum Limicorum*, como já disse.

Está exactamente marcada, no Itinerario do imperador Antonino Pio. Ficava sobre a via militar, de Braga para Tuy, Lugo e Astorga, que era muito transitada.

É provavel que os romanos aqui tivessem construido uma boa ponte, para o serviço da sua estrada. Fossem os romanos, ou os godos, ou os arabes, tudo nos leva a acreditar que havia aqui uma ponte, no primeiro quartel do seculo XII, pois que no foral de D. Thereza, se dá á villa o nome de *Ponte do Lima.*

Manuel Gomes de Lima Bezêrra, nos seus *Estrangeiros no Lima*, diz que ainda no seu tempo (1785) se conservava a primeira ponte, que era—diz elle—o lanço que hia desde a torre velha até ao Arrabalde. Este lanço, que hoje não existe, ficava fóra da corrente do rio; porque este mudára o leito mais para a sua margem esquerda, de modo que a antiquissima capella do Anjo da Guarda, que se erguia perto da torre velha, ficava do lado da villa.

Segundo a opinião de graves escriptores, D. Pedro I não foi que mandou *construir* a ponte, mas sim *reconstruil-a*, e é o que diz a sua chronica e outras. Parece pois que no seu tempo existia, mais ou menos damnificada, a ponte romana; pois não consta que os reis de Portugal, seus predecessores, nem os godos, fizessem ou reedificassem esta ponte.

A construcção ou reconstrucção de D. Pedro I, resistiu ao tempo e ás cheias do rio por uns 150 annos; porém, pelos annos de 1510, estava mais ou menos arruinada, e D. Manuel I a mandou reparar.

A torre da extremidade do sul, dava entrada para a villa, atravessando-a por baixo de um robusto arco de cantaria—a do norte, estava a pouco mais de duas terças partes da ponte, e d'esta até ás primeiras casas do Arrabalde, ainda havia sete arcos, que é os que Bezêrra diz serem de construcção romana. As duas torres eram muito altas, quadrangulares, e em tudo eguaes. A do norte, chamava-se *torre velha*, o que induz a acreditar ser obra anterior á outra, que tambem não é obra do rei D. Manuel, aliás, teria *bocanheiras* para artilheria, e não *séteiras*, como tinha. Talvez a torre velha fosse ainda a dos romanos, e a do lado da villa, obra do rei D. Pedro.

Tanto as duas torres, como as guardas da ponte, eram coroadas de ameias, e assim se vêem desenhadas na *planta* que vem na obra de Bezêrra.

Não sei porque, a camara embirrou com as duas torres — respeitaveis monumentos de outras eras, e que tanto enobreciam a villa—e ha poucos annos foi-se a ellas e arrazou-as! — Despojou a ponte do seu mais imponente ornamento, sob o futil pretexto de tornar mais ampla a passagem da ponte; como se os portuguezes do seculo XIX fossem de mais avantajada estatura do que os antigos!—E lá se foram estes dois gigantes de pedra, que davam á ponte o aspecto guerreiro da edade média.

Ao Arrabalde, se chamava *Rua d'Alem da Ponte;* porque primitivamente, apenas constava da rua que alinha com a ponte; mas cresceu tanto a povoação, que actualmente é quasi tão grande como a villa.

—

Está tão ligada a historia de Ponte do Lima com a freguezia de Santa Maria d'*Arcozêllo*, que é preciso vêr esta freguezia (vol. 1.º, pag. 237, col. 1.ª — *Arcozêllo do Lima*) para se evitarem repetições.

—

Foi D. Pedro I, que mandou fazer o risco da actual villa, e abrir as ruas e travessas; mas, ainda assim, a povoação não prospera-

va, apezar da formosura do sitio, e da feracidade dos seus arrabaldes.

D. Manuel, para promover o desenvolvimento da população, lhe augmentou os seus antigos privilegios e isenções, e isentou o povo da villa, do pagamento de *portagens*, em todo o reino. Assim conseguiu que crescesse em edificios e gente, chegando a contar mais de 3:000 almas. Ainda em 1757—como vimos—tinha 700 fogos, com umas 2:800 almas; e hoje se acha reduzida a 2:000 almas, com 500 fogos.

Varias causas concorreram para esta diminuição, sendo uma d'ellas—porque varios nobres d'esta villa, e muitas pessoas das suas dependencias, tomaram, em 1383, o partido de D. João I de Castella, contra o Mestre de Aviz, depois, D. João I de Portugal. Como a traição d'estes portuguezes degenerados (e a de outros muitos, da mesma estôfa) nada aproveitou aos castelhanos, tiveram de fugir para a Hespanha, para se subtrahirem ao justo castigo que os esperava em Portugal, pela sua traição ao rei e á patria.

Tinha voto em cortes, com assento no 5.º banco.

Suas armas, são:

Escudo de prata, com uma ponte, entre duas torres (tudo da sua côr) passando-lhe um rio pelo arco da ponte.

A alcaidaria-mór da villa, andou sempre na casa dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte de Lima.

O 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira, foi D. Leonel de Lima, senhor da mesma villa, e alcaide-mór de Ponte de Lima, feito por D. Affonso V, em 4 de março de 1476.

Em 1623, Philippe IV, quiz fazer conde do mesmo titulo, ao visconde, D. Lourenço de Lima; mas o nobre portuguez recusou.

Não fez como muitos fidalgos d'esse tempo, que se venderam aos castelhanos.

D. Maria I, fez marquez de Ponte de Lima, em 1790, a D. Thomaz Xavier de Lima, seu ministro dos negocios do reino.

As armas d'esta familia, são:

Em campo d'ouro, 4 barras de púrpura, (Limas) e o resto do escudo, esquartellado, no 1.º quartel, as armas dos Britos—no 2.º as dos Nogueiras—no 3.º, as dos Sottos-Maiores—e no 4.º, as dos Vasconcellos.

No centro, em um escudete, as dos Silvas Telles.

O sr. D. José Maria Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, foi 17.º visconde de Villa Nova da Cerveira, e 3.º marquez e alcaide-mór de Ponte do mima.

(Vide Villa Nova da Cerveira.)

—

A capella de São Sebastião, que está fóra da porta do Souto, foi sinagoga dos judeus, no seculo XV, quando residiram n'esta villa e moravam na *rua Nova*, hoje, *rua do Pinheiro* (por um que está pela parte de cima da capella.)

Depois da expulsão dos judeus, pelo rei D. Manuel, foi a sinagoga purificada, e se transformou em templo christão.

Tem tido tantas reedificações, que nada conserva do edificio primittivo.

—

A formosa e rica freguezia *d'Arcozello*, que é um arrabalde—ou, para melhor dizer—o prolongamento da villa, na parte opposta do rio, já fica descripta no logar competente; e bem assim, o rio *Lima:* por isso não fallo aqui de Arcozello, nem do rio Lima.

—

Em 1866, se concluiu a formosissima estrada, que vae paralella ao Lima, desde a villa, até á cidade de Vianna.

Seguindo esta estrada, se encontram formosas quintas, distinguindo-se entre ellas, a dos srs. condes de Bretiandos e dos srs. condes d'Almada.

Os seus palacios, situados entre deliciosos jardins, e quasi occultos, pelo frondente arvoredo que os cercom, miram-se a furto nas placidas aguas do rio.

Na margem opposta, ha tambem outra estrada, do mesmo modo paralella ao rio, e tambem orlada de formosas quintas e casas de campo.

D'este lado, perto de Vianna, está o lindo palacio e bello jardim, do nosso inspirado poeta, e elegante prosador, o sr. Antonio

Pereira da Cunha; e onde actualmente reside seu filho, com sua esposa e filhos, o sr. Sebastião Pereira da Cunha, tambem maviosissimo poeta.

Vide *Portozêllo.*

—

Qualquer d'estas estradas é um passeio encantador, que arrebata; mas não se descreve, porque, por mais primoroso que fosse o escriptor, ficaria muito distante da realidade.

Basta-me dizer que muitos fazem por estes sitios os famosos *Campos Elisios, dos poetas.*

—

Proximo da villa, existiram dois mosteiros:

O de Santo Antonio, dos capuchos, na margem esquerda, fundado por D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira e sua mulher, D. Philippa da Cunha, pelos annos de 1480—e o de Valle de Pereiras, na margem direita, construido em 1360, para frades franciscanos, passando em 1515, a ser de freiras de Santa Clara, da mesma ordem (capuchas franciscanas.)

O primeiro já disse que foi destruido, depois de 1834.

—

Proximo da capella de Nossa Senhora da Conceição, existem vestigios de uma fortaleza, cuja construcção se attribue aos romanos.

O termo d'esta villa, regado pelo Lima, pelo Neiva, e por varios ribeiros ou regatos, é fertillissimo em toda a qualidade de cereaes, fructas, legumes, hortaliças, vinho, azeite, linho, algum mel e cêra.

Ha grande creação de gado, de toda a qualidade, principalmente bovino, que exporta; e nos seus montes ha grande abundancia de caça.

E' abundante de optimo peixe do mar, que lhe vem pelo rio, e este lhe fornece excellente peixe, sobre tudo, salmões, solhos, saveis e lampreias, que exporta para differentes terras do reino, e em latas, para o Brazil.

—

D. Sancho II, estando em Guimarães, deu o padroado da egreja matriz de Ponte de Lima ao arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, em 1238.

No reinado de D. Sebastião, o arcebispo de Braga, D. frei Bartholomeu dos Martyres, erigiu esta egreja em collegiada, com a terça das rendas de Suájo.

Tinha sete beneficiados; quatro, que assistiam na capella real, e pagavam a *ecónomos,* que eram apresentados pelo rei.

Os beneficiados eram da apresentação do ordinario.

—

O hospital da Misericordia tem bons rendimentos.

Tem quatro capellães, com a obrigação de resarem em côro, com rendas, deixadas para este fim, por Antonio de Magalhães.

Tambem se uniram á Misericordia as rendas de *S. Vicente dos Gafos* (que foram de um hospital de leprosos) junto a *Beldrufa.*

Tem algumas praças, sendo a melhor, por estar perto do rio, o *largo do Chafariz*—hoje chrismado em *largo da Regeneração.*

E' irregular, e com bastante declive para a margem do Lima.

Está adornado por um esbelto chafariz, a capella de São Sebastião e o hospital chamado *de Fóra* (por ficar extra-muros da antiga circumvalação) que foi originariamente uma albergaria, para peregrinos, feita pelo 1.º visconde, D. Leonel.

Foi ha poucos annos reconstruido e ampliado.

—

Tem um soffrivel theatro, denominado de *Lethes,* no pavimento inferior dos paços do concelho; um club, denominado—*sociedade Limarense;* duas musicas de capella; duas bandas marciaes; e um lindo passeio publico, assombrado por um denso arvorêdo, que se estende parallelo ao rio.

A cadeia é em uma das torres da antiga cêrca de muralhas, e, apezar dos seus cinco seculos de existencia, está bem conservada; e assim estariam tambem as mais torres da circumvalação e as duas monumentaes, que enobreciam a ponte, tornando-a uma das mais respeitaveis e magestosas do reino, se a sanha destruidora dos modernos

vandalos, lhe não lançasse o seu feroz camartello, em odio a tudo quanto é grande, nobre e portuguez, e que nos recordava tantos seculos de gloria e de prosperidade.

Do grande numero de marcos milliares da via militar romana, que existiam por estes sitios, tambem já pouquissimos restam; porque foram estupidamente empregados em cunhaes de casas, e em paredes de mattos e tapadas.

A *torre da cadeia*—como se lhe chama—está proxima do logar onde existiu a *porta do Souto;* e da cêrca das muralhas a que esta porta pertencia, ainda restam alguns vestigios.

—

A villa é abastecida de muita e excellente agua potavel.

O rio é navegavel d'aqui até á sua foz, e para cima, até 10 kilometros de distandia.

—

Na egreja matriz foram sepultados muitos illustres varões.

Alem de varios membros da familia do fundador, que tinha aqui o seu jazigo, estão sepultados na capella-mór—D. Rodrigo de Vasconcellos e Souza, 2.° conde de Castello Melhor — D. Manuel de Mello, filho do conde de S. Lourenço — D. Martim Affonso de Mello—e Vasco Fernandes Coutinho.

Este, está em um rico mausoleu, sobre o presbyterio, do lado do Evangelho.

Tem uma inscripção que diz:

AQUI JAZ, VASCO FERNANDES COUTINHO,
CAVALLEIRO DO CONSELHO DEL REI.
FOI MORTO NO COMBATE DE
SETTE EGREJAS, QUE D. AFFONSO V.° TOMOU.

Este combate foi durante a guerra que D. Affonso V sustentou contra D. Isabel de Castella e D. Fernando de Aragão (os reis catholicos, Fernándo e Isabel, tão famosos na historia, e em defeza da legitima herdeira do throno de Castella, a princeza D. Joanna (a *excellente senhora)* sua sobrinha e desposada.)

—

Existem nos arredores d'esta villa varias ruinas de antigas fortalezas.

Logo abaixo da ermida de Nossa Senhora da Guia, perto da villa, no *monte dos Médos* (vide *Ancora, Gondinhães* e *Riba dAncora)* ha vestigios de um castello, e dizem que foi n'este sitio o assento da antiga Limia.

Outros dizem que esta cidade era no sitio da actual aldeia de Santo Estevam de Geraz, o que não é verosimil. (Vide *Nó.*)

Talvez que a antiga *Limia* não fosse exactamente no mesmo logar onde os romanos fundaram o *Forum Limicorum*, mas com certeza, eram sitios muito proximos.

Julga-se que a cidade romana foi fundada, ou reedificada, no tempo de Bruto, isto é, uns 130 a 140 annos antes de Jesus Christo.

Desde então, por espaço de 260 annos, até ao tempo de Ptolomeu, continuou a ser importantissima esta cidade, e o continuou a ser até ao tempo do imperador Antonino Pio; mas este no seu Itinerario lhe chama *Limia*, o que tem causado algumas duvidas e objecções.

A pouca distancia d'este monte, e proximo á capella de Nossa Senhora da Conceição, existem os restos de uma fortaleza, cuja fundação se attribue aos romanos.

—

A jurisdicção d'esta villa comprehendia tres villas, dez concelhos, quatro coutos, e um julgado.

—

Vide tambem a 1.ª *Ponte*, para se saber o nome que a esta villa dá o foral da rainha D. Thereza.

—

A via militar romana, que corria de Braga para Astorga, passando por Ponte de Lima e Tuy, foi aberta, ou reedificada, pelo imperador Augusto Cesar; pois assim o attestava um marco milliario, que se achou enterrado em uma das margens do Cávado, quando se reedificou a ponte do Prado.

Tinha a seguinte inscripção:

IMP. CAESAR DIVI F. AUG.
PONT. MAXIMUS IMP. XV CONSUL
XIII. TRIB. POTEST. XXXIV. PATER
PATRIAE BRAC.
IIII

(O imperador Cesar, feliz, augusto, pontifice maximo, 15 vezes imperador, 13 consul, 34 investido do poder tribunicio, pae da patria. D'aqui a Braga, 4 milhas.)

Vê-se d'esta inscripção, que a via militar foi construida, ou reedificada, no anno 11.° de Jesus Christo — porque — Augusto, teve a 1.ª vez o poder tribunicio, em junho do anno 731 da fundação de Roma, que era já consul pela 9.ª vez—e em junho de 764, principiou o seu 34.° poder tribunicio, que terminou em junho de 765, da fundação de Roma.

Sendo o anno do nascimento de Jesus Christo correspondente ao 753 de Roma, vê-se que esta estrada principiou em junho do anno 11.° e terminou em outro egual mez, do anno 12.°

Foi esta via tambem reedificada pelo imperador Claudio, o que consta de um marco milliar que existiu na praça de Vallença, e tinha 2,m66 de alto e 2 de circumferencia.

Foi achado em 1680, na margem esquerda do rio Minho, no sitio hoje chamado *Arinhos*.

A inscripção dizia:

TI. CLAUDIUS CAESAR AUG.
GERMANI US PONTIFEX
MAX. IMP. V. CÕS. III TRIB.
POTEST III P. P. BRACA XLII

(O imperador Tito Claudio, cesar, augusto, germanico pontifice maximo, cinco vezes imperador, consul tres, e tres do poder tribunicio, pae de patria. D'aqui a Braga, 42 milhas,)

Foi pois reformada esta via (no sitio indicado) em 43 de Jesus Christo.

Foi tambem concertada, sendo imperador Adriano, o que se mostra por outro marco milliar que existiu junto a Ponte de Lima, na freguezia de Santa Maria de Arcozéllo, e já copiei a pag. 221, col. 2.ª do 1.° vol. — assim como outra do imperador Marco Aurelio.

—

Ha (ou houve) por estes sitios muitos monumentos que nos attestam a diuturna assistencia dos romanos.

Vão nas freguezias ou logares onde foram achados, ou ainda existem.

—

Fóra da villa está a capella de Nossa Senhora da Guia, cuja egreja primitiva foi antigamente a matriz da freguezia, emquanto se não edificou o actual templo.

Junto á capella primitiva havia um hospital de lazaros, e a sua egreja era dedicada a S. Vicente, levita.

Já não existem vestigios, nem d'esta egreja, nem do hospital, que tudo foi arrazado com as cheias do Lima, e o sitio está agora convertido em areal.

Ficava a egreja abaixo da villa uns 200 ou 300 metros.

Para obstar aos prejuizos que as cheias do rio causavam á povoação, mandou a camara construir um caes, encostado ao muro do pomar dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte de Lima, e da villa, até ao mosteiro de Santo Antonio, e d'ahi até topar nas escadas da egreja de Nossa Senhora da Guia.

E' um agradavel passeio, assombrado por grandes e antigos carvalhos, que é a estrada que vae para Vianna.

Segundo a tradição, a egreja de Nossa Senhora da Guia, esteve primeiro junto ao hospital de S. Vicente (como já disse) e tinha uma confraria, que cuidava do templo e das suas solemnidades.

Esta confraria foi transformada em irmandade, muito numerosa, onde entraram as pessoas mais qualificadas da villa e arredores, e com estatutos confirmados *autoritate ordinarii*, e com bastantes rendas.

Foi esta irmandade que fez construir a nova capella (a actual) cujas obras terminaram em 1629, dizendo-se então a 1.ª missa e mudando-se a imagem da padroeira, da egreja velha.

Tiveram de fazer esta mudança, porque o rio principiava a damnificar a capella antiga.

—

Já disse que ha suas duvidas, quanto ao

sitio primitivo da antiga Limia, depois Forum Limicorum; mas, depois de exactas investigações, por homens competentes, se veiu no conhecimento, que esta antiga cidade, ou foi onde depois se fundou a primittiva capella da Senhora da Guia, ou no sitio da actual villa, ou muito perto.

Em um marco milliar, achado por estes sitios, se lia o resto de uma inscripção que dizia:

A BRACARA ASTURICAM
LIMIA M. P. XIX
TUDE XVIIII.

Inscripção que bem mostra a existencia d'esta povoação no tempo em que foi feito o Itinerario de Antonino Pio, antes do seculo V.

Limia e Tuy estão alli arrumadas nos mesmos sitios em que hoje as vemos.

Desde a data do Itinerario, nem Limia, nem Forum Limicorum apparecem mais na historia; nem era provavel apparecerem, porque tanto esta cidade, como outras muitas da Lusitania, foram arrazadas pelos ferozes godos, vandalos, suevos, etc., no principio do seculo V; e estes barbaros não se limitaram a destruir povoações até aos fundamentos, mas tambem a saqueal-as e a assassinar quantos habitantes apanhavam, como refere o bispo Idacio, no seu *Chronicon*.

Diz elle:

Barbari, qui Hespanias ingressi fuerant, caede depraedantur hostili.

A fome e a peste, consummou a obra da destruição—*De bacchantibus per Hispanias Barbaris et saeviente nihil ominus pestilentiae malo, opes et conditam in urbibus substanciam tyranicus exactor diripit, et miles exhaurit: fames dira grassatur, adeo ut humanae carnes ab humano genere vi famis fuerint devoratae: matres quoque necatis vel coctis per se natorum suorum sint partae corporibus, etc.*

Como se todos estes flagellos não bastassem para a destruição de tantas povoações, vieram por muitas vezes as invasões dos normandos, e, depois d'elles, a dos sanguinarios filhos do crescente, no principio do seculo oitavo, que completaram a obra da devastação.

Os christãos eram perseguidos e sacrificados com a mais requintada crueldade, e as cavernas fabricadas pela natureza, para habitação das feras, se tornaram o unico refugio dos homens.

De entre todos estes cataclismos se distingue o de 997, anno em que o cruelissimo Al-Mançor, califa de Córdova, invadiu esta região, e que, como diz Gandara (*Arm. y Triunf. de Galiz.* lib. 2.º, cap. 8, pag. 160) —*caminó con su acostumbrada fiereza, destruiendo, aniquilando y desasiendo todas las ciudades y pueblos de estas regiones, tomando a Coimbra, Vizeo, Braga, y otras poblaciones: apóderose de la ciudad de Tuy, y llegó a Santiago, etc.*

Al-Mançor repetiu as scenas de atrocidade, que pouco antes d'elle, e no reinado de Ramiro III, tinham feito os normandos.

Diz a *Historia dos Godos*, que estes barbaros chegaram ao castello de Vermoim, no territorio de Barcellos, assassinando e destruindo tudo quanto encontraram na sua passagem devastadora.

—

Expulsos os arabes, nem por isso Ponte de Lima se repovoou, perdendo até o nome romano, e tornando a chamar-se Limia, e era o nome que tinha em 1125, e que o foral de D. Thereza lhe dá.

Então, todo este territorio era de um unico proprietario, chamado *Sesnando Ramires*, como consta d'aquelle foral.

Parece, porém, que no meiado do seculo XIII já se lhe dava o nome de Ponte do Lima; porque Sandoval (*Iglesia de Tuy*, fl. 155, verso) cita uma escriptura existente no archivo da collegiada de Vallença, que é uma doação feita por D. Affonso III, de Portugal, em 1262, á egreja de Tuy, e diz no final:

Facta carta apud Pontem Limiae.

O mesmo nome lhe dá este monarcha, em uma carta de privilegios ao couto da Correlhan, datada de Lisboa, a 14 de junho de 1268.

—

O cruzeiro do *Souto da Forca*, é muito antigo, e estava perto do instrumento do supplicio que lhe deu o sobrenome.

Como no seculo XVI já Ponte de Lima era cabeça de comarca, os seus juizes faziam executar as sentenças que proferiam, qualquer que fosse a gravidade do crime; antes de se estabelecer a *relação e casa do Porto*, em 1583.

Foram pois executados na forca d'esta villa varios facinorosos.

O padre Carvalho refere o supplicio que nella padeceu um ladrão, em 1511; o qual deu causa ao successo de Martim Rodrigues de Luna, fundador da capella de S. Sebastião, na freguezia de S. Martinho.

Não se póde pois dizer d'esta forca, o que se diz da maior parte das outras—isto é—que foram construidas para infundir terror aos criminosos; para prova do dominio e poder do senhorio; ou como simples emblema da autonomia municipal.

Alguns suppõem que a forca ficava da parte da villa, visto que contiguo a ella está o campo do *Arnado*, e dizem que n'aquelle tempo corria o rio Lima pela *Veiga da Cruz*, proximo ao cruzeiro, ficando este tambem da parte da villa.

O passeio publico da villa, já existia como tal, quando Bezerra escreveu o seu livro, que publicou em 1785.

—

O clima d'este territorio é em geral saudavel, e rarissimas vezes, e com pouca intensidade, tem aqui havido molestias epidemicas.

Em 1569, no reinado de D. Sebastião, uma grande peste assolou Portugal, e vindo do S., invadiu quasi toda a provincia do Minho, sem tocar n'esta villa, nem em Arcozêllo.

Ha apenas aqui algumas gastrites, catharros, defluxos e febres intermitentes; mais procedidas da pouca cautella, do que da influencia do clima.

—

Em 26 de novembro de 1238, D. Sancho II, estando em Guimarães, deu ao arcebispo de Braga, D. Silvestre, e aos seus conegos, as egrejas de Ponte de Lima, e a de *Touginha*, em terra de Faria, livres e isentas de qualquer direito real.

—

O *Banco agricola, commercial e industrial de Ponte de Lima*, teve os seus estatutos approvados pelo governo, em 2 de junho de 1875—isto é—foi nesse dia publicada a sua approvação, no *Diario do Governo.*

—

A poucos kilometros de Ponte de Lima, está o famoso sanctuario do Senhor do *Soccorro.*

Para não fazer este artigo mais longo, vide *Soccorro.*

—

Se o rio Lima completa a belleza d'esta villa, e é um poderoso agente da fertilidade do seu territorio, tambem não poucas vezes as suas enchentes inesperadas causam graves prejuizos.

Ainda em novembro de 1875, encheu espantosamente, invadindo uma grande parte da povoação, chegando a entrar nas egrejas matriz e da Misericordia, que ficam no centro da villa, e transformando em rios caudalosos algumas das suas ruas.

Esta cheia, porém, se causou grandes damnos, tambem fez um grande serviço á navegação, desobstruindo a barra de Vianna das muitas areias que alli estavam acommuladas havia muitos annos.

—

«No dia 12 de abril de 1876, falleceu, na sua casa de Faldejães, proximo a Ponte de Lima, o sr. D. Antonio Telmo de Menezes Montenegro.

Era um fidalgo muito respeitavel pela nobreza do seu procedimento, e pelo seu genio essencialmente bondoso e obsequiador.

Todos os pobres das freguezias onde tinha casa o conheciam.

Nunca um infortunio lhe bateu á porta que não fosse soccorrido.

Para todos tinha uma esmola e uma palavra de conforto.

Conhecedores de que só Deus póde minorar a dôr que nenhuma voz humana tem poder para mitigar, limitamo-nos a orar ao Todo Poderoso pela alma do finado, e a enviar a todos os seus, e muito principalmente ao nosso dedicado amigo e distincto lente da universidade, o sr. dr. Antonio Bernardino de Menezes, sentidos comprimentos

de pesames; e tão sentidos, quanto é verdadeira a affeição que lhe dedicamos.»

V. de M.

—

Em agosto de 1876, foram submettidos á approvação do governo, os estudos do caminho de ferro de via reduzida, entre a cidade de Vianna, e esta villa, prolongando-se depois até aos Arcos de Valle de Vez.

—

Aqui nasceu, em 26 de janeiro de 1766, D. frei Francisco de S. Luiz Saraiva, que morreu cardeal patriarcha, em Lisboa, a 7 de maio de 1845.

Para evitarmos repetições, vide o 4.º vol., a pag. 279, col. 2.ª, no fim, e seguintes.

—

Aqui nasceu, em 1758, Josefa Rosa Fernandina, que morreu em Lisboa, em 1870, com 112 annos de edade.

Morreu, porque apanhou uma constipação, á qual sobreveiu uma bronchite; aliás, sabe Deus quantos annos ainda viveria!

—

No logar de Calheiros, proximo a esta villa, nasceu o padre Gonçalo Rodrigues, da Companhia de Jesus, pelos annos de 1495.

Passou á India e prégou com grande exito em Ormuz, depois passou a Salsete, Baçaim e Tana.

Em toda a parte derribou idolos, pagodes e todos os emblemas de idolatria, adquirindo grande numero de almas para Jesus Christo.

Foi depois embaixador á Ethiopia em 1555, padecendo grandes trabalhos por terra e por mar, como o Apostolo das gentes.

Cheio de merecimentos, de virtudes e serviços, voou á mansão dos justos.

Não se podem negar os serviços prestados á religião e ao estado pelos jesuitas.

Portugal foi poderoso, menos pelas armas do que pela religião; menos pelos soldados do que pelos missionarios.

Hoje que a *civilisação moderna* acabou com os ultimos, a sua decadencia é manifesta, a sua importancia nulla.

O resultado da suppressão das ordens religiosas, sobretudo no Ultramar, tem dado os mais desastrosos resultados.

A França, a Inglaterra, os Estados Unidos da America, a Russia, e outras nações, conservaram os conventos nas suas colonias, só Portugal os destruiu. Fez bem.

—

Era natural d'esta villa, a mãe do nosso poeta, Diogo Bernardes Pimenta. Vide *Ponte da Barca*.

—

Na cidade de Britonia, do Lima, situada entre esta villa e a cidade de Vianna, e no dia 12 de maio de 316, foi martyrisado pelos romanos, São Chrispolito, bispo de Britonia.

Depois de atrozes tormentos, foi serrado pelo meio.

—

Houve antigamente em Ponte de Lima grande numero de casas solares de nobres appellidos; mas, quando (1383) o povo portuguez e alguns fidalgos acclamaram por seu rei natural e legitimo, o mestre d'Aviz, depois, D. João I, contra as pretenções de D. João I, de Castella, casado com D. Beatriz, filha de D Leonor Telles de Menezes, bastantes fidalgos de Ponte de Lima se bandearam com os inimigos da sua patria, tomando armas contra ella, e arrastando na sua traição muitos dos seus creados, familiares e dependentes.

Quando, depois de dez annos de guerras, e quasi sempre de victorias, vencemos os castelhanos; e morto D. João I, de Castella, seu filho, D. Henrique III, desenganado de que, se alguns portuguezes foram traidores á sua patria, o povo em geral, e muitos fidalgos, estavam decididos a derramar até á ultima gota de sangue, em defeza da sua independencia, assignou o tratado de paz, em 1393, no mesmo anno em que falleceu seu pae, muitos dos nobres de Ponte de Lima, recearam regressar a Portugal, e se deixaram ficar por Castella, sendo poucos (e os menos compromettidos) que voltaram ao reino.

Apezar d'esta defecção, ainda ha muitas familias nobres, n'esta villa, em Arcozêllo e outras terras dos arredores.

Para não fazer este artigo mais longo, descrevo estas familias nas freguezias onde teem so seus solares—e mesmo das de Ponte da

Lima, só menciono as de que tenho noticia.

Se algumas familias distinctas d'esta villa se não virem mencionadas aqui, não o attribuam a desconsideração, mas ao seu descuido em não me mandarem a tempo os devidos esclarecimentos.

—

Casa de Barreiros—antigo morgado, perto da villa.

Os seus possuidores, tem foro de fidalgos da casa real, de juro e herdade.

Casa dos Casaes—antiga e de esclarecida nobreza, n'esta mesma villa.

Casa do Paço de Calheiros—vide vol. 6.°, pag. 381, col. 1.ª

Casa do paço dos marquezes de Ponte de Lima—vide *Villa Nova da Cerveira.*

Casa de Bertiandos—por não ter hido no logar competente (vol. 1.°, pag. 392, col. 1.ª) a descrevo n'este logar.

—

Ruy Lopes Cerveira, padroeiro da egreja do Mangoeiro (antigo nome da actual freguezia de Gondarem—vol. 3.°, pag. 301, col. 2.ª, no fim, e seguintes) descendentes dos alcaides-móres de Villa Nova da Cerveira, foi pae de Lopo Rodrigues Cerveira Pereira, que casou com D. Brites Gomes Pinheiro, filha de Martim Gomes Lobo, ouvidor das terras do 1.° duque Bragança, e de sua mulher, D. Mayor Pinheiro, da casa solar dos Pinheiros, de Barcellos.

D'este casamento nasceu Fernão Pereira, 1.° senhor de Bertiandos.

Esta casa, dividiu-se depois em dois morgados, no tempo de rei D. Sebastião.

Esta divisão foi feita por D. Ignez Pinto, viuva de Lopo Pereira.

Terminou esta divisão, com o casamento de Damião Pereira da Silva Souza de Menezes (avô da sr.ª D. Joanna Maria do Rosario Francisca de Salles Pereira da Silva e Souza de Menezes, feita condessa de Bertiandos, com grandeza, em 18 de agosto de 18 dama do paço) com D. Maria Angelina Pereira da Silva Forjaz Montenegro, senhora da casa dos *Biscainhos,* em Braga, e do 2.° morgado de Bertiandos.

Rui Lopes Cerveira, de que acima fallei, casou com D. Maria Pereira, filha bastarda do condestavel, D. Nuno Alvares Pereira.

Desde então deixaram os senhores de Bertiandos o appellido de Cerveira, tomando o de Pereira.

Entre outros, foram illustres n'esta familia, os cinco cavalleiros de Malta seguintes:

D. Frei Antonio Pereira de Lima.

D. Frei Diogo de Mello Pereira.

D. Frei Lopo Pereira de Lima, prior titular do Crato, e bailio de Leça.

D. Frei Antonio Pereira de Lima, tambem bailio de Leça.

D. Frei Fernão da Silva.

Na Africa, serviu com muita distincção, Francisco Pereira, que depois foi capitão de cavallos, na guerra da acclamação de D. João IV.

O sr. Gonçalo Pereira da Silva Souza de Menezes, commendador da ordem de Christo, védor da casa real. Foi 1.° visconde, com grandeza, feito em 22 de agosto de 1840; e 1.° conde do mesmo titulo, em 14 d'abril de 1852.

Foi feito conde de Bertiandos, em 18 de agosto de 1852, o sr. Sebastião Correia de Sá Brandão.

—

Casa de Nossa Senhora da Aurora—junto a Ponte de Lima. É nobre e antiga, e seu actual possuidor, o sr. João de Sá Coutinho, fidalgo cavalleiro, da casa real, e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa. É filho do general José de Sá Coutinho.

Em o numero dos ultimos senhores d'esta casa, contam-se:

João de Sá Sotto-Maior, desembargador da relação do Porto, cavalleiro da ordem de Christo e fidalgo da casa real.

Felix Barreto de Sá Sotto-Maior, cavalleiro da ordem de Christo, e fidalgo da casa real.

João Pedro de Sá Coutinho, fidalgo da casa real. Casou com D. Maria Antonia da Costa e Souza de Macedo, filha de D. José Francisco da Costa, pelo seu casamento, 2.° visconde de Mesquitella, 4.° barão da Ilha-Grande, armeiro-mór da casa real e do rei-

no, commendador d'Aviz, governador e capitão-general do Algarve.

O sr. D João Affonso da Costa e Souza de Macedo e Albuquerque, foi feito conde de Mesquitella, em 16 de outubro de 1844.

PONTE DO LOURO — antigo nome da actual freguezia de Santa Lucrecia do *Louro*. (Vol. 4.°, pag. 464, col. 1.ª) Disse no 4.° vol., que esta freguezia não vinha no *Port. Sacro e Prof.*, por ignorar então que o seu antigo nome era *Ponte do Louro*, que é como alli se denomina.

Tinha, em 1757, 203 fogos.

PONTE DO PÉGO — sobre o rio Tâmega, a 3 kilometros da villa d'Amarante. É de madeira, e a mais bella, d'este genero, em Portugal.

PONTE DO PRADO — Vide *Prado*.

PONTE DO REGUENGO — Extremadura, entre a villa d'Azambuja, que lhe fica ao S., e a estação de Sant'Anna, que fica ao N. — É a 10.ª estação do caminho de ferro do Norte e Leste.

PONTE DO ROL — freguezia, Extremadura, comarca e concelho de Torres Vedras, 40 kilometros ao N.O. de Lisboa.

Tem 190 fogos.

Em 1757 tinha 101 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Conceição.

Patriarchado e districto administrativo de Lisboa.

O prior de S. Thiago, de Torres Vedras, apresentava o cura, que tinha 70$000 réis e o pé de altar.

PONTE DO SOBRÃO — Vide *Meixomil*.

PONTE DOS AIVADOS — Vide *Aivados (ponte dos)* — vol. 1.°, pag. 42, col. 1.ª

PONTE FERREIRA — aldeia, Douro, na freguezia da Gândara. (Vol. 3.°, pag. 258, col. 1.ª)

A aldeia de Ponte Ferreira tornou-se celebre pelos dois combates aqui dados entre realistas e liberaes.

A 4.ª divisão do exercito realista, passára o rio Douro, para operar ao N. do Porto. Era commandada pelo tenente-general, visconde de Santa Martha.

No dia 22 de julho de 1832, o general, conde de Villa-Flor (depois, duque da Terceira), á frente de 5:000 homens do exercito liberal, ataca os realistas (commandados pelo coronel Henrique da Silva da Fonseca) em Ponte Ferreira. A investida foi rude, e a resistencia obstinada. Depois de um dia de combate, e de muitos mortos e feridos de parte a parte, os liberaes tiveram de retirar para as suas posições.

A noticia d'este desastre aterrou a guarnição e povo do Porto, e o governo liberal mandou, na noite da acção, reforçar Villa-Flor, com todas as tropas disponiveis.

No dia seguinte (23), pelas 10 horas da manhan, Villa-Flor ataca novamente os realistas (então commandados por Santa Martha) pelo sitio da Granja de Ponte Ferreira. A acção foi ainda mais encarniçada do que a da vespera, e durou dez horas (até ás 8 da tarde), sem outra vantagem, de parte a parte, senão fazerem aos contrarios muitos mortos e feridos, e alguns — poucos — prisioneiros.

O Porto ainda não estava fortificado, e a sua linha de defeza, tanto na cidade, como na Serra do Pilar, debilmente guarnecida; de modo que, se o general realista, Póvoas, atacasse a cidade pelo sul, a derrota dos liberaes era infalivel. Mas o general Póvoas, conservou se mero expectador, vendo a acção por um occulo!... Só no dia 27, é que se resolveu a fazer um *reconhecimento* sobre Villa Nova de Gaia.

Assisti a estas duas acções, e ainda hoje é para mim um *mysterio impenetravel*... a causa porque, retirando os liberaes — alguns em bastante desordem — para o Porto, os realistas *fugiram* (é o termo proprio) para Baltar, e d'alli para Penafiel, chegando muitos a fugir a unhas de cavallo, até Amarante!

Talvez que algum dia venha a cahir o veu que até hoje tem encoberto estes e outros factos d'aquella guerra desastrosa, como todas as guerras civis.

Vem aqui a pêllo uma anecdota engraçada.

Eu servia então, como aggregado, na *Guar-*

da real da policia do Porto, da qual era commandante, o coronel João Wager Russel.

Na noite de 23, fomos acampar para Baltar, a pouca distancia d'onde se tinham dado os dois combates.

Pela meia noite, pouco mais ou menos, cahiu o *sarilho* das espingardas de um dos regimentos de milicias, com um fracasso que pareceu grande, por ser inesperado, e estar a tropa adormecida.

Os milicianos, julgaram ser uma descarga *cerrada*, e fugiram a toda a força das suas pernas, em differentes direcções; a maior partes d'elles, abandonando as armas, ao grito de — *elles ahi vem!* — Mesmo da tropa de 1.ª linha, não poucos imitaram os milicianos. Outros, menos aterrados, queriam que se lançasse fogo á casa onde estava a polvora; finalmente, foi uma terrivel balburdia, e custou a entrar na ordem.

Pois, apezar de se conhecer a causa do susto, e de vêr-se que fôra rebate falso, formou a tropa, que se pôde reunir, e retirou tudo para Penafiel, seis leguas á rectaguarda do Porto!

Deve porém confessar-se que os regimentos de milicias de Barcellos, da Barca, e alguns mais, se portaram com muita bravura e bastante disciplina, nas duas acções; mas em Baltar, sempre mostraram que eram milicianos.

PONTE-PEDRINHA — Beira-Alta — ponte muito antiga, lançada sobre o rio Paiva. (Vol. 6.°, pag. 418, col. 1.ª, e pag. 530, col. 1.ª)

Tambem aqui houve uma acção, no dia 29 d'abril de 1834, dada pelos liberaes, commandados pelo conde de Villa-Flor, e os realistas, commandados pelos generaes Osorio e José Cardoso. Felizmente, correu pouco sangue. Os realistas retiraram.

PONTEIRA — antigo nome da actual freguezia de Paradella, Traz-os-Montes, no concelho de Montalegre. (Vol. 6.°, pag. 465, col. 2.ª — a 2.ª Paradella d'esta columna.)

Esta povoação fica a 2 kilometros da actual séde da freguezia (Paradella), 14 ao O. de Montalegre, e 58 a N.E. de Braga.

Ha aqui uma capella publica, pequena e pobre, dedicada a S. João Baptista.

PONTEIRA, ou ROCA DA PONTEIRA — monte, Traz-os-Montes, perto da povoação antecedente, e na mesma freguezia e concelho. — Tem uns 8 kilometros de comprido, e é constituido de penhascos (a que dão o nome de *Roca* — rocha) e alguma terra arida e sem vegetação.

Teem aqui apparecido formosas amettistas. O par do reino, o sr. Barros e Sá, tem, em um annel, uma d'estas pedras. Segundo a tradição, a mitra do arcebispo de Braga, tem (ou teve) uma cruz, feita de amettistas, extrahidas d'este monte.

Ha tambem aqui muitos *crystaes de roca*.

PONTÉVEL — freguezia, Extremadura, concelho e 5 kilometros ao S.O. do Cartaxo, 6 ao O. da Ponte do Reguengo, comarca, districto administrativo e 20 kilometros ao S.O. de Santarem, 6 a S.E. d'Aveiras de Cima, 9 ao N. da Azambuja, 12 ao O. do Tejo, 27 ao N. de Villa Franca de Xira, 70 ao N.E. de Lisboa.

Tem 400 fogos.

Em 1757 tinha 273 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Purificação (Candeias.)

E' no patriarchado.

O commendador da ordem de Malta, apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento.

Está situada entre a villa da Azambuja e a do Cartaxo: é povoação muito antiga, e já existia, com a cathegoria de villa, no reinado de D. Affonso Henriques, que a deu, como commenda, á ordem de Malta (S. João de Jerusalem, ou do Hospital, ou de Rodes, pois por todos estes nomes é conhecida a ordem de Malta.)

N'essa doação se lhe dá o nome de *Ponteval*.

E' pois sem fundamento dizer-se que foi a rainha Santa Isabel que lhe poz o nome, em uma das vezes que aqui esteve.

D. Sancho I lhe deu foral, em dezembro de 1194, que D. Affonso II, seu filho, confirmou, em Santarem, em 1218.

(Maço 12 de *foraes antigos*, n.° 3, fl. 33 v., col. 1.ª, e *Livro de foraes antigos de leitura nova*, fl. 12, col. 1.ª)

O rei assignou o foral juntamente com sua mulher, D. Dulce — ou Aldonça — (filha de

Raymundo Berengario 5.°, conde de Barcelona, e de D. Petronilha, rainha de Aragão) e seus filhos, D. Affonso (depois II) D. Fernando, D. Pedro, D. Thereza, e D. Sancha.

O foral, marca tres partes aos *francos* da Lourinhan e Villa Verde, e manda que esta divisão seja feita por *homens bôos*, de Santarem.

Declara que a outra parte, já estava doada a outros; e ordena, que D. Pedro, filho do alcaide de Villa Verde dos Francos, seja alcaide de Pontével.

Veja-se a doação aos *francos*, de Villa Verde, feita junto a Obidos, a 20 de fevereiro de 1195.

Veja-se tambem o Livro 11 da Extremadura, fl. 306 v., col. 2.ª, e impresso na *Monarchia Lusitana*, parte 6.ª, pag. 481.

—

Parece que o nome d'esta povoação provem da ponte, de um só arco, muito antiga (mas varias vezes reedificada) que atravessa o pequeno rio da *Fonte*, que corre em um valle proximo.

Em todos os documentos antigos, e até ao reinado de D. Affonso IV, se vê com o nome de *Ponteval*.

—

A ordem de S. João de Jerusalem, ou do Hospital, teve principio na cidade de Jerusalem (Palestina, ou Syria) depois de conquistada pelos cruzados, em 1099, sendo papa, Urbano II (que falleceu n'esse mesmo anno, succedendo-lhe Gelasio II, que morreu em 1118.)

Em 1113 foi approvada por este ultimo pontifice.

Esta ordem, a do *Santo Sepulchro* e a do *Templo*, foram creadas para combater os infieis, e expulsal-os dos *Logares Santos;* pelo que D. Affonso Henriques as admittiu em Portugal, dando-lhes muitas terras e rendas, para o ajudarem a expulsar os mouros d'este reino.

Parece mesmo que a ordem de Malta, ou, pelo menos, alguns cavalleiros d'ella, vieram para este reino, pouco depois da morte do conde D. Henrique (1112.)

Na conquista de Lisboa, a esquadra dos crusados, prestou grandes serviços (como fica dito no logar competente.)

D. Affonso Henriques, querendo conservar n'este reino tão intrepidos cavalleiros, lhes deu vastos territorios em Almada e immediações, e por ambas as margens do Tejo, até Santarem.

O povo portuguez, como grande parte d'estes crusados eram de França, deu a todos o nome de *francos;* mas os que se estabeleceram ao S. do Tejo eram, pela maior parte, inglezes.

Os da Lourinhan, Atouguia e Villa Verde (por isso chamada, *dos Francos*) e de varias povoações do Riba-Tejo, é que eram, quasi todos, francezes.

Em Santarem, deu aos crusados, para cabeça da ordem, uma mesquita de mouros, que foi purificada, e transformada em egreja catholica, com a invocação de *S. João de Alporão*, unindo-lhe a commenda de Pontével e suas annexas, Ereira e Lapa, que era uma das principaes d'este reino, e onde os commendadores tinham casas de residencia.

D. Affonso II, confirmando o foral que seu pae havia dado aos *francos* de Pontével e outros, mandou dar a 8.ª parte de todo o pão, vinho e linho *ad albergaria de Ponteval*, onde tambem havia um hospital da ordem padroeira, desde o principio da commenda, com bens importantes, e o direito de receber em Pontével, os *terços e oitavos*, como direitos *dominicaes*, e não como *reaes*, por contratos de varios emprazamentos.

Na *Nova Historia da Ordem de Malta* (parte 1.ª, pag. 123 a 190) vem alguns *itens* de diversos contratos, extrahidos do antigo *Registro de Leça*, concernentes á albergaria de Pontével.

Eis os mais notaveis:

En como Elrrey dom Sancho & seu filho, Rey dom affonso, fezerom doaçom ao spital de Ponteual con todos seus termhos & perteenças.

Doaçom que fez El Rey dom Sancho, ao spital da albergarya de Ponteual, & o spital deu a El Rey a herdade que auya na aliazira.

En como M.e frãcisco, se quitou da demãda que fazya ao spital, & do dereyto que auia ou deuia auer na uila de Ponteual, con condiçõ que ouuesse a quarta parte dos rrenouos da Romeeira, en sa uida.

Conposiçõ que fez o spital con Vicete meendez, per rrazõ da uila de Ponteuel, a qual o dito V.e meendes leyxou desenbargada ao spital, sô condjçom que lhy desse o spital, en sa uida, en cada huu ano ij.e L.a libras, en Santaren.

Carta del Rey dom A.o (D. Affonso III) *que manda, que o Moordomo de Santaren, nom entre na herdade do spital, en Ponteual.*

En como M.a martijnz & filha, se quitarõ ao Priol, do dereyto do herdamento (que tinham) *na foz de Ponteual, & da demãda que sobresto fazjã.*

En como L.o (Lourenço) *perez lançarote, se partio & desenbargou ao spital, o herdamento de Põteual, o qual he antre o porto de Çiade, & a cabeça de figueyra, & conhoçeo & confessou, que nõ auia hy dereyto.*

En como hua seara que he apar de Ponteuel, foy dada a pobradores, que dem a terça parte de todalas cousas que deos hj der, aa orden, a qual frei esteuam deu a foro.

Este *frey esteuam*, é o prior, D. frei Estevam Vasques Pimentel, que falleceu em 1336.

—

Quando a rainha Santa Isabel hia de Santarem para o convento de Almoster — cujo claustro e mais officinas ajudára a edificar, em attenção a D. Berengueira Ayres, fundadora do mosteiro, e grande amiga da rainha — passava sempre por Pontével.

—

Falleceu em Lisboa, Bartholomeu Joannes, e no seu testamento, feito a 28 de novembro de 1324, deixou 150 libras [1] para se construir uma ponte (por alma do testador) no rio de Pontével, no caminho publico que vae para Santarem, entre Aveiras e o Cartaxo — e mais 30 libras a todas as *emparedadas* da villa da Azambuja.

Bartholomeu Joannes, era um nobre e honrado cavalleiro, amigo e companheiro do rei D. Diniz.

Foi o que instituiu na Sé de Lisboa a capella de S. Bartholomeu, e n'ella tem o seu tumulo.

—

Em Pontével, se uniu D. Nuno Alvares Pereira ao prior do Crato, e foram para Santarem, onde poucos dias depois souberam da morte de João Fernandes Andeiro, a 6 de dezembro de 1383.

Diogo Alvares Pereira, irmão do *condestavel*, era do partido de Castella, mas D. Nuno, á força de razões e promessas, conseguiu trazel-o ao partido nacional, e partiram logo para Lisboa; mas chegando a Pontével, Diogo fugiu e se foi reunir aos castelhanos.

—

A paginas 115 do 1.º volume, narrei a infeliz jornada da Alfarrobeira — aqui, accrescentarei:

Sendo baldados os esforços feitos pelo infante D. Pedro (tio e sogro de D. Affonso V) para obter do rei, o perdão dos crimes que não tinha commettido, partiu de Coimbra, e, chegando a Rio Maior, resolveu não hir a Santarem, onde o rei o esperava com 30:000 homens; porém marchar para Lisboa, e vingar-se de seus inimigos.

Chegou a Alcoentre, a 16 (maio de 1449) e alli vieram os *corredores* e *ginetes* do rei, escaramuçar com os do infante.

D. Alvaro Vaz d'Almada, conde d'Abranches, sahiu ao seu encontro, e os perseguiu até Pontével, fazendo alguns prisioneiros, que todos foram assassinados, o que ainda mais exacerbou o resentimento do rei, e deu em resultado a desgraçada carnificina de Alfarrobeira, logo a 20.

—

Em 20 de outubro de 1475, D. Affonso V doou a D. Joanna, donzella da casa da rainha, os *quartos do linho* de Pontével, como os havia tido sua mãe, D. Thereza.

—

A 22 de fevereiro de 1580, nasceu em

[1] A libra, nos reinados de D. Affonso III, e D. Diniz, valia 576 réis.
Este valor já tinha soffrido alterações, e ainda soffreu muitas depois.

Pontével, *Matheus Peixoto Barreto*, filho de Ambrozio Pires Barreto e de Isabel Nunes Peixoto.

Cursou os estudos sagrados, na universidade de Coimbra, recebendo o grão de licenceado; foi conego da Sé de Lisboa, e desembargador e chanceller da relação ecclesiastica.

Foi deputado da inquisição de Coimbra, tomando posse a 26 de outubro de 1617; sendo transferido para a de Lisboa, a 22 de fevereiro de 1619.

Morreu em Lisboa, a 14 de janeiro de 1641, hindo sepultar-se, como ordenára, na capella do recolhimento de S. Damazo, de Pontével, que elle havia fundado, na propria casa onde nascêra.

Foi insigne genealogico, e grande investigador de antiguidades historicas, deixando varios manuscriptos, das suas obras.

—

Em 15 de agosto de 1639, aqui nasceu frei Manuel da Encarnação, filho de Antonio Frazão e de Francisca de Almeida.

Entrou no convento da ordem dos prégadores (dominicos) de Santarem, a 26 de março de 1659, professando solemnemente a 29 de março de 1660.

Regeu a cadeira da Sagrada Escriptura; foi prior dos conventos de Elvas e Bemfica, reitor do collegio de S. Thomaz, de Coimbra, e feito provincial em 1711.

Foi um insigne orador sagrado, e compoz e mandou imprimir, em latim, os *Commentarios ao Evangelho de S. Matheus*.

Falleceu no mosteiro de S. Domingos, de Lisboa, a 10 de fevereiro de 1720.

—

Pontével, foi dado em titulo de condado a D. Elvira Maria de Mendonça e Vilhena, dama da rainha, D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV.

Foi-lhe concedido o titulo, pela nomeação de dama de honor, para acompanhar á Inglaterra, a rainha D. Catharina, infanta de Portugal, filha de D. João IV, para casar com Carlos II, da Gran Bretanha. (Vide 4.º vol., pag. 131, col. 2.ª—*Palacio da Bemposta*—e pag. 371, col. 2.ª)

A 1.ª condessa de Pontével, nasceu em 1627.

Era filha de D. João de Souza da Silveira, alcaide-mór de Thomar, mestre de campo, da provincia do Alemtejo, governador das armas de Traz-os-Montes, e serviu com distinção na guerra dos 27 annos.

Foi védor da casa da rainha, D. Luiza de Gusmão, e presidente do senado da camara de Lisboa.

Era casado com D. Archangela Maria de Vilhena, mãe de D. Elvira.

D. João de Souza da Silveira, falleceu em 16 de junho de 1664.

A condessa de Pontével, casou com D. Nuno da Cunha e Athaide, ao qual D. Affonso VI fez tambem conde de Pontével, em 15 de abril de 1662, para tambem acompanhar, como veador, a rainha de Inglaterra.

D. Nuno da Cunha e Athaide, era presidente do senado da camara de Lisboa, das juntas do commercio e do tabaco, e do conselho de guerra.

Estribeiro-mór da infanta D. Isabel, filha de D. Pedro II e de D. Maria Francisca Isabel de Saboya (a que fôra mulher de D. Affonso VI) o unico fructo d'este casamento.

A princeza D. Isabel morreu solteira.

Foi tambem, D. Nuno da Cunha, general de artilheria, governador das armas da provincia da Beira, governador e capitão general do Algarve.

Foi um dos fidalgos da revolução do 1.º de dezembro de 1640, e fez a guerra da acclamação, distinguindo-se em varios combates, na provincia do Minho, em 1658.

Era filho 2.º do famoso Tristão da Cunha e Athaide, 9.º senhor dos concelhos de Povolide, Castro Verde e Paradella, commendador de S. Cosme de Gondomar, e de S. Matheus, de Soure, da ordem de Christo, senhor do morgado d'Athouguia, e padroeiro de S. Pedro, de Povolide e de Santa Maria de Trancoso

Era casado com D. Antonia de Vasconcellos.

Morreu—Tristão da Cunha—a 25 de janeiro de 1655.

Notemos que este Tristão da Cunha, não

é o de Olhalvo. (Vol. 6.º, pag. 226, col. 1.ª —a 1.ª inscripção.)

—

O infante D. Pedro (depois II), emquanto regente, em attenção aos grandes serviços do conde e condessa de Pontével, lhes concedeu, por alvará de 30 de outubro de 1677, o titulo, em mais uma vida, para o filho que d'elles nascesse.

Nasceu uma filha, que morreu de poucos annos.

D. Pedro II, fez conde de Pontével, em 1688, a D. Nuno da Cunha e Athaide, nomeado embaixador extraordinario, para conduzir de França para Portugal a rainha D. Catharina, já viuva de Carlos II, o que não teve effeito, porque esta senhora, só veiu em 1693. Este conde morreu em 27 de fevereiro de 1698.

A condessa D. Elvira, depois de viuva, fundou á sua custa a sumptuosa egreja de Nossa Senhora da Encarnação, de Lisboa, onde foi sepultada, com seu marido, em magnificos tumulos, na capella-mór. D. Elvira falleceu a 30 de dezembro de 1718, sem descendencia, e assim acabou o titulo de condes de Pontével.

A egreja de Nossa Senhora da Encarnação foi destruida pelo terramoto do 1.º de novembro de 1755, e quando se reconstruiu a actual egreja, foram trasladados os caixões, que encerravam os restos mortaes dos condes de Pontével, para os seus novos tumulos, na capella-mór, com as devidas inscripções, sendo a do lado do Evangelho:

CHRISTO SACRUM
NONII CUGNIAE ATAIDII
COMITIS PONTEVELENSIS
PRIMO MONUMENTO
UNA CUM AEDE DIRUTO
OSSA HEIC
REPOSTA SUNT
REQUIESCAT IN PACE
ANNO
CIↃIↃCCLXXXIIII.

(Monumento consagrado a Jesus-Christo. Destruida, com a egreja, a primitiva sepultura, foram aqui novamente depositados, em 1784, os ossos de Nuno da Cunha e Athaide, conde de Pontével. Descance em paz.)

Do lado da Epistola:

CHRISTO SACRUM
OSSA D. ELVIRAE MARIAE
VILLENIAE
COMITIS PONTEVELENSIS
HEIC QUIESCUNT
PRIMO MONUMENTO QUOD
IPSA SIBI PARAVERAT
AEDEQUE QUAM SUA
PECUNIA STRUYCRAT
TERRAE MOTU DIRUTIS
NOVUM IN HAC NOVA
AEDE BENEMERENTI
POSUERE.

(Monumento consagrado a Jesus-Christo. Aqui descançam os restos mortaes de D. Elvira Maria de Vilhena, condessa de Pontével. Destruido pelo terramoto, o primeiro sepulchro, que ella mesma para si destinára, e o templo que á sua custa havia edificado, se lhe erigiu este de novo, n'esta nova egreja.)

Na *Historia Genealogica* (tomo 12, parte 2.ª, pag. 915) vem a inscripção que tinha o primeiro tumulo da condessa, na egreja destruída, e é o seguinte:

AQUI JAZ A CONDESSA DE PONTÉVEL D.
ELVIRA MARIA DE VILHENA, QUE, COM
HEROICA PIEDADE, FEZ Á SOBERANA VIRGEM
MÃE DE DEUS, HERDEIRA DE SEUS BENS,
NA SUMPTUOSA FABRICA D'ESTE MAGNIFICO
TEMPLO, COMO A OUTRA MATRONA NA
IGREJA DE SANTA MARIA MAYOR.
FALECEO A 30 DE DEZEMBRO DE 1718.

No cartorio da irmandade do Santissimo, da freguezia de Nossa Senhora da Encarnação, de Lisboa, existe archivado um magnifico e precioso manuscripto, feito em 1814, sobre a genealogia da condessa e do conde de Pontével, historiando a fundação e reedificação da egreja.

—

Pontével era uma das mais importantes commendas da ordem de Malta, n'este reino, sendo a 8.ª na ordem do rendimento, que era de um conto de réis.

Foram commendadores de Pontével, homens de grande merito e importancia.

D. João IV, em 17 de abril de 1641, fez capitão-mór da villa e priorado do Crato, a

frei Sebastião Pacheco Corte-Real, commendador de S. João do Alporão (Santarem) e Pontével.

Em 1670, era commendador de Pontével, D. frei João de Souza, presidente das assembleias, e em 1675, foi confirmado prior do Crato, e o ultimo eleito pela ordem; porque, depois, passaram para a corôa os grão-mestrados de todas as ordens, sendo os logares conferidos pelo tribunal da mesa da consciencia e ordens.

—

Com a invasão franceza de 1807, Pontével soffreu, como as outras povoações d'este reino, os effeitos do vandalismo e ferocidade d'estes hunos do seculo XIX.

—

D. João VI, em 23 de dezembro de 1816, fez mercê, a João Diogo de Barros Leitão Carvalhosa, visconde de Santarem, em sua vida, dos *oitavos* de Pontével, Ereira e Lapa, e das *fogaças* de D. Belida.

Por fallecimento d'este visconde, seu filho, Manuel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão Carvalhosa, 2.º visconde de Santarem, requereu a mercê dos bens da corôa, e a alcaidaria mór de Santarem, sendo lhe concedida, por carta de 17 de novembro de 1818, a posse e fruição dos oitavos de Pontével, Ereira e Lapa, e fogaças de D. Belida, por tempo de um anno, como seu pae havia possuido.

—

Pontével é um logar aprazivel e saudavel. No seculo XVII, tinha 200 visinhos — no principio do XVIII, 190—e em 1757, como já vimos no principio d'este artigo, 273. Segundo a estatistica de 31 de dezembro de 1863, tinha 440 fogos, que é, com pouca differença, a actual.

A povoação está edificada no alto e encosta de um monte, e é cercada de outros, já cultivados, já cobertos de pinhaes.

Pertencem á freguezia varios casaes, mais ou menos proximos, sendo os principaes — os *dos Lagartos, dos Penêdos,* e *dos Ouros,* ou *da Amendoeira.*

Não consta que tivesse camara.

Antigamente, tinha dois *juizes da vintena,* sujeitos á camara de Santarem.

Gosava, como couto de Malta, os grandes privilegios dos caseiros d'esta ordem.

É freguezia muito antiga, mas não se sabe quando nem por quem foi creada; só se sabe que (sendo então villa) estava a sua commenda encorporada na de S. João d'Alporão, chamada tambem commenda de Pontével.

A mais antiga apresentação de que ha memoria escripta, foi feita em 16 de junho de 1302, a favor de Pedro Fernandes, por D. Garcia Martins, prior da ordem de S. João de Jerusalem (Malta) em Portugal e Algarve, e que foi confirmada por D. João Martins de Soalhães. (*Nova Historia da ordem de Malta,* parte 1.ª, pag. 191.)

D. João Martins de Soalhães, 19.º bispo de Lisboa, e da nobilissima familia dos Porto-Carreiros, tomou conta da diocese em 1294. Foi depois, arcebispo de Braga, onde falleceu, no 1.º de maio de 1325. Fundou o convento de Santa Clara, de Lisboa, e foi o instituidor do morgado de Soalhães. (4.º vol., pag. 269, col. 2.ª, no fim.)

—

Em uma relação das egrejas do arcebispado de Lisboa, feita em 1574, pelos seus arciprestes, se menciona, no termo de Santarem—*Santa Maria da Purificação, de Pontével, vigairaria,* que tinha por annexa, a egreja do Espirito Santo, da Ereira, e as ermidas de S. Gens, S. Pedro, S. Damaso, e do Espirito Santo, em Pontével.

Esta ermida do Espirito Santo, é a unica que actualmente existe em Pontével, mas com o titulo de *Nossa Senhora do Desterro.*

—

Ha ainda n'esta povoação alguns edificios que denotam muita antiguidade. Ainda ha poucos annos existiam alguns vestigios da sua antiquissima ponte.

Uma casa das mais antigas, era a denominada — *casa de Anna Adága.* Foi demolida em novembro de 1873.

Ainda existem os celleiros, adêga e armazens da commenda, e as casas da residencia

dos commendadores, quando aqui vinham estar algum tempo.

As casas da adega, estão em um largo, fronteiro á egreja matriz, e ainda chamado — *largo da Commenda.*

Os armazens, ficam proximos, em outro largo, chamado a *Praça*, e nas vergas das portas tem esculpida a cruz de Malta, e a inscripção:

BOTO, 1605.

Este *Boto*, era Antonio Boto Pimentel, commendador de Pontével, onde falleceu, a 3 de novembro de 1614, e está sepultado na capella-mór da matriz.

—

No *largo do Fidalgo*, proximo ao *Rocio*, existem as ruinas de um grande edificio, que se diz ter pertencido a Martinho Affonso de Miranda Malafaia. Tambem consta que n'este largo houve antigamente varias touradas.

É tradição que este Martinho Affonso, foi para Pontével, banido da côrte, por ordem do marquez do Pombal.

—

Ha aqui aulas publicas, de instrucção primaria, para os dois sexos. A do sexo feminino, tem casa, dada pela junta de parochia —e a do sexo masculino, está no 1.º andar de uma casa pertencente á camara, e situada na *Praça*. No mesmo andar, em outra divisão, se fazem as audiencias do juiz de paz e eleito. Nas lojas, está a cadeia e o açougue.

Tem correio, tres dias na semana — domingos, terças e quintas-feiras.

—

É abundante d'aguas, e passa aqui o rio da *Fonte*, ou de *Cadavaes*, ao qual se junta o ribeiro de *Agua Travêssa*. Sobre o rio da *Fonte* é que está a ponte, de um só arco, de construcção antiga; porém muitas vezes reparada.

Suppõe-se, com bons fundamentos, que esta ponte é feita com o legado das 150 libras (86$356 réis) deixado no testamento de Bartholomeu Joannes, em 29 de novembro de 1324.

Perto d'esta ponte, está a fonte publica, com tres bicas, construida em 1866, pela camara do concelho.

E' muito abundante d'aguas.

Tambem aqui ha uma nascente de aguas ferreas.

E' publica, e fica á beira de um caminho, e proximo á povoação.

Antigamente, fazia-se muito uso d'esta agua, para remedio de certas doenças, e o povo lhe fez uma fonte; mas, com o tempo e com o desprezo, se foi desmantellando, e hoje está tudo abandonado.

—

O territorio da freguezia é fertil em trigo, milho, vinho, azeite, legumes, fructas e hortaliças, mas a principal riqueza d'esta terra, é o vinho, de excellente qualidade, e que se exporta, sendo conhecido no commercio, como *vinho do Cartaxo.*

—

A egreja matriz, que, como vimos, é muito antiga, foi reedificada no seculo XVII.

E' de uma só nave, e revestida, interiormente, de bellos azulejos.

Parece que foi o referido commendador Boto, que a reedificou.

A torre, tem tres sinos, com as seguintes inscripções:

1.ª

ANTONIO MANUEL O FES, NO ANNO DE 1793.

2.ª

FEITO POR ANTONIO FERNANDES AMADEU, EM 1810.

3.ª

JOAQUIM SABRILHOS DE CAMPOS, FEZ, EM 1816.

—

Em 1866, por iniciativa do actual venerando parocho, o sr. Antonio Luiz Pinto de Carvalho, ajudado pelos seus parochianos, se procedeu a importantes concertos na egreja, sendo as suas pinturas renovadas, e hoje se acha um templo muito decente.

No pavimento, ha varias sepulturas, cujas inscripções, gastas com o attrito dos pés, estão hoje ilegiveis.

Só de duas, que estão debaixo do guarda-vento se podem ler os epitaphios, e são os seguintes:

1.º, á direita.

S.ª DE B.ᵉʳ ALVES
CASTN.ª E DE SVA
MOLHER, PAVL.ª DIAS,
E ERDEROS F. A 18
DE MARÇO DE
1615

2.ª, á esquerda.

S.ª VT.ᵉ . . . . . E DE
SVA MOLHER . . . . . .
. . . .
1610

No corpo da egreja ha ainda legiveis estes dois epitaphios:

S.ª DE ANT.º DVR-
ÃO, E DE SVA MO-
LHER, E DE SEVS E-
RDEROS F. N-
O ANO DE 627.

—

S.ª DE EMANO-
EL DIAS E
DE SVA MO-
LHER E DE SE-
VS . . . . . . DE
R . . . .

A egreja tem altar mór, e quatro lateraes.

O primeiro, é de talha dourada, com retábulo, representando a apresentação da Virgem, no templo.

Na capella-mór, ha quatro sepulturas razas, com as seguintes inscripções:

1.ª

S.ª DE ANT.º BO-
TO PIMENTEL
Q. FOI COM.ᵈᵒʳ
DESTA CO-
MENDA F.
A 3 DIA N.ʳᵒ
1614.

Tem esculpido um brazão d'armas, que é —escudo esquartellado—no 1.º e 4.º, quatro costellas, e no 2.º e 3.º, cinco vieiras. (Vide vol. 1.º, pag. 384, col. 2.ª)

2.ª

S.ª DE EM.ᵉˡ DA SIL-
VA PINTO, PRIOR
QVE FOI NESTA
IGREJA TRINTA E
SETE ANNOS
E COATRO MEZ-
ES. FALESEO DI-
A DE TODOS
OS SANTOS, NA
ERA DE
1671.

3.ª

AQVI JAS . . . .
O P . . . .
COIMBRA . . . . .
. . . .
. . . .
FALECEV A 7 DE MARÇO D
1691.

A capella-mór, tem duas portas—a do lado da Epistola, dá para a sachristia, e a do lado do Evangelho, para a casa do despacho, da irmandade do Santissimo, no centro da qual ha uma inscripção, que diz:

AMBROZIO PIZ. BARETO, DEIXOV Á CÕ-
FR.ª DO S. SACRAMENT.º DESTA IGRE.ª HV
ESTIL DE TERA, NO CAMPO DE VALADA,
CÕ OBRIGAÇÃO DE 3 MISSAS PER-
PETVAS POR SVA ALMA E DE SVA
MOLHER, IZABEL NVNES PEXOTO, E
HVA GALINHA EM CADA HU ANO, AO VI-
ZITADOR, DE TOMAR A CONTA. F. A 24 DE FEV.ʳᵒ
1616.

Este Ambrozio Pires Barrêto e Isabel Nunes Peixoto, são os progenitores de Matheus Peixoto Barrêto, de quem já se fallou.

A capella do Santissimo, foi reformada em 1866.

Chamava-se antigamente *capella dos Negrões*, e era dedicada ao Espirito Santo.

No seu pavimento ha uma campa, cuja inscripção está completamente gasta.

E' provavel que fosse de algum *Negrão*, talvez o fundador da capella.

A irmandade do Santissimo, tem o seu compromisso approvado pelo 5.° patriarcha, D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, em 1799. (Vol. 4.°, pag. 278, col. 2.ª)

O seu rendimento annual anda por 42$000 réis.

O altar de Nossa Senhora do Rosario, teve irmandade, que foi extincta em 14 de janeiro de 1849.

O altar de S. Miguel, ou das Almas, tem irmandade e capellão.

Esta irmandade é antiquissima.

Teve compromisso, tão antigo, que, em 17 de dezembro de 1512, o tabellião de Santarem, na presença do vigario geral, deu traslado d'elle, por se achar *escripto em pergaminho apagado e rôto.*

Em 1636, foi extrahida uma cópia do traslado, mas d'ella apenas existe hoje um fragmento—o frontespicio e mais tres folhas do principio.

Pelo que resta d'esta cópia, póde conjecturar-se que o compromisso é da mesma época do foral (1194.)

Não podendo dar mais extenção a este artigo, que já não vae pequeno, advirto aos leitores que desejarem mais minuciosas noticias sobre este compromisso, e mais particularidades, com respeito ás cousas de Pontével, que consultem o livro intitulado—*Noticia historica e descriptiva da antiga villa* (*hoje logar*) *de Pontével*, pelo sr. José Joaquim da Ascenção Valdez, publicada em 1874.

O auctor d'este interessante e curiosissimo livro, teve a benevolencia de m'o offerecer por cujo favor lhe dou os mais cordiaes agradecimentos.

E' d'elle que extrahi, em resumo, tudo, ou quasi tudo, quanto diz respeito a esta povoação. pois não achei d'ella em outra parte, senão poucas e imperfeitas noticias.

Se todos os homens de lettras fizessem como fez o sr. José Joaquim da Ascenção Valdez, empregando os seus ócios em colligir apontamentos das suas terras, lhe prestariam um grande serviço, e a minha obra seria bem mais completa.

Tem esta irmandade, novo compromisso, com 49 artigos, em 10 capitulos, datado de 28 de novembro de 1869, e approvado, por alvará do governador civil, de Santarem, do 1.° de agosto de 1871.

A irmandade tem de rendimento annual, 137$040 réis, em fóros, e duas inscripções da junta do credito publico, no valor *nominal* de 1:100$000 réis.

Está a seu cargo a casa da antiga albergaria, que fica por detraz da egreja matriz.

—

Em volta da egreja, ha um espaçoso terreiro, cercado de um muro, com tres entradas, *sem resguardo.*

Serve de cemiterio parochial, contra as regras da egyene, por estar no centro da povoação, e contra as da decencia, por estar exposto á invasão de animaes de toda a especie.

Em 23 de dezembro de 1872, foi intimada a junta de parochia, pelo administrador do concelho, para proceder á construcção do novo cemiterio, fóra da povoação; porém sendo os rendimentos da junta, apenas de 38$000 réis annuaes, não póde cumprir a ordem, apezar dos seus bons desejos.

Ermida de S. Gens

Não se sabe quando, nem por quem foi fundada: apenas se sabe que já existia em 1574.

D'ella só hoje existem as ruinas.

Estava fóra da povoação, em um monte proximo a ella, onde hoje se vê um marco trigonometrico.

Este monte é propriedade da junta de parochia, que o aforou por 7$200 réis annuaes.

A imagem de S. Gens, está hoje na ermida de Nossa Senhora do Destêrro.

Ermida de S. Pedro

Tambem se não sabe quando e por quem foi fundada.

O terramoto de 1755 a arruinou, e assim esteve, até que ha poucos annos *foi transformada em adega!*

Ermida e recolhimento de S. Damazo

Foi originariamente capella do recolhimento da *Porta Coeli*, de terceiros franciscanos, e dedicada a S. Damazo, papa, portuguez.

Era governada pelo prelado.

Tinha capellão, para dizer missa aos domingos e dias sanctificados; mas os sacramentos eram ministrados pelo parocho.

Foi este recolhimento fundado para donzellas e viuvas honestas, por Matheus Peixoto Barreto, entre os annos 1619 e 1640, nas proprias casas onde nascêra o fundador, e elle mesmo redigiu os seus estatutos.

Com a fundação do recolhimento, foi instituido um morgado, com a condição de que o administrador usaria do appellido de Peixoto.

Foi o 1.º, Manuel Nunes Peixoto, irmão do instituidor.

Na capella-mór do lado do Evangelho, está o tumulo de Matheus Peixoto Barrêto, que falleceu em Lisboa, a 24 de janeiro de 1641.

Em 1758, era administrador do morgado, Antonio Peixoto Barrêto, e o ultimo foi José Antonio Barrêto, pelo fallecimento do qual, herdou o morgado, seu primo, Francisco Agostinho da Costa Barrêto, sendo então abolido por sentença, o vinculo ou capella do recolhimento de S. Damazo.

Francisco Agostinho da Costa Barrêto, fez doação de todos os bens do vinculo, no valor de 1:137$200 réis, a Thomaz Antonio da Silveira, de Santarem, por escriptura publica de 14 de dezembro de 1814, confirmada pelo principe regente (depois, D. João VI) em 7 de junho de 1815.

Do recolhimento, da capella e do tumulo do fundador, ainda existiam ruinas em 1836; mas hoje ja nada existe.

No logar que isto occupára, vê se hoje uma nova morada de casas.

Ermida de Nossa Senhora do Desterro

Foi primeiramente da invocação do Espirito Santo, e teve irmandade.

Tem um portal, construido no tempo do rei D. Manuel.

Parte do acabamento do arco da porta, acha-se coberto com o alpendre ou galilé que fizeram posteriormente na frente da ermida, ficando porém descoberto, pela parte inferior do alpendre, um medalhão, no qual se vê uma pomba, symbolo do Espirito Santo.

Toda a ermida é de architectura manoelina.

O alpendre, e os asulejos que revestem as paredes interiores, são obra do seculo XVII.

Em uma bancada de madeira que se acha ao entrar, está a data de 1635.

Tem só altar-mór e dois lateraes, todos bons e bonitos.

A padroeira é objecto de particular devoção da gente da povoação e arredores, e a sua festa é em agosto ou setembro.

A antiga irmandade era rica: possuia manadas de gado, e pela festa do Espirito Santo, mandava matar uma rez, para destribuir aos pobres.

Havia então touradas, e ainda pela parte de traz da capella se vê o sitio onde se effectuava este divertimento.

A ermida estava muito arruinada no tecto, e o alpendre ameaçava imminente ruina; porém o digno parocho e algumas pessoas zelosas, promoveram uma subscripção no logar e reedificaram o alpendre, em 1874.

Por condição testamentaria de Luiz Pereira da Motta, fallecido em Oeiras, a 18 de dezembro de 1873, trata-se de instituir uma nova irmandade de Nossa Senhora do Desterro, e logo que funccione regularmente virá a possuir o legado d'aquelle bemfeitor,

que são 7:000$000 réis nominaes, em inscripções da junta do credito publico, pelo fallecimento dos usufructuarios d'aquella quantia.

Este legado é para ser applicado no culto e conservação da capella, e o remanescente, em obras de caridade, a beneficio dos pobres de Pontével.

PONTIFICE-MAXIMO — um dos titulos com que se adornavam os imperadores romanos, como vemos ainda hoje nas inscripções que do seu tempo nos restam, tanto nos marcos milliarios, como em varios outros monumentos. Como n'estas inscripções as palavras mais usuaes eram apenas indicadas pelas letras iniciaes, *pontifice maximo* era indicado sómente pelas letras—P. M.—e tambem PONT. MAX.

Segundo este systema de inscripções—P. P., significava—*pae da patria*—T. P., *tribuno do povo*—I, II, III, IV (ou IIII) CONS. (ou CŌS) uma, duas, tres, quatro, etc., vezes *consul*—CAES. *Cesar*—AUG. (ou AVG.) *Augusto*—FEL. *feliz*—P. *pio*—NEP. *parente*—PROC. *proconsul*—MAG. *magno*—FORT. *fortissimo*—IMP. *imperador*.

Usavam pôr na 1.ª linha da inscripção, se era a de um monumento dedicado á memoria do imperador—D. N.—*nosso senhor* (isto é—consagrado á memoria de nosso senhor).

Se a inscripção era funeraria, na primeira linha via-se sómente—D. M.—que significava—*dedicada aos deuses manes*—e na 2.ª linha—H. S. E. (hic sepultus est.) *aqui está sepultado*, ou, *aqui jaz*.—A ultima linha, dizia—S. T. T. L., *a terra lhe seja leve*.

Além d'estas, ha outras muitas abreviaturas, que só a pratica ensina a traduzir (e, muitas vezes, apenas a *adivinhar*.)

O titulo de imperador, collocado depois do nome, denotava victoria alcançada por elle; e, por isso, era seguido de um numero que indicava essas victorias—v. gr.—IMP. III.—*tres vezes imperador*—isto é—tres vezes victorioso.

Depois do titulo de imperador, se lhe dava, nas inscripções, o titulo de *Cesar*, que no seu principio tinha sido cognome de uma familia patricia (a de Julio Cesar) e depois, passou a ser dignidade, que significava futuro successor do imperio romano. Mas, ainda que o individuo não fosse Cesar, adquiria este titulo com o imperio.

Ao titulo de Cesar, se seguia o nome do imperador.

Tambem usavam accrescentar ao seu nome, e do imperador que os precedêra, e intitularem-se filho, sobrinho, neto, etc., do seu antecessor, ainda que com elle não tivessem o minimo parentesco.

Ao nome e sobrenomes do imperador, costumavam juntar o nome do povo que tinham vencido, como *parthico*, *germanico*, *gallico*, *hispanico*, *africano*, etc.

O titulo de *pontifice maximo*, era o do primeiro sacerdote da sua religião; mas, quando a republica romana se transformou em governo monarchico, os imperadores arrogaram a si a dignidade do pontificado.

Depois do titulo de pontifice maximo, se declarava as vezes que os imperadores tinham sido investidos do poder tribunicio. (Vide *Tribuno*.)

Notemos que o poder tribunicio, quasi sempre o conferiam tambem os imperadores, aos que nomeavam cesares—isto é—seus herdeiros ou successores no imperio.

As vezes que os imperadores tinham sido consules, tambem era um titulo de gloria para elles, pelo que se declaravam nas inscripções. A dignidade de consul—a primeira da republica—era annual; mas ainda depois da queda do governo republicano, continuou a haver consules, e, muitas vezes, o imperador era um d'elles; e por isso vemos nas inscripções—*uma*, *duas*, *tres*, ou *quatro vezes consul*.

O anno consular, principiava no 1.º de janeiro, e terminava no dia 31 de dezembro. O anno dos tribunos, não tinha dia marcado: principiava no em que elle tomava posse, e terminava d'ahi a 365 dias.

Havia tres qualidades de consules.—Os que tomavam posse no 1.º de janeiro (que poderemos dizer—*effectivos*)—os que eram eleitos, e cujo governo principiava desde o

dia da morte ou renuncia de algum dos consules, dentro do anno do seu governo. Chamavam a estes, *consules suffectos* — e, finalmente, os que eram eleitos para o anno seguinte; porque a eleição se fazia alguns mezes antes de terminar o anno consular. Estes tinham o titulo de *consules designados*.

O imperador, Septimo Severo, introduziu mais, os *consules honorarios*.

Todos sabem que o imperador Caligula, filho de Germanico, e successor de Tiberio, fez consul um dos seus cavallos.

Caligula, dizia que o seu maior pesar era não ter o povo romano uma só cabeça, para a poder decepar de um só golpe! — Chéreas, tribuno das guardas pretorianas, livrou a terra, d'este monstro, no anno 51 de J.-C.

O titulo de *pae da patria*, era tambem dado aos imperadores, ainda mesmo aos Neros, Caligulas, Vitelios e outros que taes.

PONTIFICES ROMANOS — Vide vol. 4.º, pag. 284.

PONTÍDO, ou RIO-SÊCCO — Vide vol. 2.º, pag. 298, col. 1.ª (Na freguezia de *Cibões*.)

PONTÍDO (castello de) — Traz-os-Montes, no concelho de Villa-Pouca d'Aguiar.—Ainda ha vestigios d'esta fortaleza, que foi de grande nomeada, nos principios da nossa monarchia. Apenas d'ella nos restam alguns muros desmantellados. Vide *Castello* (S. Thomé do) e *Paço de Vilharigues*. Vide tambem *Lanhoso* e *Póvoa de Lanhoso*.

É uma construcção antiquissima, attribuida aos antigos lusitanos; mas ignora-se a data da sua fundação.

Em 1128 era senhor do *castello de Pontido* (ou, pelo menos, seu alcaide-mór) o rico-homem, D. Gonçalo de Souza, genro do grande Egas Moniz e senhor da *Terra de Souza*.

A este castello tambem se dava o nome de *castello d'Aguiar da Pena*, ou, simplesmente — *castello d'Aguiar*.

No 4.º volume das *Noites de Insomnia*, do sr. Camillo Castello-Branco, de cujas infatigaveis investigações tantas vezes (com auctorisação sua) me tenho aproveitado, extrahi o que se segue:

«Na *Vida de Santa Senhorinha*, por fr. An-«tonio Brandão, codice impresso nas *Memo-«rias resuscitadas da antiga Guimarães*, pe-«lo padre Torquato Peixoto d'Azevedo, em «1692, se lê: [1]

Digo-vos, que, estando folgando em sua terra, um principe nobre e cavalleiro d'este reino, o qual era mui privado d'el-rei, D. Affonso, e havia nome, D. Gonçalo de Souza, mui poderoso e todo o conselho d'el-rei estava em elle. Estando, como disse, folgando, chegaram a elle mensageiros, dizendo, que os inimigos lhe corriam a terra, e que lhe tinham cercado o castello d'Aguiar. O qual logo chamou suas gentes, que poude haver, e foi-se, para haver de descercar o dito castello. E, chegando aonde jaz o corpo d'esta Santa (Santa Senhorinha) *lhe fez reverencia, e oração não lhe lembrou. E hindo ainda em vista da egreja, metade de um campo, esteve pegada a mulla em que hia o cavalleiro, a qual elle com esporas e pancadas não podia abalar, mas antes a mulla quedava mais rija; e pero se desceu d'ella e a não podia abalar: e, vendo elle isto, lembrou-lhe, como passára pela egreja da Santa* [2] *sem lhe pedir benção e mercê, e sem fazer oração; e por isso lhe detinha a mulla. E sofreando a mulla, para traz, para se tornar á egreja, a mulla logo tornou, e o cavalleiro fez sua oração, encommendando-se á Santa, e dés hi, fez seu caminho, e com suas companhas, descercou o seu castello, e correu depois os inimigos, e tornou a sua casa com victoria.*

«O chronista Brandão, por mal informa-

[1] Sirvo-me da cópia do sr. Camillo Castello-Branco, que lhe mudou a orthographia obsoleta, para que todos entendessem o portuguez d'aquelle tempo (XII seculo) em que está escripto o original.

[2] É a egreja, hoje matriz, de Santa Senhorinha, de Basto. Vide *Basto*, no vol. 1.º, pag. 347, col. 1.ª

«do, escreve que o *castello d'Aguiar da Pe-* «*na*, se avista com as montanhas de Barro- «so. Estas montanhas, distam seis leguas do «castello, e entre ellas e o valle em que negre- «ja a fortaleza gothica, estão os cabeços da «serra de Alfarella, e no horisonte mais ele- «vado, alveja Villa Pouca d'Aguiar. Accres- «centa que o castello é *crêspo de torres, ba-* «*luartes e cobêllos, e está fundado sobre a* «*corôa d'uma penha, talhada de uma parte* «*por natureza, que parece obra feita á mão,* «*etc.*

«Póde ser que no seculo XVII, quando «Brandão escrevia, permanecessem ainda as «torres e baluartes. O que ha vinte annos «parecia ter robustez para seculos, eram «quatro alterosas quadrellas de alvenaria, «ameiadas, com seus adarves, bastiões e ja- «nellas gothicas sem lavores.

«Recordo-me (o sr. Camillo Castello-Bran- «co) ter lido na *Nova Historia de Malta*, de «José Anastacio de Figueiredo, que o castel- «lo, no seculo XIII, pertencia á ordem hos- «pitaleira de S. João de Jerusalem; e cita «um aviso, que obriga os lavradores cir- «cumvisinhos a carregarem pedra para os «reparos.»

PONTIDO—Vide *Corveira*, no vol. 2.º, pag. 407, col. 2.ª

PONTOS DO DOURO—Os póvos das duas margens do Douro, dão o nome de *ponto*— e tambem *galleira* — ao sitio do rio em que a navegação se torna perigosa, em razão de correr a agua com vertiginosa rapidez, por entre rochedos.

> Os minhotos chamam *arranhas*, ou *ranhas*, aos *pontos* do rio Minho — que são todavia muito menos perigosos do que os do Douro.

Note-se que ha *pontos* em que a navegação só é perigosa quando o rio leva muita agua; e outros (estes são em maior numero) no tempo da estiagem; porque então, apenas corre a agua por um estreito e tortuoso leito, em algumas partes, pouco mais largo do que o barco, de modo que, muitas vezes, por maior que seja a pratica e a cautella do arraes, o barco se despedaça contra as rochas basalticas que o ladeiam. [1]

Como o perigo varía, segundo o volume d'agua que o rio leva, poucos arraes se atrevem a governar os seus barcos nas descidas, sendo mais vulgar, encarregarem a direcção a uma especie de pilotos, muito praticos n'este rio, e aos quaes denominam *mestres*.

Ainda assim, são raros os *mestres* que servem para todo o rio. Ordinariamente, uns servem desde a Hespanha até á Régua, e outros d'aqui até ás *Pedras de Linhares*, que é o ultimo *ponto* inferior.

É tão perigosa esta navegação, que estes mesmos mestres não servem para todos os *pontos*, havendo-os especiaes, para alguns d'elles, como o da *Cachuxa* e outros.

Andar ao cambo, é alli a classica denominação da faina d'aquelles praticos, que, apenas largam um barco, vão logo tomar o governo do outro.

Os tripulantes dos barcos *rabellos*, variam de numero, segundo a lotação do vaso. Os maiores, que levam 80 pipas, teem 13 ou 14 marinheiros, que, nas descidas, vão todos agarrados, com unhas e dentes, á *espadella*. [2]

A descida é muito mais perigosa que a

[1] Note-se que os barcos *rabêllos* (os que navegam n'este rio) são pessimamente construidos. Além de feios e mal feitos, são de madeira muito delgada (até por lavrar) sem a minima solidez; de modo que facilmente se despedaçam contra os penedos.

Os barcos do Tejo e do Sado, apezar de terem de navegar em rios de facil precurso, e com margens e leito limpos de rochedos, são incomparavelmente mais solidos, de madeira reforçada, e cintados de grossas chapas de ferro.

Além d'isto, são elegantes, bem pintados, commodos e bonitos.

[2] Dão o nome de *espadella*, a um grande madeiro, em fórma de rêmo, ou pá, que lhe serve de leme. A velocidade da corrente é tal, que um leme vulgar, nada alli poderia fazer. Quasi á ré do barco, ha uma especie de varanda tôsca, a que chamam *apégáda*, e é sobre ella que os marinheiros seguram a *espadella*.

Diz-se que é d'esta *espadella*—que é uma especie de *rabo*— que a estes barcos vem a denominação de *rabellos*, cognome, ou alcunha, que se estendeu a todos os habitantes do Alto-Douro.

subida. Esta opera-se á vara, ao rêmo ou á vella; mas nos *pontos*, ou nos sitios onde a corrente é mais impetuosa, se não ha vento forte de feição, são os barcos levados á sirga, puchada por bois, se a margem é de areia, ou pelos marinheiros, se rochedos alcantilados ladeiam o rio. [1]

Ás vezes, rebenta a corda no meio do *ponto*, e o barco, levado para traz pela corrente, quasi sempre se despedaça contra as rochas.

Já se vê que uma viagem pelo Douro, sobretudo das *Pedras de Linhares* para cima, alem de perigosa, é, por demorada, enfadonha.

Quando o rio traz agua bastante, a viagem da Régua ao Porto (95 kilometros) faz-se em 10 ou 12 horas; mas vice-versa, leva ás vezes seis dias!

Estou com estas minuciosidades, porque a navegação do Douro é completamente diversa da dos outros rios de Portugal.

Concluido o caminho de ferro do Douro, é muito provavel que cesse quasi completamente a navegação d'este rio.

Hoje mesmo, quasi ninguem se aventura a fazer a viagem ascendente; pois até os proprios marinheiros fazem o trajecto por terra, deixando no seu barco apenas a tripulação indispensavel para o guiar.

Prestam, os marinheiros, a maior attenção á altura da agua, e conhecem pedra por pedra, todas as que difficultam a navegação, dando a cada uma seu nome especial.

Ainda os mestres e arraes, dividem a navegação do Douro em quatro secções, á que chamam *acêjos*.

Quando um barco (dos maiores) póde conduzir 80 pipas por uma d'estas secções, dão-lhe o nome de *acêjo*.

O 1.º *acêjo*, é desde a foz do rio até á Régua, e lhe dão o nome de *Agua da Régua*.

[1] Como o rio é sobremodo sinuoso, o vento que em uns sitios é favoravel, vem a ser contrario, ou nullo, em outros; por isso a vella só serve em uma pequena parte da navegação, quer seja ascendente, quer descendente.

O 2.º, é d'esta villa até ao *Penhão* (20 kilometros acima) chamado *Agua do Penhão*.

O 3.º, é do *Penhão* á foz do Tua. Chamam-lhe *Agua do Tua*.

O 4.º, é do Tua até á Hespanha. A este chamam *Fóra de Marcas*.

—

Póde dizer-se que, das *Pedras de Linhares* (vol. 4.º, pag. 98, col. 2.ª) para cima, todo o rio Douro é um *ponto*, pois em todo o seu precurso se teem despedaçado grande numero de barcos, e tem morrido muita gente; mas, limitar-me-hei a descrever aqui os

Pontos principaes do Douro

(Principiando pelo mais inferior—isto é, da sua foz para cima.)

1.º—*Pedrus de Linhares.* (Sardoura, Castello de Paiva.) [1]

2.º—*Pedras da Rua.* (Fórnos, idem.)

3.º—*Carreiro de Cóvas.* (Sinfães.)

4.º—*Senhora da Cardia.* (Idem.)

5.º—*Ponto Novo* (Idem.)

6.º—*Tojal.* (Idem.)

7.º—*Escarnida.* Idem.

8.º—*Pôço da Parêde.* (Idem.)

Este ponto tem 5 kilometros de extenção.

E' de facil navegação em rio baixo; mas perigosissimo quando o Douro leva muita agua.

9.º—*Rápa.* (Rézende.)

10.º—*Górça.* (Idem.)

11.º—*Mancella.* (Idem.)

12.º—*Touro.* (Idem.)

É perigosissimo, se o rio leva muita agua.

13.º—*Bulla.* (Idem.)

É o ponto mais perigoso desde o Porto até á Regua.

Passando de certa marca, chama-se *Bulla em cabêça.*

Está então em tamanha ferocidade, que o barco que se atreve a afrontal-o, é irremediavelmente despedaçado.

Tem havido invernos, que só em um dia se teem aqui feito em hastilhas, sete barcos, dos de maior lotação.

[1] A primeira palavra do parenthesis, é a freguezia—a 2.ª é o concelho.

14.º—*Buraco.* (Idem.)
15.º—*Cadão.* (Idem.)
E' terrivelmente medonho em rio baixo.
A agua, fórma aqui uma especie de catadupa, que cobre os barcos!
16.º—*Lovazim.* (Idem.)
17.º—*Figueira-Velha.* (Idem.)
18.º—*Canêdo.* (Idem.)
19.º—*Ripança.* (S. João de Fontoura — idem.)
20.º— *Loureiro.* (Barqueiros — Mezão-Frio.
21.º—*Piar* ou *Pilar.* (Barrô—Rezende.) Vide *Barrô*, vol. 1.º, pag. 341, col. 2.ª
22.º—*Gradins.* (Penajoia—Lamego.)
23.º—*Conde.* (Idem, idem.)
24.º—*Soromenha.* (Idem, idem.)
25.º—*Corvaceira.* (Idem, idem.)
26.º—*Pôças.* (Jugueiros, Régua.)
27.º—*Ponte do Clerigo.* (Regua.)
28.º—*Junqueira.* (Idem.)
29.º—*Córgo.* (Valdigem, Lamego.)
30.º—*Bagaúste.* (Parada, Lamego.)
31.º—*Pedra Caldeira.* (Poiares, Regua.)
De verão, é um pôço d'agua placida, como a de um tanque; porém no inverno, é temivel.
32.º—*Cannaes.* (Idem, idem.)
33.º—*Fulgosa.* (Fulgosa, Armamar.)
34.º—*Tédo.* (Adorigo, Tabuaço.)
35.º—*S. Martinho.* (Cóvas do Douro—Provezende.)
36.º—*Lodinho.* (Idem, idem.)
37.º—*Moreirinha.* (Idem, idem.)
38.º—*Pégo da Lágea.* (Idem, idem.)
39.º—*Ferrão.* (Idem, idem.)
40.º—*Cannal da Moura.* (Idem, idem.)
41.º—*Olho de Cabra.* (Idem, idem.)
42.º—*Olho do Cu.* (Idem, idem.)
43.º—*Caxuxa.* (Idem, idem.)
E' um ponto quasi tão perigoso como o de *Bulla*, quando o rio leva grande volume d'agua.
44.º—*Chancelleiros.* (Idem, idem.)
45.º—*Oliveirinha.* (Vallença, Pesqueira.)
46.º—*Bucheiro.* (Idem, idem.)
47.º—*Cannaes.* (Idem, idem.)

48.º—*Machado.* (Ervedosa, Pesqueira.)
49.º—*Cerdeira.* (Idem, idem.)
50.º—*Carreiro dos Melões.* (Idem, idem.)
51.º—*Canáda.* (Idem, idem.)
52.º—*Meia Canáda.* (Idem, idem.)
Estes cinco pontos, formam a célebre *galleira da Arruêda.*
53.º—*Carrapata.* (Idem, idem.)
54.º—*Fréte.* (Idem, idem.)
55.º—*Róriz.* (Idem, idem.)
56.º—*Malvêdos.* (Castêdo, Pesqueira.)
57.º—*Loureiro.* (Idem, idem.)
58.º—*Rapa-Velha.* (Pesqueira, Pesqueira.)
59.º—*Colmaços.* (Idem, idem.)
60.º—*Valleira.* (Idem, idem.)
61.º—*Cachão.* (Idem, idem.)
Até 1780, era uma temerosa catadupa, perigosissima de transpor.
D. Maria I, mandou romper o enorme rochedo a picão, levando esta obra a concluir, mais de dois annos.
Mesmo assim, ainda é um ponto de grande perigo.
Foi n'este ponto que morreu afogado o benemerito barão de Forester, que tanto amou o Douro, e que n'elle veiu a achar a sua sepultura.
62.º—*Casarêlhos.* (Idem, idem.)
No verão deixa de ser *ponto*, formando um vasto e pacifico pégo; mas com o rio alto, é um dos mais perigosos.
63.º—*Ripança.* (Idem, idem.)
64.º—*São Xisto.* (Idem, idem.)
65.º—*Cannaes d'Arnozêllo.* (Idem, idem.)
66.º—*Cadão d'Arnozêllo.* (Idem, idem.)
67.º—*Cadãosinho.* (Idem, idem.)
68.º—*Arnozêllo.* (Idem, idem.)
E' só perigoso durante a estiagem.
69.º—*Téja.* (Idem, idem.)
70.º—*Azenhas da quinta das Figueiras.* (Idem, idem.)
71.º—*Azenhas da D. Anna.* (Idem, idem.)
72.º—*Varziella.* (Idem, idem.)
73.º—*Colleja.* (Idem, idem.)
74.º—*Lovazim.* (Idem, idem.)
75.º—*Azenhas do Raio.* (Idem, idem.)
76.º—*Salgueiral.* (Idem, idem.)
77.º—*Pôço Sayão.* (Idem, idem.)
Só é perigoso no inverno.
78.º—*Azenhas do Sabôr.* (Villariça, Moncorvo.)

79.º—*Azenhas do Pocinho.* (Idem, idem.)

80.º—*Azenhas da Barca da Torre de Moncorvo* (Idem, idem.)

81.º—*Pridas.* (Foz Côa.)

82.º—*Azenhas do Côa.* (Idem.)

83.º—*Golleira da quinta das Tulhas.* (Idem.)

84.º—*Saraiva.* (Idem.)

85.º—*Urrôs.* (Idem.)

86.º—*Olha da Brulha.* (Idem.)

Passando a agua de certa altura, fórma um *redemoinho,* de muitos metros de diametro, digno de ver-se; mas barco que entre n'elle, difficilmente se salva.

87.º—*Calháu de São Cybrão.* (Idem.)

88.º—*Azenhas do Serio.* (Barca d'Alva.)

Finda aqui o nosso Portugal, do lado esquerdo do Douro.

89.º—*Carriça.* (Freixo de Espada á Cinta.)

Na margem direita do rio, é territorio de Freixo de Espada á Cinta; e em frente, na margem opposta, é a povoação hespanhola de *Freixenêda.*

90.º—*Saltinho.* (Idem, idem.)

E' um *ponto* temeroso, e o termo da navegação do Douro, por terras de Portugal.

D'aqui para cima, ambas as margens são hespanholas.

—

Todo este artigo me foi generosamente offerecido pelo ex.mo sr. doutor, Pedro Augusto Ferreira, dignissimo abbade da freguezia de S. Pedro de Miragaia, do Porto, que tanto tem contribuido com os seus valiosissimos esclarecimentos para esta obra.

Receba este illustrado cavalheiro, os meus cordiaes agradecimentos.

Cumpre-me aqui declarar, que, todo o curiosissimo artigo concernente á cidade de *Pinhel,* e a maior parte do de *Poiares de Canellas,* são obra do mesmo sr. abbade; o que, por esquecimento, deixei de declarar nos logares competentes, e do que lhe peço desculpa.

—

Muitos cavalheiros, meus amigos, me teem fornecido preciosos apontamentos para esta obra—o que de todo o coração lhes agradeço; porém o sr. abbade de Miragaia, tem tomado tanto a peito este livro, como se fosse seu proprio, e muitos e curiosissimos artigos d'elle, são totalmente, ou na sua quasi totalidade, obra sua.

Para tão valiosos serviços, não ha palavras que possam exprimir o meu reconhecimento: só lhe direi que a minha gratidão será eterna, e que nunca me esquecerei da sua continua generosidade e acrisolado patriotismo.

PÓO—portuguez antigo — areia fina que se lança na escripta, para enxugar a tinta.

Em cada huum dia bem cêdo pola manhãa, vaa correger as ditas mezas e bancos de seus bancaaes e campainha e buceta de póo e tinta, como é de costume. Cod. Alf., L.º 1.º, tit. 18.

(Era uma das obrigações do porteiro da relação.)

PÓOS— portuguez antigo — especiarias, adubos, temperos, etc.

E porque se hum dia fingio que se queria partir, porque lhe não davam póos pera a cozinha, derão-lhe mil livras d'Affonsys. Doc. da camara do Porto, de 1436.

POPA (Nossa Senhora da Pôpa)—capella, na villa d'Alcochete.

(Vol. 1.º, pag. 77, col. 1.ª)

Havia n'esta villa uma antiga capella, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, dos Mattos.

Pelos annos de 1640, pouco depois da acclamação de D. João IV, houve no Tejo uma grande tempestade.

Estava então alli fundeada uma nau, denominada *Nossa Senhora da Conceição,* e com a força do temporal, se despegou da pôpa a imagem da padroeira, de estatura natural, servindo-lhe de peanha, um globo, firmado sobre uma serpente, e cercada (a Senhora) de anjos.

Todas estas differentes peças se separaram; porém o mar as levou pelo Tejo acima, arrojando-as á praia d'Alcochete, junto á referida capella, dos Mattos.

O povo, que se juntou logo, teve isto por milagre, e levou a Senhora, e mais accessorios, para a ermida, mandando-lhe depois fazer uma capella especial, onde collocaram tudo, da mesma fórma em que estava na

pôpa da nau, denominando-a *Nossa Senhora da Conceição da Pôpa*, tomando por ella grande devoção, e fazendo-lhe a sua festividade a 8 de dezembro de cada anno.

POPULAÇÃO DE PORTUGAL, E ILHAS ADJACENTES, NO ANNO DE 1871, E DAS ESCOLAS DE INSTRUCÇÃO PRIMARIA ENTÃO EXISTENTES—Total dos fogos em todos os districtos do continente do reino e ilhas 1.117:952.

População em 1871 — sexo masculino 2.099:530.

Numero de concelhos e bairros, 292.

De freguezias, 3:960.

Escolas existentes em 31 de dezembro de 1870, sexo masculino 2:002, feminino 367.

Escolas creadas em 1873—do sexo masculino 20, do feminino 8.

Escolas em exercicio em 1870-71—do sexo masculino 1:885, do feminino 323.

Alumnos matriculados—do sexo masculino 90:997, do feminino 19:069.

Com frequencia regular—sexo masculino 53:133, feminino 11:028.

Promptos no fim do anno—sexo masculino 6:825, feminino 1:116.

Relação do numero de fogos para o das escolas, 471,9.

Relação da população para a frequencia das escolas—sexo masculino 39,5; feminino 205,7.

Superficie districtal em hectares 8.954:010.

Superficie media em hectares—por escolas masculinas 4:745,1; por escolas femininas 27:298,8.

PÓPULO—freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Alijó (foi da mesma comarca, mas do concelho de Murça) 105 kilometros ao N.E. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Tem 100 fogos.

Em 1757, tinha 62 fogos.

Orago, S. Sebastião, martyr.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O cabido de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé de altar.

N'esta freguezia ha a egreja de Nossa Senhora do Pópulo (que deu o nome á parochia.)

Foi primitivamente uma ermida, cuja data da fundação se ignora.

Em redor d'ella se foram construindo casas e assim se deu principio a esta freguezia.

Suppõe-se que a imagem da padroeira, foi feita na Italia, pela de Nossa Senhora do Pópulo, que se venera junto á *Porta Flaminia*, em Roma, no convento dos erimitas de Santo Agostinho, da congregação da Lombardía.

E' imagem de muita devoção dos povos d'estas terras, que lhe fazem varias romarias.

A sua confraria, tinha no seculo XVIII mais de 300 irmãos.

Junto á egreja se veem as ruinas de um antigo Castello, antigamente chamado *da Touca-rôta*, e que foi forte em outras eras.

A sua fundação se attribue aos antigos lusitanos, mais de 200 annos antes da era christan.

Ha ainda as ruinas de dois outros castellos mais pequenos, um chamado *Valle de Mel*, e outro de *Castorigo*.

PÓPULO (mosteiro do)—Vide *Braga*, vol. 1.º, pag. 435, col. 2.ª, no fim.

PÓPULO (Nossa Senhora do)—famosa capella, Traz-os-Montes, na freguezia, concelho, comarca e extramuros da villa de Chaves.

Foi fundada por um clerigo, cujo nome se ignora, que lhe deu principio pelos annos 1500.

Este padre esteve em Roma, e de lá trouxe a devoção a Nossa Senhora, sob esta invocação.

Teve uma grande irmandade, que foi approvada pelo ordinario, e logo aggregada á egreja de S. João de Latrão, de Roma, por um breve pontificio, que a tornou isenta da jurisdicção ordinaria, e sómente sujeita á Sé Apostolica.

No mesmo breve se lhe concede a faculdade de ter pia baptismal, isenta da jurisdicção do parocho.

Teve esta capella tres capellães, tendo ca-

da um a obrigação de dizer uma missa por semana, no altar da Senhora.

O referido breve isenta estes capellães da jurisdicção ordinaria, ficando só sujeitos á Santa Sé.

Em satisfação d'estes privilegios, pagava a irmandade, um arratel de cêra lavrada, annualmente, por feudo e reconhecimento, ao legado apostolico.

Andou muitos annos a administração d'esta ermida na casa dos morgados de Santa Catharina (Castros de Moraes) da villa de Chaves, que apresentavam os capellães.

A festividade da Senhora do Pópulo, faz-se a 8 de setembro, dia da sua Natividade.

E' objecto de grande devoção dos povos d'estas terras, que lhe fazem varias romarias.

E' templo sagrado, como se vê das cruzes que estão esculpidas nas suas paredes.

PÓPULO (Nossa Senhora do)—imagem de muita devoção, que existiu em uma capella da portaria do collegio da Companhia de Jesus, da cidade de Bragança.

POR (*Pôr*)—portuguez antigo—consentir, outhorgar, declarar, dizer, etc.

POR (*Pôr*) **EM PÉS**—portuguez antigo—mostrar ser verdade o que se diz ou escreve.

E que o queriam poer em pées.

(Doc. de Tarouca, de 1270.)

Ainda hoje se diz, com a mesma significação:

Pôr em pés de verdade.

POR (*Pôr*) **TESTAÇÃO**—portuguez antigo—embargar, ou penhorar.

(Doc. do seculo XV.)

PORA (*Pôra*)—portuguez antigo—para.

(Doc. de Salzedas, de 1276.)

PORCALHO—portuguez antigo—leitão, porco pequeno.

PORCALHOTA—aldeia, Extremadura, na freguezia de Bemfica, concelho de Belem, comarca, districto administrativo e patriarchado de Lisboa, d'onde dista 7 kilometros, ao N.

Ha aqui uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Conceição, da Lapa.

As casas d'esta aldeia estão quasi todas arruadas, ao longo da estrada, parte em sitio baixo e plano (a que chamam, por isso, *Porcalhota de Baixo*) e a outra parte, em terreno mais elevado, mas tambem plano—e é a *Porcalhota de Cima.*

Uma calçada, pouco ingreme, separa as duas partes da povoação.

A primeira, é uma das mais formosas situações dos suburbios de Lisboa.

Figure-se um extenso lanço de estrada a mac adam, de bastante largura, e em linha recta.

De um lado, adornam esta estrada lindas casas de campo, algumas de elegante e gracioso aspecto, que se vão alternando com os jardins e pomares que as dividem—aqui elevando-se e debruçando-se as arvores de cima dos muros, como para fazerem sombra aos viandantes; acolá, cahindo dos terrados e caramanchões, grinaldas de plantas trepadeiras e festões de flores, que o vento desprendeu e agita, embalsamando o espaço com seus aromas.

Do outro lado da estrada, se vê uma longa fileira de annosas e frondentes arvores, e campos vastissimos, que terminam em collinas, que emolduram este bello quadro; vendo-se alvejar por entre esses ferteis campos, varias quintas e granjas.

E' esta veiga atravessada por uma comprida galeria d'arcos, magnificamente construida, de excellente cantaria, e que fórma parte do magestoso aqueducto das *Aguas Livres.*

Por entre as quebradas da collina, se veem tambem graciosas casas de habitação, e no seu cume, uma bonita aldeiasinha, com suas casas brancas, avultando por entre ellas, o palacio torreado, dos srs. condes da Louzan.

E' a aldeia de *Damaia.*

—

D'entre as quintas e casas de campo que guarnecem a estrada, sobresahe em belleza e sumptuosidade, a residencia do sr. Luiz do Rêgo da Fonseca Magalhães, filho do célebre estadista, e grande orador parlamentar, Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Foi esta propriedade fundada, ou, pelo menos, ampliada e melhorada, pelo falleci-

do negociante da praça de Lisboa, Francisco Marques Torres.

Passando ao sr. Luiz do Rêgo, elle a transformou na magnifica vivenda que hoje admiramos.

A *Porcalhota de Cima,* é um sitio de saluberrimos ares, pois que, por todos os lados, é exposta aos ventos; mas não é tão bonita como a primeira Porcalhota descripta.

E' uma larga rua, que mais parece de cidade, do que de aldeia, ladeada de edificios —alguns de agradavel apparencia—mas sem jardins ou pomares que os alternem.

A melhor casa e a mais bella quinta d'esta povoação, pertence ao sr. José Maria da Silva.

Porcalhota, é portuguez antigo, diminutivo de *porcalha*—leitôa.

PORCARIÇA — O — portuguez antigo — guardadora de porcos.

> Os nossos avós denominavam *alfeire,* ao rebanho, manada, fato, ou vara de qualquer qualidade de gado; e d'aqui *alfeireiro* ao seu pastor.
>
> Mas, especialmente, chamavam *alfeire* ao logar onde se recolhiam os porcos; que era um recinto cercado de sébes e com uma ou mais cancellas.
>
> Deriva-se do verbo arabe —*fazara*—que significa—cercar, apertar, fechar, etc.
>
> D'aqui *alfeizar*—o páu que segura as armas da serra.
>
> *Item mandamos, que todolos porcariços que trouxerem porcos no campo, dem eles a seus senhores ou* (os) *sinaes d'eles: e os que os trouxerem no sovral outro si, dem do alfeire recabedo, como se os trouxessem no cham. E os bácoros que trouxerem no sovral, dê D.* (500) *cabeças se ende* (d'ahi) *algums perderem, perdoenlhes ende XX* (20) *cabeças: e dos outros todos, dem ende recabedo a seus senhores.*
>
> (Costumes e Posturas de Evora, de 1264.)

PORCARIÇA—freguezia, Douro, comarca e concelho de Cantanhede, 24 kilometros ao O. de Coimbra, 220 ao N. de Lisboa.

Tem 270 fogos.

Em 1757, tinha 340 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Conceição.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O cabido da Sé de Coimbra, apresentava o cura, annual, que tinha 180$000 reis.

Ha aqui fabricas de cortumes.

O nome d'esta freguezia vae explicado na palavra antecedente, pois é d'ella que provem a sua etymologia.

PÓRCAS—freguezia, Beira Baixa, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e 6 kilometros da Guarda, 295 ao E. de Lisboa.

Tem 150 fogos.

Em 1757, 97 fogos.

Orago, S. Silvestre, papa.

O cabido da Sé da Guarda, apresentava *in solidum* o prior, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar.

Ao S. e proximo ao logar, está uma pequena serra, ramo da Estrella

Nascem aqui aguas que tomam diversas direcções. Umas se vão juntar ao Zêzere, perto de Belmonte: outras, entram no Mondego, proximo á ponte da Misarella. Finalmente, outras vão engrossar a corrente do Côa.

Antes de se juntarem aos indicados rios, servem de motor a varias azenhas, e regam os terrenos por onde passam.

PORCHES—freguezia, Algarve, comarca de Silves, concelho e 6 kilometros a E. da Alagôa (foi até 1833 da comarca e concelho de Silves), 40 kilometros ao O. de Faro, 8 ao S. de Silves, 240 ao S. de Lisboa.

Tem 270 fogos.

Em 1757, tinha 177 fogos.

Orago, Nossa Senhora da Encarnação.

Bispado do Algarve, districto administrativo de Faro.

O bispo apresentava o cura, que tinha 120$000 réis de rendimento.

Foi villa e cabeça de um julgado; e teve um forte castello, do qual, D. Affonso III fez doação—com suas egrejas e outras terras e rendas, em Faro e outras partes do Algarve—em fevereiro de 1252, a D. Estevão Annes, seu chanceller.

D. Diniz I, lhe deu foral, em Lisboa, à 20 d'agosto de 1286.

(L.º 1.º de doações do rei D. Diniz, fl. 173, col. 1.ª)

D. Pedro I confirmou este foral, a fl. 21 do seu livro de confirmações.

O rei D. Fernando mandou unir o julgado de Porches ao termo de Silves, por carta regia, de 30 de janeiro de 1370.

Assim perdeu a sua autonomia e o titulo de villa.

A povoação é situada em um outeiro, sobre a estrada que vae da Lagoa para Albufeira.

Esta estrada passa mesmo no centro da aldeia, e por uma das suas ruas.

Ainda em 1755 era uma povoação grande e importante; mas, o terramoto do 1.º de novembro d'esse anno, lhe destruiu 238 casas e parte da egreja matriz, que, pouco depois, foi reparada.

A maior parte da freguezia está espalhada por casaes, entre vinhas, figueiraes, olivêdos, amendoeiras, alfarrobeiras e cearas de trigo e centeio.

A actual Porches, não é a permittiva povoação: esta ficava ao E., a 2 1/2 kilometros de distancia, e 3 ao N. de Nossa Senhora da Rocha; no sitio ainda chamado *Porches Velho.*

Aqui é que existiu o castello, do qual apenas restam vestigios, assim como da antiga villa.

Teem-se aqui achado algumas sepulturas antigas, e alicerces de edificios.

Foi tambem a esta extincta povoação que se deu foral.

O chão onde existiu a antiga villa, está hoje occupado por arvoredo, que denota já seculos de edade.

Pelo S., confina com o mar, pela parte de Nossa Senhora da Rocha, ermida construida dentro da fortaleza que está em uma ponta de terra que se mette pelo mar, a uns 150 metros. Tanto a ermida como a fortaleza, soffreram tambem muito com o terramoto de 1755.

Faz-se aqui uma feira a 15 de agosto, havendo então grande romaria á Senhora.

Tem uma boa estrada para a capital do concelho.

—

A fortaleza onde está a capella de Nossa Senhora da Rocha, foi construida sobre um rochedo, d'onde vem o nome á senhora. A ermida, que é grande, conta alguns seculos de existencia, mas não se sabe quando nem por quem foi construida. É tradição que a imagem da padroeira foi achada sobre a rocha, onde logo se lhe construiu uma ermida, que mais tarde foi reedificada, ampliada, e erigida em matriz de uma parochia. Como porém ficasse na extremidade da freguezia, se construiu a actual matriz, pelos annos de 1560, ficando a antiga reduzida a capella, como hoje está.

Consta que a fortaleza foi mandada construir pelo rei D. Diniz, não só para defeza da capella, que já então existia, como para defender os povos d'estes sitios das frequentes entradas dos mouros africanos, que vinham aqui saquear e captivar.

A povoação de Porches, fica a 4 kilometros ao N. do Oceano, e pouco distante do pequeno cabo Carvoeiro, que fica a S.O.

Note-se que este *cabo carvoeiro,* não é o do mesmo nome, que está na peninsula de Peniche, e é muito mais notavel.

PORCO — freguezia, Beira-Baixa, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e 10 kilometros da Guarda, 315 ao E, de Lisboa.

Tem 210 fogos.

Em 1757 tinha 132 fogos.

Orago, Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção).

O real padroado apresentava o prior, collado, que tinha 180$000 réis de rendimento. além do pé d'altar.

Fica sobre as margens do Mondego, que rega e fertiliza os seus campos.

PORDEUS, ou **POR DEUS** (barca de) — Beira-Alta e Traz-os-Montes.—Entre os concelhos de Lamego, ao S., e o de Mezão-Frio ao N., existe a barca de passagem assim chamada.

Esta barca, foi mandada fazer pelo conde D. Henrique, e sua mulher, a rainha D. Thereza, dando-lhe certas propriedades, para com os seus rendimentos se prover ao sallario dos barqueiros e aos reparos da barca; isto em 1097.

Por um documento que existe no mosteiro de freiras benedictinas da cidade do Porto, do mesmo anno de 1097, consta que a rainha D. Thereza *cotára* a Gonçalo Eriz, a quinta de *Osséloa* (hoje Ossella), e que de mão commum, estabeleceram uma albergaria em *Meigom-Frío* (Mezão-Frio) junto da mesma quinta, de cujo rendimento se satisfariam os encargos da dita albergaria.

A mesma rainha deu aos da comarca de Lamego, o rendimento do grande *Souto de Madõens* (como se vê na carta do rei D. Diniz, de 1301, que existe no archivo da Sé de Lamego); fez romper novas estradas, *por cima da sua ponte do Douro* [1] em direitura a Canavezes; e fundou as albergarias do Mollêdo, Amarante e Canavezes.

PORRAES—Vide *Murça*, no artigo—*aguas mineraes*—a pag. 592, col. 1.ª, do 5.º vol.

PORRAL—portuguez antigo—logar plantado de alhos-pôrros.

PORREGÊR — portuguez antigo — offerecer, apresentar, exhibir, etc.

PORREIRAS—vide *Parreiras*, no 6.º vol., a pag. 494, col. 2.ª

PORRÊTA — portuguez antigo — segundo Viterbo, significa alho-pôrro; mas o sr. J. Pedro Ribeiro diz que é mais provavel ser cebôlla. Vide *Entruviscada*.

PORTA-ÇARRADA — portuguez antigo — o mesmo que *camara cerrada*. Significava deixar, dar, testar, ou doar, tudo quanto estava das portas para dentro, sem exceptuar cousa alguma, por mais rica ou preciosa que fosse; e sem dar partilhas a ninguem, e sem se poder contestar semelhante doação, ainda que excedesse muito o valor da terça.

A *Ord.* do L.º 4.º, tit. 47, *in princ.*, prohibiu estas doações.

PORTA DA TRAIÇÃO — portuguez antigo, ainda hoje empregado algumas vezes, no mesmo sentido — *porta falsa*, que nas praças de guerra serve para por ella fugirem os sitiados, em caso de apuro.

PORTA DO CEU (Nossa Senhora da)—Vide *Loulé*, no 4.º vol., pag. 447, col. 2.ª

PORTÁDIGO ou **PORTÁTICO**—portuguez antigo—portagem (direito real) que se pagava dos generos que entravam nas cidades, villas, julgados, ou coutos, que tinham jurisdicções sobre si.

Se o genero não era destinado para ser alli vendido, mas sómente atravessava a terra, de passagem, não pagava portagem; mas sim *pastagem* (a que se chamava tambem *pedagio quasi à pedibus*) e era menor que o outro.

Os nossos reis, pelos foraes ou provisões, isentaram do tributo do portádigo ou portagem, as terras seguintes — Almeida, Almodóvar, Anciães, Arronches, Azinhoso, Barcellos, Beja, Bragança, Caminha, Campo-Maior, Cascaes, Castello-Mendo, Castello-Rodrigo, Castro-Laboreiro, Castro-Vicente, Cezimbra, Chaves, Covilhan, Elvas, Evora, Freixo-de-Espada á-Cinta, Fronteira, Gaia, Guarda, Guimarães, Jarmêllo, Lavar (ou Monte Lavar — mas aqui, só os vendeiros gosavam este privilegio!), Marvão, Miranda do Douro, Mogadouro, Monçaraz, Monforte, Monforta-do-Rio-Livre, Monsanto, Monsão, Montalegre, Monte-Mór-Novo, Moudal, Moura, Odemira, Olivença, Pinhel, Ponte-do-Lima, Portalegre, Póvoa-de-Varzim, Prado (ou Ponte do Prado), Sabugal, Sortêlha, Vallença-do-Minho, Vianna-do-Minho, Villa-Nova-da-Cerveira, Villa-Viçosa, e Villar-Maior.

[1] Para evitarmos enfadonhas repetições, vide *Barqueiros*, a pag. 336, col. 1.ª, no fim, do 1.º volume — *Barrô*, a pag. 341, col. 2.ª do mesmo volume — e *Bernardo*, no mesmo volume, a pag. 390, col. 2.ª

O que fica dito no texto, é mais uma prova da existencia da ponte sobre o Douro, n'este sitio, em frente de *Barrô* (pouco abaixo do Bernardo) que por muitos tem sido impugnada.

PORTADÍGO—portuguez antigo—o mesmo que laudemio.

PORTAGEM—vide *Portádigo*.

PORTAGEM — serra, Alemtejo.—Vide no artigo *Aramenha*, vol. 1.º, pag. 228, col. 1.ª — e *Marvão* (serra), vol. 5.º, pag. 115, col. 2.ª

PORTAGEM—casa antiga e nobre, na cidade de Coimbra. Vide no artigo *Paço Vedro de Magalhães*, vol. 6.º, a pag. 392, col. 1.ª, no fim, e col. 2.ª, no principio.

PORTALECER—portuguez antigo—subir ao cume de um monte—apparecer no mais alto de uma portella—achar-se quasi de repente em alguma parte onde não se era esperado.

PORTALEGRE—cidade, Alemtejo, séde do bispado, e capital do concelho, comarca, e districto do seu nome, 15 kilometros ao O. da raia, 60 ao O.N.O. d'Elvas, 63 ao S. de Castello-Branco, 96 ao S.E. de Thomar, 140 ao S.E. de Leiria, 100 ao N.E. d'Evora, 190 ao S.E. de Lisboa.

Tem 1:650 fogos, em duas freguezias (Sé — Nossa Senhora da Assumpção, 780, com 3:120 almas=S. Lourenço, 850, com 3:400 almas—total, 6:520 almas). Tem estação telegraphica, e é a 28.ª do caminho de ferro de Leste.

Em 1757, tinha cinco freguezias, a saber:

1.ª— *Sé Cathedral.*—Era parochiada por dois curas, da apresentação da mitra, cada um com 90$000 réis de renda. Tinha então 663 fogos.

2.ª— *S. Thiago, apostolo.*—O parocho era prior, da apresentação do grão-prior do Crato, e tinha de renda, 170$000 réis.

Tinha 93 fogos.

3.ª— *S. Martinho, bispo*— O parocho era prior da mesma apresentação da antecedente, e tinha 130$000 réis de renda.

Tinha 78 fogos.

4.ª—*S. Lourenço, martyr.*—O parocho era vigario, da apresentação do rei, pelo tribunal da mesa da consciencia e ordem. Tinha 60$000 réis.

Tinha 820 fogos.

5.ª— *Santa Maria Magdalena.*— O parocho era prior, da apresentação do real padroado, e tinha de renda 150$000 réis.

Tinha 51 fogos.

Era pois o total dos fogos em 1757 — 1:705, com 6:820 almas.

Em 1857, foram supprimidas as freguezias de S. Martinho e de Santa Maria Magdalena, para no logar que occupava a primeira se estabelecer um mercado; e se construir um chafariz, no da segunda.

A freguezia de S. Thiago, foi tambem supprimida.

Em 1550, tinha ainda mais duas freguezias — *Santa Maria a Grande*, e *S. Vicente*, que foram então supprimidas, como adiante digo, na creação do bispado.

—

O districto administrativo de Portalegre, é composto de 15 concelhos, que são:

1.º— *Alter do Chão*, nos bispados d'Elvas e Portalegre, com 1:800 fogos.

2.º—*Arronches*, no bispado de Portalegre, com 800 fogos.

3.º— *Aviz*, no patriarchado (por ser do grão priorado do Crato) e no arcebispado d'Evora, com 1:500 fogos.

4.º — *Campo-Maior*, no bispado d'Elvas, com 1:400 fogos.

5.º— *Castello de Vide*, no bispado de Portalegre, com 1:800 fogos.

6.º — *Crato*, no patriarchado (por ser do grão-priorado do Crato), com 1:300 fogos.

7.º—*Elvas*, no bispado d'Elvas, com 4:300 fogos.

8.º — *Fronteira*, na arcebispado d'Evora, e no bispado d'Elvas, com 2:300 fogos.

9.º— *Gavião*, no patriarchado (por ser do grão-priorado do Crato) e no bispado de Portalegre, com 1:200 fogos.

10.º— *Marvão*, no bispado de Portalegre, com 1:000 fogos.

11.º— *Monforte*, nos bispados de Portalegre e Elvas, com 800 fogos.

12.º— *Niza*, no patriarchado (por ser do grão-priorado do Crato) e bispado de Portalegre, com 2:400 fogos.

13.º—*Ponte de Sôr*, no arcebispado d'Evora e no bispado de Portalegre, com 900 fogos.

14.º— *Portalegre*, no bispado do seu nome, com 3:300 fogos.

15.º — *Souzel*, no arcebispado d'Evora, com 1:100 fogos.

Tem todo o districto administrativo, 25:900 fogos, com 103:600 almas.

—

A comarca de Portalegre, é composta dos quatro julgados seguintes—*Arronches* com 800 fogos — *Castello de Vide*, com 1:800 fogos — *Marvão*, com 1:000 fogos — *Portalegre*, com 3:300 fogos. — Total dos fogos da comarca, 6:900.

—

O concelho de Portalegre, é composto de dez freguezias, todas no bispado do mesmo nome. — São — Alagôa, Alegrête, Carreiras, Fortios, Reguengo, Ribeira de Niza, S. Julião, Urra, e as duas de Portalegre: todas com 3:300 fogos, e 13:200 almas.

—

Está esta cidade em 39º e 12′ de latitude e 13º e 52′ de longitude.—É situada no alto de um monte, fresco e delicioso, banhado por dez fontes, e cercado por uma alta e dilatada serra, chamada de Portalegre, ramo da Estrella (vide *Marvão*, serra) e dominando uma vasta e fertil planicie.

Os geographos antigos, não fallam da fundação d'esta cidade. O bispo, D. frei Amador Arraes, suppõe que foi edificada com os materiaes da antiga cidade de *Medobriga* (vide esta palavra), que, segundo este antiquario, havia sido fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1:900 annos antes de Jesus-Christo, e que foi Lysias, filho (ou capitão) de Baccho, filho de Seméle, que aqui veiu ter, de edade avançada, pelos annos 1300 antes de J.-C.; e, achando o sitio a seu gôsto, edificou uma fortaleza e um templo, consagrado a Dionizio, ou Baccho, seu deus.

A fortaleza e o templo, eram no sitio onde hoje existe a ermida de S. Christovão, e ainda hoje se dá o nome de *ribeiro de Baccho*, a um arroyo que corre proximo da ermida; todavia, como Baccho era tambem uma divindade romana, não é isto prova de que a povoação tenha a remotissima antiguidade que alguns archeologos lhe querem dar. Em todo o caso, é cidade antiquissima, pois, com certeza, já existia no tempo dos roman qualquer que fosse o local da sua situação que, se não era o actual, era a pouca distancia.

Segundo outros, Lysias edificou esta fortaleza e templo perto de Marvão, e d'estes dois monumentos ainda se descobrem alguns vestigios.

Não se póde deslindar isto, sem se lerem os artigos de *Alter do Chão*, *Alter-Pedroso*, *Aramênha*, *Marvão* (villa), *Marvão* (serra), *Medobriga*, e *Merobriga;* os quaes aqui não resumo, para não haver repetições enfadonhas.

Diz-se que Lysias, fundando, reedificando ou mudando o sitio da antiga Medobriga, lhe mudou tambem o nome para o de *Amaya*, ou *Ameya;* o que se collige de um cippo romano (talvez pedestal de uma estatua) achado nos alicerces da ermida do Espirito Santo, que dizia:

IMP. CAE. L. AURELIO VERO
AUG. DIVI ANTONINI F.
PONT. MAX. CONS. II. TRIB.
POP. P. P. MUNICIP. AMMAIA.

(O municipio de Ammaia, erigiu esta memoria, ao imperador Cesar Lucio Aurelio Vero Augusto, filho de Antonino; pontifice maximo, consul duas vezes, tribuno da plebe, e pae da patria.)

Consta que o nome de *Amaya* provém de uma filha de Lysias, chamada *Maia*, e que tanto ella como seu pae, foram sepultados no tal templo (a que o padre Carvalho chama *pagode*). Os romanos lhe conservaram o nome de *Amaya*, ou *Ammœa*.

Estava Medobriga, ou Amaya, em ruinas e despovoada, em razão das continuas e encarniçadas guerras da edade média, no principio da nossa monarchia.

D. Affonso III, em 1259, a principiou a reedificar, no sitio onde estavam umas vendas, chamadas *Portêllos*, e suppõem alguns ser d'esta palavra, que se deriva Portalegre. Isto porém, não passa de tradição popular.

Consta que estas vendas estavam no sitio onde depois se edificou a ermida de S. Bartholomeu, e que, em redor d'ellas se foram

construindo casas, com os materiaes da antiga Ammaia.

Com o decurso do tempo, veio esta povoação a ter a mesma sorte de Medobriga e Ammaia.

Occupada alternativamente por mouros e christãos, soffrendo sempre os horrores de uma povoação conquistada, foi-se destruindo e abandonando por seus moradores.

Não se sabe se n'este doloroso periodo, havia conservado o seu antigo nome, ou se os arabes lhe deram outro.

D. Diniz lhe mandou fazer um robusto castello, pelos annos de 1290, fechando então a povoação com duas cêrcas de fortes muralhas, com 12 torres e 8 portas — chamadas — *da Deveza, Postigo, d'Alegrete, d'Elvas, d'Evora, do Espirito Santo, de S. Francisco,* e *do Bispo.*

O proprio rei D. Diniz, foi o primeiro que teve de experimentar contra si a fortaleza das fortificações que havia mandado construir.

Tendo seu irmão, o infante D. Affonso (senhor de Portalegre) levantado o pendão da revolta, a cidade seguiu o seu partido, e o rei lhe pôz cêrco, em maio de 1299, e durou até outubro, terminando por uma capitulação, que deu ao rei a posse da villa.[1]

Os dois irmãos fizeram as pazes; e, segundo o estipulado no auto d'ellas, Portalegre e Marvão (que tambem era do infante, e dista apenas 12 kilometros ao N. de Portalegre) ficaram pertencendo á corôa, recebendo D. Affonso, em troca, os castellos e villas de Cintra e Ourem.

O rei, para que se não désse outro conflicto como este, concedeu a Portalegre o privilegio de ser conservada como patrimonio real, para sempre. D. Affonso V, e, depois, seu filho, D. João II, confirmaram este privilegio.

No principio do XVI seculo, o rei D. Manuel, pretendeu dar o senhorio de Portalegre, ao seu aio e valido, D. Diogo da Silva de Menezes; mas os de Portalegre oppozeram tal resistencia, que o monarcha, depois de ter empregado, primeiro blandicias, depois ameaças de degredo e outros severos castigos, se viu obrigado a desistir da sua pretenção, contentando-se em fazer a D. Diogo, conde e alcaide-mór de Portalegre.

—

D. João III, obteve do papa Paulo III, a bulla de 1549, que creou o bispado de Portalegre, desmembrando-o da diocese da Guarda, e do arcebispado d'Evora, e n'esse mesmo anno foi elevada á cathegoria de Sé Cathedral, com o titulo de cidade.

A bulla de Paulo III, foi confirmada por outra, de Julio III, datada de 2 de abril de 1550. (Adiante dou mais amplos esclarecimentos a este respeito.)

O primeiro bispo d'esta diocese, foi D. Julião d'Alva, natural de Madrigalego (Castella), sacerdote de grandes virtudes e sciencia, pelo que era muito estimado de D. João III, e de sua mulher, a rainha D. Catharina.

—

Pela morte de Carlos II, de Hespanha (1700) apresentaram-se dois pretendentes, á corôa d'aquella nação — eram — Philippe, duque d'Anjou, e o archiduque Carlos d'Austria. O primeiro foi acclamado em Madrid, sob o nome de Philippe V, e Portugal, e toda a Europa—menos a Allemanha—o reconheceram como soberano de Castella; e no anno seguinte (1701) Portugal, Hespanha e França, fazem uma alliança offensiva e defensiva; mas, em 1703, todas as potencias que tinham reconhecido Philippe V, o desamparam, e entram na liga com o imperio germanico, reconhecendo, como rei de Hespanha, o archiduque d'Austria, sob o nome de Carlos III. Este apresenta-se em Lisboa, a bordo de uma esquadra ingleza e hollandeza, com um exercito, composto de 10:000 inglezes, que se uniram ao exercito portuguez.

D. Pedro II, de Portugal, entrega a regencia do reino a sua irman, D. Catharina, rainha de Inglaterra, viuva de Carlos II (a da Bemposta), e invade a Hespanha, á frente do exercito alliado.

O exercito hespanhol, põe cêrco a Porta-

[1] D. Affonso allegava que lhe pertencia a corôa, por ser filho legitimo, e D. Diniz, adulterino, por ter nascido em vida da condessa de Bolonha, primeira mulher de D. Affonso III.

legre, que se rende, a 8 de junho de 1704, mas foi pouco depois recuperada.

Em 1705, os alliados tomam Gibraltar, Vallença d'Alcantara, Albuquerque, Salvaterra e Sarça, e põem cêrco a Badajoz, mas teem de retirar com grandes perdas.

Ao mesmo tempo, o archiduque, com a sua esquadra, toma Barcellona e toda a Catalunha. Valencia, acclama-o rei de Hespanha.

O exercito portuguez entra victorioso em Madrid, a 2 de julho de 1706; mas, vendose isolado, marcha a unir-se em Vallencia, aos inglezes.

N'esse mesmo anno, morre em Lisboa, a 6 de dezembro, o rei D. Pedro II, succedendo-lhe seu filho, D. João V.

A guerra continúa, com fortuna varia. Os hespanhoes nos tomam a praça de Serpa. O marechal de Berwick, derrota o marquez de Minas, na batalha de Almanza (Castella-Nova), em 25 d'abril de 1707, ficando o exercito portuguez desbaratado. Perdemos doze regimentos, com suas bandeiras e material de guerra.

Pouco depois, os alliados são novamente vencidos por Berwick, junto á praça de Badajoz, na Extremadura hespanhola.

Em desforra d'estas derrotas, os alliados ganham a grande victoria de Zaragoça, contra o general Bay, e entram pela segunda vez em Madrid, em 1710.

A causa de Philippe V, julga-se então perdida; mas, Luiz XIV de França, [1] manda em seu soccorro, o duque de Vendome, com um formidavel exercito, e este ganha a victoria de Villa-Viciosa (Castella-Nova), que muda a face das cousas, a favor da causa dos Bourbons.

Em 1711, os hespanhoes põem cêrco á nossa praça de Campo-Maior; e sendo corajosamente repellidos todos os seus assaltos, vêem-se obrigados a retirar, no fim de 30 dias de ataques infructiferos.

O marechal de Villars, ganha uma grande victoria, em Denain (França), contra o principe Eugenio, e esta batalha preparou a paz de Utrecht.

Carlos III, abandona a sua causa na Hespanha, para hir occupar o throno imperial (11 de abril de 1713), e Philippe V é reconhecido rei de Hespanha.

Em vista dos artigos da *paz de Utrecht* (13 de fevereiro de 1715), cessou a guerra entre Portugal e Hespanha, entregando nós aos hespanhoes, as praças d'Albuquerque e Puebla, e os hespanhoes a Portugal, o castello de Noudar, a ilha de Verdejo e a colonia do Sacramento.

Assim terminou esta guerra, que durou 15 annos, e que tantas desgraças acarretou á Peninsula, e na qual Portugal se havia intromettido sem que da victoria do seu protegido houvesse de esperar a minima vantagem para o reino.

O Alemtejo, que pela sua posição geographica foi o que mais soffreu, tendo, por muitas vezes, dè dar o campo de batalha, ficou livre d'este diuturno flagello, e poude respirar.

—

Portalegre tinha voto em côrtes, com assento no banco 4.º

Eram seus alcaides-móres, os Azevedos.

Tem por armas, duas torres da sua côr, em campo de prata, com o escudo coroado. Diz-se que as duas torres significam as que guardavam a porta da Deveza.

O sr. I. de Vilhena Barbosa, diz (*Cidades e villas*, pag. 149 do 2.º vol.) que D. Affonso III, quando a mandou povoar, em 1259, lhe deu foral de villa, com varios privilegios. [1] Franklim, porém, não falla em semelhante foral (provavelmente por esquecimen-

[1] Luiz XIV, filho de Luiz XIII, nasceu em 1638, subiu ao throno em 1643, da edade de 5 annos, e falleceu no 1.º de setembro de 1715, com 77 annos de edade, e 72 de reinado. Succedeu lhe seu neto, Luiz XV. Desde 1715 até 1723 (durante a menoridade de Luiz XV) foi o periodo da *regencia do duque de Orléans* (sobrinho de Luiz XIV), periodo famoso pelos despotismos e devassidões do regente e dos seus adeptos.

[1] Nas escripturas d'essa época (escriptas em latim) se dá a esta cidade, o nome de *Portus-Alacer* — que significa *Porto-Alegre*. Diz-se que *Portus* vem de um sitio chamado *Porto*, que fica entre a *Penha de S. Thomé* e *Cabeça de Mouro:* e que *Alacer*, vem da sua *alegre* situação.

to), e só do que lhe deu o rei D. Manuel, em Lisboa, a 29 de março de 1511, e que se acha transcripto no *Livro dos foraes novos do Alemtejo*, a fl. 69, col. 2.ª

—

O clima de Portalegre é muito saudavel e seu territorio muito fertil, em todos os generos do nosso clima.

—

A serra de Portalegre, é das mais altas de Portugal, e d'ella se descobrem varias povoações da Beira-Baixa e Alemtejo, e a serra da Estrella. É coberta de frondoso arvoredo e innumeras fontes, o que a torna summamente agradavel. Ha n'esta serra, minas de aguas-marinhas turquezas, amethistas, ferro e cobre.

O monte onde a cidade está fundada, é uma projecção da serra do seu nome, estendendo-se (a povoação) pela encosta do lado do N. De um lado, desce o monte suavemente, para um valle, fresco e ameno, regado por varias ribeiras, e povoado de arvores de differentes qualidades—do outro lado, precipita-se em barrancos e quebradas, de bastante profundidade, cobertos, em parte, por oliveiras e outras arvores.

Do lado do N. se vê uma vasta planicie, extensa deveza de castanheiros, e pomares de fructas diversas; alternando-se com bellas quintas, e muitas vinhas e cereaes, por entre o que se espraia a *ribeira de Niza*, que rega este valle.

N'esta serra nascem sete rios, e 211 fontes.

—

Suppõe-se com bons fundamentos, que os povos do Norte que invadiram a Lusitania em 405, arrazaram Ammeia, que ficou despovoada até ao XIII seculo; pois que nenhuma noticia ou menção se encontra d'ella, durante a longa dominação agarena (716 a 1170).

—

Portalegre é uma cidade muito industriosa. No meiado do seculo XVII, já possuia uma grande fabrica de tecidos de lan, que empregava innumeraveis braços, e cujos productos exportava para as principaes terras do reino; porque os seus pannos eram optimos, e d'elles se vestiam a maior parte dos portuguezes; porém as fabricas de Inglaterra, arremessando sobre Portugal navios e navios, carregados dos seus pannos, com os quaes os nossos não podiam competir em preço, nem em apparencia, deu um terrivel golpe na nossa industria.

Hoje está novamente desenvolvida e muito mais aperfeiçoada a industria dos tecidos de lan, pelo grande impulso e desenvolvimento que á sua fabrica teem dado os srs. *Larcher & Cunhado.*

Em dezembro de 1873, chegaram a Lisboa, vindas de França, 25 caixas de novos machinismos e teares á Jacquard, para a companhia nacional de lanificios, de Portalegre.

—

A agricultura, que se tem aqui aperfeiçoado muito n'estes ultimos tempos, é tambem uma das principaes (senão a principal) fontes de riqueza d'esta terra.

—

O caminho de ferro de Leste, que tem aqui a sua 28.ª estação, e que liga Portalegre com Lisboa, Madrid, e todas as mais povoações intermediarias, deu grande impulso ao commercio, industria e agricultura d'esta cidade, que é hoje uma das mais prosperas da provincia.

—

Ha tambem aqui muitas pedreiras, de optimo marmore.

Tem feira, de tres dias, que principia a 13 de setembro, e é sempre concorridissima. Teve tambem outra a 3 de maio, que já se não faz.

Tem um bom lyceu.

—

Ha em Portalegre muitos e bons edificios publicos e particulares; mas os melhores, são — a Sé Cathedral (de que adiante trato com mais individuação), o paço dos bispos, e a casa da camara.

Tambem merecem honrosa menção, o edificio da fabrica do sr. Larcher & Cunhado, o hospital da Misericordia, e os palacios dos srs. condes d'Avillêz,[1] e Caldeira Castello-Branco.

[1] O primeiro conde d'Avillêz, foi Jorge d'Avillêz Juzarte de Souza Tavares, que fôra

Dos edificios dos mosteiros (alguns muito notaveis) trato adiante.

—

No ponto mais alto da cidade, está o magestoso templo da Sé, com uma soberba frontaria, e 12 optimos altares. Foi edificado pelo primeiro bispo d'esta diocese, D. Julião d'Alva, no sitio onde estava a egreja matriz, de Santa Maria do Castello; mas a capella-mór, é obra do virtuoso prelado e escriptor elegante, *Dom frei Amador Arraes*, que foi o seu 3.º bispo. É, sem contestação, o edificio mais sumptuoso da cidade.

É de tres naves, sustentadas por columnas gothicas (que os modernos tiveram o pessimo gosto de besuntar de estuque, sarapintado, tirando-lhe toda a sua magestade primitiva).

A abobada, é de laçaria. A fachada actual, não é a primitiva: tem duas torres, e ornam-lhe a porta principal duas columnas de marmore.

No meio da capella-mór, está a sepultura do bispo D. Julião.

Tem esta Sé, cinco dignidades, seis conegos, seis meios conegos, capellães e mais empregados ecclesiasticos.

Rendia ao bispo (em 1600) oito mil ducados.

—

O sr. Rodrigues de Gusmão, illustrado e incansavel investigador das antiguidades da sua terra, publicou no *Archivo Pittoresco* artigos curiosissimos á cêrca de Portalegre, dos quaes faço aqui um resumo, no que respeita a esta Sé.

—

Era bispo da Guarda, o cardeal D. Affonso, filho do rei D. Manuel, e da rainha D. Maria, sua cunhada e segunda mulher; e era abbade de Alcobaça, D. Jorge de Mello —por cedencia que lhe havia feito D. Jorge da Costa (o famoso *cardeal de Alpedrinha*.)

A'quelle principe, havia mandado o papa Leão X, o capêllo de cardeal, em 1516, com o titulo de *bispo egitanense.*

O rei, querendo dar a seu filho um logar mais rendoso, e, então, de maior representação, instou com D. Jorge de Mello para que trocasse a abbadia d'Alcobaça pela mitra da Guarda, o que D. Jorge acceitou violentado; mas, nunca exerceu a nova dignidade, na sua cathedral, fixando a residencia em Portalegre, então do bispado da Guarda, cidade onde nunca quiz entrar, dizendo:

«Não quero hir a terra onde matam os bispos.»

Effectivamente, tinha morrido assassinado, D. Alvaro de Chaves, seu predecessor.

Foi D. Jorge, bispo da Guarda, por espaço de 30 annos, residindo sempre em Portalegre, e d'aqui administrando o—então—vasto bispado, apezar de se lhe interpor o Tejo, que nas grandes invernadas, lhe cortava as communicações.

Falleceu D. Jorge de Mello a 5 d'agosto de 1548, e D. João III, reconhecendo que um só prelado era insufficiente para tamanha diocese, dividida pelo Tejo e outros rios, aproveitou a occasião da *sede vacante*, para impetrar do papa Paulo III, a creação do bispado de Portalegre, desmembrando-se do da Guarda, as terras transtaganas, e annexando-se-lhe outras, do arcebispado de Evora.

A bulla pontificia, foi expedida a 18 de agosto de 1549, quasi no fim do pontificado d'este papa, que morreu a 10 de novembro d'esse mesmo anno.

Houve porém alguns equivocos na exposição das *premissas*, que encontraram a execução da bulla, e para os esclarecer, recorreu de novo o rei ao pontifice Julio III (successor immediato de Paulo III) que, por bulla de 2 d'abril de 1550 (logo no principio do seu pontificado) dirimiu todas as duvidas.

Foram executores d'esta bulla, D. frei Jorge de S. Thiago, bispo d'Angra, e D. frei

feito visconde do Reguengo, no 1.º de dezembro de 1834 — e conde d'Avillêz, em 4 d'abril de 1838. Hoje é conde d'Avillêz (feito em 17 de junho de 1869) o sr. Jorge Sallema d'Avillêz. O 1.º conde d'Avillêz, fez grandes serviços á patria, durante a guerra da Peninsula.

Bernardo da Cruz, bispo das ilhas de S. Thomé e Principe—ambos dominicanos.

Ficou o novo bispado constituido com as seguintes povoações e seus termos:

Alegrête, Alpalhão, Arêz, Castello de Vide, Chancellaria, Lagomel (ou Longomel), Margem, Marvão, Montalvão, Niza, Ponte de Sôr, Portalegre, Póvoa e Meadas, e Villa Flôr; com varios logares de menos consideração, que ficam ao S. do Tejo, ficando este rio a servir de divisão entre os bispados da Guarda e Portalegre—e desmembrando-se do arcebispado d'Evora, para o novo, as villas e seus termos, de Arronches e Assumar.

Elevada Portalegre a séde de bispado, D. João III lhe deu ao mesmo tempo a cathegoria e privilegios de cidade.

—

O bispado de Portalegre é dos mais pequenos de Portugal, havendo em outras dioceses, vigariarias da vara, ou arciprestados com maior numero de parochias.

Comprehende apenas 35 freguezias, divididas em nove districtos (ou comarcas) ecclesiasticos—que são:

Alpalhão, 1—Arronches, 6—Assumar, 1—Castello de Vide, 4—Chancellaria, 2—Marvão, 3—Niza, 7—Ponte de Sôr, 1—Portalegre, 10.

—

Casára D. João III (5 de fevereiro de 1525) com D. Catharina, filha de D. Philippe I, de Castella (e da rainha, D. Joanna, filha dos reis catholicos) e irman do famoso imperador, Carlos V. [1]

No sequito da princeza, veiu para Portugal, entre outros varões notaveis, D. Julião d'Alva, que o rei fez seu confessor e esmoler-mór.

D. Julião d'Alva, tinha tambem concorrido muito para a creação do novo bispado, e a rainha pediu a seu marido, que o fizesse bispo de Portalegre, ao que o rei accedeu, nomeando-o, e sendo depois confirmado, e dando-lhe posse da mitra, em 1550, o notario apostolico, Sebastião d'Andrade.

D. Julião projectou logo fundar um templo digno de ser egreja cathedral, e de organizar o respectivo cabido.

Como o prelado não tinha meios, quiz aproveitar-se de parte da grande herança que deixára D. Jorge de Mello; porém as freiras bernardas impugnaram esta pretenção, que não chegou a realisar-se.

Existiam então em Portalegre trez templos parochiaes, notaveis pela sua antiguidade:

Santa Maria do Castello, da ordem de Aviz.

Santa Maria, a Grande, da ordem de Christo.

S. Vicente, da ordem de S. Thiago.

Tomou o bispo para cathedral, a egreja de Santa Maria do Castello, encorporando nas suas rendas—com permissão do rei, como grão-mestre das tres ordens militares—as das outras duas egrejas.

Como a egreja de Santa Maria do Castello, que era muito antiga, ameaçava ruina, foi precizo abandonal-a, depois de erigir uma nova cathedral, á qual lançou a 1.ª pedra, a 14 de maio de 1556, o proprio D. Julião d'Alva, dedicando-a a Nossa Senhora d'Assumpção (como todas as mais cathedraes do reino.)

Sobre a porta principal da egreja, se lê a inscripção seguinte, que commemora este facto.

COEPIT HOC TEMPLUM EXTRUI.
AN. DOMINI 1556.

Foi esta porta substituida por um magestoso pórtico, de columnas monolithicas, de marmore preto, mandado construir pelo bispo, D. Manuel Tavares, que em seguida á inscripção, accrescentou a seguinte:

[1] D'este matrimonio, nasceram (por ordem das idades) D. Affonso, D. Maria, D. Isabel, D. Brites, D. Manuel, D. Philippe e D. Diniz, que todos morreram em creanças—menos D. Maria, que casou com Philippe II, de Castella—e, finalmente, D. João, que morreu em 2 de janeiro de 1554, em vida de seu pae, succedendo a este, D. Sebastião I, filho posthumo de D. João, pois nasceu 18 dias depois da morte de seu pae.

D. João III, teve tambem um filho bastardo, que foi D. Duarte, arcebispo de Braga, e prior-mór de Santa Cruz de Coimbra.

INSTAURATUM POSTEA ANNO SALUTIS 1795.

—

Sendo D. Julião d'Alva feito bispo de Miranda (1557) por fallecimento do seu companheiro e amigo, D. Thoribio Lopes, lhe succedeu na mitra de Portalegre D. André de Noronha, que proseguiu nas obras da nova Sé, que seu successor, D. frei Amador Arraes, concluiu, mandando construir o retabulo da capella-mór, que intesta na abobada e no tecto, e delicadamente pintado e dourado, collocando n'elle a formosissima imagem de Nossa Senhora—e o retabulo da capella de Nossa Senhora do Carmo, que custou 3:000 crusados (1:200$000 réis,)

Deu ainda, 40$000 réis, para o retabulo da capella do Santissimo Sacramento e egual quantia para o da capella de S. Pedro.

A' sua custa se pintou e dourou a capella das chagas, e se lageou e ladrilhou todo o templo.

Mandou concluir a torre de relogio; mas foi o seu successor, D. Diogo Correia, que deu o relogio.

Foi tambem D. frei Amador Arraes, que construiu o paço episcopal e o seminario diocesano, e outras muitas obras de menos importancia.

Resgatou todos os seus diocesanos que tinham ficado captivos na Africa, na infeliz batalha de Alcacer-Quibir (4 d'agosto de 1578.)

Offereceu 5:000 crusados a D. Philippe II, para a *invencivel armada.* [1]

Vestiu todos os soldados que, para outra armada, se recrutaram na sua diocese, dando a cada um 1$000 réis.

Resignando, afinal, o bispado (1596) recolheu-se á sua querida cella, do collegio de Coimbra, e n'ella findou seus dias, sendo sepultado na capella-mór, que tinha erigido e dotado, sob uma campa raza, com esta simples inscripção:

S. DE D. F. AMADOR ARRAIZ, BISPO DE PORTO-ALEGRE, FEITURA DE EL-REI D. ANRIQUE, SEU ESMOLER-MÓR.
FOI O PRIMEIRO RELIGIOSO QUE PROFESSOU N'ESTE COLLEGIO.
FALLECEU A 1 DE AGOSTO DE 1600.

No dia 2 de fevereiro de 1853, foi arrombada esta sepultura, tirando-se d'ella as reliquias venerandas do santo e illustre prelado, para alli se depositar o cadaver de um *conselheiro* do seculo XIX.

Bradou-se contra esta escandalosissima profanação, e a ordem terceira da penitencia (á qual o templo pertence) fez desalojar o cadaver do tal *conselheiro,* e o tumulo só hoje guarda os ossos do bispo de Portalegre.

—

A Sé de Portalegre é de trez naves—como já disse—sendo a do centro guarnecida por um sumptuoso guarda-vento, mandado construir pelo bispo, D. Manuel Tavares Coutinho e Silva; estendendo-se sobre todas as tres naves, logo á entrada, um amplo côro, onde se vê o magnifico orgão, dado pelo bispo, D. João Mascarenhas (filho de Vasco Mascarenhas, conde de Obidos) conego e arcediago da Sé de Lisboa, deputado da Inquisição da côrte, sumilher da cortina, do rei D. Pedro II — e que depois foi bispo da Guarda, onde falleceu a 23 de janeiro de 1693.

O bispo, D. Manuel Tavares Coutinho e Silva, tinha sido lente da faculdade de canones, na universidade de Coimbra, freire conventual, da ordem de S. Thiago da Es-

[1] Philippe II, em um *rompante hespanhol,* projecta destruir a Inglaterra.
Reune em Lisboa uma armada de 120 náus, a que chamou invencivel.
Dirige-se esta esquadra (na verdade respeitavel) para o cannal da Mancha, onde foi destruida por uma horrorosa tempestade, em 27 de julho de 1588, tornando em *fumo* as *fumaças* castelhanas.
Quando Philippe teve noticia d'esta terrivel catastrophe, que anniquilou todos os seus planos, disse:
«Mandei combater os inglezes, e não os elementos.»
Portugal e Hespanha, perderam bastantes milhões de cruzados e alguns milhares de vidas, com esta louca tentativa do *Diabo do meio dia.*

pada, reitor do collegio dos militares, e conego da Sé da Guarda.

Foi um prelado generoso: deu á sua Sé, ricos paramentos e banquetas de prata; concluiu o claustro, principiado pelo seu predecessor, D. Alvaro Pires de Castro; fez a casa do cabido; ampliou o paço episcopal, e o seminario; edificou casa propria, para o cartorio da camara ecclesiastica, e fez ainda outras obras importantes.

Falleceu a 7 de abril de 1798.

—

O corpo da egreja da Sé, é esclarecido por 12 janellas circulares (seis de cada lado) alem das da frontaria.

O cruzeiro é esclarecido por duas altas janellas, além das da capella-mór e do zimborio; o que torna este templo um dos mais claros e alegres do reino.

Na capella-mór, estão sepultados, os bispos, D. Julião d'Alba, D. Diogo Correia (sobrinho do veneravel arcebispo de Braga, D. frei Bartholomeu dos Martyres) D. frei Domingos Barata, D. Manuel Lopes Simões, e D. Pedro de Mello Brito e Alvim (que nasceu na quinta das *Varandas*, junto a Coimbra, na mesma casa onde depois nasceu o illustre poeta, José Freire de Serpa Pimentel, já fallecido, e que foi feito visconde de Gouveia, em 31 de outubro de 1855.)

Todos estes bispos estão sepultados em jazigo commum, á excepção de D. Julião de Alba, que teve sepultura particular, com a seguinte inscripção:

AQUI JAZ D. JULIÃO D'ALBA,
PRIMEIRO BISPO D'ESTA CIDADE,
CAPELLÃO-MÓR D'EL-REI D. SEBASTIÃO,
FEITURA DA RAINHA D. CATHARINA,
SUA AVÓ. [1]
FALLECEU A 13 DE FEVEREIRO DE 1570.

D. Julião fallecêra em Villa Franca (do bispado da Guarda) ordenando que o seu cadaver fosse sepultado na capella-mór da Sé de Portalegre, á qual deixou varios ornamentos, peças de muito valor, e muita fazenda para suffragios da sua alma.

[1] Do rei D. Sebastião.

Tambem n'esta egreja, a 4 de novembro de cada anno, ha sumptuosos suffragios por alma da rainha D. Catharina, viuva de D. João III, que a esta Sé déra muitas reliquias, paramentos e muitas alfaias preciosas.

E' de elegante fabrica, a capella do Santissimo Sacramento, e notavel pelos seus primorosos balaustres de marmore.

N'ella jaz o bispo, D. Alvaro Pires de Castro e Noronha, 2.º filho de D. Luiz Alvares de Castro Athaide Noronha e Souza, 2.º marquez de Cascaes.

Nascêra a 26 d'abril de 1669 e falleceu a 27 de março de 1737.

Foi este prelado que edificou o magnifico Sanctuario do *Senhor do Bom Fim*, e principiou a sumptuosa obra, do claustro da Sé.

Jaz em sepultura raza, com a seguinte inscripção.

REGEM, CUI OMNIA VIVUNT,
VENITE, ADOREMOS.

—

A capella de S. Pedro, é das mais bem ornadas, e está resguardada por uma grade de ferro, egual á da capella do Santissimo.

Na parede, do lado da Epistola, está embutida uma lapide, de marmore branco, com moldura de marmore preto, com a seguinte inscripção:

ESTA CAPELLA E O PADROADO D'ELLA,
HE DE MARGARIDA DE VILLA-LOBOS,
E ISABEL DE OLIVEIRA, IRMÃS.
QUE A DOTÁRÃO, COM OBRIGAÇÃO
DE HUA MISSA QUOTIDIANA,
E UM ANNIVERSARIO CADA MEZ,
E UM OFFICIO DE NOVE LIÇÕES,
NO DIA DO FALLECIMENTO DE
CADA HUA, PARA SEMPRE.
OBRIGAÇÃO QUE TEM O REVERENDO
CABIDO D'ESTA SANTA SÉE.

—

Na parede do lado do Evangelho, no logar correspondente ao da lapide que fica

mencionada, está embutida outra egual na grandeza e materia, mas com o brazão d'armas, em baixo relêvo, dos Villas-Lobos, e Costas.

No pavimento da capella, entre as grades e os degraus do altar, estão duas campas de marmore, com brazões d'armas, semelhantes aos da parede, com as seguintes inscripções:

S. DE ISABEL DE OLIVEIRA,
QUE FALLECEU A 27 DE AGOSTO
DE 1635.

—

S. DE MARGARIDA DE VILLA-LOBOS,
QUE FALLECEU A 27 DE FEVEREIRO
DE 1645.

Na capella de Nossa Senhora do Carmo, está uma campa, de marmore, com o brazão d'armas dos Castellos-Brancos, e a inscripção:

JAZIGO QUE MANDOU FAZER
MENDO CALDEIRA PAES DE
CASTELLO-BRANCO, FIDALGO CAVALLEIRO,
PARA QUEM POSSUIR O MORGADO
DE SANTA IGNEZ, QUE EM GÔA
INSTITUIO NUNO VAZ DE CASTEL-BRANCO,
MOÇO FIDALGO, GENERAL DE MASCATE
E DE ORMÚS, E GOVERNADOR DA INDIA,
ONDE MORREU VEADOR DÁ REAL FAZENDA.
O QUAL SE PERMUTOU PARA ESTE REINO,
COM AS LICENÇAS REAES E PONTIFICIAS. ETC.

—

Na capella de S. Mauro, está uma campa de marmore, com o brazão d'armas dos Azevedos, com a inscripção:

AQUI JAZ O EX.^mo^ E R.^mo^ SNR.
D. FREI JOÃO DE AZEVEDO,
DA ORDEM DE S. BENTO DE AVIZ,
BISPO QUE FOI DESTE BISPADO
DE PORTALEGRE, ETC,
FALLECEU AOS 11 DE NOVEMBRO
DE 1765.

—

Muitas campas, com diversos brazões, lageam o pavimento das trez naves do templo: estão quasi todas com as inscripções apagadas pelo attrito dos pés; mas, ao cimo da nave lateral da direita, ha uma campa, de formoso marmore, que dá na vista, pelo seu primoroso brazão d'armas.

Cobre os restos mortaes de um nobilissimo cavalleiro, que se finou longe da patria, fiel a Deus e ao seu rei, então proscripto, como elle.

Eis a sua inscripção:

AQUI JAZ
O EX.^mo^
CARLOS GABRIEL HILLARIO
DORSAC,
MARQUEZ DE TERNAI,
BRIGADEIRO DOS EXERCITOS DE S. M. F.
NASCEU NO PALACIO DE TERNAI,
A III DE JULHO DE
MDCCCXIII.
FIEL A DEUS E AO SEU REI.

—

Em 1834, possuia esta cidade cinco mosteiros, a saber:

1.º—*Frades franciscanos*, fundado em sitio elevado, e na extremidade da cidade, e extramuros. É um bello edificio, e construido com magnificencia. Tem amplas officinas, altos dormitorios, boas cellas, templo espaçoso e boa cêrca, com muita e excellente agua. Parte, serve actualmente de quartel do destacamento militar, da guarnição; e parte é occupado por uma fabrica de rôlhas de cortiça, do subdito inglez, o sr. Jorge Robinson, que tambem aqui tem os depositos da materia prima da sua industria.

É um dos mais antigos mosteiros da provincia; mas não se sabe o anno da sua fundação; parece que foi entre os annos de 1230 a 1240.

Pretendem alguns, que foi fundado em 1265; mas parece mais provavel que o fosse na primeira data, reinando D. Sancho II, cujas armas se vêem ainda na capella-mór. O que é certo, é que D. Affonso III lhe deixou 50 libras no seu testamento, em 1279. D. Diniz, seu filho, tambem lhe deu uma avultada esmola. A egreja foi restaurada em 1719, e o mosteiro, em 1720. A egreja é das mais formosas da sua ordem. A architectura primitiva foi muito alterada com as novas construções, e depois da sahida dos religiosos, em 1834, foi tudo bastante devastado.

Era padroeiro da capella-mor, Gonçalo Rodrigues de Souza, que com seu pae, Ruy de Souza, se achou na famosa acção do *Palanque de Tanger*, em outubro de 1439; e acompanhou o conde, D. Duarte de Menezes, a Castella, por ordem do infante D. Pedro, regente (o d'Alfarrobeira), em soccorro do mestre d'Alcantara, contra os infantes de Aragão.

Foi commendador de Niza, Idanha, Alpalhão e Montalvão, da ordem de Christo: do conselho do rei D. Affonso V, e seu capitão de ginetes.

Na mesma capella-mór, estava o tumulo d'este leal portuguez e denodado capitão; mas foi profanado depois de 1834, e dispersados seus ossos venerandos.

Escapou —por milagre— á ferocidade dos vandalos do seculo XIX, o tumulo de Gaspar Fragoso, que se crê ser filho d'aquelle celebre Antonio Fragoso, cujas façanhas e gentilezas celebrou Gaspar Correia, nas suas *Lendas da India*, tomo 1.º, p. 2.ª, pag. 883.

Está este monumento em uma capella do cruzeiro — hoje abandonada e sem culto — mettido na parede, sob uma abobada semicircular, á esquerda de quem entra. É um tumulo de bello marmore de Estremoz, de singela esculptura, tendo sobre elle, deitado, um guerreiro, completamente armado, á antiga, apoiando os pés contra um leão. Na rente do tumulo se lê (entalhado no marmore, como em uma tarja, cujas extremidades são sustentadas por dois anjos, em baixo relèvo):

S. DE GASPAR FRAGOSO
CAVAL.º FIDALGO DA CASA DEL REI N. S.,
PADROEIRO QVE FOI DESTA CAPELA. EM SVA
VIDA, MANDOV REPAIRAR E FAZER
ESTE RETAVOLO. MORREU, DIA S. FILIPE E SAT.º
1571.
REQUIESCAT IN PACE,
AMEN.

Existe ainda outro monumento sepulchral, resguardado por um estrado de madeira, que constitue o supedaneo do altar de Nossa Senhora da Piedade.

É uma formosa campa, de marmore, assente sobre tres leões, com o brazão das armas dos Souzas Tavares, primorosamente gravado. Diz a sua inscripção:

S. DE NVNO VAZ DE SOVZA TAVARES, QVE ACABOV SEVS DIAS,
O DERRADEIRO DOVTVBRO, ANO DE
1555.

Após esta inscripção, e como em sua continuação, se lê:

E QVE SERÁ
DE ANDRÉ DE SOVSA
SEV FILHO, E DE
SEVS HERDEIROS.
O QVAL MANDOV FAZER ESTA CAPELA, DE NOSSA S. DA PIEDADE.
A. D. 1567.

Era Nuno Vaz de Souza Tavares, filho de Gaspar Vaz do Peral e de D. Joanna de Souza; neto de Pedro Tavares, ultimo alcaide-mór de Portalegre (da familia dos Tavares) e um dos principaes cabos de guerra, que capitaniaram a frota que foi á malograda empresa de Tanger, em 1434,[1] e de D. Isabel de Souza, filha de Gonçalo Rodrigues de Souza, que tambem teve uma parte importante n'essa desastrosa tentativa.

André de Souza Tavares, filho do antecedente, serviu na India, e foi commendador da ordem d'Aviz.

—

Á entrada do templo, mas fóra da porta, á direita de quem entra, está embebida na parede, uma lapide, com uma inscripção latina, em caracteres gothicos, ainda bem legiveis. Refere a noticia da doação de varias propriedades, feita por Pedro Eanes e sua mulher, Maria Domingues, para a fundação de um hospital, que servisse de asylo e soccorro aos pobres: do qual seriam administradores o guardião e religiosos d'este mos-

[1] Os infantes, D. Henrique e D. Fernando, foram para a Africa, no intento de conquistar Tanger. Em Ceuta, foram reduzidos á ultima extremidade, por um formidavel exercito de mouros. Os infantes, pedem uma suspensão d'armas; porém os inimigos exigem a praça de Ceuta. D. Fernando fica em refens, emquanto seu irmão vem ao reino propôr a convenção. As côrtes, reunidas em Leiria, em 1437, oppõe-se á entrega de Ceuta, e D. Fernando morre no captiveiro, e o seu cadaver volta á patria, em 1473, em troca de mouros captivos em Tanger e Arzilla, que D. Affonso V havia tomado aos mouros, em 1471.

teiro. Tem a era (de Cesar) de 1312, que vem a ser o anno 1274 de J.-C.

—

N'este convento residiu, nos ultimos tempos, fr. José de Nossa Senhora do Cabo Roquete, tão conhecido, dentro e fóra de Portugal, pelo nome de padre José Ignacio Roquete, eminente sábio e litterato, que tantos serviços tem feito á patria com seus preciosos escriptos.

—

2.° — *Frades agostinhos* (eremitas descalços de Santo Agostinho), da invocação de Santa Maria; fundado em 1683.

Esta ordem teve principio em 2 d'abril de 1663, pela piedade da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV.

Occupa uma das extremidades da cidade, entre a porta d'Alegrete e a torre de Pecegueiro, com formosas e dilatadas vistas.

Ficou incompleto, mas, ainda assim, é um bom edificio, sendo notaveis os restos da sua egreja, que escaparam á furia dos vandalos modernos.

Hoje é um armazem de madeiras!

Os retabulos dos seus tres altares eram de preciosos marmores, com primorosas esculpturas.

Foram vendidos, depois de 1834, pela ridicula quantia de 57$600 réis (!) tendo custado alguns contos de reis.

O edificio do mosteiro, foi aproveitado para o estabelecimento de varias repartições publicas.

N'elle se estabeleceu a escola de instrucção primaria, a administração do concelho, a conservatoria, e repartição de fazenda, a estação telegraphica, o tribunal de justiça e a cadeia.

Tem um recinto ajardinado, com repucho e tanque no centro, que serve de passeio aos presos, quando se julga necessaria essa distracção.

—

3.°—*frades jesuitas* (collegio de S. Sebastião) edificado em 1605.

Era uma casa filial do collegio dos Jesuitas de Evora.

—

4.°—*freiras de Santa Clara* (franciscanas.)

E' um edificio de mesquinha apparencia, tendo só de notavel o claustro, que é uma formosa quadra, sustentada, em parte, por arcos ogivaes sobre delgados pilares, bello especimen da architéctura da época.

A egreja é tambem de singela fabrica e acanhada.

E' notavel este mosteiro, por ser fundado pela tristemente celebre rainha, D. Leonor Telles de Menezes, em 1376.[1]

E' este mosteiro o 2.° da sua ordem que se fundou no Alemtejo.

Tinha capacidade para 60 freiras.

Hoje poucas religiosas o habitam; porém agazalham algumas meninas pobres, que se empregam no serviço do coro, e outras mulheres desvalidas, que soccorrem como podem.

E' sua actual abbadessa, a sr.ª D. Constantina Dorothea de Carvalho Godinho, que tem 100 annos.

—

5.°—*freiras bernardas*—fundado por D. Jorge de Mello, bispo da Guarda, em 1572.

E' extramuros, e dedicado a Nossa Senhora da Conceição; em cuja capella jaz o fundador, em um tumulo sumptuoso.

N'este mosteiro falleceu a 7 de março de 1874, D. Francisca de Paula da Costa Murta, com 100 annos de idade.

Só ficaram duas freiras, ambas velhas, sendo uma d'ellas completamente cega.

—

Junto á cidade houve o *convento da Serra*, de monges benedictinos, fundado no 6.° ou 7.° seculo, e que os mouros destruiram no meiado do seculo 8.°

O mosteiro de Santo Antonio, foi vendido ao sr. Lecoq, industrial francez, em 1874, junto com a matta, a cerca e um pinhal.

—

As ruas d'esta cidade são em geral es-

[1] Esta senhora, tão formosa como nobre, e tão criminosa como infeliz, morreu desprezada até dos seus proprios amigos e parentes, em Tordesilhas, a 27 de abril de 1386.

treitas e turtuosas, e com maior ou menor declive; mas orladas de bastantes edificios bem construidos e de agradavel aspecto.

Ao N. fica um extenso rocio, onde esteve a antiga real fabrica de pannos.

—

Ha na cidade diversos chafarizes, com abundancia de excellente agua potavel.

—

Os arrabaldes da cidade são muito formosos e pittorescos, em razão dos accidentes do terreno, onde se alternam, hortas, vinhas, cearas e pomares, tudo regado por varias fontes e ribeiros, que fertilisando o solo, tornam o sitio fresco e ameno.

O seu termo (que se compõe de seis freguezias) é fertilissimo em todos os generos agricolas do nosso clima, e tem muitos e vastos montados, onde se criam muitas varas de porcos, e gados de toda a qualidade, que exporta; assim como grande quantidade de madeiras de castanho, para construcções.

As ribeiras que regam o seu termo, são:

Xever, Xévòra, Xeverête, Xóla e Niza.

Todas nascem na serra de Portalegre, e servem de motor a azenhas, moinhos e pisões.

Ha n'esta serra grande cópia e muita variedade de caça, grossa e miuda, e é abundantissima de aguas que regam e fertilizam os valles adjacentes.

—

A 5 kilometros ao E. da cidade, está a serra de S. Mamede, que tem nas suas faldas uma caverna, de 24 metros de circumferencia, onde, segundo a tradição, se reuniram os frades de todas as ordens (no seculo VIII) para decidirem o meio de evitar a expulsão que os ameaçava.

Em uma linda planicie d'esta serra, se vê a ermida do Santo que lhe dá o nome, habitada por dois anachoretas, que vivem das esmolas dos camponezes.

E' templo antiquissimo.

—

A correição de Portalegre, comprehendia esta cidade e 12 villas que eram:

Alegrête, Alpalhão, Arronches, Assumar, Aviz, Castello de Vide, Marvão, Meadas, Montalvão, Niza, Póvoa, e Villa-Flor.

Esta correição foi creada por D. João III, em 3 de janeiro de 1533.

—

Dentro do recinto das muralhas, nas ruas —*do Castello* e *dos Bésteiros*—foi a antiga residencia dos nobres de Portalegre, em casas de acanhadas proporções, muitas das quaes ainda hoje existem, mostrando-nos a simplicidade d'esses tempos.

Os melhores edificios da cidade, foram construidos no seculo XVIII, fóra dos muros, no sitio chamado *largo do Côrro,* um dos principaes da cidade.

São dos srs. condes d'Avillez, e Diogo da Fonseca Tavares Accioli Coutinho.

N'este se acha encorporada a casa onde residiu Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do grande condestavel, D. Nuno Alvares Pereira; mas a sua primitiva architectura desappareceu na reconstrucção.

A esta senhora deu D. João I, por carta, feita em Portalegre, a 30 de julho da era de 1423 (19 de julho de 1385) poucas semanas depois da sua acclamação como rei de Portugal—os *quintos* de Portalegre e Alegrete, e fez outras mercês, em attenção aos immensos serviços de seu filho.

—

A povoação, que no seu principio se circumscrevia ao recinto dos seus muros, com o andar do tempo foi rompendo os antigos limites, e extra-muros se foram construindo varias ruas, parallelas ás muralhas, e a final, quando já escaceava o espaço, estendeu-se para o sitio onde se estabelecêra o hospital.

—

Misericordia

Já em 1501, havia em Portalegre, a *irmandade da misericordia,* que tinha a sua séde no antigo templo de São João Baptista, que fôra da ordem de S. Thiago.

Fundou-se o hospital, em umas casas da rua da Figueira; mas eram tão baixas e

acanhadas, que logo se viu não poder alli continuar, sem grandes inconvenientes.

Florescia n'esse tempo, a confraria do espirito Santo, em uma antiquissima ermida, a pouca distancia da povoação.

A ella estava annexa uma albergaria, para peregrinos.

Era o sitio ameno e sádio, desabafado, e lavado dos ares, por todos os lados; porque ainda então o não assoberbavam os edificios que depois se foram construindo, e hoje constituem o formoso arrabalde da cidade.

Pareceu ao provedor da Misericordia, Lopo Ribeiro, que era aqui o logar mais adequado para estabelecer o hospital; pelo que propoz aos respectivos mordomos, a reunião d'aquelles dois hospitaes, obrigando-se a Misericordia a dar pousada aos peregrinos, e alimentar e curar os enfermos pobres; ficando a confraria obrigada aos reparos do edificio e ao fornecimento das roupas necessarias.

Esta proposta, que era de reconhecida utilidade, foi acceite.

A confraria entregou 70 lençoes; muitos cobertores e mantas; a casa guarnecida e concertada; e um moio de renda, sobre a herdade da *Camareira*.

A Misericordia, além dos encargos mencionados, a que de bom grado se sujeitára, deu á confraria 70$000 réis, para a conclusão da obra.

—

Proximo á cidade, ha a fonte da Abrunheira, de agua mineralisada pelo gaz hydrogenio sulphurado.

Nasce tépida.

Não sei quaes são as suas qualidades therapeuticas, nem se é empregada como medicamento.

—

Tem Portalegre a honra de ser patria de varões que se tornaram illustres, pelas armas, pelas letras, ou pelas virtudes.

Mencionarei os de que tenho noticia.

—

D. Isidoro Tristão—da principal nobreza da provincia.

Foi conego da congregação de S. João Evangelista (loyo) e seu 4.º geral, e, depois, Dom abbade d'Alcobaça.

Era um varão insigne em letras e virtudes.

Por ordem especial do papa Innocencio VIII, foi reformador das duas sagradas religiões—benedictina e cisterciense—d'este reino.

Foi o promotor principal para a fundação da ordem de Nossa Senhora da Conceição (que instituiu a nossa portugueza D. Beatriz da Silva) e lhe deu as primeiras constituições.

Falleceu em 7 de maio de 1492.

—

Padre Agostinho de Portalegre—conego da mesma congregação, de S. João Evangelista.

Foi um varão justo, e insigne prégador apostolico.

Sendo a cidade do Porto invadida pelo flagello da peste, quando este santo ecclesiastico alli se achava, exercendo o seu ministerio apostolico—posto ser já de avançada edade, e doente, se dedicou á cura phisica e moral dos empestados, até que, com santa resignação, succumbiu ao mesmo flagello, no dia 11 de setembro, de 1493.

—

Jorge d'Avillez Juzarte de Souza Tavares, 1.º conde d'Avilléz, do qual já tratei.

—

O doutor João Juzarte da Fonseca, corregedor do civel da corte, do qual adiante trato.

—

Emilia Adelaide Pimentel, uma das nossas primeiras artistas dramaticas, da actualidade.

—

Filippe Folque.—Nasceu n'esta cidade, em 1801.

Sentou praça em 17 de novembro de 1817, com 16 annos; foi promovido a tenente, em 1833; a capitão, em 1834; a major, em 1837; a tenente-coronel, em 1847; a coronel, em 1851; a brigadeiro, em 1852, e a marechal de campo, em 1865.

Pertencia á arma de engenheria e estava collocado no estado maior general.

Era socio da academia das sciencias, conselheiro de estado effectivo, par do reino, director geral dos trabalhos geodesicos, doutor em mathematica, antigo lente da academia de marinha e lente jubilado da escola do exercito.

Foi professor de mathematica dos filhos da sr.ª D. Maria II, por quem era estimado.

Por muitos, longos e extraordinarios serviços, foram-lhe concedidas pelo governo portuguez a gran-cruz da ordem de S. Thiago do merito scientifico e litterario, e as commendas das ordens de S. Bento de Aviz e da Conceição; e dos governos extrangeiros recebeu tambem diversas e mui honrosas demonstrações de apreço e consideração, entre as quaes se contava a commenda de Legião de Honra de França.

Deixou varios escriptos, sendo os mais notaveis as *Memorias sobre os trabalhos geodesicos executados em Portugal, Diccionario do serviço dos trabalhos geodesicos e topographicos do reino, Etementos de astronomia* e outros diversos estudos de mathematica.

Falleceu em Lisboa, a 27 de dezembro de 1874.

—

O padre Manuel d'Almeida, bacharel, formado em canones, pela universidade de Coimbra.

Foi o primeiro prior da Magdalena, depois que esta egreja, deixando de ser apresentada pelos jesuitas (1759) o foi pela universidade.

Obteve o seu provimento, em 12 de maio de 1801.

Collou-se e tomou posse logo a 18.

Nasceu n'esta cidade, a 30 de julho de 1769.

Foi varão douto e recommendavel, pelas obras que publicou sobre economia politica, em tempo em que esta sciencia era ainda apenas conhecida em Portugal.

Falleceu a 19 de dezembro de 1833. Jaz na Sé Cathedral.

—

Na encosta da serra que fica ao O. de ortalegre, em sitio agreste e alcantilado, está a ermida de *Nossa Senhora da Penha*, edificada pelos annos de 1610, sendo bispo d'esta diocese, D. Diogo Correia.

Segundo a tradição—um santo anachoreta (do qual nunca se soube a patria, nem o nome) construiu n'este sitio (parece que por suas proprias mãos) uma edicula, onde collocou a imagem da Santissima Virgem.

Principiou o povo d'estes sitios a ter grande devoção com esta Senhora, pelo que, poucos annos depois, lhe mandaram fazer uma capella mais vasta e de boa architectura, toda de abobada, e muito bem ornada.

O dr. João Juzarte da Fonseca (progenitor dos condes d'Avillez, e que depois falleceu em Lisboa, onde era corregedor do civel da côrte) augmentou muito este Sanctuario, não só á custa da sua fazenda, como das esmolas, que obteve do povo.

Era tal o empenho d'este virtuoso magistrado e de sua mulher, para que as obras se concluissem com brevidade, que elles mesmos acarretavam agua para amassar a cal, e conduziam materiaes para a obra: exemplo que foi seguido por muitas donas e cavalheiros de Portalegre; assim como da gente do povo, e até das creanças da escola.

Os pedreiros e mais operarios, davam em cada semana, um ou mais dias sem exigirem sallario; mas n'esses dias, o dr. Juzarte lhes dava almoço e jantar.

Foi d'este modo, que a capella e suas dependencias se acharam concluidas em 1635, sendo bispo d'esta diocese, D. João Mendes de Távora, que depois foi bispo de Coimbra.

Esta ermida está annexa á Sé, que recebe as offertas que os romeiros e devotos dão á Senhora.

O erimitão, fundador da primittiva capellinha, deu á padroeira a invocação de *Nossa Senhora da Penha de França*; porém, como o papa clemente VIII, tinha, por um breve, ordenado que em Portugal sómente podesse ter esta invocação a Senhora da Penha de França, de Lisboa, os irmãos d'esta Senhora se queixaram ao pontifice, allegando que, outras imagens da Senhora, com tal

invocação, diminuiam a devoção a esta, e o rendimento das esmollas e offertas (que era o principal motivo da sua queixa) o papa mandou um nuncio apostolico a Portalegre, intimar os mórdomos da nova capella, sob graves censuras, que mudassem a invocação da sua padroeira, que desde então ficou sendo só *da Penha*.

Pelos annos de 1675, o bispo, D. Ricardo Russel, deu esta ermida aos eremitas descalços de Santo Agostinho, tirando-os da casa de Santa Maria do Castello, para aqui fundarem o seu mosteiro.

Arrependido depois, buscou futeis pretextos, e lha tornou a tirar, depois dos padres terem feito bastantes despezas para aqui se acommodarem; tendo de tornar ás casas de Santa Maria, que eram suas, por compra.

—

Ha ainda n'esta cidade e seus arredores, mais oito capellas, publicas, além das particulares.

—

Egreja de Santa Maria Magdalena

Ainda em 1834 tinha esta cidade cinco freguezias, como fica dito no principio d'este artigo; e posto que então foram supprimidas as de S. Thiago, S. Martinho, e Santa Maria Magdalena, ainda se conservaram os templos, mais ou menos arruinados, até que em 1858, a camara municipal tomou conta das egrejas de S. Martinho e de Santa Maria Magdalena, para as arrazar, e estabelecer na área da primeira, uma praça d'hortaliça; e na da segunda, um chafariz.

Nos fins d'agosto de 1858, principiou a demolição da egreja de Santa Maria Magdalena, nao ficando d'ella mais do que o nome ao largo onde existiu.

Era a mais antiga parochia da cidade.

D. Affonso III, fez, em 1259, doação do padroado da egreja, ao mosteiro de São Jorge (conegos regrantes de Santo Agostinho—*crusios)* situado sobre a esquerda do Mondego, junto a Coimbra—*pera que rogassem a Deos pela vida de sua primeira filha, D. Branca.* [1]

E' esta infanta que o nosso Garrett immortaliza no seu primoroso poema *Dona Branca.*

—

O cardeal D. Henrique (depois rei) prior-mór e commendatario de Santa Cruz de Coimbra, deu o padroado da egreja de Santa Maria Magdalena, de Portalegre, aos jesuitas d'Evora, por breve do papa Pio V, de 20 de julho de 1564.

Expulsos os jesuitas de Portugal (1759) foi encorporado na côroa o padroado d'esta egreja, onde esteve até 4 de julho de 1774, fazendo então D. José I doação d'elle á universidade de Coimbra, que tomou posse no 1.º de abril de 1788.

O ultimo prior apresentado pelos jesuitas, d'Evora, foi o padre Manuel Jeronymo de Vellez.

E o 1.º apresentado pela universidade, foi o seu successor, o padre Manuel de Almeida.

Foi este o ultimo prior graduado que teve a egreja da Magdalena; porque, vagando ella, pela sua promoção a arcediago da Sé Cathedral, lhe succedeu o padre João Baptista de Carvalho Serra, que não tinha grau academico.

Foi o ultimo prior, porque em sua vida foi supprimida esta freguezia.

—

Teve esta egreja varios concertos e reedi-

[1] A infanta D. Branca, filha de D. Affonso III e de sua 2.ª mulher, D. Brites (filha de D. Affonso X, de Castella) nasceu a 28 de fevereiro de 1259, na (então) villa de Guimarães.

Foi senhora de Monte Mór Velho, de Campo Maior, e de outras terras.

Foi abbadessa do mosteiro de Lorvão, e era tão exemplarmente virtuosa, que foi feita abbadessa das *Huelgas*, de Burgos, que governavam doze mosteiros da sua ordem.

Falleceu n'esse mosteiro, não se sabe quando.

O sr. Varnhagen, secretario da legação do Brasil, em Madrid, visitou Burgos, em 1846, e viu, perfeitamente conservado, o tumulo da infanta D. Branca, abbadessa d'este mosteiro.

ficações, em uma das quaes se lhe virou a frente á rectaguarda.

A ultima restauração foi operada em 1732; ficando então o templo de fórma octogona, sendo então todo formado de abobada, com magestoso altar-mór e dois lateraes, de elegante fabrica.

Tinha torre, côro, duas sachristias e duas portas.

Sobre a principal, estava um quadro, de asulejo, que representava o orago.

Varias familias tinham seus jazigos n'esta egreja, sendo a principal d'ellas a dos Peixotos.

Em uma campa de marmore, com o brazão d'esta familia, primorosamente lavrado, se lia a seguinte inscripção:

SEPULTURA DE ANTONIO PEIXOTO ENSERRABODES, EM A QUAL TAMBEM
ESTÃO SEPULTADOS, SEU NETO
ANTONIO PEIXOTO DE BRITO,
E SEU BISNETO, FRANCISCO
DE BRITO ENSERRABODES,
E SEUS HERDEIROS E
DESCENDENTES.

—

As noticias sobre esta egreja, são extrahidas da *Brevissima noticia*, que sobre a mesma publicou em 1858, o nosso infatigavel investigador, o sr. F. A. Rodrigues de Gusmão.

Do mesmo senhor é a noticia que se segue, resumida da sua *Memoria dos alcaides-móres de Portalegre*, publicada em 1867.

—

Alcaides-móres de Portalegre

D. Affonso III, déra a seu filho, o infante D. Affonso [1] os senhorios de Portalegre, Marvão, Arronches e outras terras.

Este infante era casado com D. Violante, filha do infante D. Manuel (filho de D. Fernando, o *Santo*, de Castella e de D. Constança, filha de D. Jayme, rei d'Aragão.)

D'este casamento houve D. Affonso, que foi senhor de Leiria, e falleceu sem descendencia—e tres filhas—*D. Isabel*, casada com o infante D. João, *o Torto*, senhor de Biscaia, filho do infante D. João, que se intitulou rei de Leão, e morreu na Veiga de Granada, e D. Maria, sua mulher, filha do conde D. Lopo, senhor de Biscaia—*D. Constancia*, casada com D. Nuno Gonçalves de Lára, *o Bom*—e *D. Maria*, casada com D. Tello, neto do infante D. Affonso de Molina.

Pretendia o infante D. Affonso (o irmão do rei D. Diniz) dar a suas tres filhas, os senhorios de Portalegre, Marvão e Arronches; mas o rei não o consentiu, porque os maridos d'aquellas infanntas eram senhores poderosos estrangeiros, e aquelles dominios, não tornando a Portugal, diminuiam em muito as rendas do estado.

Junte-se a isto, que D. Affonso se inculcava por legitimo rei de Portugal, fundando-se em que D. Diniz era filho adulterino, por ter nascido em vida da condessa de Bolonha, primeira mulher de seu pae; o que se não dava com D. Affonso, que nascera depois da morte d'aquella infeliz princeza.

Foram estes os motivos da guerra civil, entre os dois irmãos, a qual terminou por intervenção da rainha Santa Isabel, como em outro logar fica dito.

O infante entregou as villas de Portalegre, Marvão e Arronches, com seus castellos e dependencias, a Ayres Cabral, *que os teve em fidelidade*, até que, em 1300, deu o rei a seu irmão, as villas de Cintra e Ourem, com outros *logares chãos* (não fortificados) na comarca de Lisboa.

Ayres Cabral, foi portanto, o primeiro alcaide-mór de Portalegre. [1]

[1] Nascido a 8 de fevereiro de 1263, e fallecido a 2 de novembro de 1312.
Foi sepultado no mosteiro de S. Domingos de Lisboa.

[1] Por alvará de 6 de novembro de 1769, foi extincto o officio d'alcaide-mór; e já o haviam sido os *alcaides das saccas*, de Valença, e todos os mais alcaides-móres e pequenos, postos nos extremos do reino, com seus guardas e homens que os acompanhavam, por alvará de 3 de agosto de 1767. (*Reportorio geral; ou indece alphabetico, dås*

Ayres Cabral (ascendente de Pedro Alvares Cabral, o famoso descobridor do Brasil) foi senhor de Belmonte e alcaide-mór de Azurára. (Vide *Belmonte*, vol. 1.º, pag. 374, col. 2.ª)

Era filho de Pedro Annes Cabral (vassallo de D. Affonso III, e seu reposteiro-mór) e neto de Gil Alvares Cabral.

Casou com Catharina Annes do Loureiro, irman de João Annes do Loureiro, fundador da egreja de Silgueiros, junto a Vizeu.

Foi seu filho (entre outros) Alvaro Gil Cabral, alcaide-mór da Guarda.

Não se sabe quem succedeu a Ayres Cabral, nem se acha memoria dos alcaides-móres de Portalegre, nos reinados de D. Affonso IV, nem de seu filho, D. Pedro I.

Frei Manuel dos Santos, diz que o rei D. Fernando I, deu, em Coimbra, a 24 de setembro da era de 1407 (13 de setembro de 1369 de Jesus Christo) o castello de Portalegre, a Vasco Martins (ou Vasco Rodrigues Leitão.)

A esta mercê, juntou o rei a doação dos direitos de Portalegre e Assumar, e a colheita e renda dos tabelliães, para as ter em tença, por carta, datada de Leiria, de 8 de novembro da era de 1410 (29 de outubro de 1372 de Jesus Christo.)

Por outra carta, dada em Santarem, a 13 d'abril da era de 1411 (2 d'abril de 1373 de Jesus Christo) lhe deu o mesmo rei, os reguengos de Perar e Cabeça Gorda, no termo de Monforte (do Alemtejo.)

Por outra carta escripta em Portalegre, e datada de 30 de maio da era de 1418 (19 de maio de 1380 de Jesus Christo) lhe fez, o mesmo rei, mercê de coutar a herdade da Silveira, no termo de Assumar.

D. João I, sendo ainda *defensor* do reino, lhe deu o senhorio de Albufeira (Algarve) por carta dada em Lisboa a 18 de agosto de 1422 (7 de agosto de 1384 de Jesus Christo) e no anno seguinte, a 3 de setembro (23 de agosto de Jesus Christo) lhe fez mercê de todos os *fructos novos* e direitos, com outras cousas, da alcaidaria-mór de Caséve no termo de Santarem.

leis extravagantes de Portugal, etc., pelo desembargador, Manuel Fernandes Thomaz, tomo 1.º, pag. 35 e 36.)

Memoravel em nossos fastos é o brioso e rasgado patriotismo com que este Vasco Rodrigues Leitão, fallou a D. João I, de Castella, e a sua mulher, D. Beatriz (filha de D. Leonor Telles de Menezes) quando lhes foi apresentado, como prisioneiro, depois de uma batalha, entre a esquadra portugueza e castelhana.

O rei lhe perguntou, se na esquadra vinha Nuno Alvares Pereira, ao que o portuguez respondeu negativamente.

Então, chegou D. Beatriz, que conhecia Vasco Rodrigues Leitão, por ter sido creado de D. Fernando I de Portugal— e lhe disse:

Santa Maria! sois vós, Vasco Rodrigues?

Sim, senhora, lhe respondeu elle, e lhe foi beijar a mão.

Então o rei lhe disse:

Esse é bom beijar de mão. Vem com a lança em punho contra a rainha sua senhora, e beija-lhe a mão com escarneo! Havias mister que vos cortassem os beiços, e a lingua, pois sois contra a rainha cujo é o reino de direito.

Vasco Rodrigues, respondeu:

Não vol-o dizem a vós assim; mas que, entrando vós no reino antes do tempo que o contracto era pôsto, britastes as cousas contheudas, e perdestes o direito que n'elle havias—e nós fizemos o que devemos, em defender nossa terra, a quem d'esta guiza nol-a quer tomar.

E era assim.

A inhabilidade e o ardente

desejo do rei castelhano por deitar as garras a Portugal, fez precipitar os acontecimentos, e abriu os olhos a muitos portuguezes illudidos, sendo um d'elles, o proprio Vasco Rodrigues Leitão, que, sendo alcaide-mór de Santarem, havia feito todas as diligencias para que fosse acclamada rainha de Portugal a mulher do rei castelhano.

—

A Vasco Rodrigues Leitão, succedeu na alcaidaria-mór de Portalegre, *Vasco Pires de Camões*, nomeado por D. Fernando I, em 7 de junho de 1418 (28 de maio de 1380 de Jesus Christo.)

Vasco Pires de Camões, 3.º avô, por varonia, do grande Luiz de Camões, era um fidalgo gallégo, que, com João Fernandes Andeiro e outros de Castella, se passou a este reino, no tempo do rei D. Fernando, com tenção de vingar a morte de D. Pedro, *o cruel*—a quem seguira—contra seu irmão e assassino, D. Henrique, o *bastardo* (depois 2.º do nome.)

D. Fernando I, que se julgava com direito ao throno de Castella, como bisneto de D. Sancho, *o bravo*, e néto da rainha D. Beatriz, filha d'este—por não haver ficado filho algum legitimo de D. Pedro, *o cruel*, para ter estes transfugas do seu partido, e para que elles chamassem outros, da mesma parcialidade, lhes deu ricas propriedades, boas rendas e muito dinheiro.

A Vasco Pires de Camões (muito acceito a D. Leonor Telles de Menezes, que o fez aio de D. Affonso, conde de Barcellos, seu sobrinho) deu o rei o senhorio do castello d'Alcanêde e das villas do Sardoal, Punhete (hoje Constancia) Marão e Amendoa; e depois, da *quinta do Judeu*, no termo de Santarem, e dos bens de Vasco Pires de Chão do Couce, que lhe haviam sido confiscados, por tomar o partido de D. Henrique II, de Castella.

Deu-lhe tambem depois, *a quinta de Gestaçô*, com outros casaes e herdades, em Evora Monte, Aviz e Estremoz, e que tinham sido da infanta D. Beatriz, então rainha de Castella.

Mais lhe deu umas terras, na villa de Monte Mór Novo, que tambem tinham sido de D. Beatriz.

Finalmente, coberto de honras e riquezas, pelos reis de Portugal, os atraiçoou mais de uma vez, e deu provas de um fidalgo sem brio, revoltando-se contra o seu bemfeitor (D. João I, de Portugal) quando era alcaide-mór de Alemquer, e faltando aos seus juramentos.

Para evitarmos uma extensa repetição, vide, no artigo *Alemquer*, vol. 1.º, pag. 99, col. 1.ª, no fim e seguintes.

Segundo uns, Vasco Pires de Camões, morreu na gloriosa batalha d'Aljubarrota, combatendo pelos Castelhanos—segundo outros, ficou prisioneiro.

O que é certo é que D. João I de Portugal, em castigo das suas traições e prejurios, lhe tirou tudo quanto D. Fernando I e D. Leonor Telles de Menezes lhe tinham dado, perdendo por isso todos os vassallos e fortalezas que tinha n'este reino, deixando-lhe sómente a clemencia do rei portuguez, as terras e herdades de Estremoz e Avis, e outros bens particulares que tinha em Alemquer e Lisboa,[1] do que seus descendentes instituiram depois, ricos morgados, principalmente, na cidade d'Evora e na villa d'Aviz, onde ás suas herdades se deu o titulo de *camoeiras* (de Camões.)

D. João I (sendo ainda mestre d'Aviz, e defensor e regedor do reino) deu, em Lisboa, a 15 de março de 1384, a Gil Affonso, seu creado, varios bens, que haviam sido de Vasco Pires de Camões.

E na mesma cidade, a 20 de maio do mesmo anno, deu a Alvaro Fernandes Rego, morador em Alemquer, umas casas em Lisboa, confiscadas ao mesmo Vasco Pires de Camões.

Este, tinha casado com uma filha de Gonçalo Tenreiro, ao qual D. Fernando I havia

[1] Dizem outros, que D. João I só *restituiu* isto aos filhos de Vasco Pires de Camões.

feito capitão-mór das armadas de Portugal, e o mestre d'Aviz lhe deu a capitania de Lisboa, o que tambem tudo perdeu, por seguir as partes de Castella, onde foi feito mestre da ordem de Christo (que era o mesmo que se fosse feito cousa nenhuma.)

Não se sabe se Vasco Pires de Camões tinha brazão d'armas, antes de vir para este reino; o que se sabe é ter cá adoptado por armas—em campo verde uma serpe d'ouro, entre dois penhascos.

Este Vasco Pires de Camões, é progenitor do actual sr. conde de Peniche e marquez d'Angeja, e de outros nobres fidalgos portuguezes.

—

A Vasco Pires de Camões, succedeu na alcaidaria-mór de Portalegre, *D. João Affonso Tello*, irmão de Martim Affonso Tello, pae da tristemente celebre, D. Leonor Telles de Menezes.

D. João Affonso Tello, foi grande valido de D. Pedro I, que o fez conde de Barcellos, com tão desusadas honras, como jámais se haviam feito a outro qualquer fidalgo d'este reino.

Foi tambem seu alferes-mór e mórdomo-mór.

Por fallecimento de D. Pedro I, foi grande privado de D. Fernando I, que o fez conde de Ourem, e lhe deu a jurisdicção civel e crime na sua honra de Bretiande, como já a tinha na de Canavezes.

—

A D. João Affonso Tello, succedeu *D. Pedro Alvares Pereira* (filho de Alvaro Gonçalves Pereira), prior do Crato, e irmão do grande condestavel, D. Nuno Alvares Pereira.

Este, estava então na comarca d'Entre Douro e Minho, onde recebeu ordem, de D. Fernando I, para vir juntar-se a seu irmão, em Portalegre, immediatamente, e onde logo chegou, com 25 homens d'armas e 30 homens de pé; partindo logo o prior do Crato com a sua hoste, contra o mestre de Santiago (castelhano), que de Badajoz—d'onde era fronteiro—sahira a saquear Veiros, Souzel e Câno, recolhendo-se com ricos despojos áquella praça, sem que alguem se oppozesse á sua marcha devastadora.

D. Pedro não passou d'Elvas, regressando d'alli a Portalegre, por saber que o infante D. João (filho de D. Ignez de Castro e de D. Pedro I), que andava ao serviço de Castella, vinha em soccorro do mestre de S. Thiago, com muitos homens de cavallo e de pé.

Por esta mesma occasião, soube o rei D. Fernando (estando em Santarem), que em Castella se estava armando uma grande frota, para vir sobre Lisboa; pelo que, nomeou para defensor d'esta cidade, Gonçalo Mendes de Vasconcellos.

Com effeito, a 7 de março de 1372, chegou a Lisboa uma esquadra inimiga, composta de 80 velas e com muitos homens de guerra. Gonçalo Mendes de Vasconcellos não ousou impedir o desembarque, e o rei não se mexeu de Santarem, nem deu a menor providencia. [1]

Os castelhanos, não achando a minima opposição, saltaram em terra, e saquearam e incendiaram a cidade e seus arredores.

O rei, demittiu, por cobarde, a Gonçalo Mendes de Vasconcellos, sendo substituido por D. Pedro Alvares Pereira, alcaide-mór de Portalegre e prior do Crato.

Fallecendo o imbecil D. Fernando (22 de outubro de 1383), D. Leonor Telles de Menezes, fez ao prior do Crato alcaide-mór de Portalegre; porém o povo o não quiz reconhecer como tal (por ser partidario decidido dos castelhanos), e pondo-lhe cêrco ao castello, lh'o tomou, depois de seis horas de combate.

Todos sabem que D. Pedro Alvares Pereira, contra todos os conselhos e diligencias de seu fidelissimo irmão, se bandeou com os inimigos da sua patria, vindo a morrer na batalha d'Aljubarrota, ao lado do rei castelhano, no dia 14 de agosto de 1385. (Vide 6.º vol., pag. 319, col. 2.ª)

—

Terminando a guerra com Castella, pelo tratado de paz, assignado na villa de Aython, a 31 de outubro (outros dizem 29 de novem-

[1] Só d'ahi a dez annos, é que D. Fernando se lembrou de fortificar Lisboa.

bro) de 1411, pelo qual o mestre de Aviz, já D. João I, é reconhecido rei legitimo de Portugal, proveu o monarcha, no emprego de alcalde-mór de Portalegre, a *Gonçalo Esteves de Tavares*, filho de Pedro Esteves de Tavares, descendente de D. Pedro Viegas de Tavares, que era senhor da Guarda, no reinado de D. Sancho I.

Este Gonçalo Esteves de Tavares, era casado com Leonor Rodrigues de Vasconcellos, e foram os instituidores do *morgado da Bouça*, em Terra de Tavares, e fundadores da egreja da *Corga*. (Vide *Córgas, Pico de Regalados*, e *Pindo*.

—

Succedeu-lhe, na alcaidaria-mór de Portalegre, seu filho, *Martim Gonçalves de Tavares*, que casou com D. Catharina da Nóbrega (senhora gallêga). Era tambem alcaide-mór d'Alegrete e Assumar.

A este succedeu seu filho, *Gonçalo Esteves de Tavares*, que tambem teve as outras alcaidarias de seu pae. Foi casado com D. Anna Diniz Malafaia.

Succedeu-lhe seu filho, *Pedro Tavares*, que á alcaidaria-mór de Portalegre reuniu as de Alegrete e Assumar.

Era casado com D. Isabel de Souza, filha de Gonçalo Rodrigues de Souza, do conselho de D. Affonso V, seu capitão de ginetes, e commendador de Niza, Alpalhão e Montalvão, na ordem de Christo.

Este Pedro Tavares, foi um dos principaes cabos de guerra que capitaneára a frota que foi á malograda empreza de Tanger, com os infantes D. Henrique e D Fernando, irmãos do rei D. Duarte, como já fica dito.

D. João II, tirou a Pedro Tavares as suas tres alcaidarias-móres, dando-lhe em troca (forçada) o logar de Mira e a dizima do pescado, das villas d'Aveiro e Esgueira.

Gonçalo Tavares, 2.º senhor de Mira (filho de Pedro Tavares), foi pae de Francisco de Souza Tavares, capitão-mór do mar da India e das fortalezas de Dio e Cananor.

Foi por este motivo que os Tavares se estabeleceram em Aveiro, pelos annos de 1500.

Francisco de Souza Tavares não teve filhos varões, foi sua filha e herdeira, D. Magdalena de Vilhena, casada em primeiras nupcias, com D. João de Portugal, que se julgou morto, na infeliz batalha d'Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578, pelo que D. Magdalena passou a segundas nupcias (em 1585 ou 1586) com Manuel de Souza Coutinho.[1]

O nosso Garrett immortalisou esta senhora, no seu esplendido drama—*Frei Luiz de Souza*.

Todos sabem que, pelos annos de 1613, havendo noticia de que D. João de Portugal não morreu, mas ficou captivo na Africa, se separaram D. Magdalena e Manuel de Souza Coutinho. Ella foi morrer freira, no convento do Sacramento, de Lisboa; e elle professou no convento dominicano de Bemfica, a 8 de setembro de 1614, tomando o nome, hoje immortal, de *frei Luiz de Souza*, e n'este mosteiro falleceu, em maio de 1632. (Vide *Almada*, vol. 1.º, pag. 141, col. 1.ª, no fim — *Bemfica*, no mesmo vol., pag. 377, col. 2.ª—e *Santarem*.

Tirada a alcaidaria-mór de Portalegre, á familia Tavares, o rei (D. João II) a deu a *Sebastião Rodrigues da Gran*, dando-lhe tambem as de Alter-do-Chão e de Assumar.

Era este Sebastião, pae de Ruy Gomes da Gran, capitão de uma das naus, que, em 1526, D. João III mandou para a India.

D. João V, tinha promettido o senhorio de Portalegre a D. Alvaro de Portugal (irmão do duque de Bragança), mas o principe—depois D. João II—se oppôz—por odio que já tinha á casa de Bragança—e disse a seu pae, que não convinha se désse uma praça da raia a um homem em quem não tinha confiança.

D. Affonso V, deu então este senhorio a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, com-

[1] Que nasceu em Santarem, em 1555.

mendador-mór de S. Thiago, alcaide-mór de Estremoz e Elvas, senhor de Vimieiro, Mortágua, Aveiro e outras terras, e capitão de Ceuta.[1]

O povo de Portalegre, fundado nos privilegios que lhe havia concedido o rei D. Diniz, em 1299 (de nunca esta povoação sahir da corôa), se oppoz energicamente a esta doação. O rei, depois de ameaças e castigos, teve de transigir com a justa pretenção do povo, ratificando-lhe os seus antigos privilegios, por carta, datada de Veiros, a 20 de março de 1460; declarando na mesma carta, que Portalegre já mais poderia ser dado — *nem a infante, nem a rico-homem, nem a rica-dona, mas ser d'el-rei e de seu filho primeiro, e herdeiro.*

—

Apezar dos privilegios dados a Portalegre pelo rei D. Diniz, e da confirmação d'elles por D. Affonso V; D. Manuel, em 1498, deu o senhorio d'esta (então) villa, a D. Diogo da Silva de Menezes; mas não teve effeito a doação, porque o povo se oppoz tenazmente, exhibindo os seus privilegios.

O rei indignou-se, mandando proceder contra os requerentes, castigando-os rigorosamente, com penas, degredos e emprasamentos.

Nada d'isto alterou o povo, que continueu na sua recusa, e o rei, para evitar sérias desordens, revogou por fim a doação, dando a D. Diogo o titulo de conde de Portalegre, um conto de réis em dinheiro, e a alcaidaria-mór do castello, *de juro e herdade*, na sua descendencia masculina, por alvará de 6 de fevereiro de 1498.

O senhorio de Portalegre continuou a ser da corôa.

D. Diogo da Silva de Menezes, 1.º conde e 1.º alcaide-mór, da casa dos Silvas, que teve Portalegre, era senhor de Gouveia, Celorico, S. Romão de Céa, e outras terras da Beira-Baixa. Era mórdomo-mór do rei D. Manuel, seu escrivão da puridade, do seu conselho, e védor da real fazenda.

Era 4.º filho de Ayres Gomes da Silva, alcaide-mór de Campo-Maior e Ouguella, e de D. Isabel de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, conde de Vianna e 1.º capitão de Ceuta. Era irmão do beato Amadeu, que na Italia fundou a ordem dos *amadeus*, e de D. Beatriz da Silva de Menezes, que instituiu em Castella a ordem da Conceição.

Tinha nascido (D. Diogo) em Ceuta, na Africa, e foi casado com D. Maria de Ayala, filha e herdeira de D. Diogo Garcia de Herrera, senhor das ilhas de Lancerote, Forte-Ventura e Goméra, nas Canárias (do que se intitulou rei), e de D. Maria Pedraça, sua mulher, que era a senhora d'estas ilhas.

Foi seu filho, D. Miguel da Silva de Menezes, bispo de Viseu, escrivão da puridade, de D. João III, e cardeal presbytero da Santa Egreja Romana.

Foi D. Diogo um dos mais distinctos e respeitaveis fidalgos da côrte, nos reinados de D. Affonso V, D. João II, e D. Manuel.

Achou-se, em 1464, no cêrco de Tanger, com o infante D. Fernando,[1] e sendo dos primeiros que escalaram as muralhas da praça, alli, com outros fidalgos, foi feito prisioneiro.

N'esta expedição, que foi a segunda contra as praças da Africa, perdeu D. Affonso V (irmão do infante D. Fernando) a flor do exercito portuguez.

[1] D. Sancho de Noronha, era filho de D. Affonso, conde de Gijon, e de D. Isabel, filha do rei D. Fernando, e irmão de D. Constança, duqueza de Bragança, mulher de D. Affonso, filho de D. João I. (Vide *Barcellos.*)

D. Sancho já era fronteiro-mór da comarca d'Entre o Tejo e Guadiana.

[1] Não se confunda com o infante D. Fernando, filho de D. João I, e irmão do rei D. Duarte. Este ficou em refens pela praça de Ceuta, em 1434, e morreu no captiveiro. O de que se falla no texto, era seu sobrinho, 5.º filho do rei D. Duarte, e foi duque de Viseu, 12.º grão-mestre da ordem de S. Thiago, e pae do rei D. Manuel. (Vol. 1.º, pag. 77, col. 2.ª)

D. Diogo, e a maior parte dos fidalgos e peões, foram remidos, e regressaram a Portugal.

Quando, em 1477, o mestre de S. Thiago, de Castella, entrou em Portugal, e se postou, com 2:000 lanças, na ribeira de Degébe, D. Diogo, por ordem de D. João II, ainda regente (que estava em Evora) fez retirar os castelhanos.

Em 1489, D. Diogo, por ordem de D. João II, confirmou, com Ruy de Souza e D. Affonso de Monroy, o tratado de paz, celebrado entre Ayres da Silva e o rei de Féz (Africa), pelo qual se permittiu aos portuguezes, cercados na Graciosa, sahirem com armas, artilheria e cavallos.

D. João II, deu a seu cunhado, D. Manuel, duque de Beja, e seu successor, por aio, a D. Diogo—*por ser varão de nobre sangue e de muito bom aviso e saber, e de bom conselho:* e n'esta qualidade, acompanhou sempre a D. Manuel, emquanto duque e depois de rei.

Em todos os actos graves da côrte, sempre o 1.º conde de Portalegre teve um dos mais honrosos e distinctos logares.

Falleceu a 20 de fevereiro de 1504.

—

Foi 2.º conde e 2.º alcaide-mór (dos Silvas) de Portalegre, seu filho e herdeiro, D. João da Silva de Menezes, natúral d'Evora, mórdomo-mór de D. João III. Casou, em janeiro de 1507, com D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro de Portugal, 4.º filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e de D. Philippa de Mello.

Foi seu filho:

D. Alvaro da Silva, 3.º conde e 3.º alcaide-mór de Portalegre (da casa dos Silvas), do conselho de estado, mórdomo-mór do rei D. Sebastião e do cardeal-rei. Casou com D. Philippa de Vilhena, sua prima germana, filha de D. Rodrigo de Mello, conde de Tentugal, e 1.º marquez de Ferreira.[1] Casou, em segundas nupcias, com D. Maria da Cunha, filha do famoso Nuno da Cunha, senhor de Gestaço e Panoias, e governador da India. D'esta não houve filhos. Da primeira mulher, teve:

D. João da Silva, seu unico filho, não chegou a herdar a casa dos Silvas, por fallecer em Coimbra, em fevereiro de 1573, sobrevivendo-lhe seu pae, que falleceu no 1.º de janeiro de 1580.

D. João foi casado com D. Luiza de Albuquerque, filha unica e herdeira de Antonio de Brito, governador das Molucas, da qual não teve filhos.

Casou, em segundas nupcias, com D. Maria da Silva, filha de D. Garcia de Almeida, commendador do Sebal, da ordem de Christo, e 1.º reitor da universidade de Coimbra. D. Maria da Silva, era dama da rainha D. Catharina, mulher de D. João III.

Foi sua filha, e herdeira, *D. Philippa da Silva,* que casou com *D. João da Silva,* o qual, por este casamento, ficou sendo 4.º conde e 4.º alcaide-mór (dos Silvas) de Portalegre.

Este D. João da Silva, era filho de D. Manrique da Silva, commendador da Guadalerça (Hespanha) na ordem de Calatráva, que foi mestre sala da imperatriz D. Isabel, mulher de Carlos V, e filha do nosso rei D. Manuel e de sua segunda mulher e cunhada, a rainha D. Maria, filha dos reis catholicos.

Foi mãe de D. João da Silva, D. Beatriz da Silveira, dama da imperatriz D. Isabel.

D. João da Silva, nasceu em Toledo, em 1528, e foi commendador de *Obrera* (Hespanha) da ordem de Calatráva, conde de Salinas, em Castella, e, como já disse, 4.º conde e 4.º alcaide-mór (dos Silvas) de Portalegre.

Foi embaixador do rei D. Philippe II, de Castella, a D. Sebastião de Portugal, ao qual seguiu na malograda expedição á Africa, ficando prisioneiro, na batalha d'Alcacer-Kibir.

Foi resgatado e regressou de Marrocos, representando n'essa infausta época para Portugal, um importante papel, como sectario decidido do usurpador Philippe II, que o fez marquez d'Alemquer e um dos governadores do reino, exercendo este cargo, desde 1593 até 1600. Serviu de mórdomo-mór do usurpador, na sua acclamação, em Thomar, a 19 de abril de 1581.

[1] O marquezado de Ferreira e o condado de Tentugal, estão hoje unidos ao ducado do Cadaval. Vide *Cadaval.*

Falleceu em Toledo, sua patria, em 1601.

É geralmente tido como verdadeiro auctor da historia — *Dell'Unione del regno de Portugallo alla corona de Castiglia*, publicada sob o nome de Conestaggio.

—

Succedeu-lhe — D. Diogo da Silva de Menezes, duque de Francavilla, marquez de Alemquer, conde de Salinas e Ribadeu, 5.° conde e 5.° alcaide-mór de Portalegre (dos Silvas) mórdomo-mór de D. Philippe III, que o nomeou tambem um dos governadores d'este reino, com o titulo de *presidente do conselho da corôa de Portugal.*

Esteve D. Diogo desposado com D. Ignez da Silva, filha e herdeira do conde de Cifuentes, que falleceu antes de se effectuar o matrimonio.

D. Diogo não quiz casar com outra, e renunciou a sua grande casa, em seu irmão.

D. Manrique da Silva, que foi 11.° marquez de Gouveia, feito por D. Philippe IV, em 20 de janeiro, de 1625.

Foi 6.° conde e 6.° alcaide-mór de Portalegre, da casa dos Silvas.

Foi commendador d'Almada (da ordem de S. Thiago) presidente da mesa do desembargo do paço, gentil-homem da camara, do mesmo D. Philippe IV, e seu mordomo-mór.

Annuindo á revolução do 1.° de dezembro de 1640, D. João IV lhe conservou todas as honras e empregos que tivera durante a usurpação.

Morreu a 4 de dezembro de 1648.

Casou trez vezes: e de sua ultima mulher, D. Maria de Alencastre (filha de D. Alvaro de Alencastre, bisneto do nosso D. João II, e de sua sobrinha, D. Joanna de Alencastre, duques de Aveiro) teve seu filho e herdeiro:

D. João da Silva, 2.° marquez de Gouveia, *de juro e herdade, com tratamento de sobrinho*, por mercê de D. João IV, de 20 de maio de 1655—7.° conde e 7.° alcaide-mór de Portalegre (d'esta casa) senhor das villas de Celorico, S. Romão de Cêa, Moimenta, Valezim, Villa Nova, Nespereira da Serra, Nabainhos, Rio-Torto, Villa Cova de Coelheira, do reguengo de Torres Vedras, commendador de Santa Maria d'Almada (da ordem de S. Thiago) e das ilhas de S. Nicolau e S. Vicente, em Cabo Verde.

Testemunha dos desatinos d'el rei D. Affonso VI, escandalisado das insolencias dos seus validos, e sem consideração na côrte, se retirou para a sua villa de Gouveia, d'onde só regressou a Lisboa, depois da deposição d'aquelle monarcha.

D. Pedro II (ainda regente) o nomeou ministro plenipotenciario (por carta régia, de 4 de fevereiro de 1668) tendo por collegas, o duque de Cadaval e o marquez de Niza, para estipularem os artigos do tratado de paz, que se effectuou com Castella, em 13 de fevereiro do mesmo anno.

Em 1673, o mesmo infante regente, o mandou como embaixador a Carlos II, de Hespanha, para se effectuar o tratado da demarcação das colonias americanas, nas duas margens do Rio da Prata.

Casou com D. Maria Pimentel Pereira, filha de D. Manuel Pimentel e de D. Joanna Forjaz Pereira, 7.°ˢ condes da Feira.

Morrendo D. Maria sem filhos, casou, em segundas nupcias, com D. Luiza Maria de Menezes, irman de D. Antonio de Noronha, 1.° conde de Villa-Verde.

Tambem d'este casamento não houve filhos.

Morreu a 16 de março de 1686.

Foi seu irmão, D. frei Alvaro de São Bôa Ventura, bispo de Coimbra e conde d'Arganil, que tinha fallecido a 20 de janeiro de 1683.

Foi este o ultimo descendente, por varonia, da nobilissima e opulentissima casa dos condes e alcaides-móres de Portalegre, da qual foi herdeiro D. João Mascarenhas, 7.° conde de Santa Cruz e 4.° marquez de Gouveia, depois de ter estado 188 annos na casa dos Silvas.

D. João Mascarenhas, fugindo para o estrangeiro (pelos mativos que digo adiante, no ultimo conde de Portalegre, que foi mordomo-mór) cedeu todos os seus titulos, e honras, e toda a sua casa, em seu irmão.

D. José Mascarenhas, 8.° conde de Santa

Cruz, 5.º marquez de Gouveia, ultimo duque d'Aveiro, e senhor de toda a casa dos Silvas, morreu no cadafalso, depois de se lhe ter sequestrado tudo quanto possuia.

Para se evitarem fastidiosas repetições, e terminarmos o que diz respeito a esta casa, que foi a maior de Portugal, vide vol. 1.º, pag. 270, col. 1.ª, e seguintes, e *Chão-Salgado.*

—

Dezanove annos esteve Portalegre sem alcaide-mór.

O doutor João de Roxas e Azevedo, fidalgo da casa real, do conselho de D. Pedro II, seu secretario da assignatura, e das casas de Bragança e do Infantado, chanceller-mór do reino, desembargador do paço, enviado extraordinario á corte de Roma, e primeiro ministro reconhecido na Curia, depois da gloriosa acclamação de D. João IV—pediu ao rei uma alcaidaria-mór, para seu filho, Pedro de Roxas e Azevedo, e o monarcha lhe deu a alcaidaria-mór de Portalegre, por alvará de 23 de dezembro de 1700.

Foi pois:

Pedro de Roxas e Azevedo, alcaide-mór de Portalegre, e 1.º depois da extincção da casa dos Silvas.

Casou (em 1688) com D. Joanna Michaela de Távora e Menezes, filha de Manuel de Souza e Menezes, e de D. Margarida Christina de Souza e Vasconcellos.

Falleceu a 15 de março de 1745, na edade de 95 annos, deixando por sua herdeira, D. Caetana Rita Vicencia de Roxas e Azevedo, sua unica filha, casada com Luiz Thomaz de Carvalho e Vasconcellos, 8.º senhor da Trófa, Jalles e Alfarella de Jalles. Foi seu filho e herdeiro:

Bernardo de Lemos de Carvalho e Vasconcellos, alcaide-mór de Portalegre, por mercê de D. José I, de 9 de julho de 1757. (Bernardo de Lemos, nascêra a 12 de junho de 1727.)

Foi tambem senhor da Trófa, Jalles e Alfarella de Jalles, cuja mercê lhe foi dada na mesma carta régia que o fez alcaide-mór de Portalegre. [1]

—

A Bernardo de Lemos de Carvalho e Vasconcellos, succedeu:

Diogo Ignacio de Pina Manique, alcaide-mór de Portalegre, por mercê de D. Maria I, de 10 de setembro de 1798.

Era do conselho do principe regente (depois, D. João VI) fidalgo cavalleiro da casa real, chanceller-mór do reino, desembargador do paço, intendente geral da policia da corte e reino, commendador da Orada (da ordem de Christo) senhor donatario da villa de Manique do Intendente, padroeiro da egreja matriz de S. Pedro, da mesma villa, e das collegiadas da dita egreja, e da do Espirito Santo, de Castello de Vide.

Foi um dos mais integerrimos, illustrados, energicos e honestos magistrados que enobreceram Portugal, no fim do seculo XVIII e principio do presente.

[1] Era este Bernardo de Lemos, 4.º neto do famoso Duarte de Lemos, 5.º senhor de Trófa, amigo e leal companheiro de D. Antonio, prior do Crato.

Este nobre fidalgo, hindo em certa occasião a passar, a cavallo, a ponte de Coimbra, em occasião que D. Philippe II vinha tambem da parte opposta, para não tirar o chapeu a este usurpador, se precipitou e mais o cavallo, da ponte, sobre o Mondego.

Não morreu afogado, mas foi preso e condemnado á morte pelo usurpador.

Soror Maria da Visitação, freira da Annunciada, de Lisboa, tanto supplicou ao archiduque Alberto, governador de Portugal pelo usurpador, que foi perdoado.

(Esta soror Maria da Visitação—*a freira santa da Annunciada*—é a de que fallo extensamente, no 4.º vol., pag. 304, col 2.ª)

Este acto de verdadeira coragem, e de nobre patriotismo é d'aquelles de que Camões diz:

Digno feito, de ser no mundo eterno,
Grande no tempo antigo e no moderno.

A casa dos Lemos, da Trófa, está actualmente, na sua maior parte, em poder da sr.ª condêssa da Ribeira e de seus irmãos—todos filhos e herdeiros de Sebastião de Castro Lemos Magalhães e Menezes, da casa de Côvo, junto a Oliveira d'Azemeis.

Nasceu em Lisboa, aos 3 de outubro de 1733.

Era filho de Pedro Damião de Pina Manique e de sua mulher, D. Helena Ignacia de Faria.

Formado em direito pela universidade de Coimbra, principiou a sua vida de magistrado, pelo logar de juiz do crime, do bairro do Castello, de Lisboa, por D. José I.

O marquez do Pombal, conhecendo a aptidão e honradez de Manique, o encarregou por muitas vezes de commissões de confiança, que executou com approvação do 1.º ministro.

Serviu successivamente os cargos de corregedor do bairro d'Alfama, de desembargador da relação do Porto, da casa da Supplicação, dos aggravos, do paço, e, por fim, de chanceller-mór do reino e intendente geral da policia. [1]

São notorios os serviços que Diogo Ignacio de Pina Manique fez a Portugal, em todos os ramos de administração publica que estiveram a seu cargo; pelo que teve (e bem merecida) a amplissima confiança de D. José I, D. Maria I, e D. João VI, dos quaes recebeu as provas mais solemnes de consideração e estima.

Os que desejarem ver extensamente narrados todos os serviços d'este esclarecido magistrado, consultem a *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*—por Simão José da Luz Soriano, tom. 1.º e 2.º.

Falleceu no 1.º de julho de 1805.—Succedendo-lhe na alcaidaria-mór, seu filho.

—

Pedro Antonio de Pina Manique Nogueira Mattos d'Andrade, alcaide-mór de Portalegre.

Foi 1.º barão e 1.º visconde de Manique do Intendente, 5.º senhor do morgado de S. Joaquim, da villa de Coina, do conselho de sua magestade, deputado da mesa da consciencia e ordens, do conselho ultramarino e commendador da ordem de Christo.

Nascêu a 20 de setembro de 1773, e falleceu a 5 de fevereiro de 1839.

Por portaria de 15 de janeiro de 1814, assignada pelo ministro e secretario de estado, J. A. Salter de Mendonça, se ordenou que, sem embargo de lapso de tempo, se fizesse obra por outra, na qual se concediam a Diogo de Salles de Pina Manique Nogueira Mattos de Andrade, filho do antecedente, todas as graças e mercês concedidas a seu avô e a seu pae; mas não chegou a ser alcaide-mór de Portalegre, por já estar supprimido este titulo quando falleceu seu pae.

Diogo de Salles de Pina Manique, etc., nasceu a 3 d'abril de 1809.

Casou a 14 de outubro de 1832, com D. Maria José da Madre de Deus de Souza Maldonado—e falleceu em Lisboa, de uma apoplexia fulminante, a 22 de dezembro de 1864, deixando successão.

—

Foi pois, Pedro Antonio de Pina Manique Nogueira Mattos d'Andrade, o ultimo alcaide-mór de Portalegre.

—

Condes de Portalegre que tiveram o cargo de mordomos-móres.

No reinado de D. Manuel, entrou o cargo de mordomo-mór na casa dos Silvas, condes de Portalegre, pela fórma seguinte:

D. Diogo da Silva, 1.º conde de Portalegre.

Exerceu este cargo, no reinado de D. Manuel e parte do de D. João III.

D. João da Silva, 2.º conde de Portalegre—no reinado de D. João III.

D. Alvaro da Silva, 3.º conde de Portalegre—no reinado de D. Sebastião.

D. João da Silva, 4.º conde de Portalegre—em parte do reinado de D. Sebastião, no do cardeal-rei, e no de D. Philippe II.

[1] Em 25 de junho de 1760, creou D. José I, o officio de intendente geral da policia da corte e reino; sendo o desembargador Ignacio Ferreira Souto, o primeiro que exerceu este importantissimo cargo, e Manique, o segundo.

D. Diogo da Silva, 5.º conde de Portalegre—no reinado de D. Philippe III.

D. Manrique da Silva, 6.º conde de Portalegre, e 1.º marquez de Gouveia—nos reinados de D. Philippe IV, e D. João IV.

D. João da Silva, 7.º conde de Portalegre e 2.º marquez de Gouveia—nos reinados de D. João IV, D. Affonso VI, e D. Pedro II.

—

Fallecendo D. João da Silva (o antecedente) sem filho varão, succedeu-lhe no officio de mórdomo-mór (no reinado de D. Pedro II) D. João Mascarenhas, 5.º conde de Santa Cruz e 3.º marquez de Gouveia; por ser filho de D. Julianna de Lencastre, filha e herdeira do 1.º marquez de Gouveia e irman do ultimo possuidor.

No reinado de D. João V, foi seu mórdomo-mór, até 1722, D. Martinho Mascarenhas, 6.º conde de Santa Cruz, filho do 5.º conde do mesmo titulo e 3.º marquez de Gouveia.

Durante a sua menoridade, exerceu o seu emprego, D. Pedro Luiz de Menezes, marquez de Marialva.

Seguiu-se-lhe *D. João Mascarenhas* (filho de D. Martinho) 7.º conde de Santa Cruz, e 4.º marquez de Gouveia, que principiou no exercicio do cargo, ainda em vida de seu pae; mas, fugindo para o estrangeiro, com uma senhora casada, da villa d'Almada, abandonou o officio, e por fim, cedeu todos os seus bens, titulos e direitos, em seu irmão mais novo.

D. José Mascarenhas, infeliz duque d'Aveiro, que, com os seus, morreu entre supplicios incomportaveis, no caes de Belem, em 1759, perdendo todos os seus titulos, honras e riquezas. Vide *Chão Salgado.*

—

Cathalogo dos bispos de Portalegre desde 1550 até ao presente

1.º—D. Julião d'Alva, natural de Madrigalejo, no reino de Castella, d'onde veiu a Portugal em serviço da rainha D. Catharina.

El-rei D. João III fel-o seu capellão-mór; e mais tarde, tendo obtido da Santa Sé a erecção d'este bispado, o propoz para bispo d'elle, por conhecer as suas muitas virtudes, zelo da salvação das almas, muita prudencia, e consummada sciencia.

Foi confirmado pelo mesmo Santissimo Padre, Paulo III, e tomou posse do bispado em 16 de junho de 1550.

Com auctoridade e commissão apostolica creou os beneficios e prebendas da sua Sé.

Havendo não só alli, como em todo o reino, grande falta de quem curasse as almas, escolheu alguns jovens pobres, mas de habilidade, e á sua custa os mandou estudar, para assim acudir e remediar os grandes damnos que soffriam os seus subditos por falta de ministros competentemente habilitados.

Havendo seis annos que governava este bispado, foi trasladado para o de Miranda do Douro, onde pouco residiu; vindo ultimamente a fallecer em Villa Franca; e por disposição sua, foram seus restos mortaes conduzidos para a sua primeira Sé, onde jaz, em sepultura raza, na capella-mór do lado do Evangelho.

2.º—D. André de Noronha, filho de D. João de Noronha, e neto do segundo marquez de Villa Real, nomeado por el-rei D. Sebastião, e confirmado pelo papa Paulo IV: tomou posse a 17 de julho de 1560

Celebrou Synodo Diocesano; e depois de ter governado este bispado, vinte e dois annos, foi transferido para o de Placencia, no reino de Castella, onde falleceu a 3 d'agosto de 1589, sendo o seu corpo trasladado para Portugal, e sepultado em uma campa raza, na capella-mór do convento de Santo Antonio, extramuros de Portalegre.

3.º—D. frei Amador Arraes, natural de Beja, carmelita calçado, e doutor na sagrada theologia, pela universidade de Coimbra.

Depois de ter sido coadjutor do cardeal infante D. Henrique, quando este era arcebispo d'Evora, e seu esmoller-mór, depois de rei, foi nomeado por Philippe I, em 30 d'outubro de 1581, e confirmado pelo papa Gregorio VIII, tomando posse em 9 de janeiro de 1582.

Governou a diocese cerca de 15 annos, durante os quaes grangeou grande nome e reputação, não só pelas muitas e avultadissimas esmollas que distribuia, como pelas grandes e mui dispendiosas obras que mandou executar, como o grande retabulo da capella-mór, torre do relogio, paço episcopal, etc., etc., e depois resignou o bispado em 1596, recolhendo-se ao collegio da sua ordem, em Coimbra, onde falleceu no dia 1 d'agosto de 1600. [1]

4.º—D. Diogo Corrêa, natural de Braga (sobrinho do veneravel arcebispo D. frei Bartholomeu dos Martyres, que tambem foi seu mestre) trasladado da diocese de Ceuta (Africa) a instancias de Philippe II, pelo papa Clemente VIII.

Tomou posse a 19 de julho de 1598; e governou o bispado cérca de 16 annos, tornando-se notavel pela sua muita caridade para com os pobres, com os quaes repartia tudo, sem exceptuar os seus proprios vestidos; e falleceu aos 9 de outubro de 1614, tendo 80 annos de idade.

Jaz em sepultura raza na capella-mór da Sé.

5.º—D. Rodrigo da Cunha, filho de D. Pedro da Cunha, senhor de Tábua, nomeado por Philippe II, e confirmado pelo papa Paulo V; tomou posse do bispado no dia 24 de setembro de 1615, e governou a diocese até 1619, em que foi transferido para a do Porto.

6.º—D. frei Lopo de Sequeira Pereira, prior-mór d'Aviz, nomeado bispo d'esta diocese por Philippe II, e confirmado pelo Summo Pontifice Paulo V, em 22 d'abril de 1619.

Como, em virtude de ordens superiores, tivesse que se demorar álgum tempo em Lisboa, no definitorio da sua ordem, com procuração sua, tomou posse da cadeira episcopal, o dr. Domingos Dias de Mollêdo, conego e provisor do bispado, aos 10 d'agosto de 1619; verificando depois a sua entrada solemne no bispado em 31 de janeiro de 1620.

Governou esta diocese onze annos, sendo ao cabo d'elles transferido para o bispado Guarda.

7.º—D. João Mendes de Távora, filho de D. Luiz Alvares de Tavora, 1.º conde de S. João; nomeado por Philippe III, e confirmado pelo papa Urbano VIII, no anno de 1632. [1]

8.º—D. Bernardo d'Athaide, filho de D. Antonio d'Athaide, 1.º conde de Castro d'Aire, nomeado por Philippe III, confirmado pelo santo padre Urbano VIII; e depois trasladado para o bispado d'Astorga, em Castella. [2]

9.º—D. Ricardo Russel, inglez, nomeado por el-rei D. Pedro II, sendo confirmado pelo papa Clemente X, tomou posse da diocese em 17 de setembro de 1671.

10.º—D. João Mascarenhas, filho de D. Vasco de Mascarenhas, 1.º conde d'Óbidos, nomeado por el-rei D. Pedro II, e confirmado pelo papa Innocencio XI.

11.º—D. Antonio de Saldanha, filho de D. João de Saldanha, nomeado por el-rei D. Pedro II, sendo confirmado pelo papa Innocencio XII, tomou posse da cadeira episcopal no dia 24 de janeiro de 1694.

12.º—D. frei Domingos Barata, natural do logar da Arada, na serra da Estrella, religioso da ordem da Santissima Trindade, e lente na universidade de Coimbra; foi nomeado por el-rei D. João V, em 22 de fevereiro de 1707, e confirmado pelo santo padre Clemente XI.

13.º—D. Alvaro Pires de Castro, filho de

[1] Para succeder a este venerando prelado foi nomeado o deão da capella real, Lopo Soares d'Albergaria, que falleceu ainda antes de ser confirmado; e por morte d'este foi proposto D. frei Manuel de Gouvêa, bispo que então era de Angola, o qual tambem falleceu antes de verificada a sua trasladação d'aquella para esta diocese.

[1] Foi depois feito bispo de Coimbra, onde falleceu.

[2] Para succeder a este prelado foi nomeado, por el-rei D. João IV, D. Nicolau Monteiro, natural da cidade do Porto, o qual, mesmo na qualidade de bispo eleito, fez a esta diocese mui valiosos serviços, não chegando comtudo a ser confirmado n'ella, pelas duvidas que então havia na corte de Roma em confirmar bispos para Portugal. Mais tarde foi bispo do Porto.

D. Luiz Alvares de Noronha e Castro Athaide e Sousa, marquez de Cascaes, foi nomeado por el-rei D. João V, confirmado pelo santo padre Clemente XI, e tomou posse em 5 d'agosto de 1711.

14.º—D. Manuel Lopes Simões, natural de Cascaes, nomeado por el-rei D. João V, confirmado pelo papa Bento XIV, e tomou posse a 4 de março de 1741.

15.ª—D. frei João d'Azevedo, freire da ordem d'Aviz, natural da cidade de Braga, lente na universidade de Coimbra, foi nomeado por el-rei D. João V, confirmado pelo papa Bento XIV, e tomou posse a 20 de outubro de 1748.

16.º—D. Jeronymo Rogado do Carvalha e Silva, natural da cidade da Guarda, o qual tendo sido nomeado por el-rei D. José I em 1766, só pôde obter a confirmação em 1770, em consequencia da ruptura que então havia, com a Santa Sé de Roma.

Tomou posse da diocese em 14 de outubro do dito anno de 1770; e tres annos depois foi trasladado para o bispado da Guarda, sua patria.

17.º—D. Pedro de Mello e Brito da Silveira Alvim, natural de Sinde, no bispado de Coimbra, o qual sendo nomeado por el-rei D. José I em 12 de julho de 1773, foi logo confirmado pelo santo padre Clemente XIV, e sagrado em 3 de outubro do mesmo anno.

18.º—D. frei Manuel Tavares Coutinho e Silva, natural da villa do Couto de Esteves, na diocese de Viseu, freire da ordem de S. Thiago, e lente na universidade de Coimbra, nomeado pela rainha a senhora D. Maria I em 1 de maio de 1788, confirmado pelo santissimo padre Pio VI, em 20 de julho d'esse mesmo anno, e sagrado em 13 de setembro seguinte, tomando logo posse do bispado em 27 do mesmo mez e anno.

19.º—D. José Valerio da Cruz, natural da Covilhan, na diocese da Guarda, congregado de S. Philippe Nery, na real casa das Necessidades, nomeado em 13 de junho de 1798, pelo principe regente D. João, confirmado pelo santissimo padre Pio VI, em 13 de novembro do mesmo anno, e sagrado em 24 de fevereiro do anno seguinte, tendo cinco dias antes da sua sagração tomado posse do bispado, por procuração, que deu ao Chantre da mesma Sé, João Gonçalves Branco.

20.º—D. José Francisco da Soledade Bravo, natural de Serpa, nomeado pelo sr. D. Miguel I em 29 de setembro de 1831, confirmado pelo santo padre Gregorio XVI em maio de 1832, sagrado em 10 de junho, e apossado em 21 do mesmo mez e anno.

Tendo este prelado fallecido em 10 de novembro de 1833, ficou a Sé vaga até ao presente, tendo o bispado, desde então, sido governado primeiramente por vigarios capitulares, nomeados pelo respectivo cabido, e depois, até hoje, por vigarios geraes, com toda a jurisdição ordinaria.

Como vigarios capitulares governaram a diocese:

O conego Diogo Francisco Fratel, natural de Portalegre, desde 12 de novembro de 1833 até 23 de maio de 1834.

O presbytero Joaquim Placido Galvão Palma, natural de Monsaraz, desde 31 de maio de 1834 até 25 de junho de 1836.

O presbytero João Lopo de Barros, natural de Sabrosa, até 11 de outubro de 1844.

Os vigarios geraes que tem governado a diocese com toda a jurisdição ordinaria, são os seguintes:

O presbytero José Joaquim dos Santos Pinheiro, natural de Castello de Vide, desde outubro de 1844 até maio de 1846.

O presbytero José de S. Boaventura Piteira, natural de Villa Viçosa, e egresso da ordem dos agostinhos descalços, desde maio de 1846 até fevereiro de 1855.

O presbytero Antonio de Santa Gertrudes Piteira, natural da mesma villa, e egresso da mesma ordem, desde fevereiro de 1855 até maio de 1856.

O conego Manuel Teixeira d'Aguiar, natural da Covilhan, desde 7 de junho de 1856, até ao presente.

—

Ao sr. dr. Joaquim d'Araujo Juzarte, natural de Portalegre, e actual administrador do concelho de Belem, deve a cidade de Portalegre relevantes serviços, dignos de serem registados n'este livro.

Aquelle cavalheiro e os srs. José Maria

Galvão Cid, e padres José Joaquim Richoso, e Antonio Chambell da Rosa, por iniciativa do sr. Juzarte, montaram á sua custa, uma typographia, e no sabbado, 15 de abril de 1865, sahiu a luz o primeiro numero da *Gazeta de Portalegre*, redigida por aquelles quatro cavalheiros.

Em 22 de setembro de 1853, já havia o sr. Juzarte, inaugurado n'esta cidade, o systhema Castilho, em uma aula nocturna, por elle mesmo dirigida; e dois annos depois, em ferias da universidade de Coimbra (que então frequentava) estabeleceu o curso diurno, fazendo o hymno dos alumnos, cuja letra foi publicada no *Almanach luso brazileiro*, de 1855.

Por occasião da febre amarella, juntando os seus bons desejos aos de seu irmão, o sr. Antonio Joaquim de Araujo Juzarte de Campos (hoje conservador privativo de Portalegre) promoveu uma valiosa subscripção para as familias das victimas do flagello; pelo que foram louvados em portaria do ministerio do reino, e em seguida, pela camara de Lisboa, condecorados com a respectiva insignia.

Sendo administrador d'Abrantes, foi agraciado com o grau de cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, pelos importantes serviços prestados, com risco de vida, na captura de grandes facinoras.

Pelos relevantes serviços prestados como administrador do concelho dos Olivaes, foi feito commendador da mesma ordem.

A' nobreza do seu nome e dos seus actos, junta o sr. Juzarte, uma rara modestia, a lhaneza de um verdadeiro portuguez, e todas as boas qualidades que o tornam respeitavel e geralmente estimado.

—

No dia 23 de novembro de 1875, houve n'esta cidade um terrivel sinistro.

Pelo uma hora da tarde d'esse dia, rebentou a caldeira da machina de vapor, da fabrica de lanificios da *Horta das Bolas*, dirigida pela sr. Ramiro Sanches Marçal.

Causou o desabamento da casa onde estava assente a machina, e outra, construida sobre ella—e a morte de dois operarios e uma mulher, e ficando gravemente feridos e mutilados, outros dois.

—

Condes d'Avillez

Já disse que o palacio dos srs. condes de Avillez, é um dos melhores edificios de Portalegre.

Tratarei aqui rapidamente d'esta familia.

A sr.ª condessa d'Avillez, D. Joaquina de Lencastre e Barros, nasceu a 29 de setembro de 1793.

Era filha de Rodrigo Barba Alardo de Pina, 11.º senhor do morgado da Romeira, fidalgo da casa real, alcaide-mór de Leiria, tenente coronel de cavallaria, commendador de Christo—e de D. Maria Ignez de Lencastre e Barros.

Casou a 26 de janeiro de 1812, com seu primo, Jorge d'Avilez Juzarte de Souza Tavares, 1.º conde de Avilez, 1.º visconde do Reguengo, senhor dos morgados da Torre, seguengo de S. Gregorio e Casas Novas, par do reino, tenente coronel, vogal do supremo conselho de justiça militar, commendador de Christo e da Conceição, condecorado com a medalha do Bussaco, Fuentes de Honor, Victoria e Nive, cruz das 5 campanhas da guerra peninsular, estrella de ouro da guerra de Montevideu, medalha britannica de Nivelle e Nive, medalha hespanhola de Victoria, Pamplona e Orthez.

Jorge d'Avilez Juzarte de Souza Tavares, seu filho, 2.º conde d'Avilez, 2.º visconde do Reguengo, senhor dos morgados da Torre, reguengo e Casas Novas, par do reino, tenente graduado de infanteria, commendador d'Aviz, nasceu a 28 de maio de 1816, casou em primeiras nupcias, a 21 d'abril de 1841 com D. Maria Francisca Salema d'Aboim Villa Lobos, filha de João de Aboim Pereira Guerreiro e D. Marianna Rita de Aboim Villa Lobos, e em segundas nupcias, a 20 de dezembro de 1849, com D. Josefa Gonzales Peres, filha de D. Joaquim Gonzales e D. Joaquina Gonzales Peres.

Foi d'este enlace que nasceu em 31 de janeiro de 1852, na cidade de Portalegre, o

actual herdeiro do titulo d'aquella illustre familia.

O sr. Jorge de Avilez Juzarte de Souza Tavares, conde de Avilez, tem continuado em toda a sua vida, opulentissima de virtudes, de serviços e de feitos assignalados, as tradições herdadas, de sorte que, se não encontrára aberta ao nascer, uma historia já tão adiantada, elle só com os seus actos teria colhido tantos e tão viçosos louros, quantos lhe engrinaldaram o berço.

—

Emilia Adelaide Pimentel

Já disse que a cidade de Portalegre, tem a honra de contar em o numero de seus filhos, esta distincta actriz, que jámais esqueceu a sua patria.

Soube ella que n'esta cidade se projectavam obras, para ampliar o adro da ermida de Santa Anna, uma das mais bellas de Portelegre.

Presidia a uma commissão, para este fim eleita, o sr. conde d'Avilez, que para conseguir os meios necessarios, obtivera a concessão de fazer um bazar, que foi explendido.

Concorreram com valiosas prendas, não só as damas e cavalheiros de Portalegre, mas tambem varias senhoras de Lisboa e do Porto; incluindo-se em o numero dos offerentes, a sr.ª D. Maria Pia, o sr. D. Fernando, e a sr.ª condessa d'Edla, que concorreram com objectos de grande valia.

A sr.ª Emilia Adelaide, não só mandou varias prendas de muito bom gosto e valor; mas se offereceu a dar algumas recitas, cujo producto liquido fosse applicado áquellas obras.

Na carta que a este respeito escreveu ao sr. conde de Avilez, se lia:

«Sinto um prazer intimo, inefavel, em associar o meu nome, a um melhoramento da minha terra.»

Logo que a noticia da vinda de Emilia Adelaide se espalhou em Portalegre, as pessoas mais notaveis da cidade, inscreveram o seu nome, para todas as récitas que para tal fim tivessem de dar-se.

O estrepito dos foguetes que serpenteavam nos ares, pelas 7 horas da manhan do dia 4 de agosto de 1875, annunciava aos portalegrenses, que entrava na cidade a sua querida patricia.

Foi esperada fóra dos muros, pelo sr. conde d'Avilez e outros distinctos cavalheiros da cidade.

O theatro esteve completamente cheio, pelas principaes senhoras e cavalheiros da cidade e immediações, nas recitas que deu tão insigne actriz, e a receita deu um resultado superior a todas as esperanças.

—

Theatro Emilia das Neves

No dia 20 d'abril de 1876, foi inaugurado n'esta cidade, o theatro do sr. dr. Costa e Silva, levando-se o drama—*A mulher que deita cartas,* cuja protogonista foi a rainha da scena portugueza, Emilia das Neves e Souza, que, para esse fim, já se achava ha alguns dias em Portalegre.

A rogos do seu proprietario, Emilia das Neves deu o seu nome ao novo theatro, que é bonito, elegante, e as scenas muito bem pintadas, pelo sr. Casimiro Franco.

Quatro vezes (desde o dia 20 até ao dia 27) foi representado o drama, cuja receita era destinada ao asylo de Nossa Senhora da Conceição, da infancia desvalida.

E' escusado dizer que o theatro esteve sempre a transbordar, e que Emilia das Neves recebeu os freneticos applausos do costume, todas as vezes que em qualquer parte se apresenta em scena.

Depois do *prólogo,* appareceram no palco, as meninas do asylo e a sua direcção.

Uma d'ellas offereceu uma corôa de louro a Emilia das Neves, e outra um nitido exemplar, da poesia que celebrava esta festa de caridade, expressamente composta pelo sr. Rodrigues Cordeiro.

Distribuiram-se pelos espectadores, muitos exemplares da poesia, e uma das asyladas, em uma salva de prata, a distribuiu ás senhoras que estavam nos camarotes.

Distribuiu-se tambem um soneto acrosti-

co, feito pelo sr. Francisco Antonio Veiga.

No fim do espectaculo, era Emilia das Neves acompanhada até casa, por varios cavalheiros e uma banda de musica.

—

Sempre existiram, e ainda hoje residem em Portalegre, muitas familias de reconhecida nobreza. Mencionarei sómente as de que pude obter noticias:

Juzartes — Appellido nobre em Portugal. O primeiro que com elle se acha, é Pedro Juzarte, do qual se faz menção na Chronica de D. João II. — Suas armas são as mesmas dos *Zuzartes*, sómente com a differença das espadas serem todas em palla, com as pontas para baixo.

Outros do mesmo appellido, trazem por armas — em campo de púrpura, sete espadas de prata, com guarnições d'ouro, em palla, com as pontas para cima.

Reixa. — A familia d'este appellido veio de Hespanha. Ignora-se quem o trouxe a Portugal, mas acham-se familias nobres com elle em Portalegre, desde o seculo XVI. Trazem por armas (segundo fr. Manuel de Santo Antonio) — em campo de púrpura, seis reixas de prata, em duas pallas. Timbre, uma das reixas do escudo.

(Todos sabem que *reixa*, é a barra de ferro que prende o cadeado—e tambem a vara de pontas de ferro dentadas, que sustenta estendida a têa, no tear.)

Tavares. — Appellido nobre d'este reino. Procede de D. Pedro Viegas de Tavares, que foi senhor da cidade da Guarda, no reinado de D. Sancho I. — Albergaria, porém, a pag. 176, diz que esta familia procede de D. Estevão Peres de Tavares, 1.º alcaide-mór da cidade de Faro, depois que foi tomada por D. Affonso III.

Os Tavares foram muitos annos alcaides-móres de Portalegre, Assumar, e Alegrete, e senhores da villa de Mira.

Segundo Villas-Bôas, tomaram o appellido, do logar de Tavares, na comarca de Lamego — outros porém dizem que foi da povoação de Tavares, na comarca de Viseu.

Trazem por armas — em campo de ouro cinco estrellas de púrpura, de seis pontas— élmo d'aço, aberto, e por timbre, meio cavallo, de púrpura, sellado, com peitoral, cascaveis e freio d'ouro.

No livro da armaria da Torre do Tombo, a fl. 15, se lê—«Julga-se que as ganhára (as armas) Estevão Peres, quando se achou na tomada de Sevilha, e que d'este descende Estevão do Tavares, alcaide-mór de Portalegre, e teve por filho a Martim Gonçalves de Tavares.»

Outros do mesmo appellido, trazem por armas — em campo azul, banda d'ouro, sahindo da bocca de dois tragantes, de verde, lampassados de púrpura. Timbre, meio leão azul.

Refoios. — Appellido nobre d'este reino. As familias d'este appellido, procedem de D. Mendo Affonso de Refoios, que o tomou do seu solar, na Torre de Refoios, e teve uma vasta descendencia. Floresceu no reinado de D. Affonso Henriques, e foi sepultado na capella-mór da egreja do mosteiro de Refoios do Lima, na provincia do Minho.

Os Refoios trazem por armas — em campo de prata, quatro coticas, de púrpura, em palla, e por timbre, duas pernas d'aguia, de ouro, em aspa, com uma das coticas do escudo nas garras, entre quatro plumas de púrpura.

Coutinho.—Appellido nobre em Portugal. Trazem por armas—em campo d'ouro, cinco estrellas de púrpura, de cinco pontas cada uma, postas em aspa. Timbre, um leopardo, de púrpura, com uma estrella d'ouro na espádua, armado de púrpura.

—

Havia ainda outros muitos appellidos nobres n'esta cidade e seu termo; porém, como de nenhum d'elles (nem mesmo dos que vão mencionados) recebi esclarecimentos; não os incluo, por ignorar se ainda existem em Portalegre, ou se se extinguiram.

—

Em 14 de dezembro de 1870, foi feito visconde de Portalgre, o sr. Francisco da Fonseca Coutinho de Castro e Refoios.

PORTAROUCA — Vide *Bertarouca*.

PORTAS DA CRUZ — (Lisboa) na fregue-

zia de Santa Engracia,[1] antigo bairro d'Alfama—hoje, *bairro oriental.*—Estavam ao fundo da rua do Paraizo, no principio da rua dos Remedios, e pouco abaixo das celebres *obras de Santa Engracia.*

Em razão d'estas portas, se chamou antigamente á actual rua dos Remedios, *rua das portas da Cruz.*

Quando em 1721, frei Agostinho de Santa Maria, escrevia o 7.º volume do seu *Santuario Marianno,* ainda existiam estas portas, pois que, a pag. 68, diz:—«O santuario e a casa da Senhora do Paraizo, que vemos hoje situada *defronte das portas da Cruz,* e extramuros da antiga circumvalação da cidade de Lisboa, que está servindo hoje de parochia á freguezia de Santa Engracia, teve os seus principios em a freguezia de Santos o Velho (por distincção de outro novo templo que se lhe dedicou) na parte occidental da mesma cidade, perto do convento de Nossa Senhora dos Remedios, dos padres carmelitas descalços.»

«Depois se trasladou, ao sitio em que depois se edificou o mosteiro de Santos, por mandado d'el-rei D. João, o 2.º; e fez-se esta mudança, no anno de 1366, em 15 de agosto, com a sua confraria. Aqui preserverou, até que as freiras da ordem de S. Thiago, occuparam aquelle logar.»

«D'este sitio foi trasladada ultimamente, a Senhora do Paraizo, com a sua confraria, para o logar em que hoje é venerada (defronte das portas da Cruz), por Diogo Pereira, cavalleiro da ordem de S. Thiago; pondo-lhe a condição, de que não podessem os irmãos da sua irmandade passar o dominio d'esta egreja a outros possuidores.»

«Benzeu esta casa da Senhora (do Paraizo), o bispo de Fez (Africa), D. Belchior Beleago, no anno de 1562.»

«São os administradores d'esta ermida, os pescadores do alto, congregados em uma irmandade, e elles são os que servem e festejam a Senhora do Paraizo.»

A imagem da Senhora do Paraizo, é antiquissima; porque, era venerada havia muitos annos no bairro da Pampulha, d'onde foi mudada para o sitio onde se fez o convento novo das commendadeiras de Santos, em 1366, e já no sitio primitivo tinha irmandade, que a acompanhou para o novo.

O povo de Lisboa, e particularmente os navegantes e pescadores, tinham grande devoção a Nossa Senhora do Paraizo, e lhe faziam sumptuosas festas.

—

Ás portas da Cruz, era o antigo palacio dos Telles de Mello, que o possuiram até ha poucos annos.

A esta nobilissima familia, descendente do grande Affonso de Albuquerque (e, se me não engano, administradora de algum dos morgados d'elle, entre os quaes o da celebre *Casa dos bicos*) pertencia, quando, em 1834, cahiu a monarchia tradicional, o logar de secretario de guerra.

Esse cargo, creado dez dias depois da nossa gloriosa emancipação do jugo hespanhol, pertenceu anteriormente á familia dos Pereiras da Cunha, de que é chefe e representante o sr. Antonio Pereira da Cunha, e da qual já fallei largamente, tratando do senhorio da torre de Cunha (vide *Paredes de Coura,* vol. 6.º, pag. 484).

O primeiro, que o exerceu, em Portugal por decreto de 11 de dezembro de 1640, foi Antonio Pereira da Cunha, commendador na ordem de Christo, e do conselho d'el-rei D. João IV (e não D. João VI, como por um visivel êrro typographico, se disse a pag. 486 do citado 6.º vol., o que agora fica rectificado).

Além d'este, houve outros, da mesma familia, que tambem o exerceram, e que mereceram eguaes honras e mercês.

Foram Francisco Pereira da Cunha, no impedimento do qual, se concedeu, por decreto de 12 de julho de 1691, a serventia do cargo, a Antonio Pereira da Cunha, capitão de cavallos, na provincia do Alemtejo; e, finalmente, João Pereira da Cunha.

Este ultimo casou por duas vezes, e de

[1] Da qual serve actualmente de matriz a egreja do mosteiro dos frades *barbadinhos,* fundado em 1738. Foi para aqui mudada a parochia, em 1835. Até então, servia de matriz da freguezia de Santa Engracia, a egreja de Nossa Senhora do Paraizo, fundada em 1562.

ambas ellas, sem successão. A primeira com D. Cicilia de Portugal, filha de D. Pedro de Almeida (irmão legitimo do conde de Avintes) e de sua mulher D. Luiza de Portugal; e a segunda, com D. Anna Joaquina de Lencastre, filha dos viscondes da Assêca.

PORTEIRO-MÓR — O primeiro porteiro-mór de que ha noticia em documentos da monarchia portugueza, é *Pedro Pires*, no reinado de D. Sancho II.

E' mencionado no foral dos moradores de Santa Cruz, dado em junho de 1225. [1]

Em tempo de D. Affonso III, se faz menção, em alguns documentos, de *Pedro Annes*, e de *Martim Annes*, como porteiros-móres.

No reinado de D. Diniz, vemos varios individuos, designados como porteiros-móres.

Mem Rodrigues, em 11 de janeiro de 1280: o qual assigna com o titulo de *portarius maior*, em uma doação de D. Diniz, a sua irman, a infanta D. Branca.

(Esta senhora foi abbadessa de Lorvão, e depois, das Huelgas, de Burgos.)

Lourenço Escola, em 6 de fevereiro de 1286, figura como porteiro-mór, em uma carta de privilegios que o rei concedeu á cidade d'Evora.

Fernão Peres, em 21 de junho de 1309, o fez D. Diniz, seu porteiro-mór e seu *uchão*. (Vide esta palavra.)

No reinado de D. Affonso IV, *Fernão Paes*, *Domingos Paes*, *Estevão Esteves*, e *João Rodrigues*, exerceram o officio de porteiros-móres.

Não se encontra memoria alguma de porteiros-móres, nos reinados de D. Pedro I e de D. Fernando I.

No reinado de D. João I, vê-se que este monarcha, faz mercê de certas rendas e herdades, no *campo de Vallada*, a 15 de novembro de 1388, a Lourenço Eannes, seu porteiro-mór.

No reinado de D. Duarte, apontam algumas memorias, como porteiro-mór, a *Duarte Borges*; mas D. Luiz de Salazar, no 2.º tomo da *Casa de Silva*, só menciona este individuo, exercendo tal logar no reinado seguinte.

No reinado de D. Affonso V, foi porteiro-mór, o dito Duarte Borges; *Affonso de Miranda*, a quem o rei faz mercê de uma tença, em 21 de março de 1450, estando Evora; *Gonçalo Borges* (filho de Duarte Borges.)

Vê-se de um perdão, dado por este rei, a um seu creado, em Coimbra, a 5 de setembro de 1462.

Ainda era porteiro-mór em 1469.

Em outras memorias, se menciona *Garcia de Mello*, alcaide-mór de Serpa; e *Gabriel Gonçalves de Freitas*.

No reinado de D. João II, vemos como porteiro-mór, *Gomes Ferreira*: o que consta de uma carta, feita em Santarem, em dezembro de 1487.

Este Gomes Ferreira, era casado com D. Maior, filha da condessa de Caminha.

No reinado de D. Manuel, ainda exercia o logar, o mesmo Gomes Ferreira; o que se vê da carta de um officio, no julgado de Refojos, dado em Monte Mór Novo, á 14 de maio de 1496.

No mesmo reinado, foram porteiros-móres *Miguel Corte Real* e *Gaspar Gonçalves Riba Frias*; mas não se sabe os annos em que exerceram o officio.

Jôrge de Mello, nas folhas das *moradias*, em 1518 e 1519—*Diogo de Mello*, em 1521, ultimo d'este reinado, pois D. Manuel falleceu, em Lisboa, a 13 de dezembro, d'este ultimo anno.

Consta, por uma carta de tença, que o rei lhe manda pagar, estando em Lisboa, a 26 d'abril do mesmo anno de 1521.

No reinado de D. João III, foi porteiro-mór, *Christovão de Mello*, filho de Henrique de Mello, e neto de Garcia de Mello, alcaides-móres de Serpa.

Ha memorias d'este Christovão de Mello, no livro dos confessados, de 1539, 1540, e 1541.

Christovão de Mello, era primeiramente mestre-sala d'este monarcha, como consta de uma tença que o rei lhe deu, em 28 de março d'esse anno.

No mesmo reinado, apontam alguns ex-

[1] Havia tambem simples *porteiro*, inferior ao porteiro-mór.

ercendo o officio, a *João de Calatayude;* mas o que se sabe com certeza, é que, em 22 de julho de 1517, foi feito porteiro-mór do principe D. João (filho de D. Manuel) depois 3.º do nome.

E' pois provavel que continuasse a exercer o mesmo emprego, depois de D. João passar a rei.

Ainda n'este reinado se suppõe que foram porteiros-móres *Garcia de Mello* e *Diogo de Mello da Silva;* mas não ha certeza total d'esta circumstancia.

Desde este reinado, se ficou conservando o officio de porteiro-mór, nos descendentes de Christovão de Mello, na fórma seguinte:

João de Mello, no reinado de D. Sebastião.

Christovão de Mello (o 2.º) no mesmo reinado, no do cardeal-rei, e no de Philippe II.

João de Mello (2.º) que assistiu ao acto do juramento do principe Philippe (depois Philippe III) em 1583.

Luiz de Mello, e outro *Christovão de Mello,* durante a usurpação dos Philippes III e IV.

Luiz de Mello (2.º) no reinado de D. João IV.

Este porteiro-mór, falleceu sem descendentes.

Manuel de Mello (tio do antecedente, irmão segundo de Christovão de Mello.)

Alem de porteiro-mór, era tambem *capitão da guarda,* de D. Pedro II, regedor da casa da supplicação, e prior do Crato.

Alvaro da Souza de Mello, filho primogenito de Manuel de Mello, no mesmo reinado de D. Pedro II.

Este Alvaro de Souza, preferiu o officio de porteiro-mór, ao de capitão da guarda; passando este emprego a D. João de Castro, senhor de Róriz e almirante do reino, por ser filho de D. Francisca de Vilhena, prima germana do mesmo Alvaro de Souza.

Fallecendo Alvaro de Souza de Mello, em 1711, sem successão legitima, passou o officio a seu irmão *José de Mello de Souza,* que exerceu o officio ainda no resto do reinado de D. Pedro II, e no reinado de seu filho, D. João V.

Era tambem brigadeiro e coronel de um dos regimentos da corte.

O infante D. Luiz, duque de Beja, e filho do rei D. Manuel, teve por porteiro-mór, Pedro Botelho; do que ha memoria na chancellaria d'este principe, desde 1521 até 1528.

PORTÉL—villa, cabeça do concelho do seu nome, no bispado, districto administrativo, comarca e 36 kilometros ao S E. d'Evora, 26 ao N.E. de Cuba, 39 ao N.E. de Beja, 28 ao O. da raia, 145 ao S.E. de Lisboa.

Tem 510 fogos, em uma só freguezia.

Em 1757, tinha 509 fogos.

Orago, Santa Maria da Lagôa.

O commendador de Portél (duque de Bragança) apresentava o prior, que tinha 180 alqueires de trigo e 120 de cevada, de renda annual.

O concelho de Portél, é composto de dez freguezias, oito do arcebispado d'Evora, que são:

Alqueva, Amieira, Santa Anna, Atalaia, S. João Baptista, Monte de Trigo, Portél, e Vera Cruz.

No bispado de Beja:

S. Bartholomeu do Outeiro (ou Outeiro das Oriollas) e Oriolla; todas com 1:600 fogos.

Foi antigamente da comarca de Monçaraz.

—

E povoação muito antiga, pois já existia no tempo dos arabes, com o mesmo nome que hoje tem, ou com o de *Marmellar.*

D. Affonso III, em premio dos grandes serviços que D. João Pires d'Aboim e seu filho, D. Pedro Annes d'Aboim, tinham feito a Portugal, na expulsão dos mouros, do Algarve (1248 a 1250) lhes deu o senhorio de Portél, em 1257, [1] e por isso se ficaram chamando *os de Portél.*

A povoação estava deserta e abandonada, e elles a povoaram, e lhe deram foral, da-

[1] Isto é o que dizem todos os escriptores; mas entendo que o rei só deu este senhorio ao pae, visto que só este e sua mulher (e não o filho) deram á terra o foral velho, como se vê do texto.

tado d'Evora, no 1.º de dezembro de 1262, e assignado por D. João Peres d'Aboim, e sua mulher, D. Marinha Affonso.

(Maço 11 de *Foraes antigos*, n.º 7.)

Este foral tinha todos os grandes privilegios do de Evora.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510.

(*Livro de foraes novos do Alemtejo*, fl. 70, col. 2.ª)

Trata-se tambem n'este foral, do Monte do Trigo e Odivellas.

Quasi todos os escriptores dizem que esta povoação foi *fundada* pelos dois cavalleiros nomeados, que eram ricos-homens, e senhores principaes d'aquelles tempos.

Em um antiquissimo manuscripto que possuo, e que trata de varias terras do Alemtejo, se diz, que Portél, estando abandonada pelos mouros, desde 1170, logo alguns christãos a povoaram, e que já no tempo em que o rei a deu *aos de Portel*, alli habitavam algumas familias portuguezas, em uma aldeia, chamada *Marmelal*, ou *Marmellar*.

E' de todo o ponto verosimil esta opinião.

O termo *povoar*, de que os antigos se serviam para significar o acto de *dar foral* a qualquer terra, tem causado grandes duvidas e confusões nos escriptores.

Póde pois muito bem ser que o termo *povoar*, referindo se aos dois fidalgos, sómente indique que elles deram foral a Portél.

Mas não temos só a opinião do citado manuscripto: temos tambem a chronica de D. Affonso III, a qual, em resumo diz que—este monarcha deu licença, em 1257, ao concelho d'Evora, para que podesse dar ao seu vassallo, D. João *Pires* d'Aboim e a sua mulher, D. Marinha Affonso e a seus filhos, uma mui dilatada herdade—*onde já havia o mosteiro da Vera Cruz do Marmelar*— e logo, em 1258, lhe demarcou o concelho e o tomou por seu *visinho*.

E, em 1259, lhe concedeu o rei todo o direito espiritual e temporal, n'aquelle vasto territorio.

A 15 de outubro de 1259, o mandou coutar; concedendo-lhe então licença (a D. João) para na mesma herdade *fazer castello e fortaleza*, á qual, em 1270 [1] deu foral o mesmo D. João *Pires, pondo-lhe o nome de Portél*.

Aqui temos pois desfeitas todas as duvidas, e provado que D. João Peres (ou Pires) não foi o fundador e povoador da villa, que já estava fundada e edificada.

O que fez foi amplial-a, construir-lhe as fortificações e (talvez) mudar-lhe o nome.

Parece porém que o cinto de muralhas é obra do rei D. Diniz.

Até ao reinado de D. João I, era Portél uma povoação pequena e de pouca importancia; mas, assignando se a paz com Henrique III, de Castella, em 1393 (depois de 10 annos de guerra, que assolou Portugal e Hespanha) principiou para a nossa terra uma época de desenvolvimento e florescencia da agricultura, commercio e industria.

D. Nuno Alvares Pereira (o grande condestavel do reino, o valente e leal amigo e companheiro do *rei lavrador*) senhor de Portel, tomou a peito o desenvolvimento e prosperidade d'esta sua povoação.

* Não havia senão uma parochia, da invocação da Vera-Cruz do Marmelar (e tambem de *Vera Cruz de Portél*) cuja egreja era a de um mosteiro de freires, da ordem de S. João de Jerusalem (Malta) principiada em 1268, por frei Affonso Pires Farinha, e concluida em 1271—o que consta de uma extensa inscripção, que existe nas trazeiras da egreja, e que Christovão Rodrigues Asinheiro cita na sua chronica, e Viterbo copia textualmente (o que eu não faço, porque apenas vem a dizer, em summa, a data da fundação e o nome do fundador.)

Este mosteiro era a cabeça da commenda de Portel, da ordem de Malta, e uma das mais rendosas do priorado do Crato; tanto

[1] A chronica diverge de Franklim em dois pontos—ainda que ambos pouco importantes.

Dá a D. João o sobrenome de *Pires*, e não de *Peres*. e ao foral, a data de 1270, em vez de 1262, que me parece mais verosimil—ou talvez que D. João desse um outro foral a Portél, modificando o primeiro, em 1270.

que os seus commendadores se intitulavam *bailios de Portel.*

D. Nuno Alvares Pereira, fundou então a nova egreja matriz, que dedicou a Santa Maria, e reedificou e ampliou as fortificações.

A povoação, com os grandes privilegios do seu foral (que, como já disse, eram os d'Evora) e com os maiores ainda, de caseiros de Malta, tomou grande incremento.

Os duques de Bragança, que de D. Nuno herdaram o senhorio de Portél, fundaram, dentro do Castello, um vasto palacio (que ainda existe, posto que arruinado) onde vinham residir, com muita frequencia.

Mais tarde (1547) D. Theodozio I, 7.º duque de Bragança (pae de D. João I, avô de D. Theodosio II, e bisavô de D João II—o que foi rei, com o nome de D. João IV) fundou aqui dois mosteiros de frades, um de eremitas, da ordem de S. Paulo, outro de capuchos de S. Francisco (menores reformados, da provincia da Piedade)—o que tambem concorreu bastante para a prosperidade da villa, e para a sua importancia.

Dizem outros que o mosteiro dos paulistas foi fundado por D. Nuno Alvares Pereira, em 1420, e reedificado pelo referido duque de Bragança, quando fundou o de S. Francisco.

Em quanto os duques de Bragança tiveram a sua *côrte* na villa de Villa Viçosa (que dista 65 kilometros ao E. de Portél) prosperou esta villa, sob a protecção d'esta casa opulentissima, a cujo estado pertencia, chegando a ter então mais de mil fogos; mas elevado o ultimo duque de Bragança ao throno, não cuidaram os seus successores mais da sorte de Portel, que foi em constante decadencia, não só por esta circumstancia, mas, e principalmente, pelas cruas guerras dos 27 annos, que então se seguiram, e que assolaram a provincia do Alemtejo, mais do que nenhuma outra, por dar tantas vezes o campo de batalha.

—

Gosava esta villa a prerogativa de seus procuradores terem assento em cortes, no banco 15.º

Tem por armas:

Em campo de púrpura, sete torres, d'ouro—tres na linha superior; uma na 2.ª—duas na 3.ª—e uma na inferior.

Outros formam as torres em 3 pallas, tendo 3 as do centro, e duas as dos lados.

—

Tem casa da Misericordia, com soffrivel hospital—e as ermidas de Santo Antonio, Santo Estevão, e do Espirito Santo, todas dentro da povoação.

Fóra d'ella, tem as de S. Luiz, Nossa Senhora da Saude. Nossa Senhora da Serra, S. Pedro, S. Bento, S. Lourenço, S. Braz, Santa Catharina, S. Thiago, e S. Lazaro.

—

O castello, com a sua cêrca de muralhas está no ponto mais elevado da villa, tendo no seu recinto, além dos velhos paços ducaes, e outras casas, a sua torre de menagem, que se julga ser obra de D. Diniz.

A villa está situada em um alto, com extensas vistas, e clima saudavel. O seu territorio é muito fertil em todos os generos agricolas, e abunda em gado e caça, de toda a qualidade.

Proximo á villa, corre o rio *Degébe,* que morre na direita do Guadiana, a 12 kilometros de distancia.

Na *serra dos Velhascos,* districto da freguezia de Sant'Anna, termo de Portél, ha muita caça miuda (do chão e do ar) e tambem corças, veados e porcos montezes.

Vide *Vera Cruz do Marmelal.*

—

Em Portél ha uma feira annual, que principia no ultimo sabbado d'agosto, e dura tres dias; porém as feiras de Vera Cruz do Marmelal — que se fazem de 1 a 3 de maio — e a 14 de setembro, são mais concorridas.

—

Portél, significa *porto pequeno,* e tambem *entrada estreita.* Aqui é tomada a palavra na sua segunda accepção.

—

A *serra de Portél,* estende-se por espaço de 18 kilometros, até á villa da Vidigueira. N'esta serra, e a 3 kilometros da villa, está o Sanctuario de *Nossa Senhora da Serra,* cuja origem é a seguinte:

Pelos annos de 1600 vivia em Portél uma lavradora muito velha e rica, sem descen-

dentes. Quiz deixar tudo quanto tinha a Nossa Senhora; mas, como o não podesse fazer, sem risco de demandas, por parte de seus parentes colateraes, fez testamento, deixando por seu herdeiro universal, a D. Theodozio 2.º, duque de Bragança, e pae do rei D. João IV, com a obrigação de mandar construir n'este sitio (que ella indicára) uma capella, dedicada á Santissima Virgem, collocando-se no seu altar principal uma imagem da Senhora que a testadora tinha no seu oratorio.

O duque, acceitou a herança, e mandou logo edificar a ermida, com muita perfeição, e com um só altar, mas de boa esculptura e de talha dourada.

Tinha um eremitão, apresentado pelo parocho da villa, a cuja freguezia está annexa a ermida, por ser do padroado da casa de Bragança.

A festa da Senhora da Serra é feita no domingo da Santissima Trindade.

—

No dia 13 de agosto de 1720, com 52 annos de edade, falleceu no convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa, o *padre-mestre, doutor, frei Francisco da Annunciação*, natural da villa de Portel.

Era religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, e era conhecido em Lisboa pelo cognome de *Beatinho*. Foi um varão de notoria virtude e de reconhecida sciencia, tanto na theologia especulativa e moral, como na mystica, em que era eminente, e do que deixou testemunho em dois tomos que sobre esta materia escreveu e publicou, sob o titulo de *Vindicias da Virtude*.

Publicou ainda outras obras theologicas. Residiu quasi sempre em Coimbra, onde era geralmente respeitado e consultado.

—

Frei Lourenço de Portel, natural d'esta villa, onde nasceu em 1541 — religioso da ordem de S. Francisco, da provincia do Algarve. Foi leitor de theologia, guardião do convento da sua ordem, em Setubal, difinidor, e confessor do mosteiro da Madre de Deus (Xabregas) de Lisboa, e provincial da sua ordem.

Foi varão egregio em lettras e virtudes. São muito respeitadas e allegadas pelos doutos, as *Duvidas regulares*, que deixou impressas em dois tomos. Escreveu tambem dois tomos de *Casos de consciencia*, um de *Casos reservados*, outro sobre *Indulgencias*, outro dos *Tres votos solemnes*, outro de *Praticas espirituaes* (com uma elegante descripção do templo de Salomão), e, finalmente, outro, intitulado—*Epitome de Sanches*. Deixou promptos para entrarem no prelo, dois volumes de sermões, um em portuguez, dos santos da sua ordem — outro em latim, das *férias* da quaresma.

Publicou um elegante sermão, que prégou na Sé Cathedral de Lisboa, nas exequias do arcebispo da mesma cidade, D. Miguel de Castro.—Escreveu um doutissimo *Tratado sobre a Conceição da Santissima Virgem* — e outro sobre as virtudes da veneravel madre, *Maria das Chagas*, que está copiado no livro da fundação do mosteiro da Esperança, de Villa-Viçosa.

Falleceu no mosteiro de S. Francisco, de Xabregas, no dia 31 de agosto de 1641, com 100 annos de edade.

—

No mez de junho de 1875, foi registada na camara de Portel, uma mina de cobre — no mez de julho do mesmo anno, tres de cobre e outros metaes — em janeiro de 1876, tres de cobre — e, finalmente, em agosto do mesmo anno, mais quatro minas de cobre e outros metaes.

PORTELLA—portuguez antigo—diminutivo de *pôrto*: porta, caminho, ou estrada estreita e acanhada. Vide *Porto*.

(Não se confunda com *portêllo*, que tem outra significação.)

Tambem se dá o nome de *portella*, á entrada de qualquer estrada ou caminho.

Estas são as significações que á palavra dão todos os nossos diccionaristas. Eu porém, que tanto tenho viajado por este reino, e que conheço grande numero de aldeias e logares denominados *Portella*, ainda não achei sitio com este nome, senão em logares altos; o que me faz suppôr que portella, embora indique caminho estreito, se refere ao que está no alto de qualquer serra ou monte.

PORTELLA — freguezia, Minho, concelho

e 3 kilometros ao N. d'Amares, comarca e 5 kilometros ao E. de Villa-Verde (foi do concelho de Amares, comarca de Pico de Regalados), 12 kilometros ao N. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Tem 52 fogos.

Em 1757 tinha 41 fogos.

Orago, S. Pedro, apostolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 160$000 rs. de rendimento, além dos benesses.

Tem uma capella publica, dedicada a Santa Martha.

Situada em terreno accidentado, nas faldas occidentaes do monte de S. Pedro Fins. O seu territorio é fertil em milho, centeio, trigo, feijão, laranja (muito boa) e vinho verde.

PORTELLA — freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Nova de Famalicão, 9 kilometros ao O. de Braga, 40 ao N. do Porto, 355 ao N. de Lisboa.

Tem 60 fogos.

Em 1757 tinha 62 fogos.

Orago, Santa Marinha.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O vigario, collado, de Santa Maria de Ferreiros, apresentava o vigario *ad nutum*, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

É terra fertil.

PORTELLA — freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa-Verde (foi da comarca e concelho de Pico de Regalados, cuja séde se mudou, em 1855, para Villa-Verde), 18 kilometros ao N. de Braga, 365 ao N. de Lisboa.

Tem 60 fogos.

Em 1757 tinha 50 fogos.

Orago, o Salvador.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O abbade de S. Miguel de Carreiras, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar.

É terra fria e pouco fertil; mas cria bastante gado, principalmente miudo; pelo que se denomina vulgarmente—*Portella das Cabras*.

Fica proximo da raia da Galliza.

Antigamente era dos Castros, senhores d'Albergaria; depois passou para a casa de Bragança.

Foi concelho e tinha feira, nos primeiros domingos de cada mez.

Teve foral velho, dado por D. Affonso III, em Santarem, a 19 de março de 1260. (*Liv. 1.º de doações de D. Affonso III*, fl. 93 v., col 2.ª) N'este foral se lhe dá o nome de *Portella de Leitões*.

Pertencia então ao vasto julgado de Vermoim.

PORTELLA — freguezia, Douro, comarca, concelho e 10 kilometros ao S.E. de Penafiel, 30 ao N.E. do Porto, 320 ao N. de Lisboa. (Fica perto da margem direita do rio Douro.)

Tem 230[1] fogos.

Em 1757 tinha 101 fogos.

Orago, S. Payo, ou Pelagio, martyr.

Bispado e districto administrativo do Porto.

Os herdeiros de Gregorio Ferreira d'Éça (da casa de Cavalleiros) apresentavam o abbade, que tinha 400$000 rs. de rendimento.

N'esta freguezia foi o solar de um ramo da familia Éça, em uma torre, a qual ainda existe. Tem annexa a *quinta*, por isso chamada, *da Torre*, da qual adiante fallo mais detidamente.

Esta freguezia era um logar da de S. Vicente do Pinheiro, do mesmo concelho; da qual foi desmembrada, para formar parochia independente, no meiado do seculo XVII.—Tinha uma ermida de S. Payo, que foi então elevada a matriz.

Esta freguezia era o titulo dos antigos *condes de São-Payo*.

Os Éças, de S. Payo da Portella, traziam por armas—em campo de prata, as Quinas portuguezas, cercando o escudo um cordão

[1] Esta freguezia só tem 105 fogos *ecclesiasticos;* mas tem 230 civis, porque lhe está annexa, no administrativo, uma grande parte da freguezia de Santa Clara do Torrão, que vem a ser, os logares—do Areal, Jugueiros, Carvalho, Monte, Lapas, Granja, Penellas, Pégo-Negro, Conéa, e Penso. Vide para este disparate, vol. 3.º, pag. 38, col. 1.ª, no principio.

de S. Francisco (amarello, com os nós de púrpura). Timbre, uma aguia, azul, com as azas abertas, armadas d'ouro, com um dos escudetes das Quinas no peito.

—

Quasi ao cimo de um monte d'esta freguezia, pertença da referida *quinta da Torre*,[1] e que fica 3 kilometros ao N. da povoação da *Rua* (*Entre os Rios*, na confluente do Tâmega com o Douro) ha um rochedo schistoso, por uma fenda do qual sáe cousa de meia telha d'agua crystalina e frigidissima, com um pronunciado cheiro a enxofre, que se sente a 12 ou 13 metros de distancia da nascente.

Na superficie d'esta agua, se junta (na bacia, formada do mesmo rochedo, onde cáe) uma crusta alvacenta e brilhante. Em todo o transito por onde corre para o Tâmega, deixa um precipitado de côr escura.

Se n'esta agua se mergulha papel pardo, faz-se negro, e depois de sêcco, arde como méchas de enxofre, e com o mesmo cheiro.

É abundante de gaz hydrogenio sulphurado, tão intimamente combinado, que, sem perda, em garrafas bem tapadas, conserva todas as suas qualidades mineraes e therapeuticas, por mezes e até por annos, sem a minima alteração.

Só em 1790 se principiou esta agua a usar como medicamento (interno) tirando os medicos do Porto, muitas vezes d'ella, vantagens que não tinham obtido de outras aguas mineraes de mais boa fama, pela sua efficacia.

Vê-se pois que as famosas aguas, geralmente (e erradamente) denominadas *d'Entre os Rios*, nascem na *quinta da Torre*, d'esta freguezia, e se deviam chamar *aguas de S. Payo da Portella;* e foi por essa razão que as não mencionei em Entre os Rios (o que foi notado por alguns que ignoram esta circumstancia).

Chamam-lhe d'Entre os Rios, por ser esta povoação muito mais antiga e conhecida, e porque a freguezia da Portella lhe fica proxima.

A nascente d'estas aguas, está a O. da casa, em uma tapada, que lhe fica fronteira, passando de permeio a estrada real.

A nascente está vedada por uma casinha, toda feita de pedra, e de fórma conica.

Foram analysadas na exposição universal de Paris, de 1867, e do respectivo relatorio consta que — são limpidas, com o gôsto e cheiro assás pronunciado das aguas sulphurosas, e deixando enxofre na sua passagem. Conteem por kilogramma O gr. 0018 de ácido sulphydrico, e O. gr. 321 de elementos fixos, que consistem em sulphatos e chloruretos alcalinos, e saes calcareos e magnesianos.

Estas aguas são applicadas, com maravilhosos resultados, em varias doenças, sobre tudo em padecimentos do estomago.

São conhecidas, na medicina e no commercio, sob o nome de *aguas d'Entre os Rios* (como já disse) e se exportam constantemente em grande escala (engarrafadas) para todos os pontos de Portugal, e para o estrangeiro, principalmente para o Brasil.

Abaixo da juncção dos remanescentes d'estas aguas com as do Tâmega, são applicadas externamente (em banhos), que muita gente vae tomar no Tâmega, até á sua confluente com o Douro, na estação propria.

O territorio d'esta freguezia, é abundante em todos os generos agricolas do nosso clima. Cria e engorda muito gado bovino, que em grande escala exporta para a Inglaterra. Tem optimo peixe do Douro e do Tâmega. Ha grande cópia de caça miuda nos seus amplos montados.

—

No logar de Penso (*administrativamente*, d'esta freguezia; mas *ecclesiasticamente*, do Torrão, ou Entre os Rios!) teem os srs. Perrys, do Porto, uma bonita casa e optima quinta. Esta virtuosa familia costuma passar aqui, todos os annos, uma parte da estação calmosa.

[1] A quinta da Torre, era, até ha poucos annos, de frei João José Machado, conego de S. João Evangelista (loyo), do mosteiro de Villar de Frades (os *bons homens de Villar*). Hoje pertence a um seu herdeiro, de Villa Nova de Famalicão. Esta propriedade está notavelmente descurada pelo seu actual possuidor, e a sua casa, acastellada, em ruinas. É ainda um edificio respeitavel, ficando apenas a uns 20 metros da estrada real.

É um contra-senso, pertencerem os logares mencionados na nota antecedente, á freguezia de Entre os Rios, cuja matriz, além de ficar na outra margem do Tâmega (direita), é tres vezes mais distante do que a de S. Payo da Portella.

Custa a crer, como no arredondamento de 1855 se deixasse ficar este aleijão geographico-administrativo.

—

Esta freguezia está situada em linda e aprasivel posição, na encosta do nascente, da serra de *Mousinho*, ficando ao N., a freguezia de S. Vicente do Pinheiro, e ao S. a de Santa Maria da Éja.

É atravessada pela estrada real de Guimarães a Entre os Rios.

A egreja matriz e a residencia parochial d'esta freguezia, estão optimamente collocadas, em posição elevada, mas amena, pittoresca e saudavel, dominando o formoso valle que se estende desde o alto de *Sete-Pedras*, até Entre os Rios, na extensão de 7 kilometros, e no fundo de cujo valle, serpeia o *ribeiro das Cabras*, que desagúa no Tâmega; passando tambem aqui a estrada real, de Penafiel a Entre os Rios.

Das janellas da residencia parochial, que ficam ao N. da egreja, e só separadas d'ella pelo adro, se vêem as egrejas matrizes, de S. Vicente do Pinheiro, de Valle-Pêdre, d'Oldrões, da Caleça-Santa, e de Paredes.

—

A primitiva egreja matriz da Portella, era antiquissima, e tanto que se ignora a data da sua fundação. Era bastante acanhada. Em 1816, se fez a capella-mór, que é soffrivel. O corpo da egreja foi demolido, e acha-se actualmente (novembro de 1876) em construcção, com mais amplas dimensões. Tambem se anda edificando uma nova sachristia.

Esta obra é promovida pelo actual parocho, encommendado, que se não tem poupado a trabalhos e despezas, para levar por diante uma obra, que deveria ter sido feita em tempos mais propicios — isto é — antes que a descrença, a impiedade e a indifferença tivessem dado golpes tão profundos no catholicismo. Honra ao povo d'esta freguezia, que, ao passo que nas outras se destroem ou abandonam os templos, elle emprega sollicito parte dos seus haveres na construcção de uma nova egreja, que promette ficar uma das melhores da comarca.

Note-se que a freguezia *ecclesiastica* (a parte d'ella que só concorre para a construcção da egreja) é composta de pobres lavradores; mas no coração dos quaes os sentimentos religiosos de seus avós, ainda actuam poderosamente; pelo que não se poupam a sacrificios, para levarem á conclusão a sua egreja, e animados pelos conselhos do seu pastor, não trepidam ante qualquer contrariedade.

N'esta egreja está erecta, desde tempos remotissimos, uma confraria de Nossa Senhora das Neves, que conta perto de mil irmãos, e tem jubileu, a 4 e 5 de agosto, sendo a festa da Senhora, no dia 5, que é mesmo o de Nossa Senhora das Neves, e sempre concorridissima, por ser objecto de grande devoção dos povos d'estes sitios, em razão dos milagres que lhe attribuem, e pelo que a denominam vulgarmente—*Nossa Senhora dos Milagres.*

—

No logar de *Corveira*, d'esta freguezia, ha uma bonita e rendosissima quinta, com optima casa e jardins; matta, com passeios; bosques, pomares, etc., do sr. Gaspar Ferreira Baltar, rico proprietario e capitalista, d'aqui natural, e residente na cidade do Porto, onde é proprietario de uma boa typographia e do jornal politico (que n'ella se imprime) intitulado —*Primeiro de Janeiro.*

Este cavalheiro, que é geralmente estimado na freguezia, vem aqui passar, com a sua familia, uma grande parte do verão.

Esta quinta é atravessada pela estrada real de Guimarães a Entre-os-Rios.

—

Ao S. d'esta propriedade, no logar de *Verdeiros*, tambem da freguezia, ha uma grande quinta, cultivada por seis caseiros, com uma casa que denota muita antiguidade, da qual é proprietario, o sr. José Monteiro Guedes Nobre Mourão (da nobre casa d'Abragão), feito visconde de Bouvieiro, em 7 de maio de 1874.

Esta quinta, é tambem atravessada pela

estrada real, que atravessa a notavel quinta da *Torre*, que fica ao sul.

Ha ainda n'esta freguezia outras quintas e casas de campo, sendo as mais notaveis, além das já mencionadas, a célebre:

Quinta e casa de *Villa d'Uffa* (casa de campo d'Uffa), que, segundo a tradição, foi de uma senhora, chamada D. Uffa, que morava na freguezia de Canellas, na *quinta da Uffa*, sobre a margem direita do Douro, em frente das *Pedras de Linhares*, e é hoje propriedade do sr. Francisco do Valle Peixoto (o *Francisquinho da Uffa*). Vide *Bayão* e *Linhares* (pedras de).

—

A quinta do sr. Carlos José Moreira, no logar do *Bairro*, com boa capella, da invocação de Nossa Senhora da Victoria.

No mesmo logar do Bairro, a quinta do sr. doutor Albino Ferreira Baptista, de Cabeça Santa.

A quinta do *Casal da Avó*, com boa casa, mas arruinada, e uma capella, da qual apenas restam as paredes. Foi do sr. Manuel Pedro Guedes (filho da sr.ª condessa de Pangim), do Porto, e é hoje do sr. Agostinho Coelho de Souza e Sá, de Mezão-Frio.

—

Houve antigamente n'esta freguezia, sete capellas, das quaes apenas hoje existem tres, em bom estado, para o culto divino. São, as do sr. Carlos José Moreira no logar do *Bairro*—a do sr. visconde de Bouvieiro, em *Verdeiros*—e a do sr. Frederico Belleza de Vasconcellos, no logar da *Aldeia*.

Das outras quatro, apenas ha vestigios.

Segundo a tradição, ainda houve mais capellas, cujo sitio e época da sua fundação e demolição se ignoram hoje.

—

Tanto esta freguezia, como as de S. Vicente do Pinheiro, Valle-Pédre e outras do concelho de Penafiel, teem optimos *passaes*, que eram sufficientes para com os seus rendimentos se sustentarem decentemente os seus respectivos parochos, ficando os freguezes aliviados da congrua ou *derrama;* mas, em nome da *liberdade*, já se acham inventariados, e não tardarão em ser vendidos em praça publica, ficando seus legitimos donos privados do que por uma posse diuturna e imprescriptivel, lhes pertencia. Vide *Passaes*.

PORTELLA — freguezia, Minho, comarca e concelho dos Arcos de Valle de Vez, 36 kilometros ao N.O. de Braga, 395 ao N. de Lisboa.

Tem 140 fogos.

Em 1757 tinha 83 fogos.

Orago, Santo André, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Os viscondes de Villa Nova da Cerveira, apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis.

Era abbadia annexa ao mosteiro de Sabbadim; mas ordinariamente, eram os viscondes que apresentavam, pois tambem tinham mezes reservados, quando os abbades do mosteiro não renunciassem.

No monte do Crasto, abaixo da egreja matriz, ha vestigios de antiquissimas fortificações, que se suppõem obra romana.

PORTELLA — freguezia, Minho, comarca e concelho de Monsão, 48 kilometros ao N.O. de Braga, 400 ao N. de Lisboa.

Tem 160 fogos.

Em 1757 tinha os mesmos 160.

Orago, S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

A casa dos senhores de Regalados, apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento.

Foi do real padroado. O rei D. Diniz cedeu metade a D. João Fernandes Sotto-Maior, bispo de Tuy, em 1308. Parece que a outra metade já pertencia a este prelado.

Ultimamente, era esta egreja apresentada pelos Magalhães, de Braga.

PORTELLA—freguezia, Minho, extramuros da villa de Caminha. (Vol. 2.º, pag. 54, col. 1.ª)

Está ha muitos annos unida á de Villarêlho.

A egreja da Portelta, foi a matriz primitiva da villa de Caminha, e porisso ainda se lhe dá o nome de *Egreja Velha*—e este nome estende-se, vulgarmente, a toda a freguezia, que, officialmente, se denomina *Vil-*

larêlho e *Portella*, ou simplesmente *Villarêlho*.

E' n'esta freguezia o *pinhal do Camarído*, que é do estado.

(Vide Camarído.)

Segundo a tradição, junto á egreja matriz existiram uns paços, onde residia a princeza D. Urraca. (?)

E' certo que ainda alli ha uma fonte, denominada *da Urraça*.

Ha n'esta freguezia cinco capellas, que são:

Santo Antonio—mandada construir, em 1723, por Pedro da Rocha Pitta, na sua quinta de *Vallindo* (Valle-lindo) uma das melhores propriedades d'esta freguezia.

E' hoje do seu 2.º neto, o sr. doutor, Rodrigo de Castro Menezes Pitta, desembargador e par do reino.

Nossa Senhora da Graça—publica.

S. Sebastião—idem.

Nossa Senhora da Rocha—particular—do sr. doutor, Abilio Alvaro de Souza Rego.

S. Roque—esta foi a que deu o titulo aos barões de S. Roque (de Caminha) por a quinta annexa ter o nome do santo.

Havia antigamente outra capella, dedicada a Santo Antão, abbade.

Estava no alto do monte, e ao sitio onde existiu ainda se chama—*Chan de Santo Antão*.

Esta freguezia é cortada pela estrada districtal, de Caminha a Melgaço, por Paredes de Coura.

E' um bonito passeio para os habitantes da villa.

São formosissimas as vistas que se gozam de varios pontos d'esta freguezia.

D'elles se descobrem—a villa de Caminha, que lhe fica ao sopé, para O.N.O., assim como a foz do Minho, o forte da Insua, o môrro de Santa Tecla (Galliza) e o Occeano.

Ao N. se espraia o Minho, e se vê a aldeia da *Passagem*, na margem direita d'este rio.

Ao E., é limitada pelo rio Coura, cuja margem esquerda pertence a esta freguezia.

Pelo S., confina com a freguezia de Cristêllo—e pelo O., com o mar, sendo d'este lado cortada pela estrada real de 1.ª classe, de Lisboa para o norte, e pelo caminho de ferro do norte, em construcção.

Tambem d'aqui se vê, a formosa freguezia de Seixas e a bella ponte do Coura (quasi no confluente d'este rio com o Minho) que ficam a N.E.

O aqueducto das aguas para o chafariz da villa, vae d'esta freguezia.

—

Esta parochia, na sua maior parte, é composta de quintas e outras propriedades, de habitantes de Caminha; pelo que, em geral, os parochianos de Portella e Villarêlho, são pobres, por serem quasi todos caseiros.

Tambem é n'esta freguezia, a boa *quinta da Cósta*, hoje propriedade da sr.ª condessa da Ribeira e seus irmãos—e as quintas—do sr. dr. Abilio Alvaro de Souza Rego—da viuva de Bento Thomaz da Silva Coelho—da sr.ª baroneza de São Roque—do sr. José Elias, e outras.

A margem do Coura pertencente a esta freguezia, é muito formosa e bem cultivada.

E' terra fertil em todos os generos agricolas do nosso clima, e cria muito gado, de toda a qualidade, e caça.

Produz tambem bôas madeiras de castanho, carvalho e pinheiro.

O mar, e os rios Minho e Coura, a fornecem de muito, optimo e variado peixe; sendo o melhor, o salmão, a lampreia, o savel, a truta marisca, e o sôlho.

—

Ha em varios sitios, restos de fortificações antigas.

—

Para tudo o mais que aqui se não achar, vide *Villarêlho*, do concelho de Caminha.

PORTELLA—bonita aldeia, Douro, na freguezia de Santo Isidoro de Romariz, comarca, concelho e 8 kilometros ao E. da Feira.

Tem uma antiquissima ermida, dedicada a *Nossa Senhora da Portella*, á qual se faz uma festa annual que não tem dia certo.

No centro d'esta aldeia, ha uma casa, que hoje pertence a José Francisco dos Santos

(*o Cabo d'Aldeia*) pelo centro da qual era a divisão dos concelhos de Fermedo e da Feira.

No principio d'este seculo, era possuida por um tal *Portella*, culpado por certo crime, pelas justiças da Feira.

Quando as justiças d'este concelho vinham para o prender, passava, por d'entro da casa, para o E. d'ella, que era territorio do concelho de Fermedo, e de uma janella fazia *troça* aos beleguins, que não o podiam prender, por estar fóra da sua jurisdicção.

Como o Portella era turbulento, veiu tambem a estar culpado pelas justiças de Fermedo.

Quando os beleguins d'este concelho o vinham prender, passava-se para o lado O. da casa, e fazia-lhes como do E. havia feito aos da Feira.

Para o agarrarem, foi preciso reunirem-se os beleguin dos dois julgados.

Os tabelliães de Fermedo e da Feira, vinham fazer escripturas a esta casa, e cada um nas suas respectivas jurisdicções.

Ainda hoje acontece o mesmo, na aldeia da *Lagem*, freguezias de Gião, na comarca da Feira, e Louredo, comarca d'Arouca (antigo concelho de Fermedo.)

Vide *Inha*, rio—vol. 3.º, pag. 394, col. 1.ª e 2.ª

PORTELLA—aldeia, Beira Alta, freguezia de S. Cypriano.

(Vol. 2.º, pag. 462, col. 2.ª—a 2.ª freguezia d'este nome.)

Ha n'esta aldeia a capella de Nossa Senhora do O', ou da Expectação, pertencente ao arciprestado do *áro* (termo) de Viseu, d'onde dista 6 kilometros a O.

Está a capella edificada no cume de um monte, cercado de olivaes.

Teve principio pelos annos de 1600, e, segundo a tradição, foi fundada por uns cavalheiros nobres de Viseu, em cumprimento de certa promessa.

Creou-se uma irmandade da Senhora do O', cujos estatutos foram approvados em 1629.

A capella-mór está dividida do corpo da egreja, por um elegante arco, de pedra fina, muito bem lavrado.

E' um templo alegre e vasto, tendo o corpo da egreja 22 metros de comprido e 6,m6 de largo.

Tem altar-mór e dois lateraes, um d'estes, dedicado ao Salvador do Mundo, outro a Santo Antonio de Lisboa.

No adro, está um formoso cruseiro, de pedra muito fina, com sua cúpula, assente sobre 4 columnas ou pilares.

A padroeira, é de pedra e de boa esculptura, com 0,m66 de alto.

Tem ao collo o Menino Jesus, tomando um dos seios de sua Mãe, o que é um anachronismo, em vista da invocação da Senhora.

O povo de Viseu e das freguezias circumvisinhas, teem grande devoção á padroeira d'esta capella, e lhe fazem a festa a 18 de dezembro (dia de Nossa Senhora do O') que é sempre concorridissima, quando o tempo o permitte.

Antigamente não entrava para a irmandade d'esta Senhora, pessoa alguma sem que préviamente se lhe inquerisse, com toda a minuciosidade, a pureza do sangue.

Eram 150 irmãos, e 20 irmans, e não podiam ser mais.

Cada uma dá 4$000 réis de entrada.

Os irmãos eram de diversas freguezias, mas não podiam ser de mais de 6 kilometros de distancia, para facilmente assistirem ao serviço da Senhora.

Muitos irmãos deixaram a esta capella legados de muito valor.

Os irmaos, teem jubileu plenissimo quando entram, e tres officios quando fallecem.

Tambem tem jubileu plenissimo, no dia da festa da Senhora.

Vão aqui muitas procissões, sendo as principaes, as de—quinta feira santa, 19 de março (dia de S. José) dia de Santa Marinha, e finalmente, nas ladainhas de maio.

São todas muito concorridas.

PORTELLA (ponte da)—Douro, 3 kilometros ao E.S.E. de Coimbra, sobre o rio Mondego.

No dia 12 de julho de 1873 (sabbado) se

inaugurou esta bella ponte, que põe em communicação Coimbra com outras muitas povoações das duas Beiras, Extremadura, Douro, etc.

Serviu provisoriamente (em quanto se construiu a nova ponte de Coimbra—uns dois annos) para a communicação com as provincias do norte; assim como com Lisboa, Alemtejo e Algarve.

De Coimbra até esta ponte ha uma bella estrada a mac-adam, que é um formosissimo passeio.

Depois de feita a experiencia *estatica*, se procedeu á *dynamica*, a que assistiram os engenheiros (commissionados para isto pelo governo) os srs., José Victorino Damazio, Figueirêdo, e Adolpho Loureiro; e bem assim 28 alumnos da escola do exercito, que se destinavam á engenharia, com o seu respectivo repetidor.

Estas experiencias deram o melhor resultado, pois com a dynamica, apenas a extremidade N. da construcção abateu 3 e meio milimetros.

A concorrencia a este acto foi numerosissima.

Foi chefe e director das obras, o distincto engenheiro, Heitor de Macedo, que planeou a obra, desde a sua primeira pedra, até á sua conclusão.

E' feita de cantaria, ferro e madeira, segundo o systema allemão.

No leito do rio, ha tres pilares de cantaria, assentes sobre estacas; e em cada uma das margens um encontro, tambem de cantaria.

Sobre estas cinco bases, todas solidamente construidas, assentam quatro vergas de ferro, e quatro arcos, do mesmo metal, sustentando todos o taboleiro por onde passam os viajantes, que é de ferro e madeira.

O todo da ponte, não é elegante, mas solidissimo.

—

A Portella é um sitio muito formoso, e constitue o termo de um dos mais agradaveis passeios de Coimbra, sempre pela margem direita do Mondego, e com uma bella estrada a mac-adam.

O sr. D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, tem na Portella grandes e valiosas propriedades, e uma grande quinta, com sumptuoso palacio, sobre a margem direita do Mondego.

Em fevereiro de 1876, foi á praça, a quinta do doutor Cachapuz, junto á ponte, mas na margem esquerda.

O sr. D. Luiz a comprou por 14:010$000 réis, e com esta acquisição, ficou com uma das melhores (senão a melhor) propriedades, dos arrabaldes de Coimbra, e mesmo do districto. [1]

O sr. D. Luiz, costuma vir passar o verão a este oasis de verdura, que possue todos os encantos da natureza, e todas as galas que o trabalho do homem lhe póde imprimir.

Esta propriedade é a admiração de quantos a visitam.

Arvores seculares, erguendo para o ceu seus ramos copados e alterosos; flores, cultivadas com esmero, espalham pelo ambiente seus aromas variados: no centro, um magestoso palacio, ornado de verdejantes trepadeiras.

Seu feliz proprietario, mandou construir, em março de 1876, uma *motta*, com a extenção de dois kilometros, para a defender da invasão das areias do Mondego.

Por essa mesma occasião, mandou construir uma magnifica estufa, onde já se admira uma grande variedade de flores e plantas, de grande merecimento.

E' o sr. D. Luiz representante de uma das mais nobres familias d'este reino, e na amenidade e lhaneza do seu trato se reconhece o typo do verdadeiro fidalgo portuguez.

Possuidor da maior casa d'este districto, emprega uma parte das suas riquezas em soccorrer os desvalidos, e a sua caridade é inexgotavel.

PORTELLA—sitio, Extremadura, á entrada de Leiria.

Em 2 de julho de 1808, os habitantes d'esta cidade, excitados por uma chusma de estudantes da universidade, e populares, que

[1] Junto á quinta chamada mesmo *do Cachapuz*, e apenas dividida d'ella pelo ribeiro *Ceira*, está tambem uma optima quinta, pertencente ao sr. Luiz Monteiro.

desciam de Coimbra, e pelo coronel, das milicias, fizeram uma espera aos francezes, de Junot, no alto da Portella, quando os invasores marchavam de Lisboa contra os alliados.

Os francezes, facilmente dispersaram aquelles portuguezes temerarios, indisciplinados e mal armados, fazendo horrorosa carnagem em cento e tantos que poderam agarrar.

Pouco tempo depois, pagaram estas atrocidades—Delaborde, que foi derrotado na *Roliça*, a 17 d'agosto, por Wellesley—e Junot, pelo mesmo general (Wellesley, depois, lord Wellington) no Vimieiro, a 21 do mesmo mez.

Estas duas derrotas, soffridas pelas hordas napoleonicas, deram em resultado a *convenção de Cintra*, a 30 d'agosto, e a expulsão dos francezes.

PORTELLA DA BOSTARANGA (ou da *Bostarenga*)—logar, Minho, na freguezia de S. Martinho de Coura, concelho de Coura. (Vide *Coura.*)

Na Portella da Bostaranga, existem vestigios de um forte, ainda chamado *crasto*, obra dos romanos, para defenderem este ponto, que, pela aspereza das grandes serras *d'Arga* e *Formigoso*, se tornava um passo quasi inaccessivel.

Poucos soldados bastavam para impedir o passo a um exercito, n'este desfiladeiro.

Tem aqui perto a sua origem o rio Coura, que desagúa no rio Minho, na villa de Caminha.

PORTELLA DA CÔRTE DAS VELHAS—Algarve.

Vide *Estombar* e *Fáro.*

PORTELLA DA GAIVA E RAMALHOSO—grandes minas de estanho, da *Companhia estanifera do Ramalhoso e Portella da Gaiva*, n'estes logares e no das *Aguas Ferreas*: tudo na provincia do Douro, concelho d'Amarante.

A lavra d'estas minas, que principiou com grande animação, e promettendo um brilhante futuro, teve a sorte de todas as minas exploradas por portuguezes — morreu, sem deixar outras memorias de si, senão o pranto dos accionistas, pelas libras que alli lhes gastaram inutilmente.

O *Diario do Governo*, de 19 de outubro de 1876, declarou perdidos os direitos, e julgadas abandonadas (por haver quasi dez annos que tinham cessado os trabalhos de lavra e exploração) não só as indicadas minas, como tambem as da *Companhia Esperança* (de estanho) das *Rhodas do Murão*, no mesmo concelho, de Amarante — e da *Companhia mineração Portuense* (Oporto mining company limited) á mina de chumbo, de *Sarradella*, no concelho da Penafiel.

—

E' o fim de todas as minas exploradas por portuguezes!

Só os estrangeiros sabem tirar grandes interesses das nossas minas: bem hajam elles.

Os phenicios, os carthaginezes, os romanos e os arabes, esgotaram as nossas mais ricas minas de ouro, prata e cobre, mas ainda deixaram muitas (d'estes metaes) que nos podiam dar optimos resultados; e não exploraram as nossas ricas minas d'estanho, chumbo, antimonio, carvão, plombagina (graphite) manganez, enxofre, phosphatos, etc.

Trez cousas actuam para *dar em pantana* (permitta-se-me esta expressão vulgar, mas expressiva) com as minas exploradas por portuguezes.

1.ª—a insufficiencia dos capitaes empregados na exploração; de modo que os directores, em vez de chamarem engenheiros habilitados, servem-se de praticos, que, em regra, só podem fazer alguma cousa nas minas onde aprenderam, pela rutina, quasi sempre defeituosa; e ignorando a necessidade de machinas e aparelhos indispensaveis (e o seu emprego) segundo os modernos systemas aperfeiçoados.

2.ª—pela mesma razão (de falta de capitaes) ou por ambição, mal entendida, querem, em ponco tempo, e com pouco dinheiro, tirar muito minerio; resultando d'aqui, fazer a exploração *pelos cabellos*, sem trabalhos em fórma, e nas condições exigidas pela sciencia, e por fim, *encravarem* as minas, tornando difficilima e dispendiosissima a sua lavra, para futuros emprehendedores.

3.ª—Os *estados maiores!*

Logo no principio de uma exploração, e quando o *engenheiro* bastava para dirigir os trabalhos, todos os accionistas querem, ou ser empregados, ou que seus filhos, parentes e adeherentes o sejam.

Fazem um director, ou administrador, um vice-director, um guarda-livros, caixeiros, olheiros, fiscaes, etc., etc., de modo que—no sabbado, as férias dos operarios *productores*, isto é, dos que trabalham—importam em 10 ou 12 mil réis—e as do estado-maior (quer dizer—os ociosos inuteis) em 100 ou 120 mil réis.

Todas estas trez especies de exploradores, não só prejudicam os accionistas que n'elles confiaram, senão tambem as minas, que desacreditam.

Os inglezes, que, em regra, são os estrangeiros mais inclinados á exploração de minas, são desconfiadissimos; pelo que, não compram minas, onde outros perderam o seu trabalho e o seu dinheiro, com receio de lhes acontecer o mesmo.

Não devemos esquecer umas certas *agencias* de compra e vendas de minas, ordinariamente compostas de individuos sem real, de precedentes pouco lisongeiros, e ignorantissimos na materia, *fingindo* que compram e que vendem minas, cujo mineral ignoram, e cujo fim principal é apanharem algum dinheiro aos incautos que n'elles confiam.

Estes taes, tambem concorrem, e muito, para o descredito das minas portuguezas.

PORTELLA DAS PÁDEIRAS—Extremadura, na freguezia do Salvador, da cidade, comarca, concelho e 3 kilometros ao O. de Santarem.

Ha aqui uma ermida antiga, de bôa architectura, dedicada a *Nossa Senhora dos Anjos*.

Está edificada em sitio quasi plano e agradavel, cercada de arvores fructiferas e silvestres, e com uma fonte de excellente agua que réga o arvoredo.

A capella é vasta, mas tem só o altar principal, na capella-mór, e este tem um zimborio pyramidal, cercado de ameias.

As paredes interiores, são revestidas de bons azulejos, e a capella-mór é dividida do corpo da egreja, por grades de ébano, e da mesma madeira é o pulpito.

No adro está um alpendre, sustentado por columnas de pedra, obra moderna, com architrave e cimalha de cantaria.

A imagem da Senhora, é de pedra, e denota muita antiguidade; mas é de boa esculptura, e com 1,^{m}22 de alto.

Tem o Menino Jesus, feito na mesma pedra.

Segundo a tradição, a imagem da padroeira, appareceu n'este mesmo sitio, o que parece confirmar uma edicula antiquissima, chamada *da Memoria;* e uma fonte, na horta, de fórma conica, com 8 metros d'alto, e de curiosa architectura, pela sua reconhecida antiguidade.

A edicula, fica a poucos metros da capella, e é como uma especie de guarita.

E' de fórma exagona, com trez entradas; mas só uma tem grades, e as outras foram tapadas de parede.

D'entro, está uma imagem (de madeira) de *Nossa Senhora da Piedade.*

Sabe se que a capella é antiga, e muito mais a edicula; mas ignoram-se as datas da sua construcção.

A horta e um olival contiguo, assim como varias propriedades, são pertenças da capella, e d'ellas é administrador o parocho do Salvador, de Santarem.

Ha aqui casa de residencia para um eremitão, que quasi sempre tem tido.

O povo de Santarem, é muito devoto da Senhora dos Anjos, assim como da Senhora da Piedade, da Portella das Pádeiras.

PORTELLA DE ORSEIRA—logar, Traz-os-Montes, na freguezia de Bobadella (vol. 1.º, pag. 404, col. 2.ª)

Proximo d'este logar, e perto e ao S. da estrada, existem vestigios de um grande aqueducto, que principiava em Bobadella, e passando pela antiga aldeia de *Payo Mantella*, entrava no territorio do de *Meixiede*, que confina com a Galliza.

D'alli vinha por uma varzea, chamada a *Campina*, até ao valle de Chaves.

Segundo a tradição, é obra do imperador Trajano, e feita pelo mesmo tempo em que

se construiu a ponte de Chaves—isto é—pelos annos 110 de Jesus Christo.

PORTELLA DE PENELLA (antigamente *Portella das Cabras*)—villa extincta, Minho, na antiga comarca de Pico de Regalados (hoje, de Villa Verde) e cabeça do concelho de Penella.

Vide vol. 6.º, pag. 615, col. 2.ª, a 2.ª *Penella.*

PORTELLA DE REBORDÊLLOS —logar, Traz-os-Montes, freguezia e concelho de Boticas.

(Vol. 1.º, pag. 424, col. 1.ª)

Passava por aqui a via militar dos romanos, que de Braga hia a Chaves e d'alli a Astorga.

Ainda no seculo passado aqui existiam dois marcos milliares, que foram então mudados para o logar de Campos, proximo ás Boticas; um era dedicado ao imperador Claudio, e dizia que d'alli a Braga, eram cinco leguas—do outro, que tinha 1m,10 d'alto e 2 metros de circumferencia e da inscripção, apenas se lia—XXXV—por que o resto estava partido.

Ainda no fim do seculo passado, restava grande numero de marcos milliares das vias militares construidas pelos romanos, de Braga a Astorga, por varias direcções.

A maior parte d'elles, foram destruidos pelo povo, e applicados a varias obras.

Dos que pude haver noticia, fiz menção nos logares onde foram assentes, ou encontrados.

PORTELLA DE VILLA FRANCA DAS NAVES—aldeia, Beira Baixa, na comarca e concelho de Trancoso.

Bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda.

Hade ser aqui a 3.ª secção do caminho de ferro da Beira Alta, tendo uma estação n'esta mesma freguezia.

—

O traçado do caminho de ferro da Beira Alta, adoptado pelo governo, tem uma grande quantidade de obras d'arte.

Só na 1.ª secção ha dez tunneis, na extensão total de 2:300 metros—em Povim, na Arregaça, em Chão do Bispo, em Peneirede, em Lorvão, em Albarqueira, e em Penacova: passando exactamente por baixo da povoação, em Raiva, em Cunhede e em Dão—e 22 viaductos, na extensão total de 2300m,02.

Na 2.ª e 4.ª secção não ha obras d'arte, na 3.ª ha dois viaductos, na extensão total de 266m,98; na 5.ª, tres, na extensão total de 356m,7.

A 1.ª secção, vae de Coimbra a Santa Comba-Dão.

A 2.ª, a Mangualde.

A 3.ª, á Portella de Villa Franca das Naves.

A 4.ª, a Villa Fernando.

A 5.ª, á fronteira.

As estações são 15, a saber:

Coimbra, Penacova, Mortagua, Santa Comba, Carregal do Sal, Nellas, Mangualde, Gouveia, Fornos, Celorico, Villa Franca das Naves, Guarda, Cerdeira, Freinéda e Villar Formoso.

Haverá, alem d'isso, duas paragens, em Canas de Senhorim e no Engenho Novo.

PORTELLA DO FOJO—freguezia, Douro, concelho e 12 kilometros da Pampilhosa, comarca d'Arganil (foi da mesma comarca, mas do concelho supprimido d'Alvares) 40 kilometros ao S.E. de Coimbra, 190 ao N. de Lisboa.

Tem 210 fogos.

Bispado da Guarda, districto administrativo de Coimbra.

Não vem no *Portugal Sacro e Profano.*

Situada em terreno montuoso (pelo que a este concelho, e aos supprimidos de Alvares e Fajão, se dá o nome de *concelhos da Serra.*)

E' terra muito fria e pouco fertil, por causa das neves que duram aqui a maior parte do anno.

Produz medianamente, vinho, azeite, milho e castanhas.

Fabricam se aqui bastantes bureis.

PORTELLA DO HOMEM—logar, Minho, na freguezia de Villarinho (S. Thomé) comarca e concelho de Villa Verde (antiga comarca e concelho de Pico de Regalados) 15 kilometros ao N. de Braga, 375 ao N. de Lisboa.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Por este logar passa a linha divisoria entre a provincia do Minho e a de Galliza—isto é—entre Portugal e Hespanha.

Tambem por aqui passava uma das vias militares romanas, que de Braga hiam a Astorga.

Havia aqui innumeros marcos milliares, não só os que foram assentes pelos romanos, mas os que trouxeram de outras partes.

(Vide *Bouro*—mosteiro de—*Campo de Gerez, Geira, Homem* e *Lamas d'Homem.*)

Veem-se aqui os restos de uma trincheira, com sua contra escarpa, estendendo dois braços pela encosta da serra, construida no reinado de D. João I, e reedificada no de D. João IV, e na regencia de D. João, depois VI.

Ainda não ha muitos annos, que na *Casa da Guarda* (n'este logar) existiam algumas peças de artilheria—de ferro—que foram removidas para os paços do concelho.

Estas peças estavam aqui desde 1801.

Todos sabem que em 1801, Buonaparte fez alliança com Carlos IV, de Hespanha, para fazerem guerra á Gran-Bretanha.

Queria que Portugal entrasse na liga, e, como o principe regente se recusasse, nos declararam guerra (8 de março) e o ridiculo *Godoy* (feito *principe da paz*) invade o Alemtejo, com uma divisão de francezes e hespanhoes, e nos toma Olivença.

Durou pouco esta guerra, que terminou pelo tratado de paz, de Badajoz, feito a 6 de junho, ratificado por outro, feito a 29 de setembro do mesmo anno.

(Para evitarmos repetições, vide *Olivença*.)

—

Em 28 de março de 1801, veiu para aqui um destatamento de artilheria do Porto, commandado pelo sargento Agostinho Rodrigues, que depois foi quartel-mestre das milicias da Barca.

Esta força, e uma grande partida de ordenanças, se conservaram n'este ponto, até 20 d'agosto, reformando as antigas fortificações.

No alto da serra da Portella do Homem, no sitio denominado *Calvos*, estão uns pardieiros, restos de uma atalaia, aqui edificada por se descobrir grande extenção de territorio gallego.

—

Quem seguir a estrada da *Geira*, e, perto da Portella do Homem, tomar á direita, e seguir o curso do rio (Homem) encontra, na encosta que se dependura sobre a margem esquerda, um rochedo de grande altura, que, visto de certa distancia, apresenta a fórma de um castello.

Tem sua cortina ou muralha, lisa e perpendicular, com suas fendas symetricas e uns buracos, como séteiras.

No alto, tem uma especie de ameias salientes; rochedos semelhando adarves, e até outros, que de longe parecem sentinellas.

Está revestido de hêra e outras parietarias, o que lhe augmenta a sua alpestre poesia.

—

Disse que na Portella do Homem houve muitos marcos milliarios.

Hoje, os que ainda existem, estão quasi todos tombados, e só de cinco se podem ler as inscripções; porque dos outros, ou ellas estão voltadas para a terra, ou o tempo as desfez.

Tambem quasi todos estão partidos, não se podendo por isso saber a sua altura primittiva.

Deixando aquelles cujas inscripções desappareceram, eis o que se póde ler, dos restantes:

1.º

....
.... TRAIANO
....
A BRAC.........
M. P. XXXIIII.

(Trajano. D'aqui a Braga, são 34:000 passos.)

Tem 2,m64 de alto, e o mesmo de circumferencia.

2.°

IMP. CAES. C. IVLIVS VERVS MAXI.
PIVS AVG. GERM. MAX. DAC.
SARM. MAX. PONT. MAX.
IMP. VI. P. P. CŌS. PROCŌS.
ET C. IVLIVS VERVS MAX. NO-
BELISSIMVS CAES. GERM.
MAX. SARM. MAX. PRINCIPI
IVVENTVTIS FILIVS D. N. IMP.
C. IVLII VERII MAXIMINI
.... QVINTO.....
.... O. LEG. AVG. G.
....

(O imperador Cesar Cayo Julio Vero, maximo, pio, augusto, germanico maximo, dácio, sarmatico maximo, pontifice maximo, imperador a sexta vez, pae da patria, consul, proconsul—E Cayo Julio Vero Maximino, nobilissimo cesar, germanico maximo, sarmatico maximo, principe da mocidade, filho do nosso senhor, o imperador, Cayo Julio Vero Maximino..... quinto...... legado dos imperadores.)

Tem 3m,11 de alto, e 2m,22 de circumferencia.

3.°

IMP. TITO CAESARE DIVI
VESP. F. VESPASIANO M.
PONT. MAX. TRIB. POT. IX.
IMP. XV. P. P. CŌS. VIII.
CAESARE DIVI VESP. S.... CŌS VII
CAIO CALPETANO RANTIO
QUIRINALE VALERIO
FESTO LEG. AVG. PRO PR.
VIA NOVA. A BRAC AVG.
M. P. XXXIIII.

(Dedicado ao imperador Tito Cesar Vespasiano, filho do divino Vespasiano, pontifice maximo: nove vezes investido do poder tribunicio, quinze vezes imperador, oito vezes consul, pae da patria. E a....Cesar, filho do divino Vespasiano.... sete vezes consul. Sendo superintendente da obra, Caio Calpetano Rancio, Quirinal, e Valerio Festo, legados de Augusto e propretores. D'aqui a Braga, pela nova estrada, são 34:000 passos.)

E' um pedaço de marco, com 1,m55 de de alto, e 1,m77 de grosso.

4.°

IMP. CAES. C. MESSIO
QVINTO TRAIANO
DECIO PIO FEL. AVG.
PONT. MAX. TRIB. POT.
PROCŌS. IIII. CŌS. III.
A BRAC. AVG.
XXXIIII.

(Ao imperador Cesar Caio Messio Quinto Trajano Decio, pio, feliz, augusto, pontifice maximo, investido do poder tribunicio, quatro vezés proconsul, tres vezes consul. D'aqui a Braga são 34:000 passos.)

Tem 3,m11 de alto, e 2,m99 de circumferencia.

5.°

IMP. CAES. DIVI SEVERI PII FIL.
DIVI MARCI ANTONINI NEP.
DIVI ANTONINI PII PRONEP.
DIVI ADRIANI ABNEP.
DIVI TRAIANI PART. ET DIVI
NERVAE ADNEP.
M. AVRELIO ANTONINO PIO III. FEL. AUG.
PART. MAX. BRIT. MAX.
GERMANICO MAX.
PONT. MAX.
TRIB. POT. XVII. IMP. III.
CŌS. IIII. P. P. PROCŌS.
A BRAC. AVG. M. P. XXXIIII

(Dedicado ao imperador Cesar, filho do divino Severo, pio, feliz. Neto do divino Marco Antonino, bisneto do divino Antonino Pio, terceiro neto do divino Adriano, quarto neto do divino Trajano, partico, e do divino Nerva Marco Aurelio Antonino Pio, feliz, augusto, partico maximo, britanico maximo, germanico maximo, pontifice maximo, dezessete vezes investido do poder tri-

bunicio, tres vezes imperador, quatro vezes consul, proconsul, e pae da patria. D'aqui a Braga, são 34:000 passos.)

—

Na freguezia do *Valle*, que é a primeira da Galliza, em frente da Portella do Homem, existe um marco milliario, partido em tres pedaços, os quaes teem letras gravadas, que se não podem ler.

Está no sitio chamado *Banhos*.

—

A pouca distancia d'este logar, é a povoação de *Lóbios*, notavel na historia portugueza, por ser por alli que os liberaes emigraram em 1828, e ainda mais, por ser por este mesmo sitio que o marechal Saldanha fugiu para a Galliza, em 1851

O duque de Saldanha, é demittido do cargo de mordomo-mór da casa real (fevereiro de 1850.)

Saldanha, pede a demissão de todos os seus cargos de commissão, por não querer servir com Antonio Bernardo da Costa Cabral (já feito conde de Thomar desde 8 de setembro de 1845.)

Treze mezes esteve Saldanha *amuado* com o governo dos Cabraes, até que a 7 de abril de 1851, se poz á frente de uma revolta, para derribar o ministerio cabralista.

O marechal sahiu de Lisboa n'aquelle dia, e foi a Mafra, para revoltar o regimento de infanteria n.º 7, mas só conseguiu levar alguns soldados.

O batalhão de caçadores n.º 1, que estava (como hoje) em Setubal, tomou o partido do Saldanha, e o mesmo exemplo seguiu caçadores 5, que estava então em Leiria.

O governo manda tropas contra o duque, que, não podendo augmentar o numero dos seus soldados, vae fugindo da perseguição das tropas do governo; mas vendo que lhe não podia escapar, abandona os dois batalhões, na Beira Alta, e, pela Portella do Homem, foge para a povoação gallega de Lóbios.

Saldanha a entrar na Galliza, e José da Silva Passos, José Victorino Damazio e outros, fazem a revolução, no Porto, a 24 de abril, com o batalhão de caçadores n.º 9 e infanteria n.º 2. [1]

O conde do Casal, general do Porto, pretende oppor-se á revolta; mas vendo-se abandonado, foge com as tropas que se conservaram fieis ao governo.

Os dois batalhões 1 e 5, vem juntar-se aos revoltosos do Porto.

Saldanha sabe d'esta revolta, e posto ter ella por chefes os homens do partido republicano, até então seus inimigos implacaveis, vôa ao Porto a tomar o commando dos revoltosos; para se aproveitar das *legitimas* consequencias.

—

Era commandante em chefe do exercito, o sr. D. Fernando Coburgo, que marchára de Lisboa para Coimbra; mas n'esta cidade, o general, Miguel Correia de Mesquita Pimentel (feito barão de Mesquita, em 17 de janeiro de 1843) deserta para o Porto com a sua brigada.

O sr. D. Fernando, vendo-se assim desamparado, foge para Lisboa, com as poucas

[1] O bravo e honrado coronel de infanteria n.º 2 (Cardoso) oppoz se á revolta; mas vendo que nada podia fazer contra os seus soldados, agarra-se ás bandeiras do regimento, não as querendo deixar levar pelos soldados, que o assassinam.

tropas que se lhe conservaram fieis

Chamaram a esta revolta—a *regeneração*—e os seus partidarios (hoje no poder) se denominaram *regeneradores*.

Saldanha, dá no Porto leis para todo o reino, e de Lisboa lhe mandam navios de guerra e transportes, buscal-o e ás suas tropas, que desembarcam triumphantes no Terreiro do Paço, no dia 13 de maio, fazendo marchar os corpos *em continencia*, pela frente do paço, e obrigando a rainha e o rei a hirem ao theatro de S. Carlos, onde n'essa noite soffreram alguns insultos e desgostos.

O conde de Thomar, fóge, pela segunda vez, para o estrangeiro.

Saldanha, toma conta do governo, em *dictadura*, e promulga uma prodigiosa quantidade de leis.

Proximo á Portella do Homem, estão as ruinas da antiquissima ermida de S. Miguel, ha tantos annos abandonada, que no seu ambito existe hoje um antigo e robusto carvalho.

Ainda hoje a este sitio se chama *curral de S. Miguel.*

Os povos de S. Payo da Carvalheira e de outros logares visinhos, vinham aqui em romarias, ladainhas e clamores, em maio, depois das sementeiras, para que o santo archanjo implorasse ao Todo Poderoso a fecundidade das suas terras.

Quando a capella se principiou a arruinar, o povo de *Villarinho da Furna* levou para a capella da sua aldeia a imagem de S. Miguel, e é alli que agora continúa a devoção do povo.

A' festa d'este archanjo chamam os *Lombados*, por ser assim denominado um bosque de castanheiros antiquissimos, que está sobre a vertente da margem esquerda do rio Homem, e onde os romeiros, dá volta fazem parada e *merendam.*

Todo o que por alli passar, n'essa occasião, é convidado para tomar parte no banquete.

Antigamente, o mórdomo da freguezia era obrigado a ter alli uns tantos almudes de vinho, para os festeiros.

O abbade e povo da freguezia da Carvalheira vão em um domingo, d'antemão aprazado, em clamor, á capella de Villarinho: dão tres voltas em redor d'ella, cantam a ladainha, e vão depois fazer a sua oração ao santo.

Todo o trajecto d'esta romaria, feito pelas ribas alpestres e pittorescas do Gerez, na mais bella estação do anno, é sobremodo deleitoso.

Em frente dos Lombados, para o lado do N., vê-se o sêrro do *Chão da Fonte*, ponto mais elevado da serra do Gerez, n'estes sitios.

Um pouco mais abaixo, os terrificos despenhadeiros da *Aguieira*, montanha talhada perpendicularmente na rocha viva, ao lado da qual salta um ribeiro, em vertiginosa catadupa.

Para a esquerda se descobrem mais de 45 kilometros de extensão, e duas serras parallelas (projecções do Gerez) cahindo em suave ondulação até ao Oceano.

A' direita, veem-se as cristas dentadas do Gerez; e ao fundo dos alcantis, refervendo por entre os rochedos, o sinuoso Homem, ainda n'essa quadra opulento das aguas que descem da serra.

Finda a merenda, levantam-se os romeiros, o parocho dá as graças, o mórdomo levanta a cruz, as raparigas põem á cabeça as canastras e açafates em que levaram os comestiveis, e os romeiros regressam aos seus lares, cantando as raparigas, em côro, aquellas singelas quadras, tão queridas do nosso povo, e em harmoniosas toadas tão sabidas pelas donzellas dos campos peninsulares.

Não ha memoria de uma unica embriaguez, de uma desordem — nem mesmo de um insulto, n'esta poetica *festa dos Lombados.*

Feliz o povo das nossas aldeias, no qual a luz da fé não pôde, nem jámais poderá ser apagada pela descrença dos *livres pensadores.*

Aquelle, acha na religião o balsamo consolador para todos os soffrimentos d'esta vida, e a doce esperança dos gosos eternos na outra—estes—os *espiritos fortes*—vivem sem fé—e morrem sem esperança.

—

Antigamente, dava-se á *Portella do Homem*, o titulo de *Praça d'Armas*, e para aqui vinham defender o ponto (já de si quasi inaccessivel) em tempo de guerra, os povos de differentes freguezias do Alto-Minho, pelo que tinham o privilegio de não dar soldados para o exercito, e outros mais. (Vide *Campo do Gerez.*)

PORTELLA SUZAN (isto é—*Portella de Cima*—vide *Jussãa*, vol. 3.º, pag. 430, col. 2.ª—e *Suzan*) [1]—freguezia, Minho; concelho, comarca e districto administrativo de Vianna, 30 kilomelros a O. de Braga, 355 ao N. de Lisboa.

Tem 85 fogos.

Em 1757, tinha 78 fogos.

Orago, o Salvador.

O D. abbade, benedictino, do mosteiro de Carvoeiro, apresentava *in solidum*, o vigario, que tinha 50$000 réis, e o pé d'altar.

Esta freguezia pertencia ao couto do referido mosteiro de Carvoeiro, cujo abbade tinha n'elle as jurisdicções espiritual e temporal.

(Para se evitarem repetições, vide *Carbona*, no vol. 2.º, pag. 104, col. 2.ª—e pag. 140, col. 1.ª, do mesmo volume.)

E' terra fertil.

Cria bastante gado, de toda a qualidade, e é abundante de peixe do mar, que lhe fica a pouca distancia.

PORTÊLLO—freguezia extincta, Traz-os-Montes, no concelho, comarca, districto administrativo, bispado e proximo de Bragança, 70 kilometros de Miranda, 485 ao N. de Lisboa.

Orago, S. Sebastião, martyr.

O reitor de Carragosa, apresentava o cura que tinha 8$500 réis de congrua, e o que rendia o pé d'altar.

Esta freguezia era tão pequena, que não tinha senão 14 fogos, pelo que, no principio d'este seculo, foi encorporada na de Carragosa.

(Vide *Carragosa*, no vol. 2.º, pag. 117, col. 1.ª)

PORTÊLLO (castello do)—Traz-os-Montes, na comarca e concelho de Montalegre.

No sitio hoje denominado *Côtto de Sendim*, que é um môrro, entre as serras de *Larouco* e *Arandêllo*, distante um kilometro, ao N. do logar de Sendim, e 6 ao N.E. de Montalegre, e ao qual (môrro) o vulgo chama *Mitra de S. Thiago*, por causa da sua forma conica, houve em tempos remotos um formidavel castello, do qual ainda ha vestigios, por entre pedras soltas (provavelmente destroços dos seus materiaes) e mattos.

Em 1802, fazendo-se aqui escavações, se encontraram ossos, cáveiras, e algumas moedas romanas.

Eram encarregados da guarda d'este castello, os povos de Villar de Perdizes, Silveira, Santo André, Gralhas, Meixédo, Padornêllos, Padroso e outros.

Esta fortaleza, era um ponto divisorio entre Portugal e Galliza.

PORTÊLLO—aldeia, Beira Alta, na freguezia de Cambres, comarca, concelho, e 3 kilometros a N.O. de Lamego.

(Vide vol. 2.º, pag. 52, col. 2.ª)

Quando tratei da freguezia de Cambres, mencionei a *quinta da Corredoura* (dos srs. Perfeitos) que é n'este logar de Portêllo.

Esta propriedade porém, pela sua riquera e sumptuosidade, merecé uma especial menção, pelo que lhe destino este artigo.

—

A quinta do sr. Antonio Perfeito Perei-

[1] Pretendem alguns, que antigamente se chamava *Portella da Suzana*, por ter pertencido (ou por aqui habitar) uma dona, d'este nome.
E' êrro crasso.
Nunca se chamou senão *Portelta Suzan*, que significa *Portella de Cima;* por haver *Portella Juzan*, que quer dizer, *Portella de Baixo.*

ra Pinto Osorio, na aldeia da *Corredoura*, freguezia de Cambres a pouca distancia da egreja matriz, é indisputavelmente uma das mais formosas vivendas de Portugal.

Consta de um elegante palacio, com sua grande quinta ajardinada, e com uma extensa matta, só dividida da quinta por um ribeiro que desce d'Arões.

A entrada é por um terreiro, assombrado por 14 antiquissimas, frondosas e gigantescas arvores.

Ao centro está o grande portão da entrada, com o escudo das armas d'esta nobilissima familia.

A fachada tem seis grandes janellas no andar terreo, gradeadas de ferro, e sete no andar nobre, com sacadas do mesmo metal.

Ao sul, e pegado ao cunhal da casa, está um esbelto portão, de ferro, entre duas altas columnas de cantaria, rematadas por dois vazos de pedra, de primorosa esculptura.

Segue um gradeamento de ferro, assente em um sôcco de cantaria, vedando um recinto ajardinado.

Seguem-se as casas dos creados, e as cocheiras e cavallariças, e depois um portão que dá entrada para o pomar.

A fachada do S. (para o lado de Lamego) é tambem de muita elegancia, e será magestosa quando se concluir o grande terraço que anda em construcção.

Sobre a janella do centro, d'esta fachada, se lê a seguinte inscripção:

ANTONIO PERFEITO PEREIRA PINTO OSORIO,
MANDOU ACCRESCENTAR A ESTA FACHADA,
SETE PORTADAS, E FAZER A FRENTE
DA PARTE DO NASCENTE, E SEUS
INTERIORES, COOPERANDO PARA ISTO,
SEU IRMÃO, JOSÉ PERFEITO PEREIRA PINTO.
NO ANNO DE 1854.

A fachada do norte faz symetria com a do sul, e é a parte mais antiga do palacio.

O interior da casa está perfeitamente dividido; e o *salão d'honra*, é vasto, pois tem 11 metros de comprido, por 8 de largo.

Está mobilado com trastes antigos, de muito merecimento.

Tambem é digna de nota a *sala dos quadros*, ricamente adornada, contendo 16 bellos quadros mythologicos, e 3 de fructos e flores, todos de muito valor artistico.

Tem tambem um grande espelho, antigo, em rica moldura dourada; tres mesas de pau santo, com primorosos embutidos; sendo do mesmo páu, e tambem com embutidos, e estofadas de damasco, as cadeiras da sala.

Tem um optimo *piano forte*, e no centro do tecto, um magnifico lustre, com 14 lumes.

Junto a esta, está a *sala de visitas*, alcatifada com um luxuoso tapete.

As paredes são revestidas de bellas pinturas a oleo, sobre lona, em molduras douradas.

Tem um grande espelho, sobre uma mesa, de talha dourada, com uma bella pedra de rico marmore.

A mobilia é tambem de pau santo, com primorosos embutidos, de muito valor, não só pela sua perfeição, como pela sua muita antiguidade.

E' illuminada por um formoso lustre, de 15 lumes, e cinco bellas lustrinas de crystal, de tres lumes cada uma.

Sobre a *jardineira* do centro, e sobre duas meias commodas, eguaes ao resto da mobilia, se veem ricos vasos de porcelana dourada; e imagens de santos, de jaspe e outras materias, e dois bonitos oratorios, tudo de grande perfeição artistica.

Tem esta casa, muitos e vastos quartos e salas, tudo luxuosamente mobilado.

A *sala do fogão*, corresponde em magnificencia ao resto das divisões, e n'ella se admiram tres riquissimos quadros a oleo, em molduras douradas—um representa a Annunciação da Santissima Virgem—outro, a adoração dos anjos ao Menino Jesus—e o terceiro, a apresentação no templo.

A sua mobilia é tambem de muito valor, e de grande antiguidade.

E' illuminada por cinco formosos lustres, dourados, com duas serpentinas cada um.

O *refeitorio*, é tambem uma boa sala, illuminada por uma grande clara-boia, e bem mobilada.

Ha tambem uma outra sala, com 11,^{m}20 de comprido e 5,^{m}12 de largo, que é a actual *sala de jantar*.

Alem da mobilia propria d'estas salas, tem oito bellissimos quadros a oleo, em molduras de encarnado e ouro, representando fructos e flores.

Admiram-se aqui duas mesas muito antigas, com bonitos folheados, e douraduras, sendo a sua superficie superior formada por primoroso mosaico.

Sobre cada uma d'estas mesas, estão collocados dois ricos espelhos de crystal, de fórma elyptica, em molduras de branco e ouro.

Sobre a mesa de jantar, *elastica*, está, pendente do tecto, um antiquissimo lustre de oito lumes; e nas cabeceiras da sala ha dois ricos *aparadores* envidraçados, com oito portas e oito gavetas.

Ha aqui dois riquissimos relogios de sala.

É grande, clara e muito aceiada a *cosinha velha*, com uma fonte de uma bica (torneira) sob a qual ha um tanque de marmore preto; porém é muito mais luxuosa a *cosinha nova*, com 9^{m},74 de comprido, e 4^{m},90 de largo. É toda de pedra de cantaria, e a chaminé de grande altura, assente em robustos pilares tambem de cantaria. Tem uma boa fonte, com seu tanque, e outro para lavar a louça. É perfeitamente illuminada.

Em um largo terreiro, que fica em frente da cosinha nova, ha duas fontes d'agua, cahindo em grandes tanques de pedra. No centro d'estas duas fontes, está a seguinte inscripção:

ANTONIO PERFEITO PEREIRA PINTO OSORIO,
MANDOU EXPLORAR E CANALISAR
A AGUA, QUE PRINCIPIOU A
CAHIR N'ESTE CHAFARIZ,
A 16 DE ABRIL DE 1873.

Ainda n'este pateo ha outro tanque mais pequeno, que serve para lavar roupa.

No centro do campo ajardinado que fica ao sul do palacio, ha uma formosa taça de pedra, de figura elyptica, com 13^{m},20 de comprido, por 6^{m},60 de largo, onde nadam formosos peixes, de côres variegadas.

A quinta tem umbrosas casas de fresco, bellos caramanchões, bonitas meias-laranjas, deliciosos hortos, e tudo quanto póde tornar uma estancia poetica, amena e agradavel. Em partes, tem bonitas poesias, escriptas a óleo, em taboletas de madeira, allusivas ao sitio onde estão collocadas, o que augmenta o encanto d'esta formosissima estancia.

—

Ao ex.^{mo} sr. Antonio Rodrigues da Fonceca, de Felgueiras, agradeço cordealmente a brilhante descripção, que, accedendo ao meu pedido, teve a bondade de me mandar, com respeito ao palacio e *quinta da Corredoura*. Peço-lhe porêm perdão, por me vêr obrigado a resumir tanto os seus esclarecimentos, dizendo sómente o essencial, para se poder fazer uma ideia aproximada do que é esta bella propriedade. O sr. Fonceca bem vê que, se de todas as quintas notaveis fizesse tão minuciosa descripção, tornar-se-hia esta obra interminavel.

A quinta do sr. Perfeito só se poderia descrever cabalmente em um livro especial; e, na verdade, era d'isso indisputavelmente merecedora.

—

Osorio, é um appellido nobre em Portugal. Veio d'Hespanha, procedendo de D. Gutierres Ozorio, pae de D. Osorio Cabreira, que veio povoar Portugal; mas não se sabe quando.

Passou segunda vez este appellido a Portugal, no tempo de D. João I, na pessoa de D. Martim Osorio, filho de D. Osorio Martins, da casa dos marquezes d'Astorga, que fez seu solar na villa de Trancoso. O seu brazão d'armas é o seguinte—em campo d'ouro, dois lobos, de púrpura, passantes, em palla—élmo de prata, aberto, e por timbre, um dos lobos das armas.

Outros do mesmo appellido, trazem por armas—em campo de púrpura, banda de prata, entre dois lobos, do mesmo.

Outros—em campo d'ouro, dois ursos, de púrpura—e finalmente—ainda outros—em campo de púrpura, duas vaccas, d'ouro, passantes, em palla. Elmo de prata, aberto—e por timbre, uma das vaccas.

Para as armas dos *Pereiras* e dos *Pintos*, e sua ascendencia, vide *Feira*.

PORTIMÃO—rio, Algarve—tambem chamado *rio de Silves*. Atravessa a villa que lhe dá o nome, entrando ahi no mar. Vide *Mexilhoeira Pequena*, no 5.º vol., pag. 205, col. 1.ª—Vide tambem a villa seguinte.

PORTIMÃO ou **VILLA NOVA DE PORTIMÃO** [1] — villa, Algarve, cabeça do concelho do seu nome, na comarca e 8 kilometros a E. de Lagos, 12 kilometros ao O.S.O. de Silves, 60 ao O. de Faro, 85 ao O. de Tavira, 110 ao O. de Castro-Marim, 48 ao E. do Cabo de S. Vicente, 42 a E. de Sagres, 135 a S.E. de Sines, 9 ao O. d'Olhão, 180 ao S. de Setubal, 230 ao S. de Lisboa.

Tem 1:200 fogos (em uma só freguezia—Nossa Senhora da Conceição).

Em 1757 tinha 522 fogos.

Bispado do Algarve, districto administrativo de Faro.

Tem estação telegraphica.

O papa e o bispo, apresentavam alternadamente o prior, que tinha 138 alqueires de trigo, 57 almudes de vinho, 1$000 réis em dinheiro, e os benesses.

O concelho de Portimão, é composto de 3 freguezias, todas no bispado do Algarve, e com 2:800 fogos—são—Alvôr, Mexilhoeira, e Portimão.

Está em 37°, 9′ de latitude—e 3′ de longitude occidental.

Feira a 9, 10 e 11 de novembro; concedida por alvará de D. Affonso VI, de 3 de outubro de 1672.

Não tem brazão d'armas, e nunca teve foral. Teve juiz de fóra, creado em 16 de janeiro de 1773, por D. José I.

Tem uma escola de latim, e duas de primeiras lettras.

Não se póde fixar a época da primitiva fundação d'esta villa. Segundo a tradição, um individuo, de appellido *Portimão*, fundou aqui uma aldeia, a que deu o seu nome, no reinado de D. João I, ou no de seu filho, o rei D. Duarte; e para aqui se veiu estabelecer com a sua familia, empregando-se no exercicio da pesca do atum. O mar, porém, destruiu esta povoação, da qual apenas hoje ha vestigios, no sitio chamado *Portimões*. (Vide adiante.)

É certo que, quando D. Affonso V, em 1463, concedeu licença a 40 moradores *do logar de Portimão*, para fundarem a nova villa—como adiante digo mais circumstanciadamente—já existia uma povoação com o mesmo nome, visto que o rei lh'o dá, na sua carta d'alvará.

Mas a existencia da villa actual, não póde remontar-se além do referido anno de 1463, que é quando teve principio, por os habitantes da primitiva Portimão a abandonarem, em razão das frequentes invasões do Oceano, e vindo fundar a nova villa (a actual) no sitio até então chamado *Barrosa*.

Deu-se-lhe o nome de *Portimão* até 1773 e então, a 16 de janeiro, sendo elevada a cabeça de comarca, tornando-a independente da jurisdicção de Silves, D. José I lhe deu o fôro de villa, sob o nome de *Villa-Nova de Portimão;* entretanto, e por abreviatura, dá-se-lhe geralmente o nome de Portimão, e os seus habitantes se denominam *portimanenses*.

—

Ha grande divergencia entre os nossos escriptores, sobre o logar onde esteve fundada a famosa cidade romana, chamada *Portus Annibalis*. Pretendem alguns que fosse onde hoje está Alvôr—outros em Estombar; porém o maior numero sustenta (e julgo que com mais probabilidade) que foi junto á foz do rio Portimão.

Suppõe-se tambem, com bons fundamentos, que os phenicios aqui estabeleceram uma *estação naval*, ou *feitoria*.

Segundo os escriptores romanos, *Amilcar Barca* (general carthaginez, e pae do grande Annibal) fundou esta povoação, 551 annos antes de J.-C. (no anno 3453 do mundo) e lhe pôz o nome de *Barcina*, ou *Barcinia* — do appellido da sua familia.

Outros escriptores, porém, sustentam que Amilcar só reedificou e augmentou a povoa-

[1] Como esta villa é conhecida, tanto por *Villa Nova de Portimão*, como simplesmente por *Portimão*, e havendo em Portugal uma quantidade immensa de *Villas-Novas*, resolvi descrever esta povoação sob o nome da palavra indicadora, para evitar aos leitores o aborrecimento de lerem de uma vez tantas *Villas-Novas*.

ção phenicia, que existia desde o anno 3200 do mundo—isto é—804 antes de J.-C.

Annibal Barca, a ampliou ainda, e construiu aqui um templo, pelos annos 520 antes de J.-C. — mudando-lhe então o nome, para o de *Portus Annibalis.* Diz-se que foi este general que lhe construiu as primeiras fortificações.

Os romanos a conquistaram aos carthaginezes, no anno 200 antes de J.-C., conservando-lhe o nome de Portus Annibalis.

Os arabes a conquistaram, no anno 715 de J.-C., e diz-se que lhe pozeram o nome de *Porcimunt,* o que acho inverosimil, porque, semelhante palavra não é árabe, e porque Portimão parece-me nome ou appellido gothico, concordando com o tal Portimão que deu o nome á aldeia que o mar destruiu.

Tambem e pelas mesmas razões, não me parece acceitavel a opinião dos que dizem que os árabes, na sua lingua de trapos, não podendo pronunciar Barcinia (ou *Barcinium,* como ainda querem outros) diziam Porcimunt, que por nenhum principio estava na indole da sua lingua—e mesmo porque, quando elles se apoderaram d'esta povoação, já havia 1235 annos que ella tinha deixado de chamar-se Barcinia, como já vimos.

Concluo de tudo quanto fica dito, que a povoação que o mar descobriu, pelo terramoto de 1755 (como adiante digo), era, com muita probabilidade, a famosa cidade de *Portus Annibalis.*

—

É Portimão uma grande, rica e bonita villa, situada sobre a margem direita do rio a que deu o nome (ou que d'elle o recebeu), a 1:500 metros a E. da sua foz, que é um braço de mar, com bastante largura e profundidade, cujas aguas salgadas se juntam aqui com as do rio, que vem da cidade de Silves (por isso se chama tambem *rio de Silves*), recebendo no seu curso o tributo de varios ribeiros e regatos, que descem da serra.

É um porto commercial importantissimo, e que em nossos dias tem prodigiosamente prosperado.

A sua barra é defendida por duas fortalezas—a de *Santa Catharina,* ao O.—e *S. João Baptista,* a E.— esta serve de *registo,* e tem duas baterias — a *Alta* e a *Baixa.* (Vide adiante.)

Este porto, é o melhor do Algarve, dando entrada a navios de todas as lotações, apezar de se ter bastantemente obstruido com areia.

Aqui embarcam todos os generos que exportam os concelhos de Monchique, Silves, Lagôa, Albufeira, parte do de Lagos, e outras povoações.

No tempo da *carregação* (de setembro a dezembro) concorrem aqui mais de 80 embarcações estrangeiras, a tomar carga de sal, fructas e outros generos; pelo que a sua alfandega rende mais de 100 contos de réis por anno.

Tem Misericordia, com hospital, mas o seu rendimento é insufficiente para o fim a que é destinado.

O hospital de S. Nicolau, é antiquissimo. Tinha 250$000 réis de rendimento annual; mas tanto *cuidado* tem havido, e tão *boas* administrações o teem gerido, que hoje está o rendimento reduzido a uns 75$000 réis!...

—

As duas fortalezas, apenas distam uma da outra uns 300 metros.

A barra é de areia, e, por isso, muito variavel.

A fortaleza de Santa Catharina está edificada sobre uma rocha escarpada, de bastante altura, que vae descendo por terrenos cultivados, até ás ruinas do mosteiro dos capuchos, onde o rio ainda tem fundo para fragatas e corvêtas.

Do lado da fortaleza de S. João, está a praia da *Angrinha,* com *sapaes* e fazendas ao lado, até *Ferragudo* (vol. 3.º, pag. 169, col. 1.ª), que fica na margem esquerda, em frente da villa; e n'esta praia *váram* os barcos de pesca.

A 1:500 metros, a E., é a bonita aldeia da *Mexilhoeira Pequena,* ou *Mexilhoeirinha,* da qual já tratei, no vol. 5.º, pag. 205, col. 1.ª, no fim.

A 9 kilometros ao N. da barra, está o *ilheu de Nossa Senhora do Rosario,* no qual des-

embarcaram os cruzados, e assentaram seus arraiaes, quando foram ajudar D. Sancho I a tomar Silves, em 1189.[1]

Este ilheu, é todo de penedia, com pouca terra. Tem apenas 50 metros de comprimento, e 15 de largura. Ao canal que fica entre o ilheu e a terra firme, dá-se o nome de *Barra de Silves,* ou de *Nossa Senhora do Rosario.* É o fim da serra da *Atalaia,* e fica no meio da barra, entre Ferragudo e o forte de S. João, e Portimão e o forte de Santa Catharina.

Todas as terras das duas margens do rio Portimão, são muito ferteis, formosas e bem cultivadas. As vinhas que por ellas se estendem, são de prodigiosa producção; e as cearas dão, regularmente, vinte sementes.

—

Entre a fortaleza de Santa Catharina e o extincto mosteiro dos capuchos, a pouca distancia, para o O., se encontram, perto da praia, no sitio dos *Portimões,* certas minas (galerias), e entre ellas restos de pias, de alvenaria, que são antigas salgadeiras. Houve aqui armação de atuns. A *dizima velha* dos atuns que aqui fossem pescados, foi dada, pelo rei D. Manuel, em 7 de julho de 1498, a D. Martinho de Castello-Branco, senhor donatario da villa. Esta doação foi confirmada por D. João III, em 7 de outubro de 1522.

Dizem alguns escriptores, que foi aqui o primeiro assento de Portimão. É certo que, em 1463, por carta de 4 d'agosto, concedeu D. Affonso V, a 40 moradores do logar de Portimão, *termo de Silves,* licença (e os privilegios que elles pediram) para fundarem uma povoação, *na foz da cidade de Silves, no sitio chamado a Barrosa, ordenando que d'alli em diante, se ficasse chamando, S. Lourenço da Barrosa.*

A convenção proposta pelos taes quarenta, tinha as condições e privilegios seguintes:

1.º—Dentro em dois annos, cada um seria obrigado a fazer alli uma casa para morar, sob pena de dois mil *reaes brancos.*

2.º—Que esta povoação nunca sahiria da corôa.

3.º—Isenção de quaesquer *pedidos* (tributos), salvo sizas, dizimas e portagens.

4.º—Não hirem á guerra, nem ás armadas, senão quando o rei fosse em pessoa.

5.º—Isenção de pagamento de *peitas. fintas, talhas,* e outros encargos e *servidões,* de Silves; salvo pontes, fontes, e calçadas.

6.º—Isenção de aposentadorias a fidalgos, que aqui não podiam tomar vinho, palha, bêstas, gado, etc., etc.

Estes privilegios, foram accrescentados com outros, a 25 de março e 8 de junho, de 1464—e vinham a ser:

7.º—Que d'alli em diante, não morem no dito logar, fidalgos, cavalleiros, nem outras pessoas poderosas, nem tenham alli cásas, nem as façam, nem estejam no dito logar, mais do que o dia em que alli chegarem, e os tres seguintes—*E isto assi pela guiza do que está outorgado á cidade do Porto—e fazendo o contrario, pague, cada um, 500 corôas d'ouro, para a arca da piedade, por cada vez que contra isso for,* etc.—(Livro 8 do Guad., fl. 88.)

8.º—Que os moradores do dito logar, gozem da jurisdicção que por varias cartas foi concedida ao logar de Punhete. (Livro 4.º do Guad., fl. 29.)

9.º—Não serem os moradores d'este logar, póstos por bêsteiros do conto. (Carta régia de 22 de dezembro, de 1485.)

Este privilegio, foi dado a requerimento da camara de Villa-Nova-de-Portimão.

—

A povoação onde hoje é a villa, já existia, pois a 24 de maio de 1466, deu D. Affonso V licença a Alvaro de Teives, para fazer uma barca de passagem, no rio do *logar de Por-*

[1] Mas, só dois annos conservámos, por então, esta praça; porque, estando o reino extenuado, pela fome e peste que houve em 1191, o Miramolim de Marrocos, invadindo Portugal, reconquista, não só Silves, como todo o Algarve, e ainda parte do Alemtejo occidental.

Só em 9 de janeiro de 1242. D. Payo Peres Correia, mestre da ordem de S. Thiago, e fronteiro-mór do Algarve, resgata Silves, e pouco depois, Aljezur e Tavira; em 9 de março de 1249, Faro, e em 1250, com D. Affonso III, expulsam os mouros de todo o Algarve.

timão, e haver a sua renda. (L.º 3.º de Guad., fl. 34.)

Por carta de 10 d'abril de 1476, datada de Fáro, fez o mesmo rei doação de Villa-Nova de Portimão a Gonçalo Vaz de Castello-Branco, *da mesma sorte que a havia o almirante.* (L.º 6 de D. João II, fl. 130.) Isto, *em premio dos importantes serviços que havia feito ao reino, acompanhando-o* (ao rei) *na jornada de Samora* (Hespanha) *e achando-se com muita gente sua na batalha de Castro Queimado, na qual foi o primeiro que rompeu e derrotou os castelhanos.*

Para se saber a causa d'esta guerra, vide vol. 6.º, pag. 309, col. 2.ª—e no mesmo vol., pag. 397, col. 2.ª

Foi Gonçalo Vaz de Castello-Branco, 2.º senhor donatario d'esta villa, que a fortificou e mandou cingir de muralhas (parte das quaes ainda existem) com quatro portas — *da Senhora da Graça*, defendida pelo baluarte de Santa Barbara, em frente da barra — *da Ribeira*, junto ao rio, a S.E., defendida por duas torres — *a da Serra*, ao N., defendida por outras duas torres—e a *de S. João*, ao O., egualmente defendida por duas torres.

Tinham ainda estas muralhas tres *postigos* — o *dos Fumeiros*, a E.—o *de Santa Isabel*, ao S.—e o *da Egreja*, ao O.

N'estas portas e postigos, e na egreja matriz, estava entalhado, em pedra, um leão, com um êlmo por cima. Dois J. J. nos cantos superiores, e dois B. B. nos inferiores, antigas armas dos Castellos-Brancos.

Hoje, as armas dos Castellos-Brancos, são — em campo azul, um leão d'ouro, rompente, armado de púrpura, e por timbre, o leão do escudo. São as armas dos marquezes de Bellas, condes de Pombeiro — e dos condes de Valladares, cujo representante actual, é o sr. D. Francisco Antonio de Noronha Castello-Branco; mas esta familia, juntou ás suas armas, as dos Noronhas, e dos Menezes, de Tarouca. (Vide *Valladares*, do Minho.)

—

A favor de D. Martinho de Castello-Branco, neto de Gonçalo Vaz de Castello-Branco, foi esta villa erigida em condado, por el-rei D. Manuel, em 28 de maio de 1504.

A este 1.º conde de Villa Nova de Portimão, foi concedido o celebre direito de fazer alli uma *casa de alcouce!*

Por ser curiosissimo, transcrevo o *alvará* d'esta concessão — é o seguinte:

«Dom Manoel, pela graça de Deus, rei de «Portugal, etc., etc. — a quantos esta nossa «carta virem, fazemos saber que o conde de «Villa Nova, veador da nossa fazenda, nos «disse ora, que, porquanto na dita villa é «necessaria uma mancebía, e elle, *por bem «e honestidade* (!) *da boa visinhança dos mo«radores d'ella*, queria fazer, á sua custa, «em algum logar da dita villa, que para isso «seja mais conveniente, encostada ao muro, «para se n'ella recolherem as mancebas sol«teiras, e se apartarem de conversar com as «mulheres casadas, que vivem em sua hon«ra — lhe déssemos um logar para isso, e «houvessemos por bem, que ninguem a po«desse fazer, salvo esta. E visto por nós, seu «requerimento, por lhe fazermos mercê, nos «praz de lhe dar logar, como de feito, por «este damos, que elle faça a dita mancebía, «na dita villa: e outra pessoa alguma ao «diante a nom possa fazer n'ella — e tenha «e haja, para sempre, toda a renda d'ella. «E porêm mandamos aos juizes e justiças «da dita villa, e a todos os outros officiaes «e pessoas a que o conhecimento d'esta per«tença, que lhe deixem fazer a dita mance«bía e ter e haver a renda d'ella, assi elle, «como todos os seus herdeiros, que depois «d'elle vierem, para sempre, como dito he. «E em caso que a dita villa venha a nós, e «aos nossos successores, todavia, elle e seus «herdeiros, hajam a renda sobredita; por«que assi é nossa mercêe. Dada em a nossa «villa de Almeirim, a seis dias de maio de «1517 — Jorge fernandes, o fez.» (L.º 7.º do Guad., fl. 205 v., na Torre do Tombo.)

—

O titulo de conde de Villa Nova de Porti-

mão (com privilegio de alcouceiro-mór perpétuo) findou em D. Gregorio Taumaturgo Castello-Branco, 3.º conde de Villa-Nova (e guarda-mór da pessoa de D. João IV), que morreu sem descendencia, passando esta casa para a familia Lencastro, por casamento de D. Magdalena de Vilhena, com D. Pedro de Lencastro, conde de Figueiró dos Vinhos.

—

Não tinha esta villa assento em côrtes, todavia, apparecem seus procuradores, offerecendo capitulos, nas de 1490, que foram attendidos. (Vol. 2.º, pag. 396, col. 2.ª, no fim.—São as côrtes d'Evora, convocadas por D. João II.)—N'estes artigos, queixavam-se os procuradores, que os mareantes se escusavam de todos os serviços do concelho.

Estes *capitulos* foram apresentados logo no principio das côrtes, que foi em 1488, e o alvará que lhes deferiu, é datado de 2 de janeiro de 1489.—Estas côrtes duraram dois annos.

O terramoto do 1.º de novembro de 1755, arrazou a egreja matriz e perto de 200 moradas de casas.

O mar entrou pelo rio, com espantosa furia, inundando grande espaço de terreno, por ambas as margens, elevando-se 13 metros acima do solo, arrastando grandes pedras e mós de moinhos; e, na ressaca, arrazou a fortaleza de S. João Baptista, e acabou de arruinar o convento dos capuchos. Descobriu, na praia, as ruinas de uma antiquissima povoação, que não pôde ser examinada, porque logo tornou a ficar debaixo da agua. Ha todas as razões para acreditar que fosse a antiga cidade de Portus Annibalis.

Morreram seis pessoas esmagadas, e quarenta afogadas.

—

Hoje, tem bons edificios; boa egreja matriz, moderna e com tres formosas naves. Tem prior, dois beneficiados e um thesoureiro.

Tem um bom edificio, que foi collegio de jesuitas, com uma bonita egreja, e que depois de 1759, passou a ser dos *camillos.* Foi fundado em 1660, por Diogo Gonçalves, natural d'esta villa, o qual alli falleceu, de 73 annos de edade, a 16 de julho de 1664. Jaz em um tumulo, de pedra, na capella-mór, do lado do Evangelho.

É o melhor edificio da villa, e serve actualmente de casa da camara, tribunal das audiencias, e outras repartições publicas.

O mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, de frades capuchos, da provincia da Piedade, foi fundado em 1530, por Simão Correia, capitão d'Azamôr (Africa), em umas casas e quinta que aqui tinha.

Já estava arruinado; mas o terramoto de 1755 acabou de o arrazar. Um ribeiro que corre junto a este mosteiro, e pelo meio da cêrca, acabando nos baixos da fortaleza de Santa Catharina, na *Ponta da Areia,* fórma a peninsula de Portimão.

Eis a origem do mosteiro dos capuchos:

Tinham os religiosos da Piedade, um mosteiro na cidade de Fáro, então habitado por frades de exemplar virtude. D. João III, quiz que elles se encarregassem da direcção de um convento de freiras da sua ordem, que havia na mesma cidade. Os frades não quizeram acceitar o governo de mulheres, com receio de que, com o tempo, se viesse a relaxar a sua regra, ou houvesse algum escandalo; e por mais que o rei e sua mulher, a rainha D. Catharina, instassem com os frades, elles oppozeram uma tenaz resistencia.

Para se livrarem de novas instancias, offereceram ao rei o seu mosteiro, para o dar aos padres observantes da provincia do Algarve, e para que estes tomassem a seu cargo a direcção do mosteiro das freiras; mas largando aos capuchos um mosteiro que andavam a construir em Portimão. O rei acceitou a proposta, e, no anno de 1541, havida a licença do geral da ordem, se passaram os capuchos para esta villa, a tomar posse do seu novo mosteiro.

As obras d'elle, principiaram em 1530, em umas casas e quinta, que, como já disse, alli tinha Simão Correia, natural de *Tâbuas da Rainha.* Este Simão Correia, casou com D. Joanna de Faria, senhora nobilissima, e por isto o fez o rei D. Manuel, aio de sua filha, a infanta D. Beatriz, que casou

com o duque de Saboya, e onde Simão Correia a levou.

Esta D. Beatriz, duqueza de Saboya, é celebre, pelo profundo amor que inspirou ao nosso grande poeta, Bernardim Ribeiro, e pela formosa lenda a que deu assumpto. Vide *Torrão*, villa.

Depois de vir de Saboya, é que Simão Correia deu aos frades as casas que tinha junto ao rio, e que eram um pouco do sitio onde se construiu o mosteiro.

N'estas casas estiveram os frades observantes da provincia de Portugal (que então ainda tinham só esta provincia), desde 1530 até 1533, deixando-as então aos da provincia do Algarve, que n'esse anno se dividiu da provincia de Portugal. Foi com estes padres, que se fez a troca dos mosteiros, em 1540, por ordem de D. João III.

Os capuchos preferiram dar um mosteiro já concluido, em troca de umas casas onde de viveram incommodados, em quanto se não construiu o seu novo mosteitro (cujas obras principiaram em 1541) — a encarregar-se da espinhosa (e perigosa) tarefa de dirigirem mulheres.

Junto ás casas de Simão Correia, havia uma egreja, dedicada a Nossa Senhora da Esperança, ou já antiga, ou fundada por o mesmo Correia. Os frades demoliram as casas, para fazerem o mosteiro, mas não demoliram a egreja, que ficou sendo a dos religiosos.

Sobre as portas d'esta egreja, existiu uma pedra, de jaspe branco, onde estavam esculpidas as armas de Simão Correia.

Sendo a capella-mór acanhada, Balthazar de Mello da Cunha e sua mulher, D. Beatriz d'Almada, a mandaram demolir, e fazer mais ampla e com grande perfeição, á sua custa. D'estes fidalgos estava o escudo d'armas sobre o arco da capella-mór, e alli tiveram sepultura, com uma inscripção, declarando que, em 1585, falleceu D. Beatriz d'Almada, e que está n'aquelle tumulo, no qual já havia sido sepultado seu marido.

D. Beatriz deixou determinado no seu testamento, que n'esta sepultura se não enterrasse pessoa alguma, excepto um seu sobrinho, e seus descendentes — ou alguma pessoa tão notavel, que merecesse aquelle logar. Mandou a seus herdeiros que todos os annos dessem o que fosse preciso, para a fabrica da capella-mór, e azeite, vinho e hostias, para as missas que n'ella se dissessem. Foi este onus imposto no morgado, por ella instituido, e que depois possuiu Gaspar Sarria, pessoa principal d'esta villa.

Como os fundadores do mosteiro, e seus padroeiros, falleceram sem descendentes, deram os frades o padroado d'elle aos condes de Villa Nova, que foram sempre protectores sollicitos do mosteiro.

—

É formoso o sitio onde existiu este convento, e o rio banhava, nas suas enchentes, os muros da cêrca. Este rio era então navegavel, entrando n'elle embarcações de todos os lotes, fundeando mesmo em frente do mosteiro. Hoje está a sua foz obstruida com as areias.

A Senhora da Esperança era objecto de grande devoção dos povos da villa, principalmente dos navegantes e pescadores.

Tinha a egreja um alpendre, e n'elle foi sepultado fr. Antonio de Silves, que morreu victima da sua caridade; pois dedicando-se á cura dos impestados, morreu do flagello, segundo declarava uma inscripção que se lía na sua campa.

—

Ha duas bonitas lendas que respeitam a esta villa — são a de *D. Aldonça*, e a de *D. Branca*. Não as copio. Podem vêr-se no *Romanceiro do Algarve*, do sr. Estacio da Veiga, a pag. 75, e 89.

—

Esta villa é muito falta d'agua. A pouca que tem, é de má qualidade, e de póços. Os ricos, mandam buscar agua para beberem, á *fonte do Gramacho*, que é soffrivel, e fica do outro lado do rio, perto de Silves!

—

Rica e importante pela fertilidade do seu territorio, ainda o é mais, pela pescaria e grande commercio de exportação.

Desde 1814 até 1834, foi quartel do regimento de cavallaria n.º 2.

Tem um bonito passeio publico, chamado *Atêrro do Caes*, feito ha poucos annos. É bastante concorrido, e já nas noites do verão de 1873 alli tocava, aos domingos e dias santos, uma philarmonica, no corêto para isso construido.

—

Tem esta villa a honra de ser patria do grande escriptor, Damião Antonio de Lemos Faria e Costa, que nasceu em 1715, e falleceu em 1770.

—

Tem um elegante theatro, denominado—*Circo Portimanense*—o theatro de S. Camillo—e um club, denominado *Gremio Familiar*.

Está a villa assente, parte em terreno plano e parte na encosta de uma collina, com ruas largas e direitas, terminando em dois bonitos arrabaldes, um do lado do mar, outro do lado da terra. É terra saudavel.

Além da fortaleza de Santa Catharina (registo) e da de S. João Baptista, são dependentes d'esta praça, os baluartes de *Nossa Senhora da Rocha* e do *Carvoeiro*.

O seu porto póde conter com segurança, 200 navios *d'alto bordo*, por ser abrigado de todos os ventos, menos do oeste.

D. José I, quiz dividir o Algarve em dois bispados, dando a esta villa a cathegoria de cidade, e fazendo-a cabeça da nova diocese. Chegou mesmo a nomear-lhe bispo, que foi D. João Teixeira de Carvalho (que depois foi bispo d'Elvas), mas o bispo do Algarve, tanto fez com o marquez do Pombal, que se não effectuou o projecto do rei.

—

Em 23 de agosto de 1873, uma das *artes* (rêdes de pesca) lançada proximo da praia da Rocha, arrastou, em vez de sardinha, que esperava, oitenta e tantos *roazes*, de cinco a seis metros de comprimento, cada um.

O *roaz*, é um cetaceo feroz e voracissimo. Parece-se com a toninha, mas é mais corpulento. É o *delphinus orca*, de Lineu, o inimigo figadal do pacifico e indefezo atum.

Já tinha acabado a pescaria do atum, e os roazes vinham provavelmente em perseguição da sardinha; mas, levados pela sua glotoneria insaciavel, tanto se aproximaram da praia, que cahiram na rêde.

Foi um espectaculo curioso e original para os banhistas que estavam na praia.

—

N'esta villa falleceu, a 25 de maio de 1736, na edade de 78 annos, *Victoria Rodrigues*, mulher de Manuel Vaz, mareante. Nascêra (Victoria Rodrigues) em 19 de maio de 1658, e casou em 6 de setembro de 1677. Chegou a vêr 91 descendentes seus, entre filhos, netos e bisnetos. Teve 11 filhos, dos quaes casaram 9, que tiveram 56 filhos, d'estes só casaram 6, que tiveram 24 filhos.

Se casam todos os 56, não era preciso mais ninguem para povoar os sertões da Africa!

Quando morreu Victoria Rodrigues, deixou vivos, 8 filhos, 39 netos, e 24 bisnetos: os mais tinham já fallecido.

—

No dia 27 de dezembro de 1722, houve no Algarve um espantoso tremor de terra, que principiando no Cabo de S. Vicente, correu e se dilatou por toda a provincia. As povoações que mais soffreram, foram—esta villa, Albufeira, Loulé, Fáro e Tavira. Morreram muitas pessoas, e cahiram muitas egrejas, mosteiros, torres, muralhas e grande numero de edificios publicos e particulares. Foi n'este terramoto que o convento dos capuchos soffreu grande ruina, que o de 1755 completou.

—

Em junho de 1875, principiaram as obras da formosa *ponte do Vau*. Foi construida pela companhia *Fives-Lilles*, da qual era representante em Portugal, o distincto engenheiro, Mr. *Labille*.

—

Tem-se encontrado, na bacellada do sr. conselheiro Neves, na quinta de S. Francisco, em frente da cêrca do convento, sepulturas que remontam á época da dominação romana.

Por sobre os craneos, geralmente pequenos, acharam-se umas lousas de barro da espessura de quatro centimetros, de fórma quadrada, com rebordos em duas arestas parallelas.

N'algumas d'estas lousas se vê inscripta em cunhagem egual, a palavra *Juniorum*, que se lê perfeitamente.

Encontraram-se alguns vasos, de fórma das actuaes pequenas panellas, mas de um barro melhor amassado e mais bem cosido, e continham cada qual uma moeda, nas quaes nada se pôde perceber.

Foi encontrada uma machadinha, cuja superficie está completamente informe pela ferrugem.

Teve isto logar, em janeiro de 1876.

—

Os srs. Joaquim d'Almeida Negrão, Luiz de Mascarenhas, e N. Gomes, foram premiados, na exposição universal de Philadelphia, de 1876, pela excellencia dos figos sêccos que alli apresentaram.

PORTO — cidade, Douro, capital da provincia, e cabeça dos concelhos, comarcas, districto administrativo e bispado do seu nome — 6 kilometros a E. do mar, 36 a O. de Penafiel, 75 a O. de Lamego, 110 ao N. de Coimbra, 48 ao S.O. de Guimarães, 50 ao S.O. de Braga, 70 ao S. de Vianna do Minho, 95 ao O. da Régua, 315 ao N. de Lisboa.

Tem 22:000 fogos, 86:000 almas, em 12 freguezias (oito no Porto e quatro no termo).

É dividida em dois bairros administrativos — *Oriental* e *Occidental*.

O bairro oriental, tem na cidade as freguezias da Sé, Santo Ildefonso e Bomfim — e no termo — Campanhan, e Paranhos.

O bairro occidental, tem na cidade, as freguezias de Cedofeita, Massarellos, Miragaia, S. Nicolau, e Victoria — e no termo — S. João da Foz, e Lordêllo do Ouro.

Note-se porém que, com o desenvolvimento que esta cidade tem tomado em nossos dias, o seu *termo* está transformado em um arrabalde, e continuando n'este progresso, as quatro freguezias do termo, formarão, em muito pouco tempo, parte integrante da cidade.

Lordêllo, Campanhan e Paranhos, já communicam com o Porto, por bellas ruas, sem solucção de continuidade.

É quartel general da 3.ª divisão militar — Assento do tribunal da relação do D.º — quartel do batalhão de caçadores n.º 9 — dos regimentos de infanteria n.os 10 e 18 — e do corpo da guarda municipal. Tem estação telegraphica — e estação do caminho de ferro do Norte — provisoriamente — no logar das Devezas, em Villa Nova de Gaia — e logo que terminem as obras da ponte sobre o Douro, a sua estação principal será na Póvoa, de Campanhan. Já está concluida e funccionando para os caminhos de ferro do Minho e Douro.

Está em 41°, 8′ de latitude — e 12′ de longitude occidental.

O districto administrativo é composto de 18 concelhos, que são — Amarante, Bayão, Bouças, Felgueiras, Gondomár, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Peredes, Penafiel, Santo Thyrso, Póvoa de Varzim, Vallongo, Villa do Conde, Villa Nova de Gaia, e os dois bairros do Porto.

—

Em 1757, tinha apenas 5 freguezias — porque as de Cedofeita, e Massarellos, ainda eram consideradas do termo.

Tambem ainda não existia a freguezia do Bomfim, que foi creada modernamente.

As cinco freguezias então consideradas de cidade, são:

Sé (Nossa Senhora da Assumpção). A mitra apresentava o abbade, que tinha de rendimento annual, 500$000 réis. Tinha dois curas, da mesma apresentação, com 40$000 réis cada um.

Tinha 1:920 fogos.

Santo Ildefonso. — O thesoureiro-mór da Sé, apresentava o cura, que tinha 8$000 rs. de congrua e o pé d'altar.

Tinha 1:508 fogos.

S. Nicolâu. — A mitra apresentava o abbade (mas, em *sede vacante*, hia a concurso) e tinha 500$000 réis de rendimento.

Tinha 994 fogos.

Nossa Senhora da Victoria. — A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento.

Tinha 914 fogos.

S. Pedro de Miragaia. — A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis de rendimento.

Tinha 491 fogos.

—

As freguezias que não eram consideradas da cidade, em 1757, eram:

S. Martinho (bispo) *de Cedofeita.*—O papa apresentava, *in solidum*, o prior, que tinha cinco mil cruzados (2:000$000 réis) de rendimento annual.

Tinha 505 fogos.

Nossa Senhora da Boa Viagem, de Massarellos. — O prior de Cedofeita, apresentava o cura, que tinha 60$000 rs. de rendimento.

Tinha 219 fogos.

Santa Maria (Nossa Senhora do Rosario) *de Campanhan.* — O ordinario, por concurso synodal, apresentava o reitor, que tinha 350$000 réis de rendimento.

Tinha 758 fogos.

S. Verissimo, de Paranhos.—O cabido da Sé do Porto, apresentava o reitor, que tinha 140$000 réis de rendimento.

Tinha 272 fogos.

S. Martinho (bispo) *de Lordêllo do Ouro.*—O real padroado, apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis de rendimento.

Tinha 280 fogos.

S. João Baptista, da Foz do Douro. — O D. abbade do mosteiro benedictino de Santo Thyrso, apresentava o vigario (que era sempre um monge do mesmo mosteiro). Tinha 150$000 réis de rendimento.

Tinha 625 fogos.

Vê-se pois que estas onze freguezias [1] tinham em 1757, 8:486 fogos—e que augmentaram no espaço de 119 annos, em 13:514 fogos—isto é—augmentou perto de 200 por cento da sua população, em pouco mais de um seculo!

É a prova mais evidente do espantoso desenvolvimento d'esta cidade.

Note-se que ainda em 1856, tinham estas 12 freguezias apenas 17:300 fogos. Em 20 annos, augmentaram em 4:700 fogos!

—

Pertencem ao arcebispado de Braga, os concelhos de—Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Póvoa de Varzim, Santo Thyrso, e Villa do Conde.

E ao bispado do Porto, os concelhos de—Amarante, Bayão, Bouças, Gaia, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Santo Thyrso, Vallongo, e Villa de Conde.

NB. — Os concelhos que vão repetidos, teem freguezias no arcebispado de Braga, e no bispado do Porto. A villa de Amarante, é, parte do arcebispado, e parte do bispado.

—

Tem tres comarcas judiciaes (que no Porto — como em Lisboa — se denominam *varas.*

1.ª vara — *Santa Catharina* — tendo annexo o julgado de Gondomar.

2.ª—*Santo Ovidio*—tendo annexo os julgados de Gaia e Vallongo.

3.ª—*Cedofeita*—tendo annexos os julgados de Bouças e Maia.

—

O mais antigo foral do Porto, foi dado por D. Hugo, bispo d'esta cidade, a 14 de julho de 1123. (*Corpo chronologico*, parte 2.ª, maço 88, documento 9.)

No mesmo *Corpo chron.*, se acham juntas umas *Inquirições*, datadas de 25 de julho de 1339: e a concordata entre o bispo e o cabido da Sé, com Fernão de Pina, datada de 31 de março de 1511.

Ha tambem uma sentença de foral, de 6 de julho de 1543, á cêrca dos *direitos do pão*, entrado pela foz. Está no cartorio do cabido.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 de junho de 1517. (*L.º de foraes novos do Minho*, fl. 1, col. 1.ª)

—

Tinha voto em côrtes, com assento no 1.º banco.

Armas do Porto

Consta que o primeiro brazão d'armas do Porto, era—*uma cidade, de prata*, em campo azul, sobre um mar, de ondas verdes e douradas.

O segundo brazão, foi — Em campo azul, *Nossa Senhora de Vendome,* com o Menino

[1] N'este numero de fogos, vae incluida a nova freguezia do Bomfim, que foi feita, a maior parte, á custa da freguezia de Santo Ildefonso, e o resto, da da Sé.

Jesus nos braços, entre duas torres da sua côr, e com a legenda:

CIVITAS VIRGINIS.

Foi este o brazão d'armas do Porto, até 1834, sendo-lhe então mudado para o actual, que é—escudo esquartellado—no 1.º e 4.º, as armas de Portugal—e no 2.º e 3.º, as antigas armas da cidade; mas a Senhora, o Menino e as torres, tudo de prata. No centro do escudo, está um escudete de púrpura, tendo no centro um coração d'ouro.[1] O escudo é cercado pelo collar da ordem da Torre Espada, do qual pende o habito d'esta ordem. É encimado por uma corôa ducal. Timbre, um dragão verde, tendo no bico, a legenda:

INVICTA.

O sr. D. Pedro, duque de Bragança, é que lhe reformou assim estas armas, e mandou que o Porto se denominasse—*antiga, muito nobre e sempre leal e invicta cidade;* e determinou que o filho 2.º dos reis portuguezes se intitulasse *duque do Porto.*

O escudete do centro do escudo, foi accrescentado depois, porque o sr. D. Pedro legou o seu coração a esta cidade. (Está na capella-mór da capella real da Lapa, em um sarcophago de pedra.)

—

Quando a origem de uma povoação remonta aos tempos obscuros de uma antiguidade remotissima, o investigador que deseja ser exacto, topa com mil difficuldades, contradicções e fabulas quasi sempre inverosimeis. N'este caso está a cidade do Porto, e muitas outras da nossa peninsula.

A maior parte dos escriptores sustentam que a povoação de *Cále,* sobre a esquerda do Douro (em frente do palacio de crystal), é mais antiga do que o Porto; arrojando-se alguns a dizerem que foi seu fundador, *Gethalo,* rei de Athenas, que foi contemporaneo de Moysés!

Quando a historia de um povo é escripta com tantas contradicções, e se envolve em tradições mais ou menos inacreditaveis, deve o raciocinio e as averiguações do escriptor moderno, entrar por alguma cousa no exame d'essas contradicções, a vêr se póde levantar parte do veu que nos encobre a verdade. É o que vou fazer, sem que por isso pretenda impôr a minha opinião a pessoa alguma.

Todos sabem que Baccho, filho de Semele, á frente de uma expedição grega, invadiu a Lusitania, pelos annos de 1370 antes de Jesus-Christo, e que já aqui achou estabelecidos os *iberos,* povos da Assyria—isto é—babylonios.

É aos gregos que geralmente se attribue a fundação de *Cale;* mas custa a acreditar que—tendo elles um terreno muito mais adquado aos seus estabelecimentos, na margem direita do Douro, e na formosa planicie que estanceia desde a actual povoação da Foz, até muitas leguas ao norte, e que, de mais a mais, lhes ficava sobre a costa do mar, preferissem para a fundação da sua cidade, o pincaro de Gaia, cujo ingresso devia n'esses tempos ser quasi inaccessivel.

O argumento mais forte dos que pretendem ser Cale mais antiga do que o Porto, funda-se em que aquella era na extremidade septentrional da Lusitania, tendo por visinhos os *calaicos* (actuaes gallegos) povos turbulentos, e que a fortaleza de Cale era necessaria aos lusitanos, para conterem em respeito tão maus visinhos.—Resta *apenas* provar, se n'aquelles remotissimos tempos já havia as nações denominadas Lusitania e Galliza; o que será difficilimo, senão impossivel.

Demais, sabemos que no sexto seculo do christianismo, a povoação hoje chamada Porto, era importantissima, ao passo que pouco se fallava de Gaia ou Cale.

[1] O sr. Vilhena Barbosa, diz que o coração é púrpura; mas no *Livro dos brazões das cidades e villas de Portugal,* vem como se diz no texto.

Até ha um facto que leva a crêr que a povoação de Cale, era ao N. e não ao S. do Douro—é o seguinte—N'esse tempo, e ainda até ao seculo VIII, Cale (ou Portu-Cale) era no arcebispado de Braga, e o termo meridional do reino da Galliza, que terminava na margem direita do Douro—e Gaia pertencia ao bispado de Merida, e era na Lusitania. (Vide *Braga, Cale, Douro* e *Grijó.*)

As actas do concilio de Lugo, convocado por Theodomiro, rei dos suevos, no anno 568, marcam as parochias que pertenciam a cada bispado.

No *Canon* 3.°, diz (traducção)—«A egreja cathedral do Porto, que está edificada no castello novo dos suevos, tenha as egrejas que estão na sua comarca, que são—*Villa-Nova,*[1] *Betaonia, Verêa, Menturio, Torebia, Bramuste, Pongaoste, Lecombo, Nestes, Napoles, Curmano, Magneto, Leporeto, Melga, Tangobria, Villa-Gomedes,* e *Tarmata.* Além d'isto, os logares de *Lambrencio, Aliobrio, Valericia, Turlango, Ceres, Mendolas* e *Palencia,* que são 25 egrejas sujeitas a uma.»

O *Canon* 5.°, contém a divisão da cathedral de Coimbra, e diz—«A egreja colimbriense, tenha a mesma Coimbra, *Eminio. Selio, Rome, Insua—Antoana,* e *Portugal*—O CASTELLO ANTIGO DOS ROMANOS, que são sete egrejas sujeitas a uma.

Os que pretendem conciliar estas duas opiniões, dizem que a povoação da margem esquerda do rio, se denominava Cale, e a fronteira Portu-Cale, mas que aquella era mais antiga do que esta. Estes, teem a seu favor o nome de *Festabole,* dado ao Porto, que, segundo elles, é uma palavra germanica, que significa *Porto-Novo.*

Em todo o caso, não quero dizer que em frente de Cale houvesse uma cidade, nem mesmo uma povoação importante; mas alguma *feitoria* ou outro qualquer estabelecimento, onde se recolhessem os navegantes d'esses tempos; e mais tarde—talvez—algum castro romano.

Finalmente, para não fatigar o leitor, com hypotheses, dir-lhe-hei, em resumo, as diversas origens dadas a esta cidade, pelos varios escriptores que teem tratado da sua fundação.

1.ª

João Lesseo, bispo rossense, na Hibernia, na sua *Historia de Escocia,* (citado por frei Bernardo de Brito, na *Mon. Lus.*)—Diz ser *Gatello Cecropis,* filho de *Neolo,* 4.° rei dos gregos, casado com *Scota,* irmão de Pharaó, perseguidor dos israelitas, que fundou a povoação de Cale, pelos annos 1508 antes de Jesus Christo.

Fugindo ás *pragas do Egypto,* sahiu pelo Nylo, para o mar Jonio, e atravessando o Mediterraneo, se dirigiu com grande numero de gregos, para o Occeano Atlantico, vindo aportar ao Douro, desembarcando a pouco mais de meia legua da sua foz, ahi fundou uma povoação a que deu o nome de *Gatellia,* ou *Porto-Gatellio,* d'onde se derivou o nome de Portugal.

Esta fundação coincidiu com a sahida dos judeus, do Egypto—isto é—ha mais de 3200 annos.

D. frei Prudencio de Sandoval, nas suas *Antiguidades de Tuy,* assevera que este *Gatello,* foi o fundador do tal *Porto-Gatellio* e da cidade de Tuy.

2.ª

Floriam do Campo (Liv. 1.°, cap. 42) e com elle, frei Bernardo de Brito (*Mon. Lus.* L.° 1.°, cap. 19) diz que os primeiros fundadores de Gaia, foram os gregos, com Diomedes, rei de Etholia, e companheiro de Ulysses na guerra de Troya, o qual com (Diomedes) os seus, passaram á Italia, e d'alli a Hespanha, onde edificaram a cidade de *Tide,* ou *Tude,* hoje *Tuy* (em frente da nossa praça de Valença) sobre a direita do rio Minho. Diz Floriam, que lhe deram este nome, em memoria de *Tideo,* pae de Diomedes.[1]

[1] Esta *Villa-Nova,* não é a de Gaia, mas a povoação que se foi edificando fóra dos muros construidos pelos suevos, em redor da *Pena-Ventosa,* onde está a Sé, e onde elles tinham um castello—isto é—Villa Nova, ficava fóra do couto dos bispos do Porto, estendendo-se pelo dorso meridional do monte, até á *Lada,* ou margem do rio.

[1] A destruição de Troya, teve logar no anno 2820 do mundo, 431 antes da fundação de Roma, e 1184 antes do nascimento de Jesus Christo.

Foram os seus companheiros povoando as terras situadas entre o Douro e Minho, e passando para o S. do primeiro d'estes rios, fundaram uma povoação a que deram o nome de *Gráya*, ou *Grávia*, deduzindo o vocabulo de *Graius*, ou *Gravius;* e que depois se veio a chamar *Portus-Graius* — isto é — *Porto Grego.*

Note-se que no primeiro concilio bracharense, convocado em 459, Arisberto, que foi o 2.º bispo do Porto, se assigna Arisbertus, *Episcopus Portucalenses,* o que prova ser Portu-Cale, ao N. e não ao S. do Douro, visto pertencer ao arcebispado de Braga.

3.ª

Sustentam varios escriptores que a cidade do Porto foi fundada pelos gallos-celtas, que, vindo da Andaluzia, foram povoando todo o Riba-Tejo, Santarem, Thomar, Coimbra e Talabrica, até chegarem ao Douro, sobre a margem direita do qual, fundaram uma cidade a que chamaram *Portus-Gallus,* e que fortificaram convenientemente. Isto, pelos annos 296 antes de J. C.—e mais de oito seculos depois de fundada Gaia.

O que é certo, é que o *Itinerario* de Antonino Pio menciona a povoação de Cale, e não falla na cidade fronteira.

Dizem alguns, que quando se fez este *Itinerario,* não existia já a antiga cidade do norte do rio, por haver sido arrasada por Sertorio, o que não é verosimil.

4.ª

Rodrigo Mendes da Silva, esse portuguez degenerado (era de Celorico da Beira) que foi viver e morrer a Madrid, e foi chronista dos Philippes; e que, não se envergonhando de ser traidor á sua patria, teve vergonha de escrever na sua lingua materna—na sua *Poblacion general de España,* a fl. 118 v., depois de mencionar as opiniões que acabámos de ler, diz que—*a opinião mais seguida entre os doutos, é que os gallos-celtas francezes, fundaram a povoação de Gaia, pelos annos 296 antes de J. C. dando-lhe o nome de Porto-Gallo.* Isto é—confirma a 3.ª opinião.

5.ª

Na *Descripção topographica e historica da cidade do Porto,* por Agostinho Rebello da Costa, diz-se:

«Uns attribuem a sua fundação, áquelles «gregos da provincia de Thraia, que habi«tavam as margens do rio Axio, homens guer«reiros, e exercitados no valor militar, cha«mados *mygdones.*

«Dizem pois, que impellidos estes gregos «por uma furiosa tempestade, surgiram na «foz do rio Douro, e, subindo por elle, fo«ram ao logar chamado *Gaia,* [1] do qual pas«saram para a parte septentrional, onde edi«ficaram uma cidade, com o nome de *Lavra,* «que depois se chamou *Portucale* (Vide 4.º «vol. pag. 59, col 2.ª). Talvez que os *Chefes* «d'esta opinião, vendo que Ptolomeu, nas suas «*Cartas geographicas,* fixára a cidade de *La«vra* na mesma posição da cidade do Porto, «dessem causa á errada ideia que concebeu «uma grande parte do vulgo, de que a fre«guezia de S. Salvador de Lavra, cita na co«marca da Maia, tres leguas ao norte distan«te do Porto, fôra a primeira fundação d'esta «cidade.»

Continúa este escriptor, mencionando as opiniões que ficam descriptas, e dá a seguinte, que vem a ser a

6.ª

«Menelau, irmão de Agamenon e marido «Helena (que foi a desgraçada origem da to«tal destruição de Troia) desterrando-se da «sua patria, passara do Mediterraneo ao Oc«ceano, até á altura em que está a cidade «do Porto, que elle edificára, cercando-a de «elevados muros, e ornando-a com todos os «edificios necessarios a formarem a sua «grandeza.

«Os costumes e ritos de Lacedemonia, pra«ticados pelos portuguezes da provincia do «Minho, ainda até ao tempo de Strabo, são «os maiores fundamentos em que se firmam «os auctores d'esta opinião.»

[1] Vê-se que já então existia a povoação de Cale, ou Gaia.

O mesmo escriptor menciona ainda outras opiniões, mais ou menos divergentes, «mais ou menos dignas de credito—e são—

7.ª

«Aos gallos-celtas a attribuem (a fundação «do Porto) aquelles que asseveram passarem «elles do Alemtejo para a Extremadura, em «companhia dos turdetanos, e que, depois «de conquistarem as provincias da Beira e «Minho, erigiram, para segurança e presi-«dio das suas tropas, o *castello de Cale*. «D'aqui, dizem, se mudaram para a parte «septentrional do Douro, onde deram prin-«cipio á cidade do Porto, com o nome de «*Portucale*.[1]

8.ª

«Dois auctores, ambos portuguezes, am-«bos eruditos, e muito versados nos fastos «lusitanos (Mariz, *Dial. de Var. Hist.*—*Barr* «*Geogr. do Minho*) movidos de que, no cas-«tello de Gaia se acharam algumas inscrip-«pções lapidares, que faziam menção de Ju-«lio Cesar : e de que, tambem na cathedral «d'esta cidade, estavam umas letras grava-«das em pedra, que diziam JULIUS, attribuem «a fundação d'aquelle castello e da cidade, «a este imperador.

«O bispo D. Rodrigo da Cunha, diz que a «palavra Cale fôra originaria dos romanos.

9.ª

«Que fôra *Calais*, filho de Bóreas, rei de «Thracia, argonauta celebradissimo na his-«toria antiga, o conjectura o padre Novaes, «benedictino, em os seus manuscriptos.

«Diz elle. que este principe fundára mui-«tas cidades, em diversos logares do mun-«do, depois da conquista do decantado *vel-«locino d'ouro*, da ilha de Colchos.

«Que, pela similhança do seu nome—*Ca-«lais*—com o de *Cale*, era muito provavel «que désse principio a esta cidade. E, assim «como a Jason (continua este padre) se at-«tribue a fundação do *Promontorio Easso*, «corrupto de *Jasso*—a Castor e Polus, a de «*Castropol*, nas Arturias, etc.—assim tam-«bem é crivel, que a Calais se deva a fun-«dação do Porto de Cale.

«A auctoridade de Raphael Volaterrano, «que, na volta de Calais á sua patria, o no-«meia fundador da Cale, é para elle uma pro-«va incontrastavel, e na qual funda a sua «opinião. (Novaes, *Anacr.*, hist.. cap. 9, «exam. 1.º)

10.ª

«Não satisfeito, o infatigavel antiquario, «Antonio de Cerqueira Pinto (*Proem. ao «Cat. dos bispos* do Porto, § 39) da muita an-«tiguidade que todos os auctores, de que até «aqui fallei, dão a esta cidade, não duvida «remontar-lhe a origem, até um dos descen-«dentes de Noé, que contempla seu genuino «e primordial fundador, etc.

—

Já se vê que, depois d'estas dez origens dadas á cidade do Porto, peccando todas por mais ou menos fabulosas e inadmissiveis, ficamos na mesma duvida que tinhamos antes de as lêr, quanto ao fundador e data da fundação do Porto.

Póde muito bem ser que aqui aportassem alguns navios gregos ou phenicios, por uma ou por differentes vezes, fazendo n'este sitio a sua residencia, mais ou menos demorada; porem, d'isto á fundação de *uma cidade, cercada de elevados muros, e ornada com todos os edificios necessarios a formarem a sua grandeza*, vae uma espantosa differença.

Deixemos pois esses tempos fabulosos, e vamos á historia romana, a unica que derrama luz mais clara sobre o acontecido na Europa desde o anno 600 antes de Jesus Christo, até ser aniquilado esse imperio collossal, cuja duração e omnipotencia, por alguns seculos se julgou eterna.

É provavel virmos a concluir que a fundação do Porto, não remonta além do 4.º ou 5.º seculo da era christan.

[1] Sendo assim, era a cidade do Porto só alguns, poucos, annos mais moderna do que a povoação de Cale ; e não 800 e tantos annos mais moderna, como pretendem alguns. No mesmo caso está a 8.ª opinião.

É esta a opinião dos escriptores mais conscienciosos e investigadores. [1]

—

Sabemos que pelos annos 196 antes de Jesus Christo, os romanos expulsaram os carthaginezes da nossa peninsula, dividindo-a em duas provincias—*Ulterior* (Andaluzia e Lusitania) e *Citerior* (que comprehendia o resto das Hespanhas).

Pelos annos 26 antes de Jesus Christo, Octaviano Cesar a dividiu em *Tarraconense, Bética e Lusitania.*

O imperador Adriano, pelos annos 130 de Jesus Christo, procedeu a novo *arredondamento*, dividindo a peninsula em cinco provincias—*Tarraconense, Carthaginense, Lusitania, Galliza, e Bética.*

O imperador Tito, filho de Vespasiano, sendo questor das Hespanhas o famoso Plinio (anno 75 de Jesus Christo), dividiu a Lusitania em tres comarcas—*Lerida, Beja, e Santarem.*

Constantino Magno, pelos annos 320 de Jesus Christo, dividiu as Hespanhas em seis provincias—as cinco já existentes, e a *Balearica*, composta das ilhas de *Mallorca, Minorca e Iviça.*

[1] Segundo Vaseu, Ambrosio de Moralas e outros, citados pelo bispo, D. Rodrigo da Cunha; pelos annos 40 de J. C., imperando Caligula, desembarcou na Lusitania o apostolo S. Thiago, prégando em Braga a religião christan, e fazendo bispo d'esta cidade a S. Pedro de Rates, e bispo do Porto, a S. Basilio, ambos seus discipulos; mas que a cidade do Porto não era a actual, porem Porto-Calle, ao S. do Douro. Dizem tambem que S. Basilio foi bispo de Braga, depois do martyrio de S. Pedro de Rates. Tudo isto se tem hoje por fabula, inventada pela imaginação de algum frade milagreiro, ou pela má interpretação do latim. O que parece certo, é que S. Basilio foi martyrisado em Placencia, com Santo Epitacio, primeiro bispo de Tuy (?) em 23 de maio, do anno 57. Note-se que, em um antiquissimo *Flos Sanctorum*, que existia no mosteiro d'Alcobaça, e que foi traduzido em portuguez, em 1443, por ordem de D. Fernando de Aguiar, esmoler-mór de D. Affonso V, fallando no martyrio de S. Basilio, lhe dá o titulo de bispo, mas não declara o bispado.

Se então, ou ainda depois, durante o dominio romano, existisse a cidade de Portucale, certamente Strabão, Ptolomeu, Plinio, Pomponio Mella, e outros geographos e historiadores latinos, que tanto fallaram das Hespanhas, deveriam registar a existencia de uma cidade, fundada sobre a margem direita do Douro, e proximo da sua foz, nos limites da provincia de Tarraconense.

Ptolomeu, fallando do rio Douro, diz apenas, que a sua barra está em 5°, e 20′ de longitude, e 41°, 50′ de latitude—e nem uma só palavra d'este geographo nos revela a existencia de Portucale.

Fallando elle e os outros escriptores referidos, de Braga, Guimarães, e outras povoações menos importantes, que estanceiam entre os rios Douro e Minho, não se póde attribuir a esquecimento *de todos*, o silencio que guardam quanto á existencia de Cale e Portucale.

Os imperadores romanos concederam varias preeminencias, e titulos honorificos a muitas cidades da Lusitania; só a cidade de Portucale foi esquecida!

Mais—Se a cidade de Portucale existia antes da era christã, como muitos pretendem, porque razão não teve bispos até ao quinto seculo do christianismo, tendo-os outras povoações que deviam ser de menos importancia, como *Eminium* (Agueda) *Egitania* (Idanha Velha) e outras?

Desde a instituição do christianismo em Portugal, logo a cidade de Braga, apenas oito leguas ao N. do Porto, teve por bispos, a S. Pedro de Rates, S. Basilio, S. Silvestre, etc.—e porque não teve Portucale tambem os seus bispos, se era uma povoação da importancia que muitos lhe attribuem?

Qual é a razão porque o Itinerario de Antonino Pio, de Lisboa a Braga, é assim marcado—*Jerabrica* (Alemquer) *Scalabis* (Santarem) *Cellium* (*Ceice*) *Conimbrica* (Condeixa Velha) *Eminio* (Agueda) *Talabrica* (Aveiro) *Lancobrica* (Feira) *Cale* (Gaia) *Braccahara Augusta* (Braga)—e não falla em Portucale?—Provavelmente, porque ainda não existia.

(Note-se que o imperador Antonino Pio, successor de

Adriano, viveu entre os annos 120 e 162 de Jesus Christo).

Segundo Rebello, foi o pretor romano *Caio Lelio* que fundou o bairro de Gaia (onde hoje é Villa Nova de Gaia) para d'este sitio resistir ás forças de Viriato.

—

Já sabemos que o rio Douro era o termo meridional da Galliza, e se existisse a cidade de Portucale, não diria o bispo Idacio, na sua *Chronica*, que a cidade de Braga era a ultima da Galliza, para este lado—*Extremam Civitatem Gallaeciae*.

—

Para que a cidade do Porto se nobilite, não precisa de uma antiguidade mais que problematica; basta-lhe a verdadeira e incontestavel, que é de quinze seculos, aproximadamente.

Tratemos pois da sua fundação, desde que ha d'ella documentos e provas authenticas.

—

Note-se que não quero dizer com isto, que, antes dos suevos, deixasse de existir aqui uma povoação, talvez algum arraial ou castro romano, mas de muito pouca importancia, visto que não mereceu ser mencionado por escriptor algum, como já vimos.

Estou mesmo convencido que o havia, pois que o citado bispo Idacio o menciona—*Ad Castrum quod Portucale appellatur*, etc.

Mas de um *castro* ou acampamento a uma cidade, vae muita differença.

—

Os barbaros do norte

Entre os annos 396 e 407, da Gothia, Suecia, Norwega, e outras terras septentrionaes, sahiram como uma *avalanche destruidora*, *os suevos*, *ostro-godos*, *wisigodos*, *vandalos*, *alanos*, *francos*, *burguinhões*, *selingos*, etc., em hordas inumeraveis, invadindo primeiro a Italia. Escalaram os muros de Roma, e roubando-lhe todas as suas riquezas, em um saque geral, foram talando os campos e devastando todas as cidades que acharam no seu transito. Passaram ás Gallias, onde muitos d'elles se deixaram ficar; e seguindo o resto, transposeram os Pyrenéus, assenhoriaram-se da Hespanha, e invadiram a Lusitania, terminando as suas correrias na Galliza, isto é, na extremidade da Peninsula.

A Europa espantada pelo numero prodigioso d'estas hordas indomitas, crueis e valorosas, não pôde resistir á torrente furiosa, que em breve dominou todos os povos septentrionaes.

O imperio romano, retalhado pelas guerras civis, suscitadas por differentes ambiciosos, que todos cubiçavam a purpura, e se intitulavam imperadores, não pôde de momento oppôr-se á marcha devastadora dos povos do norte. Honorio, que tinha fugido para Ravena, via os inglezes sublevados contra o imperio, em quanto os seus capitães, Marco e Graciano, se faziam acclamar imperadores, pelas tropas que lhes haviam sido confiadas (e que depois os assassinaram: quasi sempre o desgraçado fim dos agitadores das turbas).

Constancio, eleito imperador, passou ás Gallias, onde fez as pazes com os invasores.

Tentando porem libertar as Hespanhas, passou os Pyreneus, acompanhado de seu filho Constante e de numerosas tropas, ao passo que Dedimo e Viriniano, parentes de Honorio, marcharam da Lusitania, com o mesmo fim.

Mas o valor e a disciplina das legiões romanas, tiveram de ceder ao numero, e os barbaros ficaram senhores do paiz.

Entre os annos 409 a 413, estando os alanos e suevos senhores da Hespanha; os wandalos e selingos, que haviam ficado nas Gallias [1] os vieram reforçar.

[1] As Gallias não eram exactamente a actual França; mas comprehendiam um mais vasto territorio. Esta região principiava nos Pyreneus, com toda a costa do Mediterraneo, os Alpes, o Rhin (Rheno) até á costa do Occeano.

Os gaulezes, formavam uma especie de confederação, mas estavam divididos por tribus independentes, tendo cada uma seu chefe. Em caso de invasão estrangeira, reuniam-se para combater o inimigo commum; mas, passado o perigo, não poucas vezes sustentavam uns contra os outros, guerras encarniçadas.

Eram divididos em tres classes—guerreiros, sacerdotes (*druidas*) e escravos.

A policia, as leis, e a illustração romana, foram aniquiladas pela ferocidade d'estes barbaros, que obedeciam a chefes ou reis naturaes. *Gunderico*, era rei dos wandalos—*Hermenerico*, o era dos suevos—e *Resplandiano* dos alanos.

Os wandalos e selingos, se estabeleceram na Betica, cujo nome mudaram para Wandaluzia, hoje Andaluzia. Os alanos e suevos, occuparam a Lusitania e a Galliza, destruindo grande parte das suas povoações, e assassinando os seus antigos habitantes, que escapavam da fóme e da peste; de maneira que a Lusitania, a que alguns chegaram a dar mais de dez milhões de habitantes (o que aliás não parece muito crivel) ficou reduzida á decima parte.

Os invasores eram, na sua maior parte, hereges (arianos) e o resto idolatras; e o seu odio aos templos e ministros catholicos foi implacavel.

A amenidade do nosso clima, e a vida patriarchal dos lusitanos, foram pouco e pouco atenuando a ferocidade dos barbaros, cujo dominio, dentro em poucos annos, se tornou mais toleravel do que o dos romanos.

Ataces, successor de Resplandiano, procedeu, com os outros chefes, á demarcação dos limites da Peninsula, ficando elle com a maior parte da Lusitania e parte da provincia de Carthagena; estabelecendo a sua capital em *Mérida*.

Parte dos wandalos e selingos, estabeleceram-se na Andaluzia; o resto, com os suevos, dividiram entre si a Galliza, e a outra parte da Lusitania, que comprehendia todo o territorio desde Lisboa até ao rio Minho, pelo litoral; ficando a Andaluzia (Bética) aos wandalos e selingos, e a costa Lusitana, aos suevos.

A outra parte dos wandalos (que era a maior) ficou na Castella-Velha. Julga-se que as Asturias, Biscaia e uma parte da Galliza ainda ficaram obedientes ao imperio romano. (414 de Jesus Christo).

—

Ataces, rei dos alanos, declarou guerra a Hermenerico, rei dos suevos; a Gonderico, rei dos wandalos; e aos povos que estavam sôb o dominio do imperio.

Em 415, Constancio, illustre capitão romano, foi mandado pelo imperador Honorio, contra Alaulfo, rei dos godos, que occupava parte das Gallias. Constancio o expulsou d'aquelle paiz (a Gallia Narbonense), obrigando-o a entrar em Hespanha pelo Roussillon.

Os godos se estabeleceram na Catalunha, tomando Barcelona para sua capital.

Em 418, os alanos romperam de novo com os selingos e wandalos, emquanto os romanos, colligados com os godos, tentavam sustentar na Peninsula o dominio do imperio.

Ataces foi morto e o seu exercito desbaratado, em uma grande batalha, dada junto a Merida (Extremadura hespanhola), e as tropas alanas, que escaparam, se retiraram para a Galliza e para as costas da Lusitania.

Walia, rei dos godos, continuou as guerras contra os wandalos e selingos da Andaluzia.

Gunderico, rei dos wandalos, augmentou as suas tropas; mas as guerras permanentes que os barbaros traziam uns contra os outros, deu ás Hespanhas uma época tristemente celebre, de feroz anarchia.

Hermenerico, rei dos suevos, que era o mais illustrado e politico, dos principes invasores, admittiu os lusitanos a todas as honras, deixando-lhes o livre exercicio da reli-

Cesar conquistou as Gallias, no anno 56 antes de Jesus Christo, e foi o seu primeiro historiador.

Os romanos, impozeram aos vencidos, as suas leis, usos e costumes; e, desde então, as Gallias constituiram parte do imperio, até á invasão dos barbaros, que occuparam a maior parte do paiz; estabelecendo-se os burguinhões, ao E.—os wisigodos, ao S.—e os francos ao N.—Os romanos ficaram circumscriptos ao centro das Gallias.

Os francos eram de origem germanica. Habitavam o paiz situado além do Rhin, e formavam muitas tribus, sendo a mais bellicosa a dos *salianos*, e era a ella que pertencia *Pharamond*, o primeiro rei dos francos que se estabeleceu nas Gallias, em 420.

Clodion, seu filho, lhe succedeu em 428, estendendo, por pouco tempo, os seus dominios até *Somme*.

Os francos mudaram o nome antiquissimo das Gallias, em França—isto é—*paiz dos francos*.

gião catholica, e em pouco tempo deixaram de haver conquistadores e conquistados.

Gunderico, rompeu á guerra contra Hermenerico (420), mas foi derrotado, e teve de fugir para as ilhas Baleares, onde, depois de refeito dos passados desastres, tornou a invadir a Andaluzia; mas de novo foi derrotado, junto a Sevilha, perdendo a vida n'esta batalha.

Succedeu-lhe seu irmão Genserico, que, receiando a perseguição de Theodoredo, rei dos godos, passou á Africa, com 80:000 wandalos e alguns alanos, unindo-se (em 427) ao conde Bonifacio, que se havia rebelado contra o imperador Honorio.

Valentiniano III, successor de Honorio, mandou um exercito romano para a Lusitania, sob o commando de Sebastião, na esperança de reconquistar este paiz; e, com effeito, recuperaram as suas duas principaes cidades, Merida (capital) e Lisboa.

Sebastião, orgulhoso com estas victorias, rebelou-se contra o imperador, e se acclamou rei; mas, as suas crueldades desgostaram os seus soldados, que o assassinaram.

Os alanos e suevos, recobraram então o que haviam perdido; e Hermenerico entregou o governo do reino a seu filho Rechila, que em 440 vence os romanos, commandados por Andelabo, em Xenil.

Os suevos e alanos ficam senhores das terras que até então haviam sido dos romanos.

Rechila, que era um guerreiro distincto, e um consummado politico, cedeu (441) as provincias de Carthagena e Carpetanea, aos romanos, para ficar pacifico senhor do resto.

Pela morte de Rechila, lhe succedeu seu filho Reciario, que, em 451, conseguiu acabar com o dominio romano nas Hespanhas; mas este triumpho, acarretou a sua desgraça; porque, soberbo com elle, declarou guerra a Theodorico, rei dos godos, que o derrotou, junto a Astorga.

Fugindo para o Porto, alli foi preso e mandado degolar, por ordem de Theodorico, em 456.

Os suevos, com estas derrotas, ficaram em um estado de anarchia, que degenerou em guerra civil, tendo cada partido, um rei á sua frente, que eram *Madras*, eleito pelo povo, e *Franta*, eleito pelos nobres; mas ambos reconheciam a supremacia dos godos, e ambos morreram em um combate— succedendo a Madras, seu filho *Rumismundo*, e a Franta, seu filho *Frumario*; porém, morrendo este, em 464, tornaram a unir-se os dois bandos, ficando Rumismundo unico rei dos suevos.

Já a esse tempo, quasi todos os suevos eram catholicos; mas, casando Rumismundo com uma filha de Theodorico, que era ariana, esta introduziu no reino a heresia de Ario, que durou cem annos.

Desde 490, até 549, é a *Historia dos Godos* bastante obscura, com respeito aos reis suevos: apenas vemos mencionados—como reis da Lusitania e Galliza—*Hermenerico, Rechila, Reciario, Madras, Franta*, e *Frumario*, intrusos—*Theodulo, Veremundo, Miro, Pharamiro, Rechila 2.º, Reciario 2.º*—incertos—até *Theodomiro*, de que adiante trato.

Em 549, era *Agila* rei dos godos. Os cordovezes o desbarataram, e elle teve de fugir para a Lusitania, d'onde marchou contra Atanagildo; mas, depois de varias derrotas, morreu na ultima batalha, que deu, junto a Sevilha, ficando Atanagildo unico rei dos godos das Hespanhas.

Em 558, foi Theodomiro acclamado rei dos suevos, e sendo ariano, abjurou esta heresia, em 560, fazendo-se catholico, acabando com o arianismo, em 564, e convocando, n'esse mesmo anno, um concilio catholico, em Braga.

Foi este rei o fundador da egreja de São Martinho de Cedofeita, d'esta cidade (Porto) em 559, e n'ella foi baptisado, com seu filho e successor, *Ariamiro*, depois de convertidos á fé catholica. (5.º vol., pag. 103, col. 1.ª, no fim, e seguintes.)

Theodomiro, falleceu em 570, succedendo-lhe seu filho Ariamiro, que foi um strenuo defensor e propagador da religião catholica.

Em 577, conquistou o Aragão e a Navarra; mas, *Leovigildo*, rei dos godos da Gallia Narbonesa, invadiu os seus estados, com um poderoso exercito, obrigando Ariamiro a acceitar uma paz desvantajosa.

Ariamiro morreu em 583, succedendo-lhe

nos reinos da Lusitania e Galliza, seu filho *Eburico*, ainda creança, e ao qual seu pae nomeára por tutor, o rei Leovegildo.

Endeca, senhor poderoso, e homem de grande ambição, teve manhas de se fazer acclamar rei pelos suevos, obrigando Eburico a *cortar o cabello*, e fazer-se monge benedictino, no mosteiro de Dume.

Pouco tempo se logrou o usurpador do fructo da sua perfidia; porque, logo em 585, Leovegildo, como tutor de Eburico, obrigou Endeca a fazer-se tambem monge em Dume, depois de lhe ter feito cortar o cabello.

Mas, Leovegildo, segundo o uso da maior parte dos *protectores*, deu por terminada a dynastia dos reis suevos, unindo o seu reino á monarchia gothica.

Até então, pertencêra a cidade do Porto ao reino dos suevos, e depois, passou a formar parte do grande reino gôdo.

—

Para não fatigar mais o leitor com a narração da serie dos reis gôdos, desde Leovegildo até ao ultimo—Roderigo—só mencionarei aquelles que teem de figurar, mais ou menos directamente, na historia do Porto.

—

Temos visto o que se ha dito sobre a fundação d'esta cidade, e, seguindo a opinião mais geralmente admittida, o *burgo do Porto* (depois chamado *Burgo-Velho*) foi principiado a edificar, pelos suevos, muito pouco tempo depois das *partilhas* da Peninsula—isto é—em 417.

O nome de *Festabole*, dado a esta povoação pelos seus fundadores, segundo pretendem alguns, não é ponto decidido pelos historiadores; assim como não está plenamente provada a sua etymologia—*Porto Novo*.

Se me fosse licite expôr a minha opinião, diria que os suevos desde logo lhe deram o nome de *Burgo do Porto*, que é o que se vê nos mais antigos documentos.

Entre a sua fundação, e a sua elevação a séde de um bispado catholico, medeiaram muito poucos annos.

—

Este Burgo comprehendia uma área limitadissima; o que ainda hoje se póde verificar pelos restos dos muros suevos que a circumscreviam, como passo a demonstrar pela

Circumvalação sueva.

Principiando ao N., na *Porta de Nossa Senhora da Vendome* (Vandoma) se dirigia em volta da egreja da Sé, até á *porta de Nossa Senhora das Verdades*. D'ahi virava para S.E., pelo O. das *Escadas das Verdades*, até ás *Escadas do Codeçal*, e esquina do actual *recolhimento do Ferro*.

Este lanço de muralha, ainda existe, em perfeito estado de conservação, com quasi todas as suas ameias: é de cantaria, sem cimento de qualidade alguma, e parecendo mais obra romana do que sueva. Serve de vedar ao publico a pequena cêrca do recolhimento.[1]

D'ahi descia pelas Escadas do Codeçal, até á margem do Douro, onde ainda hoje se vê, promettendo seculos de duração, a *Porta da Láda*, que fica por detraz de *Cima do Muro da Ribeira*, e perto da ermida de *Nossa Senhora da Láda*. D'aqui, cortava a muralha na direcção do O., até ao actual largo da Ribeira, onde consta que houve uma porta, chamada *da Villa*, junto da qual corria um ribeiro chamado tambem *da Villa*. A muralha fazia aqui angulo, e tomava a direcção de N.E., seguindo pelo lado do S. da actual rua dos Mercadores, até ás *Portas de Santa Anna*, d'onde, seguindo a mesma direcção

[1] Mas se o feroz Almançor, kalifa de Córdova, destruiu, em 825, a cidade do Porto, *não deixando pedra sobre pedra*, como dizem quasi todos os escriptores, não podem estes muros ser os primitivos; mas sim, os construidos pelos gascões, no anno 1000: entretanto, inclino-me a crer que, pelo menos se o lanço de muralha das Verdades, não é obra romana, pertence ás primeiras construcções dos suevos. A expressão—*não deixando pedra sobre pedra*—tão vulgar nos nossos antigos escriptores, era muitas vezes exaggerada, sempre que se tratava dos prejuizos causados pelos mouros. Nem me parece que Al-Mançor, que tomou o Porto por surpreza, tivesse tempo de concluir a obra da demolição, sem temor de lhe cahirem em cima, D. Affonso (*o Casto*) com o seu exercito.

de N.E., continuava pelo lado do S. da rua da Bainharia, até ás *Portas de S. Sebastião.*

D'este lanço de muralha, ainda existem alguns metros, com suas ameias, tudo bem conservado. Vê-se do largo da Sé, por entre uns telhados, logo abaixo do Aljube.

D'aqui, formando um Z ás avessas, hia fechar ás portas de Nossa Senhora de Vendome, onde principiou esta medição.

Comprehendia este circulo de muralhas, no seu recinto, as bitesgas e alfurjas a que hoje se dão os nomes de ruas—de Nossa Senhora de Agosto, de Pena-Ventosa, das Aldas, de S. Sebastião, de Traz—a travessa de Santa Anna—os largos do Açougue-Real, da Pena-Ventosa e do Collegio — e as escadas do Barrêdo — além de uns pequenos e immundos bécos, na Ribeira.

Eis a primitiva *cidade* do Porto, que não era a decima parte da *Alfama*, a cidade árabe de Lisboa.

Foi isto que a rainha D. Thereza mandou coutar e deu em feudo ao bispo D. Hugo, como vamos vêr.

—

Dizem alguns escriptores, que os suevos já aqui acharam uma fortaleza romana, denominada *Castro da Pena-Ventosa;* o que nada tem de inverosimil—e alguns até sustentam que a primeira casa da rua da Pena Ventosa, hindo da das Aldas, está construida sobre um dos baluartes do castro romano—o que tambem póde ser verdade;[1] ainda que o padre Agostinho Rebello da Costa, diz que foram os suevos os seus fundadores (417) *os quaes, fugindo dos alanos, se refugiaram aqui, em um alto monte, ao N. do rio, edificando um castello, com largos e altos muros, e com habitações para as suas tropas. Deram-lhe o nome de Castrum-Novum, para o differençarem do castello de Gaia, que denominaram Castrum antiquum.*

Custa-me a crer que os suevos, inimigos implacaveis dos romanos, dessem um nome latino á sua fortaleza: inclino-me mais a acreditar que effectivamente já aqui existia um castello romano, que elles, porventura reedificaram e ampliaram, conservando-lhe o nome.

A *cidadella* d'este castello, ou a sua *torre de menagem*, era o templo da Sé, construido em fórma de fortaleza, com suas ameias e séteiras e com toda a robustez de uma *praça d'armas*, como era uso n'aquelle tempo.

—

Pouco nos instrue a historia, com respeito a esta cidade, desde que os godos se apoderaram d'ella.

Em 621, foi acclamado rei, Flavio Swintila, filho de Flavio Ricaredo I.—Continuou a guerra contra os romanos e vasconços, conseguindo expulsar os primeiros da Peninsula, sendo o primeiro rei christão que reinou em todas as Hespanhas.

Swintila, que fôra um principe virtuoso, e um valente general, nos primeiros annos do seu reinado, mudou todas as suas virtudes em vicios abominaveis, pelo que os seus vassallos, ajudados pelo rei de França, Dagoberto I,[1] o expulsaram do throno, em 631, acclamando o senhor godo, Sisinando. Swintila se retirou para a Galliza, onde morreu abandonado de todos, em 641.

Sisinando convocou o 4.º concilio, de Toledo (636), onde appareceram 72 bispos, e

[1] Estou convencido de que, d'esta casa até á parede E. do collegio dos *grillos* (hoje seminario diocesano) era a parte principal de uma antiquissima fortaleza, fechada por este lado (O.) por uma alta e robusta muralha, cuja maior parte ainda existe, desafiando o correr dos seculos, e fundada sobre enormes rochedos graniticos. Quem se der ao trabalho de examinar este lanço de muralha, subindo pelas escadas posteriormente praticadas n'elle, ficará sendo tambem da minha opinião.

[1] Dagoberto I, reinou desde 628 até 638. Foi no seu tempo que a auctoridade real principiou a enfraquecer na França. Os senhores poderosos, chamados *maires du palais*, tomaram uma grande influencia no governo, e se tornaram temiveis pela sua quasi omnipotencia. Cariberto, principe merovingiano, irmão de Dagoberto I, fundou na Aquitania, um estado independente, que seus descendentes conservaram, com o titulo de ducado, até 769, sendo então outra vez unida á França, por Carlos Magno (que reinou desde 768 até 814), depois de vencidos os aquitanos.

entre elles, os do Porto, Braga, Eminio, Egitania e Conimbriga.

Fallecendo o rei Sisinando, lhe succedeu seu irmão, Swintila (ou Chintila), que convocou o 5.º e 6.º concilio de Toledo, nos quaes se trataram materias importantes para o reino.

Swintila falleceu em 642, succedendo-lhe Tulga, e a este Chindaswindo (ou Cindaswindo) em 643. Este reformou as leis gothicas, e, em 649, convocou o 7.º concilio de Toledo.

Chindaswindo falleceu em 650, succedendo-lhe seu filho Receswindo, que reinou quasi 22 annos, de profunda paz, com o que muito prosperou o reino. Houve no seu tempo o 8.º, 9.º e 10.º concilios de Toledo, e um em Merida.

No ultimo anno d'este reinado (672) invadiram os gascões as costas da Lusitania, mas foram derrotados, e tiveram de fugir para a França.

N'este mesmo anno morreu Receswindo, ficando-lhe por unico herdeiro seu filho Theodofredo, de menor edade.

Não quizeram os godos para seu rei, em tempos tão revoltosos, uma creança; pelo que elegeram o famoso Wamba, que, em pouco tempo, conseguiu pacificar os seus estados. Convocou o 11.º concilio de Toledo (675) no qual se terminou a divisão dos bispados da Peninsula; ficando o do Porto com as freguezias que já declarei.

Por este tempo, uma grande esquadra de mouros africanos, invadiu uma grande parte do litoral da nossa provincia do Minho; porém Wamba os derrotou em terra, e seus navios foram incendiados; de modo que muito poucos podéram levar á Africa a noticia de tão grande derrota.

Dez annos apenas, durou o feliz reinado do santo Wamba, que abdicando em Ervigo (ou *Ervigio*) que tinha adoptado (682) se retirou a um mosteiro, onde falleceu.

Em 687 morreu Ervigo, succedendo-lhe no throno Egica, seu genro, e sobrinho de Wamba.

Por fallecimento de Egica, succedeu no throno seu filho Witiza (701) que foi um poço de vicios, permittindo a polygamia, negando a obediencia espiritual ao papa, e arrazando grande numero de fortalezas da Hespanha, por conselho do seu valido, o tristemente celebre, conde D. Julião (o pae da *Cava*) que já então tramava a traição que mais tarde levou a effeito contra a sua patria.

D. Rodrigo, e Acosta, filhos do principe Theodofredo, e descendentes do rei Cindaswindo, expulsaram do throno (707) a Witiza, e D. Rodrigo foi acclamado rei de todas as Hespanhas, com grande alegria dos povos; mas em breve se tornou quasi tão vicioso como o seu antecessor.

Julião, continuando com as suas machinações, induz o novo rei a continuar na demolição das fortalezas, sob pretexto de tirar á força aos senhores godos, que nem sempre obedeciam ás ordens do rei.

Aplanada, n'esta parte, a estrada da traição, o *pae da Cava*, passa a Ceuta (712) com sua filha, e ahi combina com os africanos a maneira mais facil da conquista da Peninsula.

Em 713, Tarif-Aben-Zarca, atravessa o estreito de Gibraltar, com um exercito de doze mil homens. Os godos, commandados pelo principe D. Sancho, lhe saem ao encontro; mas, tendo morrido este principe valoroso, logo no principio da batalha, as suas tropas desanimam e os mouros as desbaratam.

D. Rodrigo, que estava em Toledo, marcha com grande numero de gente para o norte da Hespanha, mas quando chega, já o conde Julião e os mouros tinham retirado para a Africa, carregados de ricos despojos.

D. Rodrigo trata então de se preparar para a resistencia de novas investidas, e principia a reconstrucção de algumas fortalezas, que elle e o seu antecessor haviam mandado demolir.

Os mouros, o conde Julião e o bispo Opas (seu irmão) não lhe dão tempo de se collocar na defensiva, e Tarif-Aben-Zarca, com um numerosissimo exercito [1] passa de novo á Hespanha, em 714.

D. Rodrigo se apressa em lhe sahir ao en-

[1] Vinha com tanta certeza da conquista, que já trazia uma multidão de mulheres, creanças e escravos, para povoar a Peninsula, e impôr-lhe a sua lei, religião e costumes.

contro, com um exercito tambem muito numeroso, mas composto, na sua maior parte, de gente bisonha, sem disciplina, e sem pratica militar.

O encontro teve logar nas margens do rio Guadalete: os godos, seguindo o exemplo do seu rei, que se batia com a maior bravura, fizeram prodigios de valor. A batalha durou oito dias, mas por fim os christãos foram completamente derrotados, e o rei, a grande custo se salvou, vestido de pastor, e veiu, segundo todas as provabilidades, terminar os seus dias á Lusitania. (Vide *Nazareth* e *Pederneira*.)

D'esta batalha escapou com vida, D. Pelayo, principe de sangue godo, que com alguns christãos, se refugiou nas cavernas, quasi inaccessiveis de Cova-Donga (Asturias) e ahi, pela sua bravura, pela sua constancia e pela sua intelligencia, conseguiu formar o nucleo d'esses exercitos, que no fim d'uma guerra titanica de 537 annos podéram expulsar da Lusitania (Algarve) os dominadores serracenos (em 1250) e no fim de 779 annos (1492) expulsaram da Hespanha (Granada) as ultimas hostes agarenas.

A onda mauritana em breve se espalhou pela Hespanha, e em 715 invadiu a Lusitania, pelo sul, cahindo em seu poder as fortes praças e castellos de Evora, Beja, Alcacer do Sal, no Alemtejo—Portimão e Silves, no Algarve—Idanha e outras, na Beira—e assim foram successivamente conquistando toda a Lusitania.

—

Não é meu proposito seguir a historia de Hespanha, senão na parte que interessa directamente a esta cidade; por isso, só direi que em 716 ainda ella se conservava em poder dos godos; mas então foi investida, e tomada d'assalto pelos mouros, commandados pelo emir, Abd-el-Azim.

Parece que os mouros se limitaram, por então, a saquear a cidade e a assassinar todos os seus habitantes que não podéram fugir—e que conservaram todas as suas fortificações.

Cento e quatro annos se conservaram os mouros senhores pacificos d'esta cidade, [1] até que, em 820, D. Affonso I, de Leão (o Catholico) a resgatou do poder dos infieis.

Pouco depois (824) Abd-el-Raman, kalifa de Córdova, pretendeu reconquistal-a; porém o conde Hermenegildo, governador do Porto, lhe sahiu ao encontro, junto ao logar onde hoje está a egreja matriz de Campanhã, no sitio onde corre um ribeiro, hoje chamado *Rio Tinto* (cujo nome, se diz, tomou depois d'esta grande batalha, em razão do muito sangue que n'ella correu, *tingindo* o ribeiro, que levou as suas ondas ensanguentadas, até ao Douro), e os mouros foram completamente desbaratados, e o seu chefe morto.

Em 825, Al-Mançor, o grande, que succedêra no kalifado de Córdova, e se intitulára o *terror dos christãos*, ancioso por tomar a desforra, reuniu um grande, exercito, composto da flor das suas tropas e cahiu sobre a cidade do Porto, que depois de repetidos ataques tomou e destruiu, não deixando pedra sobre pedra.

Cento e cincoenta e sete annos esteve esta cidade deserta e abandonada, sem que os christãos a quizessem repovoar, receiando novas desgraças, até que em 982, reinando em Leão, nas Asturias, na Galliza e em Portugal, D. Ramiro III, fundeou no Douro uma esquadra de normandos e gascões, commandados por D. Moninho Viegas e seu irmão, D. Sisnando Viegas (que depois foi bispo do Porto) e por D. Nonego, bispo de Vendome (França), que andavam pelo litoral da Lusitania (já então chamada Portugal) procurando occasiões de se baterem contra os infieis. [2]

Alguns escriptores susten-

[1] Ha toda a provabilidade para acreditar que, já então, se chamava Porto, visto que os arabes lhe davam o nome de *Bortkl*, por não poderem pronunciar Porto.

[2] D. Sisnando, 15.º bispo do Porto, falleceu pelos annos de 1030. (Vide *Villa Bôa do Bispo*.)

Noto aos leitores, que não menciono no logar competente, as datas da eleição e fallecimento dos bispos do Porto, por hir a relação d'elles em § especial, para melhor ordem d'este artigo.

tam que D. Moninho e D. Sisnando eram lusitanos, filhos de conde D. Gonçalo Moniz, governador do Porto, Coimbra, Feira, e da maior parte da provincia d'Entre Douro e Minho; e que, vendo esta cidade assim destruida e abandonada, se foram pedir soccorro aos gascões, que n'esses tempos faziam profissão de nautas errantes, combatendo os mouros por mar e terra, e vivendo dos despojos tomados aos infieis. Que o bispo D. Nonego prégou uma especie de cruzada, promettendo fazer parte d'ella, e vir em soccorro dos christãos portuguezes, o que tudo se levou a effeito.

Que o cognome de *gasco* (gascão) dado a D. Moninho, foi por elle estar algum tempo na Gascunha—como nós hoje costumamos chamar *brasileiros*, aos portuguezes que residiram alguns annos no Brasil.

E' verosimil esta opinião, porque o appellido *Viegas*, parece mais gothico do que francez: e o prenome de *Dom*, dado por todos os escriptores aos dois irmãos, confirma esta opinião.

Bem sei que tambem se dá o prenome de *Dom*, a Nonego, bispo de Vendome; mas é isso naturalissimo, visto que todos os bispos e a maior parte dos abbades, já então, e desde muitos annos, usavam este tratamento, que era adoptado pelos clerigos estrangeiros que vinham exercer estes empregos, para a Peninsula.

Mas, quer fossem portuguezes (como me persuado) quer francezes, é certo que a estes dois irmãos, ao referido bispo de Vendome, e aos gascões e normandos que os acompanharam, deve o Porto a sua reedificação e repovoação.

—

Segundo a *Chronica dos conegos de Santo Agostinho* (Pag. 242, cap. 4.º).

«Os dois irmãos, D. Moninho Viegas e D. Sisnando, não eram gascões, mas portuguezes, e muito portuguezes—porque—

Reinando em Castella e Leão, D. Ramiro 3.º, em 982, e sendo senhor do Porto o conde D. Gonçalo Moniz, entrou pelas terras de Portugal o capitão mouro, Al-Mançor, com um poderoso exercito, e veiu pôr um apertado cêrco á cidade do Porto.

O conde e os portuguezes, resistiram por muito tempo, heroicamente; mas, faltando-lhes o sustento, e sendo tão poucos em numero, comparados com os mouros, e morto gloriosamente o conde, na entrada d'estes na cidade, tiveram de retirar.

Al-Mançor, em vingança da resistencia tenaz que lhe haviam feito os habitantes do Porto, reduziu a cidade a um montão de ruinas.

O bravo conde, que era senhor das terras, da Feira, Porto e quasi toda a provincia d'Entre-Douro-e-Minho, deixou dois filhos, já homens, herdeiros do seu extremado valor e das suas grandes riquezas, e que se chamavam, D. Moninho e D. Sisnando.

Vendo estes, que nas suas terras não havia gente bastante para d'ellas expulsarem os mouros, foram, por mar, á Gascunha, pedir soccorros, e breve de lá vieram, com uma po-

derosa armada, em que vinham muitos senhores francezes, mui esforçados capitães, e com elles, D. Nonego, bispo de Vendome. (Vide *Villa-Bôa do Bispo*).

Aportou esta armada na foz do Douro, em 984, e desembarcados no Porto, expulsaram os mouros, á força d'armas, e reedificaram e fortificaram a cidade.

Foram estes gascões que ordenaram, que, a *toda a terra de que se expulsassem os mouros, se desse o nome de Terra de Santa Maria*, denominação que hoje só conserva a *Terra da Feira*.

Diz-se que a Sé primitiva era na actual egreja matriz de S. Pedro de Miragaia (vide *Miragaia*) [1] mas, em 984, vendo que convinha ser a egreja cathedral, no centro da cidade, a fundaram (ou reedificaram) no sitio actual; mas, em fórma de castello, segundo o uso d'esse tempo: fazendo-se tambem mosteiro, para residencia do bispo e seus conegos, no sitio onde hoje é o paço episcopal.

Tomou conta da mitra, o referido D. Nonego, e para alli se transferiu com os padres francezes, que trouxe da Gascunha; ordenando outros, (1025) e vivendo todos em communidade, sob a regra de Santo Agostinho (cruzios) e comendo no refeitorio, até 1185, em que o bispo D. Martinho Pires, não só consentiu que os conegos vivessem em suas casas, e segundo as suas rendas, mas sim instituiu as dignidades de: *deão*, *chantre*, *mestre-escóla* e *thesoureiro mór*.

Extinguiu os arcediagados que havia, unindo-os á mesa episcopal e cabido.

Depois da extincção dos taes arcediagados, foram creados — o *arcediago do Porto*, pelo bispo D. João da Azambuja, em 1398, o *de Oliveira*, pelo bispo D. Luiz Pires, em 1455, e o *da Regua* pelo bispo D. João de Azevedo, em 1492. A dignidade de arcipreste foi creada pelo bispo D. Fr Balthasar Limpo, em 1541. (Vide adiante, onde trato da sé).

D. Nonego governou a diocese, quasi quarenta e um annos, desde 984 até 1025, e achando-se muito velho, convocou o clero, nobreza e povo, do Porto, e, por unanimidade, foi eleito seu successor, D. Sisnando Viegas, irmão de D. Moninho.

D. Sisnando era versado, não só nas armas, mas tambem nas lettras sagradas; porém, como não tinha ordens sacras, D. Nonego lhas conferiu e o sagrou bispo d Porto, no principio do anno 1026. [1]

Os conegos, viveram, desde que houve bispos no Porto, em communidade, como outros quaesquer frades, e sob a regra de Santo Agostinho: até que, em 1186 (1148 de J. C.)

[1] Ha, porém, opiniões, aliás bem fundadas, sustentando que a primittiva Sé do Porto foi construida, no 1.º seculo da era christã, na cidade (ou povoação) de Portugallo, ao S. do Douro, e no sitio da actual freguezia de Mafamude. (Vide *Portugal*, villa.

[1] Quasi todos os escriptores dizem que D. Sisnando foi o 15.º bispo do Porto, e o 1.º da 2.ª serie.

O *Cathalogo dos bispos do Porto*, salta de D. Hermogio, 14.º, bispo, (912) a D. Sisnando, (15.º) sem fallar em D. Nonego.

Deixo á apreciação dos leitores este ponto contradictorio da historia ecclesiastica do Porto.

o bispo D. Hugo, dividiu as rendas em tres partes—uma para a Sé—outra para elle—e outra para os conegos, que, desde então, começaram a viver d'estas rendas, sob a denominação de *conegos seculares*, que adoptaram.»

D. Moninho e seu irmão trataram immediatamente de reconstruir as antigas fortificações do Porto, construindo quarteis para as suas tropas e habitações para os christãos que quizessem vir para aqui habitar, e reedificando a egreja cathedral, existindo ainda em grande parte, as obras mandadas por elles fazer n'esta egreja.

—

Esta posição era n'aquelle tempo formidavel; porque, do S., servia-lhe o Douro de fôsso, sendo desde o castello (que estava construido no sitio onde hoje se vê o paço episcopal) até ao rio uns penhascos ingremes e inaccessiveis. Do O. e N., tambem o monte era muito mais ingreme do que actualmente; porque onde hoje são as ruas da Bainharia, Ponte-nova, Souto, Flores, Mercadores, e becos immediatos, era um profundo valle, que as areias e enxurros, acarretados no inverno pelas torrentes, foram pouco e pouco entulhando.

A rua de S. João, mandada fazer por D. João I, pelos annos de 1390, está edificada sobre arcaria de pedra, um verdadeiro tunell, por onde passa o Rio da Villa. Era tão baixo este lugar que por elle entrava um braço do Douro.

A parte mais accessivel d'esta fortaleza, era pelo E., mas aqui era defendida por um forte castello, que estando muito arruinado, foi demolido, quando se deu principio ás obras do paço episcopal. Ao fundo do pateo d'este, ainda existe um lanço de muralha, bem conservado, prolongando-se pelo E., do largo do Collegio até á *rua das Aldas*. [1] Era este o famoso castello da *Pena-Ventosa*.

Alguns escriptores pretendem que a construcção primittiva d'esta fortaleza, remonta ao anno 2800 do mundo (1204 antes de J. C.) e é obra dos *graios*, ou gregos. Outros contentam-se em lhe dar por fundadores, os romanos, o que parece mais provavel; é certo, porém, que os suevos acharam tudo destruido.

Os povos do Porto, confiados n'esta optima posição, no seu castello, cercado de robustas e altas muralhas, guarnecidas de soberbas torres; e animados pelo seu numero, pois que das aldeias circumvisinhas se lhes tinham reunido muitos christãos, oppozeram aos mouros uma tenaz e heroica resistencia; mas os christãos tinham a baterse contra Al-Mançor, chefe valorosissimo e muito habil, e contra soldados bravos, disciplinados, afeitos ás batalhas e ás victorias e alem de tudo isto, muito superiores em numero, pelo que tiveram de succumbir. Os vencedores trocidaram quantos christãos puderam agarrar; e quando não tinham mais vidas a exterminar, voltaram a sua sanha contra os edificios, não deixando pedra sobre pedra, segundo relatam os escriptores contemporaneos.

Só d'ahi a dez annos (que tanto durou o dominio do feroz Al-Mançor na provincia do Minho, cujas povoações quasi todas demoliu e incendiou, depois de as ter saqueado) é que as valentes hostes leonezas, em successivas e gloriosas batalhas, venceram os mouros, tendo Al-Mançor de fugir precipitadamente para Córdova, com as reliquias do seu exercito.

Note-se porém que o cinto de muralhas que fechava o Burgo do Porto, e que se chama vulgarmente *circumvalação sueva*, foi mandado construir por D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, entre os annos 1108 e 1110.

Antes d'este tempo só existia a fortaleza chamada *Castello*.

—

É difficil, senão impossivel, seguir em taes materias uma exacta chronologia, pelo que me vejo obrigado a fazer aqui as reflexões seguintes.

Todos os escriptores concordam em que a fortaleza e povoação romana de *Castrum-Novum*, depois chamada pelos suevos *Festabole* (Porto-Novo, ou Praia-Nova) era em

[1] *Alda* é nome proprio de mulher.

frente de *Porto-Calle*, e exactamente no sitio onde hoje existe a Sé e ruas circumferentes.

Todo o mundo sabe que este bairro, (a primittiva cidade do Porto) não fica *em frente* da antiga *Calle* (Gaia) que está a mais de 2 kil. ao O. S. O., mas sim *em frente* de *Paço de rei*, da *Serra do Pilar*, e de *Mafamude*.

É por esta circumstancia (além de outras) que eu me inclino a acreditar que existiu uma *cidade*, ou, pelo menos, uma povoação de alguma importancia, ahi por perto de Paço de Rei, com o nome de *Portugallo* e depois *Portucalle*. (Vide *Portugal*, villa).

—

Os suevos preferiram a margem direita, á esquerda do rio, e a povoação do Sul foi abandonada, para se reconstruir o antigo castello da Pena-Ventosa.[1]

O rei suevo, Hermenerico, depois de uma guerra de dois annos, com Ataces, rei dos alanos (414) fez com elle pazes, dando-lhe por esposa, sua filha Cindazunda, ou Cindaswinda (Vide *Coimbra*).

Vendo-se Hermenerico em paz com os alanos, tratou de construir no Porto, palacio para si e para a sua côrte, e quarteis para os seus soldados.

Os suevos eram christãos, mas herejes (arianos) e parece que foram elles que construiram, no sitio onde hoje está a Sé, um templo acastellado (como eram todos os que edificavam os barbaros das raças germanicas) que existiu até á invasão dos mouros; os quaes reduziram grande numero de templos christãos a mesquitas, arrasando o resto, ou dando-lhe diversas applicações.

—

As antigas lortificações se conservaram, com pequenas alterações, até que D. Affonso 4.º, em 1336, reparou o castello e deu principio ás muralhas de circumvalação, cuja obra continuou durante e reinado de D. Pedro 1.º; mas foi seu filho, D. Fernando 1.º, que lhe deu maior impulso, e a concluiu em 1776.

Eram estas muralhas de robusta cantaria, e guarnecidas de soberbas torres, tudo com ameias.

Esta circumvalação tinha muito maior ambito do que a anterior, pois, não só comprehendia a cidade antiga, mas tambem o *Burgo Novo a par do Porto*.

Consta que esta grande obra, custou, só ao rei D. Fernando, 30$000 réis; quantia tão importante n'aquelle tempo, que veiu de Lisboa para o Porto, escoltada por um regimento de cavallaria e outro de infanteria.

A circumvalação chamada de D. Fernando, principiava no *Postigo do Carvalho*, (que depois se chamou de *Santo Antonio do Penedo*, por causa de uma ermida d'este santo, que ahi se construiu—e por fim—*Porta do Sol*.

Esta porta, achando-se em estado de ruina, foi mandada demolir por D. João d'Almada e Mello, em 1774, e construida uma nova, d'architectura romana; á qual, por ter um sol esculpido sobre a inscripção, principiou o povo a chamar *Postigo* (ou *Porta*) *do Sol*.

No timpano d'esta nova porta, havia a seguinte inscripção:

SOL HUIC PORTAE
JOSEPHUS LUSITANO IMPERIO
JOANNES DE ALMADA E MELLO
PORTUCALENSE URBI FINITIMISQUE
PROVINCIIS AETERNUM
JUBAR GAUDIUM PERENNE

—

Estas portas, foram demolidas em 1875, para se ampliar o edificio da *Casa-Pia*. Foi um vandalismo quasi escusado, porque o edificio era bastante vasto, e o monumento (que em nada estorvava o

[1] Note-se porém, que ainda no seculo 11.º (no tempo do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza) existia á Povoação de *Portugal*, ahi por Mafamude. (Vide *Portugal*, villa).

transito publico, porque o vão do arco era amplo) pela sua elegancia, adornava o sitio, e era um padrão commemorativo do varão a quem o Porto tanto deve.

Continuemos a descrever a circumvalação do cinto de muralhas de D. Fernando.

Do Postigo do Carvalho [1] seguia para o N. E., por onde hoje é o palacio do governo civil (Casa Pia) até ao local onde está o theatro de S. João. D'aqui, voltando para o N. O., no sitio onde está a capella de *Nossa Senhora da Batalha*, seguia até á actual rua de Cimo de Villa, onde tinha uma porta que deu o nome á rua. (Tambem se chamava *Porta da Batalha*). D'aqui, inclinando mais para o O., seguia pelo lado do S. da Calçada da Thereza e viella da Madeira, até á *Porta da Rua de Carros.*

Este lanço está perfeitamente conservado, e desafiando o correr dos seculos (se o camartello municipal o não destruir) com suas torres e ameias. Serve de vedar a cêrca das religiosas do mosteiro de S. Bento da Ave-Maria.

A *Porta de Carros*, era defendida por duas alterosas torres, uma ao E., outra ao O.—Ainda existe a primeira. [2]

Note-se que do tempo de D. Fernando só aqui existia um *postigo*, que foi demolido em 1521, para, em seu logar, se construir uma porta mais ampla. Tinha esta a seguinte inscripção:

REGNANTE DIVO EMMANUELE
QUI PRIMUS PORTUGALIAE REGUM
AD MARE USQUE INDICUM
ET SCYPTUM LUSITANIAE
IMPERIUM PROPAGAVIT
APERTA FUIT HAEC PORTA,
SIMULQUE VIA,
QUAE HINCI IN SANCTI
DOMINICI TEMPLUM DUCIT
INDUSTRIA ANTONII CORREA
HUJUS PROVINCIAE CORRECTORIS.
1521. [1]

Da Porta de Carros, marchava a muralha, em linha recta, na direcção do O, pelo mosteiro dos conegos de S. João Evangelista (loyos) hoje transformado em riquissimos predios da sr.ª Viuva Cardoso, até ao principio do actual passeio publico da Cordoaria, onde havia um vasto olival; e tinha aqui uma porta, por isso chamada *do Olival*, da qual não ha vestigios mais do que o nome, que o sitio ainda conserva. [3]

Da porta do Olival, inclinava a linha de muralhas mais para S. O., pela parte do S. da actual *Rua do Calvario*, onde ainda existem lanços de muros e uma torre bem conservada.

Ao fundo da rua do Calvario, estava a *Porta das Virtudes*, que vinha a ser ao cimo da actual rua *de Bello-Monte.*

A circumvalação hia inclinando sempre para S. O., pelo lado do N. E. da actual *rua da Cordoaria Velha*, onde tambem ainda existem lanços de muralha, até ás *Portas de N. Sr.ª da Esperança*, ao cimo da rua d'este nome, e junto á capella da Senhora d'esta invocação.

Aqui mandou o rei D. Manoel, pelos annos de 1522, construir um baluarte, que ainda existe; e desde o qual a muralha seguia ainda mais inclinada a S. O., até á *Porta Nova*, ou, segundo outros, *Porta Nobre.*

[1] Outros dizem que se chamava *dos Carvalhos do Monte*, em razão de um souto que alli havia. Os que pretendem que se denominava *do Carvalho*, dizem que era em razão de um grande carvalho que estava proximo.

[2] Em 1529 cahiram 360 braças (800 metros) de muralha, entre esta porta e a do Olival. D. João III mandou reedificar isto, custando cada braça 800 réis.

[1] Esta porta foi demolida pelos annos de 1827; mas, ao sitio ainda se chama *Porta de Carros.*

[3] A cidade do Porto correu demanda contra os judeus sobre 200 maravidis de moeda antiga, que lhe deviam pela casa e chão compradas pelos mesmos judeus, n'este sitio. Foram condemnados ao pagamento. A cidade aforou-lhe então o campo do Olival (actual passeio da Cordoaria) por 200 maravidis de 27 soldos cada um.

D'aqui até ao fundo das escadas da Esnoga era a *judiaria.* (Vide *Miragaia*).

Os judeus e moiros podiam exercer no Porto qualquer arte ou officio, menos a medicina. (Vide os annos 1417 e 1583).

Na circumvalação de D. Fernando, havia aqui um *postigo*, chamado *da Praia*, que o rei D. Manoel mandou demolir, em 1522, construindo, em seu logar, uma porta mais ampla. (É por isto que eu julgo que se ficou chamando *Porta Nova*, e não *Porta Nobre*.)

D. Manoel, na reconstrucção d'esta porta, tornou a mandar collocar sobre o arco, as armas de D. Fernando I, que estavam no postigo. Tinham 13 castellos.

Em 1872, foi demolida esta porta, para se construir a nova rua da Alfândega.

Em 29 de fevereiro de 1872, foi a pedra onde estão esculpidas as armas do rei D. Fernando, mudada para o museu Allen; e no mesmo dia tambem foram para o dito museu as armas do rei D. Manoel que estavam na porta do baluarte.

Tambem sobre esta porta se construiu uma casa para a guarda (que, quando foi demolida, servia de casa de inspecção sanitaria para as *toleradas*). Sobre a porta da entrada d'esta casa (para a qual se subia por uma escada de pedra que principiava em Cima do Muro) estavam as armas de Portugal, e por baixo d'ellas, a inscripção

GOVERNANDO AS ARMAS
D'ESTA CIDADE E SEU PARTIDO
O CORONEL, ANTONIO MONTEIRO D'ALMEIDA,
SE FEZ ESTA OBRA,
NO ANNO DE 1731

Estas armas e a inscripção, foram tambem, no mesmo dia, para o museu.

Tambem D. Manoel, e no mesmo anno, mandou aqui construir um baluarte, sobre o Douro, na extremidade occidental de *Cima do Muro*.

Sobre o arco da Porta Nova, estava uma ermida, dedicada a Nossa Senhora do Soccorro, templo de muito luxo, pela grande devoção que o povo tinha á sua padroeira, á qual faziam uma grande festa, na 1.ª oitava da Paschoa do Espirito Santo. Teve uma grande e rica irmandade.

Por esta porta, que era uma das principaes da cidade, costumavam fazer a sua entrada solemne, os bispos do Porto, quando tomavam posse do seu bispado; e os governadores da cidade, quando vinham occupar o seu emprego.

Da Porta-Nova, marchava a muralha sobre a margem direita do Douro (Cima do Muro) tendo n'este lanço tres *postigos*—o *dos Banhos*, o *do Pereira* e o *do Carvão*, ou *Linguêta;* até ao *Terreirinho*, proximo da antiga alfandega, onde havia outra porta chamada *Postigo do Terreirinho*, ou *da Alfandega*. Foi demolida em 1838, formando assim uma solucção de continuidade a rua de Cima do Muro. Seguia na mesma linha (de O. a E.) sempre sobre a margem do rio, até ao *Postigo do Peixe*, que existe no *Caes da Estiva*, ou da *Alfandega-Velha*, até ao largo da Ribeira, onde havia a principal porta da cidade, chamada *Porta da Ribeira*, que foi demolida, por ordem de D. João d'Almada e Mello, em 1774, para alargar a praça da Ribeira (que, apezar d'isto, ainda é sobremodo acanhada).

Continuava a muralha, com a mesma direcção, sobre a margem do rio, até ao fundo das *Escadas do Codeçal*, e se chamava *Cima do Muro da Lada*, e hoje, *Cima do Muro da Ribeira* (que vem a ser o mesmo).

Todo este lanço, desde o sitio onde existiu a Porta-Nova, até ás Escadas do Codeçal, está perfeitamente conservado, menos no Terreirinho e na Ribeira, onde, como fica dito, foi demolido para utilidade publica. Toda esta muralha da Ribeira, é formada sobre robustissima arcaria, e tem dois postigos. O caminho da Lada, ao redor do muro, foi mandado fazer pelo rei D. Fernando, quando se fez o cinto de muralhas.

Ao fundo das Escadas do Codeçal, e em frente da ponte pensil, fazia a muralha um angulo, onde tinha um cubêllo, que ainda

existe, e continuava na direcção do E., até á Porta do Sol, onde principia esta medição. Este lanço está perfeitamente conservado, assim como as suas trez torres, tudo com suas ameias, servindo a muralha para vedar a cêrca do mosteiro de religiosas franciscanas, de Santa Clara, e as torres de *miradouros* das mesmas freiras.

—

Esta muralha, toda de robusta cantaria, tinha 3:000 passos de extensão, com 30 pés de altura. Era guarnecida de parapeitos e ameias, e defendida por muitas torres quadradas, que excediam 11 pés a altura da muralha; mas as torres que defendiam as portas de Cimo de Villa e do Olival, excediam 30 pés a altura da cortina.

Quarenta annos se gastaram na construcção d'esta obra, pois, principiando em 1336, só se concluiu em 1376.

—

D. Affonso V de Leão, e D. Fernando I, em premio dos serviços prestados por D. Moninho, a esta cidade, e aos christãos dos arredores, lhe deram, para elle e seus successores, o titulo de *condes do Porto*, titulo que durou até 1093, anno em que o conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Thereza, tomaram posse de Portugal, que o pae d'esta, D. Affonso VI, rei de Lyão e Castella, lhes havia dado em dote.

—

D. Moninho Viegas (o Gasco) foi casado com D. Valida Tructesendes, e são estes os progenitores dos *Coelhos*, dos Vasconcellos (marquezes de Castello-Melhor) e de outras muitas familias das principaes d'este reino.

Foi seu filho D. Egas Moniz, o Gasco, que casou com D. Toda Hermigues.

Foi filho d'este D. Hermigio Viegas, casado com D. Ouroana.

Foi seu filho D. Moninho Hermiges, do qual foi filho o grande D. Egas Moniz, rico-homem, aio e amigo de D. Affonso Henriques, e descendente em linha recta de D. Moninho Viegas, o Gasco.

O *Catalogo e historia dos bispos do Porto*, por D. Rodrigo da Cunha, bispo da mesma diocese, diz que D. Moninho Viegas teve outro filho, chamado D. Garcia, que morreu em uma batalha, dada contra os moiros, em *Terras de Santa Maria*.

Diz o mesmo escriptor, que o intrepido D. Mem Moniz, que morreu atravessado na porta do N. do castello de S. Jorge de Lisboa, no dia 21 de outubro de 1147, era filho de D. Moninho Hermiges e de D. Ouroana, e portanto, irmão (e não o filho, como pretendem muitos) do grande Egas Moniz.

Todos estes cavalleiros foram governadores e naturaes do Porto, e bravos batalhadores, resgatando do poder dos moiros grande extensão de territorio ao N. do Douro, na antiga comarca de Guimarães; e ao S. do mesmo rio, desde Gaia até ao rio Antuan, dando a estes dois territorios a denominação de *Terras de Santa Maria*. Com o tempo, o territorio ao N. do Douro, se veiu a chamar *Terra de Guimarães*, e ao do S., *Terra da Feira;* mas este, conservou por muito mais tempo a sua antiga denominação, pois que, ainda até 1820, em todos os documentos officiaes se chamava *Terra de Santa Maria*.

Por tão assignalados feitos, foram os Gascos muito estimados, e obtiveram grandes honras e privilegios, (tanto para elles, como para a cidade) dos reis D. Affonso V [1] e D. Fernando I, de Lyão, o que tudo foi confirmado no fim do seculo XIV, por D. João I de Portugal, em premio dos revelantissimos serviços, prestados pelos portuenses, á favor da causa da independencia da patria.

Cuidou pois D. Moninho, como já disse, na reconstrucção d'esta cidade e suas fortificações, e o mesmo fizeram seus successores, cuidando ao mesmo tempo em atrahir para aqui grande numero de habitantes, de modo que, quando o conde D. Henrique tomou conta de Portugal, já elles não cabiam dentro dos muros da circumvalação e tinham principiado a formar extra-muros a povoa-

[1] Este soberano, sendo ferido por uma seta em um combate, junto a Viseu, veiu morrer a esta cidade, em 1207.

ção que pouco depois se veiu a chamar *Burgo Novo de a par do Porto*, e que tanto deu que fazer aos nossos primeiros reis. (Vide *Gaia*).

—

O conde D. Henrique e sua mulher trataram de aformosear esta cidade, construindo muitos edificios, sendo o principal, o magestoso templo da Sé, (em 1103) unico monumento que hoje existe d'esse tempo. [1]

—

O bispo D. Nonego havia trazido de França uma devotissima imagem de N. Sr.ª da Vendôme, que collocou em um nicho, sobre o arco aberto na muralha, ao N. E. da fortaleza, e que por isso, desde então, se ficou chamando *porta de N. Sr.ª da Vendôme.*

Esta porta, a que ultimamente se dava o nome de *Arco da Vendoma,* estava no fim da actual rua Chan, (antiga rua Chan das Eiras) á entrada do largo da Sé.

A rainha D. Thereza transformou o nicho da Senhora em uma formosa edicula.

Em 1840, a camara do Porto, sem a minima utilidade conhecida, entendeu, na sua *alta intelligencia,* dever arrazar este curiosissimo, e ainda solido monumento, por ventura o unico (além d'alguns lanços de muros) do tempo dos Gascos, e o arco da Vandoma desappareceu para sempre; mas já então não tinha senão o arco, o oratorio e pouco mais.

A porta principal da fortaleza sueva, era esta de Vandoma; tendo sobre ella, além da edicula da Senhora, duas alterosas torres, uma de cada lado da edicula, assentes sobre solidissimas muralhas.

É tambem d'este tempo a fundação da egreja matriz de Santa Eulalia de Vandoma, a uns 20 kilometros do Porto.

O conde D. Henrique e sua mulher, não se limitaram a construir varios edificios; confirmaram tambem e ampliaram os antigos privilegios, que seus successores egualmente confirmaram.

—

A 14 de julho do 1123 o bispo D. Hugo dá o primeiro foral ao burgo do Porto, que a rainha D. Theresa havia coutado. (Vide foraes do Porto).

Em 1200 houve um eclipse total n'este reino, que converteu em noite grande parte do dia. No mesmo anno houve uma grande fome em Portugal.

Em 1230 o rei D. Sancho II fundou o convento de S. Domingos, cuja egreja foi destruida depois de 1834, e o edificio do mosteiro arrazado, e o chão vendido a diversos particulares, encontrando-se hoje n'elle construidos sumptuosissimos predios, que formam o lado oriental da rua de Ferreira Borges, parte da rua de D. Fernando, e parte da nova rua em construcção no largo de S. Domingos.

O mesmo soberano, e no mesmo anno, fundou, fora dos muros da cidade, o convento dos frades franciscanos. Em 1404 D. João I o mudou para o sitio onde hoje ainda existe a sua magestosa egreja, reparada de novo, e a elegante capella dos terceiros de S. Francisco, de construcção moderna. O edificio do mosteiro está actualmente transformado em palacio da Bolsa, tribunal de commercio, com suas respectivas repartições, e séde dos bancos *União* e *Commercial.*

Em 1322, nas desavenças entre D. Diniz e seu filho D. Affonso, depois 4.º, lhe tomou este—entre outras povoações e castellos—o castello de Gaia e a cidade do Porto.

Feita a paz, por entremedio de Santa Isabel, ficou D. Affonso com o Porto, Coimbra e Monte-Mór-Velho.

Attribue-se a isto a consideração em que foi tido o Porto, por D. Affonso 4.º, depois de rei.

—

Em 1336, reinando D. Affonso IV, foram os arrabaldes do Porto devastados pelas tropas castelhanas, que sitiavam a cidade; mas que, afinal, tiveram de levantar o cerco, accomettidas por uma divisão organisada pelo bispo D. Vasco, que, á frente d'ella, as derrotou. Apesar d'esta acção, o bispo teve de fugir da cidade, em 1341, por se haver alborotado o povo e a camara, em razão do bispo lhes exigir certos direitos. O prelado

[1] Mas a capella-mor, é obra do bispo D. frei Gonçalo de Moraes, pelos annos 1602.

excommungou a cidade, mas não tornou a entrar n'ella.

Em 1350, vagando o bispado de Lisboa, foi feito bispo d'esta diocese.

—

1345—Funda-se o mosteiro de religiosas dominicas, de Corpus-Christi, em Villa Nova de Gaia. (Vide *Gaia*).

—

1355—Quando foi assassinada a infeliz D. Ignez de Castro, (a 7 de janeiro d'esse anno) o infante D. Pedro, abrazado em desejos de vingança, moveu crua guerra a seu pae, tomando-lhe varias povoações e castellos (tal e qual como o pae havia feito ao avô!)

Quiz tambem tomar o Porto, mas os seus habitantes, auxiliados por D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (o que construiu o cinto de muralhas denominadas vulgarmente suevas) resistiram ás tropas do infante, até serem soccorridos pelo exercito real.

—

1359—(era de 1397) D. Pedro 1.º, mandou fazer uma torre no Bicalho, e outra fronteira, ao S. do Douro, (Gaia) para lançar uma cadeia de ferro de lado a lado, que impedisse a passagem a navios inimigos.

O povo de Gaia recusou fazer a torre no seu districto, dizendo que a cadeia de nada podia servir, para o que, fizessem a experiencia, antes de fazer a torre.

Com esta opposição, e achando-se razão aos de Gaia, não se levou a effeito a projectada obra.

—

1360—D. Pedro 1.º, deu n'esta cidade, onde então se achava, o escandalo de querer açoutar com um azorrague, e por suas proprias mãos, em uma sala do paço real (a actual alfandega velha) o bispo do Porto, D. Egidio, por terem dito ao rei, que o prelado tinha amores com uma mulher casada.

—

1369—D. Fernando 1.º, por tres vezes visitou esta cidade, sendo a primeira n'este anno; pretendendo aqui celebrar o seu casamento com D. Leonor Telles de Menezes, (mulher de João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro) mas, vendo o povo do Porto tão mal disposto para este casamento, como estava o de Lisboa, foi casar-se ao mosteiro de Leça de Bailio.

A ultima vez que o rei D. Fernando esteve no Porto, foi em 1372, anno em que nasceu a infanta D. Beatriz, que veiu a casar com D. João 1.º de Castella, e foi a causa de Portugal ter de sustentar dez annos de guerra com os castelhanos.

—

1385—É construido o bello claustro, de architectura gothica, da sé d'esta cidade.

—

1386—(2 de fevereiro) houve no Porto umas vodas reaes, com geral regosijo dos seus habitantes, e dos povos circumvisinhos. Foi n'esse dia que D. João 1.º, na egreja da Sé, recebeu por esposa, a D. Philippa d'Alencastre, filha de João de Gand, duque de Alencastre, e filho de Duarte 3.º de Inglaterra.

Recebeu-os, D. João, 3.º do nome, 37.º bispo do Porto, depois de obtida a dispensa de votos (do papa Urbano 6.º) porque o rei era professo na ordem militar de S. Bento de Aviz, e seu grão-mestre.

D. João 1.º, tinha 29 annos e D. Philippa 28. O rei sahiu montado em um formoso cavallo branco, vestido (o rei) de rica tela—e a rainha em um bizarro palafrem, da mesma côr, e ella esplendidamente vestida, e ambos com corôas d'ouro, ricamente esmaltadas de pedras preciosas. D. Lourenço, arcebispo de Braga, levou o palafrem de D. Philippa pela redea.

Concorreu a estas vodas, toda a nobreza d'este reino, e muita da Gran-Bretanha, que acompanhava o pae da noiva.

Houve um esplendissimo banquete, no qual tomaram parte todos os prelados e cavalleiros das duas nações.

O condestavel, D. Nuno Alvares Pereira, serviu de mestre sala, pois era tão perito para ordenar os assentos na mesa, como os esquadrões, no campo da batalha.

Por muitos dias se continuaram no Porto, e por todas as terras do reino, luzidas festas, de justas e torneios, e muitas outras demonstrações d'alegria.

D. João 1.º, fez logo casa á rainha, e no-

meou para seu mordomo-mór ao mestre da ordem de Christo, D. Lopo de Sousa—para copeiro-mór, Gonçalo Vasques Coutinho—para reposteiro mór, Fernão Lopes d'Abreu: nomeando outros muitos cavalleiros e senhores da primeira nobreza, para o serviço da casa da rainha; á qual nomeou logo regente do reino, em quanto elle marchava com seu sogro para Castella.

—

O duque de Alencastre, teve de sua primeira mulher sò duas filhas, D. Catharina, e a nossa rainha D. Philippa. Ficando viuvo, passou a segundas nupcias, com D. Constança, filha primogenita de D. Pedro 1.º (o cruel) de Castella, e herdeira legitima do throno, por não haver filho varão. João de Gand, pretendeu, pelo seu casamento, a corôa de Castella. Alliou-se com o genro, trazendo a Portugal uma esquadra e tropas inglezas, ás quaes se juntaram as disponiveis de Portugal; porém, a maior parte dos castelhanos e leonezes, uniram-se a D. Henrique 2.º (irmão e assassino de D. Pedro 1.º, de Castella e Leão) e o duque d'Alencastre não conseguiu fazer-se acclamar rei.

D. Philippa, nasceu em 1359, e falleceu de peste, em Sacavem, a 18 de julho de 1415. (Vide *Sacavem*).

D. João 1.º e sua mulher, residiram por muito tempo no Porto, e então mandou aqui construir varios edificios, e fazer grandes melhoramentos, entre estes, a rua de S. João, e a rua dos Inglezes, cujo primeiro nome foi *Rua Nova de S. Nicolau*.

—

No mesmo anno de 1386 (7 de julho) D. João 1.º deu á cidade do Porto o julgado de Bouças, tirando-o a Fernando Affonso d'Abborim, a quem o rei D. Fernando o havia dado.

Depois, o mesmo D. Joao 1.º o deu ao condestavel, D. Nuno Alvares Pereira; mas a cidade do Porto oppoz-se a esta doação, e o condestavel cedeu-lhe o senhorio.

—

1390—Por este tempo, a cidade do Porto tinha apenas tres freguezias—Sé, S. Nicolau e Victoria—e estas mesmo, não tinham metade dos fogos que teem actualmente.

—

No mesmo anno, D. João 1.º dispensou com os clerigos casados, para que podessem ser mettidos nos pelouros de juizes e vereadores do Porto.

Clerigos casados, não quer dizer que n'esse tempo casassem os padres: casavam só os ordinandos, antes de terem ordens sacras (como hoje) e é d'estes que trata a dispensa.

Casando antes de terem ordens sacras, continuavam a ser admittidos ao serviço da egreja, com as suas vestes clericaes; mas perdiam muitissimos privilegios, que lhes dava o estado de solteiro.

No tempo de D. Affonso IV, os clerigos minoristas casavam clandestinamente: depois, se queriam tomar ordens sacras, negavam o casamento contrahido sem testemunhas.

—

Foi ainda no anno de 1390 que do Porto embarcaram para a Gran-Bretanha os famosos *doze de Inglaterra*. (Vol. 2.º, pag. 223, col. 2.ª—Vol. 6.º, pag. 606, col. 1.ª e seguintes).

Foi por este tempo que o rei ordenou aos seus creados, que, vindo ao Porto, não pousassem na *Rua das Eiras*, [1] nem na dos *Mercadores*, nem em *casa de homens honrados*, nem de mulheres viuvas, nem de casadas, que tivessem os maridos ausentes.

—

1394—(4 de março) nasce n'esta cidade,

[1] *Rua das Eiras*, ou da *Chan das Eiras*, é a actual *Rua-Chan*.

o famoso infante D. Henrique, 3.º filho de D. João I.—Nasceu no palacio real, da *Rua Nova de S. Nicolau*, hoje alfandega-velha, na rua dos Inglezes.

É á iniciativa d'este principe que devemos as grandes descobertas feitas pelos navegadores portuguezes, no seculo XV e seguintes. (Vide *Sagres*).

—

1404—N'este anno é mudado o mosteiro de S. Francisco, para o sitio onde existiu até 1834. Foi esta mudança feita por ordem de D. João I.

Tinha sido primeiramente fundado, em 1233, fóra dos muros da cidade.

A egreja acha-se luxuosamente restaurada, desde 1840, e o edificio do mosteiro foi transformado em palacio da *Bolsa* e tribunal do commercio.

—

1406—Construe-se no Porto uma casa da camara, de madeira. Custou 220:000 *dobras* de peça de panno.

—

1415—D. Joao I, com seus tres filhos (D. Duarte, que lhe succedeu no throno — D. Pedro, duque de Coimbra, o de Alfarrobeira, e D. Henrique, duque de Vizeu, o de Sagres) e com um luzido exercito, e uma grande armada, atravessa o Attlantico, e passando á Africa, conquista a cidade de Ceuta, em 14 de agosto d'este anno. Desde então, tomou o titulo de *rei de Portugal e dos Algarves, e senhor de Ceuta.*

O Porto concorreu para esta gloriosa empreza, com muitos navios, tropas e munições, tudo fornecido generosa e patrioticamente pelos portuenses.

Esta armada sahiu do Porto para Lisboa, sob as ordens do infante D. Henrique.

Os habitantes do Porto, para que a armada fosse abundantemente provida de viveres de bôa qualidade, mandaram para bordo toda a carne escolhida, reservando para se sustentarem, sómente as entranhas, cabeças e miudos das rezes.

Foi d'esta circumstancia que aos portuenses se poz a alcunha de *tripeiros;* poucos terão uma origem tão patriotica e gloriosa.

Então o matadouro era no sitio ainda hoje chamado—*largo do Açougue Real*—proximo e ao O. N. O. da Sé.

Depois, mudou-se para as Fontainhas, onde se construiu um edificio proprio, que, em 1873, foi ampliado, fazendo-se de dois pavimentos, e é hoje o *asylo da mendicidade.*

As *fressureiras* estabeleceram-se em um local que ficava entre o matadouro das Fontainhas e a porta do Carvalho, e que se chamou *Viella das Tripas.*

D. Francisco d'Almada melhorou bastante esta viella, impondo-lhe o nome de *Rua do Sol*, por ficar perto da Porta do Sol; mas custou muito a perder a antiga denominação, e ainda em 1832, muita gente do Porto ignorava onde era a rua do Sol, por quasi todos lhe chamarem viella das Tripas.

—

Foi tambem em 1415, que no Porto se lavraram as primeiras moedas de 10 réis, que houve n'este reino.

—

1416—D. João I, e sua mulher, a rainha D. Philippa, fundam o mosteiro de religiosas franciscanas, da invocação de Santa Clara, junto ás muralhas novas (de D. Fernando) no sitio chamado *Carvalhos do Monte*, e proximo ao *postigo do Carvalho* (ou *dos Carvalhos*).

Este convento chegou a ter 12 contos de réis de renda annual; e, em 1789, tinha 99 freiras professas, e, ao todo, 300 moradores.

O mosteiro era nos seus principios muito menos rico; porém, no decurso dos seculos XV e XVI, foram supprimidos muitos pequenos mosteiros de religiosas franciscanas, que havia por estes sitios, indo as freiras para o mosteiro de Santa Clara, do Porto, com todas as suas rendas e propriedades, o que muito augmentou as rendas do convento.

Entre os mosteiros então annexados a este de Santa Clara se contam—os de Espiunca, Mosteiro e Mosteirô (Canêdo) Sardoura (Paiva) e outros mais, que vão mencionados nas terras onde existiram.

Note-se que o mosteiro de Santa Clara, do Torrão, sobre a margem esquerda do Tâmega, na sua confluente com o Douro (margem direita) e que foi fundado em 1246, deve ser considerado como o primittivo convento de Santa Clara do Porto; porque D. João I e sua mulher, o mudaram para esta cidade, sendo para alli transferidas as religiosas no referido anno de 1416, com todas as suas propriedades e rendas, que ficaram pertencendo ao novo mosteiro.

O mosteiro de freiras franciscanas de Santa Clara, do Torrão, foi fundado em 1264, por D. Chama Gomes, viuva de D. Rodrigo Frosio, da cidade do Porto.

As freiras de Santa Clara, do Porto, até 1500, recebiam *portagem* das mercadorias que passavam pelo rio Douro. N'este anno, foi-lhes caçado o direito, e em 1504, tornaram a recuperal-o, mas só pelo que dizia respeito ás mercadorias de Entre-Ambos os Rios (Torrão) por ser couto do mosteiro.

—

1417—(10 de setembro) O sino do relogio da cidade, estava antigamente na porta do Olival. D. João I, n'esta data, o mandou pôr na torre da Sé, para relogio, ficando a camara, o bispo e o cabido obrigados a pagarem, cada um, a terça parte das despezas. O bispo e o cabido, recusaram-se a pagar, por alguns annos, pelo que, durante este tempo, não tangeu o relogio.

O rei mandou que os dois terços se pagassem da dizima que o bispo e o cabido tinham na alfandega.

—

1425—Funda-se o mosteiro de conegos seculares, de S. João Evangelista (loyos) em Campanhan.

A egreja matriz da freguezia era a do mosteiro. Junto a ella havia uma albergaria, que se transformou em mosteiro, sustentado pelo bispo do Porto, D. Vasco; mas, sendo este nomeado arcebispo d'Evora, ficaram os religiosos sem amparo, pelo que se recolheram ao convento de Villar de Frades (os *bons homens de Villar*).

O bispo do Porto, D. João d'Azevedo, lhe fez novo mosteiro, encostado aos muros da cidade (pela parte de dentro) em um sitio então chamado *Fonte d'Arca*, no anno de 1490, mandando-os vir de Villar.

N'este sitio de Villar havia uma capella de Nossa Senhora da Conceição, que era de Violante Affonso, viuva, e que a deu ao bispo com o chão adjacente, para a capella servir de egreja do novo mosteiro, e o chão, para se construir este. Na ermida disse missa D. João de Azevedo, em 6 de novembro do dito anno de 1490, dia em que elle lançou a primeira pedra no fundamento do edificio. Era dia de S. Leonardo, eremita, cuja imagem se venerava na mesma ermida.

Concedeu o bispo, *in perpetuum*, 40 dias de indulgencias e perdão, a todas as pessoas que visitassem a Senhora da Consolação, em todos os sabbados do anno, e mandou que o novo mosteiro tomasse a invocação da mesma Senhora.

Annexou ao mosteiro nove egrejas, para que dos fructos d'ellas se sustentassem os religiosos; o que foi confirmado pelo papa Leão X.

A festa da padroeira, era a 18 de dezembro, dia da Expectação do parto da Santissima Virgem.

Teve uma rica irmandade, que consta ser a primeira que se instituiu n'esta cidade.

Chegou a ser o convento de frades mais rico do Porto, tendo uma renda superior a 20:000 cruzados (8 contos de réis).

A egreja foi arrazada depois de 1834, e o seu chão, e o edificio do mosteiro, vendidos. Tudo isto forma hoje uma vasta e rica propriedade da sr.ª viuva Cardozo, e é a casa de maior rendimento que tem a cidade.

A frente (N.) é para a Praça Nova, e confronta pelo O. com o *Largo dos Loyos*, e do E. com o largo de S. Bento (antiga Porta da rua de Carros).

—

1439—(18 de dezembro) O Pontifice, Eugenio IV, cria cardeal de São Chrisogono, ao

bispo do Porto, D. Antão Martins Chaves, natural d'esta cidade. Tinha sido deão em Evora.

Foi um varão doutissimo e magnanimo, prudente e de grande energia.

O rei D. Duarte o mandou ao Concilio de Basileia (ou Florentino) convocado no dito anno de 1439, pelo referido papa Eugenio IV, e ao qual assistiu o imperador João Paleologo. Tinha este concilio por objecto, a união das egrejas latina e grega.

Na companhia de D. Antão, foi o conde de Ourem, D. Affonso, sobrinho do rei.

Ambos estes portuguezes se distinguiram em Italia—o bispo, pela vastidão dos seus conhecimentos, e o conde pela magnificencia real com que se apresentou.

Este concilio teve principio em Basileia, e o papa rogou a D. Antão que fosse a Constantinopla pedir ao imperador que viesse á Italia, o que o nosso bispo conseguiu. Então o concilio foi transferido para Florença, e alli se effectuou a união (por poucos annos) das duas egrejas, latina e grega.

Achando-se o *hospital de Santo Antonio dos portuguezes*, em Roma, em grande estado de ruina, D. Antão o reedificou desde os fundamentos, ampliando-o, de modo a ficar em estado de receber todos os doentes e peregrinos de Portugal que a elle se quizessem recolher.

Mandou riquissimas alfaias á sua egreja do Porto. Deixou o castello e terras de Trigonia (Italia) á Basilica lateranense, depois de ter gastado na restauração e adornos do castello, mais de 200:000 cruzados (80:000$000 réis).

Falleceu em 11 de julho de 1447, cheio d'annos e virtudes.

Jaz em um sumptuoso mausoléu, por elle mesmo mandado construir, pouco tempo antes da sua morte, na mesma basilica de S. João de Latrão, na nave da Epistola.

—

1453—(8 de agosto) Chega a esta cidade o corpo de S. Pantaleão.

Tinha sido medico, e foi martyrisado na cidade de Nicomedia, sendo imperadores, Diocleciano e Maximiano, pelos annos de 320. O corpo do Santo foi levado a Constantinopla, onde esteve muitos annos, tido em grande veneração; até que, sendo esta cidade tomada por Mahomet, imperador dos turcos, alguns christãos metteram o cadaver em uma pequena embarcação, onde tambem se embarcaram; e, atravessando o mar do Levante e o Mediterraneo, passaram o estreito de Gibraltar, e vieram aportar a esta cidade, impellidos pelos ventos e pelas correntes.

Foram as santas reliquias depositadas na antiga egreja de S. Pedro de Miragaia, onde estiveram, até serem trasladadas para a Sé, e a cidade do Porto elegeu S. Pantaleão por seu padroeiro. [1]

Teve logar esta trasladação, em 12 de novembro do mesmo anno de 1453, [2] por ordem do bispo, D. Diogo de Sousa.

Ficou, porém, na egreja de Miragaia um braço do mesmo santo.

—

1488—(20 de agosto) É d'esta data o documento mais antigo que existe com respeito ao *recolhimento das velhas da Cordoaria.*

Sabe-se, porém, que foi originariamente na rua dos Mercadores—depois, em 1790, mudou-se para um barracão de madeira, na extremidade occidental da cerca do hospital de Santo Antonio (Misericordia).

O rei D. Manoel, por alvará de 18 de maio de 1521, tinha mandado que este estabelecimento de caridade fosse administrado pela Misericordia, o que até hoje se tem cumprido.

Em 1855, foram as velhas d'este recolhimento mudadas para o novo edificio construido na rua das Fontainhas (antiga *rua do Regato*). Este edificio é tambem hospital dos lazaros, lazaras, e de entrevados, mas

[1] Até então, e desde o tempo do bispo D. Nonego, o padroeiro da cidade do Porto foi S. Vicente, martyr.

[2] O *Anno Historico* (tomo 3.º, pag. 478, § 3.º) diz que a trasladação foi a 12 de dezembro de 1499. Julgo que é erro.

estão separados uns dos outros. (Vide os annos 1498 e 1558.)

—

1490—(Vide o anno 1425).

—

1496—(Vide privilegios).

—

1498—D'este anno é o documento mais antigo que se encontra no cartorio da Misericordia do Porto, com respeito ao hospital das entrevadas, das Fontainhas. Este documento, é um alvará do rei D. Manoel, incumbindo a Santa Casa, da administração d'este hospital.

—

1499—A rainha D. Leonor, viuva de D. João II, e irmã do rei D. Manoel (a fundadora do hospital das Caldas da Rainha) instituiu a irmandade da Misericordia, na capella de Nossa Senhora da Encarnação, no claustro da Sé. [1]

Conservou-se a irmandade n'esta capella, até ao anno de 1555, em que se mudou para a rua das Flores (actual egreja da Misericordia). (Vide o anno 1555).

—

1501—Funda-se (por carta regia de D. Manoel I, de 1499) o hospital da Misericordia do Porto, sobre as ruinas de uma antiga albergaria, denominada de *Roque Amador* (vulgò, *Reclamador*) na rua dos Caldeireiros. Deu-se a este estabelecimento a denominação de *hospital de D. Lôpo.*

(Vide os annos de 1584 e 1769).

—

1510—N'este anno houve uma demanda entre a cidade e Fernão Brandão, sobre a Portagem d'Avintes. Desistiu Brandão, dando-lhe a camara um terreno para casas e quintal, junto á rua de S. Miguel, e postigo pegado ao muro.

—

1513—D. João I tinha permittido aos moradores d'esta cidade, que n'ella podessem trazer porcos: (1416) mas D. Manoel I, n'este anno de 1513, annullou esse direito, impondo a multa de 500 réis, por cabeça, aos donos dos porcos encontrados na rua.

—

1515—Como os tanoeiros do Porto, fogueando nas *ruas da Ourivesaria e Banhos*, prejudicassem os visinhos, e fossem por isso multados, conseguiram que a cidade lhes desse, n'este anno, o terreno do *Postigo de João Paes*, que vae para o Muro, contra a rua da Ourivesaria, e ficaram foreiros á cidade.

—

1518—Nasce n'esta cidade o veneravel padre Agostinho da Trindade, conego da Sagrada Congregação de S. João Evangelista, (loyo). Foi varão de grande santidade, pelo que era respeitado e estimado dos maiores principes e senhores do seu tempo.

D. João III, e o cardeal D. Henrique, o procuravam muitas vezes, para com elle tomarem conselho. Em certa occasião o encontrou o rei, acarretando pedra para a fabrica da nova egreja de S. João de Xabregas (o *Beato*). D. João III, disse—«ajudemos este bom velho»—e o ajudou a levar a padiola das pedras.

Foi confessor do padre Antonio da Conceição (o *Beato Antonio*).

Compoz um excellente Ceremonial, de que a sua congregação usou muitos annos.

Falleceu a 25 de maio de 1603, com 85 annos de edade, e foi sepultado no convento do Beato.

—

1518—O rei D. Manoel dá principio á fundação do mosteiro de S. Bento da Ave-Maria—de religiosas benedictinas—encostado ás muralhas da cidade, pela parte interior, e á porta de Carros.

D João III, filho de D. Manoel, conclue a obra do mosteiro, em 1528.

Para este mosteiro vieram as freiras agostinhas, de Rio-Tinto (Gondomar) com todas as suas rendas, em 1535, mudando então para a regra de S. Bento. (Vide *Moreira* e *Rio-Tinto.*)

No mesmo anno vieram para este mosteiro as freiras de Tuhias (Canavezes) Villa-Cóva e Tarouquella.

Esta egreja foi incendiada em 1783, e

[1] Á direita da capella de Athães, está uma porta, que conduz á capella da Senhora da Encarnação.

lógo reedificada. A architectura (manuelina) primitiva, era de muito maior sumptuosidade do que a actual.

A egreja é de boas dimensões e de grande magnificencia; mas o exterior é de pessimo gosto, por ser uma mistura da antiga e moderna architectura.

Ainda tem cinco freiras.

Para este mosteiro vieram as freiras (franciscanas) de Monchique—d'esta cidade—em 1833, quando o governo liberal as mandou despejar o seu mosteiro, para o converter em arrecadação do material de guerra.

O edificio do mosteiro é vasto, está bem conservado, e occupa uma extensa area, no centro da cidade.

Tinha este convento, até 1834, 12 contos de réis de renda annual.

—

1521—Segundo alguns escriptores—e entre elles, o esclarecido auctor dos *Portuguezes illustres*, o sr. Manuel Pinheiro Chagas, nasceu na cidade do Porto o famoso Fernando de Magalhães.

Foi creado da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e depois, do rei D. Manoel, irmão da mesma senhora.

Em 1504 foi para a India, com o seu primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida (Vol. 4.º, pag. 321, col. 1.ª) e alli deu provas de grande valor; assim como na Africa, onde tambem se distinguiu em muitos combates contra os mouros e turcos.

Requereu ao rei D. Manoel um pequeno augmento na sua moradia, e como lhe fosse recusado, deixou Portugal e se poz ao serviço de Castella.

Quando para alli foi, já hia persuadido de que o plano de Christovão Colombo, de buscar pelo lado occidental um caminho para o Oriente, se podia realisar, navegando mais ao sul; conseguindo-se assim a posse das ilhas Molucas.

Offereceu-se Magalhães, a Carlos V, para levar a effeito esta empreza; e o imperador acceitou este offerecimento, e lhe deu uma esquadrilha, com a qual o nosso portuguez foi, em 10 de agosto de 1519, ousadamente, em demanda de mares desconhecidos.

Rodeando os mares da America meridional, entre a Patagonia e a Terra do Fogo [1] descobriu o canal que communica o Atlantico com o Mar Pacifico, ou Grande Oceano Austral, e por isso, ao mesmo canal se deu o nome, que ainda conserva, e que todos os geographos lhe dão, de *Estreito de Magalhães.* D'alli vogou para as Molucas; mas foi morto em um combate contra os habitantes das ilhas Philippinas, no dia 27 d'abril, d'este anno de 1521.

Foi Sebastião del Cano que aportou ás Molucas, regressando á Hespanha pelo Oriente (Oceania) concluindo assim uma viagem de circumnavegação em volta do mundo.

—

1523—Nasce n'esta cidade, frei Antonio de Madureira, religioso da ordem dos prégadores. Foi prior do convento de S. Domingos, de Lisboa, e de outros da mesma ordem. Foi um varão de muito saber e virtudes. Morreu em 24 de maio de 1638, com 115 annos de edade. Foi sepultado no mosteiro de S. Domingos de Lisboa, onde falleceu.

—

1530—D. João III manda construir a *Torre da Marca*, no sitio onde hoje se vê o palacio de Crystal. Foi demolida pelas balas de artilheria, do exercito realista, durante o cêrco do Porto (1832 a 1834) por haver aqui uma bateria liberal.

Havia n'este sitio um grande pinheiro, que servia de *marca* para guiar os navegantes, na entrada da barra do Douro. Alguem mal intencionado, descascou, de noute, este pinheiro, que, por isso, seccou; e desde então até se construir a *torre* que o substituiu, perderam-se muitos navios pela falta d'esta marca.

Em 1534, se tirou devaça, para se averiguar quem foi o descascador do pinheiro e o fez seccar; mas não se pôde saber.

—

N'este mesmo anno de 1530, se publicou uma provisão de D. João 3.º, segundo a qual, o que pescasse no lago da fôz, á bocca da

[1] A Terra do Fogo, é uma ilha, e a extremidade meridional da America, cuja ponta fórma o Cabo de Horn, no Oceano Atlantico Austral.

barra, tinha um anno de degredo e perdimento de barco e redes.

—

1534—Por este tempo, as estalagens do Porto estavam quasi todas arruadas no largo de Nossa Senhora da Batalha, e pertenciam todas a Gaspar Coutinho, que as herdára de seus paes, e as transmittiu aos seus descendentes.

—

1536—Deu D. João 3.º o cargo de provedor sobre as náus do Porto, a João Rodrigues de Sá, e mandou á cidade que lhe obedecesse. O Porto não obedeceu, allegando que os seus privilegios eram offendidos. O rei, *reconsiderou*, e mandou-lh'os guardar.

—

1540—Funda-se o mosteiro da Serra do Pilar, de conegos regulares de Santo Agostinho (cruzios.) A egreja ainda está bem conservada; mas o edificio do mosteiro está muito arruinado desde o cêrco do Porto (1832 a 1834) pelas balas do exercito realista. (Vide *Gaia* e *Grijó*.)

—

1545—Pedro da Cunha Coutinho e sua mulher, D. Brites de Vilhena, fundam o convento de Monchique, de freiras franciscanas. (Vide *Miragaia*.)

—

1546—Determinou-se n'este anno, que no Porto houvesse um mestre de grammatica, pago pela imposição do sal, com o ordenado de 10$000 réis annuaes. O primeiro mestre foi *Marcial de Gouveia.*

—

1555—Funda-se a egreja da Misericordia, na rua das Flores. É templo de modestas proporções, posto que muito decente. Tem lausperenne ás terças, quintas e sextas feiras. (Vide o anno 1449, e o artigo da Sé.)

—

1558—(29 de janeiro) É a data do mais antigo documento que se encontra com respeito ao hospital de lazaros e lazaras das Fontainhas. Este documento é uma justificação de certas reliquias, enviadas a Joanna Serrão, pela rainha da Bohemia.

Joanna Serrão, era mulher de João Domingues, cavallariço dos infantes de Castella. Para a capella que João Domingues edificava n'este hospital, é que aquella rainha mandou as reliquias.

Vê-se, pois, que este hospital já existia; mas ignora-se a época da sua fundação primitiva. O actual, foi construido em 1850. (Vide os annos 1488 e 1498.)

—

1560—O cardeal D. Henrique (depois rei) o bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro e outros, fundam, na Ribeira, um collegio para os padres da *Companhia de Jesus.*

D. frei Luiz Alvares de Távora, bailio de Leça, o mudou em 1577 para a rua das Aldas (hoje largo do Collegio) dando para esta obra, 30:000 crusados (12 contos de réis.) Foi sepultado na capella-mór da egreja.

Supprimida a ordem dos jesuitas (1759) passou a egreja, o mosteiro e todas as suas rendas, a serem propriedade da universidade de Coimbra, que vendeu a egreja e o mosteiro, aos frades *grillos* (gracianos) em 1780. É hoje seminario diocesano.

—

1569—(12 de outubro)—Falleceu na freguezia da Amora (vol. 1.º, pag. 201, col. 1.ª) e foi sepultado na capella-mór da egreja matriz, D. Belchior Belliago, natural do Porto.

Estudou na universidade de Pariz; leu na de Coimbra, humanidades, theologia e philosophia, com geral applauso (pelos seus muitos conhecimentos) de todos os sabios do seu tempo. Foi conego da Sé de Lisboa, e bispo titular de Fez (Africa) para fazer os pontificaes na egreja cathedral.

—

1569—Funda-se o mosteiro de *Valle de Piedade*, de religiosos franciscanos (antoninhos) da provincia da Soledade, ou reformados menores de S. Francisco.

Ao logar onde se fundou este mosteiro (que é em frente de Miragaia, na margem esquerda do Douro) se chamava até então *Valle de Amores.* Deu-se-lhe este nome, porque sendo um matagal, com arvores silvestres, era o alcouce dos moradores do Porto e Gaia. Os frades é que lhe mudaram o nome para o de *Valle de Piedade.*

Foi incendiado pelos liberaes, em 14 de dezembro de 1832, ficando a egreja comple-

tamente destruida, apesar de todos os esforços empregados pelos realistas, para apagarem o fogo. Apenas poderam salvar o Santissimo Sacramento e algumas imagens.

Foi vendido, depois de 1834, ao sr. Antonio José de Castro Silva, dando-se-lhe o titulo de *Barão de Valle de Amores*. O sr. Castro Silva não acceitou este titulo, em rasão das recordações que suggeria; mas acceitou o titulo de *visconde de Valle da Piedade*, em 11 de setembro de 1855.

—

1570—O rei D. Sebastião, mandou distribuir armas, do seu armazem, a todos os moradores do Porto, que as não tivessem; mas sendo elles obrigados a pagal-as.

—

1571—O mesmo rei D. Sebastião, deu ordem para que os habitantes do Porto, se exercitassem todos no jogo das armas, aos domingos e dias santificados.

—

1572—(10 de agosto)—Morre D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Funchal (Ilha da Madeira) e depois do Porto. Foi eminente nas lettras humanas, e na philosophia e direito civil e canonico, recebendo em ambos o grau de doutor.

Fallava e escrevia a lingua latina, com singular elegancia e propriedade.

Foi este prelado que fez a *quinta de Santa Cruz*, a 9 kilometros ao N. do Porto, o sumptuoso palacio e ermidas que a enobrecem, e as muitas fontes que a regam, abundantes de excellente agua. Tinha frondoso arvoredo, e eram admiraveis os seus buxos, pela grossura a que attingiram.

É na freguezia chamada de Santa Cruz do Bispo. (Vol. 2.º, pag. 452, col. 1.ª na ultima linha.)

Foi no tempo d'este prelado que os jesuitas se estabeleceram no Porto. D. Rodrigo Pinheiro tratou com a maior veneração a S. Francisco de Borja, que os acompanhava.

Tambem este bispo fez grandes obras na Sé Cathedral, e foi grande protector dos que se distinguiam pelo seu saber e virtudes.

—

1575—N'este anno, o rei D. Sebastião concedeu á cidade do Porto, que podesse dar o ordenado de vinte crusados (8$000 réis) annuaes, ao physico, Lôpo Dias.

—

1577—Muda-se para o actual seminario o collegio dos jesuitas, pela rasão seguinte:

Tornou a esta cidade (pela terceira vez) S. Francisco de Borja, sendo então commissario geral da Companhia de Jesus, em toda a Hespanha. Hospedou se no hospital da Misericordia, onde o bispo D. Rodrigo Pinheiro, e as principaes pessoas da cidade, o foram visitar, pedindo-lhe dois ou tres padres da sua ordem, para confessarem e prégarem, ao que o santo facilmente accedeu; sob a condição de darem a estes padres uma pequena casa com egreja ou ermida, em que elles administrassem os sacramentos da confissão e communhão, o que, pelos cidadãos, foi concedido com a mesma facilidade; porém, depois se arrependeram, com o fundamento de que a tal *pequena casa* podia passar a um grande collegio, com classes de estudos, aos quaes concorreriam muitas pessoas de fóra da cidade, e ficaria esta opprimida com tantos hospedes.

Tendo noticia d'isto, Henrique Nunes de Gouveia, cidadão de grande auctoridade, e grande amigo dos jesuitas, largou a casa em que morava, deixando n'ella levantado um altar, com o necessario para se dizer missa. Avisou a S. Francisco de Borja, que podia vir para esta casa, pois tinha a egreja feita e aposentos preparados.

O santo e os seus companheiros se introduziram de noite n'esta casa, e logo na manhã do dia seguinte, dedicado a S. Lourenço (10 de agosto de 1560—pelo que tomou a sua invocação) disse missa o Santo, e collocou o Santissimo Sacramento em um pequeno sacrario.

D'este modo, ficou a posse tomada, e se conservou, apesar das muitas difficuldades e diligencias que se fizeram para que ella se perdesse.

Assim começou a fundação do collegio da Companhia de Jesus, n'esta cidade, que n'este anno de 1577 se mudou para as Aldas. (Vide o anno de 1560.)

—

1580—(27 de setembro)—D. Antonio,

prior do Crato, chega a Villa-Nova-de-Gaia, á frente de uns 4:000 homens. Intimou a cidade para se render (porque já estava pelo usurpador, Philippe 2.º de Castella) mas não annuindo, foi atacada e tomada, com pouca resistencia, pelas tropas nacionaes.

O general castelhano, D. Sancho d'Avila, perseguia de perto os portuguezes, com tropas disciplinadas e affeitas ás guerras de Flandres e Catalunha, e além d'isso, muito superior em numero, pelo que D. Antonio teve de abandonar o Porto, poucos dias depois de ali ter entrado, fugindo para o Minho, e de lá para a França.

—

1581—(4 de fevereiro)—Philippe 2.º prohibe a circulação das moedas de D. Antonio, mandando recolher todas, sob graves penas, á casa da moeda. Poucos portuguezes, e com a maior cautella, as conservaram; e é por isso que as moedas d'este principe infeliz são hoje rarissimas.

—

No mesmo anno, o usurpador ordena á camara do Porto, que não assistissem á eleição dos procuradores ás côrtes de Thomar (19 de abril) os que tivessem seguido o partido do prior do Crato.

—

1582—D. João 1.º tinha concedido (1416) a esta cidade, ter feira franca, no primeiro dia de cada mez, com os privilegios e franquias da feira de Trancoso.

Eram obrigados os habitantes do termo e couto, a trazerem os mantimentos á cidade.

N'este anno de 1582, Philippe 2.º, concedeu á cidade feira franca, todas as semanas.

—

1583 — Muda-se da Porta do Olival, para a torre da Sé, o *sino de correr*.

—

No mesmo anno principia a construir-se a cadeia da relação, no campo do Olival. (Vide anno 1647.)

—

1584—(29 de janeiro)—Fallece em Madrid, D. Lôpo d'Almeida. Legou todos os seus haveres á Santa Casa da Misericordia do Porto, sómente com o pequeno encargo annual de se vestirem cinco pobres, de vestidos completos, e de se lhes dar de jantar, com abundancia, no dia do anniversario do seu fallecimento, em honra e memoria das Cinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo.

Foi por isto que vulgarmente se chamava a este estabelecimento—*Hospital de D. Lôpo.*

—

1585—(29 de dezembro)—É martyrisado em Colican (Asia) frei Paulo d'Azevedo, religioso franciscano, natural d'esta cidade. Foi um grande ministro do Evangelho. Reduziu á fé de Jesus Christo innumeraveis gentios, na ilha de Santa Cruz (tambem chamada Hespanhola) e em outras terras da India Occidental.

Muito tempo depois de morto, foi achado pelos hespanhoes, inteiro, incorrupto, e intacto das aves e féras; e assim foi sepultado.

—

1590 — Foram applicados 100 cruzados, dos crescimentos das cizas, para a creação dos engeitados, sob a vigilancia do provedor. Em 1592, deram-se 100$000 réis. A misericordia dava annualmente, 10$000 réis, para o mesmo fim. Em 1604, deu a cidade, para isto, 104$000 réis. Até 1595, era eleito em camara, um cidadão, a que se dava o nome de *pae dos meninos*, para tratar da creação dos engeitados. Depois nomeou-se um *mechanico* para este emprego, pago pelo senado.

—

N'este mesmo anno de 1590, se edificou a formosa capella de *Nossa Senhora da Batalha*, no largo do seu nome, na freguezia de Santo Ildefonso, junto ás muralhas da circumvalação, e fóra da *Porta do Cimo da Villa*, ou *da Batalha.*

É toda de cantaria, de excellente fabrica, e fechada de abobada.

A imagem da Padroeira, com outra de Nossa Senhora dos Remedios, estavam antigamente mettidas dentro de uma torre que defendia a referida porta do Cimo da Villa, sobre a qual estava a ermida; que, em rasão de ficar por baixo do muro da torre, era muito prejudicada pela humidade.

Balthazar Guedes, do Porto, e outros cidadãos, lhe construiram uma nova e mais

ampla capella, que é a que existe. É toda forrada de azulejos, internamente, e teve ricas alampadas, castiçaes e outras peças, tudo de prata, para serviço dos altares, que são tres — o principal, onde está a imagem da Padroeira—no do lado direito, a já referida, de Nossa Senhora dos Remedios; e no da esquerda, a de S. José, quasi de tamanho natural.

As imagens da Senhora da Batalha e a dos Remedios, são antiquissimas, de pedra, mas de menos má esculptura.

Diz-se que foram os *gascões* que, com a Senhora da Vandoma, trouxeram estas duas imagens; e que o titulo de Nossa Senhora da Batalha, lhe foi dado por uma batalha que houve n'este sitio, contra os moiros, e na qual os christãos ficaram vencedores, e os inimigos foram completamente derrotados.

—

1592 — Funda-se a egreja e mosteiro de religiosos eremitas de Santo Agostinho (gracianos) de S. João Novo, no antigo largo de Nossa Senhora da Esperança (hoje de S. João Novo) pegado á capella da mesma Senhora, e á muralha da cidade.

A egreja é sumptuosa e muito notavel interiormente, pela sua architectura. Tem lausperenne ás sextas feiras.

A egreja está ainda primorosamente conservada, e o edificio do mosteiro está occupado por todos os tribunaes e cartorios judiciaes, tanto civeis como crimes, praça de leilões, etc.

Desde 1832, serviu por muitos annos de hospital militar.

—

1595—Nasce no Porto, a famosissima D. Bernarda Ferreira de La-Cérda (cognominada a *Decima Muza.*)

Era filha de Ignacio Ferreira Leitão, chanceller-mór do reino, e de D. Paula de Sá Pereira.

D. Bernarda teve desde os seus verdes annos muita intelligencia e excessivo desejo de aprender. Chegou a ser singular em rhetorica, poesia, philosophia, mathematica e humanidades. Tocava magistralmente muitos instrumentos. Fallava latim, francez, hespanhol e italiano, com a maior facilidade e correcção; e comprehendia perfeitamente o grego e hebreu. Desenhava com muito gosto e perfeição.

Aos 18 annos compoz o 1.º tomo da *Hespanha libertada*, e tinha 24 quando concluiu o 2.º

É a auctora do formoso livro —*Saudades do Bussaco*, que se publicou em 1634. Compoz tambem um livro de comedias, e entre ellas a de Santo Eustaquio, a que deu o titulo de *El cazador del Cielo* — um livro de *Dialogos* — outro de *Poesias Varias* — fez os argumentos á *Malaca conquistada* (de Francisco de Sá de Menezes) — além de varias poesias soltas, feitas á gloriosa restauração de Portugal, e acclamação de D. João 4.º, em 1640.

Todas estas rarissimas prendas e a sua angelica formosura, não a faziam soberba, antes era sobremodo affavel, virtuosa e de grande piedade.

Foi ella que fundou o mosteiro das freiras carmelitas, de Gôa.

Casou com Fernão Correia de Sousa, fidalgo tambem ornado de grandes prendas.

Foi estimada e respeitada pelos maiores homens do seu tempo, tanto portuguezes como castelhanos.

Lôpo de la Veja Carpio e João Peres de Montalvão, lhe dedicaram livros.

Philippe 3.º a desejou para mestra de seus filhos; porém a nobre portugueza recusou servir o verdugo da sua patria.

Falleceu no 1.º de outubro de 1644.

Foi sepultada com seu marido, no mosteiro dos religiosos carmelitas descalços (*dos Remedios*) de Lisboa.

Na sua sepultura se gravou o seguinte *laconico* epitaphio:

FERNÃO CORREA DE SOUZA —
DONA BERNARDA FERREIRA DE LA-CERDA —
OFFERECEM AQUI, MORTOS, COTIDIANO
SACRIFICIO —
E ESPERAM O DIA DA IMMORTALIDADE —
NASCERÃO COM HONRA,
VIVERÃO COM APLAUSO,
MORRERÃO COM EXEMPLO.
FELICES SINGULARMENTE AMBOS —
ELLE, NA SORTE DE TÃO INSIGNE MULHER —
ELLA, NOS DOTES DE UMA ALMA TÃO SUBLIME —
QUE, SEM IGUAL, NA IDADE PREZENTE

VENCEU A FAMA DAS PASSADAS.
SUA ERUDIÇÃO, JUIZO, ENGENHO,
E A GRANDEZA DE SEU ESPIRITO,
CANTOU COM HEROICO ESTILLO —
ESPANHA LIBERTADA:
SUA PIEDADE E VIRTUDE
PARA COM DEOS,
DESPREZO E ESQUECIMENTO DO MUNDO,
REPETEM COM SAUDOSA E CELESTIAL
ARMONIA — OS ECCOS DA
SOLEDADE DO BUÇACO —
SEUS ESCRITOS, SÃO SEU RETRATO —
SUAS CINZAS, NOSSO DESENGANO —
FOI LAUREADA NO PARAIZO DO CÉO —
NO PRIMEIRO DE OUTUBRO DE
1644.

—

1597 — Vem de Paranhos para esta cidade a agua de tres fontes. O povo do Porto deu mil cruzados para a despeza do aqueducto.

—

No mesmo anno de 1597, os religiosos benedictinos fundam o mosteiro da sua ordem, proximo ás Portas do Olival, applicando-lhe parte das rendas do convento de S. João d'Alpendurada, da mesma ordem. (Vol. 1.º, pag. 160, col. 1.ª)

Dá-se-lhe regularmente o nome de *S. Bento da Victoria*, por ficar perto da egreja matriz de Nossa Senhora da Victoria.

Era o centro da antiga *Judiaria*. (Vide *Cinuna* e *Miragaia*.)

A egreja foi construida pelos judeus, e era a sua *synagoga*. Foi purificada, e reduzida a templo christão, n'este anno, e é um dos maiores e mais sumptuosos do Porto.

O mosteiro é quartel actual do batalhão de caçadores n.º 9. É tambem um grande edificio, com vastos dormitorios, mas está urgentemente reclamando grandes concertos.

—

1606 —(15 de outubro)— Nasce n'esta cidade, Antonio de Sousa de Macedo, filho de Gonçalo de Sousa de Macedo, contador-mór do reino, e de D. Margarida Moreira.

Era formado em direito, pela universidade de Coimbra.

Tendo apenas 17 annos (1623) escreveu, e foi impresso em Madrid, um livrinho de versos, que eram ao mesmo tempo, latinos, castelhanos e portuguezes, de muito engenho e paciencia. Eram os parabens a Philippe 4.º, por ter melhorado de uma doença.

Em 1628 escreveu, em hespanhol, as *Flores de Hespanha, excellencias de Portugal* — livro que, ainda que com grandes cautellas, mostra o patriotismo do auctor.

Depois escreveu, e mandou imprimir, grande numero de livros de poesia, historia, politica e direito civil.

As suas duas ultimas obras, foram o famoso *in-folio* que intitulou — *Eva e Ave, ou Maria triumphante*, obra de muito estudo e erudição, que teve immensa voga no seu tempo, da qual se fizeram diversas edições, e se encontra ainda hoje em grande numero de livrarias, publicas e particulares — e o *Dominio sobre a fortuna*, livro tambem de muito merecimento.

Era desembargador dos aggravos, na casa da supplicação, no 1.º de dezembro de 1640, e foi, n'essa conjunctura, um patriota decidido.

Em 1641, foi nomeado secretario da embaixada portugueza, em Londres, e depois (1651) embaixador em Hollanda.

Em ambos estes empregos, pugnou pela independencia da patria, em varias publicações de grande valor, escriptas, umas em latim, outras em hespanhol.

Regressando ao reino, foi feito secretario de estado, no reinado de D. Affonso 6.º, do qual foi amigo fiel.

Não querendo tomar parte na revolução palaciana, que tirou a este infeliz monarcha a esposa e o throno (23 de novembro de 1667) ficou mal visto do regente, depois, D. Pedro 2.º, que o demittiu de todos os seus cargos; pelo que se retirou á vida privada.

Morreu em Lisboa, no 1.º de novembro de 1682, e foi sepultado no mosteiro de Nossa Senhora de Jesus, da ordem terceira de S. Francisco, em um nobre jazigo, ornado de muitas e elegantes inscripções. (Vide 4.º vol., pag. 260, col. 2.ª)

—

1608 — A cidade compra a casa onde se cunhava a moeda, para n'ella se vender o pão.

—

1611—Foi construida a alaméda da Porta do Olival (Cordoaria) á custa do imposto do vinho. Em frente do terreiro da relação, na muralha da cidade, se mandou abrir um postigo, no sitio onde depois, e por muitos annos, existiu um arruamento de barracas de madeira, onde se vendia carne de pôrco, gallinhas, fructas e outros generos.

Estas barracas foram demolidas quando se converteu o recolhimento do Anjo da Guarda, em mercado publico.

A alaméda era guardada por quatro homens, gratificados, cada um com 8$000 réis annuaes, tirados tambem do imposto do vinho.

N'esta alaméda se estabeleceram por muitos annos os cordoeiros, e foi por isso que se mudou o nome de *campo do Olival*, em *campo da Cordoaria.*

Tambem aqui existiu uma forca, onde se executavam os ladrões e facinorosos.

Só uma arvore existe d'esta alaméda; todas as outras foram arrancadas, para se fazer o vasto e formoso passeio publico, que agora ali existe.

—

1614—(Sexta feira, 9 de maio)—Entrou um hereje na Sé, e, arrombando a porta do sacrario, roubou um vaso de prata dourada, com cincoenta e tantas particulas consagradas. Houve em todo o reino grandes testemunhos de sentimento, por este desacato.

Nunca se pôde saber quem foi o criminoso.

—

1619—(5 de maio)—Lança-se a primeira pedra no mosteiro de religiosos carmelitas, no sitio então chamado *Campo do Olival* (Cordoaria.)

Foi feita esta obra á custa da camara e do povo da cidade.

Benzeu e lançou a primeira pedra, o bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha. Todas as obras ficaram concluidas em junho de 1628.

A fachada da egreja é de grande magnificencia, pela prodigalidade das esculpturas, e pela elegancia das estatuas que a decoram.

O interior da egreja é tambem de muito bom gôsto, sobretudo, a capella-mór, que é de uma riqueza surprehendente. D'esta egreja sáe, no domingo de passos, a sumptuosa procissão denominada do Carmo.

No edificio que defronta com a praça de Carlos Alberto (Feira das Caixas) está o rico hospital da ordem terceira do Carmo, no pavimento superior. Nos baixos, está a botica da ordem, e ricas lojas de commercio.

Unida á egreja do Carmo, está a capella dos terceiros da mesma ordem. (Vide o anno 1736.)

—

1620—Nasce n'esta cidade o padre Balthazar Guedes, sacerdote virtuosissimo e muito caritativo, principalmente para com os orphãos, com dois dos quaes andou por todo o reino, e das muitas esmolas que colheu, das suas missas, da herança que lhe deixou um tio, dos lucros que teve das impressões de alguns livros espirituaes, de franjas, vestimentas ecclesiasticas e frontaes d'altares que fazia, e de outras industrias licitas, fundou o *collegio de Nossa Senhora da Graça, de meninos orphãos,* do Porto, em 1651; tendo de arrostar contra as opposisições e até injurias dos moradores da cidade, que não queriam a fundação d'este estabelecimento de caridade.

Redigiu os estatutos para o bom governo do collegio; e teve a satisfação de vêr sair d'elle, na sua vida, 39 alumnos para clerigos — 212 para frades — 8 mestres de theologia — 4 doutores — 2 qualificadores do Santo Officio — 1 bispo de Cochim, na India (o qual morreu em Gôa, no anno de 1691.)

Todos os domingos e dias santificados fazia praticas publicas, para instrucção e moralidade do povo.

Saía com os meninos pelas ruas da cidade, já a pedir esmolas para elles, já a buscar agua, que trazia ás costas. Com os orphãos ia aos hospitaes varrer as enfermarias e cuidar dos pobres, repartindo com elles as esmolas que se davam aos seus pupillos.

Creou no seu aposento dois engeitados — um de dois annos de edade, outro de nove mezes (este com leite de cabra.) Com as mãos trabalhava em franjas, e com o pé embalava a creança, cuidando de ambos, como o poderia fazer uma extremosa mãe.

Á sua caridade e diligencia deve a cidade do Porto a casa dos expostos.

Reedificou a egreja do hospital de S. Lazaro — instituiu tres confrarias; uma de clerigos, de S. Pedro; outra de clerigos de S. Philippe Nery; e outra de seculares, da Senhora da Bôa-Morte.

Escreveu, traduziu e fez imprimir alguns livrinhos uteis e devotos, e deixou outros manuscriptos.

Falleceu a 6 de outubro de 1693, com 73 annos de idade e 42 de governo do collegio dos meninos orphãos, onde foi sepultado.

O senado da camara lhe fez magnificas exequias, com assistencia de todas as ordens religiosas, ministros da relação, nobreza e grande multidão de povo. Prégou n'ellas o padre-mestre, Carlos de Santo Antonio, conego secular de S. João Evangelista, reitor do convento de Santo Eloy, do Porto. Foi tão bello este sermão, que se conservou o seu original, até 1834, na livraria do mosteiro de Xabregas, de Lisboa *(Beato)* que era da sua ordem.

Ainda existe este collegio; mas no edificio, que tem sido ampliado, com magestosa vastidão, está tambem a *academia polytechnica* — antiga *academia real de marinha e commercio, da cidade do Porto.*

—

1628 — N'este anno veiu ao Porto, Francisco de Lucena (vide *Lisboa,* no anno de 1643, a pag. 113, col. 1.ª, do 4.º vol.) por ordem de Philippe 4.º, de quem era ministro, impôr o celebre e extravagante *tributo das maçarocas.*

A camara annuiu; porém as mulheres do povo, principalmente as regateiras, percorrendo em tumulto as ruas da cidade, encontraram Lucena, no largo de S. Domingos, e correram sobre elle, descarregando lhe tão grande saraivada de pedras, que, se se não esconde no mosteiro de S. Domingos (hoje Banco Filial do Banco de Lisboa) certamente seria ignobilmente assassinado.

Não se julgando ainda seguro dentro do mosteiro, saltou o muro da cêrca (hoje rua do Ferreira Borges) passando-se para o convento de S. Francisco, cujos frades o disfarçaram, para passar o Douro, e foi ter ao mosteiro da Serra do Pilar, d'onde fugiu para Madrid, sem tornar ao Porto, por mais que o bispo (D. João de Valladares) e o senado, lhe dissessem que estava já tudo pacificado, e a tropa em armas.

O usurpador, a rogo de muitos fidalgos portuguezes, perdoou ás amotinadas.

—

1631—Nasce n'esta cidade, o arcebispo de Lisboa, D. Luiz de Sousa, filho do 2.º conde de Miranda, Diogo Lopes de Sousa. (Vide o anno de 1647, e 4.º vol., pag. 275, col. 2.ª, no principio.)

—

1633 — Institue-se no Porto a ordem dos terceiros de S. Francisco, na egreja dos religiosos da mesma ordem.

Os terceiros fundaram capella propria, no terreno da actual, lançando-se-lhe a primeira pedra, no 1.º de fevereiro de 1643.

Esta capella, foi reformada duas vezes — sendo a ultima, a actual, que foi construida desde os fundamentos, em 1792; sendo sagrada em 19 de maio de 1805.

Em 1779, foi instituido o lausperenne ás quartas feiras.

Em 1734, se fundou o hospital d'esta ordem.

Em 1765, se construiu a enfermaria dos entrevados.

Em 1766, se estabeleceu a enfermaria dos incuraveis.

O rendimento d'esta ordem, é, actualmente, de 11:842$160 réis — sendo — rendimento certo, 7:142$160 réis—eventual, 4:700$000 réis.

O hospital é na rua da Ferraria, confrontando pelo S. E. com a nova rua de D. Fernando.

Já antes d'este hospital havia aqui um *albergue* para 12 entrevados ou cégos, que fossem irmãos.

Tem escólas de instrucção primaria (de ambos os sexos) para os filhos dos irmãos.

A capella actual tem uma elegantissima fachada, ornada com as estatuas da *Fé. Esperança* e *Caridade*; e no interior está com grande magnificencia, sendo um dos templos mais elegantes e formosos do reino.

São notaveis as *catacumbas,* onde se se-

pultavam os irmãos, cujas ossadas foram removidas para o cemiterio do *Prado do Repouso*, em uma divisão especial.

—

1639—(25 de setembro)—Lança-se a primeira pedra no hospital dos entrevados, na rua do Cimo da Villa.

1640—Feita em Lisboa a gloriosa acclamação de D. João 4.º, o grito de LIBERDADE repercutiu em todo o reino. As provincias do norte foram as primeiras que saccudiram o jugo dos oppressores, e o Porto em breve derrubou das suas fortalezas a bandeira dos leões, alçando em seu logar a das QUINAS, symbolo da nossa independencia.

O povo da cidade concorreu com soldados, navios e munições de toda a qualidade, para a luta homerica que se ia principiar. (Vide 4.º vol., pag. 386, col. 1.ª)

Teve o Porto a ventura de não vêr, no espaço de 27 annos, que tantos durou a guerra, aproximar-se o inimigo dos seus muros.

A mesma felicidade teve, nas guerras do século seguinte, entre Portugal e Hespanha.

—

1646—(15 de abril)—Instituição do hospital de Santo Antonio (Misericordia) cujos estatutos foram approvados, por alvará de D. João 4.º, em 17 de maio do mesmo anno.

—

1647—(27 de dezembro)—Morre em Madrid Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda.

Militou, com grande distincção, nas guerras de Flandres. Foi governador das armas e regedor das justiças da cidade do Porto, onde mandou construir o palacio da relação, e fez cessar muitos abusos, tanto no militar como no politico, que se davam n'esta cidade.

Foi homem de muito zelo e energia, fazendo apromptar em brevissimo tempo, n'este porto, 11 náus, para a feliz restauração da Bahia, que estava em poder dos hollandezes.

Os hollandezes tinham-nos tomado a Bahia, em 1624, mas logo no anno seguinte foram d'alli expulsos pelos portuguezes.

Em 1632, foi feito presidente do conselho da fazenda, de Philippe IV.

Era um bom genealogico e muito erudito nas historias sagrada e profana, sobre o que deixou escriptos de muito merecimento.

Morreu em Madrid, no dia, mez e anno declarados no principio d'este artigo. Foi depositado no convento das freiras trinas descalças d'aquella cidade, e depois, transferido para o mosteiro de Santa Catharina de Ribamar, de Lisboa (Oeiras)—e, por fim, para o sumptuoso mausoléu, que seu filho —o cardeal, D. Luiz de Sousa (Vol. 4.º, pag. 275, col. 2.ª, no principio, e o anno 1631 d'este artigo) capellão-mór e arcebispo de Lisboa, lhe fez erigir, no real mosteiro da Batalha.

—

1651—A rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, passando pelo campo do Olival (Cordoaria) em 14 de novembro de 1150, cahiu do palafrem em que montava, sem ter a menor lesão, o que attribuiu á protecção da Santissima Virgem, de quem era muito devota.

Em memoria d'este acontecimento que a rainha julgou milagroso, mandou aqui edificar uma ermida, da invocação de Nossa Senhora da Graça, na qual deixou uma imagem (de jaspe) da Virgem, que sempre a acompanhava, e que ainda hoje existe em uma urna que está no throno da egreja.

O padre Balthazar Guedes, natural da freguezia de S. Nicolau, d'esta cidade (vide o anno 1620) fundou n'este anno de 1651 o collegio para meninos orphãos desvalidos, contiguo a esta ermida, que lhe ficou pertencendo; lançando a primeira pedra do collegio, em 21 de novembro d'este anno de 1651.

Seu irmão, Pantaleão da Cruz, mudo de nascimento, foi ao Brazil mais de uma vez sollicitar meios para esta obra, e de lá trouxe ricas madeiras e algum dinheiro.

As ordens religiosas hiam a este collegio procurar estudantes prendados em musica, para os seus mosteiros. Estimavam muito

os individuos que tinham aqui sido educados, e muitos d'elles vieram a occupar altos cargos nas religiões a que foram pertencer, chegando alguns a ser bispos. (N'este numero entra D. José de Jesus Maria Pinto, bispo de Lamego feito em 1821, que tinha sido conego regrante de Santo Agostinho (Cruzio).

Em 18 d'abril de 1848, falleceu Domingos Pereira de Carvalho (*o Romano*) professor de desenho historico da academia portuense de bellas artes, que foi creado n'este collegio; e tambem foram alumnos d'elle o padre João de Carvalho Peixoto, 1.º cantor da Sé de Lamego, que ainda vive — Libanio Constantino Alves do Valle, cirurgião-mór do exercito, que morreu em Lisboa, em 2 de septembro de 1850 com 51 annos de idade—João Guedes, conego da Sé de Lamego e examinador synodal do bispado, que falleceu em 1869.—Ainda vivem—um conego, os tres principaes cantores, e o mestre de ceremonias, da Sé do Porto—o calendarista d'este bispado e do do Algarve—o prior de S. Mamede, de Lisboa — o abbade de Santo Ildefonso, do Porto, e o de Vallongo, além d'outras pessoas notaveis.

Tinha o collegio sete patrimonios, para se ordenarem de ordens sacras os orphãos de melhor comportamento.

Depois da invasão franceza, em 1809, chegou este collegio a tão grande pobreza, que duas vezes na semana sahiam os meninos a pedir esmola pela cidade, para se sustentarem; mas em 1817, já tinham o preeizo, sem necessitarem d'este recurso.

Presentemente, tem rendas proprias, para sustentar mais de 40 meninos; porém, desde 1834 pouquissimos orphãos d'este estabelecimento se teem feito notaveis pelas letras ou pelas virtudes; devido, em grande parte, á pessima escolha dos reitores; pois só um dos patrimonios está provido desde essa epoca, estando os outros vagos.

Este collegio é administrado pela camara municipal, á qual o reitor dá contas todos os annos, em cumprimento do regio alvará de 30 de janeiro de 1651, outorgado por D. João IV.

(Vide o anno 1620.)

1660—Fundou-se á custa da camara e do povo do Porto a egreja e mosteiro dos *congregados*, junto á porta de Carros. É um templo sumptuosissimo, que pertenceu á congregação de S. Filippe Nery.

É n'esta egreja que se faz a riquissima solemnidade do *Stabat Mater*. Tem Laus-perenne á sexta feira.

Os altares de N. Sr.ª das Dores e de Jesus Maria José, são verdadeiramente admiraveis.

Estão n'esta egreja os corpos de S. Clemente, S. Severino e Santo Eugenio.

É de abobada de estuque, de um trabalho primorosissimo.

O edificio do mosteiro e tudo quanto lhe pertencia (incluindo o celebre *monte dos Congregados*) foram vendidos depois de 1834. O que foi mosteiro, está hoje transformado em boas moradas de casas particulares. O monte dos Congregados, parte foi vendido, e parte, acha-se cortado pelas novas ruas *da Alegria* e *da Duqueza de Bragança*.

A nova rua *de Sá da Bandeira*, tambem foi aberta em terreno que foi d'estes padres.

Um becco que vae d'esta rua para a do Bispo (hoje rua de Dom Pedro) ainda conserva a denominação de *viella dos Congregados*.

(Vide anno 1620.)

—

1661.—Sendo regente do reino a rainha D. Luiza de Gusmão, na menoridade de D. Affonso VI, seu filho—se deu ordem a todos os magistrados, para que não despachassem requerimento algum, que não fosse escripto em papel sellado.

Em 4 de maio d'este anno, se revolucionou o povo da cidade, logo pela manhã, e foram tumultuosamente a casa dos seus procuradores, para que estes pedissem ao senado da camara, que supplicasse ao rei a revogação d'este tributo.

A camara, porem, não só os desattendeu mas até prendeu os procuradores — o que ainda mais enfureceu o povo, que gritava pelas ruas—*Viva El-Rei, e morram os traidores*.

Foram ao arco de S. Domingos, a casa do thesoureiro da cidade, apedrejando-lhe as ja-

nellas e obrigando-o a lançar á rua e alli queimaram todo o papel sellado que lá encontraram; e queimariam tambem a casa se lhe não acudissem os frades de S. Domingos. Depois, queriam tambem o papel sellado que estava em casa do recoveiro, na Rua Nova.

A casa do juiz da alfandega foi tambem arrombada, e despedaçados todos os seus moveis.

Obrigaram o corregedor da cidade a entregar-lhes a provisão regia que creou este tributo.

N'esta conjunctura, os conegos da Sé lembraram-se de sahir, com o SS. Sacramento, em procissão, a ver se aplacavam a furia do povo, mas nada conseguiram; e só terminou o tumulto com a soltura dos procuradores do povo.

A força militar do Minho, marchou contra a cidade, onde entrou a 17 de outubro, e o tributo foi então imposto sem resistencia.

Tirou se devassa, não resultando outro castigo aos sublevados, senão serem condemnados—a açoites, um mulato da Ribeira, e um marujo a cinco annos de degredo, para o Brasil.

—

1664.—Morre no seu mosteiro de Bemfica (religiosos benedictinos.—Vol. 1.°, pag. 377, col. 1.ª, no fim) Francisco de Sá e Menezes, natural da cidade do Porto, e foi sepultado n'este mosteiro.

Foi commendador da ordem de Christo, e depois de viuvo, se fez religioso benedictino, sob o nome de frei Francisco de Jesus.

É auctor da *Malaca conquistada,* um dos melhores poemas historicos portuguezes.

—

1672.—No Campo do Olival, e junto ao collegio dos meninos orphãos de Nossa Senhora de Graça, D. Helena Pereira da Maia, funda n'este anno o *recolhimento do Anjo da Guarda,* para dez donzellas orphãs, pobres, filhas de paes nobres d'esta cidade.

Foi demolido depois de 1834, e no logar que o occupava, está hoje o mercado, vulgarmente chamado *praça do Anjo.*

—

1679.—Funda-se o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, de conegos seculares de S. João Evangelista (loyos) na freguezia de Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, na margem esquerda d'este rio. (Vide vol. 5.°, pag. 274, col. 2.ª)

—

1685.—(1.° de outubro)—Funda-se no Porto a *roda dos expostos,* na rua dos Caldeireiros, contigua ao hospital de D. Lopo. Mudou-se depois para a rua dos Fogueteiros e por fim, para o largo da Cordoaria.

É administrada pela camara municipal

—

1704.—Funda a egreja e o mosteiro de religiosas carmelitas descalças, da invocação de S. José e Santa Thereza, no sitio então chamado *logar do Calvario,* o bispo do Porto, D. frei José de Saldanha. Ficava proximo, ao N., do recolhimento do Anjo da Guarda—e tambem proximo e ao N. E. do collegio da Graça.

Já nada existe da egreja, e muito pouco do mosteiro. Tudo foi demolido depois de 1834, e é a actual estação telegraphica.

Em 1865 veio para aqui a repartição da policia civil.

No interior do edificio ainda existem restos do antigo mosteiro.

—

1714.—(11 de agosto) Por um assento da relação do Porto, se ordena que a forca, que estava em *Mija-Velhas* [1] seja mudada para o caes da Ribeira.

(Vide os annos de 1725 e 1789.

—

1721.—(1.° de novembro)—Junto á egreja de S. Nicolau, pariu Maria Thereza, mulher de Jeronymo Francisco, ourives, tres creanças, vivas, de um parto, as quaes foram baptisadas no dia seguinte, com os nomes de

[1] A fonte de Mija-Velhas, é no largo do *Poço das Patas* (Hoje campo de 24 d'Agosto.) Faz-se aqui uma bôa feira de gado bovino, em todas as terças feiras e sabbados; e por isso se chama vulgarmente—*Campo da Feira do Gado.*

A agua da fonte de Mija Velhas é das melhores do Porto. Junto á fonte ha lavadouros publicos. Parece que antigamente a todo este campo se dava o nome de Mija-Velhas.

Josepha, Thereza e Anna. Passados dez dias pariu quarta creança.

É mais uma prova da possibilidade da superfectação.

—

1722—Funda o *recolhimento das orphans*, no largo de S. Lazaro (hoje passeio publico) o padre Manuel dos Passos Castro, thesoureiro da collegiada de Cedofeita.

É administrada pela mesa da Misericordia.

A capella d'este recolhimento, que é grande e bonita, é da invocação de Nossa Senhora da Esperança.

—

1725—(14 de junho)—Toma-se assento ácêrca das ruas por onde haviam de passar os padecentes, as quaes eram—Ferraria de Cima, Caldeireiros, Flores, S. Domingos, e S. João.

—

1727—(28 de dezembro) Houve n'esta cidade e no rio, repentinamente, um grande temporal, de vento e chuva, chegando o Douro até á porta travessa da egreja de S. Pedro de Miragaia, chegando-se de Cima do Muro com as mãos á agua. Os prejuizos em edificios, mobilias, fazendas e embarcações, subiu a alguns milhões de cruzados.

A corrente do Douro levou pela barra fóra dois navios portuguezes, que estavam com carga de fazendas para a Bahia, e alguns inglezes; além de muitos barcos miudos—que tudo se despedaçou contra os rochedos da costa.

Morreram cento e tantas pessoas afogadas.

Cahiu, em varias partes, a muralha da cidade.

—

1730—Funda-se, no campo da Cordoaria, o hospicio dos religiosos franciscanos, de Santo Antonio de Valle da Piedade, denominado—*hospicio de Santo Antonio da Cordoaria* — e depois — *capella dos Trinos, da Cordoaria*. (Vol. 5.º, pag. 281, col. 2.ª — a ultima linha.)

A capella foi vendida depois de 1834, e é hoje uma padaria (ainda com as fórmas exteriores da ermida!) — O edificio se transformou em roda dos expostos.

Proximos, ficavam os antigos celleiros publicos, depois transformados em quartel da 1.ª companhia da *guarda real da policia do Porto*, e de alguma cavallaria do mesmo corpo.

Este quartel foi reduzido a cinzas, por um incendio, no dia 19 de março de 1832. Morreram n'elle sete pessoas e quinze cavallos. (Vol. 5.º, pag. 380, vol. 2.º — no § — *Praça do Peixe*.)

—

1732 — Assenta-se na Sé o altar do Santissimo Sacramento, com sua banqueta, tudo de prata, e de primoroso trabalho.

Para escapar á rapacidade das hordas do general francez Soult, diz-se que os conegos o mandaram cobrir com algumas camadas de gêsso.

—

No mesmo anno de 1732, principia, no alto da *calçada da Natividade* (hoje rua dos Clerigos) a construcção da egreja dos Clerigos, e em 1748, se principia a obra da formosissima *torre dos clerigos*, que foi concluida em 1763, sendo seu architecto, Nicolau Maroni, italiano.

Esta torre é a mais alta do reino, e das mais elegantes e notaveis da Europa; excedendo muito, em altura, as de Hamburgo, Bolonha, Ultrech, Riga e Bristol.

É toda de cantaria lavrada, e de solidissima construcção, assente em uma rocha, pelo que tem resistido a todos os temporaes e convulções do glôbo; apenas em 1834, um forte temporal destruiu uma pequena parte d'esta torre, que foi pouco depois concertada. Em 1862, uma faisca electrica lançou por terra o glôbo e a cruz, que logo foi reposta no seu logar. Hoje tem um conductor.

A sua altura, desde o nivel da rua até á base do glôbo de metal que a corôa, é de 337 $^1/_2$ palmos (75 metros.) Vê-se do mar, a 60 kilometros de distancia, servindo por isso de guia aos navegantes que demandam a barra do Porto.

Tem oito campanarios, com os seus com-

petentes sinos, pesando todos 7990,372 kilogrammas.

A egreja foi sagrada em 12 de dezembro de 1779, por D. frei João Raphael de Mendonça, bispo do Porto. É isenta da jurisdicção parochial, e tem lausperenne todos os sabbados, *in perpetuum.*

A tribuna é toda de bellissimo marmore, e custou mais de 50:000 cruzados (20 contos de réis.)

Sobre a porta lateral do norte, tem a seguinte inscripção :

HOC MIRUM ASSUMPTAE, QUOD
VIRGINIS ARA TUETUR
LARGA MANUS CLERI SURGERE FECIT OPUS
AMPLA DEAE SEDES PETROQUE
ATQUE AUCTA PHILIPPO
QUIDINI TRIGENINO NUMINE DIGNA COLI?

O culto divino é desempenhado por sacerdotes approvados em cantochão e ceremonias ecclesiasticas.

Para este fim possue a egreja preciosos ornamentos, e dois orgãos. As missas, nos dias solemnes e de guarda, dizem-se até ao meio dia.

Está aqui depositado o corpo de Santo Innocencio, martyr; e sobre o alto da tribuna, está erguida a rica imagem de Nossa Senhora da Assumpção, padroeira da egreja.

A administração da egreja dos Clerigos, está incumbida a uma corporação de clerigos e seculares, que são os que tratam da conservação da egreja e das despezas que se fazem com o antigo hospital dos clerigos pobres.

Da irmandade dos clerigos tem feito parte muitos prelados, entre elles, D. Thomaz de Almeida (da casa dos marquezes do Lavradio e condes dos Arcos e de Avintes) primeiro patriarcha de Lisboa (4.ª vol., pag. 276, col. 1.ª)—e D frei José Maria da Fonseca Evora, bispo do Porto.

—

1736—(13 de julho)—Institue-se a ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo. Foi seu primeiro irmão; Thomaz Antonio de Sousa Cyrne, que pagou 800 réis pela sua entrada.

Em 26 de julho de 1737, foi eleita a primeira mesa d'esta ordem, sendo feito prior o dito Cyrne, e priora, D. Leonor Francisca d'Alpocinda e Silva.

Em 29 de agosto de 1756, foi lançada a primeira pedra da sua egreja, por mão do seu prior, D. João da Silva Ferreira, bispo de Tanger (Africa) deão de Villa-Viçosa, e governador apostolico do bispado do Porto.

Em 1770, querendo a irmandade (a exemplo da mesma ordem, em Lisboa) sahir com a sua procissão, requereu ao prelado diocesano, que lhe deferiu, sendo este despacho confirmado pelo papa Clemente XIV. A primeira procissão sahiu em 1772.

O mesmo pontifice, a requerimento da irmandade, e por breve de 9 de agosto de 1774, instituiu n'esta egreja o sagrado lausperenne, em todos os domingos do anno.

Em 6 de abril de 1791, se principiou a edificação do hospital da ordem; e, em 8 de fevereiro de 1801, teve logar a sua abertura publica.

Em 1804, se instituiram n'este hospital logares para os irmãos pobres, entrevados e incuraveis.

O rendimento annual d'esta ordem, é actualmente de uns 18:000$000 réis; pois o certo é de 3:933$475 réis, e o iventual, regula por 14:000$000 reis.

—

1737—(14 de outubro)—Morre no convento das religiosas franciscanas, de Santa Clara, d'esta cidade, a madre, Maria Victoria, natural da mesma cidade, com 136 annos de edade, pois nascera em 1601. Era de muito pequena estatura. Depois de ter cem annos, lhe cairam cinco dentes e lhe tornaram a nascer outros, e os conservou todos, e os cabellos sempre pretos;e o seu juizo perfeito, até morrer; sendo sempre, até pouco antes do seu fallecimento, rigida observante das obrigações do seu estado.

Viveu no reinado de seis monarchas—os Philippes 3.º e 4.º—D. João 4.º—D. Affonso 6.º—D. Pedro 2.º—e D. João 5.º

—

1738—Funda-se o hospicio do *Senhor de Álem.* (A capella tinha sido fundada em

1140.) É sobre a margem esquerda do Douro, ao fundo da Serra do Pilar, e em frente da Ribeira.

Em 5 de março de 1739, tomaram posse da capella e do hospicio, cinco frades carmelitas calçados, os quaes estavam sempre no confessionario, desde o nascer do sol até ao meio dia.

Ainda existe a capella. O hospicio foi vendido depois de 1834, e é hoje uma fábrica de louça de faiança.

Como a capella fica apenas a uns dois metros acima do nivel do rio, e por isso é muitas vezes invadida pelas cheies, vae agora (1877) ser removida mais para cima, onde as enchentes a não possam attingir.

—

1740 — (23 de agosto) — Nasce no Porto, D. frei Joaquim de Santa Clara Brandão, arcebispo d'Evora.

Era conego benedictino e doutor em theologia, pela universidade de Coimbra.

Professára no mosteiro de Tibães, sendo geral frei Antonio de Santa Clara.

Em 24 de maio de 1766, tomou ordens de presbytero, em Coimbra, conferidas pelo bispo d'esta cidade, D. Miguel d'Annunciação.

Em 17 de julho de 1771, tomou grau de bacharel em theologia—e capéllo em 1778, quando já exercia o magisterio.

D. Maria 1.ª, por alvará de 17 de fevereiro de 1790, o nomeia prégador da real capella da Bemposta (Lisboa.)

Por carta régia, de 29 de dezembro de 1793, o principe regente (depois de D. João 6.º) o nomeia lente cathedratico de exegetica—e, em 15 de março de 1806, lente de prima, em theologia.

Foi D. frei Joaquim de Santa Clara, o que primeiro prégou, nas exequias do primeiro marquez de Pombal, na villa do seu titulo, quasi forçado pela auctoridade de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra e conde de Arganil, que devia a mitra ao marquez, e que veiu de Coimbra para esta villa, com muitos clerigos e com a musica da real capella da universidade e da Sé, logo que soube da morte do que fôra seu protector.

Este sermão desagradou á côrte de Roma, e o papa, Pio VII, pôz muita dúvida antes de o confirmar arcebispo d'Evora.

Em dezembro de 1814, foi eleito arcebispo; mas, tal foi a resistencia da curia para a sua confirmação, que só tomou posse da mitra em 3 de outubro de 1816, tendo sido sagrado em 21 de setembro d'este anno.

Fez a sua entrada solemne em Evora, a 6 de novembro de 1816, e n'esta cidade falleceu (desgostoso com a côrte e com a cúria romana) em 11 de janeiro de 1818.

Jaz no cruzeiro da Sé d'Evora, em sepultura rasa, com esta inscripção:

D. F. JOACHIMUS. S. CLARA. BRANDÃO.
EX. BENEDICTINA. FAMILIA
IN. CONIMBRICENSE. LYCEO
THEOLOGEAE. PRIMARIAE. CATHEDRAE
AD. VITAM SPLENDOR.
OCTOGENARIUS
HUJOS. METROPOLIS. ANTISTES.
VIRTUTIBUS. PLENUS.
AD. ANNUM. RAPTUS.
HIC. SITUS. EST.

Publicou algumas obras—entre ellas—o *Plano* e o *Regulamento dos estudos para a congregação de S. Bento.*

Fez algumas tentativas poeticas, já originaes, já traduzidas do grego e do latim; mas (diga-se a verdade) deu melhores provas de orador sagrado, do que de poeta harmonioso.

Foi seu vigario geral, D. Antonio Mauricio Ribeiro, bispo de Bugia.

—

1744—Nasce n'esta cidade, Thomaz Antonio Gonzaga, filho de João Bernardo Gonzaga (brasileiro) que depois de ser ouvidor do Porto, foi nomeado, em 1749, desembargador da relação da Bahia — então capital do Brasil—para onde o acompanhou seu filho.

Thomaz Antonio Gonzaga veiu para o reino, e formou-se em direito, na universidade de Coimbra.

Foi feito ouvidor de Villa Rica-d'Ouro-Preto (Minas Geraes, Brasil.)

Unindo se a alguns revolucionarios, e animado pela recente emancipação dos Estados Unidos da America, tomou parte em uma conspiração, que tinha por fim tornar em

republica independente a provincia de Minas-Geraes.

Foi por isso preso, julgado e condemnado a degredo perpétuo, para as Pedras d'Angôche (Africa) mas pôde obter commutação da sentença, em degredo por dez annos em Moçambique; para onde partiu em 1792, e alli casou e viveu 15 annos, e morreu em 1809.

Teve, em solteiro, amores com D. Maria Joaquina Dorothea Seixas Brandão, de Villa-Rica, e estes amores lhe inspiraram essa formosa collecção de *lyras* a que deu o titulo de *Marilia de Dirceu*, livro tão estimado e geralmente conhecido em Portugal e no Brasil, e que lhe deu a immortalidade.

—

1748—Vide o anno 1732.

—

1754—No inverno d'este anno, houve tanta chuva, que o Douro, subindo muito do seu nivel ordinario, alagou e arrasou grandes e ricos armazens de vinho, em Villa-Nova-de-Gaya. O mais prejudicado, entre os proprietarios d'armazens, foi D. José Vicente de Andrade Belleza, fidalgo da casa real, mestre de campo do terço de infanteria do Porto, e administrador dos vinculos de Valdigem e S. Lourenço, e vulgarmente chamado — *morgado do Terreirinho*, por morar no logar d'este nome, junto á egreja de Santa Marinha, matriz de Villa-Nova-de-Gaya.

Foi seu neto e successor nos morgados, Antonio Belleza d'Andrade, official do exercito realista, que, estando a servir de major do regimento de infanteria n.º 12, foi prisioneiro na batalha da Asseiceira, em 16 de maio de 1834, e solto, em Lisboa—segundo o estipulado na *convenção d'Evora-Monte*—em 11 de junho do mesmo anno.

Era homem de poucas lettras, mas um verdadeiro homem de bem, e o maior proprietario de Villa-Nova-de-Gaya. Suicidou-se em Mattosinhos, em 1870, deixando quatro filhas e dois filhos. (Vide 5.º vol., pag. 275, col. 2.ª)

—

1755—(7 de janeiro)—O missionario apostolico, padre Angelo de Sequeira, natural do Brasil, e muito devoto de Nossa Senhora da Lapa, lança a primeira pedra em uma capella, dedicada áquella Senhora, no sitio *do Sério*, á raiz de um monte, por onde passava (e passa) a estrada de Villa-Nova-de-Famalicão, Braga, Guimarães, Caminha, etc.

O terreno lhe foi dado por um devoto da Senhora, e a capella foi feita com o producto das esmolas do povo.

O virtuoso missionario pôz tão grande diligencia n'esta construcção, que já a 20 (no curtissimo espaço de 13 dias!) estava a ermida coberta.

Tinha 80 palmos de comprimento e 40 de largura.

Os portuenses começaram logo a ter tão grande devoção a Nossa Senhora da Lapa, que, fidalgos e fidalgas, dos principaes da cidade, mulheres de ministros, clerigos, frades, burguezes e povo, tudo concorreu, não só com esmolas e alfaias, para adorno do templosinho, mas até com o seu trabalho, conduzindo os precisos materiaes. O coronel, governador das armas, marchou com os regimentos da guarnição para o logar da obra, e todos n'ella tomaram parte, sendo elle o primeiro que lhes deu o exemplo.

Unido á egreja se construiu um confissionario publico, onde os peccadores hiam de noite fazer as suas confissões geraes, sem serem conhecidos.

Fez-se alli tambem uma roda, para por ella se restituir o dinheiro, ou objectos de oiro e prata, ou outras quaesquer coisas que tinham sido roubadas, sem se poderem reconhecer os restituidores.

Ainda junto ao confissionario se fez uma especie de albergaria, para n'ella se recolherem os penitentes que ali quizessem ficar.

Ornamentou-se a capella com grande magnificencia, e logo ao vigessimo dia n'ella se disse missa, com acompanhamento de orgão proprio.

A imagem da padroeira sahiu da egreja do mosteiro de freiras de Santa Clara, do Postigo do Sol, em magnifica procissão (a 10 de março do mesmo anno) á frente de mais tres andores, com S. João Marcos, S. Francisco, e Santa Clara.

Deu-se á padroeira o titulo de *Nossa Senhora da Lapa das Confissões.*

—

O magnifico templo que hoje existe, com privilegio de *capella-real*, não é a capella do padre Angelo; mas uma ampla e formosa egreja, cuja construcção principiou no começo d'este seculo, continuando ainda as obras exteriores.

Ainda que de singela architectura, é de muita elegancia, e o seu interior está ornado com magnificencia.

Na capella-mór d'esta egreja está o coração do sr. D. Pedro, duque de Bragança, por elle legado á cidade do Porto.

Sobre a porta principal da egreja, se lê a seguinte inscripção:

OMNIA PER MANUS MARIAE.

Tem uma rica irmandade, e junto á egreja está o lyceu de Nossa Senhora da Lapa, com alumnos internos e externos.

Tambem proximo ao templo, e ao NO. d'elle, está o magnifico e formoso cemiterio publico da Lapa — e ao SO. a alaméda do mesmo nome.

—

Por este tempo vivia no Porto, d'onde era natural, D. Isabel Maria Rita, que se tornou célebre pelo seu raro talento para a pintura, existindo ainda muitos quadros primorosos que são obra sua.

—

1755 — (14 de maio) — O papa Benedicto XIV, institue a ordem terceira da Santissima Trindade, do Porto; logo depois da suppressão (pelo mesmo pontifice) da ordem terceira de S. Domingos, em 15 de abril do mesmo anno, que se tinha fundado n'esta cidade, em 1671. A bulla de Benedicto (ou Bento) XIV, foi approvada por provisão régia de D. Maria 1.ª, a 15 de março de 1781.

A capella provisoria da Santissima Trindade, no largo hoje chamado *praça da Trindade*, e antigamente *largo do Laranjal*, era mais ao NE. da actual egreja, na esquina que faz frente para a travessa de Liceiras. Foi principiada em 14 de abril de 1804, e concluida no fim de outubro do mesmo anno.

Depois de construida a egreja, transformou-se a capella em cemiterio dos irmãos, até a prohibição dos cemiterios das ordens terceiras, em 1868.

Em 17 de abril de 1803, o bispo do Porto, D. Antonio de S. José e Castro, lançou a primeira pedra na nova egreja da Santissima Trindade; e, em 29 de maio de 1841, se abriu á veneração publica.

O regulamento temporal da ordem, são os *Estatutos*, approvados em sessão da mesa, junta e definitorio, em 2 de janeiro de 1830; e foram approvados pelo bispo d'esta diocese, D. João de Magalhães e Avellar, em 8 de maio do mesmo anno.

O lyceu d'esta ordem, foi instituido em 23 de novembro de 1857; e auctorisado por alvará do ministerio do reino de 20 de abril de 1861.

Consta das escólas de instrucção primaria e secundaria, piano, canto e prendas, proprias do sexo feminino. Em 1871, era frequentado por 106 meninos e 97 meninas, filhos dos irmãos pobres; mas recebe tambem alumnos estranhos á ordem, mediante a recompensa que se convenciona.

Tem um bom hospital, cuja fundação principiou em 6 de junho de 1852—e uma botica annexa.

Tanto a egreja e hospital como todos os melhoramentos da ordem, muito devem ao sr. José Antonio de Sousa Básto, feito visconde da Trindade, em 10 de novembro de 1852.

Seu filho, o sr. José Antonio de Sousa Basto Junior (visconde da Trindade, José) recebeu este tituto, em 5 de junho de 1868.

A egreja da Santissima Trindade é actualmente a mais bella do Porto, não só pela sua elegante e bellissima esculptura exterior, e pela sua formosa torre dos sinos, com seu carrilhão (o primeiro que houve n'esta cidade) como pela sumptuosidade do seu in-

terior, e pela belleza das imagens que adornam os altares.

Tem lausperenne em todos os domingos do anno, instituido em 1814.

A capella-mór foi principiada em 1852.

A procissão da Santissima Trindade, que sáe no domingo proprio, é, sem contestação, a mais sumptuosa do reino; apesar de ter só cinco andores, que são — o da Santissima Trindade, o de S. João da Matta (fundador da ordem) o de S. Felix de Valois, o de Santa Izabel, rainha de Portugal,e o de Nossa Senhora das Dores.

É inexcedivel a riqueza d'estas imagens e dos seus andores. Duvido que na Europa catholica haja outros que os excedam em belleza e magestade.

—

1755—(1.º de novembro)—Horrivel terramoto, que causou grandes prejuisos e muitas perdas de vidas, principalmente em Lisboa e no Algarve. No Porto tambem fez bastantes estragos; porém muito menos do que em Lisboa. (Vide 4.º vol., pag. 114, col. 1.ª, no principio.)

—

1756—Vide o anno 1736.

—

1757 — (4 de fevereiro) —O marquez do Pombal cria a *Companhia geral de agricultura e commercio das vinhas do Alto Douro,* um dos melhores estabelecimentos da Europa.

No mesmo anno e no dia indicado, os inglezes promovem no Porto uma sublevação contra a dita *Companhia*. O governo manda tropas de Lisboa, que suffocam a revolta.

Vem ao Porto uma alçada, que condemna (no dia 12 de outubro) 283 pessoas a differentes penas (forca, açoites, galés, confiscação de bens, e degredo) e 17 creanças a palmatoadas.

—

Os grandes privilegios dados a esta companhia por D. José 1.º (ou pelo marquez do Pombal) principalmente o que lhe dava o *exclusivo* de vender na cidade e quatro leguas em redondo, todo o vinho (maduro) que consumisse o povo, desagradou aos taberneiros, que, demais a mais, influidos por alguns inglezes, negociantes de vinho, aggregaram a si muita gente das classes baixas, tanto homens como mulheres, e se reuniram no largo da Cordoaria, na manhã de 4 de fevereiro d'este anno, e d'alli se dirigiram ao largo de S. Domingos, onde morava o *juiz do povo*, ao qual, ainda que doente, obrigaram a entrar em uma cadeirinha, levando-o a casa do chanceller e regedor da justiça—gritando pelas ruas—*Viva o povo, e morra a Companhia!*

Os sinos da Sé e da Misericordia tocaram a rebate, e o chanceller, instado pelo povo, e, temendo maiores desgraças, teve de declarar livre a venda do vinho de ramo.

N'este comenos, da casa do procurador da companhia partiram dois tiros de bacamarte, contra alguns dos amotinados. O povo, ainda mais exacerbado com este facto, arrombou as portas da casa do procurador, e invadindo a, esmigalhou todos os moveis, calcando aos pés tudo o que era da companhia.

Pelas tres horas da tarde todo o povo se tinha pacificado.

Esta revolta, cujos auctores soffreram castigos muito mais sevéros do que o caso merecia, deu assumpto ao sr. Arnaldo Gama para o seu bellissimo romance historico, intitulado — *Um motim ha cem annos.*

—

1757—(23 de maio)—Nasce n'esta cidade o padre João Pedro Ribeiro, appellidado, com justiça, *o pae da diplomacia*, porque, na verdade, foi elle o fundador d'esta sciencia em Portugal.

Era doutor formado em canones, pela universidade de Coimbra, e foi lente de diplomatica, na mesma universidade, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Estudou com afinco a historia da civilisação portugueza, indicando aos sabios futuros a senda a seguir para estudos mais profundos.

Deixou grande numero de *Memorias* e *Opusculos* de muito valor, concernentes a varias questões historicas.

As suas obras estão consignadas nas *Dissertações chronologicas e criticas, sobre a historia civil e ecclesiastica de Portugal.*

Falleceu tambem n'esta cidade, a 4 de janeiro de 1839, com quasi 82 annos de edade.

—

N'este mesmo anno de 1757, é transferido para o sitio actual (escadas do Codeçal) o *Recolhimento do Patrocinio da Mãe de Deus* — vulgarmente do *Ferro*. Tinha sido primittivamente fundado na Rua-Escura, com esmolas do povo.

—

1763—Vide o anno 1732.

—

1766—Nasce n'esta cidade o famoso pintor Francisco Vieira, geralmente conhecido por *Vieira Portuense*—para o distinguir do seu homonymo — *Vieira Lusitano.*

Seu pae era tambem um pintor distincto, e foi o que lhe deu as primeiras lições.

A Companhia dos vinhos do Alto Douro lhe deu uma pensão, para elle ir estudar a Roma, para onde partiu em 1789, e ali foi seu mestre Domingos Conti.

Esteve em Parma, em 1791, regressando a Roma em 1794, e em 1797 marchou para a Allemanha.

Regressando a Roma, tomou amisade com o famoso gravador Bartolozzi, que lhe gravou muitos dos seus quadros.

Em Roma fez pinturas de grande merecimento, entre ellas — *Viriato, O Descimento da Cruz*, e *Nossa Senhora da Piedade*, obras que lhe grangearam uma fama immortal.

Casou em Londres, com uma italiana, parenta de Bartolozzi, em 1802; e n'este mesmo anno foi nomeado director da academia do Porto, e, ainda n'esse mesmo anno, foi chamado a Lisboa, para, juntamente com Domingos Antonio de Sequeira, exercer o cargo de primeiro pintor da côrte.

Uma grave molestia de peito, causada pelo seu assiduo trabalho, o obriga a ir para a Ilha da Madeira; mas, longe de achar linitivo aos seus padecimentos, ali falleceu em 1805.

—

1769—Vide o anno 1501.

—

1770—(15 de julho)—Lança-se a primeira pedra do magestosissimo *hospital de Santo Antonio (Misericordia)* na parte occidental do actual passeio da Cordoaria. [1]

Este edificio, que excede em grandeza e magnificencia todos os do seu genero em Portugal, e que depois de concluido não terá certamente rival em toda a Europa, honra a cidade do Porto, que emprehendeu obra de tanto esplendor e utilidade.

Deve ter uma fórma quadrangular. As suas duas principaes fachadas, uma a E. (já concluida) e outra a O., terão de comprimento 783 palmos (174 metros.) Os lados, de N. e S., terão 805 palmos e meio (179 metros) ficando com 706 metros de circumferencia.

No centro terá um vasto pateo, cercado de galerias, e no meio d'elle ha de ser a egreja, que, se fôr conforme o risco, será magnifica, e a todos os respeitos digna do resto do edificio.

O hospital é de tres andares. Terá 159 salas e salões—142 enfermarias—97 latrinas —20:609 portas e janellas—28 estatuas (de 4 metros d'alto cada uma) — 176 columnas (a maior parte d'ellas, de 9 metros) — 100 pyramides — 5:586 balaustres — 56 escadas principaes—e 3:000 degraus (além dos dos subterraneos.)

As paredes fundamentaes chegam a ter em partes, 11 metros de grosso.

O sr. desembargador, Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco, sendo prior da Misericordia, cinco annos successivos, deu grande impulso a estas obras: honra seja a este prestante cidadão, que, não se poupando a fadigas, sacrificios e desgostos, tomou uma parte tão activa n'este melhoramento.

A fachada principal (E.) está concluida. O lado do N., que deita para o largo hoje chamado do Duque de Beja, anda em construcção, e n'elle se tem trabalhado com afinco, ha seis annos.

O mesmo desembargador fez publicar um *Regulamento*, para o hospital, que é um documento honrosissimo da sua energia, sollicitude e intelligencia.

O actual rendimento da Misericordia, é de

[1] Mas só em 19 de agosto de 1799 é que foram transferidos para elle os primeiros enfermos (mulheres) do antigo *hospital de D. Lôpo*. (Vide o anno de 1584.)

84:806$690 réis — sendo 71:806$690 réis o rendimento certo — e 13:000$000 réis o eventual.

(Vide 5.º vol., pag. 258, col. 1.ª—259, col. 1.ª—pag. 293, col. 1.ª—pag. 318, col. 1.ª, e o anno 1736.)

—

1775—O padre Geraldo Ferreira funda a capella e a *irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade.*

Depois, e pouco a pouco, se foram fazendo as enfermarias para os irmãos, e para os particulares que ali se quizerem tratar, por uma recompensa convencionada.

Tem tres enfermarias para homens e tres para mulheres.

Tem 12 quartos particulares, e uma magnifica sala para operações.

Dá aula gratuita de primeiras lettras, para os dois sexos, que é frequentada por umas 200 creanças.

Tem lausperenne ás quartas feiras.

—

1777 — A egreja (de tres naves) do mosteiro de S. Domingos, é completamente devorada por um terrivel incendio; mas foi logo reedificada pelos religiosos.

O mosteiro primittivo tinha sido fundado em 1239.

Durante o cêrco do Porto (1833) foi outra vez incendiada, e nunca mais se reedificou.

A cêrca e parte do edificio do mosteiro, foram, em 1867, vendidos a differentes particulares, e no resto do edificio está a *Caixa Filial do Banco de Lisboa.*

—

1779—Vide o anno de 1732.

—

1780 — Funda-se o *hospicio de religiosos carmelitas calçados*, da invocação de S. Francisco de Paula, em *Lórdêllo.* Foi feito á custa das esmolas do povo. Foi vendido depois de 1834, e é hoje propriedade particular.

—

1783—Funda-se a egreja e mosteiro dos menores *(antoninhos)* da provincia da Conceição. Depois de 1834, foi a egreja arrasada; e só d'ella resta a sumptuosa capella-mór, de formosa cantaria, mas destelhada e profanada.

O edificio do mosteiro é hoje occupado pelo atheneu portuense, academia das bellas artes, museu, e bibliotheca publica.

Dava-se a este mosteiro, vulgarmente, a denominação de—*convento de Santo Antonio da Cidade.*

—

O museu da academia das bellas artes, fundado em 1835, tem bastantes objectos de valor, entre elles a espada de D. Affonso Henriques.

A espada, que é de ferro, e sem valor algum artistico, escapou e veiu para aqui, da egreja de Santa Cruz de Coimbra; mas a bainha, que tinha guarnições de prata, foi roubada, assim como a caixa, que era de muito valor; sendo substituida por outra que nada vale.

—

1785 — (22 de fevereiro) — Houve uma grande cheia no Douro, acompanhada de um horrivel cyclone do O., ao qual se seguiram mais alguns menos violentos, que causaram grandes estragos n'esta cidade.

Estavam então no rio 85 navios portuguezes e 33 estrangeiros; muitos dos quaes foram arrojados pela barra fóra, ou despedaçados contra as rochas das margens.

As aguas do Douro alagaram 18 ruas e mais de 1:000 casas.

—

1789—(14 de junho)—Um gallego assassinou sua ama, que era de Braga. Foi logo preso, e no dia 31 do mesmo mez (!) foi enforcado, no logar do delicto.

Armou-se a forca na noite de 30, á entrada da *rua nova da Neta* (viella da Neta) do lado do O., onde desembóca a rua do Bomjardim. A cabeça e as mãos do gallego ficaram pregadas na forca.

—

1791—Vide o anno de 1736.

—

1799—(4 de fevereiro) —[1] N'esta cidade na rua do Calvario, em uma boa casa, que tem agora os n.os 35, 37 e 39 — onde está hoje o consulado inglez — e que era então da freguezia de Santo Ildefonso, e actualmente pertence á de Miragaia—nasceu o famoso poeta contemporaneo, *João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett*, depois feito visconde d'Almeida Garrett.

Era filho de Antonio Bernardo da Silva Garrett, e de D. Anna Augusta d'Almeida Leitão.

Formou-se em direito, na universidade de Coimbra; tornando-se já ali conhecido pelas suas mimosas poesias.

Foi nomeado official da secretaria do reino, pelos liberaes, em 1820.

Emigrou para a Inglaterra depois da restauração de 1823, e d'ali foi para França, onde escreveu a *Dona Branca* e *Camões*, que o deram a conhecer como elegante escriptor.

Tornou para Inglaterra, onde publicou a *Adosinda*.

Tomou parte nas guerras civis de 1832 a 1834, pelo partido liberal (apesar da sua familia seguir toda opiniões realistas.)

Em 1834 foi encarregado de negocios na Belgica.

Regressando ao reino, continuou a publicar differentes obras, todas de grande merecimento.

Foi deputado, e um dos melhores oradores parlamentares — se não o melhor. Foi feito ministro em 1851.

Morreu em Lisboa, a 9 de dezembro de 1854, na rua de Santa Izabel.

Na casa onde falleceu, collocou-se uma inscripção commemorativa d'este facto.

Foi um dos mais elegantes e mimosos escriptores portuguezes do seculo 19.º, e quer em prosa, quer em verso, as suas obras hão de ser lidas sempre com o maior interesse; e o Porto terá sempre um justificado orgulho de ser a patria d'este illustre cidadão.

Custa a comprehender como a cidade do Porto, sempre tão zelosa das suas glorias, ainda não se lembrasse de erigir uma estatua a este filho, que tanto a honra e enobrece.

Contentou-se em mandar collocar na frente da casa em que nasceu, uma lapide, de marmore, com a seguinte inscripção:

CASA ONDE NASCEU, AOS 4 DE FEVEREIRO
DE 1799, JOÃO BAPTISTA DA SILVA
LEITÃO D'ALMEIDA GARRETT.
MANDOU GRAVAR Á MEMORIA DO
GRANDE POETA
A CAMARA MUNICIPAL D'ESTA CIDADE,
EM 1864.

E, em um dos medalhões, pintados no tecto do theatro de S. João, um busto, que se sabe ser d'elle, por dizer — *Garrett*.

Mais brio tiveram os lisbonenses, que, em 1868, lhe collocaram um busto de marmore, no theatro normal.[1]

Além da *Dona Branca* e da *Adosinda*, escreveu e publicou — o *Romanceiro*, o *Alfageme de Santarem*, o *Arco de Sant'Anna*, o *Frei Luiz de Sousa*, o *Auto de Gil Vicente*, *D. Philippa de Vilhena*, a *Sobrinha do Marquez*, as *Folhas Cahidas*, e as *Viagens na Minha Terra* — obras de generos diversos, mas todas de inexcedivel elegancia, e grandissimo merecimento.

Não se livrou, porém, do ridiculo contagio do seculo. Depois de ter cruelmente fustigado os barões e viscondes de *fresca data* (sobre tudo, nas *Viagens na Minha Terra*) deixou-se tambem fazer visconde de si mesmo! — Mas, sequer ao menos, nem assim morreu o nome do *divino Garrett* (como muitos o denominam) o que de certo aconteceria se acceitasse o titulo de alguma al-

[1] O sr. Manuel Pinheiro Chagas (*Portuguezes Illustres*, pag. 176) diz, que foi em 1798; mas a inscripção, que está na casa onde nasceu, diz 1799.

[1] Este busto, estava sobre um pedestal (de tábuas!) no peristilo do theatro, mas foi d'alli tirado e não sei o que d'elle fizeram.

deiola, rua, quinta, santo, ribeiro, etc.— Este peccado, porém, foi o unico que commetteu contra o bom senso; e a posteridade lh'o perdoará, em attenção aos immensos serviços que fez ás lettras patrias.

—

No mesmo anno de 1799, a 9 de agosto, entram os primeiros enfermos em o novo hospital da Misericordia, da Cordoaria. (Vide o anno de 1770.)

—

Tambem n'este anno foi creado o tribunal do *Proto-medicato*, o *papel-moeda* e o *papel-sellado.*

—

1801—Vide o anno 1736.

—

1801—(30 de novembro)—Nasce n'esta cidade, José Ferreira Pinto Basto, que falleceu na sua quinta da Fója, em 26 de junho de 1875. (Vide vol. 5.°, pag. 523, col. 1.ª)

—

1803—Institue-se a *Academia Real de Marinha e Commercio, da Cidade do Porto*, com aulas de philosophia, mathematica, commercio, nautica, desenho, inglez e francez. (Vide o anno 1755.)

—

1804—Vide os annos de 1736 e 1755.

—

1806—(15 de agosto)—A communicação entre a cidade do Porto e Villa Nova de Gaia fazia-se antigamente por meio de barcas, de construcção adequada ao transporte das diversas mercadorias.

A instancias das auctoridades d'aquella cidade, o governo mandou construir uma ponte de madeira sobre barcas, ligadas com amarras de ferro; e abriu-se ao transito publico a 15 de agosto de 1806, dia de Nossa Senhora do Pilar, que se venera e festeja no templo da Serra do Pilar.

Esta ponte, porém, a 20 de março de 1809, por occasião da entrada do general Soult, no Porto, partiu-se e submergiu-se em parte no Douro, com 4:000 individuos que fugiam da cidade. Os primeiros que poderam então alcançar a praia de Villa-Nova, tinham deixado abertos os alçapões da ponte, para evitar a perseguição dos francezes, e os que lhes succederam ignoravam essa circumstancia.

Por isso todos os annos, a 29 de março, sáe em procissão a irmandade de S. José das Taipas, e acompanhada de muitos padres se dirige áquelle local, para suffragar pelas *Almas da ponte.*

—

Mais tarde, incendiada a ponte, construiu-se outra de melhor plano, e com mais solidez; mas, em consequencia das cheias periodicas do Douro, todos os annos tinha de ser desarmada mais de uma vez, para se evitar que a corrente a levasse; e ahi ficava interrompida a communicação entre as duas margens do rio.

Para evitar este mal, lembrou-se o governo de mandar construir uma ponte pensil.

—

Em 1837 fez o governo um contracto com o sr. Claranges Lucotte, para uma empreza de construcção da estrada de Lisboa ao Porto, e de uma ponte sobre o rio Douro, na cidade do Porto, segundo o systema de suspensão em ferro, etc. E esse contracto, approvado por carta de lei de 7 de abril, foi ratificado por escriptura de 5 de maio do mesmo anno.

A empreza Claranges Lucotte & C.ª, apresentou para as obras da ponte dois projectos, dos quaes nenhum foi levado á execução. O primeiro d'esses projectos, elaborado pelos engenheiros Mellet e Bigot, adaptava-se ao prolongamento da rua de S. João, do Porto, e á rua direita de Villa-Nova-de-Gaia.

Ouvido sobre o assumpto o fallecido inspector geral das obras publicas do reino, Luiz da Silva[1] Mousinho de Albuquerque, concordou em que a ponte seria construida pelo lado superior do local onde estava a outra, uns 80 metros.

—

A 2 de maio de 1841 foi lançada a primeira pedra; em 4 de janeiro de 1843, fez-se a primeira experiencia com pipas cheias de agua, enfileiradas aos lados, experiencia que durou dezeseis horas, sem que se notasse

[1] Aliás da Silveira.

a mais pequena alteração; e a 17 de fevereiro d'esse mesmo anno, foi a ponte aberta definitivamente ao serviço publico.

A ponte é de bella construcção e elegante perspectiva.

Eleva-se 10 metros sobre o rio, tem de comprimento 170m,14 e de largura 6m, com passeios aos lados, de largura de 1m cada um; e descança sobre quatro obeliscos de pedra, de 18m de áltura, dois de cada lado.

Sobre estes obelíscos, ligados superiormente por uma lamina de ferro, na qual se lê: «D. Maria II—1842», e tudo tambem com pequenas laminas de ferro fundido, os nomes dos engenheiros e dos emprezarios, são coroados por capiteis de ordem dorica, em que descançam acroterios sustentando espheras de bronze de 1m,1 de diametro.

O pavimento da ponte está suspenso de oito amarras, quatro por banda, feitas com duzentos e vinte fios de ferro cada uma. Os fios não são torcidos, estendem-se inteiros de lado a lado, reunidos em fórma cylindrica, por ligaduras tambem de fio de ferro muito rijo. E essas amarras, passando por cima dos obeliscos, vão entrar em poços abertos verticalmente na rocha viva, com a profundidade de 8m do lado da cidade e de 14m do lado da villa. Cada amarra pésa seis mil kilogrammas.

As guardas dos lados são feitas de troncos quadrados de carvalho, de 1m,50 de comprimento, dispostas em cruz e solidamente pregadas ao solho da ponte.

O panorama que se gosa do meio da ponte, quer se olhe para o nascente, quer para o poente, é magnifico.

—

Como a construcção da ponte foi feita por uma companhia, esta percebia os rendimentos da ponte, que resultam do preço da passagem dos transportes, vehiculos. etc.

Os preços são de 5 réis cada pessoa; 20 réis cada cavallo; e 200 réis cada carruagem. (De noite é o dobro.)

O contrato terminou em 1876, tomando o governo conta da ponte.

—

(Extrahido do *Diario Illustrado.*)

—

1807—Vide o anno 1819.

—

1807—O commercio, a agricultura, a industria e as artes, prosperavam no Porto e seus arredores, e a actividade e amor ao trabalho, dos seus habitantes, a tinham tornado uma cidade florescentissima; mas a ambição, a prepotencia e a má fé de Napoleão I, lançaram Portugal em um abysmo de desgraças.

Buonaparte,e Carlos 4.°, de Hespanha, exigem que Portugal feche os seus portos aos inglezes; que lhes sequestre as suas propriedades, e os prenda. O governo do principe regente (depois D. João 6.°) consente na primeira condição, porém recusa annuir á segunda e terceira.

Napoleão e Carlos 4.°, assignam em 27 de outubro, o tratado secreto, de Fontainebleau, pelo qual excluiam do throno portuguez a casa de Bragança, e Portugal, do mappa das nações.

Junot, com 30:000 francezes, e 15:000 hespanhoes, invade Portugal, sem prévia declaração de guerra, e sob o pretexto de nos virem *libertar* do jugo britannico; mas só com o fim de nos reduzirem á nullidade, e de se apoderarem da familia real.

Junot chega á villa d'Abrantes, a 24 de novembro, e o principe regente, tendo noticia d'este escandaloso attentado contra o direito das gentes, e tendo o seu exercito em pessimo estado de organisação e força, toma a triste resolução de fugir para o Braisl, com toda a côrte, abandonando os portuguezes ás atrocidades inauditas das hordas napoleonicas. Em 26, nomeia uma coisa a que chamou *conselho da regencia*, para governar o reino durante a sua ausencia. Este conselho, que era composto de cinco membros, tomou conta do governo, logo no mesmo dia 26; mas, apenas governou tres dias; porque Junot, logo que chega, principia a legislar em nome de Buonaparte, sem fazer caso dos governadores.

A 27, embarca toda a familia real e a côrte, e a 29 sáe a barra de Lisboa—entrando n'esta cidade, e logo no dia 28, Junot e os seus esfarrapados e descalços soldados; de modo que o principe regente e os seus companhei-

ros na fuga, assistiram de bordo, á entrada *triumphal* dos soldados de Buonaparte. (Vide 4.º vol, pag. 115, col. 2.ª)

A esquadra que levou esta gente para o Brasil, constava de oito náus de guerra e varias outras embarcações de menor lote, que chegaram ao Rio de Janeiro, em cuja bahia quasi todas apodreceram.

Em 13 de dezembro, entra no Porto o capitão-general da Galliza, D. Francisco Taranco, com os 15:000 hespanhoes de que fallei, e n'este mesmo dia é arriada a bandeira portugueza em todos os castellos e estabelecimentos publicos, sendo substituida pelo ingnobil *Dindon.*[1]

Logo a 19 de dezembro, e por ordem de Junot, são sequestradas todas as propriedades, moveis e immoveis, dos inglezes.

A 22 do mesmo mez de dezembro, é *licenceado* o exercito portuguez.

—

1808—(1.º de fevereiro)—Junot organisa em Portugal uma *regencia* em nome de Buonaparte, que se intitula *Imperador dos francezes, rei de Italia e protector da confederação do Rheno, etc., etc.*

Junot fez-se presidente da tal regencia da qual nomeou *vogaes*, quatro... *portuguezes* —o conde da Ega, D. Francisco Raphael de Castro, o conde de S. Payo, e Pedro de Mello Breyner.

Esta *regencia*, estreia-se, logo no dia 1.º de fevereiro, publicando o *decreto* de Napoleão, que impõe a Portugal um tributo de *100 milhões de francos* (16:000 contos de réis — ou 40 milhões de cruzados!)

O exercito portuguez é desarmado e mandado para França.

Varios fidalgos são intimados para hirem tambem para França, e bastantes para lá marcharam expontaneamente a prestar homenagem a Napoleão!

«............ tambem dos portuguezes,
Alguns traidores, houve, algumas vezes.»

—

Buonaparte prende á traição o rei Carlos 4.º, e a familia real de Hespanha; pelo que, os hespanhoes se levantam contra os francezes, e D. Francisco Taranco, com a sua divisão, abandona o Porto em 6 de junho, e marcha para Castella, a unir-se ás tropas do seu paiz.

Logo a 18 de junho, os portuenses secundam o grito de liberdade dado pelos transmontanos, acclamando a autonomia e independencia de Portugal, a rainha, D. Maria I, e o principe regente, tomando armas contra os invasores da sua patria.

As águias de Bonaparte são arriadas das nossas fortalezas, e as sagradas *Quinas* de Portugal fluctuam ovantes, por quasi todo o reino.

A 19 do referido mez, fórma-se no Porto a *Junta suprema do governo do reino.*

O exercito portuguez reorganisa-se. Os inglezes vêm em nosso auxilio, e a *convenção de Cintra* (30 de agosto) obriga a sahir de Portugal o impio Junot e as suas hordas, carregados de roubos, e deixando este reino completamente devastado.

—

1809 — Quasi sete mezes esteve Portugal livre da oppressão, rapacidade e tyrannias dos escravos de Napoleão; mas este, desespedo pelo mau successo das suas armas, na Peninsula Iberica; manda Soult (que elle havia intitulado *duque de Dalmacia*) sobre Portugal, com um exercito de 30:000 homens.

Soult, depois de ter derrotado na Galliza, o exercito anglo-hispanico, e tomado Corunha, a 20 de janeiro, fazendo embarcar os inglezes (que perderam o seu general Moore) occupa a cidade de Tuy, em 20 de fevereiro. Atravessa o rio Minho, em frente da nossa praça de Vallença, e occupa Braga, a 20 de março.

—

O Porto estava defendido por 24:000 homens, commandados pelo seu bispo; mas a maior parte d'esta gente consistia em milicianos, ordenanças (guerrilhas) e voluntarios, todos sem instrucção militar, e quasi todos indisciplinados. Tambem havia 200 bôcas de fogo, mas pessimamente servidas. A cidade estava cercada por uma linha de

[1] *Dindon* (perú) é o nome que, por escarneo, se dava á aguia de Napoleão.

trincheiras, com alguns reductos, mas tudo feito á pressa, e, por consequencia, de quasi nenhum valor para a defeza; jámais, contra tropas acostumadas á guerra, bravas e rigorosamente disciplinadas.

Soult apresenta-se á frente da cidade, e dá o primeiro ataque no dia 27 de março, sendo rechaçado. O mesmo lhe acontece no dia seguinte; mas, no dia 29, a falta d'armas, a má direcção da defeza, e sobretudo, a falta de munições em muitos pontos, obriga os defensores da cidade a abandonarem as trincheiras, e a retirarem em desordem, para a margem esquerda do Douro, levantando o alçapão da ponte de barcas que dava ingresso á cidade.

A maior parte da população do Porto, abandonou a cidade, seguindo o caminho da tropa; mas, na precipitação da fuga, e ignorando que a ponte estava cortada, cahiu ao rio um grande numero de pessoas, de todos os sexos e idades, que se calcula em cinco mil.

Quarenta e cinco dias estiveram os francezes senhores do Porto, durante os quaes roubaram tudo a quanto poderam lançar as garras, tanto nas egrejas e mosteiros, como em outros edificios publicos e particulares.

O exercito luso-anglo, ás ordens do immortal Sir Arthur Wellesley (depois lord Wellington) marcha sobre o Porto, d'onde expulsa os francezes, em 12 de maio.

Os alliados perseguem o inimigo, com tanto arrôjo, que a 17 d'este mez se viu Portugal, pela segunda vez, livre d'esta praga terrivel, qne nos deixou até 26 de agosto de 1810.

Foi n'este anno que D. Francisca Paula da Conceição Grelho e Sousa, mulher do dr. José Teixeira de Sousa, fundou o recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S. José, das *Meninas desamparadas, do Postigo do Sol.* (Vide 6.º vol. pag. 581, col. 1.ª)

—

1810—(19 de fevereiro)—O principe regente, assigna, no Rio de Janeiro, dois tratados de paz, alliança e commercio, com a Grã-Bretanha, que feriram mortalmente o commercio e a industria de todo o reino, em geral, e do Porto em particular.

N'este mesmo anno, de 1810, o general francez Massena invade Portugal, pelo Riba-Côa (Beira-Baixa) com um exercito de cento e vinte mil homens, e nos toma a praça de Almeida, cujas fortificações tinham voado, com a explosão do paiol da polvora, em 27 de agosto.

Estes invasores tiveram varias escaramuças com as nossas tropas; mas, em 26, 27 e 28 de setembro d'este anno de 1810, foram os francezes derrotados nas gloriosas batalhas do Bussaco; e, depois de varias alternativas — quasi sempre desastrosas para o inimigo — é Massena, e os seus, expulsos de Portugal, para sempre; entrando em territorio hespanhol, a 4 de abril.

N'esta campanha teve o Porto a ventura de escapar ás crueldades dos *jacobinos*, porque a guerra se localisou nas provincias do sul, do reino.

—

1816 — Principia a abertura da *rua* que vae da do Rosario a alamêda de Maçarellos. Chamou-se, até 1832, *Rua de D. Miguel Primeiro*, e depois *Rua da Restauração*; nome que ainda conserva.

—

1817—D. Antonio d'Amorim, manda construir, na *Praça-Nova*, hoje *Praça de D. Pedro* — os paços do senado da camara do Porto.

É um edificio bastante modesto, para a segunda capital do reino. Tem sobre o timpano a estatua, de pedra, de um guerreiro, representando o Porto. Tem na mão direita uma lança, e a esquerda descança sobre um escudo, com as armas da cidade.

Em 1868 a camara comprou uma grande casa, immediata, para ampliar o edificio; mas, até hoje, ainda não principiaram as obras.

No seu cartorio, ha documentos originaes do seculo XIII.

O seu livro das vereações, da era 1424 de Cesar (1390 de Jesus Christo) é de papel de algodão — o primeiro que se fabricou em Portugal, d'esta materia

—

1819—(2 de maio)—Abre-se o testamento *de mão commum*, feito por Francisco Anto-

nio Rebellier e por sua mulher, Ignacia Maria. e por esse testamento é fundado o *recolhimento de Nossa Senhora das Dores*, das viuvas pobres, hoje chamado—*do Camarão*, por ficar no largo d'este nome.

Os testadores lhe deram *regimento*; e entregaram a sua administração, á Santa Casa da Misericordia—e, se esta não quizesse acceitar — á ordem terceira de S. Francisco; depois, á ordem terceira do Carmo — e depois, á do Terço e Caridade.

Principiou este recolhimento, da seguinte maneira:

Os fundadores, com dinheiro seu, e com esmolas que sollicitaram, instituiram, em 1807, na viella então chamada *das Oliveiras* —e hoje—de *Nossa Senhora das Dores* (em attenção á padroeira da capella) um recolhimento, para viuvas, velhas e desamparadas, que não tivessem abrigo. Construiram um dormitorio, com 16 camas—uma sala, para refeitorio — e uma capella, para se dizer missa ás recolhidas.

Em 27 de maio de 1843, João Pereira Baptista Vieira Soares, então administrador do bairro de Santa Catharina, deu novo regimento a este instituto; mas, por alvará do governador civil, de 14 de outubro de 1867, foi novamente entregue a administração do recolhimento á Santa Casa.

As *velhas do Camarão* foram transferidas para o novo edificio, construido modernamente na rua d'antes chamada—*do Regato*, e hoje—*das Fontainhas*—onde tambem estão as *velhas da Cordoaria*, as *entrevadas*, os *lazaros* e as *lazaras;* mas tudo em casas separadas uma das outras por paredes divisorias.

O edificio do antigo recolhimento, é ao fundo do largo do Camarão, e á entrada da viella de Nossa Senhora das Dores. Fica na rectaguarda do *recolhimento das orphãs de S. Lazaro*, e proximo do passeio publico do mesmo nome.

Está hoje abandonado.

Em 1872, alguns especuladores, alugaram-o á Santa Casa, para n'elle estabelecerem uma casa de *bailes populares*; porém, o governador civil, não lhes deu a indispensavel licença, e continuou, portanto, a ficar deshabitado.

1820—(24 de agosto)—Tem logar no Porto a revolta que acclama a (futura) *constituição*, por isso chamada *de 1820*.

A guarnição militar da cidade constava dos — regimentos de artilheria n.º 4, dos de infanteria n.ºs 6 e 18, da *guarda real da policia do Porto* (que eram tres companhias de infanteria e uma de cavallaria) e dos regimentos de milicias do Porto e da Maia.

Estes corpos reuniram-se no vasto *Campo de Santo Ovidio* (ao qual, desde 1834, por este facto, se deu o nome de *Campo da Regeneração.*)

Formaram aqui, pelas cinco horas da manhã, e, depois de acclamarem a constituição, que se havia de fazer, ouviram missa, que lhes disse o capellão do regimento de artilheria n.º 4, em um altar, levantado no centro do campo.

Ao erguer a sagrada hostia, todos juraram, com grande enthusiasmo, defender a constituição proclamada, ao som de uma salva de 21 tiros de artilheria.

—

Os cidadãos que promoveram esta revolução, foram:

Manuel Fernandes Thomaz, desembargador da relação do Porto.

José Ferreira Borges, advogado.

José da Silva Carvalho, juiz dos orphãos do Porto.

João Ferreira Vianna, negociante.

Estes quatro individuos, tinham formado a associação de 22 de janeiro de 1818, já com o fim de proclamarem uma constituição. Depois, se lhes reuniram mais:

Duarte Leça, proprietario; em 10 de fevereiro de 1818.

José Maria Lopes Carneiro, proprietario; no mesmo dia.

José Gonçalves Santos Silva, negociante; em 3 de maio do mesmo anno.

José Pereira de Menezes, advogado; em 6 de julho do mesmo anno.

Francisco Gomes da Silva, medico do exercito; em 26 de maio de 1820.

João da Cunha Sotto-Maior, desembarga-

dor da relação do Porto, no mesmo dia, mez e anno.

José de Mello e Castro d'Abreu, coronel de milicias do Porto; em 5 de junho do mesmo anno.

José Antonio Xavier d'Araujo; em 22 do mesmo mez e anno.

Bernardo Correia de Castro Sepulveda, coronel do regimento de infanteria n.º 18, no mesmo dia.

Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmento, tenente-coronel de infanteria n.º 6; no mesmo dia.

José Pereira da Silva Leite Berrêdo, tenente-coronel da guarda real da policia do Porto; no mesmo dia.

José de Sousa Pimentel de Faria, major do regimento de milicias do Porto; no mesmo dia.

José Pedro Cardoso da Silva, major do regimento de milicias da Maia; no mesmo dia.

Tiburcio Joaquim Barrêto Feio, ajudante do regimento de milicias da Maia; no mesmo dia.

—

Fórma-se no Porto uma commissão, denominada *Governo provisorio*, composta dos seguintes individuos:

Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, coronel de milicias — presidente.

Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, coronel de infanteria — vice-presidente.

Membros

Bernardo Correia de Castro Sepulveda, coronel de infanteria.

Manoel Fernandes Thomaz, desembargador da relação do Porto.

João da Cunha Sotto-Maior, idem.

João Pedro d'Andrade Brederode, deão da Sé do Porto.

Pedro Leite de Mello, fidalgo da casa real.

Francisco de Sousa Cyrne de Madureira, idem.

Frei Francisco de Sousa, monge benedictino.

Francisco José de Barros Lima, negociante.

José Manoel de Sousa Ferreira Castro, proprietario.

Roque Ribeiro Abranches Castello Branco, proprietario.

José Joaquim Ferreira de Moura, bacharel em direito.

Secretarios

José da Silva Carvalho.
José Ferreira Borges.
Francisco Gomes da Silva.

—

Os militares que nas provincias annuiram logo á revolução, foram:

Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, (depois visconde do Peso da Regua) marechal, e governador das armas da provincia do Minho.

Antonio Lobo Teixeira de Barros, coronel de infanteria n.º 9.

Francisco Antonio Pamplona Moniz, coronel de caçadores n.º 11.

Antonio Barrêto Pinto Feio, tenente-coronel das milicias da Feira.

Além de outros mais de menor importancia politica.

—

As tropas da guarnição, assim como as do Minho, e Traz-os-Montes, annuem á revolução.

Pede-se a convocação das côrtes, o regresso de D. João 6.º (que ainda estava no Rio de Janeiro com a familia real) e a expulsão dos officiaes inglezes, do exercito portuguez.

A *regencia do reino* (em Lisboa) nomeada pelo rei—proclama ao povo, contra a revolução do Porto, e dá algumas outras—insignificantes—providencias.

As tropas revoltadas marcham sobre Lisboa. A *regencia*, manda o conde de Barbacena, com uma divisão, contra aquellas, mas não passou de Leiria; porque, tendo logar a revolução, em Lisboa, á 15 de setembro, no sentido da do Porto, as tropas do governo são mandadas recolher á capital.

A *regencia* é dissolvida, organisando-se em seu logar uma *Junta do governo do reino.*

São convocadas as côrtes dos Tres Estados do reino.

O *Governo provisorio*, do Porto, pretende dominar exclusivamente a situação; mas, por fim, veiu a um accordo com a *Junta do governo*, de Lisboa, e, no 1.º de outubro, de ambos estes corpos, se escolheram individuos para a formação da *Junta provisional do governo supremo do reino.*

Esta junta ficou composta de homens animados de bons desejos, e bons patriotas, mas não estavam á altura da missão espinhosa de que os encarregaram.

O conde de Palmella (depois marquez, e por fim duque do mesmo titulo) que foi por muitos annos a alma do partido liberal — dizia d'esta junta: «O que distingue esta revolução, como a mais asnatica de que se conserva memoria, é o não ter objecto algum, e limitar-se a tirar do governo tres ou quatro homens mediocres que n'elle se achavam, para os substituir por outros que taes, ou ainda peores.»

Todo o exercito portuguez annuiu de bom grado a esta resolução, para não ser governado por officiaes estrangeiros; pois que, desde o tempo do marechal Beresford, quasi todos os officiaes superiores do nosso exercito eram inglezes. [1]

A maior parte do povo portuguez, como o governo continuava a ser monarchico, na dynastia de Bragança—como os *Tres Estados* eram convocados, segundo a antiga pratica — como a religião catholica apostolica romana continuava a ser do estado—e, como esta revolução não teve perseguições, mortes e atrocidades, appendice desgraçado de quasi todas as convulções politicas—annuiu facilmente á mudança de cousas: apenas algumas nobres se recusavam a prestar juramento á constituição; mas dos titulares, que estavam em Portugal, só a não quizeram jurar, os condes de Palmella e de Linhares.

O marechal Beresford, vae ao Rio de Janeiro, na esperança de D. João 6.º annullar todos os actos praticados pela junta provisional do governo supremo do reino; mas é intimado pelo governo para não desembarcar; pelo que se dirige a Londres, sem voltar a Portugal.

Os officiaes inglezes são excluidos do exercito nacional.

O governo (a junta) adoptando como norma a constituição hespanhola de 1812, muda de programma, e em vez das *côrtes dos Tres Estados*, que havia promettido, ordena que se convoquem *côrtes geraes extraordinarias e constituintes*—as quaes se abrem, em Lisboa, a 26 de janeiro de 1821, assumindo poderes soberanos e denominando-se — *Soberano e augusto congresso nacional;* e, logo a 31, publicou um decreto para que o *poder executivo* fosse exercido pela *Regencia do reino, em nome d'el-rei, o sr. D. João 6.º*

O rei, os principes e a côrte, juraram, no Rio de Janeiro (26 de janeiro de 1821) a *constituição que as côrtes ainda hão de fazer*, em Lisboa!

No mesmo dia, o rei declara que regressa.

As côrtes mandam jurar as bazes da constituição, em 29 de março; mas o patriarcha recusa-se a prestar este juramento, pelo que é desterrado para o Bussaco, e de lá para França.

Este patriarcha, era D. frei Patricio da Silva, nascido na casa do *Camarnal*, da aldeia dos Pinheiros, actual freguezia de Marrazes, provincia de Leiria.

Foi o 7.º cardeal-patriarcha de Lisboa. (Vide 4.º vol., pag. 279, col. 1.ª)

Em 21 de abril do mesmo anno de 1821, teve logar, no Rio de Janeiro, a revolução que pedia uma constituição similhante á hespanhola, de 1812.

Esta revolta foi principiada pela tropa

[1] Todos os generaes do nosso exercito, todos os commandantes dos corpos, e grande numero de officiaes, eram inglezes. Os portuguezes, ou estavam em commissões, ou ás ordens dos inglezes, ou em outros quaesquer empregos, sob especiosos motivos, que os separassem do exercito.

portugueza, do commando do brigadeiro *Carreti.*

D. João 6.º annuiu a esta revolta; mas, logo no dia seguinte (22 d'abril) ha uma contra-revolução, que annullou tudo o que se fizera na vespera. O rei annue a isto! (Estava por tudo!...)

N'este mesmo dia, o rei entrega o governo do Brasil ao sr. D. Pedro, com o titulo de *principe regente, e logar-tenente d'el-rei, no governo provisorio do reino do Brasil*— emquanto se não publicasse a constituição.

Nomeia, tambem n'esse dia, um ministerio, para governar com o principe; e, logo a 25, embarca com a familia real (menos o sr. D. Pedro e sua familia) e no dia 26 se faz de véla para Portugal, chegando a Lisboa a 3 de julho.

As côrtes prohibem o desembarque de alguns individuos do sequito do rei, sendo um d'elles o conde de Palmella.[1]

Logo no dia immediato (4 de julho) o rei, perante as côrtes, ratifica o juramento de fidelidade á constituição (que ainda estava por fazer!) e tomando conta do governo (do *poder moderador*) dissolve a regencia e fórma novo ministerio.

A 15 de setembro do mesmo anno (1821) o rei e os infantes vão ao Rocio, lançar a primeira pedra no monumento constitucional.

A provincia de S. Thomé e Principe (Africa) tinha proclamado *as bazes* da constituição, em 9 de julho; e a cidade de Gôa faz a mesma proclamação, a 16 de outubro.

O sr. D. Pedro, tendo grandes desintelligencias com o general, Jorge d'Avilez, pede (21 de setembro) licença ao rei e ás côrtes para regressar ao reino, demittindo-se da regencia do Brasil.

As côrtes dissolvem a regencia do Brasil (29 de setembro) mandando que o principe recolha ao reino, e nomeando, em logar da regencia, *governos provisorios.*

Em 9 de novembro, as côrtes annullam as promossões que o rei havia feito no exercito, em 24 de julho.

[1] A 10 de julho, permittiu-se o desembarque d'estes individuos, sob a condição de hirem residir a 20 leguas de Lisboa.

Em 24 de novembro, mandam-se tropas a reforçar as do Brasil—e, em 9 de dezembro, se mandam generaes, para o governo das armas das differentes provincias brasileiras.

N'esse mesmo dia (9 de dezembro) recebe o sr. D. Pedro o decreto das côrtes, que o manda recolher ao reino, e no dia seguinte, o principe escreve a seu pae, dizendo que *hia cumprir as ordens do soberano congresso,* e entregar o governo do Brasil; porém, a 9 de janeiro de 1822, muda de parecer, declarando que fica no Brasil, apesar das insistencias de Jorge d'Avillez, para que elle cumprisse as ordens do rei e das côrtes.

Os brasileiros oppõem-se á sahida do principe, havendo grandes tumultos e desgraças no Rio de Janeiro (11 e 12 de janeiro.) O sr. D. Pedro arma os brasileiros contra as tropas portuguezas, e manda intimar Jorge d'Avillez para ir com as suas tropas para a Praia-Grande, e d'alli os obriga a marcharem para o reino, o que fizeram a 15 de janeiro.

Jorge d'Avillez portou-se, n'esta conjunctura, como um portuguez leal; mas faltou-lhe a energia— porque — com 4 mil homens do general Lecor, com os tres batalhões que estavam no Rio de Janeiro, com um que estava na Bahia, e com outro que estava em Pernambuco — tinha forças mais que sufficientes para conter em respeito os brasileiros.

Mas tinha de ser. O Brasil havia de—mais dia, menos dia —saccudir a tutella da mãe patria; porque, na verdade, era quasi um contrasenso ser a *colonia* muito mais vasta e florescente do que a *metropole.*

Nada mais digo a similhante respeito, para me não chamarem miguelista...

O que foi feito da constituição chamada *de 1820*, e das mais—vae nos annos competentes, no artigo Lisboa.

—

1822—(6 de março)—As *peças d'ouro*, que até então valiam 6$400 réis, passam a valer 7$500 réis.

—

Para o mais que pertencer á historia de Portugal, vide 4.º vol., pag. 116 e seguintes; porque, n'este logar, só escreverei o que se refere, com mais especialidade, á cidade do Porto.

—

1828—(22 de fevereiro)—O sr. D. Miguel desembarca em Lisboa, [1] e, em sessão real extraordinaria, presta o juramento prescripto na carta constitucional, a 26 do dito mez, tomando posse do governo, n'esse mesmo dia, e nomeando novo ministerio, que ficou assim constituido:

Ministro assistente ao despacho — Duque de Cadaval.

Reino—o desembargador, José Antonio de Oliveira Leite de Barros (depois feito conde de Basto, pelo sr. D. Miguel.)

Marinha e Ultramar — interinamente — o mesmo doutor, Leite de Barros.

Justiça—Luiz de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça.

Fazenda—conde da Louzã, D. Diogo.

Guerra—conde de Villa-Real.

Estrangeiros—interinamente, este conde.

A 3 de março do mesmo anno, o sr. D. Miguel recompõe o ministerio, entrando para a

Guerra—o conde de Rio-Pardo

Estrangeiros—(effectivo) o conde de Villa-Real.

No mesmo dia, refórma o conselho de estado, sendo nomeados para elle: o marquez de Bórba, D. Francisco Alexandre Lobo (bispo de Vizeu) e o principal Freire.

A 13 de março, são dissolvidas as côrtes, e é nomeada uma commissão, para propôr uma nova lei de eleições, segundo a carta, *mas guardando os usos e costumes da nação portugueza*.

[1] Tinha embarcado em Porthsmouth (Inglaterra) com destino a Portugal, em 9 de fevereiro.

O conde de Villa-Real, sáe do ministerio, e é substituido pelo visconde de Santarem.

Em 29 e 30 de março e 25 de abril, embarcam para a Grã-Bretanha as tropas inglezas, que sob o commando do general Clinton, tinham vindo, em 1826, para Portugal, em defeza da *carta* e da regencia da sr.ª infanta, D. Isabel Maria.

Tambem no dia 25 de abril, o sr. D. Miguel deixou de assignar os actos, em nome de seu irmão.

Os regimentos do *commercio*, atiradores e artilheiros nacionaes de Lisboa, são dissolvidos, a 14 de maio.

Revolução militar do Porto

A 16 de maio, d'este anno de 1828, teve logar n'esta cidade a revolta militar. Uma das causas d'ella, foram as *desligações* de muitos officiaes do exercito liberal, feitas pelo conde do Rio-Pardo, ministro da guerra.

(As *desligações* correspondiam, pouco mais ou menos, ao que hoje se denomina *disponibilidade.*)

Os revoltosos nomeiam uma

JUNTA PROVISORIA, DO PORTO,
EM NOME DO SR. D. PEDRO IV

Alguns corpos das provincias do norte, annuem á revolução do Porto, e a *junta* organisa alguns batalhões.

O governo realista, reune tropas, chama ás armas todas as praças de pret que tinham recebido baixa desde 1820, e cria 52 batalhões de *voluntarios realistas*.

Em 28 de maio, um batalhão do regimento de infanteria n.º 20, que estava de guarnição em Tavira, annue á revolução do Porto, proclamando a carta constitucional.

No dia seguinte, faz o mesmo, em Almeida, o regimento de infantería n.º 15.

Em 27, o general Palmeirim consegue que as praças de pret, do batalhão revolucionado, de infanteria n.º 2, abandonando os officiaes, torne a entrar na obediencia do governo do infante regente.

N'esse mesmo dia, na cidade de Angra (Ilha Terceira) as auctoridades, o batalhão de caçadores n.º 5 e o povo, acclamam rei de Portugal, o sr. D. Miguel.

—

As tropas liberaes deixam uma pequena guarnição no Porto, e avançam para Lisboa, fazendo a acclamação da carta, em Coimbra, Condeixa-Nova, Soure, e Pombal, parando n'esta ultima villa.

As tropas *realistas* [1] sáem da capital, em busca dos liberaes, e chegam a Leiria e Thomar.

Toda a costa, desde o Porto até á Figueira, estava occupada pelos liberaes; porém, no interior, apenas tinham o terreno que pisavam, além da praça d'Almeida, que tambem tinha guarnição liberal.

Nas provincias do Minho e Traz-os-Montes, estava tudo pelo partido do sr. D. Miguel.

O general das armas, do partido do Porto, era Gabriel Antonio Franco de Castro (vide Riba de Ancora)—das do Minho, D. Alvaro da Costa e Souza de Macêdo (depois, conde da Madeira)—de Traz-os-Montes, Gaspar Teixeira (visconde do Peso da Régua)—da Beira-Alta, Agostinho Luiz da Fonseca — e da Beira-Baixa, o visconde de S. João da Pesqueira.

[1] Sublinhei a palavra *realista*, porque, toda a tropa que ficou obediente ao governo do sr. D. Miguel, fazia parte do exercito liberal até fevereiro d'este anno. O exercito realista (as tropas do marquez de Chaves) ainda estava emigrado, desde 7 de março de 1827, dia em que entravam em Hespanha, por Villarinho; regressando a Portugal, sómente em agosto de 1828.

O exercito (a divisão) do general Silveira (marquez de Chaves e conde de Amarante) compunha-se dos batalhões de caçadores 1, 4 e 7 — e dos regimentos de infanteria 5, 7 (quasi todo) 11, 14, 17, 19 (parte) e 24 — cavallaria 4 (parte) 9 e 12. — Além d'estes corpos, havia contingentes de quasi todos os outros, com os quaes, o marquez formou *batalhões provisorios*. Não havia regimento completo de artilheria; mas, umas poucas de baterias, formadas dos que tinham annuido, de todos os regimentos.

As milicias foram mandadas para sua casa.

Havia ainda uma *divisão ligeira*, no Minho e Traz-os-Montes, commandada pelo visconde de Santa Martha.

As tropas do Sul, denominadas *exercito de operações*, estavam sob as ordens do general Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas, que commandava a vanguarda. A 1.ª divisão, era commandada pelo visconde de Souzel—a 2.ª, pelo conde da Alhandra—a 3.ª, pelo visconde de S. João da Pesqueira — e a 4.ª, pelo visconde do Peso-da-Régua.

Note-se que no exercito realista, só havia então, de 1.ª linha—infanteria n.º 8, 12 e 16 — um batalhão de infanteria n.º 9, parte do 21, e o regimento n.º 22—cavallaria n.º 6 e parte do n.º 9, além dos contingentes—parte de caçadores n.º 6, o batalhão n.º 8, e o 1.º e 2.º de *provisorios* (os chamados, das baixas).

A maior parte, pois, das tropas realistas, se compunha de milicias e voluntarios realistas, organisados á pressa.

—

O marquez de Palmella, os condes da Taipa, e de Villa-Flôr, os generaes Saldanha, Stubbs, e outros, que estavam emigrados em Inglaterra, desembarcam em Mattosinhos e chegam ao Porto, em auxilio dos liberaes.

—

O batalhão de caçadores n.º 5, conhecido por liberal, na restauração, fôra mandado para a Ilha-Terceira, em 1823, como deportado. Depois de fazer a acclamação do sr. D. Miguel, a 27 de maio, d'este anno de 1828 (como já disse) *reconsiderou*, e a 22 de junho, acclama a carta constitucional. Algumas das auctoridades que assignaram o *auto* de 27 de maio, assignaram o 22 de junho.

A Ilha da Madeira acclama tambem a carta constitucional.

—

O exercito liberal, sabendo da aproximação do realista, retira do Pombal, e occupa Condeixa-Nova e Coimbra.

As avançadas dos dois partidos encontram-

se na villa de Éga, onde ha uma escaramuça, no dia 23 de junho.

Na madrugada do dia seguinte, o general Póvoas ataca os liberaes, junto a Sernache, e estes retiram até á Cruz dos Moronços (vol. 2.ª, pag. 453, col. 2.ª) onde houve um renhido ataque.

Os liberaes retiram para Coimbra, onde se conservam até á noite de 25, fugindo então precipitadamente, em direcção ao Porto, abandonando muita da sua artilheria, armamento e munições de guerra.[1]

Na madrugada de 26, entra em Coimbra o exercito realista, mas sáe logo em perseguição dos liberaes.

Os generaes, Saldanha, Stubbs e conde de Villa-Flôr, tomam o commando das tropas liberaes.

O general Póvoas avança para o Norte. Os liberaes fazem-se fortes nas formidaveis posições do Marnel e Ponte do Vouga, depois de terem recebido reforços, do Porto. Póvoas os ataca, nos dias 28 e 29 de junho. Os liberaes sustentam o ataque do primeiro dia, mas, no segundo, são desalojados das suas terriveis posições, e retiram, tomando novas posições em Grijó, d'onde tambem foram desalojados, tendo de fugir para o Porto, ficando o seu dominio reduzido a esta cidade e arredores, e á praça d'Almeida, que de nada lhes servia, porque nunca poderam conseguir o pôr-se em communicação com ella, que estava cercada por forças contrarias.

—

Na noite de 2 para 3 de julho, Saldanha, Palmella, Villa-Flôr, Taipa, Stubbs, os membros da junta revolucionaria, e outros cabeças da revolta, mettem-se a bordo do vapor inglez *Belfast*, e fogem para Londres, abandonando as tropas que tinham instigado para se revoltarem.[2]

O exercito liberal, abandonado pelos seus chefes, sáe do Porto, na mesma noite, em direcção á Galliza.

A 3 de julho, o senado da camara do Porto manda participar ao general Póvoas, que a cidade estava abandonada pelos liberaes. Os realistas a occupam logo no mesmo dia 3, á vista do *Belfast*, que ainda não tinha sahido a barra.

É digno de notar-se que — sendo as forças realistas compostas, na sua maxima parte, de tropas irregulares, observaram, na entrada e occupação do Porto, a mais rigorosa disciplina, não havendo o mais leve desaguisado.

É por isso que a cidade, grata ao cavalheiroso comportamento do general Póvoas, lhe fez uma verdadeira ovação quando elle aqui entrou, a unir-se ás forças da junta, no principio de junho de 1847.

Os realistas (deixando guarnição no Porto) marcham para a provincia do Minho, em perseguição das tropas fugitivas, que marchavam na maior desordem, como era de esperar de soldados sem chefes; e, demais, já acossados pelas tropas realistas do Minho.

Todo o batalhão de caçadores n.º 6, commandado só por sargentos, e grande numero de praças de pret de outros corpos, apresentam-se aos realistas.

—

A guarnição da praça d'Almeida, que tinha acclamado o sr. D. Miguel, em março, acclama o sr. D. Pedro, em 27 de maio. Vendo perdidas as suas esperanças de triumpho, com a fugida dos seus generaes, e com a retirada das tropas da junta, torna a accla-

[1] Mas não deixaram os presos por *crimes politicos* (realistas) que levaram comsigo, ferindo e matando alguns pelo caminho. Entre o numero dos mortos, conta-se o padre Raymundo, velho septuagenario, que assassinaram na Mealhada. Tambem maltrataram muitos dos habitantes das povoações por onde passaram.

[2] Tal e qual como alguns officiaes da guarnição cartista do castello de Vianna do Minho, em maio de 1847 — como Sá da Bandeira (14 de junho do mesmo anno) em Setubal, abandonando os seus soldados, e fugindo para um navio inglez—e, finalmente, como o marechal Saldanha, em abril de 1854, abandonando os batalhões de caçadores 1 e 5, parte de infanteria 7 e alguns soldados de cavallaria, nas serras da Beira, e fugindo para Galliza, por Lóbios. (Vide *Portella do Homem*.)

mar o sr. D. Miguel, em 6 de junho; porém, o general realista, Agostinho Luiz da Fonseca, commandante das forças sitiantes, regeitou esta segunda acclamação, admittindo-lhe sómente o render-se á discripção, para lhe aproveitar o indulto de 18 de junho; o que teve logar a 16 de julho. O governador da praça, era o brigadeiro *Mira*.

—

As tropas liberaes, depois de perderem mais de 5:000 homens, entre mortos, feridos e prisioneiros, desde o combate da Cruz dos Morouços, passam a Portella do Homem, em 9 de julho, e entram na Galliza, por Lóbios.

No dia seguinte, o general Bahia (visconde de S. João da Pesqueira) mandou os seus ajudantes d'ordens, com officios, ás auctoridades hespanholas, para que lhes fossem entregues todas as armas, munições e mais objectos militares dos fugitivos; mas, tendo grande parte d'estes inutilisado as suas armas, chegaram estas a Portugal em pessimo estado.

Ainda da Galliza, muitos officiaes e soldados liberaes regressaram á patria, para gosarem o indulto; porém, os mais compromettidos, embarcaram para as ilhas da Madeira e Terceira, e para França ou Inglaterra.

—

Em 14 de julho, o tristemente célebre José Antonio d'Oliveira Leite de Barros (futuro conde de Basto) ministro do reino, do sr. D. Miguel, nomeia uma alçada, para o Porto, com a incumbencia de julgar os liberaes mais compromettidos na revolta de 16 de maio.[1]

Leite de Barros, era um homem sanguinario. Sendo auditor-geral do exercito, na guerra da Peninsula, por pouco não o fuzilou todo!

O sr. D. Miguel nunca se devia lembrar de similhante individuo para tal emprego.

De mais a mais, os individuos que mais se tinham distinguido na revolta de maio, estavam em paizes estrangeiros, fóra do alcance das vinganças dos seus inimigos.

Em 23 de agosto, o sr. D. Miguel I, concede bandeiras de distincção ao batalhão de caçadores n.º 8 (depois, *regimento de caçadores da Beira-Baixa*, um dos corpos mais bravos e disciplinados do exercito realista)[1] —e ao *regimento* de milicias d'Aveiro, pelo seu valor, nas acções da Cruz dos Morouços, Marnel e Ponte do Vouga.

A bandeira dos caçadores tinha a legenda seguinte, extrahida dos *Lusiadas*:

VENCEREI, NÃO SÓ ESTES ADVERSARIOS,
MAS QUANTOS AO MEU REI FOREM CONTRARIOS

A das milicias, dizia (tambem versos de Camões)

E VEREIS QUAL É MAIS EXCELLENTE,
SE SER DO MUNDO REI, SE DE TAL GENTE

—

Em 22 de agosto, o coronel (depois tenente general) José Antonio d'Azevedo e Lemos, desembarca na Ilha da Madeira, que faz entrar na obediencia ao partido realista.

O coronel Luiz Godinho Valdêz, governador liberal da ilha, fugiu para bordo de um navio inglez, hindo depois reunir-se ás tropas liberaes da Ilha Terceira. Tambem chegou depois ao posto de tenente general.

Foi tambem em agosto d'este anno, que a tropa realista, emigrada em Hespanha (a di-

[1] Mas todos os mais decretos d'esse tempo (dois de 18 e dois de 28 de agosto) com respeito a alçadas, em todo o reino, foram referendados pelo ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça, Luiz de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça.

[1] Quando em 1834, o governo do sr. D. Miguel I decretou que, dos quatro regimentos de caçadores, se formassem 12 batalhões, — formou este regimento tres batalhões — sendo a 1.ª, 3.ª e 5.ª companhias (com bandeiras, estado-maior e musica) para formar caçadores n.º 3 — 2.ª, 4.ª e 6.ª, caçadores n.º 4 — e 7.ª e 8.ª, caçadores n.º 11. — O auctor d'esta obra, que era da 5.ª companhia, ficou pertencendo a caçadores n.º 3, até 16 de maio de 1834, dia em que ficou ferido e prisioneiro na *batalha da Aceisseira*.

visão do marquez de Chaves) regressou a Portugal, tomando o logar que lhe competia no exercito.

—

Duas fragatas brasileiras conduzem do Rio de Janeiro (d'onde sahiram a 5 de julho) com destino a Lisboa, a sr.ª D. Maria da Gloria, princeza do Grão-Pará (depois, rainha —segunda do nome) para casar com seu tio, o sr. D. Miguel I.

Os navios arribaram a Gibraltar (2 de setembro) onde estavam alguns emigrados liberaes, que conseguiram mudar o rumo (e o destino) da princeza, hindo para Londres, onde estavam os mais importantes personagens do partido liberal—em vez de vir para Lisboa.

Foi uma grande desgraça para Portugal, causada, não pela sr.ª D. Maria da Gloria—innocente creança de pouco mais de nove annos—[1] nem por seu pae, nem por seu tio; mas por quem desejava a guerra civil, que foi origem de tantos infortunios.

Se se effectuasse o casamento d'esta senhora com seu tio, findava o pretexto principal da guerra fratricida, e não se mancharia a historia nacional com as atrocidades commettidas por ambos os partidos, desde 1828... até hoje.

—

Em 27 de setembro, o sr. D. Pedro I, imperador do Brasil, e o seu governo, declaram ao encarregado dos negocios de Portugal, no Rio de Janeiro, para o fazer sciente ao ministro dos negocios estrangeiros da sua nação, que — *apesar das mudanças ultimamente occorridas em Portugal, as relações commerciaes e de mutuo interesse para ambos os paizes, continuavam, sem interrupção alguma, e que o mesmo encarregado seria admittido para tratar na côrte brasileira, de tudo quanto pertencesse áquellas relações, que subsistiriam na conformidade do tratado de 29 de agosto de 1825.*

—

Os liberaes da Ilha Terceira; e os emigrados que se lhes reunem, formam alli o

Governo provisorio, em nome da sr.ª D. Maria II

Mas, a população da ilha, sendo, na sua maxima parte, realista, armou guerrilhas contra os liberaes; o que deu causa ás maiores atrocidades d'estes, que chibatavam e assassinavam muitos paisanas, e lhes sequestravam as suas fazendas.

—

1829—(7 de maio)—Dia que marca uma das paginas mais negras da nossa historia. Os juizes da alçada, de execranda memoria, por accordo de 9 de abril d'este anno, haviam condemnado dez liberaes a pena de morte, na forca (o que se executou na *Praça Nova*, do Porto—hoje *Praça de D. Pedro*—sendo-lhes depois cortadas as cabeças, que foram expostas, n'esta cidade, na Feira, em Aveiro, e em Coimbra) treze a degredo para a Africa e a India (sendo quatro, de mais baixa condição, condemnados a açoites, que soffreram a 16 de junho.)

Note-se que — algumas das testemunhas que mais depozeram contra estas infelizes victimas, se fizeram, depois de 1834, encarniçados liberaes, e foram os mais crueis perseguidores dos realistas.

Os dez desgraçados que n'este dia de eterno horror pagaram com a vida as suas convicções politicas (e alguns as inimisades particulares!) foram os seguintes:

Bernardo Francisco Pinheiro, capitão de ordenanças, natural do logar das Ayras, freguezia de S. Jorge, no concelho da Feira.

Clemente da Silva Mello Soares e Freitas, juiz de Fóra da Feira, natural d'Aveiro.

Francisco Manuel Gravito da Veiga Lima, desembargador da casa da Supplicação.

Francisco Silverio de Carvalho, fiscal dos tabacos, natural d'Aveiro.

Joaquim Manoel da Fonseca Lobo, tenente coronel do batalhão de caçadores n.º 11, natural do Porto.

Este homem nunca foi liberal. Quando cahiu a constitui-

[1] Tinha nascido a 4 de abril de 1819, e tinha então nove annos e cinco mezes.

ção, em 1823, era major de caçadores n.º 4; e tendo, no alto mar, e a bordo do *Grão-Canôa* (onde vinha o batalhão) noticia—por uma escuna portugueza—da acclamação de D. João 6.º, como rei absoluto, dá voz de preso (!) ao tenente coronel[1] e faz a acclamação, mandando calcar aos pés dos soldados, os laços azues e brancos e substituil-os pelos azues e encarnados.[2]

Tanto se não julgava cumplice, que nem quiz fugir para a Inglaterra, nem emigrar para a Galliza, com o seu batalhão, e se deixou ficar no Porto, onde foi preso, a 15 de dezembro de 1828.[3]

José Antonio de Oliveira da Silva Barros, empregado do tabaco, natural do Porto.

José Maria Martiniano da Fonseca, bacharel em direito, natural da Ilha da Madeira.

Manoel Luiz Nogueira, juiz de fóra de Aveiro, natural do Porto.

Victorio Telles de Medeiros, tenente coronel do regimento de milicias da Louzã, natural da freguezia de Ceira, concelho de Coimbra.

[1] Era José Julio de Carvalho, que, em 1829, foi julgado como ausente, sentençeado á morte, como se declara na relação competente.

[2] Foi uma pura comedia. A bordo não havia outros laços, nem sóla para se fazerem. Os laços liberaes, depois de calcados aos pés e *deshonrados*, se recolheram em baldes, e foram levados ao porão, onde a côr branca foi coberta como uma camada de *rôxo-rei*, e assim, com a *casaca virada*, tornaram a ser collocados nas barretinas!

[3] Consta-me que este desgraçado declarára no oratorio, que não morria por liberal, mas que merecia a morte, por ter commettido dois assassinos; e é certo que, estando caçadores 4 em Castro-Marim (1822) appareceu morto um *soldado-grave*, do batalhão, — e estando este em Tavira (1824) se achou assassinado um official inferior, de infanteria 14, e ambas estas mortes foram attribuidas a Fonseca Lobo, por causa de namoros.

Antonio Bernardo de Brito e Cunha, contador da real fazenda, natural do Porto.

—

Ainda, em 9 de outubro d'este anno de 1829, foram enforcados, na Praça-Nova, do Porto, dois infelizes—foram:

Clemente de Moraes Sarmento, sargento de caçadores n.º 10, natural de Aveiro.

João Ferreira da Silva Junior, filho familia, natural d'Albergaria-Velha.

—

Todas as sentenças d'estas 12 victimas, declaravam que — ficavam *exauctorados e privados de tódas as honras, privilegios e dignidades de que gosavam, e condemnados a que, com baraço e pregão, fossem levados pelas ruas publicas do Porto, até ao largo da Praça-Nova, e na forca que na mesma se havia de levantar, morressem enforcados, sendo-lhes depois cortadas as cabeças, para se affixarem em um alto póste, nos logares do delicto.*

Foram tambem condemnados á confiscação de todos os seus bens.

—

Foi condemnado, (por sentença de 9 de julho de 1830) na confiscação de todos os seus bens, e em degredo perpetuo, para o presidio de Quelimane, com pena de morte, se voltasse ao reino; dando primeiro tres voltas em redor da forca, levantada na Praça-Nova (o que cumpriu em 25 de setembro do mesmo anno.)

Thiago Antonio Xavier d'Azevedo, proprietario, natural da freguezia de Guiães, concelho de Villa-Real.

—

Foram açoitados

João Antonio Teixeira Tórga, trabalhador, natural de Sanfins, concelho d'Alijó.

A sentença é de 9 de julho de 1830.—Em cumprimento d'ella, foi condemnado em degredo perpetuo, para a ilha de S. Thomé (Africa) com pena de morte, se voltasse a este reino; sendo primeiramente açoitado pelas ruas publicas da cidade do Porto, e

dando tres voltas á róda da forca, levantada na Praça-Nova, e confiscação de todos os seus bens.

Foi açoitado e deu as voltas em redor da forca, em 25 de setembro de 1830.

—

Luiz Luzano, caixeiro, natural da praça de Vallença.

A sentença é de 9 de abril de 1829.—Em cumprimento d'ella, foi a victima exautorada, sendo privada de todas as honras, privilegios e dignidades de que gosava; e condemnada a que, com baraço e pregão, fosse levada pelas ruas publicas da cidade do Porto, ao largo da Praça-Nova, onde, na forca, que ahi se havia de levantar, morresse enforcado, sendo-lhe depois cortada a cabeça, para ser exposta, por tres dias, em um alto póste, no logar do delicto; e, além d'isto, na confiscação e perdimento de todos os seus bens.

Esta sentença lhe foi intimada a 4 de maio, e subiu logo ao oratorio. No dia 6, por via de embargos, foi-lhe commutada aquella pena, na de açoites, pelas ruas publicas do Porto, e em trabalhos de galés, por toda a vida.

Foi açoitado no dia 16 de junho do mesmo anno de 1829.

—

Polycarpo José da Silva Pessoa, negociante, natural da freguezia de Lanhellas, concelho de Caminha.

A sentença é de 25 de novembro de 1829. Foi condemnado a ser açoitado pelas ruas publicas do Porto, e, depois, hir degredado por toda a vida, para Caconda (Africa) com pena de morte, se voltasse ao reino, e na confiscação e perdimento de todos os seus bens.

Foi açoitado em 3 de agosto de 1830.

—

Samuel Safarty, negociante, natural de Marrócos (Africa) e residente no Porto.

A sentença é de 9 de abril de 1829. Foi condemnado a ser açoitado pelas ruas publicas do Porto, em trabalhos nas galés, por toda a vida, e na confiscação e perdimento de todos os seus bens.

Foi açoitado em 16 de junho do mesmo anno.

—

Assistiram ás execuções de 7 de maio de 1829

Francisco Antonio de Abreu e Lima, corregedor d'Aveiro, natural da cidade de Vianna.

A sentença é de 9 de abril, do dito anno. Foi condemnado na exautoração, e privado de todas as honras, privilegios e dignidades de que gosava, e a que, com baraço e pregão, fosse levado pelas ruas publicas, do Porto, até ao largo da Praça-Nova, e na forca, que ahi se havia de levantar, morresse enforcado; sendo-lhe depois cortada a cabeça, para se affixar em um alto póste, no logar do delicto. Foi mais condemnado na confiscação e perdimento de todos os seus bens.

Foi-lhe intimada a sentença em 4 de maio, e subiu logo ao oratorio.

Em 6, por via de embargos, foi aliviado da pena de morte, e condemnado a hir assistir ás execuções que se haviam de fazer no dia 7; sendo depois degredado por toda a vida, para o presidio das Pedras-Negras (Africa) com pena de morte, se voltasse ao reino.

Foi assistir ás execuções do dia 7.

—

José Ferreira Pestana, ajudante do observatorio, natural de Coimbra.

A sentença é de 9 de abril. Foi condemnado a assistir ás execuções de 7 de maio, e, depois, degredado por toda a vida, para Angola, com pena de morte se voltasse ao reino, e no confisco e perdimento de todos os seus bens.

Foi assistir ás execuções do dia 7.

—

Manuel José Peixoto, cirurgião, natural de Oliveira d'Azemeis.

A sentença é de 9 de abril. Teve uma condemnação egual á antecedente, menos o degredo (tambem perpetuo) que foi para uma das possessões do Estado da India.

Assistiu ás execuções do dia 7.

—

Victorino José da Silva Teixeira de Quei-

roz, capitão do regimento de milicias de Penafiel, natural de Bayão.

A sentença é de 9 de abril de 1829. Teve uma condemnação egual ás antecedentes, sómente o degredo (perpetuo) foi para Benguella.

Assistiu ás execuções do dia 7.

—

Assistiram ás execuções de 9 de outubro de 1829

Adriano Augusto da Silva Pereira, estudante, natural de Monção, morador em Valença do Minho.

A sentença é de 18 de setembro do dito anno. Teve uma condemnação egual ás antecedentes, sendo o degredo perpetuo para uma das possessões do Estado da India.

Assistiu ás duas execuções do dito dia 9.

—

José de Sousa Bandeira, escrivão do civel, natural de Guimarães.[1]

A sentença é de 18 de setembro do dito anno. Foi condemnado a assistir ás duas referidas execuções, e hir depois degredado por toda a vida para o presidio de *Pungo-Adongo* (Africa) com pena de morte, se voltasse a este reino; e na confiscação e perdimento de todos os seus bens.

Assistiu ás duas execuções do dia 9.

—

Foi condemnado a dar tres voltas á roda da forca

Jeronymo Dias d'Azevedo, academico, natural de Podentes, concelho de Penella, comarca de Louzan.

A sentença é de 9 de julho de 1829. Foi condemnado na confiscação de todos os seus bens, e em degredo perpetuo para Benguella, com pena de morte se voltasse ao reino — dando primeiramente tres voltas em redor da forca da Praça-Nova.

No dia 25 de setembro do dito anno, deu as voltas em roda da forca.

—

Foi condemnado a assistir a uma execução (mas não assistiu)

Manuel Teixeira Leonil, bacharel em leis, natural de Lamego.

A sentença é do 1.º de junho de 1829. Foi condemnado a hir, com baraço e pregão, assistir á execução de um liberal, que havia de ser enforcado na Praça-Nova, por sentença exarada no mesmo processo; e, depois, hir degredado, por toda a vida, para o presidio de Caconda (Africa) com pena de morte, se voltasse a este reino, e na confiscação de todos os seus bens.

Não assistiu á execução, porque o infeliz que havia de ser enforcado, embargou, conseguindo que a pena lhe fosse commutada em degredo perpetuo, para a Africa.

—

Note-se que muito poucas sentenças de degredo se cumpriram, estando os presos nas cadeias, d'onde sahiram, á medida que as terras onde estavam presos foram occupadas por forças liberaes.

—

Liberaes que foram sentenciados á morte, e cuja pena se não cumpriu, por estarem ausentes do reino

Marquez de Palmella, natural de Lisboa.

A sentença é de 21 de agosto de 1829.

(Foi seu defensor e curador nomeado, o bacharel Francisco Alves de Mattos.)

Foi exautorado e privado de todas as honras, privilegios e dignidades de que gosava n'este reino, do qual o haviam por desnatùralisado; foi comdemnado a que, com baraço e pregão, fosse conduzido pelas ruas publicas do Porto, até á Praça-Nova, e ahi, em um alto cadafalso, morresse de morte natural, de garrote. E, depois de lhe ser decepada a cabeça, que seria pregada em um alto póste, na estrada de Mattosinhos (onde tinha desembarcado) ficando exposta, até que o tempo a consumisse — *fosse o corpo, e o cadafalso, reduzidos, pelo fogo, a cinzas, que*

[1] Depois de 1834, foi escrivão de uma das varas do Porto, e tornou-se celebre, como redactor do *Artilheiro*, do *Periodico dos Pobres*, e, por fim, como proprietario e redactor do *Braz Tizana*, jornaes todos publicados no Porto.

seriam lançadas ao mar, para que d'elle e de sua memoria, não houvesse mais noticia; e, além d'isto, na confiscação e perdimento de todos os seus bens. E, porque se achava ausente, foi pronunciado, e havido por banido, e se mandou ás justiças, que appellidassem contra elle toda a terra, para ser preso, ou para que, todo e qualquer do povo o podesse matar livremente, sabendo que era o proprio banido, e não sendo seu inimigo.

—

Conde de Sampaio (Manuel.)

A sentença é da mesma data da antecedente, e teve o mesmo defensor, e a mesma condemnação.

—

Conde da Taipa.

Teve o mesmo defensor, e a mesma sentença, datada do mesmo dia.

—

Conde de Villa-Flôr.

A sentença é da mesma data, e teve o mesmo defensor e egual condemnação.

—

D. Philippe de Sousa Holstein.

A sentença é da mesma data, teve o mesmo defensor e egual condemnação.

—

João Carlos de Saldahha de Oliveira Daun (depois duque de Saldanha.)

A mesma condemnação, por sentença de egual dia, e com o mesmo defensor.

—

Alexandre Marcellino de Maia e Brito, tenente coronel do regimento de infanteria n.º 6.

A sentença é de 18 de setembro de 1829, e foi seu defensor o bacharel, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.

Teve a mesma condemnação, menos a cabeça espetada no poste da estrada de Mattosinhos.

—

Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, desembargador da relação do Porto, e natural d'esta cidade.

A sentença é de 25 de novembro de 1829, e foi seu defensor, o bacharel, Antonio Cyro Pinto Osorio.

Teve a mesma condemnação do antecedente.

—

Antonio Correia Leitão, major do regimento de infanteria n.º 18.

A sentença é de 18 de setembro de 1829, e foi seu defensor, o bacharel, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.

Teve identica condemnação.

—

Antonio da Costa e Silva, major do regimento de artilheria n.º 4.

Sentença da mesma data, o mesmo defensor e a mesma condemnação do antecedente.

—

Antonio Hypolito da Costa, tenente general.

A sentença é de 25 de novembro de 1829. Foi seu defensor, o bacharel, Antonio Cyro Pinto Osorio.

A condemnação antecedente.

—

Antonio José da Silva Paulete, coronel de engenheiros.

A sentença é da mesma data, com o mesmo defensor, e a condemnação antecedente.

—

Barão de Rendufe, natural do Porto.

A sentença é de 21 de agosto de 1829.— Defensor, Francisco Alves de Mattos.

A mesma condemnação, sendo-lhe, de mais a mais, a cabeça espetada em um alto póste, na estrada de Mattosinhos, onde estaria até que o tempo a consumisse.

—

O barão de Rendufe, desforrou-se d'esta condemnação, *in mentem*, na sessão da camara dos deputados, de 28 de março de 1834, mandando para a mesa uma *proposta*, com dois artigos:

1.º—Para fazer applicar ao sr. D. Miguel I, as penas da Ord. do L. 5.º, tit. 6.º. como *traidor á nação* (!)

2.ª — Que o mesmo senhor, fosse desde logo privado da prestação de sessenta contos annuaes, estipulados na con-

venção d'Evora-Monte. (Prestação que nunca houve tenção de dar-lhe, pois, até o ministro, Agostinho José Freire, disse em plenas côrtes, que nunca houve tenção de se cumprirem as estipulações da tal convenção.)

—

Candido José Xavier, tenente coronel de caçadores.

A sentença é da mesma data antecedente, e teve o mesmo advogado, e a mesma condemnação.

—

Christiano Nicolau Copek, negociante, natural do Porto.

A sentença é de 25 de novembro do mesmo anno. Defensor, Antonio Cyro Pinto Osorio.

Teve a mesma sentença, menos o ter a cabeça exposta na estrada.

—

Duarte Guilherme Ferreira, coronel de artilheria n.º 4.

A sentença é de 18 de setembro do mesmo anno. Defensor, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.

Egual condemnação.

—

Francisco da Gama Lobo Botelho, coronel do regimento de cavallaria n.º 12.

A sentença é da mesmo data; teve egual defensor, e condemnação identica.

—

Francisco José Pereira, coronel de infanteria n.º 6.

A sentença é da mesma data; teve o mesmo defensor e egual condemnação.

—

Francisco de Paula d'Azeredo, marechal de campo, natural de Lamego. (Foi depois primeiro conde de Samodães.)

A sentença é de 21 de agosto do mesmo anno. Defensor, Francisco Alves de Mattos.

Identica condemnação, accrescendo mais ter a cabeça em um póste, na estrada de Mattosinhos, onde desembarcára, até que o tempo a consumisse.

—

Francisco de S. Payo, tenente do exercito.

Sentença da mesma data, e teve o mesmo defensor.

Egual comdemnação; mas a morte não seria de garrote, porém na forca, que se havia de levantar na Praça-Nova.

—

Francisco Saraiva da Costa Refoyos, brigadeiro, natural da Guarda.

A sentença é de 17 de dezembro de 1830.

Teve egual condemnação, menos a exposição da cabeça.

—

Francisco Zacharias Ferreira d'Araujo.

A sentença é de 21 de agosto de 1829, e foi seu defensor, Francisco Alves de Mattos.

A mesma condemnação, e mais com exposição da cabeça, na estrada de Mattosinhos. (Mas morria enforcado.)

—

Henrique da Silva da Fonseca, coronel de infanteria n.º 18.

A sentença é de 18 de setembro de 1829. —Defensor, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.

A mesma condemnação, menos a exposição da cabeça; mas morria garrotado.

—

João da Costa Xavier, capitão do exercito.

A sentença é de 21 de agosto do mesmo anno.—Defensor, Francisco Alves de Mattos.

A mesma condemnação, accrescendo a exposição da cabeça, na estrada de Mattosinhos, e ser enforcado.

—

Joaquim Antonio de Magalhães doutor em leis.

A sentença é de 25 de novembro de 1829. —Defensor, Antonio Cyro Pinto Osorio.

A mesma condemnação, menos a exposição da cabeça, e teria morte de garrote.

—

Joaquim José de Queiroz, desembargador da relação.

(Na carta d'editos, está *José Joaquim de Queiroz*, mas na relação, está Joaquim José de Queiroz).

A sentença é da mesma data do antecedente. O mesmo defensor.
Identica condemnação.

—

José Baptista da Silva Lopes, tenente coronel do regimento d'artilheria n.º 4.
A sentença é de 18 pe setembro de 1829. Defensor, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.
Egual sentença.

—

José de Barros e Abreu, tenente-coronel de cavallaria n.º 12.
A sentença é da mesma data, e teve o mesmo defensor.
Egual condemnação.

—

José Joaquim Gerardo de S. Payo, desembargador da relação do Porto, e natural da mesma cidade.
A sentença é de 25 de novembro do mesmo anno, de 1829. — Defensor, Antonio Cyro Pinto Osorio.
Egual condemnação.

—

José Julio de Carvalho, tenente-coronel de caçadores n.º 10.
A sentença é de 18 de setembro de 1829, e foi seu defensor, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.
A mesma condemnação.

—

José Maria de Sousa, capitão, commandante, de caçadores n.º 6.
A sentença é da mesma data, e teve o mesmo defensor.
Egual condemnação.

—

José Victorino Barreto Feio.
A sentença é de 21 de agosto do mesmo anno. Defensor, Francisco Alves de Mattos.
Egual condemnação; mas a morte seria na forca.

—

Manuel Alexandrino Pereira da Silva, major de infanteria n.º 18.
A sentença é de 18 de setembro. Defensor, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.
A mesma condemnação; porém a morte seria de garrote.

—

Manuel Antonio Vellez Caldeira, desembargador da relação do Porto, e natural da mesma cidade.
A sentença é de 25 de novembro. Defensor, Antonio Cyro Pinto Osorio.
A mesma condemnação.

—

D. Manuel da Camara, tenente de infanteria n.º 14, natural de Lisboa.
A sentença é de 21 de agosto de 1829. — Defensor, Francisco Alves de Mattos.
A mesma condemnação, mas accrescia ter a cabeça exposta na estrada de Mattosinhos.

—

Manuel Joaquim Barreto Praça, capitão de cavallaria.
Sentença da mesma data, e teve o mesmo defensor.
Identica condemnação, mas a morte seria na forca.

—

Manuel José Mendes, major do exercito.
A sentença é da mesma data, e com o mesmo defensor.
Identica condemnação.

—

Miguel Correia de Mesquita, major de caçadores n.º 11.
A sentença é de 18 de setembro. Defensor, Gaudencio Xavier de Carvalho e Silva.
A mesma condemnação, mas a morte seria de garrote, e sem exposição da cabeça na estrada de Mattosinhos.

—

Pedro Antonio Rebôcho, major de caçadores n.º 10.
A sentença é da mesma data, e teve o mesmo defensor, e egual condemnação.

—

Rodrigo Pinto Pizarro, coronel de cavallaria; natural de Sabrosa, concelho de Villa-Real.
A sentença é de 21 de agosto, e foi seu defensor, Francisco Alves de Mattos.
A mesma sentença, mas aggravada com o

ser a morte na forca, e ter a cabeça em exposição na estrada de Mattosinhos.

—

Rodrigo Pinto Pizarro, foi um dos mais bravos officiaes do exercito portuguez, e um dos homens mais honrados, leaes e energicos do partido liberal.

Pertencendo, em 1830, ao partido da *opposição* (depois chamado *setembrista*, e por fim —*patuleia*) não quiz (por dissenções com o sr. D. Pedro, Villa-Flôr e outros) acompanhar o exercito liberal, na sua invasão de 8 de julho de 1832; deixando-se ficar em Paris, para onde tinha emigrado, e d'onde escreveu contra a regencia d'aquelle principe.

Só appareceu em Lisboa, depois de terminada a guerra civil.

O sr. D. Pedro, mandou-o prender (28 de junho de 1834) e, no acto da prisão, vociferou contra o principe e seus ministros.

Depois da morte do sr. D. Pedro, foi Pizarro eleito deputado, e depois ministro.

Em 22 de setembro de 1835, foi feito barão *da Ribeira da Sabrosa.* (Vide *Sabrosa.*)

—

Thomaz Guilherme Stubbs, tenente general.

A sentença é tambem de 21 de agosto, e foi seu defensor o mesmo do antecedente.

A mesma condemnação, mas a morte seria de garrote.

—

Thomaz Pinto Saavedra, tenente de cavallaria.

A sentença é da mesma data, e teve o mesmo advogado.

A mesma condemnação, porém a morte seria na forca.

—

Estas ridiculas sentenças, não foram mais do que um inutil e apparatoso acto de ferocidade, praticado pelos ministros que o toleraram.

As pessoas ausentes na Inglaterra, na França, na Italia, ou na Ilha-Terceira, estavam fóra do alcance da vindicta d'esta gente sanguinaria, que, não podendo perseguir de outro modo os seus inimigos politicos (e particulares...) se desforravam enchendo resmas e resmas de papel, com sentenças cruelissimas, que bem sabiam que jamais passariam do papel.

Não falta quem diga (e talvez com bons fundamentos) que as crueldades praticadas n'este tempo, foram promovidas unicamente para desacreditar o governo do Sr. D. Miguel.

O que é certo, é que eu conheci muitos individuos que, tendo sido cruelíssimos perseguidores dos liberaes, desde 1828 até 1834, foram depois encarniçadissimos perseguidores e assassinos dos realistas.

Tambem não sei quantos ministros da truculenta alçada tinham ideias liberaes; mas conheci um (A. T. d'A. C.) que foi sempre liberal; e que mesmo depois de 1834, e estando reduzido a simples advogado d'aldeia, não occultava as suas ideias, e o seu ódio ao Sr. D. Miguel.

—

Devemos tambem notar, que os sanguinarios ministros que condemnaram á morte os 12 desgraçados que foram executados no Porto, escolheram talvez os que menos serviços tinham prestado á revolta de 16 de maio; não se importando com outros que se tinham distinguido n'esta revolta, tão desastrosa para os vencidos como para os vencedores—v. gr.—o brigadeiro, Luiz do Rego, foi para a praça d'Elvas, tendo a cidade por *menagem.*

Os brigadeiros Claudino e Pamplona Moniz, apenas estiveram presos, e o general Pamplona Rangel (visconde de Beire) nada teve que soffrer.

Poderia nomear um sem numero de individuos no mesmo caso, o que não faço, para não fazer este tristissimo artigo mais extenso.

Muitos me teem accusado de miguelista, só porque digo as verdades, e narro os factos como elles aconteceram; apezar de verem que, se divulgo os crimes praticados por liberaes, não encubro os que os realistas cometteram.

O *mote* d'esta obra é—

JUS SUUM CUIQUE TRIBUENS

—

As cabeças dos infelizes que foram executados em 9 de outubro, estiveram tres dias expostas na forca, segundo as sentenças, e ao 3.°, a Misericordia as tirou e mandou enterrar em sagrado.

—

Depois de 1834, os cadáveres das doze victimas, immoladas pelos ferozes ministros da alçada, foram recolhidos em um tumulo commum, que está no pateo da Misericordia (na rua das Flores) em frente da porta da entrada do pateo, e na frente do tumulo se lê a seguinte inscripção:

AQUI JAZEM
AS OSSADAS DOS MARTYRES DA PATRIA
QUE NO PATIBULO, EM PRAÇA PUBLICA,
TERMINARAM SEUS DIAS,
A 7 DE MAIO E 9 DE OUTUBRO
DE 1829.

Todos os annos, a 7 de maio, se fazem na na egreja da Misericordia, sufragios pelas almas d'estes 12 infelizes.

—

A alçada, condemnou:

A pena ultima, de garrote ou forca... 42
(Mas, como acabamos de ver, só 12 d'estas sentenças se executaram; os 30 restantes condemnados estiveram presos por diversas cadeias, onde alguns falleceram, e outros foram libertados pelos fins do anno de 1833, e até maio de 1834.)
A outras diversas penas............. 30
Absolveu, por sentença, ou por lhe approveitar o regio indulto.......... 68
Mandou dizer de facto e direito, mas não consta que sentenciasse........... 23
Remetteu para juizos privilegiados.... 3
Mandou citar, para se defenderem, mas não houve mais procedimento.....1:930
Foram presos, em diversas terras do reino 1:474
Somma total de todos os individuos que estiveram presos por liberaes, incluindo os que foram executados............1:640

—

A alçada condemnou, só por sentença de 9 de abril de 1829, a pena ultima, 23 liberaes, os 10 infelizes que foram justiçados em 7 de maio, e 13 aos quaes foi commutada a sentença, em degredo perpetuo, para diversas possessões portuguezas do Ultramar! Não tinham mãos a medir. [1]

—

O governo do sr. D. Miguel organisou uma expedição, para ir conquistar a Ilha Terceira. Os navios eram commandados pelo chefe d'esquadra, Rosa, e a tropa pelo, então coronel, José Antonio de Azevedo e Lemos.

Esta expedição sahiu de Lisboa a 16 de junho.

Era composta dos batalhões de caçadores n.° 1 e 11—dos regimentos d'infanteria n.° 7 e 16—artilheria, sapadores, etc.

Chegando á ilha de S. Miguel, recebeu ainda os segundos batalhões dos regimentos d'infanteria n.° 1, 13 e 20, e um parque d'artilheria.

A 11 d'agosto, pelas 11 horas e 45 minutos da manhã, fundeou a esquadra realista em frente da Villa da Praia, debaixo do fogo de 5 fortes e 3 baterias, não o podendo fazer calar completamente.

Pelas 4 horas da tarde, o bravo tenente-coronel Azevedo, á frente de 600 homens, salta em terra, levando os liberaes até aos seus intrincheiramentos. Ahi foram feridos mortalmente Azevedo e o major D. Gil Ean-

[1] Peço desculpa aos meus leitores pela extenção d'este artigo; (o da *alçada*) mas, a certeza de não se encontrar em livro nenhum (que eu saiba) a historia tristissima d'estas crueldades, narrada tão individualmente (pelo que tive immenso trabalho em a colligir) — e o desejo que tenho em mostrar a maior imparcialidade nas minhas narrações, me levaram a dar a esta materia mais amplidão do que tencionava.

nes da Costa e Sousa de Macedo (irmão do conde da Madeira e filhos dos condes de Mesquitella.)

A tropa, desanimada por este facto, e não tendo uma reserva, tratou de se abrigar dos fogos do inimigo, nos accidentes do terreno, onde os liberaes a foram procurar, matando uns e aprisionando outros, sem escapar um unico dos que desembarcaram, porque Rosa não quiz mandar as suas barcas e chalupas, recebel-os, o que muito bem podia fazer, ao abrigo da escuridão da noite; mas preferiu commetter a cobardia de abandonar aquelles desgraçados ao furor dos vencedores e fugindo com tal medo das aguas da ilha, que até mandou picar as amarras, sem ser perseguido por um unico navio liberal! Os realistas perderam n'esta sua mallograda empreza, 25 officiaes e 454 praças de pret, sendo a maior parte, prisioneiros.

—

A sr.ª D. Maria da Gloria, embarca em Portsmouth, para o Rio de Janeiro, com sua madrasta, a sr.ª D. Maria Amelia, imperatriz do Brasil, em 30 de agosto.

—

1830.—(16 d'abril) Nasce n'esta cidade, o sr. D. Americo Ferreira dos Santos Silva, actual bispo d'esta diocese.

Estudou em Paris as lettras profanas, no exemplarissimo collegio do celebre padre *Sacra-Familia.*

Concluiu os preparatorios, no Porto, sendo seu mestre, o padre Jeronymo da Costa Rosario, sacerdote tambem de comportamento exemplar.

Formou-se em theologia e recebeu capêllo, na universidade de Coimbra, em 1852, e quatro mezes depois, tomou ordens de presbytero.

Em 1853, já era professor de theologia, no seminario patriarchal de Santarem.

Foi a Roma com o cardeal-patriarcha, D. Guilherme, na qualidade de seu secretario, recebendo então o titulo de *monsenhor*, e o papa Pio IX o nomeou seu camarista secreto, supranumerario.

Em 1858, foi despachado conego capitular, da Sé Patriarchal de Lisboa, e pouco depois, reitor e commissario dos estudos, do districto de Santarem; logar de que pediu a sua exoneração, pelo seu máu estado de saude.

Desempenhou com sollicitude e intelligencia varias commissões, de que foi encarregado, inclusivamente a do governo do patriarchado, tendo por collegas outros dous conegos, durante a ausencia do prelado. Já então o sr. D. Americo era desembargador e juiz da relação ecclesiastica e curia patriarchal.

Em 1869, foi eleito por unanimidade, vigario-capitular do patriarchado, *sede vacante*, por fallecimento do cardeal patriarcha, D. Manoel Bento Rodrigues. (Vol. 4.º pag. 281, col. 2.ª, no fim.)

Exerceu este emprego até 18 de junho de 1871.

Em 23 de dezembro de 1869, foi eleito bispo do Porto, e confirmado pelo Summo Pontifice, Pio IX, em 26 de junho de 1871, sendo sagrado, em Lisboa, em setembro do mesmo anno.

É filho de um negociante dos principaes do Porto, e de uma senhora virtuosissima.

Seu pae, o sr. João Ferreira dos Santos Silva, foi feito 1.º barão de Santos, em 8 de abril de 1850. Teve egual titulo, seu irmão, o sr. João Ferreira dos Santos Silva Junior, em 12 de junho de 1860.

—

N'este mesmo anno de 1830, o Senhor D. Miguel I manda construir, em S. João da Foz do Douro, o asylo dos naufragos *(casa de salva-vidas)* que o governo liberal vendeu por 300$000 réis, em 1835 (tendo custado 6:400$000!)

Depois do horroroso naufragio do vapor *Porto* (29 de março de 1852) o governo *expropriou* esta casa, tendo de dar por ella, ao seu proprietario, 4:200$000 réis! (vol. 3.º pag. 222, col. 2.ª, no fim.)

—

No 1.º de julho d'este anno, a alçada condemna á pena de morte, na força, a Ignacio Moniz, capitão de milicias de Guimarães, e a perdimento de todos os seus bens.

Moniz, prova com documentos authenticos, ser 28.º descendente do famoso D. Egas Moniz, aio de D. Affonso I (vide *Paço de Sou-*

za) e o sr. D. Miguel, por carta régia, de 16 do mesmo mez de julho, lhe commuta a pena, em degredo perpetuo para a Africa.

—

Dou principio á parte, para mim mais espinhosa, da historia moderna do Porto.

Posto que na confecção d'esta obra, todo o meu empenho seja dizer a verdade, *nua e crua*, seja a favor ou contra qualquer dos partidos politicos em que Portugal se divide ha 57 annos, tenho por muitas vezes, em periodicos liberaes, sido acoimado de *miguelista*.

É porque, os que dizem isto, *nunca leram senão pela sua cartilha*—isto é—julgam, sem ouvir as duas partes, por isso estranham de ouvir narrar os factos de diversa maneira, e como elles na verdade se passaram, e d'aqui nascem as suas queixas injustissimas.

Contarei, pois a historia do cêrco do Porto, desde 1832 a 1834, com rigorosa exactidão, e sem lhe juntar o menor commentario.[1]

—

As provincias brasileiras, do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Matto Grosso, S. Pedro do Sul e outras, tinham recebido os governadores nomeados pelas côrtes (liberaes) portuguezas; porém o Senhor D. Pedro, convoca uma *assembleia constituinte* (3 de junho de 1822) para o Brasil, em opposição á do *Reino Unido, de Portugal, Brasil e Algarve*.

A 24 e 25 de julho (de 1822) as côrtes decretam e o rei sancciona o decreto, que dá por nullos todos os actos do governo brasileiro; determinando que o sr. D. Pedro recolha a Lisboa, sob pena de incorrer nas penas prescriptas na constituição, para o rei ou seu successor, que sahir do reino, sem auctorisação das côrtes.

O sr. D. Pedro, em desforra d'este decreto, declara (1 de agosto de 1822) inimigas, as tropas portuguezas, mandando ás auctoridades brasileiras, *que lhes façam guerra de exterminio*.

A 6 de agosto, do mesmo anno, o sr. D. Pedro faz ás nações um manifesto contra Portugal, no qual (manifesto) era atrozmente calumniada e insultada a nação portugueza.

As côrtes publicam decretos sobre decretos, contra o sr. D. Pedro e os seus partidarios (de que elles não fazem caso nenhum) e alguns deputados fallam com a maior severidade contra o principe.

Em setembro (1822) chega ao Rio de Janeiro a brigada portugueza que hia render a de Avilez (que já tinha sido expulsa). O sr. D. Pedro, não lhe permittiu o desembarque; porém, mandou convidar as praças de pret, para ficarem no Brasil, sob promessa de lhes dar em pouco tempo as suas baixas, e terrenos para cultivarem.

Annuiram 590 a este convite; mas, sabendo que o sr. D. Pedro queria separar o Brasil de Portugal, arrependeram-se de terem acceitado. Então disseram-lhes que o intendente estava auctorisado a passar-lhes guias para o reino, pelo que elles foram todos para a porta d'aquelle magistrado, á espera das suas guias.

Foi então (30 de setembro e 1 de outubro) que o sr. D. Pedro mandou reunir as tropas brasileiras, e chibatar cruelmente, e na sua presença, os 590 portuguezes, morrendo muitos n'este supplicio.

Logo a 12 de outubro do mesmo anno, o sr. D. Pedro acclama a independencia do Brasil, e toma o titulo de *imperador constitucional, e defensor perpetuo do Brasil*, e a Senhora Dona Maria da Gloria, o de *princeza imperial*, e é declarada, pela constituição brazileira, herdeira presumptiva da corôa do imperio; pelo que deixou o seu titulo de *princeza da Beira*. Nascendo o principe D. Pedro (depois II) muda o titulo para princeza do Grão-Pará, em 2 de dezembro.

As côrtes (portuguezas) continuavam á legislar para o Brasil, como se ainda fosse uma colonia portugueza, e a 17 de dezembro (de 1822) decretam uma *regencia*, para o Brasil!

O sr. D. Pedro, despica-se, decretando *carta de côrso* contra o pavilhão portuguez,

[1] Principiarei por narrar, com rapidez, os factos principaes que precederam esta desgraçada guerra civil, para mais facilmente se conhecer a causa porque o sr. D. Pedro se pôz á frente dos liberaes.

e contra as propriedades, publicas e particulares dos portuguezes, no Brasil e seus mares.

As côrtes declaram rebeldes as provincias brasileiras que obedeciam ao governo do sr. D. Pedro.

No principio do anno de 1823, o Maranhão e outras provincias brasileiras, juram a constituição portugueza e recusam receber ordens do Rio de Janeiro.

O general francez Labatour, ao serviço do sr. D. Pedro, manda fuzilar os soldados portuguezes, e muitos paizanos, chibatar outros, e encheu as enxovias brazileiras de portuguezes, fazendo-os soffrer a fome e outras crueldades.

O governo portuguez manda uma esquadra, composta da nau D. João VI, tres fragatas de guerra, e 22 vasos de differentes lotações (brigues, escunas, charruas e navios de transporte) com 12:000 homens de desembarque, para reconquistarem o Brasil.

Esta divisão embarcou em Lisboa a 7 de janeiro (de 1823) mas, em razão do temporal medonho e grande enchente que então houve, só pôde sahir a barra a 15 do mesmo mez, chegando á Bahia a 2 de abril.

As tropas brasileiras atacaram esta cidade, logo a 3 de maio, e foram rechaçadas, com grandes perdas. Renovaram o ataque a 3 de junho, com o mesmo successo.

Os chefes da expedição (Madeira e João Felix) não recebendo reforços nem mantimentos da metropole, e ainda menos do paiz, decidem, em conselho, retirar para Portugal, o que se faz, a 2 de julho.

A divisão portugueza soffreu grandes privações na Bahia, passando a farinha de páo e carne secca.

Cada *libra* de carne de vacca, custava 800 réis; de toucinho, 480; de farinha de pau, 400; d'arroz, 400. Uma gallinha custava 4$800 e 5$000 réis; um ovo, 100; uma libra de pão 600.

A náo *Cão*, a fragata *Dona Maria da Gloria*, e outros vasos de guerra brasileiros, perseguiram a nossa esquadra, durante os primeiros dias de viagem, e até ás alturas das Ilhas de Cabo-Verde, chegando a prisionar alguns navios mercantes, que abandonaram, depois de os ter desmastreado. Não prisionaram nenhum de guerra.

A nossa esquadra entra no porto de Lisboa, desde 2 até 13 de setembro.

Os generaes de mar e terra, são mettidos em conselho de guerra, por abandonarem a Bahia, tendo forças muito superiores ás do inimigo e muito melhor armadas e disciplinadas.

D. João VI manda uma deputação ao Brasil, com cartas ao sr. D. Pedro, a ver se o reduzia á obediencia. Esta deputação sahiu de Lisboa, a bordo do brigue de guerra, *Voador*, no dia 30 de julho, chegando ao Rio de Janeiro a 17 de setembro; mas o sr. D. Pedro não a quiz receber, nem abrir as cartas de seu pae, e o *Voador* foi julgado *boa prêza*, e ficou no Rio de Janeiro. O conde de Rio-Maior e os outros membros da deputação, a muito custo, poderam conseguir não serem julgados prisioneiros de guerra, e regressaram ao reino, em um paquete mercante.

As tropas portuguezas que estavam no Maranhão, regressam tambem a Portugal, no fim do anno 1823.

Depois de varias peripecias, que seria longo narrar, D. João VI reconhece a independencia do Brasil (reservando apenas para si o titulo de imperador, durante a sua vida) por uma carta de lei, de 21 de novembro de 1825—sem prévia auctorisação das côrtes geraes!

—

D. João VI, morre (*officialmente*) em Lisboa, a 10 de março de 1826. A 6 d'este mez se tinha publicado um decreto do mesmo monarcha, nomeando uma *regencia*, presidida pela sr.ª infanta D. Isabel Maria, para governar o reino, *até que o seu legitimo successor dê as convenientes providencias.*

Se D. João VI declarasse qual dos filhos lhe havia de succeder (ainda que isto tivesse seu tanto ou quanto de absolutismo e illegalidade) quantas desgraças se teriam evitado!...

Esta regencia era composta (além da infanta)—do cardeal-patriarcha de Lisboa (D. frei Patricio da Silva—Vol. IV, pag. 279, col. 1.ª)—do duque de Cadaval, do marquez de Vallada, e do conde dos Arcos.

A sr.ª D. Isabel Maria, em vista da *indifferença* dos membros da regencia, arroga a si o governo exclusivo do reino, sem os consultar.

Manda ao Rio de Janeiro uma deputação, composta do duque de Lafões, do arcebispo de Lacedemonia, e do desembargador Francisco Eleutherio de Faria e Mello, a dar parte ao sr. D. Pedro I, do fallecimento de seu pae. Esta deputação chega ao Rio de Janeiro, a 24 de abril de 1826.

O sr. D. Pedro, declara-se, logo no dia seguinte, rei de Portugal, sob o nome de D. Pedro IV; e a 29 outorga á nação portugueza uma carta constitucional.[1]

A 3 de maio, abdica (*condicionalmente*) a corôa de Portugal, na sr.ª Dona Maria da Gloria, com o nome de Dona Maria II.

A 30 de julho (1826) chega a Lisboa o inglez Stuard, trazendo a carta constitucional.

A regente duvida proclamar a carta, sem auctorisação dos Tres Estados.

O general Saldanha, governador das armas do Porto, insta e ameaça, para que a carta seja proclamada.

Com effeito, a 11 de julho, é o sr. D. Pedro acclamado rei de Portugal, sob o nome de D. Pedro IV, e proclamada a *carta constitucional da monarchia portugueza.*

Quando Stuard trouxe a carta, foi tambem portador do decreto do sr. D. Pedro, que confirmava a regencia em sua irmã—da noticia da abdicação do imperador, em sua filha; e de que elle *ordenava* o casamento d'esta com o sr. D. Miguel.

Dona Isabel Maria, *regente do reino, em nome do sr. D. Pedro IV*, manda prestar juramento á carta, em 31 de julho (1826).

Emquanto as coisas politicas assim corriam em Lisboa, na cidade de Bragança o povo e o regimento de infanteria n.º 24, tinham acclamado (a 26 de julho) o sr. infante, D. Miguel, como rei de Portugal, sob o nome de D. Miguel I.

No mesmo dia do juramento da carta (31 de julho) o povo de Villa-Viçosa, o regimento de cavallaria n.º 2, alli estacionado, e parte do regimento de milicias de Villa-Viçosa, tendo á sua frente, o brigadeiro Antonio Tavares Maggessi, acclamam tambem o sr. D. Miguel, como rei legitimo de Portugal.

Ainda no mesmo dia 31, o regimento de infanteria n.º 17, de quartel em Extremoz, e um parque de artilheria n.º 3, que tambem alli se achava, prestam de manhã o juramento da carta, e de tarde acclamam o sr. D. Miguel como rei legitimo.

Vendo os corpos revoltados que a maior parte do exercito se conservava obediente ao governo da regencia, emigram para a Hespanha, onde D. Fernando VII governava como rei absoluto.

Pouco depois d'estas revoltas (a 12 de setembro) o brigadeiro Bernardo da Silveira, á frente do regimento de infanteria n.º 11, acclama o sr. D. Miguel, na praça d'Almeida.

A 5 de outubro, o marquez de Chaves, com as tropas do seu commando, e o povo de Villa-Real de Traz-os-Montes, fazem a mesma acclamação.

O marquez de Angeja era governador das armas do Algarve, e tinha o seu quartel-general na cidade de Tavira, que era appraça do regimento de infanteria n.º 14.

Este corpo, commandado pelo seu major Bernardino Coelho Soares de Moura,[1] e o regimento de milicias de Tavira, acclamam tambem o sr. D. Miguel, n'aquella cidade, a 8 de outubro. O marquez d'Angeja foi convidado por Soares de Moura, mas não quiz annuir á revolta.

No mesmo dia, pelas 11 horas da noute, na praça de Castro-Marim, o batalhão de caçadores n.º 4, commandado pelo seu tenente-coronel, José da Rosa e Sousa, faz a mesma acclamação, e marcha, na manhã do dia se-

[1] A carta constitucional foi redigida, (copiando das constituições francezas, inglezas e hespanholas) por um brasileiro, chamado Francisco Gomes, por alcunha o *Chalaça.*

[1] Era brigadeiro em 1834. A junta do Porto o fez marechal de campo e barão de Freiamunde.

guinte, para Tavira, a unir-se ao regimento n.º 14.

Em 1824, infanteria 14 estava em Lisboa, e caçadores n.º 4 foi de guarnição para Tavira, onde esteve desde 25 de julho d'esse anno, até 14 d'abril de 1825.

O regimento 14, era, na sua quasi totalidade, composto de gente de Tavira e seu termo. Os caçadores, durante os oito mezes e 20 dias que estiveram n'esta cidade, atrahiram contra si o odio implacavel do regimento (por causa de mulheres...) e andavam estes dois corpos a *ferro e fogo*; mas a 9 de julho de 1826, fizeram as pazes, e se tornaram amigos, e companheiros inseparaveis.

Os dois corpos de 1.ª linha, as ditas milicias, e o povo da cidade, fizeram a acclamação do sr. D. Miguel, no dia 9, com as maiores demonstrações de regosijo.

Logo no mesmo dia, marcham estas forças para Faro, contando que se lhes reuniria o regimento de artilheria n.º 2, que alli tinha á sua praça; mas este corpo, entrincheirou as avenidas da cidade, onde postou as suas peças, na intenção de resistir; porém, á aproximação dos realistas, evacuou a cidade, onde estes entraram, fizeram a acclamação, e alli se conservaram até ao dia 11.

N'este dia, marcharam para a praça d'Albufeira, na esperança de se lhes reunir o regimento de infanteria n.º 2; porém este fugiu á aproximação dos realistas.

Vendo José da Rosa e Sousa e Soares de Moura, que a maior parte das tropas do Algarve se conservavam obedientes ao governo de Lisboa, resolveram retirar para a Hespanha, e entraram na cidade de Ayamonte (sobre a esquerda do Guadiana, e em frente de Castro-Marim e Villa Real de Santo Antonio) a 20 de outubro.

—

O governo de Lisboa, manda o batalhão de caçadores n.º 7 reforçar a divisão de Traz-os-Montes; porém este corpo, chegando a Villa Pouca d'Aguiar, revolta-se tambem, (21 de outubro) acclamando o sr. D. Miguel.

Aos corpos completos que tinham feito a revolta realista, se uniram, em muitas localidades, varios contingentes de todas as armas; e tambem generaes, magistrados, capitães-móres, e officiaes de milicias e ordenanças.

Os realistas, contando com a protecção do governo hespanhol, logo que se revoltavam, entravam em Hespanha, para alli, a seu salvo, fazerem as juncções que julgavam necessarias.

As forças realistas do Algarve, Alemtejo, Beira Baixa e Traz-os Montes, faziam já um numero respeitavel; pelo que o governo de Lisboa pede á Inglaterra uma divisão auxiliar, e o governo britannico manda immediatamente pôr em *pé de guerra*, para vir em soccorro dos liberaes portuguezes, uma divisão de 10:000 homens escolhidos, promptos a embarcarem á primeira ordem.

—

O sr. D. Pedro, manda o barão de Villa-Sêcca a Vienna d'Austria, para exigir que o sr. D. Miguel prestasse juramento á carta constitucional, e para que auctorisasse o pedido de dispensa, para o seu casamento com sua sobrinha, a sr.ª Dona Maria da Gloria.

O sr. D. Miguel annuiu a tudo, e prestou o juramento exigido, e os esponsaes se celebraram em Vienna, a 29 de outubro de 1826.

Muito se tem fallado d'este facto, accusando o sr. D. Miguel de prejuro, o que é injustiça. Não o era, se dissessem que este principe fez um juramento *de alçapão*. Elle jurou a carta, é verdade; mas n'esse juramento declarou que o prestava, *sem prejuizo dos seus direitos e dos da nação portugueza.*

Além d'isso, fez logo um *protesto*, salvando os seus direitos; e este protesto foi archivado na chancellaria aus-

triaca, onde existe (ou deve existir).

Em todo o caso, deve confessar-se que os principes da casa de Bragança, não são os que mais se prendem com os seus juramentos; o que é facilimo de verificar, lendo a nossa historia, sobre tudo, a que se refere aos nossos dias.

—

As forças realistas do Algarve, entram em Portugal, por Barrancos (Alemtejo) em 4 de dezembro de 1826.

No dia 6, entram em Mourão, juntando-se ahi ao brigadeiro Maggessi, que tinha sido nomeado general do Alemtejo e Algarve, pelo marquez de Chaves.

Este general trazia comsigo os regimentos de infanteria 17 (2.º d'Elvas) de cavallaria n.º 2, 90 praças de cavallaria n.º 7, que tinha aprisionado em Villa Viçosa, e varios contingentes de diversos corpos; que se lhe tinham reunido.

Ao mesmo tempo, o marquez de Chaves entra por Traz-os-Montes, onde a maior parte das tropas, e quasi toda a população, se *pronunciam* pelo sr. D. Miguel.

A brigada de Maggessi, ao sahir da praça d'Arronches (10 de dezembro) é atacada pelo conde de Villa-Flor, com forças muito superiores, principalmente em artilheria, que foi a unica arma que fez fogo.

Os realistas retiram, sem perderem um só homem, para Hespanha, onde entram, no mesmo dia, pela Cortiçada.

No dia 18 entraram em Portugal, por Val-Verde, proximo ao Sabugál.

As forças do marquez de Chaves, e dos viscondes da Varzea e Molellos, avançam pará a Beira.

Uma divisão ingleza, commandada pelo general Clinton, entra em Lisboa, no dia 24 de dezembro, em auxilio dos liberaes.

Nos dias 2 e 3 de janeiro de 1827, na *Ponte da Cabra* (perto de Villa-Mendo, na Beira-Baixa) houve duas acções entre os realistas do Maggessi e os liberaes de Claudino. Aquelles retiram para Infias, com algumas perdas.

Tendo as forças de Maggessi feito a sua juncção com as do marquez de Chaves, na Serra da Estrella, marcham para Coruche, (da Beira-Baixa) onde são atacados pela divisão de Villa-Flor, (9 de janeiro) a qual, depois de tres horas de fogo, obriga a retirar os realistas, para Trancoso, fazendo-lhes alguns prisioneiros.

Felizmente, os mortos e feridos, de ambas as partes, foram em numero diminuto.

Ainda então o odio entre os dois partidos não era tão encarniçado como o foi depois; pelo que a campanha de 1826 e 1827, ainda podia chamar-se *guerra de compadres*.

Os realistas entram em Hespanha, por Val-de-la Mula (Extremadura hespanhola) a 14 de janeiro, deixando em Almeida a sua guarnição, que, vendo-se abandonada, se entrega aos liberaes.

O marquez de Chaves, prenoita com as suas tropas, em Villas Buenas, no dia 16, e a 17, torna a entrar em Portugal, por Freixo de Espada á Cinta.

As tropas liberaes marcham para Traz-os-Montes e Minho. As realistas, marcham sobre o Porto, por Braga.

A divisão ingleza marcha para o norte, chegando a Coimbra.

Os realistas, desanimados com o auxilio inglez, e temendo ainda a vinda de outras divisões britannicas, são batidos em varios recontros, vendo-se obrigados a entrar mais uma vez em Hespanha, por Vilarinho, Abelano e Sant'Anna, a 7 de março, sendo desarmados, no dia seguinte, em Samil.

D'esta vez, não tornaram a fazer novas entradas em Portugal, e foram divididos em diversos *depositos*, e internados em varias provincias de Hespanha, d'onde só regressaram em julho e agosto de 1828.

Nem com a retirada das tropas do marquez de Chaves, para Hespanha, gozou Portugal pleno socego.

O regimento de artilheria n.º 3, e um batalhão de infanteria n.º 8, de guarnição da praça d'Elvas, unidos a muito povo da cidade, acclamam o sr. D. Miguel, a 29 e 30 d'abril.

O general Caula, ataca os revoltosos, com forças muito superiores, e, depois de muito fogo de fusilaria, cargas de cavallaria e descargas de metralha, domina a revolta, fazendo grande numero de mortos e feridos, e ficando o resto (muito poucos!) prisioneiros.

—

O sr. D. Pedro convida o seu irmão à hir ao Rio de Janeiro; mas este, temendo alguma traição, não vae.

O sr. D. Pedro (3 de julho de 1827) nomeia o sr. D. Miguel *seu* logar tenente, em Portugal.

Não se entende muito bem isto! Desde 3 de maio de 1826, que a sr.ª D. Maria II era rainha de Portugal, pela abdicação expontanea de seu pae, que, desde então, não era mais do que imperador do Brasil. Não se póde saber quaes seriam as attribuições do sr. D. Miguel, como *logar-tenente*, em Portugal, de um monarcha estrangeiro.

A regente, demitte de ministro da guerra, o general Saldanha; o que dá origem a tumultos em Lisboa. O conde de Villa-Flor os domina pela força.

—

O sr. D. Miguel, que havia sahido de Vienna a 6 de dezembro de 1827, chega a Paris a 20, e a Londres a 30.

A 9 de fevereiro, de 1828, embarca em Portsmouth, e desembarca em Lisboa, a 22. (Vide vol. IV, pag. 116, col. 2.ª, no fim e seguintes).

Já ficam referidos, nos annos competentes, os acontecimentos de 16 de maio, e as suas consequencias; portanto, tornemos a seguir a ordem chronologica, que o cêrco do Porto, e as causas porque o sr. D. Pedro veiu ao Porto, em 1832, nos fez transtornar.

1831—(7 d'abril)—Os brasileiros revoltados, expulsam do throno o sr. D. Pedro, tendo-o obrigado a abdicar em seu filho, o sr. D. Pedro II, actual imperador do Brasil.

O ex-imperador, seria de certo trucidado pelos revoltosos, se não foge para bordo da nau de guerra britannica, *Warspite*. Nomeou para tutor de seus filhos, *o seu melhor amigo*, José Bonifacio d'Andrade e Silva, porém os brasileiros annullaram esta nomeação.

Os liberaes da Ilha-Terceira, tomam a Ilha do Pico, a 22 de abril—a de S. Jorge, a 9 de maio; o Faial a 23 de junho; a Ilha de S. Miguel, e todo o archipelago açoriano, no 1.º d'agosto.

O sr. D. Pedro, unido aos emigrados liberaes que estavam em Inglaterra, e sob o titulo de *duque de Bragança e regente em nome da rainha*, pede protecção aos governos da França, Gran-Bretanha e Belgica, collocando-se á frente dos liberaes. Contrae emprestimos, hypothecando os bens do estado e os das ordens religiosas, e engaja navios e gente para invadir Portugal.

Em Dog-Island (*Ilha dos Cães*) reune-se o casco da divisão ingleza, que marchou para os Açôres. N'este archipelago se fazia tambem um grande recrutamento, com a possivel actividade.

Em Portugal, o governo realista cria um grande exercito, para resistir aos liberaes. Além das tropas de 1.ª linha, tinha 48 regimentos de milicias, e 52 batalhões de voluntarios realistas, tudo na força de 80:000 homens. Isto, além das ordenanças.

1832—(2 de fevereiro)—O sr. D. Pedro publica um manifesto, no qual allega os direitos de sua filha ao throno de Portugal, e embarca em Belle-Isle, com direcção aos Açores, onde chega a 23, dissolvendo a *regencia* da Terceira (3 de março) assumindo elle a mesma regencia e a ditadura, e dando todo o impulso aos preparativos da expedição contra Portugal.

Era governador da ilha da Madeira, D. Alvaro da Costa e Sousa de Macedo (filho dos condes de Mesquitella) que o sr. D. Miguel fez conde da Madeira.

O sr. D. Pedro o convida a abandonar a causa realista, entregando-lhe a Madeira e Porto-Santo *(Ilhas Adjacentes)*; porém D. Alvaro recusa energicamente (como havia feito

em 1822, em Montevideu, quando mesmo o sr. D. Pedro o tinha convidado para abandonar a causa da patria, para se unir á da independencia do Brasil, como fez o general Lecór.

D. Alvaro da Costa e Sousa de Macedo, era um dos melhores e mais fieis generaes do exercito realista, e desde que os liberaes se tinham feito fortes na Terceira, tratou da defeza da Madeira, pondo-a em estado de poder resistir vantajosamente aos mais rijos ataques.

O governo portuguez tinha-lhe mandado, em janeiro e fevereiro, dois reforços de tropas escolhidas, na força de 1:500 praças; munições de guerra, e officiaes para organisarem novos batalhões; de modo que, em março d'este anno, a guarnição da ilha constava de 4:000 homens de 1.ª linha, e egual numero de milicias e voluntarios realistas. Tinha tambem por si, a maior parte da população da ilha.

A recusa de D. Alvaro, causou grande desgosto e embaraço aos liberaes; pois que da Madeira podiam tirar grandes e valiosos recursos, tendo, além d'isso, mais a seu favor esta bella possessão da corôa portugueza.

O sr. D. Pedro, pois, tenta conquistar, á força d'armas, o archipelago da Madeira, mandando para elle a sua esquadra; porém o almirante Sartorius, que a commandava, vendo a conquista impraticavel, contentou-se em bloquear a Madeira, e tomar a ilha de Porto-Santo, a 29 de março.

Ninguem reconheceu este bloqueio,[1] e Sartorius retira d'estas aguas, a 29 de maio, depois de 55 dias de inutil bloqueio, fundeando nos Açores, e ficando adiado o projecto de conquistar a Madeira.

D. Alvaro mandou logo occupar a ilha de Porto-Santo.

—

O sr. D. Pedro embarca com as suas tropas, dando á vela, dos Açores, em direcção a Portugal. A sua esquadra, é, na quasi totalidade, tripulada por estrangeiros.

As tropas de desembarque, eram 4:500 portuguezes e 3:000 estrangeiros (inglezes, belgas, francezes, polacos, etc.)

O exercito realista estava escallonado por todo o litoral portuguez.[1]

Em 30 de junho, o governo do sr. D. Miguel I, declara em estado de sitio todos os portos do reino, desde que a esquadra do sr. D. Pedro fosse d'elles vista.

O sr. D. Miguel, offerece tambem uma amnistia a todas as praças de pret do exercito liberal, que se apresentassem.

A 7 de julho, avista-se a esquadra liberal, nas aguas da Povoa de Varzim, Villa do Conde e Mattosinhos.

No dia seguinte, desembarcaram os liberaes, na pequena enseada denominada *Praia dos ladrões*, proximo a *Arenosa de Pampellido*. (Vide vol. 4.º, pag. 60, col. 1.ª)

O brigadeiro realista, José Cardoso de Carvalho (que em 6 de novembro de 1833 foi feito marechal de campo) era governador das armas do Minho, commandante da 3.ª brigada, da 4.ª divisão, e tinha o seu quartel-general em Villa do Conde, em cuja povoação estava estacionado o regimento de infanteria n.º 22, e alguns regimentos de milicias do Minho.

Bernardo de Sá Nogueira (depois marquez de Sá da Bandeira) vae, como parlamentario, por ordem do sr. D. Pedro, convidar

[1] Alguns navios de guerra e mercantes, dos Estados Unidos, e da Dinamarca, entraram no Funchal, sem fazerem caso do bloqueio, e a ilha nunca teve falta de provisões.

[1] Primeiro êrro, e um dos maiores, dos generaes realistas. O que elles deviam fazer, era, ter em Lisboa e suas immediações, uma força de 20:000 homens—egual numero, no Porto, e quatro *columnas moveis*, de 10:000 homens, cada uma, em Vianna, Figueira, Setubal e Villa Nova de Portimão, promptas a acudirem logo, onde a sua presença fosse necessaria.

Se o sr. D. Pedro achasse o exercito portuguez n'esta disposição, é mais que provavel que não se atrevesse a arriscar o seu pequeno exercito em um desembarque; jámais, sendo os portuguezes que trazia, em grande parte, açorianos, gente em quem não depositava a maior confiança; suspeita justificada depois, visto que a maior parte dos açorianos se passaram para os contrarios, e passariam todos, se a sorte da guerra favorecesse mais os realistas.

José Cardoso, para se lhe unir; mas elle respondeu que só reconhecia o sr. D. Pedro, como um chefe de aventureiros, etc., e que, se elle lhe tornasse a mandar outro parlamentario, para o mesmo fim, o mandaria fusilar.

O general, visconde de Santa-Martha[1] commandante da 4.ª divisão do exercito realista, sahiu do Porto, no dia 8 pela manhã, em direcção a Arenosa de Pampellido, *com o regimento de Braga e um esquadrão de cavallaria de Chaves* (!!!) e poz-se a ver o desembarque, a distancia de tiro de canhão!

O visconde de Santa Martha, tinha uma

[1] Sem fazer a minima reflexão, ou o mais leve commentario, darei aqui a relação dos officiaes realistas, que se passaram para os liberaes, e ficaram ao seu serviço—pelo que foram excluidos das escalas, pelas ordens do exercito, n.º 139, de 21 de dezembro de 1833, e n.º 31, de 23 de março de 1834.

—

Tenentes generaes—João Manoel da Silva—Visconde de Beire—Barão d'Albufeira—Luiz do Rego Barreto.

O marechal de campo—José Osorio de Castro Cabral.

Brigadeiros—José Benedicto de Mello—Nuno Augusto de Brito Taborda—(Vide o 1.º vol., pag. 54, col. 1.ª)—João Vieira da Silva.

Engenheiros

Coroneis—João de Sousa Pacheco Leitão—José Maria das Neves Costa—Barão de Eschwege.

Tenentes coroneis—João José Ferreira de Souza—Lourenço Justiniano de Lima—José Bento de Souza Fava—Francisco Isidoro Lino.

Majores—Feliciano José Pereira da Silva—Joaquim Pedro Pinto de Souza—José Joaquim Pereira Martins—João Carlos Tann—Diogo Teive Vasconcellos Cabral—Manoel José Dias Cardozo—Miguel Joaquim Pires—José Mansos de Faria—Evaristo José Ferreira—José de Freitas Teixeira Spinola Castello Branco—Antonio José da Silva Costa.

Capitães—Luiz Antonio de Mesquita—Cypriano José Soares—Francisco de Paula Soares Pegado—José Simplicio d'Araujo e Souza—Caetano Alberto Maia—João Pereira Homem Telles.

Primeiros tenentes—Francisco Xavier Soares—João Lourenço Domingues—Francisco Ignacio Mendes—Firmino Lopes Moreira Freixo.

Segundos tenentes—Manoel Maria da Rocha—Antonio de Souza Menezes—Balbino Caetano de Carvalho e Mello—Eduardo José Xavier—Francisco Januario Cardozo—Manoel Vaz Parreiras—Vicente Pires da Gama.

Artilheria

O Coronel—Francisco Cypriano Pinto. (Vide *Albufeira*, vol. 1.º, pag. 54, col. 1.ª)

O tenente coronel—Antonio Joaquim da Gama Lobo.

Majores—João Alberto Coelho—João Justiniano da Silva—Manoel Ignacio Ferreira.

Capitães—Fortunato José Barreiros—Antonio José Peixoto—José Candido da Silva Montes—José Marcellino da Costa Monteiro—José de Souza e Andrade—José Silverio da Fonseca.

Primeiros tenentes—Geraldo Antonio da Cunha Saldanha—Duarte José Fava—Lourenço José Duarte—José Raymundo Danin—José de Figueiredo do Tojal—Mathias Valente do Couto—Ignacio José Perdigão—Antonio Vicente d'Abreu.

Segundos tenentes—João Manuel de Souza—Ayres Pinto de Souza Pinheiro.

Arsenal real do exercito

Tenente-coronel—José Joaquim Januario Lapa.

Capitão-quartel-mestre—João Martins.

Cavallaria

Tenentes-coroneis—Barão de Beduido—José de Sá Coutinho.

Majores—José Gabriel Dias Pereira—Antonio Agostinho Pereira de Lacerda—João Anselmo de Vasconcellos—Manoel Maria da Gama Lobo.

Capitães—Bento Gelazio de Brito Taborda—Antonio de Souza Mello Freire d'Alte—Antonio Joaquim Durão—Pedro Maria de Brito Taborda—Ricardo José Gomes—Francisco Maria de Lacerda—Antonio Maria Henriques de Souza—Diogo de Souza Folque—João Antonio Peixoto de Mendonça—José Jacob d'Abreu—Joaquim José Freire da Matta.

Tenentes—Rodrigo Affonso d'Atouguia—José Antonio de Oliveira—Filippe José de Carvalho—D. Pedro José de Lencastre—Diogo José Victor Galvão—José da Silva—João Maria Valente da Nóbrega Botelho—Antonio Manoel Ribeiro—Luiz Maria da Rocha Fontana.

divisão de quasi 15:000 homens, e portanto, o dobro das forças liberaes; mas, apesar d'isso, recolhe ao Porto e ordena a retirada, deixando em poder dos contrarios todo o

---

O quartel-mestre da guarda real da policia de Lisboa—João Pedro Eliseu.

Mais 17 alferes de cavallaria.

Cirurgiões-mores—Antonio Rodrigues Leitão—Bartholomeu Quintella.

Para não fazer esta nota ainda mais extensa, só d'aqui em diante, darei os nomes dos officiaes superiores—e apenas o numero dos outros.

Os que desejarem saber-lhes os nomes, consultem a *Lista Militar*, por J. P. C, publicada em 1856.

Infanteria

Tenentes-coroneis—Jacintho Carlos Mourão—Augusto Xavier Palmeirim. (Vide vol. 1.º, pag. 54, col. 1.ª).

Majores—D. José Maria Carlos de Noronha—José Joaquim Ferreira de Souza—José Justino Teixeira—Joaquim Antonio Severo—José Ignacio de Vasconcellos—Manoel Guedes de Quinhones.

E mais — 20 capitães — 10 tenentes—e 6 alferes.

Passaram-se para o exercito liberal, mas não me consta que ficassem ao seu serviço.

Tenentes-generaes—Visconde de Souzel—Vicente Antonio d'Oliveira—Marquez de Sabugosa—Luiz Ignacio Xavier Palmeirim—Conde da Alhandra.

Marechaes de campo—Marquez de Torres Novas—Romão d'Arriada—Carlos Frederico de Caula—Manoel Ribeiro d'Araujo—Verissimo Antonio Cardozo—Joaquim José Maria de Souza Tavares—Francisco Nunes d'Andrade.

Brigadeiros—Manoel José Xavier Palmeirim—Gonçalo Christovão Teixeira—D. João de Castello Branco—José Lanne—João Pigot—Thomaz Theotonio de Souza Pimentel.

Engenheiros

Francisco de Paula Travassos—Lourenço Homem da Cunha Eça—Manoel Joaquim Brandão de Souza—José Clemente dos Santos—Raymundo Peres Millão—Fulgencio Gomes dos Santos.

Tenentes-coroneis—Frederico Luiz Guilherme de Varnhagem—Pedro José Botelho de Gouveia—Joaquim Francisco Antonio de Souza—João Carlos de Miranda—Manoel Joaquim da Silva.

Majores—Joaquim Manoel Vidal—José da Silva dos Anjos—José Antonio Mourão.

E mais—6 capitães—4 primeiros tenentes—e 1 segundo tenente.

Artilheria

Coronel—Pedro José de Santa Barbara.

Tenentes-coroneis—Joaquim Gregorio Alpoim—Diogo Antonio Guterres.

Majores—Theodoro José Duarte Querido—Francisco Manoel Ribeiro d'Araujo—José Maria Lopes.

E mais—8 capitães—e dois primeiros tenentes.

Cavallaria

Coronel—Paulo Lopes da Matta.

Tenentes-coroneis—Manoel Bernardo Aranha Cota Falcão—José Maria Ferreira Sarmento.

Majores—João Ferreira Machado—Francisco da Costa Damazo—José Pereira da Costa.

E mais 13 capitães—19 tenentes—28 alferes — 2 cirurgiões-móres e um cirurgião ajudante.

Infanteria

Tenente-coronel—Lucas Antonio de Sá.

Majores—D. José de Mello e Faro—Antonio Manoel da Fonseca—Agostinho Vaz Carapinho—Valeriano Caldeira Telles—Antonio Jacintho Pereira de Mattos—José Antonio de Oliveira.

E mais 24 capitães—19 tenentes e 57 alferes.

Dois capitães quarteis mestres e dois tenentes quarteis mestres.

Não incluo grande numero de officiaes de diversas patentes, do Ultramar, que foram admittidos no exercito liberal.

—

Officiaes realistas que se apresentaram aos liberaes, antes da convenção de Evora-Monte.

Marechal do exercito—Conde de Barbacena.

Tenentes generaes—Vicente Antonio de Oliveira—Marquez de Sabugosa—Luiz Ignacio Xavier Palmeirim—Conde da Alhandra—Visconde do Peso da Régua—Visconde de S. João da Pesqueira—Romão d'Arriada—Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas—Visconde de Santa Martha.

Marechaes de campo—Antonio Feliciano Telles de Castro Aparicio—Manuel Pinto da

material de guerra que estava nas arrecadações, assim como as munições, que estavam nos paioes; toda a artilheria do castello da Foz, etc. etc.

Á meia noite do dia 8, fórma a tropa realista, em varios pontos da cidade, e n'essa mesma noite retira tudo precipitadamente, e na maior confusão, para Villa Nova de Gaia, como se sobre esta gente viesse um inimigo, dez vezes superior em forças.

O sr. D. Pedro e o seu exercito, entram na cidade abandonada, logo na manhã do dia 9, no meio dos maiores regosijos dos

---

Silveira—D. Ignacio de Castello Branco do Couto Munhós—Ayres Pinto de Sousa—Caetano Alberto de Sousa Canavarro. (Vide Pernes.)

Brigadeiros—João Vieira da Silva—D. João de Castello Branco—Agostinho José da Costa—Antonio José Ribeiro—Antonio Colmieiro de Moraes—Bernardino Mascarenhas da Rosa—Francisco Salasar Moscoso—João Pigot.

Coroneis—Balthasar de Sousa Botelho e Vasconcellos—Antonio da Silva Pinto—Antonio Joaquim de Figueiredo—Diogo de Lemos Pereira de Lacerda—Nicolau José Monteiro—João José Cortez Paim—Lourenço Antonio Falcão Encerrabodes—Francisco Pinto Henriques de Menezes—Ricardo Leão Martins—Mathias José de Almeida—José Pedro de Vasconcellos—João Francisco de Mattos—José Manuel d'Assiz—Paulo Lopes da Matta—Antonio Maria Macedo Tudella Forjaz—José da Silva Rodarte—Jeronymo de Gouveia Sarmento—Francisco d'Andrade Corvo de Camões—José Antonio d'Abreu—Antonio Pinto da Motta.

Tenentes coroneis—José Pedro de Mello—Jacintho Pimentel Moreira Freire—Domingos Antonio Gil—José Joaquim da Silva e Vasconcellos—José Maria de Macedo Gouveia e Vasconcellos—Joaquim Borges de Medeiros—Manoel Antonio d'Almeida—Ricardo José de Moraes—Anselmo José Ferraz—Bernardo da Silveira Azevedo—Antonio Luiz da Cunha—Joaquim José Bandeira.

Majores—Raymundo José Peres Millão—Bernardino Mascarenhas da Rosa—Joaquim Pessoa d'Amorim—Francisco Antonio de Figueiredo de Moraes Antas—José Leite de Sousa Pereira de Foyos—Vicente Paulo Justo Rufino Lopes Rego—Eleutherio José Martins Pestana—Domingos José da Silva—João da Veiga Leite—José Joaquim Ferreira de Sousa—João Chrysostomo da Silva Veloso—Salvador de Carvalho Assiz—Francisco Victorino de Vasconcellos—Manoel Alves Chaves—Francisco Xavier de Gouveia—João José de Abreu Machado—Joaquim Maria Beltrão—Evaristo Simpliciano—João Maria Pinto—Antonio Manoel Ludovice—Agostinho Vaz Carapinho—D. Manoel da Costa Sousa de Macedo—Manoel Bernardo de Macedo—Francisco Maria Rosado Mello—Francisco Luiz de Sousa—Antonio Guedes de Sousa—Manoel Guedes de Quinhones—Domingos José Teixeira—Salvador Ferreira Coelho—Manoel Antonio Regueiros—Francisco Antonio Jorge—José Homem Trigoso—Antonio José Soares—Casimiro Xavier d'Azevedo e Carvalho—João José de Lorena—Antonio Teixeira de Figueiredo—João Manoel de Morada—Bernardo Francisco d'Almeida—Manoel da Fonseca Soares—João Chrysostomo da Silva Veloso—André Lucio Soares Luna—Julio Antonio Telles Jordão—Thomé Ferreira Galhardo—E mais 53 capitães—15 tenentes e 8 alferes.

Officiaes do exercito realista, cujas patentes foram garantidas, ou que entraram no quadro effectivo do exercito liberal, POR ACÇÕES QUE, DURANTE A LUCTA, MERECERAM ESTA CLASSIFICAÇÃO.

Engenheiros

Coronel—José Antonio d'Abreu.

Artilheria

Tenente-coronel — Antonio Joaquim da Gama Lobo.

Cavallaria

Brigadeiro—José Urbano de Carvalho.

Coroneis — Joaquim Antonio de Moraes Palmeiro—Antonio Cardoso d'Albuquerque.

Tenentes-coroneis—Antonio Maria Henriques de Souza—José Joaquim da Silva e Vasconcellos.

Majores—José Maria Enchieta—D. Luiz Maria do Carvajal—José Maria Fraga—Manoel José Nobre.

E mais 10 capitães—8 tenentes e 5 alferes.

Infanteria

Brigadeiro—Rodrigo Luciano d'Abreu.

Coronel—Antonio Pedro Baptista.

Tenentes-coroneis—Manoel d'Abreu Madeira—José Jeronymo Gomes—Manoel Mauricio Gomes.

Majores—João Lampreia Sárria—Francisco Antonio Caldas.

E mais 1 capitão—6 tenentes e 5 alferes.

seus habitantes, cuja maior parte eram liberaes.

No dia 10, os realistas entreteem-se a fazer fogo de artilheria, sobre os navios da esquadra liberal, que tinham fundeado no rio Douro, n'esse mesmo dia, e que respondiam ao fogo do inimigo com os tiros das suas peças.

Os realistas tambem metralharam a cidade, e esta, do mesmo modo respondeu com a sua artilheria ligeira.

Na noite do mesmo dia 10, Santa Martha *fóge* (é o termo) para Grijó, e no dia seguinte, para Oliveira d'Azemeis, a 42 kilometros do Porto; abandonando a formidavel posição da *Serra do Pilar* (como havia abandonado o castello de S. João da Foz) ponto importantissimo, e sem a posse do qual era quasi impossivel a conservação dos liberaes no Porto.

O sr. D. Pedro, apenas entra na cidade, proclama á nação, allegando os direitos de sua augusta filha á corôa de Portugal.

Nos dias 10 e 11 de julho, o sr. D. Miguel I proclama ao povo portuguez e ao exercito, allegando egualmente os seus direitos ao throno.

Os soldados que tinham sido aprisionados nos Açôres, e que vinham no exercito liberal, assim como a maior parte dos recrutas feitos nos Açôres, principiam logo a desertar para o exercito realista.

—

Do Sul do reino, marcham tropas sobre o Porto.

Os generaes realistas, viscondes de Monte-Alegre e de S. João da Pesqueira, com milicias e voluntarios-realistas do Minho e Traz-os-Montes, aproximam-se do Porto, pelo lado do norte, em observação aos movimentos do exercito liberal.

A 4.ª divisão do exercito de operações, marcha para o norte do Douro.

O general Póvoas, marcha tambem para a frente, nos dias 15 e 16 de julho.

Os liberaes fazem uma sortida para o N. E. do Porto, a 18 de julho, e tem logar um combate, em Paredes, entre o batalhão de voluntarios realistas de Braga, commandado pelo coronel Leite Pereira — e um batalhão inglez, e outro de infanteria n.º 18, com duas peças de campanha, commandadas pelo coronel Hodges.

Os voluntarios realistas sustentaram, por algumas horas, com grande bravura, o fogo dos contrarios; mas, em razão de desegualdade de forças, retiraram, debaixo de fogo, para Penafiel. Alli se lhes uniram 300 ordenanças, e, depois de um vivo fogo, nas ruas da cidade, e tendo os realistas gastado todo o seu cartuxame, retiraram. Os inglezes deixaram nas ruas 40 e tantos mortos, antes de ficarem senhores da cidade, onde se demoraram 5 horas, entretendo-se em incendiar e reduzir a cinzas o mosteiro dos frades capuchos de Santo Antonio (Vol. 6.º, pag. 566, col. 1.ª, e pag. 574, col. 1.ª).

Vendo Hodges que não podia conservar-se tão isolado do exercito liberal, e que, de um momento para outro, podia ser envolvido por forças inimigas muito superiores, retira para o Porto.

—

Já a pag. 184, col. 1.ª d'este volume, na palavra *Ponte Ferreira*, tratei rapidamente das acções dos dias 22 e 23 de julho d'este anno de 1832; mas, n'este logar, darei mais alguns esclarecimentos curiosos.

Os liberaes atacam na Granja e em Ponte-Ferreira os realistas, no dia 22, com o maior denodo, sendo com o mesmo repellidos; e, depois de 10 horas de fogo, e de grandes perdas de parte a parte, ficam os beligerantes nas suas antecedentes posições.

O conde de Villa-Flor marcha, na noite de 22, para Ponte-Ferreira, com um reforço de 5:000 homens, para no dia seguinte continuar a batalha contra as tropas do visconde de Santa Martha.

O Porto ainda não estava fortificado, e tinha as suas linhas de defeza pouco guarnecidas; mas, apezar d'isso, Villa-Flor, para levar este reforço, tinha desguarnecido não só as posições em volta do Porto, mas até mesmo a da Serra do Pilar, e tanto receio teve de ser esta posição atacada e tomada pelo general realista Póvoas, que mandou cortar a ponte sobre o Douro.

Se Povoas, que tinha as suas tropas acampadas desde Grijó até aos Carvalhos (10 kil.

ao S. do Douro) atacasse com alguns corpos a Serra do Pilar, mandando o resto das suas forças para Ponte-Ferreira reforçar Santa Martha, terminava a guerra no dia 23 de julho; mas preferiu *ver os touros de palanque*. Só no dia 27 é que se dignou marchar sobre Villa Nova de Gaia!

Pelas 11 horas da manhã de 23, principia a batalha, que durou até ás 8 da noite.

De ambas as partes se combateu com o fervor mais encarniçado, e as perdas foram grandes, tanto dos realistas, como dos liberaes.

O resultado d'esta batalha foi retirarem os liberaes (alguns em grande desordem) para o Porto, e os realistas *fugirem* para Baltar, e de lá para Penafiel, tambem na maior desordem, chegando alguns até Villa-Mean, e outros até Amarante.

Ao passo que os realistas assim fugiam em desordem, sem que ninguem os perseguisse, um terror panico se tinha apoderado das poucas tropas que haviam ficado no Porto, e dos habitantes d'esta cidade: foi o caso—participaram a D. Thomaz Mascarenhas, governador militar da cidade, que os realistas haviam surprehendido, nos seus acampamentos, todas as forças liberaes, pondo-as em completa derrota, e que o sr. D. Pedro tinha fugido a toda a brida para Mattosinhos, d'onde embarcára para Inglaterra. Esta noticia espalhou-se no Porto com a rapidez do raio, e tudo ficou aterrado.

D. Thomaz Mascarenhas fez reunir na torre da Marca toda a tropa que havia no Porto, prompta a embarcar á primeira ordem, fazendo recolher aos navios surtos no Douro, as secretarias, archivos militares e muitas bagagens. Tambem alguns magistrados e empregados publicos fugiram para bordo, chegando alguns navios a sair a barra, rebocados por um vapor.

Pelas 7 horas do dia 24, publicou o sr. D. Pedro uma proclamação, declarando a falsidade de tal noticia, e o panico cessou.

Ainda hoje se ignora, tanto a razão porque os realistas fugiram no fim da acção de 23, como a origem do boato que aterrou os portuenses!

—

Duas escunas liberaes, ás ordens do almirante Sartorius, ameaçam a Figueira, a 2 de agosto; mas, tendo-se-lhes feito fogo do castello, por ordem do coronel realista, José Pedro de Mello, governador d'elle, retiraram.

Tambem fundearam em frente de Villa do Conde, chegando a deitar gente em terra; porém o fogo do seu castello os fez retirar. A mesma sorte teve a tentativa sobre Aveiro, e a segunda contra Villa do Conde.

O sr. D. Pedro, cujo plano era, com a victoria de Ponte-Ferreira, arremeçar os realistas para Traz-os-Montes; como os resultados não corresponderam ás suas esperanças, resolveu atacar o general Póvoas, nas suas posições, fazendo-o retirar para o sul.

Com este fim, o conde de Villa Flor sae do Porto, na noite de 6 de agosto, com as forças que julgou necessarias.

O brigadeiro realista, Caetano Alberto de Souza Canavarro, commandante da 1.ª brigada, que tinha as suas avançadas nos Carvalhos, dá parte ao Povoas (á 1 hora da manhã de 7) que aquellas tinham sido atacadas, e as fizera retirar sobre Grijó. D'aqui foram os realistas retirando (em ordem, e fazendo fogo) sobre o lugar das *Ayras*, ou *Souto-Redondo*, [1] onde estavam as reservas realistas.

Ao nascer o sol, os batalhões de voluntarios realistas de Mangualde e de Penafiel, e um meio esquadrão de cavallaria n.º 8 (Fundão) são atacados pelos atiradores liberaes, contra os quaes aquelles resistem, dando á cavallaria duas *cargas*, que os fez suspender o seu movimento para a frente, retirando os realistas, só ás 9 horas, por ordem de Póvoas.

As pequenas vantagens obtidas pelos liberaes, desde a uma hora do dia, e a successiva retirada dos contrarios, de todas as posições avançadas, animou tanto aquelles,

[1] A antiga estrada real, divide a aldeia de Souto-Redondo, da das Ayras. Esta pertence á freguezia de S. Jorge de Caldellas, e aquella á de S. João de Vêr, ambas no concelho da Feira: entretanto, estas duas povoações não formam verdadeiramente mais do que uma aldeia, e por isso se lhe dá indistinctamente já o nome de *Souto-Redondo*, já o das *Ayras*.

que julgaram certa a victoria, pelo que avançaram estouvadamente, ás 9 ½ da manhã, e quasi em desordem, contra o grosso das tropas realistas, postadas em Souto Redondo.[1]

O regimento de infanteria de Bragança (n.º 24) commandado pelo coronel, Antonio José Doutel, estava formado ao fim do logar, do lado do sul, em columna de *grandes divisões*. Póvoas recommendou ao commandante, que, depois da ordem do brigadeiro Canavarro, só désse uma descarga, atacando logo o inimigo, á bayoneta.

Os liberaes tinham postado a sua artilheria em um monte, ao O. da aldeia, e a sua metralha e um nutrido fogo dos seus atiradores, fez bastantes baixas nos realistas; cujas tropas inactivas estavam desesperadas por não entrarem em acção.

Então Póvoas decidiu se a atacar. O regimento 24 dá uma terrivel descarga, quasi á *queima-roupa*, e, apoiado por um esquadrão de cavallaria n.º 8, commandado por José Urbano de Carvalho, dá uma horrorosa carga de bayoneta, contra a artilheria liberal, que lhe ficava em frente, tomando uma peça e um obúz.

A bravura e sangue frio do 24, e a rudez do seu ataque, aterrou os contrarios, pondo-os em completa derrota, e fazendo-os retirar sobre o Porto.

Toda a divisão realista os perseguiu até perto dos Carvalhos, causando-lhe perdas enormes, não só pelo fogo de fusilaria, como pelas repetidas cargas de cavallaria.

Dois homens e dois regimentos se cobriram n'este dia de uma gloria immorredoira—Foi, da parte dos realistas, o coronel Doutel, e o seu regimento de infanteria n.º 24, pelo rigor da sua disciplina, pela sua inimitavel coragem, e pelo seu imperturbavel sangue frio.

Porém o coronel Pacheco (um dos mais bravos officiaes do exercito liberal) e o seu regimento (infanteria n.º 10) renovaram n'este dia, tão infausto ás armas do sr. D. Pedro, as memorias gloriosas dos feitos militares que enobreceram as legiões romanas, excedendo, em sangue frio, coragem e abnegação, os feitos legendarios da *guarda-imperial* de Buonaparte.

No meio da desordem geral, que o panico tinha causado nas tropas de Villa-Flôr, só o regimento de infanteria n.º 10 conservou a mais rigorosa disciplina, retirando sempre na melhor ordem, apesar das repetidas cargas da cavallaria contraria, que o dizimava, e Pacheco commandava com tanta presença de espirito, como o poderia fazer em uma parada.

Se não fosse a bravura e sangue frio do 10 de infanteria, que protegeu a retirada das outras tropas, poucas chegariam ao Porto.

Este distinctissimo official (o coronel Pacheco) sendo chefe de estado-maior do general Stubbs, e depois de escapar nos mais sanguinolentos combates, veio a morrer em um miseravel reconhecimento, no sitio da *Ariosa* (arrabaldes do Porto) no dia 1.º de dezembro de 1833.

As perdas dos liberaes, em Souto-Redondo, foi immensa, tanto physica como moral. Além de mais de 300 prisioneiros e apresentados, tiveram mais de 600 mortos ou feridos; e a guarnição e povo do Porto ficaram aterrados com semelhante e tão inesperada derrota.

Se Póvoas se tivesse sabido aproveitar da victoria (ou, *se tivesse vontade d'isso*...) entraria no Porto, de envolta com os restos da divisão liberal; mas elle contentou-se com a *gloria* de vencer a batalha—triumpho que, em grande parte, deveu ao regimento n.º 24 e ao seu commandante—e, não só deixou os liberaes retirarem sem fogo, desde os Carvalhos, mas até mandou collocar n'esta povoação a maior parte da sua cavallaria, com as espadas desembainhadas, impedindo que a infanteria e os caçadores continuassem a perseguição do inimigo.

[1] Contavam tanto com a derrota dos realistas (ou talvez com a entrega de grande parte das suas tropas) que muitos traziam lenços azues e brancos, atados nas bayonetas, em *ar* de bandeiras, e vinham cantando o *hymno da rainha*, uns, outros o da *carta*.

O sr. D. Pedro, desenganado de que lhe tinham mentido os que na Inglaterra lhe tinham asseverado, que apenas desembarcasse em Portugal, se levantaria todo o reino em seu favor, trata de fortificar seriamente o Porto, e esperar os acontecimentos.

Os realistas continuam a agglomerar tropas em redor do Porto; mas a intriga lavra nos seus generaes.

O visconde do Peso da Régua (Gaspar Teixeira) é feito commandante em chefe do exercito de operações contra o Porto.

A 2.ª divisão realista, que estava nos Carvalhos (a 10 kilometros do Porto) avança sobre Villa-Nova-de-Gaia, e toma esta povoação, em 8 de setembro.

No mesmo dia, atacam a Serra do Pilar, mas são repellidos com grandes perdas. Distinguiu-se n'este ataque, o regimento de milicias de Tondella, que chegou a dar uma carga de bayoneta, já dentro da cêrca; mas perdeu muita gente, e teve o seu bravo coronel (Rodrigo de Sousa Tudella, denominado — o *fidalgo do Atalho* — proximo a Agueda) gravemente ferido.

No dia 10 (de setembro) uma força liberal do Porto, e a guarnição da Serra do Pilar, fazem uma sortida sobre Villa Nova de Gaia; mas são repellidos. Os realistas os perseguem até á Serra do Pilar; porém são rechaçados.

No dia seguinte (11 de setembro) a esquadra realista estabeleceu o bloqueio do Porto, previamente annunciado ás nações estrangeiras, que o reconhecem. Esta esquadra compunha-se de uma náu, uma fragata, duas corvetas, dois brigues, e um vapor.

Era commandada pelo almirante João Felix Pereira de Campos [1] reconhecido como bom official de marinha, mas de sentimentos liberaes.

Os realistas construem baterias em redor do Porto, e as dos liberaes são ampliadas e reforçadas: isto dá em resultado ser metralhado o campo dos realistas, e a cidade, morrendo gente, e arrazando muitos edificios do Porto e de Villa-Nova.

Os liberaes fazem frequentes sortidas sobre o campo inimigo, sendo quasi sempre repellidos.

Gaspar Teixeira, ataca as linhas do norte do Porto, por tres pontos differentes (29 de setembro.) De ambos os lados se batem com encarniçamento.

O capitão Travassos, d'artilheria, chega a entrar na cidade com as suas peças; mas é morto, e a sua gente, desanimada, retira.

O regimento de milicias da Figueira, julgando que o 2.º batalhão do *novo regimento de infanteria de Lisboa* (que substituiu o n.º 4) era um batalhão francez, lhe deu uma descarga, que lhe matou 39 soldados e fez muitos feridos; o que causou grande confusão nos realistas.

Foi á voz de—«Estamos cortados pelos francezes!»—que as milicias fusilaram a infanteria.

O engano procedeu das barretinas á franceza que trazia o batalhão.

Custa a comprehender como se désse este engano. As taes barretinas do *novo padrão*, já eram usadas pelos regimentos de infanteria n.os 1, 7, 13 e 16—todos os quatro regimentos de caçadores — do Alemtejo (n.º 1) da Beira-Alta (n.º 4)—do Minho (n.º 7)—e da Beira-Baixa (n.º 8)—e até já usavam d'estas barretinas os regimentos de milicias de Guimarães, Louzan e outros—e até o proprio da Figueira!

Este acontecimento prova a desordem e... desmazelo que reinava no exercito realista.

As forças que atacaram o Porto, andavam por 10:000 homens, dos quaes, perto de 2:000 morreram junto ás trincheiras. Os liberaes tambem tiveram grandes perdas.

Em todos os ataques ás linhas do Porto, ficavam os rea-

[1] O mesmo que, com o general Madeira, havia respondido a conselho de guerra, por abandonar a Bahia, em 1823.

listas com muito menos numero de mortos do que de feridos (como acontece em todas as batalhas) porém entre os liberaes dava-se o contrario—os mortos eram em maior numero do que os feridos, e estes, quasi todos gravemente; porque, estando a coberto pelas trincheiras, todos eram feridos da cinta para cima.

Finalmente, depois de 8 horas de fogo violentissimo, tanto de artilheria como de fuzil, os realistas retiram, sem terem conseguido mais do que morrerem e matarem.

—

O sr. D. Miguel I, nomeia (6 de outubro) o duque de Cadaval marechal do exercito e commandante em chefe de todas as tropas da capital e da provincia da Extremadura; assim como de todas as baterias das duas margens do Tejo, e das mais que faziam a defeza de Lisboa (Peniche, Ericeira, Cascaes, Setubal, etc.)

A esquadra realista, commandada por João Felix, tinha arribado a Vigo, por causa de um temporal. Sahiu d'este porto, a 10 de outubro, e no dia seguinte, pelas duas horas da manhã, encontra-se com a esquadra liberal, commandada por Sartorius, nas alturas das *Ilhas de Bayona*.

A esquadra liberal opéra a sua retirada, ás 4 da tarde.

A 14 de outubro, os realistas atacam furiosamente a Serra do Pilar, resistindo os liberaes com egual vigor; e, como estavam cobertos pelas suas trincheiras e baterias, fizeram grande destroço nos contrarios, matando e ferindo muitos distinctos officiaes e grande numero de praças de pret.

O bravissimo brigadeiro Peixoto, foi, n'esta acção, mortalmente ferido, morrendo no hospital de sangue, estabelecido no mosteiro de Grijó, no dia 16. Foi uma grande desgraça para os realistas—que retiram com grandes perdas.

—

O sr. D. Miguel I resolve vir collocar-se á frente do seu exercito de operações, sobre o Porto.

Sae de Lisboa a 16 de outubro, com suas irmãs, as infantas, D. Isabel Maria, e D. Maria da Assumpção. Entram a 20 em Coimbra, no meio de grande enthusiasmo e das maiores demonstrações de regosijo publico.

—

A 24 de outubro, os realistas, commandados pelo brigadeiro, João de Abreu Castello-Branco, dão outro ataque á Serra do Pilar; sendo, como das mais vezes, bravamente repellidos. Foi o ultimo ataque que deram a este ponto.

—

O visconde de Veiros (general Leite) é exonerado do governo das armas da Estremadura, mas nomeado marechal do exercito, em attenção aos grandes serviços prestados á patria. O visconde do Peso da Regua, é, no mesmo dia, exonerado de commandante em chefe do exercito de operações, contra o Porto, e vae occupar o governo do visconde de Veiros. O visconde de Santa Martha, é nomeado commandante em chefe do exercito de operações. Todas estas mudanças se effectuaram a 26 de outubro, dia em que o sr. D. Miguel I fazia 30 annos de edade.

A familia real sae de Coimbra a 29 de outubro, prenoitando n'esse dia em Agueda, e no dia 30, no palacete de Alexandre Luciano Soares de Albergaria, do *Buraco*, na freguezia do Couto de Cocujães—primo do auctor d'esta obra. (Vide vol. 1.º, pag. 504, col. 1.ª—e vol. 2.º, pag. 419, col. 1.ª)

O sr. D. Miguel I, atravessa rapidamente as posições do seu exercito, e entra em Braga, com as infantas, no 1.º de novembro.

A sahida da capital, foi um grande érro do sr. D. Miguel, ou de quem o aconselhou; porém, uma vez que deu esse passo, tão deploravel para a sua causa, devia conservar-se á frente do exercito, do qual, para evitar as grandes intrigas que n'elle lavravam, se devia declarar commandante em chefe.

É preciso fallar claro a todos. Não me importa que os

liberaes me chamem miguelista; nem que os realistas digam que *já bebi agua... dos amores*—o que quero é dizer a verdade, seja a favor, ou contra quem fôr; e por isso, affirmo que—o SR. D. MIGUEL I, NUNCA TOMOU A SERIO O OFFICIO DE REI.

Abandonou completamente as rédeas do governo, a ministros, aulicos e conselheiros—ou nescios, ou sanguinarios, ou traidores (quando não eram tudo junto!)

As suas occupações predilectas, eram os toiros, cavallos, caçadas, o *torno* [1] etc. etc.

Se os papeis se trocassem—isto é—se o sr. D. Pedro estivesse no logar de seu irmão, e este no d'aquelle, não teria existido a desgraçada guerra fratricida de 1832 a 1834.

O sr. D. Pedro, era um bom guerreiro, um optimo chefe, e um trabalhador infatigavel. De noite e de dia, examinava as suas baterias, percorria toda a sua linha de defeza; olhava a tudo, e a tudo providenciava—tomando por divisa—*vencer ou morrer*.

O sr. D. Miguel, longe de o imitar, veiu divertir-se para o Minho, e deixou hir tudo ao *Deus dará*.

Mas, se o sr. D. Miguel nutria o firme proposito de se deixar sempre illudir e atraiçoar, para que sustentou a guerra por dois annos, consentindo que os portuguezes se despedaçassem uns aos outros, e que Portugal fosse tão cruelmente devastado?

Se elle tinha tenção de se deixar vencer—praticaria um acto de virtude e patriotismo, se, logo que seu irmão entrou no Porto, proclamasse ao seu povo, dizendo — «Não quero ser vosso rei: prefiro ser um simples particular, e viver uma vida de divertimentos de toda a casta; por isso, unam-se ao meu augusto irmão, e reconheçam como rainha de Portugal, a sr.ª D. Maria II.

Quantas desgraças se evitavam, se elle assim obrasse?!

—

Continuemos com a historia do cêrco.

—

O Porto estava completamente e rigorosamente cercado. A tropa e o povo, soffriam grande falta de viveres. Os navios que se arrojavam a entrar a barra com mantimentos, eram mettidos a pique. Muitos sitiados (mesmo estrangeiros) por causa da fóme, passavam para os sitiantes.

Os liberaes continuavam as suas sortidas, no intuito de obter mantimentos, mas eram sempre repellidos, perdendo inutilmente officiaes e soldados.

O sr. D. Pedro não tinha dinheiro para a compra de munições, nem para pagamento dos soldos e prets aos estrangeiros—nem quem lh'o emprestasse; mas, em 10 de novembro, consegue que o barão de Quintella lhe adiante 2:500 contos de réis, pelo exclusivo do tabaco, por 12 annos.

—

Nos dois exercitos beligerantes, lavra a intriga entre os officiaes superiores, o que produz repetidas mudanças nos commandos das divisões e brigadas.

No exercito realista, o brigadeiro José Antonio d'Azevedo e Lemos toma o comman-

[1] *Quem sae aos seus, não degenera.* Seu bisavô, D. José I, abandonou o governo do reino, a Sebastião José de Carvalho e Mello, deixando-o fazer quanto quiz—isto é—muitas cousas optimas, muitas bôas, e muitas pessimas. A vida do rei, era estar ao torno, fazendo carapêtas, espiraes, bilros, piões, etc. etc.—por isso o povo dizia—«O marquez de Pombal, está no throno, e o rei está ao torno.»—O sr. D. Miguel tambem tinha *torno*; mas faltava-lhe um *marquez de Pombal.*

do da 3.ª divisão, e o tenente-general Sarmento, o do 4.ª—No exercito liberal, é tirado o commando ao conde de Villa-Flor; mas, em attenção aos seus muitos serviços á causa da carta, é feito duque da Terceira.

—

No dia 28 de novembro, os liberaes, em força de 6:000 homens, fazem uma sortida, sobre os acampamentos de Ramalde e Paranhos, que pertenciam á 2.ª e 4.ª divisões realistas; conseguindo incendiar algumas barracas; mas, o brigadeiro Telles Jordão, á frente de um esquadrão de cavallaria n.º 6 (*dragões de Chaves*) os obriga, com uma furiosissima carga, a retirar precipitadamente para a cidade.

—

Mais infelizes foram ainda os liberaes, em 17 de dezembro, na sortida ao Candal (Sul do Douro) apesar de bem deliniada, e de bem tomadas precauções.

Um batalhão inglez e outro francez, marcharam na noite de 16 para 17, em reforço da guarnição da Serra do Pilar, na intenção de protegerem a esquerda e centro dos atacantes.

O brigadeiro João Schwalbak (que em 23 de setembro de 1835, foi feito barão de Setubal, e em 13 de outubro de 1843, visconde do mesmo tilulo) commandante da *divisão ligeira*, passou com esta (em força superior a 3:000 homens) na madrugada de 17, o rio Douro, desembarcando em Valle de Piedade. Parte d'estas tropas chegaram a avançar até ao alto da Bandeira (ao cimo de Villa Nova) onde os caçadores liberaes do batalhão n.º 5, chegaram a misturar-se com o batalhão de voluntarios realistas de Villa-Flor, suppondo-os dos seus, porque o uniforme era egual. (Góla e canhões encarnados).

Outra secção dos liberaes avançou até ao Candal, na intenção de distrahir a attenção do inimigo, emquanto o resto das suas forças arrombava os armazens da *companhia*, para levarem para o Porto todo o vinho que podessem. Nada conseguiram.

O general Lemos os arrojou de Villa Nova, levando-os até á margem (esquerda).

Mais triste sorte experimentaram os que investiram pelo Candal.

Na quinta da Telheira estava acantonado o 2.º regimento de infanteria d'Elvas (n.º 17) o batalhão de voluntarios realistas da Covilhã e Fundão, e o regimento de melicias de Lamego.

No Candal, estava o batalhão de voluntarios realistas de Castello-Branco e Penamacôr, commandado pelo seu bravo tenente coronel, José de Pina Machado de Moraes Borges Ferraz, e toda a brigada era commandada pelo brigadeiro Luiz Candido Tavares Osorio.

Estas tropas, que estavam todas debaixo de fórma, por ser a hora da *descuberta*, cahiram inopinadamente sobre os liberaes, arrojando-os até á beira do rio.

Os liberaes, ainda poderam encravar a artilheria do forte da *Aforada;* mas com a pressa, ficou tão mal encravada, que os realistas rapidamente a desencravaram, e logo fez fogo aos contrarios.

Os liberaes ainda resistiram por cousa de uma hora, na margem do rio, e, emquanto uns incendiavam o mosteiro — que ficou todo reduzido a cinzas — outros sustentavam o fogo, para protegerem a juncção dos que estavam nos armazens; mas, accomettidos encarniçadamente pela brigada de Luiz Candido, embarcaram tumultuosamente, depois de ficarem muitos mortos ou prisioneiros na praia, e morrendo ainda muito maior numero afogados no rio. [1]

N'esta desgraçada tentativa, perderam os liberaes uns 500 homens, entre mortos, feridos e prisioneiros.

[1] Presenceou-se então um facto, que horrorisou não só os liberaes, mas os proprios realistas. As tropas de Schwaibach, cujos barcos tinham ido a pique, com as balas do inimigo, agarravam-se ás amarras de dois brigues de guerra inglezes, que estavam fundeados em frente de Valle de Piedade, para saltarem dentro dos navios e se salvarem de uma morte horrorosa; mas os inglezes os empurravam para o abysmo, tendo alguns mesmo a crueldade de lhes cortarem as mãos com os terçados de marinha.

N'este mesmo dia 17 de dezembro, o sr. D. Miguel I passou revista ás tropas realistas, acantonadas em redor do Porto, e no dia seguinte ás que guarneciam Villa Nova de Gaia.

No dia 19, foi visitar a fundição de ferro de Crestuma, e logo no dia seguinte tornou para Braga, que foi a *Cápua* d'este principe *sem cuidados*.

1833

Os chefes realistas, decidem reduzir o Porto pela fome; e, para isso, tratam de construir uma formidavel linha de baterias, desde S. Payo até Quebrantões; construindo mesmo uma bateria na extremidade N. do *Cabedello*, a tiro de pistola do castello de S. João da Foz.

Além d'isso, tinham uma esquadrilha de barcos, artilhados, em Avintes, para rondarem o rio.

D'este modo, muito poucos generos alimenticios entravam no Porto, e esses mesmos só com grande risco dos seus conductores.

Varios navios que se aventuravam a entrar a barra com mantimentos e outros generos, eram mettidos a pique, pela artilheria realista. Só em um dia, foram ao fundo, trez d'estes navios, com pequeno intervallo de tempo, de uns aos outros.

A fome, com todos os seus horrores, ameaçava os cercados.

As tropas estrangeiras, por falta de pagamentos, e pelo soffrimento de varias privações, estavam insubordinadas.

A causa liberal estava a ponto de soccumbir, não só pela fome, mas tambem pela desharmonia dos seus chefes, pela falta de dinheiro para se fazerem os recrutamentos no estrangeiro, e pelas continuas deserções para o campo inimigo.[1]

Os homens mais bem intencionados de ambos os partidos, e que previam que, se a guerra fosse terminada á força d'armas, Portugal se transformaria por algum tempo em um lago de sangue de seus filhos, tentaram uma convenção; e este projecto foi sincera

[1] Do exercito sitiante tambem desertavam para o Porto; mas, em muito menor numero.

e energicamente approvado e apoiado pelos inglezes.—As bases d'esta convenção eram: 1.ª, que o sr. D. Miguel I casaria com sua sobrinha—2.ª, que o sr. D. Pedro iria residir, por alguns annos, para Vienna d'Austria—3.ª, que os chefes principaes do exercito liberal, sairiam para fóra do reino, temporariamente—4.ª, que seriam garantidos os postos dados pelo sr. D. Pedro, e que entrariam nas fileiras do exercito realista, todos os officiaes do liberal que o requeressem.

Os francezes, porém, em ódio á Inglaterra, que patrocinava esta convenção, instigaram, com todas as suas forças, os liberaes á resistencia.

—

No dia 1.º de janeiro, d'este anno de 1833, conseguiu desembarcar (fóra da barra do Porto) o general francez João Baptista Polignac[1] com 118 recrutas belgas; mas 11 d'estas, vindo doentes com o *cholera-morbus*, o communicaram aos seus camaradas, e em breve á cidade e a todo o reino, morrendo d'este flagello muitos milhares de pessoas, de todos os sexos e edades.

No dia seguinte, desembarcou tambem, no mesmo sitio, o general Froment, com 150 recrutas francezes.

O sr. D. Pedro dá o commando em chefe do seu exercito a Polignac, com o posto de major general.

[1] Este Polignac, é o valentão nosso conhecido (1.º vol., pag. 78, col. 2.ª) que, tendo fugido (junho de 1808) á vista das ordenanças de Thomar; depois, sob as ordens de Margeron, e na companhia do principe de Salm-Salm, atacaram com cavallaria e infanteria, o *cirio de N. Senhora da Ameixoeira* (a 4 de julho de 1808) junto á villa de Alcoentre, fazendo uma ignobil carnagem nos romeiros, e tomando-lhes as duas bandeiras da Senhora, que foram para o museu de artilheria de Paris, como tropheus de uma grande batalha e gloriosissima victoria, pois como tal foi publicada no *Monitor*, folha official franceza.

D'esta vez, Polignac não matou alguns velhos, mulheres e creanças pacificos e indefezos, ás cutiladas e fuzileria; mas muitos milhares de portuguezes com a peste de que foi portador.

O governo hespanhol obriga a sair de Vigo a esquadra de Sartorius; prohibindo que lhe vendessem viveres.

Sartorius, navegando para o sul, ataca, a 24 de janeiro, o castello do Queijo (proximo a Mattosinhos) e, depois de rijo fogo de parte a parte, teve de retirar.

No mesmo dia, sete batalhões e um esquadrão de lanceiros liberaes, fazem uma sortida por Lordéllo e Nevogilde, que não teve outro resultado senão derramar-se muito sangue de portuguezes.

Já não eram as campanhas de 1823 (*guerra da poeira)* nem as de 1826 e 1827, nas quaes, cada bando, sem se esquecer do lêma da sua bandeira, lembrava-se que todos eram portuguezes. Agora estava tudo mudado!—Realistas e liberaes, eram duas hordas de canibaes, tratando de commetter toda a casta de atrocidades contra os do partido opposto!

Os marinheiros da esquadra liberal, revolucionam-se, por falta de pagamento: levam os navios para a ilha de Bayona, e d'ali, Sartorius exige que o sr. D. Pedro pague os soldos atrasados, para elle, officiaes e marinheiros; ameaçando-o de voltar para a Inglaterra e vender lá os navios, para pagamento dos soldos em divida.

No Porto, não era menor a insubordinação dos estrangeiros. Hodges e outros officiaes e soldados, de differentes nações, deixam o serviço do sr. D. Pedro, e abandonando o Porto, vão uns para a Inglaterra, e outros para os realistas.

O sr. D. Pedro, achando-se em tamanhos apuros, por falta de dinheiro, vê-se obrigado a lançar um tributo de um milhão de cruzados á cidade do Porto.

—

O ministro da guerra, do sr. D. Miguel (conde de S. Lourenço) é feito general em chefe do exercito de operações (21 de fevereiro) sendo substituido na respectiva pasta, pelo conde de Barbacena, que era chefe do estado-maior general do exercito.

O conde de S. Lourenço resolve atacar o Porto, tanto pelo norte, como pelo sul, e a 4 de março teve lugar um rijo combate, no qual entrou tambem a esquadrilha de barcos, do Douro. Depois de um dia de sanguinolentos combates, em varios pontos, os realistas recolhem aos seus acampamentos, depois de abandonarem as posições que com tanta perda de vidas tinham conquistado.

—

O sr. D. Pedro dirige uma carta, occultamente, ao conde de S. Lourenço, convidando-o, sob grandes promessas de premios tentadores, a que tivesse com elle uma conferencia—o conde recusa.

A peste, a fome e a guerra, fazem horriveis destroços nos habitantes do Porto.

O sr. D. Pedro, vendo que Sartorius continuava na mesma insoburdinação e ameaças, demitte-o, a 13 de março, nomeando em seu logar o capitão Crosby; porém Sartorius recusa entregar o commando, sem que lhe pagassem o que lhe deviam, e aos seus.

O principe manda Crosby e Doyle á esquadra, com ordem de prender Sartorius, mas este; prende-os e mette-os no porão da fragata D. Maria II.

Na esquadra realista não corriam as coisas melhor a favor do sr. D. Miguel. O almirante, João Felix, é exonerado do commando, e nomeado major-general da armada e inspector do arsenal da marinha. O commando da esquadra foi dado ao chefe de divisão Aboim.[1]

A 24 de março, teve logar a acção chamada das *Antas*, na linha de defeza da cidade, e ao norte d'ella. O resultado foi (como o dos ataques antecedentes) correr muito sangue.

No dia seguinte, os liberaes fazem uma sortida sobre a bateria do Cabedêllo, mas são repellidos.

[1] Este Aboim foi sempre conhecido por liberal, e em breve se conheceu que o era. Foi um passo erradissimo (se não foi traição) entregar-lhe o commando da esquadra. João Felix tambem passava por liberal; mas era um caracter honradissimo, no qual se podia depositar plena confiança.

No dia 9 d'abril, os liberaes atacam e tomam a bateria do Covêllo. No dia seguinte, os realistas tentam reconquistar esta posição, porém foram repellidos.

O sr. D. Pedro manda expulsar do Porto, os velhos, as creanças e os estropiados. O sr. D. Miguel manda recolher as creanças no collegio dos jesuitas, de Coimbra—os que eram militares foram para veteranos, e aos mais, deu-se tambem abrigo e alimento.

—

O sr. D. Pedro não tinha consentido que o general Saldanha o acompanhasse para Portugal; porém, vendo a que ponto haviam chegado as intrigas no seu exercito, o chama e lhe dá o commando das suas tropas.

Sartorius declara que, se lhe não pagarem até ao fim d'abril, retira com a esquadra para Inglaterra.

Foi n'esta triste conjunctura, que o barão de Quintella faz ao sr. Pedro um novo emprestimo de 2:500 contos de réis, salvando d'este modo a causa liberal; mas, foi-lhe preciso recorrer tambem a emprestimos, para obter tão grande quantia.

Como depois de terminada a guerra, nem lhe deram o contrato do tabaco, como se havia estipulado, nem lhe pagaram, Quintella teve de pagar o capital e juros aos seus crédores, depois de uma diuturna demanda, em que o barão (já conde do Farrôbo) havia chamado inutilmente o governo á auctoria. Isto deu em resultado o desmoronamento total da casa Quintella, uma das maiores do reino.[1]

—

Os realistas construem o famoso *castello de Gaia*, no sitio onde consta ter existido um antiquissimo.

Era um ponto de grande perigo, e onde morreram muitos artilheiros e outra gente; mas d'onde se causaram grandes ruinas á cidade, desde o dia 14 de maio, em que a artilheria d'este castello principiou a vomitar os seus projectis contra o Porto.

—

A intriga continúa a lavrar entre os chefes realistas. O sr. D. Miguel resolve entregar o commando do exercito e da esquadra a officiaes estrangeiros. Convida o marechal-general, conde de Bourmont, para commandante em chefe do exercito de operações, e lord Eliote, para almirante da sua esquadra. Ambos acceitaram. Bourmont chega a Portugal, trazendo em sua companhia dois filhos, alguns generaes e outros officiaes francezes, de reconhecido merito.[1]

Eliote, ao qual tambem se havia encarregado da compra de tres vapores de guerra e do engajamento de officiaes, artilheiros e marinheiros, prepara-se para sair com os vapores que havia comprado, e com uns 600 homens de guarnição e tripulação.

—

O general Saldanha, tenta terminar a guerra sem mais derramamento de sangue. Combina uma conferencia com o general realista, José Antonio d'Azevedo e Lemos. O logar marcado para esta conferencia foi um dos brigues de guerra inglezes que estavam fundeados em frente do Valle de Piedade.

Com effeito, alli se juntaram, pela parte dos liberaes, Saldanha e outros chefes—e pela dos realistas, Lemos, o conde da Bahia (cunhado de Saldanha)—o brigadeiro, Luiz Candido Tavares Osorio—o tenente coronel dos voluntarios-realistas de Castello Branco e Penamacôr, José de Pina Machado de Moraes Borges Ferraz—e outros. Ainda até hoje se ignora do que se tratou e o que se

[1] Era voz publica, que o 1.º barão de Quintella, havia deixado a seu filho (o de que se falla no texto) 14 milhões de cruzados em predios, e egual quantia em numerario!

A historia d'estes emprestimos, e da ruina d'esta grande casa, não é para aqui. Dava assumpto para um grande livro. Foi um acto de ingratidão, dos maiores que se tem praticado desde que ha memorias escriptas!

[1] Foram, os tenentes-generaes—Barão de Clouet; Conde, Augusto de la Rochejaquelin; Reynaldo Macdonell; e o Conde de Almer—os marechaes de campo, Barão de Grival e Bourdais—os brigadeiros, Conde, Luiz de Bourmont; Spring; Barão de Feried; Visconde, de Tanneguy Duchastel; Brassaget; Granier; Conde de R. de Rochellines; e Henrique de Payseux—trez coroneis—10 tenentes-coroneis—10 majores—24 capitães—25 tenentes—19 alferes—e mrs. Prunelle e Lebrun, medicos militares.

decidiu, não só na primeira conferencia, como em outras que á ella se seguiram. Provavelmente, nada se resolveu.

—

Saldanha deu melhor direcção aos negocios dos cercados. Logo que tomou conta do commando do exercito liberal, tratou de abrir uma communicação com o mar, por sitio menos arriscado do que a barra, escolhendo a praia em frente da Luz, o que foi de grande utilidade para os liberaes; cuja sorte alguma coisa melhorou.

—

O sr. D. Pedro pôde conseguir resgatar a sua esquadra, com o segundo emprestimo Quintella, e a entregou ao capitão inglez Napier, que trouxe da Gran-Bretanha alguns officiaes e soldados de marinha, e ao qual nomeou almirante.

—

Os liberaes projectam uma sortida contra o sul do reino. Os realistas sabem-o, e tratam de agglomerar, desde os Carvalhos até Santo Ouvidio (Gaia) um grande apparato de carros e bestas de transporte, para marcharem em perseguição dos contrarios; mas estes, baldam todos aquelles preparativos, embarcando 2:500 homens, sob as ordens de Villa-Flôr, levando em sua companhia o marquez de Palmella, como delegado do sr. D. Pedro, em materias civis.

Este embarque foi feito com muita difficuldade, e gastando-se alguns dias, terminando a 20 de julho.

O commandante em chefe do exercito realista sabe d'esta expedição, e manda para o sul uma columna da força de 2:000 homens, de todas as armas, sob as ordens do brigadeiro Nuno Augusto de Brito Taborda, tendo por chefe de estado-maior, o tenente coronel, Augusto Xavier Palmeirim, que foi mandado n'esta columna, mas com destino a servir na divisão do visconde de Mollelos.

Villa-Flor e a sua columna, desembarcam em Cacella (Algarve) a 24 de junho.

Para evitarmos repetições, vide 1.º vol., pag. 54, col. 1.ª — e vol. 4.º, pag. 117, col. 1.ª, no fim, e col. 2.ª

Consta ao sr. D. Miguel, que os liberaes tentam seduzir os officiaes da esquadra realista, para se passarem para aquelles; e, quando o não podessem conseguir, incendiar a esquadra, que estava fundeada no Tejo.

É certo que á náu D. João VI foi lançado fogo, mesmo no rio, e teria ardido, se um arrojado marinheiro mulato, com imminente perigo de vida, não descesse a apagar o fogo.

O sr. D. Miguel, para evitar este perigo, e para entregar o commando da esquadra a Eliote, manda sahir Aboim, com todos os navios sob as suas ordens, para as aguas de Villa do Conde. A esquadra sahe, no 1.º de julho; mas, em vez de se dirigir ao norte, segundo as ordens do rei, navega para o Algarve!

No dia 5 de julho encontra-se com a esquadra liberal, nas alturas do Cabo de S. Vicente. [1]

Principiou a batalha, alcançando Napier uma victoria facilima; aprisionando alguns navios, e outros se lhe entregaram, e tomaram o serviço do partido liberal.

É certo que entre os officiaes da esquadra realista e Napier tinham havido prévias combinações, aliás, não se atreveria este a atacar um inimigo, que lhe levava grande superioridade, tanto na qualidade dos navios, como na sua artilheria e guarnições.

Mais. — Napier sabia até quaes os navios que lhe resistiriam, e quaes os que se lhe haviam de entregar; e tanto que, não atacou a náu-almirante (a *D. João VI*) nem os outros navios, que, como aquelle, se lhe entregaram sem disparar nem um unico tiro, [2] e

[1] Os vapores de Napier estavam fundeados na bahia de Lagos; e quando o almirante os mandou chamar, recusaram os seus officiaes entrar em combate, sem que a cada vapor se dessem 2.000 libras; por isso se uniram muito tarde á respectiva esquadra.

[2] A náu *D. João VI*, arriou bandeira, logo

foi atacar a náu *Rainha de Portugal,* que resistiu, quasi só, contra toda a esquadra liberal.

Ninguem ignorava em Portugal, que a *brigada real da marinha,* era, na sua quasi totalidade, desaffecta á causa realista; e que, tanto officiaes como soldados, se passariam para o inimigo, logo que a occasião se lhes proporcionasse.

Finalmente, os liberaes obtiveram uma victoria facil, e importantissima, não só material, como moral; pois que causou geral desanimo nos servidores fieis do sr. D. Miguel.

Da esquadra realista apenas escaparam tres vasos—duas corvetas, que fugiram para Lisboa, e um brigue, que fugiu para a ilha da Madeira.

Todo o mundo reputou um acto de traição, a sahida da esquadra realista para as aguas do Algarve, em vez de hir para as do Minho, como lhe fôra ordenado pelo sr. D. Miguel. Se seguissem este rumo, em breves dias se lhes uniriam os tres vapores commandados por Eliote, e o valioso reforço de officiaes e marinheiros militares inglezes, com os quaes afoitamente podiam contar os realistas, e as cousas teriam mudado muito de figura.

—

A victoria do cabo de S. Vicente, foi um passo gigantesco em favor dos liberaes, que, não só ficaram exclusivamente senhores do mar, que dominavam com uma já poderosa esquadra, como porque poderam dispensar uma grande parte dos soldados de marinha, que tinham sido da esquadra realista, para reforçar a expedição de terra. Esta, já augmentada com os officiaes e soldados realistas que se lhe haviam apresentado no Algarve, marchava ágora triumphante, em direcção a Lisboa, seguida parallelamente pela esquadra, prompta a dar-lhe protecção e acolheita, em caso de necessidade.

no principio do combate, e consta mesmo que fez alguns tiros contra a náu *Rainha.*

Emquanto as cousas assim corriam no sul, fundeava no porto de Vianna um dos vapores de Eliote, trazendo a seu bórdo o conde de Bourmont e outros officiaes francezes.

A 14 de julho, o conde de Barbacena, que era tenente-general, foi feito marechal do exercito; mas foi exonerado de chefe de estado-maior general, junto á péssoa do sr. D. Miguel, e substituido pelo conde de Bourmont, que foi então elevado ao posto de marechal-general do exercito.

O barão de Clouet foi feito commandante em chefe do exercito realista.

—

Deixemos os acontecimentos do sul, que, além de ficarem já rapidamente narrados, a pag. 54, col. 1.ª, e pag. 141, col. 2.ª, do 1.º vol.—col. 1.ª de pag. 24, do 2.º vol., e no artigo *Lisboa,* a pag. 117, col. 1.ª, do 4.º vol.—não dizem respeito á historia do cêrco do Porto.

—

Bourmont percorre as linhas de defeza da cidade, e manda-as atacar no dia 25 de julho.

O ataque principiou ás 6 horas da manhan e terminou ás 2 da tarde. Foi, como os antecedentes, pessimamente dirigido, pois tendo o general francez mais de 40.000 homens em volta do Porto, apenas atacou com 12.000, sendo grande parte d'elles milicias, voluntarios-realistas, e o regimento dos soldados com baixa, que haviam sido chamados ao serviço.[1]

Os liberaes tinham a sua linha guarnecida com 15.000 homens, protegidos com as suas fortificações e por grande numero de bôcas de fogo. Mesmo assim, differentes posições foram varias vezes tomadas, perdidas e retomadas; porém o resultado d'este encarniçado combate, foi correrem ondas de sangue portuguez, sendo as perdas dos realistas (que ataeavam a peito descoberto) muito superior ás dos liberaes.

[1] O exercito deu-lhe o nome de *regimento dos boticarios,* por terem góla e canhões amarellos, que era o uniforme dos cirurgiões-móres, ajudantes de cirurgia, enfermeiros, etc.

N'este mesmo dia, 25 de julho, pelas 10 horas da noite, chega ao Porto um vapor inglez, trazendo a noticia da derrota e morte de Telles Jordão, na Cova da Piedade e em Cacilhas, a 23; e do abandono de Lisboa pelos realistas, e da entrada de Villa-Flor na capital, a 24.

O sr. D. Pedro, embarca logo no mesmo vapor, e sáe para Lisboa, no dia 26, chegando a esta cidade no dia 28.

N'este mesmo dia 28, chega a Villa do Conde o vapor de guerra inglez, *Lord das Ilhas* (um dos tres mandados comprar pelo sr. D. Miguel), trazendo a seu bordo Eliote e mais 15 officiaes francezes, para o exercito realista. (Ainda vinham a tempo!...)

—

Os generaes realistas reunem-se em conselho, e decidem mandar 25.000 homens sobre Lisboa, ficando ainda em volta do Porto uns 15.000.[1]

O sr. D. Miguel acorda momentaneamente do seu lethargo chronico, e encarrega o almirante Eliote de hir á Inglaterra comprar uma esquadra egual á do sr. D. Pedro. Eliote marchou logo para a sua patria, a tratar d'esta compra.

Mas o exercito liberal marchava de triumpho em triumpho. Na capital, achava, não só o resto da esquadra realista, que tinha escapado do destroço do Cabo de S. Vicente, como immensos recursos de toda a qualidade; os arsenaes abundantemente providos de material de guerra; e grande reforço de gente com que augmentou as suas fileiras.

Ainda mais — lord Palmerston, tinha jurado que o sr. D. Miguel seria expulso do throno portuguez, logo que a occasião se lhe proporcionasse — e chegou essa occasião — foi a occupação de Lisboa pelos liberaes: por isso, o governo inglez reconhece a sr.ª D. Maria II, a 9 de agosto, e n'esse mesmo dia, entrega as suas credenciaes a lord William Russell, como embaixador da Gran-Bretanha, ao governo liberal.

Apezar de tudo isto, o general Córdova, embaixador hespanhol em Portugal, retira de Lisboa para Coimbra, onde estava a côrte do sr. D. Miguel.

—

As tropas realistas, desanimadas com tantas derrotas, principiam a desertar em grande numero—os milicianos e voluntarios realistas, para suas casas,[1] e os soldados de linha para o campo inimigo.

—

A 6 de agosto, tinham principiado a marchar sobre Lisboa parte das tropas realistas que cercavam o Porto, pelo sul do Douro—e a 9 marcharam, com o mesmo destino, parte das que estavam do lado do norte.

O conde de Almer, fica commandando o exercito de operações sobre o Porto. N'esta cidade ficára governando o general Saldanha.

O conde de Almer, vendo que, com as poucas tropas que tinha, não podia conservar um rigoroso cêrco, decide tomar posições mais á rectaguarda. Não querendo deixar em poder dos contrarios os grandes depositos de vinhos, da companhia do Alto-Douro, o sr. D. Miguel encarrega o duque de Lafões de propôr ao Saldanha, que o vinho sahisse francamente a barra do Porto, depois de ter sido vendido a um banqueiro inglez, ficando o dinheiro depositado na mão d'elle, até ao fim da guerra, para então ser entregue ao seu legitimo dono.

As conferencias do duque com Saldanha, duraram oito dias; mas este não annuiu á proposta. Então, o conde d'Almer manda destruir (a 17 de agosto) uma grande parte d'estes vinhos, que valiam muitas dezenas de contos de réis, porque eram todos de superior qualidade.

[1] Note-se que esta decisão não passava de uma patacoada; porque então, já nem 25.000 homens estavam em volta do Porto!—O general Lemos propôz que se destruissem todas as munições de guerra, que não fosse possivel conduzir; que se atirasse com toda a artilheria ao rio Douro; e, abandonando o cêrco do Porto, marchasse immediatamente todo o exercito sobre Lisboa, a marchas forçadas; mas esta proposta, que tambem já pouco valia, não teve mais quem a apoiasse.

[1] De alguns regimentos de milicias, apenas ficaram os officiaes, e não todos. Os voluntarios realistas ficaram reduzidos á quarta parte. Era a consequencia infalivel de tantas derrotas soffridas.

A 18 d'agosto, Saldanha ataca o general realista, Pantaleão, obrigando-o a levantar o cêrco pela parte do norte.

Os realistas tinham construido uma ponte de barcas, em Gramido, porém o barão de Clouet a tinha mandado desfazer.

O conde d'Almer quiz accudir ao general Pantaleão; mas, como já não havia a ponte, teve de ir passar a Arnellas, pelo que, só se reuniu a Pantaleão no dia 19, quando já de nada lhe podia valer. Os negocios realistas corriam sempre assim!...

O conde d'Almer, decidiu abandonar Villa Nova de Gaia, tomando posições mais á rectaguarda—isto é—estabelecendo uma linha muito mais vasta de assedio.[1]

Apenas este plano estava concebido, já Saldanha o sabia no Porto; pelo que, desguarnecendo as suas linhas do norte, manda reforçar a toda a pressa a posição da Serra do Pilar.

No dia 20 de agosto, quando os realistas principiavam o seu movimento de retirada, deu sobre elles inopinadamente a guarnição do Pilar, fazendo-lhes alguns mortos e feridos, e grande numero de prisioneiros. Muitos soldados realistas, desanimados com tantos e tão grandes revezes, apresentaram-se aos liberaes.

Grande parte da artilheria grossa que se retirava do sitio, cahiu tambem em poder das tropas do Porto.

Almer, toma posições em S. João da Madeira, Feira e Ovar.[2]

Os realistas que cercavam a cidade pelo norte, tambem alargaram o cêrco, tomando posições a uns 8 kilometros á rectaguarda—isto é—o assedio do Porto, em rigor, deixou de existir; e tanto que Saldanha, com a maior parte da sua tropa de linha, embarca para Lisboa, a 23 de agosto, deixando Stubbs com o commando das tropas restantes.

No dia 3 de setembro, os liberaes fazem uma sortida sobre Penafiel, sem outro resultado mais do que arranjarem alguns recrutas voluntarios.

No dia 4, fazem outra sortida sobre Villa do Conde, cujo resultado foi levarem para o Porto uns 200 prisioneiros, quasi todos pertencentes ao regimento de milicias d'esta villa.

—

A causa realista podia julgar-se perdida; mas, como a guerra promettia durar ainda muitos mezes, e causar grandes desgraças, tentou-se ainda uma vez pôr-lhe termo por meios diplomaticos.

A Inglaterra estava francamente interessada n'este resultado, e Napier, por ordem do seu governo, teve uma seguida correspondencia com o conde de Bourmont, nos dias 18, 19 e 20 de setembro.

Bourmont opinava judiciosamente pela acceitação das propostas da Inglaterra, que, no estado das cousas, eram sobremodo favoraveis aos realistas. Vinham estas a ser —1.º, o sr. D. Miguel casaria com sua sobrinha; mas sahiria temporariamente para o estrangeiro, com uma avultada pensão, até que o tempo fizesse esquecer mais alguns factos praticados durante o seu governo—2.º, ser-lhe-hia restituida a casa do infantado—3.º, todos os postos dados pelo sr. D. Pedro e pelo sr. D. Miguel ficavam garantidos.

Muitos fidalgos que estavam então ao lado do sr. D. Miguel (e alguns dos quaes, pouco tempo depois, passaram para o lado do sr. D. Pedro) oppozeram-se com todas as suas

[1] Os generaes francezes e inglezes ao serviço do sr. D. Miguel, nada cá vieram ensinar, nem fizeram cousa alguma digna de grandes elogios. Este novo *plano de campanha*, do conde d'Almer, não passou de um grande disparate. Pois, se o exercito realista, na força de mais de 50:000 homens, não conseguiu fechar hermeticamente o cêrco, n'uma area de 5 ou 6 kilometros quadrados, como queria Almer sustental-o com 15:000 homens, na de mais de 200?

[2] Quasi toda a tropa de linha realista, tinha marchado para Lisboa, pelo que a maior parte da gente do conde d'Almer pertencia aos corpos de milicias e voluntarios realistas.

forças a esta convenção, sob pretexto de não quererem a sahida do rei, e preferiram phrases violentas contra Bourmont e alguns outros generaes francezes.

Bourmont, justamente escandalisado com estas aggressões, pediu a sua demissão, que logo lhe foi concedida. O barão de Clouet e outros o imitaram, e sahiram immediatamente de Portugal.

—

A 22 de setembro, chega a Lisboa a sr.ª D. Maria II, e n'esse mesmo dia foi Saldanha elevado ao posto de marechal do exercito.

A 10 de outubro, o governo de Luiz Filippe reconhece a sr.ª D. Maria II, como rainha de Portugal.

—

O conde d'Almer, vendo que o Porto apenas tinha uma insufficiente guarnição, composta quasi exclusivamente de voluntarios, aperta mais o cêrco, na intenção de dar um ataque formal.

Almer, tinha o seu quartel-general em Baltar, mas as suas patrulhas vinham até junto ás linhas da cidade.

O sr. D. Pedro ordena terminantemente ao general Stubbs, que faça uma sortida contra os realistas.

Stubbs obedece, e no dia 31 de outubro, sahe com uma columna até Grijó; mas os realistas o obrigaram a retirar em debandada, perseguindo-o até aos Carvalhos—a 10 kilometros ao sul do Porto.

A 5 de novembro, Stubbs faz outra sortida, com uma columna de 2:000 homens e dois esquadrões de cavallaria, sobre S. Mamede de Infesta, 6 kilometros ao norte do Porto. O conde d'Almer lhe sahe ao encontro, e obriga a retirar precipitadamente para as trincheiras, deixando em poder dos realistas alguns prisioneiros, quasi todos officiaes.

Os realistas que estavam ao sul do Porto, approximam-se d'esta cidade, tomando posições nos Carvalhos, em 22 de novembro.

Stubbs, arguido pelos seus superiores de não ter alcançado uma unica victoria contra os realistas, tenta ainda uma ultima sortida, sobre Carvoeiro e Vallongo, mas nenhum resultado favoravel conseguiu.

O sr. D. Pedro, vendo a incapacidade de Stubbs, convida o conde de Villa Flôr para hir tomar o commando das tropas do Porto, mas o general recusa. O principe mandou então o general Torres—já então feito barão do Pico do Celleiro. Este chega ao Porto no fim de novembro, mas Stubbs não lhe quiz entregar o commando, e só o fez, depois de ordens terminantes do sr. D. Pedro. [1]

—

O conde d'Almer, que estava ainda senhor das provincias do Minho, Traz-os-Montes e Beiras, procedeu a grandes recrutamentos, creando novos corpos de primeira linha, e organisando um regimento de lanceiros.

O seu exercito chegou a ponto de poder mandar para Santarem um reforço de 3:000 homens, de boas tropas.

Vendo-se com forças superiores ás do inimigo, approxima-se do Porto, chegando até á Areosa, no dia 1.º de dezembro. Stubbs lhe sahe ao encontro, e travou-se uma pequena acção, que teve um fatal resultado para os liberaes, que então perderam um dos seus mais bravos officiaes, o coronel Pacheco. (Vide no anno 1832, o dia 7 de agosto.)

—

As propriedades dos realistas tinham sido sequestradas, no Porto. No dia 16 de dezembro, suspende-se a venda d'estas propriedades, e mandaram-se levantar alguns sequestros.

Quando, n'este dia, se levantava o sequestro ás propriedades do negociante Souto, a populaça faz um grande tumulto, e se dirigiu á casa da camara, na intenção de assassinar os membros da *commissão municipal*, que correram grande risco. O unico meio que se achou para apasiguar este tumulto, foi dissolver a commissão.

1834

Em Londres, os agentes do sr. D. Miguel

[1] Só lhe entregou o commando, a 18 de dezembro, e depois de reiteradas ordens. Mesmo assim, o sr. D. Pedro deu-lhe então o titulo de barão de Villa Nova de Gaia.

e do sr. D. Pedro, protegidos pelo governo inglez, tentam ainda uma fusão dynastica. O sr. D. Miguel casaria com sua sobrinha, e reinariam ambos. Todos os titulos e postos seriam reciprocamente reconhecidos, e estabelecer-se-hia o governo representativo.

O encarregado d'esta combinação, sahiu de Londres a 11 de fevereiro; mas, quando chegou a Lisboa, já se tinha dado a sanguinolenta batalha d'Almoster (18 de fevereiro) na qual a victoria se inclinou para os liberaes; pelo que estes não quizeram estar por nenhuma combinação, em que elles não dictassem exclusivamente as condições.

—

José Antonio de Azevedo e Lemos, que era general do Alemtejo, passa a commandante em chefe do exercito realista [1] e o conde d'Almer, a general do Alemtejo.

A sahida d'este official, eminentemente organisador, activo, intelligente e bravo, póde reputar-se como a aniquilação completa do cêrco do Porto. Demais a mais, pouco depois da sahida d'Almer, para o seu novo destino, foram tiradas duas brigadas para o sul, o que enfraqueceu muito a força dos sitiantes.

—

A 18 de março, publicam-se dois decretos—um exauctorando o sr. D. Miguel, de todas as honras devidas ao seu alto nascimento—e outro extinguindo a *casa do infantado*, sendo os seus bens julgados *fazenda nacional*.

—

Lord Howard, embaixador inglez, sahe de Lisboa para o Cartaxo, na intenção de tentar ainda uma combinação para terminar a guerra por meios pacificos; e para que, pelo menos officialmente, se não repetissem as expressões offensivas, empregadas pelos liberaes, sempre que se tratava da augusta pessoa do sr. D. Miguel; e, finalmente, para que fosse annullado o decreto que extinguia a casa do infantado, que seria entregue ao sr. D. Miguel, a quem pertencia.

Apesar do apoio prestado pelos fidalgos liberaes, a esta combinação, o sr. D. Pedro e os exaltados se oppozeram a ella obstinadamente. [1]

Lord Howard, escreveu, do Cartaxo, uma carta particular ao conde de S. Lourenço, ministro da guerra do sr. D. Miguel, para darem principio ás combinações; porém o ministro recusou toda e qualquer communicação, que não fosse franca e official; ao que lord Howard annuiu promptamente, e logo a 22 de março, na Ponte da Asseca, houve uma conferencia entre o general Lemos e o ministro inglez. [2]

Lemos declarou, por si e em nome de todo o exercito realista, que recusava todo o tratado que tivesse por condição a sahida do sr. D. Miguel, de Portugal; [3] todavia, que

[1] Tinha sido demittido o conde de Bourmont; succedeu-lhe o imbecil Macdonell, que tambem foi demittido, e nomeado o general Póvoas, que foi substituido pelo general Lemos.

[1] O sr. D. Pedro assignára, sem hesitar, os dois decretos de 18 de março, nos quaes era atrozmente insultado seu augusto irmão, chamando-lhe *usurpador* e outros nomes injuriosos, que, por fim de contas, não só o offendiam a elle, mas a todos os membros da casa real de Bragança!

Deve confessar-se que o sr. D. Miguel, nem até então, nem depois, até á sua morte, consentiu em que na sua presença se tratassem com desconsideração, o sr. D. Pedro, ou a sr.ª D. Maria II—e elle mesmo, quando fallava d'elles, empregava sempre expressões de moderação e defferencia. Assim, o rei, honrando os seus parentes, honrava-se a elle mesmo.

[2] Com lord Howard, iam o marechal Saldanha, o almirante Parker e dois officiaes da marinha ingleza. Lemos levava os seus ajudantes d'ordens; mas todos se afastaram, ficando a tratar do negocio, sómente Howard e Lemos.

[3] O procedimento do general Lemos, n'esta conjunctura, se tinha muito de louvavel, bello e leal, nada tinha de humanitario, e o meio unico porque então se podia conseguir alguma combinação que terminasse a guerra, era a sahida do sr. D. Miguel.

A morte de Fernando VII, a expulsão de

marchava para Santarem, a dar parte a el-rei do occorrido, e lhe mandaria a decisão para o Cartaxo.

Com effeito, pouco depois, o conde de S. Lourenço officiou a Howard, dizendo-lhe que se não acceitava a proposta da sahida do sr. D. Miguel, sem que tambem sahisse do reino o sr. D. Pedro: que, ou sahiriam ambos, ou nenhum.

Assim terminou esta ultima tentativa de pacificação, que, em geral, tanto desagradava aos liberaes como aos realistas.

—

Em quanto duravam estas conferencias, a guerra continuava em todo o reino.

A guarnição do Porto, reforçada com alguns corpos que tinham vindo de Lisboa, sahiu da cidade, a 26 de março, sob o commando do barão do Pico do Celleiro, e foi bater o brigadeiro realista, Antonio Guedes de Quinhones, que commandava uma brigada que lhe confiara o marechal de campo José Cardozo de Carvalho, o qual, sabendo d'esta derrota, em Oliveira d'Azemeis, onde tinha então o seu quartel-general, marchou a toda a pressa para o norte do Douro, a tomar o commando das suas tropas; mas esta derrota desanimou muito os realistas.

A 3 de abril houve uma renhida acção, na Lixa, entre José Cardozo e o barão do Pico do Celleiro. Os realistas, depois de uma brava resistencia, tiveram de retirar para Amarante.

A 9 de abril, 3:000 hespanhoes (*christinos*) occupam Chaves e Mirandella.

Outras forças liberaes castelhanas, superiores a 25:000 homens, tendo por commandante em chefe o general Rodil; invadem as nossas provincias da Beira-Baixa, Alemtejo e Algarve, e, sem prévia declaração de guerra, manobram contra as tropas realistas.

O duque da Terceira avança para Traz-os-Montes, onde tambem opéra o general Avilez, com tropas portuguezas e hespanholas.

Os realistas abandonam, a 17 de abril, toda a margem direita do Douro, cujo rio atravessam na barca do Pocinho, tomando a direcção de Trancoso.

O general hespanhol, Rodil, occupa a cidade da Guarda, com 8:000 homens.

A praça d'Almeida, havia muito ameaçada pelos castelhanos, é abandonada pelo marechal de campo, Francisco Nunes d'Andrade.

N'esta praça estavam 800 presos liberaes (que para aqui tinham sido transferidos de outras cadeias) os quaes foram logo soltos, e tomaram as armas, sob o commando do coronel Valdez, e ficaram a fazer a guarnição da praça.

—

A 22 de Abril, assigna-se em Londres o *tratado da quadrupla alliança, offensiva e deffensiva*, entre os governos de Lisboa, Hespanha, França e Inglaterra, para serem expulsos, o sr. D. Miguel I, de Portugal, e D. Carlos V da Hespanha.

Carlos V, ainda estava em Portugal; mas os seus partidarios, já faziam a guerra, com vantagem, nas provincias septentrionaes da Hespanha.

O barão do Pico do Celleiro, sae do Porto, e occupa Souto-Redondo, Oliveira d'Azemeis, Feira e Ovar; porém o brigadeiro realista, Bernardino Coelho Soares de Moura, faz desalojar precipitadamente os liberaes, d'estas posições; mas, temendo a juncção d'elles com as tropas castelhanas, do barão de Carandolet, que estavam nas villas de Céa e Gouveia, retira para a Mealhada, na intenção de cobrir Coimbra.

Soares de Moura ainda tinha sob o seu commando uma forte brigada, composta dos batalhões de caçadores n.º 7 e 12—dos regimentos de infanteria n.º 11 e 12—varios contingentes de outros corpos de linha—dois esquadrões de cavallaria n.º 1—o esquadrão

Carlos X, e a queda do partido tory, foram tres golpes mortaes para o partido realista, que já não tinha remedio senão sujeitar-se á condição da sahida do rei, por mais ardua que ella lhe parecesse.

de cavallaria, da guarda real da policia do Porto—o batalhão de voluntarios realistas de Penafiel—e um parque de artilheria.

Finalmente, o Porto vê-se completamente livre do cêrco.

A ultima derrota dos realistas, nas planicies da Asseiceira, a 16 de maio, abreviou a conclusão d'esta guerra fratricida, que terminou pela convenção d'Evora-Monte, a 27 d'este mez.

Terminou a guerra, em que os generaes, á frente das suas tropas, se batiam em combates regulares, arma contra arma, peito contra peito, e nos quaes se morria matando; mas principiou a guerra dos assassinos, armados até aos dentes, contra homens pacificos e inermes, nos quaes aquelles praticavam atrocidades de toda a casta.

Era a sorte dos vencidos!—

Não pretendo com isto relembrar as scenas de canibalismo que ensanguentaram Portugal em 1834, 1835 e 1836. Não, porque estou convencido de que, se a victoria fosse dos realistas, as barbaridades praticadas contra os liberaes, não seriam nada inferiores ás que aquelles soffreram n'estes tres annos de aterradora recordação.

Já disse e repito—os realistas e os liberaes d'então, eram duas hordas de antropophagos—duas alcateias medonhas de tigres, hienas e chacaes, insaciaveis de sangue e de carnagem.

Felizmente, esses dias de horror já vão longe, e Deus queira que elles não voltem mais.

—

Volvamos á historia do Porto.

—

1837—(13 de janeiro)—Reforma do plano dos estudos, da academia polytechnica, da cidade do Porto, por Manoel da Silva Passos, então ministro do reino. No decreto que determina a reforma, dizia-se—

«Attendendo á necessidade de plantar no paiz sciencias industriaes, que differem muito dos estudos classicos e puramente scientificos, e até de estudos theoricos, contendo simplesmente a descripção das artes, e offerecendo para este fim a *populosa e rica cidade do Porto*, a localidade mais apropriada, por seu extenso commercio, e outras muitas circumstancias, podendo a *academia real de marinha e commercio* satisfazer, até certo ponto este importante objecto, logo que receba uma organisação mais conveniente, etc., etc.»—

A academia real de marinha e commercio, da cidade do Porto, foi creada por alvará de 9 de fevereiro de 1803.

N'este alvará se determina a construcção de um edificio adequado, correndo, nos primeiros annos, a despeza, por conta de subsidios da camara, da companhia geral de agricultura dos vinhos do Alto Douro, e do real do vinho (ao qual por isso se chamava *subsidio litterario*).—Vide os annos 1755 e 1803.

O edificio da academia, de vastas e sumptuosas proporções, ainda está incompleto, e tarde se concluirá, pois se tem de proceder a custosas expropriações da parte O. do edificio, que deve chegar, por este lado, até á *viella do Assis*, tendo de demolir-se todo o lado E. da rua, e ainda varias outras casas.

A fachada E.. está concluida, e apenas metade da do S. (que é o frontespicio.)—Tambem está quasi concluida a fachada N.; mas nada ha feito da O.—Depois de concluida, fica esta uma das mais vastas e melhores, do seu genero, da Europa.

Muitas pessoas entendidas, teem notado a impropriedade da applicação que se tem dado aos baixos do edificio, occupados por lojas de louça ordinaria, tendas, padarias, botiquins e tabernas; o que, na verdade, não é das cousas mais decentes.

No interior, ainda existe (sem ar e sem luz!) o antigo *collegio dos meninos orphãos*, e a egreja de Nossa Senhora da Graça, em estado de ruina.

Está tambem aqui actualmente, o *instituto industrial*, com uns 400 alumnos—e duas aulas da academia portuense de bellas artes (as de desenho e architectura).

A *eschola industrial portuense*, foi creada em 30 de dezembro de 1852, e se encorporou no edificio da academia;

porém este instituto só principiou a funccionar em 1854.

Na academia, professam-se actualmente os cursos seguintes—

Curso de engenheria, de pontes e calçadas.

Curso de minas.

Curso de agricultura.

Curso de commercio.

Curso de pilotos.

Curso preparatorio de engenheria militar.

Curso preparatorio da escola medico-cirurgica.

Curso complementar da academia de bellas artes.

Curso de veterinaria.

Curso de directores de fabricas.

Curso de conductores de pontes e calçadas.

Curso de machinistas.

Curso de telegraphistas.

Curso de mestres de officina.

Curso de mestres chymicos e tintureiros.

Curso de conductores de minas, e chefes mineiros.

—

O real do vinho, applicado para a construcção do edificio, foi lançado sómente por 10 annos. Era um real em cada quartilho de vinho, que se vendesse nos mezes de junho até novembro de cada anno, na cidade do Porto e em todo o districto em que a companhia dos vinhos do Alto Douro tinha o exclusivo da venda de vinho *maduro.*

A junta administrativa da companhia, encarregada da cobrança d'esta contribuição, foi-o tambem de mandar tirar a planta do edificio, a qual foi aprovada pelo governo, em 26 de setembro de 1807; mas as obras já tinham principiado em 1803.

Apesar de o imposto applicado para as obras, por dez annos, ter continuado a cobrar-se emquanto a companhia existiu, esta em 1825 representava que, para manutenção da academia e complemento da construcção do seu edificio, não bastavam os subsidios estabelecidos e que até áquella data havia a junta provido áquelles encargos á custa de sacrificios pecuniarios dos seus proprios fundos e de que ainda não estava indemnisada.

Esta representação deu logar a que por alvará de 16 de agosto d'esse anno fossem adoptadas diversas providencias reduzindo as despesas do pessoal da academia e ampliando a todos os mezes do anno o imposto estabelecido só para seis mezes.

Entretanto não se poude dar grande impulso ás obras.

Para as obras teem sido dados subsidios pelo governo; e comtudo não poderam ainda ser concluidas.

Ultimamente, o sr. deputado Antonio José Teixeira apresentou na camara um projecto de lei n'esse intuito.

Se fôr approvado, realisar-se-ha um emprestimo de 300:000$000 réis, que o governo amortisará annualmente; e dentro de pouco poderá estar concluido um edificio cuja construcção principiou ha tres quartos de seculo!

E concluido que seja, será destinado para a academia polytechnica, para o instituto industrial, para a academia das bellas artes e para a bibliotheca, e denominar-se-ha *Paços dos estudos do Porto.*

—

1842 (27 de janeiro)—O sr. Antonio Bernardo da Costa Cabral (feito conde de Thomar, em 8 de setembro de 1845) faz n'esta cidade a revolta que restaurou a carta constitucional.

Foi tambem proclamada em Lisboa, a 7 de fevereiro, e restaurada a 10.

(Vide 4.° vol., pag. 118, col. 2.ª, no principio.)

—

1846 (maio)—Os povos do Minho, acabrunhados pelos grandes tributos que já pagavam, e ainda mais pelos que receavam vir a pagar, em vista do novo systema de lançamento de decima, inventado pelo ministerio cabralista, principia a juntar-se tumultuosamente em differentes pontos.

Um enterro na egreja da Póvoa de Lanhoso, foi o principio (ou o pretexto) da revolta á mão armada, que começou por mulheres!

D'aqui nasceu a guerra civil, chamada da *Maria da Fonte* ou da *Patuleia*.

O povo, nem sabia o que queria, nem tinha chefes. O grito heterogenio era—*Viva o povo!—Morram os Cabraes!*—No meio porém d'estes gritos, davam-se tambem vivas ao sr. D. Miguel I; á republica; ás leis de D. João VI; á sr.ª D. Maria II; aos capitães-móres, etc. etc.

O governo manda tropas sobre a provincia do Minho—e, em côrtes, apresentou uma proposta de lei que mandava fusilar todo aquelle que se achasse com armas na mão, contra o governo cabralista. Esta *proposta*, transformada em lei, foi approvada pelas duas camaras, *votando a favor alguns prelados!*

José Bernardo da Silva Cabral (feito conde de Cabral, em 24 de outubro de 1867) que era então ministro da justiça, foi mandado para o Porto, como *logar tenente da rainha*, e com amplos poderes; mas em breve teve de fugir, apupado pelo povo.

Em Lisboa, houve tambem revolta, no sentido da do Minho, a 11 de maio, morrendo ou sendo feridas, varias pessoas do povo.

Finalmente, o reino todo, como um só homem, annuiu aos revoltosos.

Os irmãos Cabraes, fugiram para o estrangeiro.

—

Os setembristas (os que tinham feito a revolta a 9 e 10 de setembro de 1836, em Lisboa, com a guarda nacional, e que tinham destruido a carta e acclamado a constituição de 1822) os setembristas, digo, tomam conta da situação.

O duque de Palmella é encarregado de formar um ministerio setembrista.

O conde das Antas foi mandado com tropas apasiguar o Minho.

Na noite de 6 para 7 de outubro, a côrte reagiu contra o governo existente, conseguindo derrubal-o, apparecendo na madrugada de 7, em armas, toda a guarnição de Lisboa, tendo á sua frente os dois marechaes, Saldanha e Terceira; e formando um ministerio cartista. A isto se chamou a *emboscada de 6 de outubro*.

O duque da Terceira é mandado ao Porto, pela rainha, como seu logar-tenente; mas, quando elle desembarcou, já na cidade se sabia da *emboscada*.

José da Silva Passos, que se pozera á testa dos populares, prende o duque e quasi todos os que o acompanhavam, mettendo-os no castello da Foz, d'onde depois foram transferidos para a cadeia da relação.

No Porto organisa-se a—

Junta provisoria do governo supremo
do reino, em nome
da nação e da rainha

As provincias do norte obedecem ao governo d'esta junta.

O então barão (e depois conde) do Casal, general das armas do Minho, marcha com as suas tropas contra o Porto, e, depois de andar alguns dias em volta da cidade (mas fóra do alcance da artilheria) foi accommettido pelo general da junta, Sá da Bandeira, e obrigado a fugir para Traz-os-Montes.

O Algarve declara-se a favor da junta, sahindo d'aquella provincia uma columna, ás ordens do brigadeiro Celestino Soares, para fazer a revolta no Alemtejo; porém o general Schwalbak (cartista) o derrota e põe em fuga junto á villa de Vianna, do Alemtejo.

O conde das Antas sae do Porto com uma forte columna, em direcção á capital, e toma posições em Santarem.

Saldanha (já então feito duque) sae de Lisboa ao seu encontro, e toma posições no Cartaxo.

Em Traz-os-Montes, Sá da Bandeira ataca o Casal em Valle-Paços (15 de novembro) mas, no principio da acção, os regimentos n.º 3 e 15, da junta, passam-se para os cartistas, tendo Sá da Bandeira de retirar para o Porto, pelo rio Douro. [1]

[1] Quando regressava ao Porto, foi atacado em Boaças, Ancêde e Portantigo, pelas guerrilhas do Macdonell, que dos rochedos das duas margens, faziam fogo para os barcos. Houve poucos mortos e feridos de parte a parte. O sr. Alberto Ferreira Pinto Basto, commandante do batalhão da Vista Alegre, perdeu dois cavallos, que cahiram em poder dos realistas. A guerrilha de Luiz do Amaral Semblam, desarmou uma grande parte

Casal, reforçado com os dois regimentos que se lhe tinham apresentado, torna a vir sobre o Porto, na esperança d'alli haver uma contra-revolução; mas como isto se não realisou, marcha a atacar os realistas que estavam em Braga, sob as ordens do imbecil general escocez Macdonell, e os faz fugir d'esta cidade, a 20 de dezembro.

Em diversos pontos do reino, se dão alguns combates entre cartistas e setembristas; sendo o principal, o de 22 de dezembro, dado pelo general Saldanha, contra o conde do Bomfim, em Torres-Vedras, no qual os setembristas foram completamente derrotados, cahindo em poder do inimigo grande numero de prisioneiros.

Tem dado muito que fallar a acção de Torres-Vedras; e ha quem diga que já então havia combinação entre os duque de Saldanha e o conde das Antas.

O que é certo, é que este, achando-se com grandes forças em Santarem, podia facilmente acudir ao conde do Bomfim, que, em logar de ficar vencido, seria o vencedor.

Note-se tambem que Saldanha, podendo aniquilar facilmente as tropas do Antas, desanimadas com a derrota dos seus em Torres-Vedras, as deixou ir muito do seu vagar e em paz, para o Porto (uma marcha de 225 kilometros) sem lhe dar um unico tiro!

(Mysterios historicos!...)

1847—Logo no principio d'este anno, a junta procura attrahir ao seu partido os realistas que estavam em armas; ao que Macdonell se oppoz obstinadamente.

Os realistas, afugentados de Braga pelo Casal, tinham retirado para Guimarães, e de lá para Amarante, onde se conservaram 23 dias. D'esta villa marcharam para Villa-Real,[1] e de lá para Chaves; mas tudo em completa desordem, pelo desmazello ou imbecilidade de Macdonell.

Os realistas estavam aquartellados em Villa Pouca d'Aguiar e povoações immediatas, sobre a estrada de Chaves.

Junto á aldeia de Sabroso, Macdonell,

do mesmo batalhão. (18 de novembro). Já pela manhã tinha sido feito prisioneiro, em Boáças, o coronel de artilheria, da junta, Gromicho Couceiro (que depois foi ministro da guerra) com 36 soldados da guarda municipal, que do Porto hiam unir-se ás tropas de Sá da Bandeira, ignorando que ellas tinham sido batidas, o que só souberam em Boáças.

Foi n'este dia a primeira vez que os guerrilhas de Macdonell deram os primeiros tiros contra os liberaes.

Gromicho Couceiro foi apresentado ao Macdonell, pelo auctor d'esta obra. O general convidou o a ficar ao serviço do sr. D. Miguel, com o posto de brigadeiro, ao que elle se recusou. Foi então mandado em paz, para bordo, com a sua espada (que se lhe não havia tirado) e com os seus soldados, aos quaes apenas se haviam tirado as armas.

A musica da guerrilha intitulada *batalhão de voluntarios-realistas de Paiva e Fermedo*, apanhou n'esta occasião, uns 1:500 pares de sapatos aos setembristas, e com elles calçaram muitos guerrilhas, que hiam de tamancos.

Tambem cahiram algumas armas em poder dos realistas, e dois *cunhetes* de polvora.

Já pela manhã, o major realista Figueiredo, tinha feito algum fogo, na Régua, á gente do Sá da Bandeira.

Se o rio não levasse tanta agua, correndo os barcos, por isso, com grande velocidade, Sá da Bandeira mataria muitos realistas, mas é provavel que perdesse a maior parte das suas tropas.

Era notavel que Macdonell nunca quizesse fazer fogo ás tropas carlistas, mas só ás republicanas!—Dizia que estas não queriam rei nem Roque, ao passo que as outras, em todo o caso, eram monarchicas. Elle lá se entendia!!...

[1] Os realistas sahiram d'Amarante, pelo meio dia de 20 de janeiro, tendo de atravessar o Marão, então coberto por uma camada de neve, de mais de 0,m70, por uma noite de escuro; sem capotes, sem guarda-fechos, sem nada. Parece impossivel como não ficaram quasi todos mortos pelo frio. Eram 2 horas da madrugada, quando chegaram á Campean (ainda na serra), onde passaram o resto da noite. O sr. D. Miguel (ou o sr. Antonio Ribeiro Saraiva) não podiam fazer uma escolha mais deploravel!—Tudo tornava a correr para os realistas, como de 1832 a 1834.

com o seu *estado-maior*, sobe a um alto, d'onde vê perfeitamente, porque estavam muito perto, alguns soldados de cavallaria e muitos caçadores, da columna do general cartista Vinhaes.

Aconselhado e instado pelos seus, recusa retirar, obstinando-se em estar d'alli a ver os movimentos dos cartistas. Vendo a teima insensata do escocez, o seu sequito o vae pouco a pouco abandonando (os ultimos, já com bastante risco) e só fica o infeliz Rangel[1] que levou a sua abnegação até querer partilhar a sorte do general.

Alguns cavallarias do Vinhaes, chegam junto de Macdonell e Rangel, e os assassinaram cobardemente, roubando-lhe depois não só todo o dinheiro que lhes acharam, mas até despojando-os da roupa que traziam vestida: (1.º de fevereiro de 1847.)

A gente de Macdonell, sem ser perseguida, marcha pela Ponte de Cavez, para a Terra de Barroso, com direcção a Guimarães, unindo-se n'esta cidade ao brigadeiro Bernardino Coelho Soares de Moura, que já então tinha tomado o partido da junta do Porto, assim como Póvoas, Guedes e outros.[2]

A juncção dos realistas á causa da junta, deu grande força moral e material ao partido popular.

A junta tinha uma esquadrilha de vapores, superior á do governo de Lisboa. Além dos dois vapores que tinha levado para o Porto, o duque da Terceira, tinha aprisionado outro, varios navios do cruzeiro do Algarve, e tinha-se-lhe apresentado uma corveta.

Mandou pois, para o Algarve, por mar, uma divisão, sob o commando de Sá da Bandeira. Esta divisão marchou para o Alemtejo, onde se uniu ás tropas do conde de Mello, que estava em Evora; e com esta força, que era respeitavel, avançaram sobre Setubal.

N'esse tempo, Saldanha tinha estabelecido o seu quartel general em Oliveira d'Azemeis (42 kilometros ao Sul do Porto) não se atrevendo a avançar.

A 29 d'abril, ha uma revolta em Lisboa, a favor da junta, sendo soltos os presos do *Limoeiro*; porém foi suffocada pelas tropas da rainha.

Os cartistas, marcham sobre Setubal, tendo então logar (1 de maio) o combate do *Alto do Viso*, ao O. da mesma cidade.

O general da junta, barão d'Almargem, põe cêrco ao castello de Vianna. A sua guarnição sae de noite, pretendendo metter-se na praça de Valença, que se conservava fiel ao governo de Lisboa; porém, sendo esta manobra presentida por Almargem, a cêrca, cahindo quasi todos os officiaes e soldados (uns 300) em poder das tropas da junta.

O general Bernardino Coelho Soares de Moura, com o seu esquadrão de cavallaria; com outro de cavallaria n.º 1—com o regimento de infanteria n.º 9; voluntarios de Vizeu e Cêa; 5.º da legião e outras tropas, persegue pela provincia de Traz-os-Montes, a columna do Vinhaes, que obriga a entrar em Hespanha, por Alcaniças, depois de lhe ter feito grande numero de prisioneiros.

Ao mesmo tempo, o general Póvoas obrigava o barão do Casal a passar precipitadamente para a margem esquerda do Douro (Beira-Alta) ficando assim as provincias do norte completamente livres das tropas da rainha.

O desenvolvimento que em Portugal tinha tomado a revolução, deu sérios cuidados ao governo de Lisboa, que reclamou a intervenção das potencias alliadas pelo tratado da *quadrupla alliança*, feito em 22 de abril de 1834; e, a 21 de maio assigna-se o *protocollo* para que a França, Hespanha e Inglaterra invadissem Portugal e restabelecessem o governo da sr.ª D. Maria II.

O conde das Antas, com uma divisão de tropas escolhidas, embarca no Porto (30 de maio) na intenção de se dirigir ao sul do reino; mas logo ao sahir da barra, pelas 5 horas da manhã do dia 31, a esquadra in-

[1] Pae do actual administrador do concelho do Cartaxo, o sr. João Augusto Ferreira Rangel de Sampaio.

[2] Em quanto Macdonell foi vivo, o Vinhaes andava sempre em volta das suas tropas, fingindo querer atacal-as; mas, assim que o escocez morreu, nunca mais se atreveu a aproximar se dos realistas!—(Outro mysterio historico!...)

gleza e alguns navios de guerra hespanhoes e francezes, intimam o conde das Antas para se entregar com as tropas do seu commando, no momento em que os navios da junta levantavam ferro, em frente da barra do Porto.

Antas, rende-se immediatamente, e os inglezes levam os prisioneiros para a torre de S. Julião da Barra, onde entraram a 4 de junho.[1]

Os navios da junta, são entregues pelos inglezes, ao governo de Lisboa.

Um exercito hespanhol, de 25:000 homens, sob o commando do general Concha, avança sobre o Porto, ao passo que Saldanha avança sobre Villa Nova de Gaia.

A 14 de junho, o general Sá da Bandeira, que estava em Setubal, foge para bordo de um navio inglez, e as suas tropas, vendo-se assim abandonadas, debandam, cada um para sua parte.

A 25 de junho, Saldanha, com os regimentos de infanteria 16, granadeiros da rainha, caçadores n.º 1, e voluntarios cartistas de Midões (o batalhão do tristemente famoso *João Brandão*) atacam as posições de Villa Nova de Gaia, apenas defendidas por duas companhias (3.º e atiradores) do regimento de infanteria n.º 9[2] que sustentou 12 horas de fogo, com a maior coragem e galhardia, não perdendo uma pollegada de terreno, pelo que foram justamente elogiados por todos os jornaes do Porto.

No dia 27 de junho, já depois de estabelecido o armisticio, algumas tropas cartistas pretenderam tomar á traição o forte de Gaia, mas foram bravamente rechaçaads pela guarnição, composta exclusivamente de voluntarios.

A causa popular devia forçosamente succumbir, em vista da poderosa intervenção estrangeira, e finalmente, a 30 de junho, se effectuou a celebre *convenção de Gramido*, assignada pelo general Cesar de Vasconcellos, por parte da junta; e Concha, por parte dos alliados. (Vide vol. 3.º, pag. 316, col. 2.ª)

Em cumprimento d'esta convenção, foi a cidade do Porto entregue aos hespanhoes, e desarmadas as tropas da junta.

O duque da Terceira e outros presos politicos, e prisioneiros de guerra, foram postos em liberdade, no dia 29 de junho.

Os prisioneiros da junta, que estavam no castello de S. Julião da Barra, foram soltos, nos dias 7, 8 e 9 de junho.

As cadeias de Lisboa estavam quasi atulhadas de presos *patuleias*, que tambem, em virtude da convenção, foram logo postos em liberdade.

—

Assim terminou a celebre campanha, denominada *Maria da Fonte*, ou da *Patuleia*.

Pensando bem, foi uma felicidade acabar assim. Se não ha intervenção estrangeira, o partido da junta vencia com toda a certeza; mas á sua victoria, seguir-se-hia, mais tarde ou mais cêdo, uma outra guerra entre realistas e setembristas, que lançaria o reino em novos horrores. Já isto mesmo receavam os homens prudentes d'estes dois partidos.

Devo aqui mencionar um facto digno de nota.

Durante o governo da junta no Porto, (um anno) se agglomeraram n'esta cidade, tropas de todas as provincias do reino, quasi todas compostas de corpos de voluntarios, organisados á pressa, ainda sem disciplina e insobordinados—e mesmo varias partidas de guerrilhas. Pois não houve em todo este tempo o mais pequeno desaguisado, um

[1] A resolução tomada pelo conde das Antas, de sahir do Porto, com tropas escolhidas, tendo fóra da barra uma forte esquadra inimiga, e a sua facil entrega, deu muito que fallar, e ainda hoje não se sabe bem como isso foi. (*Outro mysterio historico...*) Deve, porém confessar-se que a entrega do Antas e da esquadrilha da junta, deu em resultado a breve terminação da luta; e portanto, o não derramar-se mais sangue portuguez.

[2] Este regimento, vulgarmente denominado do *Pópulo*, foi organisado por Macdonell, em Braga, no dia 1.º de dezembro de 1846, sob o titulo de *batalhão de infanteria de Braga*. Depois de unido á junta, esta o denominou *3.º regimento de fusileiros da liberdade*, e pouco depois, *regimento de infanteria n.º 9*. O auctor d'esta obra, foi capitão da companhia de atiradores d'este regimento, que era o maior da junta, pois tinha 900 e tantas praças.

unico roubo, a minima desordem. Nunca o Porto esteve mais socegado, nem em occasião de paz octaviana!

—

Concha e os seus castelhanos, entraram no Porto, no 1.º de julho, não permittindo que as tropas do Saldanha alli entrassem, sem terem sahido todos os soldados da junta—para se evitarem desordens; mas, apesar d'isso, muitos soldados da patuleia foram mortos ou feridos pelas tropas cartistas, no regresso a suas casas.

Os que retiraram para o sul, foi preciso serem escoltados por couraceiros hespanhoes, até passarem os acampamentos das tropas do Saldanha, em Villa Nova de Gaia.

Eram actos da mais ignobil cobardia. Áquelles que não poderam vencer em batalha leal, os assassinavam, depois de desarmados, e quando, em virtude de uma convenção, garantida por tres nações, regressavam pacificamente aos seus lares.

—

1849—O Saldanha, que não era amigo dos irmãos Cabraes, influe para que o conde de Thomar entre de novo no ministerio! Por essa occasião declarou o merechal, em pleno parlamento, que antes queria todos os Cabraes na camara dos deputados, do que um unico dos da junta do Porto.

Esta opinião, poucos mezes lhe durou, porque logo em fevereiro 1850, por influencia do conde de Thomar, é demittido do cargo de mórdomo-mór da casa real. Saldanha pede então a sua demissão de todos os cargos de commissão, por já não querer servir com os Cabraes.

Em 28 de julho, d'este anno de 1849, fallece no Porto (no palacio de Entre-Quintas) Carlos Alberto, rei da Sardenha e do Piemonte, na edade de 51 annos, pois tinha nascido em 28 de dezembro de 1798.

Viera residir para esta cidade, depois da derrota de Novára.

—

1850—O conde de Thomar manda publicar a famosa lei contra a liberdade da imprensa, conhecida pela alcunha expressiva de *Lei da rolhas*. (Nunca os jornaes da opposição fallaram tanto contra o governo, como em quanto durou esta lei.)

—

1851—(abril)—O duque de Saldanha põe-se á frente de uma revolta, para derribar o governo dos Cabraes, mas tem de fugir para a Galliza. (Vide *Portella do Homem*, a pag. 256, col. 1.ª, d'este vol.)

—

1852—(29 de março)—Horroroso naufragio do vapor Porto, ao entrar a barra, morrendo 60 pessoas afogadas. (Vide o vol. 3.º, pag. 223, col. 1.ª)

N'este mesmo anno, e por causa d'este naufragio, se instituiu a *real sociedade humanitaria*. (Idem.)

—

A 5 de julho d'este anno, publicou-se o *acto addicional á carta*.

—

1853—(4 de fevereiro)—Morre na ilha da Madeira, a princeza D. Maria Amelia, ultima filha do sr. D. Pedro, e de sua 2.ª mulher, a imperatriz Amelia.

—

A 7 de maio d'este anno teve logar a inauguração do caminho de ferro de Leste.

E a 15 de novembro, fallece de parto, em Lisboa, a sr.ª D. Maria II.

O filho morreu tambem.

N'este mesmo dia foi elevado ao throno, o sr. D. Pedro V, de sempre saudosa memoria. Tinha apenas 16 annos—pois nascera a 16 de setembro de 1837; pelo que foi seu pae nomeado regente do reino, durante a menoridade do rei.

—

1855—(16 de setembro) o sr. D. Pedro V toma conta do governo do reino.

—

1856—Invasão do terrivel flagello da *febre amarella*, no Porto, causando a morte de grande numero de seus habitantes.

O colera-morbus tinha invadido a capital e as provincias do sul, no principio d'este anno, depois, em 1857, se desenvolve tambem em Lisboa a

febre amarella, causando a morte a mais de 8:000 pessoas.

—

1858—(22 de fevereiro) É lançada a primeira pedra no *theatro Baquet,* assim chamado por o seu proprietario (que era um alfaiate hespanhol) se chamar Antonio Pereira Baquet.

No dia 13 de fevereiro de 1859, foi aberto ao publico, com um baile de mascaras.

A 1.ª ordem de camarotes fica ao nivel da rua, e á sala do espectaculo desce-se por duas escadas lateraes; é ella mui elegante e está adornada com bom gosto e aceio.

Do centro do tecto pende um magnifico lustre, que, reflectindo grande cópia de lumes nos crystaes que o guarnecem, illuminam largamente a sala, tornando-a sobre maneira vistosa.

Tem 82 camarotes distribuidos em 3 ordens; na frente dos da segunda lêem-se os nomes de grande numero de dramaturgos, tanto estrangeiros como nacionaes, e de alguns *maestros.*

Pouco superior ao plano da sala está lançada uma espaçosa galeria, que muito concorre para realçar-lhe a belleza.

—

A fachada, cuja planta é obra do sr. Guilherme Correia, ainda que de architectura simples, tem um aspecto agradavel, sendo coroada por uma varanda de pedra, sobre a qual assentam quatro estátuas representando a Pintura, a Musica, a Comedia e as Artes.

Está situado na rua de Santo Antonio.

—

A 19 de maio d'este anno, casa o sr. D. Pedro V com a princeza Stephania de Sigmaringen.

—

1859 (17 de julho)—Morre a virtuosissima rainha D. Stephania, de uma angina, ou crup, deixando o esposo e todo o reino na maior consternação.

—

1861 (22 d'agosto)—O sr. D. Pedro V, e seu irmão o infante D. João, assistem n'esta cidade, *á exposição industrial portuense.*

—

A 30 d'agosto do mesmo anno, tem logar a inauguração do *Palacio de crystal* portuense.

A 3 de setembro do mesmo anno, o sr. D. Pedro V lançou a pedra fundamental d'este magestoso edificio.

Já em 1865 ali teve logar a grande festa da industria, com a *exposição internacional.*

O fundo social da empreza do palacio de crystal, foi de 250 contos, em acções de 100$000 réis cada uma.

Delineou a planta do edificio, o architecto inglez, Sheilds, de Londres, e dirigiu as obras, o architecto portuense, Gustavo de Sousa. O architecto paisagista, allemão, Emilio David, fez o desenho do parque e dos jardins.

O palacio tem quatro frentes, medindo 110 metros de comprimento, e 72.ᵐ 34 de largura.

A cúpula que corre sobre a nave do centro, em toda a extensão do edificio, é de ferro e crystal.

A sua altura maxima, é de 18,ᵐ90.

O comprimento do salão central, é de 103 metros, com 24,ᵐ53 de largo.

Tem capacidade para receber mais de 10:000 pessoas.

As naves lateraes, teem de comprimento 48,ᵐ10; e de largura 8,ᵐ31. A sua altura é de 14,ᵐ32.

A frente principal do palacio, que olha para o N., e está em frente do jardim mais regular, é egual á da rectaguarda, que fica para o S., e defronta com o rio Douro.

Cada um dos quatro angulos é ornado de um elegante pavilhão.

Nos dois panos d'aquella frente, que se estendem para um e outro lado da nave central, incluindo os pavilhões, ha as seguintes salas e gabinetes—

A E., é o *salão dos concertos,* que foi transformado depois em theatro, denominado de *Gil Vicente:* havendo tambem d'este lado, gabinetes para senhoras e para homens.

No do O., está o salão do museu, e a galeria dos quadros.

As frentes do S., E. e O., teem muitas e grandes salas, sendo—duas de bilhar; uma de leitura; tres de jantar; etc.

1.ª e 2.ª classe; gabinetes para descanço; e toucadores para senhoras.

No pavimento inferior estão, a cosinha, a dispensa, sala para creados, armazens e mais officinas.

As frentes e todas as mais paredes do palacio, são construidas de optimo granito.

A parte S. da nave central foi transformada em palco, ficando o resto da nave a servir de sala de espectaculos, e é a mais vasta do reino; correndo-lhe dos dois lados vastas galerias, em logar de camarotes.

Nos jardins, e a E. do palacio, está um amplo e formoso circo, construido de madeira, ferro e crystal. Em 1865, foi este edificio, e a parte dos jardins que o cercam, separados do resto dos terrenos pertencentes ao palacio, pela nova rua denominada do *Palacio de Crystal*, que communica a *rua do Triumpho* (antiga rua da Torre da Marca) com a rua da Restauração.

Ao O. do palacio, e a pouca distancia d'elle, se construiu um elegante chalet, todo de madeira; mas que já está bastante deteriorado.

Tanto do palacio como dos seus jardins, se gosa um formosissimo panorama, vendo-se parte da cidade, os montes e povoações do S. do rio, a sua barra, a bonita povoação de S. João da Foz, e uma vasta extensão do Oceano.

Tambem dentro dos jardins, e ao S. do palacio, está a capella onde esteve sepultado o ex-rei Carlos Alberto.

—

A 11 de novembro d'este anno, fallece o virtuoso monarcha, D. Pedro V, succedendo-lhe no throno, seu irmão, e actual rei, o sr. D. Luiz I.

—

1865—(15 de setembro)—Abertura da *exposição universal portuense*, estando presentes, o sr. D. Luiz I, a sr.ª D. Maria Pia, e o principe real, o sr. D. Carlos.

Em dezembro d'este mesmo anno, promulga-se a lei da liberdade dos vinhos, que deu grande impulso e prosperidade aos negociantes d'este genero.

—

1868—Prohibem-se no Porto os cemiterios das ordens terceiras, fazendo transferir as ossadas dos irmãos, para o cemiterio publico do *Prado do Repouso*.

No mesmo anno, a camara do Porto manda tirar todos os cruseiros que em grande numero se achavam pelas ruas da cidade.

O povo, apenas lhe constou esta decisão da camara, tinha protestado contra ella, e grande parte dos cruseiros foram á pressa restaurados, pintados e doirados de novo, a ver se assim escapavam. A camara, para evitar tumultos e desgostos, mandou remover quasi todos de noite.

Hoje veem-se ao norte de um jardim, que fôra cemiterio parochial, junto da egreja de Santo Ildefonso. Deve confessar-se que estão alli mais decentemente collocados, do que estavam pelas ruas.

—

1869—(10 de abril)—Assento da pedra fundamental do *mercado do peixe*, ao S. O. do jardim da Cordoaria (Vide o 5.º vol., pag. 280, col. 2.ª).

—

1870—(23 de setembro)—Pelas 3 horas da tarde, no hotel da Europa (largo da Batalha) o governador civil do districto, o sr. Jacintho Antonio Perdigão, joga o sopapo com o presidente da camara municipal da cidade, o sr. Francisco Pinto Bessa (que era tambem deputado).

Ficaram ambos esmurrados; mas, parece que o sr. Perdigão ficou mais ferido, pois se viu na necessidade de gritar por soccorro, e, accudindo-lhe os seus empregados e alguns municipaes, prenderam o sr. Bessa, mettendo-o na relação, onde pouco tempo esteve, por lhe valer o seu privilegio de deputado.

—

1873—(18 de abril)—Decreto para a organisação da *Companhia das aguas do Porto—limitada*, com o privilegio exclusivo da venda de agua, por espaço de NOVENTA E NOVE ANNOS.

Capital, 350:000 libras sterlinas (1:575 contos de réis) em 35:000 acções, de 10 libras (45$000 réis) cada uma.

Primeira emissão de 200:000 libras em 20:000 acções de 10 libras cada uma.

O juro de 6 por cento ao anno, seria pago em semestres sobre o capital recebido durante a construcção das obras.

DATAS DO PAGAMENTO.—Lib. 1.0.0 no acto da subscripção.—Lib. 3.0.0 no acto da ratificação.—Lib. 2.0.0 3 mezes depois da ratificação.—Lib. 2.0.0 6 mezes depois da ratificação.—Lib. 2.0.0 9 mezes depois da ratificação.—Somma Lib. 10.0.0.

Directores.—Sir Wilford Brett, K. C. M. G. —Director da Companhia das Aguas de Chelsea.

Vice-almirante, Sir Wiliam H. Hall K. C. B. —Director da Peninsular & Oriental Steam Navigation Company.

A. Pratt Bariow—Director da Companhia Real de Paquetes para o Brasil.

Roberto Reid—Director do Banco Industrial do Porto.

Joaquim Anselmo Affialo—Dito.

Engenheiros.—Thomas Rumball, Esq. M. I. C. E. Londres.

William Lloyd, Esq M. I. C. E. Londres.

Banqueiros.—London & County Bank.

Banco Industrial do Porto.

Vogaes.—Snrs. Turquand, Youngs & C.ª —Tokenhouse Yard, Londres.

Secretario provisorio.—Sr. S. D. Beauclerk.

Escriptorio provisorio—4—Bishopsgate Street Within Londres.

Esta companhia estabelece-se no intuito de adquirir a valiosa concessão do privilegio de fornecer agua á cidade do Porto, durante um espaço de 99 annos, garantido pela municipalidade e confirmado pelo governo de S. M. F. por decreto de 18 de abril de 1873 e proceder aos trabalhos necessarios de combinação com os mesmos.

A cidade do Porto, com uma população de cerca de cem mil habitantes, occupando cerca de 20:000 casas, é hoje abastecida com a agua dos poços (esta agua dos poços geralmente não é boa para cosinhar) e com a agua das fontes publicas, que os aguadeiros vendem pouco mais ou menos por 20 réis, cada barril de 1 almude.

Este systema é incontestavelmente muito dispendioso, visto o abastecimento ser insufficiente, calculando 600 réis por cada metro cubico. O maximo preço fixado pela concessão é unicamente uma terça parte d'aquelle custo, isto é, 200 réis por metro cubico.

Segundo os termos da concessão, a companhia é obrigada a construir as obras necessarias para abastecer a cidade com 10:000 metros cubicos de agua, diarios, equivalentes a 4 almudes por habitante.

Está já assignado um contracto pelo sr. Leopoldo de La Vallée Poussin, de Paris, o contractador das obras para o abastecimento da agua nos suburbios de Paris, pelo qual elle se obriga a completar todas as obras dentro do praso fixado pela concessão, e a pagar todas as despezas feitas com a acquisição da concessão, assim como o juro sobre o capital recebido, á razão de 6 por cento ao anno durante a construcção dos mesmos trabalhos, pela quantia de lib. 285:000. Propõe-se fazer uma emissão de lib. 200:000, divididas em 20:000 acções de lib. 10 cada uma, para as quaes está aberta a subscripção, e uma quantia não excedente a lib. 110:000 por uma emissão de um limitado numero de obrigações que serão pagas por meio de um fundo de reserva.

Nenhumas acções ou obrigações serão emittidas além das acima mencionadas, salvo se os accionistas em assembléa geral resolverem o contrario.

A concessão garante á companhia os privilegios seguintes:

1.º O privilegio exclusivo por espaço de 99 annos, de introduzir e vender agua no Porto e minar para o abastecimento da cidade.

2.º O privilegio exclusivo de vender fóra do Porto a agua que a companhia possuir e introduzir por meio de canos.

3.º O direito de collocar canos nas ruas da cidade e estradas publicas, com a faculdade de fazer uso dos aqueductos existentes e effectuar as necessarias modificações.

4.º A abolição do privilegio dos aguadeiros, que não será concedido a ninguem logo que os canos da companhia estejam assentes e o serviço esteja estabelecido.

5.º O direito de obrigar os proprietarios do Porto, com determinadas excepções, a collocar á sua custa os canos de serviço

desde a base exterior das suas propriedades para o interior das mesmas.

6.º A maxima tarifa dos consumidores particulares, de 200 réis por metro cubico.

7.º O direito de importar livres de quaesquer direitos, todas as plantas, machinas e materiaes que forem necessarios para as mesmas obras.

8.º Os privilegios e direitos necessarios para a cobrança das taxas devidas á companhia pela agua fornecida, e para a protecção da sua propriedade.

A companhia fornecerá as aguas do rio Souza, distante cerca de 13 kilometros da cidade, de cuja nascente se póde obter um abundante fornecimento da mais pura agua, durante o anno.

Nos termos da concessão, depois de expirado o praso da mesma, que são 99 annos, as obras tornar-se-hão propriedade do governo de S. M., mas a camara municipal do Porto, depois de decorridos 45 annos, tem o direito de comprar as obras, pagando á companhia uma annuidade, durante o praso restante da concessão, igual á média do rendimento liquido da companhia durante os dez annos immediatamente anteriores.

Está calculado que a companhia no termo das suas obras começará a negociar com um liquido de lib. 38:000 por anno, d'onde se apurará um dividendo na razão de 13 p. c. por anno sobre as acções do capital emittido, depois de prover o juro e fundo de reserva das obrigações. O calculo d'esta quantia funda-se n'uma venda de 3:000 metros cubicos de agua por dia, isto é, 3 decimas partes da agua que a companhia póde fornecer pelas suas obras, (mas quando os habitantes realisam a conveniencia e economia de introduzir a agua em suas casas) póde fazer-se um augmento consideravel.

Admittindo que, só 13:000 casas das 20:000 existentes no Porto são fornecias pela companhia e que o consumo da agua, calculando 5 pessoas por cada casa, é só de 15 gallões diarios, o rendimento liquido da companhia subirá a lb. 56:000 por anno. Este consumo diario por pessoa, é menos de metade que o consumo de cada pessoa em Londres, Paris, Berlim e outras grandes cidades, não incluindo as fabricas e irrigações, etc. As obras estarão concluidas segundo o contracto, dentro do espaço de 2 annos depois da ratificação das acções.

A concessão, conforme foi publicada no *Diario do Governo*, com uma traducção official, junta com o contracto e copias do memorandum e estatutos da Companhia, pódem ver-se nos escriptorios da mesma.

Os pedidos para as acções serão feitos segundo a fórma annexa, acompanhada com a entrada de 1 lb. por acção.

O subscriptor a quem não couber acção alguma no rateio receberá a entrada sem abatimento algum, e se o subscriptor fizer maior numero de entradas do que o das acções que lhe couberem, ficará o excesso para ou por conta do pagamento do montante da ratificação.

Não tendo os subscriptores feito os pagamentos nas devidas datas, perderão o direito a todos os outros pagamentos que tiverem feito.

Para conveniencia dos accionistas portuguezes, haverá no Porto um registro para a transferencia de acções.

Os unicos contratos feitos pela companhia são os seguintes:

Um contracto em 16 de outubro de 1873 feito entre Eduardo Augusto Kopke, por parte dos concessionarios, e Alfredo Rumball, como depositario da Companhia.

Este contracto não traz despeza alguma á Companhia, sendo o custo da concessão incluido no seguinte:

Contracto datado de 15 de julho feito entre M. Leopold de la Vallée Poussin e a Companhia das Aguas do Porto.

—

Com todas estas vantagens, apesar da incontestavel utilidade que adviria ao Porto, se este emprehendimento se effectuasse; e apesar dos lucros tentadores que se esperavam da empreza; ainda até hoje esta nada tem feito, e no momento em que estou escrevendo (26 de abril de 1877) vejo dos jornaes, que a camara municipal do Porto, resolveu em sessão, representar ao governo, pedindo a rescisão do contrato com a com-

panhia das aguas d'esta cidade, por não haver probabilidade d'ella se organisar!

—

1874—(1 de março)—Inauguração e abertura ao publico, da nova praça do peixe, ao fundo do passeio publico da Cordoaria. (Vide 1869, 10 de abril).

—

A 12 de agosto do mesmo anno teve logar a inauguração da primeira linha do caminho de ferro americano, que liga a praça de Carlos Alberto (antiga *Feira das Caixas* ou *dos Ferradores*) á praça de Cadouços, na Foz.

—

A 27 de dezembro d'este anno, foi o dia da inauguração do *asylo das raparigas abandonadas*, na rua de Santo Ildefonso.

Esta casa é devida á iniciativa particular e sustentada á custa de esmolas dos bemfeitores.

Foi primeiramente destinada a receber as infelizes, privadas dos carinhos maternos, e as que, desviadas, por momentos, do caminho da honra, se mostravam sinceramente arrependidas.

Hoje, a nova direcção alterou o primitivo plano e fez d'ella um asylo destinado a preservar a infancia dos perigos e seducções que sempre se interpoem no caminho da mulher ao entrar na adolescencia, quando lhe falta o abrigo da familia.

Graças aos donativos da caridade particular e á boa vontade das pessoas que estão á frente de tão util estabelecimento, hoje accolhem-se sob aquelle tecto hospitaleiro, cincoenta creanças do seculo feminino, que, a par do alimento do corpo, recebem o pão do espirito. Sob as paredes da primitiva casa, de exiguas proporções, levantou-se um mais vasto edificio, construido de modo a satisfazer o fim a que é destinado.

Depois da ceremonia da benção da capella, feita pelo capellão do estabelecimento o sr. dr. José Correia Cardoso Monteiro, foi celebrada missa pelo mesmo ecclesiastico; a que assistiram, além das recolhidas e das respectivas mestras, a direcção, grande numero de senhoras e muitos cavalheiros.

Em seguida, o sr. João Luiz de Mello, presidente, leu um bem elaborado discurso em que fez a modesta historia d'aquelle estabelecimento, fallando em seguida o sr. Joaquim Ferreira Moutinho, um dos membros da commissão, que em um estylo brilhante mostrou a utilidade da instituição e fez um appello a todas as pessoas generosas para que concorram com seus donativos a dar maior desenvolvimento a tão grandioso pensamento.

Em seguida patenteou-se o edificio ao publico, sendo numeroso o concurso dos visitantes que durante o dia affluiram a contemplar aquella mansão de caridade.

—

1875—(25 d'Abril)—Pelas 2 horas da manhã, um terrivel incendio, reduziu a cinzas a antiga *casa dos vinte e quatro*. Ainda pertencia ao municipio portuense, que a trazia alugada ao sr. Francisco Gomes de Carvalho e á *Associação dos latoeiros*, que perdeu todo o seu archivo e mobilia.

Esta casa era na rua de S. Sebastião, mas o andar superior era no largo da Sé.

Foi a primeira casa da camara que teve o Porto. Vide adiante, a *capella de Nossa Senhora do Ferro*.

—

A 20 de maio d'este anno, teve logar no Porto a inauguração do caminho de ferro do Minho.

Suas Magestades e Altezas, chegaram á estação do Pinheiro, pelas 10 horas e um quarto da manhã, e o comboio real sahiu da cidade pelas 11 horas, depois da benção das locomotivas, lançada pelo Reverendissimo bispo da diocese.

A' sahida do comboio, houve enthusiasticos vivas, subiram ao ar grande quantidade de foguetes, salvou a fortaleza da Serra do Pilar, e as musicas regimentaes tocaram o hymno.

O comboio constava de sete locomotivas, que hiam todas adornadas de flôres e bandeiras.

As primeiras tres locomotivas se denominaram—*Porto, Braga e Áve.*

As carruagens são de novo modelo e muito commodas.

O comboio parou poucos instantes, nas

estações de *Ermesinde, Villa-Nova de Famalicão* (onde tomou agua) *Trofa* e *Nine*. Aqui foi grande a demora, porque se partiu uma peça de um *wagon*,, e foi preciso tiral-o do comboio, sendo transferidos os seus passageiros para os outros carros.

Em toda a parte o povo affluia em grande numero, e as estações estavam embandeiradas, havendo bandas de musica em todas ellas.

O comboio chegou a Braga pela uma hora da tarde.

A cidade estava toda embandeirada, e os seus habitantes manifestavam o maior regosijo. A chegada do comboio foi saudada com enthusiasticas acclamações, musicas e girandolas de foguetes.

A camara municipal, e as auctoridades civis e militares de Braga, receberam Suas Magestades e Altezas, na estação. A guarda d'honra foi feita pelo regimento de infanteria n.º 8, e por dois destacamentos de cavallaria n.º 6 e 7.

Na Sé metropolitana houve *Te-Deum*.

Foi um dia de verdadeira festa, tanto para os habitantes do Porto e Braga, como para os das estações intermediarias.

—

A 2 de julho d'este anno, morre na rua de D. Pedro (antiga *rua do Bispo*) José Marques Antunes, commerciante e capitalista d'esta cidade, natural da freguezia de S. Pedro de Merelim. (5.º vol., pag. 181, col. 1.ª)

Por testamento cerrado, feito a 27 de junho d'este mesmo anno, deixou ao *Collegio dos meninos orphãos*, 200$000 rs.

Ao dos *Desamparados*, egual quantia.

Ás *Ordens terceiras da Santissima Trindade, Nossa Senhora do Carmo*, e irmandade do *Terço e Caridade*, a cada uma 500$000 réis.

Ao *Asylo da Mendicidade*, 300$000 réis.

Ao *Hospital dos lazaros e lazaras*, 200$000 réis.

Ao dos *Entrevados*, 200$000 réis.

Ao *Recolhimento das velhas*, 200$000 réis.

A *12 raparigas orphãs* da freguezia de *Merelim*, 100$000 réis a cada uma.

A 12 viuvas pobres da mesma freguezia, a cada uma 50$000 réis.

Á *Junta de parochia* da mesma freguezia duas inscripções da junta do credito publico, do valor nominal de um conto de réis, para applicar os seus rendimentos em beneficio das escolas da freguezia; e quando a junta não der fiel cumprimento, passará o legado para o hospital de S. Marcos, de Braga.

Abençoada riqueza, quando o que a possue tão bem a sabe repartir.

—

A 5 de julho, pela hora e meia da manhã, um pavoroso incendio reduziu a cinzas o novo *theatro da Trindade*, cuja frente era para o pequeno *largo da Cancella-Velha*, e a rectaguarda para a *rua do Estevam*, proximo á egreja e largo da Trindade.

Só ficaram as paredes, sendo os prejuizos avaliados em uns 30 contos de réis. Estava seguro em 17 contos.

Houve suspeitas de ser lançado o fogo de proposito.

Era propriedade particular, que se tinha construido havia apenas um anno.

—

A 13 de julho, fallece n'esta cidade o commendador Manoel Francisco Duarte Cidade, solteiro, capitalista, morador na rua do Souto, da freguezia da Sé.

Por testamento cerrado, deixou os seguintes legados:

Á *Santa Casa da Misericordia*, dois contos de réis, para serem applicados ás obras do seu hospital.

Ás ordens da *Santissima Trindade, S. Francisco* e *Nossa Senhora do Carmo*, a cada uma dois contos de réis.

Á *Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade*, dois contos de réis.

Aos *Meninos orphãos* e aos *Desamparados*, a cada um 48$000 réis.

A cada um dos *Entrevados, entrevadas, lazaros e lazaras*, 1$000 réis.

Á *Irmandade de S. José das Taipas*, para ajuda de se mandarem doirar os seus altares, 400$000 réis.

Á *Crèche de S. Vicente de Paula*, 400$000 réis.

Ao *Asylo das raparigas abandonadas*, réis 200$000.

Ao *Asylo da Mendicidade*, 200$000 réis.

Ás *Meninas desamparadas do Postigo do Sol*, 100$000 réis.

Ao *Asylo de Villar*, 100$000 réis.

Á *Irmandade das almas de Santa Catharina* (para ajuda de doirar a capella-mór) 100$000 réis.

Ás *Recolhidas pobres, do Ferro*, 10$000 réis a cada uma.

Ás *Reclusas do Aljube*, 100$000 réis, repartidos egualmente por todas.

Aos *Entrevados e entrevadas da ordem terceira de S. Francisco*, entrando os familiares da casa, 1$000 réis a cada um.

Mil esmolas de mil réis cada uma, para 1:000 velhos e velhas, entrando n'este numero os de S. Cosme de Gondomar.

—

No dia 29 de julho, foi inaugurada n'esta cidade a primeira parte do *caminho de ferro do Douro*, comprehendida entre o Porto e Penafiel.

O ministro das obras publicas (então) o sr. Antonio Cardoso Avelino, representou o governo.

Houve as solemnidades, ceremonias e regosijos do costume, n'estas festas nacionaes.

—

Em 7 de outubro teve logar a inauguração do *caminho de ferro de via reduzida, do Porto á Póvoa de Varzim*, com estação principal na rua da *Boa-Vista*.

As estações intermediarias (contando do S. para o N.—isto é—do Porto á Póvoa)—são—*Nossa Senhora da Hora, Custóias, Crestins, Pedras-Rubras, Villar do Pinheiro, Modívas, Mindêllo, Azurára e Villa do Conde.*

Assistiram a esta solemnidade—os—então—presidente do conselho de ministros, sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello—ministro das obras publicas, o sr. Antonio Cardoso Avelino—o prelado da diocese, as principaes auctoridades, os convidados e grande numero de povo.

O rev.mo bispo conferiu a benção ás cinco locomotoras, denominadas—*Rio Douro, Rio Ave, Azurára, Pedras Rubras, Villa do Conde e Póvoa.*

As duas primeiras foram as destinadas a tirar os comboios n.º 1 e n.º 2.

Pelas 11 horas da manhã, ao som de musicas marciaes e muitas girandolas de foguetes, sahiu o comboio n.º 1, e ás 11 e um quarto, o n.º 2.

As estações de Pedras Rubras, Villa do Conde e Póvoa, estavam adornadas de festões de flôres e bandeiras, e em todas ellas havia bandas de musica; mas a que ostentava mais luxo era a ultima (a da Póvoa) onde o concurso e as manifestações de regosijo eram immensas.

A guarda de honra foi feita por um destacamento de infanteria 18, e outro de cavallaria n.º 6.

—

No dia 27 de novembro, falleceu n'esta cidade, José de Sousa Rocha.

Deixou os seguintes legados:

1:800$000 réis, para seis dotes de 300$000 réis cada um, a outras tantas raparigas pobres da freguezia de Campanhã.

100$000 réis, para serem divididos pelos pobres da freguezia de Villa-Garcia.

100$000 réis ao Asylo da Mendicidade.

200$000 réis ao collegio das orphãs de S. Lazaro.

200$000 réis ao seminario dos meninos orphãos de Campanhã.

100$000 réis ao Asylo das raparigas abandonadas.

100$000 réis aos Entrevados de Cimo-de-Villa.

100$000 réis aos Lazaros.

100$000 réis ás Lazaras e entrevadas.

50$000 réis ás Velhas da Cordoaria, no hospital dos Lazaros.

50$000 réis ás Viuvas pobres.

50$000 réis ás recolhidas do Ferro.

1:200$000 réis á ordem da Santissima Trindade, para obras do seu hospital.

1:000$000 réis para as obras da egreja de Campanhã.

4:000$000 réis á Santa Casa da Misericordia.

200$000 réis aos pobres da sua freguezia.

Além d'estes legados no Porto, deixou

para a cidade da Bahia (Brasil) mais os seguintes legados:

1:000$000 réis á Ordem da Santissima Trindade.

800$000 réis ao Collegio de S. Joaquim.

200$000 réis, ao Asylo da Mendicidade.

400$000 réis á Santa Casa da Misericordia.

100$000 réis ao Convento de S. Francisco.

—

1876—(22 de fevereiro)—Morre n'esta cidade, D. Margarida Augusta Teixeira de Aguilar. Era irmã de D. Josepha Adelaide, baroneza de Fornos d'Algodres—e de D. Maria do Carmo, 1.ª condessa de Samodães, casada com o 1.º conde, Francisco de Paula e Azeredo—e tia do actual sr. conde de Samodães.

Declarou no seu testamento, que queria se cumprisse a disposição da dita sua irmã, baroneza de Fornos d'Algodres, para que, logo depois do seu fallecimento, fossem entregues ao asylo da mendicidade, do Porto, seis contos de réis, em metal.

—

Em junho d'este anno, falleceu em Moimenta da Beira, Antonio Perfeito Pinto Osorio, viuvo de D. Antonia Guedes Cardozo, com a morte da qual ficou para sempre extincta a familia *Noronha, de Adebarros*, e a Santa Casa da Misericordia do Porto, herdeira de todos os haveres d'aquella antiga e rica familia, cuja nobreza remonta ao principio do XIV seculo.

Segundo a tradição e varias memorias, consta que o fôro de nobreza d'esta familia principiou pelo facto seguinte:

Em 1310, o rei D. Diniz viajava por esta parte da Beira-Alta.

Em uma calmosa tarde de junho, chegou o rei á aldeia de Adebarros, e foi pousar á casa do *tio Adão*, que era a melhor, e seu dono o mais rico da povoação. Este, vestido de burel e calçado de tamancos, recebeu o monarcha e o seu sequito, com a maior franqueza, desembaraço e cordialidade.

O rei pediu agua, e o lavrador se prestou em lh'a trazer em uma taça de prata; mas o camarista de semana queria impedir o lavrador de fazer este serviço, que a pragmatica da côrte lhe vedava; porém o lavrador, com a auctoridade de dono da casa, e despresando a etiqueta, teimava em querer levar a agua ao rei.

D. Diniz, ouvindo a altercação, e sabendo a causa d'ella, ordenou que o lavrador o servisse, como desejava, e bebeu a agua com grande satisfação, porque, na verdade, a d'esta terra é a melhor das duas Beiras.

Depois de beber, perguntou ao lavrador: —«Desde quando és fidalgo?»—«Desde Adão, real senhor» respondeu o homem.» —«Então a vossa nobreza, é mais antiga do que a minha.»—«Não, real senhor, porque Adão sou eu.—»

O rei gostou muito d'esta *sahida*, e lhe deu, para elle e descendentes, o fôro de fidalgos da casa real; e desde então, até aos nossos dias, todos os primogenitos d'esta familia tiveram o nome de *Adão*.

—

Em 4 de julho principiaram n'esta cidade os trabalhos da rolagem do taboleiro da ponte, que se vae estabelecer para se terminar a linha de caminhos de ferro que desde Lisboa segue áquella cidade, findando em Campanhã.

Eram cêrca de 9 horas da manhã quando os trabalhos começaram, dirigidos pelo engenheiro da companhia, o sr. Pedro Lopes, e pelo sr. Joseph Collin, engenheiro da casa constructora, que é a dos senhores G. Eiffel & Companhia, de Paris.

O modo de conduzir a parte que se collocou para começo dos trabalhos, foi sem uso de machinas, mas feito com rolos movidos por meio de alavancas, cujo esforço era produzido pelo trabalho braçal.

O movimento da ponte foi feito empregando-se 4 rolos.

O avançamento era de 25 centimetros para cada movimento das alavancas, tendo-se avançado para fóra do encontro, o taboleiro que se achava construido 37,m65 em quatro horas e um quarto de trabalho.

Chegou-se portanto e com felicidade ao pilar construido e que tem o numero 1 na margem esquerda do rio.

A ponte compõe-se de 5 pilares e 2 encon-

tros, na extensão de 352,^{m}87 e é dividida em vãos, que regulam 37,^{m}28; sendo os vãos que teem esta ultima extensão, supportados por um arco metallico de 160 metros de corda que abrange de uma a outra margem do rio, vindo appoiar-se em dois pilares de cantaria que se acham em construcção nas duas margens.

Os materiaes para a ponte metallica, são subidos por meio de um plano inclinado, estabelecido na encosta de Quebrantões, ligando o rio com a plata-forma de montagem.

O movimento é transmittido aos *wagonettes* por meio d'um cabo que se enrola n'um cabrestante movido por uma machina a vapor da força de 7 cavallos.

Esta machina foi importada de Paris do estabelecimento denominado «Société Centrale de construction de machines—á Patin —Seine.—Weiser & Richemond.» Gasta 26 kilogrammas de carvão por hora, trabalhando a toda a força.

É dirigida pelo intelligente machinista o sr. Eugene St. Martin.

Move, quer para a frente quer para a rectaguarda.

—

Em julho d'este anno, o sr. barão do Castello-de-Paiva, visitando o hospital, aulas e *asylo dos irmãos invalidos, da ordem terceira* de Nossa Senhora do Carmo, d'esta cidade, deu de esmola a esta ordem, 500$000 réis.

—

Em outubro, falleceu em Mattosinhos, Domingos Barbosa de Brito, que, por testamento feito em 16 de junho d'este mesmo anno, deixou:

A' Santa Casa da Misericordia, da villa dos Arcos de Valle de Vez, 2:000$000 réis.

A' egreja de S. João Baptista, de Parada (vol 6.°, pag. 445, col. 2.ª) terra da sua naturalidade, 2:000$000 réis, para melhoramentos da mesma egreja.

Aos pobres d'esta freguezia de Parada, 200$000 réis.

Para ser dividido em partes eguaes, pelos *asylos da infancia desvalida*, do Porto, 4:000$000 réis.

A' *ordem terceira do Carmo*, 1:000$000 rs,

A cada um dos irmãos pobres da mesma ordem, que no dia do fallecimento do testador estiverem em tratamento no hospital, e recolhidos no asylo, 9$000 réis.

A' irmandade do Senhor de Mattosinhos, para conservação do seu templo, 1:000$000 reis.

A' Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro, 20:000$000 réis, com a obrigação de receber do seu testamenteiro n'aquella cidade, todos os remanescentes da herança, e dividil-os em partes eguaes, por 20 orphãs, pertencentes ao recolhimento da mesma Santa Casa; sendo a distribuição feita por sorteio, e estando presentes todas as recolhidas, e a quantia que pertencer a cada uma será depositada onde offerecer maior segurança, e vença juro, que será accumulado em épocas precisas, sendo entregue ás contempladas, no dia que sahirem do recolhimento, para casarem, ou occuparem alguma posição honesta.

A' Santa Casa da Misericordia, da Bahia. 20:000$000 réis.

A' Santa Casa da Misericordia, da cidade de Porto-Alegre (Brasil) 20:000$000 réis.

Para fazer parte do patrimonio do asylo dos inválidos da patria, do Rio de Janeiro, 20:000$000 réis.

Para as obras e conservação da egreja matriz, da cidade de Itajubá, na provincia de Minas-Geraes, 20:000$000 réis.

Para melhoramento e conservação do cemiterio publico d'esta mesma cidade de Itajubá, 5:000$000 réis.

—

Em 12 de dezembro, arrematou no ministerio da fazenda, o sr. João Augusto Pereira Pinto, por 3:452$000, 23:010 metros quadrados de terreno, da cêrca do mosteiro da Serra do Pilar, e por 2:001$000 réis, 23:250 metros quadrados de outro terreno da mesma cêrca.

O sr. Manoel Henriques Tavares Basto arrematou por 2:981$000 réis, 39:410 metros de um outro terreno da mesma cêrca.

O mesmo sr. Tavares Basto, arrematou mais, por 3:992$500 réis, 28:000 metros quadrados de outro terreno da mesma cêrca.

Veio pois a vender-se n'este dia, como *bens nacionaes*, terreno d'esta cêrca, na extensão de 113:670 metros quadrados, pela quantia de 12:425$500 réis.

—

No dia 20 de dezembro, cahiu na torre da egreja matriz, do Senhor do Bomfim, d'esta cidade, uma faisca electrica, que damnificou o relogio, quebrou a corda de um sino, derrubou os postes da linha telegraphica, e deteriorou a torre em algumas partes. Não houve desgraças pessoaes.

—

1877—(13 de janeiro)—Fallece na rua das Vallas, d'esta cidade, Domingos da Silva Ferreira.

Por testamento que havia feito, em 31 de outubro de 1873, deixou os seguintes legados:

A' confraria de S. Pedro, instituida na capella de Pedroiços, freguezia d'Aguas-Santas (Maia) uma inscripção de 1:000$000 réis.

A confraria de Santa Leonor, da mesma capella, uma inscripção de 1:000$000 réis.

A' confraria do S. S. Sacramento, d'Aguas-Santas, uma inscripção de 1:000$000 réis.

A' real irmandade da Lapa, tres inscripções de 1:000$000 réis cada uma, com a obrigação de olhar pela conservação da capella do testador, que está no cemiterio da Lapa, e adornal-a nos dias de Nossa Senhora da Lapa e de S. João Baptista.

A' Santa Casa da Misericordia, do Porto, uma propriedade de casas, na rua Formosa, da mesma cidade, com os n.os 422 a 426, depois de cessar o uso fructo que lhe fica imposto.

Aos asylos da mendicidade, e das raparigas abandonadas, uma inscripção de réis 1:000$000, a cada um.

A 15 pobres, dos mais necessitados, da freguezia da sua naturalidade, 2$000 réis a cada um.

A 50 pobres dos mais necessitados, da freguezia de Aguas-Santas, 1$000 réis a cada um.

—

Em 20 de janeiro, officiou a *commissão central de soccorros aos inundados*, creada n'esta cidade, á junta de parochia de Miragaia, pedindo-lhe uma relação dos pobres que n'esta freguezia mais soffreram com as cheias do inverno d'este anno.

A junta precorreu todas as ruas, beccos e travessas da parochia, e, depois de exactas averiguações, confeccionou duas listas, que enviou á commissão; comprehendendo, uma d'ellas, os nomes dos parochianos pobres, em numero de 45, cujas casas (lojas sómente) foram invadidas pelo Douro, computando os prejuizos na verba total de 695$000 réis. Na outra lista se indicavam os habitantes mais pobres da freguezia, quasi todos chefes de familia.

A commissão lhe mandou a quantia de réis 1:000$000 para ser distribuida pelos 45 individuos, comprehendidos na primeira lista, a quantia de 347$500 réis (metade dos prejuizos) e os restantes 652$500 réis, pelos pobres da segunda lista.

Vieram a ser contemplados, ao todo, 422 pobres.

O dignissimo abbade d'esta freguezia, o sr. dr. Pedro Augusto Ferreira, é merecedor da gratidão dos seus parochianos e dos encomios de todas as pessoas de bem, porque, não só n'esta cidade, mas em todo o reino, foi o primeiro a abrir e promover subscripções, para soccorrer as victimas da cheia.

Invadidas as casas da sua freguezia, pela enchente do rio, immediatamente promoveu uma avultada subscripção, que elle mesmo logo distribuiu pelos mais necessitados.

O zêlo e caridade do sr. Abbade de Miragaia, n'esta conjunctura, provam quanto elle toma a sério os seus deveres de bom pastor, e justificam o amor e respeito que os seus parochianos lhe consagram.

—

Portas da Ribeira

D. João IV, em côrtes dos estados do reino, no anno de 1646, tomou Nossa Senhora da Conceição, por protectora de Portugal, o qual fez tributario, á mesma S. S. Virgem, em 50 crusados de ouro cada anno, applicados para a egreja de Nossa Senhora da

Conceição, de Villa-Viçosa, séde da ordem militar da mesma denominação.

Este monarcha e os seus successores, até D. João V, offereciam, por suas proprias mãos, a 8 de dezembro de cada anno, no dia em que a egreja celebra este augusto mysterio, este tributo.

O juramento competente se fez a 25 de março do mesmo anno, na capella-real dos paços da Ribeira, em Lisboa.

N'este juramento diz o monarcha, que elle e todos os seus vassallos seriam obrigados a defender a excellencia da Immaculada Conceição, expondo por ella as suas vidas e fazendas.

Mandou logo que a universidade de Coimbra e todo o corpo docente d'ella, fizessem egual juramento, o que se fez em 28 de julho do mesmo anno, sendo reitor, Manoel de Saldanha, que depois foi bispo de Coimbra.

Pouco depois, o reverando padre, frei Antonio das Chagas, cognominado o *Scoto Portuguez*, lente jubilado em theologia, e da ordem de S. Francisco, foi encarregado para compôr, em latim, uma inscripção, que patenteasse ás edades futuras, este preito e juramento, prestado á S. S. Virgem, para ser gravado em todas as portas de todas as cidades e villas do reino.

Frei Antonio das Chagas apresentou ao rei a exigida inscripção, que este approvou e mandou gravar onde havia determinado.

A primeira que se gravou no Porto, foi nas *portas da Ribeira*—como todas as mais que eram identicas, dizia:

A ETERNIT. SACR.
IMMACULATISSIMAE
CONCEPTIONI MARIAE
JOANNES IV. PORTUGALIAE REX,
UNA CUM GENERALI COMITIIS,
SE & REGNA SUA
SUB ANNUO SENSU TRIBUTARIA
PUBLICE VOVIT
ATQUE DEIPARAM IN IMPERII TUTELAREM ELECTAM,
ALABE ORIGINALI PROESERVATAM PERPETUO DEFENSURUM
JURAMENTO FIRMARIT.
VIVERET UT PIETAS LUSITAN.
HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE PERENNE
EXARARI JUSSIT.
ANN CHRISTI M. L. C. LVI.
IMPERII SUI XVI.

Estatua equestre do sr. D. Pedro, na praça do seu nome

No largo até 1834 denominado *Praça Nova*, e hoje de D. Pedro, em frente da casa do senado da camara, foi lançada a primeira pedra d'este monumento, no dia 9 de julho de 1862.

Esta construcção foi dada por concurso, ao esculptor francez Mr. Anatole Calmells, residente em Lisboa.

Em um cofre de prata, juntamente com as moedas d'ouro, prata e cobre da época, foi guardado o aucto e a lamina commemorativa, com uma inscripção em latim, encomiando o principe e designando o dia da ceremonia.

Alguns mezes depois, principiou esta obra, que se concluiu no fim do anno de 1865.

O monumento tem 10 metros de altura, desde a superficie do terreno da praça, até á parte superior da cabeça da estatua, que é de bronze fundida, medindo d'altura incluindo o plintho, 4,^{m}70—e a parte architectonia 5,^{m}30.

Os baixos relevos são de marmore de Carrára e teem de altura 1,^{m}21—sobre 2,^{m}45 de comprimento.

Toda a obra de esculptnra e sua collocação, importaram em 21 contos de réis, segundo o contracto feito com o esculptor em 18 de dezembro de 1862.

A fundição da estatua foi feita por uma companhia de Bruxellas, por 48:000 francos (8:640$000 réis, calculando cada franco a 180 réis).

Memoria do sr. D. Pedro V, no largo da Batalha

Fica no centro arborisado do largo ou praça da Batalha, quasi em frente da capella de Nossa Senhora do mesmo titulo.

O monumento é construido de marmore, e de quatro faces, todas com inscripções—dizendo:

VISITA AO PORTO, QUANDO PRINCIPE,
EM 1852

VISITA Á EXPOSIÇÃO AGRICOLA,
EM 1860

—

VISITA A' EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL,
EM 1861

—

OS ARTISTAS PORTUENSES,
POR GRATIDÃO A D. PEDRO V,
EM 1862

—

Nos quatro angulos, estão as armas seguintes—as de Portugal—as de Bragança—as da cidade do Porto—as de Saxe-Coburgo-Gotha.

Na face que tem a 1.ª inscripção, estão em alto relevo, as Artes—na seguinte, a Religião—depois a Industria—e por fim a Agricultura.

A estatua (pedestre) do monarcha é de bronze e não prima pela perfeição da esculptura.

Tem de altura 2^{m},40, pesando 1:350 kilogrammas. O pedestal sobre que está collocada a estatua, tem d'altura, 2^{m},60. A altura total do monumento, desde a superficie do sólo, até á cabeça da estatua, é de 10 metros.

É resguardada inferiormente por uma formosa grade de ferro fundido (de fórma octogona, como o pedestal) e nas faces que correspondem ás alegorias do pedestal, tem quatro medalhões, com as seguintes legendas:

SOCIEDADE MADREPORA, DO RIO DE JANEIRO.
7 DE JUNHO DE 1863.

—

ARTISTAS PORTUGUEZES, NO RIO DE JANEIRO.
10 DE JUNHO DE 1863.

—

BAZAR PORTUENSE, NO JARDIM DE S. LAZARO.
30 DE AGOSTO DE 1862.

—

EMPREZA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES.
21 DE JUNHO DE 1863.

—

Estas inscripções commemoram os mais valiosos donativos para a construcção d'este monumento.

O sr. D. Fernando, pae do monarcha, havia sido convidado pela commissão, para vir inaugurar o monumento; porém elle não foi, fazendo-se representar pelo sr. general Simão de Calça e Pina, então visconde de Rilvas, e hoje conde do mesmo titulo. [1]

A inauguração estava annunciada para 7 de junho de 1862, mas só teve logar no dia 11, pelas 11 horas da manhã.

Depositou-se na base do monumento um cofre de zinco, contendo as moedas d'ouro e prata, cunhadas no reinado do sr. D. Pedro V, e uma lamina de prata, com esta inscripção:

PETRO V.
LUSITANIAE REGI
LUDOVICO I REGNANTE
SUB PATRIS AUSPICIIS
REGIS FERDINANDI II
ID GRATI ANIMI SIGNUM
CULTORES ARTIUM PORTUCALENSES
POSUERE
VII IDUS JUNII
ANNO DOMINI MDCCCLXII.

—

Memoria ao sr. D. Pedro V,
na rua de Fernandes Thomaz,
em frente da praça
do Bulhão

É uma columna bastante singela de granito, terminando por uma estrella de sete pontas.

No pedestal da columna estão escriptas as datas da visita do sr. D. Pedro V, ás fabricas de fundição e estamparia, da rua de Fernandes Thomaz, e que ficam em frente da columna, da parte opposta da praça do Bolhão.

—

O pedestal assenta sobre dois degraus, tambem de granito, e está resguardado por uma grade de ferro fundido.

O monumento tem d'altura, desde o solo até á extremidade superior da estrella, 7 metros.

A columna, a base e o capitel, é um monolitho.

Foi principiado a 23 de dezembro de 1861 (42 dias, apenas, depois da morte do rei!) e concluido e inaugurado em 9 de julho de

[1] Foi feito barão de Rilvas, em 5 de outubro de 1843—Visconde, a 15 de setembro de 1855—e conde, a 30 de setembro de 1862.

1862—no mesmo dia da inauguração da estatua equestre, do Sr. D. Pedro, na Praça Nova.

A pedra de que se fez a columna, custou na pedreira, 67$200 réis, e o carreto custou 230$000 réis. Gastaram-se 14 dias com a conducção, e foram precizas 20 juntas de bois, e mais de 40 pessoas, apezar de não estar a pedreira a mais de 2 kilometros.

Todo o monumento custou 1:200$000 réis.

Na face do pedestal, do lado do S. se lé:

TEVE PRINCIPIO EM 23 DE DEZEMBRO DE 1861:
CONCLUIU-SE EM 9 DE JULHO DE 1862.

Do lado do O. lê-se:

VISITOU A FABRICA DE FUNDIÇÃO
EM
22 DE NOVEMBRO DE 1860.

Do lado do E, diz:

VISITOU A FABRICA DE ESTAMPARIA
EM
28 DE AGOSTO DE 1861.

—

Na face do lado do N., que é a que defronta com as fabricas de fundição e estamparia, lê-se:

AO REI D. PEDRO QUINTO—MEMORANDO—
DA INDUSTRIA E ARTES PROTECTOR SUBIDO;
QU'AS VAIDADES DO SOLIO DESCURANDO,
TEVE UM THRONO D'AMOR NA PATRIA ERGUIDO;
QUE AS FABRICAS EM FRENTE VISITANDO
DA—ESTAMPA E FUNDIÇÃO—SALVOU DO OLVIDO...
ARTISTAS, A QUEM DEU FAVOR E ALENTO,
CONSAGRAM ESTE HUMILDE MONUMENTO!...

—

Se estes versos não primam pela harmonia, pela elevação dos pensamentos, nem mesmo pelo rigor da grammatica, é certo que manifestam os bons sentimentos e a gratidão dos artistas, que á custa de parte dos sallarios, tão amarguradamente ganhos, emprehenderam e effectuaram a construcção d'este tão humilde quanto sympathico monumento.

—

População da cidade do Porto, em abril de 1877 (Official)

Bairro occidental

Freguezias	Fogos	Habitantes
Cedofeita	3:330	16:043
Victoria	2:000	9:825
S. Nicoláu	1:440	5:900
Miragaya	1:208	4:430
Massarellos	1:202	4:090
Lórdêllo	850	5:000
Foz	1:180	4:855
	11:210	50:143

Bairro oriental

Freguezias	Fogos	Habitantes
Sé	4:100	12:951
Santo Ildefonso	4:130	16:307
Bomfim	3:680	13:778
Campanhan	1:528	5:655
Paranhos	1:150	5:700
	14:580	54:391
	11:210	50:143
Total	25:790	104:534

—

Catalogo alphabetico de todos os periodicos, diarios e semanarios, politicos, religiosos, litterarios, instructivos, noticiosos, industriaes, commerciaes, artisticos, criticos, satyricos, burlescos, etc., que se têem publicado no Porto, desde o anno de 1820 até abril de 1877. [1]

Abelha (A), em 1856.
Actualidade (A), em 1874 (ainda existe).
Album de Bordados, de 1862 a 1863.
Album de caricaturas á penna, em 1874.
Album de musicas nacionaes, em 1858.
Album Theatral, em 1872.
Aldeão (O), em 1836.
Amigo do Povo (O), de 1860 a 1861.
Analysta Portuense (O), 1822.
Annaes da Sociedade Litteraria Portuense, de 1837 a 1839.
Annunciador (O), em 1851.

[1] Fiz todas as diligencias por obter informações com respeito a esta materia; mas, se deixar de mencionar alguns, peço desculpa aos meus leitores.

Annunciador (O), de 1872 a 1875.
Arauto Portuense (O), em 1832.
Archivo Commercial, de 1863 a 1864.
Archivo Juridico, desde 1860 (ainda existe).
Archivo Lusitano, em 1866.
Archivo Militar, em 1867.
Archivo Popular, de 1871 a 1874.
Aristarcho (O), em 1864.
Artilheiro (O), de 1835 a 1837.
Artista Portuense (O), em 1855.
Athleta (O), de 1838 a 1842.
Aurora (A), em 1832.
Aurora (A), em 1852.
Aurora (A), de 1867 a 1868.
Aurora Lusitana, em 1866.
Auxiliador (O), em 1839.
Bardo (O), de 1852 a 1855.
Bibliotheca das Damas, de 1842 a 1843.
Bibliotheca das Damas, 1852 a 1867.
Bibliotheca Recreativa, de 1864 a 1866.
Bicha (A), em 1869.
Bico de Gaz (O), em 1854.
Bisturi (O), em 1875.
Bocage, de 1865 a 1867.
Boletim de annuncios, em 1861.
Boletim Bibliographico, de 1863 a 1869.
Boletim Official, de 1826 a 1827.
Boletim Official do Porto, de 1844 a 1847.
Boletim de Pharmacia, em 1861.
Boletim de Pharmacia e sciencias accessorias, em 1857.
Boletim Telegraphico, em 1866.
Bombeiro (O), 1877.
Bom Senso (O), em 1873.
Borboleta (A), de 1826 a 1827.
Borboleta Duriense (A), de 1820 a 1823.
Bouquet, em 1875.
Brados Litterarios, anno de...
Braz Tizana (O), de 1851 a 1869.
Brio do Paiz (O), de 1870 a 1871.
Cabeças Fallantes (As), de 1869 a 1871.
Cabrion, em 1867.
Campainha do Diabo, de 1865 a 1866.
Carapuça (A), de 1851 a 1852.
Carta (A), em 1842.
Cartaz de annuncios, de 1867 a 1868.
Centro (O), em 1846.
Chicote (O), em 1858 (duvidoso).
Christianismo (O), de 1852 a 1853.
Chronica Constitucional do Porto (A), de 1832 a 1834.
Chronista (O), de 1851 a 1854.
Civilisador (O), de 1860 a 1862.
Clamor Militar (O), de 1866 a 1869.
Clamor do Povo (O), em 1871.
Clamor Publico (O), de 1856 a 1857.
Club (O), em 1874.
Coallisão (A), de 1843 a 1846.
Columna (A), de 1847 a 1848.
Columna de Pasquino (A), em 1824.
Commercio (O), de 1843 a 1844.
Commercio do Porto (O), de 1854 (ainda vive).
Concelho de Gaia, em 1873. (Findou em 1875).
Concordia (A), de 1853 a 1855.
Conservador (O), de 1858 a 1860.
Constitucional (O), em 1868.
Correio do Norte, de 1854 a 1855.
Correio do Porto, de 1820 a 1832.
Correio de Portugal, em 1864.
Cosmopolita (O), de 1843 a 1846.
Cruz (A), em 1853.
Cruz (A), de 1868 a 1869.
Cuco (O), em 1866.
Curioso (O), em 1846.
Defensor (O), de 1848 a 1850.
Defensor dos Artistas (O), de 1864 a 1865.
Defensor do Operario (O), em 1873.
Despertador Nacional (O), em 1821.
Despertador Typographico (O), em 1860.
Dez Reis (O), de 1866 a 1870.
Diabo a Quatro (O), de 1858 a 1860.
Diario de Annuncios, em 1846.
Diario Illustrado, em 1875 (duvidoso).
Diario Mercantil, de 1861 a 1873.
Diario Nacional, em 1820.
Diario de Noticias, em 1875.
Diario do Porto, de 1834 a 1835.
Diario do Porto, de 1865 a 1866.
Diario Portuense, em 1823.
Diario do Povo, em 1869.
Diario do Povo de Portugal e possessões, de 1859 a 1865.
Diario Progressista, em abril de 1876.
Diario da Tarde, de 1871 a 1874.
Direito (O), em 1851.
Direito (O), de 1857 (ainda vive).
Distracções Litterarias, em 1867.

Ecco (ou Echo) Artistico, em 1863.
Ecco dos Bailes, de 1856 a 1857.
Ecco dos Operarios, em 1850.
Ecco Popular, de 1846 a 1860.
Economista (O), em 1859.
Emancipação (A), de 1863 a 1864.
Emâncipação da mulher, em 1868.
Esmeralda (A), de 1850 a 1851.
Espectador Portuense (O), de 1848 a 1849.
Espelho (O), de 1865 a 1866.
Esperança (A), em 1857.
Esperança (A), de 1865 a 1866.
Estrella do Norte, de 1846 a 1847.
Eurico, em 1871.
Facho Litterario (O), de 1864 a 1865.
Fama (A), em 1822.
Familia Catholica (A), de 1853 a 1854.
Fantasma, em 1869.
Flautista (O), em 1856.
Flautista (O), de 1864 a 1865.
Folha Commercial, de 1832 a 1835.
Folha Commercial de Annuncios, em 1869.
Gafanhotos (Os), em 1868.
Garrett, anno de...
Gazeta do Correio, em 1869.
Gazeta Democratica, em 1870.
Gazeta de Gaia, anno de...
Gazeta Homœpathica, de 1863 a 1867.
Gazeta Homœpathica Portuense, de 1853 a 1856.
Gazeta Litteraria do Porto, em 1868.
Gazeta Medica do Hospital Real do Porto, em 1859.
Gazeta Medica do Porto, de 1842 a 1853.
Gazeta Medica do Porto, de 1860 a 1861.
Gazeta do Norte, de 1870 a 1872.
Gazeta Official, em 1828.
Gazeta do Operario, em 1865.
Gazeta do Porto, em 1866.
Gazeta do Porto, em 1875.
Gazeta Portuense, em 1868.
Gazeta da Relação, de 1868 (ainda vive).
Gazeta dos Theatros, em 1863.
Genio Constitucional (O), em 1820.
Granada (A), de 1867 a 1868.
Gratis, de 1840 a 1841 e em outros annos.
Grinalda (A), de 1855 a 1871.
Grinalda de Euterpe, de 1874 a 1875.
Harpa, em 1875.
Harpa da Mocidade (A), em 1868.
Horisonte (O), em 1855 (duvidoso).
Igualdade (A), em 1863.
Imparcial (O), de 1826 a 1828.
Imparcial (O), de 1857 a 1858.
Imprensa (A), em 1859.
Independencia (A), em 1861.
Industrial (O), de 1850 a 1851.
Industrial Civilisador (O), de 1835 a 1836.
Industrial do Porto (O), em 1872.
Industrial Portuense (O), de 1845 a 1846.
Inferno (O), de 1868 a 1869.
Informador (O), em 1846.
Informador Commercial, em 1870.
Instructor Portuense (O), de 1844 a 1845.
Internacional (O), em 1870.
Jardim Portuense, de 1843 a 1844.
Jornal dos Artistas, em 1837.
Jornal Artistico Social, em 1875.
Jornal da Associação Industrial Portuense, de 1852 a 1865.
Jornal da Manhã, 1872 (ainda existe).
Jornal dos Avisos, em 1872.
Jornal de Horticultura Pratica, de 1870 (ainda vive).
Jornal do Norte, em 1860.
Jornal do Norte, de 1867 a 1868.
Jornal do Norte do Minho, Douro e Traz-os-Montes, em 1864.
Jornal de Noticias, de 1865 a 1866.
Jornal de Noticias, de 1866 a 1869.
Jornal do Porto (O), de 1852 (ainda existe).
Jornal do Povo (O), de 1848 a 1854.
Jornal da Sociedade Agricola do Porto, de 1856 a 1869.
Jornal da Tarde, em 1869.
Jornal da Tarde, de 1874 a 1875.
Justiça de 1858 a 1864.
Justiça em 1875.
Lamparina, em 1875.
Lampeão, em 1868.
Leviathan, anno de...
Liberal Portuense (O), em 1837.
Lidador (O), de 1854 a 1857.
Litterario (O), anno de...
Litteratura Popular, em 1849.
Luta (A), de 1874 a 1876 (continúa).
Luiz de Camões, de 1863 a 1865.
Lusitanain (em inglez), de 1844 a 1845.
Luso (O), em 1861.
Luz da Rasão, de 1867 a 1873.

Lyra (A), de 1863 a 1867.
Lyra da Mocidade, de 1848 a 1850.
Mensageiro do Coração de Jesus, de 1874 (ainda existe).
Mephistopheles, em 1865.
Mercurio (O), em 1857.
Metralhadora (A), em 1871.
Miscellanea Historica e Litteraria, em 1845.
Miscellanea Litteraria, de 1860 a 1861.
Miscellanea Musical, de 1854 a 1869.
Miscellanea Poetica, de 1850 a 1852.
Mocidade (A), em 1867.
Monarchia (A), de 1854 a 1857.
Monitor (O), de 1857 a 1858.
Monitor do Exercito (O), anno de...
Monitor de Portugal (O), em 1866.
Morcego (O), em 1867.
Mosaico (O), de 1865 a 1866.
Mundo Elegante (O), de 1858 a 1860.
Museu Portuense, de 1838 a 1839.
Nacional (O) de 1846 a 1870.
Noticiador (O), em 1841.
Noticiador Commercial Portuense, de 1836 a 1858.
Noticiador Pharmaceutico (O), em 1873.
Noticiador Portuense (O), em 1857.
Novidades (As), em 1871.
Observador (O), em 1867.
Observador Portuense (O), em 1826.
Oriente (O), de 1857 a 1859.
Palavra (A), de 1872 (ainda vive).
Palradores no Café (Os), de 1822 a 1823.
Paquete Commercial (O), em 1853.
Paquete Estrangeiro (O), em 1826.
Parvonia Illustrada, em 1875. (Ressuscitou em 1877).
Patria (A), de 1849 a 1850.
Patriota Portuense (O), de 1820 a 1821.
Pedro Quinto (O), em 1855.
Pêga (A), de 1848 a 1849.
Pelourinho (O), em 1863.
Pelourinho (O), de 1867 a 1868.
Peninsula (A), de 1852 a 1853.
Periodico Mercantil, de 1822 a 1832.
Periodico de Musica, em 1841.
Periodico dos Pobres no Porto, de 1834 a 1858.
Petisco (O), em 1866.
Philarmonico Portuense (O), em 1841.
Photographia para todos, em 1866.
Pirata (O), em 1840.
Pirata (O), de 1850 a 1851.
Pirolito (O), de 1854 a 1855.
Plateia (A), de 1875 (ainda vive).
Popular do Porto (O), de 1876 (continúa).
Porto (O), de 1874 (ainda vive).
Porto e a Carta (O), 1854 a 1862.
Porto Commercial (O), em 1858.
Porto Elegante (O), de 1865 a 1866.
Porto Illustrado (O), de 1863 a 1864.
Portuense (O), de 1836 a 1837.
Portuense (O), de 1853 a 1855.
Portugal (O), de 1851 a 1857.
Presente, o passado e o futuro (O), em 1836.
Previdente (A), de 1864 a 1870.
Primavera (A), de 1859 a 1860.
Primeiro de Janeiro (O), de 1861 (ainda existe).
Primeiro de Dezembro (O), de 1861 a 1864.
Progressista (O), 1846 a 1847.
Progresso Commercial (O), em 1873.
Progresso do Porto, de 1870 a 1871.
Purgatorio (O), de 1859 a 1864.
Puritano (O), de 1846 a 1848.
Pyrilampo (O), de 1867 a 1870.
Rainunculo (O), em 1860.
Raio (O), de 1861 a 1869.
Realista Portuense (O), em 1828.
Recreio Musical das Damas, de 1859 a 1861.
Regeneração de Portugal, em 1820.
Relampago (O), em 1862.
Repertorio comico, em 1849.
Repertorio dos Jovens Pianistas, em 1865.
Repertorio Litterario, de 1834 a 1835.
Republica (A), em 1873.
Respigador (O), em 1846.
Respigador Litterario (O), em 1848.
Restauração, de 1864 a 1865.
Revista Administrativa, de 1866 a 1867.
Revista Critica de Litteratura Moderna, em 1869.
Revista Estrangeira, de 1837 a 1838.
Revista Juridica, em 1836.
Revista de Jurisprudencia, de 1856 a 1860.
Revista Litteraria, de 1838 a 1846.
Revista de Pharmacia, de 1857 a 1872.
Revista da Semana, em 1875.
Revista Semanal, em 1870.
Revolução de Janeiro, em 1868.
Ronda (A), em 1869.

Rosa (A), de 1845 a 1846.
Rouxinol (O), de 1876 (continúa).
Salamalek (O), de 1869 a 1870.
Saudade (A), em 1867.
Seculo (O), em 1862.
Seculo (O), em 1864.
Semanario dos Filhos de Maria, de 1866 a 1869.
Sentinella da Liberdade, em 1837.
Sereno (O), em 1868.
Sol (O), de 1826 a 1828.
Sol Portuense (O), em 1833.
Solitario no seu gabinete (O), em 1826.
Sombra (A), em 1869.
Supplemento Burlesco ao Ecco Popular, em 1848.
Supplemento de Noticias, em 1868.
Tasso, de 1868 a 1870.
Tentativas Litterarias, de 1863 a 1864.
Terpsichore, em 1860.
Theatro e Bibliotheca Familiar, de 1850 a 1851.
Theatro Economico, de 1864 a 1868.
Theatro e Modas, 1877.
Thesoura Liberal, em 1873.
Torre de Babel, em 1836.
Trovador (O), de 1844 a 1848.
Trovão (O), em 1862.
União Artistica, em 1855.
Vampiro, em 1873.
Vedeta da Liberdade (A), de 1835 a 1840.
Velho Liberal Douro (O), 1826 a 1828.
Verdade (A), de 1855 a 1857.
Verdade (A), de 1871 a 1872.
Verdade (A), em 1873.
Vespa (A), em 1861.
Vinte e Sete de Janeiro (O), em 1842.
Violinista (O), de 1864 a 1865.
Visão (A), em 1868.
Voz do Douro (A), em 1870.
Voz da Liberdade (A), em 1863.
Voz do Operario (A), em 1853.
Voz do Povo (A), em 1870.

—

No catalogo, aponto o anno em que principiou e acabou o jornal, quando o sei com certeza. Alguns só duraram um anno, alguns mezes ou semanas.

Menciono tambem como jornaes diversos, aquelles que, supposto terem a mesma redacção e politica, mudaram de nome.

Alguns do mesmo nome, sahíram em differentes epochas, e por isso tambem os designo como differentes jornaes.

—

Desde o anno de 1820, tem-se publicado em Portugal, 1:700 e tantos periodicos!

Viella da Neta

Esta alfurja tortuosa e immunda, anda a demolir-se, construindo-se em seu logar uma bonita rua, que é o prolongamento da *rua do Sá da Bandeira* (aberta depois de 1834, em terreno dos padres congregados de S. Philippe Nery) e continúa com o mesmo nome.

Vem a principiar a rua do Sá da Bandeira, na praça de D. Pedro (antiga Praça-Nova das Hortas) e, atravessando a rua do Bomjardim, vae findar na *Rua Formosa*.

Em a nova rua, ha um *ramal*, á direita—vindo do Bomjardim, e na direcção E, que vae terminar na rua de Santa Catharina. A esta rua se deu em abril de 1877, a denominação de *rua de Passos Manoel*. (Parecia-me mais proprio chamar-se de *Passos José*, seu irmão, pois era este, e não aquelle, que aqui tinha a sua casa e aqui habitou.)

A casa da viella da Neta, em que estava collocado o oratorio de Nossa Senhora das Necessidades e Bom-Despacho, pertencia ao sr. Francisco Antonio da Cunha Magalhães.

A imagem foi alli collocada por um dos seus antepassados, quando construiram a casa, em 1752, e é o sr. Cunha Magalhães, exclusivamente (e na sua ausencia, um caseiro d'elle, que habitava a casa) que toma a seu cargo accender, todas as noites, uma alampada que alumia a santa imagem.

Em consequencia de ter de demolir-se a parte do predio em que se achava o oratorio, para a abertura da rua de Passos Manuel, trata o sr. Magalhães de remover o oratorio para logar conveniente.

—

Ruas novas em 1877

Por um edital de abril d'este anno, assignado pelo sr. Joaquim Taibner de Moraes,

secretario-geral, servindo de governador-civil do districto do Porto, serão dadas as seguintes denominações, a diversas ruas, em construcção n'ésta cidade:

Rua do Principe Real — Vae do largo da Aguardente á Póvoa.

O largo onde esta rua termina, chamar-se-ha *largo da Póvoa.*

Rua Nova da Batalha — A que ha de seguir do largo da Batalha ás Fontainhas.

Rua do Palacio de Crystal — A que communica a da Restauração com a do Triumpho, pelo O. do quartel da Torre da Marca, e pelo E. dos jardins do Palacio de Crystal.

Praça da Boa-Vista—A rotunda que está na rua d'este mesmo nome.

Rua d'Agramonte — A que segue da rua da Boa-Vista, ao cemiterio d'Agramonte.

Rua das Pyramides — A que vae da rotunda da Boa-Vista, em direcção ás pyramides da Prelada.

Rua dos Francos—A que substitue a antiga viella dos Francos.

Rua das Vallas — A que substitue a antiga viella das Vallas.

Travessa da Boa-Vista — A que vae da rua da Boa-Vista, á estrada do Carvalhido, proximo da rua de Santa Isabel.

E as que já disse, abertas na antiga viella da Neta.

—

Ruas, travessas, beccos, largos, praças, alamédas, caes, calçadas, passeios, etc., da cidade do Porto, em maio de 1877

Em 1877, tem esta cidade: 235 ruas — 93 travessas—10 calçadas—10 beccos—65 largos—9 campos—4 passeios publicos—3 alamédas—4 caes—21 escadas—7 montes—14 praças e 41 viellas.

—

Feira de S. Lazaro

Esta feira, que de tempos immemoriaes se fazia no largo de S. Lazaro, tendo principio no *domingo de Lazaro*, e fim no de *Ramos*; se fez, desde 1836, em volta do muro do jardim que então aqui se construiu.[1]

Por ordem da camara municipal, de março de 1876, foi mudada esta feira, para o largo do *Poço das Patas*, hoje denominado *Campo 24 d'Agosto.*

—

Feira de creados

Ha no Porto duas feiras de creados e creadas, em cada anno. Os que se ajustam para os trabalhos do verão, fazem a sua feira em todas as terças feiras d'abril — e os que se ajustam para o inverno, nas terças feiras de novembro.

Esta feira fez-se de tempos immemoriaes, no largo da *Feira das Caixas*, ou *dos Ferradores* — hoje *praça de Carlos Alberto.*

Por determinação da camara municipal, de 1876, foi designada para logar d'esta feira, a *Rotunda* (agora chamada *Praça da Boa-Vista.*)

Na praça de Carlos Alberto, está o palacio, actualmente do sr. visconde da Trindade, e que, por muitos annos, foi propriedade dos srs. viscondes de Balsemão. Em quanto pertenceu a esta nobre familia, esteve aqui alguns annos a *hospedaria do Peixe*, a mais luxuosa do seu tempo, n'esta cidade. Foi n'ella que se hespedou o ex-rei Carlos Alberto, quando de Italia veiu residir para o Porto. (Vide o anno 1849.)

—

O homem-flauta

Pelos annos de 1852, nasceu n'esta cidade, Augusto Ferreira. É filho de outro Augusto Ferreira, actor, que foi, do theatro de S. João (o unico que então havia na cidade) e neto tambem de outro actor, Ferreira, por alcunha *o Pomada.*

Augusto Ferreira (filho) vadiava pelas

[1] O jardim de S. Lazaro foi principiado em 1831. Estiveram paradas as obras durante o cêrco, e só se concluiram em 1836. Hoje está transformado em passeio, mas pouco frequentado no verão, porque, sendo muito pequeno, e cercado de predios altos, por toda a parte, abafa-se alli com calor.

ruas do Porto (já orphão de pae e mãe) roto e descalço.

Na edade de 6 ou 7 annos, principiou a costumar-se a imitar, com os dedos, o som da flauta, e taes progressos veiu a fazer com esta sua habilidade, que illudia perfeitamente. Pelos annos de 1862, foi ter a Lisboa, e alli, sendo ouvido por algumas senhoras da alta aristocracia, lhe mandaram ensinar musica.

O sr. D. Thomaz de Mello, o escripturou, para com o *seu instrumento* (a bôca) hir dar alguns concertos nos paizes estrangeiros.

Partiram para Hespanha, onde não fizeram fortuna.

O sr. Mello, voltou a Portugal, e Ferreira foi ter á Inglaterra, onde deu muitos concertos. D'ahi marchou para a America do Sul, onde actualmente faz parte de uma companhia de notabilidades artisticas, e tem adquirido alguma fortuna.

Com a bôca e com os dez dedos das mãos, imita perfeitamente os sons da flauta, percorrendo com a maior facilidade todas as escalas, e desempenhando qualquer papel de musica de flauta que se lhe apresenta.

É uma verdadeira notabilidade.

—

Paço da Marqueza

Este edificio está situado ao fundo da rua de Cimo da Villa, e proximo á antiquissima rua *das Eiras*, ou *Chan das Eiras*, hoje Rua-Chan.

Foi construido pelos antigos condes de Mattosinhos (Sás e Menezes) dos quaes são hoje representantes, os filhos de D. José Maria da Piedade Alencastre, ultimo marquez d'Abrantes.

Dá-se-lhe o nome de *Paço da Marqueza*, por alli residir por alguns annos a penultima marqueza d'Abrantes (a que deu esta casa, por esmola, para n'ella se instituir o *recolhimento de Nossa Senhoras das Dores e S. José, de meninas desamparadas*—hoje estabelecido ao Postigo do Sol.)

A virtuosissima senhora, D. Francisca de Paula da Conceição Grelho e Sousa, mulher do doutôr corregedor, José Teixeira de Sousa (ambos fundadores d'este recolhimento) foi madrinha do baptismo, do nosso esclarecido academico, o sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. Sua mãe e suas tias maternas, foram educadas n'este recolhimento.

Para o mais que diz respeito ao Paço da Marqueza e ao recolhimento, vide vol. 6.º, pag. 581, col. 1.ª

Para os condes de Mattosinhos, vide o 5.º vol., pag. 142, col. 1.ª

—

Desordens entre os portuenses e os seus bispos

D. Martinho Rodrigues, que era thesoureiro da Sé do Porto, foi feito bispo d'esta diocese, em 1189, reinando em Portugal D. Sancho I.

Succedera a D. Martinho Pires, que passou a ser arcebispo de Braga.

D. Martinho Rodrigues, era ambicioso. Logo que foi sagrado bispo do Porto, não quiz estar pela divisão das rendas do bispado, feita pelo seu antecessor, com o cabido; mas queria dar aos conegos sómente o vestido, casa e sustento, para viverem em communidade como religiosos regulares.

O cabido citou o bispo, perante D. Martinho Pires, arcebispo de Braga (o mesmo que tinha feito a divisão das rendas) e este conseguiu harmonisar as partes, fazendo uma nova divisão das rendas do bispado, ficando uma terça parte para os conegos e duas para o bispo—designando as egrejas e terras que ficavam a cada parte.

A escriptura d'esta concordata, foi feita no dia 8 de outubro da era de 1238 (26 de setembro de 1200 de Jesus Christo) Foram presentes e assignaram, não só os conegos da Sé do Porto, mas tambem muitos das Sés de Braga e Coimbra, o arcebispo de Braga e o bispo do Porto.

D. Sancho I confirmou em D. Martinho Rodrigues as grandes doações feitas ao bispo do Porto, por seus predecessores; mas augmentando os privilegios e liberdades dos moradores da cidade, sendo um dos seus principaes privilegios, *não hirem á guerra, nem mesmo na companhia do rei, senão quando o reino fosse invadido pelos mouros*.

Investiu porém os bispos do Porto em tão

ampla auctoridade, que até os fez árbitros e juizes, nas causas entre o rei e povo da cidade.

Havendo dúvidas entre este bispo e os moradores da cidade, que pretendiam isentar-se da sujeição e vassallagem episcopal, allegando que o prelado lhes quebrava o foral que D. Hujo lhes fizera; D. Sancho I sentenciou que os *cidadãos e moradores* do Porto, eram *vassallos* do bispo, senhor da cidade, conforme a doação da sua avó (do rei) a rainha D. Thereza.

Tão grandes privilegios, concedidos aos bispos do Porto, desagradaram ao povo, que se não queria resignar a tão grande sujeição.

Os bispos, como *senhores da cidade do Porto*, arrecadavam os direitos, sobre todos os generos e mercadorias que entravam pela foz do Douro, e lançavam novos impostos sobre o povo.

Varias vezes se queixaram os portuenses, pela quebra dos seus antigos privilegios; mas vendo que era sempre baldadamente, o povo amotinado e furioso, accommetteu o paço episcopal, arrombando as suas portas, depois de uma debil resistencia, e invadindo-o, chegaram aos aposentos do bispo, e, depois de lhe lançarem em rosto, os vexames de que eram victimas, o prenderam no proprio paço, e assim se conservou por espaço de cinco mezes, até que, illudindo a vigilancia dos seus guardas, conseguiu fugir, embarcando para França (occultamente) e hindo apresentar-se ao papa Innocencio 3.º, a queixar-se dos seus rebeldes vassallos.

D. Martinho, bispo de Samóra (Hespanha) e Fernando, arcediago da mesma egreja, foram nomeados pelo papa, seus delegados e juizes n'esta causa, sentenciando afinal, a excommunhão-maior, e a serem havidos por infames, doze dos revoltosos que foram julgados mais criminosos; e além d'isso, a restituirem á egreja o valor dos damnos que lhe haviam causado.

O bispo, depois, ou movido pelos rógos d'alguem, ou para evitar maiores desgostos, pediu ao mesmo pontifice o perdão dos culpados. Innocencio 3.º, passou breve ao abbade e prior do mosteiro de Santo Thyrso, para serem absolvidos da excommunhão, dando-lhes uma penitencia saudavel.

O principio do episcopado de D. Martinho Rodrigues, foi infeliz, não só pelas desordens e tumultos com o povo, como porque n'esse tempo — ainda no reinado de D. Sancho I — houve tão grandes invernadas, e tão continuadas chuvas, que de todo se perderam as novidades. Depois, sobreveio tão grande sêcca, e calores tão excessivos, que causaram muitas doenças e mortes. Estas calamidades acarretaram a pós de si os terriveis flagellos da fome e da peste, que causaram uma horrivel mortandade em todo o reino.

—

Sendo rei de Portugal, D. Affonso IV, e bispo do Porto, D. Vasco Martins, houve novas desordens entre este prelado e os *seus vassallos.*

As causas d'estas desordens, eram, não só as exigencias do bispo, e os seus amplos poderes e privilegios, mas tambem a refórma dos pêsos e medidas.

O povo debalde se queixou ao *seu senhor*, das novas vexações e da continuação das antigas; o prelado conservou-se inflexivel.

Então o povo revoltou-se, e armado cada portuense com a primeira arma a que podia lançar mão, foi o paço episcopal accommettido por grande multidão de gente da cidade e das aldeias suburbanas.

Os famulos do bispo defenderam corajosamente o paço; porém o prelado, que estava na egreja a assistir a uns officios funebres, fugiu a esconder-se em uma torre do antigo castello, que ainda se conservava em bom estado, junto á egreja, e assim se salvou de grandes insultos, e talvez mesmo da morte; porque a colera do povo mais se exacerbou com a resistencia dos familiares do bispo.

Conseguindo o povo, apesar da defeza tenaz, arrombar a porta do paço, o invadiram, assassinando dois famulos, e espancando outros.

Conhecendo que não podiam tomar de assalto a torre onde se tinha refugiado o bispo, decediram pôr-lhe cêrco, até que elle se

rendesse pela fome; mas, no dia seguinte, a rogos de algumas pessoas principaes da cidade, ás quaes o povo respeitava, desistiram do seu projecto e abandonaram a guarda da torre.

O bispo fugiu para Avinhão (França) onde então residiam os pontifices, e lá esteve nove annos, e a cidade interdita todo esse tempo.

Notemos que este bispo foi nomeado pelo papa, contra vontade de D. Affonso IV, que por isso nunca foi seu amigo, tendo já antes d'este facto, tido com elle varias contestações, e não empregando a minima diligencia por applacar estas desordens.

D. Vasco Martins, nunca mais tornou ao Porto, por ter sido nomeado bispo de Lisboa.

Succedeu-lhe na cadeira episcopal, D. Pedro Affonso, em 1343, e este prelado facilmente se harmonisou com o povo; mas estas pazes (ou treguas) pouco duraram.

Houve novo conflicto por causa do julgamento dos presos—primeiramente, entre a camara e o bispo, e pouco depois, entre este e o rei.

Queria o bispo que os criminosos fossem julgados pelos tribunaes ecclesiasticos, como *vassallos* do prelado—e a camara, que elles fossem entregues ás justiças d'el-rei.

Deu isto causa a grandes abusos e violencias, de parte a parte.

O bispo D. Pedro Affonso, querendo dar um caracter puramente ecclesiastico, aos crimes civis, convocou um synodo, na collegiada (então mosteiro) de Cedofeita, e alli se juntaram grande numero de abbades, seculares e regulares, e muitos clerigos e frades.

Todos resolveram unanimemente que o bispo recorresse ás censuras da egreja, contra todos os que a pretendessem esbulhar dos seus *privilegios e regalias.*

No dia seguinte, foram afixadas nas portas da Sé, as censuras ecclesiasticas, pelas quaes se lançava a excommunhão a D. Affonso IV, se dentro em quatro mezes não fizesse cumprir as prerogativas episcopaes, isto é, o poder temporal dos prelados.

O infante D. Pedro (depois 1.º do nome) filho do rei, veio ao Porto, e foi logo direito ao paço do bispo, e a este pediu que levantasse a excommunhão ao pae, e que desistisse das suas pretenções absurdas, que seriam causa de continuas e graves desordens; mas tudo isto foi dito com a maior moderação, constrangendo-se quanto pôde, este principe de genio violento.

Disse-lhe, por bôas maneiras, que, ainda que seu pae quizesse desistir dos seus direitos magestaticos, o povo do Porto jámais se sujeitaria a deixar perder os privilegios que os foraes, provisões, alvarás, e uma diuturna posse lhe tinham dado.

A nada o bispo se moveu; e o principe, não podendo mais conter-se, rompeu nos maiores insultos e ameaças contra o prelado, dando-lhe voz de preso, e obrigando-o a recolher-se a um quarto do paço episcopal, guardado por homens armados.

O bispo, temendo a colera de D. Pedro, enganou os seus guardas, e conseguiu fugir de noite, montado em um veloz cavallo, e na companhia de um só creado, tambem muito bem montado; e tanto correram, que no dia seguinte estavam na cidade gallega de Tuy, 225 kilometros ao N. do Porto; e d'alli tornou a excommungar o rei, o principe e a cidade do Porto.

De Tuy marchou para Bayona, e de lá para Avinhão (França) onde então estava o papa Clemente VI com a sua côrte, e ao qual fez as mais amargas queixas, contra o rei, contra o principe e contra os portuenses.

Parece que o papa poucas providencias deu, porque o bispo alli esteve desterrado, soffrendo grandes privações, porque o rei havia mandado confiscar todos os rendimentos da mitra.

Finalmente, a rogos do Pontifice, veio o rei a um accôrdo com o bispo (que por fim regressára ao reino) assentando se em que o rei, o prelado e a camara nomeassem árbitros, para decidirem sobre as suas contendas.

Mas a camara exigia que das rendas sequestradas, da mitra, se lhe dessem *trezentas vezes mil réis, e dez mil marcos de prata,* como indemnisação da injuria e dos

damnos que a cidade tinha soffrido com os interdictos—e muito custou a conseguir que a camara desistisse d'esta pretenção.

(Vide o anno 1360, a gag. 290, col. 1.ª d'este vol.)

Feitoria ingleza

Na extremidade S. E. da *Rua Nova dos Inglezes*, (antiga *Rua Nova de S. Nicolau*) com frente para a Rua Nova de S. João, se vê o vasto edificio, denominado *Feitoria ingleza.*

Aqui se reunem com frequencia os inglezes, e aqui teem dado, por muitas vezes, esplendidos bailes.

A primeira pedra d'este edificio, foi lançada em fevereiro de 1785.

A frente S. (Rua Nova dos Inglezes) tem de comprido 24^{m},20—e a da rua de S. João 30^{m},80: a sua altura é de 22 metros.

Pela parte da rua de S. João, tem cinco andares. Pela da rua dos Inglezes, assentam sobre sete arcos de cantaria lavrada, os seus quatro andares.

É notavel o jogo de escadas (todas de cantaria) que interiormente dão serviço para todos os andares, e sustentando-se sem auxilio de columnas, bases ou pedestaes; e de uma architectura particular, que as torna unicas no seu genero.

Contém este edificio grande numero de salas, gabinetes, quartos, etc., e a sala chamada do baile, é das mais vastas do Porto.

Esta casa custou 80 contos de réis.

—

Fortalezas e castellos da 3.ª divisão militar

Castello de S. João da Foz—fortaleza da Serra do Pilar—castello da cidade e barra d'Aveiro—castello de Mattosinhos—castello de Villa do Conde—castello da Povoa de Varzim.

—

A espada do rei D. Affonso Henriques

Em 20 de outubro de 1570, estando o rei D. Sebastião no templo de Santa Cruz de Coimbra (onde fôra assistir a um doutoramento) o prior do mosteiro de Santa Cruz, D. Lourenço Leite, lhe apresentou a espada de D. Affonso I, a qual estava sobre o seu mausoleu, e que o rei tomou e beijou com o maior respeito, dizendo para os fidalgos que o acompanhavam:—«Bom tempo, o em que se pelejava com espadas tão curtas. Esta é a espada que libertou Portugal do cruel jugo dos mouros; sempre vencedora, e por isso digna de se guardar com toda a veneração.»—Restituindo-a ao D. Prior, lhe disse:—«Guardae, padre, esta espada; porque ainda me hei de valer d'ella contra os mouros da Africa.»—

Em 14 de março de 1578, escreveu o rei ao D. prior, pedindo-lhe (por emprestimo) a espada e o escudo do nosso primeiro rei, ao que o prelado logo annuiu, mandando-lh'a, depois de a mandar pulir e de lhe mandar fazer uma bainha de velludo, com ponteira e bocal de prata dourada, e uma caixa de ébano, com fechadura e chave, tambem de prata dourada, para guardar a espada.

Tambem mandou fazer uma caixa de ébano, para guardar o escudo.

Mandou tudo ao rei, pelo vigario do mosteiro de Santa Cruz, D. Jeronymo.

O rei, quando recebeu a espada e o escudo, prometteu, no caso de obter victoria dos mouros africanos, fazer canonisar D. Affonso Henriques, como o tinha pretendido seu avô, D. João III.

Quando a esquadra, que foi á infeliz jornada d'Africa, sahiu de Lisboa (24 de junho de 1578) foram no camarim real, a espada e o escudo de D. Affonso I; mas não sahiram de bordo—e quando o navio regressou a Lisboa, foi a espada entregue ao cardeal-rei, que logo a mandou, com o escudo, para S. Vicente de Fóra, e d'aqui as levou para Santa Cruz de Coimbra o conego regrante de Santo Agostinho, D. Francisco das Neves.

Passando por Santarem, na sua jornada para Coimbra, expoz D. Francisco a espada, na egreja de Santa Maria, e alli foi dada a beijar ás principaes pessoas da villa, e ao povo que se achou presente.

Em 1834, supprimidas as ordens religiosas, mandou o governo esta espada para o museu da Academia das Bellas-Artes, do

Porto (Atheneu portuense) onde ainda existe junto de varios quadros a oleo, que na sua maior parte foram de mosteiros então supprimidos.

Mas apenas alli existe a espada, que é toda de ferro, e de obra tosca.

A caixa d'ebano, com fechadura e chave de prata, foi substituida por uma outra de madeira ordinaria, pintada de preto; e a bainha de velludo, com guarnições de prata, foi tambem roubada.

Do escudo e da sua caixa, ninguem mais tornou a saber!

—

Julio Diniz

(*Joaquim Guilherme Gomes Coelho*)

Nasceu no Porto, a 14 de novembro de 1839. Era filho de José Joaquim Gomes Coelho e de D. Anna Gomes Coelho.

Foi por seu pae destinado a seguir os estudos superiores, revelando, desde os seus verdes annos, uma notavel intelligencia.

Em 1853,[1] quando frequentava o primeiro anno da Academia Polytechnica, tomou conhecimento e intima amisade com o infeliz poeta, Soares de Passos, e d'esta circumstancia lhe proveio o amor ás bellas lettras, do qual mais tarde deu tão incontestaveis testemunhos.

Mas a vida d'este mancebo derivou-se entre bastantes desgostos. Quando, em 1855 e 1856, frequentava botanica e zoologia, viu succumbir ao padecimento pulmonar — de que elle tambem devia ser victima, porque todos o haviam herdado de sua mãe — seus irmãos, José e Guilherme.

No seu segundo anno de curso medico, teve o primeiro ataque de hemoptyse, mas continuou nos seus estudos. Comtudo, esta doença hereditaria lhe encheu a alma d'aquella melancolia que se nota em muitas das suas obras, e principalmente nos seus versos.

Todos os annos foi premiado, porém o seu amor ao estudo não o impedia de cultivar a poesia, e em 1860 appareceram, no Semanario de Litteratura—a *Grinalda*—que então se publicava no Porto, os seus primeiros versos, sob o pseudonymo de Julio Diniz, nome que depois adoptou em todos os seus escriptos.

Em 1862, appareceram em folhetins do *Jornal do Porto*, os pequenos romances, intitulados: *O expolio do senhor Cypriano*, e as *Aprehenções de uma mãe*, assignados por Julio Diniz, que ninguem sabia quem era, além do sr. Antonio da Cruz Coutinho, proprietario do jornal, e muito poucas pessoas mais.

Em 1861, já graduado em medicina, escreveu o romance: *Uma familia ingleza*, que só passados alguns annos se publicou.

Homem extremamente sensivel, não exercia a clinica.

Em 1863, concorreu ao logar de demonstrador da secção medica, na escóla do Porto; mas um violento ataque da sua molestia, o obrigou a desistir do concurso.

Retirou se para a villa d'Ovar. para casa de uma sua tia, e alli principiou a escrever *As Pupillas do Senhor Reitor*.

Em 1864, sahiu em felhetins, a sua: *Uma flor d'entre o gêlo*; mas as *Pupillas* só principiaram a publicar-se em 1866.

Em julho de 1867, foi feito lente substituto da Escóla Medico-Cirurgica do Porto, e em agosto seguinte, foi feito secretario-bibliothecario da mesma escóla.

N'esse mesmo anno principiou a publicação das *Scenas da vida do Porto*, e em 1868, *A Morgadinha dos Canaviaes*.

N'este mesmo anno (a 25 de março) veiu a Lisboa assistir, incognito, na noite d'esse dia, á representação do drama: *As Pupillas do Senhor Reitor* (extrahido do seu romance, pelo sr. Ernesto Biester) no theatro da Trindade.

Apesar da sua cautella, foi reconhecido, vieram buscal-o á platéa, e teve de comparecer no palco, onde recebeu as mais lisongeiras provas de applauso, do publico lisbonense.

Porém a sua doença progredia, e, em novembro de 1868, a pneumo-hemorrhagia foi mais violenta do que nunca.

[1] Em 1852 e 1853, residiu na aldeia de Noêda, freguezia de Campanhã, com a familia de seu primo, o sr. José Joaquim Pinto Coelho.

Em janeiro de 1869, voltou a Lisboa, para passar o inverno, na esperança de encontrar algum allivio; mas, não sentindo melhoras, foi para a Ilha da Madeira, sahindo a barra do Tejo, a 5 de fevereiro.

Mas a molestia resistiu a todos os systemas therapeuticos, e debalde regressou á Madeira, em 1870 e 1871.

Em 1870 se publicaram os *Serões da Provincia.*

Foi nas tres épocas que esteve na Madeira, que escreveu o seu ultimo romance (em dois volumes) *Os fidalgos da casa mourisca.*

No regresso da sua terceira viagem á Madeira (maio de 1871) a doença attingiu um caracter assustador, e em junho, foi habitar com a familia do seu primo, para a rua do *Costa Cabral,* (Porto) na esperança de que a proximidade das arvores e dos campos, suspendesse os progressos da doença; mas, quando se julgáva com alguns allivios, falleceu pela 1 hora da manhã, do dia 12 de setembro de 1871.

As obras de Gomes Coelho, pertencem a um genero de litteratura novo em Portugal, e fazem lembrar as de Bernardim de S. Pierre. A par de uma simplicidade encantadora, revela-se muito estudo, grande conhecimento dos homens, e, sobre tudo, uma alma bem formada e um coração bondoso e summamente agradecido.

É purissimo o portuguez das suas obras.

Sobretudo, nas suas poesias, revela-se o desalento que lhe minava a existencia; mas, se esta circumstancia foi uma desgraça para elle e para os seus, talvez fosse uma ventura para as lettras portuguezas; porque, se Gomes Coelho fosse um homem sádio e robusto, quem sabe se em logar de uma vida sedentaria, e constantemente applicada á poesia e aos romances, se distrahiria em outras occupações, que nos privassem dos encantos das suas obras, tão justa e tão geralmente estimadas?

Choremos, porém, a perda de um genio, que se apagou na virente idade de 32 annos, e que no espaço da sua curta existencia, enobreceu o Porto que lhe deu o berço, e enriqueceu Portugal com os seus formosissimos escriptos.

O primeiro theatro lyrico do Porto

O theatro lyrico, foi inaugurado no Porto, em 15 de maio de 1762. Era no largo do Corpo da Guarda, que estava todo embandeirado, assim como a Rua-Chan. Foi um dia de festa para esta cidade, e foi a primeira companhia lyrica vinda a Portugal, que tal nome merecesse. [1]

Foi o benemerito João d'Almeida e Mello (pae do grande Francisco d'Almada) governador-general da provincia, e, em 1765, governador das justiças, presidente da camara municipal, e da administração da marinha, conselheiro do rei e tenente general dos seus

[1] Em 1690, por occasião do projectado casamento da princeza D. Isabel, filha de D. Pedro II e da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, duqueza de Neumurs (que se não realisou, fallecendo a princeza, em 21 de outubro d'esse anno) estiveram em Lisboa cantores italianos, que vieram na comitiva do duque de Saboya; mas foram recebidos ás gargalhadas, quando os espectadores viram exprimir o amor, o odio, a dôr, a alegria e a tristeza, etc., etc., por desafinadas e inintelligiveis cantigas.

A esta meia duzia de histriões, nem se deve dar o nome de *companhia lyrica.*

Em 15 de junho de 1760, o marquez de Pombal (por motivos que não vem aqui a proposito) expulsou de Lisboa o nuncio apostolico. O papa, Clemente 13.º, pôz *interdicto* a Portugal, em 25 d'agosto do mesmo anno.

Em 1770, sendo pontifice Clemente 14.º (Ganganelli) abriu-se a communicação com a côrte de Roma. N'esse mesmo anno, appareceu em Lisboa a famosa *Zamperini* (veneziana) com a sua *troupe*, contratada pelo sr. Galli, notario apostolico da Nunciatura, e banqueiro da Curia romana, em Portugal.

Cantaram no theatro da rua dos Condes, então recem-fundado.

Os emprezarios não pagavam aos cantores italianos. Schiattini (o tenor) substituia as palavras do *libreto*, por outras, chorando miserias e pedindo que lhe pagassem.

Os emprezarios, offendidos, metteram-o no hospital dos doidos, e lá o hiam buscar, debaixo de prisão, para cantar, e finda a récita, o tornavam a metter no hospital.

Era então presidente da camara municipal de Lisboa, o conde d'Oeiras, filho do marquez do Pombal.

Já se vê, pois, que só oito annos depois do Porto, é que Lisboa teve theatro lyrico, propriamente dito.

exercitos, que dotou o Porto com este melhoramento civilisador. [1]

No principio, tinha o theatro apenas uma só vista—*sala-régia*—e n'ella corriam todas as peripecias do drama, sem se attender á verosimilhança—isto é—sem se importarem com a *unidade de logar*.

A primeira opera que se representou, tinha por titulo—*Il Trascurato* (O Descuidado) de Pergholesi.

No intrecho predominava o cómico.

A *prima-dona* chamava-se *Giuntini*.

O titulo, por extenso, do libreto, era—*Il trascurato, dramma grazioso per musica da rapresentarsi nel Teatro della molto illustre citá del Porto. Na officina do capitão, Manoel Pedroso, 1762.*

Foi dedicado a D. Anna Joaquina de Lencastre.

—

Para a biographia de João d'Almeida e Mello, vide *Homens illustres da cidade do Porto*—n'este artigo.

—

Quasi que era escusado dizer que todos estes minuciosos e curiosissimos esclarecimentos, os extrahi das obras do sr. Camillo Castello Branco; que os achou na *Gazeta Litteraria*, fundada no Porto, pelo mesmo João d'Almada e Mello, em 1761, e redigida pelo elegante e intelligentissimo padre Francisco Bernardo de Lima, que se póde considerar o primeiro folhetinista portuguêz. No logar competente tratarei d'este vulto litterario, do seculo 18.°

—

Theatros publicos actuaes do Porto

Theatro de S. João (theatro lyrico.)—Está na praça da Batalha.

Nada tem de notavel a sua fórma exterior, que é singela, nada tendo de esculptura, a não ser as armas portuguezas, da sua fachada principal, que olha para E.N.E.

Foi construido no reinado de D. Maria I, por diligencias do desembargador, corregedor e provedor, D. Francisco d'Almada e Mendonça, em 1798, sendo já principe regente [1] o futuro rei, D. João VI.

O seu interior, em fórma de ferradura, contém quatro ordens, cada uma com vinte camarotes, á excepção da primeira, que tem mais dois.

No centro da segunda, está a tribuna real.

A plateia superior tem 111 cadeiras, e a inferior, 220. As varandas teem 70 logares.

No pavimento correspondente á 2.ª ordem, e em frente da entrada para tribuna real, está um vasto salão, de fórma ovoide, ricamente decorado.

Tem um bom salão de pintura, soffriveis camarins, e as mais officinas proprias de um theatro de primeira ordem.

A sua planta foi feita pelo architecto italiano, Vicente Manzoneschi.

Este theatro é subsidiado pelo governo. Este subsidio tem variado de quantia, mas esta sempre diminuta, de modo que as emprezas, ou hão-de escripturar companhias de pouco merito artistico, ou fallir, como tem acontecido a muitas.

—

Theatro Baquet. — Já tratei d'elle, a pag. 372, anno 1858.

—

Theatro Circo (hoje denominado do *Principe Real*). É mais pequeno do que o antecedente, e lhe fica proximo, e na mesma rua.

A entrada principal, até hoje, é por umas escadas da referida rua, descendo a um vasto campo, onde se construiu o theatro. Concluida a nova rua do Sá da Bandeira (no sitio da antiga *viella da Neta*) e que anda em construcção (maio de 1877), deve ser a en-

[1] Foi o braço potente e a soberana vontade d'este esclarecido portuguez — um dos maiores vultos da sua época—que moveu a camara para contribuir com a maior parte das despezas, para a construcção do theatro.

Foi tambem coadjuvado n'este emprehendimento, pelo chanceller do governador das justiças, Francisco José da Serra Craesbeeck de Carvalho—pelo *cabo-mór*, Miguel José de Moura — e pelo senhor de Quebrantões e *Gaya-Pequena*, Alvaro Leite Pereira.

[1] Em consequencia da *molestia mental* da rainha, seu filho, fez-se a si mesmo regente, em 1793, e o foi até 20 de março de 1816, dia em que a rainha falleceu, com 82 annos de edade, no Rio de Janeiro—e em que elle foi acclamado rei de Portugal.

trada d'este theatro pela tal rua do Sá da Bandeira.

Foi primeiramente construido de madeira, por D. José Toudon Ferrer Catalon, para a sua companhia equestre. Hoje está construido de pedra e cal, e, posto que pequeno, é interiormente bonito e está bem decorado.

—

Theatro da nave central do palacio de crystal.—Já fallei d'elle, quando tratei d'este palacio.

—

Theatro de Gil Vicente, na galeria E. do mesmo palacio.—Idem.

—

Theatro Circo, do palacio de crystal. — Idem.

—

Theatro das Variedades — construido ha annos. É de madeira, e nada tem de notavel.

Está dentro de um quintal, que formou parte da cêrca das freiras carmelitas. Tem a frente para a calçada das Carmelitas, ficando lhe ao E. o mercado dos *Ferros Velhos.*

No chão occupado agora por este theatro, construiram os irmãos *Dallots* um theatro-barracão, para saltimbancos, que foi incendiado. Tornaram os mesmos emprezarios a construir outro, que teve egual fim, durando pouco mais de um anno. Deus dê melhor sorte ao actual theatro. É theatro de declamação, e seu empresario, o sr. Francisco Alves Rente, primoroso e laureado violinista.

—

Theatro Minerva — na rua da Fabrica. É pequeno, mas bonito. Foi mandado fazer pelo sr. David de Castro, filho da sr.ª baroneza de Nevogilde.

—

Além d'estes theatros, que todos funccionam actualmente, havia o bonito

Theatro da Trindade, que apenas existiu um anno, e do qual já fallei a pag. 377, col. 2.ª

Na antiga *rua de Liceiras* (hoje de Camões), perto do campo de Santo Ovidio, houve o pequeno e insignificante *theatro Camões* ou *das Variedades,* em um armazem, propriedade d'um taberneiro gallego, conhecido pela denominação de — *André, da Cancella-Velha.*

Na rua de Santa Catharina, houve o *theatro de Santa Catharina,* o mais pequeno de todos.

Já não existe nenhum d'estes tres theatros.

Cemiterios publicos

Cemiterio da Lapa—o mais antigo do Porto.—Está ao N.O., e na rectaguarda da egreja da Lapa, e ao principio da antiga *rua do Sério* (hoje da Rainha), sendo a sua entrada pelo largo da Lapa.

Está bem situado, e dividido em tres nivelamentos ou socalcos. Posto ser o mais pequeno dos tres que primeiro aqui nomeio, é, por emquanto, o mais notavel de todos, pela sumptuosidade das suas *capellas,* e pela belleza de grande numero dos seus mausoleus.

Primeiramente, a sua entrada era por um portão de ferro, alinhada com as primeiras duas *capellas,* que ficavam uma a E., outra a O. do portão, mas d'este até ás capellas medeiava um muro de cantaria, com uma alta grade, de ferro.

Mais tarde, incluiram no cemiterio, uma porção de terreno que lhe ficava contiguo e ao S.O.—e, desfazendo-se a primittiva entrada, se mudou esta para o local onde hoje a vemos.

A inscripção que hoje está sobre o novo portão, é a mesma que estava sobre o antigo — diz:

EIS OSSOS CARCOMIDOS, CINZAS FRIAS,
EM QUE PARAM DA VIDA OS BREVES DIAS.
MORTAL, SE QUANTO VÊS TE NÃO ABALA,
OUVE A TREMENDA VOZ QUE ASSIM TE FALLA
—LEMBRA-TE, HOMEM, QUE ÉS PÓ, E QUE D'ESTA ARTE
EM PÓ, OU CEDO OU TARDE, HAS-DE TORNAR-TE.

Sobre esta inscripção estão os emblemas da morte, e sobre elles, as armas da irmandade da Lapa.

N'este cemiterio repousam os restos mor-

taes de algnns varões illustres, que enobreceram a patria pelas armas, pelas lettras, ou pelas virtudes. Aqui estão tambem as cinzas do bravo *coronel Pacheco*, de quem fallo a pag. 350, col. 2.ª, d'este volume — e de José Ferreira Borges, auctor do *Codigo commercial portuguez.*

Nos mausoleus se lêem muitas inscripções funebres, exprimindo em elegante prosa, ou em formosos versos, a dôr e a saudade pelos que alli jazem. Devemos porém notar que alguns epitaphios alli se vêem, que, pela sua falta de senso commum, a camara—ou a irmandade da Lapa—ha muito devia ter feito desapparecer.

Para amostra, dou aqui a cópia fidelissima de um, que está no cemiterio de cima. (Este tem a circumstancia aggravante de estar no jazigo de um dos irmãos da Lapa, e portanto *official.*) Diz assim:

A MEMORIA DE D. CAETANA ROZA
D'OLIVEIRA BASTO MULHER DE
FRANCISCO NOGUEIRA BASTO, ETC., ETC.

D'ESTE MUNDO FUGIU PRA ETERNIDADE.
MINHA ESPOZA MUITO QUERIDA E AMADA.
DEIXOU-ME COM FILHOS CHEIOS DE SAUDADE.
LAGRIMAS CORRENDO D'AGUA ENVOLTADA. (!!!)

—

Cemiterio do Repouso—o segundo pela ordem de antiguidade.

O chão occupado por este cemiterio, pertencia á cêrca do antigo seminario episcopal, e servia de passeio aos alumnos, nas horas de recreio. Chamava-se o *Prado*.

A sua capella, de fórma oitavada, com o pavimento de marmore de cores, é a mesma do antigo seminario.

É vasto e bem situado, com duas estradas, uma ao N., que é a principal, e outra ao S.O.

Confronta pelo E., com a *quinta do Bispo* —pelo O., com a rua de S. Victor—pelo N. com a alamêda do Repouso e outras propriedades—e pelo S., com o edificio (em ruinas) do antigo seminario, e terrenos que lhe pertencem.

Admiram-se aqui magnificos mausoleus, alguns com elegantes inscripções; mas, como no antecedente, tambem se vêem epitaphios indignos de uma cidade tão nobre, rica e illustrada, como é a do Porto.

Eis tres specimens d'estes epitaphios:

Logo quasi á entrada da porta principal, e á esquerda de quem entra, está um formoso e elegante mausoleu, de fino marmore, desfeiado pelo seguinte disparate:

1.º

AQUI DESCANCÃO OS RESTOS MORTAES
DE JOZE D'OLIVEIRA BASTOS, NEGOCIANTE
QUE FOI DA PRACA DO RIO DE
JANEIRO, NASSEU EM CABECEIRAS
D'BASTO EM 4 DE FEUEREIRO DE 1831
FALLECEU
NA MESMA TERRA EM 13 DE
7BR.º DE 1860 EM RECONHECIMENTO
D'AMISADE DE SEU JRMÃO
ANT.º JOZE D'OLIVEIRA BASTOS.
AQUI DESCANCA
A JNOCENTE ELIZIA FILHA D'ANTONIO
JOZE DE OLIVEIRA BASTOS, NASSEU
A 29 DE DEZEMBRO DE 1861
FALESSEU A 9 D'JULHO DE 1863.

2.º

A MEMORIA DE MARIA DA LUS
CARRAMILO VEIO AO MUNDO LAVARÇE
DO PECADO VOÃO AO CEU GOZAR
A GLORIA SEU AVO—M. P. N.

3.º

AQUI JAZ JOÃO. GUILHERME. BOCK FILHO DE
JOÃO. GUILHERME. BOCK E DE MARIA
ADELAIDE. DE MIRANDA. BOCK. NASSEU,
EN LISBOA A 2 DE JANEIRO
DE 1858. FALECEU. NESTA
CIDADE. A 20. DE DEZ: 1863
POR AMCR PATRENAL

MORESTEME NÓS BRACOS, NETO! QUERIDO.
QUANTAS DORES, MEIO PEITO TEM SENTIDO.
QUE LAGRIMAS, QUE SAUDADES TENHO SOFRIDO.
HE A PAIXÃO MAIS FORTE QUE TEM HAVIDO.

—

(A este respeito, Lisboa tambem não tem muito que rir. Vêem-se por aqui *letreiros* no mesmo gôsto.)

As camaras (pelo menos as das cidades principaes) deviam ter um individuo competente, encarregado de inspeccionar sobre esta materia, obrigando os donos de taboletas, ou de outras quaesquer inscripções

despropositadas, a fazel-as emendar convenientemente.

—

A cêrca em que está este cemiterio, pertencia á mitra, e formava parte da *quinta do Bispo* (vide esta palavra, no presente artigo), construida pelo bispo, D. frei Marcos de Lisboa. O bispo D. João de Mahalhães e Avellar, deu a parte que hoje é cemiterio, para recreio dos seminaristas.

Este cemiterio foi principiado em 1838, e benzido no 1.º de dezembro de 1839, pelo bispo eleito, D. frei Manuel de Santa Ignez, que está em um mausoleu do cemiterio da Lapa, e é dos monumentos funebres mais antigos d'elle.

—

Cemiterio d'Agramonte. — O mais vasto, mais moderno, e mais bem situado de todos. Está no sitio que lhe deu o nome, e ao O.N.O. da cidade, communicando com a rua da Boa-Vista (que lhe fica proxima e ao N.) por uma formosa avenida em construcção, chamada— *rua de Agramonte.*

Foi principiado pelos annos de 1840, para *cemiterio de irracionaes*: depois fez-se-lhe uma nova divisão, para os pobres que fallecessem no hospital da Misericordia. Por fim, transformou-se em cemiterio publico, como qualquer dos antecedentes, e já alli se vêem muitos e sumptuosos mausoleus.

A sua capella, de architectura gothica, foi principiada em 1870 ou 1871, e benzida a 15 de março de 1874. É elegante e formosissima. Contigua a ella, do lado do E., está a residencia do capellão, e do O. a dos hortelões, e outras officinas.

A camara tem comprado terrenos do lado do E., com os quaes tem ampliado o cemiterio, que é, sem contestação, o mais bello dos do Porto, e até dos de Lisboa, por ser todo perfeitamente plano, e regularmente ajardinado.

—

Cemiterio dos Inglezes. — Está situado no Campo-Pequeno, e, ainda que de área muito limitada, está formosamente arruado. Tem bastantes mausoleus, de simples fabrica, e com inscripções singelas, como convem n'estas construcções.

Cemiterio de Cedofeita. — Está contiguo á egreja de S. Martinho de Cedofeita. É pequeno, mas tem alguns jazigos elegantes, pertencentes a familias distinctas, entre os quaes se nota o dos srs. condes de Rézende. Tambem aqui jaz o sympathico romancista Gomes Coelho (*Julio Diniz*) e seu irmão, o distincto engenheiro, José Joaquim Gomes Coelho Junior. Na campa do primeiro se lê:

JOAQUIM GUILHERME GOMES COELHO
— JULIO DINIZ —
NASCEU NO PORTO, EM 14 DE NOVEMBRO
DE 1839.
FALLECEU EM 12 DE SETEMBRO DE
1871.

—

Cemiterio do Bomfim — contiguo e ao O. da egreja. É pequeno, mas em bonita situação, e está muito bem tratado. Tem alguns mausoleus elegantes.

—

Havia mais os cemiterios seguintes, pertencentes a ordens terceiras ou irmandades — *dos franciscanos* — *do Carmo* — *da Trindade* — *de Santo Ildefonso*—que já não existem desde 1866, porque a camara municipal os fez remover para os publicos, em cumprimento da portaria de 18 de abril de 1866.

Só ficaram existindo como taes, interinamente, os cemiterios de Cedofeita, e Bomfim; sendo as ossadas dos outros removidas para os do Repouso e Agramonte.

Asylo da mendicidade

Já a pag. 292, col. 2.ª, d'este vol., disse que o edificio onde actualmente está este asylo, foi originariamente construido para matadouro publico.

Depois serviu de *palacio da industria*, e n'elle se fizeram algumas exposições.

Por fim deu-se-lhe a actual applicação.

Em 1872, construiu-se-lhe um segundo andar, e a sua frontaria, que é simples, mas não falta de elegancia.

A primeira casa que serviu para n'ella se estabelecer o asylo da mendicidade, do Porto, foi a de Santo Antonio da Boa-Vista, junto ás Aguas-Férreas (da qual tratarei em outro paragrapho).

Foi fundado em 31 de julho de 1846, e ao barão da Nova Cintra, seu sollicito e dignissimo provedor, deve grande parte dos seus melhoramentos.

Felix Las-Cases dos Santos, feito visconde de Las-Cases, no 1.º d'agosto de 1872, e fallecido em janeiro de 1876, deixou por testamento (feito a 22 de outubro de 1875) determinado o seguinte:

Quer que os seus testamenteiros entreguem ao asylo portuense de mendicidade 21:000$000 rs., com diversos encargos e legados, satisfeitos os quaes deverá ficar para o asylo a quantia de 10:000$000 réis, com obrigação de todos os annos no dia anniversario do seu fallecimento dar um jantar mais variado aos seus asylados, podendo gastar-se a quantia de 50$000 rs.; e bem assim de distribuir no mesmo dia 100$000 rs. pelos asylados, e as sobras da verba destinada ao jantar, se as houver; devendo começar este encargo só depois da morte de sua mulher.

Deixa mais a cada asylado 1$000 rs. por uma só vez, que lhes serão entregues dentro d'um mez depois do seu fallecimento.

Destina 50$000 réis para se dar um jantar mais variado aos asylados, no dia em que lhes for distribuida a esmola.

Lega ao asylo de mendicidade o seu melhor retrato a oleo de tamanho natural.

—

Foi enviado pelo governo civil á administração do bairro oriental, competentemente approvado, o orçamento geral da receita e despeza do Asylo de Mendicidade, para o anno economico de 1876-1877.

A receita foi orçada em 8:820$070 réis, decompondo-se como se segue:

Certa—Subsidio a receber da Praça do Commercio do Porto, 2:000$000; juros de 89:000$000 réis em inscripções, 2:673$000 réis; juros de 10 apolices da divida publica do Brasil, 295$630 réis; juros de 39 acções po Banco Alliança, 163$800 réis.

Eventual—Rendimento de beneficios por espectaculos publicos 406$560 réis; das caxinças, como remuneração das cadeiras nos jardins publicos 430$100 réis; do trabalho dos asylados, e assistencia a funeraes, réis 452$000, e esmolas e legados dos bemfeitores 2:398$980 réis.

A despeza é orçada em quantia egual á receita.

—

Conventos de frades, existentes na cidade do Porto, antes da suppressão das ordens religiosas, em 1834.

Convento de S. Domingos—Foi este convento [1] o terceiro que a Ordem fundou em Portugal, a pedido e instancias do Prelado e cabido do Porto.

Reinava em Portugal, havia 14 annos, el-rei D. Sancho II, que, pela sua indolencia e falta de criterio, se deixára dominar por validos depravados e sem pudor, que o perderam desprestigiando-o completamente, transformando a nação inteira em um theatro de injustiças, arbitrariedades, devassidões e crimes de toda a ordem. Presidia então a Sé portuense o bispo D. Pedro Salvador, que tendo conhecimento do zelo, illustração e dedicação dos frades da Ordem de S. Domingos, dicta dos Pregadores, já então em grande numero na Hespanha, Italía e outras nações, e mesmo em Portugal, onde tinham já dois conventos (um em Monte-Grás, arrabalde de Santarem, d'onde tractavam os frades de transferir-se para dentro d'esta villa, como de Monte Junto, nas proximidades d'Alemquer, se transferiram para Monte-Grás, [2]—outro em Coimbra) lembrou-se de que estes frades com a prégação e humildade que tanto os distinguia e recommendava por aquelles tempos, muito poderiam ajudal-o a enfrear a immoralidade e excessos dos seus diocesanos; e communicando esta lembrança ao cabido, este louvou a idéa, e logo as-

[1] Chronica de S. Domingos por Fr. Luiz Cacegas, correcta e augmentada por Fr. Luiz de Sousa, 1.ª parte, liv. 3.º, pag. 283 e seguintes.

[2] (Vide *Monte-Junto*, a pag. 478, col. 2.ª *in fine*, do 5.º vol.)

sentaram em mandar um proprio ao capitulo provincial que a ordem devia reunir proximamente n'aquelle mesmo anno de 1237, na cidade de Burgos. Chegou á tempo o mensageiro, que foi muito bem recebido, e logo foi aberta e lida no deffinitorio, a mensagem do bispo e cabido, escripta em latim.

Respondeu o Deffinitorio annuindo, e logo mandou para o Porto dois religiosos — fr. Gualter e fr. Domingos Gallego, que foram recebidos com alvoroço. Immediatamente se lhes deu posse da egreja e cêrca promettidas, e começaram a prégar e confessar, ensinando, nas horas vagas, a doutrina christan, em casa e pelas ruas, tratando juntamente da construcção do mosteiro.

Não tardou muito que viessem outros frades unir-se áquelles dois, dando maior área á predica e doutrinamento na cidade e circumvisinhanças, e ganhando grande prestigio entre o povo que corria em tropel a auxilial-os na construcção do mosteiro, principalmente depois que o bispo concedeu por uma provisão, muitas graças e indulgencias a quem auxiliasse e protegesse os frades.

Daremos aqui textualmente aquella provisão, por ser um documento curioso para os tempos d'hoje, e interessantissimo para a historia das tormentas que em breve rebentaram: [1]

«Pedro, pola paciencia de Deos, Bispo do Porto, a todos os moradores deste nosso Bispado, assi Ecclesiasticos, como Seculares, saude, e acrecentamento em bem fazer. Sabereys que nós recolhemos nesta nossa Cidade para morarem nella, aos Frades Prégadores, com consintimento e gosto dos Conegos, e de todos os Cidadaõns, tendo por certo que sua companhia he necessaria, e ha-de ser de proveito temporal, e espiritual para todos os moradores da cidade e Bispado. Pela qual rezão, visto como os Religiosos não possuem nenhuma cousa de proprio, nem podem compor sua Igreja, e fabricar as casas, de que tem necessidade, sem vossa e minha ajuda, rogamos-vos a todos, e em remissão de vossos peccados, vos encarregamos, que mostreis com elles facilidade, e devoção, assi em os ajudar a cortar, e ajuntar a madeyra, como no carreto da pedra necessaria para a obra, conforme aquillo: Pera si edifica, quem a Deos faz casa. E por tanto confiando nós plenissimamente na misericordia de Deos a todos aquelles que fielmente lhes acudirem no colher da madeyra, e carregar da pedra: ou lhes derem por si, ou por outrem, hum dia de trabalho na obra, concedemos quarenta dias de perdão das penitencias que lhe forem impostas. Dada no Porto a 6 de Março da era de 1276 (1238 de Christo). Valha por tempo de dois annos.»

Todos se apressaram a auxiliar os frades, e o proprio prelado lhes deu para alargamento da fabrica uns chãos contiguos, que eram propriedade sua; mas (diz a chronica) «ou fosse que o clero entrasse em ciumes das grossas esmolas que corrião ao convento, e julgasse de algumas que começaram a entrar por enterros, benesses e legados de testamentos (como na cidade ao tempo ainda havia apenas uma freguezia — a da Sé) que tudo o que hia para os frades, era como água furtada á herdade dos clerigos, ou fosse inveja... ou tudo junto» bispo e cabido, reconsiderando, embargaram as obras, e por um notario apostolico, o prelado os mandou intimar para que não mais prégassem, nem confessassem, nem celebrassem missa, nem outro qualquer officio divino.

Ficaram os bons dos frades solemnemente perplexos e de braços cruzados, mas o povo pronunciou-se por elles e correu com mais fervor a tratar da obra, como cousa sua, o que o prelado obviou de prompto, fulminando com censuras todos os que *dessem favor, ajuda ou conselho para continuação das obras!!...*

Instaram com o bispo e cabido, varias pessoas das mais auctorisadas do Porto, para que não hostilisassem os frades; secundaram o mesmo pedido a santa Rainha D. Mafalda, tia d'el-rei, ao tempo D. Sancho II, e o arcebispo de Braga D. Silvestre, mas nada conseguiram. Declararam os conegos insanavelmente nullas varias doações feitas por par-

[1] Aquella provisão foi publicada em latim, mas nós a damos em vulgar, como a traduziu Fr. Luiz de Sousa...
Chronica citada, pag. 289.

ticulares ao convento, de bens foreiros ao cabido, e rescindiram escripturas de vendas de terrenos feitas por elles aos frades.

Em tão grande aperto, dirigiram-se estes ao romano pontifice, então Gregorio IX, que proveu logo no caso, com um breve que dirigiu ao arcebispo de Braga, para que este fizesse saber ao bispo e cabido do Porto, que S. Santidade muito estranhava o seu procedimento, e lhe rogava e admoestava, com rigoroso preceito de santa obediencia, que deixassem os frades em paz, e levantassem dentro de 8 dias depois de feita esta intimação, o interdicto e mais censuras fulminadas contra os bemfeitores do convento, e não mais molestassem os frades, nem consentissem que alguem os molestasse; e que, quando o bispo e cabido recalcitrassem, dava plenos poderes a elle arcebispo, para levantar as censuras impostas, sem appellação, e para, em nome da Santa Sé, reprimir qualquer nova aggressão contra os dictos frades. Dado em Anagnia aos 24 de Setembro de 1238.

Recebido o breve apostolico, ainda tentou o arcebispo congraçar amigavelmente com os frades o bispo e cabido, mas, o menos que estes pediam por ultimo era — *que os frades não dessem na sua egreja sepultura geral nem particular, nem recebessem offertas,* — o que visto pelo primaz, publicou o breve, e logo o bispo e cabido cederam, e não mais ousaram inquietar os frades. Por esta occasião, já no anno de 1293, el-rei D. Sancho II, por uma provisão, se declarou *auctor, fundador e padroeiro do dito Convento.*

Em virtude d'esta provisão e d'aquelle breve, subiu de ponto a consideração para com os frades, e as obras se desenvolveram como por encanto, povoando-se logo a casa de grande numero de frades, que não cessavam de prégar e doutrinar no convento, na cidade e fóra d'ella.

Passados 60 annos (em 13 de Setembro de 1300) confirmou D. Diniz, por outra provisão aquella de D. Sancho, e de novo declarou este convento do padroado real. «Pelo que (diz a provisão de D. Diniz) mando e defendo que ninguem ouse fazer mal ou força a este Mosteiro, nem a estes frades, nem snes e homens, nem a suas agoas, nem a cousa alguma que lhe pertença. E aquelle que tal fizer eu o considerarei meu inimigo, e pagará seis mil soldos, e em dobro o prejuizo causado ao Mosteiro.»

Viam-se tambem sobre o arco da capella-mór d'este mosteiro as espheras d'el-rei D. Manuel, o que tudo prova que esta casa era do padroado real; mas não ha memoria de que os nossos reis lhe dessem, como deram a outros muitos, rendas ou bens alguns da corôa; apenas a rainha Santa Mafalda, fundadora do mosteiro d'Arouca, deu ao bispo e cabido do Porto a egreja de Santa Cruz, que era do padroado d'esta rainha, nas margens do Leça, e isto em compensação das perdas e damnos que com o estabelecimento d'este mosteiro podessem soffrer o bispo e cabido, e para que não mais se repetissem querellas e aggravos similhantes.

Congraçou-se lealmente o bispo com os frades, e de seu perseguidor, se converteu em beifeitor, dando-lhes avultadas esmolas, e nomeadamente, em 1245, agua de herdades suas, para abastecimento do mosteiro. Deu-lhes tambem agua, Domingos Gonçalves Ferreira; e a melhor, os frades franciscanos, pela licença concedida pelos dominicos para a conduzirem atravez da cêrca d'estes.

Apenas terminaram as querellas movidas pelo bispo e cabido, mandaram os frades lagear a sua egreja, cravejando-a de sepulturas, que foram logo requeridas á competencia, e porque já não podiam satisfazer aos requerentes, o prior do convento, D. fr. Pedro Esteves, mandou levantar um grande alpendre, cobrindo o adro, que logo se encheu tambem de sepulturas, servindo ao mesmo tempo de recreio e praça ou casa de negocio, á imitação das grades da Sé em Sevilha. O alpendre de S. Domingos, por estar ao abrigo da chuva e sol, e por ser ponto muito central do cidade, e haver n'ella falta sensivel de edificios para repartições publicas (falta bem sensivel ainda hoje, 1877) serviu muitos annos de tribunal, e alli os juizes ouviam e despachavam as partes. Sobre o vão tomado pelo alpendre, se levantou mais tarde a fachada norte e principal do convento, unica parte que poude sal-

var-se á voracidade das chammas que consumiram todo o vasto edificio.

N'esta fachada do convento está montada a Caixa Filial do Banco de Portugal, e o vão restante, que era tomado pela cêrca, egreja e casas dos frades e dos extinctos terceiros dominicos, tendo passado para a fazenda, com a extincção dos conventos, em 1834, foi pelo governo cedido parte para a abertura da rua *Ferreira Borges*, e o restante dividido em lotes, e arrematado por diversos, para edificações particulares e casas bancarias, achando-se n'esta data (maio de 1877) já feitas, n'aquelle terreno, em seguida á Caixa Filial do Banco de Portugal, magnificas casas sobre a rua Ferreira Borges, e sobre a nova rua de S. Domingos.

—

Em 1448, se instituiu na egreja d'este convento, uma confraria com a invocação do *Senhor Jesus*, por causa da qual se suscitaram litigios impertinentes, que duraram seis annos; e que o chronista por prudencia calla, dizendo apenas que se houve por milagre, obterem os religiosos sentença favoravel. Menciona, em seguida, varias curas miraculosas, attribuidas á toalha que envolvia a imagem do Senhor Jesus, patrono d'aquella confraria, e que Maria Gonçalves foi uma das felizes creaturas curadas, no 1.º de janeiro de 1575, pela aproximação da toalha do Senhor.

Junto á egreja d'este convento, havia uma ermida antiquissima, para qual se subia por uma escadaria muito ingreme e de muitos degráus, e suppõe o chronista, ser esta a egreja que o bispo D. Pedro offerecia aos frades, na mensagem que mandou ao capitulo de Lugo, e n'aquella ermida, ou egreja velha, existiu muitos annos uma confraria, que n'ella instituiram os mercadores da cidade, por contracto feito com os frades, em 1556.

—

Entre os religiosos d'este convento, avultaram, além dos fundadores, fr. Gualter e fr. Domingos Gallego—o religioso fr. Domingos do Porto, natural d'esta cidade, pessoa de tanta illustração e virtude, que o papa Nicolau 3.º, o escolheu para seu penitenciario, em Roma, e no mesmo cargo o conservaram os papas Celestino 5.º e Bonifacio 8.º — e de Roma enviou, para este convento, sommas fortes, peças e alfayas ricas, sobresahindo um grande calix dourado, com lavores e esmeraldas, e um paramento de subido preço.

Foi tambem capellão do summo pontifice um outro religioso d'este convento, por nome fr. Alvaro do Porto.

A rainha, Santa Mafalda, fundadora do mosteiro d'Arouca, onde jaz sepultada, deixou em seu testamento, a este mosteiro de S. Domingos, uma notavel reliquia (do santo lenho) declarando que fôra de Santa Helena — outra de S. Braz — duzentos morabitinos e cem medidas do melhor pão do seu celleiro de Bouças, instituindo por seu testamenteiro a fr. Gualter, um dos dois primeiros frades que se albergaram n'esta casa.

—

De tempo immemorial, hia todos os dias um religioso d'este convento, á Sé, leccionar casos de consciencia, aos clerigos e seculares, e por este trabalho, davam os bispos ao convento uma esmola perpetua; e por commissão do inquisidor-geral, hia tambem um frade, d'este convento, visitar todos os navios estrangeiros, que ancoravam no Douro, principalmente os que vinham de terras suspeitas a heresia, para se evitar a entrada de livros impios.

—

Na egreja d'este convento, tinham carneiros e sepulturas distinctas, os Pachecos Pereiras (de Bello-Monte) do Porto, e alli foram sepultadas muitas pessoas d'esta familia. (Vide, n'este mesmo artigo, Pachecos Pereiras, do Porto.)

—

Havia tambem n'esta egreja, do lado do Evangelho, um rico tumulo de marmore branco, sustentado por quatro leões tambem de marmore, e n'este tumulo jazia o bispo do Porto, D. fr. Aleixo, que tinha sido d'esta ordem.

Não se sabe como desappareceu esta obra d'arte. Suppõe-se que foi roubada e vendida a estrangeiros!...

—

Este mosteiro foi em parte devorado por um incendio, em 1777, e durante o cêrco do Porto, em 1832, outro incendio maior, o devorou quasi todo, restando pouco mais do que a fachada do norte, alugada no 1.º de junho de 1834, pelo Banco de Portugal, para n'elle estabelecer, como estabeleceu, a sua Caixa Filial; e para o mesmo fim, comprou aquella parte do edificio, quando foi pelo governo posto em praça, com varios chãos, ao longo da rua Ferreira Borges, em 1865. Fez em seguida, o Banco de Portugal, obras importantes na casa que arrematou, e por essa occasião foi apagada uma inscripção latina, que estava na frente do edificio, e que em vulgar dizia:

ESTA ORDEM FUNDOU A EXPENSAS SUAS,
EM SAGRADO ATRIO, ESTE EDIFICIO, NOTAVEL
PELAS MARAVILHAS D'ARTE

Tambem foi apeado o emblema da ordem, que rematava e decorava a frente.

Nas escavações, feitas em 1866, no sitio do convento, achou-se uma pedra, de 2,m42 de comprido, sobre 1,m32 de largura, e 0,m28 de espessura, com a inscripção seguinte:

S. DO LETTR.º FRANCISCO DE MATTOS,
CIDADÃO DESTA CIDADE,
E ADVOGADO DOS VINTE DA RELAÇÃO D'ELLA,
E DE SUA MULHER
LUIZA DE PAIVA SOARES,
E DE SEUS DESCENDENTES
E SUCCESSORES D'ESTA CAPELLA.
1660.

A fonte que hoje se vê no jardim publico de S. Lazaro, pertenceu a este convento, e d'elle foram tambem as mesas de marmore que estão no museu da Bibliotheca Publica.

Existiu e funccionou muitos annos, em capella e casas proprias, ao poente d'este convento, a Ordem Terceira de S. Domingos, que em consequencia das grandes questões, entre ella e os frades, foi supprimida pelo romano pontifice, mas logo no mesmo anno restaurada, como *Ordem da Santissima Trindade*, sem sujeição alguma aos frades; e como estes se houvessem assenhoreado da sua capella, depois da restauração, passou a dita ordem, provisoriamente, para a capella proxima de S. Chrispim, na Biquinha, e d'alli para a capella da Batalha, d'onde passaram para a capellinha do Senhor Jesus do Calvario Novo, na Cordoaria, e d'alli para o largo do Laranjal, onde levantaram a magestosa fabrica que alli se vê, e que deu á velha praça do Laranjal, o nome que hoje tem—*Praça da Trindade.*

—

Quando no artigo—*Porto*—tratar da freguezia de Santo Ildefonso, fallarei d'esta ordem, que, a todos os respeitos, é hoje uma das mais importantes do nosso paiz! (Vide a pag. 314, o anno 1777.)

—

(*Dr. Pedro Augusto Ferreira,*
abbade de Miragaia.)

Convento de S. Francisco.—Quando a ordem de S. Francisco já florecia em diversas nações e tinha conventos em Coimbra e Guimarães, alguns moradores do Porto convidaram aquelles frades para levantarem casa n'esta cidade, e um velho, cujo nome se perdeu com o tempo, lhes deu para esse fim um terreno que possuia no sitio onde hoje está o palacio da Bolsa, e que então se denominava *Redondella*,—sitio n'aquelles tempos quasi deserto, nas faldas de um monte, que pela sua exposição se denominou *Bellomonte*, nome que ainda conserva uma rua proxima, hoje da freguezia de S. Nicolau.

Os frades acceitaram o donativo do chão, e trataram logo de fazer o mosteiro junto a uma pequena capella que ali já havia com a invocação de S. Miguel, assim como um pouco ao sul havia outra com a invocação de S. Nicolau, no sitio onde mais tarde se levantou a igreja de S. Nicolau, matriz d'esta parochia.

Foi em 1232 que os frades franciscanos deram principio ao seu mosteiro; mas, como não sollicitassem do prelado licença para a edificação, e em virtude dos velhos foraes da cidade, e da amplissima doação da sr.ª D. Thereza, ninguem podia construir casas, e menos ainda mosteiros, no Porto, sem licença dos prelados, logo os frades foram contrariados em nome da mitra, pelo deão e conegos, pois que o prelado, então D. Pe-

dro Salvador, havia ido a Roma, por causa das questões sobre o senhorio da cidade, que n'essa data rebentaram entre elle bispo e o rei D. Sancho II.

O deão e conegos foram ao local, certificar-se,—extranharam aos frades o menospreço dos direitos da egreja portuense, e embargaram as obras.

Não desistiram os frades do seu proposito, e como as obras continuassem, mandou o deão, como governador da diocese, na ausencia do bispo, os seus officiaes impedir as obras, com mão armada, havendo alguns excessos, e fugindo os frades para bordo de navios surtos no Douro.

Sollicitaram os frades a protecção d'el-rei (D. Sancho II) e este, mesmo para contrariar o bispo, com quem andava em luta, se declarou protector do convento, e ordenou a continuação das obras, dizendo que o couto dos bispos não passava do Rio da Villa, que era o Canal Maior mencionado na carta de doação de D. Thereza, e que por isso n'aquelle chão de Redondella, nenhuma jurisdicção tinham os bispos; em quanto que estes sustentavam que o Canal Maior era o ribeiro do Rio Frio, ou das Virtudes em Miragaya, e que por isso se estendia até ali a sua jurisdicção: e os frades fortes com o apoio d'el-rei e do pontifice, a quem se queixaram tambem, proseguiram com as obras, já quando havia regressado de Roma o bispo, o qual, apesar de tudo, renovou a suspensão ordenada pelo deão, na sua ausencia, e foi ainda mais longe:—fulminou excommunhão contra os frades recalcitrantes, ordenou-lhes que sahissem immediatamente da cidade, e que se queriam n'estas paragens mosteiro, o fizessem além do Douro nas terras d'el-rei, já que este tanto os protegia. E como os frades, escudados com a protecção regia e do pontifice, não cedessem á intimação do bispo, mandou este pelas suas justiças, expulsal-os violentamente. E d'esta vez, diz a Chronica, [1] subiram os excessos de ponto, por que alguns frades foram maltractados e feridos, e a casa em questão—saqueada e incendiada, e o doador do terreno—preso e posto a ferros!...

Os frades fugiram e se homisiaram em diversas casas de devotos que os protegiam, e que seguiam o partido d'el-rei contra o bispo, e não se dando por vencidos, fizeram vir de Guimarães S. Gualter, para ver se tornava o prelado mais benevolo, e o proprio rei lhe escreveu n'este sentido, mas o prelado não cedeu. Pela sua parte os frades dirigiram mais uma vez ao pontifice as suas queixas, e este escreveu (em 1237) aos bispos de Lamego e Viseu e ao arcebispo de Braga, para que instassem com o bispo do Porto em favor dos frades,—e o mesmo papa se dirigiu tambem directamente ao bispo e cabido do Porto, advogando a causa dos frades; mas o bispo e cabido não mudaram de resolução. Expediu o papa, no anno seguinte, outra bulla ao arcebispo, deão e chantre da Sé de Braga, para que, quando o bispo e cabido do Porto presistissem em estorvar a edificação do mosteiro, os constrangessem com censuras, auctorisando inclusivamente os commissionados para benzerem a primeira pedra da egreja, quando o bispo do Porto a isso se recusasse.

Ainda d'esta vez o bispo e cabido do Porto não cederam, e as obras permaneceram no mesmo estado.

Não desistindo os frades, e taxando de suspeitos na questão, os prelados portuguezes, fizeram com que o pontifice (Gregorio IX) commissionasse, como commissionou, o arcebispo de Compostella, a fim de vir ao Porto conciliar o bispo e cabido com os frades, isto por bulla de 17 de maio de 1241; mas como o papa fallecesse em agosto do mesmo anno, ficou a commissão suspensa.

Succedeu a Gregorio IX, Celestino IV, mas falleceu 18 dias depois de eleito, e a eleição do novo pontifice promettia grande demora, pelo que os frades succumbiram, e já se dispunham a sahir da cidade e fundar o mosteiro além do Douro, em Villa Nova de Gaya, como lhes ordenára o bispo; quando foi eleito pontifice, Innocencio IV, particularmente affecto aos franciscanos, e

[1] Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco da provincia de Portugal, por Fr. Manuel da Esperança, tomo 1.º l. 4.º.

por isso logo expediu bullas tão terminantes ao bispo do Porto e arcebispo de Compostella, que o bispo e cabido do Porto, immediatamente cederam, e as obras da egreja e mosteiro proseguirám desafrontadamente desde aquella data—1244—no mesmo terreno em que os frades lhes haviam dado principio em 1233, pelo que, dizem os chronistas franciscanos, que esta sua casa é mais antiga do que a proxima, que os dominicos principiaram em 1237.

Este convento tomou o titulo de *real*, por ser em grande parte fundado por D. Sancho II, e ainda hoje (1877) na face da torre voltada ao sul, sobre os arcos por onde se entra por aquelle lado para a casa da Bolsa, se vê um brasão d'armas do tempo dos frades, com um escudete bipartido, tendo de um lado 5 vieiras, do outro 7 castellos e 5 chagas, e por timbre uma corôa de espinhos, com os emblemas d'esta Ordem—2 braços e uma cruz.

A primeira egreja foi substituida pela que ultimamente possuiram, e de que fallamos em seguida, citando textualmente a lisongeira apreciação do conde Raczynski. Para este templo, quando já se achava principiado, applicou el-rei D. Fernando os residuos dos testamentos do Porto, por carta de 7 de julho de 1383. Fallecendo D. Fernando, a rainha viuva, D. Leonor Telles de Menezes, estando em Alemquer, revogou aquella mercê; mas em 1457 já se achava concluido o mosteiro.

O mosteiro occupava a mesma área que hoje occupa o palacio da Bolsa. A sua entrada principal, era pelo lado sul, e a sua cêrca confinava com a dos frades de S. Domingos, pelo meio das quaes se abriu a rua Ferreira Borges, em 1842. Do lado da rua de D. Fernando, tinham os frades a cosinha, e para esta havia uma entrada pela rua da Ferraria. Ainda n'esta rua se vê nos baixos do hospital dos irmãos 3.os, a porta, quasi em frente da rua de S. João Novo.

Quando D. João I veiu de Lisboa celebrar no Porto os seus desposorios com a rainha D. Philippa, esta, que já se achava no Porto, hospedada no paço episcopal, veiu até este mosteiro esperal-o, seguindo depois de uma breve entrevista para o paço,—ficando n'este mosteiro D. João I, pelo que ambos votaram sempre particular estima a este convento, e lhes fizeram grandes mercês, bem como o fizeram outros muitos reis seus successores.

Foi esta casa cabeça da Provincia com que ficaram em Portugal os claustraes, quando em 1517 se fez a separação. Elles fizeram cabeça n'este convento e os Observantes na de S. Francisco, em Lisboa. Foi tambem cabeça e titular da *Custodia*, que n'essa occasião os ditos claustraes fizeram, incorporada porém na sua mesma Provincia, e n'este estado se conservou até que em 1568 os claustraes se tornaram observantes, e a sua Provincia se extinguiu.

Na egreja d'este mosteiro se sepultaram muitos dos seus bemfeitores, e ali se veem ainda varios tumulos, com grandes inscripções, que não trasladamos para não tornarmos este artigo demasiado longo. Tambem havia ao sul d'esta egreja, um capella com a invocação de Santo Eloy, que foi demolida em 1870 quando se abriu a rua da nova alfandega, rua que ainda hoje (maio de 1877) não se acha concluida.

No vão que restou da capella de Santo Eloy se fez a sachristia actual; e no claustro do convento havia um alto e elegante chafariz de cantaria, que é o que actualmente se vê na Foz, junto á casa do Salva-Vidas, ao poente do Passeio Allegre.

Entre as muitas pessoas notaveis que floreceram n'este convento, menciona o chronista um frade leigo, por nome Fr. Onofre de Santo Antonio, a quem a santa obediencia punha azas nos pés para voar, indo assim por vezes, a pé, e em um dia, d'este convento de S. Francisco, do Porto a Condeixa, distante 120 kilometros d'esta cidade, e sendo n'aquella data os caminhos quasi intransitaveis.

(Vide o anno 1404, a pag. 292.)

—

Doutor, *Pedro Augusto Ferreira*,
Abbade de Miragaia.

—

Convento do Carmo.—Vide o anno 1619, a pag. 302, col. 1.ª, d'este volume.

Convento de S. Bento.—Vide o anno 1597, a pag. 301, col. 1.ª, d'este volume.

—

Convento de S. João Novo.—Vide o anno 1592, a pag. 300, col. 1.ª d'este volume.

—

Convento de Santo Antonio da Cidade.—Vide a pag. 314, d'este vol., o anno 1783.

Convento dos gracianos—(Grillos)—Vide a pag. 297, o anno 1560—e a pag. 298, o anno 1777.

Convento dos conegos seculares de S. João Evangelista—*(Loyos)*—Vide o anno 1425, a pag. 293.)

Congregados de S. Philippe Nery.—*(Congregados).*—Vide a pag. 305, o anno 1660.

Clerigos.—Vide a pag. 307, o anno 1732.

—

Houve no Porto, mas já estavam deshabitados, antes de 1834, os mosteiros de

Carmelitas, (frades) em Lordéllo—Vide a pag. 314, o anno de 1780.

Antoninhos da Cordoaria.—Vide a pag. 307, o anno de 1730.

Além de outros mosteiros e hospicios antiquissimos, supprimidos nos seculos 15.º e 16.º, e que vão nos logares competentes.

—

Mosteiros de frades, existentes em 1834, nos suburbios do Porto

Convento de Santo Antonio de Valle de Piedade. Vide a pag. 297, o anno de 1569—Vide tambem *Gaia.*

Convento de conegos seculares, de S. João Evangelista (Loyos) de Oliveira do Douro. Vide a pag. 306, o anno de 1679.—Vide tambem *Oliveira do Douro*, a pag. 274, col. 2.ª do 6.º vol.

Convento de conegos regrantes de Santo Agostinho (Cruzios) da Serra do Pilar. Vide a pag. 297, o anno de 1540.—Vide tambem *Gaia* e *Grijó*—e o anno 1876 (13 de dezembro) n'este volume.

—

Mosteiros de freiras ainda existentes no Porto

Convento de Santa Clara.—Vide a pag. 292, o anno 1416.

Convento de S. Bento da Ave-Maria.—Vide a pag. 295, o anno de 1518.

Em Villa Nova de Gaia, ainda tambem existe o

Convento de Corpus-Christi (dominicas.)—Vide a pag. 290, o anno 1345—*e Gaia.*

—

Foram supprimidos pelos liberaes, os dois mosteiros seguintes.

Convento de Franciscanas, de Monchique. Vide a pag. 297, o anno de 1545—e o artigo *Miragaia.*

Convento das Carmelitas.—Vide a pag. 306, o anno 1704.

—

Egrejas parochiaes

Sé.—(Vae um artigo especial).

Santo Ildefonso.—Situada na extremidade N. da praça da Batalha, subindo-se para a egreja por uma elegante escadaria, de cantaria lavrada.

A egreja, posto estar adornada com bastante magnificencia, nada tem de notavel, porém a capella-mór é admiravel, pela sua riqueza e sumptuosidade.

Em 1855, foi este templo restaurado, e as pinturas do tecto são de uma execução primorosissima. O painel do altar-mór, foi pintado em Paris, mas por Guilherme Correia, artista portuguez, que alli residia.

Tem lausperenne ás terças feiras.

—

S. Nicolau.—Vide no 6.º vol, pag. 41, col. 1.ª e seguintes.

—

Nossa Senhora da Victoria.—Está na extremidade S. da rua de S. Bento, e em frente da rua de S. Miguel.

É uma egreja bonita, ainda que de acanhadas proporções.

É templo antigo, mas posterior ao reinado de D. Manuel. O bispo do Porto, D. frei Antonio de Sousa, o mandou reedificar, entre os annos 1756 e 1766.

Havendo proximo, ao S., d'esta egreja, uma bateria liberal, tornou-se objectivo dos projectis das baterias realistas, que muito damnificaram a egreja, pelo que a parochia foi transferida, provisoriamente, para a proxima egreja do mosteiro dos monges benedictinos.

Em 1859, foi convenientemente reparada, e tornou para ella a parochia.

Este templo está edificado no centro do antigo bairro dos judeus. Vide no vol. 2.°, a palavra *Cinuna*, a pag. 307, col. 2.ª

—

S. Pedro de Miragaia. — Vide no 5.° vol., pag. 242, col. 1.ª, a palavra *Miragaia.*

—

S. Martinho de Cedofeita.—Vide no 5.° vol., pag. 103, col. 1.ª, a palavra *Martinho* (São) *de Cedofeita.*

—

Nossa Senhora da Bôa-Viagem.—Vide no 5.° vol., a pag. 8, col. 1.ª, a palavra *Maçarellos*—e no mesmo vol., a pag. 121, col. 1.ª, a palavra *Massarellos.*

—

Nossa Senhora do Rosario. — Vide o 2.° vol., pag. 58. col. 1.ª, a palavra *Campanhã.*

—

S. Verissimo.—Vide no 6.° vol., pag. 475, col. 1.ª, a palavra *Paranhos* (a 2.ª d'esta columna.)

—

Senhor do Bom-Fim. — Está na extremidade N. da rua do seu nome. Sóbe-se para este templo, por uma alta e boa escadaria, de pedra lavrada; porém não passa de uma capella. Do adro, pela sua muita elevação, se gosa um vasto e bello panorama.

Foi esta formosa e vasta capella edificada pelos devotos das visinhanças, pelos annos de 1760, sendo então estes sitios apenas habitados por familias pobres, em humildes casas, e pertenciam á freguezia de Santo Ildefonso. Hoje, a rua do Bom-Fim está orlada de elegantes edificios, pelo que é uma das boas da cidade.

Com o grande desenvolvimento da população, desmembrou-se ha uns 25 annos grande parte da freguezia de Santo Ildefonso, constituindo-se com essa parte, a nova freguezia do Bom-Fim.

Hoje trata-se de construir uma ampla e magnifica egreja, para matriz da parochia.

Os sinos da egreja, são afinados por musica.

No tempo do cêrco, houve aqui uma bateria liberal.

O sitio do Bom-Fim, é tristemente celebre nos annaes da nossa historia, pelo muito sangue portuguez que foi aqui derramado.

Em 29 de setembro de 1832, havendo os realistas principiado o combate na *quinta da China* (sobre a margem direita do Douro) o vieram aqui terminar, conseguindo tomar este ponto, depois de profiada resistencia, e de grande numero de mortos, de parte a parte; sendo superiores as perdas dos realistas, que foram obrigados a retirar debaixo do fogo do inimigo.

Estas scenas de carnagem se repetiram a 25 de julho de 1833, ficando o *campo do Fôjo*, hoje *praça das Flôres* (proximo e ao N.E. da egreja) juncado de cadaveres de ambos os partidos.

Pelo valor com que se houve o general José Lucio Travassos Valdez, no primeiro d'estes ataques, foi feito barão do Bom-Fim, em 17 de setembro de 1835. Depois, (em 4 d'abril de 1838) foi feito conde do mesmo titulo.

—

S. João da Foz do Douro.—Vide 3.° vol. pag. 220, col. 2.ª, no fim.

—

S. Martinho de Lordêllo. — Vide *Lordêllo do Douro*, a pag. 439, col. 1.ª (no fim) do 4.° vol.

—

Egrejas não parochiaes

Capella real da Lapa.—Pag. 310, *in fine.*

—

Clerigos.—Pag. 307, col. 2.ª

—

Misericordia.—Pag. 295, col. 1.ª—297, col. 1.ª—299, col. 1.ª, fim—304, 1.ª—313, 1.ª, fim—316, 1.ª—e 336, 1.ª

—

Terceiros de S. Francisco.—Pag. 307, 2.ª

Nossa Senhora da Graça.—Pag. 304, 2.ª

—

S. José das Taipas.—Ao fundo do passeio da Cordoaria (ao S.O.) e ao cimo da rua do Calvario. É um templo bonito, mas sem cousa notavel.

Vê-se aqui um painel, commemorando a catastrophe do dia 29 de março de 1809—(Pag. 318, col. 2.ª) e todos os annos, no dia do anniversario d'esse horroroso acontecimento, se faz aqui uma solemnidade funebre, e vae uma procissão á Ribeira, ao logar onde está outro painel, representando o mesmo facto[1] e ali é resado um responso, pelas almas dós que falleceram afogados, quando fugiam dos *jacobinos.*

(Vide *rua das Taipas*).

—

Trindade.—Pag. 311, 1.ª, anno de 1755.

—

Congregados.—Pag. 305, 2.ª, pr., anno de 1660.

—

Nossa Senhora do Terço e Caridade.—314, 1.ª

—

Collegio (Grillos).—297, 2.ª

—

Santa Catharina.—Na rua do seu nome. É um bonito templo, edificado no principio do seculo XVIII, mas nada tem de notavel.

—

Terceiros do Carmo.—308, 1.ª, anno de 1736.

—

S. Bento da Victoria.—301, 1.ª

—

S. João Novo.—Vide a pag. 301, 1.ª col. —e *Mosteiro de S. Bento.*

Não incluo aqui, nem nas capellas, as egrejas dos recolhimentos, por hirem nos logares competentes.

[1] Ainda me lembra o primeiro quadro que foi aqui collocado (no muro da Ribeira) e que era uma optima pintura. Sendo porém *retocado* (melhor se diria *mascarrado*) é hoje uma detestavel pintura, indigna d'esta cidade.

Capellas publicas

Nossa Senhora d'Agosto.—(Nossa Senhora da Assumpção.) — Está na rua mesmo chamada *da Senhora d'Agosto,*[1] em frente da porta principal da Sé.

A imagem da padroeira, é de pedra, com 1m,54 (7 palmos) de alto, e posto ser antiquissima, é de boa esculptura.

Segundo a tradição, esta imagem veiu da egreja do mosteiro de crusios, de Cárquere, no concelho de Rezende. (Vol. 2.º, pag. 116, col. 1.ª, no fim.)

Este mosteiro, segundo uns, tinha sido fundado pelo conde D. Henrique, em 1110; segundo outros, pela sua viuva, a rainha D. Thereza; mas, segundo a opinião mais seguida, foi fundada por D. Affonso Henriques, pelos annos de 1140, e o deu aos conegos regrantes de Santo Agostinho (crusios) de Coimbra.

Não se sabe porque, os religiosos desampararam este mosteiro, que cahiu em ruinas, e a imagem da padroeira, pretende-se que seja a mesma de Nossa Senhora de Agosto.

Ainda que a imagem denota muita antiguidade, não póde ser a da padroeira de Cárquere, que era de madeira, com 0m,66 de alto, segundo se vê no *Sant. Marianno,* tomo 3.º, pag. 147, e tomo 5.º, pag. 89. — O que póde conceder-se, é que a imagem de Nossa Senhora d'Agosto, estaria na tal egreja, mas não era a padroeira.

(Vide — Rezende, onde serei mais explicito.)

Originariamente, estava esta capella no 1.º andar, ficando-lhe por baixo, os celleiros do cabido; porém, D. Rodrigo da Cunha, sendo bispo do Porto,[1] e attendendo aos rogos dos irmãos da Senhora, tirou d'alli os celleiros.

Então a irmandade, pelos annos de 1630, construiu uma bonita e ampla capella (no local da antiga) toda fechada de abobada de pedra.

[1] Chama-se d'Agosto, porque é a 15 d'este mez que se faz a sua festa.

[1] Passou a arcebispo de Braga, e por fim, de Lisboa. (Vol. 4.º, pag. 275, col. 1.ª) Era filho dos senhores de Tábua. Antes de ser bispo do Porto, tinha-o sido de Portalegre.

Antigamente eram os alfaiates que cuidavam do aceio e conservação do templo, e que faziam, com grande pompa, a festa da sua padroeira, e a de *S. Bom-Homem*, que tambem está na capella, e que os alfaiates tomaram por seu patrono.

Antigamente, em todos os sabbados do anno, costumava o cabido sahir em communidade, depois de vesperas, na cathedral, e hir em procissão, e o *preste* com capa de asperges, cantar a *magnificat*, á capella da Senhora d'Agosto.

O mesmo faziam nas oitavas da Assumpção da Senhora.

A primittiva capella era antiquissima, suppondo-se que fosse mandada edificar pela rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso I, ou pelo bispo D. Hugo.

—

Nossa Senhora das Verdades—ou *do Postigo*.[1] — Estava sobre uma das quatro portas da circumvalação, chamada sueva, e a sua padroeira era objecto de grande devoção do povo d'esta cidade.

Esta porta, ou *postigo*, denominada *das Verdades*, ficava á entrada das escadas do mesmo nome, e dava sahida para as escadas do Codeçal, Barrêdo, Ribeira, etc.

Demolida esta porta, o conego Nicolau de Parada, fez então, á sua custa, uma nova e bôa capella, em substituição da antiga edicula; para o que comprou umas casas que estavam proximo á porta da cidade.

A imagem é antiquissima—provavelmente tão antiga, como a primeira circumvalação da cidade, que foi feita pelo bispo D. Gonçalo Pereira (que depois foi arcebispo de Braga) desde 1108 até 1110.

É de pedra (a imagem) e com 0m,88 de alto, e de boa esculptura—attendendo á sua antiguidade.

—

Nossa Senhora da Natividade. — Capella antiquissima, que existiu até 1836, na Praça-Nova, do lado do O.

Por esta rasão, se chamava antigamente *calçada da Natividade* á actual rua dos Clerigos.[1]

A praça Nova estava, em grande parte, occupada com a que vulgarmente se chamava *Natividade*, que era uma vasta quadra, cercada de lojas de capella, *contrabandistas*, e outros generos, tendo no centro um terreiro.

No lado interior do N., havia uma fonte, que já estava sêca, muitos annos antes de tudo isto ser demolido.

Era n'esta quadra a capella de Nossa Senhora da Natividade, e tanto o templo como as lojas, denotavam muita antiguidade, e diz-se que estas construcções tiveram principio no fim do seculo 14.º, reinando D. João I.

Não resta, pois, o minimo vestigio d'esta ermida, nem das lojas que a ladeavam.

—

Nossa Senhora do Ferro.—É antiquissima esta capella, e o foi da *casa dos meninos orphãos*, antes de Balthazar Guedes fundar o collegio dos meninos orphãos da Graça, para onde foram os do *Ferro*.

Parece que os orphãos poucos annos aquí estiveram, porque já lá não estavam quando falleceu um sacerdote que fundou esta casa.

Depois de sahirem os orphãos, se recolheram a esta casa, quatro *coreiros* (moços do côro) da Sé, que ajudavam ás missas, e aos outros serviços da egreja. Tinham um reitor que os governava.

Tambem estes *coreiros* aqui residiram pouco tempo, por não ter a casa rendas com que se podessem sustentar em communidade e recolhidos.

Sahidos os *coreiros*, foram aqui recolhidas

[1] Dava-se-lhe tambem o titulo de *Senhora do Postigo*, por ser primittivamente edificada sobre o postigo ou porta das Verdades.

[1] Desde a construcção da egreja dos Clerigos (1732) se principiou a chamar *calçada dos Clérigos*, nome que vulgarmente ainda se lhe dá.

Sendo governador-civil do Porto, o distincto poeta, já fallecido, José Freire de Serpa Pimentel (feito visconde de Gouveia, em 31 de outubro em 1855) mudou os nomes de varias *calçadas*, chamando-lhe *ruas*, e esta foi uma d'ellas. Tambem deu a algumas viellas, o nome de ruas.

Foi o mesmo visconde que *chrismou* então, varias ruas, viellas e praças. Vide *Campo dos Martyres da Patria*.

uma *beatas*, que viviam em grande pobreza ficando outra vez a casa abandonada, por fallecimento da ultima.

Deu-se á padroeira da capella, o titulo de *Nossa Senhora do Ferro*, porque na porta da capella (que era d'arco) teve antigamente um ferro atravessado de parte a parte, mandado alli pôr, por privilegio concedido á Senhora do Ferro, por um dos nossos primeiros reis (não se sabe qual.)

Consistia o privilegio d'este ferro, em que passando por aqui qualquer padecente [1] para hir ser executado na forca de *Mija-Velhas* (Poço das Patas) se conseguisse lançar a mão ao tal ferro, estava livre de morrer enforcado.

Para que os padecentes se não approveitassem d'este privilegio, tinham todos os beleguins da justiça, o cuidado de hirem ao lado do criminoso, da parte da porta da capella, de modo que rarissimos se podiam utilisar do privilegio.

A imagem da padroeira, era de pedra, e de estatura quasi natural; e era objecto de muita devoção do povo.

Tinha uma irmandade, que curava da conservação do culto divino, e lhe fazia uma grande festa, a 8 de setembro, dia da sua Natividade.

—

Nossa Senhora da Batalha.—No largo da Batalha, ao O., e quasi em frente do monumento do sr. D. Pedro V.

Estava—com a imagem de Nossa Senhora dos Remedios — em uma edicula, sobre as portas de Cimo de Villa, d'onde foram mudadas para esta capella, que mandaram construir Balthazar Guedes e outros, em 1590; (vide este anno, a pag. 299, col. 2.ª. d'este volume.)

—

Nossa Senhora da Hora — ou *das Sete-Fontes.* — extramuros, e a N.O. da cidade, no sitio do *Carvalhido.*

É templo muito antigo, e, segundo a tradição, a imagem da Senhora foi trazida de terras mui distantes por um eremitão, que a collocou na ermida de S. Bartholomeu, que fica perto.

Passados tempos, os mercadores e navegantes, lhe fizeram capella propria, de bella cantaria lavrada, e de boas dimensões.

Tem uma rica irmandade, que lhe faz a festa (uma das maiores dos suburbios do Porto) em quinta feira da Ascenção do Senhor (quinta feira da Hora.)

N'este sitio se descobriu uma abundante fonte, de boa agua potavel, que foi recolhida em uma grande arca, sáe por sete bicas, lançando todas grande cópia d'agua, que pouco abaixo fórma um ribeiro, cujas aguas fazem, a pouca distancia, mover algumas rodas de moinhos.

É por isto que tambem se chama *Senhora das Sete-Fontes.*

Em volta da capella se vê uma formosa alamêda, que torna o sitio ameno e formoso no verão.

A imagem da Senhora, é de pedra, de bôa esculptura, e com 0m,66 de altura.

—

Nossa Senhora de Campanhan.—Extramuros, e ao E.N.E. do Porto.

Segundo a tradição, a origem d'esta Senhora é a seguinte:

Sendo governador da cidade do Porto o conde D. Hermenegildo, (824) veiu Abd-el-Raman, califa de Córdova, com grande exercito sobre a cidade do Porto. O conde e os portuenses, depois de uma defeza heroica, fizeram retirar os mouros, e foram sobre elles, até ao sitio onde hoje está a egreja de Campanhan, e por onde corre um ribeiro, e ahi os desbarataram completamente; sendo tanto o sangue dos mouros, que tingiu as aguas do ribeiro, que desde então se ficou chamando *Rio-Tinto.*

Diz ainda a mesma tradição, que no principio da batalha, fôra alli achada uma imagem da Senhora, cujo patrocinio os christãos invocaram, e a elle attribuiram esta brilhante victoria.

Tratou logo o conde de fazer construir uma ermida á Senhora (que, não se sabe porque, se chamou primeiro, *Nossa Senhora*

[1] N'esses tempos era aqui a cadeia publica, e proximo a ella, a casa da camara, que depois foi a *casa dos vinte e quatro*, (Vide 1875—25 de abril.)

da Entrega) e mais tarde se veiu a augmentar, formando-se uma vasta capella.

No reinado de D. Affonso Henriques, ou de seu filho, D. Sancho I, se transformou a capella em egreja, construindo-se junto d'ella um mosteiro de monges benedictinos,[1] que por falta de rendas (então) foi supprimido, passando a commendatarios, pois com as suas rendas se formou uma commenda de Christo, que rendia mais de 1:200$000 réis, e foi da casa dos Monteiros Pains.

Parece que a povoação de Campanhan é antiquissima; pois, sendo bispo do Porto, D. Pedro Senior (o terceiro do nome) alguns annos antes de 1169, fez doação da sua herdade de Campanhan, aos conegos da Sé do Porto. Tinha comprado esta propriedade, já depois de ser bispo.

D'esta doação consta que era então *villa*, a povoação de Campanhan.

Na minha opinião, não quer isto dizer que Campanhan tivesse fôro de villa, ou que fosse litteralmente o a que nós hoje chamamos *villa;* mas sim, que aquella denominação vem do latim, e não significa senão — *casa de campo.*

Em 1229, sendo bispo do Porto, D. Julião, o primeiro d'este nome, lhe fizeram doação da egreja de Campanhan, Martinho, e Vicente, o soldado—que se suppõe serem os successores do fundador da segunda egreja; que já então era matriz da freguezia.

Em 1297, *D. Maria de Farelães*, doou ao bispo do Porto, D. Sancho, primo d'ella, o padroado da egreja de Campanhan, para a *egreja de Santa Maria da Sé*, do Porto, para o bispo e para o cabido.

Esta doação foi feita a 15 de janeiro da era de 1335 (4 de janeiro do anno de 1297 de Jesus Christo.)

Collige-se d'esta doação, que, ou se annullou a doação dos taes Martinho e Vicente, ou o padroado da egreja tinha tornado a poder de seculares, ou—o que é mais provavel — que os doadores eram compadroeiros.

Em 1298, D. Estevam Peres (filho de D. Pedro Homem) irmão do dito bispo D. Sancho—e seus sobrinhos, D. Pedro Homem, o Soldado — e D. Affonso Martins, clerigo — João Lourenço, soldado, da Croca, e sua sobrinha, Margarida Peres, fizeram doação ao mesmo bispo, do padroado da egreja de Campanhan.

Vê-se d'estas doações, que esta egreja tinha muitos padroeiros.

Em 1327, o bispo, D. João Gomes, apresentou na egreja de Campanhã, o padre, Pedro Lourenço, seu capellão.

Em 1425, o bispo, D. Vasco, *emprestou* esta egreja aos religiosos da congregação de S. João Evangelista, por comprazer ao bispo de Lamego, *Mestre João*, seu fundador.

Sendo o bispo, D. Vasco, mudado para Evora, falhou a protecção aos religiosos, que, por falta de rendimentos, abandonaram o mosteiro, e foram, em 1494, para o mosteiro de Villar de Frades. (Vide n'este vol., o anno 1425, na col. 1.ª, da pag. 293.)

Deixado este mosteiro, pelos frades loyos, se fez das suas rendas uma commenda da ordem de Christo.

Diz frei Agostinho de Santa Maria (Sant. Marian, tom. 5.º, pag. 35) que o primeiro vigario que teve esta egreja, depois de ser commenda, era um homem de pessimo procedimento, e que, *vivendo como bruto, assim morreu, e apparecia aos seus freguezes em fórma de bruto, e lhes causava graves damnos em suas searas, vinhas e fazendas.*

O seu successor, um santo sacerdote, chamado Manuel Leal, esconjurou o tal bruto, e nunca mais foi vista similhante bêsta, nem tornou a destruir as plantações.

(São ainda palavras de frei Agostinho de Santa Maria.)

A festa principal da Senhora, é a 8 de setembro, dia da sua Natividade.

É das maiores romarias dos suburbios do Porto, que n'este dia fica quasi despovoado. Além d'isto, concorre grande multidão de gente, de muitas leguas em redor.

Quando em Portugal havia verdadeira fé

[1] Outros dizem que de templarios; o que parece verosimil, por se fazer das suas rendas uma commenda da ordem de Christo, que foi (a ordem) a herdeira da do Templo.

na protecção de Deus, da SS. Virgem e dos santos, o povo d'esta freguezia, nas suas calamidades, recorria ao patrocinio da sua padroeira, que levavam em procissão á cidade. Hia primeiro ao mosteiro de Santa Clara, cujas religiosas vinham receber a Senhora á portaria, levando-a em procissão pelo seu claustro, d'onde sahia com muitas flores, brincos e outras joias, offerecidas pelas freiras. D'aqui hia á egreja da Sé, onde havia sermão, e os capellães se juntavam á procissão, que percorria toda a cidade, recolhendo por fim a Campanhan.

Para o mais que se deseje saber d'esta egreja, vide vol. II, pag. 58, col. 1.ª, no principio.

—

S. Roque.—Na praça semi-circular do mesmo nome, proximo ás antigas portas do Souto, onde em tempos antigos houve *emparedadas.*

Esta capella é de formosa cantaria, de abobada, e de fórma exagona, subindo-se para ella por uma bella escada, que lhe serve de base, por um e outro lado.

Consta que esta obra importou em mais de 24 contos de réis.

Eis a origem d'esta capella:

Em 1582, desenvolveu-se n'esta cidade (e em todo o reino) uma terrivel peste. Os portuenses tomaram n'esta triste conjunctura, a S. Roque, por seu advogado.

Construiram-lhe uma edicula, em frente da porta travessa da egreja da Sé, da qual (edicula) só existe a memoria, porque o terramoto de 1755 a destruiu.

Então os devotos resolveram edificar a actual, que se concluiu pelos annos de 1760.

Estava adornada com bastante magnificencia, e fazia-se, todos os annos, uma esplendida festa ao padroeiro, á custa dos mórdomos do Santo, e outra a S. Vicente.

A ultima festa que se fez a estes santos, foi em 22 e 23 de janeiro (sabbado e domingo) de 1876; porque esta capella vae a ser demolida, como adiante se dirá.

No largo inferior á capella, passa subterraneamente o *rio da Villa*. Antes de ser encanado, e quando ainda corria á superficie do terreno, havia aqui varios cortumes, e por isso, ainda a este sitio se chama *os Pelames*. Em volta dos pelames havia um grande souto de carvalhos, que deu o nome á *rua do Souto*, e a uma das portas da antiga circumvalação, denominada *sueva.*

Tambem por aqui algures, houve nos seculos XVI e XVII, *emparedadas.*

Segundo o plano da nova rua, denominada *Mousinho da Silveira*, são demolidos os repugnantemente celebres *alóques da Biquinha*, a rua da Biquinha, a viella do Anjo da Guarda, a capella de S. Roque, etc.—vindo a nova rua, desde o largo de S. Domingos até ao de S. Bento.

As imagens que pertencem á capella de S. Roque, são removidas para a egreja do Terço e Caridade, em Cimo da Villa.

O altar, os paramentos e o sino d'esta capella, foram dados pela camara, á nova capella de Santo Antonio, do largo da Aguardente.

Já que fallámos em *alóques da Biquinha*, direi, para ficar em memoria:—Estes *alóques*, são uns tanques quadrados, que estão nas duas margens do *rio da Villa*, e foram tambem antigos *pelames* (cortumes).

Depois de encanado o rio da Villa, deixaram de existir aqui os cortumes, e a camara arrendava os *alóques*, aos esterqueiros, para alli guardarem as immundicies colhidas pela cidade.

Quando ainda desde a Biquinha até ao largo de S. Roque (que tambem vae deixar de existir, como a capella do Santo) existiam muitos carvalhos, tudo se chamava *Souto*.

O nome de *Biquinha* provem-lhe de uma bica de agua mineral que alli rebenta, e fica por baixo do arco do viaducto da rua —viaducto e bica, que tambem vão deixar de existir, com a construcção da rua Mousinho da Silveira.

S. Chrispim—no largo do seu nome. (Este largo fez-se, demolindo todas as casas do lado do N., que faceavam com a antiga *rua do Arco de S. Domingos.)* Nada tem de notavel.

—

Nossa Senhora das Neves.—Estava sobre o arco de S. Domingos, e, sendo este demolido, deixou de existir a capella, que era antiquissima.

—

Santa Anna.—Estava sobre o arco de Santa Anna, ao fundo da rua da Bainharia. Foi este demolido, junto com a ermida, e d'isto, o unico vestigio que resta é o nome de Santa Anna, dado ainda á pequena travessa onde existiu, e um pequeno oratorio da mesma santa, embebido na parede do O.

É este arco celebre na litteratura portugueza, por dar o titulo ao formosissimo romance do visconde de Almeida Garrett—*O Arco de Santa Anna.*

—

Santo Antonio—no largo da Aguardente. —Em 1875, deliberaram varios devotos construir n'este formoso sitio uma capella, dedicado ao sympathico thaumaturgo portuguez, e, á sua custa, e de muitas esmolas que pediram, realisaram os seus louvaveis desejos. Lá se vê pois hoje a elegante capella, uma das mais bonitas do Porto.

O sr. José Antonio da Cunha Porto, e o sr. Narcizo José da Silva, são os devotos que mais se teem distinguido, pelo valor das suas offertas, para esta bella obra.

O sr. padre José Luiz do Valle, deu réis 95$000, para as mesmas obras.

Em junho de 1876, se fez aqui um *bazar* (leilão) que produziu 400$000 réis, para as despezas d'esta construcção.

Era tanto o gôsto com que os portuenses queriam augmentar o valor d'este leilão, que um par de castiçaes, foi 35 vezes arrematado, e outras tantas entregue para novos lanços.

Um objecto, offertado para o leilão, pela sr.ª D. Carolina Augusta da Costa Barbosa, esposa do sr. Arnaldo Ribeiro Barbosa, foi vendido por 51$000 réis.

Entre todos, porém, o que mais se distinguiu, pela sua devoção á nova capella, foi José Gomes Ferreira Carmo, negociante que foi d'esta cidade; o qual, fallecendo em julho de 1876, deixou para as obras d'esta capella, 1:500$000 réis.

Deixou tambem muitos legados de 200$000, 300$000, e 500$000 réis, a differentes estabelecimentos pios d'esta cidade, e 1:000$000 réis, para 5 dotes, de 200$000 réis, a 5 orphãs pobres da freguezia de Merelim, terra do nascimento do testador.

—

Senhor d'Alem—em frente da Ribeira, e na margem esquerda do Douro.

Vide n'este volume, a pag. 308, col. 2.ª, o anno 1738.

Quando a capella primitiva era no monte de S. Nicolau (hoje Serra do Pilar—vide *Grijó*)—houve n'ella *emparedadas.*

—

Bom Jesus de Bouças—ou *Senhor do Calvario-Novo.*—Era uma capella construida pelos frades da SS. Trindade, ao fundo da Cordoaria. Vide *Miragaia.*

—

As mais capellas publicas aqui não mencionadas, ou já estão descriptas na chronologia, ou vão nos estabelecimentos a que pertencem.

—

Roda dos expostos

A creação da roda dos expostos, data do 1.º de outubro de 1685. Foi originariamente na rua dos Caldeireiros, e ficava contigua ao *Hospital de D. Lopo.* Passou depois para uma casa da rua dos Fogueteiros (a 1.ª á esquerda de quem vem do passeio das Virtudes, e em frente da *praça do Peixe*) e, por fim, para a parte O. S. O. do passeio da Cordoaria, onde actualmente existe; e é administrada pela camara municipal. Vide a pag. 299, o anno 1590—e a pag. 306, o anno 1685.

Ao meu esclarecido collaborador, o sr. dr. Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia (Porto) devo o favor de me mandar um

mappa official impresso, que por curiosissimo transcrevo, e é o seguinte:

—

Rendimento da alfandega desde o anno economico de 1870-1871, até 1874-1875

1870-71	2.239:268$516
1871-72	2.544:352$165
1872-73	3.071:507$651
1873-74	3.571:876$875
1874-75	3.787:488$875
Somma	15.214:494$082

—

Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto-Douro

(Vide a pag. 312, o anno de 1757)

É esta a mais antiga companhia de commercio, hoje existente n'este reino; e a mais importante e grandiosa creação de Sebastião José de Carvalho e Mello, no reinado de el-rei D. José.

O progressivo descredito em que tinham cahido os vinhos do Douro; e a consequente decadencia a que estavam reduzidos o seu preço e a sua exportação—devido na maxima parte ao monopolio exercido de facto pela feitoria ingleza, existente na cidade do Porto—é que suscitaram o pensamento da fundação d'esta companhia.

A elevada e vasta intelligencia do preclaro ministro de el-rei D. José, comprehendeu perfeitamente a questão, e reconheceu a necessidade de garantir por meio de disposições legislativas adequadas, a pureza e a genuinidade dos vinhos do Douro.

A companhia geral da agricultura das vinhas do alto Douro, foi, por tanto, destinada a combater e a destruir o monopolio da feitoria ingleza; a soccorrer os lavradores do Douro na sua dispendiosa agricultura, com emprestimos feitos pelo moderado juro de 3 % ao anno; e a ser a barreira insuperavel de toda a adulteração das qualidades naturaes do vinho do Douro, por meio de uma fiscalisação rigorosa e de um commercio insuspeito, exercido com o vinho mais puro e genuino.

Foi pois a companhia instituida pelo alvará régio de 10 de setembro de 1756, que confirmou e auctorisou os seus estatutos, datados de 31 de agosto do mesmo anno, com o fundo de um milhão e duzentos mil cruzados (480:000$000 réis) dividido em 1:200 acções de 400$000 réis cada uma.

Este fundo, reconhecido depois insufficiente, foi accrescentado, por outro alvará, de 16 de dezembro de 1760, com mais seiscentos mil cruzados (240:000$000 réis) em 600 acções, de que se emittiram tão sómente quinhentos e vinte mil cruzados (208:000$000 réis), ficando assim definitivamente fixado o fundo da companhia, em 688:000$000 réis, dividido em 1:720 acções de 400$000 réis cada uma.

Para facilitar a emissão das acções, havia sido ordenado, pela carta régia de 27 de setembro de 1756, que quaesquer depositos, pios ou profanos, que costumavam dar dinheiro a juros, o emprestassem de preferencia e exclusivamente, a rasão de 5 % ao anno, ás pessoas que, possuindo bens de raiz sufficientes, mas não podendo dispor do numerario preciso, quizessem associar-se na companhia com uma ou mais acções, ficando, porém, em primeiro logar essa acção ou acções, e em segundo logar, aquelles bens de raiz (ainda os vinculados) especialmente hypothecados ao pagamento das quantias que as referidas pessoas recebessem.

Pelos seus Estatutos foi esta Companhia gerida nos trez primeiros annos da sua existencia, por uma junta, composta de um provedor e doze deputados, com a assistencia de seis conselheiros — todos nomeados pelo governo. As juntas subsequentes, eleitas pelos accionistas, que o fossem pelo menos com trez acções, compunham-se de um provedor, um vice-provedor, e sete deputados, possuidores, pelo menos, de 10 acções cada um.

O primeiro praso da duração da Companhia, foi por 20 annos — que tem sido successivamente prorogado até ao presente.

A Companhia estabeleceu n'aquelle anno de 1756, o seu escriptorio, ou como então se dizia, a sua casa de despacho, secretaria, contadoria e escriptorio, na rua Chan, da ci-

dade do Porto, nas casas que pertenciam a Manoel de Figueirôa Pinto. Depois mudou para as casas da rua das Flores, pertencentes ao mesmo Manoel de Figueirôa Pinto, a quem as tomou de arrendamento, até que as comprou aos seus herdeiros, no anno de 1805; e n'ellas tem permanecido até ao presente.

Compõe-se estas casas de um andar nobre para a sobredita rua das Flores—diversas salas interiores, e para a viella, hoje rua do Ferraz—lojas, capella, casa-forte e quintal. — Na mesma data comprou egualmente na viella do Ferraz, 4 pequenas casas contiguas, e um armazem na rua da Victoria.

O augmento successivo do commercio da Companhia, e as multiplicadas e importantes funcções de que se achava investida, tornaram-lhe indispensavel a acquisição de vastas e valiosas propriedades.

Em 1773, comprou e reedificou as casas nobres, e diversos cumes de armazens, lotados em 1:200 pipas, que possue na villa da Regoa, junto á margem do rio Douro.

Em 1782 mandou edificar as casas, e os armazens, lotados em 1:000 pipas, que possue no caes do Penhão; e pouco depois, os armazens da lotação de 500 pipas, que tem no caes do Túa.

Em 1779, comprou umas casas nobres, e outras denominadas o Torreão, além de 5 moradas de casas pequenas, em Villa Real de Santo Antonio, no Algarve, onde, para coadjuvar os desejos do governo, estabeleceu umas pescarías; para ás quaes tambem fez a acquisição de varias embarcações.

Em 1790, fundou uma importante fábrica de fundição e arcos de ferro, sobre o rio Uima, para o logar de Crestuma, a duas leguas do Porto (vol. 2.°, pag. 447, col. 1.ª), com casas espaçosas para habitação do director e principaes empregados da mesma fábrica.

Em 1800 comprou o terreno, e mandou construir um armazem, da lotação de 600 pipas, no caes de Vimieiro, na margem esquerda do Douro—fazendo edificar pelo mesmo tempo, a casa de registo do caes do Bernardo.

Em 1807, tendo já realisado, em varias datas, a compra de diversas casas e armazens na praia de Miragaia da cidade do Porto, comprou n'esta data, a porção principal d'elles; e de todos formou successivamente os que actualmente alli possue, lotados em mais de 4:000 pipas; os quaes, com a ampliação que se está realisando, poderão accommodar de 5 a 6:000 pipas.

Estes armazens possuem grandes salões, tanoarias, escriptorios, casa de alambiques, fabrica de vinagre, e abundante agua de bica.

Proximo a estes armazens, conserva ainda 7 pequenas moradas de casas, nas ruas de S. Pedro e Cidral.

No mesmo anno de 1807, realisou a compra de um armazem, que ha muito trazia arrendado, denominado do Lago, lotado em 1:300 pipas, em Villa Nova de Gaya, aonde estabeleceu as suas vastas e principaes tanoarias.

Em virtude do exclusivo que tinha para o fabrico da aguardente, possuia em varias provincias, 82 fabricas de distillação, das quaes 40 em edificios que para ellas fez edificar.

Mas não são unicamente os serviços prestados directamente pela Companhia que a tornaram distincta e benemerita; é á sua iniciativa e ao seu impulso, e aos adiantamentos de dinheiros que fazia ao governo, sempre que eram precisos, que o paiz deve importantes melhoramentos.

Em 1792 foi concluida a demolição começada em 1780, do famoso rochedo, que fazendo um cachão inaccessivel, impossibilitava absolutamente a navegação do Douro além de S. João da Pesqueira.

Foi debaixo da sua inspecção que se operaram diversos melhoramentos na barra do Douro, e que se construiu o caes que do Porto vae até S. João da Foz; que se fizeram as estradas na margem do mesmo rio — e a que vae do Porto á Villa da Regoa.

Foi ainda devida á sua iniciativa a fundação, em 1803, da antiga Academia Real da Marinha e Commercio da Cidade do Porto, de que a junta da Companhia foi nomeada inspectora; e por ultimo, em 1831, foi ainda ella que obteve do governo a fundação da

Real Casa do Asylo dos Naufragados, em S. João da Foz do Douro.

Este anno de 1831, foi o ultimo da grande prosperidade da Companhia, bem comprovada pelo valor mais que duplicado que as suas acções tinham então no mercado, pois que em 1832 teve principio a guerra dynastica, que tão grandes males causou ao paiz, em geral, e em particular á Companhia.

Além das exacções que os dois partidos lhe fizeram em generos e dinheiro — viu ella, em consequencia das imperiosas e inexoraveis exigencias da guerra, incendiado e derramado o maior e o mais valioso deposito dos seus vinhos, existentes nos armazens, que ella quasi desde a sua instituição trazia arrendados aos herdeiros de Domingos Browne, em Villa Nova de Gaya.— Dezeseis mil pipas de vinho (algum antiquissimo) e quinze mil e duzentos cascos, foram presa das chammas no dia 16 de agosto de 1833! D'esta grande catastrophe apenas escaparam, por estarem em outros armazens, no Choupello, algumas especialidades de vinhos que ella possuia—taes como, os da sua instituição—os chamados do *Duque* — além de outros, tintos e brancos.

A importancia d'este immenso prejuizo, foi depois legalmente avaliado em réis 2.002:378$117.

E como se esta inaudita calamidade não devesse bastar por si só, para a completa ruina da Companhia, veiu ainda, apenas acabada a guerra civil, o decreto da dictadura, de 30 de maio de 1834, abolir completamente toda a legislação do Douro—e acabar com todas as prerogativas e attribuições da Companhia—extinguindo-a, forçada e intempestivamente, antes de findo o praso legal da sua ultima proroga, que só devia terminar em 31 de dezembro de 1836!

N'esta crise gravissima, a Companhia, nem succumbiu, nem desanimou. Averiguou com a possivel exactidão o estado verdadeiro em que se achava—e este era, na verdade, bem pouco lisongeiro.

Mais de 2:000 contos dos seus fundos aniquilados pelo incendio e derramamento dos seus vinhos; 1:230 contos de dividas dos governos d'este reino, sem probabilidade de serem tão cedo liquidadas, e menos integralmente pagas— 700 contos de dividas de particulares, no reino e no ultramar, de difficil e morosa cobrança umas, e inteiramente incobraveis outras—taes eram as principaes verbas do seu activo! E em frente d'este, um passivo de mais de 1:740 contos, com vencimento de juros, em letras a pagar, a maxima parte das quaes estava vencida, e o successivo vencimento das outras, muito proximo!

Haveria alguma outra casa commercial, companhia ou Banco, por poderoso que fosse, que, n'estas circumstancias, deixasse infallivelmente de fallir?

Não falliu, porém, a Companhia—tão poderosa era a sua constituição—tão collossaes os seus fundos—e tão robusto o seu credito!

Sob o nome de — *Companhia dos Vinhos do Porto*—que adoptou, resolveu continuar com o giro das suas operações, puramente commerciaes. — Formulou n'esta conformidade os seus novos estatutos, de 4 de novembro de 1834, em que prorogou por 12 annos o praso da sua duração—estabelecendo uma administração composta de um presidente e quatro administradores, possuidores pelo menos de cinco acções—e eleita de trez em trez annos.

Esta administração tratou desde logo, de reduzir ao strictamente indispensavel o numeroso pessoal da antiga Companhia—sollicitou e obteve moratorias dos seus credores, pagando-lhes parte dos juros vencidos, e passando-lhes letras a curtos prasos, pela outra parte.—Instou com o governo pelo pagamento de algumas verbas da sua divida, já liquidadas—e cobrou dos particulares todas as que pôde. — Confiou e esperou sobre tudo, que as funestas consequencias das medidas, tão irreflectidamente adoptadas, pelo decreto com força de lei de 30 de maio de 1834, não tardariam a manifestar-se —e lhe proporcionariam sem duvida um melhor futuro.

Em 1837, julgou dever fazer algumas pequenas alterações nos seus novos estatutos, substituindo-os pelos de 17 de novembro d'esse anno de 1837—em que reduziu a trez sómente, o numero dos seus administrado-

res, possuidores de uma ou mais acções, e egualmente eleitos triennalmente.

Depressa, porém, começaram a fazer-se sentir as consequencias previstas da extincção total do systema protector, operada pelo decreto de 30 de maio de 1834-- e para as atalhar e remediar foi promulgada a lei de 7 de abril de 1838 — que restabeleceu de novo, pelo praso de 20 annos, a antiga e extincta Companhia, e á qual confiou a execução das prescripções da mesma lei.

Estas prescripções, comtudo, inteiramente deficientes, e desacompanhadas de outras, não bastavam para restituir o commercio dos vinhos do Douro ao estado florescente em que elle se achava antes de 1834—e por isso, e a esse fim, foi promulgada a nova lei de 21 de abril de 1843, que ampliou e augmentou, com outras, aquellas prescripções.

Por esta ultima lei, de 21 de abril de 1843, a execução da qual foi tambem confiada á Companhia, se lhe impunham graves e diversos encargos, em compensação dos quaes se lhe concedeu um subsidio de 150:000$000 réis annuaes, pagos á Companhia durante os 14 annos que ainda restavam da sua ultima proroga.

Afim de poder habilitar-se com os fundos precisos para a gerencia d'esta lei, cuja aceitação julgou vantajosa, pactuou a Companhia com os seus credores a convenção de 21 de junho de 1843 — pela qual elles concordaram em receber titulos negociaveis, a praso de 14 annos, pelos seus capitaes; e letras pelos juros annuaes dos mesmos capitaes. Formulou, em conformidade com aquella lei e esta convenção, os seus estatutos, de 8 de agosto de 1843, em que estabeleceu uma direcção, composta de um presidente e quatro directores, proprietarios, pelo menos, de tres acções cada um — devendo, além d'isso, tres d'elles, reunirem a qualidade de credores da Companhia por quantia não inferior a 4:000$000 réis—eleita pelos accionistas, possuidores pelo menos de tres acções, de 3 em 3 annos.

Esta lei, porém, de 21 d'abril de 1843, bem como o contracto por ella estabelecido entre o Estado e a Companhia, que deviam durar até 1858, foram inopinadamente abolidos, pelo decreto com força de lei, de 11 de outubro de 1852—que dispensou a Companhia dos encargos da mesma lei, e lhe retirou o subsidio que, em compensação dos referidos encargos, lhe havia sido concedido.

Por esta quebra da fé publica, se viu, pela segunda vez, a Companhia collocada repentinamente nas mais difficeis circumstancias. Comtudo, fazendo proceder immediatamente a um rigoroso balanço do seu estado, convenceu os credores, que a esse fim fizera reunir, que podia perfeitamente cumprir pela sua parte, as obrigações que, para com elles, tinha contrahido pela convenção de 21 de junho de 1843—e assim foi resolvido que continuasse como casa simples e puramente commercial até o fim do praso da sua ultima proroga.

Em 1858, sollicitou e obteve, uma nova proroga por 20 annos—e procedeu, em harmonia com as novas circumstancias em que se achava, á formação de um novo estatuto, confirmado pelo alvará de 13 de março de 1858, estabelecendo uma direcção composta unicamente de um presidente e dois directores—e seus respectivos substitutos—proprietarios pelo menos de 3 acções—e eleita triennalmente pela assembleia geral dos accionistas, composta d'aquelles que o forem egualmente, por não menos de 3 acções.

Estes estatutos são os que actualmente a regem.

Finalmente, chegou o anno de 1861, em que a Companhia tendo, desde o de 1859, acabado de pagar integralmente a todos os seus credores, a sua enorme divida— pôde, pela primeira vez depois de 30 annos, realisar um primeiro dividendo aos seus accionistas, que durante este longo periodo, nada receberam, vendo consequentemente as suas acções, quasi sem valor algum no mercado.

Graças, pois, ás esclarecidas administrações que teem dirigido este estabelecimento —aos seus incessantes esforços — á tenacidade com que sempre luctaram, e venceram as mais pavorosas crises—a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ahi está—bem contra a vontade dos seus eternos inimigos, que os tem tenacissimos, desde a sua instituição — e se ainda não tão

florescente como nos seus melhores tempos —ao menos livre inteiramente dos pesados encargos que a esmagavam — augmentando successiva e gradualmente os seus dividendos annuaes—a que corresponde o successivo e gradual augmento tambem do valor das suas acções — que hoje difficilmente se encontram á venda no mercado.

Exportação de vinhos pela barra do Porto, de 1865 a 1874

Na década de 1865 a 1874, inclusive, a exportação de vinhos pela barra do Porto foi a constante das seguintes cifras:

Anno de 1865	39:208	pipas
» » 1866	40:507	»
» » 1867	34:679	»
» » 1868	35:725	»
» » 1869	40:850	»
» » 1870	42:696	»
» » 1871	43:471	»
» » 1872	50:182	»
» » 1873	49:649	»
» » 1874	56:531	»
Somma	433:498	»

Temos, pois, o anno de 1874, como o de maior exportação de vinhos por esta barra, e muito sensivel é a differença entre esse anno e a de maior exportação dos anteriores.

Entre o de 1867, que foi o de menor cifra e aquelle de 1874, a differença é de 21:852 pipas a favor do segundo: entre o de maior exportação anterior (1872) a differença a favor de 1874, é ainda de 6:349 pipas; entre o de 1873 e o ultimo é ainda a differença favoravel a 1874 na cifra de 6:882 pipas.

De bom agouro são estes resultados para a prosperidade e riqueza publica e especialmente para os viticultores portuguezes.

Os centros que importaram principalmente os nossos vinhos, foram a Grã-Bretanha e o Brasil: aquella em 1873 importou 35:611 pipas; e em 1874, 35:753 pipas, mais 142; o Brasil em 1873 importou 9:955 pipas, e 15:668 em 1874, mais 5:713 pipas. Foi muito sensivel a differença e muito favoravel. O Brasil está sendo o principal mercado de nossos vinhos. É de crer, que, depois da ultima exposição em Londres, na Grã-Bretanha cresça o credito d'esse genero, que Portugal possue como poucos ou talvez nenhum paiz.

A exportação em 1873, para outros paizes além de Inglaterra e Brasil, foi de pipas 4:083, e de 5:110 em 1874.

Porto artificial ao sul da barra do Douro

Hoje (maio de 1877) que o sr. ministro das obras publicas, parece tomar a sério este emprehendimento importantissimo, para a prosperidade commercial do Porto, e para se evitarem os continuos naufragios e perdas de vidas, nas entradas e sahidas da perigosissima barra d'este rio, julgo a proposito referir uma conferencia que houve na rua dos Inglezes, no dia 21 de fevereiro de 1876.

Teve logar, em casa do sr. Eduardo Moser, para o fim de tomar conhecimento d'um projecto que elle lhe submetteu, d'um porto artificial ao sul da barra do Douro.

Achavam-se presentes as respectivas plantas do anteprojecto, nitidamento elaboradas, debaixo da direcção d'aquelle cavalheiro, por um habil engenheiro inglez.

Expostas com toda a lucidez, pelo seu auctor, as vantagens d'este porto, sobre todas as outras lembranças suggeridas por diversos engenheiros, e em differentes epochas, todos foram concordes em que a sua superioridade não admittia contestação, nem discussão, recebendo o sr. E. Moser inequivocas provas de approvação.

O porto projectado é, como já se disse, ao sul da barra, medindo de S. ao N. 1:600^m, começando a 220^m ao S. do cabedêllo, e estende-se até á praia de Lavadóres.

N'estes extremos tem dois paredões, em direcção, E—O com 460^m de comprido por 30 de largo; e em frente um talha-mar, em fórma de remate da letra T, com uma saliencia para o mar no centro, com 1600^m de comprido por 30 de largo no topo.

Do lado do N. e do S. fórma duas entradas com 385^m de vão, tendo 5 pharoes. Um no centro do talha-mar, um em cada uma das suas extremidades, e um em cada extremo dos paredões, de modo que mesmo de noite os navios podem entrar no porto de abrigo.

O fundo é todo d'areia, e livre de rochedos, tendo na baixa-mar de aguas vivas, e nas maiores marés, em grande parte do seu leito uma profundidade de 10^m a 14^m,50.

Na entrada do sul, o fundo é de 7^m a 15^m, e na do norte, de 4^m,50 a 7^m,50 e já se vê muito maior com a amplitude das marés. Segue-se que os *maiores navios* poderão sempre entrar com qualquer vento, e achar um optimo ancoradouro.

O accesso ao porto projectado é, no entender dos maritimos, muito mais facil do que o seria ao de Leixões, por isso que ha mar franco, com muito fundo, livre de pedras, accrescendo haver uma pequena indentação, ou bahia, desde Lavadóres até Cortegaça, que poderia ser aproveitavel no caso de um navio, acossado pela violencia do tempo, precisar de fazer-se ao largo. N'aquelle sitio é grande o rolo do mar, mas não ha arrebentação, que possa envolver um navio e fazel-o desgovernar. Dentro do muro (em alicerces) chamado de D. Rosa, que data do tempo de Luiz Gomes de Carvalho, ou de Oudinot, projecta-se uma ampla doka. Tem ella de superficie mais de 10 hectares. Communica-se com o porto, por um canal com tres comportas, o qual tem 180 metros de extensão e 40 de largo. Tem 3 jetées, de 150 metros por 40, ás quaes podem simultaneamente atracar 50 grandes embarcações, para carregar ou descarregar a vapor.

Esta doka, em que, por meio das comportas, a agua sempre se conservará na altura de preamar, tem sahida para o Douro, por um canal identico ao maritimo, por onde poderão passar os navios para o rio, e vice-versa; mas que é calculado principalmente para o serviço de barcas de carga ou descarga, que d'alli podem dirigir-se para a alfandega, de que dista cerca de 3 kilometros sómente.

Ao norte d'esta doka, e com ella communicada, acha-se a doka secca. Tem 140 metros de comprido por 80 de largo; e é esgotada pela força combinada de vapor hydraulico. N'elle podem ser concertados, simultaneamente, dois navios, com 60 a 70 metros de quilha; ou maior numero, sendo menores, havendo espaço para mais duas dokas eguaes, se as necessidades da navegação tornarem conveniente essa construcção.

Finalmente corôa a belleza d'esta grandiosa invenção do sr. Moser, sendo notavel que antes a ninguem occorresse, uma via ferrea que, tendo seu *terminus* na doka, a liga assim com o porto artificial, e o Douro com a estação de Valladares, e portanto com todos os caminhos de ferro de Portugal e da Europa!

Tendo obtido estes importantes dados, do proprio iniciador d'este melhoramento, cujo alcance é immenso, apresentamol-os com a consciencia da sua execução.

A planta foi desenhada, depois de apurado estudo, pelo habil engenheiro inglez, mr. Trery, que na sua longa vida tem executado, com feliz successo, outras obras d'esta natureza.

O terreno, hoje pantanoso, que se conquista, e é aterrado, excede a 1.150:000 metros quadrados; e presta-se muito para edificações de toda a natureza, que virão a ser precisas, mesmo antes da conclusão da obra, que fazemos votos porque comece quanto antes, não só para engrandecimento d'esta cidade e de Villa Nova de Gaia, mas para bem das provincias do N. e de todo o paiz.

—

Pesca

No districto do Porto, no anno de 1875, empregaram-se 4:622 individuos, em 176 lanchas, 120 barcos, 104 sáveiros, e 283 botes, na industria da pesca.

O rendimento d'esta industria, foi de réis 298:825$704.

Rendeu, em direitos, para o estado—réis 13:348$330. [1]

[1] O imposto do pescado, na alfandega do

Mina de ferro

No dia 12 de junho de 1875, registou o sr. José Alves de Aguiar, na secretaria da camara municipal do Porto, uma mina de ferro e outros metaes, no pavimento da rua das Carvalheiras, junto á travessa de Santa Catharina.

—

Mina de mercurio

(AZOUGUE)

Na rua de Santo Antonio do Penêde, no chão onde está construido um grande predio, denominado *do Christovinho*, ha uma mina de mercurio.

Este predio foi principiado em 1828. Esteve muitos annos em paredes; depois, foi-se fazendo pouco a pouco, e só se concluiu em 1870.

—

Ponte do caminho de ferro, sobre o Douro, no Porto

A ponte sobre o Douro, destinada á passagem da linha ferrea do norte sobre este rio, será composta, segundo o projecto definitivo apresentado pela companhia real dos caminhos de ferro portuguezes, de um arco central que abrange toda a largura do Douro, em frente do Seminario antigo, e dois viaductos lateraes, um de dois vãos de 37,^{m}37 de abertura cada um, do lado do Porto, e o outro do lado de Villa Nova de Gaya, de 3 vãos da mesma abertura.

O comprimento total da ponte, contado entre os encontros de alvenaria estabelecidos nas encostas, será de 352,^{m}87, a largura do taboleiro de 4,^{m}50 entre os parapeitos e a altura da parte superior dos carris, de 61,^{m}28, contada desde a linha do maior baixa-mar observado.

Porto, e suas delegações, em janeiro, fevereiro, e março, d'este anno de 1877, foi de 3:167$284 réis.

Em egual periodo de 1876, foi de réis 2:809$883, havendo portanto, n'este anno, um augmento de 357$401 réis.

O arco central terá 160^{m} de cada lado e uma flexa de 37,^{m}50, contada do partir da linha que junta os pontos de apoio do arco. A altura do arco no feixo será de 10^{m}, e a distancia entre as testas do arco, de 3,^{m}99 na parte superior do feixo, e de 15,^{m} nas nascenças do arco.

O taboleiro, na parte central, é formado pelo proprio arco na extensão de 51,^{m}88, e lateralmente, por duas vigas de ferro em rotula, de 3,^{m}50 de altura e 57,^{m}50 de extensão.

Estas vigas assentam sobre dois pilares marginaes ao rio e sobre o arco directamente proximo ao feixo e por intermedio de dois pilares de ferro laminado.

Os viaductos lateraes são formados por duas vigas, rectas em rotula, de 3,^{m}50 de altura, tendo do lado do sul, a extensão de 111,^{m}36, apoiando-se em quatro pontos, de modo a ficar dividida em 3 vãos de 37,^{m}37 de abertura; a do lado do Porto, da extensão de 73,^{m}99, dividido em dois vãos, de 37,^{m}37 de abertura.

Os pontos de apoio d'estas vigas, que supportam o taboleiro, são formados por pilares de ferro batido, assentes e ligados a soccos de alvenaria e cantaria, estabelecidos em cada uma das margens, nos pontos em que vem apoiar-se o arco central, e nas encostas do Douro, nos pontos em que a divisão dos *trasnos* dos viaductos lateraes exigirem a sua collocação.

Os pilares marginaes ao rio, cujos soccos de alvenaria e cantaria formarão os encontros do grande arco, teem uma altura de 41,^{m}77, e serão formados por quatro peças de ferro forjado, ligadas transversalmente por cruzes de S. André, do mesmo metal, em toda a altura.

Os soccos dos pilares marginaes, terão a altura de 15^{m}, contada desde o nivel do maior baixa-mar observado, até á sua parte superior, onde assenta a parte metallica; de modo que a dita parte superior, se achará 2,^{m}50 acima da maior cheia observada no Douro, que foi em 28 de dezembro de 1860.

O taboleiro da ponte será inteiramente metallico e deverá ser formado de ferros *Zorés*.

Todo o systema metallico, tanto no arco como nas vigas e pilares, acha-se perfeitamente ligado e estabelecido de modo a poder, não só resistir a todas as cargas dos maiores comboios que sobre a ponte poderão transitar, mas tambem a conservar toda a estabilidade para resistir aos temporaes, por maiores que sejam.

—

Aguas

MANANCIAES E CHAFARIZES, OU FONTES,

QUE FORNECEM.

Nascente de Paranhos—fornece—fonte da Arca—fonte do Matadouro—fonte da Bica Velha—fonte da Falpêrra. (Vid. pag. 301, col. 1.ª)

Nascente de Salgueiros—fornece—fonte da Boa-Vista—fonte de Cedofeita—chafariz do Campo Pequeno—fonte da rua do Triumpho (Torre da Marca)—fonte das Oliveiras—fonte da praça de Santa Thereza—fonte da relação—fonte da Fabrica do Tabaco (*Ferros-Velhos.*)

Esta agua, a das Fontainhas, a do Carvalhinho, a da Aguada, e a de Mija-Velhas, são as melhores do Porto.

Nascente do Campo Grande—fornece—fonte da rua do Meio—á esquina da rua de Santo Ildefonso—(no largo do Padrão)—fonte da rua das Fontainhas (antiga rua do Regato) logo á entrada N. da rua—fonte da Batalha—fonte da rua de Cima da Villa (ao fundo d'esta rua e da do Captivo)—fonte S. Sebastião.

Nascente de Liceiras ou *de Camões*—fornece—chafariz do largo do Laranjal [1]—fonte do Bomjardim, á esquina da rua do Sá da Bandeira—fonte da Praça-Nova—Paços do concelho e fonte do largo de S. Bento, ou da Feira.

Nascente da Povoa—fornece as duas fontes, da Rua Firmeza, e Praça do Bolhão.

Nascente da Cavâca—fornece as fontes da rua de Santo Ildefonso, e do passeio publico, de S. Lazaro.

As *arcas* que estão—uma no fim da rua do—*Moinho de Vento*
e outra no
Mercado do Anjo—fornecem—o chafariz do mercado do Anjo—A fonte que está contigua ao mesmo mercado, mas pela parte exterior, e do lado E.N.E.—fonte da Cordoaria—fonte das Taipas—fonte dos Banhos—fonte de S. Domingos [1] e fonte das Congostas.

A agua d'estas duas arcas, vem das nascentes de Paranhos e Salgueiros; e, alem das fontes mencionadas, fornece muitos estabelecimentos particulares.

Fontes fornecidas por nascentes privativas de cada uma d'ellas

Aguas Ferreas—Rua do Almada (duas)—

[1] Este *largo* (como outros mais do Porto, Lisboa e outras povoações do reino) não merece similhante nome. É o a que os inglezes chamam *square;* palavra que nós, na falta de termo proprio, devjamos adoptar. Os francezes, que tanto amor teem á sua lingua, julgando-a a mais perfeita do glôbo—e que tão diuturno ódio teem aos inglezes, já adoptaram para os seus pequenos largos ou praças, a denominação de *squares*; como para as vias ferreas adoptaram os termos inglezes de *wagon*, *tender*, *frugon*, etc., etc., por não terem outros que lhe correspondam.

A agua que brota actualmente do chafariz do *largo* do Laranjal, é a mesma de uma antiquissima fonte, que até ha poucos annos existiu na rua do Laranjal, no sitio onde ella faz um recanto, mas ficava mesmo no meio da rua, em uma especie de pôço. para o qual se descia por alguns degráus.

Pela circumstancia de ficar assim escondida, lhe deu o povo, o nome de *fonte do olho do c...* Eu nunca lhe conheci outro.

A camara para acabar com este feio nome, e, ainda mais, pelo incommodo que causava aos transeuntes esta fonte, e pelo constante perigo em que os collocava, removeu-a mais para baixo, construindo um elegante chafariz, que fica em frente da rua da Cancella-Velha.

[1] Esta fonte, estava antigamente formando um chafariz, no centro do largo de S. Domingos, á entrada da rua das Flores.

Como este largo é pequeno e de grande concorrencia, para o desobstruir, a camara o mandou mudar, haverá uns 20 annos, para o sitio actual, em frente do edificio que foi mosteiro de S. Domingos.

Armenia—Bicas—Bom Successo—Rua de Santa Catharina (duas) [1]—Viella das Pombas (na mesma rua)—Carvalhinho (á beira do Douro)—Carvalhosa—Culher—Rua dos Fogueteiros (por baixo do viaducto)—Alamêda das Fontainhas—Fontinha (ao principio da rua das Carvalheiras—do lado do norte—e no fim da travessa da Fontinha)—Largo de Fradellos—Guindaes—Lapa (encostado ao muro da alamêda)—Malm'ajudas Mija Velhas—Praça Nova—Ribeira—Ribeirinho—S. João Novo—S. Pedro de Miragaia—largo de S. Roque—Villa Parda—Virtudes—Prado (duas—uma dentro do cemiterio, outra na parte exterior do muro do mesmo, na alamêda)—Fôjo—Bom Fim—Aguada (á beira do Douro e proximo á barreira. É abundantissima, e de optima qualidade. É d'ella que se proveem os navios, e por isso se chama da *Aguada*.)

—

Carreira de vapores no rio Douro

O sr. Luiz Lebois, formou uma companhia, para construcção de vapores, de pequena lotação, para fazerem carreiras entre S. João da Foz e Avintes (uns 13 kilometros de percurso) com estações intermediarias na Ribeira e em Campanhan de Baixo.

O sr. Lebois, pedira em 1875 licença, á camara, para construir quatro pontes-caes (nos pontos extremos e nos intermediarios) para atracação dos vapores. A camara, só em 23 d'abril de 1877 lhe concedeu a pedida licença, sob condição da companhia mandar construir, á sua custa, casas para a fiscalisação da alfandega; e d'esta se poder servir das mesmas pontes-caes, todas as vezes que isto lhe convenha. As pontes, ficam, para todos os effeitos, consideradas como obras accessorias da projectada carreira de vapores.

É mais um melhoramento, de grande utilidade, para o Porto.

[1] Uma d'ellas, é na parte da rua que antigamente se chamava *Rua Bella da Princeza*, e é a actual parte superior da rua de Santa Catharina—da travessa de Fradellos até ao largo da Aguardente.

Surdos mudos

Já na 2.ª columna, de paginas 640, do 6.º volume, disse que Jacob Rodrigues Pereira, natural de Peniche, foi o inventor do alphabeto dos surdos-mudos, depois aperfeiçoado pelo abbade L'Epée.

O sr. padre, Pedro Maria d'Aguilar, natural de Pinhel, que tantos e tão valiosos serviços tem prestado á humanidade enferma, com o collegio de instrucção de surdos mudos, que fundou na cidade de Guimarães, resolveu mudar este collegio para o Porto; mas pediu á camara d'esta cidade um subsidio, para pagamento da renda das casas. Os vereadores actuaes, a quem os portuenses já tanto devem, pela sollicitude que teem mostrado, e pelo desenvolvimento que teem dado a muitos melhoramentos, gostosamente accederam á justissima pretenção do benemerito sacerdote, e em abril de 1877, lhe arbitraram um subsidio de 450$000 réis annuaes.

É mais um estabelecimento de caridade com que o Porto vae ser dotado. Para a biographia do sr. padre Aguilar, vid. *Pinhel*.

—

Templos protestantes

Em 25 de março de 1877, se inaugurou no *largo do Coronel Pacheco* (vid. a pag. 350, o anno de 1832—7 d'agosto) que até 1834 se chamou *largo do Mirante*—um novo templo protestante, anglicano.

É o segundo que existe n'esta cidade. O primeiro, foi fundado, ha muitos annos, no largo do *Campo Pequeno*.

São frequentados pelas colonias ingleza e alleman, que alli vão fazer a *oração da tarde*, em todos os domingos e dias santificados.

—

Paços do senado da camara municipal

Já tractei d'este edificio, a pag. 319, col. 2.ª d'este vol.: agora accrescentarei mais,

O salão da entrada, está ornado de bons quadros, a óleo, e entre elles se veem os retratos de D. João VI; de seu filho, o sr. D. Pedro; da sr.ª D. Maria II; de sua madrasta, a ex-imperatriz, Amelia; do sr. D. Pedro V;

o do sr. D. Luiz I; e o de seu sogro, o ex-rei da Sardenha, Carlos Alberto. (Foi o filho d'este, que offereceu o retrato do pae, á cidade do Porto)

A' esquerda d'este salão, ha uma pequena sala, adornada tambem de bôas pinturas a óleo, sendo uma d'ellas, o retrato do sr. D. Luiz I—tendo á direita, a espada de seu avô, o sr. D. Pedro; a bandeira do extincto batalhão de voluntarios da rainha; e um quadro, com a medalha d'ouro, offerecida á cidade, pelos pares do reino. A' esquerda, o pavilhão da corvêta Amelia; e um quadro, contendo a culher, martello de prata, etc., commemorando a inauguração da pedra fundamental para o monumento da Praça Nova.

—

A sérenissima infanta, D. Isabel Maria

Esta senhora, foi prioreza perpetua, e sollicita bemfeitora da irmandade da Santissima Trindade, do Porto, desde 1852 a 1876 (anno em que falleceu.) Além das esmolas extraordinarias, dava 90$000 réis de *joia* em cada anno.

Quando esteve em Roma, obteve do papa Pio IX, duas reliquias para esta ordem—uma do *Santo Lenho*—e outra de *S. Miguel dos Santos*, para cuja imagem obteve indulgencias; e um ramo de flores, benzido pelo mesmo pontifice.

Por seu fallecimento, deixou ao hospital da ordem, 500$000 réis. (Vid. o anno de 1755—14 de maio—a pag. 311 d'este vol.)

—

Bolsa do Porto

O documento mais completo, que se encontra no cartorio da camara do Porto, a respeito da Bolsa do Commercio d'esta cidade [1] é o seguinte, que se acha no livro das Vereações de 1439-1449 fl. 40.

Para se entender bem o anno, em que foi tomado o accordão da camara, cumpre advertir que até o anno de Christo 1422 se contava entre nós pela era de Cesar. D. João I ordenou então por lei de 22 d'agosto d'aquelle anno, que se contasse d'alli por diante, pela data do nascimento de Jesus Christo. Ora, como a era de Cesar andava adiantada 38 annos, ao anno em que nasceu Jesus Christo, segue-se, como já tenho dito, que para reduzir aquella a este, é necessario diminuir-lhe 38 annos, isto é—fazer recuar trinta e oito annos menos 11 dias as datas marcadas pela era de Cesar. A lei de D. João I encontra-se na Ord. Affons. liv. IV, tit. 77.

O accordão da camara diz assim:

«E dispois destes 24 dias de janeiro da era de myl quatro centos e qorrenta anos (A. D. 1392) no moesteyro de sam domyngos, que está na cydade do porto, na crasta segunda do dito moesteyro, stando presentes.

«It. Lopo diaaz despinho, juiz por elrey na dita cidade, e gonçalo martins e afon anes, vereadores;—It. affom daniz, procurador do Porto;—It. afom de moreyra;—It. domingos anes da maya;—It. Joham gil—It. afom ruiz tendeiro;—It. gonçalo anes, dos banhos;—It. pero martys da pedra;—It. afom stevez;—It. afom anes, paateyro;—It. pero afom, de gaya;—It. Johã cibraaes;—It. Vasco gonçalivez;—It. gonçalo stevez.—

«E outros muytos homens bõos moradores e vesinhos da dita cidade, que ao dito logo quiserom vyr por pregom, que ffoi lançado pela dita cidade, que viessem todos ao dito logo, para acordarem estas cousas que sse adeante seguem, segundo deu ffé gonçalo pregoeiro, que deitára o dito pregom polla dita cidade, por mandado do dito juiz e vereadores. E logo o dito juiz e vereadores e homens bõos acordarom, e mandarom que sse ffizesse bolsa em a dita cidade para averem de pagar a diego affom, morador em a dita cidade, hua soma douro, que dezia que lhe custára hua letra de privilegio, que dezia que ouve delRey de Ingraterra, para que nõ pagassem outros direytos velhos, que soyam a paguarse nos ditos reynos de Ingraterra, segundo majs compridamente he contheudo na dita carta de privilegio, e para outras despezas necessarias, que compriam aos nabios e mercadores da dita cidade e commarcas, ssegundo ssoyam sseer ordinhadas em outro tempo; a qual bolsa hordinha-

[1] Mais uma vez aproveitamos o trabalho precioso de Arnaldo Gama—*Ultima Dona de S. Nicolau*—not. LXVI.

rom, e acordarom por esta guisa; que sse pague de toda mercadoria, que sse carregar em a dita cidade, a s. de cada hua tonellada sengella 10 libras, é de cada trouxel de pano que veer aa dita cydade vynte libras: e hordinharom e ffezerom logo, para ffretadores das naaos, gil vicente barbas e gonçalo annes dos banhos, vesinhos e moradores na dita cidade; ao qual gonçalo annes logo derom juramento dos avangelhos, que bem e djreitamente e sem malicia husassem do dito officio, e o dito gonçalo annes assy o prometteu de fazer; e logo pozerom por tesoureiro da dita bolsa, Johã pires barba mea, e por escrepvam della afom donis, sobrinho que foi de pero donis das botas, que presente estavam; a qual bolsa hordjnharom por prol communal da cidade e moradores della, e por carta delRey, que para esto foj dada, segundo sse adeante ssegue—

«A qual carta delRey era escripta em purgaminho de cojro, rubricada e sellada do sello pendente do dito senhor Rey, posto e colgado em ffita preta, da qual carta o theor tal he:—

«Dom Joham, polla graça de deus, Rey de portugal e do algarve: A vós, gonçalo annes carvalho, juiz por nós, na cjdade do porto, e a eutros quaesquer que esto ouverem de leer, a que esta carta ffor mostrada, saude. Sabede que o concelho e homens bõos dessa cidade, nos embiarom dizer que nos tempos dos Reis nossos antecessores ouve na dita cidade, hordinhada bolsa de certos dinheiros, que sse lançavam e contavam nas abalias dos averes que sse hij carregavam em nabios para outras partes, e dos pannos que sse hij carregavom de rretorno, para sse pagar dello as despezas, que sse faziam, quando envyam para a costeira do mar sobre parte desses nabios e averes, que sse lhes alghum enbargo acontecia, assy como era em galiza e outrossy em Ingraterra, por costumes e em possiçoens novas, que lhes demandavam, e por outras caussas semelhantes, segundo sse sempre custumou de fazer; o qual dito dyreito sse non tirou nem rrecadou depois que nos ouvemos estes Reynos, por razom da guerra, e outras necessydades e embargos, que sse seguirõm; e que ora avendo por nosso serviço e prol e honrra da dita cidade, acordarom de sse renovar e poer em obra, e que, porquanto alghuns de fóra da dita cidade, que hij carregam, recusam de pagar em ello, e que nos pediam por mercee que lhes ouvessemos dello remedio; e nós, beendo o que pediam, Teemos por bom, e mandamosvos que façades logo chamar todos os desse concelho, ou a mayor parte delles, por pregom e sse todos, ou a mayor parte delles, disserem que é bem tirarse o dito djreito da bolsa, como sse sempre em tempo dos outros Reys sse hussou e custumou de fazer, que ssem embargo, cõstrangedes e mandades cõstranger, que paguem em ello, esses que em ello assy recusarem de pagar, e fazedelhes os cõstrangimentos, que para elle comprem, e sobre esto nom ponhades outro nenhu embargo em nenhua maneyra que sseia. Unde nom façades. Dante em Santarem 11 dias de julho. ElRey o mandou por Ruy Lourenço, dayam de coymbra, lecenceado em degredos, e por Johom affom, scollar em leis, sseu vassallo, ambos do seu desembargo. Vasco annes affez era de mjl e quatrocentos e trinta e cinco annos.»

São estes os documentos mais completos que se acham no cartorio da camara do Porto, a respeito da bolsa do commercio. Ha tambem alli varias disposições relativas á bolsa e tribunal do commercio, mas em um sem numero d'accordãos dispersos. A camara exercia grande influencia sobre a bolsa, por serem os juizes e vereadores, tirados, em grande parte, da classe commercial.

A casa da bolsa, esteve na então chamada rua Formosa, hoje rua dos Inglezes, como prova o documento seguinte, que se acha no liv. A, fl. 51, v.

«Dom João pella graça de Deus rej de portugal e do algarve, a voos juizes do porto, saude: sabede que por os procuradores desse concelho que veerom a estas cortes, que ora fazemos em esta cidade de lisboa (de 1412) nos foorom dados huns capitolos especiaes, antre os quaes som conteudos, com nossas respostas, estes que se seguem; nos enviastes dizer que em todos os lugares das provincias do mundo, onde ha mercadores, se

costumou e costuma terem hua casa por logea, em que fazem seus ajuntamentos, quando querem falar sobre alguas cousas, que pertencem a serviço do seu senhor, e apro de suas mercadorias, da qual cousa segue ao senhor da terra serviço e a elles proveito; e que por quanto em essa cidade não ha casa em que se possa fazer tal juntamento, e na rua fermosa dessa cidade, ha hua casa, sobre hum arco, que é tal, em que se não pode fazer casa de morada, por não ter loja, que nos pediades por mercé que vola mandassemos dar, e mandassemos ao veador da obra da dita rua, que fizesse fazer e ordenar a dita casa, para o que dito he. A isto respondemos que nos praz, e mandamos ao veador da dita obra, que faça fazer a ditta casa, em aquella guisa, que cumprir para o que o ditto he, e vola deixe... Dada em Lisboa quatorze dias de majo. ElRej o mandou, per Joanne afonso dalanquer, seu vassallo e veador da sua fazenda. João fernandes a fez, era de mil quatro centos e cincoenta annos. (A. D. 1412)»

—

Casa da Bolsa

«Dom Joham, pella graça de Deus, Rey de Portugal e do Algarve, Avós, Gonçallo Anes Carvalho, Juis por nós na Cidade do Porto, e a outros quaesquer, que esto ouverem de veer, a que esta Carta for mostrada, saude. Sabede que o Concelho, e homens boons dessa Çidade, nos enviarom dizer, que nos tempos dos Reys nossos anteçessores ouve na dita Çidade hordinada bolssa de çertos dinheiros, que sse lançavam, e contavam nas avalias dos averes, que sse hi carregavam em Navios pera outras partes, e dos panos, que sse hij carregavam de retorno, pera sse pagar delo as despezas, que sse faziam quando envyam per a costeira do mar saber parte deses navios, e averes, e se lhe alguum embargo acontecia, assy como ora em Galiza, e outro ssy em Ingraterra, por costumes, e empossiçoens novas, que lhes demandavam, e por outros caussos semelhantes, segundo sse sempre custumou de fazer: o qual dito direito sse nom tirou, nem rrecadou, depois que nós ouvemos estes Reiynos, por rezom da guerra, e outras neçicydades, e enbargos, que sse seguirom, e que ora, entendendo por nosso serviço, e per prol e honra da dita Çidade, acordaram de sse renovar, e poer em obra, e que por quanto alghuuns de fora da dita Çidade, que hy carregam, recusam pagar em ello, e que nos pediam por merçee, que lhes ouvessemos a ello remedio. E nós veendo o que nos pediam, teemos por bem, e mandamos-vos, que ffaçades logo chamar todos os desse Conçelho, ou a mayor parte delles, per pergom, e sse todos, ou a mayor parte delles diserem que he bem tirar-se o dito direito da bolsa, como sse sempre em tempo dos outros Reys hussou, e custumou de fazer, que ssem outro enbargo constranjades, e mandades cõstranger, que paguem em ello esses, que em ello assy recusarem de pagar, e fazedelhes os cõstrangimentos, que entenderdes, que pera ello comprem, e sobresto nom ponhades outro nenhuum enbargo, em nenhuma maneira que seja. Unde al nom façades. Dante em Santarem, XI. dias de Julho. El Rey o mandou per Rui Lourenço Dayam de Coymbra, Leçençiado em Degredos, e per Joham Affonso, Scollar em Leis, sseu Vassallo, anbos do seu Desenbargo. Vasco Anes a ffez. Era de mil CCCCXXXV. annos.»

Cartorio da Camara do Porto, Liv. das Vereações da Era de 1439, fl. 41.[1]

—

Tribunal do Commercio

No palacio da Bolsa se acha montado o tribunal do commercio, cujo pessoal, em 1877, é o seguinte:

Juiz—Dr., José Pereira.

Secretario—Acacio Alfredo de Seabra.

Escrivão — João Carlos Pereira da Silva Lessa.

Dito — Antonio Soares Mascarenhas, que em rasão da sua decrepitude se acha legalmente substituido pelo

Escrivão ajudante—Henrique Cesar Ferreira Pinto.

[1] Conservei rigorosamente a ortographia dos documentos que acabaram de ler-se; apenas puz algumas virgulas, onde eram indispensaveis, para clareza do escripto.

Amanuense — Joaquim da Costa Correia.
Dito—José Antonio Dias.
Dito—David José da Silva e Sousa.
Dito—Antonio Joaquim Ferreira do Espirito Santo.
Dito—José Alexandrino Ferreira.

—

Ha tambem no palacio da Bolsa uma estação telegraphica, propriedade da Associação Commercial, e que põe a Bolsa em contacto com a barra e Foz do Douro.

—

Bancos do Porto

Brazilian and portugueze bank (limited) —Caixa filial do banco nacional ultramarino —Nacional — Commercial — Mercantil portuense — União — Commercio e industria — Caixa filial do banco de Portugal—Alliança —Providente—London & brazilian bank (limited)—Caixa filial do banco lusitano—Utilidade publica—Portuguez—Porto—Industrial.

—

Companhias commerciaes

Nova companhia, Utilidade Publica (no banco da mesma denominação)—Delegação da companhia geral do credito predial portuguez—De illuminação a gaz—Nova companhia de Viação Portuense—Sociedade do Palacio de crystal portuense—Sociedade agricola do Porto—Geral da agricultura dos vinhos do Alto Douro—Portugueza de mineração (delegação)—União (annexa ao banco União) —Providente (annexa ao banco Alliança.)

—

Companhias de seguros

Bonança—Douro—Equidade—Fidelidade Livrepool, London & Globe—Lloyd's—Indemnisadora—El Fenix Español—La Española —Norwich Union—Garantia — Phœnix— Segurança — Segurança Provinciana — Sun Fire Office—União—Arraes do Douro.

—

Caixas filiaes das sociedades hespanholas, de seguros de vidas

A Tutelar—A Nacional.

—

Estado financeiro dos bancos seguintes

1.º *Commercial.*—194 contos de notas, 279 em depositos á vista, 747 a prasos. Total 1:220 contos. Para lhe fazer face, capital de 1:840 contos, fundo de reserva 174, total 2:014 contos.

2.º *Mercantil.*—123 contos em notas; 261, depositos á vista; 563, a prazo; total 947, contos. Capital 1:600, fundo de reserva 100. Total 1:700.

3.º *União.*—219 contos em notas; 1:457, depositos á vista; 667, a prazo. Total 2:343. Capital 3:000, fundo de reserva 240. Total 3:240.

4.º *Alliança.*—309 contos em notas; 362, depositos á vista; 450, a prazo. Total 1:121. Capital 2:400. Fundo de reserva 140. Total 2:540.

5.º *Utilidade Publica.*—156 contos em notas; depositos á vista, 380; a prazo 829. Total 1:365 contos. Capital 1:800. Fundo de reserva 160. Total 1:960.

6.º *Portuguez.*—273 contos em depositos á vista; 1:067, a prazo; total 1:340. Capital 2:400; fundo de reserva 13. Total 2:413.

7.º *Banco do Porto.*—Depositos á vista, 70 contos; a prazo, 583. Total 653. Capital 1:000; Fundo de reserva, 5. Total 1:005.

8.º *Industrial.*—Depositos á vista 74 contos; a prazo, 205; total 279. Capital 996. Fundo, de reserva 3. Total 999.

9.º *Nacional.*—Depositos á vista, 93 contos; a prazo, 437. Total 530. Capital 1:898. Fundo de reserva 3. Total 1901.

10.º *Commercio e Industria.*—Depositos á vista, 49 contos; a prazo, 249. Total 298. Capital 1:993 contos.

Total dos fundos dos 10 bancos, em 1877 (em contos de réis)

1.º	2:010
2.º	1:700
3.º	3:240
4.º	2:540
5.º	1:960
6.º	2:413
7.º	1:005
8.º	999
9.º	1:901
10.º	1:993
Total geral	19:761

19.761:000$000 réis.

Associação commercial do Porto.

(*Palacio da Bolsa*)

I

Antes de 1834, o commercio do Porto não tinha representação collectiva. Havia, quando muito, cincoenta negociantes matriculados na Real Junta do Commercio; e se algum d'elles carecia de dirigir-se a el-rei, requeria individualmente.

Uma pequena parte d'estes negociantes matriculados, e d'outros que não o eram, quotisavam-se para custearem a despesa de periodicos e aluguer do andar terreo d'uma casa na rua dos Inglezes, onde se reuniam. A esta casa dava-se o nome de *Juntina*, [1] e servia tambem para leilões de mercadorias.

Decretado o codigo commercial, seguiu-se a installação do tribunal do commercio de primeira instancia, e em dezembro de 1834, o juiz presidente e os jurados convidaram os principaes negociantes d'esta praça do Porto, tanto nacionaes como estrangeiros a uma reunião, na qual, demonstrando-lhe a necessidade de formarem uma associação para collectivamente pugnarem pelos interesses do commercio, lançaram os primeiros alicerces da associação que ora existe.

Foi nomeada uma commissão de cinco membros, a qual elaborou uns estatutos, com o modesto nome de *Regimento da Associação Commercial do Porto*; promoveu a sua approvação; instalou a sociedade, com duzentos e tantos membros, e em assembléa geral foi eleita a primeira direcção, a qual, apenas entrou no exercicio das suas funcções, trabalhou com tanto zelo e tino, que em breves annos conseguiu elevAl'a, e adquirir-lhe a benevolencia e consideração dos altos poderes do Estado. Carecia porém a associação de casa propria e adequada, e logo as direcções tomaram para alvo dos seus esforços este ponto.

[1] Vid. art. *Nicolau* (*São*)—Porto—e para a parte historica «*Estudos historicos e archeologicos*» de Vilhena Barbosa.

II

Na tarde de 24 de julho de 1832, recolheu ao Porto a força do exercito liberal que na vespera havia dado a batalha de Ponte-Ferreira; e por volta da meia noite d'esse mesmo dia, as chammas devoravam o mosteiro de S. Francisco, quartel do batalhão de caçadores 5, desde a sua entrada n'esta cidade. Se o incendio foi intencional ou casua, ainda se ignora; o que é certo é que em poucas horas aquelle grandioso edificio ficou reduzido a um montão de ruinas, restando incolume apenas o magestoso templo.

N'este local tentou a associação levantar casa, e, como lhe faltassem os meios pecuniarios, reuniu a assembléa geral, em 6 de março de 1839, e n'ella foi apresentada, discutida e approvada uma tabella, na qual se marcava o imposto que deviam pagar os generos que se despachassem na alfandega do Porto, cujo producto seria applicado para as obras da Praça. Deve notar-se que a referida tabella foi approvada, não só pelos associados, mas tambem pelos negociantes estranhos á associação, havendo sido todos préviamente convidados a discutir e votar sobre o assumpto.

Não desanimaram as direcções d'essa época, perante os obstaculos que se oppunham ao seu desiderandum, e viram a final coroados os seus esforços, com a promulgação da Carta de Lei de 18 de junho de 1841 que approvou o imposto, e da de 19 do mesmo mez e anno, que concedeu á associação o edificio queimado, com a clausula de que daria casa para o tribunal do commercio e suas officinas.

Começaram logo as obras, pela remoção do entulho, com o que não pouco se dispendeu; e em 6 de outubro de 1842 se collocou a primeira pedra do Palacio da Bolsa.

Instalou-se provisoriamente o tribunal do commercio nos compartimentos que primeiramente se apromptaram, e em 7 de novembro de 1845 se installou, em outra sala, provisoriamente tambem, a associação.

Com o andamento das obras, conheceu-se que ellas demandavam sommas muito superiores ás do primitivo orçamento, e que o im-

posto votado era insufficiente. Reuniram-se, pois, de novo os commerciantes do Porto, associados e não associados, e votaram um imposto mais forte, que foi approvado pela Carta de Lei de 16 de junho de 1848.

D'este modo ficou habilitada a associação para dar maior desenvolvimento ás obras, e já poderiam estar concluidas, e o commercio do Porto livre d'aquelle imposto, que voluntariamente se impoz, se ulteriores resoluções não desviassem quantias consideraveis, para fins, aliás justos, mas completamente estranhos áquelle para que o imposto fôra creado.

Até 31 de dezembro de 1875, saiu do cofre das obras a importante cifra de cento cincoenta e um conto de réis, que tanto sommam as quantias entregues á «Commissão Salva-Vidas», Asylo de Mendicidade e Camara municipal, pois pela carta de lei de 1 de setembro de 1869, está sujeito o imposto aos seguintes encargos: — Um conto de réis annual para o Salva-Vidas,—dois contos para o Asylo de Mendicidade,—e para a camara, ametade do que o imposto produzir, liquido!...

A importante associação commercial do Porto, sempre respeitadora das leis do paiz, tem sido um poderoso elemento d'ordem, e prestado relevantes serviços ao commercio, á agricultura, e ás artes;—dotou o Porto com um edificio monumental, o seu palacio da Bolsa, sem pedir um ceitil ao Estado; dando ainda quantias valiosas para fins a que o Estado deveria occorrer,—e a ella se devem finalmente grande numero de distinctos operarios, de que o nosso paiz tanto carecia, falho, como é, d'obras d'aquelle tomo, que são as escolas em que os grandes artistas praticamente se formam.

Concluiremos este artigo com o que sobre o assumpto escreveu o sr. J. de Vilhena Barbosa [1] um dos nossos mais benemeritos e mais illustres escriptores:

«Na reedificação d'esta cidade (Lisboa) depois do terramoto de 1755, o marquez do Pombal, destinou para o serviço da bolsa de commercio e reunião dos negociantes, a parte inferior do torreão oriental do Terreiro do Paço, que, por esse motivo, passou a denominar-se Praça do Commercio. Creados os tribunaes do commercio em 1834, foram estabelecer-se nos pavimentos superiores do mesmo torreão.

Com as obras emprehendidas ultimamente, para acabamento d'este torreão, e que se acham quasi terminadas, ficam o tribunal do commercio e a bolsa de Lisboa, decorosamente accommodados.

A sala do tribunal é vasta, muito alegre, e está ornamentada com riqueza e bom gosto.

«A cidade do Porto foi dotada, muito mais tarde, com este importante melhoramento, mas ficou bem compensada da tardança com a grandiosidade do seu edificio da bolsa. A este respeito, o Porto avantaja-se muito a Lisboa. O seu palacio da bolsa, que occupa todo o logar do antigo convento de S. Francisco e onde funcciona tambem o tribunal do commercio, é digno por sua vastidão, solidez de construcção, elegancia e nobreza de architectura, excellencia, formosura e riqueza de ornamentação de algumas das suas partes interiores, é digno, repito, não só da illustrada e opulenta corporação, que, por meio do tributo a que se sujeitou, tem levantado uma tão dispendiosa e perfeita obra, mas até de ornar e ennobrecer a capital de um grande estado.»

Doutor, *Pedro Augusto Ferreira*,
Abbade de Miragaia.

—

Descripção do Palacio da Bolsa, pertencente á Associação Commercial do Porto [1]

Este vasto edificio, uma das melhores construcções do Porto, está situado na parte baixa da cidade, occupando uma superficie de 3167 metros quadrados.

Pelo nascente, confronta com a rua de

[1] «*Estudos historicos e archeologicos*» tom. I pag. 161 e 162.

[1] Foi feito este trabalho por ordem da mesma Associação, pelo distincto engenheiro das obras, o sr. Gustavo Adolpho Gonçalves e Sousa, expressamente para ser, como foi, dado, em principios do corrente anno de 1876, ao sr. dr. Pedro A. Ferreira.

Ferreira Borges, para onde tem a sua fachada principal; pelo norte, com a rua de D. Fernando, para onde está voltada a melhor das suas faces lateraes; pelo poente, com a cêrca dos terceiros franciscanos; e pelo sul, com a egreja do extincto convento de S. Francisco, para onde tem uma das suas entradas.

A fachada principal, de uma architectura muito elegante, subordinada á ordem dórica, tem 53^{m},68 de comprimento, e 19^{m},14 de altura, desde o patamar da escadaria que dá accesso ao grande átrio, até ao cimo do frontão. No centro d'esta fachada estão vasados tres grandes arcos de esquadria *rusticada*, os quaes dando accesso ao átrio que communica com o pavimento da rua, por uma escadaria, convenientemente decorada, sustentam uma columnata de ordem dórica, composta de quatro columnas, que apoiam o entablamento e tympano do frontão, coroado por uma torre circular da altura de 13^{m},86, e que tem em cada um dos quatro rumos um mostrador de relogio.

Por detraz da columnata que mede 7^{m},16, ha uma espaçosa varanda reentrante, a qual tem nas paredes do fundo e lateraes, cinco portas, adornadas com tympanos e molduras, e por cima d'estas, egual numero de janellas quadradas de peitoril, que dão luz para o segundo andar do edificio.

Nas abas d'esta fachada, ao nivel do pavimento terreo, ha 8 janellas de peitoril, e ao nivel do andar nobre, igual numero de janellas de sacada, coroadas com os respectivos tympanos, por cima dos quaes estão vasadas igual numero de janellas quadradas que dão luz para o segundo andar. Cada uma das abas é rematada por um pavilhão de canto, com duas janellas embutidas em arcada ao nivel do pavimento terreo, duas janellas de sacada com seus tympanos, ao nivel do andar nobre, e duas janellas quadradas de peitoril, ao nivel do segundo andar.

Na altura do pavimento terreo, são as paredes de esquadria rusticada, decoradas com pilastras de ordem dórica e de esquadria lisa até ao entablamento, que é coroado por uma balaustrada attica.

A fachada lateral, voltada para a rua de D. Fernando, é de uma architectura mais simples, mas muito elegante, e tem de comprimento 75^{m},50.

Ha no centro, um frontão de esquadria rusticada, vasado ao nivel do pavimento terreo por tres grandes portas arcadas, sobre as quaes assentam tres janellas de sacada ao nivel do andar nobre, decoradas convenientemente, e terminadas por egual numero de janellas de peitoril, ao nivel do segundo andar, tudo coroado pelo respectivo entablamento, tympanos e varandins.

Ao nivel do pavimento da rua e aos lados das portas arcadas, estão vasadas 16 janellas de grandes dimensões, com egual numero de janellas no sobresotam; ao nivel do andar nobre egualmente 16 janellas de sacada, com varanda de ferro, e o mesmo numero de janellas, no nivel do segundo andar.

A fachada do lado do poente, que faz frente para a rua da Ferraria, tem o comprimento de 16^{m},35. Ao nivel do pavimento terreo, tem 7 janellas de peitoril, tres das quaes são vasadas em um pequeno frontão que tem só a altura d'este pavimento; ao nivel do andar nobre tem tres janellas de sacada, sobre as quaes ha egual numero de janellas de peitoril, ao nivel do segundo andar, e toda esta fachada é egualmente coroada pelo respectivo entablamento e varandim.

A face voltada ao sul, e que confronta com a egreja do extincto mosteiro de S. Francisco, tem sómente na altura do pavimento terreo, tres portões d'entrada, que dão accesso ao átrio que communica com o pateo da mesma egreja.

No interior do edificio ha um grande pateo, de fórma quadrangular, vasado em toda a altura do mesmo edificio, e a descoberto; que dá luz para as faces interiores d'elle, cada uma das quaes tem 24^{m},30 de comprimento. Ao nivel do pavimento terreo, sete arcos de esquadria, de grandes dimensões, que abrangem toda a altura do mesmo pavimento, dão accesso a uma ampla e elegante galeria interior, coroada com abobada de penetração, a qual communica com todos os commodos d'este pavimento, e com os trez atrios das avenidas do edificio. Por uma

d'estas arcadas, ao nivel do andar nobre, ha egual numero de janellas de sacada, com varandas de pedra, e sobre ellas o mesmo numero de janellas de peitoril ao nivel do segundo andar.

Os trez arcos da entrada principal do edificio, que dão accesso á galeria do átrio, tem portadas de pau embutido, todas envidraçadas e com mata-juntas de mahogono, com ornatos de aprimorado gôsto, tendo o da porta do centro, em um escudo, os emblemas do commercio, em pau setim, sobre jacarandá. Pela parte interior da arcaria, teem as mesmas portadas mata-juntas de talha em pau rosa, mahogono, setim e jacarandá, no mesmo estylo.

Do lado esquerdo (sul) ha duas portas de vinhatico, com as almofadas das bandeiras de jacarandá, tendo no centro, em letras douradas, o rotulo — *Associação Commercial.*

Estas duas portas dão entrada para o gabinete de leitura, que mede 12^m, 23 de comprimento, 7^m,18 de largura e 7^m,28 de altura. As paredes são de scariola imitando marmore, e o tecto é de estuque, com molduras lisas, com flores de gêsso no centro.

Ao fundo d'este gabinete (sul) ha uma porta que communica com a secretaria da Associação Commercial, a qual tem 9^m,56 de comprimento, 7^m,26 de largura e 4^m,30 de altura.

Do lado direito (norte) dos trez arcos d'entrada, ha outras duas portas, em tudo eguaes ás do sul, que communicam com os commodos actualmente occupados pelo Banco União.

Contigua á secretaria, fica a antiga escada do extincto convento de S. Francisco, cujo átrio tem 8^m,52 de comprimento por 8^m,3 de largura. A sua caixa, tem a altura de 17^m,10, e é desenvolvida em sete lanços da largura de 2^m,15, tendo o primeiro e segundo, 5 degraus cada um, o terceiro dezesete, o quarto e quinto, quinze cada um, o sexto quatorze, e o setimo quinze. Esta escada dá communicação para as galerias do segundo e terceiro pavimento, e é toda construida de granito.

No segundo pavimento ha differentes salas, sendo a primeira (subindo por esta escada) o cartorio do tribunal do commercio com 9^m,80 de comprimento, 7^m,30 de largura e 4^m,10 de altura; as paredes são de scariola imitando marmore, e o tecto de estuque com molduras lisas. Contigua a esta sala, está a secretaria do mesmo tribunal, e tem 7^m,25 de comprimento, 6^m,60 de largura e 4^m,10 de altura. Segue depois o gabinete do juiz, com 7^m,25 de comprimento, 5^m,55 de largura e 4^m,10 de altura. Junto a este gabinete, ha uma sala de espera, que communica com a galeria da fachada principal; em seguida uma outra que communica a varanda da fachada principal com a mesma galeria, e logo unida, uma terceira, que communica a dita galeria com o gabinete do presidente da Associação. Tem este gabinete 7^m,20 de comprimento, 6^m,10 de largura e 4^m,10 de altura; as paredes são forradas de papel pintado, com ornatos dourados; o tecto é guarnecido de ornatos em gesso *renaissance*, e as padieiras das janellas, são apaineladas de madeira, com um medalhão de talha ao centro, sobre fundo carmezim.

Do lado do norte, ha uma porta com mata-juntas de castanho na sua bandeira, todo engrinaldado de folhas de carvalho, mimosamente desenvolvidas e muito bem executadas. Esta porta dá entrada para a nova sala das sessões da direcção da Associação Commercial, a qual tem o comprimento de 13^m,05, largura 7^m,25 e altura 4^m,10. O tecto d'esta sala é no estylo *renaissance* e todo guarnecido de ornatos em gesso, de um bello effeito, pela sua boa disposição e optimo acabamento. As suas paredes são de estuque, imitando marmore, e as janellas teem nas suas bandeiras, mata-juntas douradas e pintadas a branco, e as padieiras almofadadas de madeira, com um medalhão de talha no centro sobre fundo carmezim.

Do lado do poente, ha duas portas, tambem com padieiras almofadadas e com o mesmo medalhão, e os mata-juntas egualmente de talha dourada e pintada a branco e carmezim. Uma d'estas portas dá sahida para a galeria e outra para a sala de espera, cujas paredes são forradas de papel de côr e dourado; o tecto é de estuque com moldu-

ras lisas, e mede 7^{m},75 de comprimento, 4^{m},55 de largura e 4^{m},10 de altura.

Ao lado d'esta sala, ha uma porta que dá accesso á sala das sessões ou das reuniões de companhias, e tem 15^{m},50 de comprimento, 7^{m},80 de largura e 4^{m}, 10 de altura. O tecto é guarnecido com bellos ornatos em gêsso, allegorias e differentes datas; e as paredes são de scariola, imitando marmore.

Do lado do poente ha duas portas que dão accesso ao *salão de respeito*, o qual tem de comprimento 12^{m},10, largura 7^{m},80 e altura 8^{m},40. As paredes são de scariola, imitando marmore, e o tecto é pintado a fresco, no estylo romano, subordinado á ordem composita, tendo aos lados, differentes figuras allegoricas. Esta pintura torna-se notavel pela boa disposição da luz, que faz realçar os ornatos, de modo que parecem ornamentação em alto relevo. O tecto é guarnecido de almofadas com ornatos, tendo no centro um florão, e às paredes são guarnecidas com os retratos da Senhora D. Maria II, e dos Senhores D. Pedro I (do Brasil), D. Pedro V, D. Fernando e D. Luiz I. O pavimento d'esta sala é de mosaico de differentes qualidades de madeira, em fórma de xadrez, produzindo um lindo effeito, pela bôa disposição das cores, optima execução e embutido das madeiras.

Do lado do sul, ha duas portas que dão entrada para a galeria do átrio, e do lado do norte, tres janellas de sacada, tendo as ombreiras e padieiras almofadas, guarnecidas de talha, tudo pintado a branco e envernisado.

Outras duas portas dão accesso pelo lado poente ao grande salão de recepção, luxuosamente decorado, e que tem de comprimento 26^{m},20, de largura 13^{m},05 e 11^{m},77 de altura. A sua fórma é de um parallelogrammo com os angulos truncados, formando em cada um dos quatro angulos um oitavo. No seu pavimento ha uma columnata que supporta uma galeria que circuita todo o salão.

Esta galeria é formada por 16 elegantes arcos de 6^{m},50 de altura por 3^{m},75 de largura, e cada columna com o seu capitel d'altura de 4^{m},25. O pavimento da arcada tem um estrado de 19^{m},80 de comprimento e 2 metros de largura, todo de mosaico de jacarandá, pau setim, mahogono e platano do mais bello effeito. As entradas para as janellas e portas são rectangulares com os angulos superiores arredondados, e teem 4^{m},10 de altura por 2^{m},40 de largura. Em cada um dos quatro lados, norte, sul, leste e poente, ha cinco arcos, sendo dois conjugados em cada oitavo e um ao centro, sobre os quaes ha uma luneta do diametro de 3^{m},60 com vidros de cores, excepto nos quatro oitavos em que a luneta fica ao meio dos arcos conjugados.

O interior dos dois oitavos do lado noroeste e sudoeste são gabinetes, o primeiro dos quaes tem tres janellas de sacada, duas para o norte e uma para o poente, e o segundo duas janellas— uma para o poente e outra para o sul. O oitavo do lado sueste dá sahida para a escada nobre, e para a galeria, e o do lado nordeste para o salão de respeito. O pavimento do centro do salão é todo de madeira branca.

Sobre os arcos acima mencionados assenta a galeria do segundo pavimento, a qual tem 3^{m},40 de altura por 0,^{m}2 de largura. É formada tambem por 16 columnas da mesma altura, em cujos capiteis assenta uma elegante e bem disposta cornija adornada com pendentes e coroada por uma cercadura destacada do tecto. Esta cornija, incluindo as duas cercaduras, mede 1^{m},60 de altura; o tecto é arcado, em ponto abatido, tendo dos lados norte e sul cinco lunetas com vidros de cores. O interior dos quatro oitavos d'esta galeria, são gabinetes, com as entradas em fórma de arco abatido, e cada um tem dois ventiladores oitavados, em fórma de pyras. O oitavo do lado sueste, dá sahida para uma pequena escada, que dá accesso para a galeria do segundo andar, tendo no centro do lado norte, um arco, e do lado sul outro egual, que dá sahida para uma escada, no interior de um gabinete, cujo comprimento é de 6^{m},20, largura 3^{m},85 e altura 5^{m},60, o qual tem duas portas, uma que dá accesso ao salão e outra á escada nobre.

O pavimento é de mosaico, em xadrez formado com madeiras de pau setim, jacaran-

dá, rosa, plátano e mahogono, produzindo um effeito muito agradavel. O pavimento dos degraus é muito elegante, pela sua simplicidade, tendo no centro um medalhão, guarnecido por uma lista, que fórma nos angulos uma grêga. As paredes são de scariola imitando marmore; e o tecto e a cúpula, guarnecidos com mimosos ornatos em gesso, de apurado gôsto e agradavel disposição.

A ornamentação de toda a grande sala e suas dependencias, é no estylo árabe. Paredes, tectos, cornija e arcaria, são guarnecidos de bellos arabescos em gesso, em alto relevo, dourados a ouro brunido e fosco, sobre fundo de côr com inscripções allusivas á fundadora, e os fechos dos arcos são ornamentados com as armas das nações com que Portugal tem commercio mais directo.

Todas as janellas, bandeiras, portas e sôccos, são egualmente guarnecidos com primorosos arabescos, e toda a ornamentação em geral é pintada a branco com folhagem e filetes dourados. Em cada entre-columnio da segunda galeria, ha um varandim de ferro, no mesmo estylo, pintado tambem a branco, com rosetas, molduras e filetes dourados, e todo coroado por um chapim de côr escarlate.

Do lado do poente, junto ao salão, está a escada nobre do edificio, de uma architectura subordinada á ordem composita. A sua caixa, em fórma quadrangular, com os quatro angulos truncados, formando oitavo, tem de comprimento 19^{m},85, de largura 12^{m},80 e de altura 28^{m},98 desde o pavimento até ao annel superior do zimborio, que é rematado por uma lanterna em arcaria, do comprimento de 7^{m},26—largura 4^{m},18—e altura 6^{m},60, coroada por uma elegante claraboia. Esta escada até ao nivel do andar nobre desenvolve-se em tres lanços, dos quaes o primeiro, ao centro, tem 3^{m},75 de largura e 18 degraus, e os dois lateraes com 24 degraus cada um, 2^{m},85 de largura, e trez patins triangulares.

Ao nivel do andar nobre, tem uma galeria, com 1^{m},50 de largura, e as paredes da caixa da escada até á parte superior da cornija, medem de altura 8^{m},20. Os seus angulos são decorados com vinte pilastras conjugadas, de ordem composita, tendo cada uma de altura, comprehendendo sôcco e capitel, 6^{m},45, e no centro, um medalhão, elegantemente adornado com os emblemas do commercio.

Do lado do poente tem trez janellas de sacada, do norte trez portas, e do sul outras trez, todas guarnecidas com elegantes e bem dispostos frontões, tudo de granito, muito bem ornamentado.

O zimborio tem 12 janellas de fórma ellíptica, e o restante da sua superficie será ornamentado com altos relevos e pinturas a fresco, tudo subordinado ao estylo da sua architectura.

Do lado do nascente, ha trez arcos de 5^{m},05 de altura por 2^{m},60 de largura, guarnecidos, nas trez faces, com bem dispostos ornatos em alto relevo. Estes arcos dão accesso á galeria do andar nobre, cujo tecto é de abobada, d'arco pleno, guarnecido com lindos ornatos e figuras allegoricas. Nos topos d'esta galeria, do lado do norte, ha um arco de 5^{m},80 de altura, por 0^{m},3 de largura, que dá egualmente accesso á mesma galeria, e do lado sul ha um outro arco egual que dá accesso á galeria e ao tribunal do commercio.

O grande salão do tribunal do commercio, situado no lado sul, tem de comprimento 19^{m},10, largura 8^{m},15 e altura 15^{m},50 até ao annel elliptico vasado no tecto, no qual assentam oito columnas de 0^{m},2 de altura, que sustentam a cúpula. As paredes são de scariola imitando marmore, e o tecto e cúpula pintados a claro escuro, do mais bello effeito.

Logo contigua, do lado sul e poente, está a sala dos jurados, e mede 8^{m},65 de comprimento, 8^{m},15 de largura e 13^{m},70 de altura até ao annel do zimborio, de fórma circular, envidraçado e apoiado em 8 columnas de ordem dórica de 0^{m},5 de altura, terminando o zimborio por uma lanterna egualmente sustentada por 8 columnas de ordem jónica.

Em seguida, do lado poente, está o gabinete do juiz do mesmo tribunal, e tem 8^{m},85 de comprimento, 2^{m},85 de largura e 3^{m},95 de altura. As suas paredes são de scariola imi-

tando marmore, e o tecto de estuque, com molduras lisas.

Do mesmo lado segue a sala destinada para os sollicitadores e mais funccionarios, a qual tem 8^{m},95 de comprimento, 3^{m},45 de largura e 3^{m},95 de altura; as paredes são tambem de scariola imitando marmore e o tecto de estuque com molduras lisas.

As galerias do segundo andar tem cada uma 29^{m},90 de comprimento, 3^{m},70 de largura e 3^{m},70 de altura. Do lado do nascente, ha uma sala de 8^{m},80 de comprimento, 3^{m},70 de largura e 3^{m},70 de altura. O tecto, bem como as paredes, são de estuque com molduras lisas. Seguem-se duas salas de paredes lisas com tectos de estuque e molduras tambem lisas, medindo a primeira 7^{m},30 de comprimento, 6^{m},45 de largura e 3^{m},65 de altura, e a segunda 7^{m},20 de comprimento sobre 5^{m},60 de largura e 3^{m},60 de altura. Em seguida ha tres gabinetes, dois dos quaes teem uma janella de peitoril, para o lado interior da galeria da fachada principal, e o outro uma escada interior que dá accesso á torre do relogio, que corôa esta parte do edificio.

Do mesmo lado do nascente ha outra sala do comprimento de 9^{m},40, largura 7^{m},20 e altura 4^{m},10, com paredes lisas e tecto de estuque com molduras tambem lisas.

Do lado norte ha uma saleta de 7^{m},70 de comprimento, 4^{m},05 de largura e 3^{m},70 de altura, tambem com paredes lisas e tecto de estuque, com molduras lisas. A leste d'esta saleta, ha uma porta, que dá entrada para a sala de canto, no angulo nordeste do edificio, a qual tem 9^{m},65 de comprimento, sobre 7^{m},25 de largura e 3^{m},70 de altura, com paredes lisas e tecto de estuque, com molduras lisas.

Ao poente d'esta sala ha outra porta que communica com uma outra sala de 7^{m},70 de comprimento, 7^{m},60 de largura e 3^{m},70 de altura; e d'este mesmo lado uma outra sala de 7^{m},85 de comprimento, 7^{m},65 de largura e 3^{m},70 de altura. Todos estes commodos são destinados para escriptorios commerciaes.

Na galeria do lado sul, ha uma porta que dá entrada para uma sala de fábrica, que tem 8^{m},40 de comprimento, 0^{m},8 de largura e 4^{m},62 de altura. Á entrada d'esta sala, ha duas escadas, a do lado norte dá serventia para diversos quartos e para as 12 janellas ellipticas do zimborio da escada nobre, e a do lado sul para a cupula da sala dos jurados e zimborio do tribunal commercial.

As galerias do pateo interior teem cada uma 29^{m},90 de comprimento, 2^{m},56 de largura e 7^{m} de altura. A do lado do nascente dá sahida para o átrio da entrada da rua do Ferreira Borges, para a escada interior do lado sul e para os aposentos actualmente occupados pelo Banco União, que ficam ao norte e leste. A do lado norte, dá sahida para o átrio da entrada da rua de D. Fernando e para os aposentos occupados pelo bancos Mercantil e União. A do lado sul, dá sahida para o telegrapho da Associação Commercial, que está no átrio da porta do edificio, voltada para o pateo da egreja de S. Francisco. Este átrio é formado por onze arcos; os tres primeiros junto á egreja, teem 5^{m},55 de altura por 2^{m},65 de largura, e os oito interiores, 5^{m},90 de altura por 2^{m},2 de largura, tendo os que ficam ao norte, portadas de vinhatico, envidraçadas, com matajuntas decorados com lindos ornatos de talha, em madeira de mahogono, jacarandá, pau rosa e setim.

N'esta mesma galeria, ha um gabinete e em seguida duas salas de paredes lisas e tectos de estuque, arcados com molduras simples, tendo a primeira 9^{m},55 de comprimento, 7^{m},90 de largura e 7^{m},70 de altura, e a segunda 7^{m},70 de comprimento, 7^{m},25 de largura e 3^{m},75 de altura.

O pavimento da primeira, é de madeira branca; o da segunda é ladrilhado em xadrez branco e vermelho. As guarnições das portas interiores são pintadas a branco e envernisadas—os soccos a fingir marmore, e as portas de differentes madeiras.

Estes aposentos são actualmente occupados pelo escriptorio do jogo de fundos.

—

É digna de especial menção a mesa que tem de servir na sala das sessões da direcção. Esta mesa tem 2^{m},64 de comprimento por 1^{m},32 de largura. É toda embutida de madeira de jacarandá, pau setim, rosa, ma-

hogono e plátano, produzindo bello effeito pela excellente execução e bôa harmonia e combinação das côres.

É incontestavelmente o objecto de madeira mais rico de Portugal! — Custa a comprehender, como houve um artista que a tanto talento e habilidade, podesse juntar tanta paciencia e perserverança.

As faces são guarnecidas com muito notaveis e delicadissimos ornatos de pau setim, jacarandá e rosa, tendo as mais compridas no centro emblemas do commercio, primorosamente esculpidos.

O mata-juntas da porta central do átrio da entrada, pela rua de D. Fernando, é tambem digno de notar-se, pela boa combinação dos ramos de parreira, todos vasados em alto relevo, e pela optima execução e correcção do desenho.

—

O risco das fachadas exteriores e da distribuicão interna d'uma grande parte do edificio, é trabalho do architecto que foi do municipio portuense, Joaquim da Costa Lima, já fallecido. A construcção de grande parte do edificio, esteve a cargo do architecto, José Luiz Nogueira; e o restante do edificio, assim como a construcção da escada nobre e sua ornamentação, e decoração interna do grande salão de recepção, em estylo árabe, estão a cargo do distincto engenheiro civil, o sr. Gustavo Adolpho Gonçalves e Sousa.

—

No tecto da sala de sessões ou reuniões de Companhias se encontram as inscripções seguintes:

Monte-Pio Commercial—Banco Monetario —Companhia de Seguros—Empreza de Navegação — Sociedade Humanitaria — Sociedade Industrial — Sociedade Fabril— Sociedade Agricola—Feita no anno de 1857.

O Dr.—Pedro Augusto Ferreira
Abbade de Miragaia.

—

Consules estrangeiros no Porto

Austria (V. C.) [1]—Belgica (V. C.)—Brazil (C., e V. C.)—Confederação da Allemanha do Norte (C.; A. C.)—Dinamarca (C.)—Estados Unidos da America (C., e V. C.) (Tem V. C. e A. C., na Foz; e V. C.,) em Leça da Palmeira, e Mattosinhos—França (C.) —Hespanha (C. e V. C.)—Grão-ducado de Hesse (C.)—Hollanda (Paizes Baixos) (V. C.) —Inglaterra (C.)—Italia (C., e V. C.)—Montevideu (C.)—Mexico (V. C.)—Confederação Argentina de Buenos Ayres (C., e V. C.)—Roma (V. C.)—Russia (V. C.)—Suecia e Noruega (V. C.)—Turquia (C.)—Venezuela (C.)

—

Quarteis militares

Quartel de Santo Ouvidio, no campo do mesmo nome (hoje *campo da Regeneração.*) —Foi sempre o quartel do 2.º regimento do Porto (n.º 18) que ainda alli se conserva.

É um vasto edificio, com capacidade para aquartelar 2:500 homens, quando as camas eram apenas uma estreita enxerga, sobre tarimbas geraes. Hoje, porém, que cada soldado tem uma cama de ferro, desviada um metro da immediata, apenas póde dar quartel a 1:300 ou 1:400 praças.

Foi construido em 1797 pelo famoso corregedor, Francisco d'Almada e Mendonça, no reinado de D. Maria I, sendo regente seu filho D. João VI.

Em frente do quartel (ao S.) é o vasto campo de Santo Ovidio, onde os corpos da guarnição fazem as suas paradas... e as suas revoltas.

Quartel da Torre da Marca, na rua antigamente chamada da Torre da Marca, e hoje do *Triumpho,* em frente do *palacio dos Carrancas,* que foi da sr.ª D. Carlota Rita Borges Moraes e Castro (filha de Manuel Mendes Moraes e Castro, feito barão de Nevogilde, em 10 de outubro de 1836) baroneza de Nevogilde desde 10 de novembro de 1852. Esta senhora vendeu o palacio e quinta annexa, ao sr. D. Pedro V, e ficando a seu pae, este deu a propriedade ao sr. D. Luiz I, que é seu actual possuidor.

O quartel da Torre da Marca, é de acanhadas dimensões, mas hoje bem arranjado.

Actualmente está-se dando maior amplitude a este quartel, do lado do O., fa-

[1] Abreviaturas — V. C., vice-consul — C., consul—A. C. agente consular.

ceando com a nova *rua do Palacio de Chrystal.*

Foi por muitos annos quartel do 1.º regimento de infanteria do Porto (n.º 6)—Depois d'este corpo hir para o Ultramar, veiu occupar o quartel o regimento de infanteria n.º 5, que alli esteve alguns annos. Por occasião da celebre revolução (de que ninguem deu fé senão o governo) e que o povo denominou a *pavorosa* (julho de 1870—Vid. 4.º vol., a pag. 122, col. 1.ª, no fim.) por occasião da tal *pavorosa*, repito, mandou o ministro da guerra effectuar uma *troca*, hindo para o quartel da Graça de Lisboa, o 5 de infanteria, e vir para o quartel da Torre da Marca, o 10 da mesma arma.

Este troca, que se disse ser apenas por um mez, ainda dura, e os dois corpos se conservam nos quarteis que os fizeram *trocar.*

Os que pretenderem mais amplas noticias sobre o quartel de infanteria 6, vejam no vol. 5.º, pag. 252, col. 1.ª

Quartel de caçadores n. 9, está no edificio que foi mosteiro de monges beneditinos, na rua de S. Bento da Victoria, ao S. da Relação. (Vid. pag. 301, col. 1.ª)

Quarteis da guarda municipal, (de cavallaria e infanteria) no mosteiro das religiosas carmelitas. (Vid. pag. 302, col. 1.ª, anno de 1619, e *Jardim Botanico*)

A guarda municipal, tem tambem dois barracões, fóra do postigo do Sol, um á esquerda, outro á direita, que ha muito deviam ter sido demolidos.

Em 1872 a 1873, se construiu um bello quartel, tambem para a guarda municipal, na rua de São Braz (entre o largo da Aguardente e a rua da Rainha.)

—

Em 1814, foram pelo marechal Beresford organisados os corpos da *Guarda Real de Policia*, de Lisboa e Porto.

Eram os dois corpos mais luxuosos de Portugal. A policia de Lisboa, tinha góla, canhões e vivos encarnados, e nas chapas das barretinas, as iniciaes—G. R. P.—(Guarda Real da Policia)—e e a do Porto, tinha góla do mesmo panno (azul escuro) e canhões e vivos encarnados, As chapas das barretinas tinham as iniciaes—G. R. P. P. (Guarda Real da Policia do Porto.)

Ambos os corpos tinham uma *casa* na góla, outra no canhão, e outra sobre elle. No peito tinham *casas* (vulgo *costellas*) que lh'o cobriam todo (porque cada *casa, alamar* ou *costella*, era formada de dois galões.)

Os galões dos soldados, cabos de esquadra, cornetas e tambores, eram de lan amarella. Os dos officiaes inferiores, musicos e officiaes, eram de ouro fino; de modo que, um furriel de policia, de grande uniforme, parecia um general. [1]

O pret e soldo d'estes corpos era o dobro do do exercito; e n'elles se não *sentava praça.* As praças de pret, eram escolhidas entre as mais aceiadas e bem comportadas do exercito, e os officiaes passavam para a policia, como premio do seu bom comportamento nos outros corpos do exercito, em que tinham servido.

Como a *Guarda Real da Policia* do Porto sahiu da cidade na noite de 8 para 9 de julho de 1832, os liberaes crearam um corpo que denominaram *Nocturnos*, para fazer a policia da cidade.

Em 1836, se dissolveu este corpo, sendo substituido pela *Guarda municipal.*

—

Recolhimentos

Velhas da Cordoaria—pag. 294, col. 2.ª

—

Orphans, de S. Lazaro—307, 1.ª (1722.)

—

Ferro—313, 1.ª

—

Postigo do Sol—319, 1.ª

—

Velhas do Camarão—319, 2.ª, in fine.

—

Havia o recolhimento do *An-*

[1] Era uma lei sobremaneira vexatoria. Um official inferior, não tinha differença do coronel, na riqueza do fardamento, que importava em 60 e tantos mil réis!

jo, no sitio onde hoje se vê o mercado do mesmo nome. Vid. a pag. 306, col. 1.ª (1672.)

—

Seminarios

Diocesano — no mosteiro dos *grillos*, que foi primeiramente *collegio* de jesuitas—pag. 297, col. 2.ª—298, 2.ª

(Vid. *Grillos* e *Jesuitas.*)

—

Dos meninos orphãos desamparados, de Campanhan—Vol. 2.º, pag. 60, col 2.ª

—

Hospicios

Dos expostos, na Cordoaria (Roda)—pag. 299, 2.ª, e 306, 2.ª

—

Havia mais:

Hospicio da Cordoaria (de religiosos franciscanos, de Valde Piedade) pag. 307, 1.º, no fim.

—

Hospicio dos religiosos carmelitas, em Lordêllo—pag. 314, col. 1.ª

—

Hospicio do Senhor d'Alem—pag. 308, 2.ª no fim.

—

Ainda houve no Porto, mas já não existiam muito antes de 1834, outros hospicios, que, por falta de esclarecimentos, e por ser materia actualmente de pouca importancia, não menciono.

—

Crêches

De S. Vicente de Paula—na rua do Almada.—Foi fundada por João Vicente Martins, em 21 de novembro de 1851.

Além d'esta, ha mais algumas, de menos importancia, sustentadas pela caridade publica.

—

Asylos

Da Mendicidade—pag. 399, col 2.ª

—

Das raparigas abandonadas—na rua de Santo Ildefonso (antiga *rua Direita.*)—Foi fundado em 1852, pelo sr. conde da Ponte sendo governador civil do Porto—na rua de Santa Catharina, e mudado em 1853, para o logar actual.

—

Da infancia desvalida—Fundado em 4 de abril de 1836, na rua das Oliveiras, por uma sociedade de bemfeitores, que com esmolas suas e pedidas, e com alguns legados, sustentam meninos e meninas. Este asylo está actualmente na rua de Cedofeita.

—

Humanitario, do barão de Nova Cintra[1]—Fundado pelo mesmo barão, em uma travessa que vae da *rua do Heroismo* (antiga *rua do Padrão*) á *quinta da China.*

A esta travessa se deu então o nome de *travessa do Barão da Nova Cintra*, e em maio de 1877 mandou a camara municipal, que se denominasse—*rua da Nova Cintra.*

É administrado pela Santa Casa.[2]

—

De Villar—Fundado e dirigido pelo sr. padre Ricardo Wanzeller, conego da Sé do Porto, e arcediago d'Oliveira do Douro.

—

Collegios

De Nossa Senhora da Graça—pag. 302, 2.ª, e 304, 2.ª

[1] José Joaquim Leite Guimarães (já fallecido) foi para o Brasil, onde enriqueceu pelo seu casamento. Regressando a Portugal, foi um cidadão muito caritativo, e pelos seus actos de phylantropia, foi feito barão de Nova Cintra, em 8 de abril de 1862, e visconde do mesmo titulo em 11 de dezembro de 1866.

[2] Este estabelecimento está dividido em quatro secções, pela fórma seguinte:

1.ª—*Asylo da infancia desvalida*—para n'elle serem recebidas, sustentadas, vestidas e educadas, as crianças, de ambos os sexos, abandonadas pelos paes—as crianças, filhas de paes que, pela sua extrema pobreza, as não possam criar e educar—e aquellas que, não sendo os paes pobres, as quizerem mandar educar n'este asylo, mediante uma pequena retribuição convencionada.

2.ª—N'esta secção, são recebidas, e diurnamente sustentadas e educadas, as crian-

Nossa Senhora da Boa Vista—na rua d'este nome.—Tem professores d'instrucção primaria, portuguez, francez, italiano, grego, allemão, inglez, e hespanhol; desenho, latim e latinidade, arithmetica, geographia, historia, oratoria, poetica e litteratura, physica, chymica, introducção á historia natural, musica, dança, esgrima, gymnastica, e photographia.

—

Instituto portuense—na rua do Bomjardim.—Tem professores nacionaes e estrangeiros, que ensinam os preparatorios para o accesso aos estudos superiores. Tem tambem aula de commercio.

Admitte alumnos internos e externos.

—

De S. Sebastião—na rua de S. Miguel—Tem professores de instrucção primaria, francez, inglez, allemão, hespanhol, latim e latinidade, commercio, geographia, chronologia e historia, mathematica elementar, introducção aos trez reinos da Natureza, portuguez, desenho de gravura e liniar, musica, dança e esgrima.

Admitte alumnos internos e externos.

—

De Nossa Senhora da Guia—na rua de Fernandes Thomaz—Tem professores de instrucção primaria, francez, inglez, latim e latinidade, geographia, historia, mathematica elementár, introducção aos tres reinos da

ças da primeira infancia, cujos paes, pobres, pelas suas occupações, lhes não possam, durante o dia, dispensar os necessarios cuidados—isto é—esta segunda divisão, é uma *creche*.

3.ª—É uma secção destinada a recolher e educar raparigas, até á edade de 15 annos, que o abandono e a miseria levaram á perdição—para que aqui adquiram o habito do trabalho e dos bons costumes.

4.ª—É esta secção, para a colheita de rapazes vadios, como taes julgados pelos tribunaes, e para aqui remettidos pelo governador civil.

Estas quatro secções estão completamente separadas e incommunicaveis entre si.

Annexa a este caritativo estabelecimento, está uma fabrica de fiação de sêdas, á qual o seu fundador deu grande desenvolvimento.

Natureza, philosophia, litteratura, bellas artes, desenho, photographia, musica e dança.

—

De Nossa Senhora da Lapa—no largo da Lapa (por baixo—ao S.—da capella real da Lapa)—Ensinam-se todas as disciplinas que constituem o curso dos lyceus (e por isso se lhe dá o nome de *Lyceu da Lapa.*)

Admitte alumnos internos, semi-internos, e externos.

—

De Santo Antonio—na rua de Santo Antonio—Lecciona-se aqui, instrucção primaria e secundaria, e todos os preparatorios para a universidade; francez, inglez, allemão, e commercio.

—

De Santa Maria—na rua de Cedofeita—Ensina-se aqui, portuguez, francez, inglez, allemão, latim, grego, mathematica elementar, geographia, historia, introducção aos trez reinos da Natureza, escripturação commercial, e desenho.

—

Collegio Francez, e escóla commercial—na rua Formosa—Ensina-se n'este collegio todas as disciplinas que constituem o curso completo de lyceus.

Tem alumnos internos, semi-internos e externos.

—

De Entre-Quintas (*Collegio Inglez*)—na quinta de Entre-Quintas, e proximo (ao O. N. O. do Palacio de Chrystal.)—A instrucção geral d'este collegio, consta de todas as disciplinas que constituem o curso dos lyceus nacionaes de primeira classe, comprehendendo os preparatorios, para se matricular, o alumno, nos cursos superiores.

Tambem se ensina musica, dança, gymnastica e esgrima.

Tanto nas aulas, como na conversação familiar, fallam-se as linguas franceza, ingleza e alleman.

O subdito britanico, Alexandre Grant, proprietario e director d'este optimo collegio, falleceu ha poucos dias. Não sei se, por essa circumstancia,

o collegio acabou, ou se ainda existe.

—

Inglez—para meninos e meninas—na rua da Piedade—directora Mistriss, Jones.

—

Da Alegria—na rua da Cedofeita.—Tem dois professores, habilitados para todas as aulas de preparatorios, para os cursos superiores, e para o commercio.

Tem professores indigenas, para ensinarem francez, inglez e allemão.

Tem alumnos internos, semi-internos e externos.

—

De Nossa Senhora dos Remedios—na rua das Flores.—Curso de instrucção primaria, portuguez, francez, inglez, latim e latinidade, commercio, desenho, e todas as disciplinas que constituem o curso dos lyceus.

Tem alumnos internos, semi-internos e externos.

—

Gymnasio Schmitz—na rua do Triumpho (antiga rua da Torre da Marca)—é um collegio para ensino de portuguez, allemão, inglez e francez, para meninos e meninas, internos e externos.

—

Inglez — na rua do Bomjardim. — Com alumnos internos, semi-internos e externos.

—

De S. Carlos—na rua dos Caldeireiros.—Tem professores de instrucção primaria e secundaria, e indigenas, para francez e inglez.

Tem alumnos internos semi-internos e externos.

—

Lyceus

Nacional—na rua de Santa Catharina.

—

Da Trindade—no edificio contiguo á egreja da S.S. Trindade—Vid. pag. 311, 1.ª

—

Particular—no largo do Coronel Pacheco (antigo largo do Mirante.)—Ensinam-se todas as disciplinas que constituem o curso dos lyceus, para o que tem professores portuguezes e estrangeiros, competentemente habilitados.

—

Da Lapa—Vide *Collegio da Lapa.*

—

Collegios de meninas

De Nossa Senhora do Soccôrro—na rua de São Miguel.—Instrucção primaria, piano e canto.

Tem alumnas internas e externas.

—

De Nossa Senhora da Paz—na rua Formosa.—As mesmas disciplinas do antecedente, e prendas.

—

De Santa Anna—na rua da Bandeirinha, —As mesmas disciplinas.

Tem alumnas internas, semi-internas e externas.

—

Das Inglezinhas — na rua Formosa — As mesmas disciplinas, e as linguas portugueza, ingleza, franceza, alleman e italiana.

Tem alumnas internas, semi-internas e externas.

—

Won Hafe—na rua de Cedofeita—Instrucção primaria, francez, inglez, allemão, geographia, historia, desenho e dança.

Tem alumnas internas, semi-internas e externas.

—

De Meninas—na rua do Laranjal.—Prendas proprias de senhora.

—

Central—de Nossa Senhora da Conceição —na rua de D. Pedro (antiga rua do Bispo.) —Ensinam o mesmo do antecedente, e tem alumnas internas, semi-internas e externas.

—

Allemão—na rua de Torrinha.—Ensina o mesmo do antecedente, e, como elle, recebe alumnas internas, semi-internas e externas.

—

Inglez—na rua da Picaria.—Portuguez, inglez e francez, e todas as mais prendas proprias de uma senhora.

—

Portuguez e Francez—na rua do Almada

—Portuguez, francez, inglez e italiano. Bordados de toda a qualidade, e mais prendas mulheris. Tem alumnas internas, semi-internas e externas.

—

Da Conceição de Maria—na travessa do Carmo.—Portuguez, francez e inglez—e todas as prendas proprias de uma senhora.

—

Francez—na rua da Picaria.—Todas as prendas que constituem a educação de uma bôa dona de casa.

—

Outros estabelecimentos publicos, de sciencias e bellas-artes.

Academia de marinha e commercio, da cidade do Porto—Pag. 316, 1.ª

—

Academia das bellas-artes—pag. 314, 2.ª

—

Academia polytechnica—pag. 365, 1.ª

—

Escóla industrial portuense—pag. 365, col. 2.ª—Tambem se denomina *Instituto industrial portuense.*

—

Escola medico-cirurgica—occupa, interinamente, um dos lados do hospital real de Santo Antonio (Misericordia)—(vide *Jardim botanico*)—O curso é de cinco annos, e tem dado em cirurgia operatoria, alumnos distinctissimos.

Tem uma bibliotheca com 5:500 volumes —uma bella colleção de caixas, que pertenceu ao conde da Barca, e grande porção de instrumentos de physica, com os quaes se fazem as observações meteorologicas.

O theatro anatomico, contem peças admiraveis. Tem 11 lentes, 4 substitutos, e 2 demonstradores.

A pharmacia d'este hospital é uma das melhores do reino.

(Vide 5.º vol., pag. 258, col. 1.ª—e 259, col. 1.ª no principio.)

—

Bibliothecas

No edificio do mosteiro de Santo Antonio da Cidade (a S. Lazaro) de religiosos capuchos, da provincia da Conceição (pag. 314, 1.ª, no fim) estão acommodadas—a Academia de bellas artes, o museu de pintura, (*Atheneu portuense*) e a bibliotheca publica.

O Atheneu foi instituido por decreto de 11 d'abril de 1833; porém, só em 1835, principiou a ser adornado com as pinturas e outros objectos que alli se veem. (Vide pag. 314, col. 1.ª, no fim, e col. 2.ª)—E só foi approvada a sua creação, na sessão das côrtes, de 26 de março de 1836.

Deve confessar-se que é um museu pobrissimo, tendo até bastantes objectos de insignificante valor artistico.

Todavia, existem alli alguns quadros de Sequeira e do Vieira, Portuense.

Aqui está a espada de D. Affonso I—a escrevaninha que o papa, Pio IV, deu a D. frei Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga, pelo modo distincto com que se portou no concilio de Trento—o chapeu armado e o occulo de campanha, que o sr. D. Pedro usou, durante o cêrco do Porto—e um bom numero de quadros a óleo, quasi todos de grandes dimensões, que pertenceram a differentes ordens de religiosos. Estes quadros, são, pela maior parte, de um merecimento bastante mediocre, e alguns estão muito damnificados.

Os bons, os de grande valor artistico, e optimamente conservados, foram roubados em 1834, e adornam hoje os salões de alguns argentarios, que os compraram por preços ridiculos.

A Bibliotheca publica do Porto—foi creada por decreto de 9 de julho de 1833.

Com os livros que, na maior parte, constituem esta bibliotheca, aconteceu o mesmo que com os quadros. Os livros mais raros, e de grande valor, foram roubados em 1834, e para as bibliothecas publicas só veiu o refugo, ou um ou outro livro bom, que pôde escapar pela malha (talvez devido á ignorancia de quem roubou os que julgou melhores.) [1]

[1] Em regra, os que lançaram as garras aos livros dos frades, escolhiam os de melhor apparencia, por mais bem encadernados, deixando ficar o resto. Os ladrões mais

Contem pois esta bibliotheca, CEM MIL VOLUMES que pertenceram ás ordens religiosas, e setenta e tantos mil volumes e impressos.

Tem uns 1:200 manuscriptos, entre os quaes ha alguns de grande valor, especialmente os que vieram de Santa Cruz de Coimbra, e que são anteriores á descoberta da imprensa.

Tem além d'isto, 102 volumes impressos no seculo XV—isto é—logo depois da descoberta da imprensa, por Guttemberg.

Antes de 1833, não tinha o Porto uma bibliotheca publica. Luiz Maximo Alfredo Pinto de de Souza Coutinho, 2.º visconde de Balsemão, vendo esta miseria, na segunda capital do reino, teve a generosidade de franquear ao publico a sua grande e escolhida livraria, estabelecida no seu palacio da Feira das Caixas — ou Praça dos Ferradores (hoje, praça de Carlos Alberto — e o palacio, propriedade do sr. visconde da Trindade.)

—

Além da bibliotheca publica, de que acabei de tratar, ha ainda no Porto duas livrarias particulares, dignas de honrosa menção —são—

—

Bibliotheca Commercial, collocada no salão baixo do palacio da Bolsa.

Contém obras relativas ao commercio e á economia politica, e mappas e jornaes de todas as partes do mundo.

Pertence exclusivamente aos negociantes portuguezes e estrangeiros associados; mas, se um d'estes apresentar qualquer individuo estranho á corporação, é francamente recebido, e póde consultar os livros ou mappas que quizer.

—

Bibliotheca do Conde d'Azevedo.—Contém grande numero de livros escolhidos, e de muito merecimento.

perigosos foram os que tinham intelligencia sufficiente para conhecer os que eram bons ou maus.

Esta bella livraria, pertence hoje ao sr. conde de Samodães, por lh'a deixar em testamento o conde de Azevedo.

—

Bibliotheca da Escola Medico-Cirurgica—Vide o 5.º vol., pag. 258, col. 1.ª, e pag. 259, col. 1.ª, no principio.

—

Museus

Atheneu Portuense.—Pag. 314, col. 2.ª—e o artigo—*Bibliothecas.*

—

Museu Allen. —Vide o 5.º vol., pag. 252, col. 2.ª

—

Além d'estes dois museus, que são publicos, ha o

Museu Luso—particular—do sr. Augusto Luso da Silva, professor do Lyceu Nacional.

Está na casa d'este cavalheiro, na rua do Bomjardim. Aqui se admiram muitos exemplares zoologicos, botanicos, e numismographicos, assim como uma escolhida collecção de conchas, instrumentos de physica, etc.

O sr. Luso franqueia o seu bello museu, ás pessoas que lhe pedem este obsequio.

—

Alamédas

Das Virtudes — Situada entre a rua dos Fogueteiros, que lhe fica ao N. — e o local onde terminam as ruas, do Calvario, Bello-Monte e Cordoaria-Velha: no local onde existiu a antiga porta e torre das Virtudes.

N'este mesmo local, esteve durante o cêrco do Porto (1832 a 1834) uma bateria liberal, e n'elle se vê hoje um pateo ajardinado, e gradeado de ferro, do sr. Alexandre José de Oliveira Brandão.

Ainda ao O. N. O. da alaméda, no alto da quinta das Virtudes, esteve, pelo mesmo tempo, outra bateria liberal. (Vide 5.º vol., pag. 262, col. 2.ª)

Deu o nome a esta alaméda, a bella fonte de Nossa Senhora das Virtudes, que lhe fica na frente, em baixo, ao S. O.—e que antigamente se chamava *Fonte do Rio Frio.*

Para evitarmos repetições, vide pag. 300, col. 1.ª do 5.º vol.

Da Victoria—No centro da antiga *judiaria*. Está ao cimo da antiga calçada da *Esnóga*, e junto (ao S. O.) da egreja parochial, da Victoria.

É uma especie de terraço, amparado por um alto muro, da parte do sul, e d'este logar se vê o Douro, Villa Nova de Gaia, o bairro da Sé, e uma parte do da Ribeira.

Durante o cêrco do Porto, de 1832 a 1834, esteve aqui a *bateria da Victoria* (e este nome ainda conserva officialmente o sitio) o que causou bastantes damnos á egreja.

Ainda em 1846-1847, aqui se collocaram 3 ou 4 boccas de fogo, que não chegaram a exercer o seu mister devastador.

É muito pequena esta alaméda, com poucas arvores, e uma grade de ferro pelo N. e N. E.

—

Da Lapa — fica proxima, e ao S. O. da egreja de Nossa Senhora da Lapa. Está abrigada do N. pelas pedreiras do mesmo nome. Tem bonitas vistas, pela elevação em que está situada.

Faz-se aqui um grande arraial pela festividade de S. João, na egreja da Lapa, ao qual concorre, não só grande multidão de gente da cidade, como dos seus arredores.

—

Da Aguardente—no termo N. das ruas de Santa Catharina (a parte antigamente chamada *Rua Bella da Princeza)* e do Bomjardim. Ao N. d'esta alaméda, formando com ella angulo recto, principia a rua do Costa Cabral. Tambem pelo N., aqui desembocam as ruas *27 de Janeiro*, e a *das 12 Casas*.

É cercada pelo N., O. e S., de formosos predios, e pelo E. confronta com quintaes, onde em 1872, até 1874, houve uma praça de touros, construida de madeira.

Tambem está aqui, a nova e formosa capella de Santo Antonio.

—

Do Bomfim — subindo um elegante lanço de escadas de cantaria, em frente da egreja parochial, do Senhor do Bomfim, chega-se ao adro que cérca o templo. Este adro está arborisado, e d'elle, pela sua alta posição, se gosam bonitas e extensas vistas, pelo que é por muitos incluido no numero das alamêdas da cidade.

Houve aqui uma bateria, durante o cêrco do Porto, na guerra civil, de 1832-1834.

—

Do Prado do Repouso — fóra (ao N.) do portão principal do cemiterio do mesmo nome — e formando um largo, na rua do Heroismo (antiga rua do Padrão.) — Tem uma fonte, encostada ao muro do cemiterio, e alguns assentos de pedra.

—

Das Fontainhas — Do matadouro publico (hoje asylo da mendicidade) até á margem direita do Douro, ha um rapido declive, de mais de 80 metros de altura.

D. Francisco d'Almada e Mendonça, pelos annos de 1790, mandou aqui fazer um aterro, de uns 60 metros de largo, por 200 de comprido, resguardado por uma solida muralha, e lhe mandou plantar as arvores que constituem a actual alaméda. No paredão que fórma a extremidade S. da praça da Alegria (antiga feira dos porcos) e o principio da rua do Wellesley, e pela parte interior da alaméda — a meia distancia do seu primitivo comprimento, mandou Almada construir a *fonte das Fontainhas*, da qual brota uma das melhores aguas da cidade. Os remanescentes d'esta fonte, vão, por um aqueducto subterraneo, encher trez vastos tanques, encostados á muralha de suporte, do lado do sul, e que formam os lavadouros publicos.

As grades de ferro, e os dois portões do mesmo metal, que estão á entrada O. N. O. da alaméda, e que a podem fechar, sendo precizo, foram construidas em 1831.

Em 1871, a camâra municipal, resolveu ampliar esta alaméda, prolongando-a para E. S. E., pela rua do Wellesley, o que effectuou.

É sitio muito concorrido em todo o anno. De inverno, porque a elevação do terreno do lado do N., o abriga dos ventos d'este quadrante—e de verão, pela agradavel sombra que as suas frondosas arvores projectam, e ainda mais, pela frescura e bondade da agua da sua fonte. Tem muitos bancos de pedra.

Da muralha do S., se vê o monte de S. Nicolau (serra de Quebrantões) as ruinas do mosteiro de cruzios, da serra do Pilar, parte da freguezia de Oliveira do Douro (ou dos Conegos) a nova ponte de ferro, em construcção, para o caminho de ferro do norte, e, finalmente, ao sopé, o rio Douro, ao fundo de alcantis quasi a prumo.

—

De Massarellos — Na margem direita do Douro, ao fundo da rua da Restauração (antiga rua de D. Miguel I) e na freguezia da Bôa-Viagem.

Tem alguns bancos de pedra, e pela sua extremidade S. passam os *carros americanos*, que transitam entre o Porto, Foz, e Mattosinhos.

A maior parte das suas arvores são de proporções gigantescas.

—

Passeios publicos

Cordoaria—Havia antigamente, no alto da calçada da Natividade (actual rua dos Clerigos) um vasto olival, que comprehendia todo o espaço contido entre a actual egreja dos Clerigos, extincto mosteiro de freiras carmelitas descalças, praça do Anjo, egrejas do Carmo (frades e terceiros) hospital da Misericordia, praça do peixe — até intestar na muralha de D. Fernando que corria desde a porta do Olival, por onde houve varias casas de madeira, até á egreja de S. José das Taipas, e lado E. da rua do Calvario.

Principiando a orlar-se de templos, mosteiros e casas particulares o campo do Olival, e tendo já poucas e rachiticas oliveiras, mandou a camara, em 1611, plantar aqui diversas especies d'arvores, formando com ellas uma vasta alaméda, que se continuou a chamar, *do Olival.*

Poucos annos depois, se mudou para esta alaméda a antiga cordoaria, que era encostada, externamente, á muralha da cidade, por baixo da porta das Virtudes, onde hoje se vê a rua, ainda chamada da *Cordoaria-Velha;* e então principiou a mudar-se o antigo nome de Campo do Olival, em campo da Cordoaria.

Em 4 de fevereiro de 1757, varios taberneiros, e muito povo, de ambos os sexos, se reuniram n'este campo, e alli fizeram a revolta contra a Companhia dos vinhos (pag. 312, col. 1.ª)

Os desgraçados que a alçada condemnou á pena de morte, foram executados no *logar do delicto* (aqui) por sentença de 12 de outubro do mesmo anno de 1757.

Foi por isto que o fallecido visconde de Gouveia (o poeta, José Freire de Serpa Pimentel) teve o mau gosto de lhe mudar o nome de campo da Cordoaria, em *campo dos Martyres da Patria.*

Abstrahindo do tal ou qual disparate da nova denominação, e do rigor excessivo das penas impostas aos desgraçados que terminaram aqui seus dias, no patibulo — devemos confessar que elles eram culpados, e que mereciam severo castigo, em vista da legislação então vigente; e que, posto os juizes da alçada lhe cominarem penas muito mais crueis do que as correspondentes aos seus delictos, nunca esses infelizes deviam ser classificados *martyres* (a não ser dos seus instinctos turbulentos.)

O que é facto, é que o nome actual foi imposto ao campo da Cordoaria, e que promette continuar.[1]

Durante o cêrco do Porto, foram a maior parte d'estas arvores arrancadas para combustivel, e hoje só das plantadas em 1611, resta um *negrilho* (ulmus campestres) que cercaram de um assento de pedra. É uma bella e gigantesca arvore, promettendo du-

[1] Em 1831, ainda aqui se construiu uma forca, onde soffreram o ultimo supplicio, trez facinoras, que assassinaram uma familia—roubando-a em seguida—nos arrabaldes de Coimbra. Vi-os morrer. Dois hiam em cadeiras e já quasi mortos; mas o terceiro chorou muito, já na escada da forca, mostrando grande arrependimento.

rar ainda muitos seculos, sobre os seus 266 annos.

Já se vê que a tradição que corre no Porto, de que estas arvores foram plantadas em memoria dos que morreram aqui enforcados em 1757, não tem fundamento.

No campo da Cordoaria, fazia-se uma grande feira, que durava 8 dias, denominada de *S. Miguel*, por ser o seu principal dia, a 29 de setembro. Depois de construido o actual passeio, continuou a fazer-se em redor do muro d'elle, o que era sobremodo incommodo para os feirantes. A camara municipal, teve o bom gosto de a mudar em 1876, para a *Rotunda da Bôa-Vista.*

Em quanto durava a feira de quinquilherias, fructas (principalmente nózes) barracas de saltimbancos e de comidas (vulgo *fritadeiras)* havia tambem na parte N. O. do campo, em frente do hospital de Santo Antonio, feira de objectos e utensilios agricolas.

Pelos annos de 1862, resolveu a camara expulsar d'este campo os cordoeiros, o que levou a effeito, e mandou construir o vasto e bonito passeio publico que hoje alli se vê, e ao qual se dá o nome de *jardim da Cordoaria.*

Ha aqui musica aos domingos, dias santificados e quintas feiras.

—

S. Lazaro — A segunda capital do reino não tinha em 1830 um unico jardim publico. A camara municipal, resolveu então construir um. Tinha a Cordoaria, o largo da Aguardente, o campo do Cyrne, a cêrca do seminario (actual cemiterio do Prado do Repouso) e ainda outros largos, n'esse tempo despovoados, ou publicos, ou que podia expropriar, mas foi escolher o pequeno largo de S. Lazaro.

Principiaram n'esse anno as obras, mas tão vagarosamente, que ainda em 8 de julho de 1832, apenas estavam construidos os muros exteriores, sendo o centro, uma pedreira de granito.

Interromperam-se as obras durante a guerra civil (1832 a 1834) continuando em 1835.

Mais tarde, transformou-se o *jardim* em *passeio;* porém quer antes quer depois d'esta transformação, é de tão acanhadas proporções, que pouca gente o frequenta. Alem da sua pequenez, está por todos os lados cercado de casas altas, que não deixam correr o ar; a gente está alli, como no fundo de um pôço, e é insuportavel no verão; pelo que todos fogem para as Fontainhas ou para a Cordoaria.

—

Rail road americano

Uma grande parte das ruas do Porto, são actualmente percorridas por carros d'este systema de locomoção, que por uma quantia insignificantissima[1] conduzem os transeuntes aos differentes pontos da cidade.

A companhia dos carris de ferro americanos, do Porto, satisfazendo os desejos da maior parte dos habitantes da cidade, prolongou a linha, até á *Cruz das Regateiras*, 2 kil. ao N. do largo da Aguardente, e onde está o hospital dos alienados, instituido pelo benemerito conde de Ferreira. (Vide vol. 2.º, pag. 59, col. 1.ª)

Esta secção do rail-road, foi inaugurada, e aberta á viação publica, com o maior regosijo dos portuenses, no dia 13 de maio de 1877.

A primeira secção dos caminhos americanos do Porto, principiou da rua dos Inglezes até a S. João da Foz, principiando a funccionarem os carros em 1871.

—

Jardim Botanico

A cêrca do mosteiro dos frades carmelitas (pág. 302, col, 1.ª) foi dividida em tres partes—uma, deram-a para dependencia do quartel da guarda municipal—outra aos irmãos da terceira ordem do Carmo—e outra, finalmente, á escóla medico-cirurgica do Porto. Esta parte é a do O. da cêrca, em frente do largo do Duque de Beja (antiga *rua do*

[1] 40 réis dentro das barreiras, e 80 réis á Foz, ou á estação principal dos caminhos de ferro do Minho e Douro.

Paço) e a mais proxima do hospital da Misericordia.

O hospital já possuia aqui uma pequena tira de terreno, faceando com a travessa do Carregal, onde tinha algumas plantas; mas de muito pouco servia, pela exiguidade do chão.

Em 1864, principiaram as obras do jardim botanico, e da casa para os trabalhos e experiencias botanicas, e para guardar sementes, ferramentas, etc.

Plantaram-se ou semearam-se logo, varias plantas, que se poderam obter na cidade e nos seus arredores.

Em 1867, do jardim botanico da Ajuda (Belem) veiu para aqui uma collecção de 300 e tantas plantas, escolhidas pelo primeiro botanico do Porto, (n'esse tempo) Agostinho da Silva Vieira. (Vol. 5.º, pag. 258, col. 1.ª)

Do jardim botanico, de Coimbra, tambem para aqui vieram varias plantas e sementes —e de outras terras do reino, foram egualmente para aqui mandadas várias especies de estimação, que se poderam encontrar.

Anda em construcção (maio de 1877) uma vasta e bem collocada estufa, para as plantas exoticas.

Junto a este jardim, está o edificio destinado para escóla medico-cirurgica — que, provavelmente, ainda d'esta vez será *provisoria*, visto que, ou o theatro anatomico tem de ficar separado da escóla (no hospital—onde é actualmente) ou os cadaveres que tenham de ser *dissecados*, teem de atravessar a rua que divide o hospital, da escóla. Quando as obras do magestoso hospital se forem ampliando mais, é provavel que, havendo então maior numero de casas, para lá volte a escola.

(Para o mais que respeita á escóla medico-cirurgica portuense—vide vol. 5.º, pag. 259, col. 1.ª)

—

Hospitaes

Misericordia—pag. 313, 1.ª—316, 1.ª—(Vide infalivelmente o 5.º vol., pag. 258, col. 1.ª e seguintes—293, 1.ª, 314, 1.ª—316, 2.ª—318, 1.ª—321, 1.ª)

Trindade—Vide pag. 311, col. 1.ª (1755—14 de maio) d'este volume.

—

Terceiros de S. Francisco—É um vasto edificio, com frente para a rua da Ferraria de Baixo, e para a nova rua de D. Fernando. Os irmãos são aqui optimamente tratados, e ha uma aula de instrucção primaria para os seus filhos. Foi aberto este hospital, em 1743.

—

Terceiros do Carmo— pag. 308, col. 1.ª (1736.)

—

Terço e Caridade—pag. 314, 1.ª (1775.)

—

D. Pedro V (militar)—Edificado na rua da Bôa-Vista, proximo e ao N. do cemiterio publico d'Agramonte.

Está construido e distribuido, segundo todas as regras modernas, de hygiene, e é vasto, claro, e optimamente arejado.

A sua situação, em uma vasta planicie, ao N.O. da cidade, é sobremodo apropriada ao mister a que o edificio foi destinado.

Foi lançada a primeira pedra, no dia 22 de abril de 1862. N'esta pedra se gravou a seguinte inscripção:

VALETUDINABIUM MILITARE SUB TITULO PETRI
QUINTI REGIS LUDOVICO I LUSITANIÆ IMPERANTE
ANNO MDCCCLXII
ERECTUM-HEC DOMUS HOSPITALES EX DECRETO XI
KAL. APRIL.
MDCCCLXII
AD POSTERIORUM MEMORIAM A PETRO V PRINCIPE
OPTIMO OB EJUS EXIMIAM SOLLICITUDINEM FAUSTIS
AUSPICIIS NOMEN ACCEPERUMT

O corpo principal do edificio, fica parallelo á rua, e separado d'ella por um terreiro de 18 metros de largo, que ha de ser parque.

Tem o edificio 98 metros de extensão, e está dividido em 3 corpos, fazendo o do centro resalto sobre os outros, tendo aquelle 32 metros e estes 33.

No primeiro pavimento, são as repartições, gabinetes, guardas, quartel dos facultativos, botica, e laboratorio chymico. No 2.º. são quartos para officiaes doentes, enfermarias

para os officiaes inferiores, capella, livraria, e casa das sessões da junta.

Da parte central do edificio, partem duas galerias de communicação, que ficam em direcção perpendicular á rua. São separadas uma da outra, por um espaço de 22 metros de largo, reservado para jardim interior do edificio. Dão estas galerias para quatro enfermarias, ficando duas de cada lado.

As enfermarias, são separadas entre si, e d'aquelle corpo do edificio, por espaços de 18,m5, tambem destinados para jardins.

Cada enfermaria póde receber 24 doentes, e todo o hospital, 300 ou mais.

No topo das galerias, ha umas pequenas enfermarias, para presos, sarnosos, e doentes de molestias contagiosas.

Tem cosinhas, lavadouros, theatro anatomico, dispensas, casas de banhos, casas para enfermeiros, latrinas, e mais officinas necessarias n'estes estabelecimentos.

O segundo pavimento, é exactamente dividido como o primeiro, porém as pequenas enfermarias dos topos, são para alienados, bexigosos, ophtalmicos, e para observações.

Em volta do edificio, se estendem os parques, communicando com os jardins.

Todas as obras foram executadas pelo distinctissimo engenheiro militar, o sr. Miguel Baptista Maciel, ao zêlo do qual se deve a perfeição e brevidade com que ellas se têem construido.

—

Lazaros e Lazaras—Vide a pag. 297, col. 1.ª (1558.)—Está na rua das Fontainhas, contiguo á cêrca do recolhimento das orphans S. Lazaro.

Estão tambem n'este edificio, as *velhas da Cordoaria*, as *velhas do Camarão*, os *entrevados* e *entrevadas*—mas todos em repartições separadas, e em todas ellas se nota extremo aceio e bôa ordem.

Actualmente (junho de 1877) existem aqui —25 lazaros, com o seu enfermeiro (ha trez vacaturas, pois o hospital é para 28 lazaros.)—23 lazaras, com a sua enfermeira, uma cosinheira e uma ajudante. (Ha n'esta enfermaria tres vacaturas.)—86 entrevadas [1] com a sua directora, e mais quatro encarregadas da administração e serviços domesticos.—60 velhas inválidas, incluindo a regente, a vice-regente, a cosinheira e a sua ajudante.

Este estabelecimento de caridade, está a cargo e sob a administração da *Santa Casa.*

Vide a pag. 291, col, 1.ª (1498) a pag. 304, col. 1.ª (1639) para os entrevados e entrevadas.—Para as *velhas da Camarão*, a pag. 219, col. 2.ª, no fim— e para as *velhas da Cordoaria*, a pag. 294, col. 2.ª

—

Entrevados—na rua de Cima de Villa. Foi lançada a primeira pedra a 25 de setembro de 1639.

É tambem administrado pela *Santa Casa.*

—

Enfermaria da Relação—no mesmo edificio, sustentada pela Misericordia.

—

Inglez—para marinheiros britannicos, na calçada de Monchique.

Vide o 5.º vol., pag. 280, col. 1.ª

—

Dos Naufragos—Vide pag. 337, col. 2.ª

—

Havia antigamente no Porto mais dois hospitaes, eram—

Senhor d'Alem—Vide pag. 308, col. 2.ª (1738.)

—

Espirito Santo—Vol. 5.º, pag. 287, col. 2.ª

—

Casa de Saude—estabelecida em 1868, na rua de S. Lazaro, pelo distincto medico, o sr. dr. Joaquim José Ferreira.

É um estabelecimento ordenado sob todas as regras hygienicas, com o mais esmerado aceio e commodidade, e os doentes confiados á incontestavel pericia do sr. dr. Ferreira, são aqui tratados com o maior carinho e desvelo.

[1] Houve antigamente uma albergaria denominada de *Santo Alifon* (Ildefonso) no largo da Batalha, contigua á egreja matriz de Santo Ildefonso. Passou depois a ser hospital de entrevadas, até que estas foram transferidas para a rua das Fontainhas.

Hospital dos alienados

Foi fundado no largo denominado *Cruz das Regateiras*, arrabalde e 2 kil. ao N. do Porto—estando em continua communicação com a cidade por carros americanos, desde 13 de maio de 1877.

Ha muitos annos que n'esta cidade era reclamada uma casa para hospital de alienados —e os que appareciam, ou vagueavam pelas ruas—se eram pobres—ou se recolhiam no hospital da Misericordia, se eram ricos—ou mandados para Rilhafolles, se eram bravos.

A Santa Casa, apesar dos seus grandes rendimentos, não podia custear a enorme despeza para semelhante hospital, não só pelo muito que dispende com o seu, e suas dependencias, como pelo que gasta com as grandes obras do seu magestoso edificio.

Se não apparecesse um homem verdadeiramente benemerito, e que hade sempre ser abençoado, não só pelos contemporaneos, mas tambem pelas gerações por vir, é provavel que o Porto, tarde ou nunca seria dotado com o hospital de alienados. Mas, a divina Providencia, fez immensamente rico ao conde de Ferreira (Vol. II, pag. 59, col. 1.ª—e, principalmente, no mesmo vol., pag. 60, col. 1.ª, no principio) que deixou mais de 200 contos de réis para a fundação d'este hospital.

O conde de Ferreira, falleceu no Porto, em 24 de março de 1866, e d'alli a mais de trez annos, ainda nem uma unica pedra se tinha lançado no edificio, nem em semelhante cousa se fallava.

Os portuenses increpavam severamente os trez testamenteiros do conde, aos quaes corria o dever de mandarem immediatamente proceder a uma obra de tão reconhecida utilidade, e de tamanha urgencia: não só pelo seu inqualificavel desmasello (dos testamenteiros) como pelo facto de conservarem improductivo um capital que já então devia ter rendido uns 50 contos de réis.— O 2.º e 3.º testamenteiro, tornavam a culpa ao 1.º, que era o sr. José Gaspar da Graça.

Os jornaes publicavam artigos fulminantes contra este capitalista, que os lia impassivel.

Os portuenses, vendo que o sr. Graça a nada se movia, reuniram-se em *meeting*, no dia 25 de julho de 1869, e o infeliz doutor, José Cardozo Vieira de Castro (vol. III, pag. 132, col. 1.ª — e vol. 6.º, pag. 393, col. 2.ª) distinguiu-se entre os outros oradores, pela logica virulenta do seu discurso contra os testamenteiros, principalmente contra o sr. Graça.

N'esta reunião, decidiu-se unanimemente, que se representasse ao governo, pedindo-lhe que obrigasse os testamenteiros a cumprirem religiosamente as disposições testamentarias do conde de Ferreira, principalmente na parte que respeitava á construcção do hospital dos alienados.

Não é da natureza d'esta obra, a narração de *certos factos*, que a poderiam transformar em estatua de Pasquino, pelo que só direi, que, para se levar a effeito a construcção d'este hospital, foi precizo uma demanda contra o sr. Graça; demanda que, ainda assim, foi bastante disputada pelo primeiro testamenteiro, que só á força, e depois de muitas chicanas, largou a testamentaria.

Finalmente, venceu a justiça e a moralidade, e hoje vê-se o hospital quasi concluido, e é, a todos os respeitos, muito superior ao de Rilhafolles, por ser aquelle edificado de proposito para o fim a que o seu benemerito fundador o applicára.

É administrado pela Misericordia.

—

Prisões

Relação — (Vide pag. 299, 1.ª e 304, 1.ª, 1647) — Foi o usurpador Philippe II, que mandou construir esta cadeia, cuja edificação principiou em 1583; porém era um edificio acanhado, e pouco passou dos alicerces.

Sendo regedor das justiças e governador

das armas do Porto, Diogo Lopes de Souza, 2.ª conde de Miranda [1], mandou concluir estas obras, pelos annos de 1630.

Era porém uma cadeia de exiguas dimensões, sem capacidade para a retenção dos criminosos do districto.

Sendo feito regedor das justiças, João d'Almada e Mello, demoliu a antiga cadeia, e lançou a primeira pedra no edificio actual, em janeiro de 1765. [2]

É um vasto edificio, de fórma triangular, completamente separado de outros edificios.

A fachada principal, é para a rua de S. Bento (S. E.) e tem um frontão adornado de estatuas de granito.—É d'este lado a entrada para as differentes secretarias e repartições da relação do districto. A entrada para as differentes prisões, é pela frente que deita para a Cordoaria (N.)—O lado do S. O. do edificio — de trez andares, como o resto — não tem entrada alguma. No angulo do N. E., ao cimo da rua da Ferraria de Cima (hoje Caldeireiros) e no fim septentrional da rua de S. Bento, não tem mais de 8 ou 9 metros de largo; mas parece que o architecto pretendeu fazer d'esta parte a frente principal do edificio, pois, tendo uma só, mas grande janella, está encimada com o escudo das armas de Portugal, entre dois tropheus, sendo o seu envasamento guarnecido por um chafariz de boa architectura.

Tem toda a casa, 103 janellas, e é construida de boa cantaria de granito, das pedreiras do Porto.

Até 1860, o lado do N. deitava para um bêcco, tendo na sua frente, uma fileira de casas de *taipa* e barracões, indignos de uma cidade, e que davam ao edificio um aspecto ainda mais funebre do que elle tem. Então a camara municipal expropriou e mandou demolir estes barracões, e actualmente, esta parte da casa deita para o formoso passeio da Cordoaria.

[1] Vide 4.º vol. pag. 275, col. 2.ª, pr. — e pag. 303 (1631) d'este volume.

[2] O edificio está concluido interiormente; porém, morrendo Almada, ficou — e ainda está—incompleta a cimalha do lado do norte, que confronta com o passeio da Cordoaria. Custou esta obra, 200 contos de réis, e levou a fazer, mais de 20 annos.

Todavia, as cadeias da relação do Porto, não passam de uns antros immundos, lugubres e doentios, improprios da illustração do seculo, e que se conservam em aterrador estacionamento, emquanto tudo o mais se melhora n'esta cidade, com rapidez maravilhosa.

—

Aljube.—Pequeno edificio, construido extramuros da circumvalação, mandado fazer por D. Gonçalo Pereira, bispo do Porto, mas encostado á muralha (da qual ainda aqui proximo existe um lanço, bem conservado.) Está logo abaixo da Sé, no principio da rua de S. Sebastião, e do chafariz do mesmo nome. Foi construido para prisão dos clerigos delinquentes. Depois que terminou o *fôro ecclesiastico*, ficou sendo cadeia publica, e n'ella se recolhiam as *toleradas* que infringiam os regulamentos sanitarios, e mais algumas criminosas que conseguiam poder para aqui vir, em vez de hirem para os medonhos covis da relação.

Desde 17 de abril de 1875, estabeleceu-se aqui o asylo dos rapazes vádios, que até então esteve na rua das Carvalheiras.

(Vide a palavra *Aljube*, a pag. 138, col. 1.ª, do 1.º vol.)

—

Calabouço do Carmo.—Dentro do quartel da guarda municipal, no edificio do mosteiro dos frades carmelitas. São n'elle recolhidos, provisoriamente, os embriagados ou os delinquentes, que são presos em flagrante.

—

Casa-Pia

É um grande edificio, mas de singela architectura, com a frente para a rua da Batalha, e a rectaguarda para a rua da Porta do Sol. Está separado do real theatro de S. João, pela rua do Captivo. Pelo O. estava a antiga porta (ou postigo) dos Carvalhos do Monte, ou de Santo Antonio do Penêdo, que depois se denominou *Postigo do Sol* (pag. 285, col. 2.ª)—Hoje que esta porta se acha demolida, está o edificio completamente separado de outros predios.

Foi construido no ultimo quartel do seculo XVIII, reinando D. Maria I, lançando-

se-lhe a primeira pedra, em 21 do junho de 1792, pelo benemerito provedor e regedor das justiças, Francisco d'Almada e Mendonça, para asylo dos orphãos abandonados e creanças pobres. Antes de 1832, no andar terreo eram prisões de recrutas e criminosos militares, e no 1.º e 2.º andar, havia differentes secretarías e repartições pertencentes á guarnição do Porto, e tambem aqui residiam alguns officiaes, solteiros, do corpo da guarda real da policia.

Depois de 1834, ainda por bastantes annos se conservaram as prisões militares, porém depois, foram arrancadas as grades de ferro das janellas, e o edificio convertido em casas da repartição da fazenda, pagadoria militar, quartel general, estação da telegraphia electrica, e todas as repartições do governo civil.

Como, apesar da sua vastidão, não tinha a capacidade sufficiente para accommodar tantas e tão differentes repartições; não se podendo ampliar senão para o O., e não merecendo as suas paredes, a confiança dos peritos, para supportarem o pezo de um 3.º andar, foi demolido o arco da Porta do Sol, estendendo-se para este lado o *accrescento* que se lhe fez.

Parte d'este edificio foi incendiado em 1847, mas logo reedificada em 1849.

Em frente d'este edificio está um casarão, que foi até 1832 casa dos leilões, e depois, cavallariça da guarda municipal.

Já ha muito que esta barraca, bem como a que lhe fica contigua, ao S. E., e outro barracão no largo da Policia (tambem cavallariças) deviam ser demolidas, por indecentes.

—

Fonte dos Ablativos, ou do Ribeirinho

Está na rua da Cedofeita (do lado E.) entre os actuaes numeros 672 e 674, e a pouca distancia do *Carvalhido.*

Denomina-se, dos *Ablativos,* por ter uma inscripção, com 24 ablativos.

Tambem se chama, *do Ribeirinho,* porque contiguo á fonte, ao N., passa o ribeiro que se fórma com diversas nascentes, nas faldas dos montes da *Lapa* e do *Captivo.*

Este ribeiro passa em *Salgueiros,* atravessa a *quinta do Mello* ou das *Aguas-Ferreas* (dos viscondes de Veiros) a rua de Cedofeita, e a ponte de Villar. Vae desaguar ao Douro, na praia de Massarellos.

Na confluente d'este ribeiro (denominado Ribeirinho) com o Douro, existiram as antigas marinhas de sal, de Massarellos. (Vide vol. V, pag. 8, col. 2.ª)

O chão das antigas marinhas, ou salinas, é a actual alaméda de Massarellos, casas da praia e quinta do sr. barão de Massarellos.

A agua da fonte dos Ablativos, nasce a poucos metros de distancia, ao N., junto da rua de Cedofeita, e é conduzida em alcatruzes de barro, porém grande parte d'ella anda... *extraviada.*

As suas vertentes pertencem á propriedade que lhe fica em frente, por compra feita á camara municipal, no principio d'este seculo, pelo negociante, Salvador José Braga, pae de Bernardino José Braga, e avô dos actuaes possuidores d'aquella formosa propriedade.

O actual chafariz, foi mandado fazer, em 1790, pelo chanceller e conselheiro, José Roberto Vidal da Gama, vice-presidente da relação do Porto. A sua agua é excellente para todos os usos domesticos, e muito abundante.

Antes de ser construida a fonte, andava a agua perdida pela rua abaixo, formando chareos incommodos e infectos.

A fabrica do chafariz, é simples, mas elegante, e de granito bem lavrado.

Tem de largo, na base, 4m,40, e termina em um globo, com ornatos de folhagem, com a altura de uns seis metros.

Toma grande parte do centro do obelisco, uma lapide, que resalta 0m,8, e tem de largo 1m, 10, sobre 1m,90 de comprimento. É singella, e sem ornato algum, tendo gravada, em caracteres muito visiveis, a inscripção seguinte :

REFECTIS, ALIIS. ALIIS A FUNDAMENTIS.
EXCITATIS. PLATEIS LAPIDEIS AD FLUMINIS RIPAS. ACCERIBUS
AQUAEDUCTIBUS. FONTIBUS. QUEIS UBBIS. TANTILLUM
LABANS. ET INCOMMODA COMMODISSIMA. AC PULCHERRIMA.
REDDITA. FUIT QUAE. AD. HOC USQUE. TEMPORIS.
IMPURA. TERRA. QUE. DEPERDITA. SCATURIBAT. AQUA.
HIC. NOUM. OPERE. COLLECTA S: BURBANO AC. SITIENTI
POPULO. LIMPIDISSIMA. PROFLUIT. REGNANTE. MARIA. PRIMA
PIA. AUGUSTA. FELICI. CURANTE JUSEPHO. ROBERTO. VIDAL
A GAMA. REGIAE. MAGESTATIS. A CONSILIIS. PORTUCALANSI
CANCELARIO. JUSTITIAE PRAESIDIS VICEM.
GERENTE. A. D. CID ID CCLXXXX.

—

Esta inscripção, não é das mais faceis de traduzir (ao menos para mim, que sei pouco latim) e parece-me que tem duas ou trez palavras que não são latinas: entretanto, o sentido é este:

Com aprasimento de muitos, e desagrado de outros, foram reunidas as aguas que corriam sujas e desaproveitadas, pelas lages da rua, e pelas margens do ribeiro, formando charcos immundos, e difficultando a passagem dos transeuntes. Assim, as aguas, conduzidas para esta fonte, tornaram o sitio, até então, incommodo e sujo, em bello e commodissimo; e as aguas, agora limpidissimas, desalteram os suburbanos sequiosos.

Foi feita esta obra, no reinado da piedosa, feliz e augusta rainha, D. Maria I, por diligencias de José Roberto Vidal da Gama, dos conselhos de sua real magestade, chanceller portuense, servindo de presidente do tribunal de justiça; no anno de 1790.

Sobre a lapide que tem esta inscripção, se vê um escudete, bem cinzelado, com as armas do Porto, usadas até 1832.

O chafariz, está recuado do alinhamento d'este lado da rua, no centro de uma meia laranja, na qual ha assentos de pedra.

Na rectaguarda do chafariz, ha um pequeno espaço, sem resguardo algum na margem do ribeiro *(Ribeirinho)* — que até 1868 corria descoberto.—Este espaço, foi até este anno, do logradouro publico, e aqui se lavava roupa, e se dava de beber ao gado; porém então, sendo presidente da camara municipal, o sr. Alexandre Soares Pinto de Andrade, o mandou ajardinar, vedando-o com um muro de pedra, de um metro d'altura, com grades de ferro (terminando em pontas de lança) de 1m,15 de alto — mas, deixando ao meio do muro, uma pia, para n'ella beber o gado.

Pelos annos de 1865, o leito do *ribeirinho*, e uma parte do referido espaço, tinham sido unidos (não sei com que fundamento ou pretexto) ao quintal contiguo, do lado do norte.

—

Ainda a egreja de Cedofeita [1]

O conde Raczynski, na sua obra — *Les Arts en Portugal*—edição de Paris (1846) a pag. 380, fallando de Cedofeita, publica uma nota do sr. Alexandre Herculano, na qual diz este:—Que aquella celebre inscripção, é muito contestada;—que uns attribuem a fundação da egreja a Theodomiro, outros a *Bekiar;*—que se uns dizem que foram—as reliquias de S. Martinho de Tours, outros sustentam que foram do de Pannonia;—que uns dizem que foram collocadas as reliquias em Cedofeita, outros em Dume, no Minho;—que nos documentos do seculo XII (latinos) se denomina esta egreja — *Citofacta* — o que quer dizer—*feita recentemente*—e não— *em pouco tempo ou depressa*—como alguem traduziu; sendo esta a rasão de tudo o que em seguida se escreveu, com relação áquella egreja, reliquias, Theodomiro, etc., etc.

Que uma má interpretação do— Citofacta —compromettera a historia.

«O que é certo (textual) é que na epoca, a que se pretende remontar a fundação de Cedofeita, o Porto era apenas um *castrum* (pequeno logar fortificado) cuja existencia é muito duvidosa, antes do meiado do seculo

[1] Em uma obra tão extensa e complicada, como é esta, é impossivel, em uma 1.ª edição, seguir uma ordem perfeitamente regular, e dizer-se de uma vez, tudo quanto ha que dizer, sobre qualquer materia, por obter esclarecimentos, depois de estarem impressos os antecedentes.

Mas, o que agora parece confuso, intrincado, e difficil de encontrar, quando se deseje procurar, tornar-se ha facilimo, no fim do artigo *Porto*, que será seguido de um indece alphabetico, explicando todos os logares onde ha de ser encontrado tudo o que diz respeito a esta cidade.

Foi o mesmo no artigo *Lisboa*, que estava em egual caso.

V—e que em 572 era dependente do bispo de Magnetum (Meinedo).

«O Porto só, aproximadamente, em 585, principiou a ser séde de um bispado, aliás bem pequeno, pouco antes de ser destruido o reino suevo da Galliza, por *Lewd-Wighild* (Leovegildo) rei godo.

«Os mosteiros regulares principiaram nas Hespanhas só no meiado do seculo VI aproximadamente. Sabe-se os nomes dos primeiros mosteiros fundados em Portugal—foram Dume (aproximadamente em 560) e mais tarde — Tibães. Não ha indicio algum que nos leve a crer que o de Cedofeita existisse n'essa epoca.

«Como crer pois, que o rei suevo Theodomiro, fundasse em logar tão obscuro um mosteiro, sem se lembrar de fazer mosteiro algum em terras mais importantes? E isto não tendo ainda em consideração, que os suevos eram barbaros propriamente ditos, e que ignoravam o que deviam crer em materia de religião. Isto é, pelo menos, o que asseveram os bispos do primeiro concilio de Braga. Deveremos antes convencer-nos de que elles prefeririam transformar em templos, os edificios romanos, do que construir egrejas novas,—cousa que até muito provavelmente elles não saberiam fazer.

De resto, Gregorio de Tours dá a Theodomiro o nome de *Eurrarik;* de sorte que tudo, até o proprio nome do fundador de Cedofeita, é duvidoso.

«Vós dizeis, que algumas cornijas, etc. (da egreja de Cedofeita) parecem pertencer á epoca dos suevos ou godos. Para sustentar semelhante opinião seria necessario conhecer o typo da architectura gothica da Hespanha (gothica na stricta accepção da palavra) e eu não encontro em parte alguma este typo, a não ser na velha cathedral de Coimbra, e ainda mesmo com relação a esta, eu tenho minhas duvidas, pois n'esta cathedral o estylo originario desappareceu com as adicções e reconstrucções mais modernas. Posto que os visigodos eram relativamente mais civilisádos, deviam nas suas construcções seguir de perto a architectura romana da decadencia, porque em tudo procuravam imitar os romanos, e até não escreviam senão em latim. É esta a minha opinião, que bem sei não é a opinião geral. E pelo que levo dito, é forçoso crer que os visigodos nas suas construcções prefeririam *le plin cintre á l'ogive qui se voit á Cedofeita.*

«Mas o que sobre tudo torna quasi impossivel a supposição de que a egreja de Cedofeita remonta aos tempos gothicos, são os successos politicos da epoca árabe.

«É inegavel que o norte do Douro nunca foi dominado pacificamente pelos mouros, mas elles repetiam as suas invasões na Galliza. Os limites da Galliza, ao sul, eram formados pelo Douro; e nas suas *gaswat* (assim denominavam elles as suas incursões) destruiam, saqueavam e incendiavam tudo, e por certo que não exceptuavam as egrejas. Os arabes eram muito tolerantes para com os christãos, que acceitavam o seu dominio, mas eram ao contrario nada tolerantes com relação aos christãos livres, seus inimigos. Sabemos mesmo, que o famoso *progressista Hadjeb*, de Cordova—*El-Mansur*—nas suas numerosas *gaswat* sobre o territorio christão, caprichava em destruir, incendiar e arrasar tudo.[1]

«Em 997, *El-Mansur* [2] fez uma expedição por terra e por mar, só com o fim de destruir a egreja de S. Thiago de Galliza. Os dois exercitos reuniram-se no Porto. Ora quem poderá crer que vindo os arabes de tão longe, para destruir uma egreja situada no interior do paiz, poupassem outra situada mesmo no ponto em que haviam desembarcado?

«Se ella existira, elles infallivelmente a deviam incendiar, ainda que não fosse senão para estimular o exercito.

«Peço-vos pois, que vos não illudaes com a barbara apparencia do desenho e detalhes,

[1] Vide a significação da palavra *gaswuat* (gazua) no vol. 3.º, pag. 262, col. 1.ª

[2] Almansur não é nome proprio, mas cognome. Varios chefes árabes foram cognominados *Almansur*, porém o mais celebre pelo seu valor e pela sua ferocidade, é o de que se trata no texto. No reino de Marrocos, tambem houve quatro soberanos assim cognominados. (Vide *Almançor* e *Mancôres.*)

nem com as grosserias das esculpturas, no estudo dos monumentos architectonicos. Isso não é o bastante para crermos que pertençam a uma epoca muito remota. Se existem na peninsula alguns monumentos dos tempos gothicos, devem ser mais regulares e menos grosseiros que os dos seculos IX, X, XI e XII (não fallo das construcções arabes, mas das feitas pelos christãos) porque a civilisação dos visigodos era um reflexo, posto que pallido, da civilisação romana; emquanto que o estado social asturiano, leonez e galliciano (gaulez?) embora posterior, era incomparavelmente mais barbaro.»

Vide vol. V, pag. 103, col. 1.ª e seguintes, e este volume, a pag. 277, col. 2.ª e seguintes.

—

Tributos que, segundo o foral do rei D. Manoel, pagavam os portuenses, aos seus bispos [1]

Culheres—Pagavam-se de todo o pão, farinha, nozes, castanhas e legumes, que de fóra (por terra, ou pelo Douro) viessem a vender ao Porto. Cada alqueire, pagava uma *culher*. Um alqueire eram 40 culheres.

Todos os tributos dos generos que vinham do interior do reino, se pagavam á porta da Sé, ao bispo e cabido, além da *portagem*.

Estes generos, eram vendidos em uma casa, para isso destinada, no largo da Sé. O que vendesse fóra d'esta casa, pagava 4 culheres por cada alqueire que vendesse.

—

Sacada. — Para se evitarem repetições, vide a palavra *Sacada*, no logar competente.

Os generos que entravam pela Foz do Douro, tambem pagavam culheres; mas estas eram mais pequenas (de 60 ao alqueire). [2]

[1] O foral de D. Manoel, ratificou em muitas cousas, o que a rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso I, deu ao bispo D. Hugo.

[2] Os generos sujeitos a este tributo, que entravam pela barra, pagavam-o em Miragaia, junto a uma fonte, que por isso se ficou chamando *da Culher*.

Vinho de barcas.—Cada barco que na Ribeira vendesse vinho *encascado*, á prancha (quer viesse pelo Douro, quer pela barra) pagava 25 ½ canadas; metade para o bispo, e metade para o *mórdomo de Villa Nova.*

—

Malla-Tosta.—Cada pessoa que carregasse vinho n'esta cidade, pagava 48 reaes por cada tonel — e de outras vasilhas, em proporção. Era metade para o rei, e metade para o bispo e cabido. Além d'este tributo, ainda o vinho pagava outro, chamado dos—

—

Milheiros — que era um por cento. Pagavam ainda á cidade, pela entrada n'ella, 30 reaes por cada pipa.

(Vide vol. V, pag. 42, col. 1.ª, a palavra *Malatosta.*)

—

Dizima.—Pagava-se ao rei, por os generos desembarcados, quer viessem do Douro, quer de fóra do reino.

Eram isentos da dizima — madeira, pêz, breu, resina, vinho, *pelles cabrúas*, ou pescado secco, comprado fóra da barra; mas, pagavam á Sé, um por cento.

D'esta dizima, pagava o rei á Sé, 10 por cento. Chamava-se a isto—

—

Redizima.—Os bispos, recebiam a *redizima*, não só do que fica dito, mas tambem de tudo que pagava dizima ao rei.

Esta redizima, era dividida em trez partes, uma para o bispo, outra para o cabido, e outra para o mórdomo de Villa-Nova.

—

Pescado. — Todos os pescadores que morassem na cidade, e até Monchique, pagavam á Sé, a dizima do pescado que colhessem: e ao rei, a *dizina nova*, por contracto feito entre elles e o rei.

—

Dizima nova.—Pagavam os pescadores de outras freguezias, que não fosse a da Sé, ás egrejas de que eram freguezes; mas pagavam além d'isto, outra dizima nova ao rei.

—

Conducto. — Pagavam os que vendiam na cidade, peixe fresco. Era a decima parte do valor do peixe vendido.

Condado. — Além das duas dizimas, que pagavam os pescadores, pagavam mais o *condado*, nas terras em cujas aguas pescavam—aos senhores d'ellas. Eram *sacadas*; mas *avençavam-se* com os senhores, pagando-lhes uma determinada quantia, ao mez, ou ao anno. [1]

—

Náavão ou Nabo: — Vinha a ser de cada navio ou barco, um peixe. D'este tributo, que se pagava nos mais portos do reino, isentou o rei D. Manoel, os pescadores do Porto. [2]

—

Savares (redes de pescar saveis) e *Lamprieiros* (redes de pescar lampreias) cada uma, além da dizima, pagava ao bispo, o primeiro savel e a primeira lampreia que pescassem.

Não podiam ter *savares* nem *lampreeiros*, sem licença do mórdomo do bispo, ou dos seus rendeiros. Se lançassem as referidas redes, sem licença, pagavam este fôro no tresdobro.

—

Sôlho—de qualquer d'estes peixes que pescassem, davam metade ao bispo, e a outra metade, eram obrigados a vender lh'a — *a praser do vendedor* — tirando-se, antes da venda, o ventre para o pescador.

—

Açougagem—Pagava-se á Sé, de cada banco onde se vendia o peixe, 10 reaes por anno.

Mais pagava, cada regateira, ou outra qualquer pessoa que se sentasse a vender peixe, por cada dia, um ceitil. *Se se levantasse* e tornasse a sentar, pagava outro ceitil; mas levantando-se mais de duas vezes, não pagava mais nada.

Os carniceiros, ou outras quaesquer pessoas que vendessem carne em talhos, n'esta cidade, pagavam de cada boi ou vacca, 9 ceitis — do porco, 5 ceitis — e do carneiro ou cabra, 2 ceitis.

E os carniceiros, ou pessoas que as ditas carnes matarem para vender na çidade, e nom as venderam (venderão) nem cortaram (cortarão) em nenhu outro lugar nem açougue, Salvo no do castello que é da dita Igreja, sô pena de perderem as ditas carnes, que assy fóra cortarem ou venderem, para a dita Igreja. [1]

—

Pena de sangue—pagava-se por morte de homem, *de proposito*, ao bispo, 900 reaes. (No foral que D. Thereza deu ao bispo D. Hugo, a *pena de sangue* que se pagava ao prelado, eram 33 maravidis.

O mesmo se pagava ao bispo, de qualquer *bêsta ou alimaria* que matasse alguem; mas, se o dono do animal preferisse dar este ao bispo, não pagava os 900 reaes.

O assassino, além dos 900 reaes para o bispo, pagava por *pena d'arma*, ao alcaide-mór do Porto, por seu alcaide pequeno, a arma com que commettêra o crime, sem mais outra pena ou castigo! [2]

—

Pena d'arma—E levará ho alcaide da dita cidade, de quem quer que tirar arma pera fazer mal com ella, duzentos Reaaes, E as armas—com estas decraraçoões—a saber que—quem apunhar arma, sem atirar, nam pagará pena; nem quem em reixa nova, com páao ou pedra fizer mal—nem moço de quinze annos pera baixo—nem molher de qualquer hydade—Nem quem, castigando sua molher, filhos e familliares, tirar sangue—nem quem, jugando as punhadas, sem armas, tirar sangue com bofetada ou punhada—nem quem, em defendimento de seu corpo, ou ápartar (a apartar) tirar armas, posto que com ellas tire sangue — nem escravo, de qualquer

[1] Vide a palavra *Condado*, a pag. 368, col. 1.ª do 2.º volume.

[2] Vide a palavra *Nabo*, a pag. 10, col. 2.ª do 6.º volume.

[1] Vê-se do periodo sublinhado, que já no reinado de D. Manoel, o açougue público do Porto, era no logar ainda hoje chamado *largo do Açougue Real*, a S. Sebastião; que era no centro do antigo castello.

Confirma se a opinião que expendi na columna 1.ª, de pag. 279, e nota respectiva; pois que o açougue público, ficava poucos metros ao E. da grande muralha O., do velho castello.

[2] E se fosse com um murro?—E se fosse com uma marrada?—Segundo o que se collige do periodo seguinte, parece que não tinha o minimo castigo.

hydade, que com páao, ou pedra, ou aás punhadas, tirar sangue.

—

Pena de força — que se pagava em quasi todas as terras do reino—eram d'ella isento, os portuenses. Se alguem obrigasse um habitante d'esta cidade a pagar pena de força, e elle se queixasse d'esta exacção, o *forçador* era obrigado a restituir o que tinha recebido, e mais a pena de 108 reales.

—

Alcaidaría—E o dito Alcayde moor, nem seu Alcayde, nom levaram (levarão) *ninhus direitos, dos pescadores, nem dos pescados que vierem a vender á dita çidade, soomente das Ostras, das quaes levaram* (levarão) *hua soo canastra das comuas, sem cogullo, de cada navyo, ou barqua, que as vier vender. E, posto que muitos dias dure a venda das ditas ostras, nom levará a dita canastra mais de hua vez; nem outro direito.*

—

Gado do vento [1] — O gado do vento, era considerado direito real, e era pago á Sé.

Quando se achava qualquer rez perdida (gado do vento) andava um anno em pregão, e se dentro d'esse praso apparecia o dono, se lhe entregava. Quando não apparecia, era para o bispo.

Se alguem, achando uma rez ou bêsta perdida, não fosse, no praso de oito dias, dar parte ao escrivão dos direitos do gado do vento, era considerado e punido como ladrão.

—

Sal de Santa Maria — se chamava ao direito que pagava o sal que entrava pela barra. (Vide vol. 5.º, pag. 270, col. 2.ª

—

Portagem e passagem — (*Portagem* era o direito que pagavam os generos que entravam em qualquer povoação, para alli serem vendidos—*Passagem,* era o direito que pagavam os generos que só atravessavam uma povoação, para hirem a ser vendidos em outra. — Vide no 6.º vol., pag. 500, col. 1.ª e 2.ª)—Todas as pessoas de fóra da terra, que no Porto comprassem ou vendessem qualquer genero, pagavam ao bispo, um por cento. (Dez por mil, e por isso, tambem a este tributo se dava o nome de *milheiros.*)

Eram isentos do pagamento de portagem, os generos seguintes—pão cosido, queijadas, biscoitos, farellos, óvos, leite (e todos os seus productos), prata lavrada, vides (bacéllos) cannas, carqueija, tôjo, palha, vassouras, pedra, barro, lenha, herva, e os generos de toda a qualidade, vendidos para a armada real.

Tambem não pagavam portagem, nem passagem, os que vendiam os *fruytos dos seus bees* (bens) *movees,* ou de raiz, ou os que produziam as cousas que trouxessem arrendadas—nem os generos que eram dados em pagamento de suas tenças ou pensões—os que fizessem parte de dote para casamento —e os que se recebiam como mercês, ainda que os vendessem, no Porto, aos que por taes titulos os recebiam.

Mas, se levassem estas cousas para fóra da cidade, pagavam *passagem.*

A *passagem* pagava-se tambem, (metade para a egreja e metade para o mórdomo de Gaia) dos generos que passavam pela cidade. Vinha a ser—por cada carga, de bêsta muar, um real, de seis ceitís ao real (no foral de D. Thereza, este direito era de 6 ceitís, que vinha a ser o mesmo na apparencia, mas não na realidade, porque a moeda tinha já encarecido muito, durante o periodo de 400 annos, que tinham mêdeiado entre D. Thereza e o rei D. Manuel.) — De cárga de *asno,* meio real (tres ceitís,)—por cada bôi, vacca, cabra, ovelha; e porco, um ceitil. O mesmo por bêsta descarregada (cavallar ou muar) se fosse macho, e sendo femea, 3 ceitis; mas, trazendo filho que mamasse, não pagava nada. [1]

—

Vinho—Do vinho que por terra entrasse

[1] Para se saber a que se chamava *gado do vento,* vide vol. 3.º, pag. 244, col. 1.ª

[1] As freiras de Santa Clara, até ao anno de 1500, recebiam portagem, das mercadorias que passavam pelo rio Douro. D. Manuel lhe cassou este privilegio; mas em 1504, tornaram a receber portagem, das mercadorias de Entre os Rios (Santa Clara do Torrão) que era couto do seu mosteiro.

n'esta cidade, pagava-se—de cada carrada, de 40 almudes, 6 canadas—e metade por pipa de 20 almudes—e o mais em proporção. Vindo em bêsta muar ou cavallar, pagava duas canadas, e em carga menor, canada e meia.

—

Castanhas e nozes—Por cada carga maior de nozes, ou de castanhas piladas, 6 reaes.

—

Panellas, louça de pau—(gamellas ou escudellas) *sal* e *pescado* (sêcco e fresco) — pagava—cada carga de panellas, ou louça de pau, uma peça=mas não das maiores d'esta louça.—Cada carga maior de sal, que sahisse do Porto, um real.=De *peixotas* (pescadas) seccas, um por cento. E todo o outro peixe, sêcco ou frêsco, por cada carga de bêsta cavallar ou muar, 8 ceitis, e por cada carga d'asno, 4 ceitis.

—

Priviligiados—Eram isentos d'estes tributos, os frades, as freiras, eremitães, clerigos (de ordens sacras ou menores) e beneficiados que viviam como clerigos, e que como taes eram havidos.

Eram isentos do pagamento da *portagem* e *passagem* (já desde o foral de D. Thereza) os *visinhos* (moradores) da cidade ou arrabaldes.

O povo de Gaia, era considerado *visinho* do Porto, para este privilegio.

Vide a palavra *Visinho*, no logar competente.

—

Os tabelliães—pagavam (tanto os judiciaes, como os de notas) 18:000 reaes, divididos por todos.

—

Todos estes tributos, ou direitos, que á primeira vista parecem excessivos, eram verdadeiramente insignificantissimos, comparados com os actuaes. Basta lermos com attenção o que fica dito, para nos convencermos d'esta verdade. O mais desagradavel, era a sua complicação, por serem *directos*.

Mas, se os portuenses estavam sujeitos ao pagamento de alguns d'estes tributos, tambem gosavam de muitos e grandes privilegios, como se verá no artigo seguinte.

Privilegios concedidos á cidade do Porto

Doação, feita ao mosteiro de Cedofeita, pelo rei suevo, Theodomiro, no anno 560.

(Vide 5.º vol., pag. 106, col. 2.ª)

—

Salvo conducto, dado ao mosteiro de Cedofeita, por Abd-el-Assis-Aben-Mahomet (mouro) senhor do Porto, em 755.

(Vide 5.º vol., pag. 106, col. 2.ª)

—

Doações, feitas por D. Affonso Henriques, e seus successores, ao mosteiro de Cedofeita.

(Vide 5.º vol., pag. 107, col. 1.ª e seguintes.)

—

Tinham os portuenses, os mesmos privilegios, isenções, graças, preeminencias e liberdades, dos *infanções da Terra da Feira*, e dos cidadãos de Lisboa—por carta régia de D. Affonso III, na era de 1299 (1261 de J. C.)—podendo, como elles trajar gallas de seda, bordadas a ouro ou prata; usar de armas, e de tudo o mais declarado na provisão, dada por D. João II, em Evora, no 1.º de junho de 1496, que confirmou a antecedente.

—

D. Diniz I, ordenou que do Porto fossem expulsos todos os fidalgos que se não applicassem ao commercio.

Esta determinação, foi confirmada por D. Affonso V, mandando que *nenhuma pessoa poderosa, se podesse demorar no Porto, mais de tres dias, sob pena de ser lançada fóra, por justiça.*

Por carta regia de D. Fernando I, datada de 3 de julho da era de Cesar 1406 (22 de junho de 1368 de J. C.) foi prohibida aos fidalgos, a residencia ou pousada, no Porto; fazendo assim cumprir as provisões e cartas de D. Affonso III e D. Diniz.

—

D. João I, por carta régia de 3 de março, da era de 1428 (20 de fevereiro de 1390 de J. C.) confirmou o uso determinado em vereação da camara—de não pousarem os fidalgos, dentro dos muros da cidade do Porto, ou n'ella comprarem casas e quintas: or-

denando que aquelles que as tivessem feito, as vendessem.

Outro sim ordenava a camara, que—quando os fidalgos passassem pelo Porto, só se demorassem o tempo strictamente necessario para os seus negocios urgentes, não podendo porem a sua demora exceder a tres dias.

O mesmo D. João I confirmou esta deliberação, ou *postura*, por carta régia de 23 de fevereiro do mesmo anno de 1390.

Mas, se algum fidalgo adoecesse, era-lhe permittido vir curar-se á cidade, se obtivesse para isso provisão régia.

—

Tambem D. João I mandou que o juiz da cidade fizesse correição contra os fidalgos, uma vez por mez.

—

Os fidalgos, vendo-se obrigados a venderem as suas propriedades, dentro dos muros do Porto, compraram terrenos e fizeram muitas casas e quintas nos seus arrabaldes; mas a cidade foi crescendo e ampliando-se, de modo que, com o tempo, um grande numero d'estas propriedades vieram a formar parte integrante da povoação.

Taes são as casas e quintas — dos srs. — Brandões (hoje marquezes de Manfalim e Terena) na Torre da Marca; João Pacheco Pereira, de Bello-Monte; condessa de Rézende; Bandeirinhas; Cyrnes, etc., etc.

—

Ainda no reinado de D. João I, nas côrtes de Coimbra (as setimas d'esta cidade) por deliberação da sessão de 12 de abril, da era de 1436 (1 de abril de 1398 de J. C.) se resolveu que—em razão dos sacrificios feitos pelos portuenses, para o levantamento do cêrco de Lisboa, em 1384, (vol. 4.º, pag. 110, col. 1.ª no fim) dando navios, gente e mantimentos; concorrendo tambem com gente, e armas, para a victoria de Trancoso e para a tomada de outras praças que ainda estavam pela voz de Castella (1388)—se conservassem á cidade do Porto os seus antigos privilegios—de não poderem morar no Porto, fidalgos ou pessoas poderosas, nem aqui terem propriedades—*por causa dos seus maus costumes.*

A carta regia de 22 de fevereiro, da era de 1454 (11 de fevereiro de 1416, de J. C.) manda guardar todos os antecedentes privilegios, comprehendendo ainda na prohibição de residirem no Porto—os mestres das ordens de S. Thiago, Christo, Aviz, e do Hospital; os commendadores d'estas ordens, e os frades conventuaes.

—

A cidade do Porto, concedeu a Fernão Coutinho, licença para viver nas suas casas de Monchique, 45 dias cada anno, repartidos em tres *temporadas*, de 15 dias cada uma.

—

Vindo Rodrigues Pereira, senhor da Feira, ao Porto, e demorando-se mais de tres dias, se juntou o povo, e lhe lançou fogo ás casas, havendo grande tumulto, muitos ferimentos e algumas mortes.

Pereira, queixou-se aos juizes e vereadores, *mas os criminosos foram absolvidos, por matarem e incendiarem, em defeza dos seus privilegios.*

—

Os portuenses tinham o privilegio de poder andar armados, por todo o reino.

—

As armas vindas para o Porto, não pagavam decima nem siza.

O rei D. Manoel, concedeu aos cidadãos do Porto, que andassem nos pelouros da governança, e cavalgassem mulas de sella e freio.

—

Os cidadãos do Porto, não podiam ser mettidos a tormentos, senão no caso em que o podiam ser os fidalgos.

—

Se fossem presos, recebiam homenagem como fidalgos.

—

Os seus caseiros, não podiam ser obrigados a hir á guerra.

—

Por carta régia de D. João I, não era permittido aos fidalgos e poderosos, da cidade do Porto, escolherem, na causa dos pobres, o

juizo do corregedor da comarca. Mas os pobres, podiam escolher esse juizo, se lhes conviesse.

—

Os vereadores da camara do Porto, apresentavam-se, com as suas insignias, na egreja da Sé, na vespera de Corpus Christi, e alli eram incensados, pelo bispo, ou por um dos seus conegos.

—

D. João I, concedeu ás mulheres do Porto o privilegio de não poderem ser presas por culpas dos maridos.

Por esse tempo, o mesmo D. João I, ordenou que ninguem podesse mendigar, sem licença da camara, sob pena de servirem um anno sem soldada.

—

Por provisão de D. João III, quem pescasse no lago da Foz, á bôca da barra, tinha um anno de degredo, e perdia os barcos e as rêdes.

—

Pela doação que a rainha D. Thereza fez ao bispo, D. Hugo, em 1120, tinha a *egreja da villa do Porto,* toda a jurisdicção, *alta e baixa, mero e mixto imperio e superioridade*, no civel e crime.

Os bispos, portanto, é que nomeavam o alcaide-mór da cidade, e como senhores donatarios d'ella, mandavam fazer os reparos das cadeias, e faziam os officiaes de justiça.

D. João I, em 13 de abril de 1406, comprou ao bispo D. Gil, o senhorio e jurisdições da cidade do Porto, pela renda annual de 3:000 libras.

O bispo D. Manoel, reduziu esta renda a 120 marcos de prata, a instancia do bispo D. Diogo de Sousa, ficando o Porto a pertencer á cidade.

Depois d'este contrato, em 1425, deu o rei (D. João I) a João Rodrigues de Sá (o das Gallés—Vide o vol. 6.º, pag. 558, col. 2.ª) o titulo de alcaide-mór do Porto, com os senhorios de Sevêr e Mattosinhos, *sem outro senhorio, nem dominio na cidade*, que ficou sendo da corôa.

—

O rei D. Affonso V, mandou se accrescentasse a *cadeia velha*, para o que se lançou certo tributo. Isto por carta régia de 16 de abril de 1490, que está no cartorio da camara, no *Livro antigo, do rei D. Affonso V*, a folhas 43.

—

O rei D. Manoel, revogou (1503) as anteriores provisões e cartas régias, que prohibiam a residencia dos fidalgos, no Porto; mandando que podessem hir novamente habitar na cidade, os filhos dos fidalgos que d'aqui tinham sahido; mas *sob condição de tornarem a ser expulsos, se a damnificassem.*

Permittiu então, a Pedro da Cunha, auctorisação para poder viver nas suas casas de Monchique. [1]

Parece que, ou os fidalgos abusaram da permissão que o rei lhes concedêra, ou que a sua residencia na cidade era origem de repetidas desordens, e emulações permanentes, porque o mesmo rei D. Manoel, por carta régia, de 17 de março de 1505, revogou a de 1503, restituindo á cidade todos os antigos privilegios.

N'esta carta se lê, que—não obstante ter já revogado a outras cidades do reino, similhante privilegio, contra os fidalgos, e determinado que, *nem os fidalgos enviados com algum cargo, podessem demorar-se no Porto, depois de cumprida a missão de que haviam sido encarregados.*

Declara, como exemplo, que—tratando o duque D. Affonso (irmão do rei D. Duarte)

[1] Supponho que estas casas são as que por muitos annos estiveram arrendadas á alfandega, para n'ellas estabelecerem os seus depositos, por não caber tudo na alfandega velha. São uns vastos armazens, dos quaes é hoje proprietario (por herança dos seus maiores) o sr. José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, da villa de Provezende.

Mas não entendo muito bem estas tres linhas do texto!—O a que então se chamava *Monchique*, comprehendia toda a area onde hoje está o palacio e quinta da Bandeirinha, o Monte dos Judeus, mosteiro e cerca das freiras de Monchique, até aos referidos armazens—e, portanto—a mais de 400 metros fóra das muralhas da cidade, e, por consequencia, onde já os fidalgos podiam residir.

de construir casas no Porto, o não conseguira, pela recusa da camara, em vista dos seus privilegios.

Tambem declara a mesma carta, que estes privilegios, foram dados ao Porto, em attenção e como recompensa dos relevantes serviços que os seus habitantes haviam feito em várias épocas, aos reis e á patria.

—

Os vereadores, accórdaram (em vista dos seus antigos privilegios e regalias, tantas vezes dados e confirmados pelas côrtes e pelos reis de Portugal) que—*se alguem alugasse ou vendesse casas a fidalgos, perdesse não só o preço d'ellas, mas todos os seus bens, para a cidade; e fosse posto fóra, perdendo tambem os compradores o preço das propriedades.*

—

Durante o reinado de D. João III, foram-se pouco a pouco relaxando os privilegios do Porto, principalmente, quanto á expulsão dos fidalgos, que, sob pretexto de terem empregos publicos, ou de serem negociantes, se foram subrepticiamente estabelecendo na cidade.

Esta relaxação progrediu nos ephemeros reinados de D. Sebastião, e D. Henrique (o cardeal rei) e quando Filippe II usurpou a corôa de Portugal, já no Porto residiam bastantes fidalgos, e muitos mais se vieram aqui estabelecer, durante esses nefastos 60 annos de terror e vexações de toda a casta.

Este usurpador, confirmando varios dos antigos privilegios do Porto, não falla na prohibição da residencia dos fidalgos n'esta cidade.

A constituição de 1820, acabou com varios privilegios, tanto no Porto, como nas outras terras do reino.

—

Dedicação dos portuenses a D. João I

Apenas o *mestre d'Aviz* foi acclamado pelo *povo* de Lisboa, e quasi simultaneamente per toda a nação, *regente e defensor do reino,* em 16 de dezembro de 1383, apezar da traiçoeira opposição da maior parte dos fidalgos portuguezes (que—diziam elles—não podiam nem deviam obedecer a um *bastardo,* filho de uma mulher do povo—) e do grande poder e mais ou menos bem fundadas pretenções, de D. João I, de Castella, casado com D. Beatriz, filha de D. Leonor Telles de Menezes; apenas, repito, o povo portuguez reconheceu por seu chefe o mestre d'Aviz, escreveu este a todas as camaras e pessoas poderosas, em quem confiava, dando-lhes parte da sua acclamação, em Lisboa, e de que um poderoso exercito castelhano se juntava nas fronteiras do reino visinho, para invadir Portugal.

Exortava o povo a que tomasse as armas, em defeza da patria em perigo, declarando-lhe que sempre o achariam á sua frente, para dar a vida em defeza da nossa independencia.

Apenas o mensageiro do *mestre* chegou ao Porto, com uma d'estas cartas—ou proclamações—e que o povo o soube, correu em massa e immediatamente para os paços do concelho, e alli, um dos vereadores lhe leu a mensagem de D. João.

Era isto quasi ao sól posto. O povo, em altos gritos, acclamou o *mestre,* como regente e defensor do reino.

Alguns, ou cobardes ou traidores, demonstraram hesitação, e fallaram no grande poder de Castella, e no triste estado em que D. Fernando, sua mulher, o conde Andeiro e outros, tinham deixado Portugal; mas estas *razões* não fizeram mais do que exaltar o patriotismo violento do povo, e elles tiveram de esconder-se ou transigir, para não serem trucidados.

O povo, quiz que o *alferes,* Alvaro da Veiga, levasse pela cidade a bandeira da camara, e animasse o resto do povo á revolta, e, como elle se recusasse, foi logo alli mesmo despedaçado pelos mais exaltados.

Com a noite, serenou alguma cousa o tumulto, porém na manhã seguinte, estava toda a cidade em plena revolta.

Os partidarios de D. Leonor Telles de Menezes e de seu genro, o rei de Castella, ou se esconderam ou fugiram.

A multidão esperava na praça ou campo do Olival (Cordoaria) a um nobre cavalleiro, chamado *Affonso Annes Paateiro* ou *Páteiro,* (vol. 6.º, pag. 507, col. 1.ª) esco-

lhido, por eleição popular, para levar a bandeira e dar as vozes da acclamação. Chega elle, montado em um formoso cavallo, ricamente ajaezado, e, fazendo ondular a bandeira do municipio, percorreu, seguido de grande multidão de povo de ambos os sexos e de diversas condições, todas as ruas da cidade, gritando — *Real! Real! Real! Pelo mestre de Aviz, regedor e defensor de Portugal*—a cujo brado respondia a multidão enthusiasmada.

Quando chegou ao largo da Sé (então muito mais amplo do que actualmente) tinha-se-lhe aggregado tanta gente, que enchendo a egreja e o largo, occupava ainda as ruas immediatas.

A egreja da Sé, que havia alguns annos estava fechada, por causa do interdicto, tinha aberto de par em par as suas portas aos populares.

Affonso Annes, apeando-se, subiu com mais alguns ás torres da egreja, onde collocou a bandeira, e todos os sinos principiaram a tocar em festivos repiques, annunciando á cidade a acclamação d'esse filho do povo, que foi um dos nossos mais bravos e mais sympathicos monarchas.

Todos os clerigos que acompanhavam o povo, disseram missa nas differentes capellas da Sé, as quaes o povo ouviu com a maior devoção, pedindo ao Altissimo a liberdade e salvação da patria.

Terminadas as missas, um religioso dominicano, subiu ao pulpito, e tomando por thema as palavras do psalmo—*Benedictus qui venit in nomine Domine*, com palavras eloquentissimas e commoventes, animou os portuenses, promettendo-lhes a protecção divina, e pedindo-lhes com lagrimas na voz, que se unissem em volta do mestre d'Aviz, symbolo da liberdade e independencia nacional.

Na egreja da Sé, que até então tinha estado interdicta, por causa das desavenças entre os bispos e o povo, não se tinham—havia muitos annos—enterrado os cadaveres dos christãos, fallecidos durante esse periodo.

Muitos do povo bradaram — *Vamos buscar os ossos dos nossos paes e parentes, que os bispos nos obrigaram a enterrar nos campos e nos mattos, e tratemos de os enterrar em sagrado.*

Isto foi estrepitosamente applaudido por todos, e esse dia foi exclusivamente empregado na remoção dos cadaveres para sepultura ecclesiastica, apezar de estar ainda em vigor o interdicto.

O bispo D. João (3.º do nome, e 37.º, na ordem dos prelados d'esta diocese) foi um leal portuguez, do que deu exuberantes provas em toda a sua vida.

Não se oppôz o illustre prelado ás patrioticas demonstrações do povo, que já muito o estimava pelas suas virtudes.

O povo e alguns nobres, trataram logo de armar-se convenientemente, para resistirem aos castelhanos.

D. João I, de Castella, invade Portugal, pelo Alemtejo, e vêm pôr cêrco a Lisboa, logo no mesmo anno de 1383; porém o mestre o investe com furor, obrigando-o a retirar para Santarem; mas, sendo reforçado, torna a sitiar Lisboa.

O Mestre manda ao Porto *Ruy Pereira* (tio do famoso condestavel, D. Nuno Alvares Pereira) a pedir aos portuenses que o ajudassem n'esta conjunctura, com as gallés e navios que lhes fosse possivel; e que não dessem ouvidos, nem ás cartas que lhes dirigia D. Leonor Telles de Menezes, nem ás sugestões dos que os pretendiam fazer castelhanos.

Os portuenses, responderam a Ruy Pereira — *Dizei ao Mestre, que, ainda que elle não fôra filho conhecido de El-Rei D. Pedro, bastava o nome que tomou, de* defensor do reino, *para, só porisso, nos darmos por obrigados a servil'o, com fazendas e pessoas.*

O bispo, a camara e os principaes da cidade, reunidos no paço episcopal, trataram de procurar todos os meios de fazerem effectiva a sua promessa.

O prelado, gastou grossas quantias, na compra e aprovisionamento de varias gallés, e no pagamento ás suas guarnições; dando além d'isso á camara, 3:000 libras, para o mesmo fim. [1]

[1] Cada *libra*, valia então 36 reaes, e vinha a ser ao todo, a quantia de 108:000

A camara e o povo, rivalisavam em zelo e sollicitude, e uma formosa esquadra entra pela barra do Tejo, e derrota a castelhana. Esta, reforçada, ainda torna ao cêrco, porém teve de fugir para os seus portos, e D. João I (o castelhano) para Torres-Vedras, e d'alli para Castella.

Alguns fidalgos portuguezes, tentam assassinar o mestre (fevereiro de 1385) mas a conspiração é descoberta, e o principal traidor, *D. Garcia Valdez*, é queimado vivo, na praça de Lisboa.

As côrtes de Coimbra, declaram vago o throno portuguez (5 de abril de 1385) e acclamam como seu rei natural, o mestre de Aviz.

Distinguem-se n'estas côrtes — o famoso doutor, João das Regras (vol. 1.º, pag. 379, col. 2.ª) pelos seus brilhantes discursos, e pela força irresistivel da sua logica — e D. Nuno Alvares Pereira, pela coragem com que, em poucas, mas fuminantes

«.... palavras mais duras que elegantes,
A mão na espada, irado, e não facundo,
Ameaçando a terra, o mar e o mundo:»

sustentou o direito que os portuguezes tinham de eleger os seus monarchas, desde Ourique, e a obrigação que todos tinham de dar a vida em defeza da liberdade.

Os discursos d'estes dois vultos legendarios dos seculos XIV e XV, foram freneticamente apoiados por grande parte dos representantes da nação, e nomeadamente, por D. Lourenço, arcebispo de Braga—pelo nosso D. João, bispo do Porto — por D. João, bispo de Lisboa—D. Lourenço, bispo de Lamego—D. João, bispo d'Evora—D. frei Vasco, bispo da Guarda — o D. prior de Santa Cruz de Coimbra — o D. abbade de S. João d'Alpendurada — o abbade de Bustéllo (Penafiel)—e outros muitos ecclesiasticos—que todos se distinguiram n'esta conjunctura, pelo seu acrisolado patriotismo.

D. João I, expôz em côrtes os relevantes serviços que a cidade do Porto prestára contra os inimigos da patria, no cêrco de Lisboa, e em attenção a esses serviços, lhe ampliou muito o termo, incluindo n'elle os julgados de Bouças, Maia, Gaia, Penafiel, Souza, e Villa-Nova a par de Gaia.

Este bispo, D. João, o terceiro do nome, mostrou-se sempre um prelado virtuoso, um pastor sollicito, e um portuguez verdadeiro. É por isso que os portuenses o amavam entranhadamente, e que, quando elle deu principio á obra da claustra da Sé, lhe offereceu a camara, *mil pedras lavradas, em reconhecimento dos beneficios que d'elle tinha recebido.*

Finalmente, no serviço da sua egreja, da sua patria e dos seus diocesanos, gastou este santo prelado a vida, e eternisou a sua fama; e, fallecendo, cheio de annos e de bôas obras, deixou aos portuenses indelevel saudade.

Tambem merece, com a maior justiça, ser mencionado, n'este repositorio de noticias concernentes á nobre cidade do Porto, um dos seus mais prestantes cidadãos, do tempo de D. João I, foi — *João Ramalho*, cidadão honrado e rico, do Porto.

Foi nomeado, com outros cidadãos, para, sob a presidencia do bispo D. João, tratarem de tudo quanto entendessem dever praticar-se para defeza da nossa liberdade e independencia.

João Ramalho, não só mostrou o seu patriotismo nos conselhos, mas tambem a sua bravura nos combates. Vê-se da chronica de João I, que chegando a esquadra portuense á vista da castelhana, que estava bloqueando Lisboa, João Ramalho, em um pequeno batel, teve o arrojo de passar por entre os navios inimigos, e foi dar parte ao mestre de Aviz, da chegada da nossa armada; e, depois de combinar com elle o modo do ataque, com o mesmo desassombro tornou a atravessar a esquadra castelhana, e se foi unir aos seus.

—

D. João, depois de acclamado rei de Portugal, em uma carta em que menciona as cidades e villas que primeiro tomaram a vós por elle, nomeia em primeiro logar a cidade do Porto, dizendo:—*Os que confessaram commigo o papa Urbano, ser verdadeiro*

reaes, valiosissima para aquelle tempo, em que um alqueire de trigo custava 15 réis.

pastor da egreja; e o mestre, defensor e regedor d'estes reinos, foi a BOA E LEAL CIDADE DO PORTO, *que muito trabalhou commigo, n'este tão forte negocio, mostrando e ministrando grandes ajudas e despezas, por manter a verdade, que eu defendia.*

—

Vemos que D. João I, não se contentou com simples elogios aos portuenses, mas que traduziu em factos a sua estima e gratidão, nos grandes e innumeros privilegios, isenções, regalias e augmento que lhes concedeu.

Nunca tinha vindo ao Porto, que muito desejava conhecer pessoalmente, o que não tinha effectuado, por causa da constante guerra que sustentava contra os castelhanos.

As cortes de Coimbra, terminaram em abril de 1385, e logo em maio, o rei decidiu hir visitar o Porto, o que levou a effeito.

A cidade e Villa-Nova de Gaia, que, pela primeira vez, recebiam tão sympathico hospede, preparavam-se com tudo quanto podia dar a esta solemnidade o maior esplendor, e a mais inaudita magnificencia.

As ruas e as casas, foram transformadas em um vasto e odorifero jardim.

A entrada solemne fazia-se sempre, tanto para os reis como para os bispos, pela *porta de Miragaia* (porta Nova).

O rei ahi desembarcou de um luxuoso escaler, magnificamente adornado e embandeirado.

Desde a porta Nova, até á egreja da Sé, estavam as ruas alcatifadas de flores e verdura, e as portas e janellas embellezadas com cobertores, sanefas e cortinados, quaes mais ricos e vistosos, e com festões de flores, das mais bellas que seus moradores poderam haver. Algumas casas tinham as paredes todas cobertas de murta, ramos d'arvores e flores, e d'ellas sahiam festões, que, prendendo nos predios fronteiros, formavam *arcos triumphaes,* ou lindas abobadas de verdura.

Plantas e resinas odoriferas, ardiam em elegantes perfumadores, aromatisando o ambiente.

O bispo D. João, mandára adornar o paço episcopal (que ainda era o antigo mosteiro) com quantas gallas podéra encontrar.

A muralha (então ameiada) que desde o *Codeçal* vae pela margem do rio, até onde existiu a porta Nova, estava tambem coberta de plantas, ramos de louro e carvalho, flores e bandeiras.

Todas as gallés, caravellas, e mais barcos, surtos no Douro, estavam embandeirados, e adornados de flores e verdura.

Os marinheiros e pescadores, trajavam as suas melhores gallas, e estavam coroados de flores.

Entre estas embarcações, se distinguia um formoso batel, toldado de precioso damasco carmezim, e bordado e franjado d'ouro, com cortinas e almofadas da mesma côr e riqueza. O mastro e as cordas, estavam litteralmente cobertas de bandeiras e flamulas, que ondeavam galhardamente impellidas pela briza do oeste.

Por entre as bandeiras e as flores, se liam *motetes* e *divisas* alludindo aos brilhantes feitos do joven monarcha, libertador da patria.

Era o escaler ou *batel* real, em que D. João I havia de atravessar o rio, para fazer a sua entrada no Porto.

O concurso do povo, tanto da cidade, como de muitas leguas em redor, era immenso; occupando as janellas, atropelando-se nas ruas, e enchendo os barcos.

Era um brilhante dia de maio, do nosso formoso Portugal, e seriam 4 horas da tarde quando D. João I chegou a Villa Nova de Gaia, que estava tão adornada, vistosa e concorrida como a cidade.

O rei, sem a menor insignia de realeza, montava um bello e fogoso cavallo, e ia acompanhado por um pequeno numero de cavalleiros. Atravessou a villa, por entre a multidão, que freneticamente o saudava com estrondosas acclamações.

No rio, as embarcações formavam uma formosissima rua, e os *vivas* delirantes, tanto da villa, como dos barcos e da cidade, atroavam os ares.

Na praia de Miragaia, estava uma prancha ou estrado, ricamente alcatifado, para o desembarque do rei, e alli mesmo, a ca-

mara do Porto, e os seus principaes habitantes, com seus vestidos, bordados de ouro e prata, esperavam o soberano, ao qual, depois do comprimento então usado—*mantenha-vos Deus, senhor*—lhe beijaram a mão; e, praticada esta ceremonia, Affonso Annes Pateiro, alferes-mór da cidade, lhe apresentou o estandarte da camara, dirigindo-lhe estas solemnes palavras, que serão sempre um titulo de gloria para o Porto:

SENHOR! TOMAE ESTA INSIGNIA EM VOSSAS MÃOS, E POR ELLA NOS POMOS EM VOSSO PODER, E VOS FAZEMOS PREITO E MENAGEM, DE VOS SERVIR COM CORPOS E HAVERES, ATÉ DISPENDER AS VIDAS, POR HONRA DO REINO, E SERVIÇO VOSSO.

O rei, commovido com estas breves, mas nobilissimas palavras, respondeu tambem em poucas, dizendo:

Prometto dar a minha vida em defensa da nossa patria, e fazer mercês e justiça aos meus vassallos.

Dito isto, pegou na bandeira com ambas as mãos, em signal de reconhecimento, pelo preito e vassallagem espontanea dos portuenses.

Esta ceremonia (a da offerta da bandeira) era usada n'aquelles tempos, em eguaes circumstancias; mas tambem já se usava, em vez d'isso, apresentar as chaves da povoação. Depois, prevaleceu esta formalidade, cahindo aquella em desuso.

Apenas D. João I empunhára o estandarte da cidade, um dos vereadores da camara, bradou trez vezes: — *Viva el-rei D. João, viva!* — O que foi repetido por muitos milhares de vozes.

As trombetas, atabales e charamellas, atroavam o rio e a cidade.

Muitas *danças e folías*, se tinham *ensaiado* para este memoravel dia, e percorriam todas as praças e ruas.

As *invenções, cavalhadas* e mais exhibições do tempo, eram numerosissimas, porfiando todas as artes e officios, em se distinguirem com mais brilhantismo.

Representavam umas, guerreiros musulmanos e christãos, cobertos de brilhantes armaduras e reluzentes alfanges, espadas e montantes—outras, legiões romanas, ou gregas, de capacetes prateados, ornados de compridas plumas escarlates.

Pastores e pastoras, com trajos arcadicos, e coroados de flores—dragões, sereias, centauros, leões, ursos e outras alimarias (de lona ou papellão) mais ou menos mithologicas, mais ou menos bem imitadas, alternavam, em surprehendente confusão, o prestito real.

Os pastores e pastoras, hiam dançando, segurando cada par, pela extremidade, uma vara, em fórma de arco, coberta de fitas e flores, e fazendo tregeitos e meneios, mais ou menos decentes.

Os guerreiros, dançavam simulando combates, e batendo com as espadas, ou alfanges, nos pavezes dos contrarios, e andando sempre.

Os monstros, corriam, pulavam, e faziam mil esgares e momices, com que muito divertiam o povo.

Atraz d'estas exhibições, marchavam os *homens bôos*, e os vereadores e mais justiças e auctoridades, e por fim, o rei com os do seu sequito, todos a pé, e vagarosamente, por lhe custar a romper pela immensa *mó* do povo que obstruia as ruas do transito.

As musicas e acclamações, sobre tudo, desde a porta Nova até á cathedral, eram de ensurdecer. Das janellas, eram arremessadas pelas senhoras, sobre o rei e o seu acompanhamento, catadupas de flores, e chuva de trigo, milho, feijões e mais generos, como então se usava, em signal dos desejos de felicidade e abundancia de qualquer reinado.

O bispo D. João, vestido de pontifical, esperava o monarcha, á porta da egreja do mosteiro de S. Francisco, acompanhado do seu cabido, e da maior parte do clero da cidade, e d'alli tomaram parte no regio prestito, até ao paço episcopal, onde o rei foi recebido com as maiores demonstrações de regosijo, como já disse.

Poucos dias se demorou D. João I n'esta cidade, marchando para Guimarães, a encommendar-se a Nossa Senhora da Oliveira,

pedindo-lhe a sua protecção em favor do reino e da sua liberdade; mas tão penhorado ficou do brilhante acolhimento que lhe fizeram os portuenses, que escolheu a sua cidade, para n'ella vir receber-se com a virtuosa rainha, D. Philippa, como fica dito a pag. 290, col. 2.ª (1386) d'este volume.

Do patriotismo e abnegação heroica dos portuenses, e da origem da sua nobilissima alcunha de *tripeiros*, tratei a pag. 292, col. 1.ª (1415) e da gratidão do rei de *Boa Memoria*, para com a cidade do Porto, se trata em varias partes d'este artigo.

—

Sé Cathedral

Não é facil dizer a epoca certa da fundação d'este templo, nem fazer a descripção d'este venerando monumento, nos curtos limites de um diccionario geographico, que trata de todas as povoações portuguezas. Direi pois com a devida concizão, o que ha a um e outro respeito.

Pretendem alguns que esta egreja foi fundada por S. Basilio, que se diz ser discipulo do apostolo S. Thiago maior, e de S. Pedro de Rates, e que, sendo bispo de Braga (depois de o ser do Porto) foi martyrisado por ordem de Aloto, presidente de Hespanha, imperando o feroz Nero, em Placencia, a 23 de maio do anno 57 de J. C.—Julga-se porém, com bons fundamentos, que a egreja cathedral que S. Basilio edificou, não foi esta, mas a de S. Pedro de Miragaia. (Vide vol. 6.º, pag. 343, col. 1.ª—*Egreja parochial.)*

Tem-se pois como primeiro fundador da actual Sé, *Constancio*, quarto bispo do Porto, pelos annos 570 de J. C.

Sendo destruida pelos arabes, em 716, foi reedificada, entre os annos 982 e 1000 de J. C., pelo bispo, D. Nonego (ou por D. Sisnando, irmão de D. Mousinho Viegas, 15.º bispo do Porto—Vide pag. 281, col. 2.ª)

Ainda outros sustentam que a Sé construida por D. Nonego, ou por D. Sisnando, não era no local da existente, mas, no sitio onde depois se edificou o collegio dos jesuitas, e que agora é seminario diocesano; a qual foi ainda destruida pelos mouros, e que a rainha D. Thereza, e seu marido, o conde D. Henrique a reedificaram desde os fundamentos — ou, para melhor dizer — com os materiaes da antiga, construiram a actual, pelos annos 1108 ou 1109. [1]

Os successivos accrescentos e concertos que se lhe foram fazendo pelo tempo adiante, destoam completamente da sua primitiva architectura, o que faz um mau effeito.

No cartorio da Sé, ha documentos de muita valia, pela sua antiguidade, sendo o mais antigo de todos, um *Censual*, que principia por uma bulla do papa Paschoal II, expedida em 1115. Vê-se pois que existem documentos desde os primeiros annos da sua fundação, o que não acontece (que me conste) em outra alguma cathedral d'este reino.

O mesmo pontifice (Paschoal II) tinha feito bispo do Porto, a D. Hugo, francez de nação, e arcediago de S. Thiago de Compostella, e foi este prelado que pediu ao conde D. Henrique e a sua mulher, para que mandassem construir a egreja cathedral, ou reedificar a antiga.

A Sé construida por D. Sisnando (ou por D. Nonego) era de acanhadissimas proporções —como quasi todas as egrejas d'esse tempo — D. Sisnando, morreu em 1031, e desde então houve uma *séde vacante*, de 77 annos, até ao referido anno de 1108.

N'este periodo de 77 annos, apenas ha memoria de um D. Payo, que governou o bispado, como simples administrador.

O conde D. Henrique, morrendo em 1112 (quando sitiava a cidade de Astorga) não viu concluida a obra da Sé do Porto, pois só em 1120, sendo regente a rainha D. Thereza, é que alli se disse a primeira missa.

Foi a egreja dedicada a Santa Maria-Maior (Nossa Senhora da Assumpção) e sagrada pelo arcebispo de Toledo, D. Bernardo.

Foi a 18 de abril do anno de 1120, que D. Thereza e seu filho, D. Affonso Henriques,

[1] A pag. 289, col. 1.ª, escapou o erro typographico, 1103, em vez de 1108.

(então de pouco mais de 11 annos, mas que a mãe o fazia assignar em quasi todos os documentos de maior importancia) fizeram carta de doação, a D. Hugo e seus successores, da cidade do Porto, com a jurisdicção espiritual e temporal, rendas e direitos d'ella.

Os grandes privilegios, liberalidades e regalias, de que D. Thereza, e depois, seu filho, D. Affonso I, e seu neto (da rainha) D. Sancho I, foram tão prodigos para com os bispos do Porto, foram a causa de conflictos deploraveis, entre os portuenses e os reis, contra os bispos; e de uma lucta continua e obstinada, nos trez seguintes reinados. (Vide *Gaia.* Vide tambem pag. 390, col. 2.ª, d'este volume.)

Quer a primitiva Sé fosse no sitio agora chamado *largo do Collegio,* quer no sitio onde hoje a vemos, é certo que D. Thereza e seu marido, demoliram a antiga, que era de acanhadas proporções, e construiram um templo vasto e magestoso, digno do Porto. É por isso que, com justa razão, se dá a estes principes o nome de *fundadores* da egreja cathedral, e não o de *reedificadores.*

Abrangia a nova obra, não só a egreja, com suas officinas, mas tambem o mosteiro, onde o bispo vivia juntamente com os conegos, em communidade e clausura, denominando-se estes *monachus* (monges) e não conegos. Vide pag. 283, col. 2.ª, no fim, e pag. 284, col. 1.ª, d'este volume.

—

Além do interior da egreja, das duas torres da frontaria, e dos dois *gigantes* que as fortificam, pouco mais resta hoje das obras de D. Thereza, de seu marido e de seu filho.

Parece-me que as duas serpentes que servem de parapeito ás escadas exteriores, da entrada da porta principal, tambem pertencem ás primeiras edificações.

Estas serpentes, estando bastante damnificadas, se concertaram em 1870.

Todas as mais obras d'esta cathedral e suas dependencias, se foram fazendo, por muitas vezes, em differentes épocas; o que é facil de conhecer, pela discordancia da architectura, que tanto destoa da original e respeitavel simplicidade.

O interior do templo, é bastante parecido com a Sé de Lisboa. É magnifico e de vastas proporções, com trez naves, divididas por uma arcaria de granito, tendo os capiteis, cornijas, guarnições e pedestaes, de marmore preto e roxo.

A capella-mór, é uma das melhores e a maior da Peninsula. A grade que a separa do corpo da egreja, é de bronze lavrado, com um corrimão de marmore preto.

O pavimento, é de marmore branco e vermelho, em xadrez.

Esta capella-mór, foi principiada em 1609, pelo bispo, D. frei Gonçalo de Moraes, sendo seu architecto, Valentim, discipulo do grande Miguel Angelo. Foi concluida em uma *séde vacante,* como consta da inscripção que está sobre a porta principal, e diz:

PRAE SULIS, HAUD DEXTRA,
SEDE VACANTE REVIXI;
DEXTRA, OPERI TANTO,
NUM FORET SATIS?

Esta inscripção parece refutar a outra que se vê no centro da longa fachada que olha para o N., e diz:

PERGE INTUS, QUIQUMQUE
FORIS SUSPENSUS ADHAERES;
NIL HIC, QUOD MIRUM EST,
SEDE VACANTE, VACAT.

Dos dois lados do altar-mór, estão os corpos de dois martyres — do lado do Evangelho, *S. Pacifico*—e do da Epistola, *Santo Aurelio.*

As roupas que vestem estes dois santos, são mais do que ridiculas — passam a indecentes.—Diz-se que um certo mórdomo (ou não sei que) lhes tirou os antigos galões d'ouro fino, guarnecidos de diamantes, substitnindo-os por galões de caixões de defuntos!

As paredes lateraes da egreja, estão abertas em altas e largas tribunas, que a inundam de luz.

A capella do SS. Sacramento, feita em

1792, tem um altar de prata, batida, assim como a banqueta, retabulo, sacrario, e todas as mais peças accessorias, tendo esculpidos, varios paços da Biblia.

Em 1808, os francezes roubaram a esta capella (vide pag. 319, col. 1.ª) quatro tocheiros, uma banqueta, quatro patriarchas, e seis alampadas, tudo de prata, e de primoroso lavor. Não roubaram todo o altar, por o julgarem de cobre prateado.

Tambem tenho ouvido dizer, que escapou de ser levado pelos francezes, porque um dos empregados da Sé teve a lembrança de dar sobre a prata, algumas camadas de gêsso.

Ainda outros dizem que um general francez, de bons sentimentos (elles tambem não haviam de ser todos ladrões) foi o que deu o conselho de se pintar com gêsso o altar.

Isto são tradições do povo, conservadas de paes a filhos, que não sei se teem fundamento. O que é certo, é que o altar escapou á rapacidade d'estes salteadores arregimentados.

Proximo ao altar do SS. Sacramento, está a imagem do *Senhor d'Alem*, que uns dizem ter sido achado em 1139, no sitio onde depois se construiu o convento de crusios, da serra do Pilar—outros que foi roubado pelo cabido, em uma noite em que da sua capella (ao S. e na margem esquerda do Douro, ao fundo da serra do Pilar) veio em procissão á Sé, em umas preces *ad petendum pluviam.* (Se assim foi, a capella é que ficou a *pedir chuva.)* É altar privilegiado; e por cima d'elle está um primoroso painel, representando Jesus Christo a entregar as chaves a S. Pedro.

Á esquerda do altar do SS. Sacramento, está o de Nossa Senhora da Silva, cuja imagem consta ter sido achada em um silvado, quando se abriram os alicerces para a continuação das obras, no reinado de D. Affonso I, sendo bispo do Porto, D. Hugo.

O que é certo, é ser uma imagem antiquissima, pois já existia no tempo da rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, grande devota d'esta Senhora, deixando-lhe, por isso, por testamento, todas as suas joias, e os mais ricos vestidos da sua guarda-roupa.

A imagem é de pedra, e de alta estatura.

Manoel de Faria, na sua *Europa*, diz que esta imagem, antigamente era tôsca, e que depois, foi aperfeiçoada por um bom esculptor.

O padre-mestre, frei Luiz dos Anjos, no seu *Jardim de Portugal*, diz que — quando foi achada a imagem, estavam junto d'ella, dois *momos* de bronze, em fórma de grandes medalhões, tendo esculpidos, em relevo, cada um, um animal semelhante ao sapo, cujas figuras foram depois *retratadas*, e postas sobre a porta principal da mesma Sé.

Ha quem supponha que esta imagem não era mais do que uma estatua de alguma divindade, ou dama romana, que foi tomada por Nossa Senhora.

Não é impossivel, porque nós temos visto n'esta obra, tomarem-se os *deuses Terminos* (marcos divisorios de propriedades) por imagens da Virgem, e prestarem-se-lhe cultos.

O altar da Senhora da Silva, é privilegiado, e quem n'elle disser missa, tira uma alma de fogo do purgatorio. Tem ainda outras muitas indulgencias, nos dias das festividades da Senhora, e em outros do anno; tudo por bullas apostolicas, que se conservam no cartorio do cabido d'esta Sé.

Tem muitos legados, deixados pelos nossos antigos reis e rainhas, e por outras pessoas poderosas.

Foi este altar, um beneficio simples, sobre o qual houve renhidos pleitos com o cabido, que julgava pertencer-lhe.

Teve uma rica irmandade, composta dos mestres e officiaes de ferreiro, d'esta cidade, que curava da conservação e ornamento do altar, e da festa da Senhora.

Já em 1623, tinha trez grandes alampadas, alguns castiçaes e outras peças ricas, de

prata; sendo do mesmo metal as corôas da Senhora e do menino.

Teve capellão particular, da irmandade, para dizer as missas pelos irmãos vivos e defuntos. Antigamente, quando os homens não se envergonhavam de ser catholicos, em todos os domingos e dias santificados, assistiam os irmãos ás missas que se diziam n'este altar, todos com tochas accêzas. Por cima d'este altar, está um bello quadro, a óleo, representando a conversão de S. Paulo.

Com o mesmo titulo (de Nossa Senhora da Silva) administravam tambem os ferreiros, uma antiquissima albergarida, ou hospital de peregrinos, que dava a estes, trez dias de cama e sustento, com muito aceio e caridade.

Esta albergaria foi fundada pela referida rainha D. Mafalda, nossa primeira rainha, pelos annos 1150, na rua da Reboleira. Estando a albergaria arruinada, se mudou para o largo de S. João Novo, unindo-se-lhe as rendas de trez albergarias (Santa Catharina, S. Thiago e Senhora da Silva).

Com o correr dos annos, foi esta albergaria mudada para a rua da Ferraria de Cima (hoje dos *Caldeireiros)* e d'ella só existe uma formosa edicula, embutida em uma parede, mas construida com magnificencia, e coberta com um docel dourado. (Vide vol. 6.º, pag. 82, col. 1.ª e 2.ª)

Além dos altares referidos, ha mais 6 altares n'esta egreja — são os de — Nossa Senhora do Patrocinio, S. Thiago, S. Gonçalo d'Amarante, Santa Luzia (privilegiado), Jesus Maria José, e SS. Trindade.

N'este ultimo, está o corpo de S. Pantaleão, medico e martyr, padroeiro da cidade; que da egreja de Miragaia (onde esteve 46 annos) para aqui veio, em 12 de dezembro de 1499—e não a 12 de novembro de 1453, como por engano se disse, na col. 2.ª de pag. 204 d'este volume.

O rei D. Manoel, deu, para se depositarem as reliquias de S. Pantaleão, um rico cofre de prata, que foi roubado, depois de 1834.

Tinha muito que dizer sobre o roubo d'este cofre, o que não faço por *certas considerações*, sendo a principal, envolver n'este abominavel crime, pessoas de alta cathegoria, que se não pódem defender, por estarem já cobertas com a lousa do sepulchro.

Antes do roubo do cofre, se fazia com elle uma magnifica procissão — de sete em sete annos — que deixou de fazer-se desde o desacato.

Sabe-se, pelos breviarios e missaes, que a sagração d'esta egreja, teve logar, a 9 de setembro, mas não decláram o anno. É porém muito provavel que fosse em 1120, quando o templo se abriu á veneração dos fieis.

O claustro (ou *crasta)* foi mandado fazer pelo bispo, D. João, 3.º do nome, em 1385, e para ajuda da sua construcção, deu a camara do Porto, mil pedras de cantaria lavrada, como fica dito no artigo antecedente.

É formado de 304 columnas de pedra, tendo as paredes forradas de azulejos, com boas pinturas, contendo varias scenas do Velho Testamento.

A cada um dos quatro cantos, tem uma capella, e são—Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Esperança (dos morgados de appellido Brito e Cunha) e Nossa Senhora da Piedade, da casa de Athães.

A capella de Nossa Senhora da Saude, tambem na crasta, é tão antiga como a egreja, pois já existia no reinado de D. Affonso Henriques; sendo então esta Senhora objecto de grande veneração dos fieis.

Conta o padre, frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Sanctuario Marianno*, a pag. 9 do 5.º volume, o seguinte milagre, cuja memoria ainda se conserva por tradição entre os portuenses.

Trasladando o rei D. Affonso I, o corpo do martyr S. Vicente, do cabo do seu nome, no Algarve, para a Sé de Braga, em quanto se lhe preparava sepulchro na Sé de Lisboa, veio o santo desembarcar á cidade do Porto; e sendo o caixão que o conduzia tirado do navio e collocado sobre uma mula, esta, sem que pessoa alguma a guiasse, entrou na egreja da Sé, e se dirigiu á capella-mór, e, sem d'aqui dar mais um unico passo, se ajoelhou junto do altar, e logo que lhe tiraram

o caixão, alli mesmo se finou subitamente.

Foi isto, em 20 de fevereiro de 1176.

Por esta occasião, deu o rei um braço do Santo, á egreja da Sé do Porto, e foi logo collocado na capella de Nossa Senhora da Saude.

D. frei Marcos de Lisboa, sendo bispo do Porto, reedificou esta capella com grande sumptuosidade, em 1583, para alli ser sepultádo, e os mais prelados, seus successores.

O primeiro bispo que aqui se sepultou, foi D. Jeronymo de Menezes, seu successor.

O bispo, D. frei Gonçalo de Moraes, mandou fazer na mesma capella, um formoso carneiro, para n'elle se recolherem os ossos de todos os bispos, seus antecessores, que estavam enterrados em differentes logares da egreja, e elle se mandou enterrar tambem no mesmo carneiro.

Teve uma devota irmandade, que tratava da conservação e ornato da capella, e fazia uma solemne festividade á padroeira.

Ha ainda a capella de S. Vicente, com côro e orgam, onde esteve depositado o ex-rei da Sardenha, Carlos Alberto, desde o 1.º de agosto até 19 de setembro, de 1849.

Á direita da capella d'*Athães*, está uma porta, que conduz ao altar de Nossa Senhora da Encarnação, onde a rainha D. Leonor (fundadora do hospital das Caldas da Rainha e de muitas outras obras de caridade) mulher de D. João II, e irmã do rei D. Manoel, instituiu a *irmandade da Misericordia*, em 1499, a qual alli se conservou até 1555, anno em que se mudou para a sua egreja (actual) da rua das Flores. (Vide pag. 295, col. 1.ª, annos de 1499 e 1501.)

Adiante tratarei mais circumstanciadamente da capella de Athães.

A sacristia da Sé, é obra sumptuosa, com o pavimento de marmore roxo e cinzento, em xadrez. O tecto, é obra admiravel, com ricas pinturas *a fresco*, representando alguns passos da Sagrada Escriptura.

Nas paredes, estão dez quadros, a oleo, representando scenas da vida de Jesus Christo, desde os desposorios da SS. Virgem, até ás bodas de Caná. [1]

Tem tambem um bello Christo crucificado, e um painel de Nossa Senhora, que se attribue ao grande Raphael, e no qual se lê a inscripção:

QUI TE CREAVIT PARVULUM,
LACTENTE NUTRIS UBERE.

Por baixo d'este quadro, está um rico relogio; e todos os mais ornatos d'esta sacristia são de grande magnificencia.

No centro da sacristia, estão duas ricas mezas, de marmore, e em frente d'ellas, duas magestosas fontes (aos lados da porta da entrada) com formosas taças, em fórma de conchas, tudo de bello marmore.

Aos lados de cada uma das fontes, estão dois anjos, de madeira dourada, de boa esculptura, e cada par d'anjos, tem, um na mão direita, a inscripção — ANTE — e na esquerda — POST.

Admiram-se tambem aqui, riquissimos armarios de pau preto, com os gavetões marchetados de cobre dourado, onde se guardam os paramentos e outras roupas, pertencentes ao cabido.

—

Capella de Athães (ou *Atães.*) — A pag. 248, col. 1.ª do 1.º vol., disse que a quinta de Atães, formava o morgado d'este titulo. Não é assim. Esta quinta, era um prazo dos morgados denominados de Atães, por aqui residirem a maior parte do tempo, mas não era vinculada.

Lourenço Homem Carneiro de Vasconcellos, fallecido em Lisboa, em 1842, era o senhor do morgado, que, por sua morte, passou ao herdeiro legal, Francisco da Cunha Leite Pereira de Mello e Vasconcellos, avô do actual possuidor das propriedades e rendas que formavam o vinculo, o sr. Jerony-

[1] São—1.º, o Casamento de Nossa Senhora — 2.º, a Annunciação — 3.º, a Visitação a Santa Isabel — 4.º, o Nascimento de Jesus Christo — 5.º, a Circumcisão — 6.º, a Adoração dos reis magos — 7.º, a Apresentação no Templo — 8.º, a Fugida para o Egypto — 9.º, o Menino entre os Doutores — 10.º, as Bodas de Caná.

mo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcellos, que é tambem o actual senhor da *capella de Atães,* no claustro da Sé.

O referido Lourenço Homem Carneiro de Vasconcellos, deixou por testamento, a Alvaro Leite Pereira de Mello e Alvim, a quinta e prazo d'Atães, e nada mais.

Por morte de Alvaro Leite (junho de 1871) ficou esta quinta, a sua sobrinha, a sr.ª D. Maria Hellena Pereira de Mello e Alvim, actual representante dos Mellos e Alvins, senhores de Gaia e Monte Bello, por ser filha de Joaquim Leite Pereira de Mello, irmão de Alvaro Leite.

Os instituidores do vinculo chamado de Atães, foram os 7.ºs avós do sr. Jeronymo da Cunha Pimentel (seu actual possuidor, como fica dito) e eram, Diogo Homem Carneiro e sua mulher, D. Anna de Calvos, de quem Alvaro Leite nem era descendente.

A instituição d'este vinculo, foi no anno de 1622. (Vide n'este artigo—*Homens Carneiros de Vasconcellos.)*

—

Para a descripção do magestoso templo da Sé, e de todas as suas dependencias, seria preciso um grosso volume; por isso, limitar-me-hei apenas ao que fica dito, attendendo á natureza d'esta obra.

Está a cathedral situada em um dos mais elevados pontos da cidade, no centro do ambito occupado pelo antigo castello suevo (ou talvez romano, como já vimos) dominando toda a cidade, semelhante a um monarcha, que, sentado no seu throno, vê a seus pés, humildes e prostrados os seus vassallos; e, na verdade, era esta Sé, a senhora de toda a cidade, nos primeiros reinados da monarchia portugueza.

Abstrahindo da mistura heterogenea, das differentes ordens architectonicas, que cada monarcha ou prelado lhe quiz dar, nos successivos augmentos ou accessorios, e nos varios concertos e reedificações que tem tido ha sete seculos e meio—abstrahindo d'esta circumstancia, repito, devemos confessar que o conjuncto d'este monumento venerando, infunde respeito pela sua respeitavel vetustez e severa magestade.

—

Foi thesoureiro-mór d'esta Sé, o papa, João XXI, que governou a egreja de Deus, alguns mezes do anno 1276, até ao principio de 1277. (Vide 4.º vol., pag. 303, col. 2.ª

—

Teve esta egreja por prelados, varões eminentes pelas suas virtudes, saber e patriotismo. Entre elles mencionarei os seguintes:

D. João Esteves d'Azambuja—que depois foi feito cardeal, do titulo de *S. Pedro ad vincula,* e arcebispo de Lisboa. (Vide vol. 1.º, pag. 286, col. 1.ª, e vol. 4.º, pag. 272, col. 1.ª, pr.)

D. Antão Martins de Chaves—que depois foi feito cardeal, com o titulo de S. Chrisogono.

D. Affonso Pires—grande valído de D. Pedro I.

D. João, o 3.º do nome—do qual já tratei no presente artigo.

D. Gil Alma—(o Iris da Paz) que, em 1403, fez a suspirada composição, com D. João I, sobre as jurisdicções da egreja, e os privilegios da cidade.

D. Ayres de Sá—que morreu em 4 de agosto de 1578, na batalha de Alcacer-Quibir, combatendo heroicamente, ao lado de el-rei D. Sebastião.

D. João de Valladares—(o Moysés do seu povo) que conseguiu applacar as iras do usurpador, Filippe IV, em 1628, por causa do famoso *motim das maçarocas.* (Vide o vol. 5.º a pag. 76, col. 2.ª, pr.—e este vol., a pag. 303, col. 1.ª, anno de 1628.)

D. Nicolau Monteiro—que foi embaixador, por D. João IV, ao papa Urbano VIII, e foi tambem aio dos filhos d'este monarcha, e confessor de sua mulher, D. Luiza de Gusmão.

D. João de Souza (8.º do nome)—que foi doutor em canones, e deputado da Inquisição de Lisboa.

D. Thomaz d'Almeida—da casa dos condes de Avintes e dos Arcos (depois, marquezes do Lavradio) que depois foi cardeal, e primeiro patriarcha de Lisboa. Vide 4.º vol., pag. 276, col. 1.ª)

D. frei. Raphael de Mendonça—mestre de theologia, na universidade de Coimbra, e prelado de grande saber e virtudes.

D. João de Magalhães e Avellar—varão doutissimo e de grandes virtudes, que occupava a cadeira episcopal, no reinado do sr. D. Miguel I.

—

O artigo do Porto, já vae bastante extenso, para os limites proprios de um diccionario; porém julgo não dever privar os portuenses, da leitura de trez documentos importantes e curiosissimos, do 12.º seculo; que, demais a mais, teem a vantagem de ser pouco extensos. São os seguintes:

Doação que da cidade do Porto fez a rainha D. Thereza, ao bispo Dom Hugo.
(Traducção)

Pela auctoridade dos nossos antepassados, queremos que, tudo o que mandarmos, seja firme e valioso, para sempre, e porisso o outorgamos por escripturas publicas e authenticas, para ficar em memoria, não só dos presentes, mas tambem dos que depois de nós vierem.

Pelo que, eu, a rainha D. Thereza, filha do glorioso imperador, Dom Affonso (VI)—e por honra e em louvor da bemaventurada Virgem Maria, e para remissão dos meus peccados, e redempção da minha alma e das de meus paes — faço testamento e carta de doação e confirmação, pela presente escriptura, á Sé do Porto, com exclusão de outro qualquer herdeiro, do meu burgo do Porto, sem obrigação de dar comedorias, ou outro qualquer alimento, a pessoa alguma, ainda que allegue titulo de meu herdeiro.

E lhe faço esta doação, com todas as rendas e achegas, e com a egreja de São Pedro (de Miragaia) e com a *Redondella, Tapada e Castello*, que em portuguez se chama *Luêda* (Noêda?) com todas as suas pertenças; e *Germalde* (que minha irman, a rainha D. Urraca, já tinha dado) e com todas as heranças reaes, que dentro do dito couto se contém.

Portanto, dôo as sobreditas heranças, e pesqueiras, a Santá Maria da Sé do Porto, e a D. Hugo, seu bispo, e aos successores d'este prelado; e o faço couto firmissimo, por seus termos—que são:

Por *Loeda*, e d'ahi pelo *ribeiro de Conairo*, que corre por junto do paço de Garcia Gonçalves—e d'ahi, pelas *Pedras Fixiles*—e d'ahi por *Parâmos*, até *Barêso*—e d'ahi, até a *Arca-Velha*, que está junto á fonte—e de ahi, até outra *Arca*—e d'ahi, pela *Pedra Furada*—e d'ahi, pelo monte, chamado *Pé de Mulla*—e d'ahi pelo *Monte-Captivo*, e onde parte Cedofeita com Geamalde—e d'ahi, á *Cortinha de Frades*—e d'ahi até ao *Canal-Maior*, assim como corre o rio Douro.

Do mesmo modo, qualquer direito, ou propriedade que tenho, ou dêva ter, dentro dos limites de *Bouças*, ou de *Santa Maria de Aguas-Santas*, ou de outras possessões reaes; pois de tudo faço doação e testamento, á egreja de Santa Maria da Sé do Porto, e a D. Hugo, bispo da dita Sé, para elle e seus successores: e por este instrumento o confirmo, para que o tenha e possua a dita egreja, para todo o sempre, até ao fim dos seculos.

E, se algum dos meus parentes, ou estranhos, tentar romper, tirar ou quebrantar este instrumento e carta de doação, ou couto, *primeiramente incôrra na ira de Deus, e seja apartado e alheado, do Santissimo Corpo e Sangue, de Nosso Senhor Jesus Christo—e, não se emendando, tenha no inferno o mesmo logar que tem o traidor Judas Escariote*: e tudo o que contra esta doação pretender obrar, seja nullo e de nenhum valor, e em nada se torne; pagando alem d'isso, a pena de seis mil soldos, e um talento d'ouro—e esta seja para sempre firme e inviolavel.

Foi feita na era de 1158 (1120 de J. C.) e foi confirmada e sellada, no santo dia da Páschoa, aos 18 do mez d'abril, aos 15 dias da lua, anno da Encarnação de Nossa Senhora, de 1120, na indicação 2.ª, concorrente 4.ª, epacta nenhuma. No 6.º anno do pontificado de D. Hugo, bispo da dita egreja.

Eu, a rainha D. Thereza, filha do glorioso imperador, D. Affonso, confirmo e assigno esta carta ou encoutamento, com a minha propria mão, com consentimento de meu fi-

lho D. Affonso e de minhas filhas, D. Urraca e D. Sancha.

Foram testemuuhas presentes, que tudo ouviram, Gomes Nunes—Mendo Veiga—Pedro Paes—Pelayo Paes—Egas Gondozendo—E eu D. Affonso, filho da rainha D. Thereza, o assigno e approvo.[1] E eu, D. Sancha, filha da rainha D. Thereza, o assigno e approvo. E eu, D. Urraca, filha da rainha D. Thereza, o assigno e approvo.—D. Hugo, bispo da dita egreja, da Sé do Porto, o assigno.—Hilario, arcediago da dita egreja, o assigno.—Froilão Almartins, o assigno.—Pelayo, clerigo de missa, o assigno.—Pedro, conego, subdiacono, o assigno.—Mendo, notario, o escrevi.

—

Foral que o bispo D. Hugo, deu á cidade do Porto

(Traducção)

Em nome da S.S. Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo. Aquillo que com firmeza e validade queremos fazer, o confirmamos por escripturas publicas; pelo que—eu, Hugo, por graça de Deus, bispo do Porto—ainda que indigno—faço saber, assim aos presentes, como aos futuros, que, não só com o consentimento dos nossos padres, mas, tambem por conselhos dos homens bons—Dôo aos habitantes do meu Burgo, do Porto, ou a qualquer pessoa que n'elle vier habitar, taes e tão bons fóros, como teem os de São Facundo—isto é—que, no dia da Ceia do Senhor, paga cada um, por uma casa qualquer, um soldo; e, aquelle que quizer fazer casa n'este Burgo, o meirinho dá villa, lhe dará para isso logar, e por isso, recèberá um soldo—e aquelle que quizer vender a sua casa, faça a venda a qualquer do Burgo, com audiencia e auctorisação do bispo, ou do seu meirinho.

E, se alguem, constrangido por necessidade grave, quizer sahir do Burgo, com licença do bispo e do seu meirinho, póde dar ou vender a sua casa; mas se o bispo ou o seu meirinho a quizer comprar, serão preferidos, dando o prêço em que os homens bons da villa a avaliarem.

O meirinho, não poderá penhorar, em moveis que qualquer pessoa do Burgo tenha em sua casa, quando fôra d'ella achar que penhorar. Nem poderá entrar em casa de pessoa alguma d'este Burgo, para fazer penhora, sem ser acompanhado por dois ou tres homens bons, da villa: e, se de outra sorte o fizer, pagará o dobro do valor do que violentamente tirar de casa, e perderá o officio de meirinho.

Qualquer que trouxer pão a esta villa, para vender, não paga porisso portagem alguma, e a medida do pão será uma só e egual, em toda a villa, tanto para comprar, como para vender.

O vinho, tambem terá uma sò medida, egual para todos; mas pagará portagem, como é foro. E, aquelle que vender ou comprar por outra medida que não seja a da villa, pagará cinco soldos.

Semelhantemente será medido o sal, por uma só medida.

De todas as *calumnias*[1] se pague a decima parte, excepto se fôr homicidio, rauso,[2]

[1] Tinha pouco mais de dez annos.

[1] N'aquelles tempos, a palavra *calumnia*, não tinha a significação que hoje tem; mas vinha a ser o mesmo que *côima*, ou um dos direitos annexos á corôa, que consistia em pertencerem ao fisco real, as penas ou multas de certos crimes graves. Escrevia-se então *calumpnias*.

O ladrão era obrigado, alem da restituicão da cousa roubada, a pagar a *calumnia*. O roubado, recebia por inteiro o que o ladrão lhe tinha tirado; e, alem d'isso, a multa ou *calumnia* era dividida em sete partes—sendo seis d'ellas para o *rancoroso* (queixoso) e a setima para o *palacio* (camara) como representante do rei.

Em 1162, deu D. Affonso Henriques foral á villa de Mós, e n'elle diz—*Et nullo Pecto, nec nulla* Calumpnia *non intret ibi, nec meo Merino, nec Judice, nisi totum per Judicium de Alcaldes:* e em seguida, fallando dos furtos e roubos, diz—*De quocumque furto colligat suo Domino suo Cubdal, et partat illa* calumpnia, *et det Septima a Palatio, per manu de Alcaldes.*

Vide tambem o que digo sobre a significação de calumnia, nas palavras—*Prime*, *Villariça*, e *Viseu*.

[2] Vide *Rauso*, no logar competente.

ou offensa ao meirinho.—O que vender cavallo, pague um soldo—De uma égua, seis dinheiros—De jumento, quatro dinheiros—De bôi, dois dinheiros—De porco, um dinheiro—De carneiro, uma mealha. E se algum estranho matar vacca ou pôrco, pague os lombos. Se algum de fóra vender dois bragaes, não pague portagem—De uma *rapoza*, (certo vestido) um dinheiro, e de uma duzia, dois dinheiros—De uma saia, um dinheiro—De uma capa, dois dinheiros—De um manto, dois dinheiros—De uma *corda* de panno, dois dinheiros—De um capuz de fustão, dois dinheiros.

Aquelle que plantar vinha, fóra dos muros, nos logares que o meirinho lhe dér, pagará a quarta parte do vinho que ella produzir, ao celleiro da Sé do Porto. De quanto se trabalhar na vinha, depois que fôr plantada, não se pague senão o dizimo, pela sua alma, e até que a vinha produza vinho.

O que arrotear montes ou valles, pague a 4.ª parte, e fique senhor da arroteia, perpetuamente.

O que não satisfizer o pagamento da portagem, incorra na inimisade do bispo, e pague o duplo.

O macho carregado, pagará dois dinheiros—Um podão, dois dinheiros.

Fazemos esta carta, para que Deus Omnipotente concêda á senhora D. Thereza, nossa rainha, a remissão de todos os seus peccados, e lhe dê a vida eterna, e a seus parentes e amigos; e a nós nos concêda a sua misericordia. Amen.

Qualquer que, de proposito, destruir esta nossa carta de constituição, e, depois de trez admoestações, recusar cumpril'a, em primeiro logar *incorra na ira de Deus, e tenha participação com Judas, traidor,* e tudo o que tentar, seja de nenhum effeito, e esta carta fique sempre firme.

Feita e dada, esta carta, aos 2 de julho, da era de 1161 (21 de junho do anno de 1123 de J. C.)—Eu, Hugo, bispo do Porto, robóro e confirmo—Viram e foram presentes—D. Tifardo, testemunha—Veremundo, testemunha—Pelagio, testemunha—Gonçalves, testemunha—Rodrigo, notario. Eu, João, bispo do Porto, robóro e confirmo, esta carta—Eu, Pedro, 1.º, bispo do Porto, robóro e confirmo esta carta—Eu, Pedro, 2.º, bispo do Porto, confirmo—Eu, Pedro, 3.º, bispo do Porto, robóro e confirmo esta carta.

Não vá alguem suppor que houve no Porto, simultaneamente, cinco bispos. Os quatro prelados que confirmaram o foral, são os successores de D. Hugo. O primeiro (D. João) foi o célebre *D. João Peculiar* (Ovelheiro) que de bispo do Porto, passou a arcebispo de Braga.

D. Pedro I, é *D. Pedro Rabaldis*, sobrinho de D. João Peculiar, que lhe succedeu na mitra do Porto.

D. Pedro II—successor d'este, é *D. Pedro Pitões*. A este succedeu D. Pedro III, denominado, *D. Pedro Senior.*

Estes prelados hiam confirmando, á medida que eram elevados ao episcopado.

—

Ampliação do couto do Porto, feita por D. Affonso Henriques, á Sé da mesma cidade.
(Traducção.)

Em nome de Nosso Senhor Jesus Christo, eu, o infante D. Affonso, filho do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza; e neto do rei D. Affonso, o Magno—e, por vontade de Deus, principe de Portugal, dôu e amplio, a vós, D. João (D. João Peculiar) bispo do Porto, e a todos os vossos successores, o couto que minha mãe fez á egreja de Santa Maria da Sé do Porto: sendo os limites do mesmo couto—Pela *Luêda*, até á *fonte do Conairo*; e d'ahi, á *Arca de Samigosa;* e d'ahi, á *Mâmoa Pedrosa*; e d'ahi, ás *Penhas da Regueira;* e d'ahi, á *Esperola*; e d'ahi, á *Mâmoa Furada;* e d'ahi, a *Sertagem*—ou *Sertã*; e d'ahi, aos *Sobreiros Munidos*; e d'ahi, á *Portella do Arrabalde*—assim como se divide pelo couto de Cedofeita; e d'ahi, a *Pé de Mulla*, e d'ahi, ao *Monte do Captivo*; e d'ahi, seguindo a divisão de Cedofeita com Germalde—e depois, pela *Cortinha dos Frades*;

e d'ahi, ao *Canal Maior*, assim como vae correndo para o Douro. Confirmo e amplio o referido couto, pelos ditos limites, assim a vós, mencionado bispo, como a vossos successores, para remedio da minha alma e das de meus paes, e pelo desejo de participar da patria celeste. Portanto, tende vós, e todos os vossos successores, firmemente e *in perpetuum*, o mesmo couto, firmissimamente inviolavel e inteiro, por todos os seculos. Se alguma pessoa, seja clerigo ou leigo, tentar invadir ou romper a ampliação d'este firmissimo couto, pagará a vós, ou a vossos successores, seis mil soldos, de bôa moeda, e o que for julgado. E esta minha escriptura haja de ter sempre validade. Feita esta carta de ampliação e firmeza, no mez de maio, da era de 1176 (1138 de J. C.) Eu, sobredito principe, D. Affonso, que dou esta carta de firmeza, a vós, D. João, bispo do Porto, e a vossos successores, a mandei fazer, e com a minha propria mão a confirmo, perante as testemunhas, que viram e foram presentes—Egas, mórdomo, confirmo—Garcia Mendes, alferes, confirmo—Fernando Pedro, confirmo—Lourenço, testemunha—Sanches, testemunha—Pedro, notario.

—

Paço episcopal

Está edificado na eminencia em que outrora existiu o vetusto castello de que já fallei a pag. 284, proximo e ao S. da Sé Cathedral.

Foi D. Nonego, bispo de Vandoma, e depois, do Porto—(ou segundo outros, D. Sesnando Viegas, irmão de D. Moninho Viegas)—que construiu (pelos annos de 1000 de J. C.) o primittivo paço episcopal, que não era mais do que um mosteiro, onde, até ao tempo do bispo D. Hugo, o prelado vivia com os seus *monges* (que depois se denominaram *conegos seculares*) em communidade, como verdadeiros religiosos, entrando todas as rendas do bispado, em um cofre commum.

O bispo, D. Martinho Pires, que morreu em 1191, a exemplo do arcebispo de Braga dividiu os rendimentos da egreja em trez partes eguaes—uma para o cabido, e duas para o bispo. Terminou a clausura d'estes conegos, que, passando a clerigos seculares, se foram viver, cada um onde quiz; e assim ficou o mosteiro a servir exclusivamente, de paço episcopal.

Martinho Pires, passou a arcebispo de Braga, succedendo-lhe na mitra do Porto, D. Martinho Rodrigues, em cujo pontificado houve as desordens que ficam rapidamente relatadas, a paginas 390, col. 2.ª, d'este volume.

Em 1385, ainda o paço dos bispos do Porto era o acanhado e singelo mosteiro de D. Sisnando, que já deveria ter soffrido varios concertos, visto ter perto de quatro seculos.

Sendo bispo do Porto, D. Luiz Pires, e estando o paço muito damnificado pelo tempo, o mandou reconstruir, entre os annos 1455 e 1460; approveitando a parte d'elle que estava mais bem conservada, e reparando o resto. Sobre a porta principal, mandou o bispo collocar uma pedra com o seu escudo d'armas, que eram barras vermelhas e pretas, atravessadas.

A D. Luiz Pires, succedeu D. João de Azevedo, em 1465, e foi este o 1.º bispo do Porto que colligiu livraria, composta, na sua maior parte, de manuscriptos, e já de alguns livros impressos, pois foi no seu tempo que se inventou a arte de Guttemberg.—Falleceu este prelado, em 1495, deixando a sua livraria aos seus successores, e foi ella o nucleo da bibliotheca episcopal, que os bispos seguintes, foram augmentando progressivamente.

—

Por fallecimento do bispo, D. Diogo da Costa, lhe succedeu seu irmão, D. Pedro da Costa (ambos sobrinhos do famoso cardeal, D. Jorge da Costa—vide *Alpedrinha* em 1508) apezar de D. Pedro não ter então mais de 22 annos de edade.

Logo em 1510, procedeu á demolição de tudo quanto restava do antigo mosteiro, substituindo-o por uma construcção mais decente e adequada para residencia de um prelado da segunda capital do reino.

D. Ayres da Silva, feito bispo do Porto, em 1573, fez muitas e valiosas obras no paço episcopal; e mais faria, se não morre, combatendo valorosamente, ao lado do rei

D. Sebastião, a 4 de agosto de 1578, na desgraçadissima batalha d'Alcacer Quibir.

Dois annos depois (30 de septembro de 1580) D. Antonio, prior do Crato, filho bastardo do infante D. Luiz, duque de Beja, filho do rei D. Manoel, e de sua segunda mulher, e cunhada, a rainha D. Maria, filha dos reis catholicos, Fernando e Isabel, estabeleceu a sua *côrte* por alguns dias n'este paço.

D. Antonio, vencido, a 25 d'agosto, de 1580, na ponte de Alcantara (Lisboa) pelas tropas do usurpador, Filippe II, commandadas pelo duque d'Alba, fugiu para o norte, acompanhado de alguns cavalleiros e das poucas tropas que se lhe conservaram fieis. Chegou a Villa Nova de Gaia, a 29 de setembro d'esse anno de 1580.

N'esse mesmo dia, mandou ao Porto um emissario, para que a cidade se lhe entregasse; porém o bispo, D. Simão de Sá Pereira, o capitão-mór Pantaleão de Sá, e as principaes auctoridades e magistrados da cidade, a abandonaram, dando ordem á guarnição para resistir a D. Antonio.

O principe atacou a cidade, no dia seguinte (30) e facilmente a entrou, porque a resistencia foi quasi nulla.

Mas á sua entrada no Porto, foi recebido, não com hostilidade, porem com a mais desanimadora indifferença; porque os portuenses, temiam as vinganças crueis dos feroses castelhanos do duque d'Alba, que seguiam de perto esse punhado de leaes portuquezes, que, com a mais heroica abnegação, luctavam ainda contra o collosso castelhano, e contra a traição da maior parte dos fidalgos portuguezes.

Passados alguns dias de baldadas tentativas, para atrahir o povo do Porto á sua bandeira, teve ainda de fugir o desditoso D. Antonio, acompanhado de mui poucos cavalleiros, para o Alto-Minho, onde, depois de estar algum tempo escondido, pôde embarcar para França.

No dia seguinte ao da retida de D. Antonio, do Porto, entraram na cidade 6:000 castelhanos, commandados por D. Sancho d'Ávila, que tambem fez o seu quartel-general no paço do bispo.

O bispo do Porto (D. Simão de Sá) que estava em Tuy, na Galliza, apenas soube que D. Antonio tinha sahido do Porto, regressou á cidade; mas vendo que o general hespanhol lhe occupava o paço, foi residir para a casa da Misericordia, na rua das Flores, apezar de ter então o paço amplas accommodações; porém o bispo, que receára receber D. Antonio com as honras de rei, tambem não quiz misturar-se com os invasores da sua patria.

D. Simão de Sá, se não tinha a coragem de um guerreiro, tinha o patriotismo de um verdadeiro portuguez, e tanto o affligiram a escravidão e as desgraças da sua patria, que desde outubro de 1580, nunca mais tornou o ter saude, fallecendo no anno seguinte.

—

Em 1771, foi feito bispo do Porto, D. João Raphael de Mendonça, monge de S. Jeronymo, no mosteiro de Belem, lente de theologia, D. abbade geral da sua ordem, bispo de Pinhel e filho do 4.º conde de Valle de Reis.

D. João, nasceu em Lisboa, em 1717. Habituado ás pompas da côrte de D. João V— o *Magnifico* (ou, mais propriamente, o *Dissipador*) não julgou ainda o paço episcopal do Porto, digno de ser a residencia de um principe da egreja lusitana, descendente de uma das mais nobres familias de Portugal, e dos antigos soberanos da Biscaia, que já reinavam no seculo IX (vol. 4.º, pag. 449, col. 1.ª e 2.ª) resolveu demolir o antigo paço episcopal, construindo um novo, com a sumptuosidade d'aquella época, e em con-

formidade com os grandes rendimentos da mitra portuense.

Foi pois derrubado quasi todo o antigo paço, e no logar que occupava, se deu principio ao vasto e magestoso edificio que hoje admiramos.

Durante a vida d'este prelado, correram os trabalhos com a maior actividade, empregando-se n'elles grande numero de operarios, pois que D. João achou os cofres da mitra replectos de ouro e patra. Mas era tão colossal a obra, que, apezar do seu longo pontificado, apenas conseguiu concluir uma parte do edificio, onde falleceu; ficando o resto ainda em grande atrazo, e d'ahi em diante, foram progredindo as obras mui vagarosamente, até que por fim pararam de todo, ficando apenas concluida a frente principal (N.) e pouco mais de um terço das fachadas do S. e O.

A D. João Raphael de Mendonça, succedeu D. João de Magalhães e Avellar, durante o pontificado do qual, pouco progrediram as obras, em razão da guerra da Peninsula, e das convulsões politicas de Portugal.

—

Em 1808, foi o paço episcopal convertido em logar de conferencias patrioticas, e séde da *Junta do supremo governo do reino* (pag. 318, col 2.ª, pr.)

Esta revolta foi assim principiada:

No dia 18 de junho d'aquelle anno, já se achavam revolucionadas, contra o poder oppressor e voraz de Junot, muitos povos de Traz-os Montes, e alguns do Minho.

N'este dia, o governador *jacobino* do Porto, tratava de arranjar 2:000 rações, para a brigada franceza que se esperava. O povo, já farto de tantas e tão repetidas exacções, não pôde mais conter-se, e, após alguns brados de indignação, romperam freneticos vivas á familia real portugueza e á liberdade da patria; e todos correram a empunhar as armas que primeiro poderam encontrar, para se opporem á entrada de mais inimigos na cidade.

Os sinos de todas as egrejas e capellas, tocavam a rebate, sem descanço, e, em breve, toda a cidade estava em armas.

As portas das arrecadações militares, haviam sido arrombadas, e as armas, de todas as castas, que se tinham alli achado, foram distribuidas pelo povo.

Como por encanto, se organisaram corpos de voluntarios. Os milicianos correram á fórma; e os officiaes e soldados do exercito portuguez, que Junot havia *licenciado*, reuniram-se no campo de Santo Ovidio, formando um regimento *provisorio.* O pequeno numero de artilheiros que estavam no Porto, poderam haver algumas bocas de fogo, e as assestaram na Ribeira, em frente da ponte de barcas.

Formou-se a *junta*, que, no dia immediato (19) escolheu para casa das suas sessões, o paço dos bispos. Era composta de oito membros, e seu presidente, o bispo d'esta cidade, D. Antonio de S. José e Castro; que, n'esta conjunctura, tomou um papel importantissimo, sendo secundado energicamente pelos seus collegas; que todos desenvolveram a maior energia, para que a cidade se pozesse em bom estado de defeza.

Devemos porém confessar, que alguns do povo, levados por um excesso de patriotismo mal entendido, ou, para ser mais verdadeiro, arrastados pelo instincto de malvadez que quasi sempre, n'estas circumstancias, actúa nas massas populares, commetteram varios roubos, depredações, ferimentos e assassinatos, em pessoas ricas, sob o pretexto de serem jacobinos. A victima principal d'estes malvados, que assim deshonravam uma tão santa revolução, foi João da Cunha Porto-Carreiro *(o fidalgo da Bandeirinha)* álem de mais algumas pessoas de menos importancia, quasi todos innocentes nos crimes que lhes attribuiam. (Vide o 6.º vol., pag. 267, col. 2.ª)

No meio d'estas scenas de horror, alguns portuenses se distinguiram, pela coragem e abnegação com que arrancaram das garras do povo furioso, varios infelizes, sentenciados a serem despedaçados. [1]

[1] Um meu tio materno *(tio avô)* chamado José Soares de Pinho Leal, riquissimo negociante de Cima do Muro, foi tirado do meio de uma turba-multa de esfarrapados e ferozes populares, (e já gravemente ferido) pela bravura (ou temeridade) de José Cardoso

Durante o cêrco do Porto, de 1832 a 1834, os liberaes construiram uma bateria, na extremidade S.O. do vasto páteo da entrada do paço, o que deu em resultado convergirem para este ponto os projectis vomitados pelas baterias realistas, e o edificio do paço soffreu muito.

O bispo eleito, D. frei Manoel de Santa Ignez, aqui habitou em quanto governou o bispado; mas nada reparou.

Succedeu-lhe o abbade de Fonte Bôa (vol. 3.º, pag. 208, col. 1.ª, no fim) D. Jeronymo da Costa Rebello *(o Canavêta)* que mandou concertar a parte destruida, e renovar as pinturas do interior.

Em 1870, ainda a parte superior do angulo S.O. do edificio, e que devia concluir a sua fachada principal, estava por fazer. Foi n'esse anno e no seguinte, que terminou esta obra, cuja lacuna, por tantos annos desfeiou este sumptuso palacio.

Como o edificio está construido no tope de um monte, e lhe segue o declive, do lado do sul, não conserva a mesma altura, nem egual numero de andares, nas suas quatro fachadas. A principal, virada para a entrada principal da Sé (N.) tem na sua frente, um vasto pateo quadrilongo, e o edificio tem por este lado, 280 palmos (62 metros) de comprimento, e 76 palmos (17 metros) de altura. O portão que dá entrada para o páteo, e para o edificio, tem 36 palmos (7 metros) de altura.

Para este lado (N.) o mais baixo do edificio, tem elle só dois andares, no 1.º, 12 janellas (seis de cada lado da porta) e no 2.º, 13 janellas.

Sobre a janella do centro, do 2.º andar, se vê uma *pedra d'armas*, com o brazão do fundador, D. João Raphael de Mendonça, que são as armas dos condes de Valle de Reis, cujo representante actual, é o sr. Pedro Agostinho de Mendonça Rólim de Moura Barreto, feito conde de Valle de Reis (o 10.º) em 24 de fevereiro de 1854. É filho do fallecido 1.º duque e 2.º marquez de Loulé, e da sr.ª infanta, D. Anna de Jesus Maria, filha de D. João VI, e da rainha, D. Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança.

A fachada de O. S. O., tem 38 metros d'alto e quasi o mesmo de comprimento, com quatro andares (cada um com 12 janellas) além das lojas e subterraneos. Os andares baixos teem 28 janellas, vindo a ser, ao todo, as d'este lado, 76.

A fachada do S., em frente da qual está o jardim, tem 76 metros de comprimento, com 5 andares, tendo d'este lado 89 janellas.

Ha n'este edificio vastos salões, sendo em um d'elles a livraria; uma sumptuosa capella, e grande numero de salas e quartos.

A escada que conduz ao andar nobre, é a mais elegante e magestosa de todo o reino, e causa admiração a quantos nacionaes e estrangeiros visitam este paço.

A architectura do edificio é singela, porém de muita elegancia, e respeito.

Das suas janellas, principalmente das do O. S. O. e S., se goza um vastissimo e delicioso panorama. O mosteiro da Serra do Pilar, Villa Nova de Gaia, Gaia, Candal, rio Douro, pontes pensil e do caminho de ferro (em construcção) e grande parte da cidade, e arrabaldes, se descobrem d'aqui, causando prazer á vista, pela sua variedade e contrastes.

Finalmente, este palacio, não só é luxuosa residencia de um principe da egreja; mas é digno de ser a habitação de um soberano.

—

Por não virem no logar competente, menciono aqui mais as seguintes

Capellas

Nossa Senhora da Boa Hora, no largo de *Fradéllos*, em frente da fonte e lavadouros publicos de Fradéllos, e proximo (ao O.) da rua de Santa Catharina. É um bonito templo, e faz-se á sua padroeira uma boa festividade, no dia proprio.

Pereira de Vasconcellos, natural da villa de Sobrado, de Paiva, que, com imminente perigo de vida, pôde conseguir leval-o a casa. O unico crime do tal tio de minha mãe, era ter sido educado em Paris, e saber fallar francez!

Pinho Leal, em testemunho de gratidão para com Vasconcellos (que era filho de um boticario pobre) lhe deu por esposa uma sua sobrinha, por não ter filhas.

Tem uma irmandade, cujo rendimento anda por 280$000 réis annuaes.

Foi construida (ou reedificada) no principio do seculo XVIII.

Segundo a tradição, foi em tempos antigos, hospicio de monges bentos, que para aqui mandavam os seus doentes, por ser sitio saudavel, então nos arrabaldes da cidade. Diz-se que d'esta circumstancia lhe vem o nome de Fradéllos (que é o mesmo que *Fradinhos.)*

—

O *Sanctuario Marianno* não menciona esta capella.

—

Nosso Senhor da Boa Vista — no alto da *Pastelleira,* proximo ao Fôjo. É um bonito templo, collocado em uma eminencia, d'onde se gosam extensas e bonitas vistas. Está ornado internamente com muito aceio, e tem uma confraria que cuida da sua conservação e culto, e faz uma festa annual ao seu padroeiro.

—

Nossa Senhora da Lada.—Está encostada á muralha interior de Cima do Muro da Ribeira (antigamente *Lada)* e ao fundo das escadas do Codeçal. Da muralha se desce para esta capella (cujo telhado está quasi ao nivel do pavimento superior de Cima do Muro) por uma escada de pedra.

É templo muito antigo, e d'elle não pude obter mais esclarecimentos; porque tambem não vem no *Sanctuario Marianno.*

—

Nossa Senhora da Silva.—Vide o 6.° vol., pag. 82, col. 2.ª, e o altar do mesmo nome, na *Sé.*

—

Bom Jesus de Bouças—ou *Senhor do Calvario Novo.* — Já fallei d'esta capella, n'este volume, a pag. 414, 2.ª col. — Aqui ratifico um engano insignificante. Não foi fundada pelos frades trinos. Chamou-se dos *trinos da Cordoaria,* porque os terceiros d'esta ordem alli estiveram algum tempo.

Trato largamente d'esta capella, no 5.° vol., pag. 281, col. 2.ª, na ultima linha, e paginas seguintes.

A capella primitiva, por isso chamada depois, do *Senhor do Calvario Velho,* é que deu o nome á actual *rua do Calvario.*

—

Corpo Santo—5.° vol., pag. 121, 1.ª

—

Senhor dos Afflictos—(na cêrca do hospital da Misericordia) — 5.° vol., pag. 314, 1.ª

—

S. Nicolau—6.° vol., 44, 2.ª

—

Senhor da Saude—5.° vol., 317, 2.ª

—

Nossa Senhora do Soccôrro—5.° vol., 317, 1.ª, e 7.°, 286, 2.ª, no fim.

—

Nossa Senhora do Terreirinho—ou do *Terreiro da Alfandega Velha*—6.° vol.. pag. 45, 1.ª, no fim.

—

Nossa Senhora do Terço e Caridade — 314, 1.ª

—

Santo Antonio—na rua da Restauração—pag. 303, 2.ª

—

Nossa Senhora da Conceição, e Jesus, Maria e José—vol. 5.°, pag. 314, 1.ª

—

Santo Antonio—da Bandeirinha—vol. 5.°, pag. 314, 1.ª

—

Terceiros do Carmo—308, 1.ª, no fim.

—

Trinos da Cordoaria—É a mesma do Bom Jesus de Bouças, ou do Calvario.

—

Espirito Santo — 5.° vol., 279, 1.ª, no fim —287, 2.ª, e 313, 2.ª

—

Nossa Senhora da Lapa — (capella real) —310, 1.°, no fim.

—

Terceiros da S.S. Trindade — 311, 1.ª — (Vide *Bom Jesus de Bouças.)*

—

Nossa Senhora da Esperança — 307, 1.ª (1722).

—

Nossa Senhora da Vandoma—289,1.ª

—

Nossa Senhora da Conceição, na Crasta—Vide *Sé.*

—

Nossa Senhora da Expectação, na Crasta—Vide *Sé.*

—

Nossa Senhora da Esperança — no largo de S. João Novo—vol. 5.º, 313, 2.ª

—

Nossa Senhora da Esperança—dos Britos e Cunhas—na Crasta. Vide *Sé.*

—

Nossa Senhora da Piedade—dos morgados d'Atães—(na Crasta) —Vide *Sé.*

—

S. Vicente, na Crasta—Vide *Sé.*

—

Nossa Senhora da Encarnação — (a primeira Misericordia do Porto) — Vide *egreja da Misericordia,* e *Sé.*

—

Nossa Senhora da Saude—Vide *Sé.*

—

Nossa Senhora do O— sobre as portas da Ribeira.

Já disse no logar competente, que em todas as portas abertas na muralha de circumvalação d'esta cidade, havia capellas, dedicadas á S.S. Virgem, sob diversas invocações. [1]

Na pag. 287, col. 2.ª, d'este volume. fallei na *porta da Ribeira,* que D. João de Almada e Mello, mandou demolir, com outras mais, em 1774, para ampliar os sitios em que ellas estavam.

Sobre esta porta, mas do lado da cidade (interior) existiu uma rica e bonita capella, das mais sumptuosas do Porto, dedicada a Nossa Senhora do O.

Para se saber a razão do titulo de Nossa Senhora do O, (que é o mesmo que *Expectação)* e quando se instituiu a sua festa, vide 6.º vol., pag. 184, col. 1.ª

Tinha uma grande irmandade, que se encarregava da conservação e aceio da capella, e de fazer á sua padroeira uma brilhante festividade, no dia 18 de dezembro.

Na rectaguarda da ermida, havia uma sacristia, onde se guardavam as alfaias e paramentos, e onde os padres se revestiam para dizer missa.

Esta capella foi construida ao mesmo tempo que a muralha, sendo reconstruida em 1650.

Diziam-se aqui, em todos os dias do anno, muitas missas, que o povo ouvia da *rua nova de S. João.* Tambem da mesma rua ouviam missa, os malfeitores que hiam ser executados na forca da Ribeira.

Além dos clerigos que alli queriam hir dizer missa, ou voluntariamente, ou encommendadas por algum devoto, ou em cumprimento de alguma promessa, tinha a ermida um capellão privativo, obrigado a dizer missa em todos os sabbados, domingos e dias santificados, pelas almas dos irmãos fallecidos.

A irmandade, acabou quando deixou de existir a porta e a capella.

—

Capella de Santo André—no logar do mesmo nome (antiga feira da herva) proximo e ao O. do passeio publico de S. Lazaro. Foi demolida ha uns 15 ou 16 annos, e d'ella só existe a memoria no referido largo, que ainda conserva o nome do santo.

—

Capella de Carlos Alberto —Vide 5.º vol., pag. 122, 1.ª e seguintes, e pag. 372, col. 2.ª d'este volume.

—

Capella de Santo Antonio do Penedo—Vide *palacio de Sebastião Correia.*

—

Capella do Senhor da Agonia—na Ramada-Alta. É um formoso templosinho, e todos os annos se faz uma esplendida festa ao seu padroeiro.

[1] Eram tempos felizes esses, de fé e religião. Não era só sobre as portas da cidade do Porto, que havia capellas consagradas á Virgem. Em quasi todas as portas de todas as praças do reino, havia capellas, oratorios, ou ediculas, pela maior parte, dedicadas a a Nossa Senhora e o resto, a differentes santos.

Ordens terceiras e outras irmandades existentes na cidade do Porto, em 1877

Irmandade dos Clerigos.

Terceiros de Nossa Senhora do Carmo.

Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade.

Irmandade de Nossa Senhora da Lapa.

—

Terceiros de S. Francisco—Junto ao mosteiro dos frades da Ordem Primeira de S. Francisco. Foi instituida esta Ordem, no anno de 1633, em uma capella dos claustros d'aquelle mosteiro, contigua á egreja; mas logo em 1634 os irmãos terceiros, improvisaram capella propria, no mesmo sitio da actual, e como era pouco sólida em breve se arruinou; pelo que trataram de a substituir por outra, cuja primeira pedra foi benzida pelo bispo D. Fernando, no dia 13 de maio de 1646.

A sua capella, ou egreja actual, feita sobre o chão onde esteve a anterior, foi principiada em 1792, e sagrada em 19 de maio de 1805, pelo bispo D. frei Antonio de S. José e Castro, havendo a Ordem dispendido com ella até áquella data 79:171$248 réis, —isto com o templo e com o cemiterio subterraneo, feito por baixo do mesmo templo, á imitação das famosas catacumbas de Roma.

Esta egreja é de granito finissimo, primorosamente trabalhado, e a frente é muito elegante, e decorada com 5 estatuas de muito merecimento artistico, representando as 3 no alto da frontaria. a Fé, Esperança e Caridade, e as 2 ao lado da porta de entrada, a Innocencia e a Humildade.

As decorações interiores de obra de talha e estuque, são mimosissimas, e os paineis dos altares lateraes, foram pintados por Vieira portuense. As imagens d'estes altares são tambem de bôa esculptura, e na sacristia, que é espaçosa, com muita luz, e que fica ao poente da egreja, ha tambem rica obra de talha em madeira.

As estatuas que decoram a frente d'esta egreja, bem como as lindas imagens dos 12 andores, que vão na procissão de Cinza, são obra do insigne estatuario portuense, João Joaquim Alão, morador que foi na rua do Pinheiro. D'aquellas 12 imagens deve exceptuar-se unicamente a de Christo. Esta veio de Roma.

O conde Raczynski [1] fallando d'este templo e do da Ordem Primeira diz:

«A egreja de S. Francisco, que foi fundada em 1325, tem um lindo portal gothico, mas parece-nos que não é todo da mesma época. Sempre anachronismos!

«É interiormente revestida de esculptura em madeira dourada, de uma riqueza e bellesa superiores a tudo o que n'este genero tenho visto em Portugal e *fóra de Portugal.* Este genero de esculptura em madeira, se denomina em Portugal—*obra de talha.* É do *rócócó,* de que eu gosto, posto não seja classico.

«Em uma pequena egreja visinha, dos Terceiros de S. Francisco, se vêem quatro paineis d'altar, de Vieira Portuense. Representam *Santa Margarida, confessando-se nos paroxismos da vida a um frade franciscano;* —*Nossa Senhora da Conceição;*—*Santa Isabel dando esmolas;*—e *S. Luiz, rei de França, orando.* Na minha opinião, o melhor d'estes quatro quadros, é o que mencionei primeiro, e o de menos merecimento é o que representa S. Luiz. Ainda não conheço bem o Vieira Portuense. No palacio da condessa da Anadia, em Lisboa, vi d'elle uma pintura no genero d'Albano, e o retrato da *condessa d'Athouguia,* que me fez recordar d'Angelica Kauffman; na casa do sr. Allen, no Porto, uma paizagem que eu diria ser de Pilman, e se assemelha tambem muito ás obras de Dietrich e Teniers. Nas quatro composições que citei, revelou o auctor bastante sensibilidade e profundo sentimento religioso. O colorido é fraco, mas harmonioso. O Vieira Lusitano possuia em mais alto grau o sentimonto artistico, mas o Vieira Portuense, tinha tambem muito talento, e era um amavel pintor.»

Falla em seguida, o conde, d'outros monumentos artisticos do Porto, e particularmente do Museu Allen (hoje Museu Municipal) principiando por dizer, que Lisboa

[1] Les Arts en Portugal Paris. 1846. pag. 382 e seg.

não tinha uma collecção particular que podesse comparar-se com aquella.

Nos artigos, *Porto* e *Sé*, consignaremos a illustrada e insuspeita apreciação de Raczynski com relação a outras obras d'arte.

Volvendo ainda á egreja dos terceiros franciscanos, é forçoso confessarmos, que está hoje sortida de paramentos e alfaias como poucas, merecendo especial menção, uma custodia de prata dourada, pelo seu elegante desenho, grande formato e bom trabalho artistico, sendo o resplandor proporcionado, e por consequencia de vastas dimensões, com grande numero de pedras finas.

É tambem de muito preço e gosto, um grande diadêma de Nossa Senhora da Soledade, feito de prata dourada e cravejado de bons diamantes, — bem como um cinto da mesma Senhora.

É tambem notavel um grande resplandor de prata dourada, muito bem cinzelado, e pertencente á imagem de Christo que vae em um dos 12 andores na magestosa procissão de Cinza, de que logo fallaremos.

Tem tambem a ordem, 8 grandes jarras de prata, de muito merecimento, pertencentes aos andores do Senhor Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, — e dois grandes calices de primeira ordem,—um de ouro e outro de prata dourada, com lavores—ambos volumosos, e que servem unicamente nos officios solemnes da Semana Santa.

Custaram tambem muitos contos de réis os paramentos ricos da ordem, e os mantos, tunicas e sanefas de gorgorão de seda, velludo e setim, com primorosos bordados a ouro, pertencentes aos andores que vão na procissão de Cinza.

Além da sua egreja propria, administra esta ordem o templo que foi dos frades, depois da extincção d'estes, e que lhe fica contiguo, e em um plano um pouco superior, voltado ao poente, em quanto que a egreja da ordem tem a frente voltada ao sul.

É este velho templo, um dos mais sumptuosos e mais caros do nosso paiz, formado de 3 naves, sobre dois renques de altas columnas, e quasi todo forrado, bem como as columnas, capella-mór e capellas e altares lateraes, com talha dourada, que hoje custaria centos de contos de réis, e tanto que o conde Raczynski, sempre avaro em dispensar louvores aos nossos monumentos artisticos, foi forçado a confessar que no artigo — *Decorações de talha em madeira* — foi este o primeiro templo que vira em Portugal e *fóra de Portugal*... Grande parte da talha foi feita pelo insigne artista Luiz Quiar. É porém para sentir que fossem expulsos os frades, sem levarem ao fim aquellas decorações, e que em seguida á extincção das ordens religiosas, um templo tão rico e venerando, fosse arvorado em armazem da alfandega, e entregue ao vandalismo dos carrejões *e mariolas, chegando o escandalo a ponto de transformarem em latrina, uma das capellas lateraes!!*...

É este o lugubre apanagio das guerras!...

Felizmente, aquelles escandalos em breve cessaram, e hoje este templo está limpo e decente, graças á superintendencia da ordem, auxiliada por varias confrarias e devoções erectas em diversos dos seus altares, e que n'elles fazem varias festividades, sendo a principal a dos Santos Martyres de Marrocos, e além d'esta as do Senhor das Chagas, Nossa Senhora da Conceição, e Santo Antonio; dito dos Tanoeiros, por confrarias proprias, — e a de Nossa Senhora da Soledade Gloriosa, pela Ordem Terceira, que faz mais no seu templo entre outras festividades, as seguintes: — de Santa Izabel, Nossa Senhora da Conceição, S. Francisco, Santo Antonio e Nossa Senbora das Dores, — as procissões de Cinza e da Paixão, e um anniversario ou officios solemnes todos os annos, a 2 de dezembro, por todos os irmãos da ordem.

A procissão de Cinza, é a unica d'este genero que ha muitos annos se faz no Porto, e uma das mais notaveis da cidade e do reino, pela rara perfeição artistica e subido preço dos seus 12 andores, e grande numero de anjinhos, que vão de permeio, termo medio 30, com varios emblemas — e por ser formada só por irmãos da ordem (uns 400 a 500) todos com os seus habitos e distinctivos proprios.

É tambem solemnissima a procissão do

Enterro, dita *da cidade*, e tanto que por uma portaria da rainha, a senhora D. Maria I, toda a divisão militar do Porto a acompanha em grande uniforme.

Esta procissão é precedida de outra que sahe na terça feira maior, ao toque d'Ave Maria, da egreja velha, com a Senhora da Soledade, para o convento de Santa Clara, entrando durante o transito, na egreja do convento da Ave Maria, ou das freiras benedictinas, onde se canta um solemne *miserere*; e na sexta feira santa, das 4 para as 5 horas da tarde, sahe a procissão da egreja de Santa Clara, com os dois unicos andores de Nossa Senhora da Soledade e do Senhor Morto,— varios penitentes debaixo de um e outro, sendo o prestito formado por muitos centos de irmãos terceiros com os seus habitos proprios. E depois de recolher á egreja da ordem, segue outra procissão pela travessa dos Mercadores e rua de Sant'Anna, com a imagem do Senhor Morto para a egreja de Santa Clara, porque pertence a este templo aquella imagem.

Esta procissão era feita pelos frades de S. Francisco e freiras da mesma ordem, do dito convento de Santa Clara; mas depois da extincção das ordens religiosas, tomou a Ordem Terceira aquella procissão a seu cargo.

Á direita da sua nova egreja, com a frente sobre o átrio d'esta, e em um pavimento immediatamente superior á sua sacristia, tem a ordem o seu cartorio e sala de sessões, uma das melhores e mais caras do Porto, com o tecto de madeira apainelado, boas guarnições e decorações de talha dourada, e no topo do salão um altar tambem de talha dourada e bellas imagens, e nas paredes da sala, grandes paineis, com retratos de bemfeitores da casa. Entre bemfeitores, foram insignes Manuel Ribeiro Poço; Manuel da Silva e Sousa; João Lopes da Cunha; cardeal patriarcha Manuel Bento Rodrigues; conde Ferreira; Balthazar José Martins; Manuel Francisco Duarte Cidade, além de outros que seria fastidioso enumerar.

Tem esta ordem um cemiterio privativo, desde 1870, no cemiterio municipal d'Agramonte. É vedado por um gradeamento e portão de ferro, e alli dá sepultura gratuita aos seus irmãos pobres, vendendo terreno para mausoleus e sepulturas distinctas, aos irmãos ricos.

Até 1866 eram os irmãos sepultados no cemiterio subterraneo da ordem, onde ha 5 altares, e n'elles se celebra. E antes de feito o cemiterio subterraneo eram os irmãos sepultados no claustro do convento da sua Ordem.

—

Os fundos d'esta ordem, consistem actualmente, em inscripções d'assentamento, dinheiros mutuados, acções de bancos e companhias e predios; sendo pelo ultimo orçamento de 1874 a 1875, o seu rendimento effectivo e eventual 14:156$360 réis, e a despeza egual, — em quanto que no anno de 1633 a 1634, data da instituição da ordem, foi a receita 14$713 réis e a despeza 29$990 réis; em 1639 a 1640, foi a receita 6$750 réis e a despeza 44$060 réis; e em 1645 a 1646, foi a receita 6$850 réis e a despeza 3$325 réis.

Extrahimos esta nota de um mappa curiosissimo, que existe no archivo da ordem, no qual se acha muito detalhadamente consignada a receita e despeza desde a sua instituição até 1805.

—

Conta esta ordem, na actualidade, seis mil novecentos e dois irmãos, que se reputam vivos, e só nos domingos e dias santos, em cumprimento de diversos legados, faz celebrar 455 missas annualmente, em differentes capellanias, mais 36 no dia de Natal e 188 por determinados bemfeitores, — isto além das 10 missas por cada um dos irmãos que fallece—e que montam aproximadamente a 1:000 missas por anno, dando actualmente 300 réis de esmola, por cada uma, celebrada em qualquer dia da semana, nos templos da ordem, e 1$000 a 1$300 réis de esmola pelas dos domingos e dias santificados.

—

Tem esta ordem um bom hospital proprio, na rua da Ferraria, em frente da rua de S. João Novo, e confinando ao sul com a rua de D. Fernando. Descreve, o todo, um vasto parallelogrammo, faceando com a rua, e além

dos armazens, que andam arrendados, tem 4 pavimentos, com grande numero de espaçosas janellas, pelas quaes recebe luz e ar do poente, nascente e sul. No 1.º pavimento estão montadas as escolas; no 2.º, as enfermarias e asylo para irmãos do sexo masculino; no 3.º, enfermarias e asylo para os irmãos do sexo feminino, e no ultimo pavimento quartos para doentes particulares.

Foi este hospital fundado aqui, por Manuel Ribeiro Poço e Manuel da Silva e Sousa, que generosamente o dotaram. Principiaram as obras em 1734, e foi aberto em 26 de maio de 1743.

O hospital antigo da ordem, esteve na rua do Reguinho, ao fundo d'esta rua da Ferraria, e era um simples recolhimento, só para irmãs terceiras pobres, sustentado por pessoas devotas. Foi principiado o edificio em 11 de agosto de 1686, e concluido a 19 de novembro do anno seguinte, e a 24 do mesmo mez se inaugurou com 2 recolhidas.

—

As escolas da ordem foram creadas em 1865, pelos benemeritos irmãos bemfeitores, conde de Ferreira e commendador Manuel Francisco Duarte Cidade, coadjuvados pela sr.ª D. Rita de Cassia Gomes Guimarães, com a cifra de 100$000 réis annuaes. N'ellas se ensina portuguez, segundo os ultimos regulamentos da instrucção publica, e são frequentadas actualmente por 214 alumnos, sendo 118 do sexo masculino e 96 do feminino. Nos ultimos 10 annos, os alumnos de ambos os sexos montaram a 1:800 — todos filhos de irmãos da ordem.

—

N'este mesmo hospital, se ministra todos os dias uma sôpa economica a todos os irmãos pobres que a requerem. Estão inscriptos actualmente 75, e nos ultimos 10 annos se ministrou a 750.

Esta sopa economica, foi instituida em 20 de fevereiro de 1856, para minorar as criticas circumstancias da pobreza, pois que o pão n'aquelle anno encareceu extraordinariamente ao norte do nosso paiz, e n'esta cidade do Porto chegou á enorme cifra de 1$500 réis o alqueire, o que determinou o motim popular de que fallamos n'este artigo, capitaneado pelo *Carcunda dos leilões*.

A mesa gerente d'esta ordem, creou pois n'aquelle anno esta sopa economica, desviando para ella certas sommas, e tencionava supprimil-a logo que passasse a crise; mas tão bem acceite foi por todos aquella instituição, que não mais se suspendeu, tornando-se permanente, tendo já hoje fundo proprio, na importancia de 4:000$000 réis, legados pela mesma protectora das aulas — a sr.ª D. Rita de Cassia Gomes Guimarães.

—

N'este hospital são recebidos e tratados gratuitamente todos os irmãos pobres, dando-se-lhes não só os remedios prescriptos pelos facultativos e aviados pela pharmacia, mas pagando-se-lhes banhos de mar, quentes ou frios, e banhos das caldas, nos termos de Vizella ou das Taipas, e leites de jumenta, segundo as prescripções dos facultativos da casa.

—

No edificio d'este hospital dá tambem a ordem, permanentemente, asylo a 48 irmãos pobres e entrevados d'ambos os sexos, — e isto em cumprimento de legados especiaes; e nos ultimos 10 annos, deu a ordem asylo a 480 d'aquelles infelizes, d'ambos os sexos. Data esta instituição de 22 de dezembro de 1765.

—

Ainda direi, que n'este hospital se celebram todos os domingos e dias santificados, duas missas, uma na enfermaria dos homens, e outra na das mulheres—em altares proprios.

—

N'esta repartição ha o seguinte pessoal: —1 capellão, 1 fiscal, 1 medico, 1 cirurgião, 1 enfermeiro, 1 ajudante, 1 enfermeira e 4 ajudantas, 2 cosinheiras, 1 roupeira e 1 creado.

E na secretaria da ordem, todo o pessoal se reduz a um cartorario (actualmente o sr. Saturnino Pinto d'Almeida, pessoa de merecimento) e 1 continuo...

Difficilmente se encontrará uma secretaria de egual importancia com um pessoal tão limitado!...

A mesa gerente da ordem, é constituida por 1 ministro ou presidente (hoje o sr. Antonio Domingos d'Oliveira Gama, tambem vereador, negociante e proprietario) — 1 vice-ministro (actualmente vago pelo fallecimento do commendador Manuel Duarte Cidade) — 1 secretario (hoje o sr. Antonio Gomes Moreira Junior, negociante e proprietario)—1 definidor ecclesiastico, e 7 definidores mais — além do capellão-mór, ou padre commissario da ordem.

Em quanto não foi extincta a Ordem Primeira de S. Francisco, o padre commissario d'esta ordem terceira, era sempre um frade d'aquella ordem, bem como havia sempre um frade com o titulo de visitador, encarregado de fiscalisar a administração d'esta ordem terceira.

—

Durante o cêrco do Porto (em 1832 a 1833) cahiram duas granadas no salão das sessões, e outra junto á porta principal da egreja da ordem, partindo apenas a pedra do átrio, onde bateu, e ferindo levemente as columnas da frente da egreja, cujos estragos se repararam de prompto; mas nas columnas, permanecem os vestigios dos ferimentos, feitos pelos estilhaços.

Nenhuma d'estas trez granadas, fez victimas, mas só a ultima faria com certeza muitas, se cahisse por occasião d'alguma festividade, ou da celebração das missas, nos dias santificados.

—

As quotas de entrada dos irmãos teem variado com os tempos, e hoje são as seguintes:

Pessoas de boa posição social, como titulares, negociantes, ecclesiasticos, proprietarios, etc., dão 16$000 réis—*sem annuaes;* e para pessoas de outras classes e menos teres, como artistas, serviçaes, etc., por isso que é com estes irmãos que a ordem mais dispende, a quota varía desde 19$200 a 36$000 réis.

E todo o irmão pobre que fallece, tem pela ordem, mortalha, caixão, sepultura e covato no cemiterio privativo da casa, um responso cantado por 5 padres, e 10 missas.

Dr. Pedro Augusto Ferreira.
Abbade de Miragaia

Bicas e poços

No Bairro Occidental da cidade do Porto em 1877

(Official)

Freguezia de S. Nicolau—tem—13 bicas, e 12 poços particulares.

Freguezia da Victoria— tem — 6 bicas, e 153 poços.

Freguezia de Miragaia—tem—55 bicas, e 105 poços.

Freguezia de Massarellos (ou *Bôa Viagem)* —tem—24 bicas, e 70 poços.

Freguezia de Lórdêllo do Ouro—tem—12 bicas, e 153 poços.

Freguezia de S. João da Foz do Douro — tem—5 bicas, e 132 poços.

Total—115 bicas, e 625 poços.

—

Procissões

Da SS. Trindade—A pag. 281, col. 2.ª, no fim, e seguintes, do 5.º volume, e na 1.ª col., da pag. 311 (1755) d'este vol. tratei da instituição d'esta ordem, e da sua primeira casa, no Porto.

Da procissão, tratei na 1.ª col. de pag. 312, d'este volume, mas, escapou aqui um êrro (ainda depois de emendado!)—vem a ser—o 5.º andor não é de Nossa Senhora das Dôres, *como alli disse o compositor*, mas o de Nossa Senhora dos Remedios.

Sahe no domingo da S.S. Trindade.

—

Procissão do Carmo—Consta de nove andores, são:

O Senhor no hôrto.
O Senhor manietado.
O Senhor prêso á columna.
O Senhor na varanda de Pilatos.
O Senhor sentado na pedra-fria.
O Senhor dos passos.
O Senhor Jesus.
O Senhor morto.
Nossa Senhora das Dores.

Todas as capas das oito imagens de Nosso Senhor Jesus Christo, são de excellente velludo encarnado, bordadas a ouro fino—e

do mesmo estofo, côr e riqueza, são os pannos que cobrem os andores. Nos quatro angulos d'elles, assentam outras tantas jarras de prata, primorosamente lavradas, ornadas de formosos ramos artificiaes. Sahe da egreja do Carmo.

—

Procissão de Nossa Senhora do Terço e Caridade—Sahe da sua egreja, no ultimo domingo de junho.

Por emquanto só tem tres andores.

Annunciação de Nossa Senhora.

S.S. Trindade.

Assumpção de Nossa Senhora.

Os andores d'esta procissão, posto serem inferiores em numero, não o são em riqueza e sumptuosidade aos do Carmo.

—

Procissão de quarta feira de Cinza—sahe n'este dia da egreja de S. Francisco.

Consta de 12 andores—são os de:

Nossa Senhora da Conceição.

S. Francisco dos Bem-casados.

Santa Angela de Fulgino.

S. Roque, confessor.

Santa Rosa de Viterbo.

Santo Ivo, doutor.

Santa Margarida de Cortona.

S. Luiz, rei de França.

Santa Isabel, rainha de Hungria.

S. Carlos Borromeu.

Santa Isabel, rainha de Portugal.

Senhor Jesus.

Tanto as roupas das imagens, como as cobertas dos andores, são da maior magnificencia, e em nada inferiores ás dos antecedentes.

—

Procissão de Corpus Christi — Foi de grande sumptuosidade, porém, como a de Lisboa, tem decahido espantosamente a todos os respeitos. As *gualdrapas* dos cavallos, tanto de S. Jorge, como dos do seu *estado*, são as mesmas que serviam no reinado de D. José I e de sua filha e neto!—Ou esta procissão se devia fazer com a antiga magestade, ou supprimil-a para se evitarem as chufas que lhe fazem os inimigos do catholicismo.

A festa de Corpus Christi, foi instituida pelo papa Urbano IV, em 1264.

A primeira vez que esta procissão sahiu em Lisboa, foi em 1387, no reinado de João I, e por sua ordem.

Vide o que digo sobre a procissão do Corpo de Deus, na col. 1.ª de pag. 362, do 4.º volume.

—

Depois d'estas procissões, as mais decentes e respeitaveis do Porto, são a da *Paixão*, e a de *Passos*, de S. João Novo.

Ha ainda as da Victoria, Lapa, e de Nossa Senhora do Carmo.

Devemos confessar que, qualquer das quatro procissões aqui primeiramente mencionadas, só por si, tem mais riqueza, do que todas quantas se fazem em Lisboa. Duvido mesmo que em toda a christandade, (exceptuando Roma) se façam tão magestosas.

Os estrangeiros que as teem visto, ficam admirados, e confessam que são muito superiores ás dos seus paizes.

—

Cemiterio dos terceiros da S.S. Trindade

Occupa uma pequena parte do cemiterio de Agramonte, do qual está separado, e com capella privativa, que foi benzida, no dia 17 de maio (quinta feira) do presente anno de 1877, sendo officiante o sr. conego, e insigne professor, Antonio Roberto Jorge. Assistiu a mesa da irmandade, revestida com os habitos e insignias da ordem.

—

Tunnel de Villa Nova de Gaia

Fallei extensamente n'este tunnell, nas col. 1.ª e 2.ª de pag. 253, do 3.º volume. Agora direi mais o seguinte:

Este tunnell, construido pelo centro de uma vasta saibreira, onde se não encontrou a mais pequena rocha, alluiu na noite do dia 15 de maio de 1877, na extensão de 31 metros, e no sitio que fica proximo á rua do Arco dos Frades.

Não houve desgraça alguma pessoal, por

cahir de noite, e quando ninguem passava por estes sitios.

—

Temporal de novembro de 1875

As aguas do Douro invadiram as ruas da cidade baixa, causando graves prejuizos. O vento e a chuva torrencial, tambem causaram muitos damnos em outros sitios da cidade e seus arredores.

—

Pontes sobre o Douro, em frente do Porto

Ponte de barcas—(a primeira que teve o Porto.)—Vide vol.3.º, pag. 249, col. 1.ª, no principio—e vol. 6.º, pag. 68, 1.ª

—

Ponte pensil—Vide 6.º vol., pag. 66, col. 2.ª, e 7.º vol., pag. 316, col. 2.ª

—

Ponte do caminho de ferro do Norte—(em construcção)—Já fallei d'esta ponte, a pag. 421, col. 1.ª d'este volume. Aqui accrescentarei—que, esta obra, uma das mais notaveis do mundo, no seu genero, até hoje emprehendidas, foi deliniada pelo distincto engenheiro-constructor, da casa *Eiffel & C.ª*, o sr. Gerard Eiffel.

—

Ponte metalica—Está planeado mais um melhoramento (e aformoseamento, pois reune o util ao agradavel) para a nobre cidade do Porto. É uma *ponte metalica*, que se projecta construir sobre o rio Douro, proximo ao sitio onde existiu a ponte de barcas.

Em maio de 1877, terminaram os estudos de sondagem, tanto no rio, como nas suas margens. Os ultimos trabalhos, feitos nas *escadas da Rainha*, deram com rocha, a 13 palmos de profundidade; mas, na sondagem feita á entrada da rua de S. João, só se encontrou rocha firme, a 6 metros de profundidade. No sitio da *Barroca* (Villa Nova de Gaia) só se achou rocha firme, a 16 metros.

No leito do rio, não se encontrou rocha, mas sómente *calhaus rolados* (penedos errantes) sobre os quaes, segundo a opinião dos engenheiros que fizeram as sondagens, podem ser assentes os dois arcos que devem sustentar a ponte.

—

Collegio portuense

Em consequencia da grande multidão de apontamentos, que me foram precizos para escrever este artigo, escapou hir este collegio no logar competente.

Foi inaugurado este optimo estabelecimento de educação, no dia 22 de fevereiro de 1876, no edificio que foi mosteiro de freiras carmelitas, em frente do mercado do Anjo. (Vide pag. 306, 2.ª, e 407, 2.ª)

Está disposto e construido, segundo todas as indicações da sciencia. Os cursos estão completos, e espera-se que a educação dos alumnos d'esta casa, será esmeradissima.

Matricularam-se logo 13 alumnos internos e 225 externos.

—

Temporal de novembro de 1876

Ainda que este temporal não foi tão desastroso como alguns dos mencionados na col. 1.ª, de pag. 36, do 3.º vol.—como o de 28 de dezembro de 1727, descripto no mesmo vol., a pag. 248, col. 2.ª—como o de 1754, de que trata a pag. 310, col. 1.ª d'este vol. —nem, finalmente, como o de 22 de fevereiro de 1785, apontado na col. 2.ª, a pag. 314 d'este mesmo volume—ainda que fosse menos desastroso do que estes, repito, causou todavia importantissimos prejuizos. Houve desabamentos na rua de Monte-Bello, na viella da Neta (que ainda existia) e em outros muitos sitios. No cemiterio de Agramonte, quebraram-se arvores, cahiram alguns jazigos e houve outros damnos. O pavilhão da Boa-Vista, foi pelos ares. No Douro (no sitio de Campanhan) foram a pique quatro barcas, carregadas com carris de ferro, destinados á via ferrea do Douro. Foi ao fundo, outra barca carregada de sal. Garraram alguns navios, a água do Douro invadiu varias ruas da cidade baixa, estragando muitas fazendas e mobilias, e causando muita miseria nas classes pobres, ás quaes a cheia estragou os poucos, mas unicos haveres.

Accudiu-lhes porem a caridade publica, cujas esmolas atenuaram, em grande parte, as suas desgraças. (Vide pag. 381, col. 1.ª no fim, e col. 2.ª d'este volume.)

—

Francisco Guedes d'Azevedo

(LEGADOS)

Falleceu n'esta cidade, em maio de 1877, o caridoso Francisco Guedes d'Azevedo, deixando, por testamento, a differentes estabelecimentos pios, os legados seguintes:

Á Santa Casa da Misericordia, do Porto, 1:000$000 réis, em inscripções.

Ao recolhimento das raparigas abandonadas, 500$000 réis, em inscripções.

Ao asylo da mendicidade, 1:000$000 réis, em inscripções.

Ao collegio dos meninos orphãos, da Graça, 200$000 réis, em inscripções.

Ao seminario do Pinheiro, em Campanhan, 500$000 réis, em inscripções.

—

João Ferro de Lima

(LEGADOS)

Em 27 de maio de 1877, falleceu em Braga, João Ferro de Lima, natural do Porto, porem havia muitos annos residente em Braga. Deixou, por testamento, os seguintes legados:

Ao Bom Jesus do Monte, quatro contos de réis.

A Nossa Senhora das Dores, da egreja dos Congregados, dois contos de réis.

—

Fabricas, no Porto

De distilação e de cerveja	10
De asphalto	3
De elasticos para calçado	2
De sapatos de liga	2
De chapeus (de feltro, seda e castor)	22
De lumes de cêra, de isca, de pán, de cartão e de sóla	3
De botões de sêda, duraque, metal, etc.	4
Somma	46

	Transporte	46
De tabacos	Delegação da companhia de Xabregas, com sede em Lisboa; Portuense; Lealdade; Bôa-Fé	4
De sabão	Freixo (parada); Piedade; Rego-Lameiro; Camões	4
De gomma *(polvilheiros)*		4
De camas de ferro		4
De cortumes		11
De objectos de chumbo, estanho e zinco (*picheleiros*)		11
De carruagens		3
De instrumentos nauticos		1
De tinturaria		17
De armas de fôgo		5
De objectos de latão e cobre (caldeirei-		4
ros)		4
De objectos de ferro (serralheiros e ferreiros)		24
De bandeiras e signaes, para embarcações		4
De rolhas (e depositos de cortiça para exportação)		6
De vidros, *Portuense* (em Villa Nova de Gaia)		1
De perfumarias		1
De louça		7
De cordas, cabos para navios, etc.		2
De fiação (de seda e algodão)		5
De tecidos de seda		13
De tecidos de seda e algodão		79
De torcer algodão		5
De lanificios (especialmente cobertotores)		1
De estamparia		1
De oleados e transparentes		1
De galões d'ouro fino		1
De galões d'ouro falso (*palheta*)		7
De galões de sêda		11
De fitas, de todas as qualidades		9
De fita de nastro		3
De dôce (confeitarias)		17
De bolacha, de todas as qualidades		1
De pão de trigo		46
	Somma	363

Transporte.....	363
De biscouto, para embarque........	6
De massas e massinhas............	4
De refinação de assucar............	11
De pianos, orgãos e armoni-flutes....	5
De vellas de sêbo.................	5
De lavagem de lan.................	4
Somma.....	398

A maior parte d'estas fabricas estão perfeitamente montadas, sendo muitas d'ellas movidas por vapor.

Por merecerem especial menção, separei as seguintes fabricas:

De estamparia e tecidos, do sr. Joaquim Antonio da Silva Guimarães, na rua do Fernandes Thomaz, em frente da praça do Bolhão—(vide pag. 383, col. 2.ª)

É uma das maiores e melhores do seu genero em Portugal, e fabricam-se alli tecidos de optima qualidade, e cores indeleveis, rivalisando muitos d'elles, com os melhores da Inglaterra e França.

De fundição de ferro, chumbo, etc., a vapor, na mesma rua, e contigua a antecedente. São seus proprietarios, os srs. *Basto e Irmão.*

Fazem-se aqui optimos artefactos de ferro, chumbo, estanho, zinco, etc., com admiravel perfeição, preferiveis aos estrangeiros, pela sua solidez.

Tem tambem uma machina de serrar madeira.

De fundição de ferro, a vapor, no Bicalho—do sr. Luiz Ferreira de Sousa Cruz. Fabríca excellentes obras de diversos metaes, distinguindo-se pela perfeição e solidez das suas machinas hydraulicas. (Vide 5.º vol., pag. 9, col. 1.ª

De fundição de ferro, a vapor, em Maçarellos.

É da *companhia Alliança.* Os seus artefactos são como os da fabrica antecedente. (5.º vol., pag. 122, col. 1.ª

São tambem dignas de especial mensão as fabricas de fundição—da *Arrábida*, da *rua da Restauração* e da *rua da Hora.* E a fabrica de fundição *Typographica Portuense*, estabelecida na rua do Almada.

De obras de metal, de todas as qualidades, na rua dos Bragas e pertencente á *Companhia Aurificia.* Vende tambem madeiras aparelhadas.

De chapeus, de seda, feltro e castor, do sr. Francisco Antonio da Costa Braga, na rua de Santo Antonio.

De chapeus, de seda, feltro e castor, propriedade da *Fabrica social*, no alto da Fontinha.

De fiação de sêda, trança, torçal, retroz e organzine, no *estabelecimento humanitario, do barão de Nova Cintra*, na rua d'este nome.

—

Em maio de 1877, principiaram as experiencias do machinismo, na *fabrica de fiação*, de Salgueiros. A força da machina de vapor, é de 150 cavallos.

A fabrica trabalha com 12:000 fusos, devendo, depois de completa, funccionar com com 30:000

Todo o machinismo, é do mais aperfeiçoado, havendo n'elle aparelhos, vistos pela primeira vez, em Portugal.

O edificio, construido expressamente para esta fabrica, tem todas as condições esenciaes para estabelecimentos d'esta natureza.

—

Vem pois a ser 404 as fabricas de differentes generos, actualmente estabelecidas no Porto—incluindo as 9 ultimas que menciono depois das 394.

—

Tinha muito desejo de mencionar os nomes dos fabricantes e mais industriaes que foram premiados na *Exposição Universal de Philadelphia*, em 1876; mas não o faço, com receio de fazer este artigo ainda mais longo: direi sómente, que, grande numero dos artefactos, produzidos pela maior parte d'estas fabricas, mereceram premios, ou *menções honrosas.*

—

Ha no Porto, além das fabricas de tecidos mencionadas, 2:300 teares simples, e 130 á

Jacquard, quasi todos no bairro oriental. Os teares de linho, em toda a cidade, andam por 1:600.

—

Assembléas do Porto

Club Portuense, na praça da Trindade (antigo *largo do Laranjal.)* Foi inaugurado a 2 de maio de 1857.

Occupa a parte septentrional do formoso palacete do sr. Antonio Bernardo Ferreira (*o Ferreirinha.*)

Está aberto todas as noites, e é muito frequentado. Dá bailes esplendidos.

Assembleia Portuense—na mesma praça da Trindade—Foi fundada em 1834; porém o vasto e luxuoso predio em que hoje está estabelecida, foi expressamente construido para esta assembleia, em 1859.

A mesma frequencia, e bailes tão sumptuosos, como do antecedente.

Sociedade philarmonica—na rua do Laranjal. Foi inaugurada a 13 de março de 1856. Dá optimos saráos, musicaes e dançantes.

Feitoria Ingleza—(vol. 6.º, pag. 60, 2.ª, e 7.º vol., pag. 393, 1.ª)—Ha tambem aqui uma assembleia, e dão-se magnificos bailes.

—

Aguas mineraes

Fonte das Aguas-férreas—no sitio mesmo chamado Aguas-Ferreas, proximo da rua da Boa-Vista.

Está a nascente ao fundo de um terreno ajardinado, murado, e fechado por um portão de ferro. Tem tambem algumas arvores, e assentos de pedra, para descanço dos doentes e dos visitantes.

—

Banhos antigos

Vide o volume 6.º, pag. 83, col. 1.ª

—

Estabelecimento de banhos

Ha um unico na cidade do Porto, estabelecido na rua de Santo Antonio, com entrada pela mesma rua, e pela calçada da Thereza (hoje rua da Madeira.) Tem banhos de agua doce, de agua salgada, de chuva e sulphureos.

—

Gazómetro

Na noite do dia em que o sr. D. Pedro V completava 18 annos de edade (16 de setembro de 1855) foi pela primeira vez illuminada a gaz, a cidade do Porto.

O gazometro foi construido sobre a margem direita do Douro, no sitio do Ouro; porém a *companhia portuense de illuminação a gaz*, projecta construir novo gazometro, em logar melhor escolhido, pois que o actual tem por varias vezes sido inundado pelas aguas do rio, em occasião de enchentes, causando graves prejuizos á empreza, e deixando os portuenses ás escuras; como aconteceu em novembro e dezembro de 1876, tendo a companhia de mandar collocar candieiros de petroline nas ruas principaes, em quanto não podia funccionar o gazometro.

—

Mercados permanentes

Do Anjo—no antigo campo do Olival, hoje passeio da Cordoaria. Foi construido em 1839, no chão onde até então existiu o edificio e pequena cêrca do *recolhimento do Anjo* (pag. 306, 1.ª—1672.)

Tem no centro, um chafariz, de optima agua.

Como este mercado é de mui acanhadas proporções, em vista do progressivo desenvolvimento da população da cidade; resolveu a camara municipal, construir um novo mercado, no campo que foi cêrca do mosteiro de freiras carmelitas, e que fica ao N. e proximo do mercado do Anjo. Este ficará, depois de construido o novo, sòmente para cereaes e farinhas, que actualmente se vendem na praça aberta, chamada porisso, *Feira da Farinha*, e hoje, praça dos Voluntarios da Rainha.

O novo mercado, será para fructas, hortaliças, flores, legumes, etc.

—

Do Peixe—Vide vol. 5.º, pag. 280, col. 2.ª

Das Fressureiras—Idem.

—

Do Bolhão — na praça do mesmo nome. Foi construido pelos annos de 1850. Tinha sido feira de carneiros, e depois de carvão.

É um mercado elegante, formando um quadrilongo, com casas de pedra, forradas de asulezo, todas do mesmo risco e grandeza, com a frente para o interior da praça, e tendo para o exterior, apenas uma janella (oculo) circular; mas só tem casas nos dois lados do E. e O. são todas cobertas de laminas de zinco, que, sobresahindo para o interior da praça, formam um coberto de 2 metros de largo.

Para o lado da rua do Fernandes Thomaz (N.) que fica em nivel superior uns 5 metros, tem uma abundante fonte, e um vasto tanque, mas já fóra das grades de ferro que fecham a praça por este lado. Pelo lado do S., tambem é fechado por grades de ferro.

Tem duas avenidas, uma ao sul, que é a principal, outra ao norte. São portões de ferro, no centro das grades, e que se fecham ao toque de recolher.

Consta dos mesmos generos que se vendem na praça do Anjo.

Em um arruamento do lado O., faceando com a rectaguarda da praça, é a feira permanente de louça ordinaria e outros objectos.

No arruamento de E., são lojas de adeleiros (*ferros velhos*) constituindo tambem um mercado permanente, de generos de todas as castas, de differentes materias, de varias proveniencias, hybridos e heterogeneos.

—

Dos Ferros-Velhos — encostado á parede E., do campo que foi cêrca das freiras carmelitas (o que está destinado para novo mercado.)

Consta dos mesmos e variadissimos objectos, que ás terças feiras se vendem na célebre *feira da Ladra*, no campo de Santa Anna, em Lisboa.

É porém permanente; mas muito mais concorrido ás terças feiras e sabbados—o que acontece a todos os mais estabelecimentos commerciaes do Porto.

Já ha muitos annos que a camara municipal projecta remover isto d'aqui; mas, ou a falta de sitio proprio, ou *certas influencias*, teem estorvado esta mudança, que era bem necessaria, visto que a feira de ferros velhos, farrapos, cacos, botas e sapatos, novos e velhos, etc., etc., torna aquella rua soberanamente triste e desagradavel.

—

Do pão—(de trigo e milho) na praça aberta de Santa Thereza.

De fructas—hortaliças e legumes, na Ribeira, mesmo sobre a margem direita do Douro.

—

Das fressureiras—pela parte interior dos arcos de Cima do Muro, da Ribeira, em um pequeno largo, no antiquissimo bairro do *Barrêdo.*

—

Do peixe — na Ribeira, tambem sobre a margem do rio. É pequeno e insignificante.

—

Até 1834, havia tambem um mercado diario de fructas, flores, hortaliças, legumes, etc., no largo da Batalha, desde o angulo que está ao N.O., e a pouca distancia do palacio do sr. Manuel Pedro Guedes (Pangim) até quasi á entrada da rua de Santo Ildefonso.

—

Tambem houve, até ha cousa de 12 ou 15 annos, *feira da herva*, no largo de Santo André, junto á capella do mesmo santo, que foi demolida, quando a feira da herva se mudou para o Bolhão.

—

Matadouro publico

Não consta, se nos primeiros tempos (o dos suevos) houve casa ou logar exclusivo para abater as rezes destinadas ao consumo da população. Suppõe-se que o gado era abatido mesmo no açougue, que primeiramente era perto da Sé, no centro do Burgo Velho, e no logar ainda hoje chamado, *largo do Açougue-Real.*

Depois, mudou-se para as Fontainhas, para o edificio hoje convertido (depois de grandes aperfeiçoamentos e ampliações) em asylo da mendicidade.

Em 1840, se construiu o actual matadouro, no sitio do *Monte-Pedral*, freguezia de Paranhos, suburbios e ao N.O. da cidade.

O sitio foi bem escolhido, mas o edificio, é, a todos os respeitos, muito inferior ao do matadouro publico de Lisboa, e a camara tem de gastar ainda uma grossa quantia, para que este edificio preencha os fins para que foi destinado.

—

Administração central do correio

Está na rua de S. Bento da Victoria, pouco acima da egreja matriz de Nossa Senhora da Victoria, e do mesmo lado, em frente do edificio que foi mosteiro de monges benedictinos.

—

Estação central telegraphica

Esteve primeiro na *Casa-Pia*; depois mudou-se para o edificio que foi mosteiro de freiras carmelitas. Actualmente está no palacio do sr. Manoel Pedro Guedes (arrendado) no largo da Batalha, em frente do Theatro de S. João (Theatro lyrico.)

—

A direcção das obras publicas—está tambem no edificio antecedente.

—

Palacio da Justiça

Está no edificio que foi mosteiro de frades, eremitas de Santo Agostinho (*gracianos*) vulgarmente chamado, de S. João Novo.

Durante o cêrco do Porto, e ainda muito depois, serviu de hospital militar.

Sendo ministro da justiça, o sr. Gaspar Pereira da Silva, mandou adaptar convenientemente este vasto edificio, para n'elle se acommodarem os tribunaes civis e crimínaes, e os cartorios dos respectivos escrivães.

Foi inaugurado em 28 de maio de 1864. (Vide vol. 6.º, pag. 77, col. 2.ª, e 7.º, 300, 1.ª)

—

Tribunal da Relação

Vide pag. 299, 1.ª—304, 1.ª (1647) e pag. 447, 2.ª

Rua das Taipas

Deu-se-lhe este nome, porque, havendo uma grande peste, que matou grande numero de moradores d'esta rua, no fim do anno 1485, a camara a mandou *entaipar*, por accordam de 14 de janeiro de 1486.

—

Praça de touros da Aguardente

Foi construida no largo da Aguardente, em 1871. Era de madeira, e ficava dentro de um campo, do lado E. do largo, e proximo á nova rua do Principe Real.

Os portuenses, que tão repentinamente mostraram grande empenho em possuir um taurodromo, e vêr as corridas; ao fim de dois annos, já estavam aborrecidos d'isto a que em Lisboa se chama (por antiphrase?) *divertimento*, e o resultado foi, terem os cavalleiros, os capinhas, a sua *quadrilha*, e os pobres touros, de se darem em espectaculo, ás... tábuas dos camarotes e das trincheiras.

Ao fim de dois annos, foi a praça demolida.

> Devemos confessar que uma das razões que concorreram para a queda do tal *passatempo*, era serem os touros que hiam para o Porto, escolhidos... dos *peores*—isto é—alimarias pacificas e inoffensivas, que só á força de crueldades sahiam fóra do seu sério, e perdendo o bom humor, davam algum miseravel pulo.

—

Praça de touros da Bôa-Vista

Em um campo, juncto e ao N., da nova rua da Bôa-Vista, pouco ao O. do hospital militar de D. Pedro V, e em frente do cemiterio de Agramonte, se construiu pelo mesmo tempo, do antecedente; dos mesmos materieas, nas mesmas circumstancias, e com os *mesmissimos* resultados, um outro taurodromo.

Para em tudo e por tudo, ter egual sorte».

foi demolido ao mesmo tempo que o seu rival na especulação e na desgraça.

A catastrophe d'estas duas emprezas, nada depõe contra o bom gôsto e a humanidade dos portuenses.

—

Praça das Hortas ou Praça Nova das Hortas, hoje Praça de D. Pedro

Por occasião do casamento de D. João I, com a virtuosa D. Philippa d'Alencastre, filha de João de Gand (1387) estiveram os esposos por bastante tempo no Porto.

Ainda n'esse tempo era a cidade circumscripta pelo cinto de muralhas que o irmão e antecessor de D. João I, havia concluido. (Pag. 285, 1.ª)

Extramuros ainda então apenas havia algumas casas de campo. e varias aldeias que constituiam os arrabaldes do Porto.

Uma das entradas principaes d'esse tempo, do lado do N. da cidade, era o *Postigo dos Carros* [1] e fóra d'elle, o ambito hoje occupado pela extremidade S. da rua do Bom-Jardim (a parte antigamente chamada rua da Porta de Carros) o chão onde estão construidas a egreja e casas que foram dos *Nerys*, ou *Congregados*—e praça de D. Pedro —e extremidade S. da rua do Almada (a parte antigamente chamáda rua das Hortas) e a actual rua do Sá da Bandeira—este ambito, digo, que era uma planicie, estava occupado por muitas *hortas*, de diversos proprietarios, e porisso ao sitio se dava o nome de *Hortas*.

Ao N. d'estas hortas, em sitio um pouco mais elevado, havia uma fonte, e lavadouros publicos, no logar hoje occupado pela rua, porisso, ainda chamada dos *Lavadouros*.

Por entre as hortas havia uma estrada tortuosa e estreita, que se dirigia ao *postigo dos Carros.*

D. João I, mandou alargar e alinhar essa estrada, que se chamava mesmo *estrada das Hortas*

Foram-se povoando estes sitios, ficando apenas no centro, uma porção de hortas, onde depois se fez a *praça Nova das Hortas;* depois, chamada *praça Nova;* e por fim *praça de D. Pedro.*

Dentro d'esta praça, no canto do S. e O., é que existiu a pequena praça, ou mercado, da *Natividade*, que deu o primeiro nome á actual *rua dos Clerigos*, que primeiro se chamou, *calçada da Natividade* e depois, *calçada dos Clerigos.*

O visconde de Gouveia, sendo governador civil do Porto, chrismou varias ruas e praças, e declarando guerra a differentes *calçadas* e *travessas* (e até a alguns *bêcos!*) lhes deu o nome de *ruas.*

[1] Que o rei D. Manoel transformou em *porta* (pag. 286, 1.ª)

É aqui o unico logar em que posso fazer uma rectificação. Na 2.ª linha da col. 2.ª, de pag. 285, disse eu que esta cinta de muralhas foi concluida em 1376. O compositor, pôz 1776 (um anachronismo de 400 annos!) —Rogo aos meus leitores que emendem.

—

Porta e campo do Olival

E a entrada de D. Philippa d'Alencastre na cidade do Porto

Já disse que a porta por onde os monarchas, os bispos e outras auctoridades superiores, costumavam fazer as suas entradas solemnes, era a *porta de Miragaia*, que, depois de alargada pelo rei D. Manoel, se principiou a chamar *porta Nova.* [1]

Mas, como a noiva de D. João I vinha do norte, tinha que dar uma grandissima volta, por descidas ingremes e escabrosas; por isso se preferiu para a sua entrada solemne, a porta do Olival [2]

[1] Do facto de se fazerem por esta porta as entradas solemnes, é que muitos lhe dão o nome de *porta Nobre*, corrompendo o seu verdadeiro nome.

[2] Vinha do mosteiro benedictino, de Cella-Nova, junto ao rio Lima, na Galliza.

D. Rodrigo da Cunha, no *Catalogo dos Bispos do Porto*, diz que D. Philippa viera d'Evora para esta cidade; mas não é verdade.

Depois de tratado, entre D. João I, e João de Gand, duque de Lencastre, filho de Eduardo III, rei de Inglaterra, o casamento do nosso rei, com a filha do duque, separaram-se

Ainda havia outra razão para se dar preferencia á entrada por este sitio. Já disse, quanto era o amor e a dedicação de que os portuenses deram sempre provas, ao rei de *Bôa Memoria;* que a teve sempre, pelos serviços prestados á sua causa—que era a causa da patria—pelo que encheu de privilegios, honras e isenções, os habitantes do Porto. Visitou muitas vezes esta cidade, e escolheu-a para n'ella contrahir o seu casamento. (Pag. 290, 2.ª)

Já tambem dei uma pequena ideia do enthusiasmo e regosijo dos portuenses com estas vôdas.

O povo da cidade e arredores, e até de muitas povoações distantes, correu em cardumes para ver passar o prestito da sua nova rainha, e não havia extramuros, sitio algum que se podesse comparar em amplidão, ao *campo do Olival* [1] que, apesar d'isso, não pôde comportar tão grande multidão, que difficultou sobremodo a passagem do real prestito.

Ainda a aurora não tinha principiado a esclarecer o firmamento, já muitos milhares de pessoas, umas a cavallo, outras em carros luxuosamente toldados, outras a pé, e todos com as suas melhores gallas, tomavam logar no campo do Olival.

Entre esta multidão se distinguiam pela riqueza e elegancia de seus vestidos, muitas donas e donzellas, de Braga, Guimarães, Penafiel, Felgueiras, Aguiar de Sousa, Villa do Conde, e de outras povoações ao N. do Douro—bem como de Villa Nova de Gaia, Grijó, Feira, Ovar, e mais terras do S. do mesmo rio.

Estabeleceu-se alli um verdadeiro arraial, com barracas de bebidas, de doces, de *iscas*, etc.

A porta do Olival estava adornada com riquissimas cortinas de velludo, seda e damasco, e com festões de verdura e das flores que se poderam arranjar n'aquella estação.

A alta e ameiada torre quadrangular, que defendia a porta, estava do mesmo modo adornada.

O mais d'estas grandes festas, fica rapidamente mencionado, a pag. 72, col. 1.ª do 6.º volume; e na col. 2.ª de pag. 290 d'este.

Á porta do Olival, vieram esperar D. Philippa, o bispo do Porto, D. João (o 3.º do nome) com as suas vestes pontificaes, acompanhado do seu cabido, e de todos os clerigos da cidade. A camara, com a sua bandeira, e os *homens bôos*, do Porto e seu termo.

Atravessou a nova rainha e o seu sequito, toda a cidade, cujas ruas estavam brilhantemente ornadas, floridas e embandeiradas, e o pavimento alcatifado de verduras; por entre vivas acclamações, e debaixo de uma chuva de flores, que as senhoras lhe lançavam das janellas, e ao som estridente de todos os sinos da cidade [1] chegou á egreja da Sé, e, depois de alli fazer as suas orações, foi pousar no paço episcopal, que o bispo tinha feito adornar com a maior magnificencia.

D. João I, no dia seguinte ao da sua che-

os futuros genro e sogro, hindo este. com a sua familia e séquito, pousar ao convento de Cella-Nova, e d'alli é que mandou a filha para esta cidade.

D. João I, logo que soube da entrada de D. Philippa no Porto, marchou da cidade d'Evora, com D. Nuno Alvares Pereira, e outros, fazer a sua entrada, pela Porta de Miragaia, depois chamada *Porta Nova*, como já fica dito nos logares citados no texto, e foi com a sua escolta, alojar-se no mosteiro de São Francisco, onde tinha mandado préviamente preparar aposentadoria.

[1] O campo do Olival, comprehendia toda a vasta área onde hoje vemos—o palacio da Relação; o passeio da Cordoaria; a rua do Calvario; a alameda das Virtudes; a praça do peixe; o hospital da Misericordia, o edificio do mosteiro, hospital e egreja do Carmo; a praça dos Ferradores (depois *feira das Caixas*, e por fim, *praça de Carlos Alberto*) —a feira da Farinha (hoje praça dos Voluntarios da Rainha) e praça de Santa Thereza; o pequeno largo do Moinho de Vento, e ruas adjacentes; o edificio que foi mosteiro de freiras carmelitas, até aos Ferroe-Velhos; a praça do Anjo; o vasto edificio da Academia; a egrejá dos clerigos; a parte superior das ruas da Conceição, de Trás dos Clerigos, e da Ferraria de Cima (hoje Caldeireiros.)

[1] O interdicto durava desde o reinado de D. Affonso IV, e continuou; porém o bispo, que, como já disse, era um varão de muita virtude, amigo sincero de D. João I, e um verdadeiro patriota, suspendêra o interdicto, durante as grandes festas d'este casamento.

gada, dirigiu-se, logo pela manhan, ao paço episcopal, visitar, sem apparato, a sua noiva, que, com as suas damas, com o bispo, e com alguns fidalgos inglezes, vieram receber o rei, á porta do paço.

Tanto o rei como D. Philippa, vestiam com a maior elegancia e riqueza.

Subiram á uma sala, luxuosamente adornada, na qual estava um estrado coberto de velludo, com duas cadeiras de espaldar, debaixo de um docel de brocado, agaloado e franjado de ouro fino.

Alli, os dois noivos, á vista dos fidalgos e fidalgas de Portugal e Inglaterra, que formavam o seu sequito, e do prelado e cabido, conversaram por largo espaço, até que, sendo meio dia, se retirou D. João, para jantar, e D. Philippa e suas damas, para fazerem o mesmo.

N'essa mesma tarde, se fez a troca dos presentes de noivado, os quaes, de parte a parte foram riquissimos, não só pela sua materia, como pelo seu trabalho primorosissimo.

Tendo D. João I, de hir a Guimarães, por causa da guerra com Castella, nomeou Gonçalo Pires, védor da futura rainha, encarregando-o que provesse a tudo, para que nada faltasse a D. Philippa e á sua côrte.

O rei, sahiu de Guimarães, em uma sexta feira, 1 de fevereiro de 1387, chegando ao Porto na madrugada do dia seguinte, e, nos seus aposentos, do mosteiro de S. Francisco, se vestiu á pressa, marchando com a sua côrte, para o paço episcopal, e d'alli foi para a egreja da Sé, com D. Philippa, sendo logo recebidos por esposos, pelo bispo, D. João, na presença de muitos fidalgos e senhoras, portuguezes e inglezes.

Apesar de ser este casamento feito pela manhã, e sem prévia noticia, o ajuntamento foi enorme.

Depois da solemnidade, a rainha, com as suas damas, se recolheu ao paço do bispo, e o rei ao mosteiro de S. Francisco, e logo n'essa mesma manhã, mandou expedir circulares ás camaras das cidades e villas do reino, aos bispos, aos magistrados, aos fidalgos principaes, e mais auctoridades, dando-lhes parte do seu casamento, convidando-os a assistirem ás suas bodas, na quinta feira seguinte (14 de fevereiro).

As explendidas festas d'este casamento, ficam rapidamente mencionadas, a pag. 290, col. 2.ª, d'este vol.—e a pag. 72, col. 1.ª, do 6.º vol.

—

Policia Civil do Porto

O corpo de policia civil do Porto, foi creado ao mesmo tempo que o de Lisboa, pela carta de lei, de 2 de julho de 1867, e regulamento de 14 de dezembro do mesmo anno.

—

Titulares com residencia permanente no Porto, em 1877

Marquezes de Monfalim, e de Terêna, no seu palacio (denominado *dos Brandões)* á Torre da Marca, n.º 7, em frente do palacio de Crystal. (Vide 6.º vol., pag. 695, col. 1.ª, e seguintes.)

—

Condessa d'Azevedo, viuva do 1.º visconde e do 1.º conde de Azevedo (Francisco Lopes d'Azevedo Velho da Fonseca) no seu palacio de Santo Antonio do Penedo, n.º 62, junto ao sitio onde existiu a porta do Sol, e em frente do mosteiro de freiras de Santa Clara. (Vide adiante—*conde de Azevedo.)*

—

Condessa de Rézende, e viscondessa de Beire (a sr.ª D. Maria Hellena de Sousa Holstein—viuva—filha do visconde de Beire—general Pamplona—e sobrinha do fallecido duque de Palmella.) No seu palacio, do campo de Santo Ovidio, n.º 61, cuja quinta é a mais vasta que existe n'esta cidade.

O filho primogenito d'esta senhora, D. Luiz Manoel Benedicto da Natividade de Castro Pamplona de Sousa Holstein, foi feito conde de Rézende, *de juro e herdade,* em 19 de julho de 1866, e pouco depois, almirante do reino.

Por seu fallecimento (vide *Rézende)* foi feito conde, tambem de *juro e herdade* (abril de 1876) seu irmão immediato, o sr. D. Manoel Benedicto de Castro Pamplona de Sousa Holstein, que reside na ilha da Madeira, por

ter alli casado com a filha primogenita do sr. D. Antonio da Camara do Carvalhal Esmeraldo Athouguia Sá Machado, feito conde (2.º) do Carvalhal, em 3 de agosto de 1852. Era sobrinho do 1.º conde do Carvalhal (feito em 8 de setembro de 1835) João do Carvalhal.

—

Condessa da Lagoaça, na sua casa da rua da Alegria, n.º 62. É viuva de Antonio José Antunes Navarro, que foi feito 1.º visconde da Lagoaça, em 2 de novembro de 1859, e 1.º conde do mesmo titulo, em 31 de outubro de 1866.

O actual visconde da Lagoaça, é o sr. Julio de Castro Pereira, feito no 1.º de julho de 1867.

—

Conde de Samodães, na sua casa da rua do Sol (antiga *Viella das Tripas)* n.º 25.

É casado com a sr.ª D. Henriqueta Augusta Vieira de Magalhães, filha dos primeiros viscondes d'Alpendurada, e irmã da sr.ª viscondessa d'Alpendurada (Josephina).

Para evitarmos repetições, vide o vol. 3.º, pag. 285, col. 1.ª—onde vem noticias do sr. conde e da sua familia.

—

Visconde de Castello-Borges—na sua casa da rua do Almada, n.º 363. É o sr. José Borges Pinto de Carvalho de Affonseca, feito visconde, em 17 de junho de 1869.

—

Visconde de Castro Silva—na sua casa, que foi egreja e mosteiro de frades de Santo Antonio, de Valle de Piedade. É o sr. Antonio José de Castro Silva Junior — feito visconde (o 1.º) dos seus appellidos, em 13 de maio de 1851.

É filho do sr. Antonio José de Castro Silva, que foi feito visconde de Valle de Piedade, em 11 de setembro de 1855.

—

Visconde de Figueiredo—na sua casa da rua de Cedofeita, n.º 209. É o sr. Joaquim José de Figueiredo, feito visconde do seu appellido, (o 1.º) em 15 de dezembro de 1862.

—

Visconde de Francos—na sua casa, da rua de Santa Catharina, n.º 548. É o sr. José Henriques de Castro Sólla, que foi feito visconde (o 2.º) em 30 de abril de 1858.

É filho do sr. general, Fernando da Fonseca Mesquita e Sólla, que foi feito 1.º barão de Francos, em 20 de janeiro de 1847, e 1.º visconde do mesmo titulo, em 30 de junho de 1854.

—

Visconde do Freixo—no palacio e quinta do mesmo nome, freguezia de Campanhan, suburbios do Porto. (Vide vol. 2.º. pag. 58, col. 2.ª—e vol, 3.º pag. 233, col. 1.ª)

É o sr. Antonio Affonso Vellado, feito barão de Freixo, em 26 de setembro de 1865, e visconde do mesmo titulo, em 17 de novembro de 1870.

—

Visconde de Fragozella — no seu palacio da rua Formosa, em frente da *Viella da Neta*. É o sr. José Pereira Loureiro, que obteve o titulo, em 25 de maio de 1870.

Este palacio foi mandado fazer pelo, então, rico negociante, o sr. Antonio Alves de Sousa Guimarães, feito barão do Bolhão, em 14 de agosto de 1851, e conde do mesmo titulo, em 9 de maio de 1855. Deu-se lhe o titulo *do Bolhão*, porque á rua onde está o palacio, se chamava antigamente do Bolhão, e n'ella fica a praça, ou mercado d'este mesmo nome.

É uma das mais luxuosas casas da cidade do Porto, com um grande quintal e jardim, que chega até á rua de Fernandes Thomaz, onde tem algumas casas. O seu fundador, gastou n'esta habitação principesca, mais de 70 contos de réis.

Tendo fallido, foi o palacio adjudicado ao seu maior crédor (o sr. visconde de Fragozélla) por 27 contos de réis, incluindo o jardim, quintal, e predios da rua de Fernandes Thomaz!

—

Visconde da Lagoaça (o 2.º) no seu palacio da rua de Santa Catharina, n.º 197. (Vide *Viscondessa da Lagoaça.)*

—

Visconde de Pereira Machado—no seu palacio da rua Formoza, n.º 121. É o sr. Gui-

lherme Augusto Machado Pereira, feito visconde (o 2.º) em 15 de dezembro de 1868.

É filho do sr. Guilherme Augusto Machado Pereira, que foi feito visconde (1.º) dos seus appellidos, em 18 de setembro de 1861.

Chamaram-lhe *visconde ás avessas*, porque na carta de mercê, erraram-lhe os appellidos, pondo *Pereira Machado*, em vez de *Machado Pereira.*

—

Visconde de S. João da Pesqueira, na sua casa da rua do Sol, n.º 6. — É filho do visconde do mesmo titulo (o tenente-general graduado—Vahia).

Este general distinguiu-se sempre, desde 1826, pela sua dedicação ao partido realista, e ao sr. D. Miguel I (que muito o estimava) até principios de 1834. Então, sendo governador da praça de Abrantes, officiou (16 de maio) ao ministro da guerra, do sr. D. Pedro, fazendo a sua submissão ao partido liberal, e reconhecendo como sua rainha, a sr.ª D. Maria da Gloria.

Em um segundo officio, de 20 de maio, dava parte, ao mesmo ministro, de ter feito n'esse dia a acclamação da sr.ª D. Maria II, em Abrantes.

N'este segundo officio, dizia: — «Estou reunindo forças dos apresentados e espero mais, a guerrilha do Madureira, para manter o socego publico.»—Mais adiante, dizia, no mesmo officio: — «Não se torna preciso que outros corpos venham occupar Abrantes, e se distraiam do principal fim, *a perseguição dos inimigos, e o seu total exterminio e destruição.*» (!)

—

Visconde da Silva Monteiro—na sua casa, do largo da Aguardente, n.º 18. — Vide 5.º vol., pag. 294, col. 1.ª— E' o sr. Antonio da Silva Monteiro, feito visconde dos seus appellidos, em 23 de junho de 1875, depois de publicado o 5.º volume; e é por isso que alli se lhe não dá o titulo.

—

Visconde da Trindade, no seu palacio da praça de Carlos Alberto, n.º 72.

Era o antigo palacio dos viscondes de Balsemão, e onde esteve alguns annos a celebre *hospedaria do Peixe,* onde veio apresentar-se o ex-rei Carlos Alberto, antes de hir para Entre-Quintas.

O sr. José Antonio de Sousa Basto, regressando do Brazil com grande riqueza, foi feito visconde da Trindade, em 10 de novembro de 1852.

É um cavalheiro de toda a consideração, e que a merece, não só pela sua affabilidade, como pelos relevantissimos serviços que tem prestado, como provedor da ordem terceira da S.S. Trindade. (Vide o vol. 5.º, pag. 281, col. 2.ª—ultima linha—e pag. seguintes—e n'este vol., a pag. 311, col. 1.ª (1755).

Seu filho, o sr. José Antonio de Sousa Basto Junior, foi tambem feito visconde do mesmo titulo, em 5 de junho de 1868.

—

Visconde de Valle de Piedade—na quinta do seu titulo, que foi mosteiro e cêrca dos frades franciscanos *(antoninhos)* da provincia da Soledade, ou reformados menores, de S. Francisco. (Vide vol. 3.º, pag. 252, col. 2.ª, e n'este vol., pag. 297, 2.ª, e 354, 2.ª)

Vide *Visconde de Castro Silva.*

—

Visconde de Villar Allen—na sua casa da rua da Bandeirinha, n.º 46.

É o prestantissimo cidadão, o sr. Alfredo Allen, que obteve o titulo, em 13 de janeiro de 1866. Vide o vol. 2.º, pag. 59, col. 1.ª

Os que pretenderem algumas rapidas noticias d'esta esclarecida familia, uma das mais distinctas do Porto, pelas suas inapreciaveis qualidades moraes e intelectuaes — vejam o 5.º vol., pag. 252, col. 2.ª, e seguintes.

—

Visconde de Villarinho de S. Romão — no seu palacio e quinta da rua do Carregal, n.º 65, junto á antiga rua do Paço, hoje largo do Duque de Beja, e em frente do jardim botanico.

É o sr. Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, feito visconde em 17 de setembro de 1835.

Era cavalheiro de muita probidade e grande intelligencia, e tio do actual sr. visconde de Villarinho de S. Romão. Foi (este) feito visconde do mesmo titulo (o 2.º) em 15 de dezembro de 1860, o sr. Alvaro Ferreira Girão.

É irmão do sr. Antonio Luiz Ferreira Girão, esclarecido lente de philosophia, na Academia Polytechnica do Porto, e tambem residente no palacio do Carregal. (Para tudo quanto pertence a esta nobilissima e antiga familia, vide vol. 5.º, pag. 267, col. 2.ª e seguintes.

—

Visconde de Alpendurada—na sua casa da rua do Sol, n.º 61. É o sr. João Baptista Pereira da Rocha, que obteve o titulo, em 9 de agosto de 1865.

É genro do 1.º visconde de Alpendurada, já fallecido.

Casou com a sr.ª D. Josephina Augusta Vieira de Magalhães, filha do 1.º visconde, e que foi feita viscondessa de Alpendurada, no mesmo dia que seu marido.

—

Viscondessa de Alpendurada (mãe) — na sua casa da rua de S. Luiz (junto á rua do Sol).—É viuva de Antonio Vieira de Magalhães, que foi feito 1.º barão de Alpendurada, em 13 de julho de 1848, e visconde do mesmo titulo, em 13 de maio de 1851.

É mãe da sr.ª condessa de Samodães, e da sr.ª viscondessa de Alpendurada (Josephina).

Foi 2.ª mulher do fallecido 1.º visconde, e só teve estas duas filhas; mas, o marido, teve da 1.ª mulher, duas filhas — a sr.ª D. Joaquina Vieira de Magalhães, hoje viuva do rico negociante de vinhos, Gaspar J. Borges de Castro, natural do logar Mâmoa, freguezia de Milheiros de Poiares—e a sr.ª D. Maria Adelaide Vieira de Magalhães, casada na Terra da Feira, em 2.ªs nupcias, com o sr. Francisco José da Silva Tavares, filho do fallecido general de brigada, do exercito realista, Victorino José da Silva Tavares, convencionado em Evora Monte — natural da casa de Fagilde, na freguezia de Canêdo, concelho da Feira. (Vide 2.º vol., pag. 86, col. 1.ª—vol. 3.º, pag. 133, col. 2.ª— e vol. 6.º, pag. 689, col. 2.ª, no fim, e seguintes.)

Teve, tambem do 1.º matrimonio, um filho, que é o sr. Antonio Vieira de Magalhães Junior, feito barão de Magalhães, em 13 de maio de 1854, e conde do mesmo titulo (do seu appellido) em 24 de maio de 1870.

Reside em Lisboa.

—

Barão de Ancêde—na sua casa da rua da Picaria, n.º 81. — É o sr. Henrique Soares d'Ancêde, que foi feito barão (o 2.º) d'este titulo; em 18 de abril, de 1845.

É filho de José Henrique Soares, feito 1.º barão d'Ancêde, em 7 de outubro de 1842. (Vide vol. 1.º, pag. 204, col. 1.ª)

—

Barão de Massarellos—no seu palacio da rua de Massarellos, n.º 58.

É o sr. Joaquim Augusto Kopke Severim de Sousa, que obteve o titulo, em 21 de 1847.

—

Barão de S. Lourenço — na sua casa da rua do Laranjal, n.º 79. — É o sr. Antonio Joaquim da Costa Carvalho, que obteve o titulo, em 5 de outubro de 1848.

—

Barão do Vallado—na sua quinta do Padrão, freguezia de Campanhan. É o sr. Raymundo Correia Pinto Tameirão, natural da casa e quinta do *Vallado*, freguezia de Espadanêdo, extincto concelho de S. Fins do Douro, hoje concelho e comarca de Sinfães.

A quinta do Vallado, proxima ao logar da villa, fica sobranceira ao rio Douro (margem esquerda) em sitio bastante elevado, e por isso, com extensas e bellas vistas. Fica quasi em frente do antiquissimo mosteiro d'Alpendurada, que foi de monges Benedictinos. (Vide o 1.º vol., pag. 160, col. 1.ª — e vol. 5.º, pag. 134, col. 2.ª)

Foi feito barão do Vallado (2.º) em 17 de setembro de 1851.

O 1.º barão do Vallado, foi Manoel Luiz Correia, feito em 21 de janeiro de 1837.

—

Barão do Vallado (Augusto)—na sua casa da rua de Santa Catharina, n.º 316.

É o sr. Augusto Correia Pinto Tameirão, filho do 2.º barão do Vallado, e obteve o titulo, em 9 de agosto de 1855.

—

Barão de Villalva — na sua casa, da rua de Traz da Casa Pia, n.º 6.

É o sr. Guilhermino Julio Teixeira de Moura, feito barão de Villalva Guimarães, em 14 de janeiro de 1864.

—

Baroneza do Corvo—na sua casa do Terreirinho, em Villa Nova de Gaia. É viuva do 1.º barão do Corvo, Manoel Alves Souto, que obteve o titulo, em 27 de julho de 1852.

A sr.ª baroneza, casou em segundas nupcias, com o sr. José Maria Soares d'Albergaria, da antiga e nobre casa de *Areias*, freguezia de Castellões, concelho de Cambra. É irmão da sr.ª viscondessa de Castro Silva.

—

Barão do Corvo—na sua casa de Villa Nova de Gaia. É o sr. Manoel Alves Souto, filho do sr. barão do Corvo, que tinha o mesmo nome, e da sr.ª baroneza antecedente. Obteve o titulo, em 28 de dezembro de 1871.

—

Baroneza de Fornellos—na sua casa do largo do Corpo da Guarda, n.º 4.

É viuva do 1.º barão de Fornellos, José Joaquim Pereira dos Santos, que obteve o titulo, em 15 de outubro de 1851—e mãe do 2.º barão de Fornellos, o sr. Fernando Maria Pereira dos Santos, que obteve o titulo, em 14 de janeiro de 1864.

—

Baroneza de Fornos d'Algodres—na sua casa da rua de Traz da Sé, n.º 37.—É viuva do 1.º (e unico, até agora) barão de Fornos d'Algodres, José Maria d'Albuquerque, que obteve o titulo, em 2 de julho de 1842.

Não se confunda esta familia com a dos condes de Fornos d'Algodres (Abreus Castellos Brancos). Vide n'este vol., pag. 15, col. 2.ª, no fim.

—

Baroneza de Lórdêllo—na sua casa de Villar.—É viuva de José da Fonseca, que sendo 1.º barão de Villar, feito em 10 de outubro de 1836, trocou o titulo, pelo de barão de Lórdêllo (1.º) em 20 de dezembro do mesmo anno de 1836.

Foi uma especie de contradança. Christiano Nicolau Kopke, fôra feito barão de Ramalde, em 7 de dezembro de 1836, e logo a 20, passou a ser barão de Villar, e o barão de Villar (por dois mezes e dez dias) passou a ser barão de Lórdêllo!

(Hoje o barão de Villar, é o sr. Nicolau Kopke, feito em 5 de outubro de 1846.)

—

Baroneza de Nevogilde—na sua casa da travessa da Fabrica, n.º 17.—É a sr.ª D. Carlota Rita Borges Moraes e Castro, que obteve o titulo, em 10 de novembro de 1852.

É viuva de Manoel Mendes Moraes e Castro, feito 1.º barão de Nevogilde (em duas vidas) no dia 10 de outubro de 1836.

Esta senhora, era a proprietaria do famoso *palacio dos Carrancas*, na rua dos Carrancas, ou da Torre da Marca (hoje rua do Triumpho). É hoje palacio real. —Vide vol. 5.º, pag. 263, col. 1.ª

—

Baroneza do Seixo—na sua casa da rua de Cedofeita, n.º 349.—É viuva do 1.º barão do seu titulo, e mãe do sr. Antonio d'Almeida Coutinho e Lemos, feito barão do Seixo, em 19 de julho de 1845.

—

Palacios e quintas, no Porto

Palacio real—antigo palacio dos Carrancas. Vide o 5.º vol., pag. 263, col. 1.ª

—

Palacio dos Brandões, ou da *Torre da Marca*.—É propriedade dos srs. marquezes de Monfalim. Para evitarmos repetições, vide o 6.º vol., a pag. 694, col. 2.ª *(Pérre)*.

Está situado no largo da Torre da Marca, mesmo em frente dos jardins e palacio de Crystal.

Posto ser um bom edificio, nada tem de notavel, senão a sua torre ameiada, á qual chamam—de *Pedro Cem*.

(Vide o 5.º vol., a pag. 122, col. 2.ª e seguintes—e 6.º vol., pag. 46, col. 2.ª, e seguintes.)

Esta torre (se é verdade o que me informaram) não está no mesmo logar onde esteve primitivamente. Um dos antepassados dos srs. marquezes a mudou mais para o norte, conservando-lhe a sua antiga fórma, e com todos os seus materiaes. É toda de cantaria, e está na extremidade S. O. da rua do Principe, na rectaguarda (ao N.) do pa-

lacio, e é habitada pelos creados dos proprietarios.

—

Palacio dos viscondes da Trindade—na praça que primeiro se chamou *dos Ferradores*, depois, *Feira das Caixas*, e por fim, *praça de Carlos Alberto.*

(N'esta praça se faziam as feiras dos creados e creadas, até se mudar em 1876, para a Rotunda da Bôa-Vista.)

Este palacio é um bonito edificio, que o sr. visconde muito tem aformoseado, interna e externamente. Pela rectaguarda (já na rua das Oliveiras) tem um jardimzinho, cercado de grades de ferro.

Vide—*Visconde da Trindade.*

—

Palacio e quinta de Entre-Quintas—(Vide o 5.º vol., pag. 122, col. 2.ª)

—

Palacio de Christal—jardins, theatros, circo, etc.—(Vide o 5.º vol., pag. 122, 1.ª, e 7.º, pag. 372, 2.ª, pr.

—

Palacio e quinta de Villar—(Vide 5.º vol., pag. 122, 2.ª)

—

Casa e quinta do Bom-Successo—(Vide 5.º vol., pag. 122, 2.ª)

—

Casa e quinta da Pena—(Vide 5.º vol., pag. 122, 2.ª)

—

Paço (antigo) *da rua da Armenia*—Vol. 5.º, pag. 301, 2.ª

—

Palacio da camara municipal—ou *Paços do Senado*—Vide pag. 319, 2.ª, e 423, 2.ª

—

Paço (antigo) *dos reis de Portugal*—no Porto—6.º vol., pag. 60, col. 2.ª

—

Paço da Marqueza—Vol. 6.º, pag. 581, 1.ª —e 7.º 319, 1.ª—390, 1.º

—

Paço dos estudos—Vide pag. 366, col 2.ª

—

Paço do bispo—Vide pag. 284, 1.ª

—

Palacio da Justiça—Vide pag. 489, 1.ª

Palacio do visconde de Fragozélla—(Vide *Visconde de Fragozella.*)

—

Palacio do Ferreirinha—na praça da Trindade. É propriedade do sr. Antonio Bernardo Ferreira, filho do riquissimo capitalista, grande proprietario, e negociante, do mesmo nome, Antonio Bernardo Ferreira (o *Ferreirinha, da Régua*) que se diz, ter deixado uma fortuna de 4:000 contos de reis. A sr.ª D. Antonia Adelaide Ferreira, prima e viuva do *Ferreirinha*, passou a segundas nupcias, e está actualmente casada com o sr. Torres, tambem rico negociante de vinhos e proprietario.

Uma filha d'esta senhora, e de seu primeiro marido, é casada com o sr. Augusto Pedro de Mendonça Rolin de Moura Barreto, feito conde da Azambuja, *de juro e herdade*, em 3 de abril de 1860. É filho do fallecido 2.º marquez e 1.º duque de Loulé, 9.º conde de Valle de Reis, 24.º senhor da Azambuja, 12.º senhor da Póvoa de Meadas, e 14.º senhor do morgado da Quarteira—e da serenissima infanta, D. Anna de Jesus Maria, filha de D. João VI e da rainha (imperatriz-rainha) D. Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança. (Vide 4.º vol., pag. 449. col. 1.ª)

O palacete do sr. Antonio Bernardo Ferreira, é de uma architectura mui formosa e elegante, e está adornado interiormente com grande magnificencia. É um edificio vasto, podendo accommodar nas suas salas, além da familia do seu proprietario, o *club portuense*, que occupa a metade septentrional do palacio.

Vide *Assembleias do Porto.*

—

Palacio da Batalha—do sr. Manoel Pedro Guedes, filho do fallecido Manuel Guedes, e da senhora condessa de Pangim—no largo da Batalha, em frente do real theatro de S. João (lyrico) e da capella de Nossa Senhora da Batalha.

Posto que o seu exterior nada tenha de notavel, é internamente bem dividido, e luxuoso. A *sala do baile*, é—depois da da *feitoria ingleza*—a mais vasta do Porto.

Na rectaguarda do palacio (E.N.E) tem

um vasto e formoso jardim, confrontando com a rua de Entre-Parédes. [1]

Chamou-se por muitos annos, *palacio do José Anastacio*, por que foi este (que era tio do pae do sr. Manuel Pedro) o seu fundador.

Em julho de 1832, sahiu do Porto esta familia que era realista, e foi habitar a sua *quinta da Avellêda* (Vide 6.º vol., pag. 568, col. 2.ª—e 570, col. 1.ª)

Os liberaes tomaram conta d'este palacio e jardim, estabelecendo alli varias repartições, e até, fazendo n'elle residencia gratuita, alguns empregados.

Assim estiveram as cousas até 1842, anno em que foi restituido aos seus legitimos possuidores; porém no mais lamentavel estado de destruição, tendo Manuel Guedes de gastar alguns contos de réis para reparar tantos destroços.

Quando se rebaixou esta parte da praça da Batalha, para a erecção do monumento ao sr. D. Pedro V, ficou o palacio dois metros mais alto do que o pavimento da praça, dando a camara, por este prejuizo, ao dono do edificio, 800$000 réis.

Com este dinheiro, Manuel Guedes, rebaixou o pavimento inferior do edificio, até ao nivel da praça, o que deu muito mais elegancia e merecimento ao palacio, cujas lojas, cocheiras e mais officinas eram muito baixas, ficando as janellas, apenas uns 0,m66 acima do nivel da praça, quando agora estão em conveniente altura.

Desde 1834, pouco tempo tem esta familia residido no seu palacio da Batalha; e, ultimamente, arrendou-o ao governo, por 1:200$000 réis annuaes, e n'elle se acham, como já disse, a *estação central telegraphica*, a *direcção das obras publicas* e outras repartições.

Em 10 de septembro de 1832, uma força liberal, commandada pelo intrepido Bernardo de Sá Nogueira (depois, marquez de Sá da Bandeira) sahe da fortaleza da serra do Pilar, e ataca os realistas aquartelados em Villa Nova de Gaia. Tomando-os de surpreza, conseguiu avançar até proximo da capella de Santo Ovidio; porém, ahi, cercado por fôrças superiores, e depois de uma tenaz resistencia, teve de retirar a passo accelerado para a fortaleza do Pilar, deixando no campo alguns mortos, feridos e prisioneiros. Os realistas seguiram-o até ao Pilar, porém alli tiveram a mesma sorte que os liberaes experimentaram na *Bandeira* [1]

Sá Nogueira foi n'essa investida gravemente ferido no braço direito, que lhe foi amputado n'este palacio, e enterrado no seu jardim, como já disse.

Nunca perdoou aos realistas o fazerem-o manêta, mostrando em diversas conjuncturas, o ódio implacavel que lhes teve até á morte.

O decreto de 13 de agosto de 1870 (durante a dictadura de Saldanha) manda dar um *subsidio* (!) aos officiaes de 1.ª linha, convencionados em Evora-Monte, depois de 36 annos de miseria, e de terem morrido—quasi todos de fome — nove decimas partes d'elles!

Porém a dictadura Saldanha, cahiu logo a 29 de agosto do mesmo anno, sendo nomeado novo ministerio, do qual foi feito presidente, ministro da guerra, e interinamente da marinha, o marquez de Sá da Bandeira. Este ministerio annullou varios decretos da dictadura, e approvou outros; mas o que dizia respeito aos officiaes d'Evora-Monte, votou-o ao mais completo desprezo, não o approvando, nem desapprovando; porém não lhe deu a minima execução: talvez se espere que morra o ultimo official *convencionado!...*[1]

Foi o marquez de Sá da Bandeira, que, mais do que ninguem, guerreou o decreto

[1] Debaixo de um cedro d'este jardim, foi enterrado, em 11 de septembro de 1832, o braço direito de Bernardo de Sá Nogueira. Vide adiante.

[1] A *Bandeira*, é um sitio pouco abaixo da capella de Santo Ovidio.

O sr. D. Pedro, em troca do braço direito, deu a Bernardo de Sá Nogueira, o titulo de barão de Sá da *Bandeira* (do tal sitio) em 4 d'abril de 1833. No 1.º de dezembro de 1834, foi feito visconde do mesmo titulo, e marquez, em 13 de fevereiro de 1864.

[1] Já então não existiam vivos, senão 114 officiaes a quem este decreto podesse aproveitar.

de 13 de agosto, com palavras sobremodo virulentas contra os officiaes contemplados. Olhava para o sitio onde tivera o braço direito, e o seu odio aos officiaes realistas, patenteava-se por discursos fulminantes!

—

Palacio Sandeman—na Cordoaria, contiguo á egreja de S. José das Taipas. Está em frente da relação, e alinhava com a fileira de casebres e barracas, que a camara expropriou e demoliu, como já fica dito.

Este palacio principiou a edificar-se em 1830, porém as obras marcharam tão vagarosamente, que em julho de 1832 ainda estava apenas em paredes. Pararam completamente durante o cêrco, e, ainda depois de 1834, estiveram alguns annos n'este estado, mas com algumas lojas de mercearia nos baixos: depois é que se concluiu. Posto ser de acanhadas proporções, é muito elegante e luxuoso, e o seu valor augmentou prodigiosamente desde que o largo da Cordoaria foi transformado em passeio publico.

—

Palacio do Campo Pequeno — do sr. Joaquim Pinto Leite (irmão do sr. visconde da Gandarinha).—Está separado do largo e da rua, por uma grade de ferro, e por um formoso jardim. É um bello edificio, esplendidamente decorado e mobilado; porém a sua fachada principal (S.) não tem elegancia, por lhe faltarem dois torreões nos angulos. Assim como está, parece um edificio truncado, ou por concluir.

Se o seu proprietario, que é homem rico e de muito bom gôsto, lhe mandar construir o que falta, fica o mais bello palacio do Porto.

—

Palacete da sr.ª condessa d'Azevedo.—Está ao cimo da rua de Santo Antonio do Penêdo, em frente do palacete chamado *de Sebastião Correia* (o marquez de Terena, fallecido) e do mosteiro de freiras de Santa Clara. Perto (ao S. E.) ficava a antiga *porta dos Carvalhos do Monte*, que, depois de reconstruida, por D. João d'Almáda, se chamou *Porta do Sol.* (Já fallei d'esta porta, que hoje não existe.)

É um bom edificio, mas nada tem de notavel.

O visconde de Azevedo (que poucos dias antes da sua morte tinha sido feito conde do mesmo titulo) tinha n'este palacio uma escolhida livraria, das melhores do Porto (particulares) que deixou, por testamento, ao sr. conde de Samodães. Não podia fazer melhor e mais acertada escolha.

—

Palacete de Sebastião Correia.—Em frente e ao O. do antecedente, no terreiro exterior do mosteiro de Santa Clara, a 8 ou 10 metros da muralha de D. Fernando—aqui ainda perfeitamente conservada. — Tem uma bonita capella, dedicada a Santo Antonio, que deu o nome á rua de Santo Antonio do Penêdo, e na frente d'ella um pequeno jardim, uns dois ou trez metros mais alto do que o nivel da rua e do terreiro.

—

Palacio e quinta da sr.ª condessa de Rézende—é a mais agradavel vivenda do Porto. Está entre o campo de Santo Ovidio, a rua da Boa-Vista e a rua de Cedofeita.

A entrada principal, é por um portão, coberto — ao O. do campo de Santo Ovidio — tendo aos lados, as cocheiras e cavallariças. O palacio, que é de construcção antiga, está pelo E. e O., entre jardins, sendo o do O., o mais vasto do Porto, porque é seguido de um formoso parque.

Segue-se a grande quinta (a maior do interior da cidade) com agua que lhe vem por um antigo aqueducto.

Esta bella e vasta propriedade, não foi construida pelos ascendentes dos condes de Rézende, nem pelos dos viscondes de Beire. Pertencia á nobilissima casa dos Figueirôas, cujas armas (cinco folhas de figueira) ainda se vêem no formoso — mas arruinado — pavilhão que dá entrada á quinta, pela rua de Cedofeita.

Os viscondes de Beire obtiveram isto, por herança que lhes deixaram os Figueirôas.

Ainda que o palacio esteja em um nivel muito mais baixo do que o do campo de Santo Ovidio, a ponto de nem d'elle se avistar, é todavia uma residencia sobremodo aprazivel, não só pela vista do jardim, parque e

campos, como pelas formosas vistas que tem para o S., S. E. e O., vendo-se por este ultimo lado, até uma vasta extensão do oceano atlantico.

Para o mais que diz respeito a esta familia, vide *Rézende*.

—

Palacio dos viscondes de Pereira Machado —com frente para a rua Formosa, e da Alegria. É um bello edificio, com um bonito pateo de entrada, e decorado e mobilado interiormente, com muito gosto e magnificencia.

—

Palacete da viuva Navarro—no lado sul da rua de Entre-Paredes. A sua fachada principal, é de grande custo e magnificencia, pelo aprimorado dos seus ornatos; porém o interior não corresponde ao luxo do frontespicio.

—

Palacio do sr. Antonio da Silva Monteiro —na rua da Restauração.—Vol. 5.º, pag. 194, col. 1.ª

—

Palacete do sr. Lima—no lado norte da rua dos Bragas. É uma construcção moderna, elegantissima e de grande magnificencia.

—

Palacete Barros-Lima—na rua de Barros-Lima. Foi ha poucos annos construido este elegantissimo predio, sem contestação, um dos mais esplendidos do Porto. Tem contigua, uma boa quinta, e um bello jardim.

—

Palacio do Cyrne—no lado sul do campo, hoje chamado *de 24 de agosto*, cujo primeiro nome foi *campo de Mija-Velhos*, e depois, *do Poço das Patas*.

É propriedade do sr. Francisco Diogo de Souza Cyrne de Madureira, cunhado da sr.ª condessa de Pangin.

É um magnifico edificio, tendo annexa uma vasta quinta, que parte pelo E., com a viella de Sacaes—pelo S., com a rua do Heroismo—pelo O., com a viella da Nóra—e pelo N., com a rua da Murta.

Nos primeiros estudos do caminho de ferro do norte, estava este campo marcado para n'elle se construir a estação principal dos caminhos de ferro do Douro e Minho.

—

Palacete do sr. Miguel Rangel—proximo do antecedente, no lado S. da rua da Murta, e na rectaguarda do edificio que foi mosteiro de Santo Antonio da Cidade, e onde hoje é a bibliotheca publica, o museu, academia das bellas artes, etc.

É edificio pequeno, mas elegante, tendo para o N. E., E., e S., um bom quintal, ajardinado, com seu miradouro.

—

Palacio da Bandeirinha, ou das Sereias—no sitio mesmo chamado Bandeirinha, no *monte dos Judeus*. É uma construcção antiga, mas de bastante elegancia, notavel por duas gigantescas sereias, que em alto relevo lhe ornam os lados da porta principal (e é por isso que muitos chamam a este edificio —*palacio das Sereias)*.

Das suas janellas da frente, se gosam vastas e bonitas vistas, e fica-lhe ao sopé, a muitos metros de profundidade, a praia de Miragaia e a nova alfandega. Contigua ao palacio, e para o lado do norte, tem uma grande quinta, com seu jardim, cujo muro corre pela parte do O. N. O. da rua da Bandeirinha, e n'elle se admira um portão (que dá entrada para a quinta) ornado de esculpturas que mostram muita antiguidade.

Vide 5.º vol., pag. 271, col. 2.ª—e pag. 296, col. 1.ª, no fim, e seguintes. Vide tambem, adiante, *Cunhas Porto-Carreiros*.

—

Palacio da sr.ª viuva Fórbes—em frente e ao S. do edificio que foi mosteiro dos frades de Santo Antonio da cidade. Fica mesmo em frente da parte do mosteiro, onde está, no pavimento inferior, o museu, e no superior, a bibliotheca.

É talvez o mais bello edificio do Porto, e que custou á sua proprietaria, muitas dezenas de contos de réis.

Os dois lados da frente, são aformoseados por dois lindos jardins, defendidos, exteriormente, por altas grades de ferro.

As obras terminaram em 1873.

A quinta, que é grande, confronta pelo O.

com a rua de S. Victor, e pelo S., com a praça da Alegria (antiga *feira dos porcos).*

N'esta quinta se estabeleceu, pelos annos de 1840, uma especie de *pavilhão-Mabille,* com uma *montanha russa,* e varios jogos. Denominava-se isto—o *Tivoli portuense.*

Consta-me que a sr.ª viuva Fórbes vendeu, ha poucos dias, esta formosissima propriedade, por 70 contos de réis.

Para a familia *Fórbes,* ver no 5.º volume, a pag. 275, col. 1.ª

—

Palacio e quinta de Santo Antonio da Bôa-Vista, ou das Aguas-Férreas — do sr. José Leite de Sousa Mello da Cunha Sotto-Maior, filho do fallecido visconde de Veiros.

A sr.ª D. Maria Rita Leite de Sousa Freire Salema de Saldanha e Noronha, foi feita viscondessa de Veiros, em 8 de agosto de 1840.

O sr. João de Mello e Sousa da Cunha Sotto-Maior, foi feito visconde do mesmo titulo, em 7 de dezembro de 1842. (Vide *Veiros.)*

E' uma aprazivel vivenda, proximo ás *Aguas-Férreas,* e á rua da Boa-Vista.

Pertence a esta familia, desde 1760, sendo seu primeiro dono, José de Sousa Mello.

Em 1809, foi quartel general do governador das armas do Porto, o general inglez, Nicolau Trant.

Quando Trant sahiu do Porto, tornou para este palacio José de Sousa Mello, e n'elle residiu até julho de 1832, em que sahiu da cidade, e foi para a sua casa da Régua.

Os liberaes tomaram conta da propriedade, fazendo do edificio, paiol da polvora.

Mudado este, para o palacio da *quinta do Bispo* (contigua á *quinta da China,* que lhe fica a E., e ao antigo seminario, que lhe fica a O.) se estabeleceu no palacio das Aguas-Férreas o asylo da mendicidade, até 1845, em cujo anno tomou conta da propriedade e a veio habitar o visconde de Veiros.

Em 1855, se estabeleceu aqui o hospital dos atacados do cholera-morbus.

Em 1857, estabeleceu-se n'este palacio, o collegio de Nossa Senhora da Guia.

Desde 1861 até 1869, esteve aqui o hospital militar, transferido de S. João Novo; até que se mudou para o novo hospital militar, de D. Pedro V, que fica a uns 400 metros a O., na rua da Boa-Vista.

Em 1869, o arrendou o sr. Oswal Craufurd, consul da Inglaterra, no Porto, e n'elle reside actualmente.

—

Quinta e palacio do Bispo—sobre a margem direita do Douro, ao fundo do monte do seminario, e contigua ao cemiterio do Prado do Repouso.

No centro da quinta, está o palacio, que foi residencia dos bispos, no verão. Depois de 1834, mudou-se para aqui o paiol da polvora, tapando-se de pedra e cal as portas e janellas do palacio. Na frente d'este, que era para o rio (S.) estava um vasto e formoso jardim, 3 metros acima do nivel do terreno immediato.

Ao cimo da quinta havia um abundante e perenne manancial d'agua, que regava toda a quinta. Como o terreno d'esta era muito declivoso, descendo desde o muro sul do cemiterio até ao Douro, estava todo em sucalcos, e em grande parte coberto de frondosas laranjeiras, que foram todas arrancadas, no tempo em que a propriedade estava sob o dominio do ministerio da guerra, que foi mais de 30 annos. A quinta deixou de cultivar-se e estava a monte, e improductiva, em grande parte, produzindo apenas uns 4 ou 5 moios de milho.

Foi posta em praça esta propriedade, em 1869, e o barão da Nova Cintra a comprou por sete contos de réis; morrendo poucos mezes depois d'esta compra.

Foi de novo á praça, sendo então comprada pelo negociante da praça do Porto, Roriz, que falliu em 1876, com perto de um milhão de cruzados.

Actualmente está entregue á administração da *massa fallida.*

Roriz, tinha construido, ao fundo da quinta (S. O.) sobre a margem do Douro, uma bella fabrica de sabão, em um bom edificio, feito de novo, para este estabelecimento. Ainda funcciona.

—

Quinta da China — é contigua á antecedente, ficando-lhe ao E. — E' pois tambem sobre a margem direita do Douro, por onde tem uma entrada, ao sul.—A entrada principal é pelo N., ao fundo da estrada hoje chamada rua de *Nova Cintra*.

E' uma formosa propriedade, com uma vasta e bonita casa, jardim, hortas, pomares e campos. É tambem abundante de boa agua.

Era seu proprietario, o sr. Ferraz, que a deixou, por testamento, ao sr. Antonio Leite Ferraz Soares d'Albergaria, da casa das *Areias*, em Cambra. Este sr. a vendeu ao seu actual possuidor.

Por muitos annos, em quanto pertenceu ao sr. Ferraz (o testador) andava arrendada a um individuo, que a franqueava ao publico, porque tinha alli uma especie de casa de pasto, concorridissima por familias do Porto, principalmente aos domingos e dias santificados.

—

Palacio e quinta de Massarellos—propriedade do sr. Joaquim Augusto Kopke Severim de Sousa, feito barão de Massarellos, em 21 de maio de 1848. E' uma formosa vivenda, sobre a margem direita do Douro, junto á alamêda de Massarellos.

E' propriedade muito antiga, e era da corôa. Em 29 de dezembro de 1469, D. Affonso V deu esta propriedade, e o condado de Massarellos e S. João da Foz do Douro, *com outros Lugares que com elles soem andar, e a dizima de Crestumam* (Crestuma) a João Rodrigues de Sá, alcaide-mór do Porto — *com tanto que elle pague em cada hu anno á banca diniz de tres mil rreaes brancos, que ella de nós ha, de tença, em cada hu anno.*

—

Além das quintas aqui mencionadas, ha ainda, dentro da cidade, e nos seus arrabaldes, optimas quintas, sendo as principaes, a quinta *da Prelada*, no Carvalhido—a do *sr. Braga*, no largo do Mirante (hoje do Coronel Pacheco)—a do D. prior de Cedofeita, e outras.

—

A senhora condessa d'Edla

Foi esta cidade do Porto, a primeira povoação portugueza onde appareceu *M.elle Hensler*, em 1859. Veio como *prima dona* da companhia italiana, que n'esse inverno cantou no real theatro de S. João. Estreiou se em outubro, com *Il Saltimbanco*, de Paccini. Era tenor, Neri; baixo, Llorens; baritono, Vaucusi; prima dona comprimaria, Spech; regente, Reparaz; empresario, Lanovilla.

Em 1869, casou com o sr. D. Fernando Coburgo, e o irmão d'este, deu a sua cunhada o titulo de *condessa d'Edla*.

—

Judiaria

Já no 5.ª vol., a pag. 296, col. 1.ª, no fim, e seguintes, fallei do bairro dos judeus (judiaria) no Porto; aqui accrescento mais o seguinte:

O bairro primittivo dos judeus, no Porto, comprehendia, pouco mais ou menos, a área constante da medição que se segue. (Nomes actuaes.) — Principiando da praia de Miragaia, em frente da calçada de Monchique, subia por esta calçada (lado direito) até ao *palacio das Sereias* (no sitio ainda hoje chamado *Monte dos Judeus)*. Seguia pelo lado direito da rua da Bandeirinha, até ao largo de Viriato, rua dos Fogueteiros, alamêda das Virtudes, rua da Cordoaria Velha, escadas da Esperança, até á porta Nova, onde terminava.

O cemiterio dos judeus, segundo se collige de um documento, datado de 22 de abril de 1452, que existe no cartorio da camara municipal, estava situado pela parte de baixo da alamêda das Virtudes, e, com pouca differença, no quintal que foi de Francisco da Rocha Soares, chegando até ás trazeiras da egreja de S. Pedro, terreno depois occupado com o edificio da grande fabrica de louça de faiança, que existiu aqui, e foi propriedade do dito Rocha Soares.

No reinado de D. João I, e pelos annos de 1400, pouco mais ou menos, viviam muitos judeus, fóra do seu bairro, e espalhados por differentes ruas da cidade, por não caberem na judiaria; porém isto dava origem a muitas injurias, doestos e vexações para os desgraçados judeus.

Aquelle monarcha, para evitar taes des-

aguizados, mandou á camara, que dentro dos muros da cidade, marcasse logar para uma nova judiaria. A camara marcou-lhe o espaço que medeia entre o lado S. E. da rua do Calvario, a intestar com a muralha da cidade, que ainda existe (e que então estava construida de poucos annos) até á fonte da rua das Taipas; seguindo d'alli até á rua de Bello-Monte, pelo lado norte d'esta rua, até ás escadas da Esnóga (Sinagoga) e calçada da Victoria, e parte O. da rua de S. Bento até á Relação, e parte S. do passeio da Cordoaria, a intestar com a porta do Olival, seguindo pela parte interior da muralha, até onde principiou esta medição, no principio E., da rua do Calvario.

A sua sinagoga, era onde hoje está a egreja do mosteiro de S. Bento da Victoria.

A camara aforou-lhes este terreno pelo fôro e pensão annual, perpetua, de *200 marauedis velhos, de 27 soldos o marauedi, de dinheiros portuguezes, de moeda antiga, que ora são chamados Alfonsis, ou de Barbudas, e de Graves, Fortes e Pilartes da moeda de Portugal, que foi feita em Lisboa, e na dita cidade* (Porto) *por mandado de el-rei D. Fernando—convem a saber—Barbuda, por dois soldos e quatro dinheiros, e Grave, por 14 dinheiros—e Pilarte, por sete dinheiros—e Forte, por dois soldos dos ditos dinheiros Alfonsis.* (Vide *Soldo.)*

Como a colonia judaica fosse progredindo, e não coubesse no terreno que lhe foi marcado, pediram á camara, e ella concedeu-lhe, mais um espaço de terreno, do lado sul do campo do Oival (hoje passeio da Cordoaria) para alargarem a judiaria, mediante o competente fôro.

—

A sr.ª baroneza de Nova Cintra

Esta senhora, offereceu (em junho de 1877) ao estabelecimento humanitario do barão de Nova Cintra, 500$000 réis — e ao recolhimento das orphans, de Nossa Senhora da Esperança (de S. Lazaro) 50$000 réis.

—

Tumultos á porta da Sé

Ha factos tão ignobeis, tão repugnantes, que a penna recusa-se a escrevel-os, e ainda menos a commental-os, por estarem abaixo de toda a critica, e causar nôjo tocar em materia tão ascorosa.

Estão n'este caso os tumultos que em frente da Sé cathedral do Porto, se teem effectuado em 1875, 1876 e 1877, por occasião de se solemnisarem os 48.º, 49.º e 50.º anniversarios da elevação ao pontificado, do S.S. Padre, Pio IX.

O artigo 6.º do titulo 1.º da *Carta Constitucional,* que é o codigo de leis actualmente em vigor, diz expressamente:

«A Religião Catholica Apostolica Romana, continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permittidas *aos estrangeiros, com seu culto domestico, ou particular,* em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de templo.»

E' clarissimo que, em vista da lei, *todos os portuguezes,* teem restricta obrigação de acatar o Summo Pontifice, como chefe supremo da Egreja Catholica; assim como é evidentissimo e incontestavel que todas as auctoridades e magistrados d'este reino, teem rigorosa obrigação de fazer, por todos os meios legaes, ao seu alcance, manter e respeitar a Religião do Estado.

Infelizmente não acontece assim em Portugal, nação que tem a honra inapreciavel de se denominar FIDELISSIMA.

Vemos todos os dias, nos theatros, nos jornaes, e em actos publicos solemnes, a Sacrossanta religião que o Divino Martyr do Calvario nos outhorgou, á custa do seu sangue precioso—a religião seguida pela familia real portugueza, e pela quasi totalidade da nação, escarnecida, insultada e vilipendiada, muitas vezes, por aquelles mesmos que mais rigorosa obrigação tinham de a acatar e defender.

E quem promove esses escandalos?—Não é o povo portuguez, que, apesar de todas as diligencias dos impios, é, na maxima parte, catholico verdadeiro, seguindo as maximas religiosas que bebeu com o leite materno—são os pseudo-philosophos, os *livres pensadores*, os atheus, que não se pejam em servir-se dos meios mais ignobeis, para derribarem o monumento glorioso de quasi 19 seculos!

E que esperam estes homens, do povo desmoralisado e sem religião? — As scenas de Pariz, desde 1789 até 1800—repetidas em 1870 — e as de Alcoy, Carthagena e outras partes.

Desgraçados! —Arranquem a religião do coração do povo, e aguardem os resultados!...

Lembrem-se da sorte de Marat, Robespierre, Barrás, Philippe Egalité, e outros muitos e muitos promotores da *soberania do povo*, que foram victimas dos mesmos que haviam induzido ao roubo, ao incendio, á carnificina e a toda a sorte de immoralidades.

—

Devemos confessar que, em Lisboa, nunca se deram as scenas escandalosissimas, que algumas vezes se teem presenciado em Coimbra, e com aterradora frequencia no Porto —na *Cidade da Virgem!*

Em 1875, apenas o esclarecido prelado, o clero e o immenso concurso de povo christão, na egreja da Sé, acabava de dar graças ao Omnipotente, pelo XLVIII anniversario do S.S. Padre, Pio IX, ao pontificado—uns 15 ou 20 vadios (alguns de gravata!...) romperam em algazarras, chufas, doestos e motinada, contra o clero e os fieis. É verdade que a policia prendeu alguns; porém as *altas protecções* os fizeram pôr logo em liberdade; vindo para a rua fazer alarde das suas *façanhas* (quando deviam morrer de vergonha!) e renovar os insultos, as calumnias e os doestos, ainda com mais odio e desbragamento, fiados na impunidade!

—

Os mesmos escandalos, pela mesma occasião e no mesmo logar, se repetiram em 1876; mas, como alguns dos miseraveis de gravata que tinham capitaneado o tumulto do anno anterior, haviam sido mimoseados com algumas *espadeiradas*, pela policia, limitaram-se a pagar a alguns maltrapilhos, escolhidos entre os mais devassos, para hirem representar essas scenas escandalosissimas do largo da Sé.

—

Chegou o dia 3 de junho de 1877. O reverendo prelado, o clero, e grande multidão de fieis, distinguindo-se entre ella, muitas senhoras e cavalheiros de familias distinctas pela sua nobreza, pelas suas riquezas e pelo elevado da sua posição social, acabavam de dar graças ao Omnipotente, pela conservação da vida do Chefe da Egreja Catholica, e pelo quinquagessimo anniversario da sua subida ao pontificado.

Quando os fieis sahiam do templo, eram esperados á porta, por uns 25 a 30 esfarrapados, que haviam sido préviamente e para isto recrutados (por dinheiro) nos mais asquerosos bordeis, e nas *tascas* mais ignobeis. Principia a musica a tocar o *hymno da carta* (da *carta*, que, como acabámos de ver, determina que a Religião do Estado seja a Catholica Apostolica Romana!...) e, em seguida, aquella alcateia de maltrapilhos, roucos pelo abuso do vinho, da aguardente e dos vicios mais nojentos, principia em berros destemperados, a dar vivas á carta, ao rei, e á *liberdade*[1] á REPUBLICA (!!!) e a Victor Manoel; misturados com *morras* ao S.S. Padre!

E a policia, esteve muda e quêda, presenceando tão grande algazarra, da qual bem devia prever os fins e o resultado; sem nem mesmo se importar com os vivas á republica, que significam a destituição (senão o exterminio) do rei e da familia real!

Certa da costumada impunidade, não se limitou a gaiatada a gritos atroadores, e, apenas retirou a guarda de honra (muito mais cêdo do que devia retirar!) os berros, os regougos, os huivos e a assuada, tomaram proporções assustadoras!

Os fieis que sahiam do templo, foram apupados, sendo as senhoras, cobarde e ignobilmente insultadas, chegando a infamia a ponto d'estes sevandijas metterem as suas caras avinhadas, patibulares e ascorosas, pelos postigos das carroagens, dirigindo ás senhoras toda a casta de obscenidades, que só de taes desgraçados se podem esperar.

[1] Á liberdade que elles mesmos estavam alli a desacreditar, e da qual davam uma bem triste amostra—a da liberdade sómente para o mal!—Quanto aos vivas á carta e ao rei, eram dados por escarneo, e com o intuito de se forrarem ás espadeiradas; porque esta casta de individuos, não tem lei, nem rei, nem Roque.

Ainda isto era pouco!—Esta gente, refugo de tudo quanto o Porto contém de mais hediondo e desprezivel, apertava os pacificos transeuntes, continuando com as suas berrarias, repetindo os vivas e os morras, chegando com os encebados e nojentos chapeus á cara das senhoras que hiam a pé, repetindo as obecenidades que tinham dirigido ás que hiam de trem, tendo um attencioso cavalheiro [1] de offerecer a sua carroagem a umas senhoras que no meio d'esta ralé, se viam accommettidas, tão desaforadamente.

No principio da rua Chan, em frente da casa do sr. Bernardo Pinto de Miranda Monte-Negro (o fidalgo da Boa-Vista, primo da sr.ª condessa de Rézende) espancaram um honrado industrial, que seria victima d'estes selvagens, senão foge para casa d'aquelle fidalgo, cujos creados tiveram de fechar e trancar a porta, contra a qual, investiram os borrachões, pretendendo arrombal-a!

Foi apenas então, que appareceu o sr. commissario geral, á frente de alguns policias civis, prendendo um dos mais furibundos amotinadores (que se disse ser o que feriu o industrial) mas, soltando-o logo!...

Fizeram despejar o centro da rua, podendo então passar a gente pacifica; porém a algazarra, os vivas e os morras, só terminaram pelas 2 ½ horas da tarde!

Todos os jornaes cordatos, des diversos partidos, que se publicam no Porto, stigmatisaram, com termos mais ou menos vehementes, este acto de selvageria, improprio de uma cidade civilisada, composta, na sua maior parte, de cidadãos catholicos, que se prezam de ser habitantes da *cidade da Virgem*, e a 2.ª capital do reino.

Mas, se os desgraçados que commetteram taes iniquidades, porque os sentimentos da propria dignidade, e os instinctos do bem, já ha muito fugiram de suas almas depravadas, se estes desgraçados, repito, merecem a execração publica; ainda maior desprêzo merecem, e maior asco provocam os que os instigaram e seduziram, com dinheiro, para praticarem estes actos sem nome. E será com elles que pretendem destruir a Religião Catholica?—Quanto os céga o ódio!—Pois não se lembram que—vendo todos, que só a mais despresivel escória da sociedade se atreve a insultar as crenças sacrosantas de nossos paes—esses actos se tornam contraproducentes, e maior desprezo acarretam sobre si os inimigos do christianismo?

O que diriam os estrangeiros que n'essa occasião estavam no Porto, a respeito da civilisação e illustração d'esta cidade?

Pois o *baluarte da liberdade*, só o será para a liberdade de tal gente?

Pois os judeus, reunem-se nas suas sinagogas—os maçons, nas suas *lojas*—e os protestantes nos seus *templos*, [1] sem que ninguem se lembre de lá hir intrometter-se em taes *sessões*, e os catholicos, *que seguem a Religião do estado*, não podem dar graças a Deus pelos beneficios recebidos, ou recorrer á sua protecção divina, nas suas adversidades?!

Deus desengane estes cégos obstinados, até se convencerem de que, taes assuadas e ignominias, só servem para lhes acarretar o desprêzo publico, e para ainda mais radicar nos corações portuguezes o amor á Religião instituida pelo Martyr Divino, do Golgotha, á custa do seu sangue precioso!

—

Antonio Correia Megre

Se a cidade do Porto tem dado, como poucas, em todos os tempos, filhos que a honram e enobrecem, pelo seu amor da patria, pela sua intrepidez, pela sua intelligencia ou pelas suas virtudes, tambem, como quasi todos os grandes centros de população, tem produzido, algumas vezes, monstros que envergonham, não só a terra que lhes foi berço, mas até a propria humanidade, a cuja especie, por êrro da natureza, pertenceram.

[1] O sr. conseiheiro, José Guilherme Pacheco. (Vide 6.º vol., pag. 481, col. 2.ª)

[1] Templos (como os protestantes lhe chamam!) que, segundo a carta, *não podem ter a fórma exterior de templo*. mas que, com cynico desprêso da mesma carta, se vão construindo com a tal *fóvma exterior de templo*, sem que as auctoridades se importem com esta flagrante transgressão. (*De minimis non curat pretor.*)

Um d'estes tigres, nasceu em a nobre cidade do Porto, no principio d'este seculo—foi *Antonio Correia Megre*, nascido em 1809, e filho de José Correia Lopes.

Frequentava a universidade, em 1828, e foi um dos barbaros e cobardes assassinos e ladrões, dos lentes e conegos de Coimbra no logar do *Cartaxinho*, a 5 kilometros de Condeixa a Velha, em 18 de março de 1828. (Vide vol. 2.º, pag. 371, col. 2.ª)

Morreu, com mais oito companheiros no mesmo crime, enforcado no caes do Tojo em Lisboa, a 20 de junho do mesmo anno. Os outros, eram:

Bento Adjuto Soares Couceiro, estudante de Coimbra, filho de José Soares Couceiro, natural de Tentugal, da edade de 24 annos.

Delfino Antonio de Miranda e Mattos, estudante de Coimbra, filho de Manoel Antonio de Miranda Maciel, natural de Barcellos, da edade de 22 annos.

Domingos Joaquim dos Reis, estudante de de Coimbra, filho de Maximo José dos Reis, natural de Cintra, de 20 annos de edade.

Maximo José dos Reis, era era capitão-môr de Cintra. O reu era afilhado da sr.ª infanta D. Isabel Maria; mas esta circumstancia não obstou a que fosse castigado com todo o rigor da lei. Tambem ouvi dizer que o pae, pesava o filho a ouro, para lhe ser commutada a pena, na immediata.

Urbano de Figueiredo, estudante de Coimbra, filho de Henrique de Figueiredo Gomes Diniz, natural de Donas, bispado da Guarda, da edade de 22 annos.

Francisco do Amor Ferreira Rocha, estudante de Coimbra, filho de José Ferreira da Rocha, natural da cidade de Fáro, da edade de 24 annos.

Domingos Barata Delgado, estudante de Coimbra, filho de Gregorio José Delgado, natural do Pesinho, bispado da Guarda, de 22 annos de edade.

Carlos Lidóro de Sousa Pinto Bandeira, estudante de Coimbra, filho de Gregorio José de Sampaio, natural de Mancellos, arcebispado de Braga, de 22 annos de edade.

Manoel Innocencio d'Araujo Mancilha, estudante de Coimbra, filho de João Baptista d'Araujo, natural de Villa-Real. de Tras-os-Montes, da edade de 23 annos (segundo a sentença, mas de 26, segundo a certidão de edade, pois diz que nasceu em 1802.)

—

Suppõe-se que eram 13 os estudantes que commetteram este horroroso attentado; mas nunca se chegou a saber ao certo o seu numero. Eís ainda outro.

Antonio Maria Neves Carneiro, estudante do 2.º anno de mathematica, da universidade de Coimbra, casado com Thereza de Jesus Pereira, e filho do medico, Antonio das Neves Carneiro e de D. Jacintha Fortunata Rapoza—natural do Fundão (segundo a sentença—mas da villa de Góes, segundo outros) de 25 annos de edade.

Segundo as confissões de alguns dos seus cumplices, foi este o instigador e o chefe d'esta horda de scelerados, que pertenciam a uma sociedade secreta, denominada dos *divodignos*. [1] Foi o unico que morreu corajosamente, mas impenitente; todos ou outros, uns se mostravam arrependidos e outros negavam o crime, attribuindo-o a Neves Carneiro. Alguns hiam quasi sem alentos para o supplicio, sendo precizo leval-os em cadeiras.

Este Neves Carneiro, conseguiu fugir até á freguezia de Nossa Senhora da Annunciação, do Paúl, no concelho da Covilhan, e d'alli, para casa de seu pae, que residia no Fundão, com uma grande porção de dinheiro que havia roubado aos lentes e conegos, assassinados, ou feridos no Cartaxinho.

Do Fundão, fugiu, com seu pae, para Zarza, na Extremadura hespanhola, e a 10 kilometros da raia; mas pôde ser prêso passados dois annos, e veio tambem a morrer enforcado, no caes do Tojo, em Lisboa, a 9 de julho de 1830.

Neves Carneiro, que, como estudante, era muito intelligente, já tinha sido riscado da universidade, em 1824, por causa das suas

[1] A *sociedade dos divodignos*, era numerosa, e foi seu presidente, Francisco Rodrigues Moacho, que morreu na Belgica, em 1866, em desterro voluntario.

ideias avançadissimas, e das suas intimas relações politicas com os dois irmãos Passos, José Maria Grande, e outros, dos principaes instigadores da revolução. Foi readmittido, em razão da amnistia de 5 de junho do mesmo anno.

Na collecção de formosissimos romances, do sr. Camillo Castello-Branco, que elle intitulou *Novellas do Minho*, vem um, sob a denominação de—*A viuva do enforcado*—em que se falla largamente de Neves Carneiro, que é o *enforcado*, e uma das principaes figuras d'este romance verdadeiro.

—

Francisco Sedano Bento de Mello, filho do medico das Caldas da Rainha, Valentim Sedano Bento de Mello, e um dos co-reus no crime do Cartaxinho, pôde fugir para o estrangeiro, e passar-se para a Terceira, onde sentou praça no batalhão de caçadores n.º 5, e n'ella veio para o Porto, em 9 de julho de 1832.

Durante o cêrco, foi promovido a alferes, e condecorado com o habito da Torre-Espada. Durante a revolução militar, denominada *dos Marechaes*, em 1837, foi feito commandante do batalhão academico, dissolvido em 1839, e falleceu em 1843.

Os liberaes verdadeiros—isto é—os liberaes sinceros e de bons sentimentos, negam que os 10 estudantes justiçados no caes do Tojo, pelos monstruosos crimes de assassinios, roubos e ferimentos, tenham sido considerados por outros muitos liberaes—mesmo dos mais altamente collocados—como *victimas innocentes* ou *martyres da liberdade*.

As honras e recompensas conferidas a Francisco Sedano Bento de Mello, são uma prova evidente (e bem triste!) de que a maxima parte do partido liberal não julgou criminosos os factos do Cartaxinho!

—

Joaquim José d'Azevedo e Silva (o Bexiga) foi outro dos co-reus no crime de 18 de março de 1828. Tinha então 21 annos; era natural de Lisboa, e muito rico. Pôde conseguir escapar, vestido de lavrador e chegar a Lisboa, onde se escondeu, em casa do consul da Dinamarca, que o passou para o estrangeiro, onde morreu.

—

Manoel do Nascimento, por alcunha, o *Frêsca Ribeira*, morreu, pelos annos de 1866, no hospital da Misericordia de Lagos. Tinha o rôsto desfigurado por varias cicatrizes, e vivia de concertar louça.

Era vós publica que *Manuel do Nascimento*, era um pseudonimo, e que este individuo fôra um dos assassinos do Cartaxinho. Elle mesmo o declarava quando se embriagava, dizendo que era estudante de theologia na universidade em 1828.

Ensinava philosophia, aos estudantes do lyceu de Beja; e fallava algumas linguas com muita correcção. [1]

—

Dois filhos do doutor Figueiredo, lente de medicina, e que foi o primeiro que cahiu, com um tiro na cabeça, eram tambem da tal *sociedade dos divodignos*, e sabendo a sorte que estava destinada a seu pae e companheiros, nada disseram!

Seguiram o curso academico e formaram-se; mas ambos tiveram má sorte. Um, morreu de uma apoplexia fulminante, sendo deputado, em plena sessão da camara, em S. Bento. O outro, suicidou-se na Allemanha, deitando-se a afogar.

[1] Segundo referem algumas testemunhas, foram 13 os que tomaram parte n'este crime. Se assim é (o que nunca se veio a saber com certeza, até hoje) ainda falta um, que se ignora quem seja; ainda que ha quem assevere que foi um dos filhos do doutor Figueiredo (dos quaes trato em seguida) ao qual *coube a sorte* na sociedade dos divodignos, e que acceitou a *missão*, sob a condição de não ser obrigado a ferir o pae. Note-se porem, que isto nunca se provou de um modo convincente.

Galeria de portuenses célebres, e dos individuos mencionados n'este artigo. [1]

João Ramalho—Vide pag. 460, col. 2.ª

—

João III, bispo do Porto—pag. 460, col. 2.ª

—

D. Antão Martins Chaves, bispo do Porto—pag. 293, col. 2.ª, fim.

—

Infante D. Henrique—Vide 6.º volume, pag. 63, col. 2.ª—e 7.º, pag. 291, col. 2.ª, no fim.

Para não fazer o artigo do Porto ainda mais extenso, vide *Sagres*, onde vae a biographia completa d'este infante.

—

Fernando de Magalhães—pag. 296, col. 1.ª

—

D. Belchior Beliago—pag. 297, col. 2.ª

—

D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Porto—pag. 298, 1.ª

—

Padre Agostinho da Trindade—pag. 295, 2.ª col.

—

Frei Antonio de Madureira—pag. 296, 2.ª col.

—

Frei Paulo d'Azevedo, martyr—pag. 299, 2.ª col.

—

Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda—pag. 304, 1.ª col.

—

Francisco de Sá e Menezes, 1.º conde de Mattosinhos, e um dos cinco governadores do reino, pelo cardeal-rei.

Os actuaes representantes (por linha colateral) de Francisco de Sá e Menezes, conde de Mattosinhos, são os marquezes de Abrantes. Vide n'este artigo—*Paço da marqueza*, a pag. 219, 1.ª, e 390, 1.ª—e 6.º volume, pag. 581, 1.ª

A identidade dos nomes de dois portuenses, (ambos chamados, Francisco de Sá e Menezes) tem originado êrros e barafundas em muitos escriptores; são dois individuos distinctos, ainda que da mesma familia, como se vae ver.

O 1.º (e unico) conde de Mattosinhos, feito por Philippe II, em 1582—de que aqui trato, era filho de João Rodrigues de Sá, *o Velho*, e de D. Camilla de Noronha, filhá de D. Martinho de Castello-Branco, 1.º conde de Villa Nova de Portimão (feito por D. Manuel I, em 28 de maio de 1504.)

O conde de Mattosinhos, morreu sem geração, passando a sua casa, a seu sobrinho, João Rodrigues de Sá, casado com D. Luiza Rodrigues, e foi filho d'estes, D. João Rodrigues de Sá, ao qual D. Philippe III, fez conde de Penaguião. (Vide o 5.º vol., pag. 100, col. 2.ª)

O conde de Mattosinhos, morreu em 17 de março de 1585—isto é—79 annos antes do fallecimento do *segundo* Francisco de Sá e Menezes, que foi em 1664, com 60 annos de edade.

—

Francisco de Sá e Menezes ou *frei Francisco de Jesus*—Era filho de D. Francisco Menezes de Sá, 2.º conde de Penaguião (filho do 1.º conde d'este titulo) e irmão de D. João Rodrigues de Sá e Menezes, 3.º conde de Penaguião, e pae de um outro *Francisco de Sá e Menezes*, ao qual, D. Affonso VI, fez 1.º marquez de Fontes. (A casa dos marquezes de Fontes, está hoje reunida á dos marquezes d'Abrantes.)

Francisco de Sá e Menezes, ou *frei Francisco de Jesus*, é que foi poeta, e auctor do bello poema historico, *Malaca conquistada*, e de varias poesias. Vide a col. 1.ª de pag. 306 d'este vol.—anno de 1664.

Já se vê que este Francisco de Sá e Menezes, não foi conde de Mattosinhos, feito em 1582, nem podia ser governador do reino, feito pelo cardeal-rei, em 1580, pela simples rasão de nascer ainda d'ahi a 20 annos—em 1600.

[1] Procurei quanto possivel, collocar estes individuos chronologicamente; não só por ser mais curial, mas tambem para ninguem poder allegar preferencias.
Quando se não indicar o volume, é este—o 7.º

Vide *Anno Historico*, 1.º volume, pag. 350, § 2.º

—

D. Nicolau de Sousa Monteiro, bispo do Porto—Vide 6.º vol., pag. 64, col. 1.ª

—

D. Bernarda Ferreira de Lacerda—pag. 300, col. 1.ª—anno de 1595.

—

Antonio de Sousa de Macêdo—pag. 301, col. 1.ª

—

Padre Balthazar Guedes—pag. 302, col. 2.ª

Pantaleão da Cruz—irmão do padre Balthazar Guedes—Vol. 6.º, pag. 59, col. 2.ª

—

D. Luiz de Sousa, deão da Sé do Porto, e arcebispo e cardeal da Sé de Lisbôa. Tratei rapidamente d'este illustre portuense, no 4.º vol., pag. 275, principio—aqui serei mais extenso.

Nasceu n'esta cidade do Porto, a 16 de outubro de 1631.

Era filho de Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda (pag. 304, col. 1.ª, anno de 1647) e de sua mulher, D. Leonor de Mendonça.

Contava apenas nove annos, quando passou, em companhia de sua mãe, a Castella, Foi admittido no paço, no exercicio de *menino da rainha*, distincção que era conferida a todos os senhores da sua qualidade.

Alcançando licença de Philippe IV, voltou a Lisboa, onde estudou humanidades, em que foi perito. Por conselhos do principe D. Theodosio, com quem travára amigaveis relações, resolveu viajar pela Europa, a fim de se instruir com os homens mais celebres.

Saindo de Lisboa a 8 de fevereiro de 1615, foi abordada a nau em que hia, por um corsario francez, e conduzido a Villa Franca de Niza. Depois passou a Roma, onde se graduou doutor canonista. Por occasião de receber a noticia da morte de D. Theodosio, deixou-se dominar por uma tristeza tal, que esteve a ponto de professar no celebre convento da Cartuxa, o mais austero d'aquelle tempo. Assistiu em Roma até 7 de abril de 1655, em cujo anno foi investido no deado da cathedral do Porto.

Passou depois a Veneza; percorreu a Allemanha, Flandres, a Hollanda, a França, voltando a Portugal, em setembro de 1656. Foi eleito governador do bispado do Porto, sendo pela ausencia de seu irmão, o conde de Miranda, nomeado governador da relação e armas d'aquella cidade e seu districto. Foi capellão-mór do principe regente D. Pedro, depois rei, D. Pedro II.

Quatro annos depois, quando vagou a egreja metropolitana de Lisboa, foi pelo mesmo principe nomeado arcebispo. Instituio o jubileu do *sagrado lausperenne*.

Quando foi nomeado cardeal da egreja romana, perguntou-lhe D. Pedro II se não era incompativel a dignidade que acabava de receber com a de capellão-mór; ao que D. Luiz respondeu:

«Se a dignidade de cardeal me inhibisse «de continuar a servir a Vossa Magestade, «nunca a acceitaria.»

Possuia uma livraria de mais de 30:000 volumes. Foi provedor da santa casa da Misericordia do Porto. Enviou missionarios ás nossas provincias ultramarinas. Reedificou o paço archiepiscopal e o convento de Santa Catharina de Ribamar, da provincia da Arrabida. Erigiu no convento da Batalha um rico mausoleu, para o qual fez trasladar as cinzas de seu pae. Na Cartuxa de Laveiras, edificou uma cella, com rendimento para um monge. No deserto do Bussaco sustentava um eremita.

Pouco antes de fallecer, fez as suas disposições, nomeando seu testamenteiro o conde de Villa-Verde. Falleceu a 3 de janeiro de 1702, com 71 annos de edade. Está sepultado no pavimento da capella de Nossa Senhora da Piedade, da Terra Solta, que se acha na basilica de Santa Maria, para a qual tinha tribuna o seu palacio, em sepultura rasa, com a inscripção:

SUB TUUM PRÆSIDIUM

Por occasião do terremoto de 1755 caiu em ruinas esta capella.

—

Pedro Sem, Pedro-Cem, ou *Pedro d'Ossem* —5.° vol., pag. 122, 2.ª—6.°, pag. 46, 2.ª

—

D. Frei Joaquim de Santa Clara Brandão, arcebispo d'Evora — Pag. 309, 1.ª, anno de 1740.

—

D. João d'Almada e Mello — Pae de D. Francisco d'Almada e Mendonça — vol. 6.°, pag. 68, 1.ª, nota.

—

Dr. Thomaz Antonio Gonzaga—Pag. 309, 2.ª, anno de 1744.

—

Antonio Ribeiro dos Santos—(na Arcadia, *Elpino Duriense)*—vol. 5.°, pag. 9, col. 1.ª

—

Dr. João Pedro Ribeiro — Pag. 312, col. 2.ª, anno de 1757.

—

D. Francisco d'Almada e Mendonça—Vol. 5.°, pag. 300, col. 2.ª—e 6.°, 249, 1.ª, no fim.

—

Francisco Vieira (Vieira Portuense)—Pag. 313, 1.ª, anno de 1766.

—

João Pizarro da Cunha Porto-Carreiro—Vol. 5.°, pag. 271, 2.ª — Vide a genealogia *Cunhas Porto-Carreiros*, e a freguezia de Porto— Carreiro.

—

D. João Raphael de Mendonça, bispo do Porto.—Pag. 473, col. 2.ª

—

Bernardo de Sá Nogueira (marquez de Sá da Bandeira)—Pag. 498 col. 1.ª

—

João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett (visconde d'Almeida Garrett).—Vol. 5.°, pag. 277, col. 1.ª—e este vol., pag. 315, col. 1.ª, no principio.

—

Antonio de Souza Lobo (o *Lobo da Reboleira)*—6.° vol., pag. 59, col. 2.ª

—

José Ferreira Pinto Basto—Pag. 316, col. 1.ª—1801.

—

Antonio Joaquim d'Oliveira Nascimento—Vol. 5.°, pag. 293, col. 2.ª

Visconde de Villarinho de S. Romão—Vol. 5.°, pag. 267, col. 2.ª

—

Antonio Correia Megre (um dos que assassinaram e roubaram os lentes e conegos, no Cartaxinho)—Pag. 505, col. 2.ª

—

João da Cunha Araujo Porto-Carreiro (o fidalgo da Bandeirinha) tenente-coronel do regimento de infanteria n.° 6 (1.° do Porto) assassinado pela plebe enfurecida.—5.° vol., pag. 271, col. 2.ª—Vide *Cunhas Porto-Carreiros*, nas genealogias dos fidalgos do Porto, n'este artigo.

—

Visconde de Macêdo Pinto —Vol. 5.°, pag. 269, col. 1.°

—

Manoel Maria da Costa Leite — Vol. 5.°, pag. 270, col. 1.ª

—

Dr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos — Nasceu n'esta cidade, no 1.° de novembro de 1816.—É fidalgo da casa real; do conselho de sua magestade; bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; das duas de historia e da lingua, em Madrid; e de outras, em diversos paizes da Europa; grão-cruz, commendador e cavalleiro, de varias ordens; vogal effectivo da commissão permanente de geographia, no ministerio da marinha; deputado ás côrtes da nação portugueza, desde 1865; director geral da secretaria da camara dos deputados; socio effectivo da real associação dos architectos e archeologos portuguezes, estabelecida na egreja gothica do Carmo, em Lisboa; auctor de differentes obras, de grande merecimento, escriptas em portuguez e francez; proprietario e 1.° redactor do periodico—*Jornal da Noite*—e um dos homens mais esclarecidos da actualidade.

Casou com D. Antonia Adelaide Vasques da Cunha Porto-Carreiro, da nobilissima familia da Bandeirinha *(palacio das Sereias)* d'esta cidade. [1]

[1] O sr. Teixeira de Vasconcellos, tambem

D'este consorcio, ha os filhos seguintes:

A sr.ª D. Maria Adelaide Teixeira de Vasconcellos Porto-Carreiro, que nasceu em 1836, na quinta de Coura, e casou com o sr. João Correia Pacheco Pereira de Magalhães, fidalgo da casa real; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa; bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra; senhor da casa de Villa Nova e de Beire, e, por differentes vezes, administrador do concelho de Paredes.

Teem já muitos filhos, sendo o primogenito, o sr. Manoel Correia Porto-Carreiro Teixeira de Vasconcellos.

Para a genealogia d'estes Correias, vide *Correias da Rua-Chan.*

—

Antonio da Silva Monteiro (visconde da Silva Monteiro) — Vol. 5.º, pag. 294, col. 1.ª — Depois de impresso e publicado o artigo de *Miragaia,* no 5.º volume, é que este senhor obteve o titulo de visconde, em 23 de junho de 1875. E' por esta razão que alli se lhe não dá ainda o titulo de visconde.

—

Antonio Rodrigues da Cruz Coutinho—vol. 6.º, pag. 65, col. 2.ª

—

Luiz Pinto de Souza Pereira de Menezes, da casa do Cutéllo, freguezia de Miomães—bemfeitor da Santa Casa—vol. 5.º pag. 316, col. 1.ª

—

D. Camilla Ribeiro de Faria — Vol. 5.º, pag. 271, col. 2.ª

—

D. Americo Ferreira dos Santos Silva, actual bispo do Porto — Vol. 5.º, pag. 123, col. 1.ª—e 7.º, pag. 337, col. 1.ª

—

José Pereira da Costa Cardozo —Vol. 5.º, pag. 295, col. 2.ª

—

José Carlos Lopes Junior — Vol. 5.º, pag. 270, col. 1.ª

descende pela linha paterna, do tronco d'esta familia, como se verá na genealogia dos *Cunhas Porto-Carreiros.*

Joaquim Guilherme Gomes Coelho (Julio Diniz)—Pag. 394, col. 1.ª

—

Augusto Ferreira (o *homem-flauta)*—Pag. 389, col. 2.ª

—

Francisco Guedes d'Azevedo — Pag. 485, col. 1.ª

—

João Ferro de Lima—Pag. 485, col. 1.ª

—

Além dos varões portuenses que illustraram a sua patria, e ficam mencionados, citarei mais os seguintes:

—

Vasco de Lobeira — auctor do famoso romance de cavallaria, intitulado *Amadis de Gaula.* Ao qual D. João I armou cavalleiro.

—

Frei Manoel da Esperança — auctor das *Historias—Seraphica e Sebastica.*

—

O *padre Simão de Vasconcellos,* jesuita — auctor das *Noticias do Brazil.*

—

Pedro d'Andrade Caminha, camarista do infante D. Duarte, e poeta muito estimado no seu tempo.

—

D. Francisco de Bragança, filho de D. Fulgencio, prior-mór da collegiada de Guimarães, e neto de D. Jayme, 4.º duque de Bragança—auctor de varias obras. Foi alumno do real collegio de S. Paulo, em Coimbra, reformador da universidade, inquisidor da mesa grande, desembargador do paço, do conselho de estado. Foi, em 1589, nomeado, por Philippe II, patriarcha da India, o que não teve effeito, pela opposição dos bispos de Portugal, principalmente o arcebispo de Braga. Renunciou todos os seus altos cargos, e se retirou a uma sua quinta, nos suburbios de Coimbra, onde morreu santamente, em 31 de janeiro de 1634.

—

Frei José Mayne, franciscano, confessor de D. Pedro III, e auctor de varias obras, e colligiu, no mosteiro de Jesus, de Lisboa, o *museu maynense,* hoje incorporado no museu nacional.

Frei Luiz dos Anjos, frade graciano *(grillo)* escriptor publico de grande nomeada.

—

Manoel Domingos Vaya, que publicou uma obra sobre mathematica, de muito merecimento.

—

Frei Raphael da Purificação, franciscano. Fallava sete linguas, e era muito versado em varios ramos de sciencia. Escreveu uma *Encyclopedia.*

—

D. Henrique de Souza Tavares, alcaide-mór d'Arronches, 3.º conde de Miranda (do Côrvo) e feito, por D. Pedro II, 1.º marquez d'Arronches. E' progenitor dos duques de Cadaval, e Lafões. (Vide vol. 1.º, pag. 239, col. 1.ª—e vol. 5.º, pag. 325, col. 1.ª

A familia dos legitimos Souzas, é a mais nobre de Portugal. — Vide 4.º vol., pag. 12, col. 2.ª

—

José Ferreira Borges, auctor do *Codigo Commercial Portuguez.*

—

D. Maria Ferreira Borges, irman do antecedente, e senhora de uma variadissima instrucção, e primorosa esculptora, em gêsso.

—

Guilherme Braga, figura sympathica, e primorosissimo poeta; porém, levando uma vida tristemente bocaciana, que o matou na flôr da edade.

—

Antonio Coelho Lousada, outro poeta de muito merecimento, e bom romancista historico. Falleceu tambem na flôr da edade.

—

Antonio Augusto Soares de Passos, tambem mimosissimo poeta. Como os dois antecedentes, morreu tambem na primavera da vida.

—

Arnaldo Gama, romancista historico de grande merecimento. Os seus livros são muito estimados. Morreu quando tanto havia a esperar do seu formoso talento.

Ricardo Augusto Pereira Guimarães (vulgò, *Ricardo Guimarães)*— feito visconde de Benalcanfôr, em 14 de julho de 1870 — escriptor muito distincto, e que vive em Lisboa.

Ramalho Ortigão, o humoristico auctor dos folhetos denominados — *As Farpas.* — Obra de grande valia, lida e admirada por quantos presam os bons livros. E' uma vastissima collecção de folhetins, primorosamente escriptos, conservando uma graça puramente franceza, e que revelam muitos conhecimentos, e um estudo variadissimo.

—

Augusto Soromenho, tambem de uma grande intelligencia, e vastos conhecimentos em diversos ramos de litteratura, e bellas-artes.

—

Augusto Luzo da Silva—Pag. 441, col. 2.ª

—

Faustino Xavier de Novaes, que falleceu no Brasil. Era um poeta satyrico de uma graça inexcedivel — graça natural, pois que a sua educação litteraria havia sido bastante descurada. As suas satyras (todas em verso) denotavam grande conhecimento do viver da época actual; e, posto serem muito comparaveis ás de Nicolau Tolentino, são de maior merecimento, por não ser *poeta pedinchão;* visto que o Tolentino terminava quasi sempre por *chorar miserias* e pedir esmola.

Seu irmão, Miguel de Novaes, não fazendo fortuna no Porto, pelo seu officio de photographo, conseguiu ser empregado no consulado geral portuguez, do Rio de Janeiro, onde casou, em novembro de 1876, com a condessa de S. Mamede, viuva do conde do mesmo titulo.

—

D. Luiz Manoel Benedicto da Natividade de Castro Pamplona de Souza Holstein, almirante-mór do reino, e conde de Rézende, *de juro e herdade,* desde 19 de julho de 1866. Falleceu na flôr dos annos. Vide *Rézende.*

—

Roberto Guilherme Woodhouse — nasceu n'esta cidade, a 9 de setembro de 1828.

Era filho de um subdito britannico, de egual nome, e rico negociante; e de uma virtuosissima senhora portugueza, que lhe deu esmerada educação.

Foi um dos mais distinctos cidadãos do Porto, tanto pelas suas virtudes, como pela sua rara intelligencia.

Foi varias vezes condecorado com as medalhas das sociedades humanitarias, portugueza e ingleza, ganhas por actos de grande valor, na salvação de naufragos.

Tinha fôro de fidalgo cavalleiro da casa real, e era addido á embaixada portugueza, em Londres. Foi-lhe concedida a commenda de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa; porém recusou esta mercê.

Não querendo seguir a vida commercial, dedicou-se ás letras, para as quaes tinha grande aptidão e pronunciado gôsto. Cultivou com esmero as linguas vivas, e era optimo latinista. Amante decidido da litteratura, foi um estudante distincto; mas ainda foi mais distincto no estudo das sciencias naturaes e exactas, nas quaes se graduou, na universidade de Londres.

Tambem amou as bellas artes, e foi um dos melhores musicos do seu tempo, n'esta cidade, tocando com a maior perfeição varios instrumentos musicos, principalmente piano; era um bom compositor de musica, cujas composições ainda se tocam com grande honra do auctor, nas egrejas e salões aristocraticos.

Fez no seu gabinete profundos estudos theologicos, que o levaram ao convencimento de que a Religião Catholica era a unica verdadeira, e que mais convinha á dignidade do homem; pelo que abjurou o protestantismo, em que fôra educado, adoptando com a mais sincera convicção a Religião Catholica Apostolica Romana, na florente edade de 25 annos.

Sua mãe, que era fervente catholica, concorreu tambem para esta conversão; mas não encontrou grandes obstaculos, porque Woodhouse respeitára sempre em grau subido a religião materna, e até possuia um formoso crucifixo, que desde os seus verdes annos muito estimava.

Alguns annos depois da sua conversão, casou com a sr.ª D. Isabel Emilia, viscondessa de Balsemão, e irman do sr. visconde de S. João da Pesqueira.

Fundada a *Associação Catholica* d'esta cidade—para o que muito tinha concorrido, foi eleito seu primeiro presidente, em abril de 1872; sendo reeleito, em maio de 1873—e não o continuou a ser, porque teve de hir residir para Coimbra, para acompanhar seus filhos, que hiam cursar os estudos da universidade.

Foi substituido, em junho de 1874, pelo conde de Rézende (irmão do actual).

Em julho do mesmo anno, foi eleito, por unanimidade, presidente honorario da mesma Associação, e seu socio benemerito, em attenção aos serviços relevantissimos que havia prestado á Religião e á Associação Catholica.

Quando, em julho de 1872, se fundou o jornal catholico—*A Palavra*—foi, por unanimidade, eleito presidente do corpo gerente do jornal, cargo que exerceu até á eleição de 1874.

Foi um dos mais activos collaboradores da *Palavra*, na qual publicou primorosos artigos, até quasi á sua morte, apesar de uma diuturna e dolorosa enfermidade. Todos os seus artigos eram assignados por um simples *W*.

Publicou tambem varios opusculos religiosos e scientificos, que são lidos com geral prazer.

Teve uma verdadeira *morte de justo*, sem agonia, depois de receber os Sacramentos da Egreja, e a benção do S.S. Padre, Pio IX, em abril de 1876.

Deixou dois filhos—um d'elles, distinctissimo alumno da faculdade de mathematica, na universidade.

—

Francisco Lopes d'Azevedo Velho da Fonseca—1.º visconde d'Azevedo (feito em 19 de agosto de 1846) e 1.º conde do mesmo titulo, poucos dias antes da sua morte.

Nasceu em 21 de fevereiro de 1809, e falleceu, na sua casa de Santo Antonio do Penêdo, junto ao *Postigo do Sol*, d'esta cidade, polas 4 horas da tarde, de 25 de dezembro de 1876.

Era 29.º senhor donatario da villa e couto d'Azevedo, na provincia do Minho (vol. 1.º, pag. 291, col. 2.ª) Foi governador civil de Braga, em 1846; deputado ás côrtes em 1851; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e vice-presidente da Associação Catholica do Porto.

Filho de Antonio Martinho Velho da Fonseca de Barbosa, fidalgo da casa real e senhor da casa do Paço solar de Marrancos; e de sua mulher D. Maria Emilia de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, herdeira do senhorio de Azevedo, e das casas de Pouve, Paradella, Mazarefe, Castro e seus coutos e padroados. Pelo seu nascimento, o conde de Azevedo era das primeiras pessoas do reino a cuja fundação é anterior a familia de Azevedo.

Em 1828, tendo de edade 19 annos, foi procurador pela cidade de Braga aos Tres Estados, convocados em 1828, por ordem do Senhor D. Miguel, e durante a guerra civil foi nomeado coronel de voluntarios realistas. Depois recolheu-se á provincia do Minho, residindo ora em Braga, ora em Azevedo, afastado das lides politicas e entregue a estudos litterarios que muito presava.

Em 1845 porém, cooperou com o partido progressista, na campanha eleitoral, contra o ministerio, e em 1846, acceitou, no interesse da pacificação da provincia, o cargo de governador civil de Braga, adherindo ao movimento geral do reino, e acceitando com sinceridade e desinteresse as idéas liberaes então proclamadas. N'estas convicções firmes, porém moderadas, permaneceu sempre até á morte, sem exercer nenhumas funcções publicas senão as de deputado em 1851, e inteiramente dedicado ás letras.

Casára em 1827 com a sr.ª D. Maria José Carneiro da Gran Magriço, herdeira da muito nobre casa de Balazar, da qual não teve descendencia. A representação da familia do sr. conde d'Azevedo, passa á casa dos Falcões, de Braga, onde casou a irman d'elle, com Estevão Falcão Cotta Aranha e Menezes, fidalgo da casa real, já fallecido. A herança pertence por testamento á sr.ª D. Maria Candida Falcão, sobrinha do conde.

Tinha reunido uma preciosa livraria que deixou ao sr. conde de Samodães, e estava traduzindo o D. QUIXOTE, de Cervantes, de que se publicaram no Porto alguns fasciculos. Correm impressas prosas e poesias do conde de Azevedo, que honram o seu nome litterario.

Era homem de bem, no mais amplo sentido d'esta denominação, de espirito benevolo e recto, e de raros dotes pessoaes.

—

O conde de Azevedo era o representante primogenito dos legitimos Azevedos.

A villa d'Azevedo, na freguezia da Lama, já era solar d'esta familia, no reinado de D. Affonso Henriques, sendo então senhor d'elle, D. Pedro Mendes d'Azevedo, 23.º avô do conde.

O couto d'Azevedo compunha-se de toda a freguezia de S. Salvador da Lama, e de alguns logares e aldeias, da freguezia de Santa Eulalia de Oliveira (que lhe ficam ao N.) e de outras aldeias ao E., pertencentes á freguezia de S. Romão da Ucha. No civel e no crime, era juiz, o do antigo concelho do Prado, que tinha jurisdicção no couto; pois que o juiz privativo d'elle (couto) só tinha jurisdicção municipal, e sobre coimas.

Pertencia esta villa e seu couto, á comarca e provedoria de Vianna do Lima. Hoje pertence á comarca e concelho de Barcellos, arcebispado e districto de Braga.

Para o mais que pertence a esta familia, vide *Carrazêdo de Bouro*, *Fiscal*, *João de Rei (S.)*, *Lama*, *Oliveira (Santa Eulalia)* do concelho de Barcellos, *Tapada*, e *Ucha*.

—

Antonio Pinheiro Caldas.—Nasceu n'esta cidade, em 12 de novembro de 1824, e n'ella falleceu, a 15 de junho de 1877.

Principiou a sua vida com um optimo *atelier* de alfaiate de *fato feito è por medida*, e loja de pannos.

Passados annos, falliu. Fez *concordata* com os crédores, e tornou a estabelecer-se (na rua do Bispo) mas, d'esta vez, com um estanco, dos mais luxuosos da cidade.

Nasceu poeta, e posto que as suas composições tinham pouca originalidade, revelavam muito sentimentalismo e bastante correcção; e viu a 2.ª edição das suas obras.

No physico, era um homem sympathico, e vestia no ultimo apuro. No moral, era um bello caracter, de trato affavel, e por isso muito estimado de quantos o conheciam.

Deu-se um facto com Pinheiro Caldas, que deu muito que fallar... e que rir.

Em umas eleições municipaes, sahiu eleito vereador, por grande numero de votos.

É preciso notar que seu pae, homem abonado e bom, lhe tinha dado uma esmerada educação; que se apresentava com a polidez mais perfeita; que era recebido com distincção nas melhores casas; e que acompanhava com os principaes cavalheiros do Porto, que o tratavam com a maior intimidade.

A maior parte dos que com elle sahiram eleitos vereadores, eram pessoas sahidas das ultimas camadas da sociedade, que tinham passado os primeiros annos da sua vida, de pé descalço, e eram quasi analphabetos.

Mas tinham enriquecido no Brasil (sabe Deus por que meios!...) e achavam-se feitos conselheiros, commendadores, ou barões.

Já se vê que não deviam ter por collega um *alfaiate*—muito embora esse alfaiate valesse mais do que trez quartas partes dos seus collegas.

Opposeram-se pois, obstinadamente, á eleição do Caldas. Este pugnou, com optimos fundamentos, por ella; porém os outros, tanto chicanaram, que o biennio passou em tricas, e obstaculos, e Caldas não se chegou a sentar na cadeira da edilidade!

Egualdade e fraternidade republicana!...

—

Ha actualmente no Porto, além dos já nomeados, muitos individuos distinctos pela vastidão dos seus conhecimentos, nos differentes ramos de litteratura e bellas artes, que seria longo enumerar; mas que, apesar d'isso, teriam aqui honrosa menção, se eu tivesse alguns apontamentos biographicos a seu respeito; porém, como os não tenho, peço-lhes desculpa d'esta omissão involuntaria.

—

Na bella arte da pintura, florescem actualmente no Porto, varios individuos, distinguinde-se entre elles, os srs.—*Francisco José de Rézende*, lente de desenho, na academia das bellas artes;—*Pinto Costa* (que tambem é esculptor)—*José Correia*—*Pirralho*—e outros.

—

Como musicos, são distinctissimos, os srs. —*Francisco de Sá e Noronha*[1] —*Augusto Marques Pinto* —*Nicolau Medina Ribas*, e *Francisco Alves Rente*, insignes violinistas —*Antonio José de Paiva* (o *Paivinha)*[2] que toca a maior parte dos instrumentos de musica conhecidos, e todos com perfeição—*Hypolito Medina Ribas*, primo do antecedente, e irmão de Nicolau Medina Ribas—*Miguel Angelo*—*José Candido*—*Silvestre*, e *Canêdo*, regentes de capellas, etc.

É tambem digno de menção muito especial, o sr. *Arthur Napoleão*, que, na edade de sete annos, fez a sua estreia publica, no theatro de S. João, revelando-se como um portento no piano.

Foi para o Rio de Janeiro, onde casou com uma menina rica, sob a condição (imposta pelo pae d'ella) de Arthur nunca mais tocar no theatro.

Reside actualmente no Rio de Janeiro, onde tem uma magnifica loja de pianos e outros instrumentos de musica.

Tem vindo a Portugal algumas vezes, e ainda ha muito poucos dias esteve em Lisboa.

—

Maria Mantella.—Nasceu n'esta cidade, e, segundo consta de antigos documentos, teve, de um só parto, sete filhos, que todos foram padres, e cada um edificou sua egreja, e foram as seguintes:—*Santa Maria de Moreira* (concelho de Celorico de Basto)—*Santa Maria de Galvão* (cuja freguezia foi supprimida ha muitos annos)—*Villar de Perdizes* (concelho de Montalegre) —*Santa Leocadia* (concelho de Chaves)—*Santa Maria de Melres* (concelho de Gondomar)—*a do mosteiro*

[1] É natural de Guimarães, porém reside ha muitos annos no Porto.

[2] É natural de Braga, mas reside no Porto desde 1847. Foi regente da musica do regimento de infanteria do Minho (do Macdonell) que, depois da união com a junta, se denominou infanteria n.º 9.

de Dôso—e metade da egreja de *Santa Maria Maior*, da villa de Chaves.

N'esta egreja foram sepultados todos os sete irmãos, juntamente com sua mãe. Na lapide que cobria a sua sepultura, se lia esta singella inscripção:

AQUI JAZ MARIA MANTELLA,
COM SEUS FILHOS EM REDOR D'ELLA

—

S. Rozendo, que, no baptismo, tomou o nome de *Rodezindo*, nasceu na aldeia de *Sallos*, junto á cidade do Porto.

—

Antonio Marques de Carvalho — Falleceu a 28 de junho de 1877. Tinha loja de cambista, na rua das Flores.

Por testamento, feito a 20 do mesmo mez e anno, deixou os legados seguintes:

Á ordem terceira da S.S. Trindade, do Porto, 10:000$000 réis, em inscripções de assentamento, para fundo do hospital.

Á mesma ordem, para fundo do seu lyceu, 4 acções do banco de Portugal, do valor nominal, de 500$000 réis cada uma.

—

Arco das Verdades e das Mentiras

Na extremidade S. da rua de Traz-da-Sé, está (como já disse a pag. 410, col. 2.ª) a capella de *Nossa Senhora das Verdades*, com frente para mesma rua, tendo a parede do lado da Epistola, ao longo das escadas das Verdades.

Na esquina do muro da cêrca do Seminario, em frente da parede lateral da capella, está esta inscripção:

AQUI HAVIA UM ARCO MUITO
ARRUINADO, QUE MOSTRAVA
VESTIGIOS DA CIDADE ANTIGA.

Era o *arco das Verdades*, aberto nas primeiras muralhas da circumvalação, da cidade, feitas pelo bispo, D. Gonçalo Pereira, como fica dito a pag. 278, col. 1.ª, d'este volume.

O nome official d'este arco (em quanto existiu) era — *Arco de Nossa Senhora das Verdades*; porém o povo, dava-lhe o nome de *Arco das mentiras*; porque as casas proximas, que ainda existem nas escadas das Verdades, do lado do O., são um praso do proximo recolhimento do Ferro, em cujo archivo existe uma antiga escriptura, relativa ás ditas casas, dizendo que ellas eram sitas junto do *Arco das mentiras*.

Suppõe-se que se lhe mudou o nome primitivo, porque, sendo as casas das escadas, habitação de mulheres pobres, estas vinham para o *soalheiro* (as escadas são viradas ao E.) palestrear, e, como se costuma dizer — *enterrando vivos, e desenterrando mortos* — isto é — occupando-se em calumniar o proximo e murmurar das vidas alheias.

—

O homem salgado

Na viella do Cysne (que vae da Cancella-Velha ter ao cimo da rua do Laranjal, á esquina do palacio *Ferreirinha*, no largo da Trindade) appareceu, no dia 13 de março de 1825, um grande barril, fechado, exhalando muito mau cheiro. Duas meretrizes, das que já então costumavam habitar n'esta viella, foram as primeiras que na manhã d'esse dia viram o tal barril, e foram dar parte ao cabo de policia mais proximo, o qual veio com ellas, e, destapando o barril, n'elle acharam um homem, vestido, morto, e mettido em sal, com signaes evidentes de morte violenta.

Deu-se aviso á justiça, e o juiz do crime procedeu a auto de corpo de delicto, tirando-se o cadaver d'entre o sal, em completo estado de podridão e desfigurado. Vestia casaca, que parecia ter sido preta, tendo nos bolsos uma caixa de rapé, umas chaves pequenas em uma argola, e um lenço d'assoar. As calças eram de ganga amarella.

Dentro do sal, tambem se achou uma navalha e uma faca, ambas de ponta.

Entre a cabeça do cadaver e o tampo do barril, estavam alguns trapos, e entre elles, uma sacca de ter dinheiro, com capacidade para 200 moedas em prata, e com a firma S. & F.

Os peritos (cirurgiões) declararam que,

pelo estado de decomposição do cadaver, mostrava estar morto havia muito tempo.

Averiguou-se que este barril apparecêra em um armazem, da proxima rua do Laranjal, junto á *fonte do olho do...* propriedade (o armazem) de João Antonio Gomes de Castro[1] morador na praça das freiras de S. Bento; e que trazia de renda, Agostinho Luiz Ignacio.

Este armazem, tinha andado, por alguns annos, arrendado, ao rico negociante da praça do Porto, José Antonio d'Araujo e Silva, que n'elle tinha um deposito de vinhos e aguas-ardentes, e o tinha desoccupado em novembro de 1824.

Provou-se evidentemente, que, quando o Agostinho tomou conta do armazem, ainda lá achou uma pipa vasia, que comprou ao Silva, e um barril fechado, que este disse áquelle, pertencer a João Chrysostomo Ribeiro, que tinha sido seu caixeiro, e então se achava degredado por 10 annos, na Africa, pelo crime de ladrão; e que o barril continha presuntos, mas que, estando alli ha muito tempo, deviam estar podres, e que deitasse o barril fóra. Isto foi a 12—na vespera do apparecimento do barril na viella.

Agostinho, desejou ver se os presuntos ainda se poderiam aproveitar; e ajudado de sua mulher e uma creada, dá a primeira pancada no tampo do barril, e logo appareceram farrapos. e se desenvolveu um cheiro tão pestilente, que os trez fugiram.

Agostinho mandou parte do acontecido ao caixeiro do Silva, que respondeu que—deixasse estar o barril, que elle, de noite, com um gallego o viria buscar, para deitar fóra —o que fez; mas, como o gallego não podesse só com o barril, chamou outro, e, por ordem do caixeiro (que lhe disse — e não mentia!—que era *carne podre)* o foram pôr na viella do Cysne.

Este crime fez grande sensação na cidade, e foi immensa a reunião de povo, no armazem e no sitio onde o cadaver fôra achado; sendo preciso toda a cautella e energia da guarda real da policia, para que Silva—indigitado por todos como assassino — não fosse despedaçado pelo povo.

Como o cadaver estava completamente desfigurado, pelo sal e pela decomposição, ninguem o conheceu. Disse-se primeiro, que era um bahiano rico, e depois, um sujeito de Pernambuco, tambem rico, e das relações do Silva; depois, finalmente, um sobrinho do mesmo Silva; porém, o que corria com mais insistencia, é que era o cadaver do cambista, José de Freitas Guimarães, homem bastante rico, ao qual Silva devia—*em segredo e sem titulo*—grande quantia de dinheiro, e que havia desapparecido (o cambista) em 9 de julho de 1822, sem que mais ninguem o visse, nem d'elle mais noticia tivesse.

Esta opinião, que era a geral, estava justificada, por se ter visto entrar para casa de Silva, no ultimo dia que foi visto no Porto; pelo seu desapparecimento, n'esse mesmo dia; pela roupa; pela marca da sacca que appareceu no barril — S. & F. *(Salgado e Freitas)*[1] e, sobretudo, pela fuga de Silva, apenas soube que foi achado o cadaver.

[1] Pae do sr. José Joaquim Gomes de Castro, feito visconde de Castro (em duas vidas) a 23 de dezembro de 1848; e conde do mesmo titulo, em 30 de setembro de 1862.

[1] José de Freitas Guimarães (o assassinado) era socio de Manoel Vaz Salgado, no negocio de cambio. (Mal diria o Freitas, que o verdadeiro *salgado* era elle, e não o socio!) Este, sendo chamado a juizo, para depôr, disse que o seu socio sahira de casa no dia 9 de julho de 1822, *com uma sacca de dinheiro*, e que nunca mais apparecêra. Que a sacca tinha a marca do costume (a que se achava no barril) e que a ultima vez que n'esse dia fôra visto, no tal dia 9 de julho, foi na direcção do armazem, onde se achou o barril. Declarou que Freitas vestia n'esse dia, casaco de estamenha *brancacente*, colete de panno preto, calça de linho, branco, ceroulas compridas, chapeu redondo, relogio e cadeia amarella.

Mas, comprado por Silva, ou pelos amigos d'este (ou, mais provavelmente, para não dar conta do expolio, aos herdeiros do seu socio) declarou que, por indagações que tinha feito, e cartas que tinha recebido do Rio de Janeiro, *colligia* que elle andava para o Rio Grande do Sul.

Esta miseravel historia só prova que Salgado era tão bom como Silva. As taes *cartas do Brasil*, foram juntas aos autos (a fl. 101 e 102) mas, nem estavam reconhecidas,

O presumido reu, que era muito rico, *comprou* algumas testemunhas, cujo depoimento, de pouco lhe serviu.

Freitas fugiu para Lisboa, onde esteve escondido, até que, á força de dinheiro, obteve uma d'essas barbaras *cartas de seguro*, que subtrahiam o maior criminoso á acção da justiça. (Vide vol. 2.º, pag. 415, col. 2.ª, no principio.)

Foi, por fim, sentenceado a 10 annos de degredo para Moçambique, a 600$000 réis para despezas da relação e custas; mas, no *desempate*, ficou a condemnação reduzida a 5 annos de degredo para Angola, um conto de réis para os parentes do morto, 600$000 réis para despezas da relação e custas.

Silva tinha feito toda a diligencia para attribuir o crime ao seu ex-caixeiro, que se não podia defender, por estar cumprindo o degredo na Africa, e sempre conseguiu ser apenas julgado cumplice, porque aliás, a sua sentença, segundo as leis d'aquelle tempo, seria a pena de morte.

Ainda á força de dinheiro, conseguiu um *alvará de fiança*, em 17 de outubro de 1825, para solto, poder embargar a sentença; porém este alvará foi annullado e o reu preso na Junqueira (Belem) em 11 de novembro, á ordem do barão de Renduffe, intendente geral da policia.

Logo a 16, marchou para a relação do Porto, acompanhado por um escrivão e uma escolta de cavallaria da guarda real da policia, de Lisboa, tudo á custa do reu.

Esteve preso na relação, até ao fallecimento de D. João VI (10 de março de 1826.)

A politica muda. O barão de Renduffe, é demittido; D. Izabel Maria, é regente e os protectores do reu, obtiveram d'ella, um novo alvará de fiança, e sahindo da cadeia, tratou do *recurso de revista*; mas, vendo que, apezar de se fazer um acerrimo liberal, não póde conseguir a annullação da sentença (que, se peccava, era por excesso de humanidade) fugiu para Pariz.

Em 1834, finda a guerra civil, e certo da impunidade, apresentou-se em Portugal, leva para o supremo tribunal o recurso de revista, em cuja petição, se inculca uma victima da liberdade, chamando ao sr. D. Miguel I, *usurpador*, *monstro*, etc. (como se o rei tivesse alguma culpa de elle ser assassino e ladrão! —e, apezar de todas as sentenças contra o criminoso, serem dadas quando o sr. D. Miguel estava em Vienna d'Austria, sem a minima gerencia nos negocios de Portugal, e muito menos nos processos crimes, por assassinatos, roubos, etc.)

Foi tão evidente a protecção dada pelos nossos juizes, ao reu, que estando os autos, com outros muitos mais papeis, em Lamego, alli os mandaram buscar, e, desde então, tudo lhe correu ás *mil maravilhas*, obtendo o *accordam*, que termina assim:

«Portanto e o mais dos autos, annullam, *na conformidade do § 4.º, do artigo 4.º, do decreto de 19 de maio de 1832*, todo o processado, e mandam que, pela fórma em que está (porque é impossivel fazer agora outro exacto) se instaure de novo o feito, para o que se remetterão os presentes autos, ao juiz de direito do districto de Cedofeita, da cidade do Porto. Lisboa, 22 de dezembro de 1835—Visconde de Laborim—Aguiar—Paiva Pereira—Fui presente, Felgueiras.»

Annullado o processo, nunca mais se instaurou outro, e o criminoso morreu descançado na sua cama. Nada porem lucrou com o *negocio*, porque, álem dos grandes incommodos que soffreu, já em quanto andou homisiado e expatriado; já no tempo que esteve prêso—gastou em 7 annos e nove mezes que durou o processo, dez vezes mais dinheiro do que o que roubou á victima da sua criminosa ambição.

Assim terminou a historia do *homem salgado*, que tanto e por tanto tempo deu que fallar no Porto, e tornou celebre a torta, insignificante e immunda *viella do Cysne*.

nem tinham o carimbo do correio; pelo que, não provavam mais do que mais um crime de latrocinio, e de protecção criminosa ao reu, sobre o crime de assassinato e roubo. E, mesmo a carta que falla de Freitas, apenas diz que *informam* o signatario, que o Freitas andava navegando para o sul. A segunda carta, nada diz que se possa applicar á existencia real do Freitas, no Brasil.

Algumas familias nobres, residentes no Porto, em julho de 1877 [1]

1.º—*Cunhas Porto Carreiros* [2]—D. Garcia Affonso Porto Carreiro, [3] rico-homem, do tempo de D. Ordonho III de Leão, descendia dos mesmos reis de Leão. Confirma-o o privilegio que D. Ordonho III, concedeu á egreja de S. Thiago de Compostella, em 1028. [4]

Ainda chegou a viver, no reinado de D. Fernando, *o Magno*. [5]

[1] As titulares vão nas terras dos seus titulos; e, as de que já fiz mensão, não se repetem aqui. Faltam n'este artigo algumas familias de *sangue azul*, porque não me foi possivel obter a seu respeito, esclarecimentos satisfatorios. A alguns cavalheiros residentes no Porto, pedi esclarecimentos genealogicos sobre as suas familias, e não m'os deram. Já se vê que a ommissão não foi por minha culpa; mas, apezar d'isso, peço desculpa aos meus leitores.

[2] Os apontamentos genealogicos d'esta nobilissima familia, foram dados ao meu generoso colaborador, o sr. dr.—Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia, que teve a bondade de m'os remetter; mas, como alli ha cousas em que tenho minhas duvidas, copío textualmente, pondo as notas que me parecerem necessarias.

Tambem não escrevo *Portocarrero* (como está escripto nos apontamentos que deram ao sr. Abbade) porque não é palavra hespanhola, mas portugueza. Quando um membro d'esta familia passou para Castella, onde casou, e formou um outro ramo de Porto-Carreiros, é que *hespanholou* o appellido, escrevendo e pronunciando *Portocarrero.*

[3] Chamava-se sómente, D. Garcia Affonso. Se a terra de *Porto-Carreiro* foi dada ao filho, e elle tomou d'ella o appellido, como é costume na Peninsula, como podia o pae usar do nome da terra que nem conhecia?

[4] D. Ordonho III (filho de D. Ramiro II) reinou desde 950 até 955 da era christan. Foi um principe de grande valor e prudencia. Sujeitou os gallegos, que se haviam rebelado; entrou em Portugal, fazendo guerra aos mouros, e chegou até Lisboa, que occupou sem resistencia.

Mesmo que o tal 1028 seja a era de Cesar, vinha a ser o anno de J. C. 990, e então, quem reinava, era D. Bermudo II (*o gotoso*) filho de D. Ordonho IV, tendo havido entre elle e D. Ordonho III, nada menos de tres reis—D. Sancho I, D. Ordonho IV, e D. Ramiro III.

[5] Tenho outra duvida—D. Fernando III, (o que juntou em si as corôas de Castella e Leão, e que foi cognominado *o Magno*) principiou a reinar em Leão, no anno 1037 de J. C.—isto é—82 annos depois da morte de D. Ordonho III; pelo que me parece muito longa a vida de D. Garcia.

Casou, D. Garcia, com D. Estephania Mendes, senhora illustre, e foi seu filho

2.º—*D. Reymão Garcia Porto-Carreiro*—Acompanhou el-rei D. Affonso VI, de Castella, na tomada de Toledo, em 1085, e veio para Portugal, com o conde D. Henrique, que lhe deu a terra e concelho de Porto-Carreiro, onde estabeleceu a sua casa, solar dos *Porto-Carreiros,* [1] no logar chamado a *Torre*, onde, ainda em 1374, existia uma torre (que mais tarde foi demolida) na parochia de Santo André, de Villa-Bôa de Queires. [2]

Este D. Reymão, tomou parte em duas batalhas que contra os mouros deu D. Gonçalo Mendes da Maia—*o Lidador*—o que é confirmado por uma doação feita aos templarios em 1130.

Casou com D. Gontinha, filha de Nuno Paes, e não tiveram filhos varões, mas algumas filhas, sendo a primogenita

—

3.º—*D. Urraca Reymão Porto-Carreiro*—que herdou a casa de seus paes, no reinado de D. Affonso Henriques.

Casou com D. Henrique Fernandes Magro, filho de D. Fernando Affonso de Tolêdo, musárabe. (Um dos christãos que haviam ficado entre os mouros, quando se perdeu a Hespanha. Vide 5.º vol., pag. 434, col. 2.ª)

Entre outros filhos, tiveram

—

4.º—*D. João Henriques Porto-Carreiro*—que residiu na quinta do *Paço do Pombal*, na freguezia de Villa-Bôa de Queires, que então era do concelho de *Porto Carreiro.*

[1] O proprio texto nos convence de que D. Garcia não podia ter o appellido de *Porto-Carreiro*, visto que a terra d'este nome só foi dada a seu filho, depois de vir para Portugal, com o pae do nosso primeiro rei.

[2] A casa da Torre, ainda hoje é possuida pelos descendentes de D. Reymão Garcia de Porto-Carreiro. É caso raro em Portugal, a posse de uma propriedade, durante mais de sete seculos, na mesma familia.

Viveu nos reinados de D. Affonso Henriques, D. Sancho I, e D. Affonso II.

Casou com D. Mayor Viegas Coronel, filha de D. Egas Pires Coronel, e d'ella houve entre outros filhos—D. Pedro Annes Porto-Carreiro, que succedeu na casa de seus paes —D. Fernando Annes (*Fernandanes*, como então se dizia) Porto-Carreiro, que foi deão da Sé de Braga, e valido do rei D. Fernando, de Castella—e D. Lourenço Annes Porto Carreiro, do qual descenderam os marquezes de Villa-Real; os duques de Caminha; os condes de Tarouca; e os condes de Vianna, titulos hoje todos extinctos. (Vide 2.º vol., pag. 55, col. 1.ª e 2.ª—e pag. 57, col. 2.ª—Vide tambem 4.º vol., pag. 113, col. 1.ª)

—

5.º—*D. Pedro Annes Porto-Carreiro*—que succedeu a seus paes, na casa e quinta do Paço do Pombal, concelho de Porto Carreiro. Foi rico-homem, na côrte de D. Sancho II (*o Capêllo*) como se vê da doação que este rei fez, de Ayamonte, á ordem de S. Thiago, em 1240 [1]—e tambem serviu a D. Affonso III (*o Bolonhêz*) do qual foi reposteiro-mór, e o acompanhou, na conquista do Algarve.

Casou com D. Mayor Viegas, filha de D. Egas Viegas de Penagate, e de sua mulher, D. Sancha Mendes de Briteiros. Tiveram, álem de outros filhos

—

6.º—*D. Fernão Pires Porto-Carreiro*—que succedeu a seu pae, na quinta do Paço do Pombal. Viveu nos reinados de D. Affonso III e D. Diniz.

Casou com D. Mayor Martins, filha de Martim Viegas e de sua mulher, D. Mayor Martins de Gaia de Baguim.

Foram estes que deram o nome de *Gaia* a um logar, da freguezia de Villa-Bôa de Queires, onde moravam. (Vide *Gaia*—a 1.ª —no vol. 3.º, a pag. 245.º)

Segundo diz o conde D. Pedro, no seu *Nobiliario*, tiveram tres filhos, todos com o mesmo nome e o mesmo appellido—que foram—D. Martim Affonso Porto-Carreiro—D. Martim Fernão Porto-Carreiro—e outro D. Martim Fernão Porto-Carreiro.

O primeiro D. Martim Affonso Porto-Carreiro, passou á Hespanha, onde, pelo seu grande valor e eminentes qualidades, foi muito estimado e respeitado. É d'este que descendem—os condes de Montijo; Medelim; Puebla del Maestro; Palma; Monclava, e Montalvim—e os marquezes de Vila Nueva del Fresno; d'Alcalá; Alaméda, e Barca-Rota; e os duques da Ossuna—todos grandes de Hespanha; muitos dos quaes se appellidam ainda hoje, Porto-Carreros. Descende d'este D. Martim Affonso, a condessa de Teba, D. Eugenia, viuva de Luiz Napoleão, que foi imperador dos francezes. [1]

O segundo D. Martim, succedeu a seus paes; e o 3.º, casou com D. Ignez, filha de D. Ignez, filha de Fernão Martins da Teixeira, e teve successão.

É d'este D. Martim Fernão Porto-Carreiro, que descende por seu pae, o nosso esclarecido academico, illustrado parlamentar e escriptor publico, o sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. Tambem descendem d'este mesmo D. Martim, muitas familias nobilissimas de Portugal.

—

7.º—*D. Martim Fernão Porto-Carreiro*—filho 2.º de D. Fernão Pires, succedeu a seu pae, na quinta do Paço do Pombal, em Villa-Bôa de Queires. Viveu no tempo de D. Diniz—o *Lavrador*.

[1] Este Ayamonte, não é a cidade andaluza, que está sobre a margem esquerda do Guadiana, em frente da nossa villa de Castro-Marim; mas a fréguezia portugueza (alemtejana) hoje mais vulgarmente chamada *Vaiamonte*, no concelho e a 6 kilometros de Monforte. Vide 1.º vol., pag. 301, col. 2.º, no principio.

D. Sancho II, tomou esta terra aos mouros, no anno de 1240, dando-a logo a D. Payo Peres Correia, para a ordem de S. Thiago, de que era mestre, pelos grandes serviços que estes cavalleiros fizeram para o resgate de Portugal, do poder dos mouros.

[1] Por ser filha do conde de Montijo, é que a ex-imperatriz se appellida *Gusman de Porto-Carrero*. Os condes de Montijo, são os representantes do ramo primogenito dos Porto-Carreiros portuguezes, e na Hespanha é que alteraram o appellido para *Porto-Carrero*, como já disse.

Casou com D. Aldonça Vasques, filha de Vasco Martins da Granja, e de sua mulher, D. Sancha Gonçalves Peixoto, e foi seu filho

—

8.º *D. Gonçalo Martim Porto-Carreiro*—que succedeu na casa de seus paes, e viveu no reinado de D. Affonso IV.

Casou com D. Leonor Affonso, filha de D. João Affonso—filho bastardo do rei D. Diniz, senhor de Louzan, Arouca e outras terras.

Foi seu filho

—

9.º—*D. Vasco Martim Porto-Carreiro*—que herdou a casa de seus paes, e a quinta do Paço do Pombal. Viveu nos reinados de D. Pedro I e de seu filho, D. Fernando; acompanhando a este, quando foi tomar posse do reino de Galliza, em 1368, e quando ganharam Monte-Rey. [1]

Era vassallo do infante D. João, depois rei. (D. João I.)

Foi seu filho

—

10.º—*D. Martim Vaz Porto-Carreiro*—que succedeu a seus paes, na quinta do Paço do Pombal, e viveu no reinado de D. João I.

Foi seu filho

—

11.º—*Nuno Martim Porto-Carreiro*—que succedeu a seus paes, na quinta do Paço do Pombal, e por sua mulher, tornou a haver a quinta da Torre.

A casa da Torre, andava em outra linha da mesma familia—que era a primogenita—e d'essa linha descendia Gil Vasques da Cunha, alferes-mór de D. João I, e sogro de Nuno Martins. Foi assim que o solar dos Porto-Carreiros passou ao ramo segundo. Veio então tambem para o ramo segundo, álem da quinta da Torre, tudo o mais que o ramo primogenito tinha adquirido, que eram varias propriedades, no concelho de Porto-Carreiro, e o *paço de Monchique*, no Porto, que depois foi mosteiro de freiras franciscanas, e é hoje propriedade particular. (Vide 5.º vol., pag. 298, 1.ª—e 322, 2.ª—e n'este vol., pag. 297, 1.ª, e 407, 2.ª)

Viveu nos reinados de D. Affonso V, e D. João II.

Casou com *D. Maria da Cunha*, viuva de Fernão Martins Alcoforado, e filha de Gil Vasques da Cunha, alferes-mór de D. João I, e de sua mulher, D. Isabel Pereira, filha do prior do Crato, D. Alvaro Gonçalves Pereira, e irman do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Este Gil Vasques da Cunha, era senhor de Porto-Carreiro, Basto, Monte-Longo, Borba de Aguilhores, (Maia) Guilhofrei, Armamar, e outras muitas terras.

D. Maria da Cunha, herdára a grande casa de seus paes, por ter morrido sem succesão, seu sobrinho, Pedro da Cunha Coutinho.

O paço de Monchique, tinha sido fundado em 1575, por D. Pedro da Cunha e sua mulher, D. Beatriz de Vilhena, que alli viveram, bem como Gil Vasques da Cunha, pae de D. Maria. Depois, esta familia o transformou em mosteiro, e o deu ás freiras franciscanas, como fica dito no 5.º vol., pag. 298, col. 1.ª

Nuno Martins e D. Maria da Cunha, tiveram um filho, que se chamou, João da Cunha Porto-Carreiro, e cinco filhas. O filho morreu sem successão, herdando a casa, a filha mais velha.

—

12.ª—*D. Guiumar da Cunha Porto-Car-*

[1] Fernando I, disputou a coroa de Castella, a D. Henrique II (irmão e assassino de D. Pedro, o *Cruel*.) Algumas cidades do reino visinho, chegaram a reconhecer como seu rei, a D. Fernando, que se tinha alliado com o rei de Aragão, e com o rei mouro de Granada; mas perdendo as esperanças, que os fidalgos amigos de D. Pedro o Cruel, e (por conseguinte, inimigos do rei fratrecida) lhe tinham dado, de unir as duas corôas, fez as pazes com o rei de Castella, cujo tratado foi assignado em Evora, a 31 de março de 1369.

reiro—que ficou senhora das quintas da Torre e do Paço do Pombal, os mais antigos solares d'esta esclarecida familia.

Casou com D. João Osorio, [1] commendatario do mosteiro de Paço de Sousa, filho do conde de Trastámara, e marquez d'Astorga.

Não tiveram filhos varões; succedeu-lhe sua filha

—

13.ª—*D. Helena Osorio da Cunha Porto-Carreiro*—que possuiu as casas da Torre, Paço do Pombal, e mais senhorios de seus paes.

Casou com Alvaro Sanhudo, filho dos senhores da Silvan, junto a Coimbra, e tiveram, entre outros filhos—D. Guiumar (a successora) — D. Antonia da Cunha Sanhudo Osorio Porto Carreiro, e D. Isabel Cardim Sanhudo Osorio Porto-Carreiro, ambas freiras, no mosteiro de Santa Clara (franciscanas) d'Amarante.

> Este mosteiro foi fundado pela rainha Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, pelos annos de 1220; e reedificado e ampliado, em 1560, pelo conde do Redondo. Foi supprimido depois de 1834. (Vide vol. 1.º, pag. 190, col. 1.ª no principio.)

A estas duas freiras, coube, em partilha, a quinta do Paço, que venderam, em 1560, a Duarte Carneiro Rangel (ascendente dos viscondes de Beire — vide *Rézende*.) Veio pois a ser a herdeira do solar da Torre

—

14.ª—*D. Guiumar Osorio da Cunha Porto-Carreiro*—que casou com Jorge d'Oliveira Pinto, e tiveram—alem d'outros filhos—

—

15.º—*Manuel da Cunha Coutinho Porto-Carreiro*—que succedeu a seus paes na quinta e solar da Torre, e em todos os mais bens que a casa tinha no concelho de Porto Carreiro.

[1] Nos documentos d'esta casa, vê-se este individuo denominado primeiramente, *Osouro*, ou *Osoiro*, ou *Osores*, e depois, *Osorio*. Era commendatario secular (não era clerigo nem frade) do referido mosteiro.

Viveu em Melres (5.º vol., pag. 175, col. 2.ª—e este a pag. 121, col. 2.ª, no fim) onde casou com D. Antonia Ferraz d'Araujo e Azevedo, e de sua mulher, D. Justa Vieira. Tiveram, entre outros filhos

16.º—*Manuel da Cunha Osorio Porto-Carreiro*—que succedeu a seus paes, no solar da Torre e mais senhorios.

Viveu tambem em Melres, e casou com D. Maria Ferraz, filha de Paulo Ferraz Homem, e de sua mulher D. Veronica Pinto, da quinta de Valle-Bom, de Castellões, a qual lhe foi dada em dote, com outros bens. Entre outros filhos, tiveram

—

17.º—*Manoel da Cunha Coutinho Porto-Carreiro*—que succedeu a seus paes, no solar da Torre, e mais propriedades.

Casou, por procuração, a 29 de junho de 1683, na egreja de Melres, com D. Maria Luiza de Alarcão, filha de João Correia Coutinho e de sua mulher, D. Joanna Viegas de Alarcão, moradores em Tarouca, proximo a Lamego—e tiveram, entre outros filhos

—

18.º—*João da Cunha Coutinho Osorio Porto-Carreiro*—que succedeu na casa de seus paes.

Casou com D. Victoria Joanna Brandão da Cunha, filha de Antonio Brandão de Macêdo e Mello [1] e de sua mulher, D. Guiumar Pinto Brandão da Cunha, da villa de Melres.

Viveram no Porto, no seu palacio da Bandeirinha, ou *das Serêias*.

Tiveram, alem d'outros filhos—Manoel da Cunha Osorio Porto-Carreiro—Francisco da Cunha Osorio Porto-Carreiro—Antonio da Cunha Porto-Carreiro, que foi freire da ordem de Christo, e viveu no mosteiro de Thomar—e D. Anna Luiza de Alarcão Porto-Carreiro. Succedeu na casa

[1] Progenitor de José da Cunha Brandão de Macedo e Mello, penultimo abbade de Fermêdo, o qual teve duas irmans, a quem, com demandas injustas, e por falta de protecção, tiraram tudo quanto lhes pertencia, pelo que vieram a morrer na miseria. O abbade teve grande numero de filhos e filhas, alguns dos quaes ainda vivem, em Fermêdo, com descendencia.

19.º—*Manuel da Cunha Osorio Porto-Carreiro.*—Morreu afogado, no rio Douro, hindo de Melres para o Porto, e não deixou successão. Herdou a casa, seu irmão

—

20.º—*Francisco da Cunha Osorio Porto-Carreiro*—que falleceu tambem sem successão.

Conta-se que Francisco da Cunha, todas as vezes que olhava para o rio Douro, dizia—*Ah! rio, rio!—que a meu irmão mataste a sêde, e a mim a fome e o frio.*

Herdou a casa, sua irman

—

21.º—*D. Anna Luiza da Cunha Osorio d'Alarcão Porto-Carreiro*—nascida a 27 de novembro de 1746, e fallecida a 6 de maio de 1801.

Casou com Philippe Carneiro de Faria Pereira Manso, capitão-mór da villa de Ourem, e senhor das casas da Parreira e Sorieira.

Ficando viuva, passou a segundas nupcias, com o doutor, Francisco Luiz de Brito Araujo e Castro, fidalgo da casa real, e senhor da casa e solar de Casal-Soeiro, na villa dos Arcos-de-Valle-de-Vez, e dos seus morgados. D'esta familia, como sua propria, trata o marquez de Monte-Bello, nas notas ao *Nobiliario* do conde D. Pedro. Esta senhora, ficando, pela 2.ª vez viuva, em 1793, casou em 3.ª nupcias, com José Candido de Pina e Mello, que foi juiz dos orphãos, no Porto, e que era fidalgo da casa real e coronel de milicias da Maia; e d'este matrimonio não teve filhos.

Teve varios filhos, do segundo matrimonio, entre elles, João da Cunha Araujo Porto-Carreiro (successor), D. Victoria Manoel, herdeira de seu pae, e D. Jeronyma Delfina da Cunha Porto-Carreiro, que casou com o desembargador, João Bernardo Cardoso da Costa—irmão do insigne jurisconsulto, José Vicente Ferreira Cardoso da Costa.

Este desembargador, João Bernardo Cardoso da Costa, foi assassinado pelos francezes, quando invadiram a cidade do Porto, em 29 de março de 1809.

Do casamento d'este desembargador, com D. Jeronyma Delfina, houve varios filhos, entre elles—João Cardoso da Cunha Araujo e Castro Porto-Carreiro, que nasceu no Porto, a 20 de outubro de 1792, e morreu em Lisboa, a 13 de janeiro de 1864.

Foi feito 1.º visconde de Porto-Carreiro, em 18 de agosto de 1855. Foi par do reino, conselheiro do supremo tribunal de justiça; e ministro dos negocis ecclesiasticos e de justiça, desde 18 de abril a 26 de novembro de 1839.

Casou com sua prima co-irman, D. Hellena Cardoso Machado, administradora de differentes vinculos, e senhora de uma das primeiras casas da ilha de S. Miguel, nos Açôres.

Teve varios filhos—entre elles—João Cardoso da Cunha de Porto-Carreiro, par do reino, e 2.º visconde de Porto-Carreiro, feito em 10 de junho de 1867. (No decreto que lhe concede o titulo, dá-lhe o nome de João da Cunha Cardoso Osorio Ferraz Castro de Porto-Carreiro.)

22.º—*João da Cunha Araujo Porto-Carreiro*—filho primogenito de D. Anna Luiza da Cunha, e de seu segundo marido. Herdou a casa e solar da Torre e mais propriedades.

Casou em 3 de fevereiro de 1801, com D. Maria Rita de S. Payo (irman do 1.º visconde de Laborim) [1] da qual houve duas filhas—D. Maria do Carmo da Cunha Porto-Carreiro (successora)—e D. Maria Victoria da Cunha Porto-Carreiro.

João da Cunha, era fidalgo da casa real, 16.º senhor do solar da Torre, administrador do mórgado de Casal-Soeiro, e tenente coronel do 1.º regimento de infanteria do Porto (n.º 6.)

Nasceu a 22 de março de 1770, e foi as-

[1] O 1.º visconde de Laborim (pequena aldeia a 1 kil. ao sul de Villa Nova de Gaia) foi, José Joaquim Gerardo de Sampaio, feito no 1.º de outubro de 1815—O actual visconde de Laborim (2.º) é seu filho, o sr. José Joaquim Gerardo de Sampaio, feito em 22 de outubro de 1862.

sassinado pelo povo amotinado do Porto (a titulo de *jacobino*) junto ao *Padrão das Almas*, no dia 21 de março de 1809. (Vide 5.º vol., pag. 271, col. 2.ª)

—

D. Victoria Manoel, filha de D. Anna Luiza da Cunha, e de Francisco Luiz de Brito, foi a herdeira da casa de seu pae. Nasceu a 24 de dezembro de 1761, e falleceu a 17 de julho de 1817.

Tinha casado, a 8 de outubro de 1785, com Miguel Luiz da Silva d'Athaide, fidalgo da casa real, senhor da casa do Terreiro, de Leiria, donatario das barcas de Escaropim e Chamusca, e coronel de cavallaria.

Nasceram d'este casamento José da Silva Athaide, coronel das milicias de Leiria, que morreu na quinta da Parreira—D. Isabel de Athaide, e Luiz da Silva Athaide, successor da casa de seus paes—fidalgo da casa real, e coronel das milicias de Leiria. Nasceu a 28 de julho de 1786, e morreu a 20 de dezembro de 1823.

Casou a 15 de septembro de 1816, com D. Joaquina Rosa Quintella, nascida a 8 de novembro de 1793, e falleceu a 28 de julho de 1823. Era filha do 1.º barão de Quintella (pae do 1.º conde do Farrôbo.)

O pae instituiu um vinculo para ella, que passou aos successores.

Nasceram d'este casamento—Miguel Luiz da Silva Athaide, senhor da casa do Terreiro—que casou com D. Julia Pereira da Silva, filha de Joaquim Augusto Pereira da Silva (da casa dos Silvas da Fonseca (senhores da quinta da Gândara em Leiria, e de sua mulher, que é uma senhora, da familia Mascarenhas Neto. Teve um filho unico, que foi Luiz da Silva Athaide da Costa, bacharel formado em direito, senhor da casa do Ferreira; hoje casado e com filhos, que são:

Luiz da Silva Athaide—solteiro.

José da Silva Athaide, official de caçadores, solteiro.

Joaquim da Silva Athaide, que sentou praça em lanceiros, e falleceu.

João Carlos da Silva Athaide—que casou em Ourem, e teve uma filha, que é a sr.ª D. Maria Luiza da Silva Athaide. Casou com o sr. José de Faria e Pinho de Vasconcellos Soares d'Albergaria, 2.º barão do Salgueiro, feito em 17 de junho de 1869. Foi deputado, e secretario da camara dos deputados. Era filho do 1.º barão do Salgueiro, Manoel José de Pinho Soares d'Albergaria, que obteve o titulo, em 12 de dezembro de 1864.

A sr.ª D. Maria do Carmo da Silva Athaide (tambem irman de Miguel Luiz da Silva Athaide) é viuva de Joaquim Soares d'Albergaria, da ilha de S. Miguel (Açôres.)

É seu filho, Alfredo d'Athaide Soares de Albergaria, que no dia 16 de junho d'este anno de 1877, casou com a sr.ª D. Laura de Sousa Magalhães.

—

D. Isabel d'Athaide (filha de D. Victoria Manoel e de Miguel Luiz da Silva Athaide) casou com Francisco do Canto e Castro Mascarenhas Pacheco e Sampaio, fidalgo da casa real, senhor dos *morgados dos Cantos*, na Ilha Terceira, e do cargo de provedor-mór das armadas—Tiveram a José do Canto, que morreu solteiro.

O sr. Miguel do Canto e Castro, fidalgo da casa real, par do reino, ex-governador civil do Porto, é grão-commendador de São Mauricio e São Lazaro, que vive solteiro.

O sr. Francisco do Canto e Castro, que casou no Porto, com a sr.ª D. Adelaide Lobo, e não tem filhos.

A sr.ª D. Maria Luiza de Athaide do Canto, solteira.

23.º—*D. Maria do Carmo da Cunha*—(filha de João da Cunha Araujo Porto-Carreiro, e de D. Maria Rita de Sampaio) nasceu a 20 de septembro de 1805, e morreu a 10 de dezembro de 1827.

Casou, em 1822, com Antonio de Souza Pereira Coutinho de Moraes Sarmento, fidalgo da casa real, coronel de melicias, 10.º senhor de prestimonio de Villar de Perdizes, e dos morgados de Golfeiras, Borba e outros.

D'este casamento, só houve um filho (João da Cunha) que morreu no Campo-Grande (junto a Lisbôa) em 1834.

Herdou a casa, sua irman

—

24.º—*D. Maria Victoria da Cunha Araujo Porto Carreiro*—que foi a 19.ª senhora da casa e solar da Torre e dos mais bens de seu

pae. Era filha de João da Cunha Araujo Coutinho Porto-Carreiro e de D. Maria Rita de Sampaio.

Nasceu a 16 de agosto de 1809, e falleceu ha poucos annos.

Casou em 1835, com Gaspar Pinto de Magalhães Cardoso Pisarro, major do exercito, senhor da casa de Villar de Maçada, e sobrinho do célebre Rodrigo Pinto Pisarro, feito barão da Ribeira de Sabrosa, em 22 de septembro de 1835.

Teve os filhos seguintes:

O sr. João Pinto Pisarro, do qual adiante se trata.

A sr.ª D. Maria da Gloria Pinto Pisarro Porto-Carreiro, ainda solteira.

A sr.ª D. Maria Filomena Pinto Pisarro Porto-Carreiro, que casou na villa dos Arcos-de-Valle-de-Vez, com o sr. Gaspar d'Azevedo Araujo e Gama, fidalgo da casa real, bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra, e representante de seu avô, o visconde de S. Payo dos Arcos. Tem successão.

O sr. Gaspar Pinto de Magalhães Cardoso Pisarro Porto-Carreiro, ainda solteiro.

Tambem são d'esta familia:

Joaquim de Brito d'Araujo Coutinho, fidalgo da casa real, commendador de Aviz, e marechal de campo do exercito.

Nasceu a 8 de septembro de 1775, e morreu, no Rio de Janeiro, a 7 de outubro de 1821, no estado de solteiro.

Antonio d'Araujo Vasques da Cunha Porto Carreiro, fidalgo da casa real, 1.º barão do Pombalinho (feito em 8 de maio de 1837) major de cavallaria, governador militar de Santarem. Nasceu no Porto, a 20 de abril de 1783, e morreu em Santarem.

Tinha casado com D. Rita Marianna Freire, viuva de Manoel Nunes Freire da Rocha, 1.º barão d'Almeirim, feito em 23 de outubro de 1837.

O barão do Pombalinho não teve filhos, e deixou a sua casa ao enteado, o 2.º barão de Almeirim, o sr. Manoel Nunes Bráamcamp Freire, feito 2.º barão d'Almeirim, em 10 de outubro de 1860.

D. Maria Jeronyma da Cunha e Castro Araujo Ferraz e Brito, senhora da quinta do Paço, de Valle-Pédre, que herdou de sua mãe. Nasceu a 25 de outubro de 1779, e morreu a 4 d'abril de 1823.

Casou com Antonio Procópio de Pina e Mello Argolo de Queiroz, natural da Bahia, fidalgo da casa real, e da familia dos condes de *Passé* e de *Cujaiba*, no Brasil—Nasceu d'este casamento:

A sr.ª D. Anna, que casou com o sr. Francisco de Sousa Guedes da Gama, senhor da casa das Figueiras, no Minho, do qual teve diversos filhos que ainda estão solteiros.

A sr.ª D. Maria Mathilde, casada com José Pedro de Barbosa e Sousa Solano, já fallecido, que deixou successão.

D. Antonia Adelaide Vasques da Cunha Porto-Carreiro, que foi a 1.ª mulher do nosso esclarecido academico, o sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, fidalgo da casa real, do conselho de s. m., bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra; etc., etc. Vide *homens notaveis, naturaes do Porto.*

D'este consorcio nasceu a sr.ª D. Maria Adelaide Teixeira de Vasconcellos de Porto-Carreiro, que nasceu em 1836, na quinta de Coura. Casou com o sr. João Correia Pacheco Pereira de Magalhães, fidalgo da casa real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra, senhor das casas de Villa Nova e de Beire e por diversas vezes, administrador do concelho de Paredes. Tem varios filhos, sendo primogenito, o sr. Manoel Correia de Porto-Careiro Teixeira de Vasconcellos.

—

25.º—*João Pinto Pisarro da Cunha Porto-Carreiro*—20.º senhor do solar da Torre, fidalgo da casa real. Nasceu no seu *palacio das Sereias*, na Bandeirinha, da cidade do Porto, em 16 de maio de 1844.

Casou, na egreja matriz de S. Pedro de Miragaia, da mesma cidade, a 20 d'abril de 1868, com a sr.ª D. Emilia Candida Miranda Costa, filha do capitalista, Manuel Joaquim d'Araujo e de sua mulher, D. Emilia Herminia d'Araujo Costa, moradores no largo do Viriato, da freguezia de Miragaia.

D'este casamento ha já dois filhos e tres filhas.

Vivem no seu palacio das Sereias.

—

Correias, da Rua-Chan, representados pelo sr. Bernardo Pinto de Miranda Monte-Negro. [1]

Ao sahir da Rua Escura, para a Rua-Chan, e já n'esta ultima rua, com os numeros, de 15 a 21, está uma optima casa solarenga, com o brazão d'armas dos *Correias*, que é —em campo de púrpura, uma águia negra, tendo o corpo formado por um escudo, tambem de púrpura, com um tecido de correias d'ouro. [2]

É um dos bons edificios antigos do Porto, e restaurado pelos actuaes possuidores. No seu interior, se admiram quatro salas, pelos magnificos tectos, primorosamente esculpidos, e a obra de talha mais notavel da cidade.

É o solar dos Correias, uma das mais antigas familias d'este reino, pois que, D. Soeiro Paes Correia, foi o primeiro que tomou o appellido de *Correïa*, em memoria do facto seguinte:

Estando com a sua gente, cercado pelos mouros, em 1181, na villa de Monte-Mór-Velho—tiveram tão grande falta de mantimentos (por estarem desprevenidos) que se sustentaram alguns dias, com *correias* de couro crú, dos arreios dos seus cavallos.

Era senhor da casa de Farelães, d'onde procedem os senhores viscondes de Asseca.

Casou com D. Urraca Alvares, da qual teve:

—

1.° Paio Soares Correia, que casou com D. Gontinha, filha de D. Godinho Fafes, e teve:

—

2.° Pedro Paes Correia, que succedeu a seu pae, na casa de Farelães, e casou com sua prima, D. Dordia Pires d'Aguiar—viveu nos reinados de D. Sancho I e D. Affonso II—e teve:

—

3.° Gomes Correia, que viveu no tempo de D. Sancho II, D. Affonso III, e D. Diniz. Casou com D. Maria Annes, filha de D. João Pires Redondo, e de sua mulher, D. Gontinha; a qual, sendo já viuva, no anno de 1297, fez doação, a seu primo, D. Sancho, bispo do Porto, do padroado da egreja de Campanhan (*Catalogo dos bispos do Porto*, pag. 107.)

Foi seu filho e herdeiro

—

4.° Vasco Correia, que foi alcaide-mór de Abrantes, no tempo de D. Affonso IV.

Casou com D. Leonor Mendes de Oliveira, filha de Mem Pires d'Oliveira, senhor do morgado de Oliveira. Teve:

—

5.° Affonso Vasques Correia, ao qual D. Pedro I confirmou a alcaidaria-mór d'Abrantes. [1] O rei D. Fernando lhe deu o senhorio de Gondomar, junto ao Porto, em 1380. D. João I confirmou esta doação, em 1388.

Casou com D. Thereza Martins, filha de Martim Annes de Porto-Carreiro, e 2.ª vez, com D. Beringella, (ou Berengaria) Pereira, filha de Ruy Pereira, *o Bravo*.—Teve:

—

6.° Alvaro Affonso Correia, que foi sepultado na egreja parochial de Santa Marinha, de Villa Nova de Gaia.

Foi sua filha e herdeira:

—

7.° D. Isabel Affonso Correia, que casou com Gonçalo Annes d'Azevedo, o qual viveu nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V.—Teve por filha e herdeira:

—

8.° D. Ignez Correia d'Azevedo, que casou com Affonso Thomé Monteiro, fidalgo da

[1] Vide vol. 1.°, pag. 404, col. 2.ª — *Bôa-Vista*.

[2] Consta que foi n'esta casa que se hospedou D. Pedro I, quando veio ao Porto e quiz chicotar o bispo D. Egidio, em 1360 (pag. 290, 1.ª)—e quando prendeu o bispo D. Pedro Affonso, por ter excommungado o pae—D. Affonso IV—(pag. 392, 1.ª, fim.) Era então esta casa, de Vasco Correia, alcaide-mór d'Abrantes.

[1] Os Correias conservaram a alcaidaria-mór d'Abrantes, até ao reinado de D. João V, que deu esta villa, *de juro e herdade*, a D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, que já era alcaide-mór d'Abrantes. Este D. Rodrigo Annes, é o progenitor da nobilissima familia dos marquezes de Abrantes. (Vide o 1.° vol., pag. 16, col. 2.ª)

casa real, juiz ordinario e provedor dos hospitaes, feito pelo rei D. Manoel.

Foi D. Ignez e este seu marido, que vincularam esta casa da Rua-Chan (então chamada *Rua Chan das Eiras*) em 28 de março de 1528.

Foram tambem estes que construiram um carneiro, para si e seus herdeiros, no altar de Nossa Senhora da Silva, na egreja da Sé, d'esta cidade, instituindo uma capella (de missas) pelas suas almas e pelas dos seus ascendentes. (Vide pag. 476, col. 1.ª) Foi seu filho:

—

9.º Vicente Correia, fidalgo da casa real, que casou com D. Maria Paes, d'Orgens. Viveu no tempo dos reis, D. Manuel e D. João III.—Foi seu filho:

—

10.º Miguel Correia Pinto Monte-Negro, fidalgo da casa real. Vinculou a sua quinta das *Sete-Cepellas*, na fregaezia de Val-Bom, em frente de Avintes (vide *Sete-Capellas*) em 12 de outubro de 1554.

Casou com D. Veronica Pinto, filha de Diogo Dias Camêllo, e de sua mulher, D. Isabel Pinto, da casa de Balde.—Tiveram: [1]

—

11.º Paulo Correia Pinto Monte-Negro, fidalgo da casa real. Casou com D. Guiumar Vieira, da casa do Ribeiro, e tiveram:

—

12.º Pedro Correia Vieira Monte-Negro, fidalgo da casa real. Casou com sua prima, D. Guiumar da Fonseca, da casa de Ambões. —Tiveram:

—

13.º Paulo Correia da Fonseca Monte-Negro, fidalgo da casa real. Casou com D. Isabel de Barros Carneiro, irman do chanceller-mór do reino, o doutor, João Carneiro de Moraes, que instituiu o morgado de Santo Ovidio, na freguezia de Cedofeita, d'esta cidade do Porto—que é a a actual casa e quinta da sr.ª condessa de Rezende—Foi seu filho (de Paulo Correia e mulher)

—

14.º Pedro Correia d'Azevedo Monte-Negro, fidalgo da casa real. Casou com sua prima, D. Catharina Josepha Pinto d'Azevedo, herdeira da casa de seu pae, Fraucisco Correia Pinto d'Azevedo.—Tiveram:

—

15.º Paulo Correia Pinto d'Azevedo Monte-Negro, fidalgo da casa real. Casou com D. Antonia Vieira de Vasconcellos, filha de Domingos Vieira da Motta, e de sua mulher, D. Antonia d'Araujo Barrêto, da casa da Quintan, na freguezia de Soalhães. Tiveram:

—

16.º Pedro Correia Pinto d'Azevedo Monte-Negro, fidalgo da casa real. Morreu solteiro, sem descendencia. Herdou a casa, seu irmão:

—

17.º José Correia Pinto d'Azevedo Monte-Negro, fidalgo da casa real, e o ultimo representante, por varonia, d'esta familia, pois tambem morreu solteiro, sem descendencia legitima.

O vinculo passou para Martinho José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro da casa da Bôa-Vista, solar dos Montes-Negros, do Castello de Paiva. (1.º vol., pag. 404, col. 2.ª—*Bôa-Vista.*)

Os prazos e mais propriedades d'esta casa (fóra o vinculo) passaram para seu primo, pela parte materna, (de José Correia Pinto) Antonio de Vasconcellos, da casa da Quintan, de Soalhães.

—

18.º Martinho José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, fidalgo da casa real, senhor da grande casa vinculada, da Bôa-Vista, junto á villa de Sobrado, concelho do Castello de Paiva.

Era neto de Martinho José Pinto da Silva de Miranda, fidalgo da casa real, como consta do seu *filhamento*, de 18 de novembro de 1739—e de sua mulher, D. Isabel Clara de

[1] Alem de Paulo Correia, primogenito, e herdeiro, tiveram—Jorge Correia Pinto Monte-Negro, cavalleiro de Malta, e commendador de Barrô—Gonçalo Correia Pinto, que morreu na India—e a Vicente e a Salvador Correia Pinto, que ambos ficaram prisioneiros, na batalha de Alcacer-Quibir, e morreram no captiveiro em Africa.

A commenda de Barrô: passou depois para os Azevedos, descendentes da mesma familia. (Vol. 1.º, pag. 341, col. 2.ª)

Menezes Sotto-Maior Monte-Negro, filha de Bento Pereira de Sotto-Maior e Menezes, da casa da Barbeita, e sobrinha de Antonio Correia Monte-Negro, bailio de Leça, senhor de um magnifico palacio, na ilha de Malta, e embaixador de Portugal, em Roma.

Pertenceram aos descendentes d'esta senhora (D. Isabel Clara)—por acabarem os successores directos—os vinculos do *Paço d'Alvarenga—de Villa Nova de Tuhias das Sete Capellas=da Fervença* (em Sinfães)—e finalmente, este da *Rua Chan.*

O referido Martinho José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, era filho de Bernardo José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro (filho do referido Martinho José Pinto da Silva Miranda)—e foi seu filho:

—

19.º Bernardo José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, fidalgo da casa real, como consta do seu *filhamento*, de 8 de maio de 1762.

Casou com D. Antonia Mathilde Ribeiro Pereira de Bulhões, herdeira da antiga casa dos Serrados, e do vinculo de Cabeção, e de toda a casa de seu pae, Caetano Manoel Pereira de Bulhões, com a condição de todos os seus herdeiros, se assignarem Ribeiros de Bulhões.

Condição que foi *esquecida*, pois que nenhum dos seus descendentes se assignou Ribeiro de Bulhões (nem ao menos seu filho primogenito!)

Estes Bulhões procedem do mesmo tronco de que descende o nosso popularissimo Santo Antonio de *Lisboa*, cuja familia residiu proximo á villa de Sobrado de Paiva, em umas casas de que ainda ha tenues vestigios. (Vide *Sobrado de Paiva.*)

A quinta da Bôa-Vista, solar d'estes Montes-Negros, é logo á sahida da villa do Sobrado—e a casa de Real, solar dos Pintos, fica a 2 kilometros ao O. de Sobrado.

De Bernardo José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, e de sua mulher, D. Antonia Mathilde Ribeiro Pereira de Bulhões, nasceu:

—

20.º Martinho José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, fidalgo da casa real, como consta do seu *filhamento*, de 8 de agosto de 1782. Éra bacharel em direito—irmão de Caetano Pinto de Miranda Monte-Negro, governador da provincia do Pará (Brazil) do conselho da fazenda, de *capa e espada*, por carta régia, de 25 de janeiro de 1805. Foi, depois, ministro do sr. D. Pedro I, do Brazil, senador, e marquez da Praia-Grande. Hoje os seus descendentes, são condes da Praia-Grande. [1]

Martinho José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, casou com D. Marianna Pamplona Barrêto Tovar e Menezes, da casa de Santo Ovidio, do Porto, irman do tenente-general Pamplona (visconde de Beire) pae da actual senhora condessa de Rézende e viscondessa de Beire—de D. Juliana Pamplona, que casou, em Lisboa, com Geraldo José Braamcamp (ambos já fallecidos)—e de D. Emilia Maria Pamplona de Souza Holstein, casada com Sebastião de Castro Lemos Magalhães e Menezes (ambos tambem já fallecidos) e paes da actual sr.ª condessa da Ribeira-Grande, e de seus irmãos.

O visconde de Beire foi casado com D. Maria Helena de Sousa Holstein, irman do fallecido duque de Palmella, e tia dos actuaes duques de Palmella, marquezes de Sousa Holstein, e marquezes de Monfalim.

21.º Martinho José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, e sua mulher, D. Marianna Pamplona, tiveram dois filhos—D.

[1] Não se confunda com os viscondes da Praia-Grande, de Macau. Os do texto, são Mirandas Montes-Negros, do Brasil—e os viscondes, são outra familia e titulo portuguez. O actual visconde da Praia Grande, de Macau, é o sr. Isidoro Francisco Guimarães, que obteve o titulo em 10 de dezembro de 1862.

Maria Christina Pamplona, que morreu solteira, e—

—

22.º Bernardo José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, fidalgo da casa real, com exercicio no paço, por alvará de 21 de março de 1846. Foi cadete de cavallaria, e coronel de milicias. Serviu o partido liberal, durante o cêrco do Porto (1832 a 1834.)—Foi 12.º padroeiro da egreja de Real, e 10.º da de Lazarim—ambas no bispado de Lamego.

É o actual proprietario (e 11.º mórgado) da casa vinculada da Rua-Chan—e administrador dos outros seguintes morgados—9.º administrador do da quinta das Sete-Capellas, em Val-Bom—8.º, do da quinta da Fervença, junto á egreja de Sinfães; instituido pelo doutor, Miguel de Vasconcellos de Mello, em 11 de julho de 1613—8.º do de Tuhias; instituido pelo reverendo Belchior de Góes, em 20 de junho de 1644—6.º, do do Paço d'Alvarenga, instituido pelo capitão-mór d'Alvarenga e Cabril, Francisco Pereira de Vasconcellos, em 17 de agosto de 1648—7.º do de Santa Cruz; instituido por Jeronymo de Carvalho Coutinho, em 6 de junho de 1649—5.º, do de Vegide (em Paiva) instituido por Heitor Pinto de Miranda, em 27 de janeiro de 1700.

É tambem actual senhor da grande e bella quinta da Bôa-Vista, da freguezia de Santa Maria de Sobrado de Paiva, junto á villa Sobrado, da qual já fallei, no 1.º vol., pag. 404, col. 2.ª—Aqui accrescento mais—Esta quinta é uma das maiores e mais bonitas, da porção da Beira-Alta, que actualmente faz parte da provincia do Douro. Tem casas nobres, de grande amplidão, com uma bôa e bem ornada capella, da invocação de Santo Antonio; optimos celleiros, grandes adegas, excellentes lagares de pedra (mandado fazer pelo actual possuidor) e vastas cavallariças.

O portão que dá entrada para o vasto pateo que precede o edificio, é de grandes dimensões, e elegante architectura, tendo no timpano o brazão d'armas dos Monte-Negros, de que esta casa é solar, combinado com o de outras familias de que os actuaes descendem—e vem a ser—escudo esquartellado—no 1.º quartel, as armas dos Pintos (em campo de prata, 5 crescentes de púrpura, em aspa)—no 2.º, as dos Vasconcellos (em campo négro, 3 faxas, veiradas e contraveiradas de púrpura; e prata)—no 3.º as dos Mirandas; e no 4.º as dos Monte-Negros, como já ficam descriptas no 1.º vol. pag. 404, col. 2.ª—O timbre, é o dos Pintos—um leopardo, armado de púrpura, com um crescente na espádua.

—

Sobre a margem da estrada que passa em frente do referido portão, está um monumento antiquissimo, que o povo, guiado pela tradição, diz ser da época do do *Marmoiral*, e do de Santo Antonio do *Burgo*, e que foram feitos pelo mesmo tempo, para n'elles descançarem os restos mortaes da rainha Santa Mafalda (filha de D. Sancho I) quando veio de Castella, sepultar-se na egreja do real mosteiro d'Arouca. Esta tradicção já fica desmentida, no logar competente.

De mais a mais, sobre a *tampa* que cobre o logar onde devia existir a arca tumular de pedra, se vê grosseiramente esculpida uma espada, e umas garatujas que se assemelham a uma craz de Malta. Quanto a mim, é a sepultura de algum cavalleiro d'esta ordem, (ou do *mosteiro* do Crato, ou do de Leça do Báilio) pertencente a esta familia, e que se mandasse sepultar aqui.

Quando o sr. Bernardo Pinto fez varias obras n'este sitio, removeu este monumento para o logar onde hoje se vé; mas conservou-lhe cuidadosamente a sua antiga fórma, e todas as suas peças.

—

Esta quinta, já em 1793 rendia 1:400$000 réis; porém hoje, com os importantissimos augmentos, feitos pelo sr. Bernardo Pinto, deve render muito mais.

Esta quinta, com as de Vegide, Gondim, e Santa Cruz das Serradas, que todas teem capellas [1] a da Mouta e outras mais, hoje

[1] A capella de Vigide, de fórma circular, e de abobada, é um templosinho antiquissimo. O povo diz que foi mesquita de mouros, porém a sua construcção e esculpturas são obra evidentemente romana; pois todos sa-

alodiaes, que estão annexas á Bôa-Vista, occupam actualmente, mais de metade do terreno da freguezia de Sobrado da Paiva; e alem d'isto, ainda muitos lavradores da freguezia, são foreiros á casa da Bôa-Vista.

Na quinta ha frondosas arvores, de fructo e silvestres, sendo notavel um gigantesco carvalho, que, segundo as memorias da casa, tem mais de 500 annos.

Gosava esta quinta grandes privilegios, concedidos pelos Summos Pontifices e pelos reis de Portugal, e entre os membros d'esta antiga e esclarecida familia, se contam muitos cavalleiros de Malta; governadores e generaes, nas provincias do continente e ultramar; embaixadores em differentes côrtes estrangeiras; e alguns bispos.

—

Além da casa da Rua-Chan, e d'esta da Boa-Vista, possue o sr. Bernardo Pinto outras muitas e valiosas casas, com muitas rendas annexas, sendo as principaes, as do —Paço, d'Alvarenga; Sete-Capellas, em Val-Bom; Villa Nova de Tuhias; Real; Fervença, em Sinfães; etc., etc.

O sr. Bernardo José Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, é casado com a sr.ª D. Anna Angelina Soaras, uma dama virtuosissima, muito mais nobre pelas suas obras, do que pelos seus pergaminhos; pois é um modelo das verdadeiras donas de casa, como hoje se vêem raramente; exemplarissima não só na educação de seus filhos, como nos continuados actos de verdadeira caridade christã que pratica. Sem orgulho, tão accessivel ao rico como ao pobre; ao fidalgo como ao plebeu, possue a estima, o respeito e o amor de quantos teem a ventura de lhe serem apresentados ou recommendados. Verdadeira dona portugueza, tão austera para comsigo, nos seus deveres de esposa, de mãe, e de administradora de casa opulenta, como fervorosa e sincera catholica, não ha desgraça que não remedeie; miseria que não soccorra; tribulação que não allivie.

Deus lhe tem premiado na terra as suas virtudes, vendo o fructo da sua maternal sollicitudo, na esmerada educação de seus filhos, que a adoram, e que são geralmente estimados pelas suas bellas qualidades.

São seus filhos, os trez seguintes cavalheiros:

1.º O sr. Albino Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra e administrador do concelho de Gaia. É casado com a sr.ª D. Julia de Sousa e Barros, dama tambem de esmeradissima educação e grandes virtudes; filha do sr. Ignacio José de Barros Leitão Carvalhosa (irmão do sr. visconde de Santarem) e da sr.ª D. Carlota Wanzeller, da nobre e virtuosa familia d'este appellido. Vive na quinta das Sete-Capellas, freguezia de Val-Bom, suburbios do Porto.

2.º O sr. Martinho Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro. Casou com a sr.ª D. Brites d'Arrochella Vieira d'Almeida, senhora, a todos os respeitos tão digna, como sua sogra e cunhada. É filha do par do reino, o sr. Nicolau da Arrochella Vieira de Almeida, feito conde da Arrochella (1.º) em 10 de novembro de 1852.

O sr. Martinho Pinto, tem o curso dos lyceus, e o superior d'agricultura.

3.º O sr. Pedro Augusto Pinto de Vasconcellos de Miranda Monte-Negro, que tambem tem o curso dos lyceus e o da escola do exercito. É tenente do exercito, e ajudante de campo do general, commandante da 3.ª divisão militar.

O sr. Bernardo Pinto, tem ainda um filho natural — o sr. Augusto Pinto de Miranda Monte-Negro, coronel do estado-maior de engenharia, distinctissimo official do exercito, um dos nossos melhores engenheiros,

bem que os árabes não usavam nos seus templos esculpturas representando entes da especie humana, e a cimalha d'esta capella está ornada de medalhões, com bustos de guerreiros romanos.

Talvez que depois os mouros a transformassem em mesquita; mas, se assim foi, conservaram-lhe a fórma e as esculpturas primittivas.

É porém certo que os mouros occuparam por muitos annos estes sitios, porque ainda existem por aqui muitos vestigios da sua residencia diuturna; sobre tudo no monte de *Corvíte*, onde ainda existem algumas sepulturas, de um *almocabar*. (Vide, vol. 1.º, pag. 151, col. 1.ª—e vol. 2.º, pag. 407, col. 2.ª)

e um perfeito cavalheiro. Foi o constructor do grande tunnell para o caminho de ferro do Norte, em Villa-Nova de Gaia. (Vide vol. 3.º, pag. 253, col. 1.ª e 2.ª—e este vol., a pag. 483, 2.ª)

O sr. Augusto, tinha ainda outro irmão (filho do mesmo pae e da mesma mãe) chamado Luiz Augusto Pinto de Miranda Monte-Negro, que morreu adolescente; mas que já promettia ser um digno filho de tal pae — isto é—um completo homem de bem.

Para os outros troncos d'onde procede esta familia, vide *Real, Sete-Capellas, Sinfães* e *Tuhias.*

—

Homens Carneiros de Vasconcellos

(Casa de Atães)

Por falta de informações competentes, deixei de completar o que respeita á familia de S. João Novo, e Campo-Bello, no artigo *Nicolau* (S.) 6.º vol., pag. 86, col. 1.ª, e pag. 89, col. 2.ª — Aqui concluo, em rapida descripção o mais que se desejar saber, principalmente pelo que respeita aos Homens Carneiros de Vasconcellos, da quinta de Atães.

—

Alvaro Leite Pereira de Mello e Alvim, foi tambem herdeiro da casa de Atães, cuja familia e casa representa.

O vinculo, porém, d'esta familia (dos Homens Carneiros de Vasconcellos) passou para a casa e familia da *Calçada,* na villa de Provezende, como vou mostrar.

1.º—Nuno Homem.

2.º—José Nunes Homem, casado com D. Brites Mafalda.

3.º—Gonçalo Annes Homem, alcaide-mór de Vizeu.

4.º—Nuno Gonçalves Homem, alcaide-mór do castello de Trancoso, por mercê de D. Fernando, em 1397 (livro 1.º da chancellaria do mesmo rei, fl. 2 verso).

5.º—Fernando Nunes Homem.

6.º—Rodrigo Homem ou Rodrigo Fernandes Homem, commendador do casal, fidalgo da casa do infante D. Henrique. Foi um dos que assistiu ás côrtes de Coimbra, em que foi acclamado D. João I (livro 2.º da chancellaria do mesmo rei). Casou com D. Maria Borges, filha de Diogo de Mesquita Moutinho e de D. Ignez Borges.

7.º—Henrique (a Sedatura Lusitana, de Christovão Alão, diz *Diogo)* Homem Carneiro. Casou com D. Ignez de Azevedo, filha de Pedro Eannes, chanceller da correição de Entre-Douro e Minho.

8.º—Diogo Homem. Viveu na rua Nova (dos Inglezes) no Porto, por os annos de 1520. Foi casado com D. Isabel Carneiro, filha de Gil Carneiro e de sua mulher Leonor Eannes.

9.º—Henrique Homem Carneiro, fidalgo da casa real, procurador em côrtes, pelo Porto, e expressamente chamado, por carta do cardeal rei, na menoridade de D. Sebastião, em 6 de junho de 1565. Casou com D. Ignez Henriques, mas segundo Christovão Alão, foi com D. Brites da Costa, filha de Simão Vaz e sua mulher Helena da Costa, avós do grande bispo de Ugento, Agostinho Barbosa.

10.º—Pedro Homem Carneiro, instituidor do vinculo de Mousellos e de Villa-Verde, freguezia de Lourosa, conhecido impropriamente pelo nome de vinculo de Atães, pela residencia de seus administradores n'esta casa; o qual instituiu em 1662. Casou com D. Violante Alvellos, sem geração, e succedeu-lhe seu irmão, Diogo Homem Carneiro, fidalgo da casa real, provedor de artilheria, na jornada de Africa, em 1578, com D. Sebastião, onde ficou prisioneiro e captivo, e se resgatou á sua custa. Foi capitão de infanteria e depois capitão de mar e guerra, e cavalleiro do habito de Christo. Casou com D. Anna de Calvos, filha de Francisco (ou Lourenço Francisco) Vieira da Silva, fidalgo da casa real, e de D. Isabel de Calvos, da casa de Calvos e Cardozos, senhores da Honra de Veba.

11.º—Henrique Homem Carneiro, fidalgo da casa real. Casou com D. Maria Pereira de Vasconcellos, filha e herdeira de Antonio Pereira de Vasconcellos, fidalgo da casa real, neta de D. Maria Pereira de Vasconcellos e de Diogo Leite do Amaral, fidalgo da casa real e commendador de S. Pedro das Aguias;

bisneta de Jacome Rodrigues de Vasconcellos, senhor do couto de Sinfães e Alvarenga.

12.º—Diogo Homem Carneiro, solteiro e sem descendentes. Succedeu-lhe seu irmão Francisco Pereira de Vasconcellos, casado com D. Luiza Maria de Sousa Galhardo, filha e herdeira de Ignacio de Sousa e de D. Ursula Cortez, neta de Gaspar Gonçalves, do Porto: o qual serviu á sua custa, na armada do general D. Jorge de Menezes, em tempo d'el-rei D. João III, hindo soccorrer Marzagão, em 1562, com uma nau e soldados á sua custa, pelo que Ruy de Sousa de Carvalho, alli o armou cavalleiro, dizendo-lhe n'aquelle acto, que «bem o merecia pela despeza de sua fazenda e risco de sua vida».

13.º—Diogo Pereira de Vasconcellos, fidalgo da casa real. Casou com D. Antonia Thereza de Mello de Affonseca e Sousa, de Refoios, filha de Diogo de Affonseca Coutinho, mestre de campo de Castello-Branco; neta de Bernardo de Affonseca, fidalgo da casa real e alcaide-mór de Abrantes; e de D. Marianna de Mello, filha de Lourenço de Azevedo de Vasconcellos, capitão-mór da villa de Mezão-Frio, e de D. Isabel de Mello Alvarenga, filha de Gonçalo Correia de Almeida e de D. Maria de Mello Alvarenga. Tiveram os dois seguintes filhos:

14.º—Lourenço Homem Carneiro, fidalgo da casa real, casado com D. Anna Felicissima Leite Pereira de Mello Alvim, filha de Diogo Leite Pereira de Mello e de sua mulher (vide tomo 6.º, pag. 91, n.º 9) sendo já viuva de Antonio da Cunha Pimentel, 2.º morgado da casa da Calçada em Provezende.

15.º—Francisco Homem Carneiro, fidalgo da casa real, casado com D. Joanna Antonia Saavedra, filha de José Pinto da Cunha Pimentel, da casa do Caes-Novo, em Massarellos, senhor e morgado da casa da Praça, em Provezende, e de sua mulher D. Clara Saavedra y Romay Themes de Boan.

16.º—Fernando Homem Carneiro de Vasconcellos e seus 4 irmãos, todos militares, no exercito sitiador, no cerco do Porto, e uma irmã. Elles chegaram a capitães, e Fernando foi coronel. Todos morreram solteiros sem geração.

Por morte de Fernando, a casa de Atães passou para Alvaro Leite Pereira de Mello Alvim, cujo avô, Francisco Antonio Leite Pereira de Mello, era irmão legitimo de D. Anna Felicissima, já dita, e avó de Fernando Homem.

14.º—Francisco Pereira de Vasconcellos, commendador de Beja, na ordem de Christo.

15.º—D. Anna Emerenciana Pereira de Vasconcellos, casada na casa da Calçada, em Provezende, com Luiz da Cunha Pimentel, 3.º morgadoda casa da Calçada.

16.º—Henrique da Cunha da Gama, 5.º morgado da Calçada; herdou o vinculo chamado de Atães, do qual foi o 8.º morgado, e em cujo vinculo succedeu como 3.º neto de Diogo Pereira de Vasconcellos—o do n.º 13.º retro.

O vinculo foi subrogado por bens em Provezende.[1]

—

Pachecos Pereiras — 6.º volume, pag. 84, col. 1.ª

—

Leites Pereiras de Mello e Alvim— 6.º volume, pag. 86, col. 1.ª—e pag. 89, 2.ª

—

Cernaches—6.º volume, pag. 92, col. 2.ª

—

Távoras, de Campo Bello — 6.º volume, pag. 95, col. 1.ª

—

Noronhas—6.º vofume, pag. 95, col. 2.ª

—

Pintos da Cunha Saavedra (da casa e armazens do Caes Novo) — Por falta de especiaes noticias, deixei de fallar, quando, no 5.º volume, tratei da freguezia de Massarellos, tanto da casa do *Caes-Novo*, como da noblissima familia que a possue — o que agora faço.

—

A *casa do Caes-Novo*, pela sua solidez,

[1] Recebi estes apontamentos geologicos, tendo os numeros 14, 15 e 16, repetidos, em duas columnas parallelas; o que, nem se percebe muito bem, nem se podia imprimir como estava no original; por isso vão os que eram parallelos, no fim doe outros.

No artigo *Provezende*, serei mais claro — se podér.

vastas proporções e singular construcção, é uma das mais notaveis entre os edificios particulares do Porto.

É dividida em dois corpos — armazens, e casa de habitação.

Os armazens, de solidissima construcção, ainda que — por isso mesmo — de architectura pesada, teem trez andares, abobadados, sustentados por grande numero de columnas, de tão robusta construcção, que, por muitas vezes, em occasiões de grandes cheias, estiveram replectos de generos coloniaes, até quasi ao alto das abobadas, sem que as paredes e columnas soffressem o menor damno, com tão monstruoso peso.

Em vez de telhado, tem um vasto terraço asphaltado, que serve de passeio.

É situado mui proximo da nova alfandega, sobre o caes, em posição favoravel para os navios chegarem a terra, podendo ser carregados e descarregados por uma prancha.

Foi esta obra principiada por Pantaleão da Cunha Faria, em 1781, e concluida por seu sobrinho, José Pinto da Cunha Godinho, em 1798. Este alli armazenou os seus vinhos, até 1822.

Foram expressamente construidos por esta familia, para deposito dos famosos vinhos do Alto-Douro, pertencentes á *companhia*, creada pelo marquez do Pombal, em 1757.

O governo, não tendo armazens sufficientes para recolher as fazendas de muitos navios, que affluiam a este porto, officiou á companhia dos vinhos, para que lhe cedesse estes armazens.

Tanto a direcção da companhia, como o proprietario do edificio, esquivaram-se quanto poderam, a cumprir a imperiosa vontade dos ministros, allegando todas as razões imaginaveis, sendo a principal d'ellas, o receio de que o excessivo e constante peso dos generos, arruinasse o edificio.

O governo porém, mandou despejar, *em 48 horas* (!) e desde então (1822) até 1872 foram estes armazens o principal deposito da alfandega do Porto, para os generos coloniaes e do Brasil.

Durante estes 50 annos da occupação do governo, eram estes armazens conhecidos pela denominação de *alfandega de Massarellos.*

A casa proxima, que fica perto do edificio que foi mosteiro das freiras franciscanas de Monchique, e construida por José Pinto da Cunha Pimentel, pelos annos de 1750, para sua residencia e de seus successores, é tambem um optimo edificio, e, como os armazens, está sobre o caes, em logar que então ainda era fóra das barreiras. (Estas são hoje na extremidade occidental da alamêda de Massarellos, onde foram as antigas salinas.)

—

Passemos agora á familia do *Caes Novo.*

—

Os Cunhas, d'esta casa, procedem dos Cunhas, senhores de Pombeiro [1] de cuja ascendencia apenas indicarei a successão dos seus inclitos varões; não só por economisar espaço, mas tambem porque é tão conhecida de todos, que não precisa de mais particularisada menção.

Em 1430, reinando D. João I, formou esta familia, na casa da Praça, em Provezende, um ramo separado do dos senhores de Pombeiro; fazendo aqui a sua residencia permanente, pelo espaço de 270 annos, até que, pelos annos de 1700, se estabeleceram na sua casa vincular de Villa-Real-de-Traz-os-Montes. Pelos annos de 1755, foram residir para a sua casa do Caes-Novo, em Massarellos, e, por vezes, na sua quinta do Fôjo (de Gaia) e em Provezende.

—

Origem d'esta familia, pelo seu principal appellido *(Cunha)*

—

1.º—D. Guterres, um dos principaes cavalheiros, que veio para Portugal, em 1093, com o conde D. Henrique, do qual foi conselheiro privado, — pelos muitos serviços que lhe fez, obteve muitas mercês.

[1] Todos sabem que a casa de Pombeiro (de Riba-Visella) hoje do concelho de Felgueiras, foi de D. Ioão Lourenço da Cunha, rico-homem do Minho, e 1.º (verdadeiramente, unico) marido da famosa D. Leonor Telles de Menezes, *casada* com o rei D. Fernando.

2.º—D. Payo Guterres, um dos principaes capitães de D. Affonso Henriques. Foi o 1.º que tomou o appellido de Cunha (4.º vol., pag. 364, col. 1.ª)

—

3.º—D. Fernão Paes, rico-homem, senhor de Tábua, padroeiro dos mosteiros de S. Simão da Junqueira, no concelho de Villa do Conde (vide vol. 3.º, pag. 428, col. 2.ª) Souto, Villela, etc.—Foi um dos capitães portuguezes que ajudou á conquista de Lisboa.

—

4.º—D. Lourenço Fernandes da Cunha, rico-homem, padroeiro do mosteiro de S. Simão da Junqueira, e senhor da casa solar de Cunha-a-Velha, em Terras de Coura.

—

6.º—Lourenço Martins da Cunha, que foi sepultado no mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, junto a Coimbra.

Este mosteiro, chamado de *S. Jorge a par de Coimbra*, era na fregnezia de Castello Viegas, concelho de Coimbra, e em 17 de agosto de 1568, no reinado de D. Sebastião, e por bulla do papa Pio V. foi unido ao de Santa Cruz de Coimbra.

Tambem no mosteiro de S. Jorge, foi sepultado outro membro d'esta illustre familia (em 1389) chamado Vasco Pires da Cunha. Vide no 2.º vol., pag. 324, col. 2.ª, e as duas seguintes.

—

7.º—Martin Lourenço da Cunha, rico-homem, primeiro senhor de Pombeiro e de muitas outras terras. Foi um dos 40 fidalgos, que, no tratado feito entre D. Affonso IV, de Portugal, e D. Affonso XI, de Castelia (1328) se escolheu, para a guarda dos castellos que haviam de ficar em refens.

N'este anno houve desintelligencias de familia, entre os reis de Portugal e Castella, chegando a recorrer ás armas, e havendo grandes perdas de parte a parte. O casamento do infante D. Pedro (depois primeiro) filho de D. Affonso IV *(o Bravo)* com D. Constança, filha do rei castelhano, terminou esta guerra.

D'este casamento nasceu o rei D. Fernando.

—

8.º — João Lourenço da Cunha, rico-homem, e segundo senhor de Pombeiro. Foi o primeiro (ou unico) marido de D. Leonor Telles de Menezes (ambos da primeira nobreza de Portugal) que *casou* com o rei D. Fernando. (Pag. 148, col. 1.ª)

João Lourenço da Cunha, justamente indignado contra D. Fernando I, que lhe havia roubado a esposa, foi para Castella, pondo-se ao serviço de D. Henrique II (irmão e assassino de D. Pedro I, de Castella, *o Cruel)*.

Nas guerras que o rei de Portugal, D. Fernando, moveu contra D. Henrique II, em 1369, allegando direitos á corôa de Castella, tomou João Lourenço o partido do castelhano. Esta guerra terminou pelo tratado d'Evora, de 31 de março d'esse anno.

Por morte de D. Henrique II, João Lourenço continuou a servir sob o reino de D. João I de Castella; mas, apenas morreu D. Fernando, veio logo para Portugal, tomando o partido do mestre d'Aviz, do qual foi um bravo e leal defensor.

9.º—Alvaro da Cunha, terceiro senhor de Pombeiro, um dos membros do estado da nobreza, nas côrtes de Coimbra, onde foi acclamado como rei natural e legitimo d'este reino, o joven mestre d'Aviz, sob o nome de D. João I, em 5 de abril de 1385.

Tinha assistido aos dois cêrcos que os castelhanos pozeram a Lisboa, em 1384, dando provas de coragem e fidelidade.

Depois do fallecimento de D. João I, de Portugal, serviu, João Lourenço da Cunha, a el-rei D. Affonso V, sendo seu embaixador

a Inglaterra, e exerceu outros elevados empregos, com acerto e dignidade.

—

Alvaro da Cunha, teve varios filhos, que formaram os troncos de familias illustres d'este reino, e que não sigo, por não serem ascendentes dos Cunhas, do Caes-Novo; e só tratarei do seu 4.º filho, que foi Diogo Alvares da Cunha. Era commendador de Castello-Novo (da ordem de Christo). Foi um dos capitães que ajudaram a tomar a praça africana de Ceuta, a D. João I, em 14 de agosto de 1415. Foi, por ordem do famoso infante D. Henrique (vide *Sagres)* ás ilhas Canárias, dispôr as cousas para as grandes descobertas, feitas pelos *creados* do infante.

Foi unica filha de Diogo Alvares da Cunha, D. Isabel da Cunha, que casou com Alvaro Vaz d'Almada, o famosissimo conde de Abranches (Normandia—França) e um dos DOZE DE INGLATERRA. Vide vol. 1.º, pag. 115, col. 2.ª—vol. 2.º, pag. 223, col. 2.ª e seguintes—e vol 6.º, pag. 606, col. 1.ª e seguintes.

São estes os troncos verdadeiros dos Cunhas, do Caes-Novo, e de Provezende. É n'esta villa, que, para não fazer este artigo ainda mais extenso, continuarei com a genealogia d'esta illustre familia, da qual é actualmente legitimo representante, o sr. José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, de Provezende, sobrinho de Thomaz Pinto Saavedra, 1.º barão de Saavedra, feito em 11 de janeiro de 1843 — e primo do sr. Adolpho Pinto Saavedra, feito 2.º barão de Saavedra, em 8 de abril de 1869.

As armas dos Cunhas, são—em campo de ouro, 9 cunhas de ferro (azues) firmadas, em trez pallas, e as quinas de Portugal em uma orladura de prata.

O ramo principal d'esta familia, eram os condes de Povolide — titulo extincto. O 1.º conde de Povolide, foi Tristão da Cunha e Athaide, feito por D. João V, em 6 de janeiro de 1709.

O primeiro conde de Povolide, descendia do famoso Tristão da Cunha, que descobriu as ilhas do seu nome, e a de Madagascar (S. Lourenço) em 10 de julho de 1506: que, em 1507, na companhia do vice-rei, D. Francisco d'Almeida, do filho d'este, (D. Lourenço d'Almeida) e de Nuno da Cunha, queimaram 18 naus de Meca e Calecut, em Panane — e que, em 1514, foi mandado pelo rei D. Manoel, como embaixador, ao pontifice, Leão X, levando-lhe o presente mais bello e rico que até hoje tem visto o mundo.

—

Nevilles

Da quinta do Fôjo, proximo ao Candal—Gaia

Como em todos os *nobiliarios* inglezes, se encontra a genealogia d'esta familia, só farei um resumido extracto, tirado do *Sharp's Peerage*—edição de 1830.

Pelo que diz respeito ao ramo d'esta familia que veio para Portugal, fazendo assento na quinta do Fôjo, o que d'elle escrevo, foi extrahido de documentos authenticos, que existem em poder de seus actuaes representantes.

—

O appellido *Nevill*, ou, como modernamente se escreve—*Neville*—provém de Gilbert de Nevill, almirante de Guilherme, o *Conquistador.*

Isabel Nevill, bisneta de Gilbert, casou com Robert Fitz Mardred, bisneto, por varonia, do primeiro conde de Northumberland. Tiveram:

—

Geoffrey Nevill, que foi seu herdeiro, e teve:

—

Robert Neville, que herdou a casa de seu pae, e foi governador de Northam Werk. Era guarda-mattas-reaes, no norte de Kent. Teve:

—

Raph, primeiro barão Nevill, que teve:

—

Ralpha, segundo barão Nevill, que serviu differentes e importantes cargos do estado. Foi seu herdeiro:

—

John, terceiro barão Nevill, cavalleiro da ordem da jarreteira (liga).

Foi um bravo general, rendendo á obediencia do seu rei, 83 cidades, castellos e fortes.

Sua mulher, lady Elisabeth, foi herdeira do quarto lord Latimer. Tiveram:

—

Raph, primeiro conde de Westmorland, cavalleiro da ordem da jarreteira. Foi um dos que mais concorreu para a elevação de Henrique IV. — Foi conde-marechal de Inglaterra; e, de varios casamentos, teve 22 filhos, que todos casaram com senhoras da mais alta nobreza da Gran-Bretanha.

A sua primeira mulher, foi *Margarida*, filha do conde de Straford, cavalleiro da ordem da jarreteira — a segunda, foi *Jane*, filha de John de Gount (Gand) duque de Lencaster, terceiro filho de Edward III, de Inglaterra.

Ainda mais duas vezes se ligou com senhoras da familia real.

Da sua segunda mulher, procedem os condes de Abergavanny, e os barões do mesmo titulo. Foi seu herdeiro:

—

Edward, primeiro barão de Abergavanny, que se distinguiu sempre, pela sua dedicação á casa de York. Teve:

—

George, segundo barão de Abergavanny, que tambem foi partidario da casa de York, e feito cavalleiro, depois da batalha de Tewksbury. Teve:

—

Edward Neville, terceiro barão do mesmo titulo. Depois de ser grande valído da côrte, conspirou a favor do cardeal Pole, pelo que foi decapitado. Foi seu herdeiro:

—

Henry, quarto barão do mesmo titulo, teve uma filha (Mary de Neville) que foi sua herdeira, a qual, depois de grandes demandas com Edward, terceiro barão de Abergavanny, cedeu este baronato, em troca do de Dispencer. Succedeu no titulo de Abergavanny:

—

Edward, quinto barão d'este titulo. Succedeu-lhe:

—

Sir Christopher Neville, filho segundo, cavalleiro da jarreteira. Teve:

—

William Neville, filho segundo de Sir Christopher Neville. Foi general do exercito do *pretendente*, e, depois da derrota d'este, em 1714, viu-se obrigado a sahir do reino, e veio para o Porto.

Foi este William Neville, que deu principio á quinta do Fôjo, da qual foi primeiro senhor. Teve:

—

William Neville, gentleman, segundo senhor do Fôjo, cujo edificio e quinta, deixou quasi concluidos. Teve:

—

John Neville, terceiro senhor do Fôjo. Fôi seu herdeiro:

—

John Neville, solteiro, quarto senhor do Fôjo. Morrendo sem descendencia, succedeu-lhe sua irmã:

—

D. Josepha Neville, casada com José Pinto da Cunha Godinho, fidalgo cavalleiro da casa real, por alvará de 10 de setembro de 1835 —bacharel formado em direito, pela universidade de Coimbra, senhor da nobre e antiga casa da Praça, na villa de Provezende, das casas e armazens do Caes-Novo, em Massarellos, e de toda a mais casa de seus paes, como se dirá em *Provezende*, para onde remetto o leitor, para não fazer este artigo mais extenso.

Assim terminou em Portugal o appellido de *Neville*, depois que a casa do Fôjo se uniu á do Caes-Novo; e da qual é actual representante o sr. José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, que reside na villa de Provezende; neto do referido José Pinto da Cunha Godinho e de D. Josepha Neville.

Para perpetua memoria da cousa, parece-me bem deixar aqui declaradas as peças de que se compõe o brazão d'armas dos Nevilles, como se acha desenhado na *Torre de Londres*—é:

Em campo de púrpura, duas bandas, de de prata, em áspa, tendo no centro (da áspa) uma rosa de purpura. Na parte inferior do escudo, uma fita com a legenda — TRANQUILUS SEMPER JUSTUS.

Com respeito a este appellido e suas armas, diz um pergaminho do seculo XV, em poder d'esta familia, o seguinte:

The above Arms Viz. Gules on Salture Argent a Rose of the First barbet and Seeded proper. And Crest Viz. In a Ducal Coronet Or A Bull's Head Argent Pied Sable Armed of the First— Belong to John Neville son of William Neville, second son of Christopher Neville Esq. second son of Edward Neville, fourth son to Ralph Neville Earl of Westmoreland: in the 4.° year of the Reign of Henry the VI Anno Domini 1426. Attested by us, etc., etc.

—

Todos os que teem lido a historia da Inglaterra, sabem da famosa *guerra das duas rozas*. Os partidarios do *pretendente* (o duque de York) adoptaram por emblema ou distinctivo, a *roza encarnada;* e os seus contrarios, a *roza branca*. É por isso que os Nevilles, partidarios dedicados da casa de York, tinha a roza encarnada nas suas armas.

—

O brazão dos Nevilles, desde a ligação d'esta familia com os Pintos da Cunha, acha-se construido da maneira seguinte:

Escudo esquartelládo—no 1.° quartel, as armas dos *Pintos* (escudo de prata, com cinco crescentes de púrpura, em aspa)—no 2.°, as dos *Cunhas* (em campo d'oiro, nove cunhas, de asul em tres pallas)—no 3.°, as dos Vasconcellos (em campo prêto, tres faxas, veiradas e contraveirádas de púrpura e prata)—no 4.°, as dos Nevilles, como ficam descriptas.

As dos Nevilles, eram encimadas por uma ceroa ducal (por descenderem da casa de *Gand*—duques de Lencaster) [1] e tinham por timbre, um touro preto, com as pontas douradas; mas as armas actuaes teem por timbre, o dos Vasconcellos, que é—um leão prêto, faxado das tres faxas das armas.

—

A quinta do Fôjo, tem a sua historia—eil'a:

Foi, como disse, fundada por William Neville, distincto general inglez, de uma das mais nobres familias de Inglaterra, que imigrou para Portugal, depois da derrota do duque de York, em 1714.

Durante o cêrco do Porto (1832 a 1834) foi quartel-general, do commandante em-chefe do exercito realista, estacionado ao sul do Douro.

Por esse tempo, se guardaram nos seus vastos armazens, alguns milhares de pipas de aguardente, dos depositos de Villa Nova de Gaia, para ficarem fóra do alcance da artilheria dos sitiados, apezar de não estarem a mais de dois kilometros, em linha recta, das baterias liberaes. (Tal era a força da artilheria d'aquelle tempo!)

Quando os cercados romperam as linhas, se dirigiram logo á quinta do Fôjo, e juncto a seus muros, jazem enterrados dois frades do convento de Valle da Piedade, que os liberaes acharam escondidos na casa d'esta quinta, e a soldadescá assassinou crivando-lhes os corpos de ballas, a titulo de serem frades de S. Francisco do Porto [1] que—segundo elles, soldados—tinham incendeado o seu mosteiro, na intenção de queimarem a tropa n'elle aquartellada. [2]

Os officiaes, tinham commettido a imprudencia de deixar vir na frente os sargentos e soldados, desordenadamente, e quando chegaram, mostraram-se muito pesarosos por este acontecimento; mas ninguem foi castigado.

A propria familia da casa—o morgado e uma sua irman—apesar de não serem realistas, mas, pelo simples facto de terem frades em sua casa, seriam tambem fuzilados, se seu irmão, Thomaz Pinto Saavedra, official de cavallaria do exercito liberal, e que estava no Porto, não vôa ao Fójo (logo que teve noticia do que se passava) e não tira

[1] Vê-se que esta familia procede da mesma casa d'onde provem a nossa rainha D. Philippa, mulher de D. João I, que era filha de João de Gand, duque de Lencastre.

[1] Não foi por serem frades do convento de S. Francisco; foi por serem religiosos. As duas ordens distinguiam-se perfeitamente—os de S. Francisco, tinham habito preto—e os de Valle de Piedade *(antoninhos)* o tinham côr de saragoça.

[2] A causa d'este incendio, ainda hoje é um mysterio. Se não foi casual (o que talvez seja mais provavel) ignora-se quem perpetrou este crime.

das garras d'aquelles carrascos, as victimas innocentes.

Este Thomaz Pinto Saavedra, era um dos que tinha sido sentenciado á forca, como liberal, por sentença de 21 de agosto de 1829. (Vide pag. 335, col. 1.ª, d'este volume.)

Em 11 de janeiro de 1843, sendo já general, foi feito 1.º barão de Saavedra. Era pae do sr. Adolpho Pinto Saavedra, actual (2.º) barão do mesmo titulo, feito em 8 de abril de 1869.

Em 1847, tambem esteve na quinta do Fôjo, o honradissimo coronel, José Maria de Magalhães, e o seu regimento—10 de infanteria—esperando o resultado da celebre *convenção de Gramido*, feita entre o general da juncta, Cesar de Vasconcellos, e o general castelhano, Concha, em 30 de junho d'aquelle anno: convenção que terminou a *guerra da Maria da Fonte*, ou da *Patuleia*.

A quinta do Fôjo, foi a primeira cortada, em Villa-Nova de Gaia, para por ella passar a via férrea, de Lisboa ao Porto.

—

Ha tambem no Porto, uma outra familia uriunda da Hollanda, tão nobre pela sua esclarecida e antiquissima ascendencia, como pelas suas virtudes, geralmente reconhecidas e louvadas—é a dos srs. Wanzellers.

Wanzeller, é um appellido nobre em Portugal, cuja familia é da provincia de Gualdrez, nos Paizes-Baixos, onde occupou os principaes cargos da cidade de Nimega.

Passou este appellido a Portugal, no reinado de D. Pedro II, na pessoa de Rolando Wanzeller, que foi em Lisboa, ministro residente, do rei da Prussia, e, naturalisando-se portuguez foi feito contador-mór d'este reino. Suas armas são—em campo de prata, trez merlos, de negro, armados d'ouro, em roquête, e entre elles, uma estrella de púrpura, de seis pontas. Timbre, um dos merlos das armas, com uma estrella no peito. [1]

[1] *Merlo*, é uma peça d'armario, que representa um *melro* negro, que antigamente se chamava *merlo*.

Varios estabelecimentos do Porto ainda não mencionados

Photographias—12.
Lithographias—10.
Typographias—27.
Caffés e bilhares—13.
Hospedarias—30.

—

Capella de Santo Antonio, do largo da Aguardente

Já a pag. 314, col. 1.ª, d'este volume, fallei d'esta capella, mas, já depois d'isso, ha mais que dizer, e é o seguinte:

No domingo, 17 de junho de 1877, o sr. conego honorario, doutor, João José de Vasconcellos, benzeu esta capella, sendo acompanhado n'este acto pelos reverendos, abbade da freguezia do Bom-Fim, capellão do regimento de infanteria n.º 18, e capellão da Misericordia.

Em seguida, o mesmo sr. doutor Vasconcellos, celebrou a missa, servindo-lhe de diacono e de subdiacono, os dois refferidos capellães—e de mestre de ceremonias, o abbade do Bom-Fim.

A missa foi acompanhada a orgam e vozes, pelos meninos orphãos, havendo no fim, um solemne *Te-Deum laudamus*.

Tem a capella cinco altares—altar-mór e quatro lateraes. No primeiro, se venera a imagem de Santo Antonio, padroeiro da capella—e nos outros—Santa Rita de Cássia; Santa Isabel, rainha de Portugal; Santa Luzia, virgem e martyr; e S. João Baptista.

O templo, esteve todo o dia exposto á veneração dos fieis, sendo constantemente numerosa a concorrencia.

—

Pavoroso incendio

Em a noite de 25 para 26 de junho de 1877, houve na *calçada das Freiras* em Villa-Nova-de-Gaia, um dos mais terriveis incendios de que esta cidade e seus suburbios tem sido victima.

Principiou pela meia noite, e só se extinguiu—por falta de materia—pelas 10 horas e meia da manhan de 26.

Foi nos tres grandes armazens do rico negociante allemão, o sr. F. M. Van der Niepoort & C.ª, morador na rua da Restauração, n.º 222.

Arderam umas 1:000 pipas de vinho e aguardente, que valiam aproximadamente 100:000$000 réis, não estando seguros senão em 60 contos, na companhia *Segurança*, onde tambem estavam seguros os edificios.

Muitos bombeiros ficaram, mais ou menos gravemente feridos; praticando alguns —e mesmo individuos estranhos á corporação—actos de heroismo e de grande abnegação.

A aguardente formava um rio pavoroso de chammas, que, correndo impetuoso pela calçada, que é muito ingreme, chegou até ao Douro. Algum material das bombas, foi consumido pelas chammas.

O mosteiro de freiras dominicas (de Corpus Christi) esteve em imminente perigo de ser tambem devorado pelo fogo.

Tudo quanto se pôde conseguir, depois de insano trabalho, foi localisar o incendio aos tres armazens.

—

Capella de Nossa Senhora da Saude, na rua do Heroismo

Esta bonita capella, posto ser construida em uma das ruas do Porto, é já no districto da freguezia de Campanhan.

Faz-se uma grande festa á sua padroeira, á custa dos mórdomos e devotos, no ultimo domingo de junho, havendo missa solemne, Senhor exposto, e sermão. Na vespera á noite, ha arraial, musica e fogo preso e do ar.

No dia da festa, tambem ha arraial.

Em 29 de junho de 1877; se fez a festa d'esta Senhora, sendo n'esse dia inaugurado o novo altar, de Santo Antonio, feito em cumprimento de um legado.

N'esse mesmo dia, foi exposta ao culto dos fieis, a nova imagem de S. Braz, de grande perfeição artistica, feita pelo distincto esculptor portuense, o sr. José Soares de Oliveira.

—

Capella do Senhor da Salvação

É no cemiterio publico de Agramonte, e está na divisão pertencente aos irmãos terceiros da ordem da SS. Trindade. É privativa da mesma ordem, e tem capellão nomeado pela mesa, com a obrigação de duas missas semanaes.

Foi construida em 1876.

—

Os bispos do Porto, naturaes d'esta cidade, já vão mencionados n'este artigo: os mais, vão nas terras da sua naturalidade.

—

Ainda o crime do Cartaxinho

Depois de composto e paginado o artigo correspondente a *Antonio Correia Megre* e seus cumplices, recebi mais as seguintes informações, com respeito ao crime do *Cartaxinho.*

O tal *Fresca-Ribeira*, que passa por ter sido um dos assassinos, era com certeza, natural de Serpa. O seu nome era Manoel do Nascimento Rebocho.

—

Alguns jornaes teem publicado que muitos cavalheiros meus amigos me deram apontamentos para este artigo.

Declaro, sem orgulho, que, além do meu generoso amigo e esclarecido colaborador, o sr. dr. Pedro Augusto Ferreira, benemerito abbade de Miragaia, que teve o insano trabalho de escrever tudo o que vae com o seu nome no fim, *ninguem mais me deu a minima informação—nem mesmo aquelles a quem as pedi!—*

Foi pois, só á força de improbo trabalho, revolvendo uma multidão de livros e jornaes, politicos e litterarios—e *tambem bastantes cousas, porque as conheço, as examinava, e inquiria a sua historia, ás pessoas que julgava competentes*—que organizei este artigo, que offereço, como testemunho de gratidão aos portuenses, entre os quaes, tenho a honra de contar bastantes velhos e sinceros amigos.

INDICE ALPHABETICO

DO CONTHEUDO NO ARTIGO PORTO

A[1]

Abbades de Miragaia—5.º vol., pag. 246, col. 2.ª
Abbades de S. Nicolau—6.º vol., pag. 51, col. 1.ª
Ablativos—vide *Fonte dos ablativos.*
Academia das bellas artes—pag. 314, col. 2.ª
Academia polytechnica—pag. 365, col, 1.ª
Academia real de marinha e commercio —pag. 316, col. 1.ª
Acção—vide *Batalha.*
Acção das Antas—pag. 356, col. 2.ª
Acção de 29 de setembro de 1832—pag. 351, col. 2.ª
Acção de 25 de julho de 1833—pag. 359, col. 2.ª
Açoitados—pag. 329, col. 2.ª
Adro dos enforcados—5.º vol.. pag. 314, col. 1.ª
Affonso Annes Paateiro—pag. 458, col. 2.ª, no fim.
Agentes consulares—pag. 435, col. 1.ª
Agostinho da Trindade (padre)—pag. 295, col. 2.ª

[1] Quando se não indicar o numero do volume, entenda se que é este (o 7.º)
Os individuos que não forem achados n'este indice, procurem-se no § *Galeria de portuenses célebres*, a pag. 508, col. 1.ª e seguintes.

Aguas—pag. 422, col. 1.ª
Aguas-Ferreas (quinta das)—pag. 501, col. 1.ª
Aguas thermaes—pag. 487, col. 1.ª
Alaméda da Aguardente—pag. 442, col. 1.ª
Alaméda do Bomfim—pag. 442, col. 1.ª
» da Cordoaria—pag. 302, col. 1.ª
» das Fontainhas—pag. 442, 2.ª
» da Lapa—pag. 442, col. 1.ª
» de Maçarellos—5.º vol., pag. 8, col. 2.ª—e 7.º, pag. 443, col, 1.ª
Alaméda do Repouso—pag. 442, col. 2.ª
» da Victoria—pag. 442, col. 1.ª
» das Virtudes—5.º vol., pag. 300, col. 1.ª—e 7.º, 441, col. 2.ª

—

Albergarias e hospitaes antigos—6.º vol., pag. 82, 1.ª
Albuquerques—5.º vol., pag. 272, col. 1.ª
Alçada—pag. 327, col. 1.ª
Alfandega de Maçarellos—5.º vol, pag. 8, col. 2.ª—e no 7.º, vêr *Cunhas Saavedras*, a pag. 532, col. 2.ª
Alfandega Nova—5.º vol, pag. 304, col. 1.ª
Alfandega Velha—6.º vol., pag. 60, col. 2.ª
Alienados—2.º vol., pag. 59, col. 1.ª—(Vide *Hospital dos alienados.*)
Aljube—pag. 448, 2.ª—Vide *Prisões.*
Almas da Ponte—6.º vol., pag. 69, col. 1.ª
Almer (conde de)—pag. 360, col. 2.ª

Altar de prata—pag. 307, col. 2.ª
Alvaro Leite Pereira de Mello e Alvim —Vide *Leites Pereiras de Mello.*
Americo (D.) Ferreira dos Santos Silva—(bispo do Porto)—5.º vol., 123, 1.ª —e 7.º 337, 1.ª
Ampliação do couto do Porto, feita aos bispos, por D. Affonso Henriques—5.º vol., pag. 107, col, 1.ª—7.º, 471, 2.ª, (Vide *Doação*, e *Doações.*)
Anjo (praça e recolhimento do)—pag. 306, col. 1.ª—e 487, 2.ª
Antão (D.)—pag. 293, col. 2.ª, fim.
Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos (Dr.)—pag. 510, col. 2.ª
Antonio Correia Mégre—2.º vol., pag. 371, 2.ª—e 7.º, 505, 2.ª—e 539, 2.ª
Antonio de Madureira (frei)—pag. 296, col. 2.ª
Antonio Joaquim d'Oliveira Nascimento—5.º vol., pag. 293, col. 2.ª
Antonio Pinheiro Caldas—pag. 514, col. 2.ª
Antonio (D.)—prior do Crato—2.º vol., pag. 442, col. 1.ª—3.º 248, 1.ª, fim—7.º, 298, 2.ª, fim.
Antonio Perfeito Pinto Osorio—pag. 379, col. 1.ª
Antonio Ribeiro dos Santos—*(Elpino Duriense)*—5.º vol., pag. 9, col. 1.ª
Antonio Rodrigues da Cruz Coutinho —6.º vol., pag. 65, col. 2.ª
Antonio da Silva Monteiro—5.º vol., 294, col. 1.ª
Antonio de Sousa Lobo (o *Lobo da Reboleira*)—6.º vol., pag. 59, col. 2.ª
Antonio de Sousa de Macêdo—pag. 301, col. 1.ª
Arco das Verdades e das mentiras—pag. 476, col. 1.ª e 516, 1.ª
Armas do Porto—pag. 269, col. 2.ª
Assembleias do Porto—pag. 487, col. 1.ª
Associação commercial—pag. 428; col. 1.ª principio.
Asylo humanitario, do barão de Nova Cintra—pag. 437, col. 2.ª
Asylo da mendicidade pag. 399, col. 2.ª, e 437, 1.ª, fim.
Asylo da infancia desvalida—pag. 437, col. 2.ª
Asylo da infancia, de Villar—5.º vol., pag. 122, col. 2.ª—7.º, 437, 2.ª
Asylo das raparigas abandonadas—pag. 376, col. 1.ª—e 437, 2.ª
Asylos—pag. 437, col. 1.ª

—

Ataques á Serra do Pilar—pag. 351, col. 1.ª—pag. 352, 1.ª—pag. 352, 2.ª
Atheneu—Vide *Museu.*
Augusto Ferreira *(o homem flauta)*—pag. 389, col. 2.ª
Augusto Luso da Silva—pag. 441, col. 2.ª
Ayres de Sá, bispo do Porto—pag. 468, col. 2.ª

B

Balthazar Guedes (padre)—pag. 302, col. 2.ª
Bancos—vol. 6.º, pag. 71, 2.ª—e 7.º, 427, col. 1.ª
Banhos (estabelecimento de)—pag. 487, col. 1.ª
Banhos antigos—6.º vol., pag. 83, col. 1.ª
Baroneza de Nova-Cintra—pag. 503, col. 1.ª
Barrêdo—6.º vol., pag. 59, col. 1.ª
Batalha de Ponte-Ferreira—pag. 348, col. 2.ª
Batalha de Souto-Redondo (Ayras)—pag. 349, col. 2.ª
Belchior Beliago (D.)—pag. 297, col. 2.ª
Bellezas—5.º vol., 275, col. 2.ª
Bernarda Ferreira de Lacerda (D.)—pag. 300, col. 1.ª
Bernardo de Sá Nogueira (marquez de Sá da Bandeira)—pag. 498, no fim, e nota.
Bicas e pôços—pag. 482, col. 2.ª
Bibliothecas—pag. 440 col. 1.ª, fim.
Biographias—vide *Galería dos portuenses célebres*, a pag. 508, col. 1.ª, principio.
Bispo (quinta do)—pag. 501, col. 2.ª
Bôa Viagem (Maçarellos)—vide *Egreja da Bôa Viagem.*
Bôa Vista (quinta da)—pag. 501, col. 1.ª
Bolsa—pag. 424, col. 1.ª
Bom Successo (quinta do)—5.º vol., pag. 122, col. 1.ª
Borges (fonte do)—5.º vol., pag. 304, col. 1.ª

Botequim do Pepino—6.º vol., pag. 61, col. 2.ª
Brazão d'armas—vide *Armas do Porto.*
Burgo-Velho a par do Porto—3.º vol., pag. 246, col. 1.ª, no fim, e seguintes.

C

Cáceres—5.º vol., pag. 274, col. 2.ª
Cadeias—vide *Prisões.*
Caffés e bilhares—pag. 538, col. 2.ª
Caixas filiaes—6.º vol., pag. 71, col. 2.ª—7.º vol.. pag., 427, col. 1.ª, fim.
Calabouço do Carmo—pag. 448, col. 2.ª
Camilla Ribeiro de Faria (D.)—5.º vol. pag. 271, col. 2.ª
Caminhos de ferro americanos — vide *Rail Road.*
Campanhan (egreja de)—pag. 411, col. 2.ª
Canal-maior—6.º vol., pag. 70, col. 1.ª

Capellas do Porto e suburbios

Particulares—5.º vol., pag. 313, col. 2.ª
Públicas—pag. 409, col. 2.ª
De Carlos Alberto—5.º vol., pag. 122, col. 1.ª—e 7.º, 372, 2.ª
Santa Anna—pag. 414, col. 1.ª
Santo André—pag. 477, col. 2.ª
Santo Antonio do Penêdo—vide *Palacio de Sebastião Correia.*
Santo Antonio, do largo da Aguardente—pag. 414, col. 1.ª—e 538, 2.ª
Santo Antonio, da rua da Restauração—pag. 303, col. 2.ª
Santo Antonio, da Bandeirinha — 5.º vol., pag. 314, col. 1.ª
Senhor da Salvação—pag. 539, col. 2.ª principio.
Senhor da Agonia—pag. 477, col. 2.ª
Senhor d'Além—pag. 308, col. 2,ª, fim—e 414, 2.ª
Senhor dos Afflictos—(na cêrca do hospital da Misericordia—5.º vol., pag. 314, col. 1.ª
Senhor da Saude—5.º vol., pag. 317, col. 2.ª
Senhor da Bôa-Vista (á Pastelleira)—pag. 476, col. 1.ª
Bom Jesus de Bouças, ou Bom Jesus do Calvario Novo—5.º vol., 282, col. 2.ª—e 7.º 476, 1.ª
Corpo Santo—5.º vol., pag. 121, col. 1.ª
Espirito Santo—5.º vol., pag. 279, col. 1.ª fim—287, 2.ª—e 313, 2.ª—(tudo no 5.º vol.)
Nossa Senhora da Bôa Hora, em Fradéllos—pag. 475, col. 2.ª
Nossa Senhora da Hora (ou das *Sete-Fontes*) no Carvalhido—pag. 411, col. 1.ª
Nossa Senhora do Soccorro — 5.º vol., pag. 317, col. 1.ª—e 7.º, 286, no fim.
Nossa Senhora do Terreiro, da Alfandega (Velha)—6.º vol., pag. 45, col. 1.ª, no fim.
Nossa Senhora d'Agosto—5.º vol., pag. 284, 2.ª, no principio—e 7.º, 409, 2.ª
Nossa Senhora do Ferro—pag. 410, col. 2.ª
Nossa Senhora da Saude, na rua do Heroismo—pag. 539, col. 1.ª
Nossa Senhora da Batalha—pag. 299, col. 2.ª—e 411, 2.ª
Nossa Senhora do Ó—(que existiu sobre as *portas da Ribeira*)—pag. 477, col. 1.ª
Nossa Senhora da Natividade — (que existiu na Praça Nova das Hortas)—pag. 410, col. 1.ª
Nossa Senhora do Terço e Caridade—pag. 314, col. 1.ª
Nossa Senhora da Láda—pag. 476, col. 1.ª
Nossa Senhora das Verdades—pag. 410 col. 1.ª e 516, 1.ª
Nossa Senhora do Conceição, e Jesus, Maria, José—5.º vol., pag. 314, col. 1.ª
Nossa Senhora da Lapa—pag. 310, fim.
Nossa Senhora da Silva — (na rua da Ferraría de Cima—(hoje *Caldeireiros*)—6.º vol., pag. 82, col. 2.ª
Nossa Senhora da Silva, na Sé — pag. 476, col. 1,ª
Nossa Senhora da Piedade—(dos morgados d'Atães)—pag. 467, col. 2.ª
Nossa Senhora das Neves — pag. 414, col. 1.ª
Nossa Senhora da Vandoma—pag. 289, col. 1.ª
Nossa Senhora da Esperança—no largo de S. João Novo — 5.º vol., pag. 313, col. 2.ª

Nossa Senhora da Esperança—dos Britos e Cunhas—vide *Sé*.
Nossa Senhora da Esperança—do recolhimento de S. Lazaro—pag. 307, col. 1.ª (1722.)
N. Sr.ª da Conceição.. } Todas no claustro da Cathedral. Vide *Sé*.
N. Sr.ª da Expectação
N. Sr.ª da Encarnação (primeira Misericordia)
N. Sr.ª da Saude......
Terceiros de S. Francisco=pag. 307, col. 2.ª, e 478, 1.ª
Terceiros do Carmo—pag. 308, col. 1.ª, no fim.
Terceiros da S.S. Trindade — pag. 311, col. 1.ª
Terço e Caridade=pag 314, col. 1,ª
Trinos da Cordoaria—5.º vol., pag. 281, col. 2.ª
São Nicolau—6.º vol., pag. 44, col. 2.ª
São Roque—pag, 413, col. 1.ª
Carreiras de vapores no Douro — pag. 423, col. 1.ª
Casa da Bolsa=pag. 426, col. 1.ª
Casa da Camara—pag. 292, col. 1.ª
Casa do Caes-Novo, e armazens contiguos—pag. 532, col- 1.ª e seguintes.
Casa do Laranjo—6.º vol. pag. 61, col. 2.ª
Casa da moéda—6.º vol., pag. 60, col, 2.ª e 7.º, 292, 2.ª
Casa de Pedro-Cem — 6.º vol. pag. 47, col. 2.ª
Casa-pia—pag. 448, col. 2.ª
Casa do Salva-vidas—pag. 337, col. 2.ª
Casa de Saude — do Dr. Ferreira — pag. 446, col. 2.ª
Casa dos Vinte e Quatro — pag. 376, col. 2.ª
Casamente de D. João I—6.º vol., pag. 72, col. 1.ª—e 7.º, 290, 2.ª
Castelhanos no Porto—3.º vol., pag. 248, col. 1.ª, fim—7.º, 318, 1.ª
Castello de Pena-Ventosa — pag. 279, col. 1.ª
Castello de Gaia—pag. 357, col. 1.ª
Castellos—Vide *Fortalezas* e *Castellos*,
Cedofeita—pag. 277, col. 2.ª
Cemiterio d'Agramonte — 5.º vol,, pag, 423, 1,ª, fim—e 7.º. 399, 1.ª—(Vide cemiterio dos terceiros da S.S. Trindade.)
Cemiterio do Bomfim—pag. 399, col. 2.ª
Cemiterio da Cedofeita—pag. 399, col. 2.ª
Cemiterio da Lapa—pag. 397, col. 2.ª
Cemiterio do Repouso—pag. 398, col. 1.ª
Cemiterio dos terceiros da S.S. Trindade—pag. 483, 2.ª
Cemiterio dos Inglezes—pag. 399, col. 1.ª
Cemiterio dos Judeus—5.º vol., pag. 296, col. 1.ª e seguintes—e 7.º, 502, 2.ª
Cemiterios publicos—pag. 397, col. 2.ª
Cêrca de D. Affonso IV—(D. Pedro I, e D. Fernando I)—pag. 285, col. 1.ª
Cêrca de D. Goaçalo Pereira—(chamada impropriamente, *cêrca sueva*)—pag. 278, col. 2.ª
Cêrco do Porto (1832-1834)—pag. 338, col. 1.ª, e seguintos.
Cernaches—6.º vol., pag. 92, col, 2.ª
Chafarizes—Vide *Aguas* e *Fontes*.
Cheias no Douro—3.º vol. pag. 36, col. 1.ª, e 248, 2.ª—6.º vol., 69, 1.ª—7.º vol., 310, 2.ª—e 314, 2.ª
China (quinta da) — pag. 502, col. 1.ª, principio.
Cholera-morbus—pag. 355, col. 2.ª
Clerigos (irmandade dos)—pag. 307, col. 2.ª (1732.)
Clubs—Vide *Assembleias*.

Collegios

Graça—pag. 302, col. 2.ª—e 304, 2.ª
Grillos—(seminario episcopal)—pag. 297, col. 2.ª—298, 2.ª (Vide *Grillos*, *Jesuitas*, e *Seminario episcopal*.)
De meninas—pag. 439, col. 2.ª
De meninos—pag. 437, col. 2.ª
Orphãos de Campanhan—Vide *Seminario dos meninos orphãos*.
Portuense — (nas Carmelitas) —pag. 484, col. 2.ª

—

Commercio do Porto (jornal) — 6,º vol., pag. 64, col. 2.ª—Vide *Julio Diniz*.

Companhias

Commerciaes—pag. 427, col. 1.ª
De Seguros—pag. 427, col. 1.ª
Dos Vinhos—pag. 312, col. 1.ª—e 415, 1.ª

Conde d'Almér—pag. 360, col. 2.ª
Conde d'Azevedo—pag. 513, col. 2.ª
Conde de Ferreira—2.º vol. pag. 59, col. 1,ª
Conde de Maçarellos — 5.º vol., pag. 8, col. 2.ª
Conde de Mattosinhos—pag. 508, col. 1.ª
Conde de Miranda — pag. 304, col. 1.ª (1647.)
Conde de Rézende—pau. 492, col. 2.ª
Conde de Samodães—pag. 493, col. 1.ª
Condessa d'Edla—pag. 502, col. 1.ª
Para mais titulares, vide a pag. 492, col. 2.ª—(Titulares com residencia permanente, no Porto.)
Conferencias—(tentativas para terminar a guerra civil de 1832 a 1834—sem mais efusão de sangue)—pag. 357, col. 2.ª—e 363, 1.ª
Congregados—pag. 305, col. 2.ª, no principio.
Consules, vice-consules, e agentes consulares estrangeiros, no Porto — pag. 435, col. 1.ª, no fim.
Convento—Vide *Mosteiro.*
Conventos de Freiras—supprimidos pelos liberaes—pag. 407, col. 2.ª
Conventos—que existiam no Porto, antes da suppressão das ordens religiosas, em 1834—pag. 400, col. 2.ª
Conventos—que já estavam abandonados, antes da suppressão das ordens religiosas—pag. 407, col. 1.ª
Conventos—nos suburbios do Porto, existentes até 1834—pag. 407, col. 1.ª
Conventos de freiras—ainda existentes—pag. 407, col. 2.ª
Corpo da Guarda (largo do)—pag. 395, col. 2.ª
Corpus Christi—em S. Nicolau—6.º vol., pag. 50, col. 1,ª
Correias, da Rua-Chan—pag. 526, col. 1.ª, no principio.
Correio (administração central do)—pag. 489, col. 1.ª
Creches—pag. 437, col. 1.ª
Crime do Cartoxinho—2.º vol., pag. 371, col. 2.ª—7.º, 505, 2.ª—e 539, 2.ª
Culher (fonte da)—5.º vol., pag. 303, col. 1.ª—e 452, nota 2.ª
Cunhas Porto-Carreiros—pag. 519, col. 1.ª, principio.
Cunhas Saavedras—pag. 532, col. 1.ª

D

Dedicação dos portuenses a D. João I —pag. 458, col. 1.ª
Departamento maritimo do norte—6.º vol., pag. 71, col. 2.ª
Desacato na Sé—pag. 302, col. 1.ª
Desordens—entre os portuenses, e os seus bispos—pag. 390, col. 2.ª
Distruição dos vinhos da companhia—no abandono do cêrco—pag. 360, col. 2.ª
Diogo Lopes de Sousa—2.º conde de Miranda—pag. 304, col. 1.ª (1647.)
Direcção das obras publicas—pag. 498, col. 1,ª
Direitos—Vide *Tributos.*
Doação — feita ao mosteiro de Cedofeita, pelo rei suevo, Theodomiro, em 560—5.º vol., pag. 106, col. 2.ª
Doação—da rainha D. Thereza, á Sé do Porto—pag. 469, col. 1.ª
Doação—(confirmação e ampliação) do couto do Porto, aos seus bispos, por D. Affonso Henriques, e seus successores—5.º vol., pag. 107, col. 1.ª—e 7.º, 471, 2.ª
Doações—feitas por D. Affonso Henriques e seus successores, ao mosteiro de Cedofeita—5.º vol., pag. 107, col. 1.ª—e seguintes.
Domingos Barbosa de Brito—pag. 380, col, 1.ª
Douro (rio)—2.º vol., pag. 481, col. 1.ª—*Pontes* d'este rio — 6.º vol., pag. 484, col. 1.ª—Vide *Pontes sobre o Douro.*
Duque de Dalmacia (Soult)—3.º vol., pag. 249, col. 1.ª—7.º, 318, 2.ª

E

Egidio (D.)—bispo do Porto, e D. Pedro, depois I—pag. 290, col. 1.ª (1360.)
Egrejas matrizes—pag. 407, col. 2.ª
Egrejas não matrizes—pag. 408, col. 2.ª

Egrejas

Da Bôa-Viagem—5.º vol., pag. 121, col. 1.ª
Dos Clerigos—e sua torre—pag. 307, col. 2.ª

De Cedofeita—5.º vol., pag. 103, col. 1.ª, fim—e 7.º, 450, 2.ª
Da Lapa—pag. 310, col. 1.ª, fim.
De Maçarellos—5.º vol., pag. 8, col. 1.ª
De Miragaia—5.º vol. pag. 243, col. 1.ª
De S. Nicolau—6.º vol., pag. 44, col. 1.ª
Da SS. Trindade—5.º vol., pag. 281, col. 2.ª, no fim—e 7.º, 311, 1.ª (1755.)
Eiffel—Vide *Gerard Eiffel.*
Elpino Duriense—5.º vol., pag. 9, col. 1.ª
Enchentes—Vide *Cheias no Douro.*
Entrevadas—pag. 295, col. 1.ª (1458.)
Entrevados—pag. 304, col. 1.ª (1639.)
Ermidas—Vide *Capellas.*
Escadas da Esnóga—Vide *Esnóga.*
Escóla industrial portuense—pag. 365, col. 2.ª
Escóla medico-cirurgica—5.º vol., pag. 259, col. 1.ª—e 7.º, 440, 1.ª
Escola polytechnica—pag. 365, col. 1.ª
Esnóga — Vide *Cinuna,* no 2.º vol., pag. 307, col. 2.ª—6.º vol., 58, 2.ª—Vide tambem—*Cemiterio dos judeus,* e *Judiaria.*
Espada de D. Affonso Henriques—pag. 393, col. 1.ª
Estabelecimentos publicos, de sciencias e bellas-artes—pag. 440, col. 1.ª
Estado financeiro dos Bancos do Porto, em 1877—pag. 427, col. 1.ª, fim.
Estátuas—Vide *Monumentos.*
Execuções (nos patibulos) — pag. 314, col. 2.ª—328, 2.ª—e 329, 2.ª
Estação central telegraphica—pag. 489, col. 1.ª
Estalagens do Porto—no reinado de D. João I—6.º vol., pag. 62, col. 2.ª
Exportação de vinhos—(de 1865 a 1874) —pag. 419, col. 1.ª
Expostos—Vide *Róda dos Expostos.*

F

Fábricas

De fiação, de Salgueiros—pag. 486, col. 2.ª
De estamparia e tecidos, do Bulhão—pag. 486, col. 1.ª
De fundição de ferro, chumbo, zinco, e outros metaes, no Bulhão—pag. 486, col. 1.ª
De fundição de ferro, no Bicalho—pag 486, col. 1.ª—e 5.º, 9, 1.ª
De fundição de ferro, em Maçarellos—pag. 486, col. 1.ª—e 5.º vol., 122, 1.ª
De varias obras metallicas—na rua dos Bragas (da *Companhia aurificia*)—pag 486, col. 2.ª
Fábricas na freguezia de Miragaia—5.º vol., pag. 256, col. 2.ª
Fábricas no Porto—pag. 485, col. 1.ª—(Aqui se acharão as fábricas não especificadas no indice.)
Familias nobres — residentes no Porto. em 1877—pag. 519, col. 1.ª, principio.
Faustino Xavier de Novaes—pag. 512. col. 2.ª
Febre-amarella—pag. 371, col. 2.ª (1856.)

Feiras

De Criadas e criados—pag, 289, col. 2.ª
Feira-franca—pag. 299, col. 1.ª (1582.)
De S. Lazaro—pag. 389, col. 1.ª
Feitoria Ingleza—6 vol., pag. 60, col, 2.ª. —7.º, 393, 1.ª
Fernando de Magalhães—pag. 296, col. 1.ª
Ferros-Velhos (feira dos) = pag. 488, col. 1.ª
Festa de Corpus Christi—em S. Nicolau —6.º vol., pag. 50, col, 1.ª
Festa de S. Nicolau—6.º vol., pag. 49, col. 2.ª
Festas memoraveis—no Porto—6.º vol., pag. 72, col. 1.ª—7.º, 290, 2.ª
Fôjo (quinta do) — no Cadaval—pag. 535, col. 2.ª—e 537, 1.ª, fim.

Fontes

Fornecidas por nascentes privativas de cada uma d'ellas—pag. 422, col. 2.ª
Da Rata—5.º vol., pag. 304, col. 1.ª
Da Culher—5.º vol., pag. 303, col. 1.ª—7.º 452, 1.ª, nota. 2.ª
Das escadas da Bandeirinha—5.º vol., pag. 303, col. 2.ª
Antiga—da rua do Paço—5.º vol., pag. 303, col. 2.ª
Fontes—5.º vol., pag. 302, e seguintes—e 7.º, 422, 1.ª

Fonte do Olho do...—pag. 422, col. 1.ª, nota 1.ª (que segue para a col. 2.ª
Das Virtudes—5.º vol., pag. 302, col. 1.ª
De Miragaia—5.º vol., pag. 303, col. 2.ª
Da Torre da Marca—na rua do Triumpho —5.º vol., pag. 303, col. 2.ª
De S. Pedro—5.º vol., pag 303, col. 2.ª
Do Touro—5.º vol., pag. 303, col. 2.ª
Do Borges—5.º vol, pag. 304, col. 1.ª
Dos Ablativos—pag. 449, col. 1.ª
De Mija-Velhas—pag. 423, col. 1.ª

—

Foral do bispo D. Hugo, á cidade do Porto—pag. 470. col. 1.ª
Foral novo, do Porto—pag. 269. col 1.ª
Forbes (appellido)—5.º vol., pag. 275, col. 1.ª
Fôrca—6.º vol., pag. 69, col. 2.ª—e 7.º, 306, 2.ª (1714.)

Foi primeiro em *Mija-Velhas*; depois, na Ribeira; e por fim, na Cordoaria (menos a das victimas por *crimes politicos*, que era na Praça-Nova.)

Fortalezas e Castellos — da 3.ª divisão militar—pag. 393, col. 1.ª
Freguezia de Cedofeita — (—sua antiga extensão)—5.º vol., pag. 109, col. 2.ª
Freguezia da Sé—6.º vol., pag. 42, col. 1.ª fim.
Frades—Vide *Mosteiros de Frades.*
Freiras—Vide *Mosteiros de Freiras.*
Francisco d'Almada e Mendonça—5.º vol., pag. 300, col. 2.ª—e 6.º vol., 249, 1.ª. fim.
Francisco Guedes d'Azevedo—pag. 485, col. 1.ª
Francisco Lopes d'Azevedo Velho da Fonseca—1.º visconde e 1.º conde de Azevedo—pag. 513, col. 2.ª
Francisco da Rocha Soares — 5.º vol., pag. 275, col. 2.ª
Francisco de Sá e Menezes—1.º conde de Mattosinhos—pag. 508, col. 1.ª
Francisco de Bragança (D.)—pag. 511, pag. 2.ª
Francisco de Sá e Menezes—ou, frei Francisco de Jesus—pag. 306, col. 1.ª—e 508, 2.ª
Francisco Vieira (Vieira Portuense)—pag. 313, col. 1.ª
Fundição de Maçarellos—5.º vol., pag. 122, col. 1.ª
Fundição de Ouro—5.º vol., pag. 9, col. 1.ª
Fundições—Vide *Fábricas de fundição.*

G

Gaia—Vide 2.º vol., pag. 45, col. 1.ª—(*Cale.*)
Gaia—Vide *Villa-Bôa-de-Quires.*
Gaia—3.º vol., pag. 245, col. 2.ª (portuguez antigo.)
Gaia—ou *Villa Nova de Gaia*—3.º vol., pag. 245, col. 2.ª
Gaia—1.º vol., pag. 209, col. 1.ª, fim. (Zahara.)
Galeria de portuenses célebres—e dos individuos mencionados n'este artigo—pag. 508, col. 1.ª principio e seguintes.
Gamellas—6.º vol., pag. 83, col. 1.ª [1]
Garrett—(Visconde d'Almeida Garrett) —pag. 315, col. 1.ª
Gazómetro—pag. 487, col. 2.ª
General Póvoas—pag. 326, col. 2.ª
Gerard Eiffel—(constructor da ponte da 5.ª secção do caminho de ferro do Norte, sobre o Douro, no Porto.)—pag. 484, col. 1.ª—(Vide *Ponte do caminho de ferro, etc.*)
Graça — (Nossa Senhora da) — pag. 304, col. 2.ª
Guarda municipal—pag. 436, col. 2.ª
Guarda nocturna—(Vulgo—*nocturnos*)—Vide *Guarda municipal.*
Guarda real da policia do Porto—Vide *Guarda municipal*—e pag. 436, col. 1.ª, fim.

H

Henrique (D.) infante—pag. 291, col 2.ª, fim.
Hespanhoes no Porto—3.º vol., pag. 248, col. 1.ª, fim—7.º, 318, 1.ª

[1] Durante o cêrco do Porto (1832-1834) formou-se n'esta cidade, um batalhão de voluntarios, aos quaes—pela fórma das suas patronas—lhe dava o povo a alcunha de *Gamellas.*

Historia do Cêrco do Porto (1832-1834) pag. 338, col. 1.ª, e seguintes.
Homem-flauta—pag. 389, col. 2.ª
Homem pesado a prata—5.º vol., pag. 316, col. 1.ª
Homem salgado—pag. 516, col. 2.ª
Homens Carneiros de Vasconcellos—pag. 531, col. 1.ª
Hospedarias—pag. 538, col. 2.ª
Hospicio do Senhor d'Alem—pag. 308, col. 2.ª, fim.
Hospicio dos Carmelitas—em Lórdêllo—pag. 314, col. 1.ª
Hospicio da Cordoaria—pag. 307, col. 1.ª —(1730.)
Hospicio dos Expostos—pag. 308, col. 1.ª

Hospitaes

Do Terço e Caridade—pag. 314, col. 1.ª (1775)
Da Misericordia—2.º vol., pag. 59, col. 2.ª, fim.—5.º, 258, 1.ª—293, 1.ª—314, 1.ª—316, 1.ª—318, 1.ª—e 321, 1.ª—7.º vol., 295, 1.ª—297, 1.ª—299, 1.ª fim—304, 1.ª—313, 1.ª, fim—316, 1.ª—336, 1.ª—379, 1.ª—e 381, 1.ª
Dos Terceiros de S. Francisco—pag. 445, col. 2.ª
Dos Terceiros do Carmo—pag. 308, col. 1.ª (1736.)
De D. Pedro V (militar)—pag. 445, col. 2.ª
Inglez—5.º vol., pag. 280, col. 1.ª—e 7.º
Dos Alienados—2.º vol., pag. 59, col. 1.ª —7.º vol., 447, 1.ª
Da S.S. Trindade—pag. 311, (1755.)
Das Lazaras e Lazaros—pag. 297, col. 1.ª—e 446, 1.ª
Do Espirito Santo — 5.º vol. pag. 287, col. 2.ª
Dos Naufragos—pag. 337, col. 2.ª (Vide *Salva-Vidas*—e *Foz* (S. João da.)
Hospitaes—pag. 445, col. 1.ª

I

Infanta, D. Isabel Maria—pag. 424, col. 1.ª
Infante, D. Henrique—filho de D. João I 6.º vol., pag. 59, col 2.ª—e 63, 2.ª—7.º vol., 291, 2.ª, fim. (Vide *Ságres*).
Incendio—Vide *Pavoroso incendio.*
Instituto Industrial—pag. 365, col. 2.ª
Intendencia da marinha—6.º vol., pag. 71, col. 2.ª
Irmandades—Vide *Terceiros.*

J

Jardim Botanico—pag. 444, col. 2.ª
Jardins—Vide *Passeios.*
Jesuitas—pag. 297, col. 2.ª
João XXI—papa—pag. 468, col. 2.ª, principio.
João Esteves da Azambuja (D.)—pag. 468, col. 2.ª
João de Valladares (D.)—pag. 468, col. 2.ª
João Raphael de Mendonça (D.)—pag. 473, col. 2.ª
João de Magalhães e Avellar (D.)—pag. 469, col. 1.ª, principio.
João d'Almada e Mello (D.)—6.º vol., pag. 58, col. 1.ª, nota—e 7.º, 285, 2.ª
João Ferro de Lima—pag. 485, col 1.ª
João Pizarro da Cunha Porto-Carreiro—5.º vol., pag. 271, col. 2.ª
João da Cunha Araujo Coutinho Porto-Carreiro—5.º vol., pag. 271, col. 2.ª —7.º vol., pag. 519, col. 1.ª principio.
João Ramalho—pag. 460, col. 2.ª
João Pedro Ribeiro—(padre)—pag. 312, col. 2.ª
Joaquim Guilherme Gomes Coelho—(Vide—*Julio Diniz.*)
Joaquim de Santa Clara Brandão (D.) —arcebispo d'Evora—pag. 309, col. 1.ª
José Ferreira Pinto Basto—pag. 316, col. 1.ª
José Pereira da Costa Cardoso—5.º vol., pag. 295, col. 2.ª
José de Sousa Rocha—pag, 378, col. 2.ª
José Carlos Lopes Junior—5.º vol., pag. 270, col. 1.ª
Jornal do Porto—(periodico)—6.º vol., pag. 65, col. 1.ª
Jornaes politicos e litterarios—publicados no Porto, desde 1820 até 1877—pag. 384, col. 2.ª
Judiaria—5.º vol., pag. 296, col. 1.ª—e 7.º vol., 502, 2.ª—Vide *Cinuna* (Esnóga ou Sinagoga)—2.º vol., 307, 2.ª

Julio Diniz—pag. 394, col. 1.ª
Junot—pag. 317, col. 2.ª—318, 2.ª
Junta suprema do governo do reino (1808)—pag. 318, col. 2.ª
Junta provisoria do governo do reino (1820)—pag. 320, col. 2.ª
Junta provisoria do governo do reino (1828)—pag. 324, col. 2.ª (É a junta revolucionaria de 16 de maio, que deu resultados tão desastrosos.)
Junta provisoria do governo supremo do reino (1846)—pag. 367, col. 2.ª
Juntina—6.º vol., pag. 48, col. 2.ª

L

Lapa—(egreja de Nossa Senhora da)—pag. 310, col. 1.ª fim.
Lazaras e Lazaros—pag. 297, col. 1.ª (1558.)—(Vide *Gafanha*, no 3.º vol., pag. 244, col. 1.ª—*Gafanhão*, *Gafanhoeira*, e Gafaria, 1.ª e 2.ª col. de pag. 245 do mesmo vol.—Vide tambem, *Porto-Brandão* (Lazarêto) e *Porto-de-Mós*.)
Leites Pereiras de Mello e Alvim—6.º vol., pag. 86, col. 1.ª—e 89, 2.ª—7.º, 467, 2.ª—Vide tambem *Atães*.
Livrarias—Vide *Bibliothecas*.
Lobo, da Reboleira—6.º vol., pag. 59, col. 2.ª
Luctuosas—4.º vol., pag. 502, col. 1.ª—5.º vol., 104, 2.ª
Luiz de Sousa (D.)—4.º vol., pag. 275, col. 2.ª, principio.—7.º vol., 303, 2.ª—e 509, 1.ª
Luiz Pinto de Sousa Pereira de Menezes—5.º vol., pag. 316, col. 1.ª
Lyceus—pag. 439, col. 1.ª

M

Maçarocas—Vide *Motim das maçarocas*.
Macobria—pag. 308, col. 2.ª
Madre Maria Victoria—pag. 308, col. 2.ª (1737.)
Mananciaes, chafarizes, fontes—pag. 422, col. 1.ª
Manoel Maria da Costa Leite—5.º vol., pag. 270, col. 1.ª
Maria da Fonte (guerra da)—pag. 366, col. 2.ª
Maria Mantella—pag. 515, col. 2.ª
Marinhas de Maçarellos—5.º vol., pag. 8, col. 2.ª
Marquez de Sá da Bandeira—pag. 498, col. 1.ª, fim.
Martyres da patria—pag. 312, col. 1.ª
Masséna—pag. 319, col. 2.ª, principio.
Matadouro publico—pag. 488. col. 2.ª
Melchior—Vide *Belchior*.
Mellos—da Louzan—5.º vol., pag. 273, col. 2.ª
Memorias—Vide *Monumentos*.
Mercados permanentes—pag. 487, col. 2.ª
Mija-Velhas—pag. 423, col. 1.ª
Mina d'azougue—pag. 421, col. 1.ª
Mina de ferro—pag. 421, col. 1.ª
Misericordia—Vide *Hospital da Misericordia*.
Monte dos Judeus—6.º vol., pag. 58, col. 2.ª
Morgados d'Atães—pag. 467, col. 2.ª
Mortandade a bordo do vapor Porto—3.º vol., pag. 222, col. 2.ª fim—e 7.º vol., 371, 2.ª (1852.)
Morticinio de portuenses—6.º vol., pag. 69, col. 1.ª—7.º vol., 316, 1.ª—e 318, 2.ª

Mosteiros de frades

Carmelitas—pag. 302, col. 1.ª
Conegos regrantes de Santo Agostinho (*cruzios*) da Serra do Pilar.—6.º vol., pag. 22, col. 1.ª—e 7.º vol., 297, 1.ª
Conegos de S. João Evangelista (loyos)—do Porto—pag. 293, col. 1.ª
Conegos de S. João Evangelista (loyos)—de Oliveira do Douro—6.º vol., pag. 275, col. 2.ª—e 7.º, 306, 2.ª (1679.)
Congregados de S. Philippe Nery—(de Santo Antonio, da Porta de Carros)—pag. 305, col. 2.ª, principio. (1660.)
Dominicos—(ordem dos prégadores)—pag. 289, col. 2.ª—311, 1.ª—400, 2.ª
Eremitas de Santo Agostinho (gracianos)—vulgo—*Grillos*, *do Collegio*, a Santa Anna—pag. 297, col. 2.ª
Eremitas de Santo Agostinho (gracianos)—de S. João-Novo—6.º vol., pag. 77, col. 2.ª—7.º vol., 300, 1.ª

Franciscanos—pag. 289, col. 2.ª—292, 1.ª —404, 2.ª
Franciscanos—menores, da provincia da Conceição (antoninhos de Santo Antonio da Cidade)—a S. Lázaro—pag 314, col. 1.ª, fim.
Franciscanos—da provincia da Soledade, ou reformados menores, de São Francisco (antoninhos, de Valle-de-Piedade) —3.º vol., pag. 252, col. 2.ª—7.º vol., —297, 2.ª—354, 2.ª
Monges benedictinos—pag. 301, col. 1.ª [1]
Mosteiros—Vide *Hospicios.*

Mosteiros de freiras

Benedictinas—(S. Bento da Ave Maria)—pag. 295, col. 2.ª
Carmelitas—pag. 306, col. 2.ª—e 407, 2.ª
Dominicas (de Corpus Christi)—em Villa Nova de Gaia—3.º vol., 250, 2.ª—7.º vol., 290, 1.ª
Franciscanas—(de Santa Clara)—á *Porta do Sol*—pag. 292, col. 2.ª
Franciscanas — de Monchique — 5.º vol., pag. 298, col. 1.ª—e 322, 2.ª—7.º vol., 297, 1.ª—e 407, 2.ª
Mosteiros—Vide *Conventos*—pag. 400, col. 2.ª—407, 1.ª—e 407, 2.ª

Monumentos
(memorias)

Da Batalha—pag. 382, col. 2.ª
Do Bolhão—pag. 383, col. 2.ª
Da Praça-Nova—pag. 382, col. 2.ª

Motins

De 1474—(porque Ruy Pereira, senhor da Feira, sendo fidalgo, queria estar no Porto, mais de 3 dias) — 6.º vol., pag. 73, col. 2.ª
De 1628—contra o tributo das *maçarocas* —6.º vol., pag. 76, col. 2.ª — 7.º vol., 303, 1.ª
De 1661—(por causa do *papel sellado*)—pag. 305, col. 2.ª
De 1757—contra a *Companhia dos vinhos* —pag. 312, col. 1.ª—(1757.)
De 1836—*(motim dos marceneiros)* — 6.º vol. pag. 77, col. 1.ª
De 1856—*(motim do pão barato)*—6.º vol. pag. 77, col. 1.ª
De 1875—1876—e 1877—*(Motins do largo da Sé*—pag. 503, col. 1.ª
Motins—Vide *Desordens, Revoltas,* e *Tributos.*

—

Museu Allen—5.º vol., pag. 252, col. 2.ª—7.º vol., 441, 1.ª
Museu de S. Lazaro — (atheneu) — pag. 314, col. 1.ª, fim, e seguinte—e 441, 2.ª
Museu Luso—pag. 441, col. 2.ª
Museus—pag. 441, col. 2.ª
Musicos actuaes — no Porto — pag. 415, col. 2.ª

N

Nascentes

Arcas .... }
Campo Grande .. }
Cavâca .... } pag. 422, col. 1.ª e 2.ª
Liceiras .... }
Paranhos ...... }
Póvoa .... }

—

Natividade—Vide—*Praça-Nova.*
Naufragio do vapor «Porto» Vide *Morticinio.*
Nevilles—pag. 535, col. 2.ª
Nicolau (São)—(egreja e freguezia)—6.º vol., pag. 41, col. 1.ª e seguintes.
Nicolau de Sousa Monteiro (D.)—6.º vol. pag. 64, col. 1.ª—e 7.º vol., 468, 2.ª
Nocturnos—Vide *Guarda Municipal.*
Noronhas—6.º vol., pag. 95, col. 2.ª
Nossa Senhora de Campanhan—2.º vol., pag. 58, col. 1.ª—e 7.º, 411, 2.ª

[1] O primeiro convento d'esta ordem, foi fundado no *Monte-Cassino* (Italia) na era de Cesar 529 (491 de J. C.)
Tinham obrigação de ensinar primeiras lettras, latim, latinidade, theologia, etc.,—e de cultivar—por suas proprias mãos—as suas terras.

O

Ordens terceiras—pag. 478, col. 1.ª principio.
Orphans de S. Lazaro—pag. 307, col. 1.ª (1722.)
Orphãos—Vide *Graça*.
Orphãos de Campanhan—Vide *Seminarios*

P

Pachecos Pereiras — 6.º vol., pag. 84,

Paços

Antigo dos reis de Portugal—no Porto —6.º vol., pag. 60, col. 2.ª
Dos Bispos—pag. 284, col. 1.ª—e 472, 1.ª
Do Bom-Successo — 5.º vol., pag. 122, col. 2.ª
Dos Estudos—pag. 366, col. 2.ª
Da Marqueza—6.º vol., pag. 581, col. 1.ª—e 7.º vol., 319, 1.ª—e 390, 1.ª
Da Rua da Arménia—5.º vol., pag. 301, col. 1.ª
Do Senado da Camara municipal—pag. 319, col. 2.ª—e 423, 2.ª

—

Painel das almas da ponte—6.º vol., pag. 69, col. 1.ª

Palacios

Da Batalha—(Pangim)—6.º vol., pag. 570, col. 1.ª—7.º vol., 497, 2.ª fim.
Da Bolsa—pag. 429, col. 2.ª
De Crystal—5.º vol., pag. 122, col. 1.ª—e 7.º vol., 372, 2.ª, principio.
Da Justiça—pag. 489, col. 1.ª
Do governo civil—Vide *Casa Pia*.
Dos marquezes de Monfalim — *(Brandões)*—á Torre da Marca—5.º vol., pag. 122, col. 2.ª
De Pedro Cem—6.º vol., pag. 47. col. 2.ª
Do rei — (Carrancas) — 5.º vol., pag. 263. col. 1.ª
De São João-Novo—(Mellos e Alvins)—6.º vol., pag. 86, col. 1.ª

Todos os mais palacios não especificados n'este indice—veja-se a pag. 496, col. 2.ª— PALACIOS E QUINTAS, NO PORTO.

—

Pantaleão (São) — patrono da cidade do Porto—pag. 294, col. 1.ª, fim.
(Vêr o que digo, n'este indice, na nota da *Sé Cathedral*.)
Pantaleão da Cruz—vol. 6.º, pag. 59, col. 2.ª
Paredão das Virtudes—5.º vol., pag. 300, col. 1.ª
Parto de quatro creanças—pag. 306, col. 2.ª, fim.

Passeios publicos

Da Cordoaria —pag. 312, col. 1.ª—e pag. 443, 1.ª

—

Patacão—6.º vol., pag. 505, col. 2.ª, e 506, 1.ª
Pataco—6.º vol., pag. 505, col. 2.ª—e 506, 1.ª [1]
Patriotismo dos portuenses—3.º vol., pag. 248, col. 1.ª—7.º vol., 458, 1.ª, fim, e seguintes. Vide *Tripeiros*.
Patuleia (guerra da)—pag. 366, col. 2.ª
Paulo d'Azevedo (frei)—pag. 299, col. 2.ª
Pavoroso incendio — em Villa Nova de Gaia—pag. 538, col. 2.ª
Pedro (D.)—depois rei, 1.º do nome—prende o bispo do Porto, D. Pedro Affonso, que não quiz levantar a excommunhão ao pae do infante (D. Affonso IV)—pag. 392, col. 1.ª. fim.
Pedro (D.) I, rei—quer chicotar o bispo, D. Egidio, accusado de adulterio—pag. 290, col. 1.ª (1360.)
Pedro Cem—Pedro Sem, ou Pedro d'Ossem—5.º vol., pag. 122, col. 2.ª—6.º vol., 46, 2.ª
Pelourinho — 5.º vol., pag. 266, col. 1.ª principio.
Pepino—Vide *Botequim do Pepino*.

[1] Durante o cêrco do Porto (1832 a 1834) formou-se n'esta cidade, um corpo de voluntarios, que, por ganhar 40 réis diarios, cada soldado, o povo lhe deu o titulo de *Batalhão do pataco*.

Periodicos—(politicos, burlescos, e litterarios) que tem havido no Porto, desde 1820, até 1877—pag. 384, col 2.ª
Pésca—pag. 420, col. 2.ª
Pharmacia da Misericordia — 5.º vol., pag. 258, col. 1.ª
Philippa d'Alencastre (D.)—mulher de D. João I—6.º vol., pag. 72, col. 1.ª—7.º vol., 290, 2.ª—e 490, 2.ª
Pilar (Serra do)—ataques á sua fortaleza —pag. 351, col. 1.ª—pag. 352, col. 1.ª—352, 2.ª—e 380, 2.ª
Pintos da Cunha Saavedra — do *Caes-Novo*—pag. 532, col. 3.ª
Policia—Vide *Guarda Municipal*, pag. 492, col. 2.ª
Policia Civil—pag. 492, col. 2.ª
Ponte de barcas, sobre o Douro — no Porto—3.º vol., pag. 249, col. 1.ª, principio—6.º vol., 68, 1.ª—7.º vol., 316, 1.ª
Ponte do caminho de ferro, sobre o Douro—no Porto—pag. 421, col. 1.ª—e 484, 1.ª
Ponte metalica, sobre o Douro—no Porto—pag. 484, col, 1.ª
Ponte pensil, sobre o Douro—no Porto —6.º vol., pag. 66, col. 2.ª—e 7.º vol., 316, 2.ª
Pontes sobre o Douro — em frente do Porto—pag. 484, col. 1.ª
Pontos no rio Douro—6.º vol., pag. 198, col. 2.ª
Porta de Carros—pag. 286, col. 1.ª
Porta do Carvalho—(Porta do Sol)—pag. 285, col. 2.ª
Porta Nova—e sua capella—5.º vol., pag. 317, col. 1.ª—7.º, 286, 2.ª fim.
Porta do Olival, e a entrada de D. Philippa (mulher de D. João I) na cidade do Porto—pag, 490, col. 2.ª
Porta da Ribeira—Vide *Capella de Nossa Senhora do Ó.*

Para as mais portas da cidade—Vide—*Cêrca de D. Gonçalo Pereira*, a pag. 284, col. 2.ª—*Cêrca de D. Affonso IV, de D. Pedro I, e de D. Fernando* I, a pag. 285, col. 1.ª

Porto artificial—ao S. da barra do Porto —pag. 419, col. 2.ª
Portuenses célebres—pag. 508, col. 1.ª, principio, e seguintes.
Postigo da fôrca—6.º vol., pag. 69, col 2.ª
Postigo do pelourinho—6.º vol., pag. 69, col. 2.ª

Para os mais postigos, vide as cêrcas, a pag. 284, col. 2.ª seguintes.

Póvoas (general) pag. 326, col. 2.ª
Praça Nova das Hortas—(hoje *Praça de D. Pedro*)—pag. 490, col. 1.ª
Praça do Anjo—pag. 306, col. 1.ª—e pag. 487, 2.ª
Praça do Bolhão—pag. 488, col. 1.ª
Praça do Peixe—5.º vol., pag. 280, col. 2.ª—Vide *Feiras*, a pag. 299, 1.ª—e *Mercados permanentes*—a pag. 487, 2.ª
Praça de touros, da Aguardente—pag. 489, col. 2.ª
Praça de touros, da Bôa-Vista — pag. 489, col. 2.ª
Primeiro theatro lyrico, do Porto—pag. 395, col. 2.ª
Prisões—Vide *Aljube, Calabouço do Carmo, Relação*—e pag. 447, col. 2.ª
Privilegios concedidos, por differentes monarchas á cidade do Porto—pag. 455, col. 2.ª, principio, e seguintes.

Procissões

Do Carmo—pag. 482, col. 2.ª
Da Cinza—pag. 483, col. 1.ª
De Corpus Christi—pag. 483, col. 1.ª
De Nossa Senhora do Terço e Caridade—pag. 483, col. 1.ª
Da S.S. Trindade—5.º vol., pag. 281, col. 2.ª, no fim—e 7.º vol., 312, 1.ª
Procissões no Porto—pag. 482, col. 2.ª

—

Proto-medicato—pag. 316, col. 1.ª

Q

Quadrupla alliança—pag. 364, col. 2.ª

Quarteis militares

De caçadores n.º 9 — pag. 436, col. 1.ª (Vide, a pag. 301, 1.ª—*Mosteiro de Monges benedictinos.*)

Da guarda municipal—pag. 436, col. 1.ª
De Santo Ovidio—pag. 435, col. 2.ª
Da Torre da Marca—5.º vol., pag. 252, col. 1.ª—7.º vol., 435, 2.ª
Quartel-general—no edificio do governo-civil—Vide *Casa-Pia.*

Quintas

Do bispo—pag. 501, col. 2.ª
Do Bom-Sucesso — (Vide *Bom-Sucesso,* quinta do)
Da China—pag. 502, col. 1.ª, principio.
Do Cyrne—pag. 500, col. 1.ª
Dos condes de Rezende—(tambem chamada — *quinta do Figueirôa,* ou *quinta do Pamplona*)—pag. 499, col. 2.ª [1]
Da Pena—5.º vol., pag. 122, col. 2.ª
De Santo Antonio da Bôa-Vista—(ou das Aguas-ferreas)—pag. 501, 1.ª
Das Virtudes—5.º vol., pag. 262, col. 2.ª—277, 1.ª, fim—e 314, 1.ª
Da viuva Forbes—pag. 500. col. 2.ª
Quintas—Vide *Palacios* e *Quintas.*

R

Rail-Road—5.º vol., pag. 123, col. 1.ª—7.º vol., 444, 2.ª
Rapazes vádios—Vide *Aljube.*
Rata (fonte da)—5.º vol., pag. 304, col. 1.ª
Real do vinho—pag. 366, col. 1.ª

Recolhimentos

Do Anjo da Guarda—pag. 306, col. 1.ª—
Do Camarão—(Velhas)—pag. 319, col. 2.ª, fim.
Do Ferro—pag. 313, col. 1.ª
Das orphans de S. Lazaro — pag. 307, col. 1.ª—(1722.)
Do Postigo do Sol—(*Nossa Senhora das Dores e S. José)*—pag. 319, col. 1.ª
Recolhimentos—pag. 436, col. 2.ª

—

Relação—pag. 299, col. 1.ª—304, 1.ª (1647) —e 447, 2.ª

[1] Esta propriedade, foi vinculada por o Dr. João Carneiro de Moraes, chanceller-mór do reino. Vide a pag. 527, col. 2.ª, no principio.

Rendimento da alfandega—desde 1870, até 1875—pag. 401, col. 1.ª
Restauração (rua da)—pag. 319, col. 2.ª

Revoltas

De 1474—6.º vol., pag. 73, col. 2.ª
De 1628 — 6.º vol., pag. 76, col. 2.ª — 7.º vol., 303, 1.ª
De 1661—pag. 305, col. 2.ª
De 1757—pag. 312, col. 1.ª (1757.)
De 1808—pag. 318, col. 2.ª
De 1820—pag. 320, col. 2.ª
De 1828—pag. 324, col. 2.ª
De 1836—6.º vol., pag. 77, col. 1.ª
De 1846—pag. 366, col. 2.ª
De 1856—6.º vol. pag. 77, col. 1.ª
Vide *Desordens, Motins,* e *Tributos.*

—

Ribeirinho (fonte do) — Vide *Fonte dos Ablativos.*
Rio-Frio—6.º vol., pag. 63 e 70, col. 1.ª
Rio da Villa — 6.º vol., pag. 63, col. 1.ª, principio—e 70, 1.ª
Rocha Soares—*(Francisco da Rocha Soares)*—5.º vol., pag. 275, col. 2.ª
Roda dos Expostos—5.º vol., pag. 308, col. 1.ª—e 7.º vol. 299, col. 2.ª (1590)—e 306, 2.ª (1685)—e 414, 2.ª
Roberto Guilherme Woodhouse — pag. 512, col. 2.ª
Rodrigo Pinheiro (D.)—pag. 298, col. 1.ª

Ruas

De Christéllo—5.º vol., pag. 121, col. 2.ª
De D. Miguel I — Vide *Restauração* (*rua da.*)
Nova da Alfandega — 5.º vol., pag. 297, col. 2.ª—6.º vol., 41, 2.ª—e 58, 2.ª
Nova de S. João — 6.º vol., pag. 58, col. 1.ª—7.º vol., 291, 1.ª
Nova de S. Nicolau — (depois, *Rua Formosa,* e hoje, *Rua dos Inglezes)*—6.º vol., pag. 57, col. 2.ª
Das Taipas—pag. 489, col. 2.ª
Ruas da freguezia de S. Nicolau — 6.º vol., pag. 57, col. 2.ª

Ruas Novas, abertas em 1877—pag. 388, col. 2.ª
Ruas, travessas, bécos, calçadas, largos, praças, alamédas, caes, viellas, e passeios, em 1877—pag. 389, col. 1.ª

S

Salinas de Maçarellos—Vid *Marinhas.*
Salva-Vidas—3.º vol., pag. 222, col. 2.ª—7.º vol., pag. 337, col. 2.ª
Salvo-conducto—que Abd-el-Assis-Aben-Mahomet, senhor (mouro) do Porto, deu ao mosteiro da Cedofeita, em 755—5.º vol., pag. 106, col. 2.ª
Sé Cathedral—pag. 289, col. 1.ª—e 463, 1.ª [1]
Seminario diocesano—pag. 297, col. 2.ª (1560)—e 298, 2.ª (1577.)
Seminario dos meninos orphãos—do logar do Pinheiro, freguezia de Campanhan—2.º vol., pag. 60, col. 2.ª
Senhor d'Alem—pag. 308, col. 2.ª (1738.)
Senhor da Saude—5.º vol., pag. 317, col. 2.ª
Senhora da Misericordia—6.º vol., pag. 69, col. 2.ª
Sentenças da Alçada—pag. 330, col. 2.ª
Solignac—1.º vol., pag. 78, col. 2.ª—7.º, 355, 2.ª [2]

Sortidas feitas pelos liberaes, durante o cêrco

A Villa Nova de Gaia—pag. 351, col. 1.ª
A Ramalde e Paranhos—pag. 354, col. 1.ª
Ao Candal, Villa Nova de Gaia, e Valle de Piedade—pag. 354, col. 1.ª
A Lórdéllo, e Nevogilde—pag. 356, col. 1.ª
Ao Cabedéllo—pag. 356, col. 2.ª, fim.

[1] A pag. 294, col. 1.ª, no fim, disse (por que assim o vi escripto) que o corpo de São Pantaleão foi para a Sé, a 12 de novembro de 1453. É érro. Foi a 12 de dezembro, de 1499.

[2] Por causa da rapidez da revisão, escapou o nome d'este *heroe*, escripto com P *(Polignac)* quando devia ser *Solignac.*

Ao Covéllo—pag. 357, col. 1.ª
Soult—(general francez)—3.º vol., pag. 249, col. 1.ª—7.º, 318, 2.ª
Surdos-mudos—pag. 423, col. 2.ª

T

Taipas—Vide *Rua das Taipas.*
Taranco—(general castelhano)—pag. 318, col. 1.ª
Templos protestantes—pag. 423, col. 2.ª

Temporaes

De 28 de dezembro de 1727—pag. 307, col. 1.ª
De novembro de 1875—pag. 484, col. 1.ª
De novembro e de 1876, e janeiro de 1877—pag. 381, col. 1.ª, no fim, e seguinte, e 484, 2.ª
Temporaes—Vide *Cheias.*

Terceiros, ou irmandades

Dé S. Francisco—pag. 303, col. 2.ª—478, 1.ª
Dos Clerigos—pag. 307, col. 2.ª (1732.)
Do Carmo—pag. 308, col. 1.ª (1736.)
Da S.S. Trindade—pag. 311, col. 1.ª (1755.)
Do Terço e Caridade—pag. 314, col. 1.ª

—

Távoras, de Campo-Bello—6.º vol., pag. 95, col. 1.ª
Terramoto—pag. 212, col. 2.ª
Theatro lyrico—(o primeiro) do Porto—pag. 395, col. 2.ª
Theatros—pag. 396, col. 1.ª
Thomaz d'Almeida (D.)—pag. 468, col. 2.ª
Thomaz Antonio Gonzaga—pag. 309, col. 2.ª
Titulares com residencia permanente no Porto em 1877—pag. 492, col. 2.ª
Torre dos Clerigos—pag. 307, col. 2.ª
Torre da Marca—pag. 296, col. 2.ª (1530.)
Torre de Pedro-Cem—5.º vol., pag. 122, col. 2.ª
Tribunal do commercio—pag. 426, col. 2.ª
Tribunal da relação—pag. 299, col. 1.ª—304, 1.ª (1647)—e 447, 2.ª

Tributos

Das maçarocas—pag. 303, col. 1.ª
Do papel sellado—pag. 305, col. 2.ª
Segundo os foraes—pag. 452, col. 1.ª

—

Tripeiros—pag. 292, col. 1.ª
Tumultos á porta da Sé—pag. 503, col. 1.ª
Tumultos—Vide *Desordens, Motins, Revoltas, e Tributos.*
Tunnell do caminho de ferro—em Gaia —3.º vol., 253, col. 1.ª, e 2.ª—7.º vol., 483, 2.ª

V

Vapor Porto—(o seu naufragio)—Vide *Mortandade.*
Velhas do Camarão—pag. 219, col. 2.ª, fim.
Velhas da Cordoaria—pag. 294, col. 2.ª
Vice-consules estrangeiros—pag. 435, col. 1.ª
Vieira Portuense—(pintor)—pag. 313, col. 1.ª
Viella da Neta—pag. 388, col. 2.ª
Vinhos destruidos, no fim do cêrco—pag. 360, col. 2.ª
Virtudes—Vide *Fonte das—Paredão das—Passeio das—Quinta das—*
Visconde d'Almeida Garrett — 5.º vol., pag. 277, col. 1.ª—7.º vol., 315, 1.ª
Visconde de Macedo Pinto—5.º vol., pag. 269, col. 1.ª
Visconde de Villarinho de São Romão —5.º vol., pag. 267, col. 2.ª

W

Wanzeller—pag. 538, col. 1.ª
Wellesley—pag. 319, col. 1.ª
Wellington—Vide *Wellesley.*

Z

Zahara—(Gaia-moura)—1.º vol., pag. 209, col. 1.ª, fim.

PORTO (Nossa Senhora do)—É um devoto templosinho, fóra da villa de Gouveia (B. B.) e na margem do rio *Mil*. Deu-se-lhe a invocação de *Nossa Senhora do Porto*, por ser edificado no sitio chamado o *Porto*, onde se passa este rio, em uma barca, de uma para a outra margem.

Este rio é bastante caudaloso no inverno, e a sua passagem offerece bastante perigo.

É templo tão antigo, que se ignora a data da sua fundação, e o nome do seu fundador.

É muito frequentado pelos habitantes da villa de Gouveia, e das povoações circumvisinhas. A sua festa, faz-se a 5 d'agosto—dia de Nossa Senhora das Neves—havendo então uma grande e concorridissima romaria.

—

PORTO (Nossa Senhora do) ou NOSSA SENHORA DO PORTO D'AVE—M.—Vasta e magnica egreja, elevada a cathegoria de CAPELLA-REAL, em 1873.

É no districto da freguezia de S. Miguel de Tahide, concelho da Póvoa de Lanhoso, a 15 kilometros ao N.E. de Braga, 50 ao N. do Porto, e 12 ao O. de Guimarães.

—

Este magestoso templo, está edificado na vertente de um formoso monte, com extensas e formosas vistas, que abrangem até ao Oceano, e tendo ao sopé uma extensa e fertil veiga, regada pelo rio *Ave*, em cujas margens, fica o Santuario, que é o mais célebre das provincias do norte, depois do *Bom Jesus do Monte*, em Braga.

Junto da egreja, ha varias casas e bonitas capellas, que lhe pertencem, assombradas de frondoso arvoredo.

Eis a origem d'este Santuario:

Em 1730, o padre visitador, examinando a egreja matriz da freguezia de S. Miguel de Tahide, viu na sachristia uma antiga imagem de Nossa Senhora do Rosario, em muito máu estado, e a mandou enterrar em sagrado, como é de costume, quando as santas imagens são disformes, ou estão damnificadas pelo tempo.

Francisco de Magalhães Machado, proprietario e mestre de primeiras lettras, da freguezia, e muito devoto da S.S. Virgem, pediu a imagem, e, sendo-lhe concedida, a levou para sua casa, onde a tinha com a maior decencia e devoção.

Diz a lenda, que, pouco tempo depois de estar a imagem em casa do Machado, hindo elle uma manhan fazer-lhe a oração matinal do costume, achou a perfeitissimamente encarnada, pintada e dourada, sem saber como, quando, nem por quem. Machado e outras pessoas, declararam, debaixo de juramento, que não mandaram fazer semelhante obra, nem sabiam quem, nem quando havia sido feita. Este documento (a declaração jurada) existe na camara ecclesiastica de Braga.

Tinha Machado a imagem em uma edicula, que adornava com as mais bonitas flores que podia haver,—estava no sitio da fonte que se vê ao lado da egreja, e alli levava todos os dias, Machado, os seus pequenos discipulos, a rogarem á Senhora que lhes desse intelligencia, bôa memoria, e todas as graças que costuma conceder aos seus protegidos, que são todos os que recorrem ao seu patrocinio valioso; de módo que as creanças, desde os seus verdes annos, se costumavam á devoção da SS. Virgem.

Alguns d'elles, cresceram, e foram homens; e como a patria lhes não promettia tão risonho futuro, como a America, foram procurar fortuna ás terras de Santa Cruz; mas, nem a 2:000 leguas de distancia perderam a devoção á Virgem da edicula, e principiaram a mandar-lhe uma parte do fructo das suas economias, para que ella lhes augmentasse a fortuna.

Em 1736, já havia uma bôa porção de dinheiro, vindo do Brasil, apezar de se ter gasto algum na conservação e adornos da ermidinha. Então projectou-se a construcção de um templo digno da Rainha dos Ceus, e se deu logo principio á obra, trabalhando-se com tanto fervor, que já em 1740 foi levada a santa imagem, com grande regosijo e sumptuosidade, para o formoso altar que lhe era destinado, na sua nova capella.

As promessas e offertas augmentavam progressivamente; e o arcebispo de Braga tomou posse do templo, para melhoral'o, em 1744.

Foi desde então, que, os prelados bracharenses, qual d'elles mais devotos de Nossa Senhora do Porto d'Ave, [1] deram grande desenvolvimento ás obras do Sanctuario.

Logo pouco tempo depois de 1744, lhe mandaram construir um edificio octógono, com um bello zimborio; capella-mór, com um formosissimo e rico altar de talha, primorosamente esculpido e dourado. Fez-se tambem uma vasta sachristia, cujo tecto se enriqueceu de bellas pinturas, a òleo, representando a SS. Virgem, cercada de formosos ornatos.

Construiu-se um camarim, ou sala, que ainda não está ornamentado.

Na egreja ha dois bons orgãos, guarnecidos de talha, e unidos ao córo, um de cada lado; (os francezes os despedaçaram em 20 de março de 1809, mas foram concertados, depois da expulsão d'estes vandalos do seculo XIX) e dois bellos pulpitos, adornados das tres *virtudes theologaes*, e de tres das *cardeaes*.

As paredes interiores do templo, estão revestidas de bellos asulejos, e a abobada é *apainelada*, contendo cada quadro uma pintura a óleo, e todos a *figuração* da ladainha.

No octógono, ha dois bellos altares—um do S.S. Sacramento, e outro de Santa Anna.

A fachada da egreja é ladeada por duas elegantes torres, com seus competentes sinos.

Da egreja até ao tópe da collina, ha um amplo *escadório*, ladeado por oito formosas capellinhas, no gôsto das do Sanctuario do Bom Jesus do Monte.

A pouca distancia da egreja, ha um edificio, que foi recolhimento de beátas, de S. Francisco, as quaes se occupavam em ensinar meninas pobres, gratuitamente. Eram umas pobres devotas, que nos rudimentos da doutrina christan, nas prendas mulheris, em primeiras lettras e nos deveres de uma mulher catholica, educavam essas pobres creanças, que alli achavam a instrucção e os exemplos de virtude. Não era mosteiro, mas recolhimento de bôas donas e santas recolhidas; porém, como não era theatro, club, ou casa de jogo, foi abandonado, por falta de rendas e da protecção dos governos.

—

Capellas

No terreiro central, ha uma capella, ou oratorio, quadrada, sustentada por arcos, que engenhosamente divide trez lanços do monumental escadório. É decorada, a capella, com jarrões, e seis estatuas de granito, representando—David, Santa Anna, a S.S. Virgem, S. Gabriel, S. Zacharias, e S. Semião. No oratorio, está a imagem de J. C. crucificado, tendo despregado da cruz, o braço direito, e com elle abraça o patriarcha, S. Francisco.

As primeiras duas capellas, que depois se vêem—subindo o escadório—teem as seguintes inscripções:

A do lado direito, diz:

UNDE HOC MIHI
UT VENIAT MATER DOMINI MEI
AD ME?
LUC.
1.

—

A da esquerda, diz:

ECCE
ANCILA DOMINI, FIAT MIHI
SECUNDUM VERBUM
TUUM
S. C.
1.

—

Na rectaguarda da capella, acima do terreiro, uma bonita fonte, tem esta inscripção:

DEVIDA AOS GENEROSOS SERVIÇOS,
PRESTADOS NO RIO DE JANEIRO,
EM FAVOR D'ESTE SANCTUARIO,
PELO EX.^mo COMMENDADOR,
JOÃO FERNANDES DE MATTOS,
DA FREGUEZIA DE AROSA.

—

[1] Desde que se construiu a capella primittiva (a 2.ª que já merecia este nome, visto que a 1.ª, não era mais que uma especie de nicho) perdeu a Senhora a sua invocação *do Rosario*, tomando o do logar onde se edificou o templo.

A 3.ª capella, tem esta inscripção:

POST. CONSUMMATI SUNT
DIES OCTO UT CIRCUMCIDERETUR PUER
VOCATUS EST NOMEN EJUS,
JESUS.
LUC.
C. 9.

—

A capella 4.ª—do lado direito, tem a inscripção:

INVENE—
RUNT MARIA
& JOSEPH & INFANTEM POSITUM
IN PRAESEPIO.
LUC. C. 9.

—

Inscripção da 5.ª capella:

INVENE—
RUNT PUER
CUM MARIA MATER EJUS
& PROCIDENTES ADURAVIT EUM.

—

A da 6.ª é:

TULERUNT
ILLUM JERUSALEM
UT SISTERENT EUM DOMINO.
LUC.
11.
22.

—

A da 7.ª, é:

ACCEPIT
PUERUM ET MATREM EJUS
NOCTI ET SECESSIT IN
AEGYPTUM.
MATH. 11., V. 14.

—

A da 8.ª, diz:

INVENERUNT
PUER IN TEMPLO, IN
MEDIO DOCTORUM, AUDI—
ENTE ILLOS & INTER—
ROGANTE EOS.
S. LUCAS
C. 2.º

—

Do *terreiro do fogo*, para o N., se avista, a través de copado arvorêdo, e vinhas, o elevado pico, denominado *serra do Pilar*, junto á Póvoa de Lanhoso.

(Fica quasi fronteiro ao alto monte de Nossa Senhora da Graça, em Celorico de Basto.)

A primeira capella, representa a *Annunciação*. O Padre-Eterno, que esta no centro, é uma estátua magestosa.

A segunda, representa a *Visitação*. Vêem-se as imagens da S.S. Virgem, e Santa Isabel, abraçando-se, e quatro anjos, dois tocando e dois em acção de cantar.

A terceira, representa o *Nascimento de J. C.* É um formosissimo persepe.

A quarta, representa a *Circumcisão*.

A quinta, representa a adoração dos *reis Magos*.

A sexta, representa a *Apresentação de J. C., no templo*.

A setima, representa, a *fugida para o Egypto*.

A oitava, representa *J. C. entre os doutores*.

Todas as figuras d'estas oito capellas, são de madeira, de tamanho natural, e admira-se a perfeição com que foram pintadas e douradas.

Não se sabe por quantos esculptores foram feitas tantas imagens e figuras, que constituem estas scenas do Novo Testamento: o que se sabe, porque se vê, é um constante e contínuo anachronismo nos trajes, que, na maior parte, são como se usavam no tempo dos artistas que as esculpiram.

—

Os edificios contiguos ao templo, servem de aposento aos numerosos romeiros, nos dias de festa.

Uma casa apalaçada, na avenida S., foi construida para collegio de instrucção primaria e secundaria, que foi regida pelo sr. dr. Valentim, natural de Guimarães. Sendo este cavalheiro nomeado delegado do procurador-regio, acabou o collegio.

Nas esquinas d'esta casa, se vêem esculpidos os brazões d'armas dos differentes arcebispos de Braga, que mandaram fazer obras n'este Sanctuario, e suas dependencias.

Quasi em frente, está outra casa, que serve para o quartel da tropa, que vem fazer a policia da romaria.

—

O terreno em que está construido o Sanctuario e as suas dependencias, é bastante

accidentado, e tem crescidos olivaes em redor.

Ao lado das escadas (ao fundo) está um bonito jardim, que fica entre duas escadarias, tendo no centro um repucho perenne.

Ha tambem aqui uma soffrivel hospedaria, construida em 1875.

—

Antes de subir as primeiras escadas do Sanctuario, e não longe do templo, está uma fonte perenne, de optima agua.

Tem esta inscripção, sobre a bica:

1864
ESTA FONTE E ESTRADA, SÃO DEVIDAS
Á PIEDADE E GENEROSA DEVOÇÃO,
DO ILL.^mo SR. JOSÉ JOAQUIM GONÇALVES,
DA FREGUEZIA DE S. BARTHOLOMEU,
E DE SUA EX.^ma ESPOSA.

Na segunda fonte, não ha inscripção: tem um leão de granito, a deitar agua em uma taça da mesma materia.

Sobre esta fonte, ha um pequeno jardim com um repucho.

Seguem para cima as escadarias. Da esquerda, ha uma fonte, onde se vê uma serpente de granito, a deitar agua; assim como a figura do sol, da bôca da qual, tambem sáe agua, para uma pia.

A pouca distancia do templo, está a casa de habitação de um proprietario, cognominado *capitão da Senhora do Porto.*

Perto d'esta casa, e nos arredores da egreja, ha mais granjas e casas de campo de differentes individuos.

—

A egreja é vasta, e bastante elevada, mas nota-se-lhe falta de luz, como nos templos antigos.

Tem altar-mór e quatro lateraes: estes tem, Santo Antonio, e Santo Affonso de Ligorio; Nossa Senhora do Alivio, e o SS. Coração de Maria; Nossa Senhora com o Medino; e o SS. Sacramento.

Do altar-mór, já fallei.

—

Depois da romaria do Bom Jesus do Monte, é esta (que se faz a 8 de setembro) a mais devota e concrioda do Minho: frazendo se aqui as festividades com a maior magnificencia.

—

Este Sanctuario, tem um capellão privativo, com residencia propria. O actual capellão, o reverendissimo sr. Caetano José da Cruz Barros, é um clerigo exemplar, muito devoto da Senhora, e zelosissimo no cumprimento dos seus deveres. A elle se deve o grande aceio em que está o templo, e muitos e valiosos melhoramentos.

Para afervorar a devoção dos povos, o sr. Barros, auxiliado por uma commissão, instituida no tempo da gerencia do seu antecessor—o padre Joaquim Baptista Vieira, fallecido ha annos—foi o que tentou e levou a effeito á construcção da hospedaria, estabelecimento que se tornava aqui de urgente necessidade.

Alem da bôa vontade do zeloso capellão, devo citar aqui os nomes dos benemeritos cavalheiros, que generosamente o secundaram, para a conclusão d'esta obra; são os srs.—commendador, João Fernandes de Mattos, natural da freguezia d'Arosa, residente no Brasil—Seraphim José Gonçalves Bastos (irmão do digno capellão) e sua sogra, a sr.ª D. Leonor Maria da Costa Coutinho, ambos residentes na cidade de Rézende, do mesmo imperio. [1]—João Antonio de Mattos, natural da freguezia de Brunhaes (ou Abrunhaes)—Francisco José da Cruz, da mesma freguezia—Antonio Joaquim da Cruz, da freguezia de Fonte-Arcada, e outros.

Tambem os lavradores das freguezias de Tahide e circumvisinhas, teem prestado grandes serviços ao Sanctuario, já dando madeiras, já fazendo gratuitamente a conducção d'ellas, da pedra e dos outros materias necessarios.

—

O mesmo benemerito capellão, vendo que as figuras das capellas se achavam muito deterioradas, expôz a necessidade da sua restauração, a alguns seus amigos e parentes.

[1] É d'esta cidade que era marquez, o fallecido tio do sr. marquez de Penalva. Vide *Penalva.*

Entre elles, foi o sr. Bernardino José da Cruz, negociante, da cidade de Braga, o qual e sua digna esposa, se offereceram logo para pagarem todas as despezas com a pintura e douramento das figuras da capella da fugida de Nossa Senhora, pará o Egypto; e pediram aos seus amigos para se encarregarem do pagamento das despezas, para a renovação de outras.

Com effeito, o sr. commendador, Fulgencio José da Costa Guimarães, residente em Braga, encarregou-se do pagamento de toda a despeza, para a restauração da primeira capella (a da Annunciação) que incumbiu ao habil artista, o sr. Joaquim da Rocha. Tambem á sua custa, mandou reformar as imagens do oratorio, sobranceiro ao terreiro do centro. Este trabalho, foi por elle encarregado ao insigne artista, o sr. João Firmino Soares, bem conhecido na cidade de Braga, pelo primor das suas obras, n'este genero. [1]

Ainda aos desvelos do sr. capellão e do seu proximo parente, o referido sr. Bernardino José da Cruz, se deve a restauração das outras capellas, sollicitando de muitas almas piedosas, os sufficientes donativos para estas obras.

Tambem o sr. Gonçalves Bastos (irmão do capellão) e sua sogra, de que já fallei, mandaram restaurar á sua custa as duas capellas—da Visitação, e do Nascimento de J. C.

As figuras das trez capellas restantes, foram mandadas restaurar pelos sr. Bernardino Caetano d'Oliveira, natural de Refojos de Basto—Antonio Bernardino Pinto de Madureira—Gaspar José da Cunha—João Marcos d'Araujo Ribeiro—e Manoel Joaquim de Castro Loureiro, da cidade de Braga—e Antonio Joaquim da Costa, da quinta das Caldas das Taipas.

[1] É bem empregada a grande riqueza que Deus concedeu ao sr. Costa Guimarães, pelo optimo uso que d'ella faz. Tem feito valiosissimos donativos a differentes Sanctuarios; e a sua caridade é inexgotavel, em beneficio d'aquelles a quem a fortuna não favoreceu. O Todo Poderoso o premiará no outro mundo, de quantos beneficios tem feito n'este.

O sr. José Joaquim Gonçalves, natural da freguezia de S. Bartholomeu da Esperança, residente na cidade do Porto, tambem por muitas vezes tem contribuido com generosos donativos, para o progresso das obras d'este Sanctuario.

Alem das duas capellas mandadas renovar pelo sr. Fulgencio, todas as mais foram restauradas pelo habilissimo artista, de Braga, o sr. Joaquim do Nascimento Borges.

Na romaria de 1875, admirou se a nova capella do Nascimento da S.S. Virgem, capella que era ha muito desejada pelos devotos da Senhora.

Fica proxima do templo.

Todas as figuras foram feitas em 1874, pelo insigne esculptor bracarense, o sr. José Alves Loroto; e, em 1875, pintadas pelo já referido pintor, o sr. João Firmino Soares, da mesma cidade.

—

No dia 26 de agosto de 1875, se realisou a inauguração da estrada, da Póvoa de Lanhoso, ao formoso logar do real Sanctuario da Senhora do Porto d'Ave.

Foi um dia de grande regosijo para os povos d'estas terras.

Nos trez dias de festa (6, 7 e 8 de setembro) costuma haver combois do caminho de ferro do Porto a Braga, a prêços reduzidos. Desde que se construiu esta linha ferrea, a concorrencia dos romeiros ao Porto d'Ave, tem augmentado prodigiosamente.

PORTO (S. João do)—Vide *Porto de Mós.*

PORTO (S. Martinho do)—Já tratei d'esta freguezia, no 5.º vol., a pag. 113, col. 2.ª—porém como depois d'isso ha mais que dizer, o ponho n'este logar.

São Martinho do Porto, é uma das povoações mais lindas e bem situadas da Extremadura, collocada na encosta de uma collina, ficando-lhe ao supé, a bahia, ou *porto,* que lhe deu o nome. As suas ruas, ainda que poucas, são de um extremo aceio, e as casas que as orlam, alvas de neve.

O extenso caes que fica ao norte da bahia, é o passeio favorito dos banhistas, que concorrem aqui, tanto portuguezes como hespanhoes.

Do alto do monte onde está a capella de

Santo Antonio, se avista uma grande extensão do oceano atlantico, e os ilheus das Berlengas. Á esquerda, se vê a bahia e a bonita povoação de S. Martinho, e mais ao longe, os feracissimos e formosos campos de Alfeizerão e Valle de Maceiras, cortados em grande parte pela estrada real, orlada de frondoso arvoredo (freixos, choupos e salgueiros) que fórma uma deliciosa abobada de verdura.

Fica proxima a bella quinta da Malasia, do sr. Antonio Coelho. As casas d'esta quinta estão no alto de uma collina, em sitio pittoresco, cercado de pequenos montes, em grande parte cultivados, e luxuriantes de vegetação, lembrando os formosos campos do Minho. Ao fundo corre uma pequena ribeira, que faz o sitio ainda mais ameno e agradavel.

—

Em 10 de março de 1876, o mar, sahindo fóra do seu leito, inundou a maior parte das casas da praia. Foi uma maré, como não ha memoria d'outra egual.

O mesmo aconteceu, n'esse mesmo dia, na costa de S. Jacintho, em Aveiro, e em outros logares do nosso litoral.

Em outubro do mesmo anno de 1876, falleceu em S. Martinho, o commendador José Bento da Silva, natural d'esta villa, que, por muitos annos havia residido no Pará—Brasil.

Deixou importantes legados, sendo os principaes—100$000 réis para serem distribuidos, com egualdade, por 100 pobres da freguezia—200$000 réis para serem distribuidos por 200 velhos pobres da freguezia, 1$000 réis a cada um—400$000 réis para 20 orphãos e viuvas, 20$000 réis a cada um —60$000 réis para missas—a dois rapazes pobres da freguezia, para seguirem qualquer carreira scientifica, 2:000$000 réis a cada um—para dote de 4 donzellas pobres, 400$000 réis para cada uma; 1:600$000 réis —para a construcção de um chafariz, na villa, 3:000$000 réis—para reparos e aformoseamento da egreja matriz, 3:000$000 réis —para edificar um collegio, para instrucção primaria e geographia, para ambos os sexos, 3:000$000 réis; e o capital preciso, para do rendimento se pagar aos professores, com a condição de ser directora, sua sobrinha, a sr.ª D. Maria do Livramento, á qual o benemerito testador havia mandado dar uma excellente educação.

O nome de José Bento da Silva, será, com justissima razão, abençoado para sempre, por pobres e ricos d'esta freguezia, e Deus lhe remunerará na outra vida, tantas e tão bôas obras que n'esta praticou, com verdadeira caridade christan.

—

Em janeiro de 1877, terminaram as obras de um elegante theatrinho, n'esta villa, que foi inaugurado logo a 2 de fevereiro, com as representações—da comedia em tres actos, *Um homem politico*—uma poesia, intitulada, *A Caridade*—e a comedia em um acto, *Tomar banhos para casar*. Foi tudo desempenhado por curiosos da villa, e o producto da recita, em beneficio das victimas das inundações de novembro e dezembro de 1876.

PORTO-BRANDÃO—Aldeia, Extremadura (ao S. do Tejo) na freguezia e 2 kil. ao N. de Caparica, concelho e 3 kil. ao O. de Almada.

Está formosamente situada em uma baixa, entre montes, a uns 500 metros ao E. do sitio onde existiu a torre de S. Sebastião (Torre-Velha) hoje occupado pelos vastos edificios do lazarêto. Fica a uns 1:600 metros ao E. da aldeia da Trafaria, da mesma parochia de Caparica; e em frente da formosa torre de S. Vicente, de Belem.

É uma pequena povoação, de fórma oblonga, ficando-lhe no centro, ao S., a antiga capella de Nossa Senhora do Bom-Successo, e ao N. um terreiro, onde se construem algumas embarcações miudas.

Tem algumas casas de bôa apparencia, e toda a população tem uns 80 fogos.

Ha aqui uma bôa fabrica de tijolo, no logar onde existiu um fortim, construido no reinado de D. João III, e do qual ainda ha vestigios.

A padroeira da ermida (Nossa Senhora do Bom-Successo) é objecto de muita devoção para o bom povo d'esta aldeia, que

todos os annos lhe faz uma esplendida festa, que dura tres dias.

Foram tambem os habitantes de Porto-Brandão, que á sua custa edificaram o templosinho, no seculo XVI.

O sr. D. Pedro V, de saudosa memoria, tinha tambem particular devoção com Nossa Senhora do Bom-Successo, e todas as vezes que hia caçar á Lagôa, hia fazer oração á sua capella; e, em uma das occasiões que veio aqui, deu á Senhora um bello altar, de talha dourada, uma alampada de prata e dois ricos tocheiros; o que tudo é conservado com a maior veneração pelos mórdomos da Senhora, como reliquias commemorativas da bondade de um monarcha, que a morte tão cêdo roubou ao amor dos portuguezes de todos os partidos, que esqueciam *tudo*, para só se lembrarem de que D. Pedro V, era um dos mais virtuosos soberanos que teem reinado em Portugal.

Os habitantes d'esta aldeia, são, na sua maxima parte, catraieiros, e costumam tirar quotidianamente, do producto do seu labôr, um certo óbulo, que depositam no mealheiro, para ajuda da festa da sua padroeira e madrinha, e d'estas pequenas quantias, se juncta no fim do anno, uma quantia de 200$000 rs., pouco mais ou menos. É com este dinheiro e com as esmolas dos mórdomos e dos romeiros, que se occorre a todas as despezas da festividade, que consta do seguinte—no 1.º dia, ha ladainha—por vozes e instrumentos —á Senhora; arraial e fogueiras—no 2.º, missa cantada, sermão, procissão, illuminação, fogo de vistas, e arraial—e no 3.º, a repetição de tudo o que se fez no dia antecedente.

Tem aqui uma bonita quinta, o sr. barão d'Alcochête.

Proximo ao logar, ha uma nascente de aguas mineraes, denominada *Fonte-Santa*. Foi reconstruida pela camara municipal de Almada, no fim do anno de 1874.

—

Lazarêto

A uns 500 metros ao O. de Porto-Brandão, mandou D. João II, pelos annos de 1490, construir uma fortaleza, a que se deu o nome de *castello de Porto-Brandão*.

O rei D. Sebastião a reedificou, em 1570, dando-lhe então o nome de *Torre de S. Sebastião de Caparica*; porém o nome porque foi geralmente conhecida, nos nossos dias, em quanto existiu, era *Torre-Velha*.

Foi n'esta fortaleza, que se instituiu uma cousa a que se dava o nome de *lazarêto*, e que não era mais do que uns antros immundos, escuros e insalubres, onde os viajantes que alli eram obrigados a *quarentenar*, só achavam muralhas derrocadas, pessimos alojamentos e comida tambem pessima, mas por preços exhorbitantes.

O governo, attendendo ás repetidas e justissimas queixas dos quarentenarios, e escolhido, por pessoas competentes, sitio mais apropriado (que foi o monte sobranceiro ao velho castello) deu principio ao edeficio do novo lazaréto, em 1867—e em 1869, para alli foram transferidos os quarentenarios.

O nosso lazareto, posto que ainda está longe de preencher todos os fins a que se destina, é vasto, elegante e bem arejado. Quanto aos preços das comidas, continúa a mesma exhorbitancia; facto que está reclamando urgentes providencias.

Para as obras do novo lazareto, se demoliu a velha torre, e das antigas fortificações apenas restam alguns panos de muralha, ao lume d'agua; e o seu ambito, está hoje occupado pelos armazens e outras officinas do lazarêto.

Estão quasi concluidos (julho de 1877) mais dois vastos armazeas, pertencentes ao lazarêto, e que lhe ficam ao E.—Tem-se já gasto com esta construcção, mais de 20 contos de réis.

O temporal de novembro de 1876, causou alguns estragos no lazareto, cahindo uma parte do monte, de alguns milhares de metros cubicos de volume. Não houve desgraças pessoaes.

PORTOCALLE, ou **PORTUCALE**—Já na descripção da cidade do Porto, dei todas as origens e nomes antigos, que se dão áquella povoação. Aqui tratarei sómente da palavra *Portocalle*, e do que sobre ella ha a dizer. Peço desculpa de alguma repetição

indispensavel para intelligencia d'este artigo.

Ignora-se hoje, se o nome Portocalle foi dado á cidade do Porto, se a uma povoação que existiu onde hoje se vê a egreja de Mafamude (Villa Nova de Gaia) e chegava até á actual aldeia de Paço de Rei. Do que se não póde duvidar, é da existencia, n'este sitio, de uma povoação que ainda existia no principio do XII seculo, com o nome de *Portugal*, corrupção manifesta de *Portucalle*.

D. Jeronymo Contador de Argote, no seu livro *De antiquitatibus conventus bracarangustani*, tomo 4.º pag. 146 e seguintes, dá-nos amplas noticias d'esta povoação, ainda que julga que era no sitio da actual cidade do Porto, e o seu *Burgo-Velho*, hoje bairro da Sé.

Tratarei de resumir o que diz este escriptor curiosissimo.

Portocalle, era a cidade a que hoje chamamos *Porto*. [1] Os escriptores não concordam na época da sua fundação: eu tenho por certo que o foi pouco antes da ultima decadencia do imperio romano; ainda que não duvido que os romanos, em tempos mais antigos, construissem algum castello n'este ponto eminente ao rio Douro. [2]

Idacio, que é o primeiro escriptor em que lemos o nome d'esta povoação, não se atreve a chamar-lhe cidade, mas satisfaz-se com dar-lhe, umas vezes o nome de CASTELLO, *outras o de* LOGAR. [3]

[1] Do seguimento d'este artigo, veremos que quasi tudo quanto diz Argote, *quadra* melhor ao Portugal, povoação ao S. do Douro, do que ao Burgo-Velho do Porto.

[2] Esta opinião do sabio archeologo, confirma a minha, expendida no principio do meu artigo Porto. É muito provavel que os romanos edificassem um castello, ou *castrum* (o célebre castello de *Pena-Ventosa*) no bairro da Sé; mas não prova que lhe dessem o nome de Portucalle.

[3] Idacio viveu no 4.º seculo da era christan, e foi contemporaneo de S. Damazo, papa, lusitano (da cidade de Guimarães ou das suas immediações) que governou a egreja de Deus, desde o anno de 367 até 385. Tambem foi contemporaneo do imperador Theodosio, o Grande, que era tambem lusitano, natural da cidade de *Cauca* (vide 2.º vol., pag. 215, col. 2.ª) e que subiu ao throno imperial, no anno de J. C. 392; e por consequencia, quando o grande imperio romano estava a derrocar-se, e que poucos annos teve de existencia.

As actas do concilio Lucense, *para differençar esta povoação, na margem direita do Douro, da outra em frente, na margem esquerda, chamam áquella* CASTELLO-NOVO, *e a esta,* CASTELLO-VELHO. [1]

O Castello-novo, foi pois construido pelos romanos, para oppor um obstaculo ás aggressões dos *bárbaros*, e para defender a passagem da Lusitania para a Galliza. (Todos sabem que o rio Douro, era, desde a sua foz, até perto de Freixo de Espada á Cinta, o que dividia a Lusitania—ao S.—da Galliza, ao N.)

Isaac Vossio, confunde os dois Portocalles, assim como confunde *Calle* (Gaia) com *Portocalle*, que lhe fica uns 4 kilometros a E.—Este historiador, que era estrangeiro, curava por informações, quando escrevia sobre geographia lusitana.

As chronicas árabes, dizem, que Abd-el-Azis, filho de Muça, e distincto general serraceno, conquistára a Lusitania, no anno da Egira 94 (717 de J. C.) e, passando o Douro, para N., conquistara o Porto, Braga, Tuy, Lugo, etc.

Por muito tempo fizeram os mouros guerra aos christãos, até que divididos (os mouros) entre si, com discordias intestinas [2] foram vencidos, e lançados fóra de toda a Gal-

[1] Vê-se que ambas tinham o nome de Portocalle, e que a do sul do rio, era mais antiga, e ficava em frente do Porto primitivo, pelo que, não podia ser senão em Mafamude, ou suas immediações. (Vide *Mafamude*.)

[2] Em 739, os emires e al-kaides mouros, principiavam a sacudir o jugo dos kalifas, fazendo-se reconhecer reis, nos districtos dos seus emirados e alcaidarias.

O primeiro que se declarou independente, foi Al-Boacem-Iben-Alhamar, sobrinho de Tarif, e al-kaide de Coimbra.

Para que os christãos lhes não movessem guerras, estes régulos, deram alguma liberdade ao culto catholico, não só no interior dos templos, como exteriormente, em ladainhas, clamores e procissões—conservaram os frades e freiras, que tinham escapado em 716 e 717, nos seus mosteiros—e deixaram continuar no governo de muitas terras, va-

liza, no anno da Egira 133 (755 de J. C.) [1] e d'alli em diante, não receberam mais tributo algum, os mouros, dos povos da Galliza, porque os árabes foram expulsos de toda ella, n'aquelle anno; e os christãos tinham proclamado por seu rei, a D. Affonso I, *o Catholico*, bravo guerreiro, filho de D. Pedro, duque de Biscaia e Navarra, descendente do Santo rei Ricaredo.

D. Affonso I, acompanhado por seu irmão, D. Frucia, e á frente de um exercito asturiano, entra pela Galliza, e resgata do poder dos mouros, Braga, Chaves, Porto, Viseu, Agueda, Arouca, e outras terras; sem diminuir as suas tropas, antes augmentando-as com as dos senhores e condes gallegos, do norte do Douro; e com os lusitanos, do sul do rio, que de toda a parte voavam ao encontro dos seus libertadores.

A D. Affonso I, succedeu seu filho, D. Fruela I, que tambem ganhou muitas victorias na Galliza, sobre Omar, filho de Abd-el-Rahman, que se havia rebelado contra os kalifas de Córdova. [2]

Animado por tantas venturas, o monarcha asturiano, passa o Douro, na intenção de resgatar Coimbra, Lisboa e Setubal.

Ali-Aben-Tarif, lhe oppoz brava resistencia, em varios pontos; mas foi desbaratado em todos elles, deixando o campo livre aos christãos, que reconquistaram todas as terras da Lusitania, desde o Douro até ao Guadiana.

Em 765, suspeitando D. Fruela I, que seu irmão Wimarano lhe queria usurpar o throno, o assassinou. Desde então, os christãos perderam a amisade ao fratricida, e muitos senhores o abandonaram, recolhendo-se aos seus castellos, com os seus vassallos.

Ab-el-Raman, não perdeu a occasião, e em breve tempo, reconquistou Lisboa, Evora, Beja, Santarem, e todas as mais povoações do actual Alemtejo e Algarve, e uma bôa parte da Extremadura portugueza.

Aurelio, irmão de D. Fruela e de Wimarano, mandou assassinar o rei, em vingança da morte de Wimarano, e subiu ao throno em 766.

Para poder resistir aos partidarios de D. Fruela, se colligou com os mouros, fazendo-se tributario de Abd-el-Rahmon.

Morreu em 773, succedendo-lhe seu cunhado Silo, principe serraceno; mas que, depois de rei, se fez christão, e fazendo crua guerra aos mouros, os arrojou para Merida, na Extremadura hespanhola, e derrotou os gallegos, que se haviam rebelado, na batalha de *Cebreiro*, sujeitando-os de novo á sua obediencia.

Em 783, por morte de Silo, pertencia o throno a D. Affonso II, filho de D. Fruela; porém *Mauregato* — filho de D. Affonso I (*o Catholico*, e de uma escrava) usurpou a corôa a seu sobrinho, e occupou o throno, até 789.

Mas, não viveu socegado, porque os partidarios do rei legitimo, uns lhe não obedeciam, outros lhe faziam guerra. Então, Mauregato, para se sustentar no throno que usurpára, se ligou com os mouros, e se tornou tristemente célebre nas historias da Peninsula, pelo infame *tributo das cem donzellas* christans, que se obrigou a dar annualmente ao kalifa de Córdova. (Vide 3.º vol., pag. 193, col 2.ª)

rios condes e senhores christãos; tudo, mediante pesados tributos.

(Foi a estes christãos obedientes aos governos dos mouros, que se deu o nome de *musárabes*; tal era o famoso conde D. Sisnando, que muito depois foi governador de Coimbra, Arouca, Águeda, Gaia, e outras terras.

Não foi um passo politico. Se os árabes dessem plena liberdade religiosa e civil aos christãos, talvez que as duas raças se viessem, com o andar dos tempos, a fundir n'uma só, como aconteceu com os gôdos; mas os varios tributos, davam motivo a um ódio implacavel e constante, contra os oppressores.

[1] É difficil *combinar* os annos da Egira (era mahometana) com os do Nascimento de J. C.—Eu tenho contado até agora o anno 1.º da era mourisca, pelo anno de J. C. 622; mas outros dizem que a Egira começa no anno 617 de J. C.—Nem eu nem elles acertâmos exactamente. Póde calcular-se a Egira entre os annos 615 e 624 de J. C.

[2] Na batalha de Pontumio (Galliza) desbaratou os mouros; e, aprisionando um filho de Omar, o degolou, mesmo no campo da batalha. A guerra entre mouros e christãos, era então uma guerra de exterminio

Morto Mauregato (789) subiu ao throno, D. Bermudo I,[1] que só pagou o tributo um anno; porque, no seguinte, atacou Abd-el-Rahman, junto a Aledo, e o derrotou completamente, livrando o reino de tão odioso tributo.

Durante todos estes acontecimentos, estava o Porto (quer Portocalle fosse ao N., quer ao S., do Douro) completamente deserto e abandonado, depois de ter sido arrasado por Al-Mançor, em 825, e assim esteve até 982, em que os gascões o reedificaram e repovoaram. (Vide pag. 281, col. 2.ª, d'este volume.)

—

Pelos annos de 995 de J. C., reinando D. Bermudo II *(o Gotoso)* na Lusitania, Leão, Asturias e Galliza; e em Córdova, o kalifa *Hiscen*; tinha este por valido, e era o verdadeiro governador do kalifado, Mohamet-Ibne-Aben Hamir, cognominado *Almançor* (o Victorioso.) Era um chefe valoroso, e destrissimo na arte militar.

Já antes d'este tempo, tinha invadido o reino de Leão, combatido os seus povos, conquistado Simancas, e vencido em batalha campal, ao rei D. Ramiro III; mas, assim que D. Bermudo II occupou o throno, repetiu o mouro as invasões, com mais frequencia, já fazendo entradas nas Castellas, já no Aragão. Abrazou os edificios, destruiu cidades e aldeias, tomou fortalezas e conquistou e devastou territorios. Finalmente, tendo vencido o rei D. Bermudo, em uma sanguinolenta batalha, e desbaratando-lhe as suas tropas, cercou a cidade de Leão, e no fim de um anno de sitio, a entrou (no anno de 986, segundo a melhor opinião) e a destruiu.

Em 997, convidado, Almançor, pelo conde D. Rodrigo Velasques, e seu filho, D. Pelayo—ambos gallegos—[2] entrou pela Lusitania, e com summa rapidez, conquistou as duas Beiras, occupando Coimbra, Viseu, Lamego, Arouca e *Portocalle*; *e, passando o rio Douro* [1] *entrou na provincia d'Entre o Douro e Minho,* conquistando as cidades do *Porto*, Braga, Britonia, o Castello de Aguiar (ou Aguiar da Pena) e tudo, mais ou menos, roubou, destruiu e assolou.

Depois, passou o rio Minho, e conquistou a cidade de Tuy, incendiou mosteiros, egrejas, quintas e palacios, dos senhores de Galliza, chegando até Compostella, d'onde não passou, porque uma terrivel peste lhe disimou o exercito. Tratou então de retirar para Córdova; mas as suas tropas marchavam lentamente e em desordem, cahindo muitos soldados, mortos, ou doentes de peste, e o resto desanimado.

N'esta conjunctura, D. Bermudo—que então estava doente de gôta—mandou gente armada á ligeira, e prática do paiz e suas estradas, esperar os mouros nos desfiladeiros, ou cobertos com os rochedos e bosques, e alli os mataram em grande quantidade, e sem risco, até que unindo-se a esta gente, o conde, D. Forjaz de Vermuiz, o conde, D. García Fernandes, e o rei de Navarra, offereceram batalha campal a Almançor, no sítio de Alcatanasor (junto a Osma) e alli o feriram mortalmente, mataram o resto de suas tropas, e lhes tomaram todas as riquezas que haviam roubado.

Assim terminou esta guerra, que tantas desgraças trouxe a esta parte da Peninsula, e que foi a ultima façanha de Mohamet-Ibne-Aben-Hamir— *o Almançor.*

Trouxe para aqui este trecho da nossa historia, para provar que ao sul do rio Douro, e *em frente* do Porto, houve um castello, povoação ou cidade, chamada *Portocalle.* No artigo *Portugal,* (villa) serei mais extenso, e exhibirei outros documentos, do tempo do conde D. Henrique e de sua mulher, a rainha D. Thereza, para provar o mesmo.

PORTO D'ANNIBAL—Alg.—Rézende e outros escriptores, dizem que a antiga cidade

[1] D. Bermudo I, foi cognominado o *Diacono*, em razão das ordens que havia recebido antes de rei. Passado pouco tempo, movido de remorsos, desceu voluntariamente do throno, que entregou a D. Affonso II, a quem Mauregato o havia usurpado.

[2] D. Pelayo, era bispo de Compostella, e D. Bermudo o tinha expulsado da egreja, pelo seu máu procedimento.

[1] Já se vê que Portocalle ficava na provincia da Beira, e portanto, ao sul do rio Douro.

carthagineza de *Portus-Annibalis*, estava edificada no local da actual Alvôr. Foi fundada pelo famoso capitão Annibal, que lhe deu o nome.

Outros sustentam que Porto d'Annibal era proximo e na praia da actual villa de Portimão—e parece que tem mais fundamento esta opinião, em vista das ruinas que n'este ultimo sitio teem apparecido em varias épocas.

Na costa algarvia, existiram muitas cidades, fundadas pelos phenicios, carthaginezes e romanos—que o Oceano, crescendo n'esta parte do globo, sepultou nas suas ondas, como temos visto em varias partes d'esta obra.

É muito provavel que em Alvôr existisse uma cidade ou povoação qualquer, construida pelos invasores, ou pelos cuneos (lusitanos do Algarve) mas não se segue que seja aqui incontestavelmente a velha cidade de Annibal. (Vide 1.° vol., pag. 185, col. 1.ª, no principio.)

Alvôr, está a 9 kilometros ao E. de Lagos (onde se diz que existiu a antiga *Lacobriga*) e 6 a O. de Portimão.

O que é certo, é que junto a Alvôr se encontram monumentos de fábrica púnica (carthagineza) o que prova que existiu n'este local uma cidade, fundada pelos annos do mundo 3150 (854 antes de J. C.)

—

Ainda outros archeologos e historiadores, dizem que a famosa cidade algarvia de Porto-Annibal, existiu entre Lagos e Ságres, no local onde hoje se veem os fortes de *Nossa Senhora da Guia*, Santo Ignacio do Azivial, S. Luiz d'Almádena, e Nossa Senhora da Luz.

Todos os povos aqui nomeados, são na costa do Algarve.

PORTO CARREIRO.—Antiga villa e couto (extinctos) na freguezia de Villa-Bôa-de-Quires, concelho e comarca do Marco de Canavezes, 50 kilometros ao N.E. do Porto, 320 ao N. de Lisboa. Foi antigamente da comarca do Porto; depois, passou para a de Penafiel, e por fim, para a do Marco de Canavezes.

D. Manoel lhe deu foral, em Lisboa, no 1.° de setembro de 1513. (Liv. de foraes novos do Minho, fim 54, col. 2.ª)

Pertence tambem este foral, a *Bregão* (Abragão) e *Villa Boa de Queiriz* (Villa Boa de Quires).

Porto Carreiro, é um appellido nobre em Portugal, tomado d'esta villa, onde esta familia tinha o seu solar, na quinta *da Torre* e *Paço* de Porto-Carreiro.

As armas dos Portos Carreiros (sem mistura de outras) são—escudo, escaquetado de ouro e azul, de quatro peças em faxa e quatro em palla—Timbre, meio cavallo, d'ouro, com cabeçada e rédeas azues.—Villas-Boas, lhe dá, trez peças em faxa, e cinco em palla.

Os d'este appellido, que foram para Castella, usam ainda das mesmas armas, com pequena alteração.

Henriques, appellido tambem nobre em Portugal, é, como todos sabem, patronimico de *Henrique*. O primeiro que em documentos portuguezes se encontra, é D. Affonso Henriques, nosso primeiro rei.

Porém, o primeiro fidalgo d'este reino que usou d'este appellido, foi *D. Egas Henriques Porto-Carreiro*, rico-homem do tempo de D. Affonso III, e um bravo guerreiro, que obrou acções gloriosissimas nas varias expedições do seu tempo, contra os mouros, que ajudou a expulsar definitivamente do Algarve.

Este fidalgo trazia por armas—em campo de púrpura, um castello d'ouro, lavrado de negro — mantelete de prata, carregado de dois leões, de purpura, trepantes. Elmo de aço, aberto; e por timbre — o castello das armas, com um dos leões, sahindo da torre do centro.

Outros do mesmo appellido, trazem por armas—em campo de púrpura, castello de ouro, lavrado de negro—mantelete de prata, carregado de dois leões de púrpura, trepantes. Orla de ouro, carregada de 8 escaques de veiros, de azul e prata. Elmo de aço aberto; e timbre, o mesmo das armas antecedentes.

O 1.° visconde de Porto-Carreiro, foi João Cardozo da Cunha Araujo Porto-Carreiro, feito em 18 de agosto dp 1855. — O 2.° visconde d'este titulo, foi o sr. João da Cunha

Cardozo Osorio Ferraz Castro Porto-Carreiro, feito em 10 de junho de 1867.

Vêr no artigo *Porto*, a familia — *Cunhas Porto-Carreiros*. Mas, quem desejar amplas noticias com respeito a esta nobilissima familia, veja a *Portugalia Monumenta*, do sr. Alexandre Herculano, a pag. 299, 308 e 339. Vide tambem — *Villa Boa de Quires* — e a *Resenha das familias titulares*, pag. 161 e 162.

—

Além dos brazões d'armas d'esta familia, que ficam declarados, ha ainda outro, não menos nobre, e que nos recorda um facto historico, dos bons tempos do rei de *Boa-memoria*—é o seguinte:

Martim Vicente de Vasconcellos, um dos ascendentes dos actuaes marquezes de Castello Melhor, e de outras familias não menos illustres, estando na praça africana de Ceuta, viu cahir em uma emboscada de mouros, o seu capitão, o conde D. Pedro de Menezes. Vasconcellos, corre para junto de D. Pedro, e o arranca das garras dos inimigos, salvando-o no seu cavallo, trazendo-o são e salvo para Ceuta.

O conde, em reconhecimento d'esta acção valorosissima, lhe concedeu, que podesse usar de suas armas, misturadas com as da sua linhagem (Vasconcellos). — Martim Vicente, construiu então o seu escudo de armas, da maneira seguinte—escudo terceado, em palla — na 1.ª, as armas dos Vasconcellos—na 2.ª, de púrpura, dois lobos d'ouro, em palla (que eram as armas dos Villas-Lobos) e na 3.ª, escaquetada d'ouro e azul, de trez peças em faxa, e cinco em palla, que eram as da linhagem de sua mãe, da casa da Torre, de Porto-Carreiro.

É preciso notar que a familia Vasconcellos, e Villas-Lobos, pertencia ao mesmo tronco.

—

Ao ramo principal dos *Porto-Carreiros*, succederam, por varonia, os *Osorios*; depois os *Cunhas* (do alferes-mór de D. João I) e, por fim, os *Araujos*, *Britos e Castros*, dos Arcos; da casa de *Casal-Soeiro*, de que tanto falla (por ser da mesma familia) Felix Machado, marquez de Monte-Bello (descendente dos senhores d'Entre-Homem-e-Cávado, hoje representados pela nobilissima casa dos condes da Figueira) nas *Notas ao Nobiliario do conde D. Pedro*.

PORTO-CORVO — (Gruta de) — Extrem., na serra de Cintra. Esta serra contém varias curiosidades, mais ou menos notaveis. Ás *diversas grutas* que compõem a egreja, o refeitorio, e mais officinas do que foi mosteiro dos frades capuchos; as *duas lapas* da sua cêrca, uma subterranea, celebrada pela vida eremitica e penitente, que n'ella fez um religioso—e a outra, no dorso de um pincaro, d'onde se descobre um dilatado e formosissimo panorama, de campinas, montanhas, povoações e mar—vendo-se tambem as Berlengas, a *Pedra d'alvidrar* (6.º vol., pag. 519, col. 1.ª) a medonha caverna, chamada o *Fôjo*, que se abre perto da *Pedra d'alvidrar*, com uma vasta bocca circular, na corôa de uma elevação de terreno, e que, rasgando as entranhas da terra, até grande profundidade, em fórma de funil, recebe no fundo, as aguas do oceano atlantico, que aqui chegam, na maré cheia, por canaes subterraneos, através dos rochedos; e que se julga, com bons fundamentos, ser a cratera de um vulcão extincto (talvez apagado pelas aguas do mar que o invadiram) — o monstruoso dolmen de *Andrénunes* (vide *Cintra*, serra e *Dolmen*)—tudo isto se torna summamente curioso, e digno da attenção dos visitantes da serra de Cintra.

A mais notavel curiosidade, porém, que existe n'esta montanha, é a

Gruta do Porto-Côrvo, que se vê nas vertentes da serra de Cintra, ao E., e a pequena distancia do mosteiro de Penha-Longa. É necessaria uma escada de mão, para entrar n'esta gruta, que se compõe de duas peças —a primeira, maior, e a 2.ª mais pequena, em communicação uma com outra, por uma especie de galeria, tão baixa, que só de rastos se póde atravessar. Ambas as grutas teem as paredes, abobadas e pavimentos, de tal sorte revestidas de crystalisações (stalactites e stalagmites) que offerecem um espectaculo maravilhoso e deslumbrante, vistas á luz de archotes, ou quando o sol, penetrando por uma fenda que se abre nas ro-

chas da abobada da primeira gruta, illumina e faz scintillar, como diamantes, os crystaes que guarnecem estas salas phantasticas.

Mas a gruta de Porto Côrvo, como as de Marvão e outras, tem sido em parte destruida pelo estupido vandalismo de alguns miseraveis especuladores. Muitas stalactites da abobada, e varias stalagmites do pavimento (as que se podem arrancar mais facilmente) teem sido roubadas, principalmente por visitantes inglezes.

Estas grutas foram descobertas no reinado de D. João III, por um religioso do mosteiro de Penha-Longa [1] que deu parte do achado, ao abbade. Este, que era homem intelligente e de bom gôsto, mandou logo collocar á entrada da gruta, uma porta de madeira, com a competente fechadura, cuja chave guardava, e esteve até 1834, em poder dos seus successores; mas era franqueada a todos os que quizessem ver esta curiosidade natural, guiados por um religioso, que, não só lhes explicava estas cousas, mas as guardava das devastações.

Expulsos os religiosos, dos seus mosteiros, arrombou-se a porta da gruta, e os vandalismos principiaram.

PORTO DA CARNE—freguezia, Beira Baixa, concelho, comarca, districto administrativo e bispado da Guarda, d'onde dista 8 kilometros (ao N.) 300 a E. de Lisboa, 70 fogos. Orago, S. Pedro, apostolo.

Não vem no *Portugal Sacro e Profano.*

Fica nas margens do Mondego.

O Mondego, atravessa no concelho da Guarda (principiando do E.) as seguintes povoações—*Trinta, Villa-Soeiro, Misarella, Pero-Soares, Faia, Pôrco, Villa-Cortez, Ramalhosa,* e *Porto da Carne.*

Entra depois nos concelhos de *Celorico* e *Fornos;* e torna a penetrar, pelo O., nos concelhos de *Linhares* (Beira Baixa.—extincto) e *Gouveia.* Passa depois aos concelhos de *Cêa* e *Ervedal,* e sahindo d'este ultimo, entra no districto de Coimbra. Vide *Mondêgo.*

[1] Este mosteiro foi edificado no tempo do rei D. Manoel. (Vol. 2.º, pag. 302, col. 1.ª)

Um medonho temporal, e uma desastrosa cheia, nos dias 12 e 13 de novembro de 1876, causou immensos prejuizos em quasi todas as terras planas banhadas pelo Mondego, que ficaram inundadas e em grande parte arrazadas.

Os olivaes ficaram quasi totalmente destruidos; os moinhos e casas das duas margens, foram arrastadas, pela impetuosidade da corrente. Nunca as aguas d'este rio chegaram, que conste, a um ponto tão elevado. Os *engenhos* de tirar agua, ainda os mais sólidamente construidos, tiveram a mesma sorte das casas e moinhos.

Morreu muito gado afogado, e bastante gente. Só em um moinho, perto da Guarda, morreram sete pessoas.

O carro do correio, deixou de funccionar, entre a Guarda e Mangualde, por não poder passar a ponte do *Porto da Carne.*

Os póstes da linha telegraphica, soffreram uma completa derrota.

Se a inundação dura mais algum dia, ficariam totalmente destruidas muitas povoações.

PORTO D'EL-REI—aldeia, Extremadura, perto de Alcacer do Sal. Aqui se juntam os rios—*Damine, Xarrama* e *Sádo,* perdendo os dois primeiros, o nome, e prevalecendo só o terceiro. D'aqui para baixo, é o formoso rio Sádo, navegavel até á sua foz, em Setubal.

PORTO DE LAVOS—villa, Douro, comarca e concelho de Figueira da Foz, etc.

Já a pag. 58, col. 2.ª do 4.º volume, tratei d'esta povoação, sob o seu nome mais vulgar—LAVOS.—Aqui só accrescentarei:

A egreja matriz, foi mudada, do sitio do *Tojal,* para o povo de Santa Luzia, pelos annos de 1750.

A actual villa, que se mudou de *Lavos da Marinha* (depois, *Lávãos*) para o sitio onde hoje a vemos, é pouco habitada, pela sua insalubridade, mas a freguezia tem augmentado bastante de população; pois de 422 fogos que tinha em 1757, está agora em 1:100.

O vigario, foi, até 1834, da apresentação

da mitra (de Coimbra) e rendia uns 250$000 réis, esta vigariaria.

A proxima freguezia, de *Paião*, unica que com a de Lavos constituia o supprimido concelho, tambem tem progredido muito na sua população, pois tendo em 1757 apenas 75 fogos, conta hoje 1:200.

Projecta-se semear *penisco* e eucaliptus nos areaes d'esta costa, o que já ha muito se devia ter feito, para evitar a invasão das areias pela terra dentro, e os graves prejuizos que isto causa aos povos em geral, e aos proprietarios em *especial*.

PORTO DE MÓS [1] — villa, Extremadura, cabeça do concelho e da comarca do seu nome, no districto administrativo, bispado, e 18 kilometros ao S. de Leiria—24, ao E. da Pederneira—6 ao S. da Batalha—40 ao O. de Thomar—50, ao O.N.O. de Santarem—120, ao N. de Lisboa—750 fogos, em duas freguezias (S. João Baptista, e S. Pedro, apóstolo.) Em 1757, tinha 465 fogos, como adiante se dirá.

O concelho de Porto de Mós é composto de onze freguezias, que são — *Alcaría, Alqueidão da Serra, Alvádos, Arrimal, Juncal, Mendiga, Minde, Mira, Sêrro-Ventoso*, e as duas da villa: todas com 2:500 fogos.

Em 1757, tinha tres freguezias:

Santa Maria (vulgarmente, *Nossa Senhora dos Murtinhos*.) A mitra apresentava o vigario, que tinha uns 60 mil réis de rendimento. Tinha 149 fogos.

S. João Baptista—O padroado real, apresentava o prior, e tinha uns 200$000 réis de rendimento. Tinha 235 fogos.

S. Pedro, apóstolo—A casa de Bragança, apresentava o prior, que tinha 300$000 réis de rendimento. Tinha 81 fogos.

Tem uma feira no domingo do Espirito Santo, que dura 3 dias—e outra a 13 de dezembro, que dura dois dias.

[1] Quasi toda a gente escreve *Porto de Móz*, o que é êrro. Móz, não é palavra porugueza (nem de outra qualquer lingua minha conhecida) mas o plural do substantivo *mó*. Deu o nome a esta villa, as muitas *mós*, de optima qualidade, que se extráhem das pedreiras d'estes sitios; e porisso, tem duas *mós* no seu brazão d'armas, como adiante se verá.

O rei D. Diniz lhe deu foral, em Lisboa, a 24 de julho de 1305. (*Livro 3.º de Doações, do rei D. Diniz*, folhas 45, col. 1.ª, in fine.)

O rei D. Manoel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 18 de fevereiro de 1515. (*Livro de foraes novos da Extremadura*, folhas 161 verso, col. 1.ª)

Tinha voto em cortes, com assento no banco 17.º

O seu brazão d'armas é—em campo de sangue, um castello de prata, com tres torres, vendo-se verdura sobre as duas lateraes. De cada um dos lados do castello, estão em baixo, e collocadas horisontalmente, uma mó de moinho, e sobre cada uma, um pica-peixe, ou guarda rio (ave)—e por cima, uma estrella de cinco pontas, tudo de prata.

A sua alcaidaria-mór, andava na familia dos Mellos da Silva; e o senhorio, na casa de Bragança.

Em 12 de agosto de 1845, foi feito barão de Porto de Mós, Venancio Pinto do Rêgo Cezar Trigueiros.

Esta villa está situada na encosta occidental da serra de Minde; correndo-lhe ao O., os rios *Lerêna* (ou *Lêna*) e *do Alcaide*, muito abundantes de peixe, de varias qualidades. Suas margens são povoadas de frescas hortas, e ferteis pomares, que as fazem deliciosas. O nosso poeta, Francisco Rodrigues Lobo (vide *Leiria*) as celebrou em maviosos versos.

Segundo o padre Carvalho, na sua *Chorographia*, teve esta povoação principio, em uma fortaleza construida pelos árabes, no seculo IX; porem ha motivo para suppor que já aqui existia uma povoação muito antiga, e, pelo menos, do tempo dos romanos: e, com toda a certeza houve povoações antiquissimas por estes sitios.

Na quinta de S. Payo, 10 kilometros ao O. da villa, ha evidentes vestigios de uma povoação de eras remotas. Tem-se aqui descoberto, em uma grande extensão de terrenos, muitos alicerces, sólidamente construidos, grandes telhas, ossos petrificados, amphoras, etc.—Algumas das paredes, teem 1^{m},10 de espessura, e são de uma sólida construcção. Achou-se tambem um cano, de ferro, corroido pelo fogo, muita *bôrra* de

ferro, e alguns montes de minerio do mesmo metal, que não chegou a hir ao fôrno; o que mostra ter aqui havido, em tempos remotos, uma grande fábrica de ferro.

—

Ainda n'este concelho ha bôas minas de ferro, carvão fossil, e varios metaes e metaloides.

No *Valle-Pequeno*, e na *Pia do Bicho*, ha uma, de ferro, da qual obteve a concessão provisoria, o sr. Arthur H. Ivens, negociante de Lisbôa, em outubro de 1875.

Em janeiro de 1876, foram manifestadas 5 minas de carvão fossil—uma de ferro, e outra de prata e cobre.

Em abril do mesmo anno, se manifestou — uma mina de prata e antimonio, carvão de pedra e outros metaes; situada no *Outeiro dos Fojos*, freguezia de S. João Baptista.

Em 7 de maio do mesmo anno, se manifestaram duas minas de carvão de pedra—uma na *Volta da Calle*, outra no *Campo de Alvados*.

Em 12 do mesmo mez e anno, outra de carvão, na *Volta da Calle*.

No dia 22 do mesmo mez e anno, outra de carvão, no *Campo d'Alvádos*.

Em 3 de junho do mesmo anno, duas de carvão, uma no *Zambujal d'Alcaria*, e outra, no *Lagoeiro*, tambem d'Alcaria.

Em 6 do mesmo mez e anno, trez de carvão e ferro—uma na *Portella da Mendiga*, outra nas *Varzeas*, freguezia de *Sêrro-Ventoso*, e outra nos Pragaes, limites da *Mendiga*. Estas foram manifestadas pelo mesmo sr. Ivens.

Em julho e agosto do mesmo anno, manifestaram-se mais—uma mina de ferro; 4 de carvão e ferro; e uma de prata, cobre, platina, e outros metaes.

Em outubro do mesmo anno, foram manifestadas, uma mina de prata, antimonio, carvão de pedra, e outros metaes—e outra de carvão de pedra.

Em março de 1877, appareceu outra mina de prata e ainda outra de carvão.

Em abril de 1877, obteve o referido sr. Ivens, a concessão definitiva de uma mina, de carvão e ferro, no *Cabeço do Veado*.

Todas estas minas são dentro dos limites d'este concelho de Porto de Mós.

—

Desde a ribeira d'esta quinta, até ao cimo do outeiro, onde está a eira, era tudo um vasto cemiterio, com mais de 200 metros de comprido, e pouco menos de largo. Tem sepulturas de duas classes—umas formadas de quatro paredes, de pedra toscamente apparelhada, e cobertas de lages, quasi todas inteiriças: outras, de quatro paredes de pedra, cobertas apenas de terra. Todas ellas tinham ossadas, ou petrificadas—ou que se transformavam em pó, ao contacto do ar.

Em uma d'ellas, se acharam uns grilhões de ferro, prendendo as pernas; mas em nenhuma se tem achado medalhas nem inscripções.

Ainda estão algumas intactas ao pé da eira da quinta, e a mesma eira foi construida sobre muitas.

O comprimento d'ellas, regula por $1^{m},54$ a 2 metros (7 a 9 palmos.) Todas teem a *cabeceira* para o E.

Na extremidade S. d'estas ruinas, appareceu grande quantidade de moedas de prata, romanas. Foi talvez a maior e mais variada collecção de moedas romanas que se tem achado em Portugal, até aos nossos dias; quasi tudo *bigatus* e *quadrigatus*—(carros tirados por dois ou quatro cavallos.) São dos imperadores Marco Attilio Regulo, que foi consul, em 496 da fundação de Roma—257 antes de J. C., e de Fabio Maximo Serviliano, consul romano na Lusitania, pelos annos do mundo, 3860 (144 antes de J. C.) e foi um dos generaes romanos, derrotados pelo nosso grande Viriato (o antigo.)—Estas são as mais antigas—as mais modernas são de Aureliano, que reinou desde 270, de J. C., até 275. [1]

[1] No espaço d'estes 530 annos, raros foram os consules romanos que podessem *cunhar moeda*, das quaes se não achassem aqui algumas ou muitas.

As *sarrilhas* eram grosseiras, porem os cunhos de todas, eram perfeitissimos, e em bello estado de conservação.

As mais notaveis, era de—Marco Attilio Regulo, Quinto Fábio Maximo Serviliano, Sexto Pompeu, Julio Cesar, Marco Cicero,

Estas medalhas foram vendidas a diversas pessoas, mas quem comprou a maior porção, foi um ourives, que as derreteu!

Diz-se que, só um individuo de *Casaes-de-Mattos* (aldeia proxima) vendeu cêrca de 600, a um ourives do Porto (a *80 réis cada uma!*) na villa da Batalha, em uma feira que alli se faz, á 15 de agosto. Este dinheiro estava ao pé de uns alicerces.

A maior parte d'estas moedas, foram descobertas em 1855.

Perto d'estas ruinas, em um sitio chamado *Valle da Moita*, descobriu-se em 1859, um fôrno de cal, com grande porção d'ella, carvão e cinzas, tudo subterrado.

Perto do Juncal, nos sitios das *Barreiras-Caientas* e *Ribeiro do Andão*, em uma extensão talvez de 1:800 metros, ha tambem manifestos vestigios de uma antiquissima povoação. Tem aqui apparecido fragmentos de telha, tijolo, potes e outros vasos, tudo feito de barro vermelho; e instrumentos de ferro, completamente oxidados. Ainda aqui se não acharam inscripções nem medalhas.

Em 15 de maio de 1865, nas *Barreiras-Caientas*, em terra foreira a José Duarte, do Juncal, acharam-se muitos esquelelos humanos, a tres palmos de profundidade, envolvidos em uma camada de terra, que parece cal. Todos tinham as cabeças para E., tendo cada um, sua lage sobre a cáveira.

Um dos esqueletos, jazia em uma sepultura, aberta em uma rocha.

Os craneos d'estas ossadas, eram todos de extraordinaria grossura.

O sr. padre Antonio Pereira Louro, socio correspondente da real associação dos architetos civis e archeologos portuguezes, do Carmo, de Lisboa, mandou dois d'estes craneos, com outros ossos, ao esclarecido lente do Porto, o sr. Augusto Luso da Silva, que, depois de os ter na exposição internacional do mesmo anno de 1865, onde foram admirados pelos intendedores, os tem hoje no seu curioso museu.

Pouco desviados d'estes esqueletos, estavam trez, mas com as cabeças para o norte, que pareciam pertencer a uma época menos remota. Junto de um d'estes, estava uma grande espóra, que parecia ser dos cavalleiros denominados *cataphractos*, ou *couraceiros*, e uma espada, na bainha, tudo completamente oxidado. Junto á isto, estava uma pedra, que parecia de afiar navalhas de barba, furada nas extremidades.

Perto d'este cemiterio, achou-se um instrumento de pedra liós, nêgra, aguçada e amolada como o ferro de uma *plaina* de carpinteiro. Talvez fosse um instrumento da *edade de pedra*. Este objecto, e outros do mesmo genero que por aqui teem apparecido, estão hoje em poder do sr. José Francisco Barreiros Callado, que tambem possue uma porção das moedas romanas, achadas em S. Payo.

Ao O. do mesmo cemiterio, e a pouca distancia d'elle, achou-se um esqueleto, perfeitamente conservado, que jazia em uma sepultura, como as da primeira classe, achadas em S. Payo.

A um kilometro ao S., se descobriram mais quatro esqueletos semelhantes. Eram dois de homem e dois de mulher, com a singularidade de estarem aos *casaes*, os homens á direita das mulheres.

A uns 200 metros, ao N., em baixo, na ribeira, juncto da encosta, se descobriram outras muitas ossadas, todas com as cabeças para o oriente. Eram de differentes tamanhos.

Em frente d'estas ultimas sepulturas, junto da encosta, do lado direito da mesma ribeira, se achou uma prodigiosa quantidade de ossos, mas, tão corroidos, pela sua antiguidade, que se não podia distinguir, se eram de homens ou de animaes irracionaes. For-

Tito Gracco, Tiberio Sempronio, Marco Metello, Caio Mario, Quinto Sertorio, Pompeu Magno, Marco Cepio, Scipião Asiogenes, Scipião Africano, Emiliano, Marco Emilio Paulo, e Aureliano.

Alem das moedas d'estes illustres capitães, ainda muitas outras, de varios cidadãos romanos, de que falla a historia.

Não appareceu uma unica moeda gothica, o que induz a crer, com grandes visos de probabilidade, que esta povoação foi destruida no principio do seculo V, da era christan, pelas hordas indomaveis dos barbaros do norte (provavelmente, pelos alanos, que ficaram por estes sitios, até á sua total derrota, e fusão com os gôdos.)

mavam uma camada de 0m,66 de altura, na área de 144 metros quadrados.

No meio d'esta multidão de ossos, se erguia, muito bem aprumada, uma urna funeraria, de barro vermelho, de 0m,77 de alto, completamente cheia d'ossos. Áo pé, estava uma mó de moinho de mão, de 0m,66 de diametro. A urna, foi despedaçada pelos operarios, julgando acharem n'ella metaes preciosos.

Ao pé de tudo isto, descobriu-se uma calçada (a um metro de profundidade) optimamente conservada, e de pouco mais de dois metros de largura. Descobriram-se uns 60 metros de comprimento, na direcção N. S., parallela á ribeira, mas ainda continúa para as duas extremidades, até onde se ignora.

D'esta villa foi enviada para o museu archeologico de Lisboa, em agosto de 1875, uma lapide, com a data de 1091, muito bem conservada. É provavel que seja a era de Cesar, e vem a ser o anno de J. C. 1053, quando reinava em Castella, Leão. Galliza e Portugal, D. Fernando, o Magno. Se é o anno de J. C. (do que duvido) era do tempo de D. Affonso VI, pae da nossa rainha, D. Thereza, mulher do conde D. Henrique.

—

Deixando os tempos nebulosos antigos, dos quaes não temos noticias positivas, tratemos da historia de Porto de Mós, desde o seculo XII, do que temos muitas memorias escriptas.

Já disse que o castello d'esta villa foi construido pelos serracenos, no seculo IX (ainda que alguns escriptores pretendem ser obra dos romanos, o que nada tem de inverosimil.) Suppõe-se que a fortaleza é que deu origem á villa, que se foi edificando em volta das muralhas.

Submettido este paiz, e todo o reino, ao jugo dos árabes, em 716, esteve Porto de Mós 432 annos sob o poder dos mouros; até que, estando em Coimbra o nosso primeiro rei, D. Affonso Henriques, resolveu tomar por surpreza o castello de Porto de Mós, que n'esse tempo era importantissimo, e seguro valhacoito dos mouros, que d'elle sahiam com frequencia a roubar e devastar ás povoações christans.

O rei portuguez, reune uma lusida hoste, em 1148, e sem declarar a pessoa alguma o seu intento, sáe de Coimbra, e vem para o castello de Leiria.

Depois de dar descanço á sua gente, sáe de Leiria depois do sol-pôsto, chegando pelas 10 horas da noite em frente de Porto de Mós, no meio do maior silencio. Alli, depois de descançarem duas horas, dão inopinadamente o assalto; e, achando a guarnição desprevenida, facilmente se torna senhor da praça, degolando ou captivando todos os mouros.

Fez logo alcaide-mór de Porto de Mós, ao famoso D. Fuas Roupinho, ao qual entrega a fortaleza, e uma sufficiente guarnição.

Segundo alguns escriptores, era D. Fuas, filho natural de D. Affonso Henriques, e foi o 1.º almirante d'este reino, e o que depois obteve a primeira victoria naval de que reza a nossa historia moderna, derrotando a esquadra mourisca (1184) desde as aguas de Lisboa, até ao Algarve.

Morreu este grande vulto do seculo XII, em outra batalha naval, combatendo e vencendo os mouros.

Era a praça de Porto de Mós, de tanta importancia, e tão raivosos ficaram os árabes por a terem perdido, que o *rei* mouro da Extremadura hespanhola, *Gamir*, mandou *tocar a gazúa* (vide vol 3.º, pag. 262, col. 1.ª) e reunindo alguns *emires* e alcaides serracenos, veio pôr cêrco ao castello de Porto de Mós, em 1182.

Os portuguezes eram poucos em numero, mas valiam por muitos, não só pela sua coragem, mas, e principalmente, pelos exemplos de intrepidez que lhes dava o seu destemido alcaide.

Não lhes soffreu o animo, verem-se encurralados no castello, e uma noite, sahindo d'elle, deram sobre os mouros tanto de improviso, e com tal bravura, que os derrotaram completamente, captivando Gamir e os chefes que escaparam com vida, hindo-os

entregar a D. Affonso I, que estava em Coimbra.

O visconde de Castilho, nos nos seus formosissimos *Quadros Historicos*, traz os factos principaes da vida de D. Fuas Roupinho, com palavras que só elle sabia sentir e dizer.

(Vide *Nazareth.*)

Vendo-se os portuguezes desafrontados de mouros, agradados da belleza e fertilidade dos campos que cercavam o castello, e protegidos por este, foram construindo casas em volta, e bem depressa se formou a povoação.

D. Fuas Roupinho, tendo como refugio inexpugnavel (n'aquelle tempo) a praça d'esta villa, d'aqui movia crua guerra aos mouros das visinhanças, derrotando-os em continuos combates e cruentas batalhas.

Morto gloriosamente este guerreiro legendario, e desaffrontados os mouros, de um inimigo tão temivel, repetiram os ataques a Porto de Mós, e tantos foram elles, e tão destruidores, que o castello e a povoação, se transformaram em um montão de ruinas, e tudo foi abandonado pelos christãos; estando dez annos completamente deserto.

Em 1200, porem, D. Sancho I, mandou reedificar e ampliar a fortaleza, e reconstruir e repovoar a villa; que desde então não tornou a cahir em poder dos mouros.

—

A situação d'esta villa, é summamente aprasivel, tendo parte das suas casas na raiz do monte, em logar plano, e o resto, subindo pela encosta, ao cimo da qual ainda existe, menos mal conservado, o seu vetusto e venerando castello. A villa foi cercada de muralhas, pelo rei D. Diniz, em 1300, mas está tudo isto em ruinas.

Tem Misericordia, com soffriveis rendimentos.

Tinha o mosteiro do *Bom Jesus*, de religiosos agostinhos descalços, fundado em 1676, por João da Fonseca Malho de Bivar, em uma sua quinta, nos subúrbios da villa, com obrigação de lhe darem sepultura na capella-mór, e de fazerem todos os annos um officio de corpo presente, pela sua alma e pelas de seus descendentes.

—

Foi esta villa um priorado da ordem de Christo, até que passou a vigariaria dos bispos, e D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, tomou conta d'ella, em 14 de julho de 1586. [1]

Havia então duas reitorias perpétuas, a de S. Pedro, e a de S. João, que tinham sido dois priorados com quasi 300 annos de existencia, e com seus beneficios, em cada uma das egrejas.

O prior, tinha um terço dos dizimos, os beneficiados outro, e o arcebispo de Lisboa outro. [2] Eram os priores que apresentavam os beneficiados das suas egrejas.

O marquez de Vallença, senhor d'esta villa, quando instituiu a collegiada de Ourem, extinguiu estes priorados, applicando a renda do de S. Pedro, á cadeira de chantre, e a de S. João, á do thesoureiro; e, no anno de 1457 (29 de outubro) creou vigarios perpétuos, collados pelo bispo da diocese.

Apresentaram os vigarios os beneficios que vagavam, até ao anno de 1555, no qual elles e o cabido da collegiada, desistiram d'este direito a favor de D. Theodosio I, duque de Bragança. Esta cedencia foi confirmada pelo pontifice, Paulo IV, em 26 de janeiro de 1556. Desde então, eram os duques de Bragança que apresentavam os vigarios e os beneficiados.

—

A egreja parochial, de S. Pedro, é muito antiga; porque sendo bispo de Lisboa, D. Matheus (4.º vol., pag, 269, col. 2.ª, no principio) e estando em França, com o papa Gregorio X, para assistir ao concilio de Leão (*Lugdunense II*, convocado para a união da egreja grega com a latina, em 1274) escreveu em 1275, sobre a instituição d'esta egreja de S. Pedro, como parochia já existente havia muitos annos.

[1] No mesmo dia, tomou o referido bispo, posse das villas de Ourem, e da de Aljubarrota (mas só a freguezia de S. Vicente.)

[2] Mas este 3.º, passou depois para o cabido de Leiria, quando se creou o bispado, em 1545.

O bispo D. Pedro de Castilho, a reedificou e concluiu a capella-mór, em 1590. É de abobada de pedraria lavrada, e tem retabulo doirado.

De cada lado do altar, estão as imagens, de S. Pedro (do lado do Evangelho) e S. Paulo (do lado da Epistola. Quando o bispo D. Pedro reconstruiu esta egreja, mandou derribar uma capella que n'ella estava, que era então de Isabel Correia, a qual, por auctorisação do mesmo prelado, mudou a ossada que alli estava, para o altar lateral, da parte do Evangelho. Em frente, fica o altar de Nossa Senhora dos Remedios.

É um formoso templo, com seu côro, sachristia, ádro e *taboleiro*, á porta principal.

No domingo de ramos, todos os clerigos da villa tinham obrigação de assistir na egreja de S. Pedro, á bençam dos ramos, por sentença que alcançou o vigario, Francisco do Valle.

O vigario e beneficiados residentes, com egual voto, apresentavam ecónomos nos beneficios dos ausentes; e curas, nos curatos que lhes pertenciam. O vigario só apresentava o da egreja principal.

Tinha a egreja um *prioste*, que tinha a chave do celleiro, assistia ás partilhas, entregava as terças, repartia as rendas das miuças e as outras da egreja; e repartia as *idas*, officios e missas. Tambem cobrava e repartia as *offertas*. Tinha de ordenado, um moio de trigo, annualmente.

O thesoureiro, da mesma apresentação, tinha egual renda á do prioste, e mais as vellas dos baptismos, e dinheiro que vae com ellas, e ainda mais 50 réis de cada officio.

Os beneficiados e o vigario, eram obrigados á fábrica d'esta egreja, e o cabido da collegiada, como proprietario da parochia. Na fabrica havia uma confraria de clerigos pobres.

Alem dos tres altares já mencionados, havia n'esta egreja, junto á porta travessa, da parte da Epistola, uma capella de abobada de pedra, da invocação de S. Sebastião, cuja imagem foi mandada fazer pelo bispo, D. Antonio Pinheiro.

Esta egreja, foi demolida em 1875, e mudada a séde da parochia para a egreja de Nossa Senhora dos Murtinhos.

Na velha egreja de S. Pedro, estavam os ossos do bispo de Leiria, D. Antonio Pinheiro.

—

Ermidas d'esta parochia

Santa Luzia—está na varzea, junto á villa, e perto da estrada de Leiria. As offertas são do parocho, que, porisso, é obrigado á sua fábrica.

É muito antiga, porque, em 1556, foi dado ao vigario, e já então era antiga.

Santo Antonio—na villa. Foi feita á custa de esmolas dos devotos, e tem confraría, que da egreja se mudou para esta ermida.

São Sebastião—no logar das *Pedreiras*, construida no anno de 1602, e dotada por por um devoto, em 1604. N'este mesmo anno, a 25 de janeiro, se disse n'ella a primeira missa.

Santo Antonio—(outra) no logar do *Tojal de Cima*. Foi feita e dotada por um devoto, em 1615. No anno seguinte, se disse n'ella a primeira missa.

Santo Amaro—no logar da *Carrasqueira*. Foi feita pelos moradores d'este logar, para n'ella se lhes administrarem os sacramentos.

—

A egreja parochial, de S. João Baptista—era fabricada pelo vigario e beneficiados, e pelo cabido da collegiada. Tinha thesoureiro, com as mesmas *ordinarias* que tinha o de S. Pedro; e tambem teve *prióste*, com egual rendimento e obrigações, do da outra parochia, que se estende pelos *montes* em redor da villa. [1]

O parocho é obrigado a hir buscar os *Santos Oleos*, á Sé, e repartil-os pela egreja de S. Pedro, e annexas d'ambas.

A capella-mór, é de abobada de pedra, e

[1] N'esta egreja ha uma capella de S. Bartholomeu, que rendia para o vigario e beneficiados, 16 moios de pão, dois porcos, uma marran e uma gallinha; tudo imposto em uma fazenda, sita no campo de Santarem.

tem um altar, com as imagens de S. João Baptista e Nossa Senhora da Piedade.

Tem dois altares lateraes, no corpo da egreja. O do lado da Epistola, é dedicado a S. Lourenço, proto-martyr, e tem tambem a imagem de Santa Catharina. É padroeiro d'este altar, o mórgado d'Alviella, que paga em cada anno, 3$700 réis, que o instituidor estabeleceu de obrigação.

A Santa Catharina, se faz festa, no seu dia, á custa das moças donzellas, da freguezia.

O altar do lado do Evangelho, é dedicado a S. Gregorio e a Santa Maria Magdalena.

Ha tambem n'esta egreja, a capella de S. Bartholomeu, do lado da Epistola, instituida por uns devotos inglezes. Tem tambem as imagens de S. Miguel e de S. Jorge.

—

Capellas d'esta freguezia

S. Miguel—no sito da *Costa*, ao pé da villa, junto ao caminho que vae para a *Pragosa*. É muito antiga, mas não se sabe quando nem por quem foi edificada.

Santo Estevão—no logar de *Alqueidão da Serra* (que pertenceu a esta parochia, e hoje está independente.) É templo muito antigo; mas tambem se ignora a época da sua fundação.

Nossa Senhora dos Prazeres—no logar da *Alcaria*, feita e dotada por um devoto. Disse-se n'ella a primeira missa, em 1604.

Esta capella foi elevada a egreja matriz (em 1730) da parochia que então se creou com a antiga invocação da capella; desmembrando-se da freguezia de S. João Baptista.

Em 1867, se lhe fez uma torre, em logar do antigo campanario; e o côro foi feito em 1868.

Santo Antonio—no logar do *Azambujal* (da nova parochia d'Alcaria) construida por ordem do visitador, no anno de 1633, para n'ella se administrarem os sacramentos, pelo que os habitantes do logar, são obrigados á sua fábrica. [1]

—

Egreja de Nossa Senhora dos Murtinhos—que foi parochial, e está actualmente n'ella a séde da parochia de S. Pedro.

Tambem foi priorado, com 6 beneficiados simples, até ao anno de 1520, em que falleceu o ultimo prior, extinguindo-se então o priorado, que ficou reduzido a commenda de Christo, e a um vigario perpétuo, por breve apostolico, do papa Leão X—mas, até 1570, não houve vigario, sendo a egreja parochiada por cura annual removivel. N'esse anno foi feito vigario (o 1.º) Christovam do Souto, que depois foi conego da Sé de Leiria, por troca que fez do beneficio.

Depois que a egreja pretenceu a commendadores, eram estes obrigados á fabrica da egreja, e a pagarem ao parocho, e mais empregados. Esta commenda apenas rendia, liquida, 80$000 réis.

O thesoureiro, e o prioste, tinham as mesmas obrigações e rendimentos, que as de S. Pedro e S. João.

A capella-môr, é de abobada de pedra, e no altar estão as imagens de Nossa Senhora do Rosario (padroeira) S. Francisco, e S. Jeronymo; e outra imagem mais pequena de Nossa Senhora do Rosario, que é a que vae nas procissões dos primeiros domingos de cada mez. Tem confraria da Senhora, instituida no 1.º de fevereiro de 1614, por um religioso dominico, a instancias da camara e povo da villa

Sobre o Cruseiro da capella-môr, está um Crucifixo, juncto ao tecto, e, ao pé d'elle, as imagens de Nossa Senhora da Soledade, e São João Evangelista.

No corpo da egreja ha dois altares lateraes—o do lado do Evangelho, tem as imagens de Nossa Senhora da Conceição, e de Santo Antonio—que é o titular do altar.

O do lado da Epistola, tem as imagens de S. Braz, com o menino a quem fez o milagre da espinha—e as de Sant'Anna e Nossa

[1] Não longe da villa, está a capella de *S. Jorge da Charneca*, mandada fazer pelo condestavel, D. Nuno Alvares Pereira, pelos annos de 1390.

Senhora. No centro do altar, ha um sanctuario, com reliquias de S. Braz e d'outros muitos santos, que, segundo a tradição, foram trazidas de Mérida (Extremadura hespanhola) por um eremita, chamado *Romano*, companheiro, na desgraça, de D. Rodrigo, ultimo rei gôdo, em 714. Vide *Nazareth*.

Ainda da parte do Evangelho, está uma capella de S. Francisco, instituida por Francisco d'Araujo e Athaide (da casa dos condes de Atouguia.) É de abobada, e tem a obrigação de 50 missas anuuaes.

Em frente, está a capella, tambem de abobada, da S. S. Trindade; instituida por um devoto, cujos descendentes teem obrigação de dar, em cada anno, para a sua fábrica, 5$000 réis.

Fóra da egreja, encostado á capella da S.S. Trindade, no logar chamado a *Quinta*, está o *moimento* de Fernando Affonso, que deixou á confraria do Espirito Santo, uma corôa, de prata, com obrigação de uma missa cantada, na 2.ª oitava do Espirito Santo.

Junto á porta principal da egreja, do lado de fóra, está outro *moimento*, de um sacerdote, cognominado *Páe-pobre*, que deixou umas casas, com obrigação de uma missa cantada, na 1.ª oitava da mesma festa.

Ha ainda outros dois *moimentos*, mas ninguem sabe de quem são, por não terem epitaphio. São semelhantes aos que estão encostados á parede da egreja de S. Thiago do Arrabalde da Ponte, em Leiria.

—

Capellas d'esta parochia

Santo Estevão das Vinhas—assim chamada, por estar no sitio das Vinhas. O commendador, era obrigado á sua fabrica. Tem confraria de defunctos, e *bôdo*, no segundo domingo de outubro.

São Payo—pôsto estar na freguezia do Juncal, pertence a esta egreja.

Esta ermida, está na quinta, que d'ella tomou o nome de São Payo. É muito antiga, pois já existia no seculo XII, com o nome de *Quinta do Andom*, como consta de documentos que existiram no cartorio do mosteiro d'Alcobaça, ao qual a quinta era foreira.

Existem aqui vestigios claros de uma antiquissima povoação romana, que se suppõe ter sido destruida pelos barbaros do Norte no principio do seculo V.

É por estes sitios que tem apparecido grande quantidade de moedas de prata, romanas, innumeras sepulturas, ossos calcinados ou petrificados, telhas, tijolos, e o mais em que já fallei.

A ermida tem confraria de defunctos, como a antecedente.

Santa Catharina—antigamente—e hoje= *Santa Martha*—no logar da Calvaria. A sua construcção primittiva, foi em 1612, com a invocação de Santa Catharina, e para administração dos sacramentos. Os moradores da Calvária e lemitrophes, são obrigados á sua fábrica.

Foi demolida e reedificada, em 1722, mudando-se-lhe então a padroeira, que ficou sendo Santa Martha.

O altar-mór, tem retabulo de madeira, camarim e throno, onde está a imagem da Santa. Tem dois altares lateraes—um dedicado a Santo Antonio de Lisboa (que tem um primoroso retabulo de marmore, de ordem composita) e o outro dedicado a S. Francisco de Borja.

Pouco abaixo do logar da Calvaria ha uma fonte, cuja agua é reputada como a melhor d'estes sitios. Foi mandada fazer, por frei Thomaz da Motta, frade da Batalha, em reconstrucção da antiga.

S. Jorge e Nossa Senhora da Victoria [1]—É na estrada antiga, de Lisboa a Leiria, 3 kilometros ao N.O. da villa da Batalha; mas dentro do districto d'esta parochia. Tinha eremitão, com a ordinaria de um moio de pão, que se lhe pagava do *Campo*, de Leiria. Tinha cuidado da limpeza e conservação do templo, e obrigação de ter alli sempre um cantaro d'agua, para desalterar os viajantes.

No dia de S. Jorge, hiam a esta ermida, em procissão, os moradores das villas de Porto de Mós, Aljubarrôta, e Batalha, com as

[1] Esta ermida já fica descripta. O *Couseiro* (do qual vou tirando estes apontamentos) repete-a. Eu faço o mesmo, por aqui ter mais algumas cousas dignas de notar.

respectivas camaras, parochos, beneficiados, e mais clerezia, bem como os religiosos do mosteiro dominico, da Batalha; havendo sermão e missa cantada.

Esta ermida, foi mandada fazer pelo condestavel, D. Nuno Alvares Pereira, como se diz na chronica de D. João I, em commemoração da gloriosa victoria d'Aljubarrota, em 14 de agosto de 1385.

Lançou-se-lhe a primeira pedra, a 25 de agosto de 1392, e foi benzida pelo prior da egreja de S. Pedro, de Porto de Mós.

Os duques de Bragança, descendentes do santo condestavel, tiveram sempre cuidado de que não faltassem os clerigos de Porto de Mós e seu districto, tanto no dia do Santo, em que sae uma procissão, da egreja de S. Pedro, de Porto de Mós; como no da Assumpção de Nossa Senhora (em cujo dia sahia a procissão da S.S. Virgem,) da egreja de Nossa Senhora dos Murtinhos,—e no dia de S. Thiago, no qual sahia outra procissão, da egreja de S. João Baptista.

A capella-mór d'esta ermida, é de abobada, e alem do seu altar, onde está a imagem da padroeira, tem dois lateraes, em um dos quaes está a imagem de S. Jorge, vestido de guerreiro, com sua armadura, imitando ferro, e montado em um cavallo branco: no outro está uma cruz.

Proximo da ermida, está uma fonte de agua clarissima e de optima qualidade, chamada—*Fonte d'El-Rei.*

A imagem da Senhora da Victoria, tambem é antiquissima, pois é a mesma que acompanhou o condestavel em todas as suas campanhas.

De uma inscripção que está na fachada do templo, á direita de quem entra, consta a data da sua fundação (1430 da era de Cesar, que é o anno 1392 de J. C.)—e a da sua conclusão, no anno seguinte.

Foi onde hoje existe a ermida que estava arvorada a bandeira do condestavel, durante a batalha d'Aljubarrota, e foi aqui onde mais sangue correu n'este dia. Assim o diz a mencionada inscripção e a chronica de D. João I.

Em 1834, foi expulso o eremitão, e não foi mais substituido. As procissões deixaram de fazer-se desde então, e os governos abandonaram de tal sorte este gloriosissimo monumento (que recordava as firmes crenças, e o valor sobrehumano dos nossos avós) que em pouco tempo, apenas d'elle restará um montão de ruinas.

—

Ignora-se a razão porque se chama á padroeira da egreja—*Nossa Senhora dos Murtinhos*; pretendem alguns, mas não provam, que a Senhora foi achada entre uns *murtaes*, onde os christãos a haviam escondido dos mouros, no principio do seculo VIII.

Era pintada em tábua; mas, em 1614, a confraria da Senhora mandou fazer uma imagem de *róca*, de 1,m10 d'altura, que esteve alguns annos no altar-mór da sua egreja; mas, não se sabe porque, foi levada para a egreja de Albardos.

Depois, mandou-se fazer outra imagem, que não se sabe porque foi mudada para a egreja da Misericordia, depois de se fazer a actual, que está no altar-mór, e é tambem de róca, e de 1,m30 d'altura. Tem o Menino Jesus nos braços.

Foram padroeiros d'esta egreja, os Abreus; e foi o rei D. Sebastião que a reduziu a commenda.

Consta que as reliquias trazidas de Mérida, em 714, pelo monge Romano, e de que já fallei, foram postas n'esta egreja, por D. Fuas Roupinho.

Estas reliquias, são—um boccado do casco de S. Braz, que está em um relicario (em fórma de custodia) de prata dourada—um osso, de um dos 40 martyres — trez ossos pequenos, e um pedaço de vestido, que pertenceram a algumas das onze mil virgens—um pequeno osso, de S. Sebastião martyr—um osso pequeno de Santo Erasmo, bispo e martyr—pós dos ossos dos dez mil martyres — um relicario de prata, com reliquias, mas não se sabe a quem pertenceram—em um cofre de ferro pulido, um bocadinho de páu, que se suppõe ser do Santo Lenho—ainda mais dois ossos e outras reliquias, que tambem se ignora de que santo ou santos foram, porque não teem letreiro algum explicativo.

—

Consta que D. Fuas Roupinho, mandou construir na villa, pelos annos de 1184, uma capella, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, que depois foi reedificada e ampliada, e é a actual matriz de S. João, que já era parochial no XIV seculo.

A 10 de julho de 1432, se celebrou em Lisboa, uma escriptura publica, da qual copio estes periodos:

«Em esta cidade de Lisboa, e crasta da Sé, «se fez a presente escriptura, perante Chris«tovam Annes, *bacharel em degredos*, [1] vi«gario geral, do honrado padre, o sr. D. João, «bispo da mesma cidade; [2] sendo o dito vi«gario geral, no dito logar, em audiencia; «ouvindo feitos e partes, perante nós, Pedro «Esteves, tabellião, por auctoridade de el«rei, em esta cidade—e testemunhas, adian«te escriptas—appareceram, Martim Affon«so, escolar em direito canonico, procura«dor da egreja de S. João, de Porto de Mós, «etc.—E mostrou um instrumento publico, «em que se continha, segundo em elle se «fazia menção, o theor do verdadeiro testa«mento de *João Miguens da Cré, sepultado «na mesma egreja de S. João de Porto de Mós.*» etc.

Eis aqui um trecho do testamento do tal *Cré.*

«Em nome de Deus, amen. Saibam quan«tos este testamento virem, e lei ouvirem, «que eu, *João Miguens da Cré*, temendo o «dia e hora da morte, que eu não sei quan«do virá, porém, faço e ordeno meu testa«mento, em minha saude, e com meu siso «comprido, á honra de Deus e da Virgem, «sua Madre, e do martyr S. Vicente, e do «anjo, São Miguel—em esta maneira.

«Lego minha sepultura, na capella de meu «padre, no chão, ante o altar d'essa capella «(Nossa Senhora da Piedade) em a egreja de «São João, de Porto de Mós; e *mando* (dei«xo, testo, dôo) a esta egreja, 50 libras, com «meu corpo, etc.»

Isto prova que já então esta egreja era parochia, e, porventura, bastante antiga.

—

No mesmo testamento, instituiu Cré, quatro capellas (de missas) na mesma capella da Senhora da Piedade — a primeira a S. Bartholomeu — a segunda, a Santa Maria Magdalena—a terceira, a S. Lourenço—e a quarta, a Nossa Senhora da Piedade — dizendo:

«Deixo todo o meu herdamento, que é em «Porto de Mós, e rogo a meu irmão, que «deixe ahi o seu, porque se mantenha, a ca«pellania, na dita capella de meu padre e «de minha madre; e pela minha alma, e pe«las de meus irmãos, e d'aquelles donde ve«nho—sob tal condição, que o prior e ra«çoeiros de S. João, tenham uma capella «para todo o sempre, que cante em esta ca«pella, pelas nossas almas, cada *de requiem*, «e pois, *de requiem*, em commemoração, dia «de Santa Maria, e saia cada dia, sobre os «moimentos de meu padre e de minha madre

[1] Havia antigamente, várias especies de *bachareis*. Alem dos *bachaleres* das cathedraes, a que hoje denominamos *beneficiados*, havia os *bachareis* das academias e universidades, que eram os individuos que já tinham o primeiro grau de qualquer faculdade.

Nas egrejas cathedraes, e até em muitos conventos, havia *bachareis*. ou *baccalarios*, que eram os conegos e monges mais novos.

Egualmente se dava este nome, aos militares (de qualquer ordem de cavallaria) de pouca edade, ou que não tinham posses para terem *pendão e caldeira*—isto é—sufficiente numero de vassallos, pagos e municiados á sua custa, para poderem arvorar bandeira independente, nas expedições militares.

A palavra *degrêdo*, era synonimo de *decreto;* porisso, *bacharel em degredos*, vinha a ser o que nós hoje chamamos *bacharel em direito*, ou *em leis*.

[2] A data d'esta escriptura, é da era de Cesar, que vinha a ser 29 de junho do anno de 1394 de J. C.

Este bispo, era D. João Annes, eleito em 1383. Foi o ultimo bispo e o primeiro arcebispo de Lisboa.

D João I, impetrou do papa, Bonifacio IX, auctorisação para que a Sé de Lisboa fosse elevada a metropolitana, deixando, portanto, de ser suffraganea da Cathedral de S Thiago de Compostella, como era desde 1199, e sendo só dependente da Sé apostolica. Sua Santidade assim o mandou, por bulla de 10 de dezembro do anno de 1394.

Bonifacio IX, governou a egreja de Deus, desde 1389, até 1404, anno em que falleceu. Foi o 201.º, na serie dos pontifices. (Vide 4.º vol., pag. 271, col. 2.ª)

«e meu, com cruz e com agua benta, e com «responso, e suas oraçõos, etc.»

Depois, vae declarando o que deixa ás capellas, e diz:

«Item, os herdamentos que hei em Santa«rem, ordeno d'esta maneira—Deixo todo o «meu herdamento de Alpiarça, para uma «capellania—Item, a Matta, para outra ca«pellania—Item a Malva, para outra capel«lania.»

Manda que um dos capellães cante por elle, por el-rei D. Diniz, e pelos bispos, D. Domingos e D. Matheus, outra missa a Nossa Senhora.

Em 1530, estas quatro capellas (que na sua instituição, tinham grandes rendimentos) foram reduzidas a uma só, pelo arcebispo de Lisboa, o que foi confirmado pelo papa Clemente VII, a 18 de outubro de 1531. Esta reducção foi porque, a esse tempo, grande parte das fazendas e foros sujeitos aos legados, tinham sido usurpados, como acontece a outras muitas, em differentes partes. Apezar d'isto, ainda rendia esta capella, em 1710, mais de 15 moios de pão.

Este *João Miguens da Cré,* era pessoa muito illustre e de uma antiga familia da villa.

—

Da egreja de S. João e da de S. Pedro, desmembrou D. Affonso, conde de Ourem, e marquez de Vallença, em 1447, os priores com as suas terças, para formarem a collegiada que instituiu na villa de Ourem.

—

A imagem de Nossa Senhora da Piedade, é de pedra, está sentada, com J. C. morto no regaço, e n'esta posição tem 0^m^,66 de alto. Pela imperfeição da sua esculptura vê-se que é antiquissima; assim como a capella, que é de architectura gothica, e n'ella se veem os dois mausoleus, do pae e mãe do cavalleiro, João Miguens da Cré. Quando se fez a egreja, foi esta capella encorporada n'ella, ficando do lado esquerdo do corpo da egreja.

—

Ha na villa, duas fontes—uma junto ao castello, e outra, á entrada da povoação, contigua a uma bonita alamêda.

Egreja e hospital da Misericordia

Foi instituida a Misericordia d'esta villa em 1516, por alvará do rei D. Manoel. D. João III lhe confirmou os privilegios, em 1541.

Tem irmandade, com as prerogativas e obrigações das outras irmandades da mesma denominação.

Havia (e ainda ha, junto á Misericordia) n'esta villa uma ermida, de Santo Antonio, no Rocio, que era a de uma *gafaria.*

Sabemos que nos tempos antigos eram vulgarissimas as molestias cutaneas, chamadas *mal de S. Lazaro* (elephancia, lepra, gangrena-sêcca, etc.) porque este santo era leproso.

Eram numerosissimas as gafarias que havia n'este reino. Quasi todas as povoações de mais importancia, tinham fóra d'ellas, um hospital dos gafos ou lazaros.[1] a que tambem se dava o nome de *conventos,* ou *ordens de S. Lazaro,* que era o advogado contra estas molestias, e o patrono de taes estabelecimentos.

Ainda hoje vemos algumas gafarias, ou em ruinas ou applicadas a outros usos; e, onde já d'ellas não ha vestigios ainda o sitio onde estiveram conservam o nome de *Gafaria, Gafanha, Gafanhoeira, Gafeira,* etc.

No concelho de Castro-Daire, ha a freguezia do *Gafanhão* (que foi villa). Gafanhão, quer dizer homem gafo, como *gafanhôa,* significa a mulher que padece da mesma molestia.—3.º vol., pag. 245, col. 1.ª

[1] Dava-se tambem a estes estabelecimentos de caridade, o nome de *lazarêto* (hospital dos lazaros) e d'aqui provem o nome de lazarêto, dado ás casas onde são obrigados a quarentenar, os navegantes que vem de paizes onde ha molestias contagiosas.

Á falta de limpeza do corpo, e ao uso de roupas de lan, ou de pelles, junto á cutis, se attribue a frequencia d'esta ascorosa molestia dos nossos avós; assim como se attribue á limpeza, e ao uso da roupa de linho, e á importação e uso do assucar, a sua quasi extincção. E, na verdade, esta horrivel molestia, é hoje, felizmente, rarissima na Europa.

Vide *Queimadella* (S. Vicente.)

Como em Porto de Mós cessasse tambem esta molestia, foi annexada a sua gafaria, com os competentes rendimentos, ao hospital da Misericordia; mas conservou sempre o nome de *hospital de Santo André*. Tem uma confraria, cujos irmãos fabricam a capella, e festejam o santo, no seu dia. As *offertas* de ermida e as da Misericordia, eram de trez em trez annos, de cada uma das parochias da villa.

A egreja da Misericordia, é da invocação de Nossa Senhora (como são a maior parte d'estas egrejas.) — Tem contigua á egreja, uma bôa sachristia, e uma optima *casa do despacho*, casa de cartorio, e outra de celleiro.

Junto á casa do despacho, é que está o hospital que é terreo, mas soffrivel. No quintal, ou cêrca, do estabelecimento, está a casa de residencia do *hospitaleiro* (enfermeiro.)

O hospital de Santo André, com os sobejos das despezas dos gafos, creava os expostos: como as suas rendas se uniram ás da Misericordia, ficou esta com o mesmo encargo.

—

Tem pedreiras que produzem mármores dos mais bellos de Portugal, tão finos como os de Cintra e Extremôz.

Tambem aqui se fabricam muitas pederneiras, de optimo silex.

—

Até 1834, teve juiz de fóra, e duas companhias de ordenanças, na villa, e quatro no seu termo.

Foi alcaide-mór de Porto de Mós, Luiz de Mello da Silva, descendente de João Lourenço Ferreira, pae de Pedro Lourenço Ferreira, cognominado o *Mata-Judeus*, por assassinar alguns, da judiaria de Trancoso, que não queriam pagar certos tributos.

Casou com D. Antonia de Mello, filha bastarda de Martim Affonso de Mello. Foi seu filho:

Nuno de Mello de Faria, que na tomada de Alcacer-Ceguer (Africa) por D. Affonso V, em 1459, recebeu dezesete feridas.

Casou com D. Philippa da Silva, e teve:

João de Mello da Silva, que teve por filho (bastardo)

Antonio de Mello da Silva, instituidor do morgado de Bucellas, em 1573.

Casou com D. Ignez Leitão, e foi seu filho:

Nuno de Mello da Silva, que casou com D. Barbara de Castro, filha de Pedro de Castro, alcaide-mór de Melgaço, e de D. Jeronyma da Maia. Foi seu filho:

Antonio de Mello da Silva, que casou com D. Anna de Mello, e foi seu filho:

Nuno de Mello da Silva, que casou com D. Maria Pitta, e foi seu filho:

Luiz de Mello, que casou com D. Maria Camilla de Lemos, e foi seu filho:

Luiz de Mello da Silva, que foi o referido alcaide-mór, Luiz de Mello da Silva, nomeado no principio d'este paragrapho.

—

É tradição que, em tempos que já lá vão ha muito, houve aqui um juiz de fóra, com grandes fumos de fidalgo; e sendo tratado por *V. M.ce* (como então se usava) em certa petição, a não despachou por querer *senhoria*.

O requerente, fez a seguinte *repplica*:

Se a Deus se trata por *tu*,
E ao nosso rei, por *vós*,
Como quereis que vos tratem,
Juiz de Porto de Mós?

—

A pouca distancia d'esta villa, principia a serra do *Arrimal*, estendendo-se para o S., por espaço de 18 kilometros, até á *Venda da Costa*, onde termina.

N'esta serra, ha minas de prata, de ferro, e de carvão fossil—todas por explorar. Em 1740, tambem aqui se descobriu uma mina de azeviche.

—

Porto de Mós, desde o reinado de D. Sancho I—isto é—desde o principio do seculo XIII, foi augmentando a sua população, e progredindo, porque os seus habitantes se empregavam assiduamente em cultivar os seus ferteis campos; porém, desde o principio do seculo XVI, preferiram dedicar se ás armas e ao commercio (desde que D. Vasco da Gama, descobriu o caminho para a India, por mar, em 1497—e desde que Pedro Alvares Cabral, descobriu o Brasil, em 1500) a cultivarem terras sobrecarregadas de pesadas rendas, para differentes commendas e fidalgos.

Por esta razão, a villa foi decahindo do seu antigo esplendor, e eram mais as casas em ruinas e desertas, do que as habitadas.

Ha alguns, annos porém, d'entre os entulhos, tem renascido novos edificios, e a actual prosperidade, relativa, d'esta povoação, promette continuar em progressivo augmento, e preparar um risonho provir a Porto de Mós, que se effectuará desde que se abrir um ramal de caminho de ferro, d'aqui até á estação de Torres-Novas, que é apenas uma distancia de 30 kilometros. Tambem fica só a 5 kilometros a E. da estrada real, de primeira classe, de Lisboa ao Porto, duas arterias por onde pode exportar, não só os generos agricolas excedentes ao consumo do povo, mas, e sobretudo, o producto das suas numerosas e abundantes minas de ferro e anthracite—mesmo que as de prata, pela sua pobresa, não mereçam os trabalhos e despezas da exploração e lavra.

—

A villa fica escondida pelo E., S. e O., entre varias serras que a cercam, ficando apenas descoberta pelo N., por onde se estende uma veiga fertilissima, até á villa da Batalha.

Sobre o vertice de um monte, sobranceiro á villa, se ostenta, desafiando o correr destruidor dos seculos, o seu vetusto e venerando castello, primittiva residencia do *rei* mouro, e depois, paço dos alcaides-móres.

São deliciosas as vistas que das suas muralhas se gosam, pelos seus contrastes. Em volta, e mais ou menos distantes, se veem montes alcantilados, serras e bosques. Ao sopé, a villa, com seus arrabaldes, povoados de arvoredos, hortas, quintas e pomares, e o rio, serpeando por entre formosos choupos, alamos e salgueiros: e ao N., a formosa veiga que já mencionei.

Logo á entrada da villa, pelo O., se veem as tristes e abandonadas ruinas do mosteiro do Bom-Jesus, de eremitas descalços, de Santo Agostinho; seguindo-se-lhe ruas estreitas e tortuosas, como todas as das povoações antigas, que se foram construindo pouco a pouco, e sem ordem.

O termo produz muita variedade de fructos; nos seus montes, ha muita caça, de varias especies, e os seus rios produzem algum peixe: vindo-lhe tambem da Pederneira, grande quantidade d'elle, chamado *da costa.*

No populoso logar chamado *Nossa Senhora d'Assumpção, de Minde*, fabricam-se grande cópia de pannos, grosseiros, de lan, que se exportam para varias partes.

É no districto d'este concelho, o famoso *Olho da Mira.* Vide 6.° vol., pag. 237, col. 1.ª

—

Entre os homens illustres, nascidos em Porto de Mós, citarei:

D. Antonio Pinheiro—Estudou as lettras sagradas e profanas, em Paris, onde foi lente de rhetorica. D. João III o mandou voltar ao reino, e o fez seu capellão, prégador, e mestre do principe D. João.

D. João, foi o unico filho de D. João III—Casou com a princeza D. Joanna, filha do imperador Carlos V.—Morreu a 2 de janeiro de 1554, com 17 annos incompletos de edade. Dezoito dias depois, nasce seu filho, o malogrado rei D. Sebastião.

Depois, foi D. Antonio Pinheiro feito chronista-mór do reino, guarda-mór do archivo real, visitador e reformador da universida-

de de Coimbra, bispo de Miranda, e depois, de Leiria. Foi um eloquentissimo orador latino e portuguez; e nas maiores solemnidades reaes, religiosas e politicas, fez as orações, dez das quaes, foram impressas. Tambem escreveu algumas obras poeticas, portuguezas e latinas; excellentes commentarios e annotações a Marco Fabio Quintiliano, que foram impressas em París e em Veneza, em um livro *in fólio*, traduziu em portuguez o *Panegirico de Plinio a Trajano*, e na livraria da Cartuxa, d'Evora, existiu o seu original, até 1834, e do qual se extrahiram muitos exemplares.

Deixou manuscriptos—um *Tratado sobre os psalmos*—outro *Da eloquencia da lingua portugueza*—outro de *Cousas antigas de Portugal*—um tomo de *Sermões*, e outras obras.

Morreu em Lisbaa, a 9 de novembro de 1582, ou em janeiro de 1583.—Foi sepultado na capella de S. Sebastião, por elle edificada, na egreja de S. Pedro, de Porto de Mós.

Os que pretenderem mais amplas noticias d'este varão insigne, vejam a sua biographia, nos *Retratos e elogios dos varões e donas, que illustraram a nação portugueza.*

D. Fernando I, deu o senhorio de Porto de Mós, a D. Garcia Rodrigues Taborda. Era um fidalgo gallego, que tinha o seu solar, em S. Miguel de Taborda, junto á cidade de Tuy. Veio para Portugal com seu primo, o tristemente celebre, D. João Fernandes Andeiro, ao qual o mesmo monarcha—por influencia de D. Leonor Telles de Menezes—fez conde de Ourem. Taborda tambem foi feito, pelo mesmo monarcha, e pela mesma influencia, alcaide-mór de Leiria.

As armas dos Tabordas, são—em campo de púrpura, cinco cadernas de crescentes, de ouro, em aspa. Elmo de prata, e por timbre, uma asa de púrpura, levantada, carregada de uma caderna do escudo. Suppõe se que João Rodrigues Taborda, capitão de um navio, na tomada de Ceuta (Africa) foi o que obteve estas armas, por distincção n'essa conquista, que teve logar em 14 d'agosto de 1415.

No logar de Minde, d'este concelho, falleceu, em junho de 1876, Luciana Maria, de edade tão avançada, que ella mesma não sabia já quantos annos tinha. Casou em 1804, com José Pereira da Costa, de Minde.

Viveu nos sete seguintes reinados—D. José I—D. Maria I—regencia do principe do Brasil—reinado de D. João VI—regencia de D. Isabel Maria—reinado de D. Miguel I—de D. Maria II—regencia de D. Fernando—reinado de D. Pedro V—e de Luiz I.

Até á hora da morte, conservou todas as suas faculdades e sentidos, em perfeito estado. A sua occupação ordinaria, era fiar na roda. No anno antecedente, tinham morrido em Minde, nove velhas decrepitas, que Luciana Maria se lembrava perfeitamente de terem nascido.

—

Em maio de 1877, foi o concelho de Porto de Mós invadido por uma praga de rans e caracoes, que causaram grandes prejuizos aos agricultores.

—

PORTO DE MÓS—praia, Algarve—junto a Lagos.

PORTO DE MUGEM—hoje *Mugem*. Vide esta palavra.

PORTO DE OVELHA—(ou da *Ovelha*)—freguezia da Beira-Baixa, comarca e concelho do Sabugal (foi do extincto concelho de Castello-Mendo) 85 kilometros ao S. E. de Vizeu, 360 ao E. de Lisboa, 100 fogos—em 1757, tinha 57.—Orago Nossa Senhora da Expectação. Bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda.

O parocho era cura, collado, da apresentação do vigario de Leonil. Tinha 6$000 rs. de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia está situada proximo do rio Côa, e é pouco fertil, em razão do seu clima excessivo.

PORTO DE REI — Aldeia, Beira-Alta, na freguezia de São João de Fontoura, comarca e concelho de Rézende. Está situada sobre a margem esquerda do rio Douro, e é terra de barqueiros. Proximo a Porto de Rei, é o ponto da *Ripança*. (6.º vol., pag. 199, col. 1.ª)

Em frente d'esta povoação, fica a aldeia e freguezia de Barqueiros, concelho de Ma-

zão-Frio, patria do malogrado José Julio de Oliveira Pinto. (vol. 1.º, pag. 336, col. 2.ª, no fim.)

Entre *Barqueiros* e *Frende*, fica um dos túnneis do caminho de ferro do Douro.

PORTO DOS PINHEIROS—logar, Alemtejo, proximo á villa de Castello de Vide. Faz parte de uma coutada, chamada de *Alcogullo*, propriedade do sr. Lecocq, onde existem, mais ou menos desmantellados, cinco dolmens. Um d'elles, é no sitio do *Porto dos Pinheiros*, e está actualmente transformado em curral de porcos.

É um dos maiores de Portugal, pois a sua meza tem 3m,10 de comprido, 3m,5 de largo, e 0m,38 de espessura. Os esteios, 1.º, 2.º e 7.º conservam-se inteiros: ao 4.º, falta-lhe a parte superior—o 2.º e 5.º, faltam—e do 6.º, apenas existe a terça parte.

PORTO DO TEJO—aldeia, Beira-Baixa, na freguezia e concelho de Villa Velha do Rodam, comarca, bispado e districto de Castello-Branco.

É uma povoação importante, sobre a margem esquerda do Tejo. É terra fertil, mas falta d'agua potavel, tendo os seus moradores de a hir buscar á fonte da villa do Gavião, que fica a 2 kilometros de distancia; e mesmo assim, com difficuldade, pela grande concorrencia de povo a hir surtir-se a esta fonte.

Vide *Villa-Velha de Rodam.*

PORTO-MANSO—aldeia, Douro, na freguezia d'Ancêde, concelho e comarca de Bayão. Está situada sobre a margem direita do rio Douro, e, porisso, é terra de barqueiros.

É aqui a 4.ª secção do caminho de ferro do Douro.

Foi por estes sitios, que, em 18 de novembro de 1846, houve um tiroteio, entre os guerrilhas miguelistas do Macdonell, e as forças do Sá da Bandeira, que retiravam para o Porto, pelo rio, depois da derrota de Valle de Paços. (Vide a nota na col. 2.ª, de pag. 367, d'este volume.)

PORTO-NOVO—aldeia, Extremadura, pequeno porto de mar, na freguezia de S. Miguel do Vimeiro (ou Vimieiro) concelho da Lourinhan, comarca de Torres-Vedras.

É digna de menção especial, esta pequena povoação, porque, tendo os inglezes desembarcado nas Berlengas, em 18 de agosto de 1808, em soccorro de Portugal contra as hordas napoleonicas—os mareantes e pescadores de Peniche, apezar da forte guarnição franceza, que occupava esta praça, fugiram com todos os barcos que se achavam em estado de navegar, e foram para as Berlengas, d'onde transportaram os nossos alliados para o continente, desembarcando-os em *Porto-Novo*, para se reunirem ás forças nacionaes, d'esta parte da Extremadura.

Junot, marcha com uma forte divisão contra os alliados, mas é derrotado, mesmo no Vimeiro, a 21 do dito mez e anno; como Delaborde tinha sido derrotado na *Roliça* (24 kilometros ao N. do Vimeiro) pelos inglezes, desembarcados na Figueira da Foz, unidos ás tropas nacionaes da Beira, commandadas por Sir Arthur Wellesley, a 17, tambem d'este mez e anno.

Vide *Peniche*, *Roliça*, e *Vimeiro.*

PORTO-SALVO — (Nossa Senhora do) — Vide 4.º vol., pag. 22, col. 2.ª

Os que quizerem mais amplas noticias com respeito a esta Senhora, vejam o 6.º vol. do *Sanctuario Marianno*, pag. 463.

PORTO-SALVO—pequena, mas bonita povoação, Extremadura, na freguezia, concelho e 2 kilometros ao E. da villa d'Oeiras, situada sobre a margem direita do Tejo, em formosissima posição, ficando-lhe quasi em frente, a grande aldeia da *Trafaria*, e mesmo em frente, o *Torrão* e a *torre do Bugio.*

Toda esta margem do Tejo, desde Belem até S. Julião da Barra, é um dos mais bellos e pittorescos sitios de Portugal. Desde a praia do *Rastêllo* (Belem) até á ponte d'Algés, eram tres povoações distinctas, da freguezia de Belem—*Belem, Bom Successo*, e *Pedroiços.* Mas a povoação foi-se estendendo, e hoje, posto conservar as antigas denominações, não é mais do que uma rua continuada, tendo de um e outro lado, ricos e formosos palacios, optimas quintas, bellos jardins, e encantadoras casas de Campo.

O rail-road (caminho de ferro do systema americano) percorre esta linha de quarto em quarto de hora, todos os dias, desde a

Ponte d'Algês, até ás estações extremas de Lisboa. (Estação do caminho de ferro do norte e leste—Passeio publico, do Rocio—e Largo do Intendente.)

Porem desde a primavera até fins de outubro, a concorrencia é espantosa, pois, não só affluem aqui as familias abastadas de Lisboa, a ares ou a banhos do mar; mas ainda, muitas das nossas provincias, e de varios pontos da Hespanha; o que tem elevado o prêço das rendas das casas, a uma cifra espantosa, em nada inferior aos alugueis dos predios, nas ruas principaes de Lisboa.

Já ficam descriptas no logar competente, as povoações de *Algés*, *Belem*, *Bom-Successo*, *Dá-Fundo*, e *Pedroiços*, pelo que, limitar-me-hei a descrever aqui rapidamente o que ha a dizer desde a ribeira d'Algés para O. (menos *Caxias*, *Laveiras*, *Oeiras*, e *Paço d'Arcos*, que já estão descriptos; e S. José e Santa Catharina de *Ribamar*, que virão na palavra *Ribamar*.)

—

A ribeira d'Algés divide o concelho de Belem, do de Oeiras, e a freguezia de Santa Maria de Belem, da de S. Romão de Carnaxide.

Pedroiços, termina pois na margem esquerda do Algés, por duas quintas—a do N., dos srs. duques do Cadaval, e a do S., do sr. Abreu. [1]

Na margem direita da ribeira, é a bonita povoação da *Ponte d'Algés*, até onde—por emquanto — chega o precurso dos carros americanos. [2]

[1] A quinta dos srs. duques do Cadaval, é vasta e muito accidentada. No tope de uma collina d'esta propriedade, que fica ao N.E. da Ponte d'Algés. se anda construindo uma fortaleza, denominada—*Forte do Duque* As obras d'este forte, ainda estão muito atrazadas, pois apenas se está procedendo aos desaterros para as casamatas.

Fica um kilometro ao N. do Tejo.

[2] *Ponte d'Algés*, está sobre a margem direita do Tejo—e *Algés*, é uma grande aldeia da mesma freguezia de Carnaxide, que fica ao N., em um alto, e a uns 1:200 metros de distancia do Tejo. Ao fundo (E.) d'Algés, nas margens da ribeira, ha bontas quintas, sendo a melhor e mais bella, a de *Santa Martha*.

O que deu o nome a esta povoação foi a ponte velha. É de um só arco, e de alvenaria. Sobre o parapeito do lado da terra (N.) tem um padrão, com as armas da cidade de Lisboa (uma náu)—e sobre o do lado do Tejo (S.) esta inscripção:

A CIDADE
MANDOU FA-
ZER ESTA
PONTE NO A-
NNO DE 1608.

Vê-se pois que esta ponte tem actualmente, nada menos de 269 annos. É construida de *alvenaria*, (como já disse) e por pedreiros analphabetos. Pois ha 5 ou 6 annos, homens da arte, com o curso completo de engenharia de pontes e calçadas, com os *precizos* instrumentos mathematicos, dos mais modernos e aperfeiçoados, e depois de *estudarem o traçado*, e *levantar a planta da obra* (quer dizer — depois de gastarem com os *estudos preliminares*, tanto dinheiro como custou a obra) construiram uma ponte, de *cantaria*, com guardas de ferro, a uns 20 metros abaixo da antiga, excedendo esta em belleza e magnificencia, e parecia tambem que em solidez; mas veio a cheia (ou cheias) de novembro de 1876, e levou-lhe os alicerces (!) do pegão do O.! — Andam agora a reconstruil-a. — A ponte velha, lá está, tão sólida como quando foi construida, e dando exclusivamente passagem segurissima, aos trens, cavalleiros e peões que precizam atravessar o rio. [1]

Na aldeia da *Ponte d'Algés*, mandou D.

[1] Factos identicos se teem dado em muitas outras pontes modernas, construidas *segundo todas* as regras architectonicas. Estas, teem sido desmanteladas pelas enchentes, ao cabo de 2 ou 3 annos de existencia, ao passo que as pontes de *Canavezes*, *Barcellos*, *Abbadim* (Ancora) *Mirandella*, *Silves*, *Tavira* e outras muitas cuja construcção é tão antiga, que se attribue aos romanos—e ainda maior numero, construidas pelos nossos primeiros réis, resistem firmes e impavidas, á violencia das mais furiosas torrentes.

Isto, não é offender os srs. *engenheiros de pontes e calçadas;* mas dizer verdades incontestaveis.

João IV, construir um forte, denominado de *Nossa Senhora da Conceição*, em 1649, sob a inspecção do conde de Cantanhede, então ministro da guerra. Este forte, que ainda estava muito bem conservado, foi vendido, depois de 1834, e sobre as suas muralhas (que ainda se conhecem) está hoje edificado um bonito predio, com seu jardimzinho, propriedade do sr. Gaspar Gomes dos Anjos, armador, residente no *Chiado*, em Lisboa. [1] O seu novo proprietario, ainda aqui conserva a imagem da antiga padroeira do forte, em um nicho, na fachada do edificio. É uma imagem de bella esculptura, com um metro d'alto.

Logo adiante d'esta casa, mas do lado opposto da estrada, anda em construcção uma sumptuosa e elegante casa, de um outro sr. Anjos, rico negociante e capitalista de Lisbôa, que tem aqui uma grande quinta.

A uns 200 metros ao O. d'este edificio, e sempre sobre a margem do Tejo, está uma casa, que foi hospicio dos frades de S. José de Ribamar. Foi vendida, como *bens nacionaes* (assim como o edificio do mosteiro principal e sua cêrca) e são hoje bellissimas propriedades, do sr. Eduardo Augusto da Silva Cabral, feito conde (2.º) de Cabral, no 1.º de abril de 1869. É filho do fallecido José Bernardo da Silva Cabral, feito 1.º conde de Cabral, em 24 de outubro de 1867—e sobrinho do sr. conde de Thomar, nosso embaixador, na côrte pontificia, e que, desde poucos dias está na sua casa, que foi mosteiro de Christo, em Thomar.

Pouco mais a cima (ao N.O.) é a pequena povoação de *S. José de Ribamar*, que tambem pertencia ao mosteiro d'este nome.

[1] Tambem não entendo muito bem a razão porque vendem, ou deixam cahir em ruinas essa linha de fortes, que bordavam as margens do Tejo, desde Beirólas, até S. Julião da Barra, mandados construir por D. João IV, e por seus filhos, D. Affonso VI, e D. Pedro II, e que faziam fogo mesmo ao *lume d'agua*, e vão gastar *rios de dinheiro*, em construir novas fortificações, a uma *respeitosa distancia* do Tejo! Será para collocar essas fortificações fóra do alcance da artilheria inimiga, e esta fóra do alcance da nossa?—Será um novo systema de baterias inoffensivas?—Parece que sim!...

Já a pag. 21 (col. 1.ª, no fim) fallei da *quinta da Piedade*, que é a maior parte d'esta povoação. Hoje, que mesmo n'ella resido, posso dar mais amplas informações a seu respeito.

Esta propriedade foi mandada fazer por D. José I, que vinha aqui muitas vezes. Depois, deu-a a um desembargador do paço, seu valido. Por morte d'este, ficou a um filho, que se recolheu ao mosteiro de S. José de Ribamar, e, por sua morte, lhe deixou a quinta de *Nossa Senhora da Piedade*. Os frades, não só conservaram, mas ainda melhoraram a quinta, e em um grande salão das casas, fizeram a sua livraria, cujos *lotes* ainda se conservam em muito bom estado; mas os livros desappareceram. Tanto o salão da livraria, como o resto das casas primittivas, estão a um metro de altura, da parte inferior, forradas de bellos asulejos, com primorosos desenhos colloridos, representando varias scenas de caça e pesca (hoje cobertos de papel pintado, ordinario!...)

Não é um palacio, mas uma vastissima e optima casa de campo. No seu interior, está a bonita capella de Nossa Senhora da Piedade, que dá o nome á quinta. É de abobada de estuque, com um sò altar, onde se admira um bello retabulo da padroeira.

Esta propriedade, comprehendida na classe de *bens nacionaes*, foi vendida depois de 1834, em hasta publica, e a comprou João Manoel Soares da Cruz, casado com D. Candida Maria Rita dos Prazeres Sá e Cruz. Foram elles que augmentaram o predio, com outra bôa casa, porisso, denominada *nova*.

Fallecendo Soares da Cruz, sem filhos, ficou a sua viuva com esta quinta, onde residiu muitos annos (passando alguns do fim da sua vida, em estado de cegueira completa.) Por morte d'esta senhora, foi a quinta á praça, para com o producto da sua venda, se satisfazerem varios legados a parentes, e pessoas pobres, e um legado de quarenta contos, á viuva do sr. D. Miguel I, os quaes, o sr. conde da Redinha lhe foi levar á Allemanha.

Comprou-a (arrematou-a) em praça no dia 19 de agosto de 1875, o padre Antonio

Ferreira de Miranda, por 15:450$000 réis, e é o seu actual possuidor. Este sacerdote, naturalisou-se hespanhol, fez-se protestante, e está hoje casado, e com filhos e enteados. [1]

O sitio da quinta, é um dos mais bellos d'esta margem do Tejo, vendo-se d'aqui, a barra e uma bôa parte d'este rio, S. José e Santa Catharina de Ribamar, Oeiras, S. Julião da Barra, ao O., tudo na margem direita—e para Este, do mesmo lado, Ponte d'Algés, Pedroiços, Bom-Successo, torre de S. Vicente de Belem, a parte superior do Zimborio e torreões da Casa-pia (Jeronymos) e ainda a parte superior da Calçada da Ajuda.

Ao O.S.O., e a pouca distancia, vê-se, no meio das ondas, a *torre do Bugio*, e o seu pharol.

Da margem esquerda do Tejo, vê-se o pequeno povo do Torrão (perto da *costa de Caparica*) a grande aldeia da Trafaria, o Lazarêto, Porto Brandão, e parte da villa d'Almada.

A quinta é abundante d'aguas, pois, alem de um grande reservatorio e uma cisterna, tem duas noras, e um manancial d'agua perenne.

—

Hindo pela estrada marginal do Tejo, logo abaixo, e adiante do hospicio de S. José de Ribamar, está o mosteiro, hoje propriedade do referido sr. conde de Cabral, do qual tratarei em *Ribamar*. Seguem-se as bonitas povoações do *Dá-Fundo, Cruz-Quebrada, Gibálta,* [2] *Caxias, Paço d'Arcos, Oeiras,* e *S. Julião da Barra.*

Note-se que todas estas povoações, pela sua belleza e salubridade, e por serem estações de banhos do mar, estão, desde maio até outubro, replectas de familias de Lisboa e de outras muitas terras do reino e de Hespanha.

—

Tornemos a *Porto-Salvo.*

Logo adiante de *Caxias*, está o forte de *Nossa Senhora de Porto Salvo*, construido em 1649, pelo conde de Cantanhêde, por ordem de D. João IV, de quem era ministro da guerra. Está desartilhado, porem ainda conserva uma pequena guarnição de veteranos.

—

Capella de Nossa Senhora de Porto-Salvo

Fica a uns 3 kilometros ao E. da villa de Oeiras. O templo primittivo era muito antigo, ignorando-se a data da sua fundação (mas não remonta alem do seculo XVI.) Segundo a lenda, a origem d'elle foi a que se segue:

Vindo uma náu, da India para Portugal, encontrou tão furioso temporal no *Cabo da Boa-Esperança*, que a sua tripulação tinha quasi perdidas as esperanças de se salvar. N'esta afflicção, prometteram todos, se chegassem a salvamento, a Lisboa, edificarem uma ermida, dedicada á S.S. Virgem, sob o titulo de *Porto-Salvo*, no primeiro alto que

[1] No salão que foi livraria dos religiosos, fundou o tal Miranda, uma escola gratuita, protestante, que poucos mezes durou, porque, varias senhoras catholicas, congregadas em *associação protectora de escolas e asylos de rapazes pobres*, estabeleceram no logar da Ponte d'Algés, duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, e immediatamente os paes dos discipulos da escola protestante, os mudaram para as catholicas, sem na outra ficar um unico. Era subsidiada pela propaganda protestante, que dava a Miranda, 100$000 réis annuaes, pela renda da casa, e pagava ao mestre.

[2] *Gibalta*, se não é corrupção de *jab, geb,* ou *gib* (monte) a que uniram o adjectivo portuguez *alta*—e vinha a ser *monte-alto*, é (e com mais probabilidade) corrupção de Gibraltar, pela tal ou qual semelhança, na sua posição, com aquella praça hespanhola, em poder dos inglezes, situada sobre o estreito do seu nome, que divide o Oceano Atlantico, do Mediterraneo, e a Europa da Africa.

No momento em que estou escrevendo (agosto de 1877) anda-se procedendo a estudos, para a construcção de um tunnell sub-marino, n'este estreito, que de Algeciras se dirija ao ponto mais proximo da costa africana.

Gibraltar, é corrupção de *Jab al-Tarik* (monte de Tarik.) Foi tomado por ser por aqui invadida a Hespanha, em 713 e 714, por *Tarik-Ben-Zarca (Tarik, filho da Azulada*—que era o appellido da sua famila)—famoso e cruel general africano, que derrotou Rodrigo, ultimo rei godo, e conquistou as Hespanhas.

descobrissem ao aproximar-se da costa de Portugal.

O tempo abonançou, e a tripulação chegou a Lisboa, sem soffrer outra tormenta.

Trataram todos logo de cumprir a promessa, e construiram a capella n'este sitio; que desde logo principiou a ser concorridissima, sobre tudo, pelos navegantes e suas familias, e a Senhora, objecto da sua particular devoção.

Até ha cousa de 50 annos, todos os navios de guerra que entravam ou sahiam a barra de Lisboa, ao passarem em frente da poetica capellinha, a salvavam com 21 tiros, como *preito e homenagem* á Virgem de Porto-Salvo.

Com o andar dos tempos, se arruinou a capella; pelo que, o capitão, Manoel de Carvalho (que falleceu em 1670, e era pae do padre Manoel Rodrigues Bacalhâu, capellão da capella-real) a mandou demolir, reedificando-a desde os fundamentos, e ampliando-a, de modo a ficar um templo mais vasto, e muito lindo, todo interiormente revestido de bellos asulejos, e é de abobada. Tem um só altar.

Á porta da ermida, está um alpendre de cantaria muito elegante, e de formosa architectura, mandado fazer pelo mestre d'obras, Antonio João Valente Successo.

São muitos, e grandes, os milagres attribuidos á intercessão de Nossa Senhora de Porto-Salvo, e d'entre elles, só mencionarei o que deu origem á lenda ou romance seguinte:

É meia noite tangida,
E a Marqueza, inda a velar [1]
De joelhos lacriminosa
É d'est'arte o seu orar:

«Oh, Virgem de Porto-Salvo
Formosa Estrella do Mar,
Madrinha dos navegantes,
Ouve e attende o meu orar.

«Tenho um filho—um só!—ouvis?
Na moirama d'Alem-mar,
Captivo, arrastando ferros,
De maus tratos a finar.

«Preso em Alcacer-Quibir,
Ninguem o quiz resgatar!
Não permittaes, Virgem Santa,
Que eu fine aqui a chorar.

«Trazei-me a salvamento
O meu filho—e se voltar,
Eu vos prometto, Senhora,
Orar sempre até finar.»

Palavras não eram ditas,
Diz-lhe uma irman a chorar—
«Corramos a Porto-Salvo,
Vamos á Virgem orar.»—

Assim que foi alvorada,
Caminham a Ribamar,
E á Virgem de Porto-Salvo,
De joelhos vão orar.

Em quanto estavam na ermida,
Mui contrictas, a rezar,
Arma-se grande tormenta,
Lampos [1] e trovões, no ar.

Os raios cortam as nuvens,
A chuva é de alagar:
Não deixa as duas romeiras,
Para Lisboa voltar.

Ficaram na ermidinha,
Que era em deserto logar:
Eis que, lá por horas mortas,
Ouvem á porta *trupar*. [2]

«Abra, minha mãe—sou eu,
E tambem quero rezar,
Á Virgem do Porto-Salvo,
Já que assim me quiz salvar.

«O meu senhor me mandou,
Comprar peixe p'ra cear,

[1] Marqueza não era titulo, mas nome de baptismo. Chamava-se *Marqueza Cordovil*, e morava na freguezia de S. Miguel, do bairro d'Alfama.

[1] *Lampos* e *lampados*—portuguez antigo—*Relampagos*.
[2] *Trupar*—portuguez antigo—bater.

E no caminho, uma dama,
Me guiou a este logar.

«Era a Virgem—minha Mãe—
E eu ponho no seu altar,
Os grilhões que me prenderam,
Para o milagre lembrar.»

Oh Virgem de Porto-Salvo,
Candida Estrella do Mar,
Sois para sempre Madrinha,
Dos que andam a navegar.

—

Este romance foi copiado de um manuscripto bastante antigo, de certo, cópia de cópia, pois estava muito adulterado. *Endireitei-o* como pude, supprimindo duas estrophes, que se não entendiam, nem tinham concerto possivel.

No 2.º volume do *Sanctuario Marianno*, a pag. 22, vem este milagre, em prosa, pouco mais ou menos, como o relata o romance.

—

Tem esta Senhora, uma irmandade, quasi exclusivamente composta de marinheires e pescadores, que cuida do aceio e conservação do templo, e faz uma sumptuosa festa á Senhora, a 25 de julho.

Em 29 de fevereiro de 1872, foi feito visconde de Porto-Salvo, o sr. Henrique José da Costa.

—

O visconde de Porto-Salvo, acaba de fallecer em Italia. Estava fóra da patria, desde o emprestimo do Sr. D. Miguel I, contrahido em 1832. O visconde e seu irmão Heliodoro José da Costa, é que obtiveram este emprestimo.

Morrendo Heliodoro pelos annos de 1869, ficou seu herdeiro o visconde, que tendo outras avultadas heranças de diversos parentes, chegou a ter uma riqueza montante a 12 milhões de francos (2:160 contos de réis—avaliando o franco a 180 réis).

Fez testamento, em favor de seus tres sobrinhos, filhos do Sr. Vianna, e netos de José da Silva Carvalho, tocando por tanto a cada um 720 contos de réis.

O visconde, tinha uma quinta magnifica no lago de Como (Italia) e muitas propriedades n'aquelle reino. Em Milão, tinha um palacio luxuoso, e uma bella casa em Veneza.

Em Portugal, era dono do palacete da calçada dos Paulistas, que fica em frente da entrada do palacio do sr. conde de Mesquitella.

Um dos tres herdeiros, é estudante de direito, na universidade de Coimbra, e os outros dois são officiaes do exercito.

—

PORTOS DE MAR—no continente—principiando do norte para o sul.—(Os que levam o signal *, são os principaes.)

Minho

Caminha *—Vianna *—Espózende e Fão.

Douro

Póvoa de Varzim—Villa do Conde *—Porto *—Ovar—Aveiro *—Figueira e Buarcos *—Lávos.

Extremadura (ao N. do Tejo)

Vieira—Pataias—Nazareth—Pederneira—S. Martinho do Porto—Salir do Porto—Peniche—Ericeira—Cascaes *—Lisboa * [1]

Extremadura (ao S. do Tejo)

Cezimbra—Setubal *—Comporta—Sines.

Alemtejo

Villa Nova de Mil Fontes.

Algarve

Odesseixe — Arrifana — Villa do Bispo — Atalaia—Lagos *—Alvôr—Villa Nova de Portimão * — Ferragudo — Pêra — Albufeira—Quarteira—Fáro *—Olhão *—Fozêta—Ta-

[1] Não incluo aqui as muitas povoações das duas margens do Tejo, até Villa Velha de Rodam, que tambem se poderiam considerar portos de mar, por communicarem com elle, pelo Tejo.

vira—Cacella—Villa Real de Santo Antonio—Castro Marim.

Podem tambem considerar-se portos de mar algarvios—Alcoutim, Pomarão—e Mértola, que estão sobre a margem direita do Guadiana.

Ao todo, 46 portos de mar, entre grandes e pequenos; mas não conto muitas povoações da costa, ou porque estão na foz de pequenos rios, ou porque não podem ser classificados portos de mar, senão para barcos de pesca.

PORTOZÊLLO—logar, Douro, na comarca e concelho de Bayão. Ha aqui uma barca de passagem, para o logar e capella de S. Pedro da Ermida.

PORTOZÊLLO—freguezia, Minho, comarca, concelho, e districto, e 3 kilometros a E.N.E. de Vianna do Minho, arcebispado e 40 kilometros ao O. de Braga, 95 ao N. do Porto, 405 ao N. de Lisboa, 400 fogos; em 1757, 222.—Orago Santa Martha.

A mitra primacial apresentava o reitor, collado, que tinha 200$000 réis de rendimento annual.

Está esta freguezia situada sobre a margem direita do formosissimo Lima, em terreno accidentado, mas pittoresco, fertil e ameno, como é o das outras freguezias que estanceiam nas duas margens d'este rio. Produz todos os fructos do nosso clima, em grande abundancia; cria muito gado, de toda a qualidade—sobre tudo, bovino, que exporta—nos seus montes ha muita caça, de varias especies—e o rio e o mar, lhe dão saboroso peixe.

É n'esta freguezia, e apenas a 500 metros do rio, o formoso paço acastellado, do sr. Antonio Pereira da Cunha, de cuja familia (que tem o seu antiquissimo solar na torre e freguezia da Cunha, do concelho de Coura, do qual já tratei a pag. 484, do 6.º vol.—e em *Parêdes de Coura.*)

O edificio primitivo, séde de um antigo mórgado, já tinha sido renovado, em 1695, por D. Maria de Caldas, terceira avó, pela casa de Lobos, do mesmo sr. Pereira da Cunha.

Este, succedendo a seu pae na administração dos vinculos, em 1853, emprehendeu a reconstrucção em parte e a ampliação do notavel edificio, ao qual, menos exactamente informado sobre a época da sua fundação, alludi, de passagem, a pag. 92 do 4.º vol. (Vide *Lima.*)

Desde esse tempo, alli se tem feito, todos os annos, mais ou menos obras, as quaes, hoje, se podem dizer concluidas.

O castello de Portozêllo, não só realça pela elegancia da sua forma, como tambem se distingue pelo aprimorado dos seus ornatos e lavores em pedra, que podem fazer recordar os mais correctos modêlos d'arte n'este genero.

O sr. D. Antonio da Costa, visitou-o, e d'elle nos deixou uma descripção realmente encantadôra, em uma das paginas d'ouro, do seu festejado livro, que se intitula *No Minho*

Seja-nos concedida a permissão de trasladar para aqui alguns d'esses mimosos periodos.

Diz o illustre escriptor, a pag. 178:

«Fórma este (o castello) um grande quadrado, tendo em cada um dos cantos seu torreão.

«Do centro eleva-se uma torre elegante guardando a feição do castello, e tendo tambem, aos quatro cantos, quatro torreões mais pequenos. Saindo por uma porta do lado, fomos entrar pelo portal, atravessámos o fosso pela ponte levadiça, subimos por uma estrada de abobada, para o pateo, onde corre um chafariz; d'ahi entramos n'um segundo pateo, mais pequeno, com uma ampla escada de pedra, para a primeira sala, forrada e mobilada toda de carvalho e ornada com armas de caça e cabeças de veado. Uma arcada guarnecida de estatuas, conduz a um vasto salão com balcões sobre o parque; á direita, uma galeria, que dá communicação para a casa do jantar; á esquerda, salas e accommodações para hospedes. Uma das cousas mais notaveis são os arrendados, em finissimo granito antigo, de Affife, como actualmente é raro encontrar-se, por se haverem esgotado as melhores pedreiras. [1] Por

[1] Permitta o Sr. D. Antonio da Costa, que lhe diga, que—na *Gandara de Santo Isidro*

ultimo, subindo uma escada de caracol, chegamos ao cimo da torre completamente descoberta, ponto elevadissimo, d'onde se avista ao longe o Oceano; adiante da ponte, as planices verdejantes das margens do Lima, e nos extremos do horisonte as serras, que as nuvens, reflectindo o sol, tingiam de meias cores, panorama digno da habitação do mavioso poeta (o sr. Antonio Pereira da Cunha). Contemplava-se o esmorecer da tarde ao murmurio da natureza e ao entreouviremse as frescas vozes das donzellas, que indicavam os pontos mais bonitos dos arredores.»

Felizmente, a casa acastellada de Portozêllo, que acabamos de ver desenhada por tão primoroso pincil, não se acha deshabitada. Faz alli a sua residencia ordinaria o sr. Sebastião Pereira da Cunha, (primoroso poeta, já bem conhecido) casado com sua prima co-irman, a sr.ª D. Maria Amalia de Almada, filha dos srs. condes d'Almada.

—

Ha ainda n'esta freguezia outros edificios nobres; o que foi da familia dos *Trancas*, hoje extincta; o dos srs. Abreus e Lima, de Vianna, feitos, depois, viscondes da Carreira; [2] e o dos srs. Pintos Correias, antigos alcaides-móres de Caminha.

Os Pamplonas, do Porto, actualmente representados pela sr.ª condessa de Rézende, tambem tinham aqui uma quinta, que, ha tempos, venderam.

—

É muito populosa a parochia de Portozêllo. Tem casas de lavradores ricos, algumas ermidas bôas, e uma escola de instrucção primaria bastante concorrida, e que é subsidiada pelo Estado.

Esta freguezia, é composta de cinco aldeias—Samonde, Romé, Talharezes, São Martinho, e Portozéllo. Só esta ultima é banhada pelo rio Lima.

—

PORTOZELLO—rio—Minho.—Nasce nos montes que ficam ao N. da freguezia a que dá o nome (a antecedente) e desagúa na margem direita do Lima, no sitio mesmo chamado *Portozêllo.*—Portozéllo, segundo o antigo portuguez, significa—*Porto pequeno*—*Portinho.*

PORTUGAL—villa—Douro, ao S. e a 2 kilometros (pouco mais ou menos) da margem esquerda do rio Douro, na actual freguezia de S. Christovam de Mafamede, concelho de Gaia.

É incontestavel que mesmo em frente da primittiva cidade do Porto (o actual bairro da Sé) existiu em tempos antigos, uma povoação, mais ou menos importante, denominada *Portugal*—da qual poderia muito bem proceder o nome d'este reino.

Todos sabem que o reino da Galliza, e o antigo territorio pertencente ao arcebispado de Braga, terminavam, pelo S., na margem direita do Douro, sem que o prelado primacial tivesse *nem um palmo de terra*, ao S. d'este rio, pois que, todo o paiz que constitue os actuaes bispados de Coimbra e Aveiro, pertencia ao bispado de Mérida (antiga capital da Lusitania, hoje na Extremadura hespanhola) cuja diocese terminava na margem esquerda do Douro. (Vide *Grijó.*)

Nas actas do concilio de Lugo, convocado por Theodomiro, rei dos suevos, em 568, se designam as parochias pertencentes a cada bispado, e não se inclue nem só uma, ao S. do rio, pertencente ao do Porto.

No *Canon* 5.º do mesmo concilio, é clara e expressamente designada, como uma das pertencentes ao bispado de Coimbra, a pa-

uns 6 kilometros ao N. d'Affife, e uns 2 kilometros ao S. da villa de Caminha—varios rochedos que erriçám a costa, n'este sitio, são do mais bello e mais fino granito que tenho visto, e, na minha opinião, superior ao de Darque e ao de Affife. Do granito da Gandara, se andava a fazer em 1865, uma bellissima capella (na margem E. da estrada real, de 1.ª classe, de Lisboa ao norte, no districto da freguezia do Mollêdo) cuja esculptura era tão mimosa e perfeita, como se fosse de finissimo mermore.

[2] No 1.º de dezembro de 1834, foi feito 1.º visconde da Carreira, Luiz Antonio de Abreu Lima.—A 19 de dezembro de 1842, foi feito 2.º visconde da Carreira, Diogo de Abreu Lima.—Em 18 de outubro de 1855, foi feito 3.º visconde do mesmo titulo (com grandeza) Luiz Bravo d'Abreu Lima—e em 20 d'agosto de 1862, foi feito 1.º conde do mesmo titulo, Luiz Antonio d'Abreu Lima.

rochia de PORTUGAL, O CASTELLO ANTIGO DOS ROMANOS, *que são sete egrejas sujeitas a uma.*

Segundo varios escriptores antigos—entre elles, *Vaseu* e *Ambrosio de Morales*—pelos annos 40 de J. C., imperando Caligula, foi feito bispo do Porto, S. Basilio; *porem que a cidade do Porto, não era a actual, mas a villa de Portucalle, ao S. do Douro;* povoação muito mais antiga do que aquella, que ainda então não existia. (Vide adiante.)

O bispo Idacio, falla em uma fortaleza, chamada *Portucalle (Ad Castrum quod Portucale appellatur)* construida pelos romanos, para defenderem aquelle territorio, das invasões dos *calaicos* (gallêgos.) Parece que se deve entender, que este castello, ou acampamento militar *(Castrum)* não era no paiz dos gallêgos.

Já disse, a pag. 284, col. 2.ª, no fim, d'este volume, que todos os escriptores concordam em que o castello e povoação romana de *Castrum Novum,* a que, depois, os suevos chamaram *Festabole, era em frente de Portucalle.* Já se vê que não pôde ser *Calle* (hoje Gaia) que estava em frente do sitio depois chamado *Torre da Marca* (sitio, então, completamente despovoado) e mais de 2 kilometros ao O.S.O. do bairro da *Sé.—(Castrum Novum.)*

É mais que provavel, que os romanos, passando o Douro, construissem uma outra fortificação ao N. do rio, e o seu mesmo nome romano, de Castrum Novum, nol'o prova.

Invadida a Lusitania pelos povos germanicos, os suevos, a quem coube em partilha este territorio, conservaram e reedificaram o Porto, abandonando o castello do Sul do rio; porém a povoação ainda ficou existindo, como veremos.

Na era de Cesar 912 (864 de J. C.) Ordonho II, de Leão, deu a D. Gomado, BISPO DE COIMBRA, A VILLA DE PORTUGAL, E SEU TERMO, EM FRENTE DA CIDADE DO PORTO.

Não me consta que por estes sitios haja o minimo vestigio de ruinas, de tão remotos tempos, pelo que devemos concluir duas cousas—1.ª, que não se póde assignar com exactidão, o local onde existiu essa villa—2.ª, que ella, em todo o caso, era de pequeno ambito.

Talvez não contivesse mais do que a povoação fechada pelas muralhas da fortaleza romana—ou mesmo, é possivel que não fosse mais do que uma *casa de campo,* fortificada, como havia muitas n'esse tempo [1]

Todos sabem que, em todos os documentos, até ao reinado de D. Diniz, nunca se tomou *villa* senão como *herdade, granja,* ou *casal*—talvez do italiano—*Villa*—que significa propriamente *casa de campo*—e não por uma povoação maior do que qualquer aldeia, com senado, juiz, pelourinho, e os mais distinctivos de jurisdicção civil e criminal.

O *Calepino,* diz—na palavra *Villa—Domus in agro agri colendi, e fructuum condendorum, ant etiam habitationes causa constituta.*

Varro e Columella, dividem a *villa,* em *urbana, rustica,* e *fructuária.* A 1.ª, constava de uma casa vasta, elegante, e bem mobilada, onde residia o proprietario, permanente ou temporariamente.—A 2.ª, era apenas uma granja, cujas casas só serviam para habitação do colono e sua familia; tendo curraes, encerradouros (curraes abertos) palheiros, alpendres, cobertos, etc., para recolher animaes, generos, e instrumentos agricolas.—A 3.ª, era simplesmente composta de adegas e celleiros.

Ás villas mais pequenas se dava o nome *villula.*

Estaço e outros escriptores, dão á palavra *villa* a mesma significação; e o Direito civil assim tambem a classifica. Até o Evangelho de S. Matheus (22, 5.º) e o de S. Lucas (14, 18.º) dão o nome de *villa* a uma casa de campo ou herdade.

Só desde os fins do seculo 13.º, é que principia a apparecer a palavra *villa,* como sinonymo de *pequena cidade*—v. g.—*villa de Bragança, villa de Lamego, de Coimbra, da Guarda,* etc.

[1] A *historia* do tal S. Basilio, que foi bispo da *villa de Portugal,* no anno 40 de J. C., não passa de um *conto,* ou—o que talvez seja mais provavel—podia aqui viver algum tempo, e ser bispo, mas não d'esta villa; mesmo porque os antigos escriptores que tratam do seu martyrio, o denominam apenas—*o bispo S. Basilio,* sem dizerem qual era a sua diocese.

Desde o reinado de D. Affonso III, se deu o nome de villa, a uma aldeia grande, ou cabeça de concelho; e desde então, só se empregou a palavra *villa*, n'esta accepção.

Só na Peninsula hispanica, ha differença entre *villa* e *cidade*: nos outros paizes, ha só *cidades*—maiores ou menores—e *villa*, só designa *casa de campo*.

Não se perdeu, porém, completamente o termo, com a antiga significação, porque ainda hoje se diz—*estar em villagiatura*—por habitar no campo.

—

Já se vê que, em vista da carencia de vestigios, ou de *confrontações* antigas, é impossivel assignarmos o logar onde existiu a tal povoação de Portugal. Uns a collocam entre o logar de Santo Ovidio (hoje unido a Villa Nova de Gaia, pelo progressivo augmento das casas d'estas duas povoações) e a aldeia de Coimbrões. Outros dizem que existiu na aldeia hoje chamada *Paço de Rei*, proximo á Serra do Pilar. Ainda alguns, são de opinião que os arabes, occupando estes sitios, mudaram o nome de *Portugal* no de *Mafamude*. Vide 5.º vol., pag. 23, col. 1.ª.

O que é certo, é não haver noticia de tal villa, desde o tempo do conde D. Henrique. Ou tinha sido completamente destruida, com as guerras d'essa época e antecedentes; ou tinha mudado o nome.

Ainda por estes sitios e immediações, ha muitas familias, com o appellido de *Portugal*, que, segundo alguns, provêm da antiga villa.

Tambem alguns pretendem que o nome de Portugal, dado a todo o reino, procede da tal villa.

PORTUGAL — reino — Já a paginas 478, col. 2.ª, do 4.º volume sob o titulo de—LUSITANIA E PORTUGAL—tratei dos primeiros habitantes d'este paiz—da religião dos lusitanos—quando a Lusitania mudou o seu antigo nome para o actual—das praças de guerra do continente—das armas de Portugal—quarteis militares—origem dos appellidos—conventos—terrenos incultos—o que é uma cidade, villa, aldeia, etc.—Situação, limites, divisão, população, montanhas, planos, rios, lagos, cabos, portos de mar, ilhas, praças de guerra, minas, agricultura, industria e commercio, marinha, exercito, etc.—e limites das oito provincias.

Aqui direi mais alguma coisa concernente a este reino, que julgo não ser completamente inutil aos indoutos, para os quaes esta obra é especialmente escripta.

Brasão d'armas

É antiquissimo o uso de *armas*, como insignia de nobreza, pois, segundo os livros Santos, já as 12 tribus de Israel, levavam emblemas nas suas bandeiras, quando sahiram do Egypto.

Tambem dos mesmos livros consta que Assuero tinha sêllo d'armas no seu annel, o qual confiou ao seu valido, Aman.

Suppõe-se, com bons fundamentos, que os assyrios foram os inventores d'este distinctivo de nobreza.

Com o decorrer dos tempos, se vieram a usar estas insignias, nas vestes ou cótas com que cobriam as armas, e nos pavezes, broqueis ou escudos. D'aqui se principiaram a chamar *escudos d'armas*.

Os primeiros que usaram estas pinturas em seus escudos, foram os soldados de *Caría*, para, na guerra, se differençarem as tribus.

Muitos dos heroes da antiguidade, depois das suas victorias, adoptaram armas commemorativas das façanhas que tinham obrado. Hercules, tomou por divisa, a maça, e a pelle do leão cleonio, que havia suffocado. —Ulysses, um golphinho—Cyro, um galgo, d'ouro — Osiris, um cão — Enéas, um leão, etc.

Pretendem alguns escriptores, que as primeiras armas que houve no mundo, foi uma águia negra, em campo d'ouro, que Jupiter mandou pôr nos seus pendões, quando fez guerra a seu pae, Saturno.

Estas insignias se vieram a tornar hereditarias, e os descendentes dos heroes as usavam por este motivo, quando as não podiam conseguir pelo seu valor, ou feitos gloriosos.

Os romanos, em quanto não obravam um feito assignalado, traziam os escudos em

branco; e foi dos romanos que os antigos portuguezes tomaram este uso, tanto para os homens, como para as cidades e villas.

O conde D. Henrique, trazia o seu escudo em branco, até que, depois da conquista da Terra-Santa, em que se achou, teve por armas, uma cruz encarnada (outros dizem azul) em campo branco.

Ás figuras que assim traziam nos escudos e nas bandeiras, chamavam *sinas*, ou *signaes*, e com o tempo se deu o nome de *sina*, á propria bandeira, ou pendão.

Tambem já os antigos usaram timbre sobre os brazões. Timbre, é uma figura qualquer, v. g., serpente, águia, leão, touro, etc. que assenta sobre a corôa, ou sobre o êlmo, do qual está pendurado o escudo d'armas.

Diz-se que o primeiro que usou de timbre nas suas armas, foi Protheu, rei do Egypto, que o mandou pôr sobre os êlmos, morriões, cellados, etc.

A palavra *timbre*, diriva-se de *à timore*, ou *à tremore*, que significa temor, ou tremor; porque os primeiros timbres eram figuras medonhas de animaes (muitas vezes impossiveis) que incutiam terror aos inimigos.

O timbre, é de maior excellencia, e denota maior nobreza do que as proprias armas; e tanto que, se um brazão não tem timbre, se diz *incompleto* — ou *escudo razo*.

Os reis godos, tinham escudo branco, dividido em quatro, por uma cruz de purpura; e parece que foi esse o brazão de D. Affonso Henriques, até á gloriosa victoria de Campo de Ourique (25 de julho de 1139) ainda que outros dizem, que até então, trouxera escudo em branco, o que não parece provavel. O seu timbre, continuou a ser a serpe dos godos.

Ainda outros escriptores, sustentam que, logo que foi jurado rei de Portugal, tomou para suas armas, e para as do reino—escudo de prata, e n'elle uma aspa, formada por um cordão de púrpura, com 4 escudetes de azul, tendo cada um, aos cantos da aspa, nove bezantes, em palla: sobre a aspa, uma cruz, formada pelo mesmo cordão, carregada de cinco escudetes azues, tendo dos lados, as pontas voltadas para o centro; e tendo cada escudete 13 bezantes de prata, em palla (cinco no centro, quatro superiores e quatro inferiores) cercado tudo pelo cordão, que lhe serve de órla, com 8 nós d'ouro, e outros tantos escudetes, em tudo eguaes aos primeiros, ficando 4 nós nos cantos, e os outros alternando com os escudetes.

Estas armas são bastante semelhantes ás actuaes dos *Éças*, ou *Déças;* menos o timbre, que no escudo d'esta familia, é uma aguia azul, com as azas abertas, armadas d'ouro, com um dos escudetes das armas, no peito.

D. Sancho I, fez algumas alterações n'estas armas, pois supprimiu os 8 escudetes da órla e os 4 da aspa, substituindo-os por outros tantos nós d'ouro.

D. Affonso II, adoptou o mesmo escudo d'armas; assim como seu filho, D. Sancho II.

D. Affonso III, usou das mesmas armas em quanto regente; porém em algumas moedas do seu reinado, se vêem 16 bezantes, em logar de 13. Depois de ser acclamado rei, por morte de seu irmão, e da conquista do Algarve (1250) reduziu os bezantes a 5, postos em áspa, e tirou o cordão, substituindo pela órla de purpura, carregada de 7 castellos d'ouro (vide 4.º vol., pag 485, col. 1.ª) depois, por 12, e, finalmente por 19, á medida que hia retomando castellos aos mouros.

D. Diniz, alterou o numero dos bezantes, pois nas moedas do seu tempo, se veem, umas vezes 10, outras, 11. O numero dos castellos, ficou reduzido a 12.

Tambem D. Affonso IV não usou um numero certo de castellos, vendo-se o seu escudo, já com 12, já com 14.

D. Pedro I, fixou em 12 o numero dos castellos, e em 15 o dos bezantes.

D. Fernando usou somente dos cinco bezantes, de prata, em aspa; mas ficaram os mesmos castellos do reinado de seu pae.

Até então, os escudos e escudetes, eram redondos e encimados por uma corôa aberta.

D. João I, compoz o seu escudo do modo seguinte—Ficaram os mesmos escudetes e bezantes, como no tempo de D. Affonso III e em escudo de prata, assentava sobre a cruz verde (de Aviz) *flordelisada* e firmada sobre

a órla encarnada do escudo, carregada de 10 castellos d'ouro, intercalados com as flores de liz da cruz. O escudo era cercado, exteriormente, com o *coronel* de duque; tendo por timbre, um dragão verde, ondeado de ouro.

Assim se conservou o escudo das armas dos nossos reis, e do reino, até D. João II, que lhe tirou a cruz de Aviz.

O rei D. Manoel usou das mesmas armas, augmentando-lhe a sua *divisa*, que era uma esphera armilar, e reduziu os castellos ao numero de sete. Note-se porém que esta alteração só se effectuou no principio do seculo XVI, pois até então, usou as armas de seu primo, cunhado e antecessor, D. João II. É por isso que se veem armas d'este soberano, formadas de differentes modos.

D. João III, mandou collocar na órla do escudo, outra vez os 14 castellos.

D. Sebastião I, usou já de 7, já de 14 castellos. Foi o 1.º rei que mandou fechar a corôa, que até então era aberta, em fórma de diadema (corôa ducal). Foi tambem este rei o que usou primeiro, n'este reino, do tratamento de *magestade*.

Seu tio e successor [1] o cardeal-rei, alterou as armas reaes, da fórma seguinte:—Os cinco escudetes, que até então eram em aspa, ficaram sendo em cruz, como hoje se usam; e os castellos ficaram reduzidos a 7; o que tambem ainda se usa.

Notemos que durante a usurpação dos trez Philippes, o escudo portuguez, deixou de existir como armas de nação livre, e foi collocado no centro das armas castelhanas.

Ainda hoje se vê em Portugal—em algumas fortalezas—o escudo d'este *interregno*, assim formado; e na Hespanha, em muitas partes.

D. João IV, adoptou as armas, taes como as mandou construir o cardeal-rei; e assim continuaram até D. João VI, que lhe accrescentou a esphera armilar, na qual assentava o escudo real. Era, como vimos, a divisa de D. Manuel.

[1] Tio de seu pae, pois que D. Henrique era irmão de D. João III, avô de D. Sebastião.

D. João V, D. José I e D. Maria I, tambem tinham mandado gravar no reverso das moedas cunhadas no seu tempo, a tal esphera armilar, que era (e ainda é) o escudo de armas do Brazil.

Desde que o Brazil foi declarado nação independente (21 de novembro de 1825) foi tirada do escudo portuguez a esphera, ficando as armas reaes construidas como hoje as vemos.

Os grandes ornatos, e a configuração mais ou menos imaginosa e arbitraria do escudo das armas de Portugal, como se desenhou no tempo de D. Maria I — os dois ramos (um de carvalho, symbolisando a força—outro de loureiro, symbolo da victoria) usados no reinado do Sr. D. Miguel I, e que se viam aos lados do escudo; bem como o *manto real*, com que se formou o fundo do escudo, no tempo da Sr.ª D. Maria II, e dos Srs. D. Pedro V, e D. Luiz I—e o accrescento de uma palma e um ramo de oliveira, de um lado—e uma palma e um ramo de carvalho, no outro, com que se mandou adornar o escudo, no tempo d'este actual monarcha; não passam de meros ornatos, que em nada alteram a construcção do escudo real, e que nenhuma lei auctorisou.

—

Côrtes dos tres Estados do reino
(Clero, nobreza e povo)

Em um salão, ricamente decorado, se erguia na parte superior, um estrado, de 6 degraus, com 1^{m},54 (7 palmos) d'alto—e na inferior, encostados ás paredes, alguns bancos, e no meio, 36.

Junto d'estes bancos, estavam de pé, os procuradores, até que chegasse o rei, que vinha vestido de gala, de manto roçagante, empunhando um sceptro d'ouro, e seguran-

do-lhe a cauda do manto, o camarista-mór do reino.

O prestito real, seguia esta ordem:—Primeiramente, os porteiros, com suas maças de prata, e atraz d'elles, os titulares e grandes da côrte. Seguiam-se os reis d'armas, arautos e passavantes, com as suas cótas, onde se viam bordados os escudos d'armas das cidades e villas que cada um representava. Seguia-se o alferes-mór, com a bandeira real desenrolada=O condestavel, com o estoque levantado, e logo atraz d'elle, o rei.

Quando era acto de juramento, precediam a todos, os musicos, tangendo trombetas, atabales, e charamellas, e alguns menestreis ou trovadores; mas isto era só no 1.º dia da convocação.

Depois de se sentar o rei no seu throno, se sentavam os procuradores, nos bancos que lhes pertenciam.

A cadeira real, era o numero 1.º—o banco 2, era o do camarista-mór (que estava de pé, atraz do rei)—3.º, sello real, sobre uma almofada—4.º, escrivão da puridade (que vinha a ser o mesmo que nas outras nações se chama guarda-sellos.)—5.º, guarda-mór da pessoa real (de pé)—6.º, mórdomo-mór (de pé)—7.º, condestavel (de pé)—8.º, aguazil e meirinho-mór (de pé)—9.º, o prelado destinado para fazer a oração—10.º, duques, sentados em cadeiras razas, com almofadas de tercio-péllo—11.º, presidente, regedor, da casa da Supplicação—12.º, chanceller-mór do reino—13.º, conselheiros, vedores da fazenda—14.º, desembargadores do paço—15.º, chanceller-mór da Supplicação—16.º, desembargador dos aggravos—17.º, corregedores da côrte—18.º, ouvidores do crime, da casa da Supplicação—19.º, ouvidores, ou desembargadores extravagantes, da mesma casa—20.º, marquezes, em cadeiras razas, com almofadas de tercio-pello, negro—21.º, condes—22.º, conselheiros—23.º, senhores donatarios—24.º, alcaides-móres das cidades e villas—25.º, bispos e mais prelados—26.º, reis d'armas—27.º, porteiros, com cannas e maças, todos de pé. [1]

[1] As convocações de cortes, que tem havido em Portugal, desde D. Affonso Henriques, até á actual legislatura (1877) já ficam mencionadas, a pag. 391 col. 2.ª e seguintes do 2.º volume.

Bancos das cidades e villas
(*Ordem dos assentos*)

1.º, Lisboa—2.º, Evora,—3.º, Porto—4.º Coimbra—5.º, Santarem—6.º, Braga—7.º, Vizeu—8.º, Guarda—9.º, Tavira—10.º, Lamego—11.º, Silves—12.º, Elvas—13.º, Beja—14.º, Leiria—15.º, Faro—16.º, Lagos—17.º, Guimarães—18.º, Extremoz—19.º, Olivença—20.º, Monte-Mór-Novo—21.º, Thomar—22.º, Bragança—23.º, Portalegre—24.º, Covilhã—25.º, Setubal—26.º, Miranda, do Douro—27.º, Villa-Real—28.º, Vianna do Lima—29.º, Ponte de Lima—30.º, Moura—31.º, Monte-Mór-Velho—32.º, Alemquer—33.º, Torres Novas—34.º, Cintra—35.º, Obidos—36.º, Alcacer do Sal—37.º, Almada—38.º, Torres-Vedras—39.º, Niza—40.º, Castello-Branco—41.º, Aveiro—42.º, Sérpa—43.º, Mourão—44.º, Villa do Conde—45.º Trancoso—46.º, Pinhel—47.º, Arronches—48.º, Aviz—49.º, Abrantes—50.º, Loulé—51.º, Vallença, do Minho—52.º, Freixo de Espada á Cinta—53.º, Alter do Chão—54.º, Monsão—55.º, Alegrête—56.º, Penamacor—57.º, Castello de Vide—58.º, Castello-Rodrigo—59.º, Marvão—60.º, Certan—61.º Monforte—62.º Fronteira—63.º, Cráto—64.º, Veiros—65.º, Campo-Maior—66.º, Castro-Marim—67.º, Torre de Moncorvo—68.º, Caminha—69.º, Palmella—70.º, Cabêço de Vide—71.º, Amarante—72.º, Coruche—73.º, Barcellos—74.º, Garvão—75.º, Panoias—76.º, Ourem—77.º, Albufeira—78.º, Ourique—79.º, Arrayolos—80.º, Bórba—81.º, Portél—82.º, Villa-Viçosa—83.º, Monçaraz—84.º, Atouguia—85.º, Penella—86.º, S. Thiago—87.º, Villa Nova da Cerveira—88.º, Vianna do Alemtejo—.89º, Porto de Mós—90.º, Pombal—91.,º Alvito—92.º, Mértola.

A differença que se nota entre esta numeração e a que se vê em cada cidade ou villa, é porque, aqui vae contada pela ordem dos assentos, e lá, pela numeração dos bancos.

A todos os procuradores chamava o rei, cada um de per si, por carta sua, para assistirem ás côrtes. Havendo impedimento, era nomeado um procurador substituto.

—

Superficie do reino de Portugal

Na interessante obra que o sr. Gerardo A. Perry acaba de publicar intitulada *Geographia e estatistica geral de Portugal e colonias*, encontram-se as seguintes indicações:

Da superficie total do reino, 8:962:531 hectares, apenas 26:100 hectares são occupados por povoações; 29:094 são estradas; 91:335 são rios e ribeiros; 93:500 são cumiadas ou serranias, e 60:000 areaes. A superficie total dos territorios da nação é hoje 2.011:640 kilometros quadrados; chegou a ser de 10.000:000.

Dos actuaes 2.011:640 kilometros quadrados, 89:625 são o reino, 2:597 os Açores, 550 a Madeira; 2:929 Cabo Verde, 8:400 a Senegambia, 1:025 S. Thomé e Principe; 600:000 Angola; 1.284:000 Moçambique; 5:400 Goa; 80 Damão; 30 Diu; 4 Macau; e 17:400 Timor. A população urbana do reino calcula-a o auctor em 706:500 individuos, e a rural em 3.583:500, na relação de 1:970 por 10:000 habitantes. Na Inglaterra essa proporção é de 5:003 e na França de 2:316.

A duração média da vida nos differentes paizes, é o seguinte:

Noruega 48 annos, Suecia e Dinamarca 45, Belgica e Inglaterra 40, França 39, Hollanda 38, Prussia 36, Italia, Hespanha e Portugal 31.

—

Anno fatal para os titulares portuguezes

Durante o anno de 1875, falleceram em Portugal—1 duque—1 marquez—1 conde—2 condessas—11 viscondes—2 viscondessas—3 barões—4 baronezas.

(Apezar d'isto, ainda ficaram titulares, *para dár e vender*, e para exportação, em grande escala.)

Dioceses no continente portuguez

Numero de dioceses	Dioceses	Parochias	Fogos	Almas
1	Algarve	66	41:908	157:695
2	Aveiro	63	30:539	115:369
3	Beja	113	27:823	149:694
4	Braga (arcebispado)	1:263	212:831	856:657
5	Bragança	209	24:851	110:117
6	Castello-Branco	78	25:897	98:085
7	Coimbra	276	95:239	390:280
8	Elvas	37	9:709	35:119
9	Evora (arcebispado)	125	31:933	117:709
10	Guarda	182	33:776	133:140
11	Lamego	247	50:167	194:160
12	Leiria	50	18:994	73:498
13	Lisboa (patriarchado)	371	160:979	590:716
14	Pinhel	129	17:169	68:541
15	Portalegre	35	12:355	39:275
16	Porto	333	117:521	422:217
17	Viseu	204	51:151	208:187
	Somma	3:781	952:842	3:760:459

A conta dos fogos e das almas, é feita, em face da estatistica de 1876; mas, d'aqui á exactidão, vae muito, porque todos sabem o pouco escrupulo com que os parochos fazem os seus mappas da população.

No patriarchado de Lisboa, vão incluidos o grão-priorado do Crato, e a prelazia de Thomar, qui lhe estão annexas desde 1834.

Os mais esclarecimentos com respeito aos bispados, achar-se-hão sob a palavra BISPADO, a pag. 400, col. 1.ª, do 1.º volume.

—

Não julgo aqui mal cabida a conta da população de tôda a terra, em 1876.—É a seguinte:

Europa, habitantes 382.972:600; Asia, 798.997:000 habitantes; Africa, 206.067:500 habitantes; America, 84.392:400 habitantes; Oceania, 4.563:500 habitantes. Total dos habitantes 1,396.843:000.

Superficie em kilometros quadrados—Europa, 9.904:940; Asia, 44.806:340; Africa, 29.938:666; Oceania, 8.870:555. Total em kilometros quadrados 134.836:242.

Numero de habitantes por kilometro quadrado.—Europa, 30,6; Asia, 17,8; Africa, 6,9; America, 2,0; Oceania, 0,5. Termo medio na terra, 10,4.

—

Soldado portuguez

O soldado portuguez, é o mais mal pago entre todos os soldados da Europa, pois apenas custa annualmente ao thesouro publico, 60$000 réis.

Em egual periodo, custa o soldado:

Austriaco, 102$600 réis—hespanhol, réis 139$500—dinamarquez, 158$400—italiano, 165$060—o turco, 165$960—o allemão, 175$500—o belga, 188$460—o francez, 210$960—o russo, 216$360—o inglez, 450$000 réis.

—

Portugal e os visitantes estrangeiros

A nação portugueza, que tão notavel se tornou em todos os tempos; já pela amenidade do seu clima, já pela fertilidade do seu solo abençoado; já pela riqueza de suas minas, de ouro, prata, e toda a qualidade de metaes e metaloides; já pela belleza dos seus marmores; já pela abundancia e variedade das suas argilas, competindo com as melhores dos outros paizes—e, finalmente, pelas virtudes dos seus numerosos santos—pela vasta sciencia de grande numero de seus escriptores—e pela intrepidez e dedicação de milhares de guerreiros famosos, e de navegadores célebres, que assombraram o mundo pelas suas façanhas legendarias; e que, de uma nação pequena e pouco populosa, fizeram um estado poderosissimo, asteando ovante a sagrada bandeira das Quinas, na Africa, na Asia, na America, e na Oceania, e que

«se mais mundos houvera, lá chegara»

apezar de todo este concurso de circumstancias, que se não acham reunidas em outro qualquer paiz do mundo, é a região mais ignorada do resto da Europa!

Temos com profusão, monumentos precel-tas, gallos-celtas, phenicios, carthaginezes, romanos, gothicos e árabes; a maior parte d'elles ignorados pelos estrangeiros que nos visitam.

As *Illustrações*, ingleza, franceza, hespanhola e alleman, o *Magasin Pittoresque*, e outras mil publicações litterarias, e scientificas, que se publicam lá fóra, vem replectas de desenhos e descripções, de paizes, usos e costumes de todas as partes do mundo, e rarissimas vezes de cousas portuguezas.

Os *touristas* antigos e modernos, chegam a Portugal, dão uma rápida vista de olhos a Lisboa, ao Porto, á Batalha, a Cintra, tudo isto em poucos dias; mas é quanto basta para se julgarem habilitados para escreverem de tudo e de todos.

Raros são os que nos fazem justiça, e innumeros os que nos tratam com desfavor, e até com desprezo.

Mas não desprezam o nosso ouro, a nossa prata, os nossos vinhos, e os nossos fructos; pois que, desde os phenicios, temos sido o El-Dorado de nuvens de harpias, que só trataram de enriquecer, despojando-nos de tudo.

Ainda por cima, vão para as suas terras dizendo mal de nós, da nossa *pobreza* e da nossa *selvageria.*

As tolices e os disparates fervilham quando tratam da nossa historia e da nossa geographia.

Uns fazem fundear uma temerosa esquadra, composta de varias náus, corvêtas e fragatas de guerra, nas *praias de Trancoso* (!!!) — Outros dizem que o nosso melhor poeta—*apesar de muito obscuro*, foi Camões, e que deu ao seu poema o titulo de Lusiadas—*porque elle se chamava Luiz!...*

E um livro, impresso em Lauzana, em 1775, e que tem por titulo—*État present du royaume de Portugal en l'année 1716,* a pag. 212, fallando da universidade de Coimbra, diz—(traducção)—«Esta universidade é frequentada por mais de 4:000 estudantes, que *passam a sua vida na dissipação e na ignorancia. A sua occupação principal, é fazer pequenos ponteiros de salgueiro, conhecidos na Hespanha e na Italia sob o nome de palitos.*

Lord Byron, que foi tratado em Portugal com os maiores considerações, não só pela nobreza de seus ascendentes, mas, e sobre tudo, por ser um dos maiores poetas do seu tempo; pagou-nos a carinhosa hospitalidade, hindo para a Inglaterra e para a Grecia, dizer de nós quantos disparates lhe vieram á cabeça, e pôr-nos pelas ruas da amargura! [1]

O nosso primeiro romancista, o sr. Camillo Castello-Branco, disse-me (em 24 de abril, d'este anno de 1877) que estava lendo um livro inglez, intitulado—*Fair Lusitania*, escripto por uma senhora. Entre outros disparates da tal *Miss*, ou *Lady*, lê-se isto, a proposito do *Caes do Sodré.*

Um dos estudantes que alli *devia* ser enforcado (por liberal) pôde fugir d'entre a escolta, e chegando ao Terreiro do Paço, *montado em um fogoso cavallo (!) que lhe proporcionaram os amigos*, alli deixou a alimaria, e fugiu. Um francez que apanhou o cavallo, esteve em risco de ser enforcado em logar do estudante! (O que ella nos não diz, é, se o cavallo tambem esteve para ser enforcado.)

Diz primeiro, que o fugitivo, era—*o marquez d'Avila (!!!)* mas depois, em *errata*, diz que era, *D. Augusto Soares Leal*, (por pouco que não era eu!...) *conde de Santa Quiteria.*

Todos sabem que nunca em Portugal houve *conde de Santa Quiteria.* A verdade é esta—José Antonio Soares Leal, da quinta do Carvalhal, na freguezia da *Espiçandeira*, concelho d'Alemquer, sendo-lhe offerecido o titulo de barão, não o quiz ser da sua quinta do Carvalhal, por já haver 20 annos que havia um conde do mesmo titulo. Tambem não quiz ser *barão da Espiçandeira*, que era um titulo bastante... estrambotico. Preferiu ser barão de Santa Quiteria (de Meca, freguezia á qual a da *Espiçandeira* está unida—vol. 3.º, pag. 60, col. 2.ª) e foi lhe dado o titulo, a 8 d'agosto de 1855. Em 6 de agosto de 1859, foi feito visconde (e não conde) do mesmo titulo.

Este visconde era rico e instruido. Andou sempre por embaixadas, como addido, e morreu, em 1875 (ou 1876) na Belgica, de um desastre. (Virando-se o trem em que regressava de um baile, quebrou uma perna, que se lhe gangrenou, e d'isso morreu.)

Ainda vive um irmão—o sr. A. Soares Leal, empregado no escriptorio da *companhia do Grão-Pará.*

Note-se que o visconde de Santa Quiteria nunca esteve preso por liberal (nem por outra causa, que eu saiba) e assim cáe por terra a historia do *padecente* que fugiu—do francez e do cavallo.

Para não fazer este artigo mais extenso,

[1] Lord Byron, nasceu em Londres, em 1789, e falleceu dos ferimentos recebidos em uma batalha, em Missolonghi (Grecia) em 1824, na edade de 37 annos, combatendo pela independencia e liberdade dos grégos, aos quaes legou o seu coração. O mais, veio para Inglaterra, a bordo do *Florida.*

Como Nelson havia sido conduzido de Trafalgar, assim Byron veio mettido em um tonel de espirito de vinho.

Chegado o cadaver á Inglaterra, foi vendido o espirito de vinho da *conserva*, a libra sterlina cada canada, e, em poucos minutos, ficou o tonel completamente vazio.—Eram inglezes!...

dou, *para amostra*, apenas o que fica relatado. Por isto, se póde julgar de tudo o mais que de nós dizem os estrangeiros que cá vem, e aos quaes sempre costumámos tratar com a maxima benevolencia, e com a mais extremada cortezia.

PORTUGUEZ—moeda d'ouro portugueza. Parece que é dos primeiros tempos da nossa monarchia, visto que no reinado de D. Diniz, já havia *portuguezes velhos*, e *portuguezes novos*. O rei D. Manuel os fez lavrar de ouro finissimo, com o valor de 4$000 réis. Esta moeda, tinha de uma parte, a cruz da ordem de Christo, e a legenda—IN HOC SIGNO VIOCES—da outra, as armas reaes, com esta legenda por cima—PRIMUS EMANUEL R. P. A. C. V. A. D. G. — esta era sobre as armas, e queria dizer—*Rex Portugaliæ et Argarbii, citra, et ultra Africa dominus guineæ.*

Na parte inferior, tinha outra legenda, que dizia—C. C. N. E. A. P. I. —*(conquista, commercio e navegação, da Ethiopia, Arabia, Persia e India.)*

O mesmo soberano, mandou cunhar *portuguezes, de prata*, com o valor de 400 réis —*meios partuguezes*, valendo 200 réis—e *quartos de portuguezes*, valendo 100 réis. Todos tinham os mesmos cunhos e eguas legendas.

D'estes portuguezes é que nasceram os *cruzados velhos*, que são dos reinados de D. João IV, e D. Pedro II.

D. João III, tambem mandou cunhar *portuguezes*, com o mesmo valor, e pesando 10 oitavas, menos um quarto. Vide *Prêto*.

PORTUNHOS—freguezia, Douro, comarca e concelho de Cantanhede (foi da mesma comarca, mas do concelho de Ançan—supprimido) 15 kilometros ao O.N.O. de Coimbra, 210 ao N. de Lisboa, 210 fogos, em 1757 —155.

Orago S. Julião—bispado e districto de Coimbra.

Os marquezes do Louriçal apresentavam o reitor, que tinha 30$000 réis de renda e o pé de altar.

Ha aqui dois mananciaes d'agua, dignos de nota—são:

Fonte d'Ançan—brota de um rochedo, em tão grande abundancia, que fórma logo uma copiosa ribeira, cujas aguas, ainda que salôbras (pelas materias calcareas que conteem) aproveitam á agricultura, e a 18 moinhos, e um lagar de azeite; isto só na pequena distancia da quinta do *Ról*, dos srs. Ferreiras Pintos Bastos, da Vista-Alegre. O doutor, F. da Fonseca Henriques, no seu *Aquilegio medicinal*, diz que estas aguas facilitam os partos, e curam a dôr de pedra.

Gruta de Portunhos—de um orificio insondavel, que existe no centro de uma extensa galeria subterranea, rebenta esta agua, que secca quasi todos os estios.

Suppõe-se ter a mesma origem da *Fonte d'Ançan*, e que só rebenta quando o canal subterraneo d'esta não póde conter toda a agua.

A ribeira formada por estes dois mananciaes; pelas aguas da *Pena*; pelos célebres *Olhos da Loureira* (proximos a Ançan) e pelas aguas de *Valle-Travêsso* (ou *Valla de Cavalleiros*) que ficam proximas, e ao O., da aldeia do *Carqueijo*, e ao S. de *Enxofães* —e, finalmente, do manancial mais consideravel, chamado *Olho de Mouréllos*, junto ao logar da *Ferraría*, que entra na tal ribeira, abaixo da *Mascarenha*, no sitio do *Parisol*, correndo do N. a S., vae desaguar na *Valla dos Fornos*, abaixo da aldeia de *Lava-Rabos*, no sitio chamado *Caldeirão*.

Já teem chegado barcos, carregados de sal, até á *quinta do Ról*, no centro da *Varzea de Ançan;* voltando para a Figueira, com 8 pipas de vinho.

Traz esta ribeira, algum peixe miúdo (ruivacos [1] enguias, sôlhas, trutas, barbos, etc.)

Esta freguezia é muito bem situada, e em logar ameno, fertil e risonho. Produz muito bom vinho, e todos os fructos do paiz.

POSSACOS — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Valle de Paços (foi

[1] *Ruivacos*, são uns peixes semelhantes aos que no Algarve denominam *peixe-rei*. São do tamanho de camarões, e comem-se só cosidos em agua e sal. Se se lhes deitar azeite, ou outra especie de gordura, ninguem os come: só se lhes deita sumo de limão. Nas vallas de Angeja, são aos cardumes.

do mesmo concelho, mas da comarca de Chaves) 90 kilometros ao N.E. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 210 fogos.—Em 1757, tinha 85. —Orago, Nossa Senhora das Neves. Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa-Real.

O vigario de S. Thiago da Ribeira de Alhariz, apresentava o vigario, *ad nutum*, que tinha 20$000 réis annuaes e o pé de altar.

Havia na aldeia de Possacos, na parede de uma eira, uma lapide romana, com esta inscripção, resto de um marco milliar—

D....... NACNO.....
MAC, NENTB.......
OP. INVIC, SEM.....
PANC,..........
BRN................

POSTOS SEMAPHORICOS—Os postos semaphoricos, ou pharóes, são uma invenção antiquissima. Já os havia durante a guerra de Troia (que principiou 1194 annos antes de J. C.; e terminou d'ahi a 10 annos) pois Homero, na sua *Iliada*, allude aos *fogos* que serviam de guia aos navegantes nocturnos. O mais notavel d'esse tempo, foi o do promontorio Sigêu, no Archipélago grego.

Pelos annos 270 antes de J. C., Ptolomeu Philadelpho, mandou construir o famosissimo *pharol de Alexandria* [1] que foi classificado como uma das *sete maravilhas do mundo*.

Ptolomeu lhe mandou pôr esta inscripção:

PTOLOMEU PHILADELPHO,
AOS NUMES PROTECTORES,
EM BENEFICIO DOS NAUTAS,
OFEERECE.

O architecto, por nome Sostrato, gravou esta inscripção:

SOSTRATO, O GNIDIO,
FILHO DE DEXIFANES,
AOS NUMES PROTECTORES,
EM BENEFICIO DOS NAUTAS,
OFFERECE. [1]

[1] Alexandria, é uma cidade maritima, capital do Baixo-Egypto, situada em uma das embocaduras do Nilo. Foi fundada por Alexandre Magno, 332 annos antes de J. C. Não só é celebrada pelo seu pharol, mas tambem pela sua bibliotheca de 700:000 volumes, colligida pelo mesmo Ptolomeu. No anno 707 da fundação de Roma (46 antes de J. C.) tendo o imperador Julio Cesar Augusto, mandado queimar a esquadra, pegou fogo na bibliotheca, que ardeu completamente.

No anno 260 de J. C., o imperador Aureliano a saqueou. Corroés II, a destruiu, em 611. Em 642. tornou a pertencer ao imperio do Oriente; mas poucos annos depois, tornou a cahir no poder dos árabes, que achando-a quasi arrasada, a reconstruiram em parte, porém não com a sua antiga magnificencia.

A cidade primittiva, era dividida em duas partes, pelo rio—uma denominava-se *Rhacotis*, e outra *Bruchion*.

Era uma das mais sumptuosos cidades do Egypto, o que ainda attestam as suas extensas e venerandas ruinas. Tem uma mesquita, adornada de 100 columnas monolythicas; um optimo canal de irrigação, construido por ordem de Mehemet-Ali. Ainda existe, a *columna de Pompeu*, monolytho de granito encarnado. Tem 38 metros de alto (114 pés, ou 171 palmos) e 3 de diametro. Tambem possuia a famosa *Agulha de Cleopatra*, outro monolytho de immenso valor archeologico, coberto de hieroglyphicos, pelos seus quatro lados. Os francezes *se apropriaram* d'este obelisco, collocando-o em uma praça de Paris,

As ruinas da velha Alexandria, occupam uma área de mais de 100 kilometros quadrados, e são magnificas.

Os francezes tomaram a actual Alexandria, em 1798, e os inglezes, em 1802; mas, no anno seguinte, foi restituida aos turcos. Hoje é governada por um vice-rei (kediva) suzerano da Porta.

Fica proxima do Mediterraneo, 300 kilometros ao N. do Cairo. Tem actualmente, uns 15:000 habitantes.

Os árabes lhe chamam *Iskenderieh*.

—

Todos sabem que na Italia, e sobre o Tenaro, ha uma cidade de Alexandria (vulgarmente, *Alexandria da Palha*.) É cidade episcopal, com uns 30:000 habitantes.

Nos Estados-Unidos da America, ha nada menos do que cinco cidades com o nome de Alexandria—1.ª (que tambem se chama *Bel-Aven*) porto da Virginia, a 12 kilometros de Washington — 2.ª, na Pennsylvania, estado de Huntingdon—3.ª, na Carolina—4.ª, no Ohio — 5.ª em New-Hampshire, estado de Grafton.

[1] Não é preciso dizer que estas inscripções eram em egypcio.

Cobriu esta inscrípção com uma camada de gêsso, imitando perfeitamente a pedra, e sobre esta camada é que gravou a primeira inscripção. Passados annos, cahiu o gêsso, e appareceu a segunda inscripção.

O tempo e as guerras destruiram este celebre monumento, e sobre as suas ruinas, e com os seus materiaes, construiram os turcos uma cidadella, á entrada do porto, no ilheu de *Pharo* (hoje *Pharion.*)

Este ilheu, onde existiu o *pharol de Alexandria*, communica com a cidade, por uma calçada, assente em estacaria, formando um isthmo artificial.

Os turcos construiram, no mesmo ilheu, um novo pharol, que, apezar de não ter mais da terça parte da altura do antigo, ainda se avista a 120 kilometros de distancia da terra!

—

Não consta que os lusitanos usassem de pharoes, na verdadeira acepção da palavra; porem tinham *almenáras*, que os substituiam, ainda que imperfeitamente. Depois, usaram de *fachos*, com mais perfeitas combinações. (Vide *Almenára*, a pag. 150, col. 1.ª do 1.º vol.—e *Facho*, a pag. 131, col. 1.ª, do 3.º volume.)

—

Actualmente, os principaes postos semaphoricos, no litoral portuguez, são onze:

1.º—*Nossa Senhora da Luz*—em S. João da Foz do Douro.

2.º—*Berlenga Grande*—em frente do Cabo Carvoeiro.

3.º—*Cabo Carvoeiro*—em Peniche.

4.º—*Cascaes.*

5.º—*Oitavos.*

6.º—*S. Julião da Barra.*

7.º—*Torre do Bogío.*

8.º—*Cabo da Roca.*

9.º—*Cabo do Espichel.*

10.º—*Santa Maria.*

11.º—*Cabo de S. Vicente.*

12.º—*Sagres.*

13.º—*Cabo de Santa Maria.*

POUSA—portuguez antigo—Estancia, residencia, aposentadoria, em que o cobrador dos fóros reaes devia *pousar*, estar ou residir; e ahi receber todo ou parte do seu sustento.—*Perguntados os homens mais vedros, onde havia de haver* pousa *o prestameiro, da terra?—se achou que elle não devia de pousar da granja do Mosteiro de Sam Oane da Pendorada, nem deve hi a filhar condoytò.* (Documento da Alpendurada, de 1285.)

POUSA—freguezia, Minho, comarca e concelho de Barcellos, arcebispado, districto administrativo, e 18 kilometros ao O. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 160 fogos. Orago, Santa Christina.

O parocho, tinha 230$000 réis de congrua.

É terra fertil.

A etymologia antecedente.

Esta freguezia não vem no *Portugal Sacro e Profano*, nem d'ella pude mais nada colher, alem do que fica dito.

POUSA-FLORES—freguezia, Extremadura, comarca, concelho, e 7 kilometros ao S.O. de Figueiró dos Vinhos, bispado, e 42 kilometros ao S. de Coimbra, districto e 42 kilometros ao N.E. de Leiria, 160 ao N. de Lisboa—360 fogos—em 1757, tinha 246—Orago, Nossa Senhora das Neves.

A casa do infantado, donataria da freguezia, apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis de rendimento, alem do pé d'altar.

Foi villa, cabeça de concelho, com camara, juizes e mais empregados. D. Manoel lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de novembro de 1514. *(Livro de foros novos da Extremadura*, pag. 158, fim, col. 2.ª)

Quando o padre Carvalho escreveu a sua *Chorographia Portugueza*, não tinha esta villa morador algum, *nem continha* outra cousa, alem do pelourinho, que estava entre a egreja e os paços do concelho.

O nome verdadeiro d'esta extincta villa, é Pousa-Fólles. No seculo 15.º, é que os seus habitantes, não achando bonito semelhante nome, o foram mudando subrepticiamente para *Pousa-Flores*, que é muito mais poetico. É certo que já o seu foral (de 1514) lhe dá o actual nome, mas o *Portugal Sacro e Profano*, ainda em 1757, lhe chama *Pousa-Folles.*

Note-se que *folles*, aqui, não significa folles de ferreiro, mas uma especie de ôdres, feitos

de pelles de carneiro ou cabrito, que para o norte, servem de saccos, para levarem os cereaes aos moinhos, e trazerem a farinha.

De *pousarem* n'este sitio os taes *folles*, quando hiam para o rio, ou d'elle regressavam, é que teve origem o nome primittivo d'esta freguezia, e das mais aldeias da mesma denominação.

O prestimonio d'esta freguezia, pagavá annualmente ao parocho, 35$000 réis, 4 alqueires de trigo, 6 almudes de vinho, 6 arrateis de cêra—isto, álem do pé de altar. Tudo isto andava por os ditos 90$000 réis.

Tinha, até 1834, almoxarife, posto pela casa donataria, o qual recebia annualmente, para si, 2 moios de trigo, e 60 almudes de vinho.

O escrivão do almoxarifado d'esta villa, vencia por anno, 60 alqueires de trigo e 5$000 réis em dinheiro.

Teve capitão-mór, com duas companhias de ordenanças.

Todos os officios publicos eram dados pelo infante.

Esta villa, foi desde o seculo XIV, apanagio dos Noronhas, marquezes de Villa-Real. Sendo o ultimo marquez d'este titulo, degolado no Rocio de Lisboa, em 29 de agosto de 1641, por traidor á patria (bem como seu filho, o duque de Caminha; o conde de Armamar, e outros) passou esta casa a ser apanagio dos infantes, visto que D. João IV, com os bens sequestrados aos traidores, e com outras rendas, creou a *casa do infantado*, em favor de seu 2.º filho, D. Pedro, depois rei, 2.º do nome. Vide *Braga*, *Lisboa*, *Caminha* e *Villa-Real*, de Traz-os-Montes. Vide *Pousadouro*.

POUSA-FÓLLES DO BISPO — freguezia, Beira Baixa (no Riba-Côa)—comarca, concelho e 12 kilometros ao S.E. do Sabugal (foi da comarca da Covilhan, concelho e 6 kilometros ao N.E. da Sortélha) bispado, districto administrativo, e 18 kilometros ao S.O. da Guarda—240 fogos—em 1757, tinha 89 fogos. Orago, o Salvador.

A camara episcopal, da Sé da Guarda, apresentava o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento.

Na freguezia de Mançores, comarca, concelho, e 15 kilometros ao O. de Arouca, ha tambem uma aldeia chamada *Pousa-Fólles*.

Todas teem a mesma origem etymologica do verdadeiro nome de *Pousa-Fólles*.

POUSADA—aldeia, da freguezia de Penajoia, na comarca, concelho e bispado de Lamego. (Vide *Penajoia*.)

É uma bonita povoação, fertil e bem collocada, perto da margem esquerda do rio Douro. A principal casa d'esta aldeia, é a do sr. commendador, Francisco Magalhães da Fonseca.

POUSADA—é uma nobre e antiga casa, de um ramo dos Peixotos, em Guimarães. É um vinculo, instituido por Gonçalo Gonçalves Peixoto, conego na Sé de Braga, e na collegiada de N. Sr.ª da Oliveira, de Guimarães, abbade de Tellões e de Unhão, em 1222.

Gosou sempre, desde o seculo XIII, as honras de casa da primeira nobreza, de Guimarães.

POUSADA — freguezia, Minho, concelho, comarca, arcebispado, districto, e 8 kilometros ao N. de Braga, 369 ao N. de Lisboa, 150 fogos—em 1757, tinha 82—Orago S. Payo.

A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento.

É terra muito fertil, e povoação antiquissima, com o nome de *Pausada* (que vem a ter a mesma significação do actual).

Aqui teve uma fazenda, *João Bonderiques* (o *Urbano*). Deu-a ao abbade *Suario*, para o seu mosteiro, de Santo Antonino, em 1085, no reinado de D. Affonso VI, de Leão e Castella, sogro do nosso conde D. Henrique.

Foi aqui o solar de Lopo Rodrigues de Cerveira, e que, segundo alguns, foi o que deu o nome á referida villa. Vide *Villa Nova da Cerveira*.

POUSADA — freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Nova de Famalicão (foi da comarca e concelho de Barcellos.) 12 kilometros ao O. de Braga, 372 ao N. de

Lisboa, 45 fogos—em 1757, tinha os mesmos 45.—Arcebispado e Districto administrativo de Braga—Orago S. Martinho, bispo.

O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis, e o pé de altar.

É terra fertil, e cria muito gado, de toda a qualidade.

Chama-se vulgarmente—*Pousada dos Saramagos.*

POUSADAS — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Mirandella, 72 kilometros de Miranda, 420 ao N. de Lisboa, 16 fogos — em 1757, tinha 81 — Bispado e Districto de Bragança—Orago S. Pedro, apostolo.

O reitor de Mascarenhas, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia, pela sua aridez e insalubridade, foi-se despovoando, a ponto de se reduzir á 5.ª parte da sua antiga população; nem havia clerigo que a quizesse parochiar, pelo que foi supprimida, encorporando-se na do Mascarenhas.

Ha em Portugal muitas aldeias com o nome de *Pousa, Pousada, Pousadella, Pousado* e *Pousadouro.*

POUSADE—freguezia, Beira Baixa, concelho, comarca, districto, bispado e 12 kilometros da Guarda, 330 ao E. de Lisboa, 110 fogos—em 1757, 117—O. Santa Anna.

O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o cura, que tinha 20$000 réis de congrua, e o pé d'altar.

Fertil em cereaes, gado e caça.

POUSADEIRO—portuguez antigo—*assentista*—isto é—o que prepara o *assento*, pousada, aposentadoria, etc.—e não o que fornece a etape á tropa, que é o sentido em que depois se empregou a palavra assentista.—*E Martim Vasques, pousadeiro do conde.* (Testamento do conde D. Pedro, de 1350 — Documento de Tarouca.)

POUSADEIRO—portuguez antigo — Tambem se dava o nome de *pousadeiro*, ao zagal (ou principal pastor de um rebanho) que tinha a seu cargo escolher a mais commoda *ameijoada*, para o seu gado.

POUSADELLA — pequena aldeia, Minho, na freguezia de Monsul, concelho e comarca da Póvoa de Lanhoso. (*Vide Monsul*).

A freguezia de Monsul (e seus logares) foi couto dos condes de Unhão.

O juiz era feito annualmente, por eleição do povo, e á qual presidia o juiz do anno antecedente (*juiz velho*). Serviam os escrivães e juiz dos orphãos, do concelho da Ribeira de Soaz, e couto de Parada de Bouro.

Na milicia e fintas, andava com o concelho de S. João de Rei.

Os condes de Unhão, tinham aqui um paço, do qual apenas já só existiam as ruinas, e foi vendido ha poucos annos. Era edificio muito antigo.

Foi n'este paço que nasceu, e d'elle foi senhora, a celebre e formosissima Maria Paes Ribeira (*a Ribeirinha*) da familia dos senhores de Riba-Visella, e ricos homens de Lanhoso.

Foi amante predilecta de D. Sancho I. Vide *Grijó*, e *João de Rei* (*São*)

Sempre tenho ouvido dizer, e lido, que Pousadella era na freguezia de *S. João de Rei*, e assim o disse no 3.º vol., pag. 414, col. 2.ª; porém o Rev.^mo^ Sr. José dos Santos Moura, dignissimo e illustrado abbade da freguezia de Caires, que é proxima, diz que *Pousadella* é da freguezia de *Monsul.*

POUSADÍA—portuguez antigo—o mesmo que aposentadoria.

Os antigos padroeiros dos mosteiros, tinham (*e todos os seus descendentes!*) aposentadoria nos conventos que tinham fundado, ou para cuja fundação tinham contribuido, ou dado o chão.

Houve mosteiros que chegaram a ter mais de 200 d'estes *padroeiros*, que tinham alli pousada e sustento certo; de maneira que ás vezes, não chegavam todos os rendimentos da casa, para sustentar estes famintos ociosos, o que originava reiteradas reclamações ao rei e ás côrtes, que, por algumas vezes foram attendidas, parcialmente, até que pouco a pouco se extinguiram estas *pousadías* ou *aposentadorias.* Vide 3.º vol., pag. 325, col. 1.ª—e a palavra *Padroeiro*, no 6.º vol., pag. 409, col. 2.ª

O rei D. Diniz, por uma provisão de 23 de julho de 1299, prohibiu as pousadías nos

mosteiros de *donas d'ordem* (freiras) e as extorsões que lhes faziam os fidalgos, a titulo de descendentes dos padroeiros. Esta provisão era a approvação de uma bulla, do papa Bonifacio VIII, que, sob pena de excommunhão maior, mandava o mesmo. (Doc. das freiras benedictinas, do Porto, de 1299.)

POUSADOURO—portuguez antigo, ainda muito usado. É o logar que fica no termo de qualquer subida, onde naturalmente descança, *pousando* o carréto, o que vae carregado.

Esta palavra, é mais antiga do que a monarchia portugueza. É d'ella que provém o nome aos logares de *Pousa-folles*, *Pousa-flores*, *Pousa-teigas*, etc.

Ha muitas aldeias e sitios em Portugal com este nome.

No latim barbaro dos seculos XI e dos 3 seguintes, se dizia *pausatorium*.

POUSADOURO ou **POUSADOUROS**—Douro—Sitio, no alto do monte, mesmo chamado *do Pousadouro*, na freguezia de Santa Marinha de Propêço, comarca, concelho, e 6 kilometros ao O. d'Arouca, pouco ao O. da antiquissima ermida de S. Lourenço. Ha aqui algumas antas pre-celticas, e a pequena distancia, em baixo, ao N.O., ha outra monstruosa anta, ao S.E., e fóra do logar de Vergadellas.

Já se vê que este sitio é no cume de um monte. Fica a uns 40 kilometros a E. do mar; pois, apesár d'isso, existem por estes sitios camadas de conchas, *bivalves*, e *seixos rolados*, o que manifestamente indica ter este territorio existido muitos seculos sepultado sob as ondas do Oceano.

Mesmo todas as pedras que avultam á superficie d'este monte, são rolladas (*penedos errantes*) que evidenceiam ter andado, talvez milhares d'annos, arrastados pelas correntes submarinhas.

Vide *Arouca*.

POUSADOUROS—aldeia, Douro — patria do illustre padre, José Vicente Gomes de Moura. (É no concelho de Góes.)

Vide *Poiares*, da comarca da Louzan.

POUSOS—freguezia, Extremadura, concelho, comarca, districto, bispado, e 3 kilometros de Leiria, 132 ao N. de Lisboa, 550 fogos—em 1757, tinha 525.—Orago N. Senhora do Desterro.

A mitra apresentava o cura, que tinha 18$000 réis de congrua e o pé de altar.

Aqui falleceu, em fevereiro de 1875, Francisco Antonio dos Santos Laranjo, com 105 annos de edade.

A aldeia principal d'esta freguezia, junto da qual está a egreja, chamava-se *Pousadouros*, e era da antiga freguezia de Santo Estevão; e, sendo esta supprimida, passou para a de S. Pedro.

A egreja matriz, era uma ermida, da invocação de N. Sr.ª do Desterro, mandada construir pelo padre Antonio Vieira, beneficiado da Sé de Leiria, e a dotou com rendas para a sua fabrica, em 1636, e n'esse mesmo anno aqui se disse a primeira missa. Mas, o corpo, da egreja, só se concluiu em 1641. Deixou o fundador um capellão, com obrigação de missa quotidiana.

Esta ermida, foi elevada a cathegoria de egreja matriz, da freguezia de Pousos, por provisão do bispo de Leiria, D. Alvaro de Abranches, de 28 de dezembro de 1713, desmembrando-se da de S. Pedro.

É terra fertil em todos os generos do nosso paiz.

PÓVOA—Vide *Pédorido*.

PÓVOA—freguezia, Alemtejo, comarca e concelho de Moura, 60 kilometros d'Evora, 150 ao S.E. de Lisboa, 250 fogos—em 1757, tinha 117—Orago S. Miguel, archanjo. Arcebispado e districto de Beja.

A mitra apresentava o cura, que tinha 240 alqueires de trigo e 60 de cevada.

É terra muito fertil em cereaes e azeite Cria muito gado, de toda a qualidade, e nos seus montados ha muita caça.

Foi do arcebispado d'Evora, até á creação do bispado de Beja.

PÓVOA—(fabrica de papel da)—Vide *Carregosa*.

PÓVOA — freguezia, Traz-os-Montes, comarca, concelho e 9 kilometros ao N. de Miranda do Douro (foi do mesmo concelho, mas da comarca do Mogadouro)—465 ao N. de Lisboa, 90 fogos. Em 1757 tinha 61—Orago S. Sebastião, martyr. Bispado e districto de Bragança.

O cabido da Sé de Bragança, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé de altar.

Junto á aldeia da Póvoa, a distancia de 2 kilometros, no alto de um monte, ha um templo dedicado a *Nossa Senhora do Nazo*[1] de construcção antiquissima, ignorando-se por quem e quando se edificou.

A Padroeira, é objecto de grande devoção dos povos d'estes sitios, que lhe fazem muitas romagens annualmente, todas muito concorridas.

Segundo a lenda—um homem d'áqui, estava captivo em Argel, e, em uma noite que implorava á SS. Virgem que o tirasse do captiveiro, appareceu na madrugada á porta d'este templo, ainda preso com os grilhões de ferro, que deixou por memoria, á Senhora.

Diz tambem a lenda, que este individuo se demorou alguns dias n'este logar, durante os quaes abriu um pôço, que, a pequena profundidade, deu optima agua, que corre perennemente, tanto de inverno como de verão; o que é uma providencia para o povo, porque a freguezia é muito falta d'agua, sendo a maior parte da que ha, de cisternas ou reservatorios, mais ou menos rusticos.

Diz o *Santuario Marianno* (tom. 5.º pag. 632) que *o pavimento da egreja, é formado de uma calçada, feita de ossos e pedras, artisticamente combinados, que a fazem curiosa e vistosa.*

Tem uma boa tribuna (ou côro) sustentado por columnas de pedra. A capella-mór, é fechada por grades, bem obradas.

É um templo vasto, pois tem 60 metros de comprido, e largura proporcionada.

Pertencem á Senhora, varias herdades, em diversos sitios, com os rendimentos das quaes, se custeava a despeza da fábrica, solemnidades religiosas e reparos da egreja.

A sua festa principal, é na 2.ª oitava da Paschoa da Ressurreição, e é sempre concorridissima.

Faz-se-lhe outra festa no dia da sua natividade (a 8 de setembro).

Antigamente, pesava-se aqui muita gente, a trigo ou centeio, que era dado á Senhora, em reconhecimento de beneficios recebidos. Isto constituia uma boa parte dos seus rendimentos.

Além das *missas votivas*, dizia-se aqui missa, em todos os sabbados do anno.

Costumavam aqui vir em cada anno, varias procissões e clamores, das freguezias limitrophes.

Nunca teve irmandade, mas uma confraria, que administrava os rendimentos, que eram empregados na fabrica da egreja, no culto Divino, e nos precizos reparos.

Pelos annos de 1710, se instituiu uma irmandade, dando cada irmão, meio alqueire de pão, por anno, tendo direito—depois da sua morte—a um officio de 9 lições—e outro geral, por todos os irmãos, vivos e defunctos, no oitavario de todos os Santos.

Tinha até 1834, um eremitão, apresentado pelo cabido de Miranda. Além da congrua (que era diminutissima) tinha casas para residencia.

PÓVOA—(vulgarmente, *Póvoa de Santa Iría*)—villa, Extrem., comarca e concelho de Villa Franca de Xira, no Riba-Tejo. Já está no 3.º vol., pag. 399, col. 2.ª, sob o titulo de *Iría* (Santa).

Aqui accrescento o que se segue.

As inundações de novembro e dezembro de 1876, causaram grandes prejuizos em todo o Riba-Tejo. N'esta freguezia, só o sr. João Ferrão, soffreu em differentes propriedades, um prejuizo, que foi calculado em 10 contos de réis!

—

A casa do *conde da Pôvoa* (avô da actual sr.ª duqueza de Palmella) foi a maior de Portugal, depois da dos duques do Cadaval (mas incluindo o que estes teem em França, que, em valor, eguala a que possuem n'este reino). [1]

Condes da Póvoa[2]

Henrique Teixeira de Sampaio, Senhor de

[1] *Nazo*, é o nome que tinha o logar onde se construiu o templo.

[1] A casa dos duques do Cadaval, rende 300 e tantos contos, annualmente; mas n'este reino só rende metade, o resto é na França. A casa do conde da Póvoa era só em Portugal, e rendia em cada anno mais de 200 contos.

[2] Estes condes da Póvoa nada teem de

Sampaio, em 22 de maio de 1816—barão de Teixeira, em 9 de maio de 1818—conde da Póvoa, em 3 de julho de 1823, par do reino, em 1826. Foi grão-cruz da Ordem de N. Sr.ª da Conceição, de Villa Viçosa, e commendador das ordens de Christo e Torre-espadá. Conselheiro de estado, ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, e presidente do real erario, feito em 1823.

Nasceu em Angra (Ilha Terceira) a 30 de outubro de 1774, e falleceu em Lisboa, no seu palacio, da rua da Fabrica das Sêdas, a 27 de março de 1833.

(Adiante tratarei de seus paes e irmãos.)

—

Foi duas vezes casado.

A 1.ª, em 16 de fevereiro de 1804, com D. Marianna Slach, que nascera a 12 de maio de 1777, e falleceu a 15 de outubro de 1805. Era filha de Martim Slach e de D. Angelina Pelican. Não houve filhos d'este matrimonio.

A 2.ª, no 1.º de março de 1824, com D. Luiza Maria José Rita Balthazar de Noronha, que havia nascido a 28 de outubro de 1802.

Era filha dos primeiros condes de Peniche.

D'este matrimonio, teve um filho e uma filha, que foram

D. João Maria de Noronha Sampaio, que foi o 2.º conde da Póvoa, feito em 2 de agosto de 1834. Nasceu a 9 de janeiro de 1826, e morreu a 8 de julho de 1837.

D. Maria Luiza de Noronha Sampaio, depois marqueza do Fayal, que nasceu a 21 de abril de 1827, e falleceu a 21 de março, de 1861.

Casou com D. Domingos de Sousa Holstein, marquez do Fayal, conde do Calhariz, par do reino, etc.

D'este matrimonio nasceu a sr.ª D. Maria Luiza de Sousa Holstein, actual duqueza de Palmella, feito em 29 de setembro, de 1862.

Para evitarmos repetições, vide o 6.º vol., a pag. 436, col. 1.ª e seguintes, onde trato da nobilissima casa de Palmella, na qual se fundiu a dos condes da Póvoa.

commum com os antigos condes da Póvoa, que era uma familia antiquissima, e o seu condado era na Póvoa de Santo Adrião.

O 1.º conde da Póvoa, deixou por sua morte, uma riqueza avaliada no inventario em 8:400 contos de réis, ou 21 milhões de crusados!—Só em um anno, segundo o mesmo inventario, rendeu 227:074$636 réis. A familia Teixeira de Sampaio, já em 1825 possuia em numerario, joias, bens de raiz, etc., mais de 20 milhões de crusados, e era então, a casa mais rica de Portugal. Foi o 1.º conde da Póvoa o fundador d'esta riqueza colossal, principiada em 1800. Deixou ricos e felizes todos os seus irmãos, e titulares alguns d'elles, como adiante veremos.

Paes e irmãos do conde da Póvoa

O 1.º conde da Póvoa era filho (do 2.º matrimonio) de Francisco José Teixeira de Sampaio, cavalleiro da Ordem de Christo, que tinha nascido em Lamego, e que falleceu em Angra, a 19 de janeiro, de 1810.

Tinha casado duas vezes

A 1.ª em Lisboa, com D. Maria Luiza — a 2.ª em Angra, no 1.º de março de 1773, com D. Eulalia Florianna Gualberta Carvão, que nascera a 14 de fevereiro de 1753, e falleceu a 29 de outubro de 1824. Era filha de Matheus José Carvão, e de D. Isabel, senhora ingleza.

Filhos do 1.º matrimonio
(Irmãos do 1.º conde da Póvoa)

1.º—Antonio Teixeira de Sampaio—commendador da Ordem de Christo, consul em Corck. Falleceu em Inglaterra. Tinha casado na Irlanda, com Francisca Greatriks. Deixou 8 filhos — D. Francisca, D. Luiza, D. Anna, D. Demitilda, D. Saly, Antonio, D. Maria, e Osborne.

2.º—João T. de Sampaio—nasceu a bordo do navio em que seus paes vinham da Ilha da Madeira, e falleceu em Angra (Terceira) a 22 de outubro de 1803. Tinha casado com D. Maria Luiza Borges, filha de Antonio Borges Teixeira. Deixou 3 filhos — Thomé, que nasceu a 17 de setembro de 1800—Fran-

cisco, nascido a 27 de agosto, de 1802, e casou a 8 de agosto de 1835, com D. Maria do Carmo Leite—D. Maria T. de Sampaio, nascida em 1804, em Angra.

Filhos do 2.º matrimonio

1.º—D. Violante Teixeira de Sampaio, nascida a 7 de outubro de 1773, e casou com João Baptista Miguel Barthomin, subdito francez.

2.º Henrique Teixeira de Sampaio, *o 1.º conde da Póvoa.*

3.º—D. Marianna T. de Sampaio, nascida a 15 de fevereiro de 1778, e é fallecida.

4.º—D. Demitilda T. de Sampaio, nascida a 6 de março de 1779. Casou com o doutor, José Joaquim dos Reis—ambos já fallecidos.

5.º—Francisco T. de Sampaio, que falleceu em Londres, em 1836.

6.º—D. Anna, nascida a 5 de maio de 1780, e já falleceu.

7.º—D. Francisca T. de Sampaio, nascida a 12 de maio de 1782.

8.º—D. Maria T. de Sampaio, nasçida a 6 de outubro de 1785. Casou com Bento de Bettencourt.

9.º—Luiz T. de Sampaio, nascido a 10 de janeiro de 1789. Casou a 4 de fevereiro de 1812, com D. Emilia Campos, filha de João Ferreira Campos, e de D. Victorina Le-Couvreur. Tem filhos. Foi feito 1.º visconde do Cartaxo, em 12 de junho de 1860. São seus filhos:

1.º — Luiz T. de Sampaio, nascido a 30 de janeiro de 1815.

2.º—Antonio T. de Sampaio, nascido a 6 de dezembro de 1816.

3,º—Francisco T. de Sampaio, nascido a 12 de dezembro de 1817.

4.º—Henrique T. de Sampaio, nascido a 18 de dezembro de 1818.

5.º—Alexandre T. de Sampaio, nascido a 19 de julho de 1821.

6.º—D. Emilia T. de Sampaio, nascida a 29 de julho de 1822.

7.º—Eduardo T. de Sampaio, nascido a 13 de setembro de 1833.

8.º—D. Christina Hellena Pitta de Sampaio, feita viscondessa do Cartaxo, em 20 de maio de 1865.—Nasceu a 23 de janeiro de 1835.

9,º—Augusto T. de Sampaio, nascido a 5 de julho de 1836.

10.º—Diniz T. de Sampaio, nascido a 13 de agosto de 1791.

10.º—Alexandre T. de Sampaio, nascido em 1793. Foi feito 1.º barão de Sampaio, em 8 de maio de 1858.

—

Os paes do conde da Póvoa, eram pouco abastados, mas, mesmo assim, deram a todos os seus filhos, uma excellente educação, em um collegio de Londres; e foi n'esta cidade que principiou a vida commercial, o 1.º conde da Póvoa, vindo depois estabelecer-se em Lisboa, onde em poucos annos alcançou uma riqueza enorme.

PÓVOA E MEADAS [1] — Villa, Alemtejo, concelho de Castello de Vide, comarca, districto administrativo, bispado e 24 kilometros de Portalegre, 180 ao S.E. de Lisboa, 250 fogos—em 1757, tinha 161.—Orago Nossa Senhora da Graça.

A mitra apresentava o cura, que tinha, 40$000 réis e o pé d'altar.

Fica a 5 kilometros a O. de Meadas, antiga, freguezia que desde o principio do seculo 18.º está unida a esta da Póvoa, e por-isso se lhe dá o nome de *Povoa e Meadas.*

A villa da Póvoa, fica entre Castello de Vide e Montalvão, a 6 kilometros da raia, e dividida, aqui, de Castella (Extremadura hespanhola) pelo rio Sevér.

Está situada em uma planicie, fertil e agradavel. Nos seus montados se cria muito gado, de toda a qualidade.

D. Lopo, administrador do mosteiro de

[1] O primeiro nome que teve esta villa, foi *Póvoa de D. Martinho.* Adiante se dirá porque.

Folques, lhe deu foral, no mesmo mosteiro, em 2 de abril de 1424. (Gav. 15, maço 12, n.º 25.)

O rei D. Manoel, lhe deu foral novo, em Lisboa, a 29 de março de 1511. *(Livro de foraes novos do Alemtejo,* fl. 70, col. 1.ª)

Este foral serve tambem para Meadas.

É povoação muito antiga, e, pelo menos, dos primeiros tempos da nossa monarchia.

Os castelhanos a incendiaram, em 1706, arrazando as suas antigas fortificações, que já estavam muito arruinadas.

D. João V, a mandou reedificar, em 1720, mandando-lhe fazer uma cinta de muralhas, com seu castello e baluartes, hoje tudo arruinado.

Tem Misericordia.

Eram donatarios d'esta villa, os condes de Valle de Reis, cuja varonia é a seguinte:

D. Fernando Furtado, filho da rainha D. Urraca, e do conde D. Gomes Gonçalves, [1] foi feito rico-homem, por seu primo, o rei D. Affonso Henriques, que lhe deu o senhorio da honra de Pedroso, em Penafiel.

Casou com D. Guiomar Affonso, e d'elles procede a varonia, que se segue—*Ruy Furtado, Fernão Furtado, Affonso Furtado,* outro *Affonso Furtado, Nuno Furtado, Antonio de Mendonça, João de Mendonça, Nuno de Mendonça* (1.º conde de Valle de Reis, feito por D. Philippe IV, em 16 de agosto de 1628) *Lourenço de Mendonça* (2.º conde) *Nuno de Mendonça* (3.º) *Lourenço de Mendonça,* e *Nuno de Mendonça.* (Para o resto d'este *autem genuit,* vide *Loulé* e *Valle de Reis.*)

Meadas, tambem era commenda d'estes condes. (Vide *Meadas,* no 5.º vol., pag. 147, col. 1.ª)

O que veio a ser senhorio dos *Furtados de Mendónça,* foi um grande morgado, instituido por *D. Martinho Pires Valente,* (ascendente de D. Martinho Castello-Branco, 1.º conde de Villa Nova de Portimão, feito por D. Manoel I, em 28 de maio de 1504—(vide n'este vol., pag. 264, col. 2.ª, principio.)

Data do anno 1348 a instituição d'este vinculo, que foi confirmado por D. Affonso IV, n'esse mesmo anno, como consta de uma lapide que está levantada, na estrada, proximo ás ruinas do palacio dos condes.

Este vinculo, passou depois, por herança, aos condes de Villa Nova de Portimão.

Por o vinculo ser instituido por um D. Martinho, é que á povoação se deu primeiro o nome de *Póvoa de D. Martinho.*

Ha n'esta quinta, uma edicula, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, dentro de uma gruta ou lapa, artificiosamente obrada, de pedras tôscas, com uns 3,ᵐ50 de comprido, 2 metros de largo, e 2,ᵐ20 d'alto. A santa imagem, está de joelhos, com as mãos crusadas sobre o peito, olhando para a cruz, onde J. C. foi Crucificado. Está aos pés da Cruz, tendo de um lado, S. João Evangelista, e do outro, Santa Maria Magdalena, com uma amphora, imitando as que continham balsamos, para ungir os cadaveres. Junto d'estas imagens, está o corpo do Salvador, estendido sobre um rico leito, de tela bordada a ouro. De cada lado do Senhor morto, está um anjo, tendo cada um na mão direita, um castiçal de prata, com velas que se accendem em varios dias do anno, e em toda a semana santa.

Todas as imagens são da estatura regular de um homem, de pedra, e de bôa esculptura.

Segundo a tradição, esta devota ermida foi restaurada, quando D. Martinho reedificou e aformoseou a quinta, e a vinculou, mas, notando a perfeição da esculptura das imagens, parecem de construcção muita mais recente, talvez do principio do seculo 16.º; pois até alguns escriptores dizem que as imagens foram feitas por uns bons esculptores italianos, que vieram a Portugal no reinado de D. Manoel, e foram os que esculpiram as imagens, de pedra, da egreja de Santa Maria do Castello, da villa do Pombal, e varias outras, em Coimbra. Vide adiante.

Mais tarde, o conde de Figueiró—D. Luiz—que herdou esta quinta, e o condádo de Villa Nova de Portimão, fez grandes melhoramentos na propriedade, e mandou cons-

[1] D Urraca era filha de D. Affonso VI de Leão, e, por consequencia irman da rainha D. Thereza, mulher do conde D. Henrique. O conde D. Gomes, era um cavalleiro distincto do seculo 11.º, e rico-homem, em Traz-os-Montes.

truir uma nova egreja em substituição da gruta, mas com a sua morte e a de sua mulher, não se chegou a concluir a nova egreja.

D. Francisco de Castello-Branco Valente, porém, foi o que mais aformoseamentos fez n'esta quinta; e, aproveitando a abundancia d'agua, que havia aqui, mandou construir alguns vastos tanques, repuchos e cascatas; e varios nichos, em differentes partes, adornados com imagens de santos.

Uma lapide muito bem lavrada, e com as armas dos Castellos-Brancos, que se vê n'esta quinta, tem a seguinte inscripção:

ESTE ORATORIO DE NOSSA SENHORA
DA PIEDADE, COM TODO O MAIS
EDIFICIO D'ESTA QUINTA, MANDOU
FAZER D. FRANCISCO DE CASTELLO-
BRANCO VALENTE, CAMAREIRO-
MÓR DE EL-REI D. JOÃO, O III,
E SENHOR DE VILLA NOVA DE PORTIMÃO,
NO ANNO DE 1531.

—

Valente, é um appellido nobre em Portugal, tomado de alcunha, e tem a mesma origem de *Freitas*.

O primeiro individuo que usou do appellido Valente, é Abril Pires Valente, pae de D. Vicente Affonso Valente (ou Affonso Pires Valente) pae de D. Martinho Pires Valente, fundador d'este morgado; como consta de uma inscripção, que está em uma sepultura da capella-mór da egreja de S. Jorge, (Arrôios) em Lisboa.

As armas dos Valentes, são—em campo de púrpura, um leão d'ouro, faxado de 3 faxas azues—élmo d'aço, aberto, e por timbre, o mesmo leão.

Alguns d'este appellido, adornaram o seu escudo d'armas, com esta legenda:—*strenuus non indiget armis.* (O valente não preciza d'armas.)

Quando em 1874 se publicou o 4.º vol. d'esta obra, ainda vivia o penultimo duque de Loulé, pae da actual sr.ª duqueza do mesmo titulo, e dos srs. condes de Valle-de-Reis, e da Azambuja; porisso não tratei mais detalhadamente, d'este vulto contemporaneo, quando d'elle fallei na col. 1.ª, de pag. 449 do mesmo volume. Julgo ser aqui o logar proprio para o fazer, pedindo desculpa de umas pequenas repetições, indispensaveis para intelligencia d'este artigo.

Nuno José Sevéro de Mendonça Rolim de Moura Barrêto, nasceu em Lisboa, a 6 de novembro de 1804.

Casou no 1.º de dezembro de 1827, com a sr.ª infanta, D. Anna de Jesus Maria, que tinha nascido a 23 de dezembro de 1806. Era filha de D. João VI e da rainha, D. Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança. [1]

Este casamento causou profundo desgosto, não só á rainha, como a suas filhas, a princeza da Beira, a sr.ª D. Maria Thereza (casada em Hespanha) e ás sr.ªs infantas, D. Isabel Maria e D. Maria da Assumpção. A quem menos affligiu foi ao sr. D. Miguel, que estava então, em Vienna d'Austria; e até consta que elle dera o seu consentimento; o que não me parece provavel, porque, quando elle desembarcou em Lisboa (22 de fevereiro de 1828) o então marquez de Loulé e sua esposa, nunca mais appareceram em publico, e se homisiaram até poderem fugir para a Inglaterra.

Em setembro de 1876, mostraram-me uma casita, junto e ao O. das ruinas de *Troia*, em frente de Setubal, onde me disseram que residiram por alguns dias os nobres fugitivos, e que d'alli mesmo embarcaram para o estrangeiro. Esta casa fica a cousa de um kilometro da costa.

Quando o sr. D. Pedro foi expulso do Brasil, depois de ter abdicado, á força, em seu filho, o sr. D. Pedro II, actual imperador do Brasil (7 de abril de 1831) e que, depois de estar em França, e alli combinado com Luiz Philippe e seus ministros, o roubo de dez dos melhores navios da nossa marinha de guerra (11 de julho de 1830) da soltura de dois criminosos, que nascidos em França, tinham commettido o crime em Portugal, e, demais a mais, se tinham naturalisado portuguezes, e uma *indeminisação* para el-

[1] A sr.ª infanta, D. Anna de Jesus Maria, morreu em Roma, a 23 de junho de 1857.

les, de 140 contos de réis (!) [1] depois de estar em Paris, repito, foi para Inglaterra (levando a maior parte dos navios que nos havia roubado Roussin...) se lhe foi apresentar o marquez de Palmella. O sr. D. Pedro o tratou com a maior cordialidade, e o fez seu ajudante d'ordens.

O marquez seguiu pois seu cunhado para a Terceira, e d'alli para Portugal, seguindo sempre, até á sua morte, o partido liberal, do qual foi um dos mais nobres campeões.

Apezar d'isso, nem o sr. D. Pedro, nem a sr.ª D. Maria II, nem seus filhos, os srs. D. Pe- V, e D. Luiz I, quizeram jámais reconhecer e legalisar o casamento do marquez, apezar das suas reiteradas solicitações, e das de sua esposa.

—

O duque de Loulé, era filho de Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 1.º marquez de Loulé (feito em 9 de junho de 1799) 8.º conde de Valle de Reis, 23.º senhor da Azambuja, e da Póvoa e Meadas, 13.º senhor do morgado de Quarteira, gentil-homem da camara de D. João VI, e seu estribeiro-mór. Grão-cruz da ordem de Torre Espada, commendador da de Christo, cavalleiro da de S. João de Jerusalem, coronel de cavallaria (em cujo pôsto commandou um regimento, a favor de Buonaparte, contra a Russia, em 1812) ajudante da pessoa do infante (depois, o sr. D. Miguel I) commandante em chefe do exercito, em 1823. Succedeu a seu pae, em 4 de junho de 1799. Tinha nascido em 28 de agosto de 1780, e morreu, assassinado (nunca até hoje se soube por quem!) em Salvaterra de Magos, a 29 de fevereiro de 1824. [1]

Tinha casado em 28 de janeiro de 1799, com sua prima, D. Maria Margarida do Carmo de Menezes, que nascêra a 16 de junho de 1781. Era 2.ª filha do 5.º marquez de Marialva.

D'este casamento, houveram os filhos seguintes:

Nuno—o penultimo marquez de Loulé.

D. Maria Anna—que casou com o conde de Villa-Flor, depois duque da Terceira. Nasceu a 5 de dezembro de 1808, falleceu no 1.º de julho de 1866.

José—gentil-homem da camara de D. João VI, tenente de cavallaria, ajudante de campo do sr. D. Miguel I—quando este era ainda infante—e commandante em chefe (generalissimo) do exercito, em 1823.

O 1.º marquez de Loulé, possuia o condado de Valle de Reis, por ser descendente directo do 1.º conde d'este titulo, Nuno de Mendonça, feito por Philippe 4.º, em 16 de agosto de 1628.

[1] Este acto de verdadeira pirataria, praticado pelo almirante, barão de Roussin, por ordem de Luiz Philippe, indignou tudo quanto era verdadeiro portuguez, qualquer que fosse o seu partido politico, como depois aconteceu com a tristemente célebre questão do *Charles et George*.

O tenente coronel D. José Miguel de Noronha, preso na torre de S. Julião da Barra, onde estava cumprindo dois annos de prisão, a que o conselho de guerra o havia condemnado, por liberal, indignado, como nobilissimo fidalgo e bravo militar portuguez, da affronta injusta e sem nome que havia soffrido a bandeira das Quinas, por uma nação que se dizia amiga, offereceu-se ao sr. D. Miguel I, para tomar as armas, emquanto durasse a guerra (que se esperava) com a França, e, terminada a guerra, concluir o tempo que lhe faltasse de prisão. El-Rei apreciou tanto este acto de patriotismo, que o mandou soltar immediatamente, perdoando-lhe o resto do castigo, e mandando elogiar o seu nobre comportamento n'esta triste conjuntura.

Outros muitos liberaes, se offereceram ao serviço militar; e, se o governo realista se soubesse (ou quizesse...) aproveitar d'esta occasião propicia, talvez se tivesse mudado a face dos acontecimentos, que depois, tantas desgraças causaram, e tanto sangue portuguez fizeram derramar inutilmente.

[1] D. João VI, estava com a sua corte, no palacio real de Salvaterra de Magos, onde tencionava passar o carnaval d'esse anno. O sr. D. Miguel e os fidalgos, estiveram na noite de 28 para 29 de fevereiro, ensaiando uma comedia que deviam representar nos dias seguintes. Á sahida do theatro, em um corredor escuro, foi apunhalado, sendo o seu cadaver mutilado, e lançado no entulho do palacio velho. Sobre este mysterioso assassinato, direi o que poder averiguar, em *Salvaterra de Magos*, e serei imparcialissimo.

O senhorio da Azambuja, anda n'esta familia, desde janeiro de 1200. Vide *Azambuja*.

O morgado da Quarteira, desde 19 de setembro de 1413.

O senhorio da Póvoa e Meadas, desde o 1.º de junho de 1482.

O palacio principal d'esta nobilissima familia, era no largo da Graça, em frente (ao O.E.) da parede lateral da egreja do mosteiro dos eremitas de Santo Agostinho (gracianos.)

Este palacio, que era um dos melhores e mais vastos de Lisboa, foi devorado por um incendio, em 1819, ficando só as paredes, que são robustissimas, pois ainda estão optimamente conservadas, e nunca mais foi habitado por seus proprietarios, que desde então fixaram a sua residencia no palacio do pateo do Thorel, que tambem ardeu, transferindo-se d'ahi para Belem, pouco ao O. do mosteiro dos Jeronymos.

—

É tempo de fallarmos exclusivamente, do penultimo duque de Loulé.

Nuno José Sevéro de Mendonça Rôlim de Moura Barreto, 1.º duque de Loulé, em 3 de outubro de 1862, 2.º marquez de Loulé, 9.º conde de Valle de Reis, 24.º senhor da Azambuja, 12.º senhor da Póvoa e Meadas, 14.º senhor do morgado da Quarteira, etc., etc. — era tenente-general, reformado, do exercito. Foi grão-cruz da ordem de Ernesto, o Pio, da Saxonia; commendador da ordem de Christo, e da de Torre-Espada; ajudante de ordens do sr. D. Miguel I (então infante) commandante em chefe do exercito, em 1823— par do reino em 1826; gentil-homem da camara, de D. João VI, e seu estribeiro-mór; capitão de cavallaria, e ajudante d'ordens do sr. D. Pedro, e seu ministro de estado, em 12 de janeiro de 1833; ministro da marinha, em 1835, e dos negocios estrangeiros, em 1836 deputado ás cortes, em 1837.

Apezar de pertencer a uma das mais nobres familias d'este reino, foi sempre inclinado ao partido democratico, tomando parte muito activa na revolução de 1846, e sendo a final, um dos signatarios da célebre *convenção de Gramido*, por parte da junta do Porto, em 30 de junho de 1847.

Foi feito ministro da marinha, em 1851, depois da revolta do Saldanha, e da segunda fugida dos irmãos Cabraes, para o estrangeiro.

Em 1856, cahiu o ministerio chamado da *regeneração* (o do Saldanha) subindo ao poder, o partido denominado *historico*, do qual era chefe o duque de Loulé, que foi feito presidente do conselho de ministros, e *chrismou* o seu partido, com a denominação de *progressista*. Cahiu este ministerio, sendo substituido pelo chamado da *colligação*, do qual foi presidente o duque da Terceira, que, morrendo pouco depois, *morreu* tambem logo o seu ministerio, tornando a subir ao poder o duque de Loulé, em 5 de julho de 1860, como presidente do ministerio *historico*.

Foi n'este periodo que teve logar o infausto e inesperado fallecimento, do sympathico rei o sr. D. Pedro V (em 11 de novembro de 1861.) As cruciantes saudades de uma esposa querida, os desenganos do mundo, e os profundos desgostos que os seus proprios amigos (fingidos) lhe causaram, mais do que as *febres paludosas*, terminaram a vida d'este santo monarcha, na florescente edade de 24 annos.

O povo de Lisboa, que adorava o joven soberano, attribue a sua morte ao veneno, e o nobre duque de Loulé foi injustamente accusado de tomar parte n'este supposto crime de regicidio, levado pela ambição de collocar no throno portuguez o seu filho primogenito, neto legitimo de D. João VI.

Esta calumnia foi facilmente destruida, como impropria do caracter, sempre nobre e sempre leal do illustre duque, e o seu credito de portuguez fidelissimo, em breve se rastabeleceu.

O partido do duque de Loulé, subiu ainda ao poder, mas já combinado com elementos heterogenios, e porisso chamado *partido da fusão*, que cahiu com a revolta chamada *janeirinha*, por ser feita em janeiro de 1868; porem o duque não tomou parte n'este ministerio; mas sim no de agosto de 1869, que a revolta de maio de 1870, lançou por terra.

—

Pelas 8 horas da noite do dia 22 de maio

de 1875 (um domingo) estando o duque no seu palacio de Belem, e tendo acabado de jantar, se despediu das senhoras da sua familia (que hiam para a festa do mez de Maria, na egreja do mosteiro de freiras do Bom-Successo) e foi passear para o jardim.

Alli, sendo accomettido por uma forte pontada sobre o coração, se recolheu ao seu quarto, mandando chamar um medico, mas quando este chegou, achou-o morto, em consequencia da roptura de um aneurisma de que padecia.

—

O duque de Loulé, era um dos mais bellos e elegantes fidalgos do seu tempo, e a uma formosa apparencia, e a um porte gentilissimo, reunio uma educação esmeradissima, maneiras agradaveis, e uma grande affabilidade, pelo que era respeitado e sinceramente estimado de todos quantos o tratavam. Póde dizer-se afoitamente que era o typo mais verdadeiro do genuino fidalgo portuguez.

Teve cinco filhos—trez senhoras (*D. Anna*, que nasceu a 27 de dezembro de 1827—*D. Maria*, nascida a 26 de fevereiro de 1829—e *D. Maria Amelia*, que nasceu a 27 de Abril de 1832.)

D. Pedro Agostinho de Mendonça Rólim de Moura Barrêto—nascido a 7 de outubro de 1830, feito conde de Valle de Reis, em 24 de fevereiro de 1854, e 2.º duque de Loulé, de *juro e herdade*, em 3 de junho de 1875.

D. Augusto Pedro de Mendonça Rólim de Moura Barrêto—que nasceu a 4 de agosto de 1835, e foi feito conde da Azambuja, de juro e herdade, em 3 de abril de 1860.

PÓVOA D'AGRAÇÕES — (provavelmente, corrupção de *Agros-Chãos*)—freguezia, Traz os Montes, comarca e concelho de Chaves (foi da mesma comarca, mas do concelho de Carrazêdo de Monte-Negro)—90 kilometros ao N.E. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 130 fogos—em 1757 tinha 81.—Orago, S. Bartholomeu, apostolo.—Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O prior de Santa Leocadia, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis de rendimento.

PÓVOA D'ARNOSA, ou *d'Arenosa*—aldeia, Beira Alta, na freguezia de Papízios (6.º vol., pag. 453, col. 2.ª) 25 kilometros ao S. de Viseu, 85 fogos.

Esta aldeia, está situada entre os rios Dão, e Mondego, em um valle muito ameno, assombrado de frondosos carvalhos, e com vastissimos olivaes, principalmente nas margens do Dão; e muitos pinhaes.

É terra muito abundante em cereaes, frutas, de toda a qualidade; e optimo vinho (branco e tinto) que exporta, em grande quantidade, para a Figueira da Foz, Ovar, e outras povoações da beira-mar.

Ha aqui duas bôas fábricas de aguardente, cujos productos tambem se exportam.

Estão aqui as capellas de Nossa Senhora da Guia, pertencente ao povo; e a de São Pedro, particular, da sr.ª D. Luiza Soares Velloso, sobrinha do conselheiro, o sr. Luiz Manoel Soares, lente de prima, e decano, que foi, da faculdade de theologia, na universidade de Coimbra, e muitos annos, seu vice-reitor.

Nas casas das sr.as D. Maria Leopoldina, e D. Maria dos Prazeres, ha um magnifico oratorio, ornado de bellas imagens de marfim, e primorosas pinturas, a óleo. Tem porta para a rua, d'onde grande parte do povo ouve missa, nos dias sanctificados. Foi mandado fazer por o avô d'aquellas duas senhoras, Francisco de Paula Cardoso Homem de Abreu, que foi senhor da casa de Santa Christina, em Viseu, e, por varonia dos Abreus, senhor da casa do Paço da Corredoura, em Villa Nova da Rainha, e da terça de Treixêdo, na comarca de Santa Comba Dão. (Esta casa está hoje possuida e representada pelos srs. condes da Graciosa.)

Francisco de Paula Cardoso Homem de Abreu, foi casado com D. Maria Rita de Mello Abreu Soares, filha segunda da antiga casa dos Mellos Abreus Soares, em Travanca de Tavares (que é ramo dos senhores de Mello, de Regalados, de Merufe, etc., e dos senhores do Prado) e irman de D. Antonia Clara de Mello de Abreu Soares, mulher de João d'Abreu Castello-Branco, de Fornos de Algodres, pae do marechal de campo, do exercito realista, Nicolau d'Abreu Castello-Branco, já fallecido, e dos dois condes de Fornos d'Algodres (João Maria d'Abreu Cas-

tello Branco, juiz do supremo tribunal de justiça—e Alexandre d'Abreu Castello-Branco, que vive mesmo em Fornos d'Algodres. (Vide *Pico de Regalados.*)

De Francisco de Paula Cardoso Homem de Abreu, e de sua mulher, nasceram:

Manoel Nicolau Cardoso Abreu Magalhães, que succedeu nas casas de seu pae—e casou com D. Maria José de Mendonça Cisneiros Allemão, senhora das casas e vinculos de Travancinha, Tábua, Viseu e Gavinhos, e aqui viveu até á morte de sua mulher (1835) retirando-se então para esta aldeia da Póvoa d'Arnosa, fugido ás perseguições dos liberaes, e aqui falleceu, a 13 de setembro de 1869. Era um cavalheiro de vasta instrucção, bom, affavel, e muito caritativo. Ainda hoje os povos d'estes sitios lamentam a sua falta.

Sobreviveram-lhe cinco filhas, as senhoras:

1.ª—D. Maria Augusta de Mello Abreu (primogenita) que succedeu nos vinculos, e prasos de seus paes. Cosou com o sr. Manoel de Mendonça da Cunha Falcão e Távora, senhor dos vinculos e casa de Girabôlhos, no concelho de Cêia.

2.ª—D. Maria Amelia de Mello Abreu, que casou com o sr. Francisco Alexandre Perestrêllo da Cunha Corte-Real, senhor do vinculo de *Papo de Perdiz*, e da antiga e legendaria casa de *Sub-Ripas*, em Coimbra.

3.ª—D. Maria Emilia de Mello Abreu, casada com seu segundo primo, o sr. conde de Fornos d'Algodres (Alexandre.)

4.ª—D. Maria Leopoldina de Mello Abreu Castello-Branco—e

5.ª—D. Maria dos Prazeres de Mello Abreu Castello-Branco—que ainda são solteiras, e vivem n'esta sua casa, da Póvoa d'Arenosa.

—

A sr.ª D. Maria dos Prazeres de Mello Abreu Soares, 2.ª filha de Francisco de Paula Cardozo Homem d'Abreu (tia dos filhos de Manoel Nicolau) casou em Papízios, com o sr. dr., Antonio José Cabral de Mello Pinto, que foi corregedor, na cidade de Beja. É seu filho:

O sr. dr., Nicolau Cabral de Mello Abreu Magalhães, casado com sua prima, a sr.ª D. Anna Fortunata Homem Pinto Boto Machado, filha do dr., José Homem de Figueiredo Leitão, fidalgo da casa-real, e de sua mulher, D. Josefa Pinto Boto Machado, da casa dos Botos Machados, da villa de Gouveia. Vivem na sua bella casa de Papizios, são possuidores de uma grande riqueza, e teem descendencia.

Tem esta familia, na egreja de Papizios, uma bôa capella, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, com as armas dos Cabraes, Abreus e Mellos.

A egreja parochial da freguezia, é um dos melhores templos do bispado, não só pela sua grandeza, mas tambem pela sua altura e maximo aceio.

Foi reconstruida á custa dos seus abbades, que foram, até 1759, da apresentação dos jesuitas, e depois, passou o direito da apresentação para a universidade de Coimbra. Era dada a concurso, pelas faculdades de theologia e canones, alternativamente; e não podia hir ao concurso o clerigo que não fosse formado em qualquer d'estas faculdades.

Rendia esta abbadia, até 1834, annualmente, 6 a 8 mil crusados (2:400$000 réis, a 3:200$000 réis) pois recebia os dizimos d'esta freguezia e os de Pinheiro, Sobral e Ferreiros, onde apresentava os curas.

Foi abbade d'esta freguezia, o doutor, Bento José Henriques de Carvalho, que á sua custa formou e doutorou, na faculdade de canones, o doutor, Guilherme Henriques de Carvalho, que morreu cardeal patriarcha de Lisboa. (4.º vol., pag. 280, col. 2.ª)

PÓVOA DA ATALAIA — freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho do Fundão (foi da mesma comarca, mas do extincto concelho de Alpedrinha)—60 kilometros da Guarda, e 240 ao E. de Lisboa, 130 fogos.—Orago, Santo Estevam, proto-martyr. Bispado e districto administractivo de Castello-Branco. (Foi antes de se crear este bispado—da Guarda.)—Tinha em 1757, 62 fogos.

Os condes de Povolide apresentavam o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé de altar.

É terra fertil, cria muito gado, de toda a

qualidade, e nos seus montes, ha muita caça, grossa e miuda.

PÓVOA DE CERVÃES — freguezia, Beira Alta, comarca, concelho e 3 kilometros ao N. de Mangualde, 18 kilometros de Viseu, 300 ao N. de Lisboa, 110 fogos, em 1757, tinha 85.—Orago, S. João Baptista. Bispado e districto administrativo de Viseu.

O abbade de Cassurrães apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar.

É terra fertil.

Ha n'esta freguezia uma ermida, dedicada a *Nossa Senhora das Cérvas*, ou *de Cervães*. Está situada sobre um monte, cultivado, em sitio fresco e delicioso, principalmente do S. e O., onde se veem muitas arvores, que produzem saborosos fructos. D'estes dois lados, fica em frente da serra da Estrella. Do lado de O., tem uma vasta e deliciosa vista, abrangendo muitas leguas de extensão, de montes e valles.

Segundo a tradição, dava-se antigamente a este monte (que é uma projecção da Estrella) o nome de *Monte das Cérvas*, por ser então um bosque onde havia muitos d'estes quadrupedes [1] assim como veados e outros animaes silvestres.

Segundo a lenda, foi no monte das Cérvas, que appareceu a imagem da Senhora, á qual, porisso, chamaram das Cérvas.

Apenas a santa imagem foi encontrada, lhe construiram uma capellinha, no sitio chamado *Valle de Cervães*, ou *Valle de Santa Maria*; porem como este sitio era n'esse tempo deserto, lhe construiram uma nova e mais vasta ermida, no sitio actual, para onde a Padroeira foi mudada, em 1660.

Do titulo da Senhora, é que veio o sobrenome á freguezia, que primeiramente só se denominava *Póvoa*.

A imagem é de pedra, e revela muita antiguidade, pela sua esculptura; mas, não se sabe quando appareceu, nem quando se lhe construiu a primeira capella.

Faz-se a festa da Padroeira, na segunda oitava depois da Paschoa, e é sempre grande a concorrencia dos romeiros.

[1] Segundo o antigo portuguez, *Cervan*, significa *terra das cérvas*.

Antigamente, era uma das mais sumptuosas festas d'estes sitios, tendo, tanto na vespera, como no dia, musica, sermão, missa cantada, etc. — e havendo muitas danças, comedias, e outros divertimentos no gôsto da época.

Vinham então aqui muitas procissões de varias freguezias, em visita á Senhora, á qual davam muitas offertas, em generos, gado e dinheiro, cujo producto era applicado para o culto, concertos, e embellezamento do templo.

Tambem se fez aqui antigamente, em todos os domingos de Ramos, uma esplendida procissão de Passos. Sahia da egreja parochial da freguezia de S. Thiago de Cassurrães.

Ha mais de 100 annos que deixou de fazer-se esta procissão.

—

Tambem, mesmo dentro do logar da Póvoa de Cervães, ha a bonita ermida de *Nossa Senhora dos Remedios*.

Eis a origem d'este templosinho:

Pelos fins do seculo 17.º, vivia n'esta aldeia da Póvoa—d'onde era natural—o padre Domingos Dias, que era muito devoto da S.S. Virgem, e porisso lhe construiu, á sua custa, esta capella, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remedios; cujas obras principiaram em 1670.

Por morte do fundador, concluiu as obras, seu sobrinho, o padre José de Moraes.

É imagem de muita devoção para os póvos d'estas terras.

PÓVOA DO CONCELHO—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Trancoso, 60 kilometros de Viseu, 320 ao N.E. de Lisboa, 170 fogos—em 1757, tinha 72.—Orago Nossa Senhora da Graça — bispado de Pinhel (foi do bispado de Viseu) districto administrativo da Guarda.

O abbade de Santa Maria de Guimarães (de Trancoso) apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua, e o pé de altar.

PÓVOA DE CÓS — aldeia, Extremadura, na freguezia de Cós (2.º vol., pag. 408, col. 1.ª)

Fica esta aldeia distante 2 kilometros ao

S. da villa de Cós, nos antigos *coutos d'Alcobaça.*

Proximo (a uns 50 metros ao O.) junto de uma pequena collina, nasce, sobre fundo de areia, uma agua clara, sem cheiro, com sabôr lévemente ferruginoso, deixando na sua passagem um residuo amarello ócre.

Nasce na temperatura de 76.°, F, ou 19 e meio R.

Tinha em 1810 (e supponho que ainda não melhorou) uma barraca de madeira, construida sobre as ruinas de uma antiga casa, e de um muro que cercou o manancial.

Apesar da sua mineralisação, é perfeitamente potavel, e serve para cosinha e mais usos domesticos.

As qualidades chimicas e therapeuticas d'estas aguas mineraes, são semelhantes ás dos *Invêdros*, e de *Leiria.*

—

Pretendem alguns, que o nome da villa de *Cós*, é de origem grega—fundando-se em que:

Uma das ilhas Sporades, se chamou antigamente *Cós.* (Hoje denomina-se *Lango*, ou *Stanchio.*)

Fica perto das costas da Asia-Menor, entre os mares Egeu e Carpathio, á entrada do Golfo Ceramico, que antigamente separava a Dórida da Caria.

Cós, foi célebre, não só pela formosura da púrpura que se pescava nas suas águas, mas, e sobre tudo, por ser a patria de Apelles, fámosissimo esculptor da antiguidade—e de Hippocrates, tão illustre medico, que o cognominaram *Deus da medicina.*

PÓVOA D'EL-REI—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Trancoso, 60 kilometros ao S.E. de Viseu (a cujo bispado pertenceu antes de crear-se o de Pinhel) bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda — 335 kilometros ao E. de Lisboa, 70 fogos—em 1757, tinha 57.—Orago, S. João Baptista.

O real padroado apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis de rendimento.

É povoação muito antiga, pois lhe foi dado foral, em 25 de maio de 1262, por D. Affonso III—(*Livro 46 de Tombos*, no armario 17, fl. 6 verso.)

Quando o rei D. Manoel fez a reforma dos foraes (a que chamamos *novos*) incluiu o foral da Póvoa de El-Rei, no de Nespereira, que foi dado em Lisboa, a 15 de abril de 1514. (*Livro de foraes novos da Beira*, fl. 120, col. 1.ª)

Este foral pertence a trez povoações chamadas *Póvoa*—são — *Póvoa, Póvoa do Consul*, e *Póvoa d'El-Rei.*

Rectifico aqui um engano, que se vê a pag. 37 do 6.° vol.—O foral que alli digo, ser o de Nespereira, de Sinfães, é o de Nespereira, do concelho de Gouveia, na col. 2.ª da pag. antecedente.

PÓVOA DOS GALLEGOS—freguezia, Extremadura, comarca, concelho, districto de Santarem, 90 kilometros ao N.E. de Lisboa, 130 fogos — em 1757, tinha 500 fogos.[1] — Orago, Nossa Senhora da Luz. Patriarchado de Lisboa.

O vigario do Salvador, de Santarem, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar.

É terra fertil em cereaes.

PÓVOA DE LANHOSO—villa, Minho, capital da comarca e do concelho do seu nome, 12 kilometros ao N.E. de Braga, 18 ao O. de Guimarães, e 360 ao N. de Lisboa, 400 fogos—em 1757, tinha 300.—Orago, S, Thiago, apostolo Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis.

O concelho da Póvoa de Lanboso, é composto de 27 freguezias, todas no arcebispado de Braga — são: — Aguas-Santas, Brunhaes (ou Abrunhaes) Calvos, Campo, Cerzedéllo, Covellas, Esperança, Ferreiros, Fonte-Arcada, Frades, Friande, Gallêgos, Garfe, Geraz (e sua annexa, Santa Tecla) Lourêdo, Monsul, Moure, Oliveira, Póvoa de Lanhoso Rendufinho. Santo Emilião, São João de Rei (e suá annexa—Ajude) Sobradéllo da Gom-

[1] Acho muita gente. Parece-me engano do *Portugal Sacro.* Talvez confundisse *almas* com *fogos.*

ma, Tahide, Travassos, Verim, e Vilella. Todas com 4:600 fogos.

A comarca é composta dos julgados da Póvoa de Lanhoso, e Vieira, ambos com 8:000 fogos.

É povoação muito antiga, mas não tanto como Lanhoso; e o foral que tem é o d'esta freguezia.

Achando-se deserta, o rei D. Diniz a povoou, em 1292.

N'esta freguezia, existe a famosa egreja de *Nossa Senhora do Pilar*, de construcção antiga, porem a imagem da Padroeira, foi alli collocada, em 1690, por André da Silva Machado, natural d'esta freguezia, mas negociante no Porto.

É a imagem uma copia fiel da que se venera na egreja do mosteiro crusio, da Serra do Pilar, de Villa Nova de Gaia; mas a festa não se lhe faz a 15 de agosto, como a da Serra, porem a 29 de junho. É uma romaria concorridíssima; e, mesmo fóra do dia da sua festa, vão alli muitos romeiros e viajantes.

As muitas e valiosas offertas que a Senhora recebe, teem servido para augmentar a sumptuosidade do templo e suas dependencias.

Está este sanctuario collocado no alto de um monte, com formosas e dilatadas vistas, e pouco distante do famoso templo de *Nossa Senhora do Porto d'Ave*, que já fica descripto no logar competente.

—

Consta que a villa foi senhorio dos Osorios, e dos Fafes, pois eram estes os appellidos do *conde D. Pedro Serrazine, de Lanhoso*: cujo neto, D. Fafes Luz, tambem foi senhor de Lanhoso. Passou depois para o dominio dos Cunhas, e por fim, para o dos condes do Sabugal. O padre Carvalho, na sua *Corographia*, diz que as mulheres da Póvoa de Lanhoso, tinham, de muitos seculos, fama de formosas.

Entre o castello de Lanhoso e o de Vieira, existiu uma antiga fortaleza, chamada *castello da Pena-Mourinha*, do qual ainda ha vestigios. Ha aqui uma gruta, onde podem caber 1:000 homens.

Tudo o mais que se desejar saber, com respeito a esta povoação, veja-se no artigo *Lanhoso*, 4.º vol., pag. 47, col. 2.ª

O concelho da Póvoa de Lanhoso, produz annualmente, uns annos por outros, 3:200 pipas de vinho, verde, mas de optima qualidade. Já foi muito maior a producção de vinho n'este concelho, porém a *molestia dos castanheiros* (epiphibia) tem destruido a maior parte d'estas arvores, que eram onde se sustentavam a maior e melhor parte das videiras. As qualidades de vinho que se cultivam aqui, são—*vinhão, molar, borraçal, alvaróca*, e *mourisco*.

—

Em abril de 1875, falleceu n'esta freguezia, com 102 annos de edade, frei José Alves Vieira Lisbôa.

—

Em dezembro do mesmo anno de 1875, falleceu o abbade de Moure (d'este concelho) Antonio Joaquim Nunes d'Abreu, que instituiu por seu herdeiro universal, o hospital de S. Marcos, de Braga. A herança, depois de cumpridos varios legados, montou a 20 contos de réis.

—

Os temporaes de novembro e dezembro de 1876, causaram n'este concelho, um prejuizo, calculado em 16 contos de réis; e no de Vieira o de 8 contos.

O concelho de Braga, soffreu prejuizos, avaliados em réis 23:170$000.

—

Pela maior parte d'este concelho, passava o famoso aqueducto romano, que para Braga conduzia as aguas do rio Ave.

Alem de varios ribeiros e regatos anonymos, atravessam este concelho, os rios *Pontído, Áve*, e *Cávado*.

—

Vide *Catania*, a pag. 213, col. 1.ª, do 2.º volume.

PÓVOA DE MIDÕES — freguezia, Douro, comarca e concelho da Táboa (foi da comarca e concelho de Midões, até á sua suppressão, em consequencia dos grandes e repetidos crimes de roubo e assassinato, commettidos pelos Brandões e as suas hordas de canibaes)—54 kilometros de Coimbra, 225 ao

N. de Lisboa, 230 fogos—em 1757, tinha 104 fogos. Orago, Nossa Senhora da Graça.—Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O vigario de Midões, apresentava o cura, que tinha 36$000 réis de congrua, e o pé de altar.

É terra muito fertil.

O povo d'esta freguezia, construiu á sua custa uma formosa capella, dedicada a Santa Euphemia, concluindo-se a obra e havendo grande festividade, em 15 de setembro de 1875.

PÓVOA DE MILEU — logar, Beira Baixa, 1 kilometro a E. da cidade da Guarda, entre a aldeia da *Póvoa de Mileu* (*Milreu, Mirleu*, etc.) [1] e o sitio chamado *Castello-Velho*, está um templo antiquissimo, dedicado a *Nossa Senhora de Mileu.*

Quasi todos os escriptores sustentam que esta egreja é a mais antiga das duas Beiras, e que, já antes de 715, existia, e era antiga.

A imagem da Padroeira é a mesma que existia, quando os mouros invadiram Portugal, e tanto a santa imagem como o templo, se conservaram no mesmo pé, durante toda a dominação agarena; assim como não soffreu interrupção o culto divino; provavelmente, mediante certo tributo, como os árabes praticaram em muitas partes da Peninsula hispanica.

Esta egreja era do padroado real, e era o monarcha que apresentava o capellão-mór, que era beneficiado, e tinha aqui residencia permanente.

A Senhora de Mileu, é objecto de grande devoção, dos povos d'estes sitios, e quando em Portugal havia mais fé nas cousas de Deus, era este sanctuario concorridissimo, em todo o anno.

Tambem, desde tempos remotissimos, e até ao principio d'este seculo, os moradores das aldeias de *Arrifana*, *Gonçalo*, e *Bouças* (a 9 kilometros de distancia) vinham no dia do apparecimento do archanjo S. Miguel (8 de maio) por voto, em procissão, visitar a Senhora, mandando dizer muitas missas, e deixando muitas offertas.

Junto á egreja, mandou a rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques (filha de Amadeu III, conde de Saboya, de Mauriana, e do Piemonte—fallecida em 1149) construir uma albergaria, para viajantes pobres.

Tambem proximo do templo houve algumas casas (nichos) de *emparedados.*

—

Junto a este templo, havia outro, tambem antiquissimo, dedicado a *Nossa Senhora da Consolação*, que era de grandes dimensões e magnificencia. Os mouros arrazaram este templo, em 716.

Consta que, com os materiaes d'esta egreja, mandou D. Sancho I, construir (em 1197) a fortaleza chamada *torre da Guarda* (ou *de Warda*, ou do *Garda*) depois conhecida sob o nome de *torre dos ferreiros*, e parte dos muros da cidade.

Em memoria de ser com a pedra do templo que se fez a torre, pagava a camara da cidade, por feudo, annualmente, um arratel de incenso, no dia de Corpus Christi.

Sendo verdade (como tudo induz a acreditar) que estes dois vastos e magnificos templos já existiam no tempo dos godos, devêmos conjecturar que n'este mesmo sitio existiu uma grande povoação, anterior ao dominio árabe, talvez mesmo do tempo dos romanos, pois não é crivel, que os christãos construissem dois templos tão dispendiosos, em um deserto, a grande distancia do povoado.

Alem d'isso, tem por aqui apparecido alguns vestigios de edificios antiquissimos.

D. Sancho I, achando a povoação completamente deserta e arrasada, aproveitou os seus materiaes para a construcção da nova Guarda. É porisso que, com justiça, se dá a este monarcha o titulo de fundador da cidade; e é ainda pelo mesmo motivo, que tão ráros vestigios se mostram da povoação primittiva. [1]

[1] Para a significação da palavra *Mileu* e suas variantes, vide o 5.º vol., pag. 260, col. 2.ª—As outras etymologias que lhe dão, por absurdas e disparatadas, não as menciono.

[1] Convencido de que aqui existiu uma povoação antiquissima, é que no 3.º vol., pag. 334, col. 1.ª, no principio, divergi da opinião da maior parte dos escriptores antigos,

A imagem de Nossa Senhora da Consolação, ficou sepultada sob as ruinas da sua egreja, e só foi achada pelos annos de 1240, no reinado de D. Sancho II, que lhe mandou construir um novo templo, dentro da cidade, o qual se concluiu em cinco annos, e serviu por muito tempo de egreja cathedral, e depois, de egreja da Misericordia.

Como as obras se concluiram com tão grande rapidez, não era possivel ficarem muito sólidas; e, com effeito, pouco mais de dois seculos depois, o templo ameaçava proxima ruina.

Foi então que o padre, Simão Antunes de Pina, prior de trez egrejas, e homem rico e devoto, mandou á sua custa, demolir a antiga egreja, reedificando-a desde os fundamentos.

Mandou no seu testamento, que o sepultassem na capella mór, onde já tinha mandado fazer o seu jazigo, do lado da Epistola, e assim se fez: sobre o seu mausoleu, se vê a sua imagem, feita de pedra, e vestido de sacerdote.

Continuou sendo casa da Misericordia.

A imagem da Senhora, é de pedra, e de estatura quasi natural, mas, como as mãos se partiram debaixo das ruinas da sua antiga egreja, se lhe fizeram outras, de madeira. A sua esculptura, revela grande antiguidade. Está dentro de um nicho monolithico, que é o mesmo em que estava na egreja primittiva, e dentro do qual foi achada.

PÓVOA DE MONTE-REAL—Vide *Monte-Real*, no 5.º vol., pag. 527, col. 2.ª

POVÓA DE PENELLA—villa e freguezia, Beira Alta, concelho do Penedôno, comarca de S. João da Pesqueira (foi do concelho de Trevões, comarca de Taboaço)—40 kilometros de Lamego, 360 ao N. de Lisboa, 220 fogos—em 1757 tinha 194.—Orago, Santa Margarida. Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O povo apresentava o vigario, perpétuo, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé de altar.

e que, em vez de dizer que D. Sancho I, *construiu* esta cidade, em 1197, me limitei a dizer que a *reedificou;* o que me parece mais verdadeiro.

É terra fertil.

O rei D. Manoel lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. (*Livro de foraes novos da Beira*, fl. 44 verso, col. 2.ª)

N'este foral se lhe dá a denominação de *Póvoa de Méda de Mouros.*

PÓVOA DE RIO DE MOINHOS—villa, Beira Baixa, concelho, comarca, districto administrativo de Castello-Branco, 70 kilometros da Guarda, 240 ao E. de Lisboa, 200 fogos—Em 1757, tinha 150.—Orago, S. Lourenço, protomartyr.

O commendador da commenda d'esta freguezia e o vigario de S. Vicente da Beira, apresentavam alternativa e annualmente o cura, que tinha 7$500 réis de congrua e o pé d'altar.

Em uma alegre e deliciosa paizagem, na qual se alternam as vinhas e os pomares a um kilometro do logar da Póvoa de Rio de Moinhos, entre elle e o de Tinalhas, está edificada a antiquissima capella de *Nossa Senhora da Encarnação*, ignorando-se quando ou por quem foi fundada. Faz-se-lhe a sua festa na 2.ª oitava da Paschoa. Teve capellão e ermitão, apresentados pelo povo, que era o que fabricava o templo e cuidava do seu aceio e conservação. É uma romaria muito concorrida.

PÓVOA DE SANTO ADRIÃO—freguezia, Extremadura, (termo de Lisboa, concelho dos Olivaes, comarca, districto administrativo, patriarchado e 9 kilometros ao E.N.E. de Lisboa, 100 fogos—em 1757, tinha 93.—Orago, Santo Adrião.

O povo apresentava o reitor, ao qual dava de vinho, 15$000 réis em dinheiro, e o pé de altar.

Tem feira de tres dias, a 10 d'agosto.

Chamava-se antigamente *Póvoa de Loures*, por ser uma aldeia d'esta freguezia, da qual foi desmembrada, no meiado do seculo 16.º, para formar freguezia independente.

Fica a 3 kilometros de Loures, e é terra fertil e bonita; havendo aqui varias quintas de bastante valor.

Teve condes, que eram uma antiga familia, differente da do conde da Póvoa, avô da sr.ª duqueza de Palmella.

Ha aqui uma bonita e antiga ermida, dedicada a Nossa Senhora do Bom-Successo.

Foi a 5.ª estação do caminbo de ferro, do systema Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras.

Ao E. da povoação, passa um ribeiro, que vem de Odivellas, corre para Friellas, e vae desaguar ao rio de Sacavem, morrendo ambos, na margem direita do Tejo proximo á estação do caminho de ferro do norte e leste, em Sacavem.

(Vide *Mealhada*, no 5.º vol., pag. 153, col. 1.ª)

PÓVOA DE SANTA IRIA — Vide *Iria* (Santa).

PÓVOA DE VARZIM—villa, Douro, cabeça do concelho e da comarca do seu nome, [1] 37 kilometros a O. de Braga, 33 ao N. do Porto, 43 ao O. de Guimarães, 40 ao S. de Vianna do Lima, 338 ao N. de Lisboa, 3:500 fogos—em 1757, tinha 545.—Orago, Nossa Senhora da Conceição. Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

O cabido da Sé de Braga apresentava o reitor, que tinha 350$000 réis e o pé d'altar.

O concelho da Póvoa de Varzim, é formado pelas 10 freguezias seguintes:—Amorim, Argivae, Balazar, Beiriz, Estella, Laundos, Nabaes (ou Navaes) Póvoa de Varzim, Rates, e Terroso, todas com 5:600 fogos.

Tem estação telegraphica.

Fica na costa do Oceano Atlantico, em 41.° 22′ de lat., e 13′ de long. occid.

Tem um porto e uma enceada, onde antigamente entravam navios de todos os lotes, mas que ha muitos annos se acha obstruido pelas areias, dando apenas entrada a embarcações miudas.

Uma grande parte da população se emprega na industria da pesca, do que vivem exclusivamente: sendo os pescadores d'aqui, os mais audazes do norte, e tão corajosos como os de Olhão, no Algarve.

Posto ser uma povoação muito antiga, era pobre e insignificante, composta, na sua maior parte, por barracas e pequenas casas, terreas, de pescadores. A vulgarisação porem da móda dos banhos do mar, tem feito prosperar quasi rápidamente esta povoação, que está sendo uma das mais bellas do litoral portuguez. Tem já bôas hospedarias, cafés, (superiores em magnificencia, a muitos de Lisboa e Porto) optimos edificios particulares e bonitos passeios.

A concorrencia de banhistas, é aqui espantosa, vindo familias de muitas leguas de distancia.

A industria piscatoria tambem n'estes ultimos tempos se tem desenvolvido prodigiosamente. Em 11 de novembro de 1870, foi aqui pescado um peixe, que tinha 4 metros de comprido, e 2m,60 de grossura. Os pescadores lhe deram o nome de *peixe verde*, por lhe não saberem outro. Pesou 600 kilogrammas.

A bôcca tinha quasi um metro de comprimento. Tinha 6 ordens de barbatanas, e os olhos verdes. A sua *carne* era branca e saborosa.

Tem casa da Misericordia—moderna—feita pelo povo, concorrendo com uma avultadissima esmola para esta obra de caridade, o sr. commendador Castro. Só a despeza com o encanamento da agua que vem para o hospital, foi orçada—em 1870—em réis 4:700$000, dando o sr. Castro, metade d'esta quantia.

Foi senhora donataria d'esta villa, e d'outras muitas terras, D. Berengaria (ou Berengella) Vasques da Cunha (descendente do 1.° senhor da terra) que casou com Gonçalo Vasques d'Azevedo, bravo capitão de D. Affonso IV, e um dos heroes do Sallado. Era rico-homem, e foi o 6.° senhor d'Azevedo. (Vide 6.º vol., pag. 278, col. 1.ª)

Em 22 de agosto de 1873, se inaugurou aqui um bonito theatro, feito á custa de cinco individuos do Porto. É de madeira, mas elegante.

—

Ha no concelho, minas de ferro.

O sr. Manoel Fernandes da Silva Campos, foi feito barão da Póvoa de Varzim, em 18 de maio de 1868.

[1] Era apenas cabeça de concelho, da comarca de Villa do Conde, que lhe fica 4 kilometros ao S.; mas, em junho de 1875, foi creada a comarca da Póvoa de Varzim, separando-se o seu julgado da comarca de Villa do Conde.

O primeiro donatario que consta ter esta villa, foi D. Guterre, tronco d'estes Cunhas, e natural da Gascunha (França) que veio para Portugal, em 1093, com o conde D. Henrique.

Ignora-se a etymologia do sobre-nome d'esta povoação. Querem uns que seja corrupção de *Varzinha*, pois que está edificada em uma pequena varzea. Outros, julgando que com sonhadas origens nobilitavam a villa, dizem que lhe provem de *Cayo Varizinio*, consul romano, ao qual attribuem a sua fundação.

É certo que o primeiro assento da egreja de Argivae, foi no logar da Varzinha, e que á Póvoa se deu antigamente o nome de *Varazim de Jusão* (Varazim de Baixo.)

Tambem se ignora a época em que principiou a dar-se-lhe o nome actual. Vemos que em 1305 se chamava Varazim de Jusão; mas, o conde D. Pedro, no seu *Nobiliario*, dá-lhe o nome de Porto de Varazim.

Como tudo isto não passa de opiniões (pelo que respeita á etymologia) aventuro tambem a minha humilissima opinião, que é a seguinte. Na Allemanha do Norte (Prussia) ha uma cidade, um rio e um cantão, chamados *Varzim* (onde o célebre principe de Bismark tem uma magnifica e rendosa quinta, e um sumptuosissimo palacio.) Podiam muito bem os povos germanicos (os *barbaros do norte*) dar a esta povoação o nome de Varzim.

Franklim, no seu livro de foraes, fez da *Póvoa de Varzim*, e de *Varzim de Jusão* (ou *Varazim de Jusão*, pois de ambos os modos se escrevia antigamente) duas povoações diversas, pois dizendo a pag. 154, que o rei D. Manoel deu, em Lisboa, foral á Póvoa de Varzim, a 25 de novembro de 1514 (*Livro de foraes novos do Minho*, fl. 55 verso, col. 1.ª)—a pag. 292, e incluido nas *terras que não obtiveram foral novo*, traz o foral velho de *Varzim do Jusão*, dado pelo rei D. Diniz, em Santarem, á 9 de março de 1308. (*Livro de Doações do rei D. Diniz*, fl. 45, col. 1.ª)

O padre Carvalho da Costa, diz que D. Diniz, deu este foral, em 1288, mas é êrro.

Antes de lhe dar foral, já o rei D. Diniz, em 3 de janeiro de 1305, tinha feito doação d'esta villa, a seu filho bastardo, D. Affonso Sanches, que foi o fundador do mosteiro de religiosas de Santa Clara (franciscanas) de Villa do Conde.

Este D. Affonso Sanches, era filho de D. Diniz, e de D. Aldonça Rodrigues Têlha (ou Sousa) e nasceu em 1289. Casou com D. Thereza Martins de Menezes, filha de D. João Affonso Tello de Menezes e Albuquerque, conde de Barcellos, senhor d'Albuquerque e de Villa do Conde, e neta de D. Sancho IV de Castella.

D. Affonso Sanches e sua mulher, fizeram doação do senhorio da Póvoa de Varzim, ás referidas freiras, de Villa do Conde; mas, quando esta doação se annullou, em parte—como adiante direi—o senhorio tornou á côroa; ficando a pagar sómente ao mosteiro, como *reconhecimento*, 4$000 réis e um sôlho, dos melhores, em cada anno. [1]

Esta povoação foi uma aldeia da freguezia de Argivae, que lhe fica contigua, e d'ella se desmembrou, em 1625, tornando-se parochia independente.

Dizem alguns escriptores, que o brazão de armas da Póvoa de Varzim, é—em campo azul, um rosario branco, enfiado em cordão de púrpura, com uma cruz de ouro, servindo de haste a uma ancora de prata, tendo no circulo oval, do lado direito o *sol*, d'ouro; e ao esquerdo, a *lua*, de prata, encimados por uma corôa ducal. Serão, mas não me consta que na Torre do Tombo existam semelhantes armas, e o sr. I. de Vilhena Barbosa tambem as não traz nas suas *Cidades e Villas*, por não julgar esta povoação com direito de ter brazão d'armas. Todavia, assim se vêem pintadas no tecto da casa da camara, e no estandarte d'ella. Julga-se que eram as antigas de Villa do Conde.

[1] O sr. Brito Aranha, nas suas *Memorias Historico-Estatisticas*, a pag. 8, diz que as freiras ficaram recebendo 200 libras, e *todo o sôlho e peixe real que viesse á praia*. Parece-me muita cousa, a segunda parte d'este reconhecimonto.

Tanto o velho como o novo foral, concediam a esta villa muitos e grandes privilegios, que os successores do rei D. Manoel, confirmaram, e ainda ampliaram.

Um d'elles, foi a isenção de termo; o direito de recurso á corôa.

D. Maria I, a fez sede de um juiz de fóra, por provisão regia de 7 de fevereiro de 1782.

Esta villa, é hoje uma das mais bellas e populosas das que estanceiam entre o Douro e o Minho, offerecendo, de todos os pontos de que se avista, uma perspectiva muito agradavel; ainda que algumas das suas ruas (como todas as das povoações antigas) são bastante estreitas e tortuosas. Os seus arrabaldes são amenos e bastante ferteis; mas, o que—alem dos banhos—tem feito prosperar esta terra, é a pesca, que se faz em grande escala, e se exporta para o Porto, e para as trez provincias do norte do Douro.

Ha perto de 400 barcos de pesca, 19:000 redes, em effectivo serviço, e 300 linhas de anzoes. Só as redes, valem um milhão de crusados.

O numero das pessoas empregadas na pesca, anda por 2:600; não contando os negociantes de pescado, proprietarios dos barcos e das redes, e mais pessoas que vivem d'esta industria; que é a maior parte da população, pois só na feitura de barcos, redes e mais utensilios, se empregam mais de 7:000 pessoas.

O peixe mais estimado que se pesca n'esta costa, é—agulha, azevía, bonito, cachôrra, camarão, congro, corvina, enxóva, espada, gallo, lagôsta, linguado, mello, moreia, pescada, rei, roballo, rodovalho, ruivo, salmonete, sargo, savélha, sôlha, e tainha.

Alem d'estes, pesca-se tambem—airóga, alecrim, anjo, badéjo, bébado, boca-torta, bodião, bóga, bôto, brêta, bróta, bruxa, cabra, cação, cão, capatão, carangueija, caranguejo, cascárra, cavalla, chérne, chicharro, chôco, choupo, dentilha, fanéca, fanéco, ferrêta, gato, goraz, judeu, lavagante, litão, lixa, lulla, lullão, marachomba, maragóta, melga, navalheira, olho-branco, olho-verde, orelhão, páu, paxão, panadeira, papoula, patéllo, pôlvo, prégo, ráia, sant'antonio, sápo (ou tamboril) sardinha, serra, serrão, toninha, tintureira, tremedeira (ou tremélga) urze, vesugo, e viúva.

—

A egreja matriz, é um formoso templo, de architectura toscana, de uma só nave; mas, apezar de não ser de proporções acanhadas, é hoje insufficiente para a população da villa, mesmo sem contar a *fluctuante*.

A primeira matriz, foi a actual egreja da Misericordia, que, posto ser pequena, é bonita e muito decente. Tem contiguo o hospital, um dos mais bellos edificios da villa, pela sua elegancia, posição e amplitude. Foi principiado em maio de 1825, mas só principiou a receber doentes, em junho de 1835.

A Misericordia d'esta villa, data, como a maior parte das d'este reino, dos fins do seculo 15.º, ou principio do 16.º

A egreja da Misericordia, esteve muitos annos servindo de matriz, e quando foi transferida para a egreja de Nossa Senhora da Conceição, a falta de rendimentos, pôz este estabelecimento na mais deploravel decadencia.

Então, uma piedosa mulher, chamada Maria Fernandes, do logar de Villa-Velha, deixou-lhe uma parte dos seus bens, para ser applicada na sustentação da irmandade da Misericordia. De accôrdo com o senado da camara, se organisou então, regularmente, a irmandade da Misericordia que, depois, veio a tomar posse da egreja, aggregando-se á irmandade dos Passos, cujos fundos se reuniram no mesmo cofre.

Contiguo á egreja, está o cemiterio da irmandade, com uma pequena ermida.

Tem seis vastas e aceiadas enfermarias, para ambos os sexos.

Quando se abriram os alicerces da Misericordia, se descobriram vestigios de uma antiquissima capella, que fôra dedicada ao apostolo S. Thiago.

—

A capella de Nossa Senhora das Dôres—de fórma exagona, é um lindo templo, construido no tópe de um monte, sobranceiro á villa, no mesmo logar onde havia uma pequena ermida, muito antiga, dedicada ao *Senhor Jesus do Monte*, com quem o povo tinha particular devoção.

Tem uma alta e elegante torre, que serve de balisa aos navegantes, e sè avista do mar, a grande distancia.

Esta capella foi construida em 1768. Entre os seus mais desvelados fundadores, contam-se os padres, José Pedro Baptista, João Rodrigues de Sá Vieira, e Thomaz Rodrigues de Sá Vieira.

Tem irmandade, com estatutos approvados em 1769.

Tem um bom orgam.

—

A capella de S. Roque—é proxima da rua da Junqueira, e foi construida em 1596, por Diogo Peres de São Pedro, e sua mulher, Maria Fernandes de Faria, a qual ficando viuva, em 1627, vinculou os seus bens n'esta capella, passando assim aos seus descendentes.

—

A capella da Madre de Deus—adiante tratarei d'esta ermida.

—

A capella de Nossa Senhora de Belem—foi edificada em 1826, no logar da Gésteira, no mesmo sitio onde existia uma antiga ermida, que então se demoliu. Foi benzida no dia 13 de agosto do mesmo anno de 1826. Foi feita á custa das esmolas do povo da Gésteira.

—

Proximo ao mar, está a capella de *Nossa Senhora da Lapa*, que é tambem muito bonita. É isenta da jurisdicção parochial, por alvará régio, de D. Maria I, de 21 de fevereiro de 1791.

Foi fundada por uns missionarios hespanhoes, com esmolas do povo da villa, principalmente dos homens do mar. Lançou-se-lhe a primeira pedra, no dia 9 de dezembro de 1770—e foi benzida solemnemente, a 15 de agosto de 1772.

Os fundadores da capella fundaram uma irmandade, cujos estatutos foram confirmados, por D. Maria I, em alvará régio, de 1791, declarando-se n'este alvará, protectora d'esta irmandade.

A Senhora da Lapa é objecto de grande devoção, dos marinheiros e pescadores da villa, em especial, e de todo o povo em geral.

Foram os mórdomos da Senhora, que á custa da irmandade, mandaram construir, junto á capella, um pharol, de duas luzes, de petroline, com movimentos regulares, para o N. e S.—Este pharol não só serve de guia aos navegantes d'estas águas, mas, e principalmente aos pescadores, para lhes indicar a entrada do porto.

Ha tambem a *capella de S. José*, cujo padroeiro é objecto de grande devoção do povo, e, logo que o mar embravece, e os povenses estão fóra da barra, alli concorrem as familias dos pescadores a invocar o patrocinio do santo, para proteger a vida dos seus, contra a furia das ondas.

É o mais moderno templo d'esta villa, pois foi construido, pelos annos de 1848.

Está situada no largo de S. José, onde existiu a *rua da Areosa*, e proximo do paredão do caes.

É a renovação de outra muito antiga, que já havia, dedicada ao mesmo santo, e que existiu junto d'esta. Foi demolida, por ser pequena e estar arruinada, para se fazer a actual, mais vasta e elegante. Ainda não está completamente concluida.

—

Na rua da Praça, existe uma antiga capella, já profanada. Não se sabe por quem, nem quando foi construida. Os bens que constituiam o patrimonio d'esta capella, são actualmente possuidos pela sr.ª D. Joanna Carlota de Barbosa Leite Paulet.

—

Os paços do concelho, são um optimo edificio, e dos mais sumptuosos da villa. É tão vasto, que n'elle se accommodam, alem do tribunal das audiencias do juiz de direito, a casa das sessões da camara, e todas as suas dependencias; as repartições da administração do concelho, e a de fazenda.

Está situado este edificio em uma formosa praça, que, com justiça, se denomina—*do Almada*—no centro da villa, e é, sem contestação, um dos seus melhores edificios.

Foi fundado pelo grande D. Francisco de Almada e Mendonça, no reinado de D. Maria I, que decretou esta obra, por provisão

régia de 21 de fevereiro de 1791, obtida por diligencias d'este benemerito fidalgo portuguez.

Os antigos paços do concelho, eram muito pequenos, e estavam em máu estado. Tinham sido construidos em 1515.

Os paços actuaes, custaram 30 contos de réis, aproximadamente. O *andar nobre*, assenta sobre uma galeria de arcos, que lhe servem de vestibulo, dando entrada para todo o edificio.

Sobre o andar nobre, ha ainda umas *águas furtadas*, que mais propriamente podem denominar-se um *segundo andar*, com muitas divisões aproveitaveis.

Sobre a janella principal (central) do edificio, e levantadas na cimalha, estão as armas da nação portugueza, de um peso e volume monstruosos.

Alem das repartições que já disse estarem accommodadas n'esta casa, tambem se estabeleceu em uma das suas vastas salas, uma escola de instrucção primaria, para o sexo masculino.

N'esta mesma sala está um pequeno theatro, feito por alguns curiosos, com licença das auctoridades competentes.

Nos baixos, estão as cadeias publicas.

—

Para se fazer ideia do movimento commercial, só quanto a pescado, bastará dizer —o imposto annual para o estado, pelo peixe vendido na villa em 1876, rendeu réis 5:000$000.—Producto da venda de peixe, na villa 250:000$000.—Fóra da villa, desde o Porto até á Figueira, 180:000$000 réis.—Barricas de sardinhas exportadas annualmente para o Porto, 1:200.

Isto alem de uma quantidade fabulosa de peixe, sêcco e salgado, que se exporta para as trez provincias do norte.

Cargas de peixe, exportadas para a mesma cidade, 3:000.

—

Calcula-se em 24 a 30 mil, as pessoas que concorrem em cada anno, a tomar banhos de mar, n'esta praia.

—

D. Guterre é o tronco da nobilissima familia dos Cunhas, e foi seu filho, D. Payo Guterres, o que primeiro tomou o appellido Cunha. (Vide 4.º vol., pag. 364, col 1.ª)

Em memoria do fundador d'esta esclarecida familia, os primogenitos dos condes da Cunha, recebem o nome de Guterre.

O sr. D. Guterre José Maria Vasques de Alvares do Bulhão da Cunha, foi feito conde da Cunha, de juro e herdade, em 19 de agosto de 1871.

Foram os primogenitos dos Cunhas, os senhores donatarios da Póvoa de Varzim, até ao reinado de D. Diniz.

—

D. Affonso Sanches e sua mulher, estabeleceram a sua residencia nos dominios que o rei lhes havia doado, e habitavam em Villa do Conde; porem, o conde D. Martim Gil e sua mulher, contestaram-lhes a posse, allegando que esta villa e seus dominios, lhes pertenciam, por herança legitima de seus antepassados. Deu isto causa a graves conflictos, que só terminaram por uma provisão régia, na qual D. Diniz validou a doação que fizéra a seu filho, impondo graves penas aos contraventores.

Foi por essa occasião, ou pouco depois [1] que a Póvoa obteve a cathegoria de villa.

D. Affonso Sanches, teve de sua mulher, trez filhos: dois morreram na infancia, e D. João Affonso, que foi o seu herdeiro, e senhor d'Albuquerque, Medellim, e outras terras. Foi alferes-mór do rei D. Affonso XI de Castella. Tinha casado com D. Isabel de Menezes, da qual não teve filhos, mas deixou muitos bastardos reconhecidos.

Este neto do rei D. Diniz, era cognominado *D. João do Ataúde*, porque na guerra, fazia conduzir a pós de si um ataúde, por cautella.

D. Affonso Sanches e sua mulher, tinham deixado por testamento, ás freiras de Villa do Conde, o seu castello, em que tinham vivido.

[1] É provavel que fosse em 9 de março de 1308, no foral.

Este documento é de 1318, uns 11 annos antes do fallecimento do testador.

Alem do castello e suas dependencias deixaram-lhe tambem varias terras e rendas, incluindo o senhorio da Póvoa de Varzim, com todas as suas jurisdicções, honras, isenções e privilegios, e o absurdo direito de sentencear sobre os pleitos civeis e crimes.

Póde bem imaginar-se que estes poderes ilimitados, nas mãos de mulheres reclusas, vinham verdadeiramente a ser exercidos por os procuradores do mosteiro, o que, pela falta de imparcialidade, era origem de graves injustiças, e queixas frequentes, sobre tudo, dos habitantes da Póvoa de Varzim, que foram os que mais soffreram; e vendo que as freiras não davam providencias, fizeram uns *artigos*, que entregaram ao rei D. Manoel. Foi então que este monarcha, dando o novo foral á Póvoa de Varzim, aboliu para sempre esses absurdos direitos de que as religiosas (ou, mais propriamente, seus delegados) tão máu uso haviam feito, por espaço de quasi 200 annos; e ficando o povo com o direito de eleger os seus magistrados, como já o tinham a maior parte das villas de mais importancia.

Constituida a Póvoa em municipio, com justiças e auctoridades proprias, e livre das antigas peias e dependencias, principiou a desenvolver-se e prosperar.

—

Já disse que a Póvoa se tornára freguezia independente, em 1625—direi agora como se operou a mudança.

Havia n'esta villa, uma bôa capella, dedicada á Santissima Virgem, sob a invocação da Madre de Deus.

Pelos annos de 1550, sendo governador do arcebispado de Braga, o doutor provisor, Antonio Velho, se lhe queixou o povo da villa, dos inconvenientes que lhe resultavam de não ter aqui sacrario, d'onde lhe fossem administrados os sacramentos, em um caso repentino, e de não terem um capellão, que lhe dissesse as missas nos dias santificados; allegando que, por muitas vezes, nem na villa havia missa no dia da Padroeira do logar, que, como vimos, era a Virgem Madre de Deus.

Antonio Velho, achando justo tal requerimento, lhe concedeu licença para fazer sacrario, e ter o Santissimo na referida capella; e capellão privativo, que lhe dissesse missa e administrasse os sacramentos.

A ermida da Madre de Deus na rua do seu nome, estava ao O. do adro da actual matriz, do qual a separava uma rua. Escolheu-se este templo, por ser o mais central que então havia.

Tinha sido fundada por o cavalleiro, João Martins, e sua mulher, Maria Affonso, em 1542.

Os seus actuaes possuidores, são—a filha mais velha do fallecido Gajo, a sr.ª D. Maria Christina Pereira Gajo de Noronha, casada com o sr. Manoel de Magalhães Araujo Pimentel.

Em 1625, obtiveram a separação definitiva da sua antiga parochia, constituindo freguezia independente, e mudando o nome do antigo orago, para Nossa Senhora da Conceição.

No principio do seculo XVIII, foi o sacrario transferido para a egreja da Misericordia, que então servia de matriz, e tinha sido restaurada havia poucos annos.

—

A villa está actualmente dividida em trez bairros, tendo cada um d'elles a denominação da egreja que se acha no seu ambito—e vem a ser—*bairro da Conceição, de S. José*, e da *Lapa.*

Foi esta divisão feita ha poucos annos, pelo administrador do concelho e camara municipal.

—

Nota-se que, apezar do prodigioso augmento d'esta população, em nossos dias, ainda aqui não haja mais do que trez escolas de instrucção primaria, duas do sexo masculino, e uma do feminino. (E ainda ha poucos annos, havia apenas uma d'estas escolas!)

A junta geral do districto do Porto, requereu instantemente ao governo, em 1864, a

creação de uma escola de pilotagem, servindo-se d'estes termos:

«Pede esta junta o estabelecimento de uma «escola de pilotagem, na Póvoa de Varzim, «terra que vive do mar, e quasi no mar. É «claro que n'esta escola, álem dos conhe«cimentos technicos, mais empiricos que «philosophicos, se devem dar as indispensa«veis noções de geographia commercial, or«ganisando-se os programmas, de modo que «esta escola não venha a parar em appara«tos scientificos, que são a morte dos esta«belecimentos d'esta ordem.»

Tão justa exigencia, como instante necessidade, não foi attendida!

—

As obras da actual egreja matriz, principiaram em 1743, a requerimento da camara, e por uma provisão régia, de D. João V, de 1736, na qual concedeu para isto, as sobras das sizas, e a contribuição de um real, em cada arratel de carne; e outro real em cada quartilho de vinho. Esta concessão durou até 1759.

Foi benzida, com grande pompa e geral regosijo, no dia 6 de janeiro de 1757.

O primeiro parocho d'esta freguezia, foi o padre José Carvalho da Cunha, que muito tinha contribuido para o desenvolvimento d'estas obras, secundado por a maior parte do povo da villa; mas que não teve a satisfação de vêr a egreja concluida, por fallecer antes d'isso.

Succedeu-lhe o padre Diogo Ferreira, que foi o que officiou na solemnidade da inauguração da nova egreja.

O templo, é de ordem toscana, de uma só nave, claro, vasto e elegante, e está interiormente muito bem adornado.

Como este templo, em vista do grande desenvolvimento da população, e, sobre tudo, da multidão de banhistas que aqui concorrem, não tem a capacidade sufficiente para conter tão grande numero de catholicos, projecta-se construir um vasto e magestoso templo, dedicado a *Jesus, Maria, José.* Deus queira que este projecto se realise.

—

Para defender a enseada, ha uma fortaleza, construida no logar de um pequeno e antigo fortim, que se suppõe ter sido edificado pelos annos de 1400, reinando D. João I.

A fortaleza actual foi principiada em 1703, no reinado de D. Pedro II, a requerimento do capitão de ordenanças, da villa, João de Almeida Rego, e a instancias do governador das armas do districto do Porto, o mestre de campo Pedro de Vasconcellos e Souza, filho dos condes de Castello-Melhor; [1] mas, estando interrompidos os trabalhos das fortificações, por espaço de 35 annos, só se concluiram em 1738, no reinado de D. João V, ao qual o povo tinha requerido a conclusão das obras, pela falta de segurança do porto.

O rei mandou terminantemente se completasse a obra, sob a direcção do governador das armas do districto do Porto, que era então o tenente-general, D. Diogo de Souza, o qual, sobre a porta principal da fortaleza mandou *modestamente* gravar as suas armas (as dos Souzas) que ainda alli se vêem.

Foi inaugurada esta fortaleza, com as solemnidades do estylo, em 22 de outubro de 1740, dia em que D. João V completava 51 annos de edade.

O seu primeiro governador (interino) foi F. Felix Henriques da Veiga Leal, que foi nomeado effectivo, por D. José I, em 1752.

Tem a fortaleza, quatro baluartes, com suas cortinas. Os baluartes da *Conceição,* e de *S. Francisco de Borja,* teem a frente para o mar—e os de *S. José, S. Philippe* e *S. Diogo,* para a terra.

Está tudo desartilhado, e ameaçando proxima ruina, pela incuria de quem tinha a rigorosa obrigação de velar pela defeza das nossas costas: e, tem chegado a tal ponto o desprezo por estas fortificações, que se tem consentido a construcção de casas particulares, dentro das 40 braças (89 metros) marcados pelas leis militares, para *esplanada* das fortalezas.

Em varias praças de guerra se tem consentido o mesmo abuso, mas impõem aos donos das taes casas, a obrigação de

[1] Era então governador das armas da provincia do Minho, D. João de Souza, 2.° filho dos marquezes de Minas, e general de artilheria.

as demolirem á sua custa, em caso de guerra, sem poderem exigir indemnisações. É verdade que na maior parte, esta condição deixou de existir, por deixarem desmantelar completamente, ou por terem vendido essas fortificações.

Dentro da fortaleza, ha uma pequena ermida, edificada á custa do thesouro publico, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. É de abobada, de cantaria, com seu retabulo, de talha dourada, e sacrario.

Tambem aqui ha a imagem de Santa Barbara, virgem e martyr, padroeira dos artilheiros, e a imagem do Menino Jesus, com o coração na mão, patrono de uma grande irmandade, que existiu e chegou a ter mais de 2:000 irmãos, e que ha mais de 40 annos deixou de existir. Denominava-se *Irmandade do Santissimo Coração de Jesus*, e fazia-se a festa do seu Padroeiro, na dominga *extra octavam Corporis Christi*, havendo uma magestosa procissão, com muitos anjos, ricamente adornados, e salvando a fortaleza, á sua sahida.

Apezar de ter a cathegoria de capella-real, está muito arruinada, e nem d'ella já sáe a procissão do Corpo de Deus, como foi de costume, por muitos annos. Tambem já nem a Padroeira se festeja no seu dia (8 de dezembro.) Do mesmo modo deixou de haver lausperenne, em todos os quartos domingos de cada mez.

A fortaleza era defendida por 28 peças de artilheria. Tinha um governador, um capellão, um condestavel, um sargento, um cabo de esquadra e quinze soldados de artilheria. Esta era a sua guarnição permanente; mas alem d'ella, tinha um destacamento de quinze soldados de infanteria, commandados por um official inferior, tirados da guarnição do Porto, tendo cada destacamento o prazo de um mez para aqui fazer a guarnição. A sua *lotação*, porem, era de trinta homens de infanteria, em tempo de paz, e duzentos, em tempo de guerra.

Tem um quartel, que foi muito bom, para o governador, e o dos officiaes, officiaes inferiores e soldados.

Tem tambem uma casa da guarda, de abobada de pedra, e um calabouço immediato a ella.

Tem um bom armazem, para balas, e um paiol e ante-paiol, para a pólvora.

—

Foi feita a planta d'esta fortaleza, pelo sargento-mór, Sebastião de Souza, na presença do governador das armas do Porto, o dito Pedro de Vasconcellos, e do governador das do Minho, o referido D. João de Souza.

Houve contenda entre estes generaes, porque ambos queriam que a fortaleza ficasse dentro do seu districto; mas, o capitão das ordenanças, João d'Almeida Rêgo, se oppôz tenazmente, allegando que a terra sempre pertencêra ao *partido do Porto*, e que sempre assim o reconheceria, em quanto o rei não decretasse expressamente o contrario. Com effeito marcou-se a fortaleza, por ordem do general do Porto, mas só se deu principio á obra, em 1701, depois de se esperar por trez annos a régia resolução, que, afinal, determinou ficasse pertencendo ao partido do Porto.

Foi executada a obra, sob a intendencia de José Gameiro de Souza, sargento-mór de infanteria auxiliar, do partido do Porto, e alferes do regimento da mesma cidade.

Deu regimento para estas obras, D. Pedro II, no 1.º de setembro do dito anno de 1701, consignando para ellas, annualmente, dois mil crusados (800$000 réis) pagos pelo cofre da camara do Porto.

As obras continuaram até 1703, fazendo-se a sapata de toda a muralha, que ficou levantada do lado do baluarte de S. Philippe e S. Diogo, até ao de S. José, com altura de 13 até 17 palmos; porem o resto da circumvalação só chegou á altura de 5 palmos.

Na contra-muralha interior, fez-se só o lanço da cortina, entre os referidos baluartes, na altura correspondente á muralha.

Faltando o dinheiro, ficou a obra parada em 1703, porque a camara do Porto empregava o dinheiro na fortaleza de S. Francisco Xavier—vulgo, *castello do Queijo*—e na de *Nossa Senhora das Neves*—vulgo, *castello de Leça da Palmeira*—ou tambem, *castello de*

Mattosinhos, que se construiam simultaneamente.

A morte de Carlos II de Castella, (1700) originou a guerra civil n'aquelle reino. Philippe, duque de Anjou, e Carlos, archiduque d'Austria, eram, como pretendentes ao throno de S. Fernando, os chefes dos dois partidos que se debatiam encarniçadamente. O primeiro foi acclamado rei de Hespanha, em Madrid, com o nome de Philippe V.

Portugal o reconheceu logo como tal, e toda a Europa, menos a Allemanha, lhe seguiram o exemplo.

Portugal, Hespanha e França, fazem um tratado de alliança, offensiva e defensiva, em 1701; mas os ventos mudam, e todos os que haviam reconhecido Philippe V, o desamparam, entrando na liga com o imperio germanico (1703) e reconhecendo o archiduque, como rei de Hespanha, sob o nome de Carlos III.

Este chega a Lisboa com uma esquadra ingleza e hollandeza, com dez mil homens de desembarque, e se uniram ao exercito portuguez.

D. Pedro II, entrega a regencia do reino a sua irman, a rainha D. Catharina (a da Bemposta) viuva de Carlos II, de Inglaterra, e invade a Hespanha com o archiduque.

N'esta desastrosa guerra, e com differentes alternativas, que não são para aqui, se passaram os annos de 1704, 1705 e 1706, até que, a 6 de dezembro d'este ultimo anno, morreu em Lisboa D. Pedro II.

Sóbe ao throno, seu filho, D. João V (que não tinha mais de 16 annos de edade) e a guerra continúa com o mesmo encarniçamento.

Philippe V, tinha por general em chefe do seu exercito, o famoso marechal de Brewick, que nos fez pagar cara nossa intervenção nos negocios alheios, tomando-nos varias praças, e derrotando-nos completamente, doze dos nossos melhores regimentos, na Castella Nova, em 25 de abril de 1707; e pouco depois, vencendo-nos tambem junto a Badajoz.

As tropas luso-anglas, e os parciaes do archiduque, tomam desfórra em Saragoça, aniquilando as tropas do general Bay, e entram, pela segunda vez, em Madrid.

O archiduque recebe um grande reforço de tropas francezas, commandadas pelo duque de Vendome, que derrota os alliados em Villa-Viçosa, da Castella-Nova, em 1710.

N'este comenos, morre o imperador da Allemanha, e Carlos abandona a causa dos alliados (em 11 d'abril de 1713) que até alli, tanto se tinham sacrificado por elle, e vae occupar o throno imperial, vago pela morte de seu irmão.

Finalmente, depois da perda de muitos milhares de vidas, de centenares de milhões, e de tantas terras devastadas, por causa de um capricho de D. Pedro II, continuado pelo adolescente D. João V, assigna-se entre Portugal e Hespanha, a 13 de fevereiro de 1715, o tratado de paz chamado de Utrecht, por ser assignado na cidade d'este nome, nos Paizes-Baixos.

Durante esta desgraçada guerra, veio para bispo do Porto, D. Thomaz d'Almeida, da nobilissima casa dos condes dos Arcos, e de Avintes, e depois marquezes do Lavradio (4.º vol., pag. 276, col. 1.ª); tomou tambem conta do governo das armas do partido do Porto, como n'esses tempos frequentemente acontecia.

Em 1716, foi a Sé de Lisboa dividida em *Oriental* e *Occidental*, sendo esta ultima elevada a patriarchal, sendo seu primeiro cardeal patriarcha, o bispo do Porto, D. Thomaz d'Almeida, que marchou para Lisboa, em 27 de junho d'esse anno.

Durante todo este longo periodo, estiveram interrompidos os trabalhos da fortaleza da Póvoa de Varzim.

No mesmo anno de 1716, tomou posse do governo das armas do partido do Porto, o tenente coronel, Bento Felix da Veiga, fidalgo da casa-real, e cavalleiro da ordem de Christo, que mandou logo continuar as obras de fortificação do *Queijo* e *Leça;* mas, como as da Póvoa estavam mais distantes, continuaram sem ter andamento.

Em 1720, foi feito governador militar do partido do Porto, o coronel, Antonio Monteiro d'Almeida—e em 15 d'abril de 1735, tornou a tomar posse d'este governo, Bento Felix da Veiga. As obras continuaram estacionarias.

Succedeu-lhe no governo das armas, em janeiro de 1736, D. Diogo de Sousa (pag. 304, col. 1.ª) que, em 1738, recebeu terminantes ordens de D. João V, para concluir as obras de fortificação da Póvoa. [1]

D. João de Souza, general do Minho, oppôz-se, como vimos, a que esta fortaleza ficasse pertencendo ao partido do Porto (e parece que tinha razão—e justiça) e foi seu filho, D. Diogo de Souza, que a concluiu, como governador militar do Porto.

É porisso que no magnifico portico da entrada da fortaleza, se vêem, por baixo das armas de Portugal, as dos Souzas. (Escudo esquartellado—no 1.º e 4º, as Quinas de Portugal, e no 2.º e 3.º, as armas de Leão. Timbre, um leão d'ouro.)

Estas armas eram tambem as dos marquezes de Minas, dos condes (depois marquezes) de Borba, e dos condes do Redondo.

O 1.º marquez de Minas, foi D. Francisco de Souza, feito por Philippe III, em 2 de janeiro de 1608.

O 1.º conde do Redondo, foi D. Vasco Coutinho (que ja era conde de Borba) por D. João II, em 16 de março de 1486. (Vide *Redondo.*)

Em 15 de janeiro de 1842, foi feito marquez das Minas, D. Braz da Silveira—em 4 de janeiro de 1869, obteve o mesmo titulo, D. Pedro da Silveira e Lorena—e, em novembro de 1876, foi concedido o mesmo titulo, ao actual marquez, o sr. D. Alexandre da Silveira e Lorena.

Os escudos de Portugal e dos Souzas, foram collocados sobre a porta principal da fortaleza, em 22 de outubro de 1740, com grande solemnidade, por ser o 51.º anniversario de D. João V, sendo n'esse dia, como já disse, a inauguração da fortaleza.

Está optimamente collocada esta fortaleza (militarmente fallando) pois foi construida quasi no meio da enceada, em frente da barra, passando junto d'ella quem transitar do S. e E. para a praia chamada *Ribeira do Peixe*, onde desembarca a pescaria, tão proximo da fortaleza, que d'ella se vê perfeitamente a quantidade e qualidade do peixe que desembarca.

Já disse que no local occupado pela actual fortaleza, tinha havido um fortim muito antigo, que alguns suppoem ter sido mandado construir por D. João I. É certo que, antes de principiarem estas obras, se demoliu um forte, de alvenaria e terra, com duas peças de artilheria. Era superintendido pela camara da villa, que nomeava um *tenente* para seu governador, um *condestavel* e dois homens para o *fogo*—que correspondiam a artilheiros — tudo das ordenanças da localidade.

—

Hospital da Misericordia

Já todas as cidades, e grande parte das villas de Portugal, tinham, havia muitos annos (algumas mesmo alguns seculos) hospitaes da Misericordia, e ainda o não tinha esta villa, então já muito importante.

A camara, conscia da urgencia de um tal estabelecimento, requereu ao principe regente (depois D. João VI) a auctorisação para a fundação do hospital da Misericordia, para o tratamento dos doentes pobres da freguezia, o que foi concedido por provisão régia, de 11 de dezembro de 1804. Por despacho do corregedor da comarca do Porto, [1] de trez de janeiro de 1809, mandava ou-

[1] As obras recomeçaram a 13 de setembro d'esse mesmo anno de 1738, sob a intendencia do governador da fortaleza, Francisco Felix Henriques da Veiga Leal, que tinha sido nomeado interinamente em 13 de maio d'esse anno, e foi nomeado effectivo, por D. José I, em 28 de abril de 1752.

[1] Para intelligencia dos que o ignorarem, parece-me opportuno declarar, que, até 1834, a provincia d'Entre Douro e Minho, comprehendia o territorio que o seu proprio

vir a *camara, nobreza,* e *povo,* sobre a pretenção referida; o que se effectuou, em sessão de 23 de fevereiro de 1811—e alli se concordou em se contribuir com um real em cada arratel de carne, e outro real em cada quartilho de vinho, que se vendesse a retalho, na villa, applicados para as obras do hospital.

—

No anno de 1811, houve aqui uma horrorosa invernada, não deixando exercer o seu mister, os desgraçados pescadores. Como se isto fosse pouco, seguiu-se-lhe uma devastadora peste, que a muitos fulminava, deixando-os instantaneamente mortos, e levando familias inteiras.

Para os que ficavam apenas gravemente atacados, mas com vida, sollicitou a camara e obteve auctorisação, para estabelecer um hospital provisorio; e, como não tinha outra casa disponivel, transformou em enfermarias o 2.º andar do vasto edificio dos paços do concelho [1]

Vendo os vereadores, que era de urgente necessidade a fundação de um hospital permanente, requereram ao governo a competente auctorisação, que obtiveram, em 1819; mas só em 1826 é que se deu principio á obra, e isto por diligencias do benemerito povoense, José Antonio Alves Anjo, thesoureiro nomeado para receber as quantias destinadas á obra—e que ainda, á custa da sua fazenda, concorreu para que se levasse ao cabo este estabelecimento de caridade.

Tambem muito contribuiram para a fundação d'este hospital—João Francisco Nunes, e Bernardo José da Silva, que empregaram grande diligencia, e bastante do seu dinheiro.

Muitos habitantes da povoação, concorreram tambem com o seu óbolo, para a realisação d'este utilissimo estabelecimento.

O thesoureiro (Alves Anjo) recebeu, nos dias 19 e 20 de setembro de 1822, da mão de Miguel Francisco da Costa Calheiros, por ordem do cabido de Braga, a esmola de 400$000 réis, para as obras do hospital.

Concluiu-se a obra em 1835, sendo inaugurado o hospital, a 29 de junho d'esse anno, transferindo-se para elle os doentes que estavam no hospital provisorio.

Éra administrado pela irmandade da Misericordia, tendo por adjuntos, dois vereadores; mas, em 1867, quando se fizeram os estatutos—approvados por carta régia, de outubro d'esse anno—n'elles se mandou que a administração do hospital da Misericordia, pertencesse exclusivamente á irmandade.

Receando a camara a demora na redacção e approvação dos estatutos, sendo o hospital provisorio no centro da villa, e carecendo das condições essenciaes para edificios d'esta especie, determinou mandar fazer um albergue, fóra da villa, ao N. da ermida de Nossa Senhora das Dôres, proximo do local escolhido para o hospital definitivo.

Principiaram as obras do albergue, no dia 16 de setembro de 1822, lançando-se-lhe a 1.ª pedra, a 29 de outubro do mesmo anno.

Comprou-se a Manoel Gonçalves Manco, d'esta villa, por escriptura publica, de 30 de setembro de 1822, a terra demarcada para o novo edificio do hospital, depois de ter principiado a obra, mas com auctorisação do proprietario, que já tinha combinado a venda.

Continuaram as obras do albergue até á altura do pavimento do 1.º andar, mas não concluiram por falta de meios, e porque a

nome indicava; mas ao norte do Douro, havia uma circumscripção chamada *partido do Porto,* que abrangia tambem uma parte da Beira-Alta, ao S. do mesmo rio. É esta região e mais alguns concelhos que formam a actual provincia do Douro.

[1] A camara requereu ao corregedor do Porto, José Teixeira de Souza, o qual, em officio de 29 de julho de 1811, lhe respondeu que—consultando o chanceller, governador, Manoel Antonio da Fonseca Gouveia, e o contador da fazenda, Antonio Bernardo de Brito e Cunha, e em vista da approvação d'elles, ordenava ao juiz de fóra, da Póvoa, José Werneck Ribeiro de Aguilar, para que, ajudado pelos vereadores, lançasse mão dos dinheiros existentes no cofre das cizas, para serem applicados no aluguer de casas, e compra de camas, utensilios e remedios para os doentes pobres, atacados pela peste. Assim se cumpriu, e tudo depois foi approvado pelo rei. Abriu-se a enfermaria provisoria, a 13 de julho, recolhendo-se alli, sete mulheres e dois homens.

obra tinha sido embargada, e foi preciso disputar os embargos.

Assim estiveram as cousas, até que Rodrigo Cardoso Barbosa de Menezes, juiz de fóra, da Povoa, em 29 de abril de 1826, mandou terminantemente cumprir uma provisão de D. João VI, do 1.º do dito mez e anno, que, approvando a planta do hospital, e o logar escolhido, mandava proceder immediatamente á sua construcção: approvando tambem os estatutos do hospital, já redigidos.

A camara, para evitar questões judiciaes, dispendiosas e demoradas, desistiu da contestação dos embargos, á obra do albergue, e, no dia 1.º de maio de 1826, foi demarcar o terreno para o novo edificio, no local que a provisão regia designava, expropriando amigavelmente os terrenos precisos para as obras, que pertenciam a Manoel Gonçalves Manco, José Martins da Angra, Francisco Lopes Ramos, e João Gonçalves Pereira, todos da villa.

Logo no dia 22 de maio, se principiaram a abrir os alicerces, e a assentar as primeiras pedras.

Como porém os rendimentos não chegassem para custear as despezas da obra e do curativo dos enfermos, representou o procurador da villa, em nome de toda ella, á infanta regente, a Sr.ª D. Isabel Maria, esta falta de meios. A regente, obtidas as necessarias informações, expediu uma provisão, datada de 15 de novembro de 1826, mandando que se extraisse do cofre das sizas, a quantia de dois contos de réis para as obras do hospital.

Continuaram estas até 1828, mas achando-se o cofre da Misericordia outra vez exhausto, o procurador o representou ao Sr. D. Miguel I, que, por provisão de 30 de janeiro de 1829, mandou tambem dar para as obras, do mesmo cofre das sizas, outros dois contos de réis.

Apezar de todos estes donativos, como nas obras só era applicado o remanescente da despeza com os doentes, as obras tinham um desenvolvimento vagarosissimo.

Finalmente, a 29 de junho de 1835, estava concluida uma parte do hospital, e n'esse mesmo dia, foram para alli conduzidos os enfermos que estavam no hospital provisorio; porém só em 1869 se concluiram todas as obras. Este hospital é um dos melhores edificios da villa, em bom local, e onde os doentes são tratados com muita caridade e sollicitude.

Tinha seis enfermarias, espaçosas, bem ventiladas, e bastante aceadas, porém ha poucos annos, fez-se mais outra (a de S. João) á custa do caridoso bemfeitor, o sr. João Antunes Guimarães, da freguezia do Salvador de Donim, no concelho de Guimarães. Este benemerito cidadão, mandou tambem construir, á sua custa, e junto á enfermaria de S. João, uma sala, para enfermos particulares, que, pelo preço estabelecido no regulamento do hospital, alli quizessem ser tratados. Ainda deu o sr. Guimarães, ao hospital, 12 cadeiras de mogno; 12 camas de ferro; 12 biombos; 12 mesas de cabeceira; uma commoda, de mogno; 4 globos de vidro, para luzes, e um oratorio com crucifixo e 4 castiçaes grandes, de madeira.

—

Cemiterio publico

Foi concluido pela camara em 1868, e fica a E. do hospital da Misericordia, e d'elle separado, pela nova estrada que d'esta villa se dirige a Barcellos—em logar mal escolhido, pois fica muito perto da povoação, o que nada tem de hygienico para ella, e, sobre tudo, para o hospital, cujos doentes teem, de mais a mais, sempre diante dos olhos a triste manção dos mortos.

Já no cemiterio ha mais de 20 mausoleus, uns de marmore, outros de granito, a maior parte de bella apparencia, e pertencendo a familias ricas da villa e immediações.

Tem tambem cinco marcos fontenarios, fornecidos pela agua do chafariz que lhe fica proximo.

Em frente da entrada do cemiterio, ha uma alameda, principiada pela camara, em 1866.

O primeiro cadaver sepultado n'este cemiterio (a 11 de setembro de 1866) foi o de José Antonio Fernandes Campos, proprietario, capitalista, e cavalleiro do habito de Christo.

Foi desde então que n'esta freguezia cessou o abuso pernicioso dos enterramentos nas egrejas, que por este motivo eram um foco de infecção.

—

Chafarizes publicos

Da praça de Nossa Senhora das Dores—da praça do Almada—do largo de S. Roque —e da rua do Bandeira.

Até 1852, apenas existia um só chafariz em toda a villa. As vereações seguintes, sollicitas no desempenho das attribuições do seu cargo, entre outros melhoramentos de reconhecida utilidade publica que effectuaram, foi um dos principaes, a construcção de mais trez chafarizes; que, ainda assim, não são sufficientes para occorrer ás necessidades da povoação, em vista do seu progressivo desenvolvimento.

—

Em um manuscripto do seculo XVIII, que existe em poder do sr. padre Sebastião de S. Luiz, d'esta villa, se diz, entre outras curiosidades, o seguinte :

«Ha n'esta villa, uma das melhores en«ceadas d'este reino. A natureza, por dispo«sição do auctor d'ella, a formou; e se a ar«te, por mandado do rei e senhor, a aper«feiçoasse, seria uma maravilha da Europa.

«Forma-se esta enceada pela parte do N. «ao N. O., por uma natural subsequente car«reira de penedos, que teem várias denomi«nações. Chamando-se, as qne topam na «areia, *Pedra do canto dos barcos*, e seguem«se para o mar, a *Curva-grande*, e a *Curva«pequena*, que é a ultima que por esta parte «fica descoberta, ao pé da bôca da entrada, «a que os nacionaes chamam *barra*.

«Pela parte do S., tem outra similhante «carreira, de salitrosos penedos, tambem va«riamente chamados—os primeiros do pé da «areia, *Pedras do Cabedêllo*—e d'elles para o «mar—*Mó-Velha*, e um grande lagêdo, cha«mado *Extra-mundos*, que fica alguma coisa «para o S. da dita Mó-Velha, da qual até a «Insua-pequena, sobredita, é a bôca chama«da *barra*.

«Tem esta barra um baixo de pedras, «chamadas *Leixão*, que nunca descobrem, e «d'ellas para a dita Insua pequena, está um «*caneiro*, ou *barrêta*, por onde algumas ve«zes, com o mar tranquillo, entram e saem «os barcos, ou lanchas, d'este porto.

«Do dito baixo de Leixão, até á pedra da «Mó-Velha, é a rigorosa e verdadeira barra «da entrada, a qual tem de largo, 48 braças «da marinha (uns 106 metros) e cinco de «alto, sem baixo ou banco algum. Tem de «alto a dita enceada, até ao meio, as mesmas «cinco braças (11 metros) e ao terço da lar«gura, contando da barra, faz 2 ½ braças, e «vem diminuindo, até acabar na areia.

«Dentro da enceada ha umas pedras, cha«madas *Caverneiras*, e logo ao pé, para o S., «outras chamadas o *Seixo*.

«Ao pé da carreira de penedos que ficam «da parte do N., se acham, seguindo mais «pela areia, outros penedos, como—*Lagi«do, Lava-tripas, Furado pequeno, Furado-grande*, e as *Madres*, que são duas pedras, «em uma das quaes—que é a da parte do S.—«está uma marca, para signal de que alli «acaba o termo d'esta villa, e com elle, a ju«risdição do governo das armas e correge«doria da comarca do Porto. E na outra, que «é do N., está a marca do termo de Barcel«los, que alli principia, e com a sua comarca, «o governo do general do Minho.

—

«N'esta enceada se fez a náu, da invocação «de *Nossa Senhora de Guadalupe*, que foi a «náu de guerra, na recuperação de Pernam«buco.»[1]

[1] A cruelissima escravidão de 60 longos annos, a que nos levou a pusilanimidade do cardeal-rei, a cobardia de muitos portuguezes e a traição de muitos outros, nos acarretou toda a sorte de adversidades. Os inglezes, hollandezes e francezes, em guerra com a Hespanha, nos roubavam, no mar, os nossos navios, e, em terra, as nossas cidades e fortalezas. Os hollandezes nos tomam a Bahia, em 1624, mas foram d'alli expulsos, logo no anno seguinte. Em 1629, nos tomam Olinda (Pernambuco) apezar da heroica resistencia do grande Mathias d'Albuquerque. Em 1630, nos roubam a frota que vinha da China para Lisboa, e continuam as suas conquistas no Brasil.

Os Philippes abandonaram-nos completamente á nossa triste sorte, deixando que os inimigos de Castella, nos expoliassem da

«Na mesma enceada, entravam e saiam antigamente navios.»

—

O grande D. Francisco d'Almada e Mendonça, do qual tão largamente fallei no artigo Porto, depois de construir os magestosos paços da camara, projectou edificar aqui uma doca, para abrigo das embarcações, e no fim do seculo XVIII, chegou a construir um vasto paredão; porém, morrendo antes de terminarem estas obras de tão reconhecida e urgente necessidade, falleceu o benemerito Almada, e tudo assim ficou.

Sendo ministro das obras publicas o sr. João de Andrade Corvo, visitou esta villa em 1867, e prometteu concluir a doca, mas, até hoje, nada se fez.

Tambem o Sr. D. Luiz I fez, em pessoa, egual promessa aos pescadores da Póvoa, que ainda hoje esperam pelo cumprimento da palavra real.

Não ha, sequer ao menos, um guindaste a vapor, que prestaria grandes serviços, salvando as fazendas dos pescadores, recolhendo com rapidez os seus barcos, em dia de tempestade.

Este porto de abrigo, que ficaria tão bom, ou melhor do que o de Vigo, certamente aqui atrahiria grande numero de navios em ovações de temporaes, tão frequentes e temiveis n'estas costas, o que daria grande desenvolvimento e prosperidade á povoação.

Tambem os pescadores deixariam de ter o insano trabalho de conduzirem *ás costas*, os seus barcos, da terra para o mar, e vice-versa.

Sendo ministro da marinha, o sr. José da Silva Mendes Leal, mandou para aqui um barco salva-vidas, que grandes serviços tem prestado, salvando do furor das ondas, já um bom numero de naufragos.

O estado paga ao *patrão* d'este barco, 360 réis diarios; mas o patrão não embarca nunca: o seu emprego é um *beneficio simples.* Em caso de perigo, quem tripúla o barco, são os proprios pescadores, e gratuitamente.

—

Não ha na villa companhias de seguros, ou commerciaes; mas tem delegações e agencias—o *Banco-União,* do Porto; a *Agencia geral* de emprestimos hypotecarios, sobre o Banco da *companhia geral do credito predial portuguez;* a *companhia de seguros, Garantia* do Porto; e a *Companhia de seguros;* hespanhola, *El Fenix.*

Ha na villa o *Monte-pio da associação dos pescadores, artistas e agricultores, da Povoa de Varzim,* approvado por alvará de 10 de junho de 1863.

—

Povoenses illustres

D. Frei Manoel da Ressurreição, que foi bispo de S. Paulo, de cuja mitra tomou pos-

grande e melhor parte das nossas possessões ultramarinas, que tantos sacrificios e tantas vidas nos haviam custado. As tropas portuguezas, em vez de serem empregadas na defeza da patria, eram mandadas morrer nas guerras contra a França, Inglaterra, Flandres e Catalunha.

Vinte e cinco annos estiveram os hollandezes senhores de Pernambuco; mas, em 15 de janeiro de 1654, o intrepido Francisco Barreto e Menezes, com os seus portuguezes e muitos indios e pretos, dá um terrivel ataque á cidade do Recife (Pernambuco) sendo accommettidos com a melhor ordem, denodo e galhardia, todos os fortes, simultaneamente. Os hollandezes defendem-se com tenacidade, mas nada póde resistir á coragem indomavel de Barreto e dos seus, que em poucas horas se tornaram senhores de todas as obras de defeza, reduzindo o inimigo a defender-se nas ruas, onde no mesmo dia se viu obrigado a capitular. Era o ultimo baluarte dos hollandezes, que n'este dia glorioso, foram expulsos do Brasil, para sempre.

A náu *Nossa Senhora de Guadalupe,* e alguns outros navios de guerra portuguezes de menor porte, tomaram uma parte muito activa, e concorreram poderosamente para esta brilhante victoria, metralhando horrivelmente as baterias hollandezas.

O piloto-mór da armada real, que foi á restauração do Brazil, chamava-se *Antonio Cardia,* e era natural d'esta villa. Foi sepultado na egreja da Misericordia, no tempo que era matriz da freguezia.

Esta armada saiu de Lisboa, a 22 de novembro de 1644, sendo general das tropas, D. Manoel de Menezes.

Notemos para gloria da villa, que a náu foi construida á custa dos negociantes da Póvoa.

se, em 19 de março, de 1774, e falleceu a 21 de outubro de 1789.

Foi um varão tão venerando pelas suas virtudes, como pelo seu saber.

Foi o ultimo descendente da familia dos Cortezes, d'esta *villa*.

Diogo Dias de S. Pedro, commandante da referida náu, Nossa Senhora de Guadalupe, e irmão do piloto-mor, Antonio Cardia, em que já fallei.

Diogo Dias, além do grande valor, de que deu provas, portou-se com a maior bisarria, recusando as gratificações que o governo portuguez lhe queria dar, e até pagou da sua bolsa á tripulação da náu, sua companheira na gloriosa restauração do Brasil.

—

Luiz Antonio Pereira da Silva, que nasceu em 1808, e falleceu a 10 de fevereiro de 1862. Era bacharel em mathematica e philosophia, e formado em medicina, pela universidade de Coimbra. Foi provedor (o a que hoje se chama administrador do concelho) da Povoa de Varzim, em 1834—medico do hospital da Santissima Trindade, do Porto—secretario da sociedade agricola, da mesma cidade—lente da 2.ª cadeira de phisiologia, na escóla medico-cirurgica do Porto,—commissario dos estudos do districto—reitor do lyceu da mesma cidade—vogal do conselho do districto—e procurador á junta geral, pelos concelhos da Povoa de Varzim e Villa do Conde.

—

Tornaram-se tambem dignos de mensão honrosa, os filhos d'esta villa—Dr. João de Sousa Magalhães—Dr. Domingos Ribeiro Pontes—Dr. Antonio Dias Caméllo—Frei Manoel de Jesus Maria—João Bernardino Leite—D. Lourenço da Purificação e Antonio Baptista d'Almeida.

—

É tambem natural d'este concelho, nascido a 13 de agosto de 1827, na aldeia de *Avelo-Mar*, freguezia d'Amorim (vol. 1.º, pag. 202, col. 1.ª—e 279, col. 1.ª) o nosso mavioso poeta e esclarecido prosador, *Francisco Gomes d'Amorim*, auctor dos *Cantos matutinos, dos Ephemeros*, dos *Selvagens*, e de outras obras, em prosa e verso, de merecimento incontestavel. Foi discipulo querido, e amigo verdadeiro do visconde de Almeida Garrett, que acompanhou até aos ultimos momentos da vida.

De uma carta, datada de Lisboa, a 26 de julho de 1870, dirigida pelo sr. Gomes de Amorim, ao sr. *Pedro Wenceslau de Brito Aranha* (cujas *Memorias historico-estatisticas*, de muito me teem servido na redacção d'este artigo) extrahi o seguinte:

Avelo-mar está á beira do Oceano, em formosa e extensa planicie, 3 kilometros ao N. da Povoa de Varzim. São ferteis os seus campos, cortados de muitos riachos, e povoados de numerosas fontes. O povo da freguezia é sóbrio, laborioso e de bons sentimentos.

Alguns habitantes da freguezia, se dedicam ao commercio, á pesca e á navegação; mas a maior parte, emprega-se na agricultura.

Avelo-mar, tem algumas casas de boa apparencia, um palacete, e uma capella, dedicada a *Nossa Senhora das Neves*. Ao N. da aldeia, em um areal, ha a capella de Santo André.

D. João I, fez conde d'Amorim, um fidalgo gallego, que lhe prestou grandes serviços. Parece que este individuo foi o que deu o nome á terra, pois tinha o appellido *d'Amorim*.

—

Em janeiro de 1875, foram concedidas, definitivamente, ao sr. Guilherme Dulheuer e outros, as minas de ferro—do logar da *Serra*—das *Almas da Serra de Rates*—da *Serra de Rates*—e da *Serra de S. Felix*, todas n'este concelho.

—

No mesmo mez e anno, foram registados, na camara municipal da Povoa de Varzim, as seguintes minas:—uma de ferro e outros metaes, por Manoel Antonio Martins, da freguezia de Terrozo, a qual é situada na encosta do *monte de S. Felix*, freguezia de Laundos.—Outra de carvão, ferro e outros metaes, por Manoel de Sousa Guerra, d'esta villa, a qual mina é situada na *Bouça de Ramos*, da mesma freguezia de Laundos.

—

No 1.º e djulho de 1875, houve grandes

festejos n'esta villa, por o seu julgado ser então elevado á cathegoria de comarca.

O sr. Manoel Luiz Monteiro Junior, compoz um hymno, para ser executado n'este dia, pela philarmonica da villa.

—

Mais um melhoramento se effectuou, em beneficio dos povos d'esta villa, e immediações—é o caminho de ferro que do Porto se dirige aqui, passando por Villa do Conde e mais povoações intermediarias.

Foi no domingo, 15 de agosto de 1875, que se realisou a experiencia, a que assistiu o sr. Cardozo Avelino, então ministro das obras publicas, os srs. secretario geral, servindo de governador civil [1] official maior do mesmo governo civil (Frederico Ancêda) director do caminho de ferro do Minho (Mattos) director das obras publicas (Victoria) juiz de direito (Vieira da Motta) e direcção, conselho fiscal e engenheiros encarregados da construcção d'esta linha

A estação do caminho de ferro da Povoa do Varzim, no Porto, é na Rotunda da rua da Bôa-Vista. [2] O comboio da experiencia, consistia em trez carruagens de 1.ª classe, e um *furgon.*

É de via estreita (systema pela primeira vez adoptado em Portugal).

Além da grande ponte em Villa do Conde, ha outra, de ferro, sobre o rio Leça, concluida na noite de 14 para 15, para no dia seguinte receber o comboio.

Contam-se tambem diversos pontões, e aterros, de bastante importancia.

Ha um bello lanço, em linha recta, na extenção de uns cinco kilometros.

Todas estas obras foram feitas no curto espaço de 11 mezes, vendo-se por isto que houve a maior actividade na construcção d'esta linha.

Os engenheiros encarregados das obras foram os srs. barão de Kessler, Hallicott, Antonio Vasco da Gama Braga, e Oliveira Martins.

[1] O sr. Joaquim Taibner de Moraes, natural da Marinha-Grande.

[2] Ao lado, fica tambem a estação da *companhia dos carris de ferro, do Porto* (Rail road americano).

Os trens são da mesma grandeza e systema dos do caminho americano, isto é, com logares de um lado e do outro, fazendo-se a entrada pelas portas situadas nas extremidades e não pelos lados, como nos dos caminhos de via larga. O serviço de revisão e fiscalisação, faz-se todo pelo interior, pois graças ás plata-fórmas que as carruagens tem e que quasi se unem umas ás outras, pode-se passar facilmente de um trem para outro e percorrel-os todos, sem haver o perigo e trabalho dos empregados fazerem esse serviço pelos estribos, como nas outras linhas. Abertas todas as portas, que são envidraçadas, de um comboyo de 10 ou 12 carruagens, o aspecto é como o de um grande corredor, que se póde percorrer, sem o menor perigo, de um extremo ao outro, mesmo quando o comboyo vá na sua maior velocidade. Além d'isso as carruagens são commodas e aceiadas, tendo a necessaria ventilação.

As estações, propriamente ditas, são no *Porto, Pedras Rubras, Villa do Conde* e *Povoa,* havendo além d'isso nas principaes freguezias e povoações, grande numero de apeadeiros, onde os passageiros podem entrar ou sahir. Esses apeadeiros compõem-se apenas de uma pequena casa, devendo permanecer em alguns d'elles um guarda, e onde o movimento possa ser maior, um empregado de graduação superior.

A companhia, além de grande numero de carruagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, e de carros para mercadorias, possue já ses machinas, sendo duas d'ellas do systema hoje mais aperfeiçoado e muito adoptado no Perú, em caminhos d'este genero. A grande vantagem d'estas machinas é ter duas caldeiras que pódem funccionar juntas ou separadamente, subirem com facilidade quaesquer rampas e darem facilmente volta nas curvas, por mais apertadas que sejam, graças ao systema da rodagem.

O sr. ministro das obras publicas, no exame a que procedeu tanto nos trabalhos da estação d'esta cidade, como nos da ponte do Ave, mostrou-se muito satisfeito, dispensando merecidos elogios á direcção e engenheiros da companhia.

—

Em 22 de setembro do mesmo anno de 1875, se fez uma nova experiencia, em toda a linha, com o respectivo material e machinas. A ponte de Villa do Conde (sobre o Ave) foi carregada com enorme quantidade de saccos d'areia, sem dar de si nem um milimetro.

Já se tinha experimentado a ponte sobre o rio Leça, que tem um vão de 16 metros de comprimento. Esta experiencia foi feita com duas machinas, levando cada uma 28 toneladas de pêso.

Eis o precurso d'esta linha—*Porto* (estação da Boa-Vista) *Nossa Senhora da Hora, Custôias, Crestim, Pedras-Rubras, Villar do Pinheiro, Modivas, Mindêllo, Azurára, Villa do Conde, Povoa de Varzim.*

—

A inauguração d'este caminho de ferro, effectuou-se a 6 de outubro de 1875, havendo em toda a linha, mas, principalmente em Villa do Conde e na Póvoa, as maiores demonstrações do mais sincero regosijo.

—

Em 22 e 23 de maio de 1875, as lanchas de pesca *Espirito-Santo*, e *Maria-José*, naufragaram á entrada da barra d'esta villa. Toda a tripulação das duas lanchas seria tragada pelas ondas enfurecidas, se 45 pescadores povenses, com imminente risco de vida, a não salvasse.

Em dezembro d'esse mesmo anno, todos estes 45 arrojados pescadores, foram justissimamente premiados com medalhas de prata, concedidas ao merito, philantropia e generosidade.

—

Em junho de 1876, a camara inaugurou a a abertura de uma nova rua, que do centro da villa vae ao bairro frequentado pelos banhistas. Deu-lhe o nome de—*rua de Freitas Soares*, cavalheiro que então era governador civil do Porto.

—

Em agosto de 1876, foi registado na camara d'esta villa o descobrimento de uma mina de ferro e manganez.

—

No dia 4 de septembro de 1876, inaugurou-se n'esta villa, o novo theatro, denominado *Sá da Bandeira*, com o drama *O cabo Simão*, representado por uma companhia hespanhola. O theatro é de madeira, e tem uma ordem de *frizas*, uma de camarotes e uma espaçosa plateia. Se a sorte correr favoravel á empreza, tenciona substituil o por outro de pedra e cal, e nas melhores condições.

O theatro que já existia, denomina-se de *Garrett.*

—

Ha na villa dous caffés, tão luxuosamente montados, que em nada invejam os melhores de Lisboa e Porto.[1]

Pena é que o execrando vicio do jogo tenha dominado todas as classes da sociedade, e que n'esta villa, mais do que em qualquer outra povoação do reino (principalmente durante a estação dos banhos) se tenha desenvolvido de uma maneira aterradora.

Muitos homens perdidos, veem para aqui, com o fim ostensivo de tomar banhos, mas só e exclusivamente para perderem ao jogo, quando seus paes e avós juntaram á força de suores, sacrificios e economias, para seus desgraçados herdeiros dissiparem em pouco tempo com este vicio ignobil.

Muitos tambem para aqui veem na estação propria, com o fim unico de roubarem os incautos, com o jogo da *rolêta, monte*, e outros semelhantes.

Custa a comprehender como as auctoridades locaes não põem cobro a esta escandalosa immoralidade que tantas familias arrasta á ruina, á devassidão, á miseria e ao crime!

—

O temporal de novembro e dezembro de 1876, tambem causou aqui grandes prejuizos. A agua invadiu muitas casas, principalmente na rua e praça do Almada, enchendo os seus moradores de consternação e causando-lhes damnos incalculaveis.

Na rua do Pelourinho, tambem a agua invadiu varias casas, sendo uma das que mais soffreu, a do sr. José do Valle, com loja de fa-

[1] Em todos os caffes, ha um compartimento, onde se jóga publicamente o *monte* ou a *rolêta*. Em um d'elles, fizeram a sala para a rolêta em um formoso pavilhão, no centro do jardim, para atrahirem ainda maior concorrencia!

zendas e mercearia, que teve o prejuizo de um conto de réis, aproximadamente.

—

A Póvoa de Varzim, é uma das mais bellas, prosperas e povoadas villas das tres provincias do norte; e mesmo no resto de Portugal, poucas a excederão em formozura grandeza e prosperidade.

Honra aos filhos d'esta nobre terra, que á força de trabalho, intelligencia e patriotismo, a teem sabido elevar á cathegoria de uma das primeiras villas de Portugal, e muito superior, a todos os respeitos, a muitas cidades d'este reino.

—

A festa dos pescadores

Romaria que se faz todos os annos n'esta villa, e uma das mais originaes de quantas se fazem ali, e que não tem talvez egual no reino. Ácerca d'esta festa, dá o *Commercio do Porto* a seguinte noticia:

«Desde manhã não se via no mar uma só lancha de pesca, porque as diversas companhas, dando férias aos seus trabalhos, tinham reunido todos os barcos na praia, como que para assistirem á passagem da procissão que devia percorrer aquelle local.

Grande numero de barcos estavam adornados com bandeiras e canas verdes, mas a maior parte estremava-se pela originalidade do embandeiramento. Em vez de flamulas e galhardetes, viam-se presos ás cordas dos mastros muitos lenços de todas as côres, pertencentes ás familias dos aventurosos pescadores, e isto, que podia ser tomado por uma exquisitice burlesca, tem a nosso vêr uma significação tão logica como simpathica.

Os pescadores, collocando á prôa dos seus barcos apenas a bandeira nacional, empavezam-os não com pendões estrangeiros que nada significam em taes solemnidades religiosas, mas com objectos, que, pela sua natureza, lhes revivem na alma os mais santos affectos. São os lenços que velam os seios das mães ou das esposas, e que muitas vezes se agitam sob as palpitações angustiosas d'esses entes, na occasião em que o vendaval ameaça envolver na sua voragem medonha a fragil embarcação e as vidas de tantos chefes de familias; são os lenços com que os intrepidos tripulantes preservam, no mar, a cabeça, contra a impetuosidade do furacão. Está alli talvez a primeira prenda com que o rude namorado brindou a futura esposa, ou a primeira faxa em que foi envolto o filho estremecido.

Este costume, unico talvez em todas as povoações maritimas do reino, é poetico e bem significativo.

No peito de todos os pescadores via-se a medalha de prata de salvação, chegando alguns d'elles a ostentar duas e tres. Era a phalange heroica dos benemeritos da humanidade. Todos aquelles homens tinham praticado mais de um feito honroso de dedicação e de desinteresse, e salvado pelo menos uma vida. Aquellas medalhas não significavam o premio de um feito de armas no campo da bátalha, onde as vidas se dizimam, mas a recompensa de um acto de coragem e de abnegação, na amplidão do mar e entre a furia dos elementos, unicos inimigos d'esses supremos instantes, tendo tal acto por unico motor a salvação de um ente, prestes a desapparecer para sempre no seio das ondas. Todos aquelles homens por mais de uma vez, quando a tempestade brame e o mar se enraivece, se esqueceram do lar, da familia e da propria vida, para correrem, cégos do amor do proximo, aos gritos angustiosos das victimas de um naufragio, disputando com tenacidade uma existencia que a morte já opprime no amplexo tremendo! Coragem, intrepidez, abnegação, desinteresse, tudo estava representado n'aquelle punhado de homens, uns já encanecidos na vida do mar, outros ainda no mais pleno vigor da mocidade, mas todos heroes, todos dignos de admiração.

Fechavam este anno a intrepida phalange os dois benemeritos por excellencia, os que mais que todos se têem distinguido na occasião de perigo, os arraes os srs. José Martins Areias, por alcunha o *Sergio*, ostentando duas medalhas de salvação, e José Rodrigues Maia, mais conhecido pelo *Cégo do Maia*, que mostrava tres das mesmas medalhas. Estes dois heroes, já velhos, mas ainda vigorosos, têem assignalado a sua vida mari-

tima por innumeros actos de coragem, e era por isso mesmo que n'aquella festa de classe occupavam dois logares de honra.

—

No dia 18 de agosto de 1877, se inauguraram os trabalhos do prolongamento do caminho de ferro, d'esta villa á de Villa-Nova-de-Famalicão, na parte comprehendida entre a Póvoa e as Fontainhas. Esta secção méde aproximadamente 16 kilometros.

É mais um melhoramento de grande utilidade para os povos d'estes sitio.s

—

A rua principal da villa, é a da *Junqueira*, concorridissima, sobretudo, na estação dos banhos. Liga a praça do Almada, com a praia.

—

Sendo a maxima parte da gente do mar, d'esta villa, sobremodo pacifica, ha duas cousas em que o não são—é quando se lhes impõe um novo tributo — e quando se lhes pedem recrutas.

Varios motins têem aqui occorrido, por causa dos nóvos impostos, sendo um dos maiores, o que teve logar em 1846.

A camara estava reunida em vereação, tratando de lhes lançar um novo tributo. Foi isto sabido por alguns pescadores, que se dirigiram em tumulto á praça de Almada, arrancaram os fueiros dos carros que estavam no mercado, e assim armados, subiram á sala das sessões, e tudo quanto lá estava (administrador do concelho e seu escrivão, presidente e vereadores, policia, malsins, etc.) fizeram saltar pelas janellas, á rua.

No dia seguinte, chegou á villa um regimento, para suffocar o tumulto, mas os pescadores, apenas o souberam, arremeçaram os seus barcos ao mar, e por lá andaram muitos dias, sem darem noticias suas.

—

Para se subtrahirem ao recrutamento militar, usam de um estratagema muito simples.

Nem um unico poveiro se apresenta ás auctoridades, para se submetter ao serviço da armada, ou do exercito.

Tres ou quatro beleguins, acompanhados do escrivão respectivo, se apresentam no *bairro dos pescadores.*[1]

O que primeiro avista a caravana dos citotes, toca um apito, ou uma buzina, e é a voz de—*Álerta!* d'esta gente.

Se os pescadores estão no mar a essas horas, só apparecem mulheres; que todas declaram, com o maior desembaraço, que *nunca ouviram fallar nos nomes dos refractarios por quem se lhes pergunta.*

Quando acontece estarem os pescadores em terra, apparecem todos ás suas portas.[2]

«Todos têem os mesmos typos physionomicos — todos têem o mesmo vestuario—o grande gôrro, encarnado ou preto—a larga calça, e a camisa de *branqueta*, ou a camisolla justa, com um coração e uma cruz bordada no peito—e umas armas de Portugal, com a respectiva corôa, bordadas no braço direito.

Principia então o inquerito do refractario.

— Onde móra aqui, *João das Pragas*, filho de *José, o Russo*?

O primeiro dos pescadores a quem se dirige esta pergunta, retira o seu cachimbo de gêsso, do canto da bôca, e diz:

—O *João?*

—Sim, senhor.

—O João das Pragas?

—Sim, senhor.

—O filho do Russo?

—Sim, senhor.

—Conhecia muito bem. Esse rapaz morreu.

—Morreu? Mas do livro dos obitos da freguezia, não consta que elle tenha fallecido.

[1] Os pescadores da Póvoa, occupam uma especie de bairro á parte da villa, na praia, e ao S. do quebra-mar incompleto, e em tres ruas parallelas, formadas de casas baixas, ou abarracadas, e que não primam pelo aceio; vendo-se em quasi todas as portas e paredes d'estas casas, e pregadas nas paredes, *cações, polvos, pescadas*, e outros peixes *escallados.*

Como as ruas fórmam angulo com o mar, de todas ellas se vê o Oceano.

[2] D'aqui em diante, até ao fim d'este paragrapho, copio litteralmente o que diz o sr. Ramalho Ortigão, no seu curiosissimo livro — *As praias de Portugal* — pag. 58.

—Pois póde mandar *prantar* no livro, que morreu. A gente não estamos lá no livro, porque a gente, quando morremos, não morremos cá na freguezia. A gente morremos no mar.

—

Passa-se a interrogar o segundo poveiro, que dá exactamente a resposta que deu o primeiro.

O terceiro responde como o primeiro e o segundo, e assim por diante, successivamente, a mesma resposta invariavel, até não haver mais poveiros que inquirir.

Outro *refractario—Manoel Forte*, filho do *Joaquim da Rita.*

—Está intimado para declarar terminantemente, sob pena de cadeia, onde pára este mancebo.

—O Manoel?... O Manoel Forte?... O filho do Joaquim da Rita?... Conheci-o muito bem! Até parece que ainda o estou a vêr!... Esse rapaz está alli defronte.

—Onde?

—No fundo do mar.

—

É a evasiva consagrada, a resposta sabida e constante: todo o mancebo recenceado, morreu.

Diante das requisições da auctoridade, não ha entre os pescadores, inimigos, nem indifferentes—protegem-se todos dedicadamente, perante o inimigo commum. É uma alliança indissoluvel e invencivel. Todos os esforços são inuteis para a combater.

Violados no seu bairro, os pescadores fogem para a praia. Alli a perseguição é perigosissima para quem a intenta. Se um official de justiça ousasse apparecer na praia, seria infallivelmente morto debaixo da mais densa chuva de pedras, de fisgas, de harpões. Em ultimo recurso, embarcam. Assim, a Póvoa não dá um unico homem para o recrutamento maritimo.»

—

O pharol de que fallei, é sustentado pela bolsa particular dos pescadores! O governo recebe d'esta pobre gente, mais de seis contos de réis annualmente, e nem sequer se digna conceder-lhe uma luz que os livre de uma quasi inevitavel morte, em noite de temporal!

—

Não é o estado, nem a camara, nem a Misericordia, que soccorrem os naufragos! Os pescadores, impozeram a si mesmo, um outro tributo, que pagam á *Senhora da Assumpção.* É uma rêde de peixe annualmente, por cada lancha, que regula entre 600 e 700$000 réis, que a confraria dispende no pharol; nos estipendios aos tripulantes do salva-vidas; em ajudas de custo, para irem ao Porto curar as fracturas feitas com os trabalhos da pesca; na fabrica da capella da Senhora; e em seis missas resadas, pelas almas dos que morrem no mar.

Se ha saldo, reverte para o estado!...

PÓVOA-VELHA—aldeia, Beira-Baixa, na freguezia, concelho e 3 kilometros de Cêa, comarca de Goveia (Vol. 2.º, pag. 220, col. 2.ª).

Se é certo o que sustentam varios escriptores, nasceu n'esta aldeia, o famoso Viriato, o antigo. Eram estas terras habitadas pelos ferozes, mas intrépidos *pesures* ou *herminios* famosos companheiros e patricios de Viriato, e que tantas vezes derrotaram as valentes e disciplinadas legiões romanas; e Julio Cezar, sendo ainda pretor, só depois de muitas e cruelissimas batalhas, e de perder muitos milhares dos seus soldados, é que pôde domar (mas nunca inteiramente) os arrojados habitantes dos Herminios.

Viriato—o herminio [1]

Nasceu na Serra da Estrella, então chamada *Montes Herminios Maiores* (para a dif-

[1] Digo *Viriato, o herminio*, para o differençar do seu homonymo Viriato, o extremenho. Este, viveu e se tornou notavel, uns 150 annos depois do primeiro, e entre os annos de 12 a 14 antes de Jesus Christo.—Era natural d'*Alfeizirão*, segundo uns, e de *Eburobriga*, segundo outros,—e talvez que ambas as opiniões sejam verdadeiras, porque não é impossivel que a antiga Eburobriga e a moderna Alfeizerão. sejam uma e a mesma cousa; ou, pelo menos, esta foi construida com os materiaes d'aquella.

O segundo Viriato, foi alliado dos romanos, e morreu na Italia, combatendo por elles.—Vol. 1.º pag. 116, col. 2.ª—e vol. 3.º, pag. 5.

ferençar dos *Montes Herminios Menores*, que é a actual *Serra de Marvão*, no Alemtejo) no paiz habitado por uma parte dos antigos lusitanos, denominados *pesures*.

Não se sabe com certeza o anno do nascimento de Viriato; póde porém assignar-se—sem grande perigo de errar—o anno de 3811 do mundo—193 antes de Jesus Christo.

Nada tambem se oppõe a acreditarmos que o seu nascimento fosse n'esta aldeia da Póvoa-Velha, porque, os antigos escriptores dizem que elle nascêra em Cêa ou nas suas immediações.

A sua primeira occupação foi de pastor de gado.

Para sabermos como este heroe legendario chegou de tão humilde posição, a ser um dos maiores homens do seu tempo, é precizo descrever, em rápidos traços, a historia d'esse tempo.

—

Os carthaginezes, tinham occupado—primeiro como commerciantes, e mais tarde, como dominadores—todo o litoral e ilhas da Peninsula Iberica e ainda parte do interior, vivendo em paz com os lusitanos, cujas riquezas agricolas e mineraes exploravam.

Pelos annos do mundo 3550 (454 antes de Jesus Christo) os turdetanos andaluzes, não se querendo sujeitar a certas extorções dos carthaginezes, lhe moveram guerra.

Annibal, o antigo (irmão de Sáfo) com um exercito africano e peninsular, pretende reduzil-os á obediencia; mas os lusitanos voam em soccorro dos turdetanos, as tropas carthaginezas são desbaratadas, e Annibal fica morto no campo da batalha.

Os carthaginezes, vendo que a disciplina das suas tropas nada podia contra o valor indomavel dos lusitanos, tratam de fazer com elles as pazes, e pelos annos do mundo 3580 (424 antes de Jesus Christo) já algumas legiões lusitanas atravessaram o Atlantico, e foram defender Carthago, contra os athenienses, agrigentinos e syracusanos.

No anno 408 antes de Jesus Christo, Bohodes, governador da Peninsula, pelos carthaginezes, e que devia grandes serviços aos lusitanos, se torna seu amigo verdadeiro, e protector leal.

Succedeu-lhe Maharbal, cujo governo foi tão benevolo para a Lusitania, como o havia sido o do seu antecessor.

No anno 321 antes de Jesus Christo, Alexandre Magno toma e arraza Tyro (na Phenicia) e os que escaparam, fogem para Carthago, e depois, muitos d'elles para a Lusitania, onde fundam povoações, e dão grande desenvolvimento á prosperidade do paiz.

No anno 254 antes de Jesus Christo, chega á Lusitania, o grande Amilcar Barca, general carthaginez, tão bravo como prudente. Para captar ainda mais a amisade dos lusitanos, casa com uma menina lisbonense, que foi mãe do famoso Annibal. [1]

Chega a occasião da primeira guerra punica. Carthago pede o soccorro dos lusitanos, e Amilcar, marcha com algumas legiões, contra os romanos, que por varias vezes vence na Sicilia. A intrepidez dos lusitanos, é pela primeira vez conhecida na Italia.

Mas os romanos, nada inferiores aos carthaginezes, em sciencia e disciplina militar, lhe eram muito superiores em força numerica, e estes foram vencidos.

O governo da republica, sabendo quanto Amilcar era estimado dos lusitanos, o torna a mandar, como seu governador. O general regressa á Peninsula, com sua mulher, com Annibal, e com os outros filhos que tinham nascido em Carthago—Asdrubal, Magon, e Hanon—e uma filha, que veio a ser mulher de seu primo, Asdrubal.

Em 230 antes de Jesus Christo, Amilcar marcha com tropas lusitanas, contra os povos do interior da Hespanha, que se tinham revoltado (por intrigas dos romanos) mas é morto, em uma batalha. Seu genro, Asdrubal, toma o commando dos lusitanos; mas pouco depois, é assassinado a punhaladas (anno 220 antes de Jesus Christo) parece que tambem por influencias romanas.

O joven Annibal, toma o commando dos lusitanos, pelos quaes era estimado, como seu patricio. Casou com uma senhora hes-

[1] Quando Amilcar hia com sua mulher para Carthago, lhes nasceu, na ilha *Fermentera* (uma das Baleares) seu filho Annibal.

panhola (de Castellon) e á frente dos seus lusitanos, sujeitou á sua obediencia, diversos povos da Hespanha, que se haviam revoltado; tomá Tolêdo, e derrota cem mil homens que se lhe oppunham á passagem do Tejo.

Mancebo ardido, e, de mais a mais, orgulhoso das suas victorias, declara ás suas tropas, o seu intento de hir combater os romanos á propria Italia, e conquistar-lhes a sua capital!

Principia por sitiar a heroica cidade de Sagunto—alliada dos romanos—e, depois de um cêrco de oito mezes, durante o qual os sanguntinos deram provas da maior abnegação, e de uma intrepidez homerica, conquista e arraza a cidade.

Esta conquista, foi o pretexto que os romanos tomaram para a segunda guerra punica.

Annibal, com os seus lusitanos e outros peninsulares, atravessa a Hespanha, os Pyreneus e os Alpes, e faz tremer de susto a soberba Roma, que manda contra elle os seus melhores generaes, e as suas tropas mais valentes; que foram vencidos por varias vezes, e todos completamente derrotados na famosa batalha de Cannas, na Apulia.

Porem Annibal, longe de se saber aproveitar da victoria, marchando rápidamente sobre Roma, que aterrada, lhe abriria as portas, esquece-se nas *delicias da Cápua*, da sua gloria e da sua patria.

Em 212 antes de Jesus Christo, os romanos, tornados a si do espanto e terror que lhes incutíra a derrota de Cannas (a maior que haviam soffrido as águias romanas) mandou Cneio Scipião, com um formidavel exercito ás Hespanhas—já se sabe, proclamando aos peninsulares, que os vinham *libertar do jugo carthaginez, e que faziam guerra aos soldados da républica e não aos indigenas.* (Systema depois seguido por quantas áves de rapina teem vindo, por arribação, á nossa terra.)

Asdrubal, se oppõe aos invasores, e, se por varias vezes foi vencido, tambem outras muitas foi vencedor.

Chega da Africa Magon, Hannon, e o principe Massinissa, e juntos com Asdrubal, atacam o consul romano, Cornelio Scipião, que morre na batalha, e as suas tropas são aniquiladas.

Cneio Scipião, irmão de Cornelio, é tambem desbaratado e morto, um mez depois de seu irmão, e os romanos perdem quasi tudo quanto tinham conquistado. N'esta segunda batalha, quem deu a victoria aos carthaginezes, foram as legiões lusitanas, e a cavallaria numída de Massinissa, então reputada pela melhor do mundo.

Os romanos, aterrados por tantos revezes, em breve pretendem desforrar-se.

Para isso, mandam á Hespanha, Claudio Nero, com um formidavel exercito, e com ordem de reorganizar os restos do antigo.

Logo na rectaguarda de Claudio Nero (209 antes de Jesus Christo) chega Publio Cornelio Scipião, e tomam muitas cidades.

Asdrubal, com algumas legiões de lusitanos, muitas de africanos, a temerosa cavallaria munída, e grande numero de elephantes de guerra, se oppõe á marcha victoriosa dos romanos, mas d'esta vez, o valor cede ao numero, e é tudo derrotado.

Marco Sileno, general de Scipião, derrota Hanon e os seus africanos, na Andaluzia, e depois Asdrubal, na Lusitania. Hanon fica prisioneiro dos romanos, e Asdrubal e Magon, fogem para Cadix.

Em 207, antes de Jesus Christo, Asdrubal, que marchava para a Italia, com um formidavel exercito, em soccorro de seu irmão, Annibal, é vencido e morto pelos consules, Claudio Nero, e Livio Salinator.

Magon, que recebe em Cadix a noticia d'esta derrota, embarca na esquadra carthagineza, e foge para a Africa, abandonando as Hespanhas, da qual ficaram senhores os romanos.

Em 200, antes de Jesus Christo, os romanos, unicos dominadores da Peninsula hispanica, a dividem em *Citerior* (o paiz que fica entre a margem direita do Ebro e os Pyreneos)—e *Ulterior* (a região comprehendida entre a esquerda do Ebro e o Oceano.)

Cada uma das duas provincias era governada por um pretor, um consul e um proconsul.

Os carthaginezes, diga-se em sua honra, não abusaram muito da simplicidade patriarchal dos antigos lusitanos. É verdade que extrahiam das suas minas, navios e navios de metaes preciozos, e mesmo cobre, estanho e chumbo (o que se prova pelas vastas obras subterraneas, que ainda hoje se encontram em muitos sitios d'este reino, do tempo dos carthaginezes, como se tem lido em varios logares d'esta obra) mas, essa exportação em grande escala, pouco ou nada impressionava os lusitanos de então, que empregavam indistinctamente nos seus instrumentos e utencilios, o ferro, o ouro e a prata.

Os nossos melhores fructos, a preciosa *gran de carrasco* (kermes) de que os carthaginezes faziam a sua púrpura mais bella; o nosso azeite, o nosso vinho, finalmente tudo quanto lhes agradava da Lusitania, que era muito e do melhor, o obtinham por trocas, quasi sempre cavilosas, deixando-nos artefactos e bugigangas de um valor duvidoso ou insignificante—(tal e qual como os portuguezes dos seculo 16.º e seguintes, faziam com os povos semi-selvagens, da Asia, Africa e America.)

Tambem muitos carthaginezes se tinham casado na Lusitania, ligando-se assim pelos laços da familia, com os povos indigenas.

Já se vê pois, que os carthaginezes tinham deixado indeleveis simpathias entre os lusitanos, e mesmo, grande numero d'aquelles, por cá tinham ficado, preferindo o clima delicioso e o terreno uberrimo da nossa terra, pelo clima ardente e solo ingrato da Africa.

—

A isto accresceu que os romanos, desde logo principiaram a mostrar o que eram e a que vieram, como depois e até aos nossos dias o teem feito todas as nuvens de harpias que em differentes épocas teem invadido Portugal. [1]

Os romanos, nunca foram pacificos senhores da Lusitania, que só dominaram pela força das suas numerosas legiões; porem os seus roubos e crueldades, irritaram de tal modo os lusitanos, que decidiram expulsar do seu paiz estas hordas de oppressores, ou, ao menos, venderem-lhes caras as suas vidas, e morrerem matando.

Sem chefes, sem organisação militar, sem disciplina, mesmo sem unidade; e armados apenas de toscas armas, o seu valor heroico, o seu amor da patria, da familia e da independencia, suppriram tudo quanto lhes faltava, e as aguias soberbas dos dominadores do mundo, por muitissimas vezes foram arrastadas pelo pó das batalhas; e suas hostes, armadas de ferro, e commandadas por chefes corajosos e instruidos na sciencia militar, frequentemente eram vencidas e aniquiladas, pelos lusitanos, vestidos de pelles, e escudados por brequeis de couro.

Generaes, victoriosos na Grecia, no Egypto, na Syria, e em outros paizes, combatendo contra inimigos intrépidos e bem disciplinados, viram na Lusitania seus louros secarem, e suas legiões serem derrotadas por homens a quem chamavam selvagens.

Debalde a republica envia contra os lusitanos, os seus melhores generaes—Marco, Elio, Cneio Sempronio, Marco Censorino, Scipião Nasica, Lucio Emilio Paulo, Cayo Catinio, Cayo Culfurnio Pison, Lucio Quincio Crispino, Publio Manlio, Lucio Posthu-

[1] Excluindo as primeiras raças que povoaram a Lusitania; tribus para nós completamente desconhecidas, e que se convencionou denominar *pre-celtas*, na falta de melhor denominação—excluindo esses povos, repito, que viviam em cavernas, e sem outras necessidades alem das absolutas para os *homens da natureza*—todos os mais que depois vieram—phenicios, carthaginezes, romanos, godos, normandos, gascões, mouros, francezes, etc., etc., não tiveram outro fim, senão explorar-nos, mais ou menos escandalosamente.

Ainda hoje vemos as nossas cidades replectas de estrangeiros dos quaes uma gran parte chegam aqui famintos e andrajosos, e em poucos annos estão fartos, aceiados e alguns chegam a ser ricos. Nada d'isto é digno de espanto, mas o que nos desgosta sobremaneira, é estarem-nos estes adventicios sempre a elogiar a riqueza e a formosura das suas terras, e a illustração dos seus patricios—e a lamentarem a nossa pobreza, a nossa falta de civilisação, o nosso atrazo em tudo!—A nós que os tirámos da miseria e dos andrajos. E ainda por cima querem que lhes fiquemos muito obrigados.

mio, Tiberio Graccho, Marco Manilio, Terencio Varro, Lucio Mumio, Quinto Fulvio Nobilior, Marco Atilio, Servio Galba, e Locullo —se muitas vezes venceram os lusitanos, muitas mais por elles foram vencidos e derrotados.

Tinham porem os lusitanos contra si a desvantagem da sua bôa fé, e a confiança sómente na sua bravura e abnegação; e de combaterem contra inimigos que não trepidavam ante a perfidia, a traição e o punhal do assassino.

Era pelos annos 153 antes de Jesus Christo—Galba, desenganado de que jámais venceria os lusitanos pela força das suas armas, sem que ondas de sangue romano alagassem os montes e valles da Peninsula, chama os lusitanos a um convenio, e sob as mais lisongeiras promessas de paz e liberdade, atráe um grande numero (alguns dizem 9:000) completamente desarmados—dizendo que do mesmo modo hiam os romanos—a um valle, cercado de montanhas, e alli os manda degolar todos, sem escapar um unico, a esta ignobil carnificina.[1]

Os lusitanos, justamente enraivecidos á vista de uma tão infame traição, juraram vingar cruelmente a morte dos seus irmãos, e cumpriram o seu juramento.

É então que, pela primeira vez, nos apparece o vulto poeticamente legendario do grande *Viriato, o herminio.*

Simples pastor, combate como soldado, entre poucos milhares de lusitanos, que se atrevem a atacar o pretor, Caio Vetilio; mas, succumbindo ao numero espantosamente superior do inimigo, veem-se obrigados a fugir precipitadamente para um monte escarpado, composto de rochedos quasi perpendiculares, e de grutas e barrancos, quasi inaccessiveis, com uma subida de 3 kilometros, ao qual os romanos chamavam *Herminio-minor* (para o distinguir da serra da Estrella, a que elles chamavam *Herminius-maior*) e ao qual nós hoje damos o nome de *serra do Marvão.* Vide *Marvão,* villa, a pag. 114, col. 2.ª, do 5.º vol.—e *Marvão,* serra, col. 1.ª (no fim) de pag. 117, do mesmo volume.

[1] A republica romana *fingiu* desgostar-se d'esta traição de Galba, e devemos confessar, que muitos patricios a fulminaram violentamente; porem Galba não soffreu outro castigo mais, do que ser substituido por Marco Vetilio.

Os lusitanos, em vista d'estes dois terriveis desastres, e vendo que por muitos inimigos que morressem em combate, nem por isso diminuia o seu numero, pois que o governo de Roma não cessava de arremeçar contra a Lusitania, legiões sobre legiões, estavam não só desanimados, mas até justamente aterrados.

Então, do meio dos grupos, se ergue a figura herculea de Viriato, e com palavras singelas, porem repassadas de amor da patria e da liberdade, os reanima, offerecendo-se para os conduzir aos combates e á victoria, e convidando-os a jurarem que, ou venceriam os romanos, ou morreriam todos, até ao ultimo, em defeza da patria.

As palavras de Viriato, e o juramento que todos corajosamente prestaram, fazem renascer nos corações d'estes heroes, os seus brios e intrepidez.

Viriato não poude reunir mais de 10:000 homens, numero insignificantissimo, comparado com o dos inimigos; mas, tinham jurado *vencer ou morrer*, e o seu juramento hade de cumprir-se.

As batalhas e as victorias dos lusitanos succedem-se umas ás outras. Os romanos reforçam as suas legiões, porem a fama das victorias de Viriato, tambem atráe ás suas hostes grande numero de novos e aguerridos batalhadores.

Viriato, vendo-se á frente de um já respeitavel numero de soldados, e de um bom corpo de cavallaria, vae atacar o pretor Marco Vetilio, junto a Tribola, e o derrota.[1]

[1] O systema seguido por Viriato, e que tão bons resultados lhe deu sempre, era—com a mais ligeira da sua cavallaria, simulava um ataque aos romanos. Estes, vendo o pequeno numero dos inimigos, marchavam contra elles. Viriato fugia a toda a brida, seguido dos romanos; mas, em um desfiladeiro, onde o grande numero se tornava inutil, e que se achava guarnecido pelos lusitanos, o seu chefe volvia á rectaguarda, e a derrota dos romanos era certa.

Os romanos fogem a recolher-se aos muros de Tartesso. Cinco mil homens vão em seu soccorro, mas Viriato os cerca e aniquilla, morrendo todos no combate, sem que um unico podesse levar aos seus, a relação d'esta derrota.

O chefe lusitano, á frente de um já formidavel exercito, entra victorioso na Hespanha citerior, impondo grandes contribuições de guerra, a todas as povoações que obedeciam aos romanos.

O governo de Roma, aterrado com tantas e tão terriveis derrotas, continúa a mandar legiões sobre legiões para a Lusitania, mas soffrem crueis derrotas, porque o exercito lusitano é tambem reforçado, correndo de toda a parte, cavalleiros e peões a alistar-se sob os seus pendões victoriosos.

No anno 145, antes de Jesus Christo, Cayo Plaucio, e Claudio Unimano, são derrotados por Viriato. Cayo Negídio, corre com numerosos reforços, em soccorro dos seus, mas é completamente desbaratado, junto ás famosas *Cavas de Viriato*, proximo a Viseu. Lélio, Lucio Hostilio, Mancino, Quinto Pompeu, Quinto Fabio Maximo Serviliano, Micipsa, Quinto Servilio Scipião, etc. todos, mais ou menos, souberam o que era combater contra homens que defendiam a sua patria e as suas familias, e que tinham jurado morrer ou vencer. Até essa temerosa cavallaria munída—que se havia tornado alliada dos romanos—succumbiu aos golpes dos indomitos cavalleiros lusitanos.

O pretor Cayo Lelio, foi o menos infeliz dos generaes romanos, obtendo algumas ainda que insignificantes victorias, com as quaes Roma exultou, pois estava só costumada a derrotas sobre derrotas.

A republica romana, vendo que a Lusitania era o sepulchro das suas mais intrepidas legiões e dos seus melhores generaes, decide terminar a guerra, e manda Fábio Emiliano, com um reforço de 15:000 peões e 2:000 cavalleiros, reunir-se ás tropas de Cayo Lelio. Veriato vôa contra elles, e os desbarata, junto a Ossuna.

Fábio Emiliano junta os restos do seu exercito, e dá inopinadamente sobre os lusitanos, derrotando-os, junto á Beja; mas Viriato, pouco tempo lhe deu de cantar victoria. Reune novas tropas, e, seguindo os romanos, fica victorioso em varios recontros, obrigando o inimigo a encurralar-se em Córdova, e marcha victorioso até Granada e Murcia.

Os povos de Hespanha, enthusiasmados com as repetidas e brilhantes victorias de Viriato, lhe prodigalizaram dinheiro e toda a qualidade de munições, revoltando-se uma grande parte d'elles contra o dominio dos romanos.

Roma tenta o ultimo esforço, para recuperar o seu dominio na Peninsula hispanica, mandando os seus dois melhores generaes—Quinto Metello, contra os celtiberos, e Quinto Serviliano, contra os lusitanos.

Serviliano, duas vezes desbaratado pelos lusitanos, no anno 144 antes de Jesus-Christo, é constrangido a assignar um tratado, no qual reconhece a independencia da Lusitania, e a auctoridade de Viriato!

A republica romana, porem, não ratifica este tratado, e manda á Lusitania o general Scipião, com ordem de concluir a guerra a todo o trance.

Este romano, deshonrou para sempre o seu nome e a sua patria, pois, vendo que lhe era impossivel vencer em batalha leal, o heroico chefe lusitano, emprega o recurso dos cobardes—a traição—e compra trez estrangeiros, ao serviço de Viriato, que em uma noite do anno 144 antes de J.-C., o degolam na sua tenda.

Assim terminou, pela mais ignobil das perfidias, a vida gloriosa d'este chefe legendario, com certeza um dos maiores vultos que honram e enobrecem as brilhantes paginas da nossa historia. Mas, se Viriato succumbiu ao punhal de cobardes traidores, o seu nome e a fama dos seus feitos portentosos, será indelevel, em quanto nos filhos d'esta terra palpitar um coração verdadeiramente portuguez.

—

No plató de um monte que fica junto a esta aldeia da *Póvoa-Velha*, está a poetica ermida de *Nossa Senhora do Pranto* (ou *da Piedade*, ou *do Pé da Cruz*) mas vulgarmente

denominada, *Nossa Senhora do Espinheiro.* Tem o Senhor morto nos braços.

É um templo tão antigo, que ninguem sabe a época da sua fundação. Apenas diz a lenda, que a imagem da Senhora foi achada sobre um espinheiro, e d'aqui lhe provem o titulo. Está sentada, e, n'esta posição, tem 1^m,10 d'alto, vindo portanto a ser de estatura quasi regular. É de pedra e revela muita antiguidade.

O plató onde está a capella, é bastante espaçoso, e com extensos horisontes, pois d'aqui se descobre o rio Alva, que fica a mais de 6 kilometros de distancia; e terra de trez bispados (Coimbra, Viseu e Lamego) e, se não fosse uma serra que fica ao E., vêr-se-hia quasi todo o bispado da Guarda.

O templo é vasto, [com cruseiro e corpo da egreja, tendo n'este dois altares lateraes. Na capella-mór, está o altar principal, e n'elle a imagem da padroeira.

Junto á egreja ha a residencia do eremitão (que já teve) e varias casas para abrigo dos romeiros, que concorrem de muitas leguas em redor, a visitar a Senhora.

Tem uma confraria, que cuida no aceio e conservação do templo, e faz a festa á padroeira.

POVOLÍDE—freguezia, Beira Alta, concelho, comarca, districto administrativo, bispado e 9 kilometros de Viseu, 300 ao N. de Lisboa, 500 fogos—em 1757, tinha 44 fogos. [1] —Orago, S. Pedro, apostolo.

Os condes de Povolíde, senhores d'esta freguezia, apresentavam o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. [2]

Foi villa, e D. Manoel lhe deu foral, em Lisboa, a 17 de abril de 1513, (*Livro dos foraes novos da Beira,* fl. 60, col. 1.ª)

O padre Carvalho, diz que D. Affonso III lhe deu foral, mas Franklim não o menciona.

O primeiro conde de Povolíde, foi Tristão da Cunha e Athaide, feito por D. João V, em 6 de janeiro de 1709. Era descendente do famoso Tristão da Cunha, que descobriu as ilhas do seu nome e a de Madagascar (S. Lourenço) em 10 de julho de 1506—que em 1507, na companhia do vice-rei, D. Francisco d'Almeida, do filho d'este (D. Lourenço d'Almeida) e de Nuno da Cunha, queimaram 18 naus de Meca e de Calecut, em Panane—e que, em 1514, foi mandado pelo rei D. Manoel, como embaixador ao papa Leão X, levando-lhe o mais bello e rico presente que até hoje tem visto o mundo.

A ascendencia dos condes de Povolíde é a seguinte:

D. Guterre, cavalleiro francez, natural da Gascunha, veio para Portugal em 1093 com o conde D. Henrique, e este, em paga dos serviços que d'elle recebêra, lhe deu varios senhorios e o prenome de, *dom.* Seu neto, D. Gomes Lourenço, foi padrinho do rei D. Diniz. O sexto administrador d'estes vinculos casou com D. Isabel Pereira, irman do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e d'este consorcio nasceu João Pereira Agostim da Cunha, um dos 12 celebrados cavalleiros d'Inglaterra, e Gil Vasques da Cunha (a que outros dão o nome de Martim Vasques da Cunha) que foi para Castella e lá casou com D. Brites, filha de D. João de Portugal, filho de D. Pedro I, e de D. Ignez de Castro. D'este infante procedem muitas e nobilissimas familias de Hespanha e Portugal.

O primeiro d'esta familia que tomou o appellido de Cunha, foi D. Payo Guterres, e lh'o deu D. Affonso Henriques, por occasião da tomada de Lisboa aos mouros (4.º vol., pag. 364, col. 1.ª)

Luiz José da Cunha Gran Athayde e Mello, 4.º conde e 11.º senhor de Povolide, foi commendador da ordem de Christo, tenente coronel ajudante d'ordens das armas da côrte e provincia da Estremadura. Succedeu a seu pae em 17 de Janeiro de 1792. Tinha nascido em 3 de setembro de 1778 e falleceu em 11 de julho de 1833.

Casou em 3 de fevereiro de 1813 com D. Maria Benedita Patrocinio de Castro, nascida a 14 de novembro de 1780. Era filha dos segundos condes de Rézende, D. José

[1] Parece-me engano do *Portugal Sacro*: não podia ter tão poucos fogos ha 120 annos.

[2] Os condes de Povolide, eram tambem senhores da villa (hoje despovoada) de *Castro-Verde* na serra da Estrella. Vide *Pinhanços,* no fim.

Luiz de Castro e Azevedo, 16.º almirante de Portugal, capitão da guarda real dos archeiros, gran-cruz da ordem de S. Bento d'Aviz, conselheiro de guerra, vice-rei do Brasil, e tenente general do exercito; que tinha nascido a 19 d'agosto de 1751, e falleceu em 23 de março de 1819—e da condeça D. Maria do Resgate de Noronha, nascida a 6 de outubro de 1749, e fallecida a 14 de julho de 1822.

Este 4.º conde e 11.º senhor de Povolide, teve os irmãos seguintes:

D. Barbara—dama da rainha D. Maria I, nascida a 10 de setembro de 1776.

D. Maria Helena—que depois foi condessa de Valladares, nascida a 29 de outubro de 1777.

Luiz José—que foi o 4.º conde, e morreu sem descendentes.

D. Ignez José—que foi marqueza de Torres Novas, nascida a 2 de dezembro de 1780.

Francisco—que succedeu na casa de seu irmão, e nasceu a 28 de abril de 1783, fallecendo em 1837.

Antonio—que foi conde de Cintra, nascido a 26 de outubro de 1784.

D. José Maria da Cunha—monsenhor da extincta patriarchal, enfermeiro-mór do hospital real de S. José, até 24 de julho de 1833. Tinha nascido a 17 de julho de 1787 e falleceu a 5 de agosto de 1867.

D. Miguel—tambem monsenhor da extincta patriarchal, e nascido a 23 de agosto de 1789.

João—veador da rainha D. Carlota Joa quina, commendador da ordem de Christo e major de cavallaria, que tinha nascido a 19 de novembro de 1790.

D. Constança—nascida a 19 de agosto de 1791, e fallecida a 9 de junho de 1806.

—

Foi 3.º conde de Povolide, e pae dos dez filhos mencionados—José da Cunha Gran Athayde e Mello, 10.º senhor da mesma villa, gentil-homem da camara de D. Maria I, gran cruz da ordem de Christo, governador e capitão-general de Pernambuco e Bahia, e presidente da camara de Lisboa. Succedeu a seu pae no dia 30 de janeiro de 1761, havendo nascido em 23 de junho de 1734, e falleceu a 17 de janeiro de 1792.

Casou em junho de 1775 com D. Maria da Silva, filha dos primeiros marquezes de Vagos, e sextos condes d'Aveiras, Francisco da Silva Tello de Menezes, gran cruz da ordem de Christo, conselheiro de guerra, general d'artilheria, governador das armas do norte e provincia da Extremadura, e de D. Barbara José da Gama, da familia dos marquezes de Niza.

O primeiro conde de Povolide, foi Tristão da Cunha e Athayde (descendente do famoso Tristão da Cunha, descobridor das ilhas do seu nome, como já disse) feito por D. João V, em 6 de janeiro de 1709.—Eram senhores de Povolide, por mercê de D. Affonso V, feita em 24 de julho de 1464.

São pois os condes de Povolide que formam o ramo principal, e por varonia, dos Cunhas, de Portugal.—O seu palacio, em Lisboa, era no largo da Annunciada.

Suas armas são—em campo d'ouro nove cunhas d'azul (de ferro) formadas e postas em trez palas, e as quinas de Portugal sobre uma orladura de prata.

Este titulo extinguiu-se pelo fallecimento do 6.º e ultimo conde—D. Francisco da Cunha e Athayde.

—

Ha n'esta freguezia a quinta de Villa Nova do Rego, pertencente a uma nobre familia d'esta provincia. É sua actual proprietaria a sr.ª D. Anna Leopoldina Carvalho e Albuquerque, da nobre casa da Villa da Egreja, viuva de Alexandre de Miranda Godinho, natural da villa d'Avô e residente n'esta quinta, que morreu na Figueira da Foz, achando-se ali a banhos com sua familia, em novembro de 1876.

POVOS—villa e freguezia, Extremadura, comarca, concelho, e 3 kilometros ao N. de Villa Franca de Xira (foi da comarca de Torres-Vedras)—3 kilometros ao S.O. da Castanheira — districto administrativo, patriarchado e 36 kilometros ao nordeste de Lisboa, 100 fogos, em 1757 tinha 53.—Orago, Nossa Senhora d'Assumpção.

A casa do infantado apresentava o prior

que tinha 600:000 réis de rendimento annual.

D. Sancho I, lhe deu foral em Lisboa, em janeiro de 1195, confirmado por D. Affonso II, em Santarem, em fevereiro de 1218—vide maço 12 de *foraes antigos,* n.º 3, fl. 30, verso, col. 2.ª—e *Livro de foraes antigos de leitura nova,* fl. 6, col. 2.ª—(Ainda então existia o antigo castello.)

Veja-se tambem a sentença de 25 de janeiro de 1431, gaveta 3, maço 4, n.º 4.

D. Manoel lhe deu foral novo em Santarem, no 1.º de junho de 1510. *Livro de foraes novos da Extremadura,* fl. 47, col. 2.ª)

—

Esta povoação está situada em uma bonita planicie sobre a margem direita do Tejo. Diz-se que foi fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1898 annos antes de Jesus-Christo, com o nome de Jerabrica ou Hierabrica, ou Gerabrica. [1]

Tem por armas um castello da sua côr, debaixo d'uma oliveira verde. A oliveira allude á abundancia d'estas arvores no sitio, e o castello a ter sido fortificada.

Foi cidade muito florescente no tempo do imperador Augusto Cesar; os arabes a destruiram em 317, ficando de pé sómente a fortaleza. Esteve deserta até 1194, data em que D. Sancho I, a mandou povoar, dandolhe foral com grandes privilegios.

Teve no tempo dos romanos um vasto e forte castello—segundo uns, fundado no alto, onde depois se construiu o palacio dos condes da Castanheira, e segundo outros no sitio onde depois se fundou o mosteiro de frades capuchos de Santo Antonio.

É terra muito abundante d'aguas, que a tornam muito fertil em cereaes, vinho, azeite, fructos e legumes. Cria bastante gado, nos seus montes ha muita caça, e o Tejo lhe fornece peixe.

É uma das povoações mais arborisadas d'esta margem, e está collocada entre as villas da Castanheira e Villa Franca.

Pelo meio da villa passa a estrada real de primeira classe de Lisboa para o Porto e provincias do norte, e ao sul da povoação, nos limites da freguezia, a linha ferrea do norte e leste.

—

É provavel que a antiguidade attribuida a esta villa não passe de uma fabula inventada por alguns sonhadores, do principio da nossa monarchia; é porem certo que já existia no tempo dos romanos e que foi povoação importante, como escala entre *Ulyssipo* (Lisboa) e *Scalabis* (Santarem.)

Julga-se que conservou o seu antigo nome, ainda depois de povoada pelos portuguezes, e que o actual lhe foi dado pelo povo, por ser habitada por francezes, inglezes e *povos* d'outras nações que tinham vindo ajudar D. Affonso Henriques na conquista de Lisboa.

Por estes sitios tem apparecido em varias épocas sepulturas e medalhas romanas, o que prova que, ainda que não fosse aqui a Jerabrica, existiu no mesmo local uma povoação antiga, qualquer que fosse o seu nome.

—

O senhorio d'esta villa andou na familia dos condes da Castanheira até ao reinado de D. João IV, passando então para a casa do infantado.

Esta villa tem diminuido muito de população, pois ainda no principio do seculo 18.º contava 350 fogos.

Tem Misericordia e hospital, com poucos rendimentos.

Tanto na villa como nos seus arredores ha muitas fontes d'agua potavel e trez ermidas.

A povoação está quasi escondida por olivaes, pomares e arvores silvestres que a cercam.

Nas faldas dos montes, proximos da povoação, ha bonitas quintas com boas casas de campo.

Na coroa d'um d'estes montes está o templo do Senhor Jesus da Boa Morte (que foi a primeira matriz, com a invocação de *Santa Maria de Povos.*) É muito antigo mas da primeira edificação só existe a capella-mór, pois o corpo da egreja foi reconstruido nos

[1] Outros sustentam que Jerabrica é a actual Alemquer, o que julgo menos fundamentado.—(Vide *Alemquer.*)

principios d'este seculo, e foi então que se mudou a sua antiga invocação.

Segundo a tradição, este templo já existia antes da invasão dos mouros, em 716.

Um marco de pedra que se vê junto da egreja, com a cruz dos templarios e um *signo de Salomão,* toscamente esculpidos, e varias lapides sepulchraes que ali se descobriram, tendo por emblema a cruz e a espada dos cavalleiros do templo, attestam que a egreja foi fundada pelos templarios, ou lhes pertenceu. O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 foi o que damnificou o corpo da egreja.

No mesmo monte, em frente da egreja, ha umas rochas, nas quaes ainda ha poucos annos se viam cavadas varias sepulturas, umas inteiras, outras arrombadas. Segundo o sr. I. V. Barbosa, eram phenicias ou romanas; mas parece-me mais provavel serem arabes, por que os phenicios e os romanos queimavam os cadaveres. Em 1839 se acharam em uma escavação, duas sepulturas intactas, com esqueletos dentro, e todos sabem que os arabes enterravam os cadaveres dos seus parentes: é verdade que em uma d'ellas se achou uma moeda romana, mas isto não prova que as sepulturas fossem do tempo d'estes dominadores do mundo. E se estes esqueletos datassem de tão remota antiguidade, por certo se desfariam ao contacto do ar athmospherico, o que não aconteceu.

Na outra sepultura se achou um pente que parecia de tartaruga, com vestigios de douramento.

—

O termo de Povos é tambem muito fertil.

—

A primeira matriz era (como disse) a egreja de *Santa Maria de Povos,* que está junto ao palacio dos antigos condes da Castanheira, e que se diz construida no reinado de D. Sancho I. Como a povoação se fosse estendendo para a planicie, e a egreja ficasse distante, se fez a nova matriz, na povoação, e é templo sumptuoso.

Por muitos annos foi a egreja matriz d'esta villa a parochial não só d'esta freguezia mas de muitas villas e povoações que depois se constituiram em freguezias indepentes, nas circumvisinhanças.

Os parochos d'esta villa gosaram antigamente de muitos e grandes privilegios, que por incuria perderam, e eram obrigados a hir todos os domingos e dias santificados dizer missa na primitiva egreja matriz.

—

Se esta povoação foi a antiga Jerabrica, por ella passavam duas vias militares romanas—uma de Lisboa a Merida, outra de Lisboa a Braga.

—

A ignorancia dos cabouqueiros destruiu varios monumentos dos templarios, que se achavam junto da velha matriz, reduzindo a alvenaria, para diversas construcções, as pedras que os formavam.

—

Ainda existem fóra da egreja, servindo de assento, restos d'uma campa onde se lê o seguinte:

AQUI JAZ MARIA PINTA
QUE FALLECEU..... DE....
1569.

—

A imagem do Senhor Jesus da Boa Morte, é objecto de grande devoção dos habitantes d'esta villa e de muitas povoações em redor. Festeja-se com grande pompa em maio, sendo uma das romarias mais concorridas do Riba-Tejo.

POYAR—portuguez antigo—subir, trepar, fazer poyo ou escalão de alguma cousa para tomar um posto ou logar mais eminente. «*Cortavão braços e mãos a todos aquelles, que viam travar nas bordas para* poyar *acima das gallés.*» Zurara, *Chronica do conde D. Pedro,* livro 1.º cap. 80.)

POYMENTO—portuguez antigo—posição, postura, acção de pôr alguma coisa. (Doc. das freiras bentas, do Porto, de 1380.)

POYO—portuguez antigo—na baixa latinidade se chamava *podium* ao monte, outeiro ou collina mais alta de qualquer localidade. D'aqui veio o nome a varios montes d'este reino.

Tambem, pela tal ou qual semelhança com um poyo, se dava ao pão de fórma pyrami-

dal o nome de *poya*. Este pão se pagava aos forneiros pela cozedura da fornada. Mais tarde se deu o nome de poya, a um bolo feito de trigo, ovos e manteiga. Tambem se dava o nome de *poyo*, nos mosteiros de S. Bernardo e S. Domingos — á casa que precedia o refeitorio, e á qual nos mosteiros das outras ordens se chamava, *de profundis*, por n'ella se rezar este psalmo, antes de entrarem para o refeitorio.

Ainda em muitas terras se denomina *forno da poya* aquelle em que os povos cozem o seu pão, mediante o pagamento de certas *poyas* na proporção da fornada.

PRAÇA—antigamente não tinha esta palavra a significação que hoje se lhe dá; queria dizer—*publica e claramente.*

Tambem significava dar praça ou campo para um combate.

PRAÇA DA PALHA — antigo sitio na Ribeira Velha, em Lisboa. É notavel porque, constando a D. João II, que n'esta praça vivia um cavalleiro que dava casa de jogo, com pregão de justiça lhe mandou lançar fogo, no dia primeiro de junho de 1490; como a casa era de tabique, ficou completamente reduzida a cinzas.

PRAÇAS DE GUERRA—Vide 4.º vol., pag. 481, col. 1.ª, e seguintes.

PRADO (Costa nova do)—já a paginas 411, col. 1.ª do 2.º vol., escrevi sobre esta povoação; mas como desde essa época teem occorrido factos que merecem ser mencionados, dal-os-hei aqui, como additamento.

Já disse que este sitio é muito formoso, e na verdade, d'elle se disfructa um lindissimo panorama. Veem-se muitas povoações, alvejando nas encostas. Ao sul se descobre uma bella cordilheira de penhascos e as serras da Louzan e do Bussaco. Para o norte se veem tambem alcantiladas serranias, sendo as principaes—o Caramullo, Bôlho, Talhadas e Camara; assim como a espaçosa ria, onde estão fundeados varios navios, e cortada em todas as direcções por barcos miudos, tendo as suas margens semeadas de montes piramidaes de sal cristalino.

Vê-se tambem uma vasta extensão do Oceano, a *Barra Nova*, aberta em 1808, com o dispendio de cento e tantos contos de réis —e o *forte da barra*, construido com a maior parte da cantaria e alvenaria da muralha da cidade, mandada fazer pelo infante D. Pedro (filho de D. João I, e tio e sogro de D. Affonso V) quando regente, entre os annos de 1440 e 1448.

Ha aqui uma capella dedicada a S. Jacintho, de forma polygonal, e architectura singela, mas elegante. Para E. vêem-se as lindas margens da ria e os casaes da Gafanha, magnificas fazendas, onde pasta grande numero d'animaes de varias especies, alvejando por entre o arvoredo differentes casas de habitação. Mais alem se vê a capella de Nossa Senhora, mandada fazer por uma velha devota, chamada Joanna Gramatta. Tem capellão privativo.

No ultimo domingo de Setembro se faz aqui grande festa e romaria a Nossa Senhora da Saude, vindo todos os romeiros em barcos adornados de flores e bandeiras, o que dá um timbre particular a esta festividade.

Deve-se a construcção d'esta ermida á iniciativa do devoto padre, frei José da Paixão, já fallecido.

A primeira festa teve logar em 1837, e desde então se tem repetido todos os annos, havendo tambem grande arraial na vespera, queimando-se então muito fogo preso e solto.

A romagem dura trez dias, recebendo a Senhora, por essa occasião, muitas e valiosas offertas em dinheiro, cera, etc.

—

Tambem aqui se festeja com grande pompa a imagem de Santo Amaro, havendo na vespera grande arraial, queimando-se muito fogo d'artificio, subindo tambem ao ar balões aerostaticos, etc.

—

Em 18 de setembro de 1876, praticou-se n'esta povoação um acto de heroismo, muito digno de registar-se.

Na tarde d'esse dia, dirigindo-se para terra um barco de pesca, tripulado por 35 homens, com mar embravecido, e densa cerração que lhes não permittia vêr a costa, um medonho vagalhão cahe sobre o barco, alaga-o e lhe quebra o leme. O perigo era imminente, e os pobres nautas já não esperavam

salvação. Os companheiros que os aguardavam em terra, não lhes podiam valer, por que tambem corriam o perigo d'uma morte inevitavel.

As mulheres e os filhos dos pobres pescadores, tornavam o quadro mais lugubre, com gritos e prantos de ensurdecer. Por entre este clamor medonho, do meio d'aquella multidão desesperada, ao contemplar a tristesa do espectaculo, avança um homem, tendo na mão a extremidade de uma corda; todos os corações palpitam, apontando-o já como mais uma victima. Esse homem, pescador tambem, arremeça-se intrepidamente ás ondas furiosas, lucta com ellas, nadando, e consegue aproximar-se do barco. Falta vencer a difficuldade maior, que era prender o gancho da corda em uma argola que estava debaixo d'agua. O heroe não hesita, mergulha, engata o gancho, e assim salvou 36 vidas.

Chama-se este denodado homem, Antonio dos Santos da Renta.

Dá ainda maior realce a este acto d'abnegação e intrepidez, ser viuvo e pobrissimo, vivendo exclusivamente da vida de pescador, e pae de seis filhas, das quaes a mais velha apenas conta onze annos.

Foi a Providencia que o levou n'este momento áquellas praias, onde não tinha hido, havia mais de dez annos. Fôra ali n'esse dia para pedir a um cavalheiro, que estava a banhos, se interessasse pela admissão d'uma filha sua, no azylo de José Estevão.

Antonio dos Santos, foi agraciado com a medalha de prata, em outubro do mesmo anno, e o sr. Simeão Pinto de Mesquita, respeitavel cavalheiro, de Villa Verde, concelho de Louzada, mandou ao sr. Antonio Augusto de Souza Maia, proprietario do jornal *Districto d'Aveiro*, vinte e cinco mil réis para entregar a Antonio dos Santos—e a associação da instrucção popular de Coimbra, concedeu-lhe o diploma de socio benemerito.

—

Em setembro de 1836, as sr.as D. Maria Emilia de Moraes Sarmento, e sua nora, D. Adelaide de Moraes Sarmento, offereceram um manto, bordado a ouro, a Nossa Senhora da Saude, da Costa Nova do Prado. É objecto de grande riqueza e bordado com admiravel perfeição. Foi em cumprimento d'um voto, feito á Senhora, por haver concedido saude a um filho de D. Adelaide.

PRADO (vulgarmente *Ponte do Prado*)—villa, Minho, comarca e concelho de Villa Verde (foi da comarca e concelho de Pico de Regalados)—6 kilometros ao N.O. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.—600 fogos, em duas freguezias (Santa Maria 400—S. Miguel 200)—arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o reitor da freguezia de Santa Maria (Nossa Senhora da Purificação) que tinha 160$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia tinha em 1757—226 fogos.

A freguezia de S. Miguel, era da mesma apresentação, e o abbade tinha 550$000 réis de rendimento annual. Em 1757 tinha 157 fogos. Vê-se pois que em 120 annos tem esta freguezia augmentado em população 217 fogos.

Esta villa era cabeça de um concelho muito antigo, com camara, paços do concelho, juiz e mais empregados, e pertenceu antigamente á comarca de Vianna. Este concelho foi supprimido em 24 de outubro de 1855. Tinha 2:200 fogos.

O abbade de S. Miguel apresentava o cura d'Atães, que era curato annexo.

—

Foram naturaes d'esta villa, Amaro de Barros, famoso cirurgião do seu tempo—e o padre João Rebello, da companhia de Jesus, que professou no collegio de Braga. Empregou a sua vida no pulpito e no confessionario, sugeitando-se constantemente ás mais austeras penitencias. Escrevia perfeitamente, existindo do seu punho a *Historia dos milagres do Rosario*—*Commentario á doutrina do padre Marcos Jorge*—*Vida de Christo*—e *Manual d'orações*, alem de outras obras de menos importancia.

Falleceu a 14 de junho de 1602.

—

Está esta villa situada na margem direita do rio Cávado, e junto de um regato que vem de Moure. Foi fundada (ou reedificada) por D. Affonso III que, segundo o padre Car-

valho, lhe deu foral em 1360, porem Franklin não faz menção d'este foral. Não tem foral novo.

Foi terra doentia e subjeita a febres intermittentes, em consequencia dos pantanos que n'ella havia, e que hoje estão quasi seccos, e a freguezia se tornou saudavel.

—

Pretendem alguns auctores, que esta povoação já existia no tempo dos romanos; e é certo que passava por aqui a via militar de Braga a Astorga.

A pouca distancia d'esta villa, e a 6 kilometros de Braga, se achou, pelos annos de 1730, parte de um marco milliar, com 1,m32 de alto, com os restos de uma inscripção, illegivel por falta de muitas letras. As que se podiam ler, diziam:

VI... AVG. E. DE
.... AVG. PONT.....
IMP. VIII. CONS.
POTEST.
GARAV. C.

É provavel que estas letras fossem erradamente copiadas: talvez fosse:

VESP. AVG. F. DE
AVG. PONT...
IMP. VIII. CONS....
POTEST.....
BRACAR.... C...

Assim apenas se pode traduzir — *Vespasiano Augusto, filho, pontifice... imperador, oito vezes consul do poder tribunicio. D'aqui a Braga... c...*

Este Vespasiano, devia ser Tito Augusto Vespasiano, filho de Vespasiano Augusto. Aquelle foi elevado a imperador, por morte de seu pae, no anno 75 da era christan.

Foi seu questor na Lusitania, o célebre naturalista Plinio.

Foi no tempo d'este imperador, que a Lusitania se dividiu em trez comarcas—Lerida, Beja e Santarem. Imperou até ao anno 81 de Jesus-Christo.

Este marco milliar era sem duvida pertencente á via militar que pela Ponte do Prado, hia a Ponte de Lima.

Pouco tempo depois, se achou outro marco milliar, em um regato, que passa ao lado da villa, e os pedreiros o tornaram a enterrar, no entulho da ponte que fizeram no mesmo regato.

Tanto na villa, como nos arredores, se teem descoberto muitos vestigios de ter aqui existido uma povoação romana, sendo—tijolos antiquissimos, sepulchros com vazos contendo cinzas, e outros objectos archeologicos.

Quando se abandonou a antiga matriz, se acharam no corpo da egreja algumas sepulturas, com ossadas humanas, e cáveiras, de individuos de grande corpulencia. Talvez fossem de cavalleiros do Templo, primeiros senhores d'esta egreja.

Passada a ponte, a via militar romana inclinava para O., até ao sitio, hoje chamado Tojadas: d'ahi por Freiriz, Portella e outros logares, proseguia, convergindo com a actual estrada de Ponte do Lima, e d'ahi se dirigia ao concelho de Coura, como se infere de dois marcos milliares que existem na egreja de S. Bartholomeu das Antas, os quaes foram para ahi transferidos, do alto do monte, por onde corria aquella via militar.

Uma d'ellas tem a seguinte inscripção:

D. N.
MAGNO
MAXENTIO
... IR. IMPERATORI
AVG.
P. T. C.
B. N. R. P. N.
XXXI.

isto é—*Ao nosso senhor, Magno Maxencio, irmão do imperador Augusto, nascido para bem da republica.*

A outra diz:

MAG.
FILIO
THEO...
NEPOS

Parece querer dizer:

O neto de Theodosio Magno dedicou esta memoria a seu pae.

Quando se reconstruiu a ponte do Prado,

pelos annos de 1710, foi encontrado um marco milliar, com esta inscripção:

IMP. CAESAR. DIV. F. AVG.
PONT. MAXIMUS IMP. XV. CONSUL.
XIII. TRIB. POTEST. XXXIV. PATER.
PATRIAE. BRAC.
I.I.I.I.

Quer dizer:—*O imperador Augusto Cesar, filho de divo Augusto, Pontifice Maximo, 15 vezes consul, 13 vezes tribuno e 34 vezes pae da patria. D'aqui a Braga 4:000 passos.*

Como se vê, esta inscripção não tem data, mas devia ser lavrada pelos annos *11* ou *12* de Jesus-Christo. (O imperador Augusto falleceu no anno 14 da era christan.)

Segundo a lenda, quando os reis de Leão o eram tambem de Portugal e Galliza, um d'elles (não se sabe qual) estando em Braga, se enamorou de uma illustre dona, chamada Branca Guterres da Silva, senhora da villa do Prado, e aqui residente. Como a ponte do Prado estivesse arruinada, o tal rei a mandou reedificar, para, sem obstaculos, poder a toda a hora visitar a dama dos seus pensamentos. Consta que d'este rei e de D. Branca, procede a illustre familia dos *Prados*, e que porisso traziam as mesmas armas que os Silvas, mudando sómente a côr do leão, em negro, para denotar que a escuridade da noite encobria estes amores.

O que é certo, é que em 1510 houve no Cávado uma grande cheia, que demoliu esta ponte, achando-se então, nas suas ruinas, uma pedra com esta inscripção:

BLANCA. ET BLANCAE. ET REX
LEGIONIS FECERUNT.

Esta pedra prova a verdade da tradição dos amores do tal rei leonez com D. Branca Guterres da Silva, principalmente se a primeira palavra da segunda linha estiver errada (como parece provavel) e for *Leonis* em vez de *legiones*.

—

Pretendem alguns escriptores que o eloquente e patriotico doutor João Affonso das Regras, era natural d'esta villa, porém o sr. Pinheiro Chagas, e outros, sustentam que era natural de Lisboa. (Vid. o 1.º vol., pag. 379, col. 2.ª)

—

O senhorio d'esta villa pertenceu a diversos fidalgos, até que D. João III o deu com o titulo de condado, a D. Pedro de Sousa, senhor de Beringel, alcaide mór de Béja e d'Alcacer do Sal, e capitão-mór d'Azamôr, em recompensa dos grandes serviços prestados nas guerras d'Africa.

D. Pedro de Sousa, descendia de D. Martim Affonso Chichôrro, filho bastardo de el-rei D. Affonso III e de D. Ignez Lourenço de Sousa, da nobilissima familia dos Sousas, d'onde procedem os condes do Prado e outras familias illustres d'este reino, varias vezes ligadas por casamentos com a familia real, e os seus primogenitos foram mais tarde elevados a condes de Miranda, marquezes d'Arronches e por fim duques de Lafões.

D. Francisco de Sousa, neto de D. Pedro de Sousa, e terceiro conde do Prado, foi feito marquez de Minas, por D. Pedro II.

O primeiro marquez de Minas, foi outro D. Francisco de Sousa (da mesma familia) feito por Philippe III, em 2 de janeiro de 1608.

—

A villa do Prado é uma povoação pequena e de pouco movimento commercial.

A primeira e então unica matriz d'esta villa foi a egreja de S. Thiago de Francellos, hoje capella particular.

Esta capella, de pobre e singular architectura, denota muita antiguidade. Está no ponto mais alto da freguezia, ao N., cercada de velhos e corpulentos carvalhos, e outras arvores.

Fazem-se aqui algumas festividades, por devoção de particulares, porque a ermida não tem rendas.

Já disse que a villa era pouco saudavel, em consequencia da grande abundancia d'aguas que alagavam os campos, mas davam-lhe ao mesmo tempo grande fertilidade, frescura e belleza, e por toda a parte, em redor da villa, se vê frondoso arvoredo (principalmente carvalhos e castanheiros) e prados sempre ver-

dejantes, semeados de flores e regados perennemente por innumeros mananciaes de agua. É a estes prados que a villa deve o seu nome.

O seu termo é abundante em cereaes, legumes, vinho verde, (que já exporta para o reino e fóra d'elle) fructas, linho e algum azeite. Cria-se por aqui muito gado de todas as especies, principalmente bovino, que se exporta para Inglaterra.

—

Esta parochia pertenceu, desde o principio da monarchia, á ordem do Templo, e quando o rei D. Diniz a supprimiu, em 1311, passaram a maior parte das suas casas e fóros para a nova ordem de Christo, por elle instituida em 1319; mas antes d'esse anno, o mesmo monarcha deu a freguezia de S. Thiago de Francellos, primeira matriz da villa, á Sé de Braga. Até 1834 teve dois juizes ordinarios, tres vereadores, procurador do concelho, juiz dos orphãos, meirinho, escrivão da camara e quatro tabelliães, tudo provido pelos seus condes. Tinha capitão-mór com quatro companhias d'ordenanças, e tem mercado de 15 em 15 dias, ás quintas feiras, e feira annual a 20 de janeiro (dia de S. Sebastião) no largo onde está a capella do Bom-Successo.

Ha, além d'isso, um mercado, em todas as sextas feiras da quaresma, denominado *feira da Farrapa.*

—

Entre os senhores d'esta villa, se contam os Sequeiras Soares Albergarias e Mellos, senhores da Torre e Solar do Outeiro de Pondras, d'este extincto concelho, e da Torre e Paço que na mesma parochia ainda conserva aquella familia.

Procedem de Fernão Soares d'Albergaria, filho de Fernão Gonçalves de Santar, a quem D. João I deu os senhorios do Barreiro, Cannas de Sabugosa, Senhorim e Santar. Casou com D. Catharina Orjas Soares, filha de Diogo Soares d'Albergaria, senhor do morgado de S. Matheus, em Lisboa, que seus successores perderam por tomar o partido de Castella, em 1384.

Pelos Soares, procedem de Soeiro Gonçalves de Barbudo e de D. Thereza Pires de Novaes, senhores da Torre e Solar de Novaes, proximo á villa.

Estevão Soares de Mello, commetteu tantos e tão graves delictos, que D. João III lhe tirou todos os vinculos de seus ascendentes, em 1538, e os tribunaes o condemnaram a degredo perpetuo, em contemplação da nobreza de seus antepassados, e dos serviços que haviam prestado á patria; pois que entre os seus varios crimes, havia inclusivamente assassinatos. Foi então que o referido monarcha fez conde do Prado a D. Pedro de Sousa, como já fica dito.

—

Grandra diz que em 1146 Martim Dias de Prado, natural d'esta villa, se passára para D. Affonso 7.º, de Leão (primo de D. Affonso Henriques) e que d'elle procedem os Prados e Chichôrros.

O mesmo escriptor diz, que nos tempos antigos, o rio Cávado era muito mais piscoso do que actualmente, havendo lanços de 30 e 40 salmões; e que na antiguidade se extrahiam das suas margens areias d'ouro, jacinthos e ametistas.

—

Segundo os manuscriptos da Bibliotheca Palmella, o appellido Prado, muito nobre n'este reino, veiu da Galliza, tomado do senhorio do Prado, n'aquelle reino. Passou a Portugal no tempo dos nossos primeiros monarchas, como se collige das *Inquirições* do rei D. Diniz; e na egreja do mosteiro de S. Domingos (hoje matriz da parochia de Santa Justa e Rufina) em Lisboa, tem a capella dos Santos Reis, que é a cabeça do morgado que tinham em Portugal. Tambem alli tinham sepultura propria.

Frei Manuel de Santo Antonio, não diz quem foi o gallego que passou a Portugal com este appellido.

As armas dos Prados, sem mistura d'outras armas que depois lhe juntaram, por casamento, são—em campo d'ouro um pinheiro verde com pinhas de prata, e junto d'elle um leão, de negro, passante. Timbre o meio leão do escudo. Assim se acham no livro dos Reis d'Armas; porém, Antonio Soares d'Albergaria, a fl. 162, v., lhe dá por timbre — meia donzella vestida d'ouro.

Ha na ilha da Madeira uma familia do mesmo appellido, mas que julgo não ser da mesma procedencia, porque o seu brazão d'armas, incompleto, é — em escudo d'ouro uma facha de púrpura.

—

O Cávado lhe fornece lampreias, salmões, trutas, enguias, bogas e escalos.

As margens do rio, os campos e as collinas que o limitam, são abundantes de caça miuda, do chão e do ar.

A sua industria limita-se á fabricação de teias de linho, e grande quantidade de telha e louça ordinaria de barro, que exporta em grande quantidade, por que ha aqui muitas olarias.

A villa está em communicação com a margem esquerda, pela ponte de que já se fallou, toda feita de cantaria, e cuja primeira fundação se attribue aos romanos, o que é probabilissimo, visto passar por aqui a famosa via militar da *Geira*.

Esta ponte tem nove arcos, com a singularidade de serem os quatro do lado da villa ogivaes, e os restantes de volta redonda. (Vide adiante.)

Do rio Cávado já se tratou no logar competente, só aqui accrescentarei que a ponte mais celebre que atravessa este rio, é a de S. Thomé de Perozello, de doze arcos, construida origimaciamente pelos romanos. Dava passagem a uma das cinco vias militares de Braga a Astorga, e a d'esta localidade se dirigia á serra do Gerez, ligando a referida estrada da *Geira*.

Da formosa *ponte do Bico* já tratei no logar competente.

—

Fallando de D. Francisco de Sousa, terceiro conde do Prado e marquez de Minas, julgo aqui o logar proprio, não para fazer a biographia d'este bravo capitão e leal portuguez, mas para descrever algumas das suas principaes façanhas.

Sendo governador das armas da provincia do Minho, a defendeu heroicamente contra os castelhanos, apesar das forças de que dispunha serem muito inferiores ás do inimigo. Recuperou o castello de Lindoso — tomou o de Gayão (em frente de Villa Nova da Cerveira) — a villa gallega da Guardia, na costa e a 6 kilometros ao N. da foz do rio Minho. Fez repetidas entradas por Galliza, onde devastou e saqueou muitas villas e logares, dominando todo o campo do inimigo, impedindo-lhe todos os movimentos e obrigando o exercito hespanhol, commandado pelo condestavel de Castella, a retirar precipitadamente. Foi conselheiro d'estado, presidente do conselho ultramarino, e embaixador exatrordinario á côrte de Roma, onde foi admirada a sua magnificencia, mais propria de um grande principe, do que de um simples titular.

Falleceu em Lisboa, a 23 de julho de 1671, durante a regencia do infante D. Pedro, depois, rei, segundo do nome.

—

É actual conde do Prado, o sr. D. Nuno Maria da Silveira e Lorena, feito em 25 de julho de 1866.

—

A um kilometro da villa, está o grande logar da *Ponte*, povoado de bastantes casas, modernas, de bella apparencia, formando uma larga estrada-rua, e varias travessas.

Ha aqui um cruseiro, bastante alto, com a Imagem de Jesus-Christo crucificado, sob uma cúpula, sustentada por columnas.

Junto á ponte, está o edificio que foi collegio de Nossa Senhora da Conceição, com uma cêrca, e excellentes vistas. Só durou dois annos.

A pequena distancia está a bella casa dos srs. Souzas Limas, e os optimos predios urbanos dos srs.—Francisco Lopes Ferraz, e Thomaz Pereira d'Azevedo, e por elles habitados.

Ha aqui um importante estabelecimento commercial, da viuva, a sr.ª Tinôco, que é tambem delegação do correio, d'onde se distribue a correspondencia para a villa e para as freguezias seguintes: — Lage, Soutêllo, Moure, Atães, Oleiros, Cabanellas, Ucha, S. Payo, Freiriz e outras. D'aqui vae tambem o correio, em caixa, para a Ribeira de Penella.

Tambem aqui está uma bôa casa, pertencente ao sr. abbade de S. Romão da Ucha,

que tem na frente, um relogio, para regulamento dos visinhos e transeuntes.

Em seguida está o largo de S. Sebastião, que é uma alameda de corpolentos sobreiros (onde se faz a feira annual) e na estrada que corta este largo, se vê do lado esquerdo, vindo de Braga, uma excellente casa e quinta, com bello jardim, propriedade do bacharel em direito, o sr. Francisco Dias Lima. Tem n'esta casa uma pharmacia da qual fornece remedios gratuitos, aos seus amigos e aos pobres. O sr. Lima, estando já formado em direito, foi estudar pharmacia, e fazer exame d'esta sciencia, para conservar a botica, e fazer bem aos pobres.

Esta casa é notavel por ter na frontaria, uma estatua de S. Paulo, que alli collocou Paulo da Silva, quando mandou construir o edificio e a botica, em 1725. Esta botica foi n'outro tempo a melhor e de mais fama d'estas terras.

É um dos cavalheiros mais ricos, sympathicos e influentes do concelho.

Tem sido deputado, e foi, por muitos annos, administrador do concelho de Villa-Verde. É solteiro, e não tem parentes proximos.

Ha mais n'este largo as optimas casas dos srs., doutor Antonio Albino da Costa Macedo, actual juiz de direito da comarca dos Arcos de Valle de Vez—Francisco da Costa Faria, e viuva Tinôco.

Tambem foi o sr. dr. Dias Lima, e os srs. Antonio José de Souza Lima, e seu irmão, José Antonio Ferreira de Souza, que mandaram construir, á sua custa, o optimo cemiterio parochial (onde cada um d'elles já tem o seu jazigo) sendo a pedra conduzida pelos lavradores, gratuitamente. Depois de concluido o cemiterio, os seus fundadores entregaram-o á junta de parochia.

Este cemiterio, foi origem de graves desordens; porque o povo, só queria ser enterrado dentro da egreja, na fórma do antigo abuso.

No 1.º d'agosto de 1870, morrendo um individuo d'aqui, o povo não consentiu que fosse sepultado no cemiterio, e levou o cadaver (sem parocho nem clerigo) para a ermida de S. Thiago, de Francellos, onde o enterraram. Veio um destacamento de infanteria n.º 8, de Braga, para fazer exhumar o cadaver, e enterral-o no cemiterio; porem tocou-se a rebate n'esta e em outras freguezias, havendo fogo entre a tropa e o povo, morrendo no conflicto trez soldados e um paizano, e sendo feridos varios outros.

Veio então toda a força disponivel do 8, e só assim se conseguiu enterrar o cadaver no cemiterio; mas a tropa conservou-se aqui por muitos dias. Foi a maior desordem que houve na villa, depois de 1846, em cujo anno tambem se distinguiram estes povos, por serem dos primeiros que levantaram o grito da revolta da *Maria da Fonte*.

—

Tambem sobre a referida estrada, do lado opposto á casa do sr. Lima, está a capella de *Nossa Senhora do Bom-Successo*, edificada sobre um grande penhasco. É um templo elegante e aceiado, e tem uma grande e rica irmandade de clerigos, mas admittindo alguns seculares, denominada de *S. Pedro e Almas*.

A capella tem uma bôa torre, com dois sinos, e possue tambem ricas alfaias. Junto ao templo está a *casa dos mórdomos*, onde todos os annos se dá um lauto jantar aos irmãos, em cumprimento dos estatutos.

N'esta capella se faz, com bastante pompa, um anniversario, pelos irmãos fallecidos; e a 15 d'agosto, a grande festa de *Nossa Senhora da Assumpção*, em cumprimento de um legado. A irmandade tem um fundo, capitalisado, superior a 4:000$000 réis.

—

A villa propriamente dita (a que foi cabeça de julgado) tem descahido consideravelmente: apenas alli ha a egreja matriz, residencia do parocho, dois bons predios, um do sr. dr. Vasconcellos, actual administrador de Villa do Conde, e outro, do visconde da Torre, residente em Soutêllo. Este ultimo, tem o respectivo brazão d'armas. O resto das casas (umas 40) são de má apparencia, e habitadas por gente pobre. Dos antigos paços do concelho e cadeia só restam ruinas.

O que tem progredido e prosperado em nossos dias, é o bonito e grande logar da Ponte; e é porisso que a villa vae perdendo

o seu antigo nome, tomando o de *Ponte do Prado*, que quasi geralmente se lhe dá.

Está em construcção, e passa junto á egreja, uma estrada, que é ramal da que vae dos Arcos de Val-de-Vez para Braga, ligando Soutêllo a Barcellos.

Os irmãos da confraria do Coração de Jesus, sustentam aqui uma escola de meninas.

Á porta da egreja parochial, ha uma capella, onde está o Santissimo, e alli se faz uma grande festa todos os annos.

—

Descendo pela margem esquerda do Cávado, ha um passeio (alamêda) muito agradavel, ainda nas maiores estiagens, por ser quasi plano, e povoado de frondoso arvorêdo.

A dois kilometros de distancia está o palacête e quinta, que foi do sr. Bento Luiz Ferreira Carmo, negociante fallido, da praça do Porto. É uma das mais bellas e ricas propriedades da provincia, e tem um formoso jardim, ricas vinhas, de optima uva, e vastas latadas.

Ao fundo d'esta propriedade, está a magestosa fabrica de papel, de *Ruães*, cujos motores são o vapor e a agua do Cávado. Vide *Ruães*.

—

As freguezias que compunham o antigo concelho do Prado, foram distribuidas pelos concelhos de Braga, Barcellos e Villa-Verde.

—

As parochias da villa do Prado, confinam —de E. a N., com Soutêllo—de N. a O., com a Lage, e Oleiros—do O., com Cabanellas—e de E. a S., com o rio Cávado.

—

A egreja matriz, é de architectura singella, mas elegante. Tem o altar-mór, e 4 lateraes. O primeiro, está muito arruinado, mas anda-se tirando uma subscripção, para se construir uma nova tribuna.

O antigo campanario, foi arruinado por uma faisca electrica, mas fez-se-lhe outro novo, de construcção humilde e singela.

Tem quatro confrarias—o Santissimo, Nossa Senhora do Rosario, irmandade dos Santos Passos, e a associação do Sagrado Coração de Jesus.

Todas teem pequenos rendimentos, de modo que as solemnidades dos padroeiros, são feitas á custa dos mórdomos; mas com luxo, principalmente a dos Passos e sua procissão, que é uma das mais sumptuosas do Minho.

—

A villa, é separada do resto da freguezia, pelo ribeiro do seu nome, o qual correndo de norte a sul, vae alli proximo, morrer no Cávado. É atravessado (o ribeiro) por trez pontes de pedra, de bôa construcção.

—

Ao E. da villa, mas dentro d'ella, ha uma ermida, dedicada a Santo Antonio. Junto d'ella, ainda no principio d'este seculo existia uma torre, que foi dos donatarios da villa. Foi vendida, para demolir, sendo os seus materiaes empregados em paredes e comoros, em Cabanellas.

—

A capella de S. Bento, era do vinculo do actual sr. visconde da Torre (João Feio de Magalhães Coutinho, feito barão, em 13 de agosto de 1847, e visconde do mesmo titulo, em 3 de agosto de 1870.—Vide *Soutêllo*—de Villa-Verde.)

—

Tambem ainda alli existem as casas e propriedades de outro vinculo, do qual foi administrador, João Esteves Cerqueira de Amorim Barbosa, mórgado da Palmeira.

—

No arrabalde da villa, está a importante casa e quinta da *Palmeira*, do sr. Antonio da Gama Valle, filho do penultimo capitão-mór d'este concelho.

—

Ainda em 1875, estava na *Rua Direita*, o seu antigo pelourinho, que era formado por uma columna singela, de granito, tendo no tôpo, uma pedra quadrada em uma das suas faces, as armas portuguezas, na opposta as dos donatarios da villa—e do outro lado, uma esphera armilar. Esta pedra quadrada, tinha a cada canto, uma pyramide, e no centro, outra maior. Foi vendido e demolido (!) este pelourinho, mas o sr. dr. Lima, conservou a tal pedra, e vae collocal-a sobre um pedestal—no logar dos antigos paços do con-

celho—com uma inscripção, que declare a sua proveniencia.

—

A actual ponte do Prado, foi reconstruida em 1616, sendo seu constructor, Antonio de Castro, de Vianna: o que consta de uma inscripção, que ainda se póde ler, em volta do escudo das armas portuguezas, que está no centro da ponte.

Á esquerda d'este escudo, está outro, que foi picado, porisso, não se sabe a quem pertenceu.

A ponte, que é muito estreita, abaulada no meio, e não é em linha recta, o que muito a desfeia.

—

A estrada de Braga até ao Prado, é muito bonita, orlada alternativamente, de casas de campo (algumas de bella apparencia) e frondoso arvorédo.

—

Alem das capellas já mencionadas, ha n'esta villa as de S. Gonçalo, e de Jesus, Maria e José. N'esta se festeja annualmente (em janeiro) S. Gonçalo d'Amarante.

—

Ha ainda no terreno d'esta villa, as quintas seguintes:

De *São Bento*, pertencente ao referido sr. visconde da Torre.

Do *Outeiro*, que foi do fallecido major, Gaspar Carneiro.

Do *Fayal*, dos herdeiros do fallecido primeiro visconde e primeiro conde d'Azevedo.

—

Em 5 de fevereiro de 1827, houve aqui uma acção, entre as tropas do general realista, marquez de Chaves, e os liberaes; felizmente correu pouco sangue, porque os realistas, desanimados por saberem que o general Clinton, ao serviço da infante regente (a sr.ª D. Isabel Maria) avançava com os seus inglezes, a marchas forçadas, de Lisboa para o N., e já tinha chegado a Coimbra, pouca resistencia offereceu, n'esta e em outras acções; resolvendo o marquez de Chaves, emigrar com os seus, para Hespanha, onde entrou a 8 de março.

—

Em 15 de abril de 1846, teve logar n'esta villa, o principio da revolta da *Maria da Fonte*, queimando-se n'esse dia as *papellêtas dos Cabraes* (papeis da decima) e os livros onde se haviam de lançar as pedidas declarações. A casa onde então estava a administração do concelho, chegou tambem a soffrer alguns prejuizos.

—

Tenho-me referido algumas vezes, n'este artigo, ao sr. doutor Lima; pelo que, julgo dever dar aqui alguns traços da vida d'este benemerito cidadão.

Francisco Dias Lima, nasceu n'esta villa, a 22 d'agosto de 1823, e formou-se em direito, pela universidade de Coimbra, em 1848.

Exerceu a advocacia no concelho do Prado, até á sua suppressão, em 1855 — foi administrador do concelho e juiz ordinario e sub-delegado do procurador régio da mesma villa. Foi, depois de 1855, substituto do juiz de direito da comarca de Villa-Verde [1] e, por varias vezes, administrador do novo concelho — procurador á junta geral do districto, conselheiro do mesmo; serviu de governador civil de Braga, e foi deputado da nação, na legislatura de 1868.

Já disse que, depois de formado em direito, estudou pharmacia e d'ella fez exame, só para favorecer a pobreza da sua terra, dando-lhes gratuitamente, todos os remedios de que precisava. É rico, solteiro, e sem herdeiros proximos, applicando os rendimentos da sua casa, em obras de caridade, pelo que é geralmente estimado e respeitado, e um dos cavalheiros mais influentes da comarca.

PRADO — Freguezia, Minho, comarca e concelho de Melgaço. (Foi do mesmo concelho, mas da comarca de Monção), 70 kilometros ao N. de Braga, 430 ao N. de Lisboa, 140 fogos. Em 1757 tinha 152.

Orago S. Lourenço. Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O abbade de S. Payo, apresentava o viga-

[1] A comarca de Villa-Verde, foi creada por decreto de 24 de outubro de 1855, ou, para melhor dizer, foi então para aqui transferida a antiquissima comarca do Pico-dos-Regalados.

rio, que tinha 30:000 réis de congrua e o pé d'altar.

Tanto esta freguezia, como a de Remoães, eram filiaes da de S. Payo.

A renda era dividida em quatro partes eguaes — uma para o abbade d'esta ultima freguezia—outra, chamada *renda do casetllo*, para a casa de Bragança, — as outras duas eram para a mesa archiepiscopal de Braga.

A infanta D. Urraca, filha de D. Fernando Magno, deu metade d'esta renda a D. Jorge, bispo de Tuy, em 1071. D. Onega Fernandes e seus filhos, Payo Dias e Argenta Dias, deram ao bispo D. Affonso a quarta parte, em 1118;—e finalmente, à rainha D. Thereza e seu filho, D. Affonso Henriques, deram ao mesmo bispo, a quarta parte restante, em 1125.

É terra fertil em todos os fructos do paiz, cria muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça.

PRADO (fabrica de papel do)—Vide *Thomar.*

PRADO DE GATÃO — Freguezia, Traz-os-Montes, concelho, comarca de Miranda do Douro, districto administrativo e bispado de Bragança, 12 kilometros de Miranda e 480 ao N. de Lisboa.

Tinha em 1757—61 visinhos.

Orago Santa Isabel.

O reitor d'Angueira apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia foi ha muitos annos supprimida, annexando-se á de Palaçoulo.

Tem foral novo, dado pelo rei D. Manuel, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. (*Livro de foraes novos de Traz-os-Montes,* fl. 19, v., col. 2.ª)

PRADOS—Freguezia, Beira-Baixa, comarca e concelho de Celorico da Beira, 12 kilometros da Guarda, 290 a E. de Lisboa, 120 fogos. Em 1757 tinha 102.

Foi da mesma comarca, mas do extincto concelho de Linhares.

Orago de Nossa Senhora da Assumpção, bispado e districto administrativo da Guarda.

A mitra apresentava o prior, que tinha réis 150$000 de rendimento annual.

É pouco fertil em cereaes e fructos, mas cria muito gado de toda a qualidade.

PRADOS — Aldeia da freguezia da Rua. (Vide Caria — a segunda.)

PRAGAL—Aldeia da freguezia e concelho d'Oeiras. Vide *Oeiras.*

Na estrada de Paço d'Arcos para Oeiras, ha uma fonte chamada do *Pragal,* a qual tem no remate da sua modesta architectura uma cruz de pedra.

É este um sitio ameno, fresco e salubre, e alli vem descançar os viandantes e desalterarem-se com a sua crystalina e optima agua.

Em julho de 1851, um pobre jornaleiro, na occasião em que se debruçava para beber na bica, lhe cahiu sobre a cabeça um dos braços da cruz, que o feriu mortalmente, vivendo poucas horas. Foi isto attribuido a castigo, porque o homem costumava rogar muitas pragas. Note-se, porém, que a fonte já tinha este nome ha muitos annos, corrupção de *Pragães* (chagas miseraveis, similhantes a uzagre, e que vão roendo as carnes.)

Parece que antigamente se attribuia á agua d'esta fonte a virtude de curar estas chagas.

Já se vê que é errada a etymologia que alguns lhe dão, dizendo que Pragal significa —sitio onde se rogam pragas. Vide *Terruge.*

Ha outro logar, denominado *Pragal,* proximo á Cova da Piedade, freguezia, concelho e comarca de Almada, ao S. do Tejo.

PRAGAMYO — Portuguez antigo — pergaminho.

PRAIA—Extremadura, aldeia, junto á Barquinha. É a 21.ª estação do caminho de ferro de Leste. Dista de Lisboa 104 kilometros, a E.

PRAIA DA SARDINHA—Vide Paço d'Arcos.

PRAIA DOS LADRÕES—Vide Lavre.

PRAIAS—(Estações de banhos mais concorridas no littoral portuguez.)—Principiando N. para o S.—Mollêdo, proximo e ao S. de Caminha,—Lagarteira, na freguezia de Gontinhães (vulgo—banhos de Ancora),—Apulia,—Póvoa de Varzim,—Villa do Conde,—Leça da Palmeira,— Mattosinhos,— S. João da Foz, (todas ao N. do Douro),—Lavadores, —Granja, — Espinho, — Furadouro, (junto d'Ovar), Torreira, — Costa Nova do Prado,

—Mira,—Figueira da Foz,—Vieira, Nazareth e Pederneira,—S. Martinho do Porto,—Peniche,— Santa Cruz, — Ericeira,— Cascaes, (todas entre o Tejo e o Douro)—Cezimbra, —Setubal, (entre o Tejo e o Sado),—Lagos, — Villa-Nova-de-Portimão e Ferragudo, — Albufeira,—Faro, Olhão Tavíra, e Villa-Real de Santo Antonio, (todas ao S. do Sado.)

Os demais esclarecimentos, relativos a estas praias, vão nos logares competentes.

PRANTEADEIRAS — CHORADEIRAS—ou **CARPIDEIRAS**—mulheres alugadas, a prêço estabelecido, e cuja obrigação era, estarem a chorar ao pé do defuncto, desde o seu fallecimento, até serem enterrados.

As pranteadeiras existiam na nossa peninsula desde o tempo dos antigos lusitanos.

No reinado de D. João I, o senado da camara de Lisboa, supprimiu as pranteadeiras, e, por essa occasião, outros abusos. Depois, foram pouco a pouco desapparecendo do resto de Portugal. Ainda porém ha pranteadeiras nas nossas ilhas de Cabo-Verde, e é uma das cousas indispensaveis em todos os actos funebres.

PRANTO — Aldeia, Douro, freguezia de Serro-Ventoso, comarca e concelho de Porto-de-Moz (antigamente concelho de Serro-Ventoso, termo de Monte-Mór-o-Velho, comarca de Coimbra, d'onde dista 30 kilometros a S.O.)

Junto ao logar da Azenha, nas faldas do Monte-Barril, nascem umas aguas thermaes que, por ficarem proximo á capella de Nossa Senhora do Pranto, (da qual adiante trato) se lhes deu o nome d'esta Senhora.

Pelos annos de 1700, rebentavam ao N. do Monte-Bicanho, no sitio hoje chamado—*Banhos-Velhos*; mas já em 1711, pela força das enchentes que trouxeram por consequencia alterações no solo, appareceram parte d'elles no sitio actual, e em 1716 appareceu ainda maior porção.

Estas aguas, com que os doentes tinham muita fé, passaram de moda, até que em 1764 principiaram de novo a ser frequentadas, construindo-se alli algumas casas de banhos com bastante regularidade; mas ainda d'esta vez tornaram a cahir em desuso, e já em 1810 estavam as casas a cahir em ruinas.

Tambem na raiz do referido Monte-Bicanho se encontram outras nascentes de agua da mesma qualidade, e em soffrivel quantidade, porém as camaras nunca cuidaram d'ellas; e aquellas pessoas que alli hiam tomar banhos, construiam barracas de ramos d'arvores.

O calor de todas estas nascentes, mesmo ao ar livre, é de 88 a 93 graus de F.—ou de 25 a 27 de R.

É a agua clara e transparente, com pouco cheiro a enxofre, sabôr desagradavel e algum tanto enjoativo. Recolhendo-se em um vidro limpo, este em pouco tempo se rodeia de bôlhas aerias, o que juntamente com o que se observa pelos reagentes, attesta que ella é levemente mineralisada pelo gaz *hydrogenio-sulphurado*, contendo diminutas porções de *carbonato-calcareo* e *muriato-calcareo* (soda.)

Tambem a estas aguas se dá o nome de *thermas da Azenha* — ou da *Vinha da Rainha*, por ficarem proximas d'estas povoações.

Capella de Nossa Senhora do Pranto

Davam antigamente o titulo de Nossa Senhora do Pranto, ás imagens que hoje chamamos—de Nossa Senhora da Piedade.

Fica a capella de que vamos tratar, entre as freguezias de Serro-Ventoso e Vinha da Rainha—12 kilometros ao S. de Monte-Mór-o-Velho. É templo muito antigo; foi reedificado pelos annos de 1656.

Está em ruinas.

PRANTO—(Nossa Senhora do)—logar da freguezia, proximo e ao S. da Chamusca, na margem esquerda do Tejo.

No alto do monte que tem o nome da mesma Senhora, existe uma antiquissima capella, da qual se ignora o nome do fundador e a data da fundação.

A imagem da padroeira é de pedra, de 1 metro de altura, e denota grande antiguidade. A capella é vasta e está bem adornada.

É objecto de grande veneração dos povos d'aquelles sitios.

PRANTO — (Nossa Senhora do)— famoso santuario na villa de Envendos. É templo

muito antigo, ignorando-se a data da sua fundação, e só se sabe que um fidalgo, e cavalleiro da ordem militar de Christo, de appellido *Lavado*, natural e morador na mesma villa, muito devoto de Nossa Senhora da Piedade, mandou fazer na cidade do Porto, uma imagem com esta invocação, e, apenas chegou á villa, tratou logo, o fidalgo, de lhe erigir um templo, onde com grande solemnidade collocou a santa imagem. Com o tempo, veio esta capella a arruinar-se, e então dois proprietarios da villa construiram á mesma Senhora, uma outra capella mais vasta e aceiada, e um pouco distante da primeira.

O primeiro titulo d'esta imagem foi—Nossa Senhora d'Alcolobre, e, segundo a tradição (que supponho errada, por que a imagem está sentada, tendo Jesus Christo morto, no regaço, e por tanto foi desde o seu principio—Nossa Senhora do Pranto—ou da Piedade)—segundo a tradição, repito, houve n'esta freguezia uma grande peste, que matava todos os dias grande numero de pessoas. N'esta grande afflicção corria o povo para a capella, e com gemidos e lagrimas imploravam á Senhora remedio para tão grande calamidade; e d'aqui principiou a chamar-se—Senhora do Pranto.

A imagem é de pedra, de boa esculptura, e quasi de tamanho natural, pois mesmo sentada tem um metro d'altura.

Foi em tempos antigos objecto de grande devoção dos povos d'esta villa e immediatos.

PRANTO (Nossa Senhora do)—na Beira Baixa, junto á villa das Cinco Villas (antigamente Cinco Villas da Reigada) e proximo ao famoso sanctuario de Nossa Senhora do Pereiro, para a parte do rio Côa.

É templo antiquissimo, e segundo a tradição foi primitivamente fundado sobre a margem do mesmo rio—e é certo que ainda no local onde, segundo se diz, existiu a antiga capella, se veem umas ruinas que comprovam a tradição.

As enchentes do Côa foram pouco e pouco demolindo esta ermida, até que um homem natural da villa, passando por ali, e temendo que a Senhora ficasse sepultada debaixo das ruinas, a levou ás costas para sua casa, e lhe construiu logo a ermida actual, e por sua morte deixou a Senhora herdeira de todos os seus bens.

Tambem se não sabe a data da construção da nova ermida, e só que é muito antiga.

PRANTÔ (Nossa Senhora do)—sanctuario fundado na freguezia de Nossa Senhora do Salto, antigo concelho de Barroso, e hoje comarca e concelho de Monte-Alegre.

Consta que esta freguezia já era muito antiga no tempo de D. Affonso Henriques. (Vide *Salto.*)

Tendo logar o interdicto, lançado pelo nuncio apostolico a Portugal, no mesmo reinado, e que durou trez annos, não se enterravam os mortos dentro das egrejas, pelo que os habitantes d'esta freguezia sepultavam os seus defuntos no adro d'esta capella, e ainda no meiado do seculo passado alli existiam sete moimentos que attestavam este facto.

Durante o interdicto não se exercia o culto divino na egreja matriz, pelo que se foi ella arruinando e enchendo de silvas.

Quando cessou a excommunhão, decidiu o povo transformar a capella em parochial, ficando ella servindo de capella-mór, e lhe fizeram um corpo de egreja; mas correram as obras com tanta morosidade que só se concluiram de todo no fim do seculo 17.°

Segundo a tradição e informações mandadas tirar por D. João de Sousa, arcebispo de Braga, foi um homem, natural do Salto de Barroso, residente no Brasil, que de lá mandou para Portugal a imagem de Nossa Senhora do Pranto.

Na pedra que servia de peanha á Senhora, se gravou a inscripção seguinte: — *Ó vós omnes qui tranzitis per viam, attendite, et videte si est dolor sicut dolor meus.*

Já não existe a pedra, nem a inscripção.

Dá-se tambem a esta imagem o titulo de *Senhora do Pé da Cruz*, e antigamente se chamou tambem a *Senhora Estrangeira*, por ter vindo do Brasil.

É de pedra e de estatura pouco menos que

o natural, pois estando sentada com o filho no regaço, tem um metro d'altura.

Festeja-se a imagem da padroeira no dia 15 d'agosto, sendo antigamente levada em procissão, e pegando ao andor quatro homens dos mais valentes da freguezia; porem o visitador, receando alguma desgraça, em rasão do peso da imagem, prohibiu, em 1670, que ella sahisse em andor, mandando que se fizesse uma outra de madeira, com a mesma invocação, para as procissões.

N'essa mesma occasião, mandou tambem que se instituisse uma confraria, ou compromisso, que pouco depois foi approvado pelo ordinario.

Tambem á mesma Senhora se faz outra festividade a 25 de março, mas a principal é a de agosto, e na procissão d'esse dia costumavam hir, antigamente, muitas *invenções*, cavalhadas e danças, no estylo da época.

Foi abbadia muito rendosa até ao reinado de D. Pedro I, que a annexou a Santa Senhorinha de Basto, em 1360, ficando reduzida a simples vigairaria. (*Monarchia Lusitana*, tomo 4.º, livro 12, capitulo 27—D. Rodrigo da Cunha, *Historia de Braga*, parte 1.ª, capitulo 116.)

PRANTO (Nossa Senhora do)—Vide *Sabugosa*.

PRASMAR—portuguez antigo—vituperar, arguir, estranhar, reprehender, etc. D'aqui *prasmada*, abominavel, digna de vituperio.

Tambem se escrevia *prazmar* e *prazmada*.

PRASMO — portuguez antigo — mancha, culpa, defeito.

PRAZENTIM—portuguez antigo—*mercador prazenteiro*—significava, negociante estrangeiro.

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—capella construida junto á antiga casa de saude (Lazareto) nas terras d'Alcantara, e que hoje serve de ermida ao cemiterio do mesmo nome. (Vide 4.º vol., pag. 200, col. 1.ª)

O chão para esta capella, foi dado por Francisco Carneiro e sua mulher, D. Esperança de Menezes, condes da ilha do Principe.

O primeiro conde da ilha do Principe, foi Luiz Carneiro de Sousa, feito por Philippe IV em 4 de fevereiro de 1640.

O titulo de conde da ilha do Principe, foi trocado pelo de conde de Lumiares, por mercê de D. José I, feita a Carlos Carneiro de Sousa, em 29 de outubro de 1723. (Vide *Lumiares* e *Vimieiro*.)

Ficava então a ermida dentro da nova circumvalação da cidade, e visinha do palacio dos mesmos condes, que é onde depois esteve a casa da saude.

No principio d'esta capella, os condes só permittiam que o povo fosse visitar a Senhora, no domingo e segunda feira depois da oitava da paschoa. N'esta capella foi sepultado o padre frei Lucas da Ressurreição, eremita de Santo Agostinho (do convento da Graça, de Lisboa) o qual depois de assistir com a maior caridade aos empestados, recolhido na casa da saude durante trez annos, morreu da mesma peste, no de 1599, com opinião de santo.

Tambem pelo mesmo tempo, e da mesma peste, morreu o irmão leigo, frei Martinho, companheiro de frei Lucas, e aqui foi sepultado. Passados annos foram os seus cadaveres trasladados para o mosteiro da Graça.

Tinha ermitão privativo.

Segundo a lenda, em tempos, cuja data se ignora, appareceu a imagem da Senhora dos Prazeres, sobre uma fonte, que desde então se ficou chamando—*Fonte Santa*, a cuja agua se attribuem differentes virtudes therapeuticas.

Diz-se que os condes a levaram para casa, collocando-a no seu oratorio particular. Passado porem pouco tempo, os devotos lhe erigiram capella propria, marcando-lhe a sua festa para a segunda feira, depois da oitava da paschoa, havendo por essa occasião tambem grande feira, e tanto esta como a romaria foram sempre e continuam a ser muito concorridos.

A imagem da padroeira é de alabastro, porem as mãos são de madeira. Tem meio metro d'altura.

A procissão de Nossa Senhora dos Prazeres sae da egreja parochial de Santos-o-Ve-

lho, na segunda feira de paschoela, em cumprimento d'um voto que fizeram os moradores d'esta freguezia, por occasião da referida peste. Ao principio fazia-se de manhan, depois fez-se de tarde, havendo por essa occasião grande arraial e romaria.

Como desde 1835, se estabeleceu no terreno quo circumda a capella o *cemiterio publico Occidental* (ou *dos Prazeres*) ficando o templo no centro, por occasião da festa havia desordens, bebedeiras e outros escandalos, pelo que o eminentissimo cardeal patriarcha, prohibiu ha quatro annos o arraial mas a procissão continua e é muito concorrida.

Esta feira era adiante do cemiterio, e teve a sua origem com a procissão dos Prazeres.

Já se vê que por occasião da feira, havia muitas irreverencias n'este asylo dos mortos, nem diziam bem com o respeito devido ás cinzas dos que foram, as alegrias, e mesmo as inconveniencias dos feirantes.

A camara municipal de Lisboa, para evitar irreverencias e escandalos, mudou, em 1851, a feira dos Prazeres, para as Amoreiras; mas, ainda assim, continuaram as merendas e outros actos improprios do logar, até 1873, e foi então que o ex.mo cardeal patriarcha prohibiu o arraial.

Para o mais que diz respeito á feira das Amoreiras, vide 4.º vol., pag. 171, col. 2.ª

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—capella situada 3 kilometros ao N.O. da villa do Louriçal, e pertencente á sua freguezia, na comarca e concelho de Pombal.

Está o templo junto de uma matta, em sitio solitario, sobre a margem d'uma pequena ribeira, e junto ao logar de Aljazede [1] que foi uma grande quinta dos condes da Ericeira, e eram elles os padroeiros da capella, e os que cuidavam do seu culto, aceio e conservação.

O povo dos arredores tem muita devoção com esta Senhora, e no dia da sua festa havia antigamente grande feira e romaria, no domingo da paschoella.

[1] *Aljazede*, ou *Aljezída* é corrupção do arabe—*al-iazida*. É nome feminino de *jazido*, e significa—augmentador.

Esta feira foi depois transferida para a villa.

A uns cem metros da capella, se veem as ruinas d'uma torre ou casa forte, mandada fazer por D. Affonso Henriques, para alli descançar das fadigas da caça, que então era abundantissima por estes sitios.

Em frente d'esta torre ha outra, dentro da mesma matta, e sobre um cabeço, que era destinada ao filho do mesmo monarcha, o infante D. Sancho, depois primeiro do nome. Ainda ao sitio, onde estão as ruinas d'esta segunda torre, se dá o nome de *cabeço do Sancho.*

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—capella na freguezia d'Abravêzes, junto a Viseu, e hoje egreja matriz da freguezia.

Segundo a tradição, a origem d'esta capella é a seguinte:

Antonio Dias Ribeiro, christão novo, morador na aldeia de Repêzes, extra-muros da cidade. projectou fundar uma capella no logar d'Abravêzes, então da freguezia da Sé, e distante da cidade pouco mais de um kilometro para o norte; isto pelos annos de 1630. Escolheu para a fundação, o alto de um cabeço. Concluida a capella, mandou collocar no altar-mór a imagem de uma mulher com um menino na mão esquerda e um sceptro na direita, e com uma corôa na cabeça, e quando o povo presumia adorar a imagem da Santissima Virgem, não adorava senão a effigie da rainha Esther.

Parece que o fundador descobriu a alguem o seu segredo, por que o Santo Officio o mandou prender, e no tribunal confessou o reu a sua intenção.

A ermida foi edificada com a maior perfeição, e a capella-mór é toda de pedra de cantaria lavrada, e da mesma materia o pavimento; no meio do qual mandou o fundador fazer a sua sepultura, gravando n'ella o seu nome, que a Inquisição mandou depois picar. O mesmo tribunal deu a ermida ao familiar Francisco Ferrão de Castello Branco, natural de Viseu, dando-lhe tambem um predio n'esta cidade, que n'aquelle tempo se chamava—*casas do balcão*, na rua da Calçada.

Era a imagem da Senhora objecto de

grande devoção para os povos d'estes sitios, que pagavam ao capellão para alli dizer missa em todos os domingos e dias santificados.

Antigamente se lhe faziam trez romarias —uma nas oitavas da Paschoa, outra pelo Natal, e outra em dia de Santo Estevão, proto-Martyr.

O sitio onde está o templo é muito ameno, por estar cercado de muitos castanheiros, carvalhos e outras arvores de fructo e silvestres, e regado por muitas e crystalinas aguas, que dão grande fertilidade ao sitio. Tambem ali ha uma formosa alameda, pertença da capella.

Mais tarde, formando o logar d'Abravezes freguezia independente, se transformou esta capella em egreja matriz, ficando ella a servir de capella-mór, e construindo-se-lhe um corpo de egreja, com dois altares lateraes. (Vide *Moinhos do Pintor* e *Paschoal.*)

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—no antigo concelho d'Azurara, hoje comarca e concelho de Mangoalde, no arciprestado e áro de Viseu, 12 kilometros ao E. d'esta cidade, está a freguezia de S. Vicente d'Alcafache (vol. 1.º, pag. 63, col. 1.ª)

Junto ao logar, em sitio frésco e alegre, a que dão o nome de Tábua, está a capella de Nossa Senhora dos Prazeres, templo vasto, com capella-mór, corpo de egreja e dois altares lateraes, fazendo-se a sua festa na dominga *inalbis.*

Proximo á capella está um grande e frondoso carvalho, e junto d'elle, para o norte, uma abundante fonte d'optima agua. A E. se vê um formoso cruzeiro, de pedra de cantaria, com assentos em redor, para os romeiros que querem gozar a fresca sombra d'esta arvore.

A capella é muito antiga, mas não se sabe por quem, nem quando foi fundada; apenas se sabe que em 1663 se instituiu aqui uma irmandade, composta de 150 irmãos e 10 irmans, cujos estatutos foram approvados em 13 de novembro do mesmo anno, sendo governador, provisor e vigario geral d'este bispado, o doutor Feliciano d'Oliveira e Sousa, e bispo D. João de Mello, então ausente. O pontifice Clemente X, concedeu muitas graças e indulgencias a esta irmandade, ainda no mesmo anno.

Os irmãos admittidos eram d'esta freguezia e das de Fornos e Santar.

São propriedade d'esta capella, um prazo e alguns olivaes e fazendas, que, em tempos antigos, os devotos doaram á Senhora.

PRAZERES (Nossa Senhora dos) — Vide *Távora.*

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—capella hoje matriz da freguezia d'Alcaria, na comarca e concelho de Porto de Mós.

Já a pag. 70, col. 1.ª, do 1.º vol., tratei d'esta freguezia. Aqui só accrescentarei:

A capella de Nossa Senhora dos Prazeres, foi feita e dotada por um devoto, dizendo-se alli a primeira missa em 1604.

Alcaria era uma aldeia da parochia de S. João Baptista de Porto de Mós, da qual foi desmembrada, constituindo freguezia independente, em 1730. Em 1867 se construiu a torre dos sinos, e o côro no anno seguinte.

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—egreja matriz da villa d'Aljubarrota.

A pag. 136, col. 1.ª do 1.º vol. tratei d'esta villa; aqui accrescentarei:

Posto que a povoação tenha duas freguezias—a de Nossa Senhora dos Prazeres e a de S. Vicente—só a primeira tem sacrario, e d'ella se administram os sacramentos ás duas freguezias; mas pelos seus respectivos parochos. (A de S. Vicente está fóra da villa, e esteve muitos annos unida á primeira, da qual foi desanexada por decreto de 10 de dezembro de 1855.)

A freguezia de Nossa Senhora dos Prazeres tem actualmente 300 fogos, e em 1757, tinha 65.

O D. Abbade d'Alcobaça, apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento.

A freguezia de S. Vicente tem 250 fogos, e em 1757 tinha 63. As collegiadas de S. Pedro e de Santa Maria, de Porto de Mós, apresentavam, alternadamente, o cura, que tinha 70$000 réis de rendimento annual.

A freguezia dos Prazeres, tinha tambem um coadjutor, da apresentação annual do vigario—e tanto a collação do parocho, como a nomeação do coadjutor, eram confirma-

das pelo bispo de Leiria. Tinha tambem um thesoureiro, e a todos pagava o commendatario, que era o dito D. Abbade (ou geral) d'Alcobaça, das rendas que o mosteiro tinha n'esta villa. Cada um recebia annualmente o seguinte:—O vigario, 240 alqueires de trigo, 90 de cevada, 4 pipas de vinho môsto, 2 cantaros d'azeite e 3:028 réis em dinheiro. O coadjutor recebia, 60 alqueires de trigo, uma pipa de vinho mosto e 6:000 réis em dinheiro.

O thesoureiro tinha 30 alqueires de trigo, e um *quartão* de vinho mosto.

O vigario recebia alem d'isto as offertas e pé d'altar da parochial e das ermidas annexas, que, uns annos por outros, rendiam réis 30:000. Tinha o dizimo dos queijos e frangãos, que se vendiam na parochia, e possuia uns pardieiros, que foram a antiga residencia dos parochos, aos quaes, por isso, ainda se dá o nome de *vigairaría.*

Era tambem o mesmo D. Abbade obrigado á fabrica da egreja, e a tudo o mais necessario, assim como ao azeite para a lampada do Santissimo; por que tinha aqui duas partes dos dizimos de todos fructos e mais os *quartos*—e na de S. Vicente os *oitavos.*

—

Segundo a tradição, a egreja de Nossa Senhora dos Prazeres, é antiquissima; foi um grande priorado, e incluia as freguezias d'esta villa, e as d'Evora, d'Alcobaça, e Turquel. Foi collegiada, que se extinguiu, ficando reduzida a vigairaria, tornando-se independentes, por essa occasião, as villas d'Evora (d'Alcobaça) e Turquel, que tambem ficaram vigairarias.

Tem esta egreja duas sachristias boas, e um alto côro; sobre a porta principal, um campanario com dois sinos; a capella da pia baptismal fica perto da porta da entrada, ao lado do evangelho, e é de abobada, fechada com grades de ferro.

Tem um pequeno alpendre, e o adro é cercado de muro.

Ha n'esta egreja uma imagem da Senhora, de metal, que, segundo a tradição, foi achada fóra da villa, em 1168, pelo padre Affonso Pires, então cura.

—

Junto do altar de Santa Apolonia, está uma capella de abobada, instituida por Martim Palença, e n'ella ha dois mausoleus, um do instituidor, outro de sua mulher. Esta capella é dedicada ao Senhor Jesus.

—

Ha n'esta villa as seguintes ermidas:

—

Na freguezia de S. Vicente

S. Vicente, o velho—á entrada da villa de Aljubarrota. Foi aqui a primittiva egreja matriz de S. Vicente, hoje a actual é denominada, S. Vicente, o novo.

Já era annexa (como depois foi a nova egreja) ás egrejas de Santa Maria e S. Pedro, de Porto de Mós.

Quando se projectou fazer a actual matriz, os beneficiados das duas egrejas de Porto de Mós, receando que lhe desanexassem das suas collegiadas esta nova egreja, impetraram e obtiveram, do papa, Martinho V, uma bulla (1429) que os manteve na antiga posse.

O povo da freguezia, vendo que com a edificação da nova egreja não se livravam da tutella dos taes beneficiados, abandonou o projecto da construcção da matriz, e foi conservando a primittiva. Esta, porem, que era antiquissima, foi cahindo em ruinas, e vindo aqui o visitador, a mandou demolir e edificar uma nova.

Esta ordem foi cumprida em 1549, arrazando-se o velho templo, e dando-se principio, no mesmo logar, á nova egreja, que hoje alli se vê.

Foi esta egreja feita á custa do vigario e dos beneficiados, das egrejas de São Pedro e de Santa Maria, de Porto de Mós, concorrendo tambem para as despezas, a commenda d'esta ultima villa. Todos estes, e o cabido da collegiada de Ourem, eram obrigados á fabrica tanto da capella-mór, como do corpo da egreja.

Tambem estava sentenciada a ser demolida a antiquissima ermida de S. Vicente, que estava proxima; porem o povo supplicou ao visitador que a não mandasse arrazar, ficando elle (o pôvo) obrigado á sua fá-

brica. O visitador exigiu uma escriptura publica, d'esta obrigação, que está no cartorio da freguezia de S. Pedro, de Porto de Mós.

Apezar das supplicas e da escriptura, os parochianos nunca trataram de reparar a ermida, que chegou ao maior estado de ruina, e, cértamente cahiria por terra, se o padre Fabião Amado, natural de Aljubarrota, e cura, por muitos annos, da freguezia de S. Vicente. a não mandasse reedificar, e adornar, pelos annos de 1600, dandolhe por essa occasião ás necessarias alfaias —e por sua morte, aqui foi sepultado, em cumprimento das suas ultimas disposições, e a esta ermida deixou varias rendas, com a obrigação de n'ella se dizerem annualmente, e *para sempre*, por sua alma um certo numero de missas.

—

Em S. Vicente, o velho, estava uma sepultura, onde repousavam os ossos de D. Usanda, e que foi transferida para a nova, como consta de uma inscripção, gravada na mesma sepultura.

Na capella da pia baptismal, está uma cruz de páu, como as de Calatrava (em Hespanha—e cá em Portugal, de Aviz) que consta ser tomada aos castelhanos, na batalha que se deu proximo a esta villa, no memoravel dia 14 de agosto de 1385.

—

S. João Baptista—esta ermida está defronte da antecedente. Tem uma confraria, que obteve uma feira n'este mesmo sitio, no dia da festa da degolação do padroeiro (29 de agosto); mas, como os irmãos nunca pagaram as *annatas* [1] ao senhorio, este não deixou fazer a feira.

Esta confraria, chegou a ter mais de 200 confrades, que curavam do culto divino, das necessarias reparações da capella, e de fazer a festa principal, do padroeiro, a 24 de junho, dando então um grande *bôdo* aos pobres.

Esta ermida é muito formosa, e o seu altar é de pedra, perfeitamente lavrada. O tecto é de abobada, e tem um pulpito de pedra, e bôa sachristia. A egreja é toda ladrilhada de pedra.

[1] *Annata*, ou annasia—era o imposto ou tributo que annualmente se pagava ao senhor donatario da terra. Aqui, era o D. abbade de Alcobaça.

—

Nossa Senhora das Arenas—no logar dos Chãos. Foi construida no anno de 1541, e se disse aqui a primeira missa, em 1542. Os moradores do logar, a mandaram fazer á custa, e se obrigaram á sua fábrica.

Tem sachristia, e um alpendre, sustentado por columnas.

—

Nossa Senhora da Graça—no logar da Attaija de Cima. [1] Foi mandada construir pelos moradores d'esta aldeia, que se obrigavam á sua fábrica.

—

S. Sebastião, martyr—no logar da Attaija de Baixo. Foi tambem construida pelos moradores d'este logar, que se obrigaram á sua fabrica. Tem uma confraria, que cura do culto divino, da conservação do templo, e da festa do padroeiro, dando n'esse dia *bôdo* aos pobres.

A imagem do padroeiro, é de pedra, e mostra muita antiguidade.

A capella é forrada e pintada; e toda ladrilhada de tijolo. Tem um alpendre, sustentado por columnas de pedra.

—

Santa Thereza—no sitio dos Casaes, logo adiante da Atttaija de Cima. A imagem da padroeira é de pedra, e denota muita antiguidade. Fazia-se-lhe antigamente uma grande romaria. Não tem corpo de egreja, nem sachristia, nem alpendre, nem campanario.

—

Todas estas capellas foram feitas para d'ellas se administrarem os sacramentos aos enfermos.

—

Na freguezia do Santa Maria

Santo Amaro—no logar do Carvalhal. Como a de Santa Thereza, não tem corpo de

[1] Attaija, é mesmo a palavra árabe *attaja*. Significa—*a coroada*. Deriva-se do verbo *tanaja*—coroar.

egreja, nem sachristia, nem alpendre, nem sino. É ladrilhada de tijôlo.

—

S. Braz—no logar do *Pisso do-Soão.* [1] Está nas mesmas condições da antecedente.

—

S. Pedro—no logar do Carrascal. Idem.

—

Todas estas ermidas foram feitas, e são fabricadas pelos moradores dos respectivos logares, aos quaes d'ellas se administram os sacramentos.

—

S. Romão—Esta capella fica em um sitio despovoado. Está nas mesmas condições das outras d'esta parochia, só tem a mais, um alpendre, sustentado por columnas de pedra.

Teve uma confraria, mas ha muitos annos que a não tem. Alguns devotos cuidam na sua conservação e aceio.

—

Misericordia—na praça da villa. É ladrilhada de pedra. Tem côro, sachristia, tribuna, casa do despacho, celleiro (por baixo da casa do despacho.) Tem uma casa com chaminé, feita para n'ella se curarem os *penitentes*, que hiam na procissão de quinta feira-santa, flagelando-se pelo caminho.

A irmandade da Misericordia d'esta villa, foi instituida em 1516.

Principiou com 100 irmãos, na fórma do seu compromisso.

Em 1572, o rei D. Sebastião lhes permittiu, por um alvará régio, augmentarem o numero dos irmãos, até 150. São admittidas pessoas das duas freguezias da villa, e das do termo.

Tem de renda—103 alqueires de trigo, deixados por pessoas devotas, com obrigação de algumas missas e anniversarios, 70 alqueires de trigo, e 10$000 réis em dinheiro (que pessoas devotas tinham deixado á ermida do Espirito-Santo, antes de ser Misericordia) e pouco mais.

O hospital, está junto á ermida, e é da invocação do Espirito-Santo. É pequeno e pobre, e, desde 1834, mais pobre ainda ficou; porque até então, o D. abbade d'Alcobaça, lhe dava por esmola, medico e remedios de botica, e agora não tem quem lhe dê isto.

É para os enfermos da terra. Aos passageiros, dava lenha, agua, sal, e azeite—e aos ecclesiasticos, cama e mais agazalho.

PRAZERES (Nossa Senhora dos)—freguezia, Alemtejo, no concelho e 8 kilometros de Monforte, comarca e 30 kilometro d'Elvas, 165 ao E. de Lisboa, 50 fogos—em 1757, tinha 56.—Orago Nossa Senhora dos Prazeres. Bispado d'Elvas, districto administrativo de Portalegre.

A mitra apresentava o prior, que tinha 240 alqueires de trigo, de renda annual.

É terra fertilissima em cereaes. Produz algum azeite, fructas e legumes, e nos seus montes se cria bastante gado, de toda a qualidade, e ha muita caça.

PRAZINS — freguezia, Minho, comarca, concelho e 6 kilometros ao O. de Guimarães —12 ao E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 60 fogos, em 1757, tinha 66.—Orago Santa Eufemia. Districto administrativo e arcebispado de Braga.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 réis de rendimento annual.

O nome d'esta freguezia, é diminutivo de *prazo*. Prazim é o mesmo que *prazinho*.

Pertenceu até ao principio do seculo 17.° á freguezia seguinte, tornando-se então independente.

PRAZINS — freguezia, Minho, comarca, concelho e 6 kilometros a O. de Guimarães, 12 ao E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 70 fogos. — Orago, Santo Thyrso. — Districto administrativo e arcebispado de Braga.

Esta freguezia é contigua á antecedente, que d'esta se desmembrou, formando freguezia

[1] Este nome, parece-me provir da antiga *Picennia*, que depois se chamou *Lácio*, na Italia. Aos povos d'esta região, se dava o nome de *picennios*, ou *picios* (Vide 6.° vol., pag. 136.)—Soão, todos sabem que é o mesmo que *Oriente, leste, nascente*, ou *este*. Sendo assim, a tal palavrinha, significa—*Picios do Este.*

Talvez que no tempo dos romanos se viesse aqui estabelecer alguma cohorte, ou colonia de sabinos, que são os mesmos *picios*.

propria, no principio do seculo 17.º, como fica dito na freguezia de Santa Eufemia, de Prazins.

A mesma etymologia.

A mitra apresentava, *in solidun*, o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento annual.

Quanto ás producções agricolas, está exactamente nas mesmas condições de Santa Eufemia.

PRÉCES (Nossa Senhora das) — Beira-Baixa, famoso Sanctuario, proximo a *Sernache do Bom-Jardim*, comarca, concelho e proximo da Certan, districto administrativo de Castello-Branco, no grão-priorado do Crato, actualmente annexo ao patriarchado. (Vol. 2.º, pag. 247, col. 2.ª, no fim)

Junto ao logar da Sernache do Bom-Jardim, está uma floresta, composta de castanheiros, pinheiros, sobreiros, *zezereiros* [1] e outras arvores silvestres. Era a propriedade de maior estimação do grão-prior do Crato e dos seus cavalleiros (de Malta) sendo, demais a mais, abundantissima de caça, grossa e miuda.

Fóra da povoação, e a pouca distancia d'esta e da floresta, está o templo de *Nossa Senhora das Préces*, cuja fundação remonta a tempos muito antigos, mas não se sabe quando nem por quem foi fundado. O que apenas se sabe, é que até ao meiado do seculo 16.º, se dava á padroeira o titulo de *Nossa Senhora do Seixo*.

Este templo, foi a primittiva matriz da freguezia da Sernache; porém o povo, querendo a egreja parochial dentro da povoação, com as devidas licenças do grão-prior, elevaram a matriz a egreja do Espirito-Santo, onde ainda está, e á qual está annexo o Sanctuario.

A imagem da padroeira, é de pedra, e muito antiga, mas de bôa esculptura, e de 0m,55 d'alto.

A sua festa principal (a 15 de agosto) é uma das mais concorridas romarias d'esta provincia; e desde então até aos fins de outubro, vem aqui muitos romeiros, visitar a Senhora e cumprir varias promessas, sendo o maior concurso aos sabbados.

—

PRÉCES (Nossa Senhora das) — Douro, notavel Sanctuario, na freguezia de S. Bartholomeu, da *Aldeia das Dés*, (antigamante chamada *Aldeia da Serra*) concelho de Oliveira-do-Hospital, comarca de Tábua, bispado e districto administrativo de Coimbra. (Foi do concelho de Avô, comarca de Midões, ambas supprimidas.)

No termo da villa d'Avô, cabeça de um antigo concelho, supprimido em 24 de outubro de 1855, e pertencente ao condado d'Arganil, dos bispos de Coimbra, e que foi da jurisdicção d'estes prelados, que eram seus alcaides-móres — no termo d'esta villa, repito, está a freguezia de S. Bartholomeu, da *Aldeia-das-Dés*. (Vol. 1.º, pag. 82, col. 2.ª)

No districto d'esta freguezia, está a serra, ou monte, do *Colcorinho*, (adiante darei a explicação d'esta palavra) e n'ella o magestoso Sanctuario de *Nossa Senhora das Préces*, um dos mais famosos das duas Beiras.[1]

A serra de Colcorinho, tem mais de 200 metros acima do nivel do mar, e como as cordilheiras e montes que a cercam, são de muito menor elevação, d'ella se goza um vastissimo horisonte, em todos os sentidos.

É susceptivel de cultura, por ter bôa terra vegetal e abundancia d'aguas, porém os povos da freguezia não colhem d'ella outros proventos mais do que grande quantidade

[1] Dá-se a estas arvores, o nome de *Zezereiros*, por povoarem quasi exclusivamente as duas margens do *Zêzere*, em uma grande extensão. São muito frondosos, e de folhas permanentes, sempre verdes; muito parecidos com os loureiros, tanto na folha, como na côr; mas de muito maior volume, pois são quasi do tamanho das nogueiras, no seu completo estado de desenvolvimento.
Em outras terras, se dá a estas arvores o nome de *azereiros*, ou *azareiros*. Dá uns cachos de flores brancas, muito odoriferas, e um fructo semelhante aos murtinhos. Diz-se que a sua flor, frita em azeite, tira a vermelhedão do rôsto, e cura as emicraneas.
Em parte alguma ha zezereiros tamanhos, como em Sernache do Bom-Jardim.

[1] Mas, todo o districto administrativo de Coimbra, faz hoje parte da nova provincia do *Douro*.

de carvão vegetal, que exportam para differentes terras, e cujo fabrico, é a principal occupação da maxima parte da gente da freguezia. Ha tambem aqui muita caça, de varias qualidades.

Ao fundo da serra, corre o rio Alva, entre abruptas penedias.

—

No alto d'esta serra, appareceu uma imagem da Santissima Virgem, á qual uns dão o nome de *Nossa Senhora do Colcorinho*, e outros (mais geralmente) *Nossa Senhora das Préces.*

Segundo a lenda, foi esta santa imagem achada por uns pastores, em tempos de que não ha memoria; e dando parte do achado, tratou logo o parocho e o povo de lhe fazer uma edicula, no proprio logar do seu apparecimento; mas, como este sitio era alcantilado e de difficilimo accesso, lhe fizeram nova capella, mais ampla e melhormente construida, em sitio de mais facil subida.

Principiou o povo a ter tão grande devoção com a Senhora das Préces, que passados annos, transformaram a segunda capella, em um vasto e sumptuoso templo, e é o actual. Tambem não consta em que annos se fizeram estas duas mudanças, ainda que a egreja, pela sua architectura, parece não remontar além do seculo 18.°

Este templo está proximo aos logares de *Valle de Maceira*, e *Pomares*, nas faldas da mesma serra, em sitio coberto de estévas, urzes e outras plantas silvestres, mas apropriada para uma vasta edificação.

Todas as obras d'este magnifico Sanctuario, foram feitas com o producto de avultadas esmolas e offertas, constantemente feitas á Senhora, que têem dado, não só para a construcção do templo e seus altares, como para alfaias e paramentos riquissimos; e para a edificação de differentes casas, para residencia do capellão e do eremitão, e para aposentadoria do grande numero de romeiros que concorrem aqui, em todas as estações do anno, principalmente no verão.

A imagem da Senhora, não tem mais de 0m,33 (palmo e meio) de alto, mas é de bôa esculptura.

Tanto a capella-mór, como o corpo da egreja, têem as paredes interiores revestidas de formosos azulejos.

Junto á casa da Senhora, ha varias capellinhas, representando differentes *passos* da paixão de Jesus Christo.

Tambem aqui se construiu um formoso chafariz, de cantaria, cuja agua é de optima qualidade.

Os grandes rendimentos (eventuaes) d'esta Senhora, se fossem bem administrados, chegariam, não só para custear as despezas do culto divino — ainda com grande esplendor — e para pagamento dos estipendios ao capellão e erimitão, como tambem para os concertos das obras existentes, e para fazer outras de novo, com a maxima sumptuosidade; porém, á época da *devoção*, succedeu a do *positivismo*, e ás necessidades do culto divino, succederam outras precizões.

As mesas administrativas d'este Sanctuario (com honrosas mas rarissimas excepções) têem cuidado mais dos seus interesses do que dos da Senhora, cujos rendimentos têem sido, em grande parte, absorvidos escandalosamente, em proveito de quem *mais do que ninguem* devia pugnar pela prosperidade do Sanctuario.

Têem sido tão pessimamente administradas as rendas da Senhora, que o sr. D. Manoel Correia de Bastos e Pina, virtuoso bispo de Coimbra, e conde d'Arganil, depois de uma visita pastoral que fez a esta freguezia, em 1875, manifestando as impressões que sentiu, ao vêr os monumentos de devoção, que a piedade dos fieis alli levantou a Nossa Senhora das Préces, lamenta sentidamente o pouco acerto e indisculpavel falta de gôsto que revelam algumas das obras que alli se tem feito, e termina por *lembrar ás auctoridades administrativas, a necessidade de accudirem quanto antes, com as providencias necessarias, sollicitando até uma lei especial, se tanto fôr preciso, para que o Sanctuario de Nossa Senhora das Préces, venha a ser, pela acertada applicação de suas esmolas, não só um monumento de religião e de piedade, senão tambem um padrão de honra e gloria, para toda a provincia da Beira.*

O que vae sublinhado, são as proprias palavras de um periodo da carta que o vene-

rando prelado escreveu ao seu cabido, no dito anno de 1875, depois de visitar este Sanctuario.

—

A paginas 284, col. 2.ª e seguintes, do 1.º vol., tratei da antiga villa de Avô; mas, como depois d'isso pude obter mais algumas noticias, de que não quero privar o leitor, com respeito a esta povoação; as dou n'este logar.

—

A villa d'Avô, está situada em um profundo, porém ameno valle, dividido em trez partes, pelo rio *Alva*, e pela ribeira de *Pomares*, mas ligadas por duas pontes — uma de pedra, de um só arco, mas alta e bem construida, sobre o Alva — e outra de madeira (n'outro tempo tambem de pedra, e denominada de Santo Antonio) junto da qual se confundem as duas correntes.

A villa, dista 9 kilometros de Oliveira-do-Hospital, e egual distancia de Côja e de Penalva d'Alva — 12 de Tábua—egual distancia de Midões—e 20 de Fajão, e de Loriga, e 3 de Gallizes.

Teve juiz ordinario (de vara branca) que era tambem juiz do crime, e dos orphãos.

Teve capitão-mór, e duas companhias de ordenanças.

É provavel que, se esta povoação não existia já no tempo dos romanos, foi edificada no dos godos, e, em todo o caso, é mais antiga do que a monarchia portugueza.

O seu primeiro foral, dado — como disse no vol. 1.º—por D. Sancho I, (no 1.º de maio de 1187) não existe no archivo da camara, por ter sido queimado.

D. Urraca Affonso, primeira donataria d'esta villa, filha bastarda de D. Affonso Henriques, foi casada com D. Pedro Affonso, neto do grande Egas Moniz — e, como não houve filhos d'este matrimonio, passou o senhorio para os bispos de Coimbra, e depois para a corôa.

No centro da povoação, está o seu desmantellado castello, conservando as suas ameias, apenas pelo N. e S.; parte da muralha do E.; e completamente arrazado pelo O.—da torre de menagem poucos vestigios existem. Esta fortaleza foi mandada construir pelo rei D. Diniz, entre os annos 1300 e 1310.

Houve aqui um mosteiro de templarios, do qual ha vestigios, nos cubiculos ou cellas, onde viveram os monges, proximo á capella, que é de architectura gothica.

A collegiada da egreja matriz, deixou de existir, desde a extincção dos dizimos.

Teve uma aula régia, de latim, que foi supprimida em 1834.

Já disse no 1.º vol., que era natural d'esta villa, *Braz Garcia Mascarenhas*, poeta distincto, que foi governador da praça d'Alfaiates (no Riba-Côa) e auctor do *Viriato tragico*.

A companhia de 150 homens, das principaes familias d'estas terras, que Mascarenhas organisou em 1640, para defender a sua patria, era toda de cavallaria; e pela sua bravura, durante a guerra da independencia, foi denominada *companhia de leões*.

No seu poema (canto 15.º, estancia 24, descreve assim, Mascarenhas, a sua terra natal—Avô:

«Os bosques em que está, vê, deleitosos;
A Ceres, loura; e a Flora, jardineira.
Vê nascer, entre os rios, caudalosos,
Nobre villa, em peninsula guerreira;
Que nos trez edificios sumptuosos—
Ponte, castello, egreja — honrando a Beira,
Enobrece Diniz, segundo Brigo,
Nono restaurador do reino antigo.»

—

O extincto concelho d'Avô, era, pelo N.N.O. e N., unido ao de Oliveira-do-Hospital—pelo N.E. e E., ao de Penalva d'Alva, (districto administrativo da Guarda)—pelo E.S.E. e S. E., e S.S.E. como o, tambem extincto, de Loriga (do mesmo districto administrativo da Guarda) — e com o da Covilhan (districto administrativo de Castello Branco) e Fajão —pelo S. e S.S.O., S.O. e O., com o supprimido de Côja, hoje comarca e concelho de Arganil — e pelo O., N.O. e N., como o de Tábua, e extincto de Midões.

—

Duas outras povoações ha bastante notaveis n'este extincto concelho—*Lourosa* (4.º vol., pag. 466, col. 1.ª) e *Villa Pouca da*

Beira; ambas de fundação antiquissima, e que foram capitaes de concelhos.

A egreja parochial de Lourosa, é antiquissima, e de architectura gothica, com dois campanarios.

Além do mosteiro do *Desagravo*, de freiras franciscanas, em Villa-Pouca-da-Beira, do qual tratarei no logar competente, e do templo de Nossa Senhora das Préces, de que fallo n'este artigo, ha ainda, dignos de menção, n'este extincto concelho:

A *Ponte das Trez Entradas*, entre Santa Ovaia e a Aldeia-das-Dés, no ponto onde se junta a ribeira do Alva com a de Loriga.

A serra de *Colcorinho* — em cujo ponto culminante está a capella de *Nossa Senhora das Necessidades*, pela parte inferior da qual, houve uma praça d'armas, e na qual assistia *Colcorinho*, o mais antigo general do Viriato, o herminio.[1]

Ainda ha restos evidentes d'esta praça d'armas. É uma muralha de fórma triangular, e cujas paredes, em partes, têem 2^{m},64 de espessura.

Mascarenhas, querendo perpetuar a tradição da existencia do tal *Colcorinho*, diz na estancia 41, do 4.º canto do seu poema:

«Colcorinho, o mais velho e mais sciente,
Que o nome a um monte deu, pouco distante
Do Herminio, e pouco menos levantado,
A elle por um C, de serra atado.»

—

A *serra do Açôr* (á qual tambem alguns denominam *d'Açô*, ou *Baçô*) que atravessa a estrada de Coimbra para a Covilhan.

—

A principal industria dos habitantes do antigo concelho d'Avô (bastante montanhoso) é a agricultura, exportando algum milho e pouco vinho.

Era porém susceptivel de grande incremento, pelas muitas ribeiras de que é cortado; não obstante correrem todas em profundos e apertados leitos, e são:

[1] É d'este famoso guerreiro lusitano, da edade média, que a *serra do Colcorinho* tomou o nome.

Ribeira do Piodão — que nasce perto do logar do mesmo nome, e desagúa junto de Vide, na ribeira de Loriga.

Regato da Aldeia-das-Dés — que tambem desagúa na ribeira de Loriga, acima da *ponte das Trez Entradas*.

Ribeira de Loriga—que nascendo proximo á villa de Loriga, desagúa no *Alva*, perto da mesma ponte das *Tres-Entradas*.

Ribeira de Moura — que nasce junto ao povo do mesmo nome, e desagúa na de Pomares, perto da foz do Moura.

Ribeira de Pomares — que nasce junto do logar de *Sobral-Magro*, e desagúa no *Pégo*, do rio Alva.

Rio Alva—que, nascendo na serra da Estrella, nos limites do concelho de *Manteigas*, toca nos de *Cêa*, e Loriga, junto á ermida de *Nossa Senhora do Desterro*. Atravessa os territorios de Sandomil e Penalva d'Alva, passando perto d'estas duas villas, e entra no districto administrativo de Coimbra, por este concelho d'Avô; percorrendo em seguida os de Côja, Arganil e Farinha-Pôdre, e desagúa no Mondego, 24 kilometros ao O. de Coimbra, e pouco abaixo da *Raiva*. (Vide vol. 1.º, pag. 168, col. 2.ª e seguintes.)

Ainda do rio Alva, diz Mascarenhas, no seu *Viriato tragico* (canto 4.º, estancia 90):

«Da altiva Estrella, nasce altivo infante,
Meu patrio Alva, corno d'Amalthea,
Que, em pomos e pescados abundante,
Mais copia cria do que tem de areia.
Em partes mudo, em partes retumbante,
De villa em villa, plácido passeia,
Que todas n'elle tem soberbas pontes,
Para quando, soberbo, investe os montes.»

PRECUDIR — portuguez antigo — açoitar, bater, castigar, ferir, etc.

PREGARÊTAS — portuguez antigo — freiras de S. Domingos (por serem da ordem dos prégadores.)

PREITAR—portuguez antigo—*pagar*, *pôr*, *satisfazer*, com direito e justiça.

Ainda hoje em varias provincias de Portugal, se empréga o verbo *prantar*, em vez de *pôr*, ou *pagar*. Já se vê que é corrupção de preitar.

PREITEGAR — portuguez antigo — fazer ajuste, pacto, concerto, etc.—Tambem se dizia *preitejar*, com a mesma significação.

O substantivo, era *preitezia*.

PREITO — portuguez antigo — pleito, demanda, contenda, etc.—(Documento das freiras bentas, do Porto, de 1288.)

PREITO—portuguez antigo—ajuste, convenção, contracto, composição de pagamento. (Documento das freiras bentas, do Porto, de 1359.)

No *Fuero juzgo*, se toma no mesmo sentido a palavra *pleito*, que hoje é exactamente o contrario de concordata, composição, pagamento, etc.

Já no seculo 14.º, os lettrados costumavam, como hoje, *embrulhar* a mais simples questão do direito, tornando o pleito interminavel; por isso, D. Pedro I, de Portugal, por uma sua carta régia, mandou *que os lettrados e procuradores aprendessem outros officios em que podessem ganhar a vida; para fazer parar o processo infinito do pleito immortal.*

Mathias, rei da Hungria, com pregão publico, mandou expulsar do seu reino todos os advogados, *e logo este ficou em paz e socegado!*

PREITO—portuguez antigo—ainda hoje usado. — Dizia-se *preito e menagem* (ou *homenagem.)*

Os que prestavam *preito e menagem*, tinham obrigação de servir o seu senhor, não só na guerra, mas tambem na paz; assistindo nos tribunaes, como asseçores, para julgarem e decidirem os pleitos e letigios.

PRELADA (quinta da) — junto ao Carvalhido, nos arrabaldes do Porto.

É uma bella, vasta e rica propriedade, com optima casa de residencia.

Pertence a uma das mais nobres familias do Porto, e é seu actual possuidor, o sr. D. Manoel de Noronha, vulgarmente denominado, *D. Manoel da Prelada.*

Esta familia procede do mesmo tronco d'onde descendem os antigos marquezes de Villa-Real—o primeiro, e ultimo, duque de Caminha—marquezes de Angeja—condes de Peniche, dos Arcos, e de Valladares—e outras muitas das mais illustres d'este reino.

Noronha, é um appellido nobre d'este reino. Veiu de Hespanha, tomado da villa de Noronha, nas Asturias. Trouxe-o para Portugal, D. Affonso Henriques, que foi conde de Noronha e *Gijon*. Era filho bastardo de D. Henrique II, de Castella (o que morreu assassinado por seu irmão bastardo, D. Pedro, *o cruel*, que lhe usurpou a coróa, e reinou, sob o nome de D. Pedro I. — Era contemporaneo do nosso D. Pedro I, *o justiceiro*, que alguns escriptores confundem com aquelle.)

D. Affonso Henriques de Noronha, foi casado com D. Isabel, filha bastarda de D. Fernando I, de Portugal.

Fez seu solar na villa de Óbidos (Extremadura portugueza.)

Foi seu filho primogenito, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. (Vol. 4.º, pag. 272, col. 1.ª, no fim.)

Os Noronhas têem brazão completo, e é: escudo aquartellado—no primeiro e quarto quartel, as armas de Portugal, com o filete da bastardia, em contrabanda—no segundo e terceiro, em campo de púrpura, castello d'ouro, mantelête de prata, carregado de dois leões, de púrpura, batalhantes — orla de 16 escaques, 8 de ouro, lizos, e 8 de veiros, de azul e prata—élmo de aço aberto—e timbre, meio leão das armas.

A segunda familia d'este appellido, procede do terceiro filho do referido D. Affonso Henriques de Noronha, e de D. Isabel.

Foi D. Fernando de Noronha, ao qual D. Affonso V fez conde de Villa-Real (de Traz-os-Montes.)—Casou com D. Brites de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, segundo conde de Vianna, e da casa d'este ficaram herdeiros aquelles, sob a condição de seus descendentes usarem do appellido e armas dos Menezes, pelo que se lhes alterou o escudo, ficando do modo seguinte: escudo terceado, em palla, e dividido em faxa, formando assim, seis partes — na primeira de ouro, um estóque de ferro (azul) em palla, entre quatro rodéllas, azues—na segunda, quarta

e sexta, de ouro, quatro pallas, de púrpura — na terceira e quinta, de ouro, dois lobos, de púrpura, em palla, e sobreposto, o escudète das armas dos Menezes, modernos.

A terceira familia d'este appellido, procede do quarto filho de D. Affonso Henriques e de D. Isabel—foi:

D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, que usou as armas dos Lencastres.

Tambem foi d'esta familia, D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, cujos descendentes usam das armas dos Noronhas e Menezes.

Em nossos dias vêem-se as ármas dos Noronhas compostas ainda de outros diversos modos, em razão da liga com outras familias.

—

PRÊMA—portuguez antigo—Vexame, angustia, dôr, trabalho, perca, afflicção. Vem do latim *premo*.

PRENHADA—Vide *São Pedro de France*.

PREPOSITO — portuguez antigo — era o nome que se dava n'este reino, aos porta-bandeiras, antes da invasão dos árabes. Os romanos lhe davam o nome de *signifer*. Desde o conde D. Henrique, até ao reinado do cardeal rei, se denominava *alferes-mór;* e depois, até hoje — *porta-bandeira*.

Depois se deu o nome de *proposito*, ao primeiro prelado (uma especie de geral) em um só mosteiro, egrejas, residencias e granjas d'elle dependentes.

PREREGALHA — portuguez antigo—supplica, petição, requerimento, instancia. etc.

PRESAMARCOS—póvos da raça celta, que habitavam junto de *Iria-Flavia*(hoje Padrão) na Galliza.

PRESIDIO — nome de muitas povoações, no tempo dos romanos. Mencionarei aqui as de que pude obter noticias.

Presidio, era o nome da actual freguezia de *Codeçoso do Arco*, annexa á do Ferral. (Vol. 2.°, pag. 313, col. 1.ª)

Era uma cidade, ou, pelo menos, uma povoação importante, fundada pelos romanos. Ficava sobre a via militar, que de Braga hia a Astorga, por Chaves. Segundo o itinerario de Antonino Pio, ficava entre *Salácia* (actual Salamonde) e *Caladuno* (actual Gralhas) a 6 leguas e meia de distancia de uma á outra.

N'ésta povoação residia a cohorte que o imperador Tiberio mandou, pelos annos 24 de Jesus-Christo, de guarnição para esta parte da Lusitania.

Em Codeçoso do Arco, ainda no seculo 18.° existia um marco milliar, cuja inscripção dizia, que d'alli a *Aquas-Flavias* (Chaves) eram 42:000 passos, que vem a ser, 6 leguas e 460 passos—a distancia (com differença de 40 passos) que lhe dá o *Itinerario*. Ficava a 11 leguas de Braga.

—

Presidio—era uma povoação que ficava sobre outra das cinco vias militares romanas, de Braga a Astorga, atravessando a serra do Gerêz (vide *Geira*.) Tambem é mencionada no referido *Itinerario*. Ficava entre *Nemetobriga* e *Salientes*, 27 leguas de Braga, e já na actual provincia de Galliza, mas então, da chancellaria de Braga.

—

Todos os logares a que nós hoje damos o nome de *Córtes* ou *Castros* — corrupção de *cohortes* e *Castrum*—tambem foram presidios, porque os romanos davam estes nomes aos logares fortificados, onde estabeleciam o quartel de uma cohorte ou legião.

Este presidio, servia-lhes para centro das suas operações guerreiras; para refugio, em caso de necessidade; para guardarem as suas munições; e, finalmente, para terem em segurança os seus prisioneiros de guerra. É talvez d'esta ultima circumstancia, que lhes vem o nome de presidios.

PRESOR—portuguez antigo—aquelle que resgatava certa porção de territorio, do poder dos mouros; porque *presar* era então synonimo de tomar á força d'armas.

O que fazia este serviço a Portugal, ficava senhor das terras que havia reconquistado, sem respeito algum aos antigos e legitimos possuidores, ou seus descendentes; pois que o *direito da guerra* lhe dava o de propriedade, segundo a legislação d'aquelles tempos.

Ao alvará, provisão, ou carta régia que confirmava a posse aos *presores*, se chamava *alvende*. Vide *Souzêllo*.

PRESTAMEIRO — portuguez antigo — dava-se este nome ao que tinha propriedades da corôa, consignadas para a sua congrua e sustentação, ou parte d'ella.

No foral de Bragança, dado em 1187, se diz—*Cavalario, que hi Aprestamo nom tover, nom peite Luitosa. E quem Aprestamo tover, e filhos ouver, nom peite Luitosa, nem tolliam a seus filhos o Apréstamo.*

Depois, se chamou prestameiro ao que tinha uma pensão sobre qualquer *prestimonio*, ou *aprestimo*, tirada de algum beneficio, com, ou sem obrigação de resar o officio divino.

Tambem se dava o nome de prestameiro, ao que recebia os fóros ou pensões dos prestamos, ou aprestamos.

PRÉSTAMO, APRÉSTAMO, PRÉSTEMO e (mais vulgarmente) **PRÉSTIMO**—era a consignação de certa quantidade de fructos ou dinheiro, imposta em alguma propriedade, e destinada para sustento de uma pessoa ou pessoas; ou a qualquer instituição de caridade; ou para qualquer obra, de utilidade publica.

A muitas propriedades sujeitas a esta pensão, se dava o nome de *Préstamo*, que ainda hoje se conservam.

Na jurisprudencia ecclesiastica, se dá o nome de *prestimonio* (o mesmo que *préstamo*) á porção tirada para sempre, dos rendimentos de um beneficio, para ser applicada a qualquer individuo, secular ou ecclesiastico; hospital, collegio, armadas contra os infieis, etc.

—

Vê-se do *Tombo do áro*, de Lamego, que o rei tinha alli muitos prestamos. No mesmo tombo (de 1346) a fl. 2, se diz—*O Alcaide do Castello de Lamego hade haver em cada hum anno, no tempo quando malhão os pães, de quantos Casaes El-Rei ha no Préstemo de Magueija, senhos feixes de colmo, de 6 colmejros o feixe, e senhos feixes de gésta negral grande, para colmarem as casas do Castello: Salvo de dous Casaes d'esse lugar, que são izentos; porqué são Mordomos foreiros, e correm a terra por El-Rei, em cada um anno; e salvo dos Casaes da Matança, que dão colmo, e não dão gésta.*

Em muitos documentos, não só do principio da nossa monarchia, mas ainda muito anteriores a ella, se dá ao prestamo, o nome de *atondo.*

Na casa da *Penacha*, no bispado de Lugo, se achou um documento original, datado do 1.º de maio de 867 (no reinado de D. Affonso, o magno) e por elle consta que *Sabarico*, ultimo bispo de *Dume*, junto aos muros de Braga, vendo esta cidade e toda a sua diocese, destruida pelos serracenos, se dirigiu a Flaviano, bispo de Lugo e lhe pediu, em *prestamo, para seu vestido e sustento*, as egrejas que existiam no condado de Monte-Negro, desde o rio *Eume*, até ao rio *Euve*, e desde o nascimento do rio Minho, até á costa do mar; sob a condição de as possuir *só pelo tempo que fosse do agrado do Flaviano*—e que este ou seus successores, as poderiam rehaver quando quizessem, sem se poder allegar prescripção de 30 ou mais annos, e sem demanda judicial.

Ainda Sabarico (ou Savarico) se obrigou a hir todos os annos á cathedral de Lugo, com o clero e povo d'aquellas egrejas, no dia da Assumpção de Nossa Senhora, levando ao bispo a *reconhecença* de 100 congros, e assistindo, com cirios e oblações, áquella festa.

Sabarico, fez o seu assento em uma povoação, então chamada *Minduniêto*, e hoje *Mondonhêdo*, e alli exercia todas as funcções episcopaes.

Segundo a *Hespanha Sagrada*, foi d'este modo que teve principio o bispado de Mondonhêdo (Mondonêdo) transferindo-se para aqui o de Dume.

Sendo assim, do que não ha uma prova incontestavel, teve Dume trez bispos—S. Martinho, Rodezendo (ou Rozendo) e Sabarico. Veja-se o que digo no 2.º vol., a pag. 490, col. 1.ª

PRESTANÇA — portuguez antigo — fazer prestança, era o mesmo que tratar com carinho, sollicitude, etc.

PRESTE — portuguez antigo — sacerdote. É contracção de *presbyter.*—Tambem se dizia *prestes.*

PRESTIMO—portuguez antigo—o mesmo que *prestimonio*. Vide *Prestamo.*

PRESTIMO—freguezia, Douro, comarca, concelho e 15 kilometros a E. N. E. d'Agueda (foi da mesma comarca mas do concelho do Vouga) 54 kilometros ao N.O. de Coimbra, 30 ao N.E. d'Aveiro, 255 ao N, de Lisboa, 220 fogos, em 1757, tinha 116.—Orago S. Thiago, apostolo. Foi até 1774 do bispado de Coimbra, e desde então, é do bispado e districto administrativo d'Aveiro.

O reitor de Vallongo do Vouga, apresentava o cura, que tinha 13$000 réis de congrua e o pé d'altar.

É terra fertil em todos os fructos do nosso clima.

Foi villa, da provedoria d'Esgueira, e cabeça de couto, sendo seu donatario, em 1710, D. João de Mello (o da Boa-Vista) que o era egualmente da villa de Serem.

D. João de Mello, era commendador da ordem de Christo. Este senhorio e o de Serem, lhes trouxe em dote, sua mulher, D. Isabel Soares, filha de Miguel Soares de Vasconcellos, e de D. Maria Pacheco de Mello. Este D. João era da casa dos Mellos, senhores da Trofa e Eirol. Os actuaes representantes, por varonia, d'esta familia, são os filhos de Sebastião de Castro Lemos, da casa do Covo, junto a Oliveira d'Azemeis; que ainda aqui (Eirol e Trofa) possuem prazos, foros e propriedades.

—

Na aldeia dos *Ferreiros*, d'esta freguezia, está a antiga ermida de *Nossa Senhora das Neves*, cuja padroeira é festejada a 5 de agosto.

Tambem n'esta aldeia de Ferreiros, havia uma alta e antiga ponte, de um só arco, que ainda existia quando o padre Carvalho escreveu a sua Chorographia. Foi destruida por uma enchente, no fim do seculo 18.º

Não se sabe quando nem por quem foi fundada; mas, com certeza já existia em 1562, pois d'esse anno é a data de um calix que foi offerecido a esta Senhora.

—

Na aldeia de *Cambra,* tambem d'esta parochia, está a capella de *Nossa Senhora de Nazareth,* cuja festa se faz a 15 d'agosto, e foi antigamente uma das maiores e mais sumptuosas d'estes sitios, hindo em visita á ermida, o parocho da freguezia, com o povo d'ella, em solemne procissão.

É templo muito antigo, mas tambem se ignora a data da sua fundação, e o nome do seu fundador.

A povoação está situada a 1:500 metros ao S.O. da margem esquerda do rio *Alfusqueiro* (vol. 1.º, pag. 119, col. 2.ª no fim.)

A 5 kilometros ao N. d'esta freguezia, nasce o Marnel (vide esta palavra.)—Depois de algumas voltas, passa um kilometro ao N. da Trofa, e entra no Vouga, com um curso de 15 kilometros.

PRÉSTIMO—aldeia, Extremadura, termo, concelho, comarca, e districto administrativo de Santarem. Nada tem de notavel (que eu saiba) senão ter sido couto, e ser terra fertil em cereaes e azeite, cujos generos exporta.

D. Manoel lhe deu foral, em Lisboa, a 6 de fevereiro, de 1514. *(Livro de foraes novos da Extremadura,* fl. 88 verso, col. 1.ª)

Este foral serve tambem para — Cernada, Maçans, Macida, Póvoas-Novas, Soutella, Valle de Lodo, Villarinho, e Urgeira.

PRESURIA, ou **APRESURIA** — portuguez antigo — conquista, ou reivindicação, feita com mão armada. Entendia-se pela restauração das terras que se tiravam do poder dos mouros.

Tambem depois se dava o nome de *presuria*, á prêza d'agua, açude, motta, levada, etc.

PRETAROUCA, ou **PERTAROUCA**—Vide *Bertarouca.*

PRETO—portuguez antigo—era o nome que se dava ao real de cobre (*real preto.*)—Ao de prata, chamavam *real branco.* O real branco, valia seis ceitis. Dez pretos faziam um real branco.

Esta moeda é coeva da constituição da nossa monarchia.

Prêto, é tambem um appellido nobre em Portugal, procedente de alcunha. O primeiro que d'elle usou, foi Gonçalo Peres Preto, vassallo de D. João I. Os Pretos, de um ramo, usam das armas dos Negros: outros trazem por armas—em campo d'ouro, cinco coticas negras, em faxa—timbre, um braço negro, com um bastão de ouro na mão.

Parece que os appellidos *Prêto, Negra, Negraes, Negrão, Negreiro, Negrilho*, e *Negro*, procedem todos do mesmo tronco.

Os *Negras*, traziam por armas—em campo de prata, 3 flores de liz, azues, em roquête—chefe de púrpura, carregado de quatro *girões* [1] de prata.

Os *Negraes*, usavam das armas dos Negreiros.

Para armas dos *Negrões*, vide *Ancêde*.

Os *Negreiros*, traziam por armas—escudo esquartellado—o 1.° e 4.° quartel, coticado, em palla, de ouro e azul, de 6 peças—o 2.° e 3.°, escaquetado d'ouro e azul, de 6 peças em faxa e 6 em palla. Elmo de aço aberto: e por timbre, meio leão azul, carregado de 3 pallas d'ouro.

Os *Negrilhos*, traziam por armas — em campo azul, banda de púrpura, filetada de ouro, carregada de 6 cruzetas do mesmo, entre 4 flores de liz, de ouro, duas de cada lado.

Os *Negros* [2] usavam das armas dos Negreiros, porem o timbre era um braço negro, pegando em uma palla, ou bastão de ouro.

Note-se porem que os *Negronos*, não procedem de nenhum dos appellidos antecedentes. Foi um genovez, cujo nome se ignora, que o trouxe da Italia para Portugal.

Os Negronos tinham por armas—em campo de prata, 3 pallas de negro—élmo de aço aberto, timbre, meio leão d'ouro.

PRETOR—O mesmo que *alcaide-mór*. Era senhor absoluto dos castellos e terras que o rei lhe entregava, com poderes, não só militares, mas tambem civeis e crimes.

Podia nomear um *alcaide-menor*, que tinha obrigação de residir constantemente no castello da alcaidaria. (Vide *Travanca*—de Mangualde.)

PREZ—portuguez antigo—preço ou avaliação de qualquer cousa. Doc. do seculo 13.°

Era tambem synonimo de agilidade, presteza, desembaraço, rapidez, etc.

PRIA—antiga povoação da Lusitania, na chancellaria de Braga, quatro leguas adiante de *Aquas Celenas*. Ignora-se se deixou de existir, ou se tem hoje outro nome.

PRIGOM—portuguez antigo—prisão; mas *prigom de Deus*, significava doença grave, sem esperança de cura—«*Eu, Johão Duraens, jazendo na* prigom de Deos, *faço em esta guiza, minha manda.*» (Doc. da Sé de Lamego, de 1316.)

PRIMARIÇAS—portuguez antigo—as primeiras lampreias que se pescavam (Vide *Sevêr*, do Vouga.)

PRIME—aldeia, Beira Alta, comarca, concelho, districto administrativo, bispado, e 6 kilometros de Viseu.—É povoação muito antiga, pois já existia no reinado de D. Affonso Henriques.

D. Sancho I, doou a Martinho Salvador, e sua mulher, Sancha Pires, em 1207, a sua *quinta de Villa-Mean, junto a Prime, no termo de Viseu.* (Vide *Villa-Mean*, aldeia junto a Prime)

Foi feito primeiro barão de Prime, em 10 de maio de 1837, Luiz Loureiro de Queiroz Cardozo do Couto Leitão.

Em 19 de maio de 1860, foi feito barão do mesmo titulo, o sr. José Profirio de Campos Rebello. E, em 4 de maio de 1870, foi elevado a visconde do mesmo titulo.

Manoel de Loureiro de Queiroz Cardozo, senhor da casa de Prime, e capitão-mór de Viseu, nasceu a 31 de março de 1749, e falleceu a 2 de março de 1828. Era casado com D. Maria de Mesquita de Loureiro Souza Cardozo (fallecida a 6 de agosto de 1839) filha de Simão de Mesquita Cardozo do Amaral Loureiro Castello Branco, e de D. Sebastiana Joaquina Peregrina da Silva.

Tiveram seis filhos (Luiz, Gonçalo, D. Ma-

[1] *Girão de terra* (portuguez antigo) suppõe-se ser o a que nós hoje chamamos *leira*, ou *glêba*, talho, etc.—«*Item—um talhinho, feito com um girão.*» (Doc. de Grijó, do seculo 15.°)

Girom, ou *Jirom*, porem, não era a mesma cousa: significava a roda do vestido. «*De um pellote singello de girões, 20 réis, e singello sem girões, 15 réis.*» (*Livro Vermelho*, de D. Affonso V, n.° 51.)

[2] Alguns escriptores suppoem que os Negros não procedem dos Pretos, mas de *Cecilio Negro*, intrepido capitão dos lusitanos, que existiu entre os annos 40 e 20, antes de Jesus Christo, no tempo do imperador Augusto.

ria Rita, D. Maria Rufina, D. Sebastiana, e Francisco.)

O primeiro d'estes filhos (Luiz) é que foi feito primeiro barão de Prime. Era commendador da ordem de Christo, e foi administrador geral, interino, do districto de Viseu.

Nasceu a 20 de outubro de 1785, e succedeu na casa de seu pae, em 2 de março de 1828.

A quinta, ou viscondado, de Prime, é uma vasta e rica propriedade, com optima casa de residencia, e uma linda capella, dedicada a Nossa Senhora das Dores, á qual os proprietarios da quinta fazem uma sumptuosa festa, com grande arraial, no ultimo domingo d'abril.

PRIMEIRA FÉRIA—portuguez antigo—*Domingo.*

PRIMIÇERIO, ou **PRIMICLERO**—portuguez antigo—hoje diz-se—*chantre* (dignidade de uma Sé.) Chantre, é synonimo de *cantor.*

PRINCIPE—do latim *primum caput*, se disse *princeps*, de que os portuguezes fizeram *principe.* Aos imperadores de Roma, se principiou a dar este titulo, que depois se veio a estender a todos os reis, e mais tarde, aos seus primogenitos.

D. Affonso Henriques, antes de 1139, se intitulava, ora principe, ora infante, e em alguns documentos, *duque dos Portuguezes.*

É êrro dizer que elle só se intitulou rei, depois de ser acclamado como tal, pelo exercito portuguez, nos campos de Ourique, em 25 de julho de 1139. Já no foral que deu a Penella (junto a Coimbra) em 1137, se diz rei; e do mesmo titulo usa em outros documentos anteriores áquelle dia glorioso.

Tambem antigamente se deu o titulo de principe, ao senhor de um vasto territorio ou comarca, no qual tinha poderes quasi magestaticos. Vinha a ser o mesmo que *rico-homem, potestade, maiorino*, ou *tenente.* (Vide *Salzêdas)*

PRINCIPE DA CURIA ou **MÓRDOMO DA CURIA**—corresponde ao actual *mórdomo-mór* do paço.

PRIOL e **PRIUL**—portuguez antigo—*prior.* —Temos na comarca de Pondá (India) uma povoação chamada *Priól.*

PRIORADO DO CRATO—Alemtejo.—A ordem de Malta ou de S. João de Jerusalem, é tão antiga em Portugal como a nossa monarchia.

Em 1099, Gerardo de Martígues, primeiro reitor de um hospital fundado annos antes em Jerusalem, separou-se dos religiosos de Santa Maria Latina, para formar ordem á parte, sob o nome de *Irmãos do hospital de S. João de Jerusalem.*

Divididos os hospitaleiros em tres classes—nobres, sacerdotes, e irmãos serventes, e perdida, para o dominio christão, a cidade santa, recolheram-se a S. João de Acre.

D'ahi foram estabelecer-se na ilha de Rhodes, até que Carlos V lhes concedeu a ilha de Malta.

Em Portugal a ordem, logo que foi admittida, constituiu-se em priorado separado, e os cavalleiros que d'elle tinham o governo, chamados primeiro *Priores do Hospital*, tiveram mais tarde o nome de *Priores do Crato.*

Em 1790, a rainha D. Maria I ordenou que a administração do grão-priorado do Crato ficasse para sempre unida e encorporada á casa do infantado.

O priorado de Portugal tinha vinte e cinco commendas, que rendiam 33:000$000 réis.

Os grão-mestres da ordem, eram, na maior parte, de França. Houve comtudo quatro portuguezes, D. Affonso de Portugal, filho natural de el-rei D. Affonso Henriques, D. Luiz Mendes de Vasconcellos, D. Antonio Manuel de Vilhena, e Manoel Pinto da Fonseca.

As commendas foram abolidas pelo § 3.º do decreto da extincção dos dizimos, de 30 de julho de 1832.

Todos os outros direitos, jurisdicções e regalias, foram extinctos por diversas disposições legislativas.

Vide *Crato*, para tudo o mais que se desejar saber com respeito a ordem de Malta.

PRISCOS—freguezia, Minho, concelho, comarca, districto administrativo, arcebispado e 6 kilometros de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 130 fogos—em 1757, tinha 93.—Orago, S. Thiago, apostolo.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 800$000 réis de rendimento annual.

O abbade de Priscos, tornou-se célebre em 1846, por formar uma guerrilha realista, que se uniu ás tropas de Macdonell.

É terra muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado, que exporta.

Foi senhor d'esta freguezia, D. Gomes Paes de Priscos, irmão do famoso mestre dos templarios, D. Gualdim Paes de Marecos, e filho de D. Payo Ramires e de D. Gertrudes Soares (da casa dos Correias, do Farelães.)

Em 13 de junho de 1852, Maria da Costa, mulher de Manoel Carneiro, d'esta freguezia, deu á luz, de um só parto, quatro creanças, dois varões e duas femeas, que todas foram baptisadas, mas tiveram poucas horas de vida.

—

No dia 12 de novembro de 1876, deu-se n'esta freguezia um facto digno de menção.

Ou por desarranjo mental, ou por um grande acto de desespero, um fogueteiro d'aqui, por alcunha *o Méchas*, disse, na tarde d'aquelle dia, á mulher e aos filhos, que sahissem de casa, porque estava resolvido a lançar fogo a quanta polvora havia n'ella.

A familia, e alguns visinhos, que accudiram aos seus gritos, agarraram-se ao alucinado fogueteiro, e por algum tempo poderam obstar a que elle effectuasse o seu intento.

Fingindo-se arrependido, disse que desistia do seu proposito; mas, apenas viu todos fóra de casa, pegou em um tição, e o atirou ao meio do monte de polvora (oito arrobas!) a qual fez tão grande explosão, que assustou toda a freguezia. A casa voou pelos ares; mas dando-se a circumstancia de ninguem ficar ferido.

O incendiario foi preso.

PRIZ (São)—freguezia, Minho, concelho da Ponte da Barca, comarca dos Arcos de Valle-de-Vez, 24 kilometros a O.N.O. de Braga, 385 ao N. de Lisboa, 150 fogos—em 1757, tinha 103.—Orago, S. Thiago apostolo. (O seu primeiro orago, foi S. Priz, ou Prisco.) Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Os senhores da Barca apresentavam o abbade, que tinha 480$000 réis de rendimento annual. [1]

É terra muito fertil.

Vulgarmente, dá-se a esta freguezia o nome de *Sanpriz*, e no foral de Nóbrega, se lhe dá o nome de *Sanprins*.

Ha n'esta freguezia, um alto monte, inaccessivel por um lado, e de difficil accesso pelos outros. Limita por esta parte, o concelho da Ponte da Barca.

Na corôa do monte, se veem as ruinas do famoso *castello da Nóbrega*, fundado no tempo do conde D. Henrique, ou no de seu filho D. Affonso I.

Segundo a tradição—D. Ourigo (ou Eurigo) cognominado—*o velho da Nóbrega*—era um fidalgo tão nobre pelo sangue, como distincto pelas acções de extremado valor que praticou contra os mouros. Foi elle o primeiro alcaide-mór do castello da Nóbrega, e d'elle procedem as illustres familias de appellido *Nóbrega*.

(Vide 6.° vol., pag. 102, col. 1.ª e 2.ª)

PROCISSÃO DOS FERROLHOS—Em 1599, grassou em Lisboa, e na maior parte do reino, uma terrivel peste.

O senado da camara de Lisboa, fez voto de levar todos os annos uma procissão, que, sahindo da egreja de Santo Antonio da Sé, pela meia noite, se dirigisse ao templo de Nossa Senhora da Penha de França, e, depois d'ahi haver missa cantada e sermão, regressasse ao amanhecer, á egreja d'onde sahira. A peste cessou, e logo no mesmo anno, a 5 d'agosto, se fez a primeira procissão.

[1] Rodrigo Fernandes, abbade d'esta freguezia, fez d'ella doação (12 de abril de 1190) ao convento de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) do logar do Crasto, de Villa Nova da Muhia; e n'elle professou. Vide *Crasto*, vol. 2.°, pag. 437, col. 1.ª, no fim, e seguintes.

O rapazío hia adiante da procissão, e batia em todos os *ferrôlhos* das portas, para acordar os que não estivessem a ellas, e d'isto se deu a esta solemnidade, o nome de *procissão dos ferrôlhos*, que sempre conservou, até ser, ha poucos annos, supprimida; porém a camara continua a cumprir, em parte, o antigo voto, fazendo todos os annos uma sumptuosa festividade a Nossa Senhora da Penha de França.

PROCONSUL—Durante a dominação romana, em quasi toda a Europa, e parte da Asia e Africa, havia duas qualidades de proconsul—um que era constitutivo, e fazia parte do imperio supremo dos imperadores, e este logar, antes de Marco Aurelio, só se dava aos collegas no imperio, e se deu a Néro, sendo cesar.

O outro proconsul não era perpetuo, e só tinha dominio fóra de Roma, e se dava muitas vezes, aos que eram puramente cesares, e em virtude do poder tribunicio.

PROEIRO, ou **PLOEIRO**—portuguez antigo—arraes. Tambem se chamava *alcaide do navio.*

PROENÇA A NOVA—villla, Beira Baixa, capital do concelho do seu nome, na comarca da Certan, grão-priorado, e 54 kilimetros do Crato, 180 ao S. E de Lisboa, 900 fogos em 1757, tinha 104 fogos.—Orago Nossa Senhora da Assumpção. Está, desde 1834, unida, no ecclesiastico, ao patriarchado de Lisboa, como todas as mais parochias do grão-priorado, e da prelazia de Thomar. Districto administrativo de Castello-Branco.

O primeiro nome d'esta freguezia, foi *Cortiçada*, e era uma das 12 villas do grão-priorado. Depois se chamou *Villa Melhorada*, e desde o foral novo, que lhe mudou o nome, é que se ficou chamando *Proença a nova.*

O grão-prior do Crato, da ordem de Malta, apresentava o vigario, que tinha 180 alqueires de trigo, 150 de centeio, 4 cantaros de azeite, 40 almudes de vinho cru, e 8$000 réis em dinheiro—o que tudo andava por 200$000 réis.

Ainda que seja povoação mais moderna do que Proença a Velha, é todavia muito antiga.

O seu concelho é composto de 4 freguezias—Esteval, Peral, e Proença a Nova, no grão-priorado do Crato—e Sobreira-Formosa, no bispado de Castello-Branco — todas com 1100 fogos.

—

Tem feira a 24 de agosto, trez dias.

—

A egreja matriz, era collegiada, com dois beneficiados e um thesoureiro.

Tem Misericordia e hospital, com poucos rendimentos.

O seu primeiro foral, lhe foi dado em 26 de setembro de 1242. *(Livro segundo de doações de D. Affonso III,* [1] fl. 37.*)*

D. Manoel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. (*Livro de foraes novos da Beira*, S. 17 verso, col. 2.ª)

—

É terra muito fertil em todos os generos do nosso paiz, cria muito gado, de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça.

PROENÇA A VELHA—villa, Beira Baixa, comarca, concelho, e 13 kilometros ao N. de Idanha a Nova, 20 ao S. de Penamacor, 12 ao O. de Monsanto, 40 ao N.E. de Castello-Branco, 248 ao E. de Lisboa, 220 fogos—em 1757, tinha 163.—Orago, Nossa Senhora da Silva.—Bispado e districto administrativo de Castello-Branco.

O tribunal da mesa da consciencia e ordens, apresentava o vigario, que tinha de rendimento annual 80$000 réis, e o pé de altar.

É povoação muito antiga, e senão do tempo dos romanos, pelo menos do dos godos.

D. Sancho I a deu a D. Pedro Alvitis, mestre da ordem do templo, e aos seus *frades*,

[1] Se a data do foral velho, é a que lhe dá Franklim, não foi D. Affonso III, que lhe deu, mas seu irmão e antecessor, D. Sancho II, que reinou desde 1223 até 1245, anno em que foi expulso do throno, hindo morrer a Toledo, em 4 de junho de 1248, na edade de 46 annos, sem patria, sem corôa, e sem esposa.

O mesmo Franklim, tratando do foral de Proença a Velha, diz que o foral de Proença a Nova, foi dado pelo prior do Hospital, em março de 1244. Não sei quando fallou verdade.

que lhe deram foral, em abril de 1218. (Gaveta 11, maço 8, n.º 47.)

D. Manoel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510 *(Livro de foraes novos da Beira*, fl. 25 verso, col. 1.ª)

Tanto no foral velho como no novo, foram dados a esta villa, todos os privilegios, isenções, foros, usos e costumes já concedidos a Idanha a nova.

Está esta freguezia situada em uma planicie, banhada do lado do N. pelo rio *Torto*, aqui atravessado por uma bôa ponte de pedra, muito antiga.

—

No termo d'esta villa, e a 3 kilometros de distancia, está a capella de *Nossa Senhora da Granja*, cuja imagem foi achada em uma granja que aqui havia, pertencente aos templarios.

Tanto a ermida, como a imagem da sua padroeira, são antiquissimas, mas não se sabe quando nem por quem foi construida.

Foi este sanctuario muito concorrido, até 1311, em quanto esteve em poder dos cavalleiros do Templo, mas sendo esta ordem então supprida, só algum devoto cuidava da conservação da ermida, que, ainda assim era muito visitada, áos sabbados, por bastantes romeiros, até ao meiado do seculo 18.º—Hoje está em ruinas.

—

Proença, é um appellido nobre em Portugal. O primeiro que se acha com elle, é João de Proença, que foi sepultado na egreja da Sé, de Lisboa, e na sua sepultura se viam as armas seguintes:—escudo dividido em palla—na primeira, de púrpura, uma aguia negra, de duas cabeças; golada, armada, bicada e membrada [1] de ouro — na segunda, d'azul, cinco flores de liz, d'ouro, em aspa. Timbre, meia águia, de uma só cabeça, bicada de ouro.—Parece que o tronco d'esta familia veio de Provença (França) em vista das flores de liz de que usam.

—

No 1.º de julho de 1863, foi feito barão de Proença a Velha, o sr. José de Menezes Pitta de Castro, general de brigada, reformado, residente na villa de Penamacor. É irmão do sr. doutor, Rodrigo Pitta de Menezes e Castro, par do reino. (Vide *Caminha*.)

—

Em 8 de maio de 1866, foi feito visconde de Proença a Velha, o sr. Antonio de Gouveia Osorio de Vasconcellos.

—

O termo d'esta villa, é bastante fertil em todos os generos agricolas do nosso clima: cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são muito abundantes de caça, grossa e miuda.

—

Não me consta que existam aqui vestigios de monumentos de outras éras; provavelmente, foram destruidos pelo povo ignorante, e por falta de cuidado das camaras.

PROFEITO — portuguez antigo. Proveito —(Doc. de 1285.)

PROL, **PROE** e **PROHE** — portuguez antigo—utilidade, conveniencia, proveito, etc.

PROL-FAÇA—portuguez antigo—que lhe preste, que lhe faça muito bom proveito, que seja para bem.

PROMESSA — portuguez antigo — certa pensão arbitraria que o colono ou emphyteuta promettia ao mórdomo do senhorio. Quasi sempre estas *promessas*, que eram voluntarias, se tornavam obrigatorias com o tempo.

PROPRIOS — certas rendas dos direitos reaes, no Algarve.

PROSTIMEIRA — portuguez antigo — fim, remate, termo da vida.

PRÓVA—portuguez antigo—purgação canonica, ou vulgar.

PRÓVA, ou **PÓVERA**—Minho, casa antiga e nobre, na villa da Barca (ou Ponte da Barca.)—Está hoje unida ás das *Chozas*, e *Sá*. Pertence á illustre familia dos Araujos e Azevedos.

Foi senhor da casa da *Próva*, Francisco

[1] Os que desejarem saber a significação de todos os termos da arte da armaria, podem recorrer á bibliotheca publica de Lisboa, onde acharão uma obra manuscripta, em 7 volumes de 4.º, intitulada *Thesouro heraldico de Portugal, ou tratado da armaria portugueza, e arte de brazonar os escudos dos reis e familias nobres d'este reino*, por Antonio José Vaz Velho.

Antonio d'Araujo e Azevedo, do conselho de el-rei, brigadeiro dos reaes exercitos, commendador da Ordem de Christo, fidalgo da casa-real e capitão general do archipelago dos Açores. Era irmão de Antonio d'Araujo e Azevedo, primeiro conde da Barca, ministro e secretario d'estado, embaixador plenipotenciario á côrte de França—e de João Antonio d'Araujo e Azevedo, commendador de S. Pedro do Sul, e conselheiro da fazenda. (Vide *Ponte da Barca.*)

PRÓVA—freguezia, Beira Baixa, comarca de Villa Nova de Foz-Côa, concelho da Meda (foi da comarca e concelho da Meda) 48 kilometros de Lamego, 340 ao N. de Lisboa, 120 fogos—em 1757, tinha, 106.—Orago, S. João Baptista.—Bispado de Lamego districto administrativo da Guarda.

O abbade de S. Pedro de Penedôno, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar.

É terra pouco fertil em cereaes e fructos, mas abundante de gado e caça, de varias especies.

O nome d'esta freguezia, não vem de *Prova*, purgação, ou da palavra seguinte, mas é corrupção de *Póbra*, que no antigo portuguez era o mesmo que *Póvoa*—povoação.

PRÓVA DO FERRO-CALDO (ferro em braza)—**DA AGUA FRIA**—e da **AGUA QUENTE**—Desde tempos remotissimos, até ao seculo 14.º, a pessoa accusada de qualquer delicto, desafiava o seu accusador, para uma d'aquellas *provas*. Se o supposto criminoso sahia incolume da *próva*, era o accusador julgado calumniador; mas, se succumbia, era tido como culpado.

A *prova de ferro caldo*, consistia em levar um ferro nas mãos, até certa distancia, ou pôr os pés nus sobre elle, por tempo determinado, sem que isto lhe causasse o menor mal.

A *prova da agua fria*, era beber certa quantidade, sem depois se sentir incommodado—e, em fim—a *próva da agua quente*, consistia em metter uma, ou ambas as mãos em agua a ferver, sem se queimar.

Parece que antigamente se havia descoberto alguma preparação chimica que preservava a pelle do effeito do fogo, visto que tantos individuos se submetteram impunemente a esta prova. Ou então, tudo quanto vemos narrado por escriptores antigos, com respeito a semelhantes provas, não passa de patranhas — o que não é verosimil.

Tinham logar estas provas, quando era impossivel produzir testemunhas do facto criminoso.

Dava-se a esta prova o nome de *purgação canonica*, ou *purgação vulgar;* e mais commummente *juizo de Deus!*

Note-se porém, que esta prova só era admittida ás mulheres, aos velhos e ás creanças, que não podiam combater em duello; aos mais, as armas, em combate singular, é que decidiam a questão.

O *juizo de Deus*, ou a *purgação*, fazia prova plena em juizo para todos os effeitos.

Desde o seculo 8.º até ao 13.º, são infinitos os exemplos que se referem d'esta superstição.

Antes da prova, os que se offereciam a ella, jejuavam rigorosamente trez dias, e depois de confessados e sacramentados, é que *provavam.*

Tambem se faziam varias preces, bençãos, orações, exorcismos e aspersões, por um sacerdote; e antecipadamente, se marcava o peso do ferro, a distancia que com elle se devia precorrer, ou o tempo que os pés deviam estar sobre elle.

Se a prova era d'agua fria, a quantidade que devia ser bebida—e se era d'agua a ferver, o tempo que as mãos n'ella deviam estar.

—

Estava tão introduzido e tão generalisado este absurdo e barbaro costume em toda a Europa, que só á força de repetidas censuras a excommunhões dos papas e dos concilios, é que pôde acabar, e mesmo assim, levou muito tempo antes de se extinguir totalmente.

Com o *juizo de Deus,* pelo duello, deu-se o mesmo, porem esse nunca se pôde extinguir de todo, e ainda hoje se pratica o ana-

chronico disparate de entregar á sorte das armas (isto é—ao mais destro, ou mais feliz—que é sempre o vencedor) a vingança dos insultos (muitas vezes imaginarios) que nos fazem: porém isto não é ainda o mais absurdo do caso, mas o seguinte:—Um individuo vê-se ultrajado por outro, e desafia-o. O queixoso, morre, ou é ferido no combate, e, em qualquer d'estes casos, o offensor julga-se *desafrontado* (!) porque *apagou a nódoa da sua honra, no sangue do adversario!*—De modo que o infeliz que succumbiu, ainda que a offensa que soffreu fosse das mais affrontosas, é o que não tinha razão; e o calumniador, o adultero, etc., fica tido por homem de bem, porque venceu!!! —É até onde póde chegar a cegueira.

A questão do duello, dava materia para um grande volume; porisso, fico por aqui; apenas direi que, em Portugal, ha muitos annos (felizmente) os duellos, com excepção de um (vol. 1.º, pag. 337, col. 1.ª principio) não teem passado de uma comedia, que enche de ridiculo eterno os protogonistas, e, muitas vezes, as proprias testemunhas.

—

Junto ao sepulchro de D. Garcia Martins, bailio de Leça, e grão-commendador de Malta nos cinco principaes reinos da peninsula (Portugal, Castella, Leão Navarra, e Aragão)[1] aconteceu, no seculo 15.º, o caso seguinte, relatado na *Historia de Malta*.

Um ferreiro, morador nas visinhanças do mosteiro, accusou sua esposa do crime de adulterio, com provas que pareciam plausiveis. A triste não podia provar, de um modo evidente, a sua innocencia. Então, em ultimo recurso, implora a protecção do santo D. Garcia, e fiada n'ella, põe um ferro de arado em braza, e com elle nas mãos foi orar a sua sepultura, sem que o contacto do ferro candente lhe causasse o minimo soffrimento. D'este modo foi por todos julgada como mulher honesta, e proclamada a sua innocencia.[1]

Muitos factos identicos, são referidos nas nossas historias, e custa a crer que todos sejam patranhas.

Frei Antonio Brandão, diz (*Monarchia Lusitania*, tom. 3.º) que no real mosteiro de Arouca se conserva a doação que D. Thereza Soares, fez áquelle mosteiro, em 1254, e n'ella (doação) se diz—que, desconfiando seu marido da honestidade de D. Thereza, e accusando-a de adulterio, ella não permittiu que seus parentes—que eram dos mais honrados de Riba-Douro—defendessem a sua innocencia, por *desafio*, mas quiz ella mesma proval-a pelo *ferro quente*, na cidade de Braga. O marido, satisfeito com esta *prova evidente*, se lhe lançou aos pés, mas ella lhe virou as costas, e acompanhada dos seus parentes, se recolheu ao mosteiro d'Arouca, onde acabou seus dias, na oração e penitencia, doando ao convento alguns de seus bens, e deixando o resto a tres filhas e um filho, que havia de seu marido.

Não cito mais factos d'esta natureza, para não fazer o artigo aborrecido, visto que todos veem a ser quasi identicos: sómente direi que, em muitos casos, os frades remiam da próva, mediante alguma doação ou esmola ao seu mosteiro.

Em 1083, se fez uma carta de venda ao mosteiro de S. João d'Alpendurada, e o preço da herdade vendida foram—trez quarteiros de milho, uma capa de burel, um ca-

[1] Este grande vulto da nossa historia, tinha tanto de extremado cavalleiro, como de perfeito religioso. Nasceu pelos annos de 1240, e falleceu, com opinião de santo, no seu mosteiro de Leça do Bailio—onde jaz, em nobre sepultura—no 1.º de janeiro de 1306.

Em 1598, abrindo-se a sua sepultura, foi seu corpo achado sem corrupção, vestido com todas as armas de cavalleiro de Malta, e com o manto militar da sua ordem, tudo incorrupto.

Na capella do grão-mestre, na ilha de Malta, se vê o retrato do heroe portuguez, entre os dos santos da ordem, e como tal é venerado.

[1] O ferro que justificou a supposta adultera, se conservou com todo o cuidado na egreja d'este mosteiro, de Leça, até 1834, em memoria de tão grande maravilha.

N'este caso, não diz a historia que precedessem as ceremonias prévias, de confissão, penitencia, obluções, etc.—Talvez a pressa de justificar-se não desse á mulher tempo para preliminares.

brito, *e o que o vendedor havia de pagar, por castrar um creado do mosteiro—e mais pelo perdão de uma* prova *que o vendedor tinha que fazer.*

O mesmo mosteiro houve, em 1127, outra herdade, pela remissão de uma *prova* a que o *vendedor* era obrigado.

Em outros mosteiros se effectuaram tambem estas *compras*, em troca da absolvição de provas de fogo e agua.

PROVEDOR DAS OBRAS — este officio, é moderno quanto ao nome, porem antigo quanto ao cargo.

No reinado de D. Diniz, havia o officio de *paceiro-mór*, que vinha a ser superintendente das fábricas dos paços e casas reaes, do reino. Em cada um dos paços, residia um paceiro, que os guardava. O paceiro-mór, governava sobre todos estes paceiros.

Depois se mudou o titulo de paceiro-mór, no de *veador mór das obras*, sendo o primeiro que teve esta denominação, Affonso Gonçalves, no reinado de D. João I.—Residia este veador-mór, no paço das *Alcáçovas*, no castello de S. Jorge, de Lisboa. (Estes paços foram a residencia dos reis portuguezes, desde D. Diniz até D. Manoel.)

O primeiro *regimento* dos veadores-móres das obras, foi dado por D. Philippe II, em 12 de novembro de 1585. Desde então por diante é que se mudou o titulo de *veador* em *provedor*.

Os que desejarem saber mais cabalmente o que diz respeito a esta materia, e quantos *veadores* e *provedores* houve em Portugal (e seus nomes) desde o reinado de D. Diniz, até ao de D. João III, vejam a *Geographia Historica*, de Luiz Caetano de Lima, tomo 1.º, pag. 497.

PROVENÇA—portuguez antigo—provincia, região, clima, diocese. (É do seculo 14.º)

Provença, era tambem synonimo de *providencia*. «*Estava conforme com a Provença de Deos.*» (Doc. de Tarouca.)

PROVEZA — portuguez antigo — pobreza, falta, mingua, indigencia, lazeira.

No foral que o rei D. Manoel deu á povoação de *Piconha*, junto a Chaves, em 18 de janeiro de 1515, se diz:—Todos os moradores da Piconha são obrigados a pagar, no fim de cada mez, ao alcaide, que estiver no seu castello, um pão de centeio, dos que cada um egualmente faz para sua casa—*o qual não pagarão os clerigos, nem as pessoas que não amaçarem pam, com proveza.* (Doc. da camara de Chaves.)

PROVEZENDE—villa, Traz-os-Montes, no concelho e 8 kilometros ao S. de Sabrosa, comarca, districto administrativo e 17 kilometros ao E. de Villa-Real (foi cabeça de um concelho, de mil fogos, da mesma comarca de Villa-Real) arcebispado e 93 kilometros ao N.E. de Braga, 22 ao N.E. da Régua, 28 ao N. de Lamego, 6 ao N. do rio Douro (foz do Pinhão) 9 ao S.O, de Favaios, 60 ao S. de Chaves, 125 ao O. de Miranda, 105 ao S.O. de Bragança, 105 ao E. do Porto, 320 ao N. de Lisboa.—300 fogos, em 1757, tinha 160.

Orago, S. João Baptista.

A mesa archiepiscopal de Braga, apresentava o reitor, que tinha 300$000 réis de rendimento annual.

O padre Carvalho diz que D. Affonso III lhe deu foral, em 1270; porem Franklim, não traz foral algum d'esta villa, nem novo nem velho.

Foi couto da mitra de Braga, até 1834—e tinha sido antigamente *couto de homisiados.*

O primeiro orago d'esta freguezia, suppõe-se ter sido Santa Marinha (e não *Santa Maria*, como, por engano, diz o padre Carvalho.)

A villa está situada a meia encosta de uma montanha, em uma planicie formada por um degrau da mesma montanha, junto á raiz do picotto de S. Domingos, em clima temperado e saudavel.

É uma das povoações mais consideraveis do Alto-Douro, formada de um só grupo de casas arruadas, algumas apalaçadas ou espaçosas; outras de regular apparencia, porem a maior parte são de pobre e mesquinha construcção. As ruas são pouco limpas e mal alinhadas, mas ha n'ellas bastantes lojas de commercio, que, como em quasi to-

das as povoações ruraes, são simultaneamente, mercearias, lojas de capella, de pannos, de louça, de ferragens, etc., etc.

—

É incontestavel que esta povoação é muito antiga; mas, apezar disso, *nada absolutamente* achei em livro algum impresso, de quantos folheei.[1]

Ao favor de um amigo dedicado devo a leitura de um manuscripto precioso, escripto e illustrado pelo doutor Jeronymo da Cunha Freire Botelho, natural de Provezende, que á sua obra deu o titulo de *Enchyridion d'armaria e nobiliarchia.* É datado de 1720.

É d'este manuscripto que extrahi, em resumo, a maior parte d'este artigo.

—

Provezende é uma das mais antigas povoações d'este reino, e sabe-se, por documentos authenticos, que já existia no seculo 11.°, durante o reinado de D. Affonso VI de Leão, avô do nosso primeiro rei, e é muito provavel que já no tempo dos romanos, fosse uma povoação de tal ou qual importancia, da circumscripção da famosissima cidade de *Panoyas.*

É-me impossivel escrever chronologicamente este artigo, porque o doutor Freire Botelho, na sua obra, arremeça as datas, sem attenção alguma á sua chronologia; por isso, hirei resumindo como me for possivel, pedindo desculpa aos leitores, de quaesquer irregularidades na contextura d'este artigo.

—

Este povo, compunha-se originariamente, de trez pequenas aldeias, situadas ao fundo da montanha, em um lameirão, onde chamam *São Joannes,* ou *San Joanne,* nome do antigo povo, cujo padroeiro era o mesmo de hoje—*São João.*

—

A darmos credito á lenda, conservada de paes a filhos, o actual nome de *Provezende,* procede do facto seguinte:

Pelos fins do seculo 11.°, reinava em Toledo um mouro[1] chamado *Jahiah-al-Cader-Billah,* (?) que foi o quarto e ultimo rei árabe d'este reino; que D. Affonso VI recuperou em 1085, e não mais se perdeu.

Tinha Jahiah um irmão, chamado *Zaide*[2] que era *rei* (provavelmente alcaide) do logar e fortaleza de *Belchide*[3] no reino de Aragão.

Zaide, teve por inimigo *Atarte* (tambem não é nome arabe) proximo parente do, então, rei de Granada, e do qual ambos os contendores eram subditos.

Zaide, receando a influencia que Atarte

[1] Peço desculpa aos meus leitores pela extensão que vae ter este artigo; mas, não tive remedio senão ser alguma cousa diffuso, visto que em *livro nenhum* até hoje publicado, se acham noticias sobre a incontestavel antiguidade de Provezende; tratando alguns (principalmente Argote) com tanta miudeza e individuação da famosa *Terra de Panoyas,* de cuja circumscripção esta villa fazia parte.

[1] O reino de Toledo, foi resgatado do poder dos mouros (assim como uma grande parte de Portugal, desde o norte do reino até Coimbra) por D. Affonso III, de Leão (o *magno*) em 862; mas ainda depois, varias d'estas terras foram muitas vezes perdidas e recuperadas pelos christãos, até ao governo do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza, sua mulher.

[2] Não póde ser. *Zaide, Zaida,* ou *Zeida,* é nome arabe de mulher—significa augmentadora. Deriva-se do verbo *zada,* accrescentar, augmentar, etc.

Ha uma freguezia n'esta provincia de Traz-os-Montes, concelho de Carrazêda de Anciães, comarca de Moncorvo, hoje chamada *Zedes,* cujo primeiro nome foi *Zeida,* variante de *Zaida.*

Zeida era filha de Al-Mucamus-Ben-Hamet, rei mouro de Sevilha. Converteu-se ao christianismo, foi baptisada com o nome de Maria, e casou com D. Affonso VI, de Castella (*Monarchia Lusitana,* tom. 3.°, pag. 28.)

A lenda pois, corrompe o nome do mouro, que devia ser *Zeidan,* que, como o feminino correspondente, significa *augmentador.*

Houve em Lamego um rei mouro chamado Zeidan.—«*El-Rei se fez nu volta de Lamego, onde reinava Zeidan-Ben-Huin.*» (*Monarchia Lusitana,* tom. 2.°, pag. 386.)

[3] Não é palavra arabe. Talvez seja corrupção (ou erro de copia) de *Baleide,* substantivo arabe, diminutivo de *baladon,* villa; e vem a ser *villinha,* e tambem aldeiola.

No bispado de Coimbra, ha uma aldeia chamada *Baleide*—isto é—*Aldeiasinha.*

podesse ter sobre o monarcha granadino, e que d'ella lhe proviria alguma cruel vingança, fugiu para esta parte da Lusitania.

No monte, hoje chamado de S. Domingos, havia uma fortaleza romana, abandonada, e n'ella um templo, dedicado á deusa Diana.

Zaide, reconstruiu o castello, e converteu em mesquita do seu propheta, o templosinho de Dienna. [1]

Parece que já então por estas terras não havia mais mouros; porque os christãos, habitantes dos trez logares de S. Joanne, não quizeram ter Zaide e os seus por visinhos, e deram sobre a fortaleza mourisca, accommettendo-a pelo lado hoje chamado *monte da Torre* (em memoria de uma que alli fizeram os christãos.)

Depois de uma tenaz resistencia, foi o castello entrado, e todos os mouros degolados, á excepção de Zaide, que pôde fugir, a unhas de cavallo; mas, chegando a um sitio hoje chamado *Gache*, o cavallo tropeçou e ambos foram a terra, sendo o mouro assassinado pelos christãos que lhe hiam no encalço. Em quanto o feriam, exclamava o infeliz mouro—*Prove Zaide! Prove Zaide!*—

É d'estas palavras, que, segundo a lenda, se originou o nome de *Provezende!*

É uma das taes etymologias que nos impingiam certos sonhadores.

Provezende, ou Provezendo, é nome proprio de homem. Vemos muitos godos com o nome de Provezendo, Gozendo, Lovezendo, Rozendo, Gundezendo, etc. [2] sendo o nome patronimico, Provezendes, Gozendes, Lovezendes, etc.

Continúa a lenda referindo que o chefe d'esta empreza foi o famoso Gonçalo Mendes da Maia (o *Lidador*) e que obrou esta façanha em 29 de setembro de 1115, no tempo da regencia da rainha D. Thereza, durante a menoridade de seu filho. o principe D. Affonso Henriques, que tinha então cinco ou seis annos.

O *Lidador*, devia então ter 21 annos, pois nasceu em 1094. (Morreu em uma batalha contra os mouros, no Alemtejo, depois de os ter derrotado, em 1185, tendo 91 annos de edade.)

—

Ha uma variante d'esta lenda do tal *Zaide*, ainda conservada entre o povo. É a seguinte:

Os moradores de S. Joanne, tomaram o castello ao *rei* Zaide, fugindo este em direcção a *Valle Verde*, mas d'ahi não pôde fugir mais, porque o cavallo que montava, se enterrou n'aquelle terreno pantanoso, onde foi alcançado e morto, do modo que diz o manuscripto. [1]

Tambem, segundo a tradição, não foi tomada a fortaleza e morto Zaide, a 29 de setembro, mas sim a 8 de maio (dia da apparição de S. Miguel) estação em que ainda não estavam enchutos os paues da veiga de Valle-Verde. E que, a causa da mudança dos habitantes de S. Joanne para Provezende (o antigo Valle-Verde) foi o serem aquelles logares (de S. Joanne) accommettidos por

[1] Esta fortaleza era construida de alvenaria (schisto) sem cimento algum que a ligasse; e não chegou a concluir-se do lado do S.O.—As duas muralhas que a cercavam, são de mesmo chisto, tambem sem cimento, e cahindo, na sua maior parte, entulharam os fossos, dos quaes hoje apenas se descobrem poucos vestigios. Não tinha nada de granito, o que admira, porque a 5 kilometros, de bom caminho, ha d'elle bôas pedreiras, na serra da *Azinheira*. Esta circumstancia convence-me de que nunca isto foi fortaleza romana, aliás teria mais solida e luxuosa construcção.

[2] Note-se porem, que na egreja matriz de Nossa Senhora da Assumpção, da villa de Barcos, no concelho de Taboaço, comarca de Armamar, bispado de Lamego, em uma sepultura, se lê a seguinte inscripção—*Aqui jaz Patricio da Silva, de Provezaide, que falleceu em 20 de agosto da era de 1307 annos.* Esta sepultura está ao lado esquerdo da entrada da egreja, debaixo do coro. Na minha opinião, este epitaphio nada prova a favor de *Provezaide*, senão que, o que o dictou acreditava na lenda. Consta que este Patricio da Silva, foi dos primeiros povoadores do novo Provezende.

[1] A residencia de mouros por estas terras em 1115 não é inverosimil: ainda d'ahi a 45 annos foram elles definitivamente expulsos de Chaves (1160—vide *Chaves*.)

uma terrivel praga de formigas, que destruiam todos os fructos.

Então, viram-se na necessidade de abandonar os trez logarejos de S. Joanne, e de approveitar a pessima localidade do *Lameirão*, ao fundo da montanha, sitio *abafado*, sem boas terras cultivaveis, e falto d'aguas.

Aqui fundaram tres miseraveis aldeiolas, ás quaes deram o nome de S. Joanne, o mesmo nome dos que tinham abandonado; mas tambem se continuou a chamar até hoje—Lameirão.

Ainda ha pouco mais de cem annos, se viam n'este logar as ruinas de uma capella e de varias casas, o que tudo foi substituido por bellas vinhas, que produzem o mais precioso vinho do Alto-Douro.

—

Como o sitio onde estava a antiga fortaleza era mais espaçoso, alegre e sádio, do que o da ribeira de S. Joanne, mudaram para aqui a povoação, em 24 de junho da *era* de 1188, no reinado de D. Sancho I, [1] e desde então se deu a este sitio o nome de Provezende, continuando a ser orago, S. João Baptista.

—

A terra onde hoje vemos a villa, não foi povoada por christãos, logo depois da morte do tal (mythologico?) Zaide: ainda esteve deserta, por espaço de 73 annos, sem que os moradores do Lameirão fizessem a sua mudança *solemne*, ou por causa da demora na construcção das casas, ou da nova egreja matriz da nascente villa; vindo-se sómente a mudar para aqui o povo, em 24 de junho de 1188, dia escolhido, por ser o orago da antiga capella de S. Joanne, que ficou sendo o padroeiro da nova parochia, que substituiu a antiga, de Santa Marinha, talvez já então mosteiro dos templarios, e em cuja vetusta egreja ainda hoje se veem esculpidas as cruzes d'esta poderosa ordem, assim como a pia baptismal, deixando assim de ser egreja matriz, e ficando reduzida a capella.

[1] Aqui ha anachronismo. Se a era é de Cesar, vem a ser o anno 1150 de Jesus-Christo, e no reinado de D. Affonso Henriques.
O pouco cuidado dos nossos escriptores antigos, chamando era ao anno, e vice-versa, dá logar a estas duvidas e confuzões.

Ignora-se o anno em que foi construida a primittiva egreja parochial de Provezende, mas é de suppor que fosse no fim do 12.° seculo, ou principio do 13.°

Este templo, por antigo, pequeno e arruinado, foi demolido, construindo-se em seu logar, em 1720, a actual egreja, vasta, e de boa construcção.

—

Não acredito que os christãos adoptassem para a nova povoação o nome de um inimigo (Zaide) que de certo tantas devastações teria praticado nas terras d'aquelles, e quando ainda estavam tão accezos os odios contra os sectarios do *propheta*; assim como não acredito na união *hybrida* de uma palavra portugueza *(prove)* com uma musulmana *(Zaide.)* O que é mais provavel, é que algum fidalgo ou homem notavel, chamado *Provezendo* (ou que tivesse o nome patronomico de *Provezendes*) desse o seu nome á nova povoação, por ter concorrido para a sua conquista, e ficasse senhor d'ella, *pelo direito da guerra* (isto é, pelo direito de *presor*) ou por ser um dos primeiros e mais notavel dos seus povoadores, ou, finalmente, porque D. Sancho I lhe desse este senhorio. Isto se algum senhor suevo ou godo d'este nome lh'o não tivesse imposto, muitos annos antes.

O tal *Enchyridion d'armaria* e *nobiliarchia*, de que fallo no principio d'este artigo, e que foi a unica luz que me guiou n'estas trevas, nem sempre me pôde servir de guia, porque contem algumas contradicções, bastantes anachronismos, e muitos absurdos, que diligenciei evitar, supprindo muitos factos alli dados como positivos, por meras conjecturas; sem pretender porem impor a pessoa alguma a minha humilissima opinião, que todavia procurei fundamentar, como me foi possivel.

—

Consta que a capella de Santa Marinha (da qual adiante fallarei) foi egreja de um mosteiro de monges benedictinos, e n'ella tem os reis d'este reino, sepultura real, e jazigo; como consta da doação de D. Affonso III, que existe no archivo da Sé de Braga.

Depois, passou o mosteiro a ser de templarios—o que se prova, não só porque elles tiveram por muitos annos, e até 1311, o senhorio d'estas terras (vide *Poiares*, a pag. 116, col. 1.ª d'este volume) como pelas cruzes da sua ordem que ainda se veem na capella de Santa Marinha. Diz-se que estes cavalleiros mandavam aqui enterrar os defuntos da sua ordem, tanto os que falleciam aqui, como os que morriam em *Vallença*, e nos *Casaes*, que ficam em frente (ao S.) na margem opposta (esquerda) do rio Douro.

Tambem não falta quem diga, ter sido esta capella um templo, construido pelos romanos, e dedicado a uma das suas divindades, e que, depois, os godos purificaram, transformando-o em egreja christan: que os arabes o converteram em mesquita, e que, expulsos estes, tornou a ser templo catholico. Dizem que se teem encontrado em differentes épocas, sepulturas de todas estas datas, o que me parece mais que duvidoso.

A egreja (hoje capella) de Santa Marinha, é, na verdade, da architectura romana, porem de fabrica humilde e mesquinha, e sem o menor vestigio do luxo architectonico que os romanos empregavam nos seus templos.

Duas sepulturas, cavadas em pedras soltas, sem emblema ou inscripção alguma, que existem fóra da egreja, e do lado da capella-mór, tanto podem ser romanas, como arabes ou christans.

Ao lado direito da porta principal (da parte de fóra da egreja) está encostada á parede, uma pedra quadrada (especie de marco) com esta inscripção:

OS

TIVS

Seria o assento do *ostiario* (porteiro) do tempo dos monges, ou dos templarios?

Vé-se que foi egreja matriz, porque ainda tem pia baptismal, tambem, como a egreja, de tosca fabrica.

Esta egreja é que o padre Carvalho diz (erradamente) ser a matriz de Provezende; assim como erra o nome da padroeira, pois diz ser Santa Maria, em vez de Santa Marinha.

Devemos notar que a egreja de Santa Marinha, esteve sempre em logar deserto, sem que em volta, nem mesmo a pouca distancia d'ella, haja o minimo vestigio de povoação.

Não longe da egreja está a fonte do mesmo nome, com a data de 178. Se é a era de Cesar, vem a ser o anno 140 de Jesus-Christo, sendo imperador Adriano. Se é o anno de Jesus-Christo, é do tempo de Marco Aurelio.—Se é o anno da *Egyra*, vem a ser o anno 800 de Jesus-Christo, sendo rei D. Affonso, filho de D. Fruela I, contemporaneo de Carlos Magno. Vão lá adivinhar!

—

Castello de S. Domingos

Sobranceiro a Provezende, e á capella de Santa Marinha, está o picôtto, de fórma pyramidal, hoje chamado de S. Domingos—em razão da ermida d'este santo que depois alli se construiu.

Ainda aqui ha claros vestigios de uma antiquissima fortaleza, onde, diz a lenda, que Zaide se recolheu, reconstruindo-a. Constam estes vestigios, de uma duplice ordem de muralhas, pela maior parte, desmoronadas (da parte do N., estão tão arrazadas, que pouco se elevam acima do solo.) Estas muralhas são concentricas, conservando sempre a mesma distancia, de uma á outra.

O lado do N.—o mais accessivel da fortaleza—era defendido por alguns baluartes, de que ainda existem restos desmantellados.

Conserva o povo a tradição de que, desde este castello, fizeram os mouros uma galeria (ou tunnel!) que hia ter á fonte de Santa Marinha, e por alli levavam os seus cavallos a beber. (!)

Ainda outros avançam, que d'esta galleria hia um ramal ter ao sitio do *Côrvo*, onde ainda se vê uma pequena cavidade, quasi entupida, que, sem trabalhos de escavações, se não póde saber, se tem algum fundamen-

to a tradição (o que não é provavel) ou mesmo, se é obra da natureza ou da arte.

Dizem ainda que junto á esquina N. da capella de S. Domingos, está—entulhada—a abertura, ou entrada, da tal galeria, que ainda ha 50 annos estava desobstruida.

As escavações, feitas pelos crendeiros, em differentes épocas, n'este monte, em procura de *thesouros encantados*, teem causado mais destroços n'este curioso monomento archeologico, do que o correr de talvez mais de 10 seculos. Nem a pobre capella de São Domingos (que, segundo se vê de uma inscripção gravada na verga da porta principal, foi reconstruida, desde os fundamentos, em 1744) nem a capella, repito, tem escapado a este ambicioso e estupido vandalismo, pois a teem minado de tal sorte, que em breve estará transformada em um montão de ruinas.

—

Ao S.O., principia a subir o monte de S. Domingos, por um suave declive (a parte mais accessivel do picôtto) principiando a subida, no sitio dos *Fieis de Deus*, e d'ahi ao *monte da Torre*, que fica á raiz do morro. Do outro lado (N.) está o *cabeço das Picótas*. Pelas outras partes, é o monte formado por abruptas penedias, e quasi inaccessivel.

Diz-se que Zaide residiu n'esta fortaleza, por espaço de 35 annos, pouco mais ou menos.

Já se vê que tal fortaleza não servia aos mouros, senão de refugio, em caso de perigo, e para deposito das rapinas que faziam em terras de christãos; e nunca de residencia permanente, pois que o sitio, alem de frigidissimo no inverno, não tem agua, nem a menor vegetação; e mal poderiam os seus defensores resistir por muitos dias, a um cêrco em fórma.

Tambem dentro do ambito das muralhas, não ha vestigios de casas de habitação.

O terreno cultivado mais proximo do castello, é a veiga de Valle-Verde, hoje Provezende. Esta veiga é no centro atravessada por um caminho a que chamam o *Vallado*.

O ponto de juncção d'esta planicie com a base do picôtto, chama-se *Couço*.[1] O outeiro que a limita ao S.O., é chamado *o Barreiro*, e a extremidade S., tem o nome de *Sardoeira* e na sua ponta do N., toca com terras de *Maceira*, e esta com *Quintella*, que intesta com o *Barroqueiro*.[2]

Ao S.E., fica *Alvite*.

A costa, por baixo dos muros do castello (ao N. d'elle) chama-se de *Gache*. A serra em cujo extremo se ergue o picotto do castello, chama-se da *Cuca*, e n'ella ha um pequeno manancial d'agua, denominado *Fonte da Cabra*.

> Os antigos portuguezes davam (em estylo chulo) o nome de *cuca*, á mulher mal procedida. Talvez, por qualquer circumstancia, d'isso provenha o nome a esta serra; muito mais por que *Fonte da Cabra*, póde muito bem ser corrupção de *Fonte da Caba*;[3]—e *Cabba*, é um adjectivo arabe, que vem a ser synonimo do portuguez *cuca*.

Não é provavel que uma residencia de apenas 30 a 35 annos deixasse n'esta terra, tantos vestigios da lingua arabe. Devemos

[1] *Couço*, é a palavra arabe *Cauçon*, que significa *arco*. Deriva-se do verbo *caça*—estender o arco.

Barreiro, póde ser corrupção de *Barrio*, adjectivo arabe, que significa campestre, aldean, ou dezerta. Tambem póde vir do portuguez *barrarios*, habitantes dos arrabaldes.

Sardoeira, ou *Sardoura*, é tambem palavra arabe, e significa *andar á roda*. É composta do verbo *sara* (andar) e de *doura*, *á roda*, ou *em redor*.

Vallado, póde ser corrupção de *Baladon*, que em arabe significava *terra pequena*. Tambem póde derivar-se de *al-balade*, que quer dizer, *logar habitado* e *murado*.

[2] O *Barroqueiro*, que é hoje uma vinha, era antigamente um logar humido e pedregoso, d'onde lhe veio o nome. No Algarve se diz *Barrocal*, e vem a ser o mesmo.

[3] Era facil esta corrupção, como em Lisboa, de *lada* (margem, ou lado) fizeram *ladra*, que tem uma significação completamente diversa. No Porto, onde o antigo portuguez se conserva mais puro, ainda se diz *Lada*, por synonimo de *ribeira*, ou margem de um rio.

concluir que antes do tal Zaide (em cuja lenda eu nada acredito) fizeram os arabes, por estes sitios, uma diuturna residencia.

—

Uma rua ao O. da villa de Provezende, chamava-se de *Cabo da Villa;* o que dá a entender que a povoação terminava aqui em outro tempo. No fim d'ella, é o largo da capella de S. Sebastião, e aqui principia o sitio chamado o *Barreiro;* mas o povo entendeu sempre (mesmo depois de crescer a povoação até ao sitio chamado *Monte da Forca*) [1] que o termo da villa era no fim da tal rua; e tanto assim, que—quando D. Frei Caetano Brandão (vide *Loureiro*) arcebispo de Braga, aqui veio, em 1795, todas as auctoridades e corporações o foram esperar ao largo da capella, no fim da rua do *Cabo da Villa,* como termo da povoação.

—

Doação do couto de Provezende, aos arcebispos de Braga

Nas *Inquirições*, de D. Affonso III, se lê o seguinte; *Petrus Mendes, Judex de Provezende, qui est de Archiepiscupo Bracharae, iuratus et interrogatus, si rex est patronus ipsius ecclesiae; dixit, quod non Interrogatus cuja est, dixit quod est de Sede Bracharae. Interrogatus und habuit illam, dixit, quod audivit dicere hominibus* qui sciebant, *quod una* germana *de comite domini Henrichi* [2] *dedit ipsam ecclesia, et ipsam villam, Sedis Bracharae.*

Isto é:

Pedro Mendes, juiz de Provezende, ajuramentado e interrogado, se o rei é o padroeiro d'esta egreja, respondeu que não. Perguntando-se-lhe de quem ella é, respondeu que da Sé de Braga. Perguntado d'onde a houve, respondeu que ouviu dizer a *homens que o sabiam,* que uma *irman do conde* D. Henrique, deu esta egreja e esta villa, á Sé de Braga.

Se o *depoimento* d'este juiz merece algum credito, é elle mais uma prova de que a primeira doadora d'este couto, não era tia, porém, cunhada do nosso D. Henrique, pois diz claramente a testemunha, que *uma irman do conde D. Henrique* (já disse que tomou cunhada por irman)—se ella fosse tia, devia dizer — *uma irman*

[1] A denominação de *Monte da Forca*, e *Cabeço das Picotas*, prova que aqui existiu um, ou mais, d'estes instrumentos de supplicio, e tambem emblema de autonomia municipal. Vide adiante.

[2] Se não ha êrro na cópia, o juiz de Provezende, ou sabia pouco da familia do conde D. Henrique, ou chamou irman (*germana*) a uma sua cunhada.

O conde D. Henrique, só teve quatro irmãos e *nenhuma irman.* Seu pae é que teve uma irman, chamada Constança, que em 1080 casou (em segundas nupcias, d'elle) com D. Affonso VI, de Leão, e trouxe para a Peninsula, seu sobrinho, o conde D. Henrique. Diz-se que foi esta senhora que doou á Sé de Braga, o couto de Provezende, do que duvido.

O conde D. Henrique, já era conde de Borgonha, por ser filho (o terceiro) de Henrique, duque de Borgonha, e da duqueza Sibylla, filha de Renato, conde de Borgonha, bisneto de Roberto I, rei de França, e terceiro neto de Hugo Capêto, tronco dos Capêtos, da França.

Mas, se o couto de Provezende, era dos *congregados* de Santa Marinha, e foram elles que o doaram á Sé, como foi D. Constança que o doou?

Estou convencido de que a senhora do couto de Provezende, era a *rainha* D. Urraca, filha legitima de D. Affonso VI, de Leão, Castella, Portugal, Galliza, etc.; e, portanto, irman da *rainha* D. Thereza, mulher do conde D. Henrique; o qual deu a esta sua cunhada, varias terras em Traz-os-Montes. D. Urraca foi casada com um conde e ricohomem transmontano, bravo capitão e amigo e companheiro do conde D. Henrique.

É pois mais que provavel que fosse esta senhora que doou o couto de Provezende á Sé de Braga, e que o tal juiz, em vez de lhe chamar cunhada, lhe chamou irman de D. Henrique.

Vimos muitos foráes dados pelo conde D. Henriqne, pela rainha D. Thereza, e por D. Affonso Henriques, confirmados por esta rainha D. Urraca.

Veremos adiante, como o tal *Enchyridion* é desmentido, por um documento official, apresentado em certa demanda, por um advogado da mitra de Braga.

do duque D. Henrique — que era o pae, e não do conde, que era o filho.

Mas, ou a testemunha faltou á verdade, ou mente o documento de que adiante trato.

É esta a unica noticia que temos da primeira doação d'este couto, aos arcebispos de Braga; e a não serem as *Inquirições* a que mandou proceder D. Affonso III, n'esta terra (e na maior parte do reino) nem isto mesmo saberiamos hoje.

—

O rei D. Affonso Henriques, ou renovou, ou confirmou a doação que—sua tia?— havia feito de Provezende á Sé de Braga, e a cópia d'ella existe no archivo archiepiscopal. D'ella temos noticia pelo facto seguinte:

Tinha este couto os grandes e absurdos privilegios de que gosavam todos ou outros do arcebispado, sendo um d'elles, o de *couto do reino*, ou *de homisiados*, podendo aqui recolher-se todos os facinorosos de outras terras, sem que dentro dos limites do couto podessem ser presos, *nem mesmo por ordem expressa do rei!*

O proprio monarcha não podia mandar *alçadas*, ou outra qualquer diligencia, por mais importante que fosse, a estes coutos, *nem elle mesmo n'elles podia entrar, sem primeiro obter licença do arcebispo* (vol. 1.º, pag. 447, col. 1.ª) sob pena dos anathemas comminados contra os violadores do terreno priviligiado.

—

Contra certos *fiadores* (?) do couto de Provezende e de S. Christovão, pertencente ao couto de Gouvães, se passou, em 1701, uma carta executoria, por divida, assignada pelo desembargador da relação do Porto, Jeronymo da Cunha Pimentel. Esta carta attentava contra as antigas e sempre respeitadas prerogativas da mitra; pelo que os executados recorreram para a relação ecclesiastica de Braga, por intermedio do ouvidor, que então andava em correição.

A mitra, fez a causa sua, e se preparou para defender energicamente as suas immunidades; porém foi vencida por uma sentença do desembargo do paço, sob fundamento de que—*por conveniencia do serviço publico, o privilegio mais recente dos desembargadores, preferia ao mais antigo da Sé primacial* — mas não foi impugnada a esta, a authenticidade dos documentos por ella apresentados, em defeza dos seus direitos.

Entre esses documentos, juntos aos autos, figurava a carta, pela qual D. Affonso I doou o couto de Provezende, á *congregação* da sua egreja (Santa Marinha) e cuja congregação — segundo refere o advogado da mitra—já então só constava de dois congregados, os quaes, de commum accordo, o deixaram, por testamento, á mitra primacial. Esta doação foi confirmada por aquelle monarcha, em Guimarães, que assignou a carta de confirmação, com todos os do seu conselho.[1]

Esta carta está escripta em latim, e d'ella só transcreve o advogado da mitra, nos autos, alguns trechos destacados (os que faziam mais conta aos interesses da Sé.)

Para não causar aborrecimento ao leitor, com a transcripção dos latinorios barbaros do seculo 12.ª, dou aqui a traducção de um dos paragraphos que julgo mais curioso—é o seguinte:

«Faço doação e concedo este couto, que agora erijo, e que parte pelo seus limites (designa-os) á Sé de Braga.

«Se algum homem vier, *quer seja eu*, ou pessoa do meu sangue, e queira entrar e violar o seu terreno, será obrigado a pagar 6:500 soldos (vide *Soldo)* por preceito real, tanto a vós (arcebispo) como aos vossos successores, e além d'isso, quanto prejuizo fizer, pagal-o-ha quadruplicadamente, e seja excommungado da Santa Madre Egreja, com Judas, o traidor, e seja castigado por sentença de anathema perpetuo, etc.»

[1] Este documento deita por terra o que a semelhante respeito diz o *Enchyridion*. Se a rainha D. Constança (ou sua enteada, a rainha D. Urraca) désse á Sé de Braga o couto de Provezende, cértamente ella não o largaria, e então, como é que o possuiam pacificamente os *congregados* de Santa Marinha, para o darem depois á mesma Sé?—Visto isto, o *juiz* tambem faltou á verdade no seu depoimento. Tudo são confusões!...

Esta doação é do anno 1128, primeiro do governo de D. Affonso Henriques, que a confirmou em Guimarães, em 1130.

—

É incontestavel que a povoação de Provezende é antiquissima, qualquer que fosse o seu primittivo nome, e, com certeza, já existia no tempo dos romanos, como provarei quando tratar mais extensamente da capella de Santa Marinha.

Em toda a *Terra de Panoyas*, ha bastos vestigios de uma diuturna occupação pelos guerreiros do Lacio, como mostrei na palavra *Panoyas*. Favaios, Sabrosa, Valle de Nogueiras (ou Vallongueiras) e outras povoações que, como Provezende, pertenciam á circumscripção da famosissima cidade de Panoyas, todas são d'esse tempo, ou talvez mesmo, sejam de fundação anterior aos romanos.

Vemos nos escriptores antigos, mencionadas muitas cidades, cuja situação actual ignoramos, ou por terem sido completamente arrazadas pelas guerras constantes e crueis da edade média, ou porque mudassem de nome.

Em muitissimas partes de Portugal (especiálmente no Minho, desde Ponte de Lima para o N.) vemos os tristes restos d'essas cidades que foram, e de muito poucas sabemos o nome que tiveram.

—

Marchando apenas em um terreno de hypotheses e conjecturas, pelo que diz respeito aos primeiros seculos do christianismo, poderia dizer que os romanos chamaram á esta terra *Provisolo*, que facilmente se corromperia em Provezende.

Sob os muros do castello de Lanhoso, e junto á villa de *Petralvire* (que se julga ser a actual Pedralva) corre um ribeiro, a que os romanos chamavam *Provisolo*, e não é inverosimil que tivessem uma povoação do mesmo nome.

Porém eu inclino-me mais a que o nome de Provezende, lhe foi imposto por algum senhor gôdo ou suevo, depois da expulsão dos romanos; ou — como já disse — por algum chefe portuguez, dos quaes d'aqui expulsaram os mouros.

Tendo nós um nome proprio—gôdo—que se continuou a usar ainda depois da instituição da monarchia portugueza, devemos preferil-o a outro qualquer, cuja etymologia seja, por assim dizer, *forçada* e inverosimil.

—

Como quer que fosse, e admittindo mesmo como verdadeira a existencia problematica do legendario Zaide, este chefe já achou construida e habitada, a povoação de Provezende (com este ou com outro nome) e não fez mais do que expulsar d'ella os christãos; e, como era diminuto o numero dos seus *vassallos*, a povoação esteve deserta, ou pouco menos, pelo espaço de trinta e cinco annos, tempo sufficiente para ella cahir em ruinas; muito mais, accrescendo outro maior praso (73 annos) que mediou entre a expulsão dos mouros, e a reoccupação dos christãos. Eis aqui porque nenhum dos edificios de Provezende nos revela a remota antiguidade da villa, que teve de ser reedificada desde os alicerces.

Note-se tambem que os trez logarejos de S. Joanne, para onde se recolheram os christãos, depois de expulsos pelos mouros, de Provezende, eram, ao que parece, humildes casinholas de schisto, para residencia transitoria, porisso que os christãos sempre viveram na esperança de expulsar d'alli os mouros, mais tarde ou mais cêdo. É porisso que das taes aldeolas não ha hoje o minimo vestigio.

—

Os arcebispos de Braga tinham n'este couto a jurisdicção civel, crime e orphanologica, com *mero e mixto imperio*, e eram portanto elles que nomeavam os juizes e mais empregados do couto; e nenhumas ordens — nem mesmo régias — eram aqui cumpridas, sem prévia auctoridade do prelado, e só o ouvidor podia entrar na terra, em acto de correição.

A ultima instancia de todos os pleitos, era a relação ecclesiastica de Braga.

Até 1834, tinha Provezende—juiz ordinario, do civil, crime e orphãos, que fazia uma

audiencia por semena—camara, almotaceis, alcaide, contador, distribuidor, procurador, capitão-mór, sargento-mór—com poder nos trez coutos de—Provezende, Gouvães, S. Mamede de Riba-Tua. Cada um d'estes coutos tinha uma companhia de ordenanças, com seus respectivos capitães.

A forca

Proximo ao sitio do Couço, existe um pedaço de terreno inculto, chamado *monte da forca*, por aqui ter existido uma, attestando que os arcebispos eram, no couto, *senhores de baraço e cutello.*

Diz-se que o unico delinquente que n'ella soffreu a *pena ultima*, foi um facinoroso, no seculo passado; mas isto não passa de tradição popular.

Esta forca constava de duas columnas de granito, atravessadas pela parte superior, por uma outra pedra (verga ou padieira) collocada horisontalmente.

Foi destruida depois de 1834, e os seus materiaes roubados.

—

Já disse que ao N. do monte de S. Domingos, ha um logar chamado *Cabêço das Picotas*. Este nome dá a entender que alli existiram *picotas* (vide *Pelourinho*) mas nenhum documento o attesta. É provavel que seja corrupção de *Cabêço dos Picôttos*, mesmo porque effectivamente ha alli dous picôttos, este e o outro ao S., que mudou de nome, desde que se fez a capella de S. Domingos, tomando o nome d'este santo.

Diz-se que o nome de *Monte da Torre*, dado a um sitio que fica ao S.O. do monte de S. Domingos, lhe provêm de uma torre que alli construiram os christãos, para atacarem o castello mourisco. Será.

Antes de chegar ao Monte da Torre, ha outro sitio, chamado *Fieis de Deus*. (Vide esta palavra, no vol. 3.º, pag. 185, col. 2.ª)

Capella de Santa Marinha

Como o tal *Enchyridion*, que vou seguindo (no que me faz conta, isto é, no que julgo digno de credito) falla da mesma cousa em differentes partes, sem se importar com repetições, não tenho remedio senão tornar a fallar do que já mencionei, accrescentando-lhe o que ficou por dizer, evitando, porém, quanto possivel, aborrecidas repetições.

É por isto que aqui torno a fallar da ermida de Santa Marinha; mesmo porque o prometti quando d'ella tratei a primeira vez.

A pouca distancia da villa, em sitio êrmo, mas risonho, está a vetustissima capella, outr'ora egreja matriz, de Santa Marinha, cuja origem se perde na escuridão dos tempos.

É um dos monumentos mais curiosos da provincia, por ter atravessado intacto, tão grande numero de seculos, tantos dominadores, e tantas guerras devastadoras, sem soffrer a minima alteração no seu material, nem no seu culto.

O *Enchyridion* diz que esta egreja foi construida pelos romanos, para templo da sua deusa Diana, o que não é de todo inverosimil, em vista da sua architectura, de ordem romana; porêm em outro logar, diz o manuscripto, que a capella de Diana, era no monte de S. Domingos; mas d'esta não ha o minimo vestigio.

Já fallei em uma pedra que está do lado de fóra da egreja, com a inscripção—OSTIVS—e disse que podia ser contracção de *ostiario*—porteiro.

Outros porém são de opinião, que esta pedra fez parte de um marco milliario, da via militar, construida pelos romanos, entre Viseu e Chaves, e que passava a pouca distancia—e que o tal *ostivs*, ou está mal escripto, ou o tempo lhe apagou a primeira letra—h—e que era *Hostius*, nome proprio romano, d'onde deriva o diminutivo *Hostilio*.

Ainda outros suppõem que a tal palavra queria dizer *Hossios* ou *Ossios*, (dando ao t o som de ç—ou ss)—e que indicava que este logar era sagrado.

Este logar, segundo elles, era o templo de Diana, e um bosque immediato.[1]

[1] Para a significação da palavra *hossio*, *hesseos*, ou *hessenos*, vide o 6.º vol., pag. 297, col. 1.ª, no fim.

É certo que houve aqui um bosque de corpulentos e antiquissimos castanheiros e outras arvores (que os taes dizem consagrado á deusa caçadora) e que foi arrancado, vendo-se agora em seu logar, formosas vinhas.

Da fonte de Santa Marinha, em que tambem já fallei, diz o esclarecido academico, o sr. visconde de Villarinho de São Romão, que a visitou antes da refórma, ou reconstrucção da arca, e que n'ella vira gravada, debaixo da bica, a era *primeira* de Cesar, isto é, o anno 3966 do mundo, ou 38 antes de Jesus Christo. — A pedra que tinha esta data, desappareceu com a reconstrucção.

O frequente apparecimento de moedas romanas, a um e dois kilometros d'esta egreja, é indicio certo de que os povos latinos por aqui residiram muito tempo.

Ha d'ellas um variado medalheiro, nas casas da *Calçada*, e do *Santo* d'esta villa; tanto das aqui achadas, como das provenientes de outros pontos das proximidades.

Entre as que foram achadas nos arredores de Santa Marinha, se vê uma de prata, de Trajano, com o pêso de trez grammas, e o diametro de um tostão actual.

Está muito bem conservada, tendo de um lado a effigie d'este imperador, cercada por esta legenda — CAES. NERVA TRAJAN. AVG. GERM. (Cesar Nerva Trajano Augusto Germanico.) — Do outro lado tem o busto da Victoria, coberta com um capacete, com uma palma na mão esquerda, e uma *patera* na direita, em acção de derramar o oleo sagrado, sobre uma ára. Em volta se lê—P. M. I. IMP. CŌS. IIII. P. P. (É o resto da legenda antecedente. Quer dizer — pontifice maximo, uma vez imperador, e quatro consul: pae da patria.)

Outra moeda de bronze, do tamanho de 10 de réis, com a effigie de um imperador, cercada pela legenda—AVGVSTV STI. CAESAR DIVI AUG. F. (Augusto Tiberio Cesar, filho do divino Augusto.) [1]—No verso, tem um touro, com um delta sobre as astes, com as letras —C. C. A.—(Collonia cesarea augusta — Saragoça, que era um municipio romano.) Esta moeda foi achada nas immediações de Villarinho de S. Romão, em 1877.

[1] Augusto morreu no anno 14.°, da era christã, na edade de 73 annos, succedendo-lhe Tiberio, que imperou até 41, succedendo-lhe Caligula.

Tambem n'este anno, de 1877, appareceu outra medalha do mesmo metal e egual tamanho, a uns 50 metros da capella de Santa Marinha. Tem de um lado, um genio, nú, com uma corôa na mão esquerda, e na direita uma espada e uma cornucopia. É cercada pela legenda—GENIO POPULI ROMANI. Do outro lado, tem a effigie de um imperador, coroada de louro.

A legenda que a cerca, está tão apagada, que se não póde lêr.

Tem apparecido por estes sitios varias outras medalhas, romanas e árabes, que seria longo enumerar.

Em varias épocas, têem apparecido junto d'esta capella, differentes sepulturas, de fabrica singela e tôsca, que o povo ignaro tem despedaçado, para aproveitar em alvenaria. Ainda no principio d'este seculo alli existiam oito d'estas sepulturas, e pelos annos de 1840, o doutor Ribeiro (de quem adiante fallarei) descobriu mais duas no desaterro do largo, que são as unicas que alli existem. Não têem o minimo lavor, nem inscripção, e é uma pedra pouco mais que desbastada. Estavam cobertas com uma lagem de schisto, e continham cinzas ou ossos de tal sorte calcinados, que estavam transformados em terra.

Talvez fossem sepulturas christans, anteriores á invasão dos árabes.[1]

—

Já disse, quando fallei pela primeira vez n'esta capella, que consta ter sido primeira-

[1] O segundo concilio bracharense, comvocado no anno 563, prohibiu expressamente os enterramentos nas egrejas, mandando que elles se fizessem em volta das suas paredes exteriores.

Note-se que, quando esta capella foi de novo ladrilhada, não se achou dentro d'ella uma unica sepultura ou ossada—signal de que nunca se praticou alli o abuso de enterrar os cadaveres na casa da oração.

O antigo pavimento era de lagem de schisto, da localidade. O actual, é de lagem de granito.

meite a egreja de um mosteiro de monges benedictinos, e depois de templarios.

Não temos documento algum que nos prove a existencia do mosteiro da ordem de S. Bento, mas tambem nada contradiz esta tradição; e todos sabem que a religião benedictina foi a mais antiga de Portugal; e mesmo a de S. Bernardo, que d'ella é filha (ou uma refórma) data n'este reino, do anno 1130.

Quanto a ter sido mosteiro, ou hospicio de templarios, está attestado pelas cruzes da ordem, que ainda alli existem; e tambem por uma notavel coincidencia, que é:

O principal mosteiro dos cavalleiros do Templo, em Portugal, era no *castello de Céras*, a 12 kilometros de Thomar. (Vol. 2.°, pag. 241, col. 1.ª) Não longe de Céras, está o ribeiro das *Pias*, e perto da sua foz, o logar de *Pena da Águia* (ou *Penha da Águia.*) Pois da fonte de Santa Maria nasce o *ribeiro das Pias* (em vez de *ribeiro de Santa Martha*, como era natural.)

Proximo a Provezende ha um logar, ainda hoje chamado *Penha (Pena* ou *Pêra) da Águia.*

—

Os restos do mosteiro, ainda existiam junto á capella, em 1773, pois que dos livros das visitas da parochia, consta que n'esse anno, o visitador mandou demolir essas paredes desmantelladas, para com os seus materiaes se vedar o ádro; porém como elles se não gastavam todos na obra, ainda em 1834, alli existiam algumas ruinas, que já não eram mais que um montão de pedras.

—

Fóra da porta lateral da capella, ha um nicho, tendo por baixo uma lagem de pedra quadrada, sustentada por uma outra pedra perpendicular, tudo obra muito grosseira. Diz a tradição que aqui se dizia missa ao povo, quando não cabia na egreja; e que passando por estes sitios, D. Affonso Henriques, com as suas tropas, ouviram missa, dita n'este altar.

Diz-se que este facto teve logar no anno 1128, data em que elle coutou Provezende, e doou o couto á Sé bracharense;[1] e cuja doação confirmou em Guimarães, em 1130, como já vimos.

N'este anno, de 1130, morreu sua mãe, a rainha D. Thereza.

—

Parece que a vetusta egreja de Santa Marinha, era matriz, não só da freguezia de Provezende, mas tambem das actuaes de Gouvães, S. Thomé do Castello e outras do norte (margem direita) do Douro, mas até de algumas da Beira-Alta, na margem opposta; pois ha documentos que provam que os defunctos d'estas povoações vinham ser enterrados no adro d'esta egreja.

Tambem concorre para esta presumpção, o facto de estar em logar ermo e ter o tal altar exterior, onde se dizia missa em occasião de grande concorrencia, segundo reza a tradição.

Na freguezia de S. Christovão do Douro (vol. 2.°, pag. 296, col. 2.ª) ha um carreiro, por onde, segundo a tradição, vinham os defunctos do outro lado do Douro, enterrar-se aqui.

—

Quando D. Affonso Henriques coutou o territorio de Provezende, já elle tinha este nome, e os marcos do couto são exactamente os da actual freguezia, e é o que foi doado a Santa Marinha.

Suppõe-se que, quando se fez a primeira egreja na villa, não ficou logo sendo matriz, mas sim capella da povoação, sujeita á antiga matriz de Santa Marinha.

Quando a egreja da villa passou a ser matriz, é que se mudou o orago da freguezia, de Santa Marinha para S. João, que era o padroeiro da nova egreja.

—

O templo de Santa Marinha, tinha apenas o altar-mór, e a pia baptismal: nada mais. —Modernamente (desde o principio d'este

[1] Já em 1103, o conde D. Henrique, e sua mulher, a rainha D. Thereza, tinham estado no mosteiro de S. Pedro das Águias, que é proximo e quasi fronteiro a Santa Marinha, confirmando então os emprazamentos feitos áquelle mosteiro, pelos seus antecessores.

seculo) teem-se aqui feito os seguintes melhoramentos—abriram-se duas grandes frestas no corpo da egreja (que não tinha nenhumas)—abriu-se uma porta lateral, para o sul—e outra na capella-mór, para a moderna sachristia—construiram-se dois altares lateraes, onde só havia dois assentos de pedra—fez-se um pulpito, e um côro de madeira—reformou-se o pavimento, substituindo as lagens de schisto, por outras de granito. O altar-mór antigo, tambem foi substituido por um novo, de bôa talha. A fachada da egreja, que era singelissima, foi ornada com uma cornija de cantaria, tendo no meio uma cruz, e em cada angulo, uma pyramide, tudo de granito. Fóra da porta principal, se construiu uma bôa galilé.

Finalmente, esta egreja tem soffrido tantas e taes alterações, que só as paredes são as primittivas.

Ha aqui uma imagem do *Senhor Jesus Amortalhado*, que é objecto da maior devoção de todos os povos da freguezia e immediatas.

Esta imagem e a de Santa Marinha, eram as unicas que a egreja teve até ao principio d'este seculo.

—

O couto de Provezende, existiu até 1836, sendo então supprimido, como todos os mais. No mesmo anno, deixou de ser villa a povoação de Gouvães (que, como já vimos, tambem era couto) e foi unida a Provezende.

Em Gouvães ainda existe o pelourinho. Em 1874, cahiu com um temporal, mas o povo reconstruiu-o logo.

Só 17 annos foi Provezende cabeça de um concelho, com camara, juizes e mais auctoridades e empregados, segundo a moderna legislação: foi supprimido este concelho, e unido ao de Sabrosa (villa modernissima.) Porem o elegante e formoso pelourinho de Provezende, ainda existe de pé, memorando a antiga autonomia d'esta terra.

Pouco tempo durou o julgado de Sabrosa, pois tambem foi supprimido em 1876, hindo o seu cartorio do civel, crime e orfãos, para Villa-Real.

Os limites da freguezia de Provezende—são:—Ao N., a *Serra da Cuca*—ao N.E., o ribeiro da *Terra-Feita*—ao S.E., o rio *Pinhão*—ao S., S.O., e O., o ribeiro de *Fontão*, e a *Serra do Infantado*, que é o prolongamento do da Cuca.

—

O concelho de Provezende, era composto — da freguezia d'este nome — e das de S. Christovam do Douro (actualmente annexa áquella)—Goivães (e seu couto, com a povoação de Penhão [1] do outro lado do rio d'este nome—mas não a freguezia de Casal de Loivos, que, ainda que incluida no couto de Goivães, pertencia ao concelho de Favaios, hoje Alijó)—Cóvas do Douro—Gouvinhas—e Paredella de Guiães.

Pela novissima divisão, de 23 de dezembro de 1876, ficou Provezende cabeça de um julgado, composto das freguezias que formaram o seu concelho, e mais as de Villarinho de São Romão, e Celleirós de Panoyas.

Tem um tabellião de notas.

A freguezia de S. Christovão do Douro, foi mandada unir (mas não encorporar) á de Provezende, *até nova ordem*, porque nenhum clerigo queria hir para alli parochiar, pela exigua congrua de 100$000 réis, e o magro pé d'altar; porem o registo parochial continúa a ser feito em separado.

[1] O logar do *Penhão*, ou *Pinhão* na freguezia de Celleirós, vae em breve ser um dos pontos mais importantes da provincia, não só pela sua magnifica posição, como porque, segundo o ultimo traçado, vae ser uma estação do caminho de ferro do Douro, em construcção.

(Vide n'este vol., pag. 47, col. 2.ª)

Em setembro de 1877, foram declaradas urgentes as expropriações de diversos terrenos para a construcção do lanço da estrada districtal n.º 40, de Viseu á foz do Pinhão entre a Lameirinha da Rosa e a Ribeira de Cepães.

E' no caes do Pinhão que embarca o melhor vinho do paiz vinhateiro do Douro, distinguindo-se, pela sua superioridade, o de Provezende, particularmente o das vinhas de Santa Marinha.

Todas estas circumstancias hão de elevar a povoação do Pinhão a uma das primeiras das margens do Douro.

No mesmo caso de S. Christovão, estão as freguezias de Valle de Mendiz e Villarinho de Côtas.

Todas estas freguezias, que são muito pequenas, deveriam formar uma só, juntando-se-lhes a de Casal de Loivos e a aldeia do Pinhão, que é tudo contiguo. Só assim se acharia um clerigo que quizesse ser parocho.

O couto de Goivães, foi para a mitra, por troca que o arcebispo fez com D. Sancho II, em novembro de 1276, da era de Cesar, que é o anno 1238 de Jesus-Christo.

Já se vê que o couto de Provezende, é uns 140 annos mais antigo no senhorio de Braga, do que o de Goivães.

—

Nos livros antigos da parochia de Provezende, se falla, em quatro ou cinco partes, de uma casa chamada *o paço*, que existiu até ao meiado do seculo 17.º, sendo então demolida. É tradição popular que foi paço de D. Affonso Henriques, ou, pelo menos, que foi a casa onde se acolheu quando aqui esteve, e porisso lhe ficou o nome de paço.

Parece mais provavel que a denominação de *paço* lhe provenha de outra qualquer circumstancia, e que o principe se alojasse no mosteiro dos congregados de Santa Marinha, como era de uso n'esses tempos, e foi muito depois. Mesmo porque, é de presumir que, em premio do bom agazalho que os religiosos fizeram a D. Affonso Henriques e aos do seu sequito, lhes coutasse elle e lhes doasse a freguezia.

—

A junta geral do districto, creou uma feira (em março de 1875) no terreiro da capella de Santa Marinha; para ser feita por occasião da festa do Espirito Santo.

—

O sr. José Antonio de Barros Teixeira Lobo de Barbosa, foi feito primeiro barão de Provezende, em 10 de janeiro de 1837.

Era 4.º senhor do morgado de S. José, de Sabrosa e commendador da ordem de Christo. Succedeu na casa de seu pae, a 25 de agosto de 1829. Nasceu a 3 de outubro de 1816. Era filho de:

Antonio Lobo Teixeira de Barros de Barbosa, 3.º senhor do morgado de S. José de Sabrosa e Provezende: fidalgo da casa real, commendador da ordem da Torre e Espada, cavalleiro de S. Bento d'Aviz, condecorado com a cruz d'ouro, da guerra peninsular, com a medalha de commando, na batalha do Bussaco, e por sua magestade catholica, com a de Victoria. Brigadeiro do exercito, e chefe de uma brigada de infanteria, desde 1818 até 1820. Governador das armas do Minho, Porto e Beira-Baixa, e commandante da força armada da capital, em 1827. Tinha succedido a seu pae, a 14 de agosto de 1809. Nascêra a 2 de dezembro de 1777, e falleceu a 25 de agosto de 1829. Tinha casado, a 27 de novembro de 1815, com D. Ignacia Delfina Candida Pereira Caldas, que havia nascido a 29 de setembro de 1749. Era filha de Gonçalo Pereira Caldas, senhor da casa de Sinde, em Mourão, fidalgo da casa real, commendador da ordem de Christo, governador das armas do Minho, tenente general do exercito, e fallecido a 26 de de setembro de 1809. Tinha casado com D. Ignacia Antonia Michaela de Castro Bacellar e Vasconcellos, que falleceu a 22 de novembro de 1815.

O pae do actual primeiro barão de Provezende, teve os filhos seguintes:

1.º—*José*, o barão.
2.º—*Gonçalo*, nasceu a 21 de fevereiro de 1818.
3.º—*Antonio*, nasceu a 19 de abril de 1819.
4.º—*D. Maria Antonia*, nasceu a 29 de abril de 1821.
5.º—*João*, nasceu a 11 de abril de 1822.
6.º—*D. Francisca Ignacia*, nasceu a 3 de outubro de 1823.
7.º—*D. Maria da Gloria*, nasceu a 6 de julho de 1828.
8.º—*Pedro*, nasceu a 25 de agosto de 1829.

—

A egreja matriz actual, é um bom templo, de uma só nave, que como já disse, foi principiado em 1721, e concluido, de paredes e telhados, em 1726, e interiormente em 1795.

Tem altar-mór e quatro lateraes, todos de talha dourada. O primeiro, segundo consta, foi feito á custa do arcebispo, cujos emblemas, com as armas de Portugal, rematam a tribuna.

Esta egreja occupa o mesmo local da antiga, que era muito mais pequena.

Ha n'esta egreja optimas alfaias e paramentos; e teve ricas alampadas, castiçaes, e outros utencilios de prata, que tudo foi roubado pelos francezes.

Já todo o serviço da antiga egreja era de prata, e depois de construida a nova, o numero d'estes objectos foi accrescentado.

De tudo isto, nada escapou á voracidade das hordas do reino *christianissimo*, senão uma grande cruz de prata, no gôsto bisantino, que alguem escondeu em uma sepultura.

—

Irmandades

Chegou a ter esta freguezia oito irmandades.

—

1.ª—*Santissimo Sacramento.* — Já existia em 1632. Em 1761, foram reformados seus estatutos, por clemente XIV—e, em 1772, Pio VI lhe concedeu muitas indulgencias. [1]

—

2.ª—*S. João Baptista*—Tambem já existia em 1632. Extinguiu-se por má administração, no fim do seculo 18.º

—

3.ª—*Coração de Jesus*—Tão antiga como as antecedentes. Tambem por falta de zello, foi extincta no principio d'este seculo.

4.ª—*Nossa Senhora do Rosario*—Da mesma antiguidade das antecedentes. Estava instituida na velha egreja, em uma capella, do lado do Evangelho. Foram reformados os seus antigos estatutos, em 1644, e approvados, por breve do papa Urbano VIII, d'este mesmo anno, que foi o ultimo do seu pontificado.

Esta primeira irmandade deixou de existir, pela sua absurda organisação.

Um dos artigos dos estatutos, determinava que a irmandade fosse composta só de 25 confrades, *escolhidos d'entre as pessoas mais nobres da freguezia.* (!) De modo que, só entravam no ceu os parochianos de *sangue azul*. Já se vê que esta disposição desagradou á maxima parte da freguezia, que se queixou ao arcebispo, e o tal artigo foi derrogado, ficando *nobres* e *plebeus* com os mesmos direitos á salvação das suas almas.

Por mal de peccados, ficou de pé um outro artigo, ordenando que cada irmão mandasse dizer, á sua custa, uma missa por a alma de cada um que fallecesse.

Principiaram os irmãos plebeus a não mandarem dizer as missas pelas almas dos irmãos fidalgos que hiam fallecendo, sob pretexto de que os seus herdeiros eram ricos, e podiam muito bem dizer essas missas á sua custa.

Os irmãos fidalgos, pagavam na mesma moeda, não mandando dizer as missas pelas almas dos plebeus; e uns e outros se olhavam de soslaio, dando isto o resultado que era de esperar—acabar a irmandade.

Passados annos, o doutor, padre José de Moraes Borges de Carvalho, da casa do Valle, obteve carta patente, datada de 15 de maio de 1761, sendo pontifice Clemente XIIII, para a reinstituição d'esta irmandade.

Desde então terminaram os conflictos entre os fidalgos e o povo, porque as missas ficaram a cargo do cofre da confraria.

—

5.ª—*Bemdictas Almas*—Foi instituida em 1736, pelo papa Clemente XII, que lhe concedeu muitas e grandes indulgencias. Seu successor, Benedicto XIV, lhe concedeu que as missas pelos irmãos defuntos, ditas em

[1] O manuscripto de que estou resumindo estas noticias, diz que em 1761, Clemente XII lhe approvou os estatutos. Não póde ser. Este pontifice governou a egreja de Deus, desde 1732 até 1740. Desde 1740, até 1758, foi papa, Bento XIV, e desde 1758 até 1769, Clemente XIV.—Se a approvação é de 1761, já se vê que foi do pontificado d'este ultimo.
Estamos no mesmo caso com a data das indulgencias.—Diz o manuscripto, que foram concedidas em 1772, por Bento XIV.—É erro. Já vimos os annos do pontificado d'este papa. Se não ha erro nas datas, não foi Bento XIV, mas sim Pio VI, que governou a egreja de Deus, desde 1769, até 1775.

qualquer altar da egreja, valessem como se se dissessem em altar privilegiado.

Foi erecta no altar de Nossa Senhora do Carmo.

—

6.ª—*Senhor dos Passos*—Em 1788, a requerimento da mesa das Almas, o arcebispo D. Gaspar, por alvará de 20 de fevereiro d'esse anno, approvou os estatutos; ficando esta irmandade e a das Almas, administradas pela mesma mesa.

—

7.ª—*Nossa Senhora das Dôres*—Eis a origem d'esta irmandade.—Estava perigosamente doente, e sem esperanças de vida, o corregedor e desembargador, Bento Borges da Cunha Botelho Correia do Amaral. Desesperado da medicina, recorre á protecção da Santissima Virgem, e recupera a saude. Em reconhecimento do favor recebido, mandou fazer, a Braga, uma bella imagem de Nossa Senhora das Dores, que se expôz á veneração dos fieis, na capella de Santa Catharina.

Bento Borges, era o unico e ultimo membro de uma illustre e rica familia, que n'elle se extinguiu; e era geralmente estimado do povo, pelas suas eminentes virtudes.

A nova imagem chegou á freguezia a 14 de junho, de 1772, sendo recebida com a maior pompa, e com geral regosijo, e tanto o corregedor como os outros habitantes da freguezia, fizeram á Senhora tão esplendidas festas, como aqui jámais se tinham visto.

A Senhora percorreu as ruas da villa, em um riquissimo andor, no meio de um enorme concurso de clerigos e povo, tanto da freguezia, como das circumvisinhas.

As festas duraram dez dias, havendo em todos elles, musica, illuminação, fogos de artificio, e todas as mais demonstrações de jubilo.

Reuniram-se as ordenanças dos tres coutos, e veio tropa de primeira linha, de Villa-Real, para se tornar este acto mais solemne, e dando descargas á entrada e sahida da procissão.

Projectou-se logo erigir uma irmandade á Senhora, trabalhando principalmente para isto, o reitor, encommendado, o dr. José Monteiro, da casa de Santa Catharina, fronteira ao lado sul da capella; o qual obteve de Roma, carta patente, do prior-geral, dos servitas, datada de 15 de novembro de 1772; ficando a irmandade constituida, em 30 de maio do anno seguinte.

—

8.ª—*Coração de Maria*—Foi fundada por diligencias e devoção de José Pinheiro de Azevedo Carvalho e Almeida, senhor da casa do *Santo;* e por carta de aggregação á de Nossa Senhora das Victorias, de Paris, assignada pelo seu fundador, o piedoso cura, padre Duffriche Dégenettes, em 23 de janeiro de 1855.

—

Capellas publicas

1.ª—*Santa Marinha*—Da qual já se tratou largamente.

—

2.ª—*Nossa Senhora da Fonte Santa*—A qual deve a sua origem ao seguinte facto:

Havia no sitio, uma pequena nascente onde principia o ribeiro do *Fontão*, o qual rebentava no interior de um denso silvado. Um pequeno que andava guardando gado, instigado pela sêde, penetrou como pôde até á nascente, e alli viu uma imagem da Santissima Virgem; de cujo achado deu parte ao povo, que logo alli erigiu á Senhora uma edicula, onde collocaram a santa imagem.

Á agua d'esta fonte se attribuem algumas virtudes therapeuticas, principalmente para a cura das intermitentes.

Houve n'este sitio um mercado mensal, que já existia em 1720; mas havendo quasi sempre n'elle graves desordens, se foi tornando diminutissimo o concurso do povo. Para que não acabasse de todo, foi mudado para dentro da villa; mas foi-se pouco a pouco despovoando, até que terminou antes do fim do seculo passado.

De 1850 a 1853, se fez aqui (na villa) um pequeno mercado semanal, que acabou, desde que a capital do concelho se mudou para Sabrosa.

—

3.ª—*São Domingos*—No tope do monte, e

que se diz ter sido mesquita de mouros. Está em ruinas, e a imagem do santo, que é de pedra, e muito tosca, mudou-se para a capella de S. Sebastião. Já no principio d'este artigo se fallou d'esta capella em varias partes.

—

4.ª—*São Sebastião* — (Tambem chamada do *Santo*, e do *Calvario*, por estar no largo onde termina a ultima estação da Via-Sacra. As cruzes d'esta Via-Sacra, foram todas feitas em 1733.)

Serviu de matriz, em quanto duraram as obras da nova egreja. Está em ruinas e a imagem da padroeira foi para o altar de S. Roque, da egreja matriz.

—

5.ª—*Santa Catharina*—(Hoje tambem chamada de *Nossa Senhora das Dôres.*)

É muito antiga, mas foi reconstruida em 1807, á custa dos devotos, e com uma avultada esmola deixada em testamento, por Bento Borges, de quem já fallei.

—

6.ª—*São Roque*—Ficava na rectaguarda da antiga matriz. Foi demolida, mas erigiram-lhe altar proprio na actual egreja, para onde foi transferida a imagem do padroeiro.

N'este altar, se acham tambem as imagens de S. Sebastião (como já disse, quando tratei da sua capella) e a do Coração de Jesus, tirada do seu altar proprio, para alli ser collocada a do Coração de Maria.

—

7.ª—*Senhor dos Afflictos* [1]—Parece muito antiga, mas não é, pois ainda não estava construida em 1720. Segundo a tradição, a origem d'esta capella, foi a seguinte:

Um individuo da familia a quem esta capella pertenceu, clerigo, ou minorista, assassinou um tio-avô, do actual sr. padre Bento Esteves Teixeira. O criminoso foi a Roma, onde se demorou bastante tempo, antes de obter absolvição. Prometteu, logo que regressasse á patria, fundar uma ermida ao Senhor dos Afflictos, o que cumpriu.

Domingos Lopes Monteiro, irmão do fundador, e fallecido em 1792, tinha doado, em vida, certos bens a esta capella; e por seu testamento lhe deixou uma vinha.

Parece que o irmão fundador, se chamava Antonio d'Andrade Rebello.

Tem a capella dois breves de indulgencias, concedidos por Pio VI, e publicados em 20 de julho de 1794.

A ermida está profanada, servindo de armazem, para utencilios domesticos e agricolas.

Mas ainda conserva todas as imagens, e facilmente se restituiria ao culto divino.

Em Domingos Lopes Monteiro, o tal seu irmão, e suas irmans, D. Maria Engracia Rebello, e D. Catharina Victoria d'Andrade Rebello (que foi casada com o medico, José Teixeira Mourão, d'Alvações do Córgo)) todos fallecidos sem successão, terminou a familia da casa a que esta capella pertencia, passando os bens a herdeiros remotos, que venderam tudo, ha mais de 40 annos, e desde então nunca mais na capella se disse missa.

—

8.ª—*Santa Maria Magdalena*—Ao fim da rua de Santa Catharina. Era do povo, mas, como estivesse por concluir, o arcebispo deu-a á Antonio da Cunha Botelho, a cuja residencia estava contigua.

No logar onde existiu esta capella, está hoje um comprido armazem, e lagares de vinho, feitos por Gonçalo Borges Ferreira de Queiroz. Da capella, apenas existe um pequeno resto de parede, formando parte de um muro de vedação.

Houve em frente da capella, até ao principio d'este seculo, um cruzeiro de pedra, onde o povo, na sexta feira santa, hia fazer certas rezas. Por causa d'este cruzeiro, tomou o sitio, o nome de *Cruz da Magdalena*, nome que foi esquecido e já hoje ninguem lhe dá.

—

A residencia do parocho é um bom edificio, construido no fim do seculo passado, por diligencias do reitor Manuel José Guimarães Gomes, que governou esta egreja quasi 39 annos. Foi feito á custa do arcebispo de Braga, D. Gaspar, que dispendeu

[1] Esta capella não é publica, mas, como é de uso publico, vae incluida n'este logar.

na obra 1:600$000 réis. Até ahi o parocho vivia em casa alugada.

—

O cemiterio da freguezia é bom e está bem situado. Foi feito á custa do povo e da camara, e principiado em 1855, sepultando-se alli os cadaveres logo no anno seguinte.

—

Relação dos parochos collados d'esta freguezia desde que ha registos

Francisco Monteiro—Desde 1559 a 1629.

Francisco Pinto da Cunha (da casa da Praça)—Desde 1629 até 1663.

Antonio Pinto da Cunha (sobrinho do antecedente)—Desde 1663 até 1703.

José Pinto da Cunha (sobrinho do antecedente)—Desde 1703 a 1733.

Antonio Pinto da Cunha Pimentel Taveira (sobrinho do antecedente, da familia dos Taveiros de Villa Real, e hoje viscondes de Guiães)—Desde 1735 a 1737.

D. Manuel da Cruz Faria (da casa das Devezas, em Villa Nova de Gaia, pertencente á familia dos condes da Arrochella)—Desde 1738 a 1744.

Francisco Xavier Teixeira de Magalhães Lacerda—Desde 1745 a 1758.

Manuel José de Moura Negrão (d'Arouca) —Desde 1760 a 1768.

João Carlos d'Almeida e Sousa—Desde 1768 a 1772.

Manuel José Guimarães Gomes (de Braga, o que fez a casa da residencia)—Desde 1774 a 1813.

Thomaz José de Carvalho—Desde 1813 a 1818.

Domingos Alves da Silva—Desde 1818 a 1829.

Frei Manuel da Cunha Rego (frade franciscano, do mosteiro de Ferreirim, e natural de Constantim de Panoias)—Desde 1838 a 1846.

Antonio José Alvares de Castro (de Friões, junto a Chaves)—Desde 1849 a 1853.

Roberto Antonio da Silva (hoje prior da freguezia de S. Martinho d'Anta)—Desde 1855 a 1863.

Boaventura de Moraes Sarmento (de Parada de Penhão, actual parocho)—Desde 1863.

—

A villa ainda conserva o seu pelourinho, attestando aos vindouros a existencia da sua autonomia diuturna. É uma columna monolithica coroada por uma especie de gaiola e conservando ainda parte da antiga corrente de ferro, chumbada ao fundo da columna.

Foi construido em 1573. Está levemente inclinado, mas não ameaça proxima ruina.

—

Na mesma praça onde existe o pelourinho, ha um bom chafariz, adornado com as armas de Portugal e com as insignias archiepiscopaes. Foi construido em 1755.

—

Homens notaveis de Provezende

Nuno Gonçalves de Gusmão—Fidalgo da casa real, sobrinho do famoso cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa. Casou na casa da Praça d'esta villa, com D. Ignez da Cunha, da familia dos senhores de Pombeiro.

Acompanhou D. Affonso V na expedição de Arzilla (Africa) em 1471, na qualidade de commandante de uma das náos de guerra.

Distinguiu-se n'esta empreza, e o rei o armou cavalleiro mesmo na Affrica.

—

Paschoal da Cunha da Costa (filho do antecedente.)—Foi commendador de S. Martinho das Chans, na comarca de Lamego. Na capella-mór da egreja velha de Provezende, onde era o jazigo de sua familia, se via a seguinte inscripção:

AQUI JAZ PASCHOAL DA CUNHA DA COSTA
FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE,
COMMENDADOR, E SOBRINHO DO CARDEAL
D. JORGE DA COSTA.

—

Xisto da Cunha e Gusmão (irmão do antecedente)—Commendador do mosteiro de Santa Maria d'Oliveira, de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) no termo de Barcellos.

—

Amaro Fernandes Godinho—Natural de Gafete, no priorado do Crato, e casado com

D. Maria da Cunha, herdeira da casa da Praça, d'esta villa.

Foi capitão de cavallos, durante a guerra da restauração, servindo nos reinados de D. João IV, D. Affonso VI, e D. Pedro II.

Foi um dos mais exforçados cavalleiros do seu tempo, militando por espaço de 26 annos.

Assistiu ao assalto e tomada de varias praças, entrou em oito combates principaes, matando em um d'elles o tenente general da cavallaria castelhana.

Foi tres vezes gravemente ferido, uma na garganta, outra n'uma perna e outra n'um braço.

D. Pedro II, sendo ainda regente, o fez cavalleiro professo da ordem de Christo, por alvará de 10 de setembro de 1670, promettendo-lhe para si e seu filho uma commenda da mesma ordem; promessa que foi cumprida por D. João V, a favor de seu filho, Leonardo, por alvará de 20 de junho de 1707. No mesmo alvará lhe concedeu outras mercês.

—

Jeronymo da Cunha Pimentel—Da casa da Calçada. Nasceu n'esta villa em 1650. Casou com D. Manuela d'Azevedo, e morreu no Porto, sem descendencia, em 1715.

Foi juiz de fóra da Villa de Castello Rodrigo, desembargador da relação da Bahia, e depois, da do Porto. Foi conservador dos inglezes e ouvidor do crime. Era formado em canones, fidalgo cavalleiro do habito de Christo, e *familiar do santo officio.*

Foi, por ordem do governo, a Angola, syndicar do procedimento do governador, Luiz Lobo da Silva, e a elle se deve o bom resultado da guerra com a rainha Ginga, a prisão do Joga Cacondá, em Benguella, a edificação dos presidios de Ambaca, Mochima e outros.

Fundou uma casa que, em bens de raiz, foi das maiores da provincia, e a vinculou em seu irmão, Luiz da Cunha Pimentel.

Edificou o palacete da Calçada, e por seu testamento obrigou o herdeiro a construir junto do mesmo edificio uma capella, dedicada a S. Jeronymo, á qual o vinculo ficaria unido, com a obrigação de um officio annual por alma do instituidor.

—

Francisco da Cunha Pimentel (irmão do antecedente.)—Distinguiu-se pela sua bravura e patriotismo, na guerra da restauração. Em 1657, reuniu a nobreza da provincia, e com ella esteve em Mirandella, fazendo grandes despezas á sua custa. Foi defender a praça de Chaves, e n'ella se conservou até ao fim da guerra.

—

Domingos Correia Pimentel (irmão dos antecedentes)—Foi capitão de infanteria durante a mesma guerra. Assistiu ao cerco do castello de Lapella, que ainda estava em poder dos castelhanos; entrou nos combates de Monte Labrujo e da Veiga da Matança. Em 1663 acompanhou o conde do Prado na sua expedição á Galliza, onde assistiu ao ataque da villa de Forrinho e ao combate nos arrabaldes de Bayana. Ficou gravemente ferido em um ataque da praça de Almeida, e depois, assistiu ao cêrco de Vallença, á batalha de Montes-Claros e outras.

—

João Correia da Cunha (tambem irmão dos antecedentes)—Acompanhou seu irmão Domingos, com o qual entrou em todas as acções em que elle tomou parte; mas ferido mortalmente, no cêrco da praça de Vallença, falleceu em poucos dias.

—

Bernardo Borges da Cunha (irmão dos antecedentes e seu companheiro d'armas.) Ficou gravemente ferido no combate de Monte Labrujo.

Depois, como capitão-mór de Provezende, continuou a prestar relevantes serviços em defeza da causa nacional.

—

Leonardo da Cunha Godinho—Morgado da casa da Praça, natural de Provezende, mas residindo na sua casa vincular de Villa-Real.

Era fidalgo da casa real e cavalleiro professo da ordem de Christo, por alvará de D. Pedro II (ainda regente) de 7 de julho de 1682.

D. João V lhe tornou effectiva a tença de

200$000 réis (que fôra promettidaas eu pae) por alvará de 20 de junho de 1707. Foi familiar privilegiado, e de numero, do santo officio.

Serviu voluntariamente, debaixo das ordens do conde de Alvôr, na guerra que então houve com a Hespanha, distinguindo-se pelo valor que sempre mostrou em todos os combates a que assistiu.

Nasceu n'esta villa a 5 de novembro de 1669 e falleceu na mesma villa em 4 de setembro de 1743. Foi sepultado na egreja matriz junto ao altar de Nossa Senhora do Rosario.

—

Sebastião Pinto de Carvalho (irmão do antecedente)—Foi desembargador na relação ecclesiastica de Braga, e abbade resignatario da freguezia de S. Clemente de Basto.

Foi um varão respeitavel pela sua illustração e pela sua vida exemplar.

—

O Doutor Jeronymo da Cunha Freire Botelho—É o auctor do manuscripto intitulado *Enchyridion*, de que fallei no principio d'este artigo, e do qual extrahi grande parte das noticias pertencentes a esta villa.

A sua obra tem o merecimento de ser o unico repositorio de noticias sobre antiguidades d'esta villa; mas tem o defeito de estar eivada de anachronismos, algumas contradicções, e muitas repetições: parecendo mais a obra de um adolescente do que de um homem a quem a leitura das nossas cousas tenha dado mais reflexão e criterio. Com effeito, Botelho escreveu isto no seu ultimo anno de Coimbra. Nos factos acontecidos no seu tempo foi sempre verdadeiro, mas tinha o defeito de exagerar as formosuras, riquezas e antiguidades da sua terra.

—

José Pinto da Cunha Pimentel—Administrador do morgado da casa da Praça e dos outros vinculos que herdou de seus paes, e senhor de Francellos. Foi fidalgo da casa real, familiar do santo officio, cavalleiro professo da ordem de Christo, vereador da camara do Porto, deputado da companhia dos vinhos do alto Douro, na primeira meza fundadora da mesma companhia.

Construiu a casa do Caes-Novo, no Porto. (pag. 532, col. 2.ª, no fim, deste vol.)

—

José Pinheiro de Figueiredo (ou José Pinheiro Leite de Figueiredo) *Fontoura*—Era natural de Villa-Real, mas estabeleceu-se n'esta villa, onde foi um habil professor de humanidades, e ao qual muitos homens d'esta terra e immediatas, que depois se tornaram illustres, devem os conhecimentos que mais tarde os elevaram a empregos importantes na magistratura, na milicia e no sacerdocio.

Entre os seus discipulos se distinguiu o erudito academico, visconde de Villarinho de S. Romão.

—

José Pinto da Cunha Saavedra—Fidalgo cavalleiro da casa real, por alvará de 25 de setembro de 1835. Sentou praça no regimento de cavallaria 6, depois foi tenente de voluntarios de Amarante: cadete, alferes e capitão da *Leal Legião Lusitana*, e commandante do 3.º batalhão da mesma. Fez toda a campanha Peninsular. Foi ajudante d'ordens dos generaes inglezes Wilson, Hamilton, Soulten e Lecór. Assistiu ás batalhas do Bussaco, esteve nas linhas de Lisboa, no cêrco, assalto e tomada de Badajoz, na batalha de Victoria (onde foi gravemente ferido, e esteve em risco de ser enterrado vivo por o julgarem morto.) Assistiu ás batalhas, dos Pyreneos, Nivelle, Toulouse, e á maior parte das que se deram durante esta campanha. Regressou a este reino, com a divisão portugueza, na qualidade de ajudante de ordens do general Lecór.

Foi condecorado pelo governo hespanhol, com as medalhas de Albuera e Victoria; pelos governos de Portugal e Inglaterra, com as dos Pyreneos e Nivelle; e pelo de França com a flôr de liz. Teve a medalha d'ouro, n.º 6, de distinção, de toda a campanha. Finda a guerra, ficou em Lisboa ás ordens do tenente general, Manuel de Brito Mousinho.

Foi commandante dos regimentos de infanteria 13 e 20, governador da praça de Abrantes, e governador militar interino da provincia da Beira Baixa.

Depois da acclamação da constituição, serviu algum tempo ás ordens do tenente general Pamplona (visconde de Beire.)

Não querendo tomar parte na guerra civil de 1820, pediu a sua reforma, que lhe foi concedida, no posto de coronel, por ordem do dia, de 22 de junho de 1821.

Retirou-se á sua casa do Caes-Novo (Porto) onde acabou os seus dias, sendo geralmente estimado e respeitado pelas suas bellas qualidades e pela sua tolerancia para com os homens de todos os partidos.

—

João Pinto Saavedra (irmão do antecedente.)—Sentou praça de cadete na Leal legião lusitana, e serviu a patria com lealdade e bravura, até que, na tomada de S. Sebastião da Biscaia, sendo ajudante d'ordens do tenente general Wilson, foi gravemente ferido, e chegando a sua casa, morreu, passados poucos dias, dos ferimentos, no posto de capitão.

—

Thomaz Pinto Saavedra (irmão dos antecedentes)—Fidalgo da casa real, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, commendador das ordens da Conceição, Torre Espada e de Isabel a Catholica; marechal de campo, e primeiro barão de Saavedra.

Sentou praça de cadete no 2.° regimento de infanteria do Porto (n.° 18.) Em consequencia da sua pouca edade, só tomou parte na campanha da guerra peninsular nos annos de 1813 e 1814.

Seguindo o partido liberal, teve de emigrar em 1828, regressando a Portugal na expedição liberal, em 1832. Assistiu á maior parte das acções e combates do cêrco do Porto, e foi depois, por alguns annos, commandante da guarda municipal. Na guerra de 1846 foi ajudante d'ordens do marechal Saldanha e como tal entrou na acção de Torres-Vedras. Terminou a sua carreira militar como governador da torre de S. Julião da Barra, onde endoudeceu, indo fallecer a Villa Nova de Gaia em 1852.

—

João Teixeira Ribeiro—Bacharel em direito pela universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e natural d'esta villa.

Tornou-se celebre, como administrador do concelho de Sabrosa, por ser o terror dos ladrões e malfeitores, que perseguia tenaz e inflexivelmente, praticando muitas vezes não só actos de bravura, mas até de verdadeira temeridade: por isso durante os longos annos da sua administração, prestou relevantissimos serviços ao concelho, restituindo a segurança e o socego publico de que ainda goza.

Foi casado com D. Maria Augusta de Barros Nobrega, ultima representante (bastarda) da familia d'estes appellidos, e como não teve filhos, n'ella se extinguiu esta geração.

O doutor Ribeiro falleceu em 1865, e sua mulher em 1867.

—

Durante a guerra peninsular, muitos habitantes d'esta villa a enobreceram pelos seus actos de bravura e patriotismo, tomando voluntariamente parte muito activa nos combates homericos que então se pelejaram contra as hordas sanguinarias de Bonaparte.

—

Casas da Praça, em Provezende, e do Caes-Novo, no Porto

A pag. 533, col. 2.ª d'este volume, tratei rapidamente da familia *Cunha Saavedra*, do Caes-Novo, que é a mesma da casa da Praça, em Provezende. Aqui darei a sua genealogia. [1]

[1] Cumpre-me fazer aqui algumas rectificações com respeito ao que disse d'esta familia, na casa do Caes-Novo.

1.°—Na nota de pag. 532, logo na 1.ª linha, onde se lê *geologicos*, deve lêr-se *genealogicos*.

Na col. 1.ª de pag. 535, e no 2.° periodo, que principia—*Foi unica filha de Diogo Alvares da Cunha, D. Isabel da Cunha, que casou com Alvaro Vaz*—o mais que se segue até ao fim do periodo deve ser inutilisado; por que este Alvaro Vaz, não foi o legendario Alvaro Vaz d'Almada, conde de Abranches, na Normandia.

Na col. 2.ª de pag. 537, onde se lê (no 2.° periodo)—*Por esse tempo, se guardaram nos seus vastos armazens, alguns milhares de pipas d'aguardente*—deve lêr-se—*Por esse*

Primeiramente tratei do appellido *Saavedra* ou *Sávedra*, escolhendo, por mais abreviada, a noticia que consta dos manuscriptos da bibliotheca Palmella.

Saavedra, ou Sávedra [1] appellido nobre em Portugal, cuja familia é de Hespanha, e o tomou do couto de Sávedra, no reino de Galliza. Passou a Portugal, na pessoa de D. Affonso Fernandes de Sávedra, que foi feito alcaide-mór da Covilhan, pelo rei D. Diniz, em 1290. D. Affonso Fernandes, estava ao serviço de Portugal, desde o reinado de D. Sancho II, e foi um dos cavalleiros que este monarcha deu em refens a D. João Nunes de Lara. [2] D'elle descendem muitas familias nobres em Hespanha e Portugal.

Fez o seu solar, na villa de Lumiares (antiga comarca de Lamego, e hoje comarca e concelho de Armamar) na Beira Alta.

As armas dos legitimos Sávedras, sem mistura de outras—como hoje se vê, em muitas, depois dos casamentos com pessoas de outros appellidos, o que tem alterado o brazão primittivo—são—em campo de prata, tres coticas, em faxa, xadrezadas d'ouro e púrpura, de tres ordens; sendo a do meio coberta de uma vergueta de ouro. Timbre, um leão, de prata, com as tres faxas do escudo.

—

Cunhas de Provezende

D. Isabel da Cunha—Filha unica de Diogo Alvares da Cunha, commendador de Castello-Novo, da ordem de Christo, casou com Alvaro Vaz; [1] e foi esta senhora que transmittiu aos seus descendentes, o appellido Cunha. Vide pag. 535, col. 1.ª, e a nota do principio d'este artigo.

D'este casamento, houve uma filha unica, que foi:

—

D. Ignez da Cunha—Senhora da casa da Praça. Casou com Nuno Gonçalves de Gusmão, fidalgo da casa real, filho de João Gonçalves de Gusmão e de D. Isabel da Costa, irman do famoso *cardeal de Alpedrinha*, D. Jorge da Costa, que então era arcebispo de Braga.

Nuno Gonçalves de Gusmão, veio para aqui homisiado (não consta porque crime) e seu tio, D. Jorge da Costa, lhe deu as rendas de S. Mamede de Riba Tua, Goivães e Provezende, que eram da mitra.

Acompanhou D. Affonso V, na expedição que foi á Africa, e conquistou Arzilla e Tanger, em 1471, [2] como capitão de uma das naus de guerra que foram a esta conquista. Com tanta bravura se houve Nuno Gonçalves, n'esta empreza, que o rei o armou ca-

tempo se guardaram n'esta quinta, perto de 3:000 pipas de aguardente, etc.

Na mesma columna, e no 5.º periodo d'ella, onde se lê—*A propria familia da casa—o mórgado e sua irman—apezar de não serem realistas, mas, pelo simples facto de terem frades em sua casa, etc.*—deve lêr-se—*A propria familia da casa—o morgado e sua irman—por serem realistas, e por terem frades em sua casa, seriam tambem fusilados, se seu irmão, etc.*

Quando escrevi isto, estava mal informado. Todos os membros que compunham esta familia, pertenciam ao partido legitimista, menos Thomaz Pinto Saavedra, 1.º barão de Saavedra, que era o unico liberal; sendo até sentenciado pela alçada, (como ausente) á pena de fôrca. Vide pag. 335, col. 1.ª, no fim.

[1] No antigo portuguez, para se pronunciar *á*—escrevia-se *aa*—e é porisso que quasi todos os individuos d'este appellido, escrevem *Saavedra;* todavia era mais orthographico escrever *Sávedra*, para evitar um archaismo escusado.

[2] Devia ser muito velho quando foi feito alcaide mór da Covilhan; pois, deixando D. Sancho II de ser rei em 1246, mesmo d'esta data até á sua nomeação de alcaide-mór, tinham medeiado 44 annos.

Parece-me mais provavel que 1290 é a era de Cesar, que vem a ser o anno de 1252 de Jesus Christo, e que fosse D. Affonso III, e não seu filho, D. Diniz, que lhe desse aquelle emprego.

[1] José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, nos seus *Estudos biographicos*, diz que o marido de D. Isabel da Cunha, foi Fernão Vaz de Sequeira, e não Alvaro Vaz.

[2] Desde estas conquistas, D. Affonso V, tomou o titulo de—*rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa.* Este titulo passou aos seus successores, que ainda o usam, juntando-lhe mais outros.

Tambem foram estas conquistas que deram a D. Affonso V, o cognome de *Africano.*

valleiro, mesmo na Africa, e o escolheu para seu especial privado, e viveu na côrte até á morte d'este monarcha, que teve logar no palacio de Cintra, em 28 de agosto de 1481. Veio então para a sua casa da Praça, em Provezende, onde falleceu, sendo enterrado na capella-mór da egreja matriz, no jazigo da familia de sua mulher, que ainda actualmente pertence á casa da Praça. Passados annos, foram seus ossos trasladados para Alpedrinha, d'onde era natural.

Nuno Gonçalves de Gusmão ainda vivia em 1517, pois n'esse anno, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Souza, lhe fez um prazo na Penha d'Aguia, em Provezende.

Tiveram tres filhos—o primogenito (que é o do numero 3, e dois mais, que são:

Paschoal da Cunha da Costa—Commendador de S. Martinho das Chans, na comarca de Lamego. Foi sepultado em Provezende, no jazigo da sua familia, e na campa se lia:

AQUI PASCOAL D'CUNHA DA CUNHA
DA COSTA, FIDALGO DA CASA DE S. M.,
COMENDADOR E SOB.° DO CARDEAL
D. IORIE D'COSTA

Seguem se em linha recta:

Xisto da Cunha e Gusmão—Commendador do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, dos conegos regulares de Santo Agostinho (cruzios) junto a Barcellos.

—

3.°—*Manuel Nunes da Cunha*—Fidalgo da casa real, senhor da casa de seus paes. Casou com D. Anna Pinto Pereira, filha de Gonçalo Pereira Pinto, senhor da casa do Arco, em Villa-Real, e da honra de Barbosa, a 4 kilometros de Penafiel.

Esta familia, *de Barbosa*, extinguiu-se, sem deixar descendentes, e, depois de grandes demandas, passou a sua casa para a corôa.

D. João I, deu esta casa aos Malafaias e Azevedos, que são seus actuaes possuidores.

Vide 1.° vol., pag. 323, col. 1.ª, e *Canas e Rans*.

—

4.°—*Francisco Pinto da Cunha*—Fidalgo da casa real, herdeiro de seu pae, e senhor dos prazos de Casal de Loivos. Casou com D. Philippa de Carvalho, da casa do Poço, em Lamego (hoje representada pelo sr. Antonio de Carvalho Teixeira—vulgo, o *fidalgo do Poço*.)

—

5.°—*D. Isabel da Cunha da Costa*—Filha e herdeira dos antecedentes. Casou com Domingos Lopes, filho de Lourenço Pires, e de D. Isabel Rebello.

Lourenço Pires, acompanhou o rei D. Sebastião, ás duas jornadas d'Africa, sendo na segunda (1578) capitão de uma das naus. Sabemos que na infeliz derrota de 4 d'agosto, a esquadra portugueza representou um triste papel, pois que, aterrados os officiaes e marinheiros, pela perda da acção, levantaram ferro, e fugiram para Portugal, em vez de esperarem pelos fugitivos e recolhel-os aos seus navios. Esta circumstancia deu causa a serem muitos centenares de portuguezes mortos ou captivos, que se podiam salvar, se a esquadra cumprisse o seu dever.

Por julgar o logar apropriado, mencionarei aqui algumas circumstancias d'esta batalha, que não são muito conhecidas.

D. Sebastião havia nomeado general da armada, a D. Luiz d'Athaide, homem de bom conselho e muita circumspeção, e que sempre se havia opposto a esta temeraria empreza; mas, por isso mesmo, o rei o mandou por vice-rei para a India, e deu o commando a D. Diogo de Sousa.

A expedição compunha-se de 9:000 portuguezes, de todas as armas, onde entrava a flôr da aristocracia—3:000 allemães, commandados pelo co-

ronel Amberg (que o principe d'Orange lhe mandára)—700 italianos, commandados pelo cavalleiro inglez Stukelei, militar esforçadissimo—2:000 castelhanos, capitaneados por D. Alonso de Aguilar, official de grande merecimento—e 500 voluntarios, de que era capitão, D. Christovão de Távoras, bravo militar, e grande privado de D. Sebastião.

A esquadra compunha-se de 55 navios de guerra, entre naus e galés, e grande numero de transportes, que eram perto de 900.

O rei embarcou a 24 de junho, do mesmo anno, com D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro; D. Theodosio e D. Jayme, filhos dos duques de Bragança; D. Antonio, prior do Crato; D. Manoel de Menezes, bispo de Coimbra, D. Ayres da Silva, bispo do Porto; o conde do Vimioso; o embaixador de Castella, e muitos outros fidalgos, das casas mais illustres d'este reino.

A esquadra sahiu de Lisboa, com vento favoravel, chegando á bahia de Lagos, no Algarve, onde se demorou quatro dias. D'aqui navegou a Cadix, onde o duque de Medina-Sidonia, recebeu o rei portuguez, com grandes festas e distincções, por espaço de 8 dias.

Durante este tempo, não cessou o duque (por ordem de Philippe II) de procurar dissuadir D. Sebastião d'esta louca tentativa, mas tudo foi de balde; porque o rei, tendo recebido os soccorros que esperava, levantou ferro para Africa, desembarcando com alguma gente em frente de Tanger, depois de ter ordenado a D. Diogo de Souza, que o fosse esperar em Arzilla, desembarcando alli o resto das tropas, o que este general fez, estando por tres semanas á espera do rei.

D. Sebastião achou em Tanger 300 mouros e o Xarife Mahamet, que lhe deu em refens seu filho Mulei, de 12 annos de edade; o qual o rei enviou a Mazagão.

Molei Moluco, sabendo da chegada dos christãos a Arzilla, se poz em campo, com 60:000 cavallos, e 40:000 infantes.

Apezar de uma grave doença, Moluco foi direito aos portuguezes, e chegando a Alcacer-Kibir, se alojou junto ao váu de Luco, á vista dos christãos.

O Xarife oppoz-se fortemente a que se atacassem os mouros em tão formidaveis posições, e tão longe da esquadra. Demais, dizia elle, estando Molei quasi moribundo, era mais prudente esperar pela sua morte (que todos previam proxima) contando que, depois d'ella, a maior parte das tropas inimigas se passaria para elle.

Tudo foi debalde. D. Sebastião decidiu dar a batalha na manhã seguinte (4 d'agosto) e assim se cumpriu. O rei foi ferido em uma espadua, logo no principio da acção, mas o ferimento não o estorvou de combater com a maior intrepidez, tendo no decurso do dia, dois cavallos mortos debaixo de si.

O exercito portuguez, postado em posições escolhidas, pelo bravo capitão hespanhol, Aldana, e por outros chefes experimentados, estava em bôa

ordem, disposto em 3 linhas, sendo a primeira composta dos voluntarios; á sua direita estavam os allemães e os italianos. Na esquerda estavam os castelhanos; e os regimentos portuguezes formavam a segunda e terceira linha de batalha. A nossa cavallaria, na força de 1:500 homens, estava dividida em dois esquadrões; o da direita, commandado pelo duque d'Aveiro, acompanhado pelo Xarife e os seus mouros, nossos alliados—e o da esquerda (onde hia a bandeira real) estava sob as ordens do duque de Barcellos, filho primogenito do duque de Bragança, tendo a seu lado, D. Antonio, prior do Crato, e outros fidalgos de primeira nobreza.

D. Sebastião, no principio, andou sempre na frente.

Molei Moluco, tinha tambem as suas tropas formadas em 3 linhas—na primeira. estavam os mouros d'Andaluzia, ás ordens de tres capitães, que se tinham distinguido nas guerras de Granada.—A segunda linha era formada pelos *elches* (renegados)—e a terceira pelos africanos, de Fez, Marrocos, e Trudante.

Todas estas linhas formavam uma meia lua, tendo em cada extremidade 10:000 cavalleiros, e na rectaguarda, o resto da cavallaria.

Era evidentissimo que o plano do inimigo era involver o exercito portuguez, muito inferior em numero, como temos visto.

Apenas tomadas estas disposições, espalhou-se no exercito africano a noticia da morte de Molei, pelo que elle, apezar de estar nas vascas da agonia, sahiu da liteira e montou em um cavallo.

A acção principiou pelas 11 horas da manhan, rompendo o inimigo o fogo, mandando disparar contra os nossos toda a sua artilheria.

Os portuguezes fizeram o mesmo, e investiram contra os mouros, com a maior bravura.

O rei, já ferido, combatia com tamanha valentia, á frente dos voluntarios, e dos castelhanos, allemães e italianos, que romperam a primeira linha inimiga, pondo em desordem a segunda.

Moluco, vendo isto, quiz avançar contra os nossos, de alfange em punho, mas foi estorvado pelos seus, e com o esforço que fez, perdeu os sentidos, e cahiria do cavallo se lhe não acudissem, e o tornassem a metter na liteira, expirando poucos minutos depois, pondo o dedo na bôca, para recommendar segredo sobre a sua morte. Estava a seu lado um *elche*, chamado Hamet Taba, que, de vez em quando, corria as cortinas da liteira, fingindo receber ordens de Molei, que communicava aos outros chefes.

Entretanto, a cavallaria africana cercava os nossos por todas as partes.

O Xerife, querendo vadear o rio, morreu afogado n'elle.

A batalha estava perdida, apezar de todos os actos da mais espantosa coragem de que deram provas todas as tropas alliadas, e sobre tudo, as legiões allemans e italianas.

Ao lado de D. Sebastião morreram, D. Affonso de Aguilar, D. Gonçalo Chacon e o bravissimo capitão Aldana, todos

trez castelhanos, e outros muitos fidalgos portuguezes.

Dizem muitos, que o rei foi morto na batalha, depois de estar prisioneiro; mas o maior numero affirma que elle pôde fugir. Dizem estes, que Luiz de Brito, levando a bandeira real envolvida no corpo, encontrara D. Sebastião, que lhe disse *que a segurasse bem, e morressem ambos sobre ella.*

Luiz de Brito, ficou captivo, e disse sempre, que vira D. Sebastião fugir aos mouros. D. Luiz de Lima, disse que encontrára o rei, marchando contra o rio; e Manuel de Sousa, disse que o vira ainda alli vivo, finda a batalha.

Entre o grande numero de fidalgos mortos n'esta desastrosa batalha, que tão fataes consequencias trouxe a Portugal, e além dos já nomeados, se contam—o conde de Vimioso, D. Luiz Coutinho, D. Vasco da Gama, D. Affonso de Noronha, conde de Redondo, conde da Vidigueira, D. Jayme (filho do duque de Bragança) os bispos do Porto, e Coimbra. O duque de Barcellos (que tinha 12 annos de edade!)

D. Antonio, prior do Crato, com grande numero de fidalgos e populares, ficaram captivos.

Foram grandes e riquissimos os despojos do arraial portuguez, porque os fidalgos moços, levaram (bem fóra de proposito!) magnificos utencilios para o seu serviço.

Mesmo assim os africanos perderam 10.000 homens. Logo que foi publicada a noticia da morte de Molei Moluco, foi acclamado rei, mesmo no campo da batalha, seu irmão, Molei Hamet.

Não ha uma unica prova concludente da morte de D. Sebastião na batalha d'Alcacer-Kibir.

Diz-se que, pára evitar que o rei fosse seguido e aprisionado, Sebastião de Rézende apresentou a Hamet um cadaver, dizendo que era o do rei D. Sebastião; o que, com o mesmo fim, foi confirmado pelos outros fidalgos. O que é certo é que este cadaver estava tão desfigurado que era impossivel reconhecer-se; mas, mesmo assim, foi mandado a D. Philippe II, como sendo o verdadeiro.

O rei castelhano, acreditando—ou fingindo acreditar—na identidade do cadaver, lhe mandou fazer sumptuosas exequias, em Madrid, mandando-o depois para o jazigo real, de Belem, onde jaz; porem do mesmo epitaphio da sua sepultura, se vê que ninguem acreditou na identidade do cadaver, pois diz:

HIC JACET, SE VERA EST FAMA, SEBASTUS. ETC.

—

O prior do Crato nunca teve por certa a morte de D. Sebastião.

Todas estas dúvidas deram em resultado, apparecerem por aquelles tempos varios impostores, declarando cada um d'elles, ser o rei D. Sebastião. Os mais celebres, foram, um em Penamacor, outro na Ericeira, e até um locandeiro hespanhol pretendeu passar por D. Sebastião.

Não fallo no que appareceu na Italia, e que se disse ser um barqueiro, chamado Marco Tulio, porque esse, muito bôa gente diz ser o verdadeiro D.

Sebastião, e tanto que Philippe II não se atreveu a mandal-o enforcar, como fez aos outros.

Ainda hoje, depois de 300 annos, ha quem espere pela vinda de el-rei D. Sebastião; mas esta *seita* está actualmente reduzida a um diminutissimo numero de crendeiros.

—

O cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, e tio do pae de D. Sebastião, recebeu a noticia da morte d'este, no mosteiro d'Alcobaça, de que era abbade,[1] e marchou logo para Lisboa; e no dia 22 de agosto, nos paços dos duques de Bragança, tomou o titulo de *protector*, e oito dias depois, o de rei.

A sua pusilanimidade causou a nossa desgraça e a escravidão de 60 desastrosos annos. (Vide vol. 1.º, pag. 149, col. 2.ª, no fim, e seguintes).

—

Tornemos a Lourenço Pires.

Depois que Philippe II se tornou usurpador da corôa portugueza, Lourenço Pires se fez seu partidario decidido, pelo que, esteve em risco de ser assassinado pelos populares do prior do Crato, e a sua casa foi por elles saqueada.

Philippe II o fez cavalleiro fidalgo, por alvará de 27 de julho de 1612, com tença e moradia; e por outro de 1615, lhe deu um officio, para o filho que quizesse nomear.

—

6.º—*D. Maria da Cunha*—Senhora e herdeira da casa de seus paes, por seu irmão ter seguido a vida ecclesiastica. Casou, em 1631, com Sebastião Pinto de Carvalho, 7.º filho dos primeiros morgados da Ribeira de Sabrosa Foi senhor de todos os bens que sua mãe possuia em Villa Real e seu termo; e por esta geração, seus successores vieram a herdar o prazo de Francéllos, e outros casaes annexos.

—

7.º—*D. Bernarda da Cunha*—Que herdou a casa de seus paes, tambem por seu irmão querer seguir a vida ecclesiastica.

Foi esta senhora, que, com seu filho, o padre José Pinto da Cunha, instituiram o vinculo primordial, em 1709.

Tinha casado com o capitão de cavallaria, Amaro Fernandes Godinho, bravo official de D. João IV, de D. Affonso VI e de D. Pedro II, durante a guerra da restauração, assistindo aos assaltos e conquista de muitas praças; entrou em oito batalhas principaes, matando em uma d'ellas, á arma branca, o general da cavallaria castelhana. Ficou gravemente ferido em uma perna e na garganta, em um dos combates, e em todos se portou com o maior denodo.

—

8.º—*Leonardo da Cunha Godinho*—Morgado e senhor da casa de Francellos; fidalgo da casa real, cavalleiro professo na ordem de Christo, por alvará de 7 de julho de 1682.

Serviu na guerra da restauração, sob as ordens do conde d'Alvôr, que o distinguiu pela sua bravura. Foi familiar do numero, do *Santo Officio*, e morreu em 1743.

Tinha casado com D. Thomazia Josefa de Faria, filha do capitão Manuel de Freitas Faria, senhor da casa das *Devezas*, em Villa Nova de Gaia.[1]

D. Thomazia era tia do padre Manuel de Abreu, da quinta do Covello, junto ao Castello de Paiva; filho de Bernardino da Silva e Abreu e de D. Francisca Mauricia do Amaral.

Este padre, com trez companheiros, hindo prégar o Evangelho á China, foram martyrisados (degolados) em Tonkim, a 12 de janeiro de 1737.

[1] Era tambem arcebispo de Braga, 1.º arcebispo de Evora, prior de Santa Cruz de Coimbra, e commendatario de Alcobaça.

[1] Na matta pertencente a esta casa, está actualmente a estação do caminho de ferro do norte.

Do casamento de Leonardo da Cunha Godinho com D. Thomazia, não houve descendencia; herdou a casa José de Freitas Faria, que a deixou a sua mulher, D. Leonor,[1] a qual, por não ter filhos, a deixou a uma sobrinha, que casou com o negociante de vinhos, o sr. Antonio Joaquim Borges de Castro, hoje viuvo, e herdeiro de toda a casa de sua esposa, que assim ficou em *arvore estranha.*

Se a casa continuasse na familia, seria hoje do sr. conde da Arrochella, 3.º sobrinho de D. Thomazia.

A actual abbadessa do convento de S. Bento da Ave Maria, da cidade do Porto, a sr.ª D. Ermelinda Dorothea de Freitas Faria, é filha de José de Freitas Faria, senhor da casa das Devezas, ha muito fallecido.

—

9.º—*José Pinto da Cunha Pimentel*—Fidalgo da casa real, cavalleiro professo na ordem de Christo, por alvará de 8 de junho de 1731; familiar do *Santo Officio*, vereador da camara do Porto, e deputado da primeira meza fundadora da companhia dos vinhos do Alto Douro; senhor dos vinculos de seus passados e do prazo de Francellos, e fundador da casa do *Caes Novo*, em Massarellos, no Porto.

Casou com D. Clara Saavedra y Romay, e foi seu filho

—

10.º—*José Pinto da Cunha Godinho*—Fidalgo cavalleiro da casa real, por alvará de 10 de setembro de 1835; bacharel em direito, pela universidade de Coimbra, e senhor de toda a casa de seus ascendentes, menos o prazo de Francellos, que tocou á bisavó da actual senhora condessa de Vinhaes.

Foi capitão de uma companhia de cavallos, que levantou á sua custa: e, tendo ardido o quartel, sem escaparem os cavallos nem os arreios, foi a Hespanha fazer nova remonta.

[1] Por isso á quinta das Devezas se chamava tambem *quinta de D. Leonor.*

Serviu na guerra peninsular, assistindo ás batalhas do Bussaco e linhas de Lisboa, na qualidade de ajudante de campo dos generaes Hamilton e Trant.

Foi, no fim da guerra, reformado em major.

Casou com D. Josefa Neville, senhora da casa do Fôjo, e descendente de uma das mais nobres familias da Gran-Bretanha.

Herdou a casa, seu filho

—

11.º—*José Pinto da Cunha Saavedra*—Administrador dos vinculos de seus paes, e senhor de toda a casa.

Foi cavalleiro fidalgo da casa real, por alvará de 25 de setembro de 1835.

Sentou praça na *Leal Legião Lusitana*, fazendo toda a campanha da Peninsula, como ajudante d'ordens de varios generaes inglezes. Assistiu ás batalhas do Bussaco e linhas de Lisboa, assalto e tomada de Badajoz, batalhas de Victoria, Pyreneus, Nivelle, Hortez, Toulouse e outras, portando-se sempre como bravo e leal portuguez, pelo que foi condecorado com a medalha n.º 6.

Foi tenente coronel dos regimentos de infanteria n.ºs 13 e 20; governador militar da praça de Abrantes, e interino da provincia da Beira Baixa.

Não querendo tomar parte nas guerras civis que principiaram em 1820, pediu a sua reforma, que lhe foi dada, no posto de coronel, retirando-se para a sua casa do Caes Novo.

Falleceu em 19 de setembro de 1855, e jaz no carneiro de sua familia, na egreja do Corpo Santo, em Massarellos.

Não seguiu postos, não foi feito commendador, conselheiro ou visconde, porque não quiz manchar a sua espada (que tanto brilhou ao sol das batalhas, contra os inimigos da sua patria) no sangue dos seus camaradas; ainda que a sua inclinação era para o partido realista.

Casou com sua segunda prima, D. Maria Olympia Pinto da Cunha, senhora de esmeradissima educação e de rarissimas virtudes religiosas e domesticas, que falleceu a 6 de junho de 1838.

Teve dois irmãos, ambos tambem milita-

res da guerra peninsular. João Pinto da Cunha, que sentou praça na *Leal Legião Lusitana*, e fez toda a campanha, até á tomada de S. Sebastião, onde foi gravemente ferido. Foi ajudante de campo do general Wilson, e falleceu no posto de capitão. E Thomaz Pinto Saavedra, que era o mais novo dos irmãos. Foi fidalgo cavalleiro da casa real, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, commendador das ordens da Torre Espada, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da de Izabel a Catholica. Commandou a guarda municipal do Porto, foi governador do castello de S. Julião da Barra, de Lisboa, e marechal de campo reformado.

Tinha feito parte da campanha peninsular em 1813 e 1814.

Sendo tenente de cavallaria, tomou parte na revolta de 16 de maio de 1828, pelo que teve de emigrar, sendo, no Porto, condemnado a pena ultima, pela *alçada*, de sanguinaria memoria. (Vide a col. 1.ª de pag. 335, d'este volume).

Regressou á patria na expedição do senhor D. Pedro, entrando no Porto a 9 de julho de 1832, e fazendo toda a guerra do cêrco d'esta cidade.

Foi feito barão de Saavedra, em 11 de janeiro de 1843, e falleceu, doido, em 1848. (É 2.º barão de Saavedra, seu filho, o sr. Adolpho Pinto Saavedra, feito em 8 de abril de 1869).

Nas guerras civis entre *cartistas* e *setembristas*, tomou o partido da *carta*, e assistiu á batalha de Torres Vedras, na qualidade de ajudante d'ordens do marechal Saldanha.

—

12.º—*José Augusto Pinto da Cunha Saavedra*—Filho de José Pinto da Cunha Saavedra e D. Maria Olympia Pinto da Cunha, é o actual senhor e ultimo morgado dos vinculos de seus paes.

É um dos cavalheiros mais nobres e illustrados da provincia de Traz-os-Montes, e geralmente estimado e respeitado, pela belleza do seu caracter e pelas raras prendas que o distinguem.

É casado com a sr.ª D. Joanna Pinheiro Leite Pereira, da illustre casa do Santo, em Provezende, dignissima esposa de tão esclarecido cavalheiro.

Ha d'este matrimonio trez filhos, as sr.as D. Maria Olympia, D. Maria Emilia, e o sr. José Augusto.

Saavedra ou Sávedra, é appellido nobre d'este reino e veio de Hespanha, tomado do couto de Sávedra, no reino de Galliza. Veio para Portugal, na pessoa de D. Affonso Fernandes de Sávedra, alcaide-mór da Covilhan, feito pelo rei D. Diniz em 1290. De D. Affonso descendem muitas familias nobres de Portugal e Castella. O seu solar era na villa de Lumiares, no concelho de Armamar.

As armas dos Saavedras, são—em campo de prata, 3 coticas, em faxa, xadrezadas de púrpura e ouro, de tres ordens, sendo a do meio coberta de uma vergueta de ouro. Elmo de prata, aberto; e por timbre um leão de prata, com as tres faxas do escudo.

—

Ha actualmente n'esta villa, oito bacharreis formados pela universidade de Coimbra, mas a maior parte residem fóra. Teem d'aqui sahido varios deputados para differentes legislaturas, sendo o primeiro, Antonio Pinheiro de Azevedo e Silva, ás côrtes de 1820.

Ha tambem em Provezende bastantes casas de reconhecida nobreza e antiguidade. (Vide *Sabrosa* e *São Joanne*).

Durante a guerra peninsular, muitos dos habitantes de Provezende tomaram as armas em defeza da sua patria e se distinguiram pela sua bravura e lealdade.

Os francezes roubaram aqui, como em quasi toda a parte, todos os objectos de prata—que eram muitos e de muito valor—pertencentes á egreja matriz.

—

Nas guerras civis desde 1820, que tanto sangue portuguez fizeram correr, e tantas desgraças causaram, a maior parte do povo d'estes sitios, mostrou-se inclinado ao partido realista.

Os habitantes de Alem-Penhão (Valle de Mendiz, Favaios, Sanfins e Cheires) que pendiam para o partido liberal, reuniram-se e vieram de improviso sobre esta villa, no dia 13 de fevereiro de 1827. O povo d'aqui, estava desprevenido, andando a maior parte

da gente occupada na lavoura. O capitão-mór, José Joaquim da Veiga Táveira, apenas pôde reunir um pequeno numero de homens, com os quaes resistiu arrojadamente aos invasores, matando e ferindo alguns. Os liberaes, receiando maior damno, retiraram, levando os seus mortos e feridos.

—

Durante a guerra civil de 1832 a 1834, pouca gente d'aqui tomou parte na contenda, pelo que não houve perseguições nem atrocidades a lamentar.

—

Na guerra civil de 1846 a 1847 (*Patuleia* ou *Maria da Fonte*) tambem os de Provezende não quizeram tomar parte; mas, apezar d'isso, e sob pretexto de que o administrador do concelho (patuleia) havia pretendido tomar em Penhão alguns barcos de cereaes que iam para as tropas da rainha, o feroz Marçal (Antonio) invadiu a villa com a sua quadrilha, composta, na maior parte, de assassinos e salteadores, e á qual havia promettido o saque e o incendio.

Por felicidade foi Marçal *aquartelar-se* para a casa do *Santo*, da sr.ª D. Augusta Carolina da Cunha e Gama Lobo, e esta senhora fez comprehender ao sanguinario chefe, que o povo de Provezénde nenhuma culpa tinha nos actos praticados por um só homem (o administrador) pois que, mesmo os que o acompanharam ao Penhão, foram obrigados pela auctoridade.

Custou muito a apaziguar o Marçal, pois que, tendo promettido aos seus um rendoso saque, queria cumprir a sua palavra; mesmo porque receiava a insubordinação e resistencia da sua horda, a qual, vendo desvanecidas as suas esperanças de pilhagem, effectivamente vociferou e esteve a ponto de desobedecer ao chefe; que só conseguiu fazel-a retirar dizendo-lhe que tivera uma denuncia de que hia ser atacado por forças numerosas da Junta.

Os dois irmãos Marçaes (Manuel e Antonio) pela sua ferocidade, se haviam tornado o terror dos povos das duas margens do Douro, em cujo territorio commettiam toda a casta de atrocidades; porém chegou a occasião de receberem o castigo dos seus numerosos crimes, e ambos foram assassinados á traição.

—

Produz o territorio de Provezende, desde o vinho mais verde, até ao mais fino de Portugal, sendo o vinho branco d'aqui, superior ao melhor do Alto Douro, que é o mesmo que dizer—*o melhor do mundo.*

Tambem produz optimo azeite; e, se houvesse mais cuidado e intelligencia no seu fabrico, rivalisaria com o afamado azeite de Genova.

É abundante em batatas, de superior qualidade, e nos seus montes ha bastantes pinhaes.

Como a terra é pouco abundante de aguas para irrigação, produz poucos cereaes; mas ha muita e optima fructa e hortaliças.

—

A montanha em que assenta a povoação, é susceptivel de cultura. É formada de rocha sedimentar (schisto) pertencente ao periodo siluriano, como a maior parte do solo do Alto Douro.

—

A provincia de Traz-os-Montes é, por emquanto, a mais mal dotada de todo o reino, e Provezende não é uma excepção da regra. Ao que aqui se dá o nome de caminhos não é mais do que uma sequencia de barrancos e precipicios; o que muito difficulta o transporte dos generos que exporta, e que constituem exclusivamente o seu commercio, hoje muito decadente por causa da invasão do *oidium tukeri*, do *philloxera vastatrix* e da *molestia das batatas.*

Tambem tem concorrido para a decadencia da antiga prosperidade d'esta terra, a elevação do preço de todos os generos que importa, e, principalmente os jornaes dos operarios, que é actualmente mais do dobro do que era ha 20 annos.

—

Não ha a mais rapida noticia da povoação de Provezende durante a dominação romana. O padre D. Jeronymo Contador d'Argote, que nas suas *Memorias para a historia ec-*

clesiastica do arcebispado de Braga*, tanto e tão individualmente trata do vasto territorio de *Panoyas*, em cuja circumscripção se acha Provezende, nada diz com respeito á esta villa, durante o periodo romano; provavelmente pela ausencia de monumentos n'esta terra.

Tambem não sabemos o que era Provezende, ou se existia, no tempo dos godos, e o mesmo acontece com respeito á occupação agarena, se exceptuarmos a tal lenda de *Zaide.*[1]

A noticia mais antiga que existe de Provezende, é a doação d'este couto feita á Sé primacial de Braga, em 1080, e da qual já fallei.

Segundo a tradição (mas só a tradição) os arabes expulsaram os christãos do alto do monte (onde hoje é a villa) que então se chamava Valle Verde, para o sitio do *Lameirão*, onde edificaram trez miseraveis aldeolas, nas quaes residiram até que, em 1188, pela expulsão dos mouros, regressaram a Valle Verde; parece porém que deram ás trez aldeias, o nome de São Joanne, que até então tinha o actual Provezende, e que lhe foi restituido depois da expulsão dos mouros, ficando a denominar-se *São João de Provezende.* (Mas ignora-se se até então o orago da freguezia era S. João ou Santa Marinha).

Desde então até ao seculo xv, nada tambem se sabe de Provezende. Depois é que se vieram aqui estabelecer algumas familias nobres, de Villa Real, e a terra principiou a ter alguma importancia; mas, a maior parte dos bons edificios que hoje se vêem na villa, foram construidos no seculo passado e no principio d'este.

Foi então a egreja matriz construida com sumptuosidade, e dotada de ricos paramentos e alfaias. Erigiram-se sete ricas irmandades ou confrarias, chegando a haver na villa quarenta e tantos clerigos de missa, dos quaes alguns foram conegos, doutores em canones, geraes de ordens religiosas, etc.

[1] A lenda do *Probe Zaide* ou não passa de conto da carochinha, ou havia mais *Probes Zaides* em Portugal, que deram o seu nome a outras povoações.

Havia então tambem bastantes bacharreis seculares, formados em direito; cavalleiros professos em diversas ordens; officiaes superiores de 1.ª e 2.ª linha; magistrados e outras pessoas qualificadas; os quaes davam grande importancia á povoação.

—

Por conveniencia de paginação e para terminar o 7.º volume, já por demais extenso, na palavra *São Joanne* mencionarei algumas familias nobres de Provezende, que não vão n'este artigo.

—

A um cavalheiro trasmontano, muito illustrado, e muito lido nas cousas da sua provincia, e ao qual me unem verdadeiros laços de sincera amizade, (e cujo nome não estou auctorisado a declarar, pela excessiva modestia do que o usa) devo, não só grande parte do que fica escripto sobre Provezende, como o obsequio de confiar-me varios documentos que me habilitaram a escrever este longo artigo. Receba elle os meus cordiaes agradecimentos e o protesto da minha eterna gratidão.

No mar de incertezas em que tenho navegado para levar a effeito esta obra, tenho supplicado a indispensavel coadjuvação de muitas pessoas que me podiam (e deviam) dar indispensaveis esclarecimentos com respeito ás localidades que lhes deram o berço; mas poucas se prestaram a fazer este serviço; e de entre estes se distinguiu o cavalheiro de que acima fallei, o qual, mais do que nenhum outro, me forneceu dados curiosissimos da sua terra. Honra lhe seja.

Por indicação do mesmo senhor, tenho de fazer algumas rectificações (das essenciaes, deixando de fazer outras por serem de pouca importancia, ou de meras conjecturas) ao que escrevi no fasciculo 125, são as seguintes:

A pag. 681, col. 1.ª—Os documentos por onde consta que esta povoação já existia no reinado de D. Affonso VI, de Leão, são as *Inquirições* de D. Affonso III, já referidas.

O *Enchyridion*, tantas vezes citado n'este

artigo, diz que Toledo pertencia ao reino de Granada: é êrro—pertencia ao kalifado de Córdova.

O mesmo *Enchyridion* (vide pag. 682, col. 1.ª) diz que no monte de S. Domingos houve uma fortaleza romana, e n'ella um templo dedicado a Diana. O cavalheiro a quem devo tantas informações, diz (e diz muito bem) que a fortaleza que existiu no tal monte, segundo se vê dos seus restos, foi construida de tosca alvenaria, e não póde ser obra senão dos arabes, ou dos antigos lusitanos, e não dos romanos, que construiam os seus castellos com toda a solidez e de boa cântaria. No ambito da antiga fortaleza, não ha o minimo vestigio de edificios (quanto mais de templo romano) e parece ser apenas uma construcção ligeira, para livrar os seus possuidores de alguma surpreza, e nunca para sustentar uma séria e prolongada resistencia. O templo de Diana, se existiu, é a actual egreja de Santa Marinha.

A paginas 691, col. 2.ª, mencionei a freguezia de *S. Thomé do Castello*—é erro—devia dizer—*S. Pedro de Celleirós de Panoyas, Villarinho de S. Romão* e outras mais em volta de Santa Marinha.

PROVEZENDE — aldeia da provincia do Douro, na freguezia de Rôssas, concelho de Arouca.

Attribue-se o seu nome a algum senhor godo assim chamado, que a possuiu ou n'ella habitou.

Ha aqui uma capella muito antiga, dedicada a S. João Baptista, ao qual se faz uma grande festa, no seu dia.

PROVINCIA—no antigo portuguez dizia-se *Provença*, significava provincia, região, clima, diocese. Tambem se entendia por *providencia*.

Nos escriptores antigos vê-se muitas vezes empregada a palavra *provincia*, para designar o territorio ou districto de uma cidade, ou de uma villa notavel; e tambem significava julgado, concelho, correição, etc., v. g. *Provincia de Braga, do Porto, de Lamego, de Vizeu, de Cêa, de Santa Maria* (Terra da Feira) etc.

N'estas *provincias* punham os reis um ministro de *maior alçada*, denominado *maiorino, juiz do rei, sobre justiça, vigario* ou *presidente*.

No seculo XV dava-se o nome de provincia a qualquer ermida, oratorio, capella, hospicio, ou recolhimento (de homens ou mulheres) *que faziam voto de profissão*. O rei D. Manuel isentou estas *provincias* do pagamento de portagem.

PROVINCIAS (d'este reino)—Vide 4.º vol., pag. 497, col. 2.ª, no fim.

PROVINCIAS ECCLESIASTICAS—as primeiras de que ha noticia na peninsula iberica, segundo o escriptor arabe, Rasis, e Mariana, *Historia de España*, livro 6.º, tit. 16, são as formadas pelo imperador Constantino Magno, pelos annos 360 de Jesus Christo.

Foram então as Hespanhas divididas em seis provincias ecclesiasticas, a saber: Narbona, Braga, Tarragona, Carthagena, Merida, e Sevilha.

A provincia bracharense comprehendia as cidades de *Brachara, Dumio, Portucale, Aurio, Oviedo, Astorga, Britonia, Iria, Aljubra*, e *Iffa*.

A de Merida, comprehendia as cidades de *Merida, Beja, Lisboa, Idanha, Coimbra, Lamego, Evora, Cauria*, e *Lampa*.

Note-se que as seis *provincias* eram metropolitanas (arcebispados) e as cidades que lhes pertenciam eram sédes de bispados suffraganeos (menos Brachara e Merida, que eram metropolitanas).

Esta divisão, porém, soffreu varias alterações, e no anno de 569, foram feitos suffraganeos de Braga, mais os bispados de Coimbra, Idanha, Lamego e outros; por disposição do concilio de Lugo.

Esta divisão durou até 675, em cujo anno, o rei godo, Wamba, convocou o 11.º concilio de Toledo, no qual se procedeu a nova divisão das provincias ecclesiasticas e dos bispados, que, com poucas alterações, durou até ao principio da monarchia portugueza. Actualmente ha tres provincias ecclesiasticas — o patriarchado de Lisboa, e os arcebispados de Braga e Evora.

Tambem constituiam provincia ecclesiastica, o grão-priorado do Crato, e a prelazia

de Thomar, que, desde 1834 foram unidas ao patriarchado; por isso elle comprehende actualmente uma grande parte da Extremadura, grande territorio do Alemtejo, e ainda parte da Beira Baixa.

—

Os que desejarem mais amplas noticias sobre esta materia, vejam no vol. 1.º d'esta obra, pag. 400, col. 1.ª, a palavra *Bispado*.

PROVINCO — portuguez antigo — parentella, linhagem, geração. *E se alguem do meu provinco, ou de estranio* (estranho) *esta mha* (minha) *manda* (testamento) *britar* (quebrar) etc. Doc. d'Alpendurada de 1285.

Hoje nas provincias do norte, dá se o nome de *provinco* ao rapaz travesso, inquieto e turbulento. É por esta razão, que as beatas dão ao diabo o nome de *Provinco*.

PROVISO — portuguez antigo — mofino, perverso, maldito, condemnado ao inferno. Hoje dizemos *réprobo, precito*.

PROVISOLO — rio do Minho, que corria pela raiz do monte Espino e Castello de Lanhoso, e junto á villa de *Petralvire* (Pedralva?) e á *d'Aliste* (vol. 1.º, pag. 134, col. 1.ª) que deu o seu nome ao antigo Provisolo, que depois se chamou Éste ou Déste, nome que ainda conserva.

Consta de documentos do archivo archiepiscopal de Braga, que no anno 990 de Jesus Christo, Froila e Vilia, venderam uma quinta na villa de Aliste, a Rebello e Fernanda. Onega, filha d'estes ultimos, vendeu a mesma propriedade no anno de 1033, á condessa D. Aragonta Arias, mulher de Pedro Lovezendes, para unirem a outras propriedades que já aqui possuiam desde 1018, e a outras que no mesmo sitio haviam comprado em 1020, a Gella e sua mulher Guerizenda, e a Eldevrêdo Sentas e a Estevam e seus filhos. Depois a condessa ainda aqui comprou outras propriedades aos Osorios.

A condessa D. Aragonta, sendo já viuva, doou á sé de Braga, em 1073, todas as propriedades que possuia em Aliste.

Tambem aqui tinham muitas fazendas, Pedro Osorio e sua mulher Loba Paes; mas a rainha D. Thereza lhas tirou e deu á sé de Braga, em 1127, por castigo de terem *violado e quebrado* o couto dos arcebispos.

Vê-se da doação de D. Aragonta, que a villa de Aliste ficava junto á egreja de S. Mamede.

É a actual egreja matriz da freguezia de S. Mamede d'Este, que fica 6 kilometros ao NE. de Braga. Vê-se, pois que esta freguezia tem mais de 800 annos, assim como a de S. Pedro d'Este, que d'ella foi desmembrada, e que constituiram a antiquissima villa de Aliste. Vide vol. 3.º, pag. 69, col. 1.ª

Tambem se diz que Éste ou Déste, é corrupção de *A Leste*, nome que se deu a este rio, por ficar ao NE. de Braga.

PROZÊLLO ou **PEROZÊLLO** — freguezia, Minho, na comarca e 6 kilometros a E. de Villa Verde, concelho de Amares, d'onde dista 2 kilometros ao S. (foi até 24 de outubro de 1855 da comarca e concelho de Pico de Regalados). Arcebispado, districto administrativo e 10 kilometros ao N. de Braga. Dista 368 kilometros ao N. de Lisboa. Tem 135 fogos, em 1757 tinha 86.

Orago S. Thomé.

A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento.

A egreja matriz, construida no principio do presente seculo, é um magnifico templo. Foi restaurada e pintada em 1874 e 1875.

A antiga matriz era uns 150 metros ao S. da actual.

Ha n'esta freguezia trez capellas:

S. Miguel, a E. da matriz, e proximo á ponte denominada do *Porto*.

É tradição que foi antigamente egreja matriz. É publica.

Nossa Senhora do Livramento, na quinta da Levada. É particular.

Familia Sagrada, construida em 1766, na quinta das Bouças. É tambem particular.

—

Está esta freguezia situada em terreno muito pouco accidentado, na margem direita do Cávado, que lhe fica ao sul, e a faz abundante de optimo peixe.

Proximo a Prozêllo, é o Cávado atravessado por uma robusta e bem conservada ponte de cantaria, que tem mais de 1:800 annos, pois foi mandada construir pelo imperador Vespasiano, na famosa estrada da Geira, no anno 74 de Jesus Christo. (Vide *Geira*).

É terra fertil em todos os generos do paiz.

A quinta das Bouças, de que já fallei, com a sua boa casa, pertence ao sr. José Manuel Pinheiro d'Almeida.

A quinta da Levada, em que tambem já fallei, e a quinta do Porto, com suas respectivas casas, de boa construcção, pertencem actualmente ao sr. Antonio de Amorim Soares de Azevedo, a quem foram doadas pela sr.ª D. Maria Adelaide Vasconcellos Maia, filha do doutor Manuel Joaquim Coelho da Costa Maia, o qual vinha passar as ferias a estas quintas.

Manuel Joaquim Coelho da Costa Maia, nasceu na cidade de Braga, a 15 de janeiro de 1750, e foi baptisado a 20 do dito mez e anno, na egreja parochial de S. João do Souto. Era filho do desembargador Jeronymo Coelho da Costa Maia, natural de Braga, e de sua mulher, D. Luiza Maria de Carvalho Araujo e Vasconcellos, senhora da casa de Prozêllo.

Descendia, pela parte paterna, da nobre familia dos Mayas, senhores da Trofa (no Minho) e por sua mãe, de Sebastião Antunes de Carvalho, fidalgo da côrte de D. Sebastião (do qual foi companheiro na desastrosa jornada de Alcacer Kibir) e de Alvaro Rodrigues Velloso e Vasconcellos, que foi vice-rei da India.

O referido Manuel Joaquim Coelho da Costa Maia estudou preparatorios em um collegio de Braga, e matriculou-se em Coimbra, no anno de 1768, na faculdade de direito, que frequentou até ao terceiro anno; mas, tendo fallecido seu pae, preferiu formar-se em mathematica, tomando capello n'esta faculdade, em 24 de dezembro de 1777.

Em 26 de novembro de 1778, foi nomeado lente substituto, extraordinario, de mathematica, e em 1783, substituto ordinario, tomando posse em 27 de outubro de 1783.

Por carta regia de 1795, foi nomeado lente cathedratico da mesma faculdade, tomando posse a 2 de julho de 1795. Em 1801 foi feito lente proprietario da cadeira de astronomia, regendo no ultimo anno da sua vida, a cadeira de mechanica celeste, cuja sciencia andava então publicando em Paris o famoso Laplace.

Foi o doutor Maia um dos maiores ornamentos da universidade de Coimbra, merecendo ser nomeado socio da Academia das Sciencias, de Lisboa, e de varias sociedades litterarias estrangeiras.

Deixou varios escriptos de grande valia, que, pela sua nimia modestia, não publicou e ainda se conservam ineditos, em poder de seus herdeiros.

Era tambem cavalleiro professo na ordem militar de Christo, feito por D. Maria I.

Falleceu em Coimbra, sendo lente de prima, a 3 de maio de 1817, e foi sepultado na egreja de S. Bento. Na sua sepultura mandaram os seus discipulos gravar a seguinte inscripção:

VIRO CLARISSIMO
EMMAN. JOACH. COELIO COSTIO
VASCONCELL. MAIÆ.
BRACHARENSI
MILIT. CHR. EQUITI IN CONIMBR.
ACADEM. MATH. PROFES. PRIMAR.
PRIMOQUE APUD LUSITANOS
AB AN. MDCCCI.
MECHANIC. CŒLESTIS ANTECESSOR
REG. SCIENT. ACAD. OLISIPON.
SOCIO MAGISTRO SUO DESIDERATISSIMO
PRIDIE CALEND. MAII
AN. DOM. MDCCCXVII.
SIBI EREPTO
IN AMOR. ET OBSERVANT.
MONUMENTUM DISCIPULI.

PROZÊLLO ou **PEROZÊLLO** — freguezia, Minho, comarca e concelho dos Arcos de Valle de Vez, 30 kilometros ao O. de Braga, 390 ao N. de Lisboa, 200 fogos, em 1757 tinha 89.

Orago Santa Marinha.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O visconde de Villa Nova da Cerveira (depois marquez de Ponte de Lima) apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento.

No altar de Jesus, da egreja matriz, ha reliquias de Santo Estevam, ás quaes o povo attribue a virtude de preservar da hydrophobia.

Antigamente, quando o povo d'aqui queria chuva, hia mergulhar a padroeira no rio.

Existe ainda n'esta freguezia a torre so-

larenga em que viveu D. Egas Paes, e n'ella entraram os Pachecos, senhores de metade dos Arcos, por esta parte; mas perderam este senhorio, e tudo o mais que tinham n'este reino, por passarem para o serviço de Castella.

Este senhorio foi depois dado aos viscondes de Villa Nova da Cerveira. O visconde D. Francisco de Lima, deu a torre de Prozêllo, com a sua quinta, a D. Isabel de Lima, sua meia irmã (filha de seu pae, o visconde D. João de Lima, e de D. Catharina de Mello) com o fôro annual de um ovo (!)

Esta senhora casou com D. Francisco de Herrera, fidalgo castelhano, e d'estes descende o sr. Damião Pereira da Silva, senhor da casa de Bretiandos, que ainda hoje paga o tal ovo aos descendentes dos viscondes.

PUÇAL ou **PUCAL** — portuguez antigo — medida de vinho, que constava de cinco almudes. Cada *quinal* (pipa) tinha cinco puçaes, isto é, vinte e cinco almudes.

Mas o puçal variava de capacidade, por causa da differença das medidas, na maior parte das terras, era de cinco almudes, mas em outras tinha oito, oito e meio, e nove.

Parece que os cestos de vendima chamados *puceiros*, trazem o seu nome de *puçal;* mas, como tambem se dá o nome de *almudeiros* aos *puceiros*, parece que n'estas terras o *puçal* só constava de um almude. (Vide Moio, Quinal, e Vendima).

PUCARIÇA — aldeia, Douro, na freguezia e concelho de Cantanhede, distando da villa d'este nome 1:500 metros. Tem 200 fogos.

É hoje uma povoação importante, pela sua industria no fabrico de couros.

Na mesma freguezia ha a povoação das *Arrótas*, com 90 fogos, que é um bairro da villa, pois apenas fica separado d'ella (ao NO.) pela egreja matriz e seu adro.

O solo d'estes logares—como o da maior parte da freguezia—é em geral, leve, frio e arenoso, pelo que precisa de muito adubo para produzir; todavia o concelho abunda em trigo e vinho, e tambem produz algum arroz.

Ha ainda por estes sitios muitos terrenos incultos, que podiam ser arroteados, o que tornaria a terra ainda mais fertil.

A palavra *Arrótas* é corrupção de *Arroteias*, terras de monte reduzidas á cultura.

PUDENTES — A pag. 113 d'este volume, tratando da villa de *Podentes*, disse que e nunca teve foral. Levou-me a este engano Franklin, porque escreveu *Pudentes*.

O rei D. Manuel deu foral, com o titulo de villa, a Podentes, ou Pudentes, em Lisboa, a 17 de fevereiro de 1514. *(Livro dos foraes novos da Extremadura,* fl. 114, col. 2.ª)

PUCILGÃO — portuguez antigo — grande pocilga onde se chafurdam os porcos. Tambem curral d'estes e de outros animaes. Vide *Enxido*, a pag. 40 do 3.º volume.

PUGA — appellido nobre d'este reino. Veio de Galliza e tinha o seu solar em Orense.

Principiou por alcunha.

Passou a Portugal na pessoa de Gonçalo Annes de Puga, no reinado de D. João III. Os Pugas trazem por armas, em campo de púrpura, duas esporas de ouro em banda, e duas caldeiras de prata em contrabanda. Elmo de aço aberto, e por timbre um braço vestido de púrpura, com as duas esporas de ouro, do escudo, na mão.

Menciono este appellido, por ser pouco conhecido e me parecer que está extincto.

PUGNAR — portuguez antigo — castigar, punir. Vem do latino *punio*. Tambem *pelejar, combater*, pugnar, etc.

PULCECO, PULCEGO, PULVIGO, PUPLICHO e **PURVICO** — portuguez antigo — publico, patente, manifesto, evidente, etc. Doc. de Salzêdas, de 1285. Prazo do mesmo mosteiro, de 1310. Doc. de S. Pedro, de Coimbra, de 1340.

PUNAR e **PUNHAR** — portuguez antigo — fazer toda a diligencia por concluir com felicidade qualquer negocio. — *E esto punade ora vós de fazer... E vós, tanto que esto for feito,* punhade *loguo de cambheriess esses casaes.* (Carta do rei D. Diniz, do anno de 1317. Doc. de Lorvão.)

PUNHE ou **VILLA DE PUNHE** — freguezia, Minho, comarca e concelho de Vianna do Castello, 30 kilometros ao O. de Braga, 375 ao N. de Lisboa, 300 fogos, em 1757 tinha 77 fogos.

Orago Santa Eulalia.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O D. abbade do mosteiro benedictino de Tibães, apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar.

É terra muito fertil e saudavel. Peixe do Lima e do mar.

PUNHÊTE — aldeia, Douro, na freguezia de Alféna, no concelho de Vallongo, comarca e 12 kilometros ao N. do Porto, 20 fogos.

Bispado e districto administrativo do Porto.

É terra muito fertil, como são todas as dos arrabaldes do Porto. Vide *Alfêna*.

Manuel da Silva Passos, talvez não soubesse da existencia d'esta aldeia com similhante nome (apezar de ter nascido perto d'aqui, na freguezia de Guifões, concelho de Bouças, vol. 3.º, pag. 347, col. 1.ª) aliás a *chrismaria*, quando foi ministro, como fez á villa do mesmo nome.

PUNHETE — villa, Extremadura, hoje denominada *Constancia*, ou *Villa Nova de Constancia*.

Esta villa já está descripta, a pag. 380 e seguintes, do 2.º volume; porém aqui tenho a accrescentar o seguinte:

Disse que me não constava que esta villa tivesse foral, porque Franklim não o traz; mas, de uns apontamentos que agora achei entre varios papeis, consta que o rei D. Sebastião, quando a fez villa, em 1578 (outros dizem que foi o cardeal-rei, em 1560, sendo regente, na menoridade d'aquelle soberano) lhe deu foral.

Inclino-me a que fosse D. Sebastião, porque os taes *apontamentos* dizem que a cathegoria de villa e o foral, foram dados a esta povoação por aquelle monarcha, a pedido de Simão Gomes (*o sapateiro santo*) do qual o rei foi grande amigo; e porque o mesmo diz o *Sanctuario Marianno*, tom. 3.º, pag. 138.

Esta villa, em quanto pertencia ao bispado da Guarda, era a primeira freguezia d'elle, pela parte do S.; porque, sendo o Zêzere o que a divide da prelazia de Thomar (hoje patriarchado) o Tejo a dividia do, então, arcebispado de Lisboa.

Havia aqui uma antiquissima ermida dedicada a Nossa Senhora dos Martyres, cuja padroeira era da particular devoção do povo da villa e immediações.

Era a ermida muito pequena, e, por velha, estava muito arruinada, pelo que o povo lhe construiu um sumptuoso templo, para onde conduziu a imagem da Senhora, em solemne e apparatosa procissão, collocando-a no altar-mór.

Segundo a lenda, a santa imagem fugiu na noite immediata para a sua antiga ermida, e o mesmo fez mais duas vezes, quando a levavam para o novo templo. O povo então, decidiu reedificar a velha ermida, e lá ficou a imagem da padroeira.

Passados alguns annos, os frades do Lorêto (capuchos de Santo Antonio) levaram, não se sabe porque titulo, a devota imagem da padroeira, para o seu mosteiro de Payo-Pelle.

Os povos da villa e seu termo, haviam posto na nova egreja uma bella imagem da Virgem, sob a invocação de Nossa Senhora dos Martyres, como era a antiga; mas, com o tempo, lhe mudaram o titulo para Nossa Senhora dos Milagres, que ainda hoje conserva. É de pedra e de optima esculptura.

PURGANES ou **PURGANIS** — nome antigo da actual freguezia de *Burgães*, na provincia do Douro, comarca e concelho de S. Thyrso. (Vide vol. 1.º, pag. 505, col. 1.ª, principio).

É situada sobre a margem do rio Ave, e a ultima freguezia que o arcebispado de Braga tem para este lado (S.) porque logo a freguezia immediata é do bispado do Porto.

É parochia antiquissima, pois já existia no tempo do rei suevo Theodomiro, e d'ella se faz menção na divisão dos bispados, feita por este monarcha, no anno de 564, segundo relata a bulla do papa Paschoal II, dirigida a Mauricio, arcebispo de Braga, a 4 de dezembro de 1114.

É curiosa esta bulla, por demarcar os limites do arcebispado. Eis o periodo principal (traducção).

«Ordenamos que os confins da diocese se

conservem para sempre, a ti e a teus successores, da mesma fórma em que se fez a demarcação, no concilio dos bispos, no tempo do rei Miro: a qual demarcação é a seguinte: Da foz do rio Lima, pelo rio acima, até Lindozo, e d'alli á Portella do Homem e á Portella da Lavanca, e á Carragio, até Pedra-Fita; e d'alli ao monte Misero e á Colinaria, e ao pé dos montes Cespitaes, desde alli, pelas alturas dos montes, até a Bouça de Vaccas, e até ao Porto de Mireus; e, desde este Porto, pelo rio Estola, até ao rio Douro; e por este abaixo, até á foz do rio Córgo; e desde alli até ao monte Marão e ao castello de Villa-Chan, até á ponte velha do rio Tâmega, e pelo mesmo rio até ao rio Util, que agora se chama dos Odres; d'alli a Lumba, até ao porto de Burgães, e desde este porto, pelo rio Ave até ao mar.» etc.

PURIFICAÇÃO—Vide *Bucellas* e *Villa de Rei*, no concelho dos Olivaes.

PUSSACOS—Vide *Possacos*.

PUSSOS ou **VILLA NOVA DE PUSSOS**—villa, Extremadura, na comarca de Figueiró dos Vinhos, concelho d'Alvaiázere, 40 kilometros ao S. de Coimbra, 160 ao N. de Lisboa, 360 fogos, em 1757, tinha 320 fogos.

Orago, Santo Estevam.

Bispado de Coimbra e districto administrativo de Leiria.

Tambem se diz *Puços*.

O rei, pelo tribunal da mesa da consciencia e ordens, apresentava o vigario, que tinha 180$000 réis. Era commenda da ordem de Christo, por ter sido dos templarios.

Em 1231, o grão-mestre da ordem do Templo, deu a villa de *Puços* e a quinta do Pinheiro (em sua vida) a Maria Pires, viuva de Estevão Pires; ficando estas propriedades, por morte da usofructuaria, livres e desembargadas para o mosteiro (de Thomar). Maria Pires era *fratrissæ nostræ* (dos templarios).

Já se vê que é povoação muito antiga, e foi concelho, com camara e justiças proprias.

O rei D. Manoel lhe deu foral, em Lisboa, a 15 de junho de 1514. (*Livro de foraes novos da Extremadura*, pag. 146, col. 2.ª.

Este concelho [illegible] supprimido ha muitos annos, e a villa está em grande decadencia apezar do seu territorio ser bastante fertil.

FIM DO SETIMO VOLUME